



Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses

2017

Ficha Técnica

Autores

João Baptista da Costa Carvalho, Coordenador

Maria José da Silva Fernandes

Pedro Jorge Sobral Camões

Colaboradores

Ana Teixeira e Ana Rita Abreu, Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade do IPCA

Edição

1.ª edição - Ordem dos Contabilistas Certificados, setembro 2018

2.ª edição - Ordem dos Contabilistas Certificados, outubro 2018

Capa e paginação

Duarte Camacho, Ordem dos Contabilistas Certificados

Impressão: SIG - Sociedade Industrial Gráfica, LDA

ISSN: 2182-5564

Depósito Legal: 228599/05

Índice de abreviaturas

ATU - Apoio Transitório de Urgência

CCF - Conselho de Coordenação Financeira

CRP - Constituição da República Portuguesa

DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais

Dim - Dimensão

EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes,
Depreciation and Amortization

EEL - Entidades Empresariais Locais

FAM - Fundo de Apoio Municipal

FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro

IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis

IMT - Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis

INE - Instituto Nacional de Estatística

IUC - Imposto Único de Circulação

LCPA - Leis dos Compromissos e Pagamentos em Atraso

LFL - Lei das Finanças Locais

M€ - Milhões de euros

MLP - Médio e Longo Prazo

NCP - Norma de Contabilidade Pública

NCRF - Norma Contabilística de Relato Financeiro

PAEF - Programa de Assistência Económica e Financeira

PAEL - Programa de Apoio à Economia Local

PAM - Programa de Ajustamento Municipal

PIB - Produto Interno Bruto

PMP - Prazo Médio de Pagamentos

POC - Plano Oficial de Contabilidade

POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

PPTH - Programa Pagar a Tempo e Horas

PREDE - Programa de Regularização Extraordinária das Dívidas do
Estado

RAA - Região Autónoma dos Açores

RAM - Região Autónoma da Madeira

RFALEI - Regime Financeiro das Autarquias Locais
e Entidades Intermunicipais

SEE - Setor Empresarial do Estado

SEL - Setor Empresarial Local

SMS - Serviços Municipalizados

SNC - Sistema de Normalização Contabilística

SPA - Setor Público Administrativo

Agradecimentos

Para a publicação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, publicação de caráter anual, editada desde 2005, muito tem contribuído a colaboração e apoio de um conjunto de individualidades e entidades, que de diversas formas se têm associado a este projeto, e a quem os autores entendem manifestar publicamente o seu reconhecimento e agradecimento, nomeadamente:

- Ao Presidente do Tribunal de Contas, Juiz Conselheiro Vítor Caldeira;
- À Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados, Paula Franco;
- Ao Diretor-Geral do Tribunal de Contas, Juiz Conselheiro José Tavares;
- À Juíza Conselheira Maria dos Anjos Capote;
- Ao Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, Fernando Flor de Lima;
- À Subdiretora-Geral da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, Mafalda Morbey;
- Aos Presidentes e Responsáveis Financeiros das Câmaras Muni-

cipais que enviaram as contas para o Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do IPCA;

- À colaboradora do CICF do IPCA, Ana Rita Abreu;
- Ao colaborador do Departamento de Comunicação e Imagem da OCC, Duarte Camacho.

Entendemos ser nosso dever de continuar a realçar o papel fundamental da Ordem dos Contabilistas Certificados em todo este processo, no suporte financeiro para a recolha de dados, publicação e distribuição do anuário, permitindo a continuação de um projeto que consideramos de extrema relevância para a evolução da investigação da Contabilidade Pública em geral, e da Contabilidade das Autarquias Locais em especial.

O coordenador do Anuário Financeiro
João Baptista da Costa Carvalho

Índice

CAPÍTULO 1. O SETOR LOCAL E OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES	21
1.1. O Setor Local	21
1.2. Freguesias	21
1.3. Municípios	22
1.4. Caracterização geral e importância financeira dos Municípios portugueses no contexto europeu	25
1.5. Grupos Municipais	27
1.6. Alterações Administrativas versus Finanças Locais	28
1.7. Independência financeira	30
CAPÍTULO 2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS	41
2.1. Introdução	41
2.2. Receitas Municipais	41
2.2.1. Execução global do Orçamento da Receita	42
2.2.2. Estrutura e Evolução da Receita Municipal	53
2.2.2.1. Estrutura e Evolução da Receita Municipal, por capítulos económicos	53
2.2.2.2. Estrutura e evolução das transferências recebidas pelos municípios	60
2.2.2.3. Evolução das principais componentes da Receita Fiscal	61
2.2.2.4. Venda de bens e serviços correntes, e venda de bens duradouros	88
2.2.2.5. Passivos Financeiros (empréstimos obtidos)	94
2.3. Despesas Municipais	101
2.3.1. Classificação económica das Despesas	101
2.3.2. Execução global do Orçamento da Despesa	101
2.3.3. Estrutura e Evolução da Despesa, por classificação económica	106
2.3.4. Despesas por natureza económica	114
2.3.4.1. Despesas com Pessoal	115
2.3.4.2. Despesa paga em Aquisições de Bens e Serviços Correntes	122
2.3.4.3. Despesas pagas com Investimentos (aquisição de bens duradouros)	125
2.3.4.4. Despesas com Transferências e Subsídios concedidos	131
2.3.4.5. Amortização de empréstimos: passivos financeiros	136
2.3.4.6. Despesas com juros e outros encargos financeiros	141
2.4. Situação Orçamental Global	147
2.4.1. Comparação da Receita Cobrada com a Despesa Realizada e Paga	147
2.4.2. Equilíbrio Orçamental	160
2.4.3. Saldos Orçamentais	164

CAPÍTULO 3. ANÁLISE FINANCEIRA, ECONÓMICA E PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS	169
3.1. Introdução	169
3.2. Fiabilidade do Balanço e da Demonstração dos Resultados Económicos	169
3.3. Ativo	171
3.4. Fundos Próprios (Património Líquido) e Proveitos diferidos	183
3.5. Passivo	185
3.5.1. Composição, estrutura e variação do passivo	185
3.5.2. Passivo exigível	185
3.5.3. Passivo eventualmente exigível dos municípios – Provisões para riscos e encargos e acréscimos de custos	207
3.5.4. Endividamento das Autarquia	209
3.5.4.1 Cálculo do limite da dívida total ao abrigo do disposto no Artigo 52.º, Lei 73/2013	209
3.5.4.2. Indicadores de alerta para o risco de incumprimento do Artigo 52.º, Lei 73/2013	211
3.5.4.3. Prazo Médio de Pagamentos	217
3.6. Custos, Proveitos e Resultados económicos	223
3.6.1. Estrutura e evolução dos Custos	223
3.6.2. Estrutura e evolução dos Proveitos	225
3.6.3. Evolução dos Resultados Económicos.	227
3.6.4. EBITDA	233
CAPÍTULO 4. O SETOR EMPRESARIAL LOCAL e GRUPOS AUTÁRQUICOS	239
4.1. Setor Empresarial Local	241
4.1.1. Introdução	241
4.1.2. Grandes Agregados do Balanço das Entidades do SEL: Entidades Empresariais (EEL's) e Empresas Municipais (EM's)	243
4.1.2.1. Estrutura e Evolução do Ativo Não Corrente	244
4.1.2.2. Estrutura e Evolução do Ativo Corrente	248
4.1.2.3. Estrutura e Evolução do Capital Próprio	250
4.1.3. Rendimentos, Gastos e Resultados das Entidades do SEL	259
4.1.3.1. Evolução dos Rendimentos e Ganhos e dos Gastos e Perdas	259
4.1.3.2. Resultados económicos das Entidades Empresariais Locais	261
4.1.4. Dissolução de Empresas do SEL – aplicação do artigo 62º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto	264
4.2. Serviços Municipalizados	267
4.2.1. Estrutura do Ativo	268
4.2.2. Passivo dos SM'S	271
4.2.3. Proveitos, Custos e Resultados dos Serviços Municipalizados	274
4.2.3.1. Custos dos SM'S	274
4.2.3.2. Proveitos dos SM'S	277
4.2.3.3. Resultados económicos dos SM'S	279
4.3. Grupo autárquico	281

CAPÍTULO 5. RANKING GLOBAL	303
5.1. Enquadramento e Metodologia	303
5.2. Indicadores do Ranking Global	303
I. Índice Liquidez	305
II. Razão entre o Resultado Operacional (deduzido de amortizações e provisões) e os Proveitos Operacionais	306
III. Peso do Passivo exigível no Ativo	307
IV. Passivo por habitante	308
V. Grau de cobertura das despesas: despesa comprometida / receita liquidada líquida	309
VI. Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	310
VII. Grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos	311
VIII. Índice de Dívida Total	312
IX. Índice de Superavit	313
X. Impostos diretos por habitante	315
XI. Peso do Passivo exigível consolidado nos rendimentos próprios	316
5.3. Ranking Global dos municípios	317
CAPÍTULO 6. RESUMO E CONCLUSÕES	327
1. Independência Financeira:	327
2. Orçamento e execução orçamental	328
3. Informação patrimonial e Resultados económicos	331
4. Setor empresarial Local (SEL)	334
5. Serviços Municipalizados	334
6. Ranking global	335
7. Limitações do Anuário	335
ANEXO I. DADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DO MUNICÍPIOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS, 2017	337
ANEXO II. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA POR MUNICÍPIO (por ordem alfabética)	357

Índice de quadros, gráficos, rankings e figuras

Quadro 1.01 – Caracterização das regiões NUTS II, considerando a dimensão dos municípios	23
Quadro 1.02 – Caracterização dos Municípios Portugueses em perspetiva comparada	25
Quadro 1.03 – Número de serviços municipalizados e Entidades do Setor Empresarial Local	27
Gráfico 1.03.A – Evolução da Independência Financeira dos Municípios da R.A. dos Açores	32
Quadro 1.04 – Independência Financeira em 2017	35
Quadro 1.05 – Outros indicadores relevantes para os Municípios	36
Quadro 2.01 – Classificação económica da Receita orçamental municipal	42
Quadro 2.02 – Orçamento e Execução da Receita Total	42
Quadro 2.03 – Variação da Receita (em valores absolutos)	43
Quadro 2.04 – Taxas de Variação da Receita	43
Quadro 2.05 – Municípios com grau de execução da receita cobrada igual ou inferior a 50%, em 2017	45
Quadro 2.06.A - A Grau de execução da receita cobrada em 2017 dos Municípios da R.A. dos Açores	46
Quadro 2.06.M – Grau de execução da receita cobrada em 2017 dos Municípios da R.A. da Madeira	47
Quadro 2.07 – Evolução do montante de Receita Cobrada, por natureza económica	53
Quadro 2.08 – Evolução da estrutura da Receita Cobrada, por natureza económica	54
Quadro 2.09 – Variação da Receita cobrada por natureza económica, entre 2006 e 2017 – valores absolutos	54
Quadro 2.10 – Variação da Receita cobrada, por natureza económica, entre 2006 e 2017 – taxa de variação	55
Quadro 2.11 – Evolução das principais receitas, entre 2006 e 2017 – valor absoluto	56
Quadro 2.12 – Evolução do peso das principais receitas, na receita total, entre 2006 e 2017	56
Quadro 2.13 – Estrutura das Receitas Cobradas no ano de 2017, por grupos de municípios	59
Quadro 2.14 – Principais transferências recebidas pelos municípios	60
Quadro 2.15 – Variação das principais transferências recebidas pelos municípios	60
Quadro 2.16 – Evolução das componentes da receita fiscal cobrada entre 2006 e 2017	62
Quadro 2.17 – Diferença entre a receita fiscal orçada e cobrada em 2017	62
Quadro 2.18 – Evolução da cobrança das diferentes componentes dos Impostos Diretos entre 2006 e 2017	66
Quadro 2.19 – Municípios com maior diminuição de taxa de IMI aplicada em 2017 e com diminuição do IMI arrecadado	69
Quadro 2.20 – Municípios que embora diminuindo a taxa de IMI aplicada em 2017, aumentaram o montante de IMI arrecadado	70
Quadro 2.21 – Municípios com maior diferença entre o IMI cobrado e o IMI que se poderia cobrar, se aplicada a taxa máxima de 0,50%	71
Quadro 2.22 – Número de municípios com descida de IMI e IMT	84
Quadro auxiliar da leitura dos quadros R15 e R15-A	90
Quadro 2.23 – Municípios que em 2017 utilizaram empréstimos ao abrigo do programa FAM	95
Quadro 2.24 - Comparação entre recursos a novos empréstimos e amortização de empréstimos	98
Quadro 2.24.A - Comparação entre recursos a novos empréstimos e amortização de empréstimos dos municípios dos Açores	98
Quadro 2.24.M – Comparação entre recursos a novos empréstimos e amortização de empréstimos dos municípios da Madeira	98
Quadro 2.25 – Classificação económica da Despesa municipal	101

Quadro 2.26 – Orçamento e Execução da Despesa Total	101
Quadro 2.27 – Variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga	102
Quadro 2.28 – Taxas de variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga	102
Quadro 2.29. A – Diferentes Graus de Execução da Despesa para a globalidade dos Municípios dos Açores	104
Quadro 2.29. M – Diferentes Graus de Execução da Despesa para a globalidade dos Municípios da Madeira	106
Quadro 2.30 – Desagregação da <u>Despesa Comprometida</u> pelas diferentes componentes económicas da despesa.	108
Quadro 2.31 – Desagregação da <u>Despesa Paga</u> pelas diferentes componentes económicas da despesa	108
Quadro 2.32 – Taxas de Variação da <u>Despesa Paga</u> nas diferentes componentes económicas da despesa	109
Quadro 2.33 – Estrutura da <u>Despesa Paga</u> de acordo com a natureza económica da despesa	109
Quadro 2.34 – Peso da Despesa Paga nos Compromissos Assumidos, por natureza económica da despesa	110
Quadro 2.35 – Excesso da Despesa sobre a Receita	147
Quadro 2.36 – Indicadores da Despesa e da Receita	155
Quadro 2.37 – Indicadores da Despesa e Receita com base nos compromissos e liquidações	156
Quadro 2.38 – Equilíbrio orçamental	160
Quadro 2.39 – Saldos na Base de Caixa (recebimentos pagamentos)	165
Quadro 2.40 – Saldos na Base de Compromissos (liquidações versus compromissos)	166
Quadro 3.01 – Informação patrimonial e económica	170
Quadro 3.02 – Componentes do Ativo do Balanço	172
Quadro 3.03 – Componentes dos investimentos financeiros	175
Quadro 3.04.A – Municípios com maior diferença <u>positiva</u> entre o saldo de Investimentos financeiros e o saldo de Ativos Financeiros	177
Quadro 3.04.B – Municípios com maior diferença <u>negativa</u> entre o saldo de Investimentos financeiros e o saldo de Ativos Financeiros	178
Quadro 3.05 – Composição das Dívidas a Receber	179
Quadro 3.06 – Municípios com <u>maior</u> volume de Dívidas a Receber em 2017	180
Quadro 3.07 – Municípios com dívidas a receber relativas a empréstimos concedidos a terceiros	181
Quadro 3.08 – Disponibilidades e disponibilidades reais	183
Quadro 3.09 – Composição dos Fundos Próprios (Património Líquido)	183
Quadro 3.10 – Componentes do Passivo exigível	185
Quadro 3.11.A – Variação das Componentes do Passivo exigível em valor absoluto	186
Quadro 3.11.B – Taxas de variação das componentes do Passivo exigível	186
Quadro 3.12.A - Municípios que recorreram a Empréstimo de Apoio Transitório de Urgência (ATU)	188
Quadro 3.12.B- Municípios que recorreram a Empréstimos do Fundo de Apoio Municipal (FAM)	188
Quadro 3.12.C- Empréstimos do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)	189
Quadro 3.12.D- Empréstimos do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado (PREDE)	192
Quadro 3.12.E- Empréstimos do Programa Pagar a Tempo e Horas (PPTH)	195
Quadro 3.13 – Componentes da Dívida a pagar de Médio e Longo Prazo entre 2015 e 2017	196
Quadro 3.14 – Componentes do Passivo eventualmente exigível	207
Quadro 3.15 – Municípios com valor em provisões para riscos e encargos superior a 5 milhões de euros	208
Quadro 3.16– Limite à dívida total	211
Quadro 3.17 – Indicadores de sinalização de alerta precoce e de recuperação financeira	212

Quadro 3.18 – Indicadores de sinalização de alerta precoce e de recuperação financeira	213
Quadro 3.19 – Variação do PMP de 2008 a 2017	218
Quadro 3.20 – Evolução dos Custos, no período de 2006 a 2017	224
Quadro 3.21 – Evolução dos Proveitos, no período de 2006 a 2017	226
Quadro 3.22 – Evolução dos Resultados Económicos, no período de 2006 a 2017	228
Quadro 3.23 – Informação de custos, proveitos e resultados por dimensão dos municípios, em 2017	229
Quadro 3.24 – Evolução do indicador EBITDA	233
Quadro 4.01 – Entidades sem informação financeira disponível em 2017	241
Quadro 4.02 – Entidades que se dissolveram em 2017	242
Quadro 4.03 – Número de Entidades do SEL, número das dissolvidas e número de fusões, entre 2011 e 2017	242
Quadro 4.04 – Ativo, Passivo e Capital Próprio das 163 entidades do SEL em 2017 e sua comparação com valores homólogos das 308 autarquias	244
Quadro 4.05 – Evolução do ACTIVO NÃO CORRENTE das 159 Entidades Empresariais analisadas	245
Quadro 4.06 – Entidades que apresentam valores no “Ativos Fixos Tangíveis” superiores a 50 M€ em 2017	246
Quadro 4.07 – Entidades que apresentam valores no “Ativo Intangível” superiores a 10 M€ em 2017	247
Quadro 4.08 – Entidades com Participações Financeiras – MEP (Método de Equivalência Patrimonial) em 2017	247
Quadro 4.09 – Entidades com valores inscritos na rubrica “Acionistas/Sócios” entre 2011 e 2017	248
Quadro 4.10 – Evolução do ACTIVO CORRENTE das Entidades Empresariais	248
Quadro 4.11 – Entidades Empresariais com variações positivas superiores a 1 M€ em Caixa e Depósitos bancários em 2017	249
Quadro 4.12 – Entidades Empresariais com maiores aumentos em dívidas de “Clientes”, de 2016 para 2017	249
Quadro 4.13 – Evolução do Capital Próprio	251
Quadro 4.14 – Estrutura e variação do Passivo entre 2011 a 2017	252
Quadro 4.15 – Evolução do PASSIVO NÃO CORRENTE (médio e longo prazo) das Entidades Empresariais entre 2011 e 2017	252
Quadro 4.18 – Entidades com maior aumento na rubrica financiamentos obtidos de curto prazo entre 2016 e 2017	256
Quadro 4.19 – Evolução de Rendimentos e Gastos das Entidades Empresariais	260
Quadro 4.20 – Total dos Rendimentos e Gastos antes dos impostos das Entidades Empresariais	260
Quadro 4.21 – Evolução da situação económica das Entidades Empresariais	261
Quadro 4.22 – Resultados Operacionais do Setor Empresarial Local	261
Quadro 4.23 – Entidades em processo de dissolução	265
Quadro 4.24 – Número de entidades do SEL em incumprimento do n.º 1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012	265
Quadro 4.25 – Entidades em incumprimento relativamente às quatro alíneas n.º 1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012	265
Quadro 4.26 – Entidades cujas vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios (alínea a)	266
Quadro 4.27 – Entidades cujo peso dos subsídios à exploração foi superior a 50% das suas receitas, nos últimos três anos (alínea b)	266
Quadro 4.28 – Entidades cujo resultado operacional, diminuído das amortizações e depreciações, foi negativo nos últimos 3 anos (alínea c)	266
Quadro 4.29 – Entidades com resultado líquido negativos nos últimos três anos (alínea d)	266
Quadro 4.30 – Mapa dos SM’s e respetivas competências	267
Quadro 4.31 – Estrutura do ATIVO dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem, Peso do ativo municípios com SM’s no total dos municípios	268
Quadro 4.32 – Evolução do ATIVO dos Serviços Municipalizados	269

Quadro 4.33 – Estrutura das Dívidas a Receber dos Serviços Municipalizados e dos Municípios que os tutelam	270
Quadro 4.34 – Evolução das Dívidas a Receber dos Serviços Municipalizados	270
Quadro 4.35 – Componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	271
Quadro 4.36 – Evolução do Passivo dos Serviços Municipalizados	272
Quadro 4.37 – Passivo exigível dos Serviços Municipalizados	274
Quadro 4.38 – Estrutura dos custos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	275
Quadro 4.39 – Evolução dos custos dos Serviços Municipalizados	276
Quadro 4.40 – Estrutura dos Proveitos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	277
Quadro 4.41 – Evolução dos Proveitos dos Serviços Municipalizados	278
Quadro 4.42 – Informação sobre estrutura económica	279
Quadro 4.43 – Evolução da situação económica dos Serviços Municipalizados	279
Quadro 4.44 – Serviços Municipalizados com Resultados Económicos positivos	281
Quadro 4.45 – Serviços Municipalizados com Resultados Económicos negativos	281
Quadro 4.46 – Principais componentes do Ativo 2017	282
Quadro 4.47 – Principais componentes do Património Líquido	286
Quadro 4.48 – Principais componentes do Passivo	290
Quadro 4.49 – Principais componentes dos gastos (custos)	294
Quadro 4.50 – Principais componentes dos rendimentos (proveitos)	298
Quadro 5.01 – Indicadores selecionados para ranking global da situação financeira dos municípios	304
Quadro 5.02 – municípios por intervalos no Prazo Médio de Pagamentos	310
Quadro 5.03 – Distribuição do número de municípios por intervalos de pontuação obtida para o Ranking Global	317
Quadro 5.04 – Distribuição dos municípios, por Distrito, integrados na lista dos 100 melhor classificados globalmente	321
Gráfico 1.01 – Os Municípios Portugueses, por dimensão e região NUTS II	23
Gráfico 1.02 – Distribuição das despesas locais por funções	26
Gráfico 1.03 – Evolução da Independência Financeira dos 308 Municípios	31
Gráfico 1.03.M – Evolução da Independência Financeira dos Municípios da R.A. da Madeira	32
Gráfico 1.04 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Grande Dimensão	33
Gráfico 1.05 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Média Dimensão	33
Gráfico 1.06 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Pequena Dimensão	34
Gráfico 1.07 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios (2006 a 2017)	34
Gráfico 2.01 – Evolução das Receitas	43
Gráfico 2.01.A – Evolução das Receitas dos Municípios da R.A. dos Açores	45
Gráfico 2.01.M – Evolução das Receitas dos Municípios da R.A. da Madeira	45
Gráfico 2.02 – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita, entre 2006 e 2017	56
Gráfico 2.03 – Estrutura da receita cobrada em 2006, 2016 e 2017	57
Gráfico 2.02.A – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da R.A. dos Açores, entre 2006 e 2017	57
Gráfico 2.02.M – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da R.A. da Madeira, entre 2006 e 2017	58
Gráfico 2.04 – Evolução das principais transferências recebidas pelos municípios	61

Gráfico 2.05 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos entre 2006 e 2017	67
Gráfico 2.05.A – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da R.A. dos Açores entre 2006 e 2017	67
Gráfico 2.05.M – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da R.A. da Madeira entre 2006 e 2017	67
Gráfico 2.05 – Evolução da Despesa Municipal, nas suas diferentes fases, entre 2006 e 2017	103
Gráfico 2.06 – Taxas de Execução das Despesas – 2006 a 2017	104
Gráfico 2.05.A – Evolução da Despesa Municipal, nas suas diferentes fases, nos municípios da R.A. dos Açores, entre 2006 e 2017	104
Gráfico 2.06.A – Taxas de Execução das Despesas nos municípios da R.A. dos Açores – 2006 a 2017	105
Gráfico 2.05.M – Evolução da Despesa Municipal, nas suas diferentes fases, nos municípios da R.A. da Madeira, entre 2006 e 2017	105
Gráfico 2.06.M – Taxas de Execução das Despesas nos municípios da R.A. da Madeira – 2006 a 2017	106
Gráfico 2.07 – Estrutura da despesa paga em 2006, 2016 e 2017	114
Gráfico 2.08 – Evolução da Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos exercícios de 2006 a 2017	152
Gráfico 2.08.A – Evolução da Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos municípios da R.A. dos Açores, nos exercícios de 2006 a 2017	152
Gráfico 2.08.M – Evolução da Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos municípios da R.A. da Madeira, nos exercícios de 2006 a 2017	153
Gráfico 2.09 – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada, em 2017	153
Gráfico 2.09.A – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada nos municípios da R.A. dos Açores, 2017	154
Gráfico 2.09.M – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada nos municípios da R.A. da Madeira, 2017	154
Gráfico 2.10 – Evolução do saldo global efetivo, na base de compromissos	167
Gráfico 2.10.A – Evolução do saldo global efetivo, na base de compromissos, nos municípios da R.A. dos Açores	168
Gráfico 2.10.M – Evolução do saldo global efetivo, na base de compromissos, nos municípios da R.A. da Madeira	168
Gráfico 3.01 – Estrutura do Ativo em 2017	172
Gráfico 3.02 – Evolução do valor das componentes dos Bens de Domínio Público	173
Gráfico 3.03 – Evolução do valor das componentes do Imobilizado Corpóreo	175
Gráfico 3.04 – Evolução do Passivo exigível	186
Gráfico 3.05 – Número de Municípios com um Prazo Médio de Pagamentos superior a 90 dias	218
Gráfico 3.06 – Evolução das componentes dos Custos	224
Gráfico 3.07 – Estrutura dos Custos em 2017	224
Gráfico 3.08 – Evolução das componentes dos Proveitos	226
Gráfico 3.09 – Estrutura dos Proveitos em 2017	226
Gráfico 3.10 – Evolução dos Resultados Económicos	228
Gráfico 4.01 – Evolução dos grandes agregados do Balanço do SEL (159 entidades)	243
Gráfico 4.02 – Estrutura do Ativo – 2011 a 2017	245
Gráfico 4.03 – Estrutura do Capital Próprio entre 2011 e 2017	250
Gráfico 4.04 – Estrutura do Passivo – 2011 a 2017	252
Gráfico 4.05 – Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados	268
Gráfico 4.06 – Evolução das componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados	273
Gráfico 4.07 – Comparação da dívida e do ativo circulante, entre SM's e Municípios c/ SM's	273
Gráfico 4.08 – Estrutura dos Custos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	275

Gráfico 4.09 – Evolução das componentes de Custos dos Serviços Municipalizados	276
Gráfico 4.10 – Estrutura dos Proveitos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	277
Gráfico 4.11 – Evolução das componentes de Proveitos dos Serviços Municipalizados	278
Gráfico 4.12 – Evolução dos Resultados Económicos	280
R1 – Municípios que apresentam maior Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2017	38
R2 – Municípios que apresentam menor Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2017	39
R3 – Municípios com maior volume da receita cobrada, em 2017	48
R3.A – Volume da receita cobrada dos Municípios da R.A. dos Açores, em 2017	50
R3.M – Volume da receita cobrada dos Municípios da R.A. da Madeira, em 2017	51
R4 – Municípios com menor volume da receita cobrada, em 2017	52
R5 – Municípios que, em 2017, apresentaram maior peso de receitas provenientes de impostos e taxas (receita fiscal), na receita total cobrada	63
R5.A – Peso, em relação à receita total cobrada, de receitas de impostos e taxas nos Municípios da R.A. dos Açores, referenciado a 2017	65
R5.M – Peso, em relação à receita total cobrada, de receitas de impostos e taxas nos Municípios da R.A. da Madeira, referenciado a 2017	65
R6 – Municípios com maior receita cobrada de IMI, em 2017	72
R6.A – Receita cobrada de IMI dos Municípios da R.A. dos Açores, em 2017	73
R6.M – Receita cobrada de IMI dos Municípios da R.A. da Madeira, em 2017	74
R7 – Municípios com maior diminuição de IMI em 2017	75
R8 – Municípios com maior aumento de IMI em 2017	77
R9 – Municípios com menor receita cobrada de IMI em 2017	78
R10 – Municípios com maior receita cobrada de IMT em 2017	80
R10.A – Receita cobrada de IMT dos Municípios da R.A. dos Açores, em 2017	81
R10.M – Receita cobrada de IMT dos Municípios da R.A. da Madeira, em 2017	81
R11 – Municípios com menor receita cobrada de IMT, em 2017	83
R12 – Municípios com <u>maior</u> receita cobrada de Derrama, em 2017	85
R13 – Municípios com <u>maior</u> receita cobrada de IUC, em 2017	86
R14 – Municípios com <u>menor</u> receita cobrada de IUC, em 2017	87
R15 – Municípios com maior volume da receita cobrada de <u>venda de bens duradouros</u> (ativos fixos), em 2017	89
R15.A – Volume da receita cobrada de venda de bens duradouros, em 2017, pelos municípios dos <u>Açores</u>	90
R15.M – Volume da receita cobrada de venda de bens duradouros, em 2017, pelos municípios da <u>Madeira</u>	91
R16 – Municípios com maior volume de receita de <u>venda de bens e serviços correntes</u> em 2017	92
R16.A – Municípios com maior volume de receita de venda de bens e serviços correntes em 2017, pelos municípios dos <u>Açores</u>	93
R16.M – Municípios com maior volume de receita de venda de bens e serviços correntes em 2017, pelos municípios da <u>Madeira</u>	94
R17 – Municípios com maior volume da receita cobrada de <u>Passivos Financeiros</u> (empréstimos bancários), em 2017	96
R17.A – Volume da receita cobrada de Passivos Financeiros, em 2017, pelos municípios dos <u>Açores</u>	97
R17.M – Volume da receita cobrada de Passivos Financeiros, em 2017, pelos municípios da <u>Madeira</u>	97
R18 – Municípios com maior diferença <u>positiva</u> entre amortização de empréstimos e novos empréstimos	99
R19 – Municípios com maior diferença <u>negativa</u> entre amortização de empréstimos e novos empréstimos	100
R20 – Municípios que apresentam <u>maior</u> volume de despesa paga em 2017	111

R21 – Municípios que apresentam <u>menor</u> volume de despesa paga em 2017	113
R22 – Municípios que apresentam <u>maior</u> peso dos pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais	116
R23 – Municípios que apresentam <u>menor</u> peso dos pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais	117
R23.A – Peso dos pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais dos municípios da R.A. dos Açores	118
R23.M – Peso dos pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais dos municípios da R.A. da Madeira	119
R24 – Municípios que apresentam <u>maior</u> volume de despesa paga em pessoal no ano de 2017	120
R25 – Municípios que apresentam <u>menor</u> volume de despesa paga ao pessoal em 2017	121
R28 – Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços ,em 2017	123
R29 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços em 2017	124
R30 – Municípios que apresentam <u>maior</u> volume de investimentos pagos (aquisições assumidas de bens de capital) em 2017	126
R31 – Municípios que apresentam <u>menor</u> volume de investimentos pagos (aquisição de bens de capital) em 2017	127
R32 – Municípios com <u>maior</u> investimento pago nos 3 mandatos de 2006 a 2017	129
R33 – Municípios com <u>menor</u> investimento pago nos 3 mandatos de 2006 a 2017	130
R34 – Municípios que apresentam <u>maior</u> volume de despesas pagas com transferências correntes e de capital e subsídios em 2017	132
R35 – Municípios que apresentam <u>menor</u> volume de despesa paga em transferências correntes e de capital e subsídios em 2017	133
R36 - Municípios que apresentam maior volume despesa paga com aquisição de bens de capital e em transferências de capital no total de 12 anos – período de 2006 a 2017	135
R37 – Municípios que apresentam <u>maior</u> volume de pagamento de amortizações de empréstimos (passivos financeiros), em 2017	137
R37.A – Montante de amortizações paga (passivos financeiros) pelos municípios da R.A. dos Açores, em 2017	138
R37.M – Montante de amortizações paga (passivos financeiros) pelos municípios da R.A. da Madeira, em 2017	138
R38 – Municípios que apresentam menor volume de pagamentos de amortizações de empréstimos (passivos financeiros), em 2017	140
R39 – Municípios que apresentam <u>maior</u> volume de juros e outros encargos financeiros pago em 2017	142
R40 – Municípios que apresentam <u>menor</u> volume de juros e outros encargos financeiros pago em 2017	143
R41 – Municípios que apresentam <u>maior</u> volume de despesa paga em juros e outros encargos financeiros desde 2006, por mandato	145
R42 – Municípios que apresentam <u>menor</u> volume de despesa paga em juros em valores acumulados desde 2006 ordenados pelo total	146
R43 – Municípios que apresentam <u>maior</u> diferença positiva entre o orçamento inicial e o orçamento corrigido da Despesa em 2017	149
R43.C – Municípios que apresentam, em 2017, orçamento corrigido da Despesa superior a 50% do valor do orçamento inicial.	150
R44 – Municípios que apresentam menor diferença negativa entre o orçamento inicial e o orçamento revisto da Despesa em 2017	151
R45 – Municípios com maior diferença negativa entre o grau de execução de receitas liquidadas e o grau de execução de despesas comprometidas	157
R45.A – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de Despesas Comprometidas – municípios da R.A. dos Açores	158
R45.M – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de Despesas Comprometidas – municípios da R.A. da Madeira	158
R46 – Municípios com maior diferença positiva entre o Grau de execução de Receita Liquidada e o Grau e execução da Despesa Comprometida	159
R47 – Municípios com maior equilíbrio orçamental	161
R48 – Municípios com <u>menor</u> equilíbrio orçamental	162
R49 – Municípios em desequilíbrio orçamental admitido pelo art.º 40º da LFL, calculado nos termos do artigo 83º da mesma Lei	163
R50 – Municípios cujo saldo corrente deduzido das amortizações apresenta valor negativo superior a 5pp das receitas correntes	163
R51 – Municípios com menor passivo exigível, ordenados pelo valor de 2017	197
R52 – Municípios com maior Passivo Exigível (Dívida), ordenados pelo valor de 2017	199
R52.A – Passivo Exigível dos municípios da R.A. dos Açores, ordenados pelo valor de 2017	201

R52.M – Passivo Exigível dos municípios da R.A. da Madeira, ordenados pelo valor de 2017	202
R53 – Municípios com maior aumento do Passivo Exigível, em 2017	203
R54 – Municípios com maior diminuição do Passivo Exigível em 2017	205
R54.A – Variação do Passivo Exigível dos municípios da R.A. dos Açores em 2017	206
R54.M – Variação do Passivo Exigível dos municípios da R.A. da Madeira em 2017	207
R55 – Municípios com melhor índice de dívida total	214
R56 – Municípios com índice de dívida total superior a 1,5 da média da receita corrente dos três anos anteriores	215
R56.A – Índice de dívida total dos municípios da R.A. dos Açores	216
R56.M – Índice de dívida total dos municípios da R.A. da Madeira	217
R57 – Municípios com <u>menor</u> Prazo Médio de Pagamentos	220
R58 – Municípios com maior Prazo Médio de Pagamentos	222
R59 – Municípios com maiores Resultados Económicos (valores absolutos) em 2017	230
R60 – Municípios com menores Resultados Económicos (valores absolutos) em 2017	231
R61 – Municípios com melhor EBITDA em 2017	235
R62 – Municípios com pior EBITDA em 2017	236
R65 – Entidades do SEL com menor Passivo Exigível (dívidas) em 2017	257
R66 – Entidades do SEL com maior Passivo Exigível (dívidas) em 2017	258
R67 – Entidades com melhor Resultado Económico em 2017	262
R68 – Entidades com pior Resultado Económico em 2017	263
R69.A – 20 municípios com melhor índice de liquidez	305
R69.B – 20 municípios com melhor Resultado Operacional	306
R 69 C – 20 municípios com menor Peso do Passivo Exigível no Ativo	307
R69.D – 20 municípios com menor Passivo por habitante	308
R69.E – 20 municípios com melhor grau de cobertura das despesas	309
R69.F – 20 municípios com maior grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos	311
R69.G – 20 municípios com menor índice de dívida total do município	312
R69.H – 20 municípios com melhor Grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos	314
R69.I – 20 municípios com melhor índice de impostos por habitante	315
R69.J – 20 municípios com menor peso do passivo exigível consolidado nos rendimentos próprios	316
R70.A – Ranking Global dos municípios de grande dimensão na lista dos 100 melhor classificados globalmente	318
R70.B – Ranking Global dos municípios de média dimensão na lista dos 100 melhor classificados globalmente	319
R70.C – Ranking Global dos municípios de pequena dimensão integrados na lista dos 100 melhor classificados globalmente	320
R71.A – Ranking Global dos municípios do Distrito de Aveiro com melhor pontuação global	322
R71.B – Ranking Global dos municípios do Distrito de Beja com melhor pontuação global	322
R71.C – Ranking Global dos municípios do Distrito de Braga com melhor pontuação global	322
R71.D – Ranking Global dos municípios do Distrito de Bragança com melhor pontuação global	322
R71.E – Ranking Global dos municípios do Distrito de Castelo Branco com melhor pontuação global	322
R71.F – Ranking Global dos municípios do Distrito de Coimbra com melhor pontuação global	322
R71.G – Ranking Global dos municípios do Distrito de Évora com melhor pontuação global	322

R71.H – Ranking Global dos municípios do Distrito de Faro com melhor pontuação global	322
R71.I – Ranking Global dos municípios do Distrito de Guarda com melhor pontuação global	322
R71.J – Ranking Global dos municípios do Distrito de Leiria com melhor pontuação global	323
R71.K – Ranking Global dos municípios do Distrito de Lisboa com melhor pontuação global	323
R71.L – Ranking Global dos municípios do Distrito de Portalegre com melhor pontuação global	323
R71.M – Ranking Global dos municípios do Distrito de Porto com melhor pontuação global	323
R71.N – Ranking Global dos municípios do Distrito de Santarém com melhor pontuação global	323
R71.O – Ranking Global dos municípios do Distrito de Setúbal com melhor pontuação global	323
R71.P – Ranking Global dos municípios do Distrito de Viana do Castelo com melhor pontuação global	323
R71.Q – Ranking Global dos municípios do Distrito de Vila Real com melhor pontuação global	323
R71.R – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Viseu com melhor pontuação global	324
R71.S – Ranking Global dos municípios da Região Autónoma dos Açores com melhor pontuação global	324
R71.T – Ranking Global dos municípios da Região Autónoma da Madeira com melhor pontuação global	324
Figura 1 – Distribuição dos municípios por dimensão, medida em nº de habitantes	24
Figura 2- 100 municípios com melhor eficiência financeira (a verde)	325

Introdução

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses agora publicado apresenta uma análise económica e financeira das contas dos 308 municípios relativas ao exercício económicos de 2017, incluindo ainda uma análise detalhada do setor empresarial local e, pela primeira vez, quadros ilustrativos dos Ativos, Passivos e Capital Próprio de 144 grupos autárquicos.

Com esta publicação concretiza-se o décimo quarto anuário financeiro dos Municípios Portugueses, completando o período de 2003 a 2017, envolvendo três mandatos dos órgãos eleitos.

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses resulta de um trabalho em equipa que envolve atualmente dois centros de investigação onde estão integrados os autores: o Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) e o Centro de Investigação em Ciência Política (CICP) da Universidade do Minho.

Este 14.º Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2017 analisa as contas da totalidade dos municípios (308), de 163 empresas municipais (de um total de 168), da totalidade dos serviços municipalizados (25) e de 144 grupos autárquicos.

Os dados foram obtidos através da consulta dos websites das entidades, onde nos termos da lei devem ser disponibilizados, e a consulta da plataforma do Tribunal de contas, que há vários anos colabora nesta publicação e cujo apoio tem sido fundamental.

O Anuário encontra-se organizado em seis capítulos.

- NO CAPÍTULO 1 apresenta-se o setor local, seguindo-se a caracterização geral dos municípios portugueses, sua tipologia, e efetua-se uma análise comparada do peso dos municípios portugueses com vários países da União Europeia. Neste capítulo é ainda apresentada a análise da independência financeira dos 308 municípios.
- NO CAPÍTULO 2 procede-se à análise da execução orçamental,

apresentando-se um conjunto de rankings sobre a execução da despesa e da receita, estabelecendo-se, em alguns casos, comparações com os anos anteriores.

- No CAPÍTULO 3 procede-se à análise da situação financeira, económica e patrimonial dos municípios apresentando-se a sua evolução nos últimos 10 anos. São também apresentados alguns rankings, estabelecendo-se, em alguns casos, comparações com o posicionamento em anos anteriores. É também analisado o limite à dívida total dos municípios, nos termos da legislação em vigor.
- No CAPÍTULO 4 procede-se à análise da situação financeira, económica e patrimonial dos serviços municipalizados e das empresas do setor empresarial local, estabelecendo-se comparações com os anos de 2011 a 2017. É ainda apresentado o impacto da aplicação do artigo 62º da Lei 50/2012, de 31 de agosto ao período em análise.
- No CAPÍTULO 5 é apresentado um ranking dos municípios melhor posicionados considerando a perspetiva da gestão acumulada, tendo sido utilizados 11 indicadores que resultaram na apresentação do Ranking Global.
- No CAPÍTULO 6 apresentam-se as principais conclusões às contas dos municípios e do setor empresarial local para os exercícios económicos de 2017.

O presente documento termina com uma secção composta por dois anexos:

- ANEXO I – Dados económicos e financeiros do Municípios, Empresas Municipais e Serviços Municipalizados, 2016
- ANEXO II – Evolução da situação financeira por município (entre 2006 a 2017), com a apresentação de um gráfico considerando diversas variáveis (orçamento, despesas comprometidas, receitas cobradas líquidas, dívidas a pagar totais e resultado operacional antes de amortizações e provisões).

CAPÍTULO 1

O SETOR LOCAL E OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES

1.1. O Setor Local

O setor público português assegura a sua missão de produção, prestação e alocação de bens e serviços aos cidadãos através de vários subsetores, ou formas organizacionais, com diferentes enquadramentos jurídico-institucionais. O Setor Público Administrativo (SPA) – o Estado no sentido lato – corresponde à maior componente do setor público e assegura as funções de redistribuição de rendimentos, afetação de recursos e estabilização macroeconómica, através da provisão de bens e serviços públicos.

A organização democrática do Estado português compreende a existência de autarquias locais. O princípio da autonomia do poder local está consagrado no art.º 6.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), desenvolvendo-se as coordenadas em que aquele se materializa na parte respeitante à organização do poder político e sob a epígrafe “Poder Local”. Assim, *“a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais”* (art.º 235.º), definindo-as como *“pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas”* (art.º 236.º), especificando ainda que, *“no continente, as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas”,* enquanto *“as regiões autónomas compreendem freguesias e municípios”*.

A atuação das autarquias locais rege-se, segundo o quadro de atribuições e competências (Lei nº 75/2013, de 12 de setembro), por um conjunto de princípios que garantem a sua autonomia jurídica e institucional na prossecução dos seus objetivos e na gestão dos seus recursos. A CRP preconiza, no seu art.º 6.º, o princípio da autonomia do poder local e a Carta Europeia de Autonomia Local define-o no art.º 3.º como a *“capacidade efetiva de as autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, e sob sua responsabi-*

lidade e no interesse das respetivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos”. As autarquias locais são responsáveis, perante diversos destinatários, pela gestão dos recursos públicos locais, visando os interesses das respetivas populações.

1.2. Freguesias

A freguesia é a autarquia local de menor dimensão que, através de órgãos representativos eleitos, visa a prossecução de interesses próprios da população residente numa subdivisão do concelho (circunscrição concelhia). Não obstante a sua grande importância histórica, a relevância do ponto de vista político, económico, administrativo e financeiro da freguesia não equivale à do município. A reorganização administrativa territorial autárquica, através da Lei nº 22/2012, de 30 de maio, resultou num processo de extinção e/ou fusão pela criação de uniões de freguesias, em que desapareceram 1.068 das 4.159 até então existentes, passando o país ter 3.091 freguesias ou união de freguesias. Legalmente, *“a freguesia criada por efeito da agregação constitui uma nova pessoa coletiva territorial, dispõe de uma única sede e integra o património, os recursos humanos, os direitos e as obrigações das freguesias agregadas”* (art.º 9º, nº2).

Assim, atualmente existem em Portugal 3.091 freguesias das quais 2.882 no Continente, 155 nos Açores e 54 na Madeira¹. As freguesias possuem atribuições nos seguintes domínios (art.º 7.º, n.º2 do Anexo I à Lei n.º 75/2013², de 12 de setembro):

¹ <https://appls.portalautarquico.pt/portalaautarquico/Home.aspx>.

² Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências

- Equipamento rural e urbano;
- Abastecimento público;
- Educação;
- Cultura, tempos livres e desporto;
- Cuidados primários de saúde;
- Ação social;
- Proteção civil;
- Ambiente e salubridade;
- Desenvolvimento;
- Ordenamento rural e urbano;
- Proteção da comunidade.

A mesma lei (art.º 5.º) define que os órgãos de governo da freguesia são a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia.

A Assembleia de Freguesia corresponde ao órgão deliberativo, ou seja, o órgão que define as orientações de plano e execução relativas à freguesia. Entre outras, compete-lhe acompanhar a atividade da Junta de Freguesia, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento e apreciar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas que refletem o comportamento financeiro do município (art.º 9.º).

A Junta de Freguesia é o órgão executivo da freguesia, isto é, o órgão responsável pela gestão corrente dos seus assuntos. Entre outras funções compete-lhe executar as deliberações do órgão deliberativo, elaborar e executar as opções do plano e a proposta de orçamento e elaborar e aprovar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas (art.º 16.º).

1.3. Municípios

Legalmente definidos como autarquias locais que visam a prossecução de interesses próprios da população residente na circunscrição concelhia mediante órgãos representativos eleitos, os municípios adquiriram ao longo do tempo uma grande importância histórica, política, económica, administrativa, financeira e jurídica, revelando-se de primordial importância no contexto das políticas públicas locais.

do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição.

Atualmente os municípios possuem atribuições nos seguintes domínios (art.º 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):

- Equipamento rural e urbano;
- Energia;
- Transportes e comunicações;
- Educação;
- Património, cultura e ciência;
- Tempos livres e desporto;
- Saúde;
- Ação social;
- Habitação;
- Proteção civil;
- Ambiente e saneamento básico;
- Defesa do consumidor;
- Promoção do desenvolvimento;
- Ordenamento do território e urbanismo;
- Polícia municipal;
- Cooperação externa.

A definição destas atribuições tem subjacente a concretização de um conjunto de princípios de onde se releva o princípio da subsidiariedade (art.º 4º)³, ou seja, a prossecução das funções de interesse local pelo nível de governo mais próximo da população que, naturalmente, conhece melhor os seus problemas e necessidades, o qual sustenta a crescente transferência de atribuições e competências da Administração Central para os municípios.

Nesse sentido, tendo em conta a organização dos municípios e o respetivo quadro de competências, a lei prevê a existência de órgãos locais próprios: a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal. A Assembleia Municipal constitui o órgão deliberativo do município, ou seja, o órgão que define as orientações do respetivo município. Entre outras, compete à Assembleia Municipal acompanhar a atividade da Câmara Municipal, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, e apreciar o relatório de atividades e os documentos de prestação de

³ Artigo 4.º - Princípios gerais - “A prossecução das atribuições e o exercício das competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais devem respeitar os princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e a intangibilidade das atribuições do Estado.”

contas que refletem o comportamento financeiro do município (art.º 25.º).

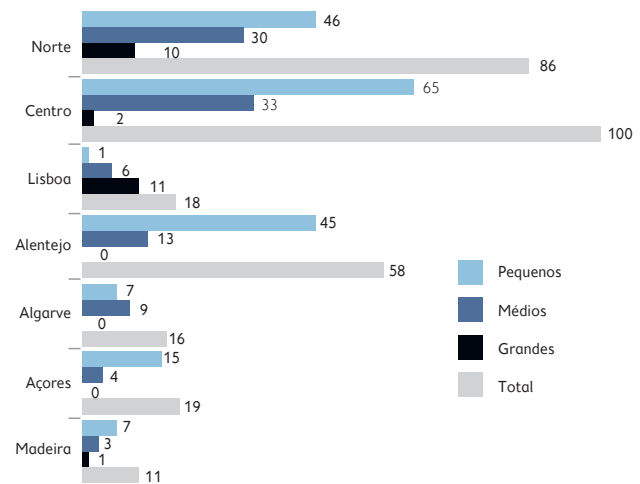
A Câmara Municipal é o órgão de execução das políticas públicas decididas pela Assembleia Municipal. Entre outras funções e para além de executar as decisões do órgão deliberativo, elabora e executa as opções do plano e o orçamento e é responsável pela elaboração e apresentação à Assembleia Municipal do relatório de atividades e os documentos de prestação de contas (art.º 33.º). A Câmara Municipal é constituída pelo Presidente da Câmara e por Vereadores cujo número varia consoante o número de eleitores do respetivo município. Analogamente ao que ocorre na Administração Central, na Administração Local coexiste um setor administrativo com outros sub-setores, como os serviços municipalizados e, mais recentemente, o Setor Empresarial Local (SEL). Este último é composto essencialmente por empresas públicas municipais e intermunicipais que são sociedades comerciais de direito privado (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto).

Atualmente, existem em Portugal 308 municípios dos quais 278 no Continente e 30 nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. O critério mais usado para classificar os municípios quanto à sua dimensão é ainda o que tem em conta o número de habitantes. Tal como nas edições anteriores, para efeitos das análises deste Anuário, os municípios portugueses são agrupados em três categorias distintas quanto à sua dimensão, medida em número de habitantes:

- Municípios Pequenos – com população inferior ou igual a 20 000 habitantes;
- Municípios Médios – com população superior a 20 000 habitantes e inferior ou igual a 100 000 habitantes;
- Municípios Grandes – com população superior a 100 000 habitantes.

Pequenos < 20 000	Médios >20 000 <100 000	Grandes > 100 000
186 Municípios	98 Municípios	24 Municípios
Corvo (462 habit.)		Lisboa (506 088 habit.)

Gráfico 1.01 – Os Municípios Portugueses, por dimensão e região NUTS II



Quadro 1.01 – Caracterização das regiões NUTS II, considerando a dimensão dos municípios

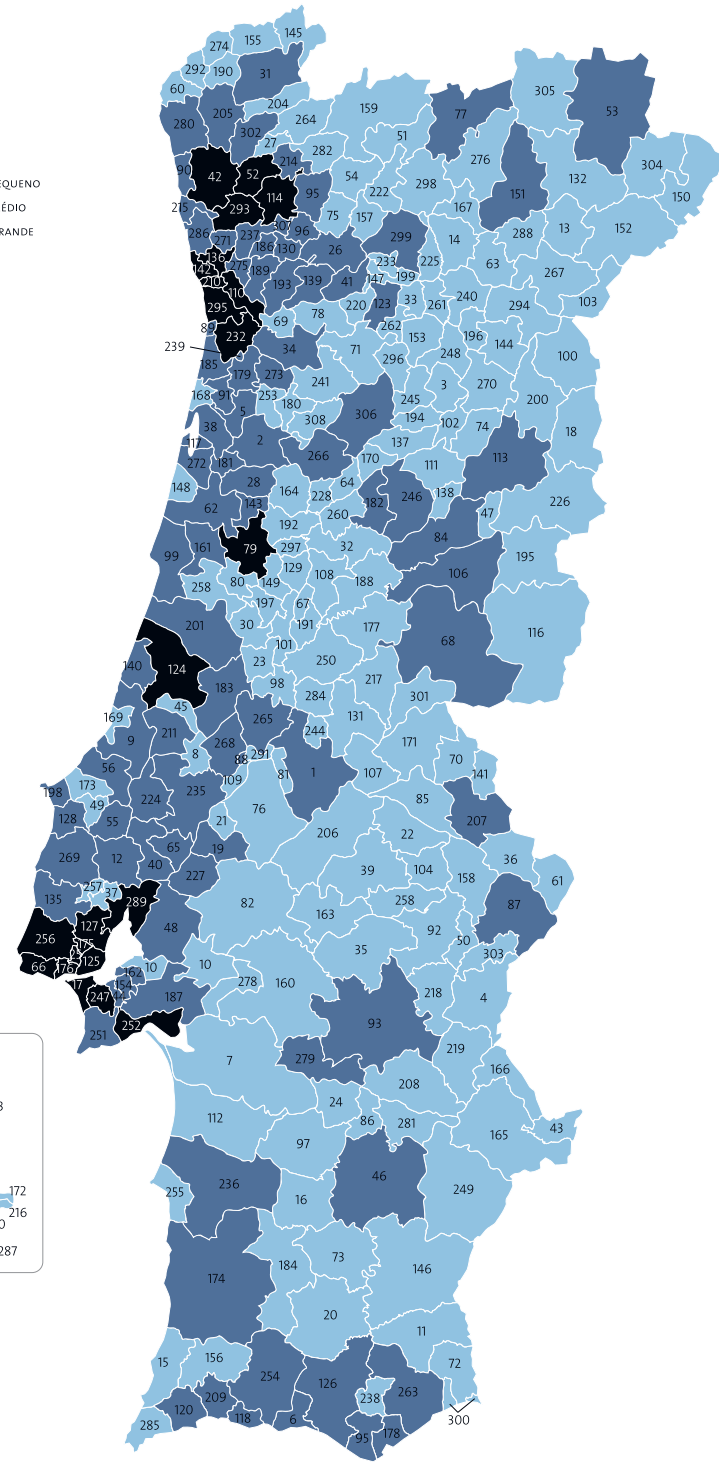
%	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Pequenos	53%	65%	6%	78%	44%	79%	64%
Médios	35%	33%	33%	22%	56%	21%	27%
Grandes	12%	2%	61%	0%	0%	0%	9%

A análise conjunta dos Gráfico 1.01 e Quadro 1.01, permite verificar que é no Alentejo, no Centro e nas ilhas que os municípios de pequena dimensão têm um maior peso relativo. De facto, 64% (7 em 11) dos municípios da Região Autónoma da Madeira e 79% (15 em 19) dos municípios da Região Autónoma dos Açores são de pequena dimensão, assim como 78% (45 em 58) dos municípios do Alentejo e 65% (65 em 100) dos municípios do Centro. Em contrapartida, na Região de Lisboa os pequenos municípios representam apenas 6% (1 em 18) dos municípios da região. Na Figura 1 apresenta-se a tipologia dos municípios distribuídos por todo o país.

Figura 1 – Distribuição dos municípios por dimensão, medida em nº de habitantes

- | | | | |
|-------------------------|---------------------------------|------------------------------|--------------------------------|
| 1 Abrantes | 87 Elvas | 173 Óbidos | 259 Sousel |
| 2 Águeda | 88 Entroncamento | 174 Odemira | 260 Tábua |
| 3 Aguiar da Beira | 89 Espinho | 175 Odivelas | 261 Tabuaça |
| 4 Alandroal | 90 Esposende | 176 Oeiras | 262 Tarouca |
| 5 Albergaria-a-Velha | 91 Estarreja | 177 Oleiros | 263 Tavra |
| 6 Albufeira | 92 Estremoz | 178 Olhão | 264 Terras de Bouro |
| 7 Alcácer do Sal | 93 Évora | 179 Oliveira de Azeméis | 265 Tomar |
| 8 Alcanena | 94 Fafe | 180 Oliveira de Frades | 266 Tondela |
| 9 Alcobça | 95 Faro | 181 Oliveira do Bairro | 267 Torre de Moncorvo |
| 10 Alcochete | 96 Felgueiras | 182 Oliveira do Hospital | 268 Torres Novas |
| 11 Alcútem | 97 Ferreira do Alentejo | 183 Ourém | 269 Torres Vedras |
| 12 Alenquer | 98 Ferreira do Zêzere | 184 Ourique | 270 Trancoso |
| 13 Alfândega da Fé | 99 Figueira da Foz | 185 Ovar | 271 Trofa |
| 14 Aljô | 100 Figueira de Castelo Rodrigo | 186 Paços de Ferreira | 272 Vagos |
| 15 Aljezur | 101 Gijezú dos Vinhos | 187 Palmela | 273 Vila de Cambra |
| 16 Aljustrel | 102 Fornos de Algodres | 188 Pampilhosa da Serra | 274 Valença |
| 17 Almada | 103 Freixo de Espada à Cinta | 189 Paredes | 275 Valongo |
| 18 Almeida | 104 Fronteira | 190 Paredes de Coura | 276 Valpaços |
| 19 Almeirim | 105 Funchal | 191 Pedrógão Grande | 277 Velas |
| 20 Almodôvar | 106 Fundão | 192 Penacova | 278 Vendas Novas |
| 21 Alpiarça | 107 Gavião | 193 Penafiel | 279 Viana do Alentejo |
| 22 Alter do Chão | 108 Goís | 194 Penalva do Castelo | 280 Viana do Castelo |
| 23 Alvaiázere | 109 Golegã | 195 Penamacor | 281 Vidigueira |
| 24 Alvito | 110 Gondomar | 196 Penedono | 282 Vieira do Minho |
| 25 Amadora | 111 Gouveia | 197 Penela | 283 Praia da Vitória |
| 26 Amarante | 112 Grândola | 198 Peniche | 284 Vila de Rei |
| 27 Amares | 113 Guarda | 199 Peso da Régua | 285 Vila do Bispo |
| 28 Anadia | 114 Guimarães | 200 Pinhel | 286 Vila do Conde |
| 29 Angra do Heroísmo | 115 Horta | 201 Pombal | 287 Vila do Porto |
| 30 Ansião | 116 Idanha-a-Nova | 202 Ponta Delgada | 288 Vila Flor |
| 31 Arcos de Valdevez | 117 Ilhavo | 203 Ponta do Sol | 289 Vila Franca de Xira |
| 32 Arganil | 118 Lagoa (Algarve) | 204 Ponte da Barca | 290 Vila Franca do Campo |
| 33 Armamar | 119 Lagoa (R.A.A.) | 205 Ponte de Lima | 291 Vila Nova da Barquinha |
| 34 Arouca | 120 Lagos | 206 Ponte de Sor | 292 Vila Nova de Cerveira |
| 35 Arraiolos | 121 Lajes das Flores | 207 Portalegre | 293 Vila Nova de Famalicão |
| 36 Arronches | 122 Lajes do Pico | 208 Portel | 294 Vila Nova de Foz Coa |
| 37 Arruda dos Vinhos | 123 Lamego | 209 Portimão | 295 Vila Nova de Gaia |
| 38 Aveiro | 124 Leiria | 210 Porto | 296 Vila Nova de Paiva |
| 39 Avis | 125 Lisboa | 211 Porto de Mós | 297 Vila Nova de Poiares |
| 40 Azambuja | 126 Loulé | 212 Porto Moniz | 298 Vila Pouca de Aguiar |
| 41 Baião | 127 Lourdes | 213 Porto Santo | 299 Vila Real |
| 42 Barcelos | 128 Lourinhã | 214 Póvoa de Lanhoso | 300 Vila Real de Santo António |
| 43 Barrancos | 129 Lousã | 215 Póvoa de Varzim | 301 Vila Velha de Ródão |
| 44 Barreiro | 130 Lousada | 216 Povoação | 302 Vila Verde |
| 45 Batalha | 131 Mação | 217 Proença-a-Nova | 303 Vila Viçosa |
| 46 Beja | 132 Macedo de Cavaleiros | 218 Redondo | 304 Vimioso |
| 47 Belmonte | 133 Machico | 219 Reguengos de Monsaraz | 305 Vinhais |
| 48 Benavente | 134 Madalena | 220 Resende | 306 Viseu |
| 49 Bombarral | 135 Mafra | 221 Ribeira Brava | 307 Vizela |
| 50 Borba | 136 Maia | 222 Ribeira de Pena | 308 Vozela |
| 51 Boticas | 137 Mangualde | 223 Ribeira Grande | |
| 52 Braga | 138 Manteigas | 224 Rio Maior | |
| 53 Bragança | 139 Marco de Canaveses | 225 Sabrosa | |
| 54 Cabeceiras de Basto | 140 Marinha Grande | 226 Sabugal | |
| 55 Cadaval | 141 Marvão | 227 Salvaterra de Magos | |
| 56 Caldas da Rainha | 142 Matosinhos | 228 Santa Comba Dão | |
| 57 Calheta (R. A. A.) | 143 Mealhada | 229 Santa Cruz | |
| 58 Calheta (R. A. M.) | 144 Meda | 230 Santa Cruz das Flores | |
| 59 Câmara de Lobos | 145 Melgão | 231 Santa Cruz da Beira | |
| 60 Caminha | 146 Mértola | 232 Santa Maria da Feira | |
| 61 Campo Maior | 147 Mesão Frio | 233 Santa Marta de Penaguião | |
| 62 Cantanhede | 148 Mira | 234 Santana | |
| 63 Carrizada de Ansiães | 149 Miranda do Corvo | 235 Santarém | |
| 64 Carregal do Sal | 150 Miranda do Douro | 236 Santiago do Cacém | |
| 65 Cartaxo | 151 Mirandela | 237 Santo Tirso | |
| 66 Cascais | 152 Mogadouro | 238 São Brás de Alportel | |
| 67 Castanheira de Pêra | 153 Moimenta da Beira | 239 São João da Madeira | |
| 68 Castelo Branco | 154 Moita | 240 São João da Pesqueira | |
| 69 Castelo de Paiva | 155 Monção | 241 São Pedro do Sul | |
| 70 Castelo de Vide | 156 Monchique | 242 São Roque do Pico | |
| 71 Castro Daire | 157 Mondim de Basto | 243 São Vicente | |
| 72 Castro Marim | 158 Monforte | 244 Sardoal | |
| 73 Castro Verde | 159 Montalegre | 245 Sátão | |
| 74 Celorico da Beira | 160 Montemor-o-Novo | 246 Seia | |
| 75 Celorico de Basto | 161 Montemor-o-Velho | 247 Seixal | |
| 76 Chamusca | 162 Montijo | 248 Sernancelhe | |
| 77 Chaves | 163 Mora | 249 Serpa | |
| 78 Cinfães | 164 Mortágua | 250 Sertã | |
| 79 Coimbra | 165 Moura | 251 Sesimbra | |
| 80 Condeixa-a-Nova | 166 Mourão | 252 Setúbal | |
| 81 Constância | 167 Murça | 253 Sever do Vouga | |
| 82 Coruche | 168 Murtosa | 254 Silves | |
| 83 Corvo | 169 Nazaré | 255 Sines | |
| 84 Covilhã | 170 Nelas | 256 Sintra | |
| 85 Crato | 171 Nisa | 257 Sobral de Monte Agraço | |
| 86 Cuba | 172 Nordeste | 258 Soure | |

PEQUENO
MÉDIO
GRANDE



1.4. Caracterização geral e importância financeira dos Municípios portugueses no contexto europeu

Como se mostra no Quadro 1.02, a dimensão média dos municípios portugueses não é inferior à da maioria dos países europeus,

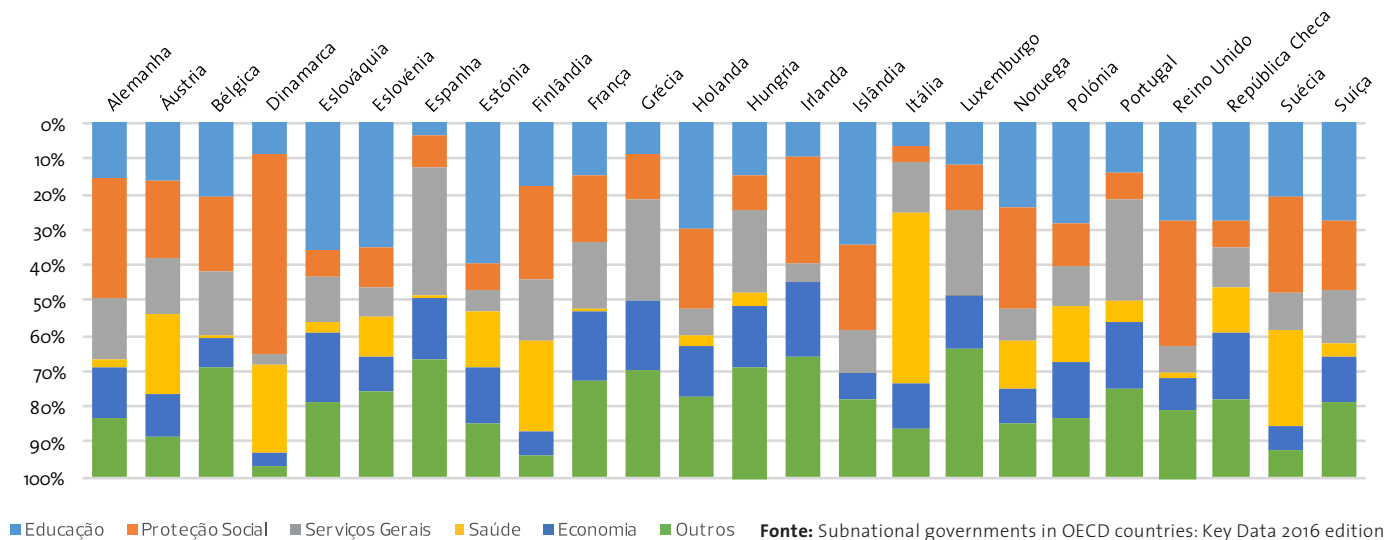
é até ligeiramente superior. Em termos de população, a média portuguesa (33,5 mil habitantes) é aproximada aos valores da Grécia, Suécia e Holanda e apenas é largamente ultrapassada pelos da Dinamarca, Irlanda e Reino Unido.

Quadro 1.02 – Caracterização dos Municípios Portugueses em perspetiva comparada

País	População média	PIB per capita (\$)	N.º Municípios	% Munic. ≤ 2000 habit.	% Munic. ≥ 20000 habit.	Despesa Municipal (% Despesa Pública)	Investimento Municipal (% Investimento Público)	Receita Municipal (% Receita Pública)
Alemanha	7.449	48.947	11.054	54%	6%	18,0%	33,1%	18,1%
Áustria	4.166	50.503	2.098	55%	1%	16,8%	27,6%	17,2%
Bélgica	19.177	46.607	589	1%	26%	13,3%	27,8%	14,3%
Dinamarca	58.459	49.021	98	1%	93%	65,0%	40,4%	66,1%
Eslováquia	1.854	30.460	2.930	85%	2%	15,8%	19,6%	18,1%
Eslovénia	9.739	32.730	212	12%	8%	18,2%	40,9%	19,4%
Espanha	5.720	36.318	8.124	72%	5%	13,7%	25,0%	16,9%
Estónia	16.657	29.741	79	5%	9%	23,1%	23,7%	23,6%
Finlândia	17.670	43.378	311	14%	18%	40,2%	54,3%	40,7%
França	1.885	41.364	35.357	86%	1%	19,8%	55,2%	21,3%
Grécia	33.181	26.746	325	7%	54%	7,1%	18,5%	7,7%
Holanda	44.816	50.540	380	1%	69%	31,7%	47,8%	31,6%
Hungria	3.088	26.701	3.178	76%	2%	12,9%	27,6%	14,1%
Irlanda	151.078	72.485	31	0%	100%	7,6%	15,3%	8,1%
Islândia	4.541	50.012	74	72%	4%	27,2%	35,0%	21,5%
Itália	7.617	38.370	7.960	44%	6%	28,9%	52,6%	31,0%
Luxemburgo	5.727	102.019	102	37%	3%	11,7%	35,8%	12,0%
Noruega	12.408	58.792	422	22%	13%	33,2%	41,6%	30,1%
Polónia	15.507	27.058	2.478	1%	14%	31,3%	35,7%	34,0%
Portugal	33.524	30.606	308	2%	41%	12,6%	52,0%	14,2%
Reino Unido	167.898	42.622	391	0%	100%	24,2%	34,8%	25,1%
República Checa	1.688	34.753	6.258	89%	1%	25,8%	41,2%	27,9%
Suécia	34.218	48.905	290	0%	42%	50,6%	50,3%	48,5%
Suíça	3.768	63.889	2.222	61%	2%	21,6%	31,4%	21,3%
Média	27.576	45.107	3.553	33%	26%	23,8%	36,1%	24,3%

Fonte: *Subnational governments in OECD countries: KEY DATA 2016 edition* – Dados relativos a 2016

Gráfico 1.02 – Distribuição das despesas locais por funções



A análise do Quadro 1.02 salienta uma outra característica relevante da Administração Local portuguesa em perspetiva comparada: o elevado grau de centralização financeira do Setor Público Administrativo (duas últimas colunas). As despesas locais dos municípios portugueses correspondem apenas a 12,6% do total das despesas públicas, valores que são dos mais baixos quando comparados com a média europeia (23,8%). No que diz respeito ao peso do investimento local no total de investimento público, Portugal apresenta um valor superior (52,0%) à média europeia (36,1%), o que sugere claramente uma maior intervenção, face aos homólogos europeus, dos municípios portugueses nas atividades de investimento público⁴. As receitas locais dos municípios portugueses correspondem a 14,2% do total das receitas públicas, valores muito abaixo da média europeia (24,3%).

⁴ A razão essencial deste facto deve-se à inexistência das Regiões Administrativas às quais caberiam competências mais amplas, de intervenção territorial mais alargada e que absorviriam algumas competências municipais. Assim o facto de aparentemente os municípios portugueses aparecerem com maior investimento financeiro, não será uma vantagem, mas pode ser antes uma desvantagem se comparado com o investimento total que os países organizados por regiões e municípios realizam. Estarão nesta situação a maioria dos países referidos no quadro em apreço.

O Gráfico 1.02 mostra a composição funcional das despesas locais do mesmo grupo de países, o que permite perceber as áreas de atividade local com mais peso nas despesas locais. No que diz respeito à função de educação, cuja média europeia é cerca de um quarto das despesas locais (20,5%), o peso em Portugal é muito inferior (14%). De forma ainda mais acentuada, o mesmo se passa com as despesas em proteção social e saúde (19,5% e 10,5% de média europeia respetivamente), em que intervenção dos municípios portugueses é bastante reduzida (7% nos dois casos). Ao invés, no caso das despesas relacionadas com as atividades económicas, o peso em Portugal (18%) é claramente superior à média (13,5%). Finalmente, mais de metade das despesas municipais portuguesas são consumidos com funções gerais (26%) e outras (29%), ao contrário da média dos países europeus, em que o peso somado destas duas funções totaliza os 36,2%.

1.5. Grupos Municipais⁵

A tendência de reformas do setor público, no sentido de impor critérios de eficiência, implicou um conjunto de reconfigurações nas formas organizacionais de prestação de serviços públicos. Um dos aspetos mais salientes dessa tendência foi a transferência da prestação de bens e serviços para outras entidades do setor público. Tal tendência também se verificou ao nível da Administração Local, com a profusão de atividades autárquicas transferidas para o SEL (Setor Empresarial Local). O Quadro 1.03 apresenta o número de autarquias que tinham, à data de 2016, constituído empresas municipais e/ou serviços municipalizados.

Pela análise do Quadro 1.03 verifica-se que, enquanto 48 municípios têm serviços descentralizados apenas numa empresa municipal, 37 municípios descentralizam em duas ou mais empresas municipais, sendo que apenas 8 municípios detêm 4 ou mais empresas. Ao mesmo tempo, 168 municípios participam pelo menos numa empresa intermunicipal (118 apenas numa, 44 em duas e 6 em três). No cômputo geral dos que descentralizam, a maioria dos

municípios tem apenas uma empresa municipal e, ou, participam em apenas uma empresa intermunicipal.

Ao invés, 223 municípios (157 pequenos, 59 médios e 7 grandes) não possuem empresas municipais, 140 municípios (86 pequenos, 39 médios e 15 grandes) não participam em empresas intermunicipais e uma larga maioria de municípios (281) não possuem serviços municipalizados (185 pequenos, 82 médios e 14 grandes).

A atual Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) impõe, no seu art.º 75º, que os municípios apresentem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo eles a entidade mãe ou consolidante⁶. É ainda referido que o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, definindo-se controlo como o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais da outra entidade, a fim de beneficiar das suas atividades.

⁵ Situações que visam ultrapassar a inexistência de Regiões Administrativas

⁶ À data de elaboração deste Anuário ainda não estavam disponíveis as Contas Consolidadas, pelo que as mesmas não serão aqui objeto de análise.

Quadro 1.03 – Número de serviços municipalizados e Entidades do Setor Empresarial Local

	Total	N.º de municípios com:											
		Serviços Municipalizados*		Empresas Municipais						Empresas Intermunicipais			
		0 SMs	1 SM	0 EMs	1 EM	2 EMs	3 EMs	4 EMs	5 EMs	0 EIM's	1 EIM	2 EIMs	3 EIMs
Municípios Pequenos	186	185	1	157	23	4	1	1	0	86	67	30	3
Municípios Médios	98	82	16	59	21	13	3	2	0	39	42	14	3
Municípios Grandes	24	14	10	7	4	7	1	2	3	15	9	0	0
Total de municípios	308	281	27	223	48	24	5	5	3	140	118	44	6
Total de Empresas e SMs	193		25		146 **					22		24	

* Existem dois Serviços Intermunicipalizados pertencente aos municípios de Loures e Odivelas e Oeiras e Amadora

** 137 são Empresas Municipais ou Entidades Empresariais Locais, 6 Sociedades Anónimas, 3 Sociedades por quotas

1.6. Alterações Administrativas versus Finanças Locais

No âmbito da implementação da designada Reforma da Administração Local, em 2012 foram introduzidas diversas reformas legais que alteraram significativamente o enquadramento financeiro, de controlo e de prestação de contas dos municípios portugueses. Algumas dessas alterações resultaram diretamente do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) a Portugal, em cujos memorandos de entendimento consta a menção explícita da necessidade de reorganizar as Administrações Local e Regional e a prestação de serviços da administração a nível local. Relativamente à Administração Local, o PAEF impunha um conjunto de compromissos que a seguir se resumem:

- Reduzir, em pelo menos 175 milhões de euros, as transferências para as Administrações Local e Regional, no âmbito do contributo deste subsetor para a consolidação orçamental;
- Submeter à Assembleia da República uma proposta de revisão da Lei das Finanças Locais, com vista a promover a sua adaptação aos princípios e normas adotadas pela nova Lei do Enquadramento Orçamental, nomeadamente no que se refere (i) à inclusão de todas as entidades públicas relevantes no perímetro das Administrações Local e Regional; (ii) ao enquadramento plurianual das regras de despesa, saldos orçamentais e regras de endividamento, e de orçamentação de programas; e (iii) à interação com as funções do Conselho das Finanças Públicas;
- Preparar uma avaliação abrangente da estrutura de tarifas das empresas públicas, incluindo das do SEL, a fim de reduzir o grau de subsidiação, bem como rever o seu nível do serviço público prestado;
- Avaliar os planos em curso de redução de custos operacionais, até ao final de 2011, em pelo menos 15% em média face a 2009, propondo cortes específicos por empresa pública, incluindo nas do SEL, que sejam consistentes com uma avaliação económica e financeira realista;
- Aplicar limites de endividamento mais restritos ao Setor Empresarial do Estado (SEE), extensíveis ao SEL;
- Elaborar um plano para reforçar a governação do SEE e do SEL, de acordo com as melhores práticas internacionais, que inclua uma avaliação da função acionista, dotando o Ministério das Finanças e da Administração Pública de um papel decisivo quanto

a questões de ordem financeira do SEE.

Diplomas com alterações legislativas de maior impacto na organização administrativa e do sistema financeiro dos municípios, no quadriénio 2012/2016:

- Lei n.º 22/2012, de 30 de maio – Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica;
- Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto – Aprova o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL);
- Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto – Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local;
- Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (vulgo Lei das Finanças Locais);
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Regime Jurídico das Autarquias Locais, estatuto das Entidades Intermunicipais e da transferência de competências (vulgo Lei das Autarquias Locais);
- Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto – Aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal, regulamentando o Fundo de Apoio Municipal.
- Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro – Regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio de funções sociais.

Do ponto de vista da atividade financeira do setor público local, a mais importante reforma foi a publicação do Novo Regime Financeiro (Lei n.º 73/2013 – RFALEI), que revoga a Lei n.º 2/2007, e cujo objetivo é *“ajustar o paradigma das receitas autárquicas à realidade atual, aumentar a exigência e transparência ao nível da prestação de contas, bem como dotar as finanças locais dos instrumentos necessários para garantir a efetiva coordenação entre a Administração Central e Local, contribuindo assim para o controlo orçamental e para a prevenção de situações de instabilidade financeira”* (Preâmbulo da Lei). O Novo Regime Financeiro aprovado em 2013 procura, assim, intervir fundamentalmente sobre o controlo e prevenção do desequilíbrio financeiro.

Dado que a autonomia financeira municipal deve ser exercida no contexto do equilíbrio financeiro global do setor público, os princípios constantes da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro), passaram a estar também plasmados na nova LFL (art.º 3.º); princípios: da estabilidade orçamental; da

solidariedade nacional recíproca; da transparência orçamental; da equidade intergeracional; além dos princípios da legalidade, da tutela inspetiva, da autonomia financeira e da justa repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais.

Neste âmbito, merece destaque ainda o princípio da coordenação entre finanças locais e finanças do Estado (art.º 11.º), a realizar através de um Conselho de Coordenação Financeira (CCF) (art.º 12º), que prevê a audição dos municípios antes da preparação do Programa de Estabilidade e Crescimento e da Lei do Orçamento de Estado. Esta coordenação estabelece-se tendo por base um quadro orçamental plurianual (art.º 44.º) que defina os limites, elaborados numa base móvel e atualizados anualmente, para a despesa e as projeções da receita de cada município no médio prazo. Este documento deverá ser elaborado em “articulação com as Grandes Opções do Plano”, submetido à Assembleia Municipal e ter natureza vinculativa.

O Novo Regime Financeiro introduz ainda mecanismos que se destinam a garantir o alerta precoce de desvios sinalizados por indicadores financeiros (art.º 56.º) e, se necessário, de recuperação financeira municipal (art.º 57.º). Entre outros instrumentos de regularização financeira, prevê-se a participação dos municípios num Fundo de Apoio Municipal (FAM), com contribuição obrigatória dos municípios (através do Fundo de Equilíbrio Financeiro – FEF), bem como do Governo Central, e que se traduz num mecanismo de solidariedade e coresponsabilidade financeira por parte da totalidade dos municípios.

Em 2012 foi também alterado o enquadramento do SEL. A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (alterada/aditada pelas Leis n.º 42/2016, de 28/12, Lei n.º 7-A/2016, de 30/03, Lei n.º 69/2015, de 16/07, e Lei n.º 53/2014, de 25/08) aprovou o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, revogando o anterior regime que datava de 20067. Em termos gerais, é substancialmente alterada a configuração jurídica do SEL, passando a ser inserido na agora designada “atividade empresarial autárquica”. O diploma legal atualmente ainda em vigor:

- i. Estabelece o regime geral aplicável aos serviços municipalizados;

- ii. Regula a atividade das empresas locais, que são genericamente as sociedades sujeitas à influência dominante dos municípios e das associações de municípios (ambos designados por “entidades públicas participantes”); e

- iii. Disciplina a aquisição e detenção de participações locais, que se traduzem nas participações sociais detidas pelas entidades públicas participantes noutras sociedades comerciais e, bem assim, a aquisição de outras participações, tais como em Fundações, em Cooperativas ou em Associações de direito privado.

Em primeiro lugar, introduz-se a imposição de significativos deveres de reporte de informação institucional e económico-financeira das entidades públicas participantes à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL). O incumprimento destes deveres de informação é sancionado com a retenção de 10% do duodécimo (sendo de 20% em caso de reincidência) das transferências correntes do Fundo Geral Municipal, no caso dos municípios, sendo sancionado com a suspensão imediata e automática das transferências financeiras do Estado, se o incumprimento for por parte de associações de municípios (art.ºs 42º e 44º).

Em segundo lugar, passam a estar sujeitos ao controlo prévio do Tribunal de Contas, quaisquer atos de constituição ou de participação em empresas locais, assim como de aquisição de participações sociais, pelas entidades públicas participantes. A fiscalização prévia do Tribunal de Contas incidirá, ainda, sobre quaisquer processos de fusão de empresas locais (art.ºs 54º e 56º).

Em terceiro lugar, passa a prever-se a possibilidade de integração de empresas locais em serviços municipalizados, assim como de fusão de empresas locais, bem como a mera internalização da atividade destas empresas nos serviços das respetivas entidades públicas participantes (art.ºs 64º e 65º).

Por último, destaca-se a criação de novas regras de dissolução das empresas locais, com a obrigatoriedade de extinção das mesmas, sempre que, nos últimos três anos: i) as respetivas vendas e prestações de serviços não cubram, pelo menos, 50% dos custos totais dos correspondentes exercícios; ii) o peso contributivo dos subsídios à exploração tenha sido superior a 50% das receitas; iii) o valor do resultado operacional subtraído do valor correspondente às amortizações e depreciações tenha sido negativo; ou ainda quando iv) o resultado líquido tenha sido negativo. O prazo para a

⁷ Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro.

deliberação de dissolução é de seis meses a contar da verificação de uma destas situações elencadas (art.º 62º).

Em alternativa à decisão de dissolução da empresa local, poderão as entidades públicas participantes alienar integralmente as respetivas participações detidas nas empresas locais. Quando se trate de meras participações locais, a alienação das participações, nos casos supra descritos, é obrigatória (art.º 66º).

A referida lei entrou em vigor a 1 de setembro de 2012, sendo que as entidades de natureza empresarial criadas ou constituídas ao abrigo de legislação anterior e sob a influência dominante das entidades públicas participantes, a par das sociedades comerciais participadas já existentes, ficaram obrigadas a adequar os seus estatutos no prazo de seis meses a contar daquele dia. É também de seis meses o prazo para as entidades públicas participantes determinarem a dissolução das empresas locais, ou, em alternativa, procederem à alienação integral das participações sociais que detenham nessas empresas, quando ocorram as circunstâncias enunciadas acima (art.º 62º)⁸.

1.7. Independência financeira⁹

No presente Anuário mantém-se a análise do rácio que relaciona as receitas próprias com as receitas totais para se aferir o grau de independência financeira dos municípios. Considera-se que existe independência financeira nos casos em que as receitas próprias¹⁰ representam, pelo menos, 50% das receitas totais.

Para melhor compreender a evolução deste indicador apresenta-se, de forma comparada para os doze anos compreendidos entre 2006 e 2017 e por grupos de municípios, o peso nas receitas totais

⁸ Não existe divulgada, até à data, qualquer avaliação sobre o nível de cumprimento destas diretrizes. Assim, apenas se pode concluir das alterações ocorridas, através da comparação entre as empresas existentes em 2016 e as existentes em 2012 (Capítulo 4 deste Anuário)

⁹ Este conceito não deve ser confundido com o de Autonomia Financeira, referido no art.º 6.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. Autonomia financeira refere-se ao princípio de que os municípios dispõem de finanças e património próprio, cuja gestão compete aos seus órgãos.

¹⁰ Tal como nas edições anteriores do Anuário, considera-se que receitas próprias do município são as receitas totais deduzidas das transferências e dos passivos financeiros.

das receitas próprias, das transferências e dos passivos financeiros. A análise é feita considerando os respetivos valores cobrados.

O Gráfico 1.03 mostra que o valor médio do nível de independência financeira, nos termos apresentados neste Anuário, no período 2006 a 2017 foi de 35,6% para o universo dos municípios, tendo crescido em 2014 cerca de 4,5 pontos percentuais, aumentado muito ligeiramente a partir de 2015 e diminuído aproximadamente 0,9 pontos percentuais em 2017. O ano de 2009 aparece assim como um ano crítico, já que as receitas próprias apresentam o valor mais baixo de todo o período considerado (e as transferências dos mais baixos), atingindo os passivos financeiros o valor mais elevado (cerca de 11%). No que concerne aos municípios das Regiões Autónomas (Gráficos 1.03A e 1.03M), a sua independência financeira é relativamente baixa, dado predominarem os municípios de pequena dimensão. No período em análise, na R.A. dos Açores a média foi de 21,2% e na R. A. da Madeira foi de 31,4%. Em geral observa-se desde 2014 um crescimento da sua independência financeira, mais acentuado na R.A. da Madeira em 2014 (aproximadamente 6,5 pontos percentuais). Tal reforço aparece associado à redução das receitas de transferências a partir de 2012 e sobretudo à redução das receitas de passivos financeiros a partir de 2013. Em 1017, destaca-se um aumento ligeiro dos passivos financeiros na R.A. dos Açores (1,3 p. p.) e mais acentuado R.A. da Madeira (2,6 p. p.)

Analisando a evolução deste indicador por grupos de municípios de acordo com a dimensão, verifica-se que as receitas próprias assumem um maior peso relativo nos municípios de grande dimensão (Gráfico 1.04)¹¹; representando estas, no período de 2006 a 2017, um valor médio de 64,5% das receitas totais, isto é, mais cerca de 30 pontos percentuais do que a média global. O aumento de 5% do nível de independência financeira em 2014 e a ligeira tendência crescente até 2017 estão associados essencialmente à descida de receita proveniente de transferências e à diminuição das receitas creditícias, conforme se poderá constatar pela leitura dos dados apresentados no Capítulo 2 deste Anuário.

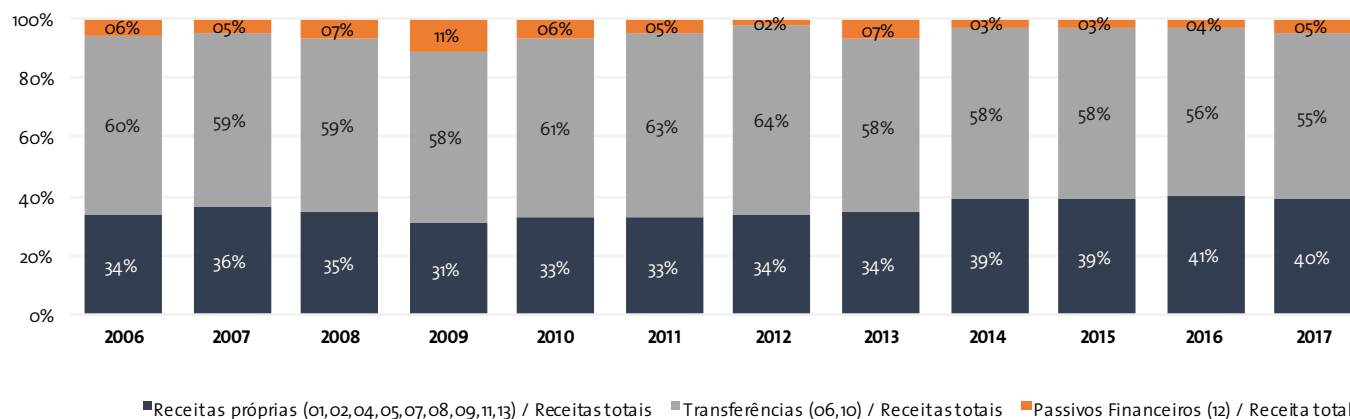
¹¹ Peso justificado pelo maior volume de receita fiscal auferida, nomeadamente, a proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT). Releva-se, ainda, o peso significativo, nos grandes municípios, do produto das cobranças das derramas lançadas sobre o lucro tributável das empresas (através do IRC).

Nos municípios de média dimensão (Gráfico 1.05), neste período as transferências do Estado e as receitas próprias contribuíram quase em partes iguais para a receita total, com o peso médio, respetivamente, de 47,9% e 46,4%. Neste grupo de municípios, o aumento do peso das receitas próprias, de 9 pontos percentuais entre 2013 e 2016, esteve mais associado à descida das receitas creditícias, tendo, neste equilíbrio de pesos, influenciado menos a descida do montante de transferências do Estado. Em 1017 observa-se um aumento de 2,9 p.p. nos passivos financeiros que se traduz numa descida ligeira do peso das receitas próprias e das transferências. Os recursos financeiros dos **municípios de pequena dimensão** (Gráfico 1.06) **dependem significativamente das transferências recebidas** através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)¹², as quais

representaram neste período, em média, 69% das receitas totais. O peso médio dos recursos próprios nas receitas totais foi apenas de 25,8%, o que significa apenas cerca de 1/4 da totalidade dos recursos financeiros gerados, traduzindo uma **independência financeira muito reduzida** nesta categoria de municípios. Em 2016 e 2017, este indicador de independência atingiu os valores de 30,7% e 30% respetivamente, um aumento ligeiro em relação a 2014, ano que se registou um crescimento de 3% face a 2013. As razões fundamentais do aumento de importância relativa das receitas próprias neste grupo de municípios, foram as mesmas que apontadas para a globalidade dos municípios: forte descida das transferências do Estado e diminuição do volume global dos empréstimos, nomeadamente de médio e longo prazo.

¹² Transferências do OE e provenientes da repartição dos recursos públicos entre o Estado e os municípios (nos termos do art.º 25.º da LFL, Lei nº 73/2013, de 3 de setembro), cujo objetivo, é exatamente providenciarem, através de subvenção criteriosa, o equilíbrio financeiro horizontal e vertical entre o exercício do poder central e dos poderes locais.

Gráfico 1.03 – Evolução da Independência Financeira dos 308 Municípios*



* Os valores percentuais são arredondados ao valor inteiro. Por essa razão, em alguns casos, a soma das três parcelas pode não ser igual a 100%

Gráfico 1.03.A – Evolução da Independência Financeira dos Municípios da R.A. dos Açores

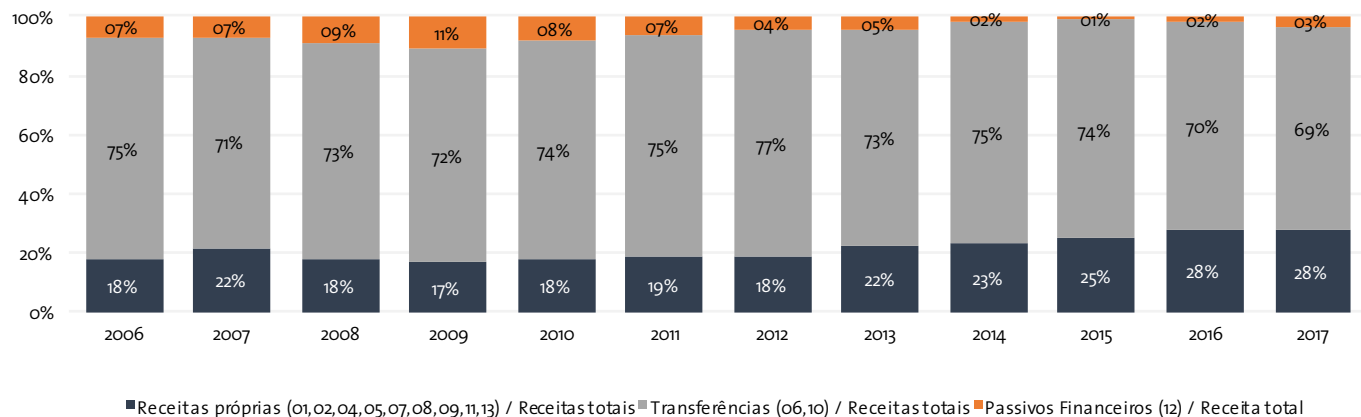


Gráfico 1.03.M – Evolução da Independência Financeira dos Municípios da R.A. da Madeira

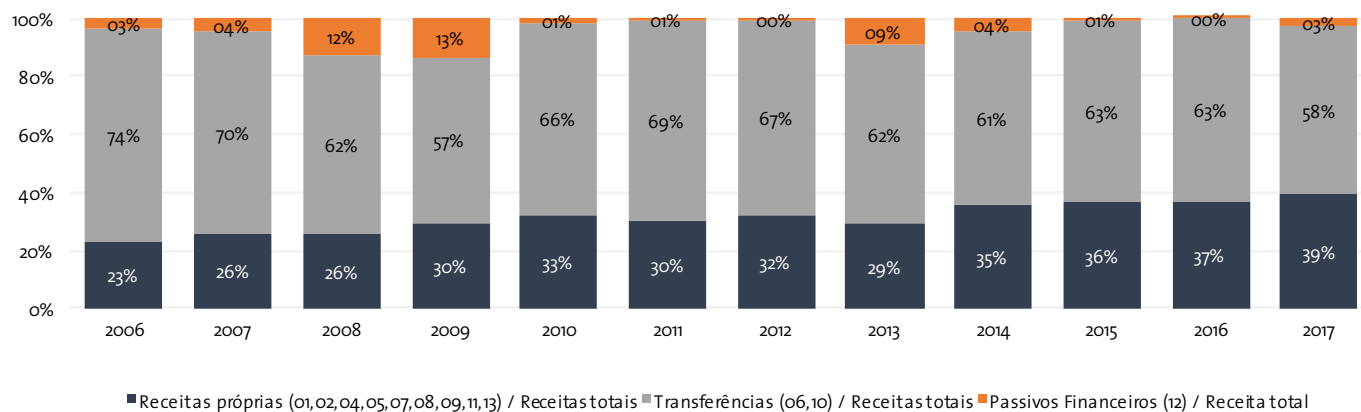


Gráfico 1.04 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Grande Dimensão

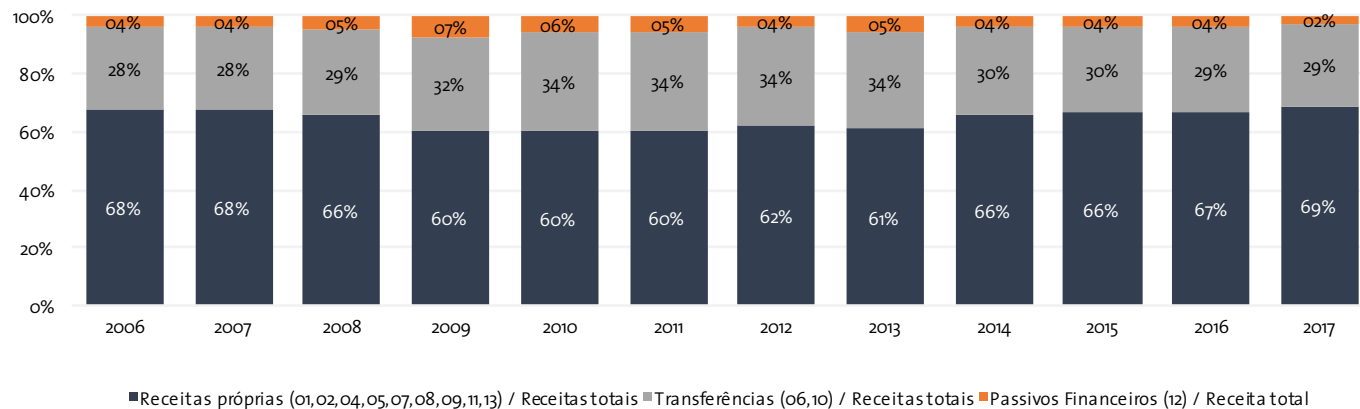


Gráfico 1.05 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Média Dimensão

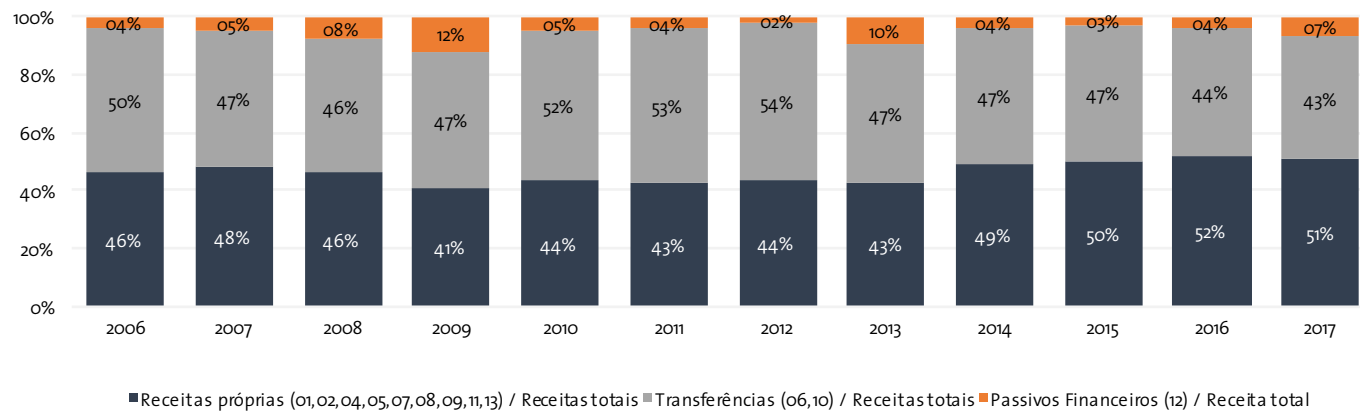
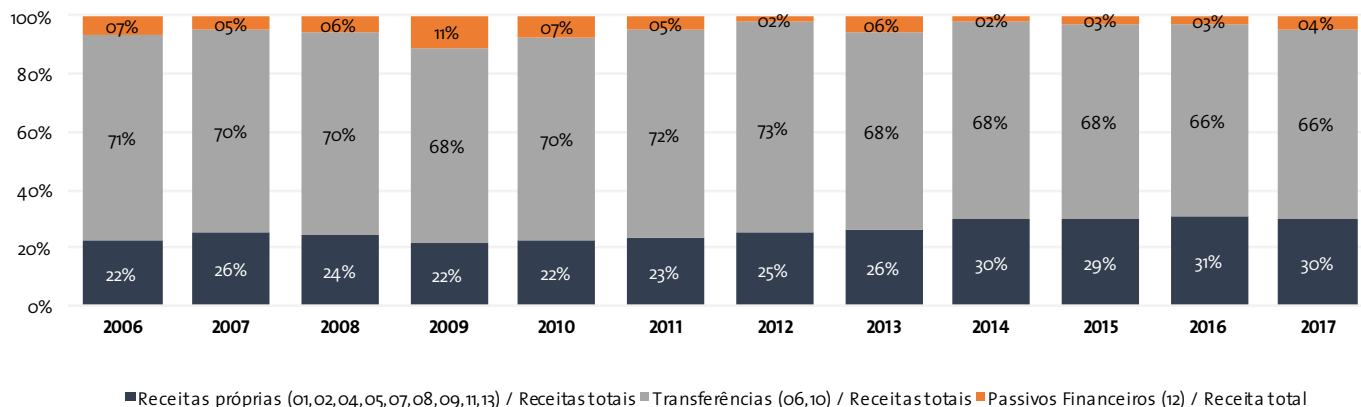


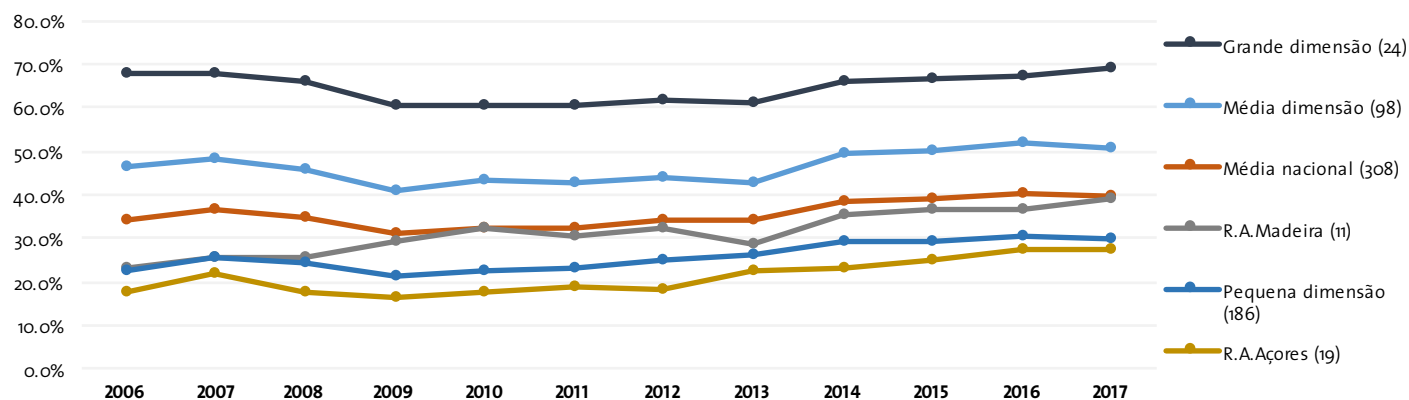
Gráfico 1.06 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Pequena Dimensão



Em 2017, o peso do recurso ao crédito (passivos financeiros) nas receitas totais da totalidade dos municípios situou-se no valor de 4,6%, mantendo a trajetória ascendente que se regista desde 2014, ano que se registou uma diminuição de 4,2 pontos percentuais face a 2013, o que corresponde a uma compensação quase total do aumento de cerca de 5% que se verificou em 2013 relativamente a 2012. O maior contributo para este aumento deveu-se principalmente ao grupo dos municípios de média dimensão.

O Gráfico 1.07 evidencia a evolução do peso relativo das receitas próprias na receita total autárquica no período de 2006 a 2017, por grupo de municípios. O valor do rácio médio da independência financeira cresce após 2013 devido, fundamentalmente, às razões já explicitadas de descida das transferências do Estado e à descida do montante utilizado (recebido como receita) no ano económico de empréstimos de médio e longo-prazo.

Gráfico 1.07 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios (2006 a 2017)



Atentas às razões apresentadas para a variação global do indicador da independência financeira, no Quadro 1.04, descreve-se a amplitude de variação dos níveis de independência financeira em 2017.

Quadro 1.04 – Independência Financeira em 2017

	Pequenos	Médios	Grandes	Total
N.º de municípios existentes	186	98	24	308
N.º de municípios analisados	186	98	24	308
Receitas próprias (01,02,04,05,07,08,09,11,13)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências+ Passivos Financeiros)				
% Média dos 308 municípios	30,0%	50,5%	68,9%	39,6%
% Mínima	4,8%	10,2%	47,7%	4,8%
	Fornos de Algodres	Cartaxo	Barcelos	
% Máxima	76,0%	90,9%	93,7%	93,7%
	Alcochete	Albufeira	Lisboa	
Transferências (06, 10)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências + Passivos Financeiros)				
Média dos 308 municípios	65,7%	42,5%	28,6%	55,4%
% Mínima	12,9%	6,2%	5,5%	5,5%
	Fornos de Algodres	Portimão	Lisboa	
% Máxima	93,3%	67,8%	52,3%	93,3%
	Corvo	Arcos de Valdevez	Barcelos	
Passivos Financeiros (12)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências + Passivos Financeiros)				
% Média dos 308 municípios	4,3%	6,9%	2,5%	5,0%
% Mínima	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	105 municípios	51 municípios	11 municípios	
% Máxima	82,3%	78,1%	13,1%	82,3%
	Fornos de Algodres	Cartaxo	Vila Franca de Xira	

– Da análise conjunta do quadro anterior e do Quadro 1.05, verifica-se que em 2017 são 81 (87 em 2016) os municípios que apresentam uma independência financeira igual ou superior a 50%. Destes, 23 são municípios de grande dimensão, 41 de média dimensão e 17 de pequena dimensão.

– Em 2017 verificou-se uma redução no número de municípios de média dimensão (-7) e um acréscimo no número de municípios de pequena dimensão (+1) que apresentam independência financeira igual ou superior a 50%.

Quadro 1.05 – Outros indicadores relevantes para os Municípios

	Dimensão	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
N.º de municípios com receitas próprias superiores ou iguais a 50% das receitas totais	Pequenos	7	11	13	5	9	7	8	9	14	14	16	17
	Médios	36	44	41	27	30	28	29	29	35	38	48	41
	Grandes	22	22	20	17	17	19	22	19	22	22	23	23
	Total	65	77	74	49	56	54	59	57	71	74	87	81
N.º de municípios com receitas próprias inferiores a 20% das receitas totais	Pequenos	98	74	90	97	89	81	64	54	33	35	28	35
	Médios	1	2	1	5	3	4	2	3	0	0	0	1
	Grandes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	99	76	91	102	92	85	66	57	33	35	28	36
N.º de municípios que não recorreram a empréstimos bancários	Pequenos	43	55	53	42	61	82	99	102	134	130	124	105
	Médios	26	26	19	16	31	36	47	37	56	59	57	51
	Grandes	5	9	6	4	6	3	5	7	12	10	10	11
	Total	74	90	78	62	98	121	151	146	202	199	191	167
N.º de municípios com receitas provenientes das transferências, superiores a 80% da receita total	Pequenos	46	37	47	35	50	56	57	37	25	27	21	22
	Médios	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0
	Grandes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	47	38	48	35	50	57	57	37	25	27	21	22

A observação do Quadro 1.05 permite ainda confirmar a baixa variabilidade em 2017 dos indicadores do peso das receitas próprias e das transferências do Estado nas receitas totais da autarquia, e a diminuição da utilização de empréstimos financeiros, pese embora o volume total de receita creditícia tenha aumentado neste ano económico. Verifica-se ainda que:

- 36 municípios (+10 do que em 2016) têm receitas próprias com níveis inferiores a 20% das receitas totais, sendo que 35 são de pequena e 1 de média dimensão.
- Os municípios com maior dependência das transferências para equilíbrio do seu orçamento (valor superior a 80% das receitas totais) foram na sua totalidade (22) municípios de pequena dimensão.
- Em 2017 há menos 24 municípios a recorrerem a empréstimos bancários (-19 municípios de pequena dimensão e -6 municípios de média dimensão com +1 município de grande dimensão).

No Ranking R1 são apresentados os 35 municípios com maior independência financeira no ano de 2017, mostrando também o valor do indicador para os dez anos anteriores. São municípios cujos recursos financeiros provêm mais das receitas próprias, onde os impostos e taxas têm papel central, e onde as transferências do Estado e empréstimos bancários se repercutem menos na estrutura da receita.

Ao confrontar este ranking com os relativos à receita apresentados no Capítulo 2, nomeadamente R7, R8 e R11, verifica-se que se trata, essencialmente, de municípios de grande e média dimensão, que apresentam maior peso das receitas fiscais na receita total municipal e ou apresentaram maior receita de IMI e IMT. São também municípios que, em 2017, ou viram as suas receitas de IMT e IMI aumentar de volume, ou as receitas provenientes das transferências do Estado e empréstimos bancários baixarem significativamente. Em 2017, o município de Lisboa lidera o ranking, com o rácio de

independência financeira de 93,7% (Oeiras em 2009, Vila Real de Santo António em 2010, Albufeira em 2011, Lisboa em 2012, Seixal em 2013, Lagoa (Algarve) em 2014, Albufeira em 2015 e Lisboa em 2016).

Pela observação do ranking, verificam-se outros municípios com variações significativas do valor deste indicador entre 2016 e 2017, dos quais se destacam: de forma positiva, Évora (+26,9%), Seixal (+22,3%), Grândola (+17,2%), Barreiro (+16,7%), Vila Nova de Gaia (+16,1%) e Azambuja (14,1%); de forma negativa, Vila Real de Santo António (-7,9%).

No Ranking R2 figuram os 35 municípios com menor independência financeira, ou seja, com menos captação de receitas próprias, nomeadamente impostos e taxas, e mais dependentes das transferências do Estado. Tratam-se de municípios de pequena dimensão com orçamentos pequenos, o que implica também que os empréstimos bancários, quando utilizados, apresentem peso relevante na estrutura da receita, pese embora em termos de volume tenham menor relevância. De 2008 a 2016 este ranking foi liderado pelo Corvo, passando a ser liderado pela município de Fornos de Algodres em 2017 que apresenta o valor de apenas 4,8% de independência financeira.

Analisada a estrutura da receita dos municípios destacados neste ranking, verifica-se que em alguns casos a independência financeira baixou abruptamente em 2017, designadamente em Cartaxo (-29,6%), Fornos de Algodres (-20,9%), Marco de Canaveses (-18,4%) e Alijó (-18%).

Relativamente à Região Autónoma dos Açores, o município com maior índice de independência financeira em 2017 foi Ponta Delgada (57,8%), que tem liderado o ranking desde 2008, com valores entre 39,7% (2008) e 57,8% (2017). O maior crescimento ocorreu no município de Ponta Delgada, com um aumento de 4,4 pontos percentuais em 2017 face a 2016.

Na Região Autónoma da Madeira, o líder do ranking em 2017 foi o Funchal (77,5%), que se mantém em primeiro lugar a nível de independência financeira da região desde 2014. De 2016 para 2017 a maior subida ocorreu em Ribeira Brava, que aumentou a sua independência financeira em 7,8%, e maior descida foi apresentada por Câmara de Lobos, que perdeu 5,8%.

R1 – Municípios que apresentam maior Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2017

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1 Lisboa	G	87,1%	86,8%	86,2%	71,9%	86,3%	78,9%	88,8%	75,3%	83,1%	87,2%	91,7%	93,7%
2 Albufeira	M	85,8%	84,9%	85,6%	69,7%	76,9%	83,1%	84,7%	75,1%	81,2%	89,5%	88,2%	90,9%
3 Lagoa (Algarve)	M	76,5%	79,9%	82,1%	78,8%	78,8%	81,6%	83,6%	73,3%	85,6%	88,2%	88,7%	87,0%
4 Lagos	M	74,7%	77,6%	83,4%	67,9%	75,8%	78,0%	83,5%	65,3%	85,1%	84,1%	86,9%	86,6%
5 Loulé	M	75,2%	85,7%	81,7%	67,3%	66,6%	69,3%	68,6%	62,9%	82,3%	80,2%	78,5%	84,2%
6 Porto	G	77,1%	77,6%	78,7%	72,2%	76,8%	75,5%	76,7%	77,7%	80,8%	75,9%	84,5%	82,1%
7 Cascais	G	79,1%	79,7%	79,5%	69,9%	70,2%	66,7%	65,2%	79,0%	81,5%	86,4%	84,7%	82,0%
8 Seixal	G	78,8%	81,7%	70,2%	73,3%	77,5%	72,1%	79,2%	81,3%	55,8%	80,8%	59,5%	81,8%
9 Sesimbra	M	82,1%	85,2%	81,0%	73,2%	76,5%	71,3%	66,0%	57,3%	75,3%	80,8%	80,1%	81,8%
10 Palmela	M	76,9%	77,9%	73,9%	60,1%	62,9%	70,2%	66,3%	69,1%	78,1%	78,7%	76,4%	77,6%
11 Funchal	G	62,8%	58,6%	61,6%	66,9%	66,5%	68,7%	67,0%	52,3%	72,9%	78,2%	77,0%	77,5%
12 Oeiras	G	79,2%	80,8%	74,8%	80,9%	81,4%	77,6%	79,7%	81,3%	84,1%	79,5%	77,3%	76,8%
13 Alcochete	P	65,9%	71,3%	71,1%	56,5%	68,5%	55,4%	59,3%	67,0%	73,7%	76,6%	78,0%	76,0%
14 Coimbra	G	67,8%	61,1%	65,9%	62,3%	60,0%	60,7%	55,7%	60,9%	72,5%	71,3%	69,8%	75,2%
15 Maia	G	72,9%	71,7%	76,6%	61,8%	66,9%	69,2%	72,1%	72,0%	70,6%	60,1%	76,7%	74,7%
16 Almada	G	72,6%	76,5%	71,8%	71,2%	64,8%	69,4%	68,7%	68,9%	74,8%	71,9%	76,2%	73,6%
17 Setúbal	G	69,6%	74,0%	77,4%	75,0%	71,6%	68,4%	66,3%	70,2%	77,2%	67,3%	69,4%	72,8%
18 Mafra	M	72,3%	82,2%	75,7%	75,9%	55,6%	68,4%	65,1%	60,8%	70,2%	72,9%	76,4%	72,0%
19 Tavira	M	66,3%	69,5%	63,3%	56,7%	61,4%	56,6%	60,7%	58,1%	63,7%	66,1%	71,8%	71,6%
20 Grândola	P	44,1%	50,8%	55,3%	57,6%	65,3%	45,1%	50,5%	52,5%	59,8%	59,3%	54,2%	71,4%
21 Barreiro	M	62,7%	65,7%	57,3%	62,8%	66,5%	68,2%	69,3%	53,2%	71,4%	71,3%	54,4%	71,1%
22 Ílhavo	M	68,2%	70,9%	60,4%	54,9%	57,7%	41,2%	41,4%	65,2%	65,3%	62,5%	62,1%	70,2%
23 Vila do Bispo	P	48,9%	58,7%	59,4%	42,8%	57,7%	53,6%	52,5%	57,6%	68,4%	65,8%	65,7%	70,1%
24 Vila Nova de Gaia	G	63,3%	51,6%	68,6%	61,7%	61,5%	63,0%	54,5%	52,9%	60,3%	64,3%	54,0%	70,0%
25 Figueira da Foz	M	55,3%	64,1%	61,2%	46,3%	54,0%	32,0%	58,9%	55,5%	67,9%	57,8%	64,6%	69,6%
26 Odivelas	G	67,7%	69,0%	64,7%	63,7%	56,6%	59,6%	62,1%	60,2%	67,2%	65,5%	66,1%	69,5%
27 Marinha Grande	M	65,6%	66,4%	58,0%	63,6%	61,2%	62,0%	57,9%	55,8%	66,1%	68,1%	66,0%	69,4%
28 Sintra	G	67,3%	63,8%	64,9%	59,5%	45,5%	60,1%	63,3%	61,5%	66,8%	68,0%	68,5%	69,2%
29 Montijo	M	68,7%	66,8%	70,4%	57,3%	56,3%	59,0%	59,7%	58,8%	65,0%	65,0%	66,4%	68,6%
30 Póvoa de Varzim	M	69,3%	73,0%	60,7%	53,2%	71,0%	68,2%	67,7%	56,7%	67,1%	64,5%	72,9%	67,9%
31 Leiria	G	58,1%	64,2%	52,6%	49,1%	55,9%	58,0%	56,6%	61,0%	63,1%	65,0%	64,2%	67,1%
32 Óbidos	P	67,9%	68,0%	72,1%	61,8%	58,8%	68,5%	72,6%	52,8%	65,9%	64,1%	67,6%	66,6%
33 Santa Cruz	M	38,9%	48,0%	33,7%	53,6%	49,1%	52,8%	63,2%	57,3%	34,1%	60,6%	67,1%	66,6%
34 Castro Marim	P	42,5%	51,3%	45,9%	43,6%	62,1%	56,2%	61,5%	51,1%	55,9%	62,6%	68,1%	66,6%
35 Loures	G	72,8%	76,5%	72,9%	54,7%	66,2%	63,4%	62,1%	62,8%	64,4%	63,4%	66,6%	66,5%

R2 – Municípios que apresentam menor Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2017

	Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1	Fornos de Algodres	P	--	18,4%	21,1%	17,6%	3,8%	17,8%	21,2%	23,6%	25,8%	27,0%	25,7%	4,8%
2	Corvo	P	4,0%	4,6%	4,8%	3,8%	2,0%	1,1%	1,2%	3,5%	2,8%	2,6%	4,1%	6,7%
3	Lajes das Flores	P	5,9%	5,2%	9,5%	5,0%	21,2%	12,8%	9,4%	8,3%	11,7%	9,6%	8,9%	8,8%
4	Cartaxo	M	37,7%	59,2%	31,1%	44,9%	64,0%	45,3%	37,3%	31,0%	29,4%	30,6%	39,8%	10,2%
5	Barrancos	P	6,8%	5,9%	6,3%	4,8%	5,4%	8,7%	8,3%	9,2%	9,5%	8,7%	11,6%	10,5%
6	Santa Cruz das Flores	P	2,5%	10,0%	7,0%	15,3%	7,2%	6,0%	8,9%	8,2%	6,5%	8,6%	11,0%	10,6%
7	Pampilhosa da Serra	P	10,0%	11,8%	15,9%	8,0%	8,6%	7,8%	8,5%	10,1%	13,2%	10,2%	10,7%	11,5%
8	Alcoutim	P	14,4%	13,2%	7,6%	9,8%	10,1%	9,8%	10,9%	9,8%	10,4%	10,6%	11,5%	12,6%
9	Mesão Frio	P	15,0%	20,8%	20,8%	18,7%	11,8%	21,5%	20,1%	21,9%	27,1%	24,8%	25,6%	14,0%
10	Monforte	P	10,0%	11,9%	10,9%	8,9%	11,7%	10,1%	10,6%	11,5%	15,6%	13,8%	17,0%	14,6%
11	Vinhais	P	19,2%	9,8%	10,8%	11,2%	10,2%	12,7%	9,3%	16,5%	16,3%	15,4%	16,4%	14,7%
12	Arronches	P	11,7%	15,0%	12,9%	13,8%	14,5%	12,3%	14,4%	18,2%	17,8%	13,7%	17,5%	15,0%
13	Ourique	P	19,1%	18,1%	16,3%	10,2%	11,7%	15,2%	16,0%	15,1%	19,3%	16,9%	16,3%	15,0%
14	Aljô	P	22,4%	20,2%	18,3%	11,5%	20,9%	26,8%	29,5%	33,1%	14,0%	29,6%	33,1%	15,1%
15	Vimioso	P	5,6%	6,0%	6,2%	7,1%	6,2%	13,0%	11,2%	13,9%	14,8%	14,4%	17,0%	15,5%
16	São Vicente	P	5,6%	8,2%	6,9%	8,1%	12,8%	12,7%	11,1%	17,0%	18,2%	16,5%	19,0%	16,4%
17	Nordeste	P	18,5%	4,7%	5,3%	4,4%	5,6%	5,4%	4,8%	2,9%	7,4%	14,4%	16,8%	16,4%
18	Vila de Rei	P	15,1%	13,6%	13,5%	10,0%	11,1%	9,5%	15,9%	16,1%	17,3%	16,7%	16,0%	16,5%
19	Mértola	P	11,6%	11,7%	10,6%	8,9%	11,1%	10,3%	12,9%	14,4%	17,0%	18,3%	17,4%	16,6%
20	F. Espada à Cinta	P	11,7%	18,1%	8,9%	6,7%	8,0%	7,8%	9,8%	6,8%	13,7%	16,5%	17,9%	16,7%
21	Torre de Moncorvo	P	11,4%	14,5%	15,9%	15,7%	17,1%	10,0%	22,6%	30,6%	28,0%	24,0%	26,9%	16,8%
22	Tarouca	P	16,2%	20,0%	18,0%	16,9%	12,0%	16,6%	21,5%	28,3%	27,1%	24,5%	24,3%	16,8%
23	Almodôvar	P	13,6%	15,1%	15,4%	10,3%	14,4%	15,9%	14,3%	15,7%	16,2%	18,6%	17,6%	17,3%
24	Mondim de Basto	P	10,8%	10,4%	11,7%	10,3%	4,0%	10,9%	13,8%	15,8%	18,7%	18,1%	17,7%	17,7%
25	Trancoso	P	13,4%	21,5%	15,6%	16,7%	12,4%	15,5%	17,5%	15,0%	16,7%	20,7%	21,9%	18,1%
26	Penedono	P	11,9%	20,6%	16,9%	13,6%	12,6%	14,2%	14,7%	16,7%	14,3%	17,0%	15,4%	18,4%
27	Oleiros	P	9,6%	24,4%	27,5%	18,4%	17,4%	16,2%	20,5%	25,4%	27,9%	20,0%	25,1%	18,4%
28	Murça	P	13,5%	13,1%	12,2%	11,2%	10,2%	9,2%	15,8%	17,0%	23,5%	18,5%	20,2%	18,5%
29	Santana	P	7,3%	7,5%	13,1%	7,3%	13,2%	13,5%	12,7%	11,0%	13,4%	13,4%	12,3%	18,6%
30	Avis	P	11,8%	17,3%	16,2%	16,1%	17,5%	15,7%	14,7%	20,4%	19,0%	20,3%	20,4%	18,9%
31	Fronteira	P	16,7%	33,0%	20,8%	24,4%	17,7%	14,3%	20,4%	16,6%	20,8%	21,1%	20,5%	19,6%
32	F. Castelo Rodrigo	P	11,0%	13,0%	14,6%	12,3%	10,8%	13,5%	18,8%	19,6%	20,5%	23,1%	19,4%	19,7%
33	Meda	P	11,9%	11,9%	10,9%	8,3%	11,9%	12,1%	19,0%	13,5%	22,5%	21,5%	20,9%	19,9%
34	Gavião	P	15,7%	15,6%	12,1%	19,2%	19,8%	25,3%	18,9%	21,0%	23,1%	21,6%	24,1%	19,9%
35	Crato	P	11,1%	15,2%	18,1%	15,5%	18,6%	21,5%	16,8%	19,2%	24,3%	23,9%	21,4%	19,9%

R2.A – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A. dos Açores – 2017

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1 Ponta Delgada	M	43,8%	49,0%	39,7%	50,4%	48,4%	49,9%	45,0%	49,3%	46,0%	50,2%	53,4%	57,8%
2 Lagoa (R.A.A)	P	39,6%	42,3%	35,8%	27,1%	31,7%	25,2%	30,9%	38,4%	42,7%	45,2%	49,1%	49,1%
3 Vila Franca do Campo	P	32,2%	44,4%	19,6%	32,2%	28,2%	11,3%	15,7%	30,9%	36,2%	35,5%	42,2%	42,1%
4 Ribeira Grande	M	23,3%	27,1%	20,6%	16,5%	19,7%	27,5%	25,4%	37,7%	37,4%	37,2%	39,3%	41,5%
5 Horta	P	21,9%	33,3%	29,8%	24,3%	29,1%	30,4%	32,8%	31,5%	29,3%	35,1%	40,6%	37,6%
6 Angra do Heroísmo	M	24,3%	28,4%	24,6%	22,8%	22,2%	19,5%	29,6%	31,9%	32,7%	28,9%	37,4%	36,0%
7 Povoação	P	11,4%	46,7%	20,6%	17,0%	13,2%	31,1%	20,3%	28,9%	22,0%	26,7%	29,2%	28,1%
8 Vila do Porto	P	11,2%	17,0%	17,7%	13,2%	14,7%	16,8%	15,4%	20,9%	20,5%	26,2%	30,7%	26,7%
9 Madalena	P	10,8%	13,0%	14,0%	12,5%	17,6%	19,0%	19,8%	23,1%	19,4%	21,6%	24,8%	26,6%
10 Vila da Praia da Vitória	M	30,8%	22,7%	25,8%	16,4%	20,9%	27,6%	16,6%	25,8%	29,8%	25,6%	26,1%	24,0%
11 Velas	P	13,8%	20,4%	15,0%	14,1%	12,3%	18,8%	15,7%	17,8%	24,0%	22,8%	26,7%	23,3%
12 Santa Cruz da Graciosa	P	19,2%	12,6%	14,1%	13,9%	11,6%	13,2%	11,3%	18,3%	18,1%	23,2%	23,4%	22,9%
13 São Roque do Pico	P	9,0%	15,4%	13,6%	8,6%	9,7%	11,0%	17,0%	19,5%	22,1%	19,6%	21,5%	22,0%
14 Calheta (R. A. A.)	P	9,4%	7,8%	12,3%	5,8%	14,3%	15,9%	16,1%	19,6%	20,2%	18,6%	21,9%	21,6%
15 Lajes do Pico	P	8,2%	10,8%	9,1%	13,0%	4,8%	14,0%	13,2%	9,1%	13,5%	21,7%	21,3%	20,9%
16 Nordeste	P	18,5%	4,7%	5,3%	4,4%	5,6%	5,4%	4,8%	2,9%	7,4%	14,4%	16,8%	16,4%
17 Santa Cruz das Flores	P	2,5%	10,0%	7,0%	15,3%	7,2%	6,0%	8,9%	8,2%	6,5%	8,6%	11,0%	10,6%
18 Lajes das Flores	P	5,9%	5,2%	9,5%	5,0%	21,2%	12,8%	9,4%	8,3%	11,7%	9,6%	8,9%	8,8%
19 Corvo	P	4,0%	4,6%	4,8%	3,8%	2,0%	1,1%	1,2%	3,5%	2,8%	2,6%	4,1%	6,7%

R2.M – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A. da Madeira – 2017

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1 Funchal	G	62,8%	58,6%	61,6%	66,9%	66,5%	68,7%	67,0%	52,3%	72,9%	78,2%	77,0%	77,5%
2 Santa Cruz	M	38,9%	48,0%	33,7%	53,6%	49,1%	52,8%	63,2%	57,3%	34,1%	60,6%	67,1%	66,6%
3 Porto Santo	P	34,5%	35,3%	55,1%	51,8%	54,2%	43,4%	53,7%	53,8%	61,4%	64,0%	53,9%	55,2%
4 Ponta do Sol	P	13,5%	24,1%	16,9%	21,6%	29,2%	25,5%	31,5%	28,9%	34,2%	27,1%	32,9%	36,9%
5 Calheta (R. A. M.)	P	17,1%	23,2%	16,3%	22,5%	25,4%	20,2%	21,8%	20,4%	27,7%	27,3%	31,9%	36,9%
6 Machico	M	27,6%	31,9%	24,1%	37,7%	40,2%	29,6%	32,1%	30,1%	61,0%	32,7%	33,4%	34,9%
7 Ribeira Brava	P	15,0%	11,8%	15,4%	13,1%	24,2%	21,5%	20,9%	19,4%	20,8%	29,6%	26,4%	34,2%
8 Porto Moniz	P	6,2%	8,3%	10,1%	9,4%	7,8%	9,8%	14,7%	12,8%	22,1%	21,9%	23,2%	29,4%
9 Câmara de Lobos	M	25,7%	28,4%	27,3%	33,9%	35,0%	37,0%	27,0%	15,1%	23,4%	30,1%	29,5%	23,7%
10 Santana	P	7,3%	7,5%	13,1%	7,3%	13,2%	13,5%	12,7%	11,0%	13,4%	13,4%	12,3%	18,6%
11 São Vicente	P	5,6%	8,2%	6,9%	8,1%	12,8%	12,7%	11,1%	17,0%	18,2%	16,5%	19,0%	16,4%

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS

2.1. Introdução

No presente capítulo pretende-se evidenciar a execução orçamental dos Municípios¹³, apresentando referenciais financeiros reportados a 2017 para o universo dos 308 Municípios portugueses. São analisadas as componentes orçamentais da receita e da despesa municipal, com relevância para as de maior peso na respetiva estrutura, apresentando-se a sua evolução e privilegiando-se para o efeito, o período entre 2006 e 2017.

Este Anuário manteve, no essencial, a metodologia adotada nos últimos anos, pelo que, em relação à receita, se analisaram a previsão orçamental, a liquidação¹⁴, a cobrança, bem como os saldos orçamentais.

Relativamente à despesa, os factos financeiros objeto de análise e de comparação foram as despesas previstas¹⁵, os compromissos assumidos (no exercício e para exercícios futuros), os pagamentos efetuados e os compromissos assumidos por pagar.

Os montantes foram examinados globalmente para os 308 municípios, por natureza económica, tanto no que respeita à receita como à despesa, com especial atenção para a respetiva estrutura e evolução, quer em termos absolutos quer em termos relativos.

¹³ A informação orçamental apresentada neste capítulo agrega apenas a atividade financeira desenvolvida pela estrutura administrativa dos municípios em sentido estrito, sem inclusão da atividade financeira do sector empresarial local e outras entidades afins. Num capítulo autónomo, Capítulo 4, e no anexo I, constará a informação económico-financeira considerada mais relevante relativa aos municípios e suas participadas.

¹⁴ Corresponde à receita liquidada, reportando-se ao momento da constituição do direito a cobrar ou a receber (por regra, através de uma nota de liquidação ou de cobrança).

¹⁵ Mais correntemente referidas como Despesas Orçadas.

Sempre que possível é prestada informação organizada por agrupamentos de municípios de acordo com a sua dimensão, mantendo-se os critérios adotados nos anteriores anuários de subdivisão dos municípios em grupos de grande, média e pequena dimensão¹⁶. Também e sempre que a situação o justifique, se apresenta informação discriminada relativa a conjuntos de municípios hierarquizados de acordo com critérios apresentados ou indicadores disponíveis para análise.

Com as listagens hierarquizadas de municípios (*rankings*) relativas a rácios e indicadores da receita e da despesa pretendeu-se, essencialmente, facilitar o conhecimento de diferentes problemáticas do sector municipal, em termos de gestão orçamental, através de elementos concretos e analíticos.

2.2. Receitas Municipais

A inscrição orçamental e contabilística da receita municipal obedeceu ao disposto no classificador económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, sendo agrupada de acordo com a sua natureza económica em **receitas correntes**, **receitas de capital** e **outras receitas**. Em cada um destes grupos a receita foi classificada por capítulos, como se apresenta no Quadro 2.01.

¹⁶ Conforme classificados no Capítulo 1 do presente Anuário.

Quadro 2.01 – Classificação económica da Receita orçamental municipal

Receitas correntes	Receitas de capital	Outras receitas
01- Impostos diretos 02- Impostos indiretos 04- Taxas, multas e outras penalidades 05- Rendimentos de propriedade 06- Transferências correntes 07- Venda de bens e serviços correntes 08- Outras receitas correntes	09- Venda de bens de investimento 10- Transferências de capital 11- Ativos Financeiros 12- Passivos Financeiros 13- Outras receitas de capital	15- Reposições não abatidas nos pagamentos 16- Saldo da gerência anterior

2.2.1. Execução global do Orçamento da Receita

No Quadro 2.02 apresentam-se os montantes globais de receita prevista, liquidada e cobrada pelo universo total dos municípios entre 2006 e 2017. A receita prevista corresponde à receita inicial

estimada, acrescida das alterações orçamentais à receita realizadas ao longo do ano e, por isso, retrata a previsão de receita corrigida ao longo do ano económico.

Quadro 2.02 – Orçamento e Execução da Receita Total¹⁷

Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Receitas previstas iniciais	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	9 269,1
Receitas previstas corrigidas (a)	11.123,6	11.215,2	11.572,3	13.002,0	12.995,1	12.595,6	11.674,3	10.855,5	9.323,9	8.784,0	8.802,2	9.276,5
Receitas liquidadas* (b)	7.140,2	7.599,2	7.789,8	8.291,3	7.978,1	7.887,7	7.699,3	7.769,7	7.465,9	7.525,0	7.799,4	8.389,0
Receitas por cobrar no início do ano (c)	398,8	542,6	558,8	612,9	651,3	713,5	789,2	778,4	750,1	858,2	809,2	834,7
Receitas cobradas líquidas** (d)	7.001,0	7.541,6	7.746,9	8.198,0	7.859,5	7.771,6	7.683,4	7.806,3	7.337,2	7.518,4	7.738,0	8.311,5
Diferença entre receita prevista e receita cobrada (a-d)	4.122,6	3.673,6	3.825,4	4.804,0	5.135,6	4.824,1	3.990,8	3.049,1	1.986,8	1.265,5	1.064,2	965,0
Diferença entre receita prevista e a receita liquidada (a-b)	3.983,4	3.616,0	3.782,5	4.710,7	5.017,0	4.707,9	3.789,0	3.085,8	1.858,0	1.259,0	1.002,8	887,5
Receita por cobrar no final do ano (b+c)-d	538,0	600,2	601,7	706,3	770,0	829,7	805,1	741,8	878,8	864,8	870,6	912,2
Receitas cobradas/(receitas liquidadas + receitas por cobrar no início do ano (d/(b+c))	92,9%	92,6%	92,8%	92,1%	91,1%	90,4%	90,5%	91,3%	89,3%	89,7%	89,9%	90,1%
Receitas liquidadas/Receitas previstas (b/a)	64,2%	67,8%	67,3%	63,8%	61,4%	62,6%	66,0%	71,6%	80,1%	85,7%	88,6%	90,4%
Grau de execução da receita cobrada (d/a)	62,9%	67,2%	66,9%	63,1%	60,5%	61,7%	65,8%	71,9%	78,7%	85,6%	87,9%	89,6%

* Deduzidas das liquidações anuladas

** Correspondem às receitas cobradas brutas deduzidas dos reembolsos e restituições.

¹⁷ Os valores apresentados para a receita prevista, liquidada e cobrada, não incluem o saldo de gerência anterior. Essa informação será incluída aquando da comparação entre a receita obtida e a despesa gasta.

Nos Quadros 2.03 e 2.04 apresentam-se as variações das receitas referidas acima para o período em análise.

O Gráfico 2.01 complementa a informação prestada nos quadros

2.03 e 2.04, permitindo uma melhor compreensão da evolução da receita prevista, liquidada e cobrada entre 2006 e 2017.

Quadro 2.03 – Variação da Receita (em valores absolutos)

Unidade: milhões de euros

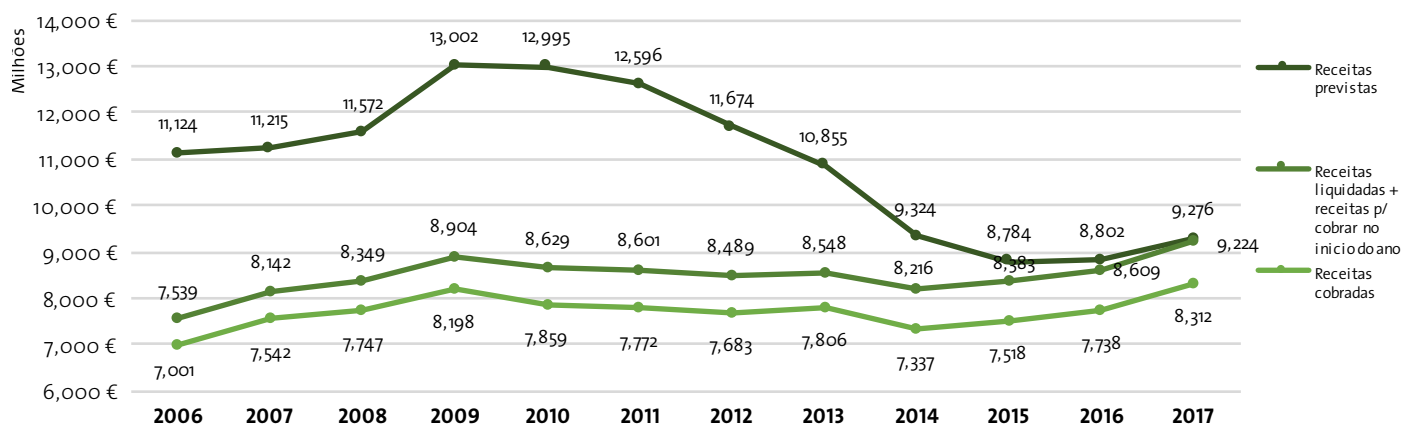
Variação das Receitas	06-07	07-08	08-09	09-2010	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17
Variação da Receitas previstas corrigidas	91,6	357,1	1.429,6	-6,8	-399,4	-921,4	-818,8	-1.531,5	-540,0	18,2	474,3
Variação da Receitas liquidadas*	459,1	190,5	501,6	-313,2	-90,4	-188,4	70,3	-303,8	59,1	274,4	589,6
Variação da Receitas cobradas	540,6	205,2	451,1	-338,5	-87,9	-88,1	122,9	-469,1	181,3	219,6	573,5

*Deduzidas das anulações de liquidações.

Quadro 2.04 – Taxas de Variação da Receita

Taxas de Variação das Receitas	06-07	07-08	08-09	09-2010	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17
Variação da Receitas previstas corrigidas	0,8%	3,2%	12,4%	-0,1%	-3,1%	-7,3%	-7,0%	-14,1%	-5,8%	0,2%	5,4%
Variação da Receitas liquidadas	6,4%	2,5%	6,4%	-3,8%	-1,1%	-2,4%	0,9%	-3,9%	0,8%	3,6%	7,6%
Variação da Receitas cobradas	7,7%	2,7%	5,8%	-4,1%	-1,1%	-1,1%	1,6%	-6,0%	2,5%	2,9%	7,4%

Gráfico 2.01 – Evolução das Receitas¹⁸



¹⁸ Não incluem o saldo da gerência anterior.

Da observação dos quadros e gráficos anteriores pode-se concluir que no ano económico de 2017 os municípios, apresentaram uma melhoria significativa do comportamento orçamental da receita, com realce para os seguintes indicadores:

- O montante global de **receita liquidada** foi de 8.389 M€, ou seja, +589,6 milhões de euros (+7,6%) que em 2016. Este foi o **maior crescimento da receita liquidada nos últimos doze anos**.
- Também a **receita cobrada** cresceu **7,4%** (+ 573,5 milhões de euros que em 2016) atingindo o montante de 8.311,5 milhões de euros.
- Mais se anota que **entre 2006 e 2017 a cobrança líquida da receita aumentou 18,7%**, isto é +1.310,5 milhões de euros, fruto do elevado crescimento verificado em 2017.
- **O ano de 2017 apresentou o maior grau de execução da receita cobrada** (peso da receita cobrada na receita prevista) com o rácio de **89,6%**, superando o de 2016 em 1,7%. **O aumento de valor deste rácio atesta o maior rigor na elaboração dos orçamentos e uma gestão autárquica cada vez mais arredada do inflacionamento das receitas**.
- Também, em 2017 se verificou o maior rácio de execução da receita liquidada¹⁹ (razão entre a receita prevista e a receita liquidada), ao liquidar-se 90,4% do orçamento estimado (+1,8% que em 2016 e +26,2% que em 2006).
- **Em 2017 o montante de receita estimada e não liquidada foi de 887,5 milhões de euros** (-115,3 M€ que em 2016), enquanto em 2006 essa diferença tinha sido de 3 983,4 milhões de euros. Em 2010 o montante de receita orçada e não liquidada atingiu o valor mais elevado ao totalizar 5.017 milhões de euros.
- Realça-se o facto de, em 2017, a um aumento da receita prevista de +5,4% (+474,3 M€) corresponder um crescimento muito superior de receita cobrada de +7,4% (+573,5 M€)

¹⁹ Estes indicadores reforçam o maior controlo orçamental exercido pelos municípios e um maior cumprimento pelas regras orçamentais da previsão da receita, pois de outra forma não seria possível reduzir, tão drasticamente, a diferença entre a receita prevista e a receita liquidada e a receita arrecada. A diminuição drástica de excedente orçamental da receita, indicia um novo período de vida na gestão financeira municipal, com maior atenção dada à sustentabilidade financeira e um maior esforço de redução de um dos principais fatores indutores do desequilíbrio da mesma – a inflação do orçamento.

Sobre a evolução das receitas autárquicas entre 2006 e 2017 anota-se:

- **Uma diminuição significativa do montante da Receita Prevista**, que reduziu, nestes doze anos, 1,9 mil milhões de euros, isto é -17%;
- **Um aumento significativo da receita cobrada**, que cresceu, no mesmo período, 1,3 mil milhões de euros (+18,5%);
- **A diferença entre a receita orçada e a receita cobrada baixou significativamente** passando de um diferencial de 4,1 mil milhões de euros em 2006 para 964,4 milhões e euros em 2017.

Contudo:

Apesar da média global de execução do orçamento da receita ter sido bastante elevado em 2017, dois municípios, Nazaré e Celorico da Beira, apresentaram neste ano um grau de execução inferior a 50% da receita orçada²⁰.

- Nazaré tem apresentado este rácio com valor inferior a 50%, desde 2006. Celorico da Beira só em 2010 apresentou uma execução da receita superior a 50% (55,4%).
- Analisando as contas, de 2017, destes dois municípios, constata-se que foram duas as causas desta baixa execução orçamental da receita: a baixa execução das transferências de capital e a reduzida ou inexistente concretização de empréstimos financeiros. Assim:
 - Em relação ao município de Nazaré, verificou-se uma execução de 26,4% do montante previsto de transferências de capital (- 4,4 milhões de euros que o previsto) e uma execução de receitas creditícias de apenas 1,9%, isto é, ficaram por contratualizar 30,3 milhões de euros previstos em orçamento.
 - Em relação ao município de Celorico da Beira, foi executado 22% das transferências de capital (-2,6 milhões de euros que o previsto) e não foi concretizado nenhum montante de empréstimo bancário dos 11,6 milhões previstos no orçamento.

Os Gráficos 2.01.A e 2.01.M mostram a evolução da receita orçada, liquidada e cobrada, no período entre 2006 e 2017, nas Regiões Autónomas, permitindo apreciar a evolução destes indicadores.

²⁰ Em 2016 estiveram nesta situação seis municípios.

Quadro 2.05 – Municípios com grau de execução da receita cobrada igual ou inferior a 50%, em 2017²¹

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1 Nazaré	P	40,6%	45,7%	38,7%	42,2%	34,4%	28,7%	29,6%	27,3%	22,7%	48,6%	30,6%	27,9%
2 Celorico da Beira	P	41,0%	43,0%	39,6%	35,9%	55,4%	41,4%	44,5%	28,2%	28,1%	29,2%	44,6%	37,2%

Gráfico 2.01.A – Evolução das Receitas dos Municípios da R.A. dos Açores

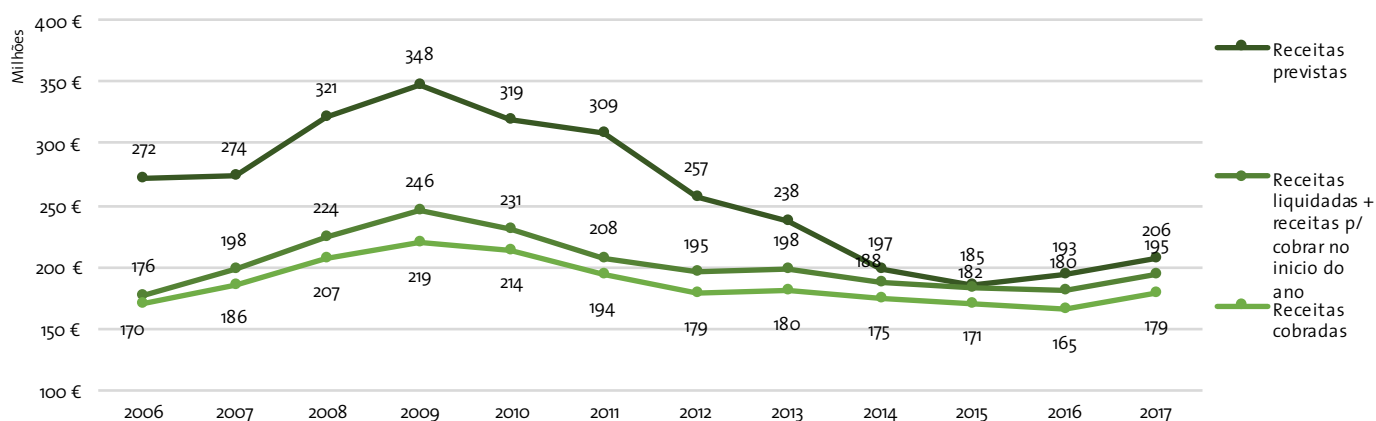
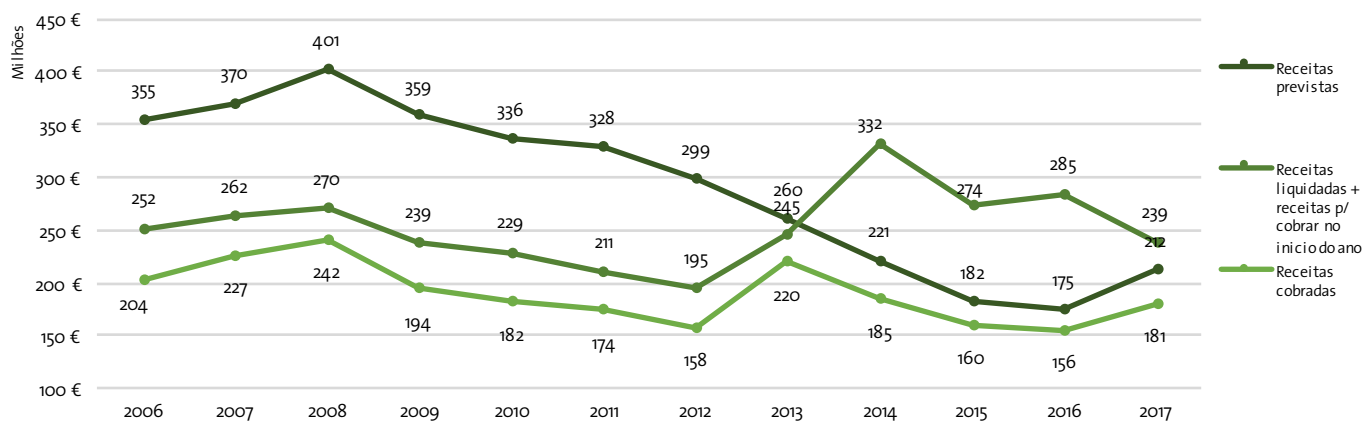


Gráfico 2.01.M – Evolução das Receitas dos Municípios da R.A. da Madeira

²¹ Não incluem o saldo da gerência anterior.

O Gráfico 2.01.A revela a continuidade do esforço desenvolvido pela Região Autónoma dos Açores, em relação ao ajustamento da previsão das receitas à real capacidade de cobrança e obtenção das mesmas, reduzindo, ainda mais, a diferença entre a receita prevista e a liquidada e aumentando o montante de receita cobrada em comparação com a obtida em 2016.

Também a Região Autónoma da Madeira, Gráfico 2.01.M, revela a continuidade de esforço dos seus municípios no ajustamento da previsão das receitas à capacidade de cobrança das mesmas. Embora, na globalidade tenha aumentado o volume de receita prevista, a mesma correspondeu a uma subida significativa de receita

cobrada, pelo que o indicador de execução orçamental da receita melhorou significativamente nesta região autónoma.

Da análise do grau de execução da receita dos municípios açorianos resultou o quadro 2.06.A, do qual se observa:

– Na Região dos Açores, seis dos dezanove municípios apresentaram grau de execução igual ou superior a 90%.

– Apenas dois municípios apresentaram um grau de execução da receita inferior a 70%, mas acima dos 50%.

Relativamente aos municípios da região da Madeira apresenta-se quadro homólogo (Quadro 2.06-M) com o grau de execução das receitas.

Quadro 2.06.A - A Grau de execução da receita cobrada em 2017 dos Municípios da R.A. dos Açores

Município		Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1	Ponta Delgada	M	62,4%	72,4%	74,9%	76,6%	66,7%	64,0%	70,9%	73,2%	91,2%	93,9%	91,5%	101,5%
2	Ribeira Grande	M	50,9%	59,7%	57,9%	63,8%	66,0%	59,5%	68,7%	91,4%	106,6%	102,3%	92,7%	101,4%
3	Povoação	P	58,9%	87,7%	50,9%	52,0%	67,4%	70,1%	61,5%	75,1%	76,7%	81,1%	94,4%	95,0%
4	Lagoa (R.A.A)	P	64,9%	69,1%	64,6%	62,1%	57,2%	71,3%	77,6%	83,1%	86,8%	93,9%	95,6%	94,9%
5	Vila Franca do Campo	P	46,0%	45,3%	59,9%	57,5%	52,3%	48,5%	76,7%	90,0%	86,4%	101,1%	98,6%	92,9%
6	Santa Cruz da Graciosa	P	49,0%	75,6%	80,6%	74,1%	76,1%	72,8%	79,5%	68,8%	91,2%	89,6%	83,1%	92,5%
7	Lajes das Flores	P	62,0%	76,5%	83,3%	62,0%	94,0%	80,5%	60,1%	52,4%	79,5%	85,5%	85,4%	89,8%
8	Santa Cruz das Flores	P	77,3%	93,3%	84,9%	62,6%	83,3%	99,1%	89,2%	70,0%	88,8%	89,5%	83,9%	87,6%
9	Calheta (R. A. A.)	P	41,6%	48,6%	35,4%	79,4%	76,3%	75,8%	81,7%	50,9%	98,6%	101,6%	106,1%	87,5%
10	Angra do Heroísmo	M	65,3%	77,8%	65,2%	54,5%	73,0%	76,1%	79,9%	83,5%	84,3%	96,0%	90,4%	87,5%
11	Praia da Vitória	M	82,7%	84,0%	74,7%	55,3%	73,7%	69,9%	68,6%	82,9%	89,2%	91,7%	86,6%	85,6%
12	Velas	P	67,1%	60,0%	61,4%	60,7%	56,9%	71,6%	73,5%	88,4%	100,7%	104,8%	96,1%	79,9%
13	Nordeste	P	58,3%	52,1%	48,9%	41,6%	42,6%	31,6%	40,4%	77,2%	104,8%	99,7%	95,1%	79,4%
14	Lajes do Pico	P	63,0%	66,1%	56,2%	34,9%	73,3%	57,8%	50,6%	82,3%	71,5%	83,5%	76,2%	77,3%
15	Horta	P	74,1%	71,0%	78,5%	69,5%	68,3%	65,3%	69,1%	67,2%	83,3%	82,6%	71,3%	74,1%
16	Corvo	P	65,0%	66,9%	66,2%	77,6%	70,4%	72,7%	79,4%	63,7%	97,0%	83,8%	74,5%	74,1%
17	São Roque do Pico	P	75,2%	66,6%	56,7%	59,6%	68,6%	64,8%	58,9%	62,2%	100,4%	97,5%	92,7%	71,0%
18	Madalena	P	66,6%	79,1%	66,2%	75,9%	62,7%	54,9%	56,2%	62,0%	69,4%	78,1%	76,4%	62,3%
19	Vila do Porto	P	89,6%	77,7%	72,9%	82,3%	86,4%	74,8%	92,5%	94,6%	99,4%	69,9%	42,0%	57,6%
Grau execução Receita - Açores			62,5%	67,8%	64,3%	63,0%	67,1%	62,8%	69,5%	76,0%	89,0%	92,2%	85,6%	86,9%
Grau execução Receita - Nacional			62,9%	67,2%	66,9%	63,1%	60,5%	61,7%	65,8%	71,8%	78,7%	85,6%	87,9%	89,6%

Quadro 2.06.M – Grau de execução da receita cobrada em 2017 dos Municípios da R.A. da Madeira

Município	Dim	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1	Machico	M	54,2%	54,4%	64,7%	46,1%	46,2%	46,5%	36,1%	89,9%	93,6%	92,4%	96,7%	101,3%
2	Santa Cruz	M	54,8%	53,3%	62,9%	47,4%	47,3%	44,5%	47,1%	74,1%	64,8%	74,9%	95,0%	100,0%
3	Calheta (R. A. M.)	P	38,4%	52,7%	54,7%	46,7%	48,0%	46,8%	46,7%	73,9%	89,6%	98,4%	63,9%	99,3%
4	São Vicente	P	62,0%	61,1%	52,3%	52,4%	51,8%	47,2%	54,0%	56,6%	70,5%	94,1%	94,5%	96,2%
5	Porto Santo	P	48,3%	82,5%	61,8%	44,7%	36,1%	55,8%	52,0%	84,9%	99,1%	106,0%	96,0%	94,9%
6	Câmara de Lobos	M	49,8%	49,5%	52,8%	40,3%	41,4%	34,4%	34,0%	74,0%	101,6%	82,6%	79,0%	88,3%
7	Santana	P	63,9%	76,7%	72,9%	81,3%	57,2%	52,2%	64,1%	83,0%	102,0%	102,4%	89,0%	86,7%
8	Funchal	G	64,1%	75,2%	70,1%	68,5%	72,8%	71,8%	66,9%	97,4%	88,7%	88,4%	93,9%	79,4%
9	Ponta do Sol	P	62,1%	44,8%	64,1%	51,0%	51,7%	65,3%	75,9%	96,4%	98,6%	93,5%	80,4%	78,0%
10	Porto Moniz	P	44,8%	36,9%	35,5%	33,2%	50,7%	57,2%	52,3%	94,3%	91,3%	99,8%	84,4%	71,7%
11	Ribeira Brava	P	68,2%	51,9%	39,8%	46,9%	32,0%	30,5%	37,3%	50,2%	63,3%	83,9%	90,3%	69,7%
Grau execução Receita - Madeira			57,4%	61,3%	60,2%	54,2%	54,3%	53,1%	53,0%	84,5%	83,3%	88,2%	89,2%	85,2%
Grau execução Receita - Nacional			62,9%	67,2%	66,9%	63,1%	60,5%	61,7%	65,8%	71,8%	78,7%	85,6%	87,9%	89,6%

Da observação do quadro anterior releva-se:

- A taxa média de execução do orçamento da receita, em 2017, para municípios da Região Autónoma da Madeira (RAM) foi de 85,2%.
- Apenas dois municípios apresentaram uma execução da receita inferior a 75% da receita prevista.

Antes de se passar para a análise da estrutura da receita desagregando-a pelas suas diferentes componentes orçamentais, dada a forte discrepância do montante de receita recebida entre os municípios de grande dimensão e os restantes, bem como o elevado diferencial entre o município de Lisboa e os outros municípios, apresenta-se o *Ranking* R3 relativo aos 35 municípios com maior volume de receita cobrada em 2017, com informação relativa aos anos anteriores. Nesta listagem encontram-se todos os municípios de grande dimensão.

Reportando ao *Ranking* R3 e relativamente ao ano de 2017, poder-se-á observar:

- A amplitude da receita recebida entre o primeiro e o trigésimo quinto município foi superior a 767 milhões de euros. O trigésimo quinto município deste *ranking* - Município de Viseu – arrecadou

apenas 6,2% da receita cobrada por Lisboa. Anota-se que a população residente de Viseu representa 19,3% da população residente de Lisboa.

- A diferença de receita cobrada entre o primeiro (Lisboa) e o segundo município (Cascais) do *ranking* foi superior a 602 milhões de euros, sendo que, no ano anterior, esta mesma diferença foi manifestamente inferior totalizando, então, 498,9 milhões de euros.

- Mais se verifica que, em 2017, as receitas cobradas pelo município do Porto corresponderam a 26,2% das receitas cobradas por Lisboa, sendo que a população residente no Porto representa 43,4% da população residente em Lisboa.

- A receita cobrada por Lisboa, em 2017, cresceu 23,9%, isto é, aumentou 157 milhões de euros contribuindo para 27,4% do acréscimo líquido da receita cobrada pela totalidade dos municípios.

R3 – Municípios com maior volume da receita cobrada*, em 2017

Unidade: milhões de euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				Δ 16-17 %
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1 Lisboa	G	570,445	554,807	528,448	669,602	600,698	579,701	832,666	546,366	623,142	710,672	659,640	817,138	23,9%
2 Cascais	G	143,172	148,981	145,129	142,716	159,762	153,954	142,244	129,650	143,391	149,474	160,780	215,120	33,8%
3 Porto	G	192,260	199,338	198,579	204,291	193,838	190,929	164,847	189,546	176,337	169,517	223,597	214,066	-4,3%
4 Sintra	G	134,012	166,903	142,232	152,564	201,524	160,095	167,535	157,459	147,527	155,296	158,331	168,112	6,2%
5 Oeiras	G	121,048	124,541	135,192	130,107	113,261	111,162	109,570	107,509	116,634	119,639	127,621	151,246	18,5%
6 Portimão	M	43,489	51,787	59,445	56,411	46,741	45,597	38,730	42,997	45,033	51,033	82,671	139,995	69,3%
7 Vila Nova de Gaia	G	117,780	170,265	141,080	138,828	119,690	133,915	123,619	138,673	129,122	123,231	162,968	131,586	-19,3%
8 Matosinhos	G	84,110	85,533	95,041	107,260	105,491	117,087	110,137	101,642	86,593	108,245	121,813	127,347	4,5%
9 Aveiro	M	45,317	46,600	75,857	57,741	46,798	39,058	40,175	42,910	48,046	52,806	54,039	116,015	114,7%
10 Loures	G	93,104	118,591	119,859	128,572	107,313	103,021	109,518	104,455	100,217	104,619	104,997	114,222	8,8%
11 Loulé	M	90,875	106,783	98,620	105,060	97,992	89,378	91,120	111,290	95,727	105,482	112,092	109,341	-2,5%
12 Seixal	G	70,853	80,793	92,445	82,570	81,607	74,582	79,245	80,835	110,988	81,133	119,996	92,609	-22,8%
13 Braga	G	69,651	76,107	80,947	96,848	92,573	87,573	84,166	99,302	86,282	85,646	84,357	90,343	7,1%
14 Almada	G	74,840	80,868	79,356	76,218	88,613	82,854	78,594	77,446	76,923	83,086	81,533	87,749	7,6%
15 VN Famalicão	G	64,715	72,229	76,698	78,322	82,949	82,440	86,571	63,124	71,989	71,680	88,621	86,469	-2,4%
16 Guimarães	G	65,426	68,185	70,228	83,239	85,554	101,100	91,654	78,095	76,516	86,156	84,356	85,197	1,0%
17 Amadora	G	92,619	80,030	80,992	87,620	84,784	90,626	84,526	74,200	77,342	76,357	78,728	84,280	7,1%
18 Coimbra	G	81,655	94,166	86,572	96,231	88,311	97,786	94,018	87,123	78,971	77,997	87,200	83,993	-3,7%
19 Albufeira	M	62,954	78,431	73,444	76,463	61,213	58,974	61,037	78,751	79,430	87,034	78,341	83,314	6,3%
20 Setúbal	G	55,425	62,084	64,488	62,419	57,810	61,969	66,325	63,932	64,507	81,430	83,277	81,115	-2,6%
21 Funchal	G	81,003	94,284	91,245	78,651	83,148	77,748	74,229	112,045	72,875	70,364	73,141	76,665	4,8%
22 Vila do Conde	M	52,249	57,404	58,578	58,606	52,104	53,999	46,033	82,966	47,091	46,416	47,549	73,966	55,6%
23 Odivelas	G	53,523	63,224	57,738	63,311	69,343	64,282	61,893	57,892	65,177	65,748	64,396	72,241	12,2%
24 Gondomar	G	84,410	60,577	74,550	81,796	72,476	86,729	70,391	77,240	58,023	63,816	65,472	68,639	4,8%
25 Vila Franca de Xira	G	58,500	71,366	70,573	66,488	69,434	69,109	67,718	64,142	59,538	54,441	57,633	68,494	18,8%
26 Leiria	G	54,672	60,438	75,198	68,263	57,562	61,070	57,981	60,475	63,505	64,474	69,461	68,090	-2,0%
27 Maia	G	62,532	85,576	77,280	77,407	68,356	61,815	61,201	55,655	55,563	74,489	66,585	66,299	-0,4%
28 Viana do Castelo	M	42,441	47,762	50,425	55,259	54,048	54,695	50,757	55,544	48,330	61,076	55,354	63,933	15,5%
29 Cartaxo	M	18,169	16,505	28,414	13,274	20,409	15,858	14,970	15,625	25,098	21,164	17,580	63,302	260,1%
30 SM Feira	G	54,962	59,363	72,325	68,512	61,897	63,979	57,387	76,761	63,821	58,896	59,289	62,703	5,8%
31 Mafra	M	50,919	53,221	47,607	53,301	55,236	49,096	50,241	47,543	51,999	56,340	57,507	62,146	8,1%
32 Faro	M	35,092	34,476	36,843	43,158	30,990	41,000	33,154	30,313	56,669	37,923	39,096	53,269	36,3%
33 Barcelos	G	54,275	54,748	54,384	52,932	59,374	53,358	56,165	60,972	59,187	54,262	52,688	52,847	0,3%
34 Lagos	M	46,795	51,925	44,641	45,605	37,314	37,825	40,265	49,550	42,216	46,629	47,898	51,316	7,1%
35 Viseu	M	45,703	44,648	52,434	47,537	60,944	53,955	48,790	49,488	45,360	48,166	48,675	50,555	3,9%

* Não inclui saldo das gerências anteriores.

Da análise do *ranking* supra pode-se, ainda, concluir:

– Dos 35 municípios elencados, nove apresentaram decréscimo de receita cobrada em relação a 2016, sendo que destes há a referir, pelo peso assinalável de descida de receita, os municípios de **Vila Nova de Gaia** (-31 milhões de euros; -19,3% da receita) e **Seixal** (-27 milhões, -22,8% de receita arrecadada). Esta descida de receita deveu-se essencialmente à **diminuição dos passivos financeiros**, respetivamente, em -35,8 M€ e -31,3 M€.

– Quanto ao município do **Porto**, a diminuição da receita cobrada adveio, fundamentalmente, da descida de receitas relacionadas com “outras receitas de capital” (-14,9M€) e com a descida de rendimentos de propriedade (-8,9M€). Em termos líquidos a receita do **Porto**, em relação a 2016, baixou 4,3%.

– Analisando as contas dos municípios deste *ranking* que apresentaram maior aumento de receita, constatou-se que em relação a seis deles (Oeiras, Portimão, Aveiro, Vila do Conde, Cartaxo e Faro) se deveu ao **aumento de empréstimos bancários** e os restantes ao aumento de receitas fiscais, de transferências correntes e de capital, e ao aumento de receitas provenientes de venda de bens e serviços e bens de capital, sendo de realçar:

– Relativamente a **Lisboa**, foi o aumento da coleta fiscal em +105 milhões de euros a principal causa do acréscimo de 23,9% da sua receita total. Não se pode deixar de referir, também, o acréscimo de receita resultante do aumento do produto da venda de serviços correntes e bens de capital em cerca de +28,8 milhões de euros.

– O acréscimo da receita do município de **Cascais** deveu-se, essencialmente, ao aumento da receita fiscal em + 27,4 milhões de euros e ao aumento dos passivos financeiros em +13 milhões de euros. Este município apresentou, ainda, uma receita de 3,9 milhões de euros de ativos financeiros, relativo à alienação da participação em empresas.

– O município de **Oeiras** apresentou um acréscimo de receita em +23,6 milhões de euros devido, essencialmente, ao aumento de receitas fiscais (+18,8M€) e ao aumento das transferências correntes e de capital (+6,1M€).

– Quanto aos municípios de Portimão, Aveiro, Vila do Conde, Cartaxo, Faro e Vila Franca de Xira constata-se que o aumento de receitas se deveu, fundamentalmente, à utilização de emprésti-

mos bancários respetivamente de +51,7 M€, + 64,5 M€, +24,8 M€, +45,8 M€, +13,8 M€ e +8,8 M€.

– Anota-se que os municípios de **Aveiro**, **Cartaxo** e **Portimão**, contraíram ao abrigo do Fundo FAM empréstimos nos valores respetivamente de +64,5 M€, +49,1M€ e +84,9€.

Seguindo a metodologia adotada já no último Anuário apresenta-se autonomamente a situação equivalente dos municípios das Regiões Autónomas.

R3.A – Volume da receita cobrada* dos Municípios da R.A. dos Açores, em 2017

Unidade: milhões de euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				Δ 16-17 %
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1 Ponta Delgada	M	31,996	35,952	40,666	42,904	35,690	33,148	33,694	31,749	34,237	33,109	31,749	38,272	20,5%
2 Ribeira Grande	M	16,914	23,938	28,008	32,472	29,063	21,460	20,386	17,796	18,630	20,383	19,997	20,275	1,4%
3 Angra do Heroísmo	M	16,369	19,328	18,391	17,767	21,469	19,099	16,878	17,363	17,296	19,405	17,186	17,018	-1,0%
4 Praia da Vitória	M	13,380	14,120	16,968	17,697	23,609	14,196	11,383	12,208	10,410	11,523	12,068	14,406	19,4%
5 Horta	P	12,676	9,963	11,236	13,349	10,915	10,563	9,193	10,319	11,640	10,434	9,976	10,946	9,7%
6 Lagoa (R. A. A)	P	8,494	9,173	13,687	12,906	11,933	13,586	11,267	9,442	9,590	9,918	9,924	10,314	3,9%
7 Vila Franca do Campo	P	8,217	9,257	18,053	8,130	7,146	21,528	21,664	9,517	8,652	9,212	8,050	8,498	5,6%
8 Madalena	P	6,652	7,593	7,751	8,852	6,200	5,910	5,318	6,923	7,193	6,870	7,249	7,301	0,7%
9 Velas	P	5,709	5,907	6,226	6,504	6,471	5,682	5,300	5,061	5,650	6,031	6,090	7,276	19,5%
10 Povoação	P	5,889	8,698	5,444	6,076	7,181	7,447	5,016	5,797	6,511	5,979	6,035	6,208	2,9%
11 Lajes do Pico	P	5,677	5,660	6,431	5,196	12,686	5,232	5,846	9,992	7,105	5,628	5,297	5,394	1,8%
12 Nordeste	P	8,018	7,319	5,700	6,774	6,793	5,117	5,666	15,889	8,274	5,159	5,289	5,389	1,9%
13 Vila do Porto	P	7,960	4,885	5,290	7,053	5,136	4,876	5,155	4,818	5,502	5,422	5,607	5,374	-4,2%
14 Calheta (R. A. A)	P	4,907	6,562	5,348	11,100	4,675	4,094	3,854	4,058	4,751	5,525	4,608	4,714	2,3%
15 Santa Cruz da Graciosa	P	3,565	5,037	4,390	4,836	5,413	5,555	5,331	4,649	4,758	3,869	3,892	4,593	18,0%
16 São Roque do Pico	P	4,119	4,170	4,509	7,316	7,748	6,139	3,981	4,162	4,027	4,493	4,538	4,574	0,8%
17 Santa Cruz das Flores	P	4,671	3,187	2,714	3,292	3,787	3,650	2,777	3,259	4,109	2,963	2,687	3,354	24,8%
18 Lajes das Flores	P	2,827	3,115	3,911	5,453	6,473	3,345	3,634	4,996	5,031	2,996	2,981	3,051	2,4%
19 Corvo	P	1,890	1,888	1,871	1,660	1,732	3,225	2,474	2,437	1,996	1,937	1,833	2,000	9,1%
Total - Açores		169,928	185,752	206,595	219,339	214,120	193,854	178,818	180,434	175,362	170,856	165,055	178,955	-3,4%
Total - Nacional		7.001,043	7.541,619	7.746,868	8.197,965	7.859,462	7.771,565	7.683,443	7.806,307	7.337,171	7.518,439	7.737,999	8.299,184	7,3%
Açores/Total Nacional (%)		2,43%	2,46%	2,67%	2,68%	2,72%	2,49%	2,33%	2,31%	2,39%	2,27%	2,13%	2,16%	1,1%

* Não inclui saldo das gerências anteriores.

Da análise ao quadro do *Ranking R3.A*, verifica-se que em 2017:

– Na totalidade, a receita dos municípios dos Açores aumentou 13,9 milhões de euros (8,4%), sendo que em 2016 tinha apresentado uma descida de 5,8 milhões de euros (-3,4%), na linha de descidas consecutivas verificadas desde 2013.

– Há, contudo, dois municípios açorianos cujas receitas baixaram ligeiramente: Angra do Heroísmo (-1%) e Vila do Porto (-4,2%). Pela análise das respetivas contas, verifica-se que a diminuição de receita em relação ao ano anterior ocorreu, no primeiro caso ao decréscimo de receita proveniente de Transferências de Capital (-560.031 €), de Ativos Financeiros (-354.106 €) e de Outras Receitas de Capital (-136.382 €), no segundo caso ao decréscimo de “Outras receitas correntes” (-173.190 €) e de receitas de capital (-106.199 €).

– Com aumentos assinaláveis de receita relevam-se os seguintes municípios açorianos: Ponta Delgada (+20,5%, devido, essencialmente, ao aumento de impostos diretos (+2.497.152 €), rendimentos de propriedade (+2.204.390 €) e transferências de capital (+1.040.465 €)); Santa Cruz das Flores (+24,8%, devido ao acréscimo de transferências de capital (+415.517 €) e de passivos financeiros de (+131.505 €)); Velas (19,5%, devido ao acréscimo de transferências de capital (+255.234 €) e de passivos financeiros (+816.667 €)); Praia da Vitória (+19,4%, devido ao acréscimo de transferências de capital (+1.192.292 €) e de passivos financeiros (+603.894 €)) e Santa Cruz da Graciosa (+ 18%, devido ao acréscimo de passivos financeiros (+600.000 €)).

R3.M – Volume da receita cobrada* dos Municípios da R.A. da Madeira, em 2017

Unidades: milhões de euros

Município		Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				Δ 16-17 %
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1	Funchal	G	81,003	94,284	91,245	78,651	83,148	77,748	74,229	112,045	72,875	70,364	73,141	76,665	4,8%
2	Santa Cruz	M	19,786	21,867	32,906	19,885	19,814	17,516	17,221	18,344	32,903	20,237	19,056	25,534	34,0%
3	Câmara de Lobos	M	20,256	21,778	26,498	18,282	18,651	13,852	11,960	23,489	16,143	12,773	11,411	20,548	80,1%
4	Calheta (R. A. M.)	P	9,865	12,270	15,384	8,550	9,081	10,502	9,687	13,907	10,535	11,812	9,657	11,682	21,0%
5	Machico	M	15,276	14,621	21,335	12,521	11,993	14,474	10,878	11,091	16,283	9,442	9,153	9,640	5,3%
6	Ribeira Brava	P	12,812	15,898	14,389	16,139	8,581	9,360	7,170	8,823	8,599	6,765	7,021	7,907	12,6%
7	Santana	P	11,474	11,125	8,154	12,311	7,069	7,061	6,222	6,619	6,962	6,279	6,120	6,761	10,5%
8	Ponta do Sol	P	8,992	7,140	10,031	6,921	6,839	7,131	5,480	6,243	5,429	7,058	6,118	6,296	2,9%
9	São Vicente	P	9,902	8,744	9,079	10,104	5,769	5,714	6,766	5,432	5,361	6,081	5,353	5,889	10,0%
10	Porto Moniz	P	6,879	7,319	5,578	5,443	6,435	5,502	4,489	5,452	4,650	4,850	4,812	5,341	11,0%
11	Porto Santo	P	7,612	11,858	7,207	5,431	4,811	5,512	4,316	8,641	4,842	4,786	4,346	4,296	-1,1%
Total - Madeira			203,857	226,905	241,807	194,238	182,190	174,373	158,417	220,088	184,582	160,446	156,189	180,561	-2,7%
Total - Nacional			7.001,043	7.541,619	7.746,868	8.197,965	7.859,462	7.771,565	7.683,443	7.806,307	7.337,171	7.518,439	7.737,999	8.299,184	7,3%
Açores/Total Nacional (%)			2,91%	3,01%	3,12%	2,37%	2,32%	2,24%	2,06%	2,82%	2,52%	2,13%	2,02%	2,18%	7,8%

* Não inclui saldo das gerências anteriores.

Quanto ao *Ranking* R3.M relativo à Região da Madeira haverá a referir relativamente ao ano económico de 2017:

- A receita global dos municípios da Região da Madeira cresceu 24,4 milhões de euros (+15,6%), após descidas consecutivas desde 2013. Todavia, o valor total arrecadado, em 2017 foi ainda inferior, em -61,2 milhões de euros, ao montante de receita auferido em 2008 devido ao facto de, nesse ano, tanto o valor total de transferências correntes e de capital, como o relativo aos passivos financeiros terem superado os do presente ano económico, respetivamente, em +38 M€ e em +30 M€.
- A receita líquida de sete dos onze municípios da Madeira cresceu mais que 10%, devendo-se este crescimento, essencialmente, ao aumento da receita fiscal (+13,8 M€) e de transferências correntes e de capital (+5 M€). No caso de Santa Cruz e Câmara de Lobos verificou-se, também, aumento de empréstimos bancários (+2,1 M€ e 4 M€, respetivamente) tendo o seu peso na receita total destes municípios sido, respetivamente, de 31,8% e 43,7%
- A descida de receita do município de Porto Santo deveu-se essencialmente à diminuição das transferências correntes

(-91.120 €), dos impostos diretos e indiretos (-71.008 €) e da venda de bens e serviços (-16.524 €).

Retomando a análise em termos nacionais, apresentam-se no *Ranking* R4 os 35 municípios com menor volume de receita arrecadada em 2017, com referência aos montantes arrecadados nos onze anos anteriores.

- Como se poderá verificar são todos municípios de pequena dimensão, sendo que o município que auferiu menor receita (Corvo) cobrou um montante que representou apenas 0,2% do montante coletado pelo maior município do País (Lisboa).
- Anota-se que 9 destes trinta e cinco municípios apresentaram, em 2017, diminuição de receita. As descidas mais significativas em termos percentuais foram protagonizadas pelos municípios de Freixo de Espada à Cinta (-11,2%) e Vila Nova da Barquinha (-9,3%). No primeiro caso devido à diminuição das transferências de capital e no segundo caso devido à diminuição das transferências correntes e de capital.

R4 – Municípios com menor volume da receita cobrada*, em 2017

Unidades: milhões de euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				Δ 16-17 %
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1 Corvo	P	1,890	1,888	1,871	1,660	1,732	3,225	2,474	2,437	1,996	1,937	1,833	2,000	9,1%
2 Lajes das Flores	P	2,827	3,115	3,911	5,453	6,473	3,345	3,634	4,996	5,031	2,996	2,981	3,051	2,4%
3 Santa Cruz das Flores	P	4,671	3,187	2,714	3,292	3,787	3,650	2,777	3,259	4,109	2,963	2,687	3,354	24,8%
4 Barrancos	P	3,722	5,170	4,616	5,460	5,071	4,019	3,571	3,735	3,522	3,760	3,955	4,056	2,5%
5 Porto Santo	P	7,612	11,858	7,207	5,431	4,811	5,512	4,316	8,641	4,842	4,786	4,346	4,296	-1,1%
6 São Roque do Pico	P	4,119	4,170	4,509	7,316	7,748	6,139	3,981	4,162	4,027	4,493	4,538	4,574	0,8%
7 Santa Cruz da Graciosa	P	3,565	5,037	4,390	4,836	5,413	5,555	5,331	4,649	4,758	3,869	3,892	4,593	18,0%
8 Calheta (R. A. A.)	P	4,907	6,562	5,348	11,100	4,675	4,094	3,854	4,058	4,751	5,525	4,608	4,714	2,3%
9 Alvito	P	3,943	4,008	4,676	5,470	4,876	5,815	4,614	4,255	4,240	4,466	4,990	4,756	-4,7%
10 Castanheira de Pera	P	5,721	4,886	5,278	4,649	4,613	8,045	8,825	4,325	4,373	4,566	4,789	5,010	4,6%
11 Manteigas	P	6,116	5,586	6,686	6,876	6,461	5,409	5,997	5,914	5,508	8,054	5,450	5,294	-2,9%
12 Porto Moniz	P	6,879	7,319	5,578	5,443	6,435	5,502	4,489	5,452	4,650	4,850	4,812	5,341	11,0%
13 Vila do Porto	P	7,960	4,885	5,290	7,053	5,136	4,876	5,155	4,818	5,502	5,422	5,607	5,374	-4,2%
14 Nordeste	P	8,018	7,319	5,700	6,774	6,793	5,117	5,666	15,889	8,274	5,159	5,289	5,389	1,9%
15 Lajes do Pico	P	5,677	5,660	6,431	5,196	12,686	5,232	5,846	9,992	7,105	5,628	5,297	5,394	1,8%
16 Mourão	P	5,804	5,276	5,843	11,241	5,679	4,651	4,840	6,315	5,216	5,330	5,438	5,636	3,6%
17 Penedono	P	5,166	5,389	5,218	5,537	5,586	6,511	5,249	5,642	6,158	5,311	5,603	5,651	0,9%
18 Arronches	P	5,804	5,184	6,857	6,762	5,992	6,841	5,501	5,438	5,712	6,570	6,017	5,814	-3,4%
19 Fronteira	P	6,462	6,033	6,058	5,456	5,501	6,694	5,036	5,383	5,238	4,744	5,284	5,887	11,4%
20 São Vicente	P	9,902	8,744	9,079	10,104	5,769	5,714	6,766	5,432	5,361	6,081	5,353	5,889	10,0%
21 Pedrógão Grande	P	5,381	4,943	7,422	6,602	5,858	7,553	6,591	5,392	5,864	5,538	5,391	5,908	9,6%
22 Marvão	P	5,103	5,088	6,269	6,080	5,807	7,247	5,737	4,980	4,906	4,907	5,599	5,961	6,5%
23 Castelo de Vide	P	6,356	5,184	5,925	5,567	5,570	6,135	5,971	5,492	6,183	5,744	5,784	5,962	3,1%
24 Vila de Rei	P	6,466	5,691	6,506	7,333	6,026	7,715	5,208	5,084	5,206	5,479	5,895	6,068	2,9%
25 Povoação	P	5,889	8,698	5,444	6,076	7,181	7,447	5,016	5,797	6,511	5,979	6,035	6,208	2,9%
26 Gavião	P	6,155	6,303	9,117	6,826	6,636	7,497	6,540	6,196	6,271	5,962	6,323	6,240	-1,3%
27 Cuba	P	5,482	4,828	5,916	6,157	6,160	6,056	6,028	5,037	4,904	5,815	5,676	6,285	10,7%
28 Alter do Chão	P	6,972	6,930	6,340	6,897	5,770	7,440	7,483	5,774	5,876	6,136	5,989	6,287	5,0%
29 Ponta do Sol	P	8,992	7,140	10,031	6,921	6,839	7,131	5,480	6,243	5,429	7,058	6,118	6,296	2,9%
30 Vila Nova da Barquinha	P	7,294	6,242	6,191	7,854	10,990	9,677	12,281	8,853	7,464	7,283	6,964	6,315	-9,3%
31 Constância	P	6,589	5,767	5,620	5,905	7,064	6,798	7,510	6,225	5,091	5,346	5,740	6,404	11,6%
32 Sardoal	P	5,678	4,827	5,354	7,027	5,621	5,926	6,178	6,306	5,645	6,098	6,693	6,495	-3,0%
33 Freixo Espada à Cinta	P	6,817	8,098	10,654	12,301	9,664	9,640	8,576	13,963	9,379	7,427	7,322	6,502	-11,2%
34 Vila Nova de Paiva	P	5,815	6,371	6,521	6,210	6,752	6,759	6,584	7,093	6,249	7,179	6,131	6,547	6,8%
35 Golegã	P	4,411	5,125	6,123	6,636	6,693	6,232	7,663	7,233	5,856	6,762	6,487	6,565	1,2%

* Não inclui saldo das gerências anteriores.

2.2.2. Estrutura e Evolução da Receita Municipal

2.2.2.1. Estrutura e Evolução da Receita Municipal, por capítulos económicos

Neste ponto pretende-se observar o comportamento das diferentes rubricas orçamentais, por natureza económica, tendo em atenção o seu peso no cômputo total da receita autárquica, as taxas de

variação mais significativas e pontos de inflexão dos valores das receitas mais significativas.

– Os Quadros 2.07 e 2.08. apresentam a **receita cobrada** entre 2006 e 2017, por rúbricas económicas e o respetivo peso na receita total. Nos Quadros 2.09 e 2.10. apresentam-se as correspondentes variações dos montantes de receita cobrada para o mesmo período.

Quadro 2.07 – Evolução do montante de Receita Cobrada, por natureza económica

Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Impostos e taxas	2.500,2	2.878,6	2.739,1	2.537,6	2.560,4	2.482,0	2.425,7	2.452,1	2.716,5	2.876,4	2.995,0	3.329,2
Rendimentos de propriedade	159,9	189,9	238,7	252,2	258,4	259,5	266,3	250,2	271,1	253,5	295,0	274,0
Transferências correntes	1.577,5	1.843,2	1.960,9	2.182,0	2.228,9	2.137,3	2.071,8	2.393,5	2.411,9	2.501,8	2.551,5	2.593,9
Vendas de bens e serviços	664,9	692,1	724,2	709,4	710,2	704,7	738,6	749,8	752,2	809,6	861,1	885,4
Outras receitas correntes	52,5	49,7	67,1	64,6	67,0	62,0	62,0	62,3	63,1	75,1	73,3	71,9
Total receitas correntes	4.955,0	5.653,4	5.730,0	5.745,8	5.824,8	5.645,6	5.564,3	5.907,9	6.214,8	6.516,4	6.775,9	7.154,5
Venda de bens duradouros	211,4	143,7	134,9	92,1	117,1	84,2	68,8	52,1	81,2	108,4	67,5	93,6
Transferências de capital	1.506,7	1.298,0	1.289,1	1.323,8	1.359,7	1.522,6	1.512,3	977,4	604,7	585,8	426,1	461,8
Ativos financeiros	15,0	43,0	33,6	31,8	10,8	14,0	18,6	15,7	5,1	11,5	26,0	8,2
Passivos financeiros	278,4	357,4	528,8	965,0	516,4	474,3	220,1	776,3	392,8	263,7	388,3	556,7
Outras receitas de capital	28,8	34,3	19,0	33,5	21,5	17,8	290,4	32,0	29,8	22,5	48,6	28,2
Total receitas de capital	2.040,2	1.876,5	2.005,3	2.446,2	2.025,5	2.112,9	2.110,2	1.853,5	1.113,6	991,9	956,4	1.148,5
Reposições ã abatidas aos pagamentos	5,8	11,7	11,6	6,0	9,2	13,1	9,0	13,5	8,8	10,1	5,7	8,5
Receita total	7.001,0	7.541,6	7.746,9	8.198,0	7.859,5	7.771,6	7.683,4	7.774,8	7.337,2	7.518,4	7.738,0	8.311,5
Receita total efetiva	6.707,6	7.141,2	7.184,5	7.201,1	7.332,3	7.283,2	7.444,7	6.982,8	6.939,3	7.243,2	7.323,7	7.746,7
Receita total efetiva - Açores	167,9	157,7	179,9	192,2	193,8	171,9	161,3	166,7	171,8	167,0	159,9	172,9
Receita total efetiva - Madeira	214,1	197,7	204,4	165,5	176,0	169,5	154,8	176,7	169,9	158,9	155,9	173,4

Quadro 2.o8 – Evolução da estrutura da Receita Cobrada, por natureza económica

Receitas	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Impostos e taxas	35,7%	38,2%	35,4%	31,0%	32,6%	31,9%	31,6%	31,5%	37,0%	38,3%	38,7%	40,1%
Rendimentos de propriedade	2,3%	2,5%	3,1%	3,1%	3,3%	3,3%	3,5%	3,2%	3,7%	3,4%	3,8%	3,3%
Transferências correntes	22,5%	24,4%	25,3%	26,6%	28,4%	27,5%	27,0%	30,8%	32,9%	33,3%	33,0%	31,2%
Vendas de bens e serviços	9,5%	9,2%	9,3%	8,7%	9,0%	9,1%	9,6%	9,6%	10,3%	10,8%	11,1%	10,7%
Outras receitas correntes	0,8%	0,7%	0,9%	0,8%	0,9%	0,8%	0,8%	0,8%	0,9%	1,0%	0,9%	0,9%
Total receitas correntes	70,8%	75,0%	74,0%	70,1%	74,1%	72,6%	72,4%	76,0%	84,7%	86,7%	87,6%	86,1%
Venda de bens duradouros	3,0%	1,9%	1,7%	1,1%	1,5%	1,1%	0,9%	0,7%	1,1%	1,4%	0,9%	1,1%
Transferências de capital	21,5%	17,2%	16,6%	16,1%	17,3%	19,6%	19,7%	12,6%	8,2%	7,8%	5,5%	5,6%
Ativos financeiros	0,2%	0,6%	0,4%	0,4%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%	0,2%	0,3%	0,1%
Passivos financeiros	4,0%	4,7%	6,8%	11,8%	6,6%	6,1%	2,9%	10,0%	5,4%	3,5%	5,0%	6,7%
Outras receitas de capital	0,4%	0,5%	0,2%	0,4%	0,3%	0,2%	3,8%	0,4%	0,4%	0,3%	0,6%	0,3%
Total receitas de capital	29,1%	24,9%	25,9%	29,8%	25,8%	27,2%	27,5%	23,8%	15,2%	13,2%	12,4%	13,8%
Reposições ã abatidas aos pagamentos	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Receita total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Receita total efetiva	95,8%	94,7%	92,7%	87,8%	93,3%	93,7%	96,9%	89,8%	94,6%	96,3%	94,6%	93,2%

Quadro 2.o9 – Variação da Receita cobrada por natureza económica, entre 2006 e 2017 – valores absolutos

Unidade: milhões de euros

Receitas	Variação da receita em M€										
	06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17
Impostos e taxas	378,3	-139,5	-201,5	22,8	-78,4	-56,3	26,4	264,4	159,9	118,6	334,2
Rendimentos de propriedade	29,9	48,8	13,5	6,2	1,2	6,8	-16,1	20,9	-17,6	41,5	-20,9
Transferências correntes	265,7	117,7	221,1	46,8	-91,6	-65,5	321,7	18,5	89,9	49,8	42,4
Vendas de bens e serviços	27,2	32,1	-14,8	0,8	-5,5	33,8	11,2	2,4	57,4	51,4	24,4
Outras receitas correntes	-2,9	17,4	-2,5	2,4	-4,9	-0,1	0,4	0,8	12,0	-1,9	-1,4
Total receitas correntes	698,4	76,6	15,8	79,0	-179,2	-81,3	343,6	306,9	301,7	259,4	378,6
Venda de bens duradouros	-67,7	-8,8	-42,8	25,0	-32,9	-15,4	-16,7	29,1	27,2	-40,9	26,1
Transferências de capital	-208,6	-9,0	34,7	35,9	162,9	-10,3	-534,9	-372,6	-18,9	-159,7	35,7
Ativos financeiros	28,0	-9,4	-1,8	-21,0	3,2	4,6	-2,9	-10,7	6,5	14,4	-17,8
Passivos financeiros	79,0	171,3	436,3	-448,7	-42,1	-254,2	556,2	-383,5	-129,1	124,6	168,4
Outras receitas de capital	5,6	-15,4	14,5	-12,0	-3,7	272,6	-258,5	-2,2	-7,3	26,1	-20,4
Total receitas de capital	-163,7	128,8	440,9	-420,7	87,4	-2,7	-256,7	-739,9	-121,7	-35,5	192,0
Reposições ã abatidas aos pagamentos	5,9	-0,1	-5,6	3,2	3,9	-4,1	4,6	-4,7	1,2	-4,4	2,9
Total	540,6	205,2	451,1	-338,5	-87,9	-88,1	91,4	-437,7	181,3	219,6	573,5
Receita total efetiva	433,6	43,3	16,6	131,2	-49,0	161,5	-461,9	-43,5	303,9	80,5	422,9

Quadro 2.10 – Variação da Receita cobrada, por natureza económica, entre 2006 e 2017 – taxa de variação

Receitas	Taxa de variação da receita										
	06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17
Impostos e taxas	15,1%	-4,8%	-7,4%	0,9%	-3,1%	-2,3%	1,1%	10,8%	5,9%	4,1%	11,2%
Rendimentos de propriedade	18,7%	25,7%	5,6%	2,5%	0,4%	2,6%	-6,1%	8,3%	-6,5%	16,4%	-7,1%
Transferências correntes	16,8%	6,4%	11,3%	2,1%	-4,1%	-3,1%	15,5%	0,8%	3,7%	2,0%	1,7%
Vendas de bens e serviços	4,1%	4,6%	-2,0%	0,1%	-0,8%	4,8%	1,5%	0,3%	7,6%	6,4%	2,8%
Outras receitas correntes	-5,5%	35,1%	-3,8%	3,7%	-7,3%	-0,1%	0,6%	1,2%	19,1%	-2,5%	-1,8%
Total receitas correntes	14,1%	1,4%	0,3%	1,4%	-3,1%	-1,4%	6,2%	5,2%	4,9%	4,0%	5,6%
Venda de bens duradouros	-32,0%	-6,1%	-31,7%	27,1%	-28,1%	-18,3%	-24,2%	55,8%	33,5%	-37,8%	38,7%
Transferências de capital	-13,8%	-0,7%	2,7%	2,7%	12,0%	-0,7%	-35,4%	-38,1%	-3,1%	-27,3%	8,4%
Ativos financeiros	187,0%	-21,8%	-5,3%	-66,0%	29,9%	32,9%	-15,6%	-67,9%	127,8%	125,3%	-68,4%
Passivos financeiros	28,4%	47,9%	82,5%	-46,5%	-8,2%	-53,6%	252,7%	-49,4%	-32,9%	47,3%	43,4%
Outras receitas de capital	19,3%	-44,7%	76,3%	-35,7%	-17,1%	1529,8%	-89,0%	-6,9%	-24,5%	116,3%	-41,9%
Total receitas de capital	-8,0%	6,9%	22,0%	-17,2%	4,3%	-0,1%	-12,2%	-39,9%	-10,9%	-3,6%	20,1%
Reposições ã abatidas aos pagamentos	101,7%	-1,1%	-48,1%	52,8%	42,6%	-31,6%	50,8%	-34,5%	14,1%	-43,6%	50,2%
Total	7,7%	2,7%	5,8%	-4,1%	-1,1%	-1,1%	1,2%	-5,6%	2,5%	2,9%	7,4%
Receita total efetiva	6,5%	0,6%	0,2%	1,8%	-0,7%	2,2%	-6,2%	-0,6%	4,4%	1,1%	5,8%

Da observação dos quadros antecedentes conclui-se, relativamente ao ano de 2017:

- Um aumento de 573,5 milhões de euros do total da receita cobrada (+7,4%) para o qual contribuiu o acréscimo de receitas creditícias em+168,4 milhões de euros traduzindo um aumento de 43,4% de passivos financeiros. Todavia, o acréscimo de passivos financeiros representou apenas 29,4% do acréscimo da receita total
- A receita efetiva cresceu 422,9 milhões de euros, traduzindo-se num aumento líquido de 5,8%. Trata-se do maior aumento da receita efetiva desde 2008, afastando-se bastante das oscilações, por vezes negativas, verificadas entre 2011 e 2014. Relativamente a 2006 a receita efetiva aumentou 1 039 milhões de euros (+15,5%)
- A receita efetiva obtida representou 93,2% da receita total. Situação confortável para a sustentabilidade do agregado financeiro global das autarquias.

O comportamento das receitas compreender-se-á melhor, através da análise mais particularizada das suas componentes económicas, leitura proporcionada pelos quadros a seguir apresentados.

Principais grandes grupos de receita

Agregando as receitas correntes e de capital da mesma natureza económica, obtém-se os seguintes dois quadros evolutivos das diferentes tipologias de receita e da estrutura das mesmas.

Quadro 2.11 – Evolução das principais receitas, entre 2006 e 2017 – valor absoluto

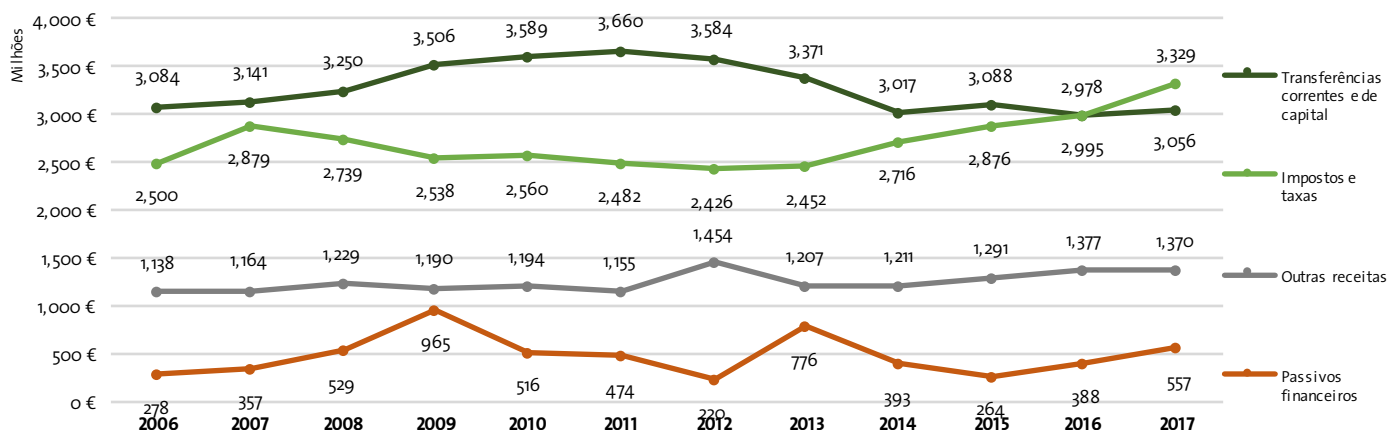
Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				Variac. 16-17 %
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Receitas Fiscais	2 500,2	2 878,6	2 739,1	2 537,6	2 560,4	2 482,0	2 425,7	2 452,1	2 716,5	2 876,4	2 995,0	3 329,2	11,2%
Transferências Totais	3 084,1	3 141,3	3 250,0	3 505,8	3 588,6	3 659,9	3 584,0	3 370,9	3 016,7	3 087,6	2 977,7	3 055,7	2,6%
Passivos Financeiros	278,4	357,4	528,8	965,0	516,4	474,3	220,1	776,3	392,8	263,7	388,3	556,7	43,4%
Outras Receitas	1 138,3	1 164,4	1 229,0	1 189,5	1 194,1	1 155,4	1 453,6	1 175,6	1 211,2	1 290,7	1 377,1	1 369,9	-0,5%
Total	7 001,0	7 541,6	7 746,9	8 198,0	7 859,5	7 771,6	7 683,4	7 774,8	7 337,2	7 518,4	7 738,0	8 311,5	7,4%

Quadro 2.12 – Evolução do peso das principais receitas, na receita total, entre 2006 e 2017

Receitas	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				Variação 16-17 %
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Receitas Fiscais	35,7%	38,2%	35,4%	31,0%	32,6%	31,9%	31,6%	31,5%	37,0%	38,3%	38,7%	40,1%	3,5%
Transferências Totais	44,1%	41,7%	42,0%	42,8%	45,7%	47,1%	46,6%	43,4%	41,1%	41,1%	38,5%	36,8%	-4,5%
Passivos Financeiros	4,0%	4,7%	6,8%	11,8%	6,6%	6,1%	2,9%	10,0%	5,4%	3,5%	5,0%	6,7%	33,5%
Outras Receitas	16,3%	15,4%	15,9%	14,5%	15,2%	14,9%	18,9%	15,1%	16,5%	17,2%	17,8%	16,5%	-7,4%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	0,0%

Gráfico 2.02 – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita, entre 2006 e 2017



Da observação dos Quadros 2.11 e 2.12 e do Gráfico 2.02 constata-se em relação ao ano de 2017

- As receitas provenientes de Impostos e Taxas continuaram a superar o montante total de Transferências Correntes e de Capital. A diferença foi de +273,5 M€, apesar das transferências globais terem apresentado um acréscimo de 2,6% em relação a 2016.
- As receitas fiscais ao crescerem +334,2 M€ (+11,2%) apresentaram uma evolução superior em 7%, à verificada em 2016, ano em que pela primeira vez estas receitas ultrapassaram o valor total das transferências.

- O peso dos passivos financeiros (empréstimos obtidos) na receita total foi de 6,7%, apresentando uma taxa de crescimento em relação ao ano transato de +43,4% (+168,4M€).
- Comparando o aumento dos passivos financeiros com o aumento da receita fiscal, verificou-se que esta concorreu para 58,3% do acréscimo total de receita, enquanto apenas 29,4% do aumento total da receita correspondeu ao aumento dos passivos financeiros. Seguindo o procedimento de Anuários anteriores, apresenta-se desagregada por natureza económica, a receita das Regiões Autónomas nos Gráficos 2.02.A e 2.02.M.

Gráfico 2.03 – Estrutura da receita cobrada em 2006, 2016 e 2017

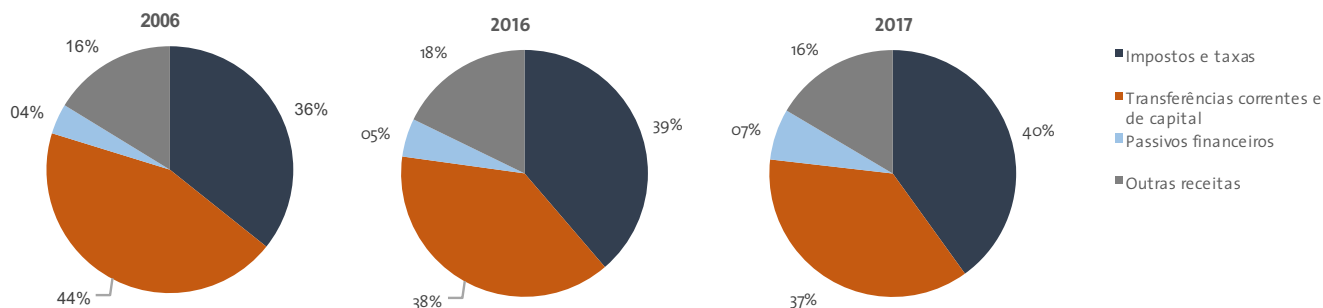


Gráfico 2.02.A – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da R.A. dos Açores, entre 2006 e 2017

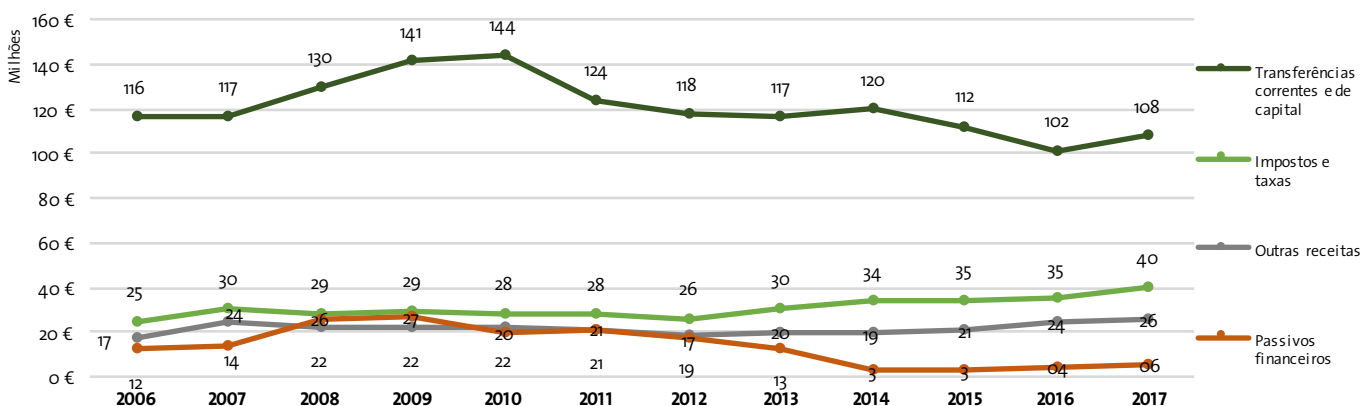
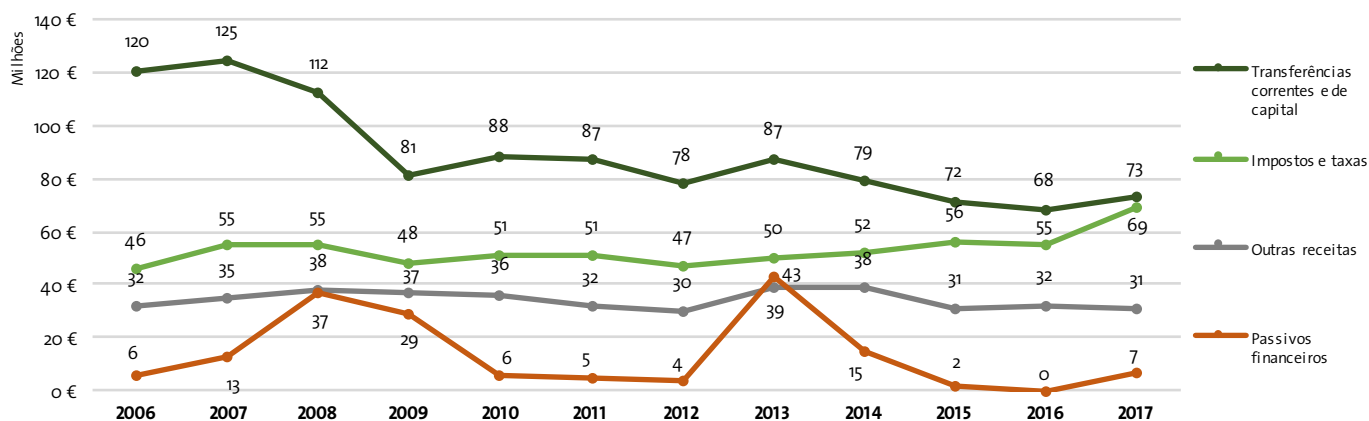


Gráfico 2.02.M – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da R.A. da Madeira, entre 2006 e 2017



Os Gráficos 2.02.A e 2.02.M mostram a evolução das componentes da receita das Regiões Autónomas, podendo-se constatar a diferença de comportamento dos diferentes grupos de receita entre as duas regiões, nomeadamente no que se refere à variação dos passivos financeiros.

Da observação destes gráficos assinala-se:

- Ligeiro aumento das transferências do Orçamento de Estado quer para os municípios Açorianos, quer para os municípios da Madeira.
- Aumento das receitas fiscais próprias de cada região, sendo mais significativa na Região da Madeira.
- Ligeiro aumento do volume de empréstimos bancários na Região dos Açores e aumento mais acentuado no conjunto dos municípios da Madeira.

Estrutura das receitas cobradas por grupos de municípios, em termos nacionais

O Quadro 2.13 mostra o peso da receita registada em cada rúbrica económica, no total da receita cobrada por cada grupo de municípios, revelando a importância que cada uma dessas receitas reveste em cada agrupamento de municípios.

Quadro 2.13 – Estrutura das Receitas Cobradas no ano de 2017, por grupos de municípios

Unidade: milhões de euros

Receitas	Pequenos		Médios		Grandes		Total	
N.º de municípios	186	–	98,0	–	24,0	–	308	–
Impostos e taxas	331,1	17,0%	1.145,0	35,8%	1.853,1	58,5%	3.329,2	40,1%
Rendimentos de propriedade	69,7	3,6%	106,2	3,3%	98,2	3,1%	274,0	3,3%
Transferências correntes	1.004,0	51,6%	982,6	30,7%	607,2	19,2%	2.593,9	31,2%
Vendas de bens e serviços	191,5	9,8%	369,7	11,6%	324,3	10,2%	885,4	10,7%
Outras receitas correntes	12,3	0,6%	20,3	0,6%	39,3	1,2%	71,9	0,9%
Total de Receitas Correntes	1.608,6	82,6%	2.623,8	82,0%	2.922,2	92,3%	7.154,5	86,1%
Venda de bens de investimento	9,8	0,5%	19,5	0,6%	64,2	2,0%	93,6	1,1%
Transferências de capital	203,8	10,5%	180,9	5,7%	77,1	2,4%	461,8	5,6%
Ativos financeiros	0,8	0,0%	0,8	0,0%	6,6	0,2%	8,2	0,1%
Passivos financeiros	118,6	6,1%	365,8	11,4%	72,2	2,3%	556,7	6,7%
Outras receitas de capital	3,1	0,2%	4,2	0,1%	20,9	0,7%	28,2	0,3%
Total de Receitas de Capital	336,1	17,3%	571,3	17,9%	241,0	7,6%	1.148,5	13,8%
Reposições não abatidas aos pagamentos	1,9	0,1%	3,3	0,1%	3,4	0,1%	8,5	0,1%
Total de Receitas	1.946,6	100%	3.198,4	100%	3.166,6	100%	8.311,5	100%
% sobre total	23,4%	–	38,5%	–	38,1%	–	100%	–
Total de Receitas efetivas	1.827,1	93,9%	2.831,8	88,5%	3.087,7	97,5%	7.746,7	93,2%
% sobre total	23,6%		36,6%		39,9%		100%	
Saldo da Gerência anterior	198,7		359,8		382,3		940,8	
Total	2.145,3		3.558,2		3.548,8		9.252,3	

Analisando os dados constantes do Quadro 2.13, verifica-se em relação à receita total autárquica do ano de 2017:

- Os 24 maiores municípios contribuíram para 38,1% da mesma, quando o peso da população é de 43,7%. Relativamente às receitas efetivas, contribuíram com 39,9%.
- Os 98 municípios de média dimensão contribuíram para 38,5% (só +31,8 M€, que o conjunto dos 24 grandes municípios), quando o peso da população é de 46,6%. Relativamente às receitas efetivas, contribuíram com 36,6%.
- Os 186 municípios de pequena dimensão contribuíram para 23,4%, quando o peso da população é de 15,7%. Relativamente às receitas efetivas, contribuíram com 23,6%.
- A principal fonte de receita dos municípios de pequena dimensão foram as transferências correntes e de capital que, no seu conjunto, representaram 62,1% da receita cobrada. Para estes municípios a receita fiscal representou apenas 17% do valor total arrecadado.

– Situação inversa ocorreu com os municípios de grande dimensão: 58,5% da sua receita proveio da receita fiscal e 22% do conjunto das transferências.

– A comparação do peso das duas principais componentes da receita, entre os municípios de grande dimensão e os de pequena dimensão, revela a grande diferença de autonomia financeira existente entre eles. Esta será a razão pela qual o peso dos passivos financeiros é diminuto na estrutura dos municípios de grande dimensão e mais pesado nos de pequena e média dimensão, pese embora a maior dificuldade destes municípios em acederem às receitas creditícias por falta de sustentabilidade financeira, a qual está intrinsecamente ligada à falta de autonomia financeira.

– No conjunto dos municípios de média dimensão, o peso das transferências no volume de receitas totais (36,4%) foi semelhante ao peso das receitas fiscais (35,8%). Esta estrutura financeira torna este grupo de municípios mais dependentes do recurso ao

crédito, como atesta o facto do volume de empréstimos bancários representarem em média 11,4% da receita total.

2.2.2.2. Estrutura e evolução das transferências recebidas pelos municípios

Sendo as transferências essencialmente compostas por transferências do Orçamento de Estado (OE) e por Fundos Comunitários, entende-se pertinente apresentar o desdobramento destas duas componentes, analisando também a sua evolução e respetivas ta-

xas de variação.

O Quadro 2.14 mostra a evolução das Transferências do Orçamento de Estado e as Comunitárias entre 2008²² e 2017, sendo que o Quadro 2.15, mostra as respetivas variações.

²² Não se dispõe de informação desagregada para os anos de 2006 e 2007.

Quadro 2.14 – Principais transferências recebidas pelos municípios

Unidade: milhões de euros

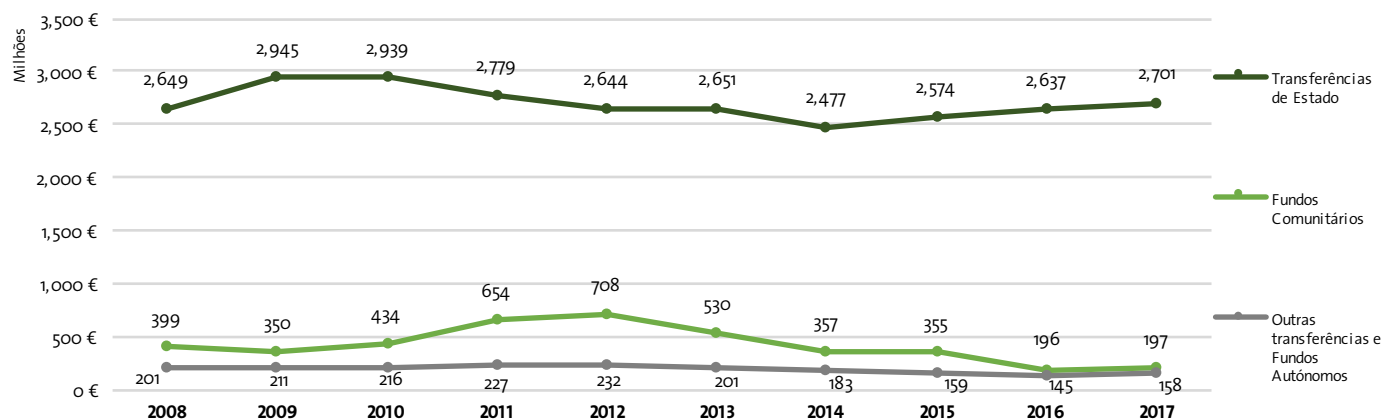
Transferências Totais*	Montantes Recebidos (M€)									
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Transferências do Estado	2.649,5	2.945,0	2.938,6	2.779,2	2.644,0	2.650,6	2.477,0	2.574,2	2.637,0	2.700,6
Fundos Comunitários	399,1	350,2	434,0	653,5	707,9	530,2	357,1	354,6	195,9	197,5
Fundos Autónomos	74,4	88,4	84,8	77,1	66,5	64,1	72,3	58,0	56,6	56,7
Outras transferências	127,0	122,3	131,3	150,1	165,6	126,0	110,3	100,8	88,1	101,0
Total Transferências	3.250,0	3.505,8	3.588,6	3.659,9	3.584,0	3.370,9	3.016,7	3.087,6	2.977,7	3.055,7

* Cada subcapítulo inclui receitas correntes e de capital.

Quadro 2.15 – Variação das principais transferências recebidas pelos municípios

Transferências totais	Variação da receita em M€										Taxa de variação da receita							
	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17
Transf. do Estado	295,5	-6,4	-159,3	-135,2	6,5	-173,5	97,2	62,9	63,5	11,2%	-0,2%	-5,4%	-4,9%	0,2%	-6,5%	3,9%	2,4%	2,4%
Fundos Comunitários	-48,9	83,8	219,5	54,4	-177,8	-173,1	-2,5	-158,7	1,6	-12,3%	23,9%	50,6%	8,3%	-25,1%	-32,6%	-0,7%	-44,8%	0,8%
Fundos Autónomos	14,0	-3,6	-7,7	-10,6	-2,4	8,2	-14,2	-1,4	0,1	18,8%	-4,1%	-9,1%	-13,7%	-3,6%	12,8%	-19,7%	-2,4%	0,2%
Outras transferências	-4,7	9,0	18,8	15,5	-39,6	-15,8	-9,5	-12,7	12,9	-3,7%	7,3%	14,3%	10,3%	-23,9%	-12,5%	-8,6%	-12,6%	14,6%
Total Transferências	255,8	82,8	71,3	-75,9	-213,2	-354,2	70,9	-109,9	78,1	7,9%	2,4%	2,0%	-2,1%	-5,9%	-10,5%	2,4%	-3,6%	2,6%

Gráfico 2.04 – Evolução das principais transferências recebidas pelos municípios



Em relação aos quadros e gráfico apresentados pode-se concluir:

– As **transferências do Orçamento de Estado (OE)** na sua globalidade apresentaram uma forte descida em 2011 (-5,4%), em 2012 (-4,9%) e em 2014 (-6,5%). Crescem sucessivamente desde 2015 até ao presente ano económico de 2017, respetivamente às taxas de: +3,9%, +2,4% e +2,4%.

– As transferências provenientes dos **Fundos Comunitários**, que baixaram em 2013 e 2014, respetivamente -25,1% e -32,6%, em 2015 continuaram a baixar, embora a uma taxa muito inferior (-0,7%). Em 2016 os municípios tiveram a menor receita de Fundos comunitários, desde 2006, totalizando apenas 196 milhões de euros, contra 355 milhões de euros em 2015 e 708 milhões de euros em 2012. Em 2017 sobem ligeiramente (+0,8%) ao totalizar a aplicação pelo conjunto de municípios de 197,5M€.

– As restantes transferências provenientes de **Outras Transferências** e de **Fundos Autónomos** estarão associadas ao desenvolvimento de projetos municipais subsidiários das competências do Estado, cresceram em 2017 cerca de 14,8%, isto é +13 M€. Na totalidade foi utilizado pelos municípios a verba global de 157,7M€.

2.2.2.3. Evolução das principais componentes da Receita Fiscal

Sendo a Receita Fiscal a segunda maior categoria de receita autárquica para a globalidade dos municípios e em alguns casos a

maior receita, importará verificar também como se comportam as suas principais variáveis, sendo que em pontos subsequentes deste Anuário procederemos à análise da evolução dos impostos diretos que têm contribuído financeiramente para a atividade municipal, dando-se destaque especial ao IMI e IMT.

O Quadro 2.16, a seguir apresentado, mostra a evolução das receitas fiscais desagregadas pelas suas três componentes: impostos diretos²³; impostos indiretos²⁴ e taxas multas e outras penalidades. O Quadro 2.17 realça o valor da diferença entre o montante orçado e o cobrado, em 2017, nas três rubricas económicas que compõem a receita fiscal.

²³ Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Único de Circulação (IUC), Impostos Municipais sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT), Derrama, Impostos abolidos e Impostos diretos diversos.

²⁴ Impostos indiretos específicos das autarquias locais tais como relativos a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública, canídeos, publicidade, saneamento, utilização da rede viária municipal e arrendamento urbano.

Quadro 2.16 – Evolução das componentes da receita fiscal cobrada entre 2006 e 2017

Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				Var. 16-17 (%)
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Impostos diretos	2.059,2	2.400,3	2.278,8	2.167,9	2.177,5	2.113,7	2.088,9	2.144,5	2.424,2	2.566,0	2.664,1	2.897,9	8,8%
Impostos indiretos	208,0	240,2	229,5	162,5	158,4	134,1	134,9	128,0	107,1	121,6	118,8	132,3	11,3%
Taxas, multas e outras penalidades	233,0	238,1	230,7	207,2	224,5	234,2	201,9	179,6	185,1	188,7	212,0	299,0	41,0%
Total	2.500,2	2.878,6	2.739,1	2.537,6	2.560,4	2.482,0	2.425,7	2.452,1	2.716,5	2.876,4	2.995,0	3.329,2	11,2%

Quadro 2.17 – Diferença entre a receita fiscal orçada e cobrada em 2017

Unidade: milhões de euros

Receita fiscal	Receita prevista	Receita cobrada	Diferença	Grau de execução
Impostos diretos	2.594,6	2.897,9	303,3	111,7%
Impostos indiretos	131,1	132,3	1,2	100,9%
Taxas, multas e outras penalidades	254,3	299,0	44,7	117,6%
Total	2.980,0	3.329,2	349,2	111,7%

– Para a generalidade dos municípios, o ano de 2017 foi um bom ano de coleta fiscal, pois todas as componentes desta receita (impostos diretos, indiretos, taxas e licenças) apresentaram uma execução superior a 100%, cobrando-se na totalidade 3 329,2 M€, isto é, +349,2 M€ que o previsto. Para este aumento contribuíram, essencialmente, os impostos diretos que apresentaram um volume superior em 303,3 M€ ao montante orçado, + 8,8% que o crescimento apresentado no ano anterior.

– Já em pontos anteriores se referiu a importância da receita fiscal no total da receita autárquica ao contribuir, em média, para 40,1% da mesma, pese embora este peso varie com a dimensão do município. Em média, nos municípios de pequena dimensão contribuiu apenas para 17% da receita total, nos municípios de média dimensão para 35,8% e nos de grande dimensão para 58,5 %. São situações, como se pode apreciar bastante díspares, que diferenciam os municípios quanto à sua autonomia e sustentabilidade financeira

– Para o total da receita fiscal, os impostos diretos contribuíram, em média, para 87% da mesma (2 897M€), enquanto os impostos indiretos pesaram apenas 4% (132,3 M€) e, as taxas, multas e ou-

tras penalidades, pesaram 9% (299 M€). Face a esta situação interessará analisar, essencialmente, as componentes dos impostos diretos, nos pontos subsequentes deste capítulo.

– Todavia, anota-se a significativa taxa de crescimento da receita proveniente das taxas, multas e outras penalidades (+41%) e o crescimento dos impostos indiretos em +11,3%. A evolução destas taxas mostra a influência do crescimento económico do país, nos orçamentos municipais, com maior incidência no ano económico de 2017.

O Ranking R5 hierarquiza os 35 municípios que, em 2017, apresentaram maior peso das receitas provenientes de impostos, taxas e licenças na receita total cobrada.

R5 – Municípios que, em 2017, apresentaram maior peso de receitas provenientes de impostos e taxas (receita fiscal), na receita total cobrada

	Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1	Cascais	G	66,9%	71,5%	71,3%	61,3%	61,1%	57,9%	57,4%	70,1%	75,7%	81,2%	79,5%	72,2%
2	Lisboa	G	59,2%	69,2%	69,8%	57,2%	68,5%	63,4%	42,0%	52,8%	58,5%	58,8%	68,4%	68,1%
3	Coimbra	G	47,1%	44,6%	47,6%	45,0%	48,7%	45,5%	43,9%	49,7%	57,8%	58,8%	58,2%	66,5%
4	Loulé	M	63,4%	74,2%	67,3%	55,0%	54,1%	55,8%	55,2%	51,6%	68,7%	67,7%	63,5%	65,9%
5	Maia	G	62,0%	54,4%	58,4%	53,6%	56,0%	57,9%	62,2%	61,2%	59,9%	51,6%	66,2%	64,8%
6	Oeiras	G	65,8%	69,1%	61,2%	69,3%	66,5%	66,0%	61,6%	67,7%	67,7%	62,9%	59,2%	62,3%
7	Lagos	M	55,9%	57,3%	61,3%	40,4%	44,5%	50,5%	54,3%	42,2%	58,5%	57,9%	59,8%	61,7%
8	Sintra	G	64,8%	59,7%	61,3%	55,6%	43,6%	54,7%	50,8%	53,5%	56,7%	59,8%	58,5%	60,7%
9	Vila Nova de Gaia	G	49,2%	39,6%	41,2%	40,4%	51,1%	44,6%	46,3%	43,4%	49,8%	54,8%	42,6%	60,5%
10	Almada	G	58,0%	56,2%	54,6%	51,0%	45,7%	49,4%	52,1%	51,7%	55,7%	53,8%	56,8%	59,0%
11	Porto	G	54,4%	59,8%	60,9%	51,4%	55,2%	54,2%	56,9%	51,6%	61,9%	58,7%	52,8%	58,9%
12	Grândola	P	27,8%	37,2%	40,0%	44,6%	55,1%	29,6%	35,5%	40,0%	46,8%	45,1%	40,1%	58,8%
13	Mafra	M	50,8%	59,3%	58,2%	41,5%	41,7%	44,9%	45,1%	42,4%	51,4%	53,6%	55,3%	56,8%
14	Tavira	M	55,4%	58,7%	51,8%	35,7%	50,1%	40,7%	47,5%	45,5%	51,3%	51,9%	56,8%	56,8%
15	Albufeira	M	60,4%	67,0%	63,7%	49,2%	47,8%	48,8%	46,3%	43,6%	52,6%	60,3%	51,0%	56,5%
16	Figueira da Foz	M	41,7%	45,4%	43,0%	34,8%	42,6%	24,6%	46,0%	40,3%	51,3%	45,7%	50,6%	56,0%
17	Seixal	G	55,1%	63,6%	53,6%	53,8%	62,0%	56,4%	63,1%	63,7%	43,2%	62,3%	39,3%	55,7%
18	Setúbal	G	50,4%	56,1%	56,8%	51,8%	48,8%	45,9%	46,1%	52,6%	58,8%	52,0%	51,6%	55,2%
19	Palmela	M	60,4%	61,6%	59,1%	43,2%	46,4%	48,6%	45,5%	48,9%	55,6%	54,7%	52,3%	53,4%
20	Leiria	G	47,1%	52,7%	40,0%	39,1%	44,1%	43,7%	44,6%	46,8%	50,0%	50,4%	48,7%	53,2%
21	Braga	G	50,6%	54,1%	49,9%	41,3%	41,0%	43,7%	42,5%	37,6%	43,0%	45,5%	50,7%	53,1%
22	Odivelas	G	62,8%	58,0%	57,0%	55,6%	49,8%	51,8%	48,4%	53,2%	49,5%	52,2%	52,1%	52,3%
23	Montijo	M	58,7%	58,7%	59,7%	42,2%	47,7%	47,9%	50,1%	48,5%	49,6%	49,1%	49,9%	52,3%
24	Ílhavo	M	41,1%	42,7%	32,8%	24,6%	25,1%	28,3%	22,6%	37,5%	47,1%	45,0%	45,7%	52,2%
25	Lagoa (Algarve)	M	53,0%	57,7%	54,8%	49,4%	51,5%	53,5%	52,6%	41,3%	50,7%	55,7%	53,3%	52,1%
26	Loures	G	61,3%	62,6%	58,8%	43,5%	53,1%	48,4%	44,6%	45,4%	48,5%	47,9%	51,6%	52,0%
27	Alcochete	P	49,5%	52,7%	53,9%	39,0%	48,9%	35,8%	37,5%	44,4%	46,6%	54,5%	49,4%	51,8%
28	Porto Santo	P	26,0%	28,5%	44,1%	39,7%	44,8%	37,1%	51,5%	28,7%	58,2%	61,2%	49,7%	51,5%
29	Benavente	M	42,9%	47,0%	52,6%	40,9%	45,1%	39,9%	39,2%	46,5%	46,4%	47,3%	49,0%	51,4%
30	Nazaré	P	44,1%	52,2%	53,1%	20,4%	34,5%	36,5%	34,5%	36,6%	48,4%	26,9%	52,6%	51,2%
31	Torres Vedras	M	46,3%	47,8%	38,3%	36,6%	37,4%	28,7%	34,8%	41,0%	45,9%	37,4%	44,9%	51,2%
32	Azambuja	M	40,5%	38,8%	24,8%	34,5%	29,2%	30,3%	32,3%	31,1%	44,7%	43,2%	38,2%	51,0%
33	Funchal	G	35,3%	34,5%	35,4%	37,5%	38,9%	43,2%	38,3%	26,5%	42,6%	47,6%	45,7%	49,6%
34	Sesimbra	M	51,7%	56,8%	50,1%	47,4%	48,7%	41,8%	36,5%	33,0%	45,1%	48,1%	46,9%	49,2%
35	Santa Cruz	M	26,3%	31,1%	20,3%	31,6%	29,9%	32,6%	37,1%	36,2%	20,9%	38,7%	44,2%	48,8%
	Peso médio dos 308 Municípios		35,7%	38,2%	35,4%	31,0%	32,6%	31,9%	31,6%	31,5%	37,0%	38,3%	38,7%	40,1%

Do *Ranking* R5, há a anotar que:

– O município de **Cascais** continua a ser o município cujas receitas fiscais têm maior peso na receita total auferida, pelo que será o município que poderá apresentar maior independência financeira face às receitas provenientes de transferências ou de recursos a empréstimos. Todavia, o peso destas receitas, na receita total, em 2017 baixou 7,3% apesar da receita fiscal ter aumentado 27 M€. Acontece que neste município cresceram as receitas provenientes da Venda de Bens de Investimento em +7,4M€ e os Passivos Financeiros em +13,3 M€.

– O município de **Lisboa** voltou a apresentar uma autonomia financeira de natureza fiscal superior a 65% tal como se tinha verificado em 2007, 2008 e 2010.

– Em 2017, mais municípios apresentaram um volume de receitas fiscais que ultrapassaram o peso de 50% nas receitas totais. Foram no total 32 municípios, isto é, +10 que em 2016 (neste ano apenas de identificaram 24).

– Será de anotar o aumento significativo do peso destas receitas nos municípios de **Coimbra, Vila Nova de Gaia, Grândola, Seixal, Ílhavo e Azambuja**. Todas estas situações, com exceção de Grândola, embora associadas a um efetivo aumento de receita fiscal, apresentaram, com diferentes graus e peso, diminuição simultânea da receita total, o que fez aumentar o indicador do peso da receita fiscal na receita total.

– Assim, relativamente a Grândola a receita fiscal cresceu 8,5 M€ mas a receita total apenas 7,9 M€, isto é, 600 mil euros de aumento de receita fiscal foi absorvido pela descida da receita creditícia, a qual baixou +1,1 M€. Relativamente a Coimbra, Vila Nova de Gaia, Seixal e Ílhavo e Azambuja, que apresentaram respetivamente aumentos de receita fiscal nos montantes de +5,1 M€, +10,1 M€, +4,5M€, + 0,5 M€ e +2,2 M€, apresentam também descida de receita global na ordem de: -3,2M€, -31,4M€, -27,4M€, -2M€ e - 13 mil euros. Nestes municípios todo o aumento da receita total foi absorvido pela diminuição de outras receitas, nomeadamente dos Passivos Financeiros, com especial realce para Vila Nova de Gaia (-35,8 M€) e Seixal (-31,3 M€).

Os quadros seguintes mostram, para nas Regiões Autónomas, o peso da coleta dos impostos na restante receita autárquica. *Ranking* R5. A refere-se aos municípios Açorianos e o *Ranking* R5.M,

aos municípios Madeirenses.

– Em relação aos **municípios dos Açores**, verifica-se que a receita municipal, na sua generalidade, depende muito pouco das receitas de impostos e taxas, pois o peso destas, só no município de Ponta Delgada se aproximou em 2017, do índice nacional, que foi de 40,1%, ao apresentar o peso das receitas fiscais de 39,3%. A importância da receita de impostos, em todos os restantes municípios desta Região, ficou bastante aquém do peso médio nacional.

– Relativamente aos **municípios da Madeira**, o município de Porto Santo apresentou um peso das receitas fiscais nas receitas totais, superior ao da média nacional, ao apresentar este indicador com o valor de 51,5%. De igual modo os municípios do Funchal e Santa Cruz, respetivamente com as receitas fiscais a pesarem 49,6% e 48,8% na receita total, revelam uma estrutura financeira, que lhes permitirá adquirir uma maior autonomia financeira.

R5.A – Peso, em relação à receita total cobrada, de receitas de impostos e taxas nos Municípios da R.A. dos Açores, referenciado a 2017

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1 Ponta Delgada	M	36,0%	37,4%	29,1%	32,5%	36,4%	38,2%	33,4%	38,0%	37,9%	38,3%	37,4%	39,3%
2 Angra do Heroísmo	M	17,1%	15,4%	17,7%	16,7%	15,2%	15,0%	21,1%	19,2%	21,7%	20,7%	26,6%	28,3%
3 Vila Franca do Campo	P	16,5%	14,0%	11,9%	17,3%	13,8%	5,8%	5,8%	17,7%	21,5%	21,9%	27,1%	27,5%
4 Lagoa (R.A.A)	P	23,6%	27,6%	13,0%	14,5%	15,9%	12,1%	15,1%	19,1%	18,7%	19,5%	22,6%	24,5%
5 Horta	P	12,1%	18,1%	17,5%	13,4%	15,1%	16,4%	17,7%	17,4%	18,2%	21,2%	24,7%	23,1%
6 Praia da Vitória	M	12,1%	11,7%	9,2%	8,8%	6,8%	11,8%	12,7%	15,4%	22,0%	20,5%	18,4%	17,2%
7 Povoação	P	4,9%	7,0%	9,8%	8,2%	5,7%	5,7%	8,7%	11,9%	10,9%	11,7%	15,1%	16,2%
8 Ribeira Grande	M	9,2%	14,1%	10,0%	7,8%	9,3%	11,8%	9,0%	16,3%	16,7%	16,6%	15,6%	16,0%
9 Santa Cruz da Graciosa	P	7,0%	5,7%	6,1%	5,9%	5,6%	6,7%	5,5%	10,3%	11,6%	15,3%	14,6%	16,0%
10 Nordeste	P	2,2%	3,0%	4,7%	3,6%	3,5%	4,9%	4,6%	2,6%	6,9%	13,0%	12,6%	15,4%
11 Madalena	P	5,4%	5,7%	5,2%	5,3%	7,6%	8,1%	8,7%	9,4%	10,2%	11,8%	13,6%	13,8%
12 Vila do Porto	P	5,4%	6,6%	8,9%	5,4%	6,3%	8,3%	7,6%	12,2%	11,8%	13,0%	12,4%	13,0%
13 São Roque do Pico	P	4,6%	6,1%	5,9%	4,6%	3,9%	4,6%	7,4%	10,3%	12,5%	10,6%	12,4%	12,6%
14 Calheta (R. A. A.)	P	3,5%	3,2%	4,7%	2,0%	5,6%	5,7%	7,2%	10,7%	11,4%	10,6%	10,7%	10,5%
15 Lajes do Pico	P	2,6%	3,7%	2,9%	4,9%	1,4%	5,5%	4,0%	3,9%	6,4%	8,4%	8,3%	8,1%
16 Velas	P	5,3%	6,9%	5,5%	5,8%	5,9%	7,2%	6,3%	9,5%	9,3%	10,5%	8,7%	7,9%
17 Santa Cruz das Flores	P	2,0%	3,4%	5,3%	4,8%	5,3%	5,2%	6,0%	5,7%	5,4%	6,7%	7,1%	7,0%
18 Lajes das Flores	P	1,5%	1,6%	1,7%	1,2%	1,3%	2,8%	2,0%	2,9%	2,8%	5,4%	5,1%	4,6%
19 Corvo	P	0,3%	1,1%	0,8%	0,6%	0,8%	0,5%	0,6%	1,2%	1,3%	1,4%	1,4%	4,1%
Peso médio municípios da R.A.A.		14,6%	16,3%	13,8%	13,4%	13,2%	14,3%	14,5%	16,8%	19,1%	20,3%	21,1%	22,2%
Peso médio dos 308 Municípios		35,7%	38,2%	35,4%	31,0%	32,6%	31,9%	31,6%	31,5%	37,0%	38,3%	38,7%	40,1%

R5.M – Peso, em relação à receita total cobrada, de receitas de impostos e taxas nos Municípios da R.A. da Madeira, referenciado a 2017

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1 Porto Santo	P	26,0%	28,5%	44,1%	39,7%	44,8%	37,1%	51,5%	28,7%	58,2%	61,2%	49,7%	51,5%
2 Funchal	G	35,3%	34,5%	35,4%	37,5%	38,9%	43,2%	38,3%	26,5%	42,6%	47,6%	45,7%	49,6%
3 Santa Cruz	M	26,3%	31,1%	20,3%	31,6%	29,9%	32,6%	37,1%	36,2%	20,9%	38,7%	44,2%	48,8%
4 Ribeira Brava	P	9,2%	6,1%	7,9%	6,4%	12,6%	11,5%	14,2%	14,6%	15,0%	21,9%	19,1%	28,1%
5 Machico	M	16,4%	17,4%	13,5%	19,9%	19,8%	16,6%	25,8%	25,9%	13,9%	23,4%	24,7%	26,7%
6 Calheta (R. A. M.)	P	11,8%	18,7%	12,5%	15,8%	13,0%	13,1%	13,7%	11,3%	16,0%	16,4%	18,5%	25,1%
7 Ponta do Sol	P	8,6%	12,4%	10,2%	13,3%	17,8%	15,1%	19,6%	15,7%	21,0%	16,7%	21,0%	25,0%
8 Câmara de Lobos	M	14,3%	16,3%	15,4%	17,8%	19,1%	18,9%	22,6%	12,3%	19,2%	25,5%	25,3%	21,3%
9 Santana	P	4,8%	5,4%	9,0%	4,5%	9,1%	8,0%	11,5%	10,3%	11,1%	12,5%	11,3%	17,7%
10 Porto Moniz	P	3,8%	5,7%	4,1%	3,0%	2,8%	3,3%	4,6%	4,9%	7,7%	7,8%	7,2%	16,1%
11 São Vicente	P	4,2%	6,6%	5,2%	4,2%	8,2%	8,3%	7,5%	12,1%	13,4%	12,4%	13,6%	11,9%
Peso médio municípios da R.A.M.		22,3%	24,0%	22,6%	24,8%	28,1%	29,3%	29,9%	22,7%	28,2%	35,0%	35,4%	38,3%
Peso médio dos 308 Municípios		35,7%	38,2%	35,4%	31,0%	32,6%	31,9%	31,6%	31,5%	37,0%	38,3%	38,7%	40,1%

Evolução das componentes dos impostos diretos

Face ao peso que nas receitas autárquicas tem sido imputável aos **impostos diretos**, apresenta-se no Quadro 2.18 a evolução da cobrança de cada uma das suas componentes entre 2006 e 2017.

A informação apresentada no quadro 2.18 é reforçada visualmente pelo Gráfico 2.05, que permitirá uma melhor perceção da evolução das principais componentes da receita fiscal. Assim, a leitura conjugada deste gráfico e do Quadro 2.18 permite concluir:

- A descida do IMI iniciada em 2016 (-2,9%) e confirmada em 2017 (-2,1%), após um crescimento acentuado entre 2010 e 2015.
- Uma recuperação acentuada do IMT a partir 2014 com reforço extraordinário dessa tendência em 2017 ao apresentar um au-

mento de 30,2% (+198 M€). Contribuíram para este aumento, mais acentuadamente, os municípios de Lisboa, Cascais, Oeiras e Porto;

- O aumento relevante do IUC em 2017 (+6,5%, +16 M€), revelando o impacto de um dos indicadores do crescimento económico (renovação do parque automóvel), na economia municipal;
- De igual modo, o forte aumento em 2017 do montante da Derrama (+17,8%, +48,9 M€), reforça o impacto do crescimento económico na economia municipal.

Relativamente às Regiões Autónomas, a evolução das receitas fiscais apresentou, com exceção do IMI, tendências diversas às verificadas no Continente, e mesmo entre as duas regiões. Estas situações são ilustradas nos Gráficos 2.05.A e 2.05.M.

Quadro 2.18 – Evolução da cobrança das diferentes componentes dos Impostos Diretos entre 2006 e 2017

Unidade: milhões de euros

Impostos diretos	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				Variaç. 16-17 %
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)	856,0	973,8	1.081,6	1.049,9	1.108,4	1.167,9	1.229,2	1.304,5	1.467,1	1.533,2	1.487,9	1.456,2	-2,1%
IMT Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis)	649,0	881,2	763,4	610,0	616,1	501,5	385,9	382,0	487,7	583,0	655,5	853,4	30,2%
IUC (Imposto Único de Circulação)	132,4	138,1	139,0	160,8	170,2	183,8	207,9	260,2	248,5	240,5	244,5	260,5	6,5%
Derrama	281,6	312,7	250,5	320,1	267,9	251,7	261,2	207,6	212,3	208,4	275,0	323,9	17,8%
Impostos abolidos	138,7	91,8	40,4	23,2	13,5	7,3	3,4	3,2	8,1	0,8	0,8	3,5	319,6%
Impostos diretos diversos	1,7	2,6	3,8	3,9	1,7	1,1	0,7	0,5	0,6	0,1	0,3	0,4	7,7%
Total Impostos diretos (a)	2.059,3	2.400,3	2.278,8	2.167,9	2.177,8	2.113,2	2.088,3	2.158,1	2.424,2	2.566,0	2.664,1	2.897,9	8,8%
IMT/ IMI	75,8%	90,5%	70,6%	58,1%	55,6%	42,9%	31,4%	29,3%	33,2%	38,0%	44,1%	58,6%	
IMI / Total Impostos Diretos	41,6%	40,6%	47,5%	48,4%	50,9%	55,3%	58,9%	60,4%	60,5%	59,7%	55,9%	50,2%	
IMT / Total Impostos Diretos	31,5%	36,7%	33,5%	28,1%	28,3%	23,7%	18,5%	17,7%	20,1%	22,7%	24,6%	29,5%	
(IUC + IMT + Derrama + outros) / Total Impostos Diretos	58,4%	59,4%	52,5%	51,6%	49,1%	44,7%	41,1%	39,6%	39,5%	40,3%	44,1%	49,8%	
Total Impostos indiretos e taxas (b)	441,0	478,3	460,3	369,7	382,9	368,3	336,8	307,6	292,3	310,4	330,9	431,2	30,3%
Total Impostos e taxas (c=a+b)	2.500,2	2.878,5	2.739,1	2.537,6	2.560,7	2.481,6	2.425,1	2.465,7	2.716,5	2.876,4	2.995,0	3.329,1	11,2%
IMI / Total de Impostos e taxas	34,2%	33,8%	39,5%	41,4%	43,3%	47,1%	50,7%	52,9%	54,0%	53,3%	49,7%	43,7%	

Gráfico 2.05 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos entre 2006 e 2017

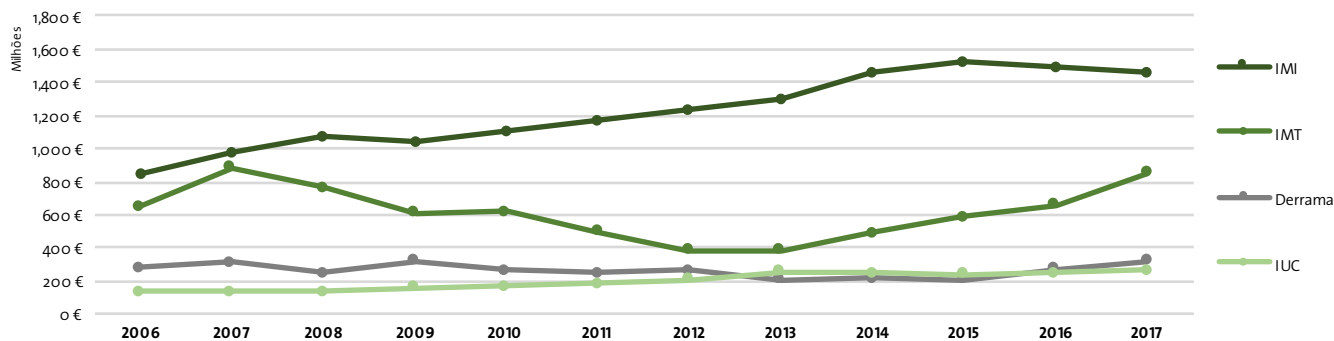


Gráfico 2.05.A – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da R.A. dos Açores entre 2006 e 2017

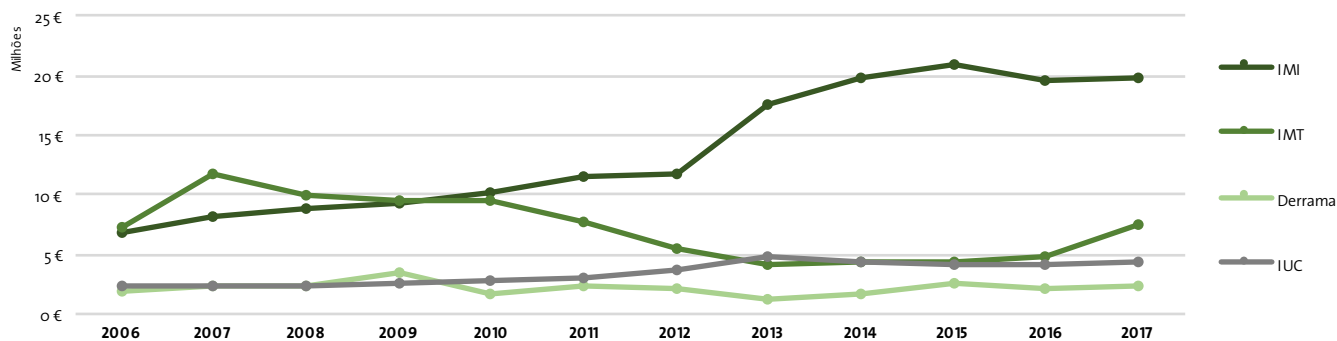
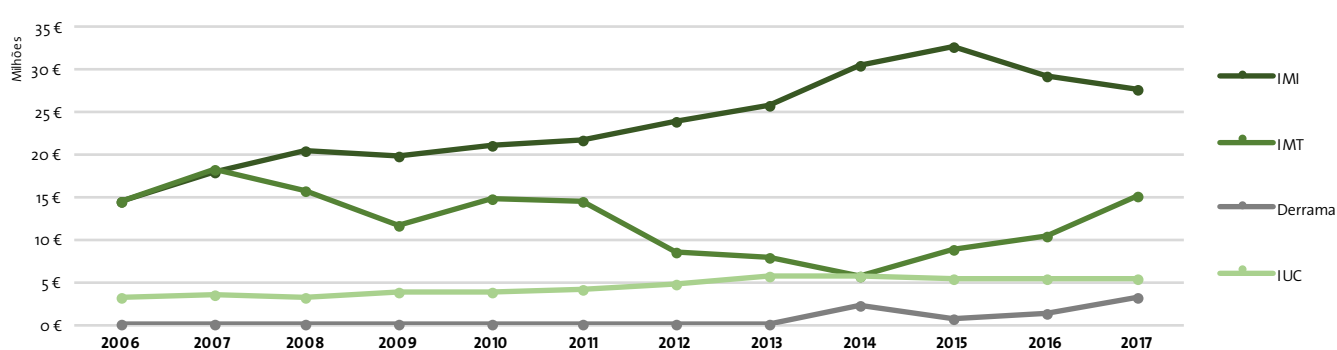


Gráfico 2.05.M – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da R.A. da Madeira entre 2006 e 2017



Da observação dos gráficos anteriores pode-se concluir em relação ao ano económico de 2017, para as Regiões Autónomas:

– O montante de IMI em ambas as regiões cresceu continuamente entre 2006 e 2015, diminuindo pela primeira vez em 2016. Em 2017, aumentou na Região dos Açores +1,7% (+0,3 M€) e na Região da Madeira baixou 5,5% (-1,6 M€).

– Em 2017, a coleta de IMT continuou a crescer em ambas as regiões: na Região da Madeira +45,2% representando um aumento de coleta de +4,7 M€) e na Região dos Açores aumentou + 56,6% traduzido num acréscimo de 2,7 M€.

– Quanto à Derrama, o seu valor cresceu em ambas as Regiões, menos significativamente na Região dos Açores (+9,5%, +0,2 M€) e mais significativamente na Região da Madeira (+121,4% e +1,7 M€).

– A receita do IUC manteve-se estável tanto na Madeira como nos Açores, com um ligeiro aumento de 0,1% em ambas as regiões.

Da observação dos quadros antecedentes, analisa-se agora, com mais em pormenor, a evolução das cobranças dos diferentes impostos diretos (IMI, IMT, IUC e Derrama):

IMI: Impostos sobre Imóveis- Análise do impacto da sua variação nos municípios

Pelos dados obtidos das prestações de contas (Quadro 2.18), verifica-se que o valor do IMI cresceu 70,1%, entre 2006 e 2017, embora tenha apresentado no último biénio (2016/2017), redução do seu montante global. Em 2016 apresentou uma redução de -2,9% e em 2017 outra descida de -2,1%, das quais resultou cumulativamente um decréscimo total de receita em relação de - 77 M€. Esta situação poderá ter resultado dos seguintes factos ocorridos individual ou cumulativamente:

- Pedidos dos proprietários para revisão do valor do IMI aplicado ao Imóvel;
- Redução por parte dos municípios do valor das taxas a aplicar, no intervalo permitido por Lei (entre 0,3% e 0,45%)²⁵;

²⁵ Pelo artigo 112.º do Código do IMI (CIMI), as taxas do IMI em 2017, a fixar pelos municípios, devem estar compreendidas entre os seguintes intervalos: 0,3% a 0,45% para prédios urbanos (o diploma foi alterado em 2016; a taxa máxima anterior era 0,5%). Para prédios rústicos mantém-se a taxa única de 0,8%.

- Reduções de taxas relacionadas com as condições do agregado familiar.

Relativamente ao motivo referido em a), não se dispõe de informação do impacto na redução (ou aumento) do valor do IMI em 2017, como já não se dispunha em relação ao ano anterior.

Da análise do comportamento dos municípios relativamente ao valor da taxa de IMI a aplicar em 2017, bem como a variação do montante de IMI cobrado. Verificou-se:

– 209 Municípios não diminuíram o valor da taxa aplicada de IMI em 2017. No entanto, destes, 55 municípios apresentaram diminuição do montante cobrado.

– 99 Municípios decidiram baixar a taxa de IMI a aplicar em 2017, sendo que 79 apresentaram, consequente diminuição do valor total cobrado.

– 20 dos municípios que decidiram fazer baixar a taxa de IMI, apresentaram aumento do valor desta coleta.

Face aos dados expostos, pode-se concluir que embora haja uma correlação forte entre a descida da coleta global de IMI e a descida do correspondente valor da taxa aplicada, haverá outras razões que condicionam negativamente o montante arrecadado da coleta fazendo-o baixar.

O Quadro 2.19 apresenta os municípios que mais reduziram a receita do IMI em 2017 e que simultaneamente diminuíram a taxa de cobrança desta coleta para esse mesmo ano.

Quadro 2.19 – Municípios com maior diminuição de taxa de IMI aplicada em 2017 e com diminuição do IMI arrecadado

Unidade: euros

	Município	Dim.	IMI cobrado			Taxa de IMI (prédios urbanos)		
			2016	2017	Varição 16-17 (%)	2015	2016	Varição 15-16 (%)
1	Mourão	P	311.721	195.575	-37,3%	0,50%	0,30%	-40,0%
2	Ribeira de Pena	P	473.439	370.451	-21,8%	0,40%	0,30%	-25,0%
3	Castro Marim	P	3.186.118	2.662.420	-16,4%	0,40%	0,30%	-25,0%
4	Loulé	M	34.201.269	27.210.519	-20,4%	0,38%	0,30%	-21,1%
5	Montemor-o-Velho	M	3.204.240	2.735.369	-14,6%	0,50%	0,40%	-21,0%
6	Paredes	M	9.066.813	7.624.637	-15,9%	0,50%	0,40%	-20,0%
7	Albufeira	M	22.498.979	18.422.930	-18,1%	0,35%	0,30%	-14,3%
8	Monforte	P	221.610	203.531	-8,2%	0,35%	0,30%	-14,3%
9	Guarda	M	6.859.373	6.239.617	-9,0%	0,45%	0,40%	-11,1%
10	Montijo	M	8.208.141	7.496.563	-8,7%	0,45%	0,40%	-11,1%
11	Castanheira de Pera	P	586.587	376.252	-35,9%	0,50%	0,45%	-10,0%
12	Alfândega da Fé	P	484.211	412.979	-14,7%	0,50%	0,45%	-10,0%
13	Borba	P	739.712	647.259	-12,5%	0,50%	0,45%	-10,0%
14	Faro	M	14.113.472	12.659.873	-10,3%	0,50%	0,45%	-10,0%
15	Nordeste	P	494.915	445.701	-9,9%	0,50%	0,45%	-10,0%
16	Aveiro	M	21.301.080	19.468.494	-8,6%	0,50%	0,45%	-10,0%
17	Cartaxo	M	3.061.266	2.803.247	-8,4%	0,50%	0,45%	-10,0%
18	Vizela	M	2.934.427	2.690.282	-8,3%	0,50%	0,45%	-10,0%
19	Évora	M	7.254.301	6.653.536	-8,3%	0,50%	0,45%	-10,0%
20	Santarém	M	9.590.328	8.806.095	-8,2%	0,50%	0,45%	-10,0%
21	Calheta (R. A. A.)	P	346.709	320.615	-7,5%	0,50%	0,45%	-10,0%
22	Mafra	M	19.010.904	17.628.124	-7,3%	0,50%	0,45%	-10,0%
23	Santa Comba Dão	P	1.534.399	1.424.295	-7,2%	0,50%	0,45%	-10,0%
24	Espinho	M	4.899.186	4.560.489	-6,9%	0,50%	0,45%	-10,0%
25	Resende	P	1.048.304	979.924	-6,5%	0,50%	0,45%	-10,0%
26	Vila Real de Santo António	P	7.832.052	7.326.001	-6,5%	0,50%	0,45%	-10,0%
27	Nelas	P	1.870.812	1.758.740	-6,0%	0,50%	0,45%	-10,0%
28	Setúbal	G	25.538.648	24.056.013	-5,8%	0,50%	0,45%	-10,0%
29	Vila Franca do Campo	P	1.431.658	1.350.451	-5,7%	0,50%	0,45%	-10,0%
30	Portimão	M	24.316.747	23.223.226	-4,5%	0,50%	0,45%	-10,0%
31	Marco de Canaveses	M	4.704.846	4.496.529	-4,4%	0,50%	0,45%	-10,0%
32	Alijó	P	1.098.512	1.051.283	-4,3%	0,50%	0,45%	-10,0%
33	Nazaré	P	4.557.143	4.406.317	-3,3%	0,50%	0,45%	-10,0%
34	Freixo de Espada à Cinta	P	358.696	347.315	-3,2%	0,50%	0,45%	-10,0%
35	Trofa	M	5.846.166	5.687.292	-2,7%	0,50%	0,45%	-10,0%

Quadro 2.20 – Municípios que embora diminuindo a taxa de IMI aplicada em 2017, aumentaram o montante de IMI arrecadado

Unidade: euros

Município	Dim.	IMI cobrado			Taxa de IMI (prédios urbanos)			
		2016	2017	Variação 16-17 (%)	2015	2016	Variação 15-16 (%)	
1	Alvaiázere	P	724.065	896.478	23,8%	0,40%	0,35%	-12,5%
2	Lousada	M	2.642.402	2.693.433	1,9%	0,33%	0,30%	-7,7%
3	Cabeceiras de Basto	P	878.523	920.521	4,8%	0,32%	0,30%	-6,3%
4	Póvoa de Lanhoso	M	2.331.107	2.335.041	0,2%	0,36%	0,34%	-5,6%
5	Benavente	M	4.454.805	4.464.941	0,2%	0,37%	0,35%	-5,4%
6	Mondim de Basto	P	453.710	504.982	11,3%	0,31%	0,30%	-3,2%
7	Coimbra	G	27.994.287	28.054.565	0,2%	0,35%	0,34%	-2,9%
8	Coruche	P	1.481.130	1.516.022	2,4%	0,35%	0,34%	-2,9%
9	Lourinhã	M	4.240.705	4.278.502	0,9%	0,36%	0,35%	-2,8%
10	Alcobaça	M	7.475.073	7.706.072	3,1%	0,38%	0,37%	-2,7%
11	Grândola	P	3.816.183	4.498.093	17,9%	0,38%	0,37%	-2,6%
12	Tavira	M	7.511.887	7.903.126	5,2%	0,39%	0,38%	-2,6%
13	Bombarral	P	1.570.856	1.577.134	0,4%	0,38%	0,37%	-1,3%
14	Odivelas	G	19.411.934	19.498.757	0,4%	0,38%	0,37%	-1,3%
15	Oliveira de Azeméis	M	7.092.747	7.105.608	0,2%	0,38%	0,38%	-1,3%
16	Alcanena	P	1.904.278	1.953.564	2,6%	0,43%	0,42%	-1,2%
17	São João da Madeira	M	2.917.477	3.013.322	3,3%	0,35%	0,35%	-1,1%
18	Vila Nova de Gaia	G	43.307.581	43.773.455	1,1%	0,45%	0,45%	-1,1%
19	Cantanhede	M	4.946.056	5.063.792	2,4%	0,38%	0,38%	-0,8%
20	Loures	G	28.322.809	28.382.946	0,2%	0,39%	0,39%	-0,5%

– Dos 99 municípios que reduziram a taxa de IMI, 37,4% foram municípios de pequena dimensão, e 46,5% municípios de média dimensão.

– Dos 24 grandes municípios, 16 (16,2%) reduziram o valor da taxa do IMI e destes, só quatro, Coimbra, Odivelas, Vila Nova de Gaia e Loures, apresentaram, mesmo assim, aumento total desta receita.

Para melhor comparar o impacto da descida, deliberada por municípios, do valor da taxa de IMI a aplicar aos imóveis situados na sua área de jurisdição, apresenta-se, pela primeira vez, no Anuário, um quadro (Quadro 2.26) que mostra a diferença entre o IMI cobrado e o IMI que poderia ser cobrado se fosse aplicada a taxa máxima de 0,50%.

– Pela leitura deste quadro verifica-se o montante que cada um destes Municípios deixou de cobrar de IMI e o valor médio que teoricamente cada residente deixou de pagar de IMI. Trata-se de um valor estatístico, meramente indicativo, pois não está referenciado ao número de proprietários pagadores de IMI, mas ao total de população residente, incluindo não proprietários de imóveis e por isso não sujeitos a IMI

Face ao peso do IMI nas receitas municipais, apresentam-se no Ranking R6 os 35 municípios com maior volume desta receita em 2017, apresentando-se, para cada caso, o peso do IMI na receita total do município.

Quadro 2.21 – Municípios com maior diferença entre o IMI cobrado e o IMI que se poderia cobrar, se aplicada a taxa máxima de 0,50%

Unidade: euros

	Município	Dim.	Taxa aplicada (2016)	IMI cobrado c/ taxa aplicada	IMI cobrado se aplicada taxa 0,50%	Diferença (perda para o município)	Nº de habitantes (INE 2017)	Poupança por cidadão*
1	Lisboa	G	0,30%	117.964.910 €	196.608.184 €	78.643.274 €	506.088	155 €
2	Porto	G	0,32%	40.046.978 €	61.800.893 €	21.753.914 €	214.587	101 €
3	Sintra	G	0,35%	46.838.347 €	66.911.924 €	20.073.577 €	386.038	52 €
4	Loulé	M	0,30%	27.210.519 €	45.350.864 €	18.140.346 €	69.044	263 €
5	Oeiras	G	0,33%	30.981.893 €	46.942.262 €	15.960.369 €	175.224	91 €
6	Cascais	G	0,38%	49.900.144 €	65.658.084 €	15.757.940 €	211.714	74 €
7	Coimbra	G	0,34%	28.054.565 €	41.256.713 €	13.202.148 €	134.156	98 €
8	Albufeira	M	0,30%	18.422.930 €	30.704.884 €	12.281.954 €	40.824	301 €
9	Almada	G	0,36%	29.387.980 €	40.816.639 €	11.428.659 €	169.152	68 €
10	Funchal	G	0,30%	15.136.464 €	25.227.441 €	10.090.976 €	104.442	97 €
11	Vila Franca de Xira	G	0,30%	14.867.382 €	24.778.970 €	9.911.588 €	141.227	70 €
12	Braga	G	0,35%	22.617.931 €	32.311.330 €	9.693.399 €	181.382	53 €
13	Viseu	M	0,30%	12.834.970 €	21.391.617 €	8.556.647 €	97.423	88 €
14	Loures	G	0,39%	28.382.946 €	36.670.472 €	8.287.527 €	209.442	40 €
15	Amadora	G	0,35%	18.909.221 €	27.013.172 €	8.103.952 €	179.942	45 €
16	Guimarães	G	0,35%	18.608.934 €	26.584.192 €	7.975.257 €	153.294	52 €
17	Odivelas	G	0,37%	19.498.757 €	26.349.671 €	6.850.915 €	157.829	43 €
18	Seixal	G	0,40%	26.136.636 €	32.670.795 €	6.534.159 €	165.971	39 €
19	Vila Nova de Famalicão	G	0,35%	15.236.655 €	21.766.650 €	6.529.995 €	131.909	50 €
20	Leiria	G	0,38%	19.445.528 €	25.927.371 €	6.481.843 €	125.307	52 €
21	Maia	G	0,39%	21.039.491 €	27.324.014 €	6.284.523 €	136.769	46 €
22	Gondomar	G	0,35%	14.149.586 €	20.213.695 €	6.064.108 €	165.626	37 €
23	Póvoa de Varzim	M	0,30%	8.944.622 €	14.907.704 €	5.963.082 €	62.376	96 €
24	Vila Nova de Gaia	G	0,45%	43.773.455 €	49.183.658 €	5.410.202 €	299.820	18 €
25	Matosinhos	G	0,43%	28.586.142 €	33.630.755 €	5.044.613 €	173.753	29 €
26	Ponta Delgada	M	0,30%	6.937.149 €	11.561.915 €	4.624.766 €	68.055	68 €
27	Silves	M	0,30%	6.847.801 €	11.413.002 €	4.565.201 €	36.258	126 €
28	Castelo Branco	M	0,30%	6.352.893 €	10.588.155 €	4.235.262 €	52.703	80 €
29	Caldas da Rainha	M	0,30%	6.340.827 €	10.568.046 €	4.227.218 €	51.605	82 €
30	Lagos	M	0,38%	12.674.676 €	16.899.567 €	4.224.892 €	30.543	138 €
31	Santa Maria da Feira	G	0,40%	16.895.465 €	21.119.331 €	4.223.866 €	138.613	30 €
32	Viana do Castelo	M	0,37%	11.644.702 €	15.736.083 €	4.091.382 €	85.017	48 €
33	Pombal	M	0,30%	5.943.452 €	9.905.754 €	3.962.302 €	52.324	76 €
34	Barcelos	G	0,35%	8.748.177 €	12.497.395 €	3.749.219 €	117.007	32 €
35	Valongo	M	0,36%	8.923.984 €	12.568.992 €	3.645.008 €	95.908	38 €

* Este valor é subjetivo e pode levar a interpretações erradas. De facto, nem todos os residentes são sujeitos de IMI e por isso não é uma poupança para esses, mas sim um custo pois deixam de beneficiar da aplicação em serviços e bens públicos do IMI bonificado.

R6 – Municípios com maior receita cobrada de IMI, em 2017

Unidade: milhões de euros

Município	Dim	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				IMI / Rec. total
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1 Lisboa	G	74,999	84,471	99,781	101,507	104,660	109,861	114,915	96,783	111,363	115,934	114,082	117,965	14,4%
2 Cascais	G	29,991	37,080	42,007	35,104	41,139	41,824	45,668	44,836	49,017	51,207	50,351	49,900	23,2%
3 Sintra	G	35,597	41,814	41,909	42,979	46,697	48,442	50,130	46,490	51,222	52,882	49,471	46,838	27,9%
4 Portimão	G	25,028	29,848	33,354	30,838	32,703	34,798	37,692	39,377	42,650	43,861	43,308	43,773	33,3%
5 Porto	G	34,212	39,403	45,154	39,764	42,692	42,117	45,279	41,884	43,684	43,740	43,965	40,047	18,7%
6 Oeiras	G	22,674	24,905	27,119	26,740	28,119	30,015	31,671	28,376	31,208	32,017	31,893	30,982	20,5%
7 Almada	G	16,550	19,282	21,388	22,256	24,164	24,640	25,681	26,131	29,888	30,966	30,178	29,388	33,5%
8 Matosinhos	G	17,665	19,865	21,331	20,671	22,299	23,217	24,620	23,208	25,404	29,396	29,578	28,586	22,4%
9 Loures	G	19,263	22,813	27,011	23,926	26,084	27,064	28,191	26,008	28,099	28,856	28,323	28,383	24,8%
10 Coimbra	G	14,928	17,282	19,382	20,775	22,261	24,378	24,305	25,591	29,303	27,595	27,994	28,055	33,4%
11 Loulé	M	21,194	26,726	25,099	25,445	26,499	26,398	30,365	31,912	35,467	35,033	34,201	27,211	24,9%
12 Seixal	G	12,404	14,766	16,908	17,298	18,455	19,491	20,934	21,816	25,123	27,210	26,771	26,137	28,2%
13 Setúbal	G	10,993	12,962	15,031	14,314	14,195	15,639	16,296	21,124	24,432	25,289	25,539	24,056	29,7%
14 Portimão	M	12,899	14,595	16,111	13,889	14,069	15,619	16,580	20,520	22,877	24,149	24,317	23,223	16,6%
15 Braga	G	14,502	16,174	17,638	17,463	18,490	19,725	19,301	21,287	21,503	22,046	21,956	22,618	25,0%
16 Maia	G	14,267	16,006	17,824	16,375	17,978	19,106	20,946	18,750	20,914	21,255	21,313	21,039	31,7%
17 Odivelas	G	12,783	14,079	16,798	16,445	16,942	17,516	18,201	17,699	18,739	20,058	19,412	19,499	27,0%
18 Aveiro	M	7,698	8,074	9,162	8,418	8,774	9,705	9,990	10,739	12,641	17,546	21,301	19,468	16,8%
19 Leiria	G	9,448	10,918	12,258	11,885	11,969	12,961	13,752	16,240	18,882	19,705	19,336	19,446	28,6%
20 Amadora	G	15,466	16,848	19,174	17,815	19,296	19,549	20,676	18,222	19,599	22,309	19,369	18,909	22,4%
21 Guimarães	G	10,610	12,313	13,343	12,987	14,132	15,600	15,936	16,957	18,733	19,505	19,463	18,609	21,8%
22 Albufeira	M	14,115	17,272	18,369	19,821	18,377	18,130	18,658	24,044	27,635	30,079	22,499	18,423	22,1%
23 Mafra	M	7,098	8,500	9,464	8,903	9,776	10,658	11,437	9,920	16,508	19,332	19,011	17,628	28,4%
24 Santa Maria da Feira	G	10,022	11,124	12,338	11,341	12,138	12,976	13,702	14,739	16,503	16,860	16,882	16,895	26,9%
25 Vila Nova de Famalicão	G	7,486	8,091	8,779	9,774	10,391	11,043	12,023	12,212	13,811	14,489	14,284	15,237	17,6%
26 Funchal	G	9,111	11,104	11,930	11,901	12,612	12,902	14,205	14,513	16,829	17,928	16,532	15,136	19,7%
27 Vila Franca de Xira	G	11,387	12,831	15,198	13,865	14,441	15,054	16,387	13,028	13,740	14,444	14,525	14,867	21,7%
28 Gondomar	G	12,482	12,844	14,463	13,777	14,783	15,486	15,838	14,575	13,984	14,254	14,291	14,150	20,6%
29 Vila do Conde	M	7,024	7,806	8,685	7,911	8,248	8,642	9,127	12,076	14,577	15,672	14,318	13,816	18,7%
30 Sesimbra	M	6,452	7,080	7,887	8,007	8,489	8,878	9,334	10,311	12,130	12,967	13,161	13,784	30,5%
31 Torres Vedras	M	5,742	6,403	7,001	6,657	7,546	7,955	9,345	10,548	12,345	13,391	12,797	12,865	28,5%
32 Viseu	M	6,650	7,038	9,931	9,163	8,770	10,069	10,189	12,085	12,277	12,777	12,559	12,835	25,4%
33 Lagos	M	8,180	7,919	8,696	8,409	8,784	10,076	11,039	11,777	13,115	13,657	12,809	12,675	24,7%
34 Faro	M	6,446	6,771	7,640	8,298	8,635	9,934	10,273	9,958	13,214	13,994	14,113	12,660	23,8%
35 Figueira da Foz	M	6,050	6,529	7,116	6,964	7,463	7,779	8,115	9,869	11,882	12,477	12,086	11,994	28,6%
Total 308 municípios		855,97	973,81	1.081,65	1.049,89	1.108,42	1.167,88	1.229,17	1.304,51	1.467,06	1.533,17	1.487,95	1.456,16	17,5%

Do *Ranking* dos 35 municípios com maior coleta de IMI, pode-se concluir, para 2017:

- Com exceção de três municípios, Lisboa, Portimão e Aveiro, todos os restantes 31 desta lista, apresentaram um valor do IMI, cujo peso na receita total do município ultrapassou a média nacional deste rácio de 17,5%. Anota-se o facto de Lisboa ser o município que mais IMI arrecadou, mas que apresenta, simultaneamente, menor peso desta receita na receita total por si auferida.
- Relevam-se os municípios, neste *ranking*, para os quais a receita

do IMI representou um valor muito significativo dos recursos auferidos, ultrapassando essa receita os 30% da receita total cobrada, por cada um deles. Estiveram nesta situação: Sesimbra (30,5%); Maia (31,7%); Coimbra (33,4%); Almada (33,5%) e Portimão (33,3%). São, por isso, municípios com uma estrutura financeira excepcionalmente sensível à variação desta coleta.

Os *Rankings* R6.A e R6.M ilustram a variação da coleta do IMI nos municípios das Regiões Autónomas, entre 2006 e 2017.

R6.A – Receita cobrada de IMI dos Municípios da R.A. dos Açores, em 2017

Unidade: milhões de euros

Município	Dim	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				IMI / Rec. total
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1 Ponta Delgada	M	2,874	3,701	4,112	4,207	4,927	5,264	5,282	6,679	7,090	7,095	6,741	6,937	18,1%
2 Angra do Heroísmo	M	0,926	0,833	0,945	1,019	1,136	1,175	1,238	2,100	2,323	2,439	2,279	2,440	14,3%
3 Ribeira Grande	M	0,433	0,629	0,648	0,659	0,648	0,806	0,872	1,536	1,838	1,933	1,794	1,820	9,0%
4 Praia da Vitória	M	0,555	0,420	0,460	0,481	0,542	0,593	0,632	1,127	1,354	1,457	1,340	1,375	9,5%
5 Vila Franca Campo	P	0,240	0,337	0,384	0,380	0,346	0,592	0,652	1,081	1,179	1,426	1,432	1,350	15,9%
6 Lagoa (R.A.A)	P	0,579	0,640	0,593	0,615	0,718	0,716	0,734	0,952	1,155	1,260	1,230	1,233	12,0%
7 Horta	P	0,511	0,605	0,694	0,677	0,727	0,785	0,832	1,059	1,201	1,272	1,206	1,190	10,9%
8 Madalena	P	0,121	0,128	0,152	0,163	0,194	0,210	0,210	0,420	0,402	0,531	0,492	0,510	7,0%
9 Povoação	P	0,111	0,125	0,138	0,171	0,154	0,175	0,189	0,387	0,465	0,494	0,471	0,474	7,6%
10 Nordeste	P	0,070	0,066	0,074	0,087	0,091	0,099	0,103	0,235	0,416	0,510	0,495	0,446	8,3%
11 Vila do Porto	P	0,080	0,121	0,152	0,194	0,134	0,175	0,204	0,331	0,422	0,454	0,394	0,391	7,3%
12 S.C. Graciosa	P	0,061	0,109	0,079	0,097	0,112	0,160	0,134	0,309	0,369	0,403	0,349	0,358	7,8%
13 Calheta (R. A. A.)	P	0,024	0,088	0,084	0,109	0,117	0,124	0,160	0,290	0,396	0,420	0,347	0,321	6,8%
14 São Roque do Pico	P	0,086	0,118	0,142	0,165	0,117	0,133	0,142	0,258	0,297	0,314	0,283	0,296	6,5%
15 Velas	P	0,126	0,143	0,132	0,145	0,114	0,179	0,179	0,261	0,305	0,323	0,282	0,290	4,0%
16 Lajes do Pico	P	0,048	0,056	0,059	0,067	0,078	0,181	0,125	0,262	0,312	0,348	0,278	0,287	5,3%
17 Santa Cruz Flores	P	0,040	0,040	0,044	0,049	0,051	0,059	0,063	0,112	0,127	0,131	0,120	0,127	3,8%
18 Lajes das Flores	P	0,014	0,019	0,022	0,025	0,029	0,032	0,034	0,084	0,099	0,101	0,076	0,090	2,9%
19 Corvo	P	0,003	0,006	0,007	0,006	0,006	0,006	0,009	0,016	0,016	0,016	0,013	0,014	0,7%
IMI Total – Açores		6,902	8,182	8,921	9,317	10,240	11,464	11,792	17,500	19,766	20,927	19,620	19,949	11,9%
IMI Total - Nacional		855,968	973,806	1.081,646	1.049,886	1.108,421	1.167,883	1.229,171	1.297,301	1.467,061	1.533,174	1.487,947	1.455,714	17,5%
% IMI Açores / IMI total		0,81%	0,84%	0,82%	0,89%	0,92%	0,98%	0,96%	1,35%	1,35%	1,36%	1,32%	1,37%	--

R6.M – Receita cobrada de IMI dos Municípios da R.A. da Madeira, em 2017

Unidade: milhões de euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				IMI / Rec. total
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1 Funchal	G	9,111	11,104	11,930	11,901	12,612	12,902	14,205	14,513	16,829	17,928	16,532	15,136	19,7%
2 Santa Cruz	M	1,598	1,968	2,613	2,524	2,595	2,916	3,273	3,277	4,111	4,558	4,240	4,254	16,7%
3 Câmara de Lobos	M	1,054	1,247	1,737	1,500	1,451	1,385	1,453	1,709	2,117	2,223	1,921	1,853	9,0%
4 Machico	M	0,870	0,902	0,918	1,013	1,044	1,100	1,297	1,588	1,683	1,689	1,568	1,623	16,8%
5 Porto Santo	P	0,633	1,084	1,451	1,212	1,346	1,309	1,326	1,872	2,179	2,396	1,545	1,410	32,8%
6 Calheta (R. A. M.)	P	0,356	0,367	0,420	0,487	0,542	0,611	0,628	0,810	0,987	1,021	0,908	0,867	7,4%
7 Ribeira Brava	P	0,338	0,431	0,402	0,406	0,478	0,496	0,440	0,620	0,791	0,872	0,760	0,728	9,2%
8 Ponta do Sol	P	0,230	0,288	0,379	0,325	0,516	0,418	0,431	0,456	0,645	0,701	0,567	0,576	9,1%
9 São Vicente	P	0,135	0,162	0,184	0,176	0,183	0,208	0,240	0,361	0,474	0,486	0,425	0,434	7,4%
10 Santana	P	0,199	0,257	0,277	0,295	0,328	0,315	0,393	0,436	0,521	0,537	0,424	0,400	5,9%
11 Porto Moniz	P	0,048	0,051	0,049	0,065	0,068	0,081	0,080	0,155	0,238	0,261	0,232	0,238	4,4%
IMI Total – Madeira		14,572	17,860	20,360	19,904	21,163	21,741	23,766	25,795	30,575	32,672	29,123	27,519	18,6%
IMI Total - Nacional		855,968	973,806	1.081,646	1.049,886	1.108,421	1.167,883	1.229,171	1.297,301	1.467,061	1.533,174	1.487,947	1.455,714	17,5%
% IMI Madeira / IMI total		1,70%	1,83%	1,88%	1,90%	1,91%	1,86%	1,93%	1,99%	2,08%	2,13%	1,96%	1,89%	--

Sobre a hierarquização dos municípios das Regiões Autónomas relativamente à coleta do IMI, refira-se:

- Ponta Delgada foi o município dos Açores que apresentou uma receita de IMI com maior peso na respetiva receita total (18,1%), ultrapassando a média nacional, sendo que para o município do Corvo a coleta do IMI apenas representou 0,7% da sua receita total. Na generalidade destes municípios o peso do IMI na receita total foi muito pouco significativo, não chegando na maioria dos casos a 10% da respetiva receita municipal.
- Comparando ainda os montantes cobrados em 2016 com os coletados em 2017, pode-se concluir que em relação à Região dos Açores:
 - Quatro (4) dos 19 municípios apresentaram diminuição da receita do IMI, tendo todos os restantes apresentado crescimento desta coleta. Os quatro municípios com descida do montante do IMI foram: Vila Franca do Campo (-5,7%); Horta (-1,3%); Vila do Porto (-9,9%) e Calheta (-7,5%);
 - Com um aumento significativo da coleta, apresentam-se os seguintes municípios: Angra do Heroísmo (+7,1%); Lajes das Flores (+18%); Corvo (+6,8%) e Santa Cruz das Flores (+6,1%)
- Por sua vez, no caso dos municípios da Região Autónoma da Madeira, Porto Santo e Funchal apresentaram um montante de coleta de IMI cujo peso na receita total ultrapassou a média nacional, através de rácios, respetivamente, de 32,8% e 19,7%. Porto Moniz foi o município

da Madeira que apresentou uma receita de IMI com menor peso na respetiva receita total (4,4%).

- Comparando o valor do IMI coletado em 2016 e em 2017, pode-se afirmar que na globalidade a coleta desta receita baixou 5,5%, tendo sido responsável por essa descida seis dos 11 municípios madeirenses. Relevam-se as descidas de receita do IMI dos seguintes municípios: Porto Santo (-8,8%); Funchal (-8,4%); Santana (-5,5%), Calheta (-4,5%); Ribeira Brava (-4%) e Câmara de Lobos (-3,5%).

Face ao reconhecimento do impacto negativo na gestão financeira dos municípios da descida da coleta do IMI, apresenta-se uma listagem – Ranking R7 – com os municípios que apresentaram maior decréscimo desta receita, tendo por referência o ano de 2017. Desde 2016 que aumentou bastante o número de municípios que apresentaram diminuição do montante global de IMI²⁶, mantendo-se em 2017 um número elevado de municípios (134) nessa situação (em 2016 tinham sido 265 municípios).

²⁶ Tendo o programa de atualização coerciva do IMI ficado concluído em 2015, a partir deste ano influenciará, no nosso entender, a variação negativa do IMI a atualização do índice de vetustez do edifício e eventuais pedidos de atualização do valor do mesmo. A variação positiva do valor total do IMI poderá ocorrer com novas construções (situações em decréscimo na economia portuguesa) ou com recuperações e prédios antigos (situação em crescimento no mercado imobiliário português, principalmente nas grandes cidades).

R7 – Municípios com maior diminuição de IMI em 2017

Unidade: milhões de euros

Município	Dim	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				Δ 16-17
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1 Loulé	M	21,194	26,726	25,099	25,445	26,499	26,398	30,365	31,912	35,467	35,033	34,201	27,211	-6,991
2 Albufeira	M	14,115	17,272	18,369	19,821	18,377	18,130	18,658	24,044	27,635	30,079	22,499	18,423	-4,076
3 Porto	G	34,212	39,403	45,154	39,764	42,692	42,117	45,279	41,884	43,684	43,740	43,965	40,047	-3,918
4 Sintra	G	35,597	41,814	41,909	42,979	46,697	48,442	50,130	46,490	51,222	52,882	49,471	46,838	-2,633
5 Aveiro	M	7,698	8,074	9,162	8,418	8,774	9,705	9,990	10,739	12,641	17,546	21,301	19,468	-1,833
6 Setúbal	G	10,993	12,962	15,031	14,314	14,195	15,639	16,296	21,124	24,432	25,289	25,539	24,056	-1,483
7 Faro	M	6,446	6,771	7,640	8,298	8,635	9,934	10,273	9,958	13,214	13,994	14,113	12,660	-1,454
8 Paredes	M	4,249	5,251	5,619	5,329	5,673	5,832	6,036	6,252	7,058	8,917	9,067	7,625	-1,442
9 Funchal	G	9,111	11,104	11,930	11,901	12,612	12,902	14,205	14,513	16,829	17,928	16,532	15,136	-1,395
10 Mafra	M	7,098	8,500	9,464	8,903	9,776	10,658	11,437	9,920	16,508	19,332	19,011	17,628	-1,383
11 Portimão	M	12,899	14,595	16,111	13,889	14,069	15,619	16,580	20,520	22,877	24,149	24,317	23,223	-1,094
12 Matosinhos	G	17,665	19,865	21,331	20,671	22,299	23,217	24,620	23,208	25,404	29,396	29,578	28,586	-0,992
13 Cinfães	P	0,387	0,484	0,505	0,391	0,409	0,439	0,486	0,765	0,943	0,970	1,555	0,619	-0,936
14 Oeiras	G	22,674	24,905	27,119	26,740	28,119	30,015	31,671	28,376	31,208	32,017	31,893	30,982	-0,911
15 Guimarães	G	10,610	12,313	13,343	12,987	14,132	15,600	15,936	16,957	18,733	19,505	19,463	18,609	-0,854
16 Almada	G	16,550	19,282	21,388	22,256	24,164	24,640	25,681	26,131	29,888	30,966	30,178	29,388	-0,790
17 Santarém	M	4,191	4,531	4,869	5,053	5,264	5,703	6,362	8,208	9,184	9,614	9,590	8,806	-0,784
18 Montijo	M	4,615	5,192	5,596	4,760	5,333	5,410	5,774	7,154	7,677	7,970	8,208	7,497	-0,712
19 Seixal	G	12,404	14,766	16,908	17,298	18,455	19,491	20,934	21,816	25,123	27,210	26,771	26,137	-0,634
20 Guarda	M	3,054	3,602	4,318	3,785	4,256	4,259	4,501	5,299	5,944	7,299	6,859	6,240	-0,620
21 Évora	M	4,215	4,721	4,217	4,216	3,851	3,968	4,817	4,981	6,701	7,261	7,254	6,654	-0,601
22 Palmela	M	6,555	7,927	8,675	8,294	8,274	8,951	8,939	10,989	12,866	12,948	12,175	11,580	-0,595
23 Castro Marim	P	1,721	1,854	2,142	2,175	2,140	2,107	2,229	2,469	2,732	2,939	3,186	2,662	-0,524
24 Vila Real Santo António	P	2,966	3,831	3,989	4,193	4,732	4,912	5,024	6,409	7,329	7,637	7,832	7,326	-0,506
25 Vila do Conde	M	7,024	7,806	8,685	7,911	8,248	8,642	9,127	12,076	14,577	15,672	14,318	13,816	-0,502
26 Montemor-o-Velho	M	0,960	1,152	1,184	1,254	1,381	1,527	1,622	2,131	2,601	2,760	3,204	2,735	-0,469
27 Amadora	G	15,466	16,848	19,174	17,815	19,296	19,549	20,676	18,222	19,599	22,309	19,369	18,909	-0,460
28 Cascais	G	29,991	37,080	42,007	35,104	41,139	41,824	45,668	44,836	49,017	51,207	50,351	49,900	-0,451
29 Fafe	M	2,515	3,105	3,211	3,124	3,242	3,455	3,608	4,268	3,942	4,213	4,421	3,988	-0,434
30 Sines	P	1,520	1,850	1,996	1,788	1,924	1,904	1,959	1,943	2,271	2,216	2,813	2,393	-0,420
31 Celorico de Basto	P	0,429	0,536	0,670	0,705	0,689	0,782	1,048	1,098	1,181	1,246	1,136	0,775	-0,361
32 Espinho	M	3,232	3,382	3,753	3,370	3,489	3,638	3,712	4,116	4,557	4,914	4,899	4,560	-0,339
33 Oleiros	P	0,138	0,183	0,185	0,217	0,189	0,198	0,206	0,350	0,466	0,391	0,622	0,312	-0,310
34 Mogadouro	P	0,189	0,198	0,222	0,242	0,259	0,273	0,278	0,608	0,679	0,699	0,772	0,489	-0,283
35 Santiago do Cacém	M	1,878	2,070	2,271	2,309	2,345	2,496	2,626	3,219	3,929	4,076	3,946	3,671	-0,276

Tendo em atenção a análise já apresentada sobre o comportamento da receita proveniente do IMI no geral dos municípios, em relação ao *Ranking* R7 pouco haverá para salientar para além do que é observável na própria listagem hierarquizada dos municípios com maior de redução do IMI. Releva-se, contudo:

- A diminuição significativa do valor da coleta de IMI nos municípios de Loulé (-7 M€), Albufeira (-4M€), Porto (-3,9M€), Sintra (-2,6 M€) e Aveiro (-1,8M€).
- Apontam-se, com elevadas taxas de **decrécimo de IMI**, embora com valores pouco relevantes em termos absolutos, os seguintes municípios: Cinfães (-60,2%); Celorico de Basto (-31,8%); Oleiros (-49,8%) e Mogadouro (-36,7%).

O *ranking* R8 hierarquiza os 35 municípios que apresentaram maior aumento de IMI em 2017.

- Sobre este ranking, há que referenciar o aumento de receita de IMI apresentada pelo município de Lisboa (+3,8M€, +3,3%) e o facto de só mais quatro municípios apresentarem um acréscimo de receita de IMI entre meio e um milhão de euros: Vila Nova de Famalicão, Grândola, Braga e Sesimbra.

Apresentaram crescimento superior a 10% os seguintes municípios: Grândola (+15,2%); Vila do Bispo (+10,9%); Monção (+13,7%); Valença (+10,7%); Baião (+17,1%); Valpaços (11,0%) e Castelo de Paiva (14,6%).

Por sua vez, no *ranking* R9 listam-se os 35 municípios com menor receita cobrada de IMI, em 2017.

- Como se pode constatar, foram os municípios de pequena dimensão que apresentaram menor receita de IMI. Todos os 35 municípios elencados obtiveram uma coleta de IMI inferior a meio milhão de euros.
- Para além destes 35 municípios com uma receita de IMI inferior a meio milhão de euros, existiram mais 39 municípios nesta situação e outros 54 municípios com receita de IMI entre 0,5 M€ e 1M€.
- Mais se anota que neste elenco de municípios, não houve qualquer município cujo peso do IMI na receita total fosse superior a 5,5% da sua receita total

R8 – Municípios com maior aumento de IMI em 2017

Unidade: milhões de euros

	Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				Δ 16-17
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1	Lisboa	G	74,999	84,471	99,781	101,507	104,660	109,861	114,915	96,783	111,363	115,934	114,082	117,965	3,882
2	Vila Nova de Famalicão	G	7,486	8,091	8,779	9,774	10,391	11,043	12,023	12,212	13,811	14,489	14,284	15,237	0,952
3	Grândola	P	1,629	2,266	2,742	2,304	2,455	2,650	2,856	3,220	3,325	3,313	3,816	4,498	0,682
4	Braga	G	14,502	16,174	17,638	17,463	18,490	19,725	19,301	21,287	21,503	22,046	21,956	22,618	0,662
5	Sesimbra	M	6,452	7,080	7,887	8,007	8,489	8,878	9,334	10,311	12,130	12,967	13,161	13,784	0,623
6	Vila Nova de Gaia	G	25,028	29,848	33,354	30,838	32,703	34,798	37,692	39,377	42,650	43,861	43,308	43,773	0,466
7	Tavira	M	4,426	5,167	5,651	5,127	5,501	5,820	6,064	6,820	7,403	7,881	7,512	7,903	0,391
8	Vila Franca de Xira	G	11,387	12,831	15,198	13,865	14,441	15,054	16,387	13,028	13,740	14,444	14,525	14,867	0,342
9	Castelo Branco	M	4,672	5,535	6,149	5,878	6,260	6,525	5,589	5,556	6,180	6,293	6,038	6,353	0,314
10	Viana do Castelo	M	6,846	8,309	9,378	8,431	8,622	8,795	9,229	9,998	11,155	11,675	11,333	11,645	0,311
11	Viseu	M	6,650	7,038	9,931	9,163	8,770	10,069	10,189	12,085	12,277	12,777	12,559	12,835	0,276
12	Alcobaça	M	4,569	5,287	5,870	5,427	5,691	5,882	6,150	6,835	7,779	7,679	7,475	7,706	0,231
13	Alcochete	P	2,011	1,872	2,106	1,905	2,410	2,214	2,252	2,764	3,267	3,795	3,859	4,074	0,215
14	Vila do Bispo	P	1,008	1,161	1,289	1,317	1,489	1,497	1,868	1,822	1,918	1,945	1,718	1,928	0,210
15	Covilhã	M	3,340	3,407	4,143	4,074	4,262	4,490	4,736	4,770	5,179	5,365	5,134	5,334	0,200
16	Ponta Delgada	M	2,874	3,701	4,112	4,207	4,927	5,264	5,282	6,679	7,090	7,095	6,741	6,937	0,197
17	Monção	P	0,689	0,767	0,849	0,783	0,839	0,899	1,021	1,211	1,329	1,578	1,187	1,375	0,188
18	Ovar	M	4,703	4,987	5,414	5,298	5,805	6,144	6,558	7,367	8,318	8,423	8,137	8,320	0,184
19	Chaves	M	1,732	2,090	2,309	2,325	2,436	2,743	2,670	3,131	3,556	4,227	3,901	4,080	0,180
20	Águeda	M	2,973	3,324	3,871	4,291	4,444	4,425	4,573	4,402	4,870	5,116	4,908	5,085	0,178
21	Valença	P	1,131	0,866	0,884	0,922	0,961	1,017	1,386	1,374	1,579	1,559	1,467	1,643	0,176
22	Arcos de Valdevez	M	0,948	1,026	1,145	1,127	1,181	1,303	1,323	1,966	1,912	1,976	1,777	1,943	0,166
23	Angra do Heroísmo	M	0,926	0,833	0,945	1,019	1,136	1,175	1,238	2,100	2,323	2,439	2,279	2,440	0,161
24	Tomar	M	2,599	2,684	2,568	2,637	2,628	2,785	2,885	3,242	3,472	3,560	3,271	3,418	0,148
25	Baião	P	0,364	0,460	0,438	0,503	0,503	0,523	0,548	0,680	0,773	0,803	0,715	0,862	0,147
26	Mealhada	P	0,877	0,963	0,930	0,884	0,778	0,834	0,991	1,539	1,900	2,063	2,033	2,164	0,131
27	Penafiel	M	3,033	3,377	3,647	3,407	3,709	3,818	4,449	4,378	4,885	4,979	5,038	5,167	0,129
28	Pombal	M	2,843	3,534	3,772	4,204	4,151	4,372	4,527	5,792	6,524	6,468	5,815	5,943	0,129
29	Fundão	M	1,952	2,130	2,270	2,439	2,441	2,605	2,745	3,377	3,732	3,857	3,586	3,715	0,129
30	Vila Real	M	3,111	2,657	2,968	2,840	3,215	3,506	3,628	4,657	5,810	5,861	5,824	5,952	0,128
31	Barcelos	G	5,216	5,786	6,464	6,232	6,314	6,643	6,640	8,385	9,044	9,220	8,622	8,748	0,127
32	Valpaços	P	0,599	0,649	0,667	0,677	0,692	0,756	0,764	1,099	1,220	1,284	1,017	1,143	0,126
33	Ourém	M	2,632	2,914	3,076	3,114	3,670	4,116	4,577	5,837	6,891	6,422	6,132	6,255	0,123
34	Cantanhede	M	2,471	2,532	2,822	2,858	3,193	3,310	3,562	4,407	5,141	5,335	4,946	5,064	0,118
35	Castelo de Paiva	P	0,292	0,346	0,361	0,423	0,317	0,324	0,352	0,697	0,804	0,794	0,789	0,904	0,115

R9– Municípios com menor receita cobrada de IMI em 2017

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				IMI / Rec. total
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1	Corvo	P	3.132	5.715	6.505	6.286	6.320	6.355	8.753	16.036	16.311	16.367	13.203	14.098	0,7%
2	Lajes das Flores	P	14.305	19.192	21.972	24.789	29.372	31.595	34.194	83.579	98.633	100.822	75.891	89.536	2,9%
3	Barrancos	P	31.045	46.777	38.178	49.730	38.186	40.305	40.345	94.652	104.240	108.138	98.045	96.979	2,4%
4	Santa Cruz das Flores	P	40.091	39.942	43.992	48.591	51.256	59.400	62.825	111.873	127.420	130.928	119.721	127.074	3,8%
5	Penedono	P	50.541	59.871	66.804	81.681	81.804	100.237	89.224	229.728	256.464	266.013	236.044	152.224	2,7%
6	Alcoutim	P	201.650	191.006	187.598	208.360	222.049	231.613	241.616	228.822	242.699	254.804	166.047	176.374	2,3%
7	Arronches	P	123.637	137.758	126.645	143.659	119.014	129.799	131.200	169.574	180.414	185.411	164.246	176.379	3,0%
8	Alvito	P	61.388	76.422	94.112	87.839	98.111	102.444	105.724	166.221	192.283	200.168	195.235	188.531	4,0%
9	Mourão	P	138.142	169.264	152.557	149.347	137.245	151.281	167.481	201.350	218.790	227.990	311.721	195.575	3,5%
10	Monforte	P	116.792	115.767	88.824	86.627	86.265	97.802	91.229	186.001	196.186	230.712	221.610	203.531	3,0%
11	Mesão Frio	P	92.691	117.134	127.173	153.421	153.328	151.639	156.394	195.104	209.386	272.570	218.167	211.923	2,7%
12	Fronteira	P	109.653	141.286	170.085	158.298	180.432	190.047	196.706	223.771	251.232	241.907	222.776	228.731	3,9%
13	Porto Moniz	P	48.389	51.011	48.757	65.058	68.407	80.531	79.698	154.526	237.936	260.799	232.261	237.528	4,4%
14	Cuba	P	143.168	150.482	175.191	204.304	196.697	209.887	221.127	235.159	255.357	262.717	241.833	254.134	4,0%
15	Avis	P	192.796	202.626	207.803	230.908	221.383	239.268	238.050	268.395	277.727	279.456	242.483	261.122	3,3%
16	Manteigas	P	75.382	115.927	108.108	119.779	132.714	132.828	128.369	241.628	279.008	292.530	267.649	275.589	5,2%
17	Crato	P	162.303	174.761	219.756	244.517	155.764	167.259	138.589	256.994	289.647	300.465	269.122	279.756	3,6%
18	Gavião	P	149.458	178.288	218.757	203.964	208.392	216.696	224.113	281.320	302.354	296.161	285.927	286.184	4,6%
19	Vila de Rei	P	107.681	107.955	106.439	135.731	138.488	142.787	172.701	279.887	290.849	303.771	277.420	286.671	4,7%
20	Lajes do Pico	P	47.944	55.831	59.288	66.663	77.530	180.576	124.839	262.092	312.080	348.496	277.780	287.307	5,3%
21	Marvão	P	114.184	152.664	168.993	195.201	180.885	154.059	194.982	265.456	294.648	301.021	279.666	287.737	4,8%
22	Sardoal	P	168.370	200.399	232.427	229.469	237.318	241.627	250.054	308.245	310.036	316.093	275.444	287.954	4,4%
23	Velas	P	125.710	142.634	132.348	145.268	113.964	179.050	179.436	260.919	305.453	323.169	282.487	289.737	4,0%
24	Alter do Chão	P	184.343	183.214	194.499	207.000	228.735	240.539	238.963	276.831	293.443	298.038	278.062	292.434	4,7%
25	São Roque do Pico	P	85.699	117.820	142.133	165.450	117.081	133.217	142.188	258.232	296.637	314.037	282.757	295.928	6,5%
26	Portel	P	179.345	197.853	261.954	255.940	246.209	254.842	245.592	324.400	348.553	359.658	314.231	297.018	3,2%
27	Santa Marta de Penaguião	P	187.914	202.987	211.185	201.986	214.302	231.626	243.093	389.421	347.747	349.196	296.579	301.342	4,4%
28	Oleiros	P	138.002	182.586	184.563	216.888	188.980	198.049	205.977	349.963	466.430	391.189	621.931	312.208	3,2%
29	Vimioso	P	82.890	101.442	108.322	122.660	123.006	139.889	142.480	330.856	357.631	361.272	298.284	315.991	3,7%
30	Murça	P	268.426	316.151	278.332	232.605	223.944	244.506	253.586	327.826	361.567	373.658	298.174	317.517	4,5%
31	Calheta (R. A. A.)	P	24.053	88.331	84.026	108.549	116.563	124.071	159.557	290.287	395.920	420.284	346.709	320.615	6,8%
32	Castelo de Vide	P	178.708	216.965	208.466	208.611	213.400	228.042	267.487	297.526	328.952	342.364	320.646	335.026	5,6%
33	Mora	P	219.691	216.496	233.471	212.810	210.208	242.156	241.157	317.679	348.751	353.653	321.338	335.084	4,3%
34	Pampilhosa da Serra	P	136.513	162.340	176.277	204.018	205.477	228.426	229.569	373.477	423.411	391.567	332.547	336.361	3,3%
35	Freixo de Espada à Cinta	P	76.006	93.160	97.736	99.382	102.455	107.639	108.799	268.170	237.070	387.402	358.696	347.315	5,3%

IMT – Imposto sobre transações de Imóveis

Em 2017, o volume de IMT apresentou o extraordinário aumento de +30,2% traduzido num acréscimo líquido deste imposto de +198 M€. Para a maioria dos municípios esta fonte de receita tornou-se mais relevante, nomeadamente para os municípios de grande dimensão, ao representar, em média, 33,9% do montante de impostos diretos cobrados.

Assim, sendo o IMT outra das receitas fiscais com impacto significativo na receita municipal, apresentam-se de seguida quadros e *rankings* com informação que se considera relevante assinalar.

Verifica-se que, embora o lote de municípios apresentado no *ranking* R10 corresponda aos que apresentaram maior volume de receita de IMT, o seu peso na receita total foi muito variável, verificando-se neste conjunto de municípios uma amplitude entre 37,7% (Grândola) e 5,1% (Vila Nova de Famalicão). O peso médio do IMT na receita total dos municípios foi, em 2017, de 10,3%.

– Em 2017, dos 35 municípios com maior receita de IMT, três deles apresentaram descida do volume total desta coleta: Coimbra (-6,3%), Maia (-27,5%) e Silves (-4,2%), tendo sido em termos absolutos mais representativa a descida ocorrida no município da Maia, de -2,4 M€.

– A excecionalidade do município de Lisboa não pode deixar de ser aqui assinalada, pois apresentou um volume de receita que representou 26,3% do total de IMT cobrado a nível nacional. Mais se anota que depois do extraordinário aumento de IMT que Lisboa apresentou em 2015 (46,2%, +55,2 M€), continuou a apresentar crescimento desta receita em 2016 (+1,9%, + 3,4M€) e acentuou-se o crescimento em 2017, com + 46,7M€ (+26,2%)

– O aumento significativo de IMT para a totalidade dos municípios, no ano de 2017 (+30,2%), encontra-se refletido neste *ranking* ao verificar-se que 32 dos 35 municípios elencados apresentaram taxas de crescimento do IMT e que destes, 12 apresentaram taxas de crescimento do IMT superiores a 50%, sendo que quatro apresentaram crescimento superior a 80%: Oeiras (+110%, +14,5M€), Portimão (+81,6%, +5,2M€), Grândola (+241,7%, +7,7M€) e Mafra (+89,3%, +3,8M€).

Os *rankings* R10.A e R10.M permitem ver como variaram as receitas de IMT dos municípios de cada uma das Regiões Autónomas, sendo que o valor total desta receita apresentou subida significativa nos Açores de +56,6% (+2,7M€) e um crescimento também acentuado na Madeira, traduzido em +45,2% isto é +4,7 M€.

Rio – Municípios com maior receita cobrada de IMT em 2017

Unidade: milhões de euros

	Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				IMT / Rec. total
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1	Lisboa	G	88,312	108,452	111,800	90,872	100,215	86,171	62,977	70,299	119,373	174,509	177,906	224,561	27,5%
2	Cascais	G	35,108	40,389	34,790	30,451	36,488	30,946	17,342	21,975	32,304	40,988	43,906	66,770	31,0%
3	Porto	G	24,606	27,266	21,687	21,245	30,011	23,832	18,354	19,380	31,433	26,145	34,330	44,332	20,7%
4	Loulé	M	27,566	46,559	34,849	26,612	20,562	16,757	12,658	16,068	21,996	25,805	29,601	36,899	33,7%
5	Oeiras	G	18,070	26,025	23,300	28,760	17,038	11,565	8,600	7,847	22,310	12,443	13,226	27,769	18,4%
6	Sintra	G	19,715	24,572	19,199	13,359	16,013	10,078	8,959	12,503	11,130	14,290	15,581	23,303	13,9%
7	Albufeira	M	12,703	26,637	21,363	12,214	8,156	7,647	5,619	5,820	9,173	17,808	12,676	20,416	24,5%
8	Vila Nova de Gaia	G	12,509	17,068	9,803	12,704	13,666	11,143	6,156	7,219	7,050	9,205	10,591	16,146	12,3%
9	Loures	G	17,020	23,190	19,159	15,055	13,661	9,492	6,879	6,560	8,766	8,022	9,063	14,427	12,6%
10	Lagos	M	12,982	17,224	14,286	7,578	6,624	4,975	5,650	4,958	7,379	9,029	11,071	13,353	26,0%
11	Matosinhos	G	13,224	14,746	14,993	7,636	10,116	8,740	7,647	4,419	4,641	6,639	8,687	12,355	9,7%
12	Portimão	M	8,450	15,326	11,245	6,978	6,811	6,703	4,173	3,887	3,627	5,496	6,326	11,488	8,2%
13	Funchal	G	9,156	10,229	8,582	7,025	11,021	11,392	5,004	5,471	3,617	6,448	6,897	11,215	14,6%
14	Grândola	P	0,934	1,674	3,231	6,178	2,125	1,423	2,169	3,358	4,755	3,500	3,172	10,838	37,7%
15	Braga	G	7,333	12,015	9,449	9,571	8,816	7,773	5,806	6,116	5,122	6,101	8,163	10,775	11,9%
16	Almada	G	9,865	14,053	9,843	7,777	7,973	6,754	5,144	5,847	4,919	6,266	6,842	10,605	12,1%
17	Coimbra	G	10,359	12,679	11,007	9,820	9,319	8,104	6,620	6,839	7,186	6,201	9,143	8,570	10,2%
18	Odivelas	G	10,077	12,512	9,207	8,332	9,343	5,292	3,344	3,405	4,926	5,517	5,766	8,461	11,7%
19	Mafra	M	7,905	9,900	7,730	5,638	6,232	4,152	3,576	2,288	2,249	3,116	4,294	8,131	13,1%
20	Lagoa (Algarve)	M	7,397	11,900	8,496	4,740	5,444	4,087	5,829	3,632	4,774	8,313	7,575	8,029	22,1%
21	Amadora	G	12,013	10,089	11,928	7,292	4,915	2,950	5,967	2,906	4,224	5,047	5,474	7,984	9,5%
22	Setúbal	G	7,112	10,247	8,918	8,452	6,228	4,202	4,737	2,903	3,301	8,873	7,592	7,895	9,7%
23	Vila Franca de Xira	G	6,741	10,120	9,849	5,787	8,732	4,397	3,559	4,056	4,231	4,104	4,644	7,825	11,4%
24	Seixal	G	8,448	11,173	9,371	6,396	7,200	4,786	3,488	7,036	3,151	4,315	6,129	7,735	8,4%
25	Tavira	M	6,345	8,253	5,709	4,255	6,137	2,082	2,838	2,517	3,201	4,311	6,337	6,566	23,0%
26	Maia	G	8,469	12,207	7,878	6,072	5,890	4,610	4,558	3,365	2,784	4,711	8,903	6,455	9,7%
27	Guimarães	G	4,077	6,996	7,664	6,595	5,584	4,084	3,676	2,634	3,332	3,725	5,675	6,078	7,1%
28	Leiria	G	4,201	9,100	6,954	5,280	5,343	5,448	3,716	3,120	3,623	4,058	4,601	5,597	8,2%
29	Viseu	M	4,365	4,868	6,171	4,382	3,634	3,713	2,244	2,258	2,533	2,996	3,193	5,141	10,2%
30	Faro	M	5,086	6,761	5,620	3,866	3,369	3,932	2,617	1,874	4,056	3,288	4,735	4,953	9,3%
31	Sesimbra	M	4,946	7,387	5,566	4,058	6,862	3,292	2,364	3,377	3,208	3,135	3,347	4,674	10,3%
32	Vila do Conde	M	5,423	9,035	5,955	5,419	5,495	8,564	2,912	3,629	3,633	3,393	4,300	4,673	6,3%
33	Vila Nova de Famalicão	G	3,260	5,063	6,034	4,672	4,650	4,026	3,126	2,462	2,858	3,376	4,141	4,429	5,1%
34	Silves	M	4,340	6,732	6,069	4,682	3,060	2,488	2,455	2,021	2,473	2,539	4,439	4,251	11,3%
35	Palmela	M	5,323	5,848	5,914	5,936	5,731	2,492	2,993	3,356	3,477	2,728	3,451	4,080	9,7%
Total dos 308 municípios			649,030	881,232	763,434	610,006	616,055	501,482	385,929	381,951	487,672	582,995	655,463	853,444	10,3%

R10.A – Receita cobrada de IMT dos Municípios da R.A. dos Açores, em 2017

Unidade: milhões de euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				IMT / Rec. total
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1 Ponta Delgada	M	2,674	4,797	3,710	4,431	4,413	3,657	2,153	2,108	2,024	1,598	1,692	3,685	9,6%
2 Ribeira Grande	M	0,830	1,749	1,322	0,939	1,230	0,975	0,223	0,565	0,458	0,692	0,600	0,630	3,1%
3 Angra do Heroísmo	M	1,023	1,066	1,206	0,923	1,132	0,733	1,343	0,000	0,251	0,488	0,591	0,612	3,6%
4 Lagoa (R.A.A)	P	0,686	1,321	0,671	0,785	0,597	0,467	0,519	0,443	0,244	0,266	0,389	0,543	5,3%
5 Praia da Vitória	M	0,587	0,732	0,636	0,615	0,528	0,531	0,253	0,177	0,300	0,232	0,214	0,374	2,6%
6 Vila Franca do Campo	P	0,387	0,361	0,615	0,339	0,223	0,208	0,223	0,203	0,181	0,188	0,180	0,343	4,0%
7 Horta	P	0,290	0,564	0,555	0,438	0,414	0,332	0,166	0,126	0,213	0,190	0,245	0,254	2,3%
8 Povoação	P	0,060	0,315	0,268	0,199	0,125	0,104	0,106	0,151	0,115	0,087	0,163	0,233	3,7%
9 Nordeste	P	0,056	0,085	0,134	0,083	0,092	0,072	0,058	0,076	0,077	0,084	0,080	0,166	3,1%
10 Velas	P	0,087	0,151	0,102	0,128	0,161	0,131	0,042	0,081	0,058	0,180	0,115	0,139	1,9%
11 Madalena	P	0,096	0,171	0,136	0,197	0,156	0,150	0,115	0,062	0,173	0,112	0,141	0,119	1,6%
12 Vila do Porto	P	0,241	0,074	0,180	0,086	0,075	0,110	0,046	0,063	0,067	0,098	0,120	0,108	2,0%
13 Calheta (R. A. A.)	P	0,078	0,060	0,112	0,050	0,070	0,029	0,029	0,042	0,040	0,074	0,036	0,077	1,6%
14 São Roque do Pico	P	0,043	0,073	0,058	0,110	0,120	0,079	0,066	0,053	0,098	0,065	0,075	0,075	1,6%
15 Corvo	P	0,001	0,005	0,000	0,000	0,003	0,005	0,000	0,004	0,001	0,000	0,004	0,061	3,1%
16 Lajes do Pico	P	0,032	0,086	0,035	0,127	0,037	0,046	0,027	0,026	0,054	0,040	0,070	0,052	1,0%
17 Santa Cruz das Flores	P	0,029	0,041	0,073	0,077	0,079	0,085	0,020	0,015	0,040	0,020	0,024	0,051	1,5%
18 Santa Cruz da Graciosa	P	0,077	0,097	0,093	0,081	0,077	0,092	0,042	0,021	0,036	0,042	0,061	0,044	1,0%
19 Lajes das Flores	P	0,013	0,015	0,025	0,020	0,021	0,035	0,014	0,025	0,009	0,029	0,046	0,019	0,6%
IMT Total – Açores		7,290	11,764	9,932	9,627	9,554	7,843	5,444	4,242	4,440	4,487	4,844	7,585	4,2%
IMT Total - Nacional		649,030	881,232	763,434	610,006	616,055	501,482	385,929	381,951	487,672	582,995	655,463	853,444	10,3%
% IMT Açores / IMT total		1,12%	1,33%	1,30%	1,58%	1,55%	1,56%	1,41%	1,11%	0,91%	0,77%	0,74%	0,89%	--

R10.M – Receita cobrada de IMT dos Municípios da R.A. da Madeira, em 2017

Unidade: milhões de euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				IMT / Rec. total
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1 Funchal	G	9,156	10,229	8,582	7,025	11,021	11,392	5,004	5,471	3,617	6,448	6,897	11,215	14,6%
2 Santa Cruz	M	1,908	2,480	2,259	1,983	1,579	0,920	0,963	0,625	0,681	0,968	1,647	1,647	6,5%
3 Calheta (R. A. M.)	P	0,461	1,532	1,156	0,536	0,390	0,472	0,234	0,336	0,281	0,493	0,440	0,631	5,4%
4 Machico	M	0,484	0,666	0,681	0,230	0,321	0,425	0,877	0,583	0,093	0,000	0,209	0,353	3,7%
5 Câmara de Lobos	M	0,611	0,686	0,872	0,430	0,417	0,229	0,276	0,225	0,251	0,271	0,226	0,336	1,6%
6 Porto Santo	P	0,693	1,685	1,129	0,575	0,396	0,446	0,627	0,338	0,341	0,241	0,306	0,309	7,2%
7 Ponta do Sol	P	0,325	0,281	0,357	0,245	0,263	0,192	0,167	0,098	0,091	0,069	0,235	0,235	3,7%
8 Ribeira Brava	P	0,589	0,272	0,253	0,258	0,206	0,192	0,189	0,151	0,114	0,216	0,221	0,149	1,9%
9 São Vicente	P	0,120	0,239	0,110	0,068	0,099	0,064	0,058	0,056	0,055	0,085	0,127	0,082	1,4%
10 Santana	P	0,182	0,188	0,204	0,110	0,137	0,073	0,061	0,035	0,051	0,033	0,040	0,052	0,8%
11 Porto Moniz	P	0,035	0,033	0,056	0,027	0,034	0,026	0,047	0,036	0,011	0,018	0,019	0,043	0,8%
IMT Total – Madeira		14,564	18,294	15,659	11,487	14,862	14,431	8,503	7,953	5,586	8,842	10,368	15,054	8,3%
IMT Total - Nacional		649,030	881,232	763,434	610,006	616,055	501,482	385,929	381,951	487,672	582,995	655,463	853,444	10,3%
% IMT Madeira / IMT total		2,24%	2,08%	2,05%	1,88%	2,41%	2,88%	2,20%	2,08%	1,15%	1,52%	1,58%	1,76%	--

Os *rankings* acima, referentes à evolução do IMT nas Regiões Autónomas, permitem concluir:

– Nos **Açores**, 5 municípios apresentaram decréscimo de receita de IMT, sendo de relevar a diminuição relativa verificada nos municípios das Lajes das Flores (-59,5%), Santa Cruz da Graciosa (-28%) e Lajes do Pico (-25,2%). Os restantes 16 municípios açorianos apresentaram crescimento do IMT contribuindo para o aumento global desta receita na Região, sendo de referir sete municípios que apresentaram taxas de crescimento superior a 50%: Ponta Delgada (+117,9%), Santa Cruz das Flores (+112,6%), Corvo (+1520,5%), Calheta (+113,3%), Nordeste (+108,3%), Vila Franca do Campo (+91,1%) e Praia da Vitória (+74,6%)

– Em relação aos municípios da **Madeira**, anota-se o aumento global da receita de IMT em 4,7M€, tendo apenas dois municípios apresentado taxa de crescimento negativa: Ribeira Brava (-32,5%, isto é -72 milhares de euros) e São Vicente (-34,9%, isto é -44 milhares de euros). Os restantes municípios madeirenses aumentaram significativamente o volume de receita de IMT, com subidas percentuais bastante relevantes das quais se destacam: Funchal (+62,6%), Machico (+68,6%) e Porto Moniz (+125,4%).

Retomando a análise do comportamento do IMT, a nível nacional, apresenta-se o *Ranking* R11 com os **35 municípios com menor cobrança de IMT em 2017**.

– Anota-se que os 35 municípios elencados são todos eles de pequena dimensão, sendo apenas de relevar o facto o município de Nisa, apresentar cobrança bruta de IMT no valor de 104,5 M€ e reembolsos e restituições no total de 70,7 M€

Ainda sobre a variação das duas principais receitas fiscais – IMI e IMT – apresenta-se o Quadro 2.22 com o número de municípios que apresentaram, entre 2007 e 2017, descida da coleta de IMI, IMT e descida conjugada destas duas receitas.

R11 – Municípios com menor receita cobrada de IMT, em 2017

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				IMT / Rec. total
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1 Alter do Chão	P	87.506	121.993	116.854	128.374	56.522	126.288	287.851	84.429	95.783	0	0	0	0,0%
2 Barrancos	P	26.604	59.260	63.098	12.855	10.666	20.637	5.510	28.808	9.198	6.684	6.509	15.420	0,4%
3 Lajes das Flores	P	12.906	14.781	25.363	19.671	20.847	35.171	14.023	24.960	9.168	29.385	45.673	18.511	0,6%
4 Penedono	P	33.598	70.175	51.152	41.115	42.003	71.713	30.057	48.866	15.498	30.879	44.423	24.171	0,4%
5 Vila de Rei	P	66.152	64.340	53.409	90.760	57.221	60.252	37.640	35.232	31.756	42.027	47.575	28.517	0,5%
6 Sardoal	P	87.751	89.840	93.412	81.005	53.580	92.751	126.021	66.068	67.294	33.782	26.472	28.586	0,4%
7 Vila Velha de Ródão	P	35.620	70.936	42.013	65.168	41.078	206.400	168.591	140.139	96.098	56.641	948.985	32.441	0,4%
8 Nisa	P	99.463	194.942	311.200	90.724	190.060	688.974	493.726	78.969	53.362	153.129	125.617	33.765	0,3%
9 Monforte	P	27.465	130.184	211.348	77.836	145.359	124.753	58.278	51.720	200.524	57.806	63.836	35.706	0,5%
10 Oleiros	P	42.197	77.604	63.465	110.224	68.881	54.012	44.992	34.665	40.222	62.633	41.973	35.706	0,4%
11 Vila Nova de Paiva	P	61.524	56.381	80.659	48.634	75.102	59.096	38.589	89.690	37.097	51.215	55.807	36.609	0,6%
12 Castanheira de Pera	P	49.744	50.114	35.900	50.407	36.687	43.003	25.257	31.737	67.947	46.115	41.821	38.396	0,8%
13 Gavião	P	22.571	63.349	118.123	89.465	192.531	233.407	53.937	41.885	19.946	49.800	80.892	39.040	0,6%
14 Vinhais	P	59.150	179.281	93.449	66.776	71.201	50.109	41.304	42.151	58.056	40.225	56.563	39.751	0,3%
15 Meda	P	75.744	138.560	78.597	99.455	90.556	91.046	87.926	84.178	83.500	75.177	78.713	40.110	0,5%
16 Fornos de Algodres	P	0	94.047	90.724	62.996	54.630	89.915	67.595	48.104	35.160	82.850	66.294	40.394	0,1%
17 Pampilhosa da Serra	P	146.765	78.763	158.645	77.102	55.060	84.348	58.907	26.133	28.561	34.460	41.012	40.482	0,4%
18 Porto Moniz	P	35.450	32.599	55.976	27.015	33.641	25.901	46.649	35.727	11.266	17.666	19.092	43.038	0,8%
19 Freixo Espada à Cinta	P	226.952	131.177	54.537	135.889	48.098	57.268	30.139	25.683	44.057	57.307	101.489	43.088	0,7%
20 Santa Cruz da Graciosa	P	77.137	97.103	92.962	81.053	76.888	92.474	41.912	21.214	35.674	42.398	60.581	43.643	1,0%
21 Murça	P	0	0	9.302	91.095	76.925	91.742	45.379	82.747	50.222	33.122	51.443	46.449	0,7%
22 Santa Cruz das Flores	P	28.671	40.879	72.949	77.076	79.049	85.463	20.128	14.699	39.991	20.364	23.889	50.786	1,5%
23 Santana	P	182.256	188.276	203.928	110.178	137.410	73.104	61.359	35.263	50.743	33.434	40.222	51.953	0,8%
24 Lajes do Pico	P	31.813	86.227	34.747	126.842	37.256	46.474	26.650	26.437	53.912	39.950	69.547	52.030	1,0%
25 Alfândega da Fé	P	118.694	189.267	80.424	91.359	90.542	106.409	120.144	65.804	53.987	72.364	77.273	55.249	0,6%
26 Mesão Frio	P	44.833	216.039	80.438	136.579	226.055	115.312	43.112	132.948	30.442	47.391	46.719	56.779	0,7%
27 Arronches	P	16.030	67.931	36.664	47.531	37.174	42.858	16.395	160.084	108.523	94.773	182.263	60.026	1,0%
28 Corvo	P	585	4.823	472	174	2.532	5.167	0	3.979	530	298	3.775	61.173	3,1%
29 Aguiar da Beira	P	60.692	68.961	69.881	73.193	83.973	59.776	90.651	48.328	40.185	60.637	56.974	62.772	0,8%
30 Constância	P	84.671	164.329	127.368	157.886	62.474	224.119	48.230	148.541	37.552	50.093	163.754	64.030	1,0%
31 Proença-a-Nova	P	72.001	117.635	144.088	147.711	101.369	109.809	61.891	61.136	54.661	71.961	72.299	65.251	0,6%
32 Castelo de Vide	P	103.917	122.554	80.176	70.885	86.512	140.605	36.388	40.563	28.941	40.199	142.973	66.056	1,1%
33 Manteigas	P	28.782	23.419	18.913	23.088	26.943	54.606	22.295	19.752	56.687	38.160	23.195	66.096	1,2%
34 Mourão	P	85.411	481.139	110.562	47.666	60.177	50.710	45.085	172.636	31.718	121.865	156.739	68.877	1,2%
35 Vimioso	P	25.269	64.882	64.738	23.656	28.596	81.450	24.976	39.530	24.671	73.389	44.231	70.389	0,8%

Quadro 2.22 – Número de municípios com descida de IMI e IMT

	Número de municípios										
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Com diminuição do IMI	27	40	143	76	23	49	31	13	44	265	134
Com diminuição do IMT	40	198	221	161	188	228	180	152	121	93	98
Com diminuição conjugada do IMI e IMT	4	27	109	19	17	36	19	6	16	78	47

Do Quadro 2.22 constata-se em relação a 2017:

- Verificou-se que o número de municípios que apresentaram diminuição de IMI baixou 49,4%, podendo-se concluir que os **174 municípios apresentaram acréscimo do valor desta coleta**
- Em **relação ao IMT**, embora se tenha verificado + 5 municípios a apresentarem diminuição desta receita em relação a 2016, poder-se-á concluir que 210 municípios aumentaram o montante desta receita.
- Não se pode deixar de anotar que em 2017 **diminuiu em 31 o número de municípios que apresentaram, em simultâneo, descida de IMI e de IMT**. Esta situação **poderá traduzir uma maior sustentabilidade financeira dos municípios e uma consequente mais ampla autonomia financeira**, conforme atestada nos pontos anteriores.

IUC (Imposto único de circulação) e Derrama

- No que se refere à coleta do IUC e da Derrama, verifica-se que o seu peso médio na receita fiscal dos municípios foi respetivamente de 9% e de 11,2%.
- Observando a evolução destas receitas em 2017, constata-se que o montante cobrado de IUC **aumentou +6,5% (+16M€)**, enquanto a **Derrama**, embora continuasse a aumentar (+17,8%, isto é +48,9 M€) revelou uma desaceleração do crescimento em relação a 2016, ano em que tinha crescido 30%.
- Face ao exposto e verificando-se que ambas as receitas (IUC e Derrama) estão muito associadas à atividade económica dos municípios, poder-se-á dizer que o seu crescimento no biénio 2016/2017 estará relacionado com a melhoria da situação económica dos municípios, associada às taxas de crescimento da econo-

mia portuguesa.

- Por fim, anota-se que 98 municípios não apresentaram, em 2017, qualquer valor de Derrama. Reportado a 2017, apresenta-se o *Ranking* R12 com os 35 municípios que receberam maior valor de Derrama. Também reportado a 2017, apresentam-se o *Ranking* R13 com os 35 municípios com maior coleta de IUC, e o *Ranking* R14 com os municípios que menor valor de IUC receberam.

R12 – Municípios com maior receita cobrada de Derrama, em 2017

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1 Lisboa	G	81.223.509	100.070.454	78.522.248	114.599.859	113.947.355	72.302.326	93.374.749	55.173.667	59.611.292	57.471.495	67.483.751	97.829.675
2 Oeiras	G	19.515.090	18.706.222	15.942.113	20.468.800	14.769.874	15.418.320	13.820.447	22.185.870	10.976.819	15.342.152	15.338.002	18.033.968
3 Porto	G	13.930.350	16.717.283	15.409.892	18.371.334	14.668.310	14.094.445	10.346.662	16.654.349	15.069.432	11.102.356	20.860.133	17.882.303
4 Coimbra	G	3.004.695	3.367.099	2.608.468	3.864.079	3.068.650	3.862.064	3.139.381	2.368.437	1.736.080	1.214.317	5.240.206	9.192.342
5 Maia	G	7.478.910	6.824.218	7.548.801	10.404.754	6.450.484	5.076.979	5.604.062	5.315.095	3.752.412	6.365.321	7.959.509	8.014.078
6 Sintra	G	12.382.219	13.157.948	7.740.459	9.914.464	8.397.695	5.835.709	6.011.969	6.751.699	4.446.280	8.541.423	7.867.446	7.680.944
7 Matosinhos	G	8.090.511	9.153.966	4.896.796	10.717.516	8.107.357	5.749.285	7.500.403	5.249.751	4.572.732	5.484.004	4.619.528	6.621.169
8 Vila Nova de Gaia	G	5.188.645	6.268.499	5.079.779	4.501.033	4.839.491	5.192.776	4.552.420	3.868.402	4.652.993	4.656.326	5.779.980	6.507.377
9 V. Nova Famalicão	G	3.474.448	3.779.070	2.641.503	3.371.326	1.327.595	5.918.772	10.233.817	0	6.754.339	0	6.089.191	6.219.746
10 Loures	G	7.354.818	7.613.126	6.067.339	5.649.869	7.657.245	5.096.311	4.833.561	4.596.574	2.939.362	4.071.446	5.924.182	5.905.148
11 Setúbal	G	2.594.694	3.658.962	4.105.712	3.764.801	2.202.992	3.989.160	3.974.790	3.691.339	4.438.972	2.152.930	3.545.717	5.704.615
12 Braga	G	3.674.434	4.087.102	2.607.317	4.283.088	3.200.901	3.759.727	3.804.487	2.774.041	3.502.429	4.009.208	4.953.554	4.942.781
13 Figueira da Foz	M	2.228.264	2.501.640	2.220.563	3.634.375	1.125.583	3.873.462	4.719.017	1.438.661	1.403.270	2.439.564	2.839.057	4.620.116
14 Santa Maria Feira	G	2.802.063	2.482.517	2.419.116	3.381.010	1.400.173	2.164.993	2.114.327	2.563.203	2.884.026	2.380.400	3.426.340	4.445.061
15 Cascais	G	5.917.218	5.209.933	9.457.874	6.009.077	4.412.883	0	0	0	2.387.455	1.500.879	5.494.596	4.438.331
16 Sines	P	1.758.019	3.145.808	2.347.907	2.202.364	3.901.936	2.542.598	2.803.797	3.633.977	0	0	1.984.107	4.342.763
17 Leiria	G	4.723.241	4.041.534	3.498.786	3.815.050	2.739.590	3.087.427	2.732.435	2.612.160	3.095.854	3.188.557	3.966.028	4.187.865
18 Guimarães	G	2.237.908	1.634.016	1.428.400	2.227.414	1.979.858	2.157.916	2.142.678	1.973.542	2.590.761	2.983.420	3.991.282	4.082.862
19 Aveiro	M	3.745.789	3.723.462	3.159.652	2.468.195	2.305.395	2.863.021	2.418.083	2.317.453	2.014.812	2.764.569	2.958.770	3.600.373
20 Viana do Castelo	M	1.253.115	1.297.236	528.442	2.662.977	1.275.437	2.957.880	2.319.138	2.850.664	2.513.837	2.475.863	3.269.542	3.222.416
21 Amadora	G	6.343.436	5.700.850	2.148.424	4.863.765	3.882.160	5.472.051	3.050.493	2.339.952	1.990.585	2.596.479	2.764.502	2.932.373
22 Almada	G	2.534.140	2.933.496	982.881	2.611.686	2.262.735	3.852.373	3.586.010	1.948.383	2.095.668	1.760.826	2.846.752	2.864.417
23 Gondomar	G	2.637.393	2.805.503	1.647.355	2.154.130	1.804.307	2.640.518	2.280.350	2.090.434	1.667.001	1.479.886	2.393.428	2.574.129
24 Vila Franca de Xira	G	4.500.050	4.302.174	2.030.910	5.287.467	1.432.298	2.241.205	2.029.488	2.023.496	2.146.469	2.448.014	2.780.404	2.562.223
25 Viseu	M	1.798.075	1.906.150	1.952.846	1.062.120	2.105.845	2.889.199	3.232.495	1.684.449	2.638.917	1.346.950	2.134.092	2.207.998
26 Seixal	G	2.582.599	5.527.678	5.303.232	0	591.046	1.743.857	1.047.268	848.871	1.950.348	1.450.402	1.281.300	2.076.876
27 Vila do Conde	M	2.436.760	2.855.139	1.500.394	2.273.567	442.916	2.092.799	1.853.015	1.153.155	2.118.112	1.894.872	1.996.649	2.064.153
28 Palmela	M	5.065.967	3.321.204	3.540.683	2.947.976	1.815.467	2.357.515	2.993.097	2.346.285	2.278.903	2.836.669	2.256.597	2.002.217
29 Faro	M	2.036.840	2.215.570	1.188.866	2.508.108	1.243.704	1.544.085	1.816.131	754.807	1.334.817	1.205.153	2.085.452	1.994.514
30 Marinha Grande	M	965.260	885.370	1.250.855	1.020.097	927.158	1.158.111	1.119.106	915.893	1.300.307	1.976.446	1.778.733	1.892.235
31 Barcelos	G	836.418	724.876	874.079	1.098.382	55.067	2.103	810.628	917.399	1.247.456	1.500.793	1.686.675	1.884.329
32 Santo Tirso	M	1.156.187	1.306.186	603.364	1.276.891	939.774	1.188.579	982.836	1.134.099	1.160.751	1.122.949	1.566.162	1.730.198
33 Torres Vedras	M	1.272.754	1.550.729	1.656.575	1.666.275	1.104.003	1.141.035	1.097.698	886.510	1.709.726	503.970	2.185.713	1.683.906
34 Alenquer	M	1.496.227	1.791.172	2.187.610	1.237.722	1.174.890	2.041.886	1.541.567	633.902	736.501	152.629	1.445.533	1.646.014
35 Ovar	M	1.798.303	1.779.787	1.233.128	1.390.464	976.419	1.296.683	948.328	1.237.524	1.011.785	1.010.173	1.431.903	1.617.666
Total dos 308 municípios		281.568.470	312.662.517	250.485.042	320.057.587	267.907.422	251.660.511	261.217.779	207.643.937	212.326.367	208.406.762	275.027.072	323.917.679

R13 – Municípios com maior receita cobrada de IUC, em 2017

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1 Lisboa	G	12.281.572	12.469.680	11.652.654	13.059.661	13.716.277	14.555.684	15.846.624	19.434.189	18.730.547	17.927.774	18.179.130	19.430.625
2 Oeiras	G	4.348.243	4.703.265	5.801.041	7.133.457	7.810.584	8.826.210	9.275.219	10.735.838	10.903.529	11.860.076	12.073.793	13.123.949
3 Sintra	G	5.289.943	5.411.047	5.312.176	6.217.023	6.667.724	7.446.314	8.261.409	10.096.148	10.226.286	10.121.033	10.458.914	11.525.745
4 Vila Nova Gaia	G	3.741.014	3.931.015	3.865.630	4.425.120	4.647.859	4.976.581	5.651.218	7.299.496	7.536.385	7.234.436	7.112.130	7.507.544
5 Cascais	G	3.402.850	3.590.945	3.436.702	3.897.679	4.086.160	4.386.327	5.118.006	6.422.512	6.121.292	5.808.788	5.884.859	6.326.753
6 Porto	G	3.756.596	3.841.335	3.638.400	4.102.192	4.243.750	4.506.697	5.023.923	6.488.934	6.279.762	5.627.328	5.781.375	6.293.240
7 Loures	G	3.045.787	2.766.514	3.223.151	3.462.205	3.402.978	3.732.854	4.080.825	4.912.457	5.216.453	5.025.128	4.789.743	4.936.439
8 Braga	G	1.457.746	1.367.871	2.249.265	2.649.957	2.818.279	3.105.318	3.531.567	4.440.130	4.300.411	4.227.296	4.262.227	4.436.605
9 Amadora	G	2.283.870	2.323.477	2.328.694	2.636.267	2.736.283	2.896.382	3.182.465	3.616.589	3.286.605	3.183.052	3.508.277	3.994.698
10 Matosinhos	G	2.374.595	2.536.600	2.539.921	2.836.090	2.978.085	3.211.135	3.576.708	4.330.668	3.858.920	3.693.859	3.720.845	3.973.159
11 Almada	G	2.231.320	2.333.354	2.201.522	2.477.738	2.585.121	2.747.547	3.060.963	3.818.337	3.590.068	3.401.329	3.412.275	3.713.776
12 Leiria	G	1.713.778	1.796.664	1.802.598	2.081.156	2.247.814	2.523.298	2.933.413	3.655.925	3.360.317	3.257.436	3.355.254	3.595.867
13 Guimarães	G	1.773.998	1.668.373	1.837.779	2.102.119	2.237.779	2.415.157	2.773.101	3.582.685	3.527.256	3.374.818	3.433.827	3.594.097
14 Seixal	G	2.011.846	2.122.561	2.022.487	2.286.287	2.412.712	2.555.900	2.904.456	3.569.982	3.402.793	3.277.680	3.304.356	3.578.109
15 Coimbra	G	1.908.035	2.034.162	1.928.776	2.217.299	2.362.573	2.612.083	2.914.375	3.740.260	3.568.091	3.403.451	3.388.886	3.494.182
16 Maia	G	1.853.498	1.946.463	1.880.483	2.127.162	2.243.175	2.398.317	2.722.852	3.382.185	3.192.792	3.068.351	3.128.533	3.394.830
17 Santa Maria Feira	G	1.648.505	1.768.822	1.758.852	1.977.471	2.109.673	2.284.220	2.634.518	3.291.748	3.034.906	2.989.599	3.077.477	3.295.429
18 Gondomar	G	1.816.824	1.889.828	1.852.877	2.095.811	2.223.429	2.366.163	2.682.856	3.400.533	3.105.452	3.022.722	3.082.219	3.280.096
19 V. N. Famalicão	G	1.531.562	1.514.094	1.625.962	1.890.808	2.009.073	2.158.501	2.469.565	3.120.258	3.087.219	3.003.415	3.043.968	3.217.324
20 Odivelas	G	1.689.935	1.693.006	1.706.092	1.942.446	2.055.761	2.207.432	2.485.741	3.108.963	3.027.498	2.874.353	2.905.070	3.173.037
21 Vila Franca Xira	G	1.682.229	1.783.123	1.740.853	1.958.229	2.049.897	2.180.422	2.392.891	2.921.697	2.821.583	2.711.165	2.736.098	2.946.907
22 Setúbal	G	1.668.228	1.765.057	1.728.675	1.971.004	2.058.016	2.162.330	2.401.948	3.004.186	2.970.806	2.847.258	2.790.038	2.872.712
23 Barcelos	G	1.332.111	1.336.288	1.450.352	1.687.255	1.781.299	1.914.219	2.198.239	2.683.408	2.583.604	2.528.875	2.624.871	2.795.146
24 Funchal	G	1.646.674	1.729.065	1.551.719	1.787.140	1.861.337	2.012.393	2.217.266	2.718.990	2.716.742	2.609.780	2.526.054	2.559.756
25 Loulé	M	1.241.797	1.160.946	1.332.439	1.538.799	1.608.186	1.678.642	1.955.118	2.463.440	2.326.955	2.176.362	2.267.610	2.505.290
26 Viseu	M	1.167.060	1.223.083	1.256.347	1.449.896	1.555.561	1.724.478	1.963.571	2.376.104	2.208.610	2.155.140	2.224.983	2.359.138
27 Mafra	M	968.176	1.043.619	1.045.050	1.214.637	1.321.058	1.421.758	1.649.817	2.027.960	1.951.400	1.901.054	1.934.838	2.125.853
28 Viana do Castelo	M	1.049.383	1.125.636	1.135.965	1.309.470	1.385.098	1.505.961	1.722.251	2.070.849	1.990.897	1.921.838	1.941.957	2.056.406
29 Aveiro	M	1.047.033	956.827	1.118.464	1.294.328	1.369.759	1.466.606	1.639.929	1.981.087	1.893.011	1.832.082	1.876.617	2.018.106
30 Faro	M	1.096.379	852.516	1.177.520	1.339.712	1.404.250	1.517.438	1.710.739	2.145.281	2.103.578	1.987.148	1.933.400	2.003.039
31 Valongo	M	1.016.624	1.075.759	1.050.424	1.194.078	1.252.528	1.356.985	1.552.007	1.992.196	1.817.550	1.760.827	1.805.600	1.935.044
32 Azambuja	M	277.029	298.959	654.439	689.824	671.295	665.543	648.152	911.610	1.627.948	1.779.173	1.909.295	1.809.750
33 Vila do Conde	M	898.992	953.647	928.314	1.076.161	1.145.742	1.235.874	1.424.769	1.821.781	1.702.233	1.652.763	1.679.754	1.799.364
34 Paredes	M	819.088	859.886	863.142	999.206	992.272	1.245.319	1.328.341	1.739.012	1.611.261	1.565.977	1.626.461	1.793.005
35 Torres Vedras	M	921.348	990.863	1.011.084	1.186.071	1.241.492	1.349.838	1.537.174	1.877.694	1.779.796	1.717.648	1.739.367	1.772.664
Total dos 308 municípios		132.369.300	138.133.673	139.042.933	160.817.156	170.220.490	183.816.601	208.030.801	260.196.720	248.547.325	240.541.043	244.520.311	260.477.786

R14 – Municípios com menor receita cobrada de IUC, em 2017

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1	Corvo	P	1.548	1.172	2.260	3.248	2.853	3.133	5.152	8.823	8.108	7.125	6.673	5.419
2	Barrancos	P	15.336	17.261	15.553	17.920	19.452	20.403	25.779	31.262	26.011	23.890	25.449	26.600
3	Lajes das Flores	P	11.226	12.039	14.144	15.073	21.401	17.103	20.714	33.864	30.659	28.975	29.004	29.890
4	Alvito	P	20.442	21.849	21.644	25.599	26.122	28.187	34.008	45.406	39.973	36.334	36.496	40.195
5	Porto Moniz	P	19.267	20.186	17.274	22.551	23.196	26.886	32.919	41.378	39.620	37.573	37.155	42.124
6	Santa Cruz das Flores	P	19.613	22.537	25.337	29.499	29.807	28.611	37.074	46.244	40.870	40.617	39.954	42.258
7	Alcoutim	P	21.340	22.998	24.507	27.234	29.573	31.446	33.737	50.498	41.974	40.941	40.412	43.057
8	Mourão	P	24.770	26.120	25.078	25.472	31.108	30.996	36.152	46.932	42.836	39.521	37.542	45.714
9	Vila de Rei	P	23.091	24.708	25.747	30.167	34.499	36.309	44.053	48.038	46.325	45.586	46.478	49.028
10	Freixo Espada à Cinta	P	24.601	27.251	28.007	32.224	30.331	36.572	41.396	59.028	56.488	0	53.885	49.927
11	Vila Velha de Ródão	P	25.558	27.126	26.946	27.907	33.240	36.097	41.636	53.431	46.547	45.054	48.716	50.302
12	Fronteira	P	31.516	32.597	31.923	38.224	41.436	42.680	53.151	63.454	60.899	52.845	53.505	51.900
13	Monforte	P	26.713	28.989	26.737	31.446	33.642	37.072	39.759	53.756	45.573	45.998	46.774	52.350
14	Arronches	P	28.351	29.998	29.512	34.208	36.029	38.297	47.074	58.795	54.951	53.231	52.567	54.049
15	Gavião	P	23.231	27.556	26.746	34.255	38.445	40.487	43.437	57.544	56.742	52.406	56.661	54.163
16	Penedono	P	24.864	26.593	28.824	32.525	34.763	37.013	48.611	56.770	57.807	53.672	53.118	55.878
17	Calheta (R. A. A.)	P	27.377	31.439	27.994	37.158	40.278	45.303	57.039	70.407	66.351	61.273	60.383	56.355
18	Alter do Chão	P	33.231	32.617	29.839	36.719	35.644	47.752	49.813	62.590	56.249	52.662	50.047	58.209
19	Manteigas	P	30.356	32.719	31.678	38.283	41.399	45.228	49.111	56.638	57.361	57.141	57.431	58.318
20	Crato	P	35.245	36.539	34.119	38.419	41.031	44.106	51.569	66.865	56.629	56.253	55.027	58.668
21	Pampilhosa da Serra	P	29.556	31.566	30.811	36.536	38.780	41.588	50.004	60.205	56.382	55.486	54.995	58.738
22	Castanheira de Pera	P	27.895	30.653	31.172	37.268	38.280	39.793	46.198	64.311	58.881	50.576	53.024	59.094
23	Castelo de Vide	P	35.899	37.950	36.348	39.264	42.372	44.786	49.141	69.102	61.416	60.644	60.229	61.375
24	Marvão	P	34.095	36.350	35.541	40.725	43.479	42.361	51.394	70.149	57.228	61.088	57.572	61.774
25	Nordeste	P	27.235	30.725	28.838	34.111	36.979	39.521	48.545	69.256	56.499	55.950	57.946	62.078
26	Sardoal	P	35.201	38.575	39.205	47.663	49.568	55.801	59.898	75.181	72.145	66.036	58.843	64.625
27	Oleiros	P	34.740	36.452	37.493	44.307	46.213	50.675	57.380	73.498	77.948	69.540	70.391	67.713
28	Mesão Frio	P	38.308	39.684	37.970	45.659	48.172	48.989	55.078	73.690	64.456	65.094	67.320	69.179
29	Góis	P	32.782	37.906	37.424	43.866	47.653	49.724	56.083	82.344	74.961	71.378	71.775	73.338
30	Cuba	P	40.545	41.170	39.653	46.443	50.862	54.776	59.629	82.629	73.161	68.983	71.557	77.041
31	Lajes do Pico	P	31.805	35.097	34.243	40.477	45.886	48.804	69.509	89.923	77.214	70.223	74.005	77.161
32	Vimioso	P	33.478	36.911	36.928	44.209	46.710	52.396	72.016	85.458	84.979	78.927	76.211	79.648
33	Avis	P	41.934	43.425	42.265	50.240	53.042	55.292	62.030	81.711	81.267	75.958	76.374	80.048
34	Pedrógão Grande	P	34.129	39.016	36.057	44.821	46.737	49.976	62.844	82.943	72.842	72.028	73.418	80.555
35	Penamacor	P	39.142	42.716	43.068	50.038	52.005	56.718	68.309	87.989	82.038	78.027	78.504	81.016

2.2.2.4. Venda de bens e serviços correntes, e venda de bens duradouros

- Outra receita autárquica com significado material no total cobrado pelos municípios é a que resulta do conjunto da venda de bens e serviços²⁷ e da venda de bens duradouros. Logo a seguir às transferências e às receitas fiscais, esta categoria de receita autárquica constitui o montante arrecadado com maior significado apresentando um valor total bastante superior ao dos passivos financeiros (Quadros 2.10 e 2.11).
- Em 2017 o conjunto do valor destas duas rubricas orçamentais cresceu 5,4% e passou a representar 11,8% da receita total, graças à venda de 885,4 milhões de euros de bens e serviços e à venda de 93,6 milhões de euros de bens duradouros (ativos fixos).
- Embora a componente essencial no conjunto da venda de bens e serviços, seja a venda de bens e serviços correntes, a qual apresentou, em 2017 um crescimento de 2,8% (24,4M€), será de referir que neste ano, a venda de bens de investimento cresceu 38,7% (+26,1M€).
- Mais se refere que 60 municípios não apresentaram em 2017 qualquer registo de receita proveniente da Venda de Bens Duradouros.

O *Ranking* R15 apresenta os municípios com maior volume de receitas referentes a venda de bens de capital.

- Pela análise deste ranking, constata-se que quinze municípios apresentaram um crescimento extraordinário do produto da venda de bens de capital. Sendo que 11 deles se relevam pelo acréscimo de volume verificado: Lisboa (+22,7 M€), Cascais (+7,4 M€). Porto (+1,7 M€), Viana do Castelo (+2,8 M€), Castelo Branco (+1,6 M€), Sintra (+1,1 M€), Matosinhos (+0,8 M€), Santiago do Cacém (+1,1 M€), Sines (+1 M€), Grândola (+0,8 M€) e Vila do Conde (+0,6 M€).

Um quadro auxiliar ao *Ranking* 15 permitirá ver em que rubricas económicas incidiu o acréscimo de receita de bens de capital, nos municípios com maior volume de vendas.

- O **produto da venda de terrenos** foi o que mais influenciou o aumento da receita proveniente de bens duradouros, nos municípios com maior crescimento desta receita.

Os *Rankings* R15.A e R15.M apresentam o volume de receitas de recursos a venda de bens de capital dos municípios dos Açores e da Madeira.

²⁷ Anota-se que, estando esta análise centrada nos municípios e por isso na produção de bens e serviços realizados pelos serviços municipais, não se reflete nesta estrutura da receita o valor da produção e venda de bens e serviços realizados pelas estruturas municipais desconcentradas, isto é, pelo sector empresarial local ou serviços municipalizados.

R15 – Municípios com maior volume da receita cobrada de venda de bens duradouros (ativos fixos), em 2017

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1 Lisboa	G	95.151.934	13.911.951	7.447.330	7.974.107	23.515.807	14.794.713	28.991.270	14.823.787	46.283.250	72.717.796	22.855.069	45.553.521
2 Cascais	G	978.566	2.499.351	264.430	656.112	1.407.815	2.168.770	631.913	727.115	291.200	460.855	403.965	7.845.189
3 Porto	G	15.277.452	2.376.454	4.555.134	11.580.674	8.503.557	9.499.682	2.083.564	11.609.308	9.009.247	4.172.605	4.164.103	5.778.784
4 Viana do Castelo	M	269.794	4.141.108	2.347.553	356.227	228.362	356.131	1.978.681	1.013.498	309.885	247.030	1.943.847	4.784.148
5 Castelo Branco	M	1.047.507	1.505.956	728.470	611.531	672.967	337.978	803.701	580.752	146.218	233.741	22.944	1.578.017
6 Sintra	G	739.301	3.552.559	228.773	1.228.988	348.228	1.614.564	167.959	492.418	373.275	571.273	506.047	1.561.851
7 Matosinhos	G	6.075	69.820	14.700	4.608.300	51.582	221.420	1.544	5.746	10.491	23.047	599.074	1.390.755
8 Santiago do Cacém	M	1.808.859	347.299	490.445	272.895	173.530	186.650	735.221	144.557	86.197	80.378	183.148	1.251.339
9 Sines	P	244.193	1.006.507	77.504	16.500	1.131.990	437.170	3.356.852	525.520	376.757	1.464.320	162.950	1.148.724
10 Estarreja	M	261.580	2.998.187	936.218	1.735.505	756.848	665.818	24.195	45.909	337.070	152.284	2.243.622	1.034.716
11 Grândola	P	168.926	332.800	712.675	639.332	295.530	412.205	298.686	73.406	208.672	349.956	175.090	992.990
12 São João Madeira	M	6.548.223	409.228	1.333.946	459.778	326.920	442.741	208.836	91.808	4.613	72.910	1.421.718	790.453
13 Vila do Conde	M	5.197.863	1.776.327	760.902	414.220	795.361	112.942	66.546	1.795.689	2.810	19.738	120.149	767.553
14 Santa Maria Feira	G	487.249	289.077	516.129	419.576	1.341.068	623.334	363.600	426.907	700.802	697.356	617.193	747.386
15 Figueira da Foz	M	1.713.226	3.683.859	1.394.235	1.062.732	259.425	141.280	346.007	461.764	1.005.579	180.493	561.217	551.481
16 Ponte de Lima	M	8.720	119.588	12.688	19.233	25.000	10.820	200.712	37.052	245.945	237.781	188.704	515.521
17 Cantanhede	M	2.103.909	1.392.911	930.810	986.613	70.084	87.416	579.375	192.118	66.336	96.000	313.378	494.769
18 Ribeira Grande	M	24.210	17.798	42.717	25.926	142.668	20.444	38.682	38.201	18.875	50.080	58.096	479.763
19 Évora	M	4.208.357	975.263	1.591.316	1.002.019	1.055.281	1.697.871	1.156.828	639.802	934.407	286.563	272.526	479.695
20 Pombal	M	0	329.706	60.590	276.615	186.158	79.635	101.795	116.258	159.623	335.243	238.809	431.058
21 Vagos	M	1.552.160	1.728.941	2.324.346	289.899	44.906	24.088	58.452	337.636	94.849	53.537	4.800	358.898
22 Batalha	P	0	0	0	0	0	0	0	0	124.033	166.548	166.499	355.312
23 V.N. Famalicão	G	473.802	433.242	481.870	510.542	255.000	20.420	61.460	29.000	51.002	63.851	673.840	322.625
24 Penedono	P	55.178	526.452	287.811	146.601	134.250	199.872	6.634	24.872	17.870	5.710	9.031	310.410
25 Porto de Mós	M	56.693	268.022	127.412	329.677	105.775	162.687	15.905	60.820	164.288	215.188	340.317	305.762
26 Guarda	M	16.526	96.613	129.068	397.998	553.081	2.415.052	2.013.667	123.713	158.328	167.022	129.463	302.581
27 Castro Marim	P	452.797	19.811	18.252	180.000	1.579	0	0	0	51.055	0	0	300.000
28 Portalegre	M	3.327.197	1.183.736	1.855.412	960.932	199.593	281.663	258.438	1.819.363	203.693	227.068	217.320	298.297
29 Vila do Bispo	P	0	0	0	0	675.940	0	116.866	5.480	1.024.200	241.526	274.506	292.861
30 Oliveira Azeméis	M	60.230	591.620	560.105	26.585	7.538	1.565	223.002	99.734	70.380	41.097	1.279.322	263.972
31 Portimão	M	502.985	305.792	390.923	792.435	383.147	3.641.606	83.980	52.500	13.269	73.119	82.440	259.516
32 Baião	P	225.499	87.024	0	594.900	30.183	106.183	13.632	179.034	155.105	7.505	25.648	257.640
33 Marvão	P	675	6.250	23.786	443.561	47.808	280.050	28.500	19.926	5.477	18.310	334.556	255.934
34 Praia da Vitória	M	0	734.128	2.188.723	996.950	2.937.265	1.745.000	240.116	1.027.400	585.601	211.301	297.501	252.500
35 Paredes	M	101.292	899.732	8.142.563	31.862	545.931	0	32.098	0	5.662	5.838	126.337	248.556
Total dos 308 municípios		211.390.357	143.708.289	134.873.427	92.073.827	117.056.769	84.172.189	68.792.290	52.117.789	81.219.174	108.402.862	67.477.157	93.562.798

Quadro auxiliar da leitura dos quadros R15 e R15-A

Impostos e taxas cobradas	2017					Variação 2016-2017				
	Terrenos	Habitações	Edifícios	Outros bens de investi.	TOTAL	Terrenos	Habitações	Edifícios	Outros bens de investi.	TOTAL
Lisboa	34.206.646	6.032.170	5.314.105	600	45.553.521	24.353.314	238.260	-1.893.722	600	22.698.452
Cascais	3.654.733	7.402	4.183.054	0	7.845.189	3.270.268	7.402	4.183.054	-19.500	7.441.224
Porto	4.009.777	261.145	1.478.700	29.163	5.778.784	1.797.915	56.510	-268.400	28.657	1.614.682
Viana do Castelo	4.784.148	0	0	0	4.784.148	3.961.491	0	-1.121.190	0	2.840.301
Castelo Branco	1.339.537	0	235.671	2.810	1.578.017	1.318.475	-1.072	235.671	2.000	1.555.074
Sintra	1.284.831	0	277.020	0	1.561.851	1.175.583	0	-119.778	0	1.055.804
Matosinhos	1.390.755	0	0	0	1.390.755	791.681	0	0	0	791.681
Santiago do Cacém	1.137.502	1.837	112.000	0	1.251.339	1.042.354	444	26.623	-1.230	1.068.191
Sines	1.104.084	0	44.640	0	1.148.724	1.017.834	-20.100	-5.860	-6.100	985.774
São João da Madeira	761.064	29.182	0	207	790.453	-547.062	-83.447	0	-755	-631.265
Ribeira Grande	18.137	2.625	459.001	0	479.763	7.667	0	414.001	0	421.668
Madalena	175.824	0	0	0	175.824	115.977	0	0	0	115.977

R15.A – Volume da receita cobrada de venda de bens duradouros, em 2017, pelos municípios dos Açores

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1	Ribeira Grande	M	24.210	17.798	42.717	25.926	142.668	20.444	38.682	38.201	18.875	50.080	58.096	479.763
2	Praia da Vitória	M	0	734.128	2.188.723	996.950	2.937.265	1.745.000	240.116	1.027.400	585.601	211.301	297.501	252.500
3	Madalena	P	10.487	79.993	18.875	35.457	20.971	19.281	5.481	351.896	34.574	20.246	59.847	175.824
4	Angra do Heroísmo	M	82.712	1.281.284	299.983	334.452	475.411	0	100.955	56.595	120.295	0	114.459	61.023
5	Vila Franca Campo	P	444.486	1.722.383	262.267	32.856	46.340	0	963.846	69.793	50.000	0	0	49.920
6	Horta	P	29.389	50.152	25.291	20.107	23.812	42.884	9.733	10.011	6.035	375	1.912	17.044
7	Ponta Delgada	M	115.210	1.641.427	879.286	4.716.826	12.951	4.770	5.465	3.478	3.731	3.877	8.162	8.287
8	Povoação	P	0	0	0	2.000	850	947.250	1.460	447.950	173.175	182.400	183.845	5.650
9	Lajes das Flores	P	0	0	0	0	0	29.500	42.500	109.500	261.111	0	0	5.000
10	Calheta (R. A. A.)	P	5.503	3.482	2.749	2.224	3.032	2.421	2.275	1.908	5.738	3.505	3.707	3.105
11	Lagoa (R.A.A)	P	8.605	21.616	1.692.990	62.000	330.096	57.861	11.584	34.602	6.120	68.770	28	33
12	Corvo	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13	Lajes do Pico	P	0	0	0	250	0	1.325	0	0	5.688	182.113	9.450	0
14	Nordeste	P	9.534	270	0	0	73.283	122	41	14.995	0	0	47.500	0
15	Sta. Cruz da Graciosa	P	800	0	0	0	0	10.100	0	4.593	0	0	0	0
16	Sta. Cruz das Flores	P	2.463	181.500	11.288	302.882	39.340	0	0	0	12.700	0	0	0
17	São Roque do Pico	P	0	2.500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18	Velas	P	97.927	75.142	174.384	148.346	0	143.958	70.000	0	0	0	0	0
19	Vila do Porto	P	3.565	19.228	0	0	20.988	0	6.960	0	0	0	0	0

R15.M – Volume da receita cobrada de venda de bens duradouros, em 2017, pelos municípios da Madeira

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1 Calheta (R. A. M.)	P	0	50.000	0	0	0	0	0	129.837	0	0	0	31.829
2 Machico	M	0	0	0	1.100	0	0	0	0	0	0	0	25.250
3 Funchal	G	868.358	88.163	120.080	121.058	46.347	132.136	52.677	0	29.257	0	87.853	9.100
4 Santana	P	18.705	11.223	18.705	6.482	7.000	17.620	3.500	0	3.500	0	3.550	3.500
5 Câmara de Lobos	M	23	0	0	0	9.000	17.041	4.071	39.145	6.482	14.303	19.478	850
6 Ponta do Sol	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7 Porto Moniz	P	0	0	0	8.535	566	8.014	0	0	0	605	1.815	0
8 Porto Santo	P	182.383	103.691	41.304	12.080	2.610	0	0	0	0	0	0	0
9 Ribeira Brava	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10 Santa Cruz	M	150	0	0	55.300	17.811	18.827	56.480	1.650	6.128	0	0	0
11 São Vicente	P	1.450	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

– Relativamente à venda de bens de capital, anota-se o acréscimo de produto obtido pelos municípios Açorianos da Ribeira Grande e da Madalena.

– Em relação aos municípios madeirenses, nada há a referir de relevante sobre o acréscimo a venda de bens duradouros em 2017, apesar de os municípios da Calheta, durante três anos não ter obtido qualquer receita desta natureza e o de Machico, só ter obtido receita desta natureza em 2009 e 2017.

Pelos valores envolvidos, apresenta-se o Ranking R16 correspondente à venda de bens e serviços correntes relativo apenas os municípios com volume desta receita.

R16 - Municípios com maior volume de receita de venda de bens e serviços correntes em 2017

Unidade: milhões de euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1 Lisboa	G	47,554	63,466	62,100	54,953	54,543	54,695	64,884	72,154	67,550	94,909	96,170	122,297
2 Albufeira	M	15,423	11,582	13,312	12,606	13,913	17,367	20,943	21,910	20,672	23,171	25,865	25,224
3 Seixal	G	16,283	14,281	14,172	13,903	12,262	10,152	12,390	13,916	13,312	13,555	22,398	23,608
4 Funchal	G	21,331	22,362	23,593	22,860	22,794	19,438	21,002	28,188	21,717	21,437	22,640	21,164
5 Oeiras	G	7,689	7,249	8,266	8,844	9,972	7,760	15,340	13,939	14,374	14,576	17,201	17,729
6 Porto	G	20,889	28,505	19,719	23,242	23,880	21,987	19,117	15,469	15,112	14,982	16,143	17,684
7 V. Nova Famalicão	G	9,324	10,085	10,953	11,516	12,237	13,260	13,716	13,989	14,172	15,093	14,085	15,494
8 Loulé	M	6,265	7,134	7,497	7,009	6,765	6,771	7,111	7,221	7,359	7,737	11,157	14,417
9 Sesimbra	M	8,714	8,831	9,406	9,454	9,561	9,923	11,032	11,186	11,275	11,610	12,361	13,128
10 Póvoa de Varzim	M	12,362	12,928	12,186	12,242	13,391	13,136	12,742	12,012	11,936	12,487	13,676	13,121
11 Lagos	M	8,428	9,366	8,903	10,915	10,890	10,013	11,518	10,677	11,012	11,069	11,890	12,013
12 Lagoa (Algarve)	M	6,264	7,022	7,440	6,937	6,342	6,190	7,603	8,960	9,201	9,761	10,427	11,274
13 Almada	G	7,730	7,359	8,828	8,924	9,705	9,676	9,758	10,807	10,932	11,550	11,928	10,025
14 Palmela	M	5,999	6,183	6,817	8,041	6,796	7,824	7,873	8,356	8,860	9,378	9,582	9,934
15 Matosinhos	G	5,606	4,258	5,562	4,781	5,886	6,797	6,758	5,621	6,804	8,140	9,243	9,360
16 Vila Franca de Xira	G	6,097	6,436	7,611	8,457	9,777	10,302	10,265	11,622	10,768	10,992	10,152	9,288
17 Gondomar	G	25,675	5,690	6,714	6,925	6,931	8,428	7,485	7,188	7,859	11,247	8,783	9,240
18 Mafra	M	4,672	5,374	5,782	5,970	6,085	8,622	9,343	8,149	8,559	8,631	9,559	9,173
19 Barreiro	M	6,174	6,440	6,684	7,465	7,893	7,521	7,771	7,740	9,127	8,770	8,888	9,018
20 Évora	M	8,699	8,568	8,539	7,865	7,252	6,460	6,587	5,886	7,033	6,165	8,506	8,642
21 Setúbal	G	9,212	9,590	6,429	5,491	5,443	5,788	5,185	4,295	5,729	6,221	7,313	8,162
22 Amadora	G	6,995	5,566	8,756	8,796	10,186	10,117	9,599	9,027	9,887	8,137	7,311	7,938
23 Cascais	G	7,715	6,730	7,371	7,478	8,665	8,458	7,719	7,441	6,606	6,584	7,365	7,654
24 Moita	M	4,216	4,893	4,988	4,809	5,925	6,050	7,141	7,029	7,004	7,002	7,042	6,989
25 Marinha Grande	M	5,547	5,614	5,279	5,895	6,162	6,360	6,032	6,151	6,053	6,419	6,573	6,902
26 Vila do Conde	M	10,807	12,223	13,498	6,374	8,901	5,781	6,732	6,406	6,181	5,696	7,107	6,775
27 Pombal	M	3,718	4,047	4,318	4,285	5,961	5,341	5,873	5,716	5,835	6,212	6,291	6,208
28 Sintra	G	1,962	1,857	1,471	1,554	1,599	2,088	1,731	1,774	3,280	4,631	5,784	6,164
29 Felgueiras	M	3,868	3,916	5,270	5,600	5,173	4,964	5,530	5,253	5,520	5,733	5,811	6,017
30 Leiria	G	2,134	2,687	2,420	2,324	3,134	4,847	2,729	3,697	4,584	4,685	6,195	5,882
31 Aveiro	M	4,537	3,415	1,171	1,208	1,199	1,213	1,818	1,308	4,256	6,571	6,108	5,806
32 Loures	G	6,711	5,861	6,055	5,612	7,087	5,486	8,023	6,220	5,793	5,654	5,618	5,603
33 Bragança	M	3,802	4,289	4,646	4,980	5,676	5,458	5,175	5,722	5,616	5,693	6,234	5,535
34 Chaves	M	4,072	4,083	4,664	3,286	3,300	4,530	4,497	4,701	5,032	5,371	5,736	5,453
35 Sta. Maria da Feira	G	3,246	3,536	4,146	7,824	4,005	4,866	3,437	3,213	5,123	3,938	4,898	5,317
Total 308 municípios		664,867	692,112	724,226	709,439	710,222	704,708	738,555	749,788	752,194	809,635	861,079	885,430

– O produto da venda de bens e serviços correntes do município de Lisboa representou, em 2017, 13,8% (122,3 M€) do total das vendas efetuadas pelo conjunto de municípios.

– Nesta listagem dos 35 municípios com maior volume de venda de bens e serviços correntes a disparidade do volume arrecadado foi enorme, assim como, a amplitude do valor cobrado: o primeiro município da lista cobrou 122,3 M€ e o último (o trigésimo quinto), cobrou 5,3 M€. O segundo município desta lista, Albufeira, cobrou 97,1% do valor arrecadado por Lisboa.

Apresenta-se o Ranking R16.A, homologo ao anterior, mas desta vez relativo ao montante da venda de bens e serviços de todos os municípios dos Açores dado o número limitado dos mesmos.

Apresenta-se o Ranking R16.M, homologo ao anterior, relativo ao montante da venda de bens e serviços de todos os municípios da Região da Madeira, pelas mesmas razões invocadas para os Açores

R16.A - Municípios com maior volume de receita de venda de bens e serviços correntes em 2017, pelos municípios dos Açores

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1	Ribeira Grande	M	2 337 045	3 077 705	2 874 405	2 760 825	2 830 394	3 294 141	3 298 883	3 501 243	3 666 319	4 064 648	4 260 983	4 128 632
2	Ponta Delgada	M	2 093 523	2 253 210	2 551 905	2 518 694	2 930 896	2 840 432	2 803 093	2 664 195	2 662 589	2 671 408	3 290 393	3 342 197
3	Lagoa (R. A. A.)	P	1 341 844	1 305 639	1 404 479	1 446 872	1 530 198	1 689 008	1 731 002	1 764 465	2 262 900	2 438 150	2 416 697	2 482 460
4	Horta	P	1 144 368	1 338 861	1 276 378	1 376 966	1 483 628	1 426 194	1 371 815	1 433 205	1 284 525	1 440 115	1 581 311	1 561 015
5	Vila Franca Campo	P	842 021	1 085 077	1 132 820	1 149 798	975 140	1 186 381	1 178 319	1 176 742	1 223 459	1 246 091	1 191 194	1 189 606
6	Velas	P	383 616	455 961	413 335	384 020	414 748	512 541	424 782	413 984	601 280	646 704	755 673	826 061
7	Madalena	P	342 590	468 527	642 496	578 144	588 908	594 905	578 324	597 470	619 586	645 025	750 639	756 794
8	Povoação	P	367 051	482 682	574 830	515 499	539 730	548 459	528 540	534 787	522 483	677 424	666 768	678 972
9	Angra Heroísmo	M	595 236	582 662	460 186	460 017	466 879	434 047	402 423	701 670	808 617	603 247	628 235	588 071
10	Lajes do Pico	P	262 741	368 006	366 938	408 632	428 253	411 085	490 608	501 650	494 279	557 780	545 660	553 592
11	Vila do Porto	P	425 707	439 327	427 824	437 471	391 504	350 009	377 174	365 310	436 836	445 767	460 522	494 851
12	Calheta (R. A. A.)	P	271 826	294 863	365 980	374 980	382 090	395 737	309 525	327 476	399 667	398 076	394 979	408 238
13	São Roque do Pico	P	174 992	382 476	349 254	289 417	449 699	394 291	384 604	383 085	385 199	391 143	408 061	403 717
14	Praia da Vitória	M	2 493 684	773 507	327 886	219 696	275 150	290 807	182 425	207 372	213 064	232 996	218 602	353 527
15	Sta. Cruz Graciosa	P	413 176	322 739	330 034	348 553	320 849	349 013	303 211	358 689	301 300	301 027	329 003	302 700
16	Lajes das Flores	P	67 816	74 844	238 308	158 391	430 232	237 017	122 587	64 658	151 841	66 000	39 874	51 122
17	Nordeste	P	1 296 997	123 582	31 044	49 869	67 043	27 811	12 906	31 152	28 580	31 878	42 066	33 717
18	Sta. Cruz das Flores	P	17 110	17 192	16 056	31 767	0	19 698	33 373	22 172	19 466	22 419	19 841	25 840
19	Corvo	P	46 259	66 398	57 492	49 331	20 181	18 494	13 513	12 854	14 593	15 697	15 987	15 803
Total municípios Açores			14.917.603	13.913.257	13.841.650	13.558.940	14.525.523	15.020.068	14.547.105	15.062.179	16.096.584	16.895.594	18.016.490	18.196.914
Total dos 308 Municípios			664.866.842	692.111.655	724.226.130	709.439.415	710.221.538	704.708.445	738.555.357	750.826.471	752.193.616	809.634.800	861.079.043	885.430.121

R16.A - Municípios com maior volume de receita de venda de bens e serviços correntes em 2017, pelos municípios da Madeira

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1 Funchal	G	21 331 048	22 362 122	23 592 743	22 859 626	22 794 004	19 437 651	21 001 897	28 187 740	21 716 840	21 437 133	22 640 215	21 164 157
2 Santa Cruz	M	2 338 488	3 503 543	4 122 697	4 141 479	3 580 104	3 338 635	4 335 031	3 798 873	4 083 309	4 326 336	4 172 663	4 397 295
3 Calheta (R. A. M.)	P	518 248	485 213	554 028	544 725	689 989	719 827	767 146	1 118 179	1 178 218	1 220 189	1 266 020	1 316 392
4 Ponta do Sol	P	434 570	529 049	657 464	557 058	564 316	706 032	636 882	625 414	656 387	712 815	704 622	725 204
5 Porto Moniz	P	155 459	152 667	319 622	334 898	322 400	348 751	451 344	432 740	668 724	682 602	762 729	712 406
6 Machico	M	1 634 698	1 941 144	2 177 709	2 100 885	2 337 245	1 787 317	635 210	294 463	201 144	552 531	642 025	699 359
7 Ribeira Brava	P	723 964	856 982	1 014 665	1 038 657	965 501	892 214	404 542	402 346	466 868	491 789	457 980	437 408
8 Câmara de Lobos	M	2 179 969	2 478 413	2 982 332	2 750 953	2 817 822	1 743 816	438 799	499 521	508 534	444 380	409 780	415 087
9 São Vicente	P	127 333	133 376	148 391	103 124	199 638	249 407	232 461	265 967	253 159	246 873	269 430	256 961
10 Porto Santo	P	450 729	677 631	735 553	630 348	440 818	325 608	80 887	2 166 246	150 462	127 999	159 096	142 571
11 Santana	P	260 939	223 256	313 663	322 051	283 340	366 202	64 423	45 964	153 251	53 474	53 939	50 493
Total municípios Madeira		30.155.445	33.343.397	36.618.867	35.383.804	34.995.177	29.915.459	29.048.621	37.837.454	30.036.898	30.296.120	31.538.498	30.317.334
Total dos 308 Municípios		664.866.842	692.111.655	724.226.130	709.439.415	710.221.538	704.708.445	738.555.357	750.826.471	752.193.616	809.634.800	861.079.043	885.430.121

2.2.2.5. Passivos Financeiros (empréstimos obtidos)

Relativamente a outra componente da receita autárquica – as receitas creditícias, vulgo **passivos financeiros**, que durante um largo período de anos apresentou elevado peso nas receitas totais das autarquias portuguesas, apenas se apresentam, agora, breves referências uma vez que será um tema a explorar na análise do endividamento no Capítulo 3 deste Anuário.

Assim:

– Em 2017, os passivos financeiros (recurso a empréstimos), no montante de 556,7 milhões de euros, aumentaram 168,4 milhões de euros (+43,4%) relativamente a 2016. Trata-se, em muitos casos, de um acréscimo associado às necessidades de financiamento para execução de obras no âmbito do financiamento comunitário e, ainda, a **utilização de financiamentos ao abrigo do programa FAM**. Neste caso foram utilizados em 2017, por sete municípios o montante total de 234,3M€ (17,1% do total dos passivos financeiros contabilizados por todos os municípios).

No quadro seguinte apresentam-se os municípios que utilizaram empréstimos ao abrigo do Fundo de Apoio Municipal (FAM)²⁸.

²⁸ O FAM, instituído pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, tem por objeto a recuperação financeira dos municípios que se encontrem em situação de rutura financeira nos termos previstos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), bem como a prevenção de situações de rutura financeira, traduzindo-se na adoção de mecanismos de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e de assistência técnica.

Quadro 2.23 – Municípios que em 2017 utilizaram empréstimos ao abrigo do programa FAM

Unidade: euros

Município	Fundo de Apoio Municipal (FAM)						Empréstimos contraídos em 2017 (totais)
	Total Contratualizado	Utilizado	Amortização 2017	Dívida final 2017	Recebido em 2016	Recebido em 2017	
1 Portimão	137.361.827	118.149.857	0	118.149.857	33.234.497	84.915.360	84.915.360
2 Aveiro	85.511.149	64.515.171	0	64.515.171	0	64.515.171	64.515.171
3 Cartaxo	52.035.855	49.082.856	0	49.082.856	0	49.082.856	49.082.856
4 Fornos de Algodres	32.620.057	27.555.031	366.953	27.188.078	0	27.555.031	27.555.031
5 Paços de Ferreira	35.122.915	18.022.915	0	18.022.915	0	18.022.915	18.022.915
6 Alandroal	16.579.276	14.330.000	0	14.330.000	11.425.000	2.905.000	2.905.000
7 Vila Nova de Poiares	14.113.948	13.575.915	0	13.575.915	11.423.784	2.152.131	2.152.131
8 Vila Real de Santo António	19.619.907	11.584.815	0	11.584.815	5.541.756	6.043.059	6.043.059
9 Alfândega da Fé	1.502.819	1.382.819	400.000	982.819	1.382.819	0	0

– Mais se refere que **167 municípios, em 2017, não apresentaram qualquer valor de receitas creditícias** (191 em 2016). Contribuíram para este aumento 94 municípios. Face ao número elevado de municípios que prescindiram ou não puderam utilizar empréstimos financeiros, os mesmos não constam do *ranking* que hierarquiza os municípios com menor volume de utilização de empréstimos bancários.

– Associado ao aumento do volume de passivos financeiros e do número de municípios que recorreu a empréstimos em 2017, é de referir que estabeleceu o n.º 1, do artigo 81º, da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro que aprova o Orçamento do Estado para 2017, o seguinte: “Sem prejuízo do cumprimento das disposições legais aplicáveis, nomeadamente em matéria de visto prévio do Tribunal de Contas, os municípios cuja dívida total prevista no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, seja inferior a 2,25 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, podem, no ano de 2017, contrair empréstimos a médio e longo prazos para exclusiva aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos em vigor a 31 de dezembro de 2016, desde que, com a contração do novo empréstimo, o valor atualizado dos encargos totais com o novo empréstimo, incluindo capital, juros, comissões e penalizações, seja inferior ao valor atualizado dos encargos totais com o empréstimo a liquidar antecipadamente.

O *Rankings* R17 apresenta os municípios com maior volume de re-

ceitas referentes a recurso a novos empréstimos bancários.

– Comparando o ranking R17 com o quadro dos financiamentos obtidos pelo FAM, constata-se que os maiores acréscimos de receitas creditícias estão associados à utilização de empréstimos ao abrigo deste programa

Os *Rankings* R17.A e R17.M apresentam o volume de receitas de recursos a empréstimos bancários dos municípios dos Açores e da Madeira.

Com o propósito de relacionar o volume de empréstimos contraídos e as respetivas amortizações e analisar a respetiva evolução, apresentam-se os quadros 2.24, 2.24.A e 2.24.M, os dois últimos associados às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, e os *Rankings* R18 e R19 onde se poderá observar os 35 municípios com maior diferença positiva e os 35 com maior diferença negativa, entre empréstimos amortizados e contraídos.

R17– Municípios com maior volume da receita cobrada de Passivos Financeiros (empréstimos bancários), em 2017

Unidade: euros

Município	Dim.-	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1	Portimão	M	1.616.055	2.160.208	10.901.238	10.840.541	3.000.000	0	0	0	0	0	33.234.497	84.915.360
2	Aveiro	M	2.875.898	1.721.568	36.129.543	14.011.455	0	1.650.000	0	0	7.999.621	2.526.629	0	64.515.171
3	Cartaxo	M	4.102.996	1.000.000	13.970.022	760.000	775.000	740.000	0	0	10.600.746	8.350.905	3.278.532	49.082.856
4	Fornos Algodres	P	0	177.688	521.668	0	34.000.000	0	0	0	0	0	0	27.555.031
5	Vila do Conde	M	431.770	870.285	1.860.147	10.121.222	0	4.848.488	2.842.840	33.251.911	0	0	0	24.814.312
6	Marco Canaveses	M	0	0	0	0	0	0	0	0	2.604.325	0	0	23.492.761
7	Paços de Ferreira	M	791.433	6.623.208	3.518.822	10.800.796	0	600.000	1.096.727	8.476.475	45.833	0	0	18.022.915
8	Faro	M	1.214.328	2.035.525	3.934.745	7.625.810	0	0	0	0	22.406.619	0	0	13.679.000
9	Cascais	G	236.574	1.015.950	0	10.602.740	12.284.086	19.993.665	20.040.435	8.000.000	10.105.870	1.000.000	530.500	13.563.846
10	Aljô	P	0	1.143.613	1.213.729	9.300.000	0	0	0	0	14.445.005	1.769.876	0	10.941.931
11	Vizela	M	511.831	1.294.257	1.268.305	1.057.205	170.483	160.753	0	0	8.565.105	5.352.978	0	9.500.000
12	Vila Franca Xira	G	3.109.008	4.756.765	5.520.741	2.924.918	1.387.745	984.478	3.008.715	912.528	249.530	0	111.761	8.937.539
13	Vale de Cambra	M	247.210	329.689	1.609.424	5.241.261	0	0	0	2.145.858	0	0	0	7.492.325
14	Lourinhã	M	258.178	648.037	2.597.167	11.500.000	1.767.496	1.328.453	890.000	1.172.490	350.000	900.000	970.000	7.306.383
15	Lisboa	G	4.963.586	1.172.357	0	112.194.485	0	43.137.500	8.990.000	59.000.000	60.730.348	46.686.135	7.320.213	6.745.839
16	Matosinhos	G	0	295.251	1.953.729	6.454.140	7.392.748	10.787.873	6.306.714	3.134.116	2.845.225	6.541.538	14.276.572	6.703.102
17	Setúbal	G	3.000.000	0	0	0	34.694	1.750.000	72.247	1.000.000	0	12.500.000	10.000.000	6.615.801
18	Torre Moncorvo	P	2.417.353	2.049.538	2.744.011	1.756.520	811.000	10.220.000	0	533.000	400.000	500.000	500.000	6.579.947
19	Viana do Castelo	M	2.016.763	694.596	5.601.388	4.885.990	4.632.407	5.418.161	633.681	5.359.410	2.600.000	6.240.185	3.702.961	6.493.845
20	Porto	G	2.639.385	7.327.188	0	6.046.757	8.597.737	5.252.764	1.735.432	5.569.972	1.047.940	5.007.560	1.000.000	6.333.679
21	V.R.S. António	P	603.569	0	3.045.000	4.413.516	1.460.586	1.092.727	0	0	57.563.627	0	5.541.756	6.043.059
22	Vila Nova Gaia	G	2.871.166	41.678.160	5.203.845	10.434.975	8.778.607	8.425.320	9.280.389	24.647.957	14.420.165	7.946.706	41.406.880	5.618.658
23	Torres Novas	M	1.410.050	0	0	11.953.343	594.514	465.805	107.309	11.226.071	2.021.555	0	0	5.569.377
24	Tarouca	P	1.543.537	595.732	455.513	959.271	6.500.000	0	216.944	86.804	335.000	675.000	400.000	5.486.623
25	Loures	G	0	0	6.940.635	11.670.780	1.200.000	4.761.159	8.135.219	6.000.000	6.000.000	6.908.943	4.715.370	5.093.503
26	Braga	G	0	0	4.000.000	9.508.129	6.865.000	3.000.000	3.000.000	5.000.000	8.000.000	5.000.000	4.000.000	4.900.000
27	Santo Tirso	M	1.029.545	974.090	2.086.059	5.663.027	1.778.879	1.144.246	498.189	3.495.503	1.062.424	0	86.792	4.797.494
28	Silves	M	1.238.302	0	0	15.000.000	0	0	0	0	0	0	0	4.390.010
29	Câmara de Lobos	M	188.524	1.050.415	4.000.000	750.000	900.000	0	0	5.815.459	0	0	0	3.990.051
30	Borba	P	1.012.169	482.756	2.215.000	3.645.214	350.000	260.000	150.000	4.986.116	250.000	200.000	100.000	3.908.893
31	Amarante	M	0	830.000	525.000	1.533.850	2.853.162	2.051.246	1.323.412	825.401	0	500.000	2.355.670	3.576.601
32	Mesão Frio	P	906.024	53.000	150.000	761.023	4.700.000	315.628	200.000	200.000	200.000	250.000	250.000	3.234.918
33	Tondela	M	0	1.350.154	1.262.510	1.262.510	0	0	0	0	0	144.691	832.170	3.167.830
34	Entroncamento	M	601.310	270.250	204.455	2.683.481	1.595.000	310.000	0	3.181.878	0	682.048	511.686	3.064.677
35	Alandroal	P	806.950	651.549	1.159.825	645.000	10.295.000	601.220	400.000	570.000	570.000	0	11.425.000	2.905.000
Total 308 municípios			278.424.132	357.439.964	528.762.576	965.041.421	516.388.596	474.284.842	220.067.120	776.259.719	392.800.398	263.690.221	388.290.065	556.678.905

R17.A – Volume da receita cobrada de Passivos Financeiros, em 2017, pelos municípios dos Açores

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1	Praia da Vitória	M	1.709.492	309.000	1.776.938	2.204.676	2.392.871	1.803.500	1.367.334	1.086.000	240.000	850.000	1.550.000	2.153.894
2	Madalena	P	684.895	1.603.403	1.200.000	0	142.332	0	0	430.000	0	603.000	1.130.000	1.000.000
3	Velas	P	378.000	378.000	368.000	386.000	265.000	0	0	0	0	0	0	816.667
4	Ribeira Grande	M	870.661	2.892.707	1.103.269	5.857.738	2.204.381	1.136.500	2.782.759	668.893	241.000	1.152.001	1.638.094	766.661
5	Sta. Cruz Graciosa	P	0	0	0	700.000	800.000	500.000	0	0	0	0	0	600.000
6	Horta	P	2.198.908	605.514	1.636.616	1.682.207	665.000	1.023.978	0	0	0	0	0	149.092
7	Sta. Cruz das Flores	P	320.000	0	0	209.134	0	91.280	0	0	0	0	0	131.505
8	São Roque do Pico	P	582.969	389.217	375.104	1.932.102	1.774.912	501.960	0	28.172	0	0	0	8.766
9	Angra do Heroísmo	M	611.748	2.448.200	2.007.615	1.767.615	2.041.229	978.814	0	0	0	0	0	0
10	Calheta (R. A. A.)	P	300.000	300.000	300.000	6.320.205	112.970	0	0	0	0	0	0	0
11	Corvo	P	214.092	210.210	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
12	Lagoa (R.A.A)	P	250.000	300.000	2.220.175	590.000	1.071.690	400.000	400.000	400.000	400.000	400.000	0	0
13	Lajes das Flores	P	100.000	200.760	0	999.331	0	0	0	0	300.000	0	0	0
14	Lajes do Pico	P	556.369	0	174.572	0	5.758.698	0	0	0	200.000	100.000	25.000	0
15	Nordeste	P	840.884	1.778.226	391.244	423.000	511.276	0	0	10.490.442	1.520.987	0	0	0
16	Ponta Delgada	M	1.570.023	2.496.672	4.744.239	3.021.000	1.661.000	697.200	650.200	0	0	0	0	0
17	Povoação	P	367.157	0	20.000	535.586	455.000	0	0	0	0	0	0	0
18	Vila do Porto	P	0	0	0	210.000	0	0	0	0	0	0	0	0
19	Vila Franca Campo	P	416.000	416.000	9.920.000	0	0	14.357.651	11.534.168	0	0	0	0	0
Total dos Açores			11.971.197	14.327.908	26.237.772	26.838.594	19.856.359	21.490.882	16.734.461	13.103.508	2.901.987	3.105.001	4.343.094	5.626.584
Total Nacional			278.424.132	357.439.964	528.762.576	965.041.421	516.388.596	474.284.842	220.067.120	776.259.719	392.800.398	263.690.221	388.290.065	556.678.905
% Açores/Nacional			4,30%	4,01%	4,96%	2,78%	3,85%	4,53%	7,60%	1,69%	0,74%	1,18%	1,12%	1,01%

R17.M – Volume da receita cobrada de Passivos Financeiros, em 2017, pelos municípios da Madeira

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1	Câmara de Lobos	M	188.524	1.050.415	4.000.000	750.000	900.000	0	0	5.815.459	0	0	0	3.990.051
2	Santa Cruz	M	0	52.508	5.672.101	90.146	447.172	0	0	0	14.674.908	1.556.310	0	2.058.394
3	Funchal	G	2.600.750	7.863.349	12.972.626	11.881.999	4.886.641	4.871.183	3.576.584	31.910.797	0	0	293.809	1.135.428
4	Calheta (R.A.M.)	P	0	0	6.120.521	0	0	0	0	4.232.882	0	0	0	0
5	Machico	M	904.965	0	7.197.097	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6	Ponta do Sol	P	217.742	0	270.000	180.000	0	0	0	0	0	0	0	0
7	Porto Moniz	P	612.714	426.767	366.859	170.451	0	0	0	0	0	0	0	0
8	Porto Santo	P	0	1.077.403	0	0	0	0	0	1.471.209	0	0	0	0
9	Ribeira Brava	P	396.260	454.945	632.806	6.723.972	0	0	0	0	0	0	0	0
10	Santana	P	864.196	1.605.215	0	4.900.000	0	0	0	0	0	0	0	0
11	São Vicente	P	323.638	271.728	180.781	4.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Madeira			6.108.790	12.802.330	37.412.792	28.696.568	6.233.813	4.871.183	3.576.584	43.430.346	14.674.908	1.556.310	293.809	7.183.873
Total Nacional			278.424.132	357.439.964	528.762.576	965.041.421	516.388.596	474.284.842	220.067.120	776.259.719	392.800.398	263.690.221	388.290.065	556.678.905
% Madeira/Nacional			2,19%	3,58%	7,08%	2,97%	1,21%	1,03%	1,63%	5,59%	3,74%	0,59%	0,08%	1,29%

Quadro 2.24 - Comparação entre recursos a novos empréstimos e amortização de empréstimos

Unidade: milhões de euros

	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
(a) Receitas: novos empréstimos	278,424	357,440	528,763	965,041	516,389	474,285	220,067	776,260	392,800	263,690	388,290	556,679
(b) Despesas: Amortização de empréstimos	344,063	395,730	353,278	459,546	577,202	615,023	890,319	639,840	679,086	665,999	751,801	737,285
Diferença (b-a)	65,639	38,290	-175,485	-505,495	60,813	140,738	670,252	-136,420	286,285	402,308	363,511	180,606

Quadro 2.24.A - Comparação entre recursos a novos empréstimos e amortização de empréstimos dos municípios dos Açores

Unidade: milhões de euros

	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
a) Receitas: novos empréstimos	11,971	14,328	26,238	26,839	19,856	21,491	16,734	13,104	2,902	3,105	4,343	5,627
(b) Despesas: Amortização de empréstimos	13,345	13,470	14,742	18,419	20,511	24,830	24,265	18,590	16,378	17,876	14,466	14,918
Diferença (b-a)	1,374	-0,858	-11,496	-8,419	0,655	3,339	7,530	5,487	13,476	14,771	10,123	9,291

Quadro 2.24.M – Comparação entre recursos a novos empréstimos e amortização de empréstimos dos municípios da Madeira

Unidade: milhões de euros

	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
(a) Receitas: novos empréstimos	6,109	12,802	37,413	28,697	6,234	4,871	3,577	43,430	14,675	1,556	0,294	7,184
(b) Despesas: Amortização de empréstimos	3,408	7,913	6,343	12,874	17,733	17,851	19,277	22,446	19,996	20,774	17,848	21,836
Diferença (b-a)	-2,701	-4,889	-31,069	-15,822	11,499	12,980	15,700	-20,985	5,321	19,217	17,554	14,652

R18 - Municípios com maior diferença positiva entre amortização de empréstimos e novos empréstimos

Unidade: milhões de euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1	Lisboa	G	36.104.732	42.563.560	34.202.037	-71.321.523	65.657.477	53.046.511	336.299.264	10.840.325	48.855.234	7.146.028	37.726.945	32.578.162
2	Vila Nova Gaia	G	5.625.291	-29.964.215	8.963.858	4.939.653	14.973.814	15.391.649	13.486.709	360.550	11.338.932	16.338.660	-19.436.694	16.681.867
3	Faro	M	963.648	1.139.795	-1.653.481	-4.053.249	3.652.128	3.474.088	3.535.250	3.905.066	-18.552.110	4.592.791	6.388.027	8.836.366
4	Sta. Maria Feira	G	-706.583	156.072	-7.417.364	-5.179.995	-2.359.058	1.322.029	3.235.557	-7.649.527	4.673.177	4.836.365	9.194.256	8.387.651
5	Coimbra	G	-482.988	-10.363.781	641.053	-4.492.827	-3.746.788	993.181	672.835	-351.393	1.973.687	4.407.543	3.587.807	7.607.979
6	Santarém	M	-1.008.774	2.243.972	2.714.604	-19.771.812	3.340.842	1.937.520	4.793.279	-23.121.580	-4.108.191	4.372.957	6.151.599	6.498.622
7	Seixal	G	3.398.659	2.588.949	-9.363.528	-952.187	3.468.128	-2.113.577	6.000.924	5.121.655	-29.857.367	5.440.477	6.433.945	6.451.938
8	Braga	G	4.832.884	5.423.348	5.169.254	1.084.526	4.454.398	6.348.221	6.340.830	6.488.739	6.440.751	6.288.210	6.319.443	6.340.498
9	Loulé	M	98.099	1.244.582	1.381.228	-16.234.320	-13.966.202	657.627	2.479.708	-8.203.616	15.784.579	3.834.522	3.971.897	6.240.760
10	Funchal	G	-481.095	-2.151.509	-10.373.448	-5.495.566	5.159.633	5.122.320	6.448.078	-20.300.345	8.665.145	8.059.270	6.962.673	5.693.100
11	Guimarães	G	908.509	4.206.515	4.248.578	4.680.322	-2.885.665	-3.862.687	5.090.494	6.012.517	5.799.338	7.119.362	5.644.185	5.667.848
12	Maia	G	6.348.250	5.879.333	5.810.252	-5.933.570	7.456.781	7.462.375	7.468.908	7.494.849	7.253.041	-4.687.556	6.568.609	5.557.360
13	Lagos	M	-861.992	-641.575	630.383	-3.172.388	891.472	-524.017	871.663	-7.347.244	1.870.148	1.883.583	4.460.763	5.254.173
14	Leiria	G	2.425.259	5.077.578	-4.941.369	-5.500.044	6.197.674	6.214.628	6.186.305	6.621.134	8.444.190	6.770.798	7.370.360	5.112.989
15	Figueira da Foz	M	2.095.366	2.087.974	2.299.891	-7.455.680	3.156.438	-26.907.340	4.170.932	6.289.954	6.325.796	4.512.257	4.665.516	4.817.820
16	Covilhã	M	1.319.265	-2.769.645	-2.508.587	2.845.706	2.984.471	1.605.030	3.646.672	1.997.994	4.604.329	4.796.163	4.772.777	4.778.969
17	Fundão	M	-2.578.735	-5.272.616	-3.653.239	-6.927.457	2.258.947	2.147.523	2.923.528	-41.509.318	4.655.138	4.927.882	5.390.064	4.392.103
18	Odivelas	G	1.333.294	226.892	3.248.491	2.952.643	5.673.980	4.672.914	4.743.317	3.718.314	4.957.991	3.006.349	4.508.535	4.309.270
19	Oliveira Azeméis	M	992.333	1.427.165	-30.740.860	1.613.943	2.588.051	2.450.020	4.946.126	3.954.642	4.033.245	4.428.446	4.323.545	4.143.795
20	Sintra	G	3.928.833	2.140.722	1.101.766	-1.283.680	-37.111.829	7.725.679	33.402.681	11.052.664	11.833.658	34.552.005	18.327.405	4.000.194
21	Vila do Conde	M	3.240.314	2.689.746	1.510.154	-6.300.211	4.924.918	2.195.931	2.926.579	-23.544.153	4.242.386	8.558.399	4.070.158	3.617.054
22	Amadora	G	-1.200.916	820.490	1.684.062	807.189	3.405.333	3.370.399	3.395.669	3.517.721	3.531.269	3.562.138	3.581.791	3.591.500
23	Gondomar	G	1.613.390	3.849.900	-9.194.289	-5.644.603	127.852	-1.265.156	4.065.736	2.436.147	3.394.169	3.432.237	3.427.653	3.514.490
24	Guarda	M	-1.784.928	1.249.262	-1.802.615	-13.284.689	3.734.493	4.382.665	4.557.585	-7.486.081	3.606.010	-662.286	3.128.324	3.485.648
25	Évora	M	3.191.582	1.642.965	1.491.778	-9.706.992	1.780.653	4.056.295	4.672.986	-18.653.486	-1.783.190	4.872.416	-29.159.419	3.404.423
26	Chaves	M	-1.359.159	1.006.360	-2.714.111	186.443	1.200.522	2.069.930	1.799.310	-4.952.610	-11.292.490	2.469.404	2.801.872	3.299.042
27	Seia	M	-1.019.326	244.439	-742.739	-994.000	985.145	-34.609.303	-1.414.253	352.011	1.469.476	2.499.508	2.549.914	3.142.838
28	Paredes	M	797.181	824.625	873.380	-8.940.303	2.095.468	-6.976.538	1.929.533	-16.552.090	1.548.881	5.376.175	-6.175.791	3.129.330
29	Lamego	M	-1.178.564	-2.430.845	-2.742.390	-5.216.819	529.787	1.441.464	1.718.347	-13.593.809	3.009.406	2.565.043	2.460.484	3.089.328
30	Barcelos	G	-250.275	699.847	1.592.064	3.162.511	2.841.271	2.771.310	2.585.597	598.082	902.641	2.882.207	2.971.510	2.979.287
31	Cantanhede	M	650.735	-3.048.395	-5.834.703	714.475	-11.240.401	63.283	1.710.215	2.847.669	3.121.140	3.030.362	2.908.757	2.900.302
32	Valongo	M	1.519.855	339.096	1.462.044	-7.723.049	8.783	2.410.525	2.388.902	-12.913.474	3.714.549	3.181.457	4.290.917	2.843.205
33	Torres Novas	M	-659.906	374.835	1.256.034	-9.881.799	2.044.521	1.935.264	2.330.042	-8.496.018	1.298.004	3.794.437	2.988.897	2.554.638
34	Moita	M	-1.496.426	292.664	-4.672.742	1.209.898	999.615	2.035.101	2.314.712	2.445.358	2.465.254	2.497.241	2.518.947	2.527.649
35	Oeiras	G	3.808.581	2.369.989	-9.760.312	2.658.152	2.900.132	-706.505	1.662.142	2.865.508	2.887.316	3.712.073	5.419.629	2.508.572

R19 - Municípios com maior diferença negativa entre amortização de empréstimos e novos empréstimos

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1	Portimão	M	66.642	924.399	-8.301.745	-9.103.672	2.301.073	2.555.944	1.218.673	4.114.244	3.154.728	1.905.388	-30.139.907	-61.911.034
2	Aveiro	M	678.971	1.319.052	-32.977.104	-10.733.268	5.074.305	2.232.603	9.290.418	6.431.818	4.082.182	6.575.857	8.982.696	-28.282.430
3	Paços de Ferreira	M	214.681	-5.085.421	-2.779.856	-8.465.601	1.009.726	839.777	1.009.686	-4.860.810	2.183.392	1.813.738	1.833.520	-16.369.298
4	Cascais	G	4.835.247	1.189.940	2.441.925	-9.190.340	-3.739.672	-7.498.505	-8.312.094	3.569.023	2.487.228	4.164.031	3.725.663	-8.772.978
5	Vila Franca de Xira	G	-376.759	-3.287.936	-4.008.585	-1.034.462	827.404	1.429.183	-743.072	1.865.946	2.608.691	2.975.119	2.419.581	-6.319.364
6	Vale de Cambra	M	474.488	562.226	-664.939	-4.082.808	2.011.802	1.973.030	2.006.972	-101.486	2.373.997	2.223.767	2.020.218	-6.090.000
7	Cartaxo	M	-2.831.049	-596.505	-12.550.784	949.583	1.394.231	1.352.353	102.627	115.141	-9.651.429	-7.231.042	-2.369.549	-5.744.185
8	V. R. S. António	P	-347.614	243.121	-2.729.673	-3.688.678	-722.648	744.547	483.831	626.537	-54.222.502	2.780.783	-2.195.006	-3.561.565
9	Porto	G	10.211.105	5.456.918	11.577.555	5.304.000	3.010.972	6.810.121	7.807.409	4.574.143	9.218.334	6.567.757	46.223.002	-3.001.644
10	Tondela	M	1.162.791	-210.559	-82.472	198.550	1.688.923	1.680.350	1.582.083	1.584.276	1.482.060	933.201	-347.979	-2.915.806
11	Alandroal	P	-74.650	-10.628	-419.848	294.646	-9.377.226	301.998	463.306	12.022	302.454	304.607	-933.830	-2.606.489
12	Silves	M	-860.376	476.660	494.100	-14.540.128	2.251.811	2.264.573	2.293.299	2.384.534	3.034.229	1.756.343	1.768.478	-2.546.181
13	Amarante	M	2.165.917	1.249.968	2.084.944	381.512	-1.194.017	-520.683	342.149	1.033.210	1.608.720	764.787	-1.163.880	-2.398.879
14	Castro Daire	P	-944.122	-109.767	432.425	-430.253	622.384	554.102	536.331	341.035	509.220	498.214	524.705	-2.035.109
15	Idanha-a-Nova	P	143.471	-949.203	-628.278	-2.398.692	577.405	578.168	580.235	582.715	-63.229	-116.410	535.229	-1.897.387
16	Matosinhos	G	3.829.276	3.846.975	2.176.255	2.691.606	2.725.183	-4.710.464	1.337.172	4.701.097	1.234.841	-2.714.571	-9.194.495	-1.827.129
17	Lousada	M	483.109	-909.605	592.136	332.351	-2.630.899	-426.935	782.541	964.197	1.162.920	555.895	193.017	-1.746.675
18	Vila Nova Poiares	P	-255.142	234.080	60.029	-4.063.858	785.308	-6.990.883	403.937	854.762	554.636	968.996	187.852	-1.647.614
19	Santo Tirso	M	407.516	433.048	-788.920	-4.841.005	-739.666	874.860	1.659.169	-1.569.308	412.246	2.135.354	1.708.390	-1.453.670
20	Vinhais	P	587.407	359.677	367.352	341.485	-511.706	-233.134	-118.622	330.453	334.255	338.129	204.088	-1.430.872
21	R. Monsaraz	P	-1.008.642	129.326	350.849	-2.117.844	1.449.415	817.492	934.379	-2.980.161	151.736	381.476	1.191.317	-1.016.609
22	Viana do Castelo	M	-608.047	564.346	-4.150.760	-3.518.146	-2.947.668	-2.706.951	2.313.350	-495.117	3.181.483	8.301	1.989.197	-959.561
23	Belmonte	P	-26.934	252.821	-122.911	-370.181	329.934	369.017	220.733	-273.042	252.191	194.593	-172.666	-830.822
24	Pinhel	P	-1.146.808	-1.037.703	200.903	-388.236	14.538	354.501	447.405	631.046	451.961	276.940	-10.140	-761.846
25	Loures	G	5.456.166	8.689.451	-9.341	202.776	5.142.472	1.064.906	5.842.760	6.450.363	4.984.951	1.693.011	-602.294	-750.558
26	Mação	P	100.948	225.374	288.060	297.536	269.290	-257.176	-85.282	233.265	221.292	210.162	-363.779	-706.507
27	Oliveira Hospital	P	197.641	194.949	-1.103.197	-1.464.713	-1.592.434	468.259	471.336	477.114	511.331	486.941	311.615	-688.385
28	Gouveia	P	819.622	700.983	-453.926	1.145.008	1.513.142	1.526.544	1.387.272	437.678	1.361.592	1.038.683	964.364	-628.412
29	Madalena	P	-227.493	-1.092.949	-732.427	691.559	469.658	557.151	579.213	1.105.111	441.263	139.818	-169.478	-565.721
30	Penacova	P	297.136	225.766	216.869	216.869	216.869	216.869	216.869	139.935	-578.815	317.376	53.059	-564.924
31	Cadaval	P	-752.966	-77.868	174.860	165.435	-13.816	87.836	164.219	157.258	244.156	161.682	219.769	-518.403
32	Fafe	M	289.550	222.306	-679.900	-332.841	3.593.946	1.423.523	1.142.611	1.172.769	-744.869	2.116.730	-1.896.389	-462.734
33	Caldas da Rainha	M	43.425	-837.909	17.835	1.215.553	-1.747.071	1.023.231	1.011.059	896.014	-1.615.587	744.927	802.936	-400.512
34	Sta. Cruz Graciosa	P	143.541	133.205	133.924	-561.976	-657.854	-283.491	353.144	277.506	261.265	387.547	214.677	-374.169
35	S. Monte Agraço	P	50.162	-180.597	113.432	-164.275	-219.546	355.233	356.806	-627.769	462.827	397.601	370.541	-370.702

2.3. Despesas Municipais

2.3.1. Classificação económica das Despesas

Com o presente ponto deste capítulo pretende-se analisar e comparar informação disponível sobre a execução e evolução da despesa global no universo dos 308 municípios, bem como a situação de cada rubrica da classificação económica e sua variação, considerando o período entre 2006 e 2017, correspondendo a 3 mandatos consecutivos (2006-2009; 2010-2013; 2014-2017).

Comparam-se os valores de 2017 com os de 2016, apreciando a evolução dos diversos indicadores e componentes orçamentais e, sempre que se considere pertinente, individualizam-se situações de municípios que ilustrem a influência nas dinâmicas em apreço, ou que resultem das mesmas.

À semelhança do que se fez para o ponto 2.2 – Receitas Municipais, e seguindo a metodologia dos anteriores Anuários, apresentam-se listagens hierarquizadas (rankings) de municípios para cada tipo de despesa municipal, de modo a evidenciar as contribuições²⁹ mais ou menos representativas para cada situação em análise.

²⁹ Normalmente referenciam-se os primeiros 35 municípios para cada situação em apreço

A análise particularizada das despesas incidirá sobre o agrupamento das mesmas, por natureza económica, em despesas correntes e despesas de capital, segundo a denominação exigida no classificador legal.

Quadro 2.25 – Classificação económica da Despesa municipal

Despesas correntes	Despesas de capital
01 – Despesas com o pessoal	07 – Aquisição de bens de capital
02 – Aquisições de bens e serviços	08 – Transferências de capital
03 – Juros e outros encargos	09 – Ativos Financeiros
04 – Transferências correntes	10 – Passivos Financeiros
05 – Subsídios	11 – Outras receitas de capital
06 – Outras despesas correntes	

2.3.2. Execução global do Orçamento da Despesa

O Quadro 2.26 apresenta a evolução da despesa global municipal entre 2006 e 2017 nas suas diferentes fases. Os quadros subsequentes 2.27 e 2.28 completam esta informação com as taxas de variação da despesa orçada, comprometida e paga, bem como os valores absolutos dessa variação.

Quadro 2.26 – Orçamento e Execução da Despesa Total

Unidade: milhões de euros

Despesas	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
(a) Despesas previstas	11.309,9	11.439,3	11.898,3	13.237,5	13.187,6	12.832,9	11.991,2	11.257,5	9.817,1	9.402,2	9.710,5	10.486,0
(b) Compromissos do exercício*	9.320,4	9.581,9	10.051,4	11.135,0	10.699,6	10.481,6	9.804,9	9.435,7	8.512,1	8.219,4	8.458,8	9.280,4
(c) Despesas pagas no exercício	6.992,1	7.410,3	7.875,9	8.358,1	7.872,0	7.720,2	7.587,1	7.730,7	7.218,8	7.230,9	7.466,4	8.059,3
(d)= (b-c) Compromissos do exercício por pagar	2.328,3	2.171,6	2.175,5	2.776,9	2.827,5	2.761,4	2.217,8	1.705,0	1.293,2	988,5	992,4	1.221,2
(e) Compromisso a pagar em exercícios futuros**	1.601,8	1.655,3	1.891,7	2.927,3	3.167,9	4.042,8	4.912,8	5.810,2	6.153,1	6.796,6	8.396,1	8.766,2
(b)-(a) Grau de execução da despesa comprometida a pagar no exercício	82,4%	83,8%	84,5%	84,1%	81,1%	81,7%	81,8%	83,8%	86,7%	87,4%	87,1%	88,5%
(c)/(d) Grau de execução da despesa paga em relação aos compromissos assumidos	75,0%	77,3%	78,4%	75,1%	73,6%	73,7%	77,4%	81,9%	84,8%	88,0%	88,3%	86,8%
(c)/(a) Grau de execução da despesa paga em relação à despesa prevista	61,8%	64,8%	66,2%	63,1%	59,7%	60,2%	63,3%	68,7%	73,5%	76,9%	76,9%	76,9%

* De acordo com o POCAL, deverão incluir os compromissos não pagos que transitaram de exercícios anteriores.

** Compromissos assumidos no exercício, mas que só se executam nos exercícios seguintes. Não constituem dívida, mas apenas encargos assumidos decorrentes de compromissos contratuais que poderão estar ou não faturados.

Quadro 2.27 – Variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga

Despesas	Variação da despesa (milhões de euros)										
	06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17
Despesas previstas (a)	129,3	459,0	1 339,2	-49,9	-354,7	-841,6	-733,7	-1.440,5	-414,9	308,3	775,5
Compromissos do exercício (b)	261,5	469,5	1 083,6	-435,4	-218,0	-676,7	-369,2	-923,6	-292,6	239,4	821,6
Despesas pagas no exercício(c)	418,2	465,6	482,2	-486,0	-151,9	-133,1	143,6	-511,9	12,0	235,5	592,8
Compromissos do exercício por pagar (d)	-156,7	3,9	601,5	50,6	-66,1	-543,6	-512,8	-411,7	-304,7	3,8	228,8
Compromisso a pagar em exercícios futuros (e) *	53,5	236,5	1 035,5	240,6	874,9	870,0	897,5	342,9	643,5	1.599,5	370,1

* Corresponde apenas ao montante de compromissos assumidos no exercício relativos a exercícios futuros. Os compromissos do exercício não pagos estão na linha d) como “compromissos do exercício por pagar”.

Quadro 2.28 – Taxas de variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga

Despesas	Variação da despesa (%)										
	06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17
Despesas previstas	1,1%	4,0%	11,3%	-0,4%	-2,7%	-6,6%	-6,4%	-12,5%	-4,2%	3,3%	8,0%
Compromissos do exercício (despesa realizada)	2,8%	4,9%	10,8%	-3,9%	-2,0%	-6,5%	-4,1%	-9,5%	-3,4%	2,9%	9,7%
Despesas pagas no exercício	6,0%	6,3%	6,1%	-5,8%	-1,9%	-1,7%	1,5%	-6,2%	0,2%	3,3%	7,9%
Compromissos do exercício por pagar*	-6,7%	0,2%	27,6%	1,8%	-2,3%	-19,7%	-23,1%	-24,1%	-23,6%	0,4%	23,1%
Compromissos para exercícios futuros	3,3%	14,3%	54,7%	8,2%	27,6%	21,5%	18,3%	5,9%	10,5%	23,5%	4,4%

* Compromissos que se previa fossem pagos no exercício e que não se pagaram.

Correspondem apenas ao montante de compromissos assumidos no exercício relativos a exercícios futuros. Os compromissos do exercício não pagos estão na linha d) como “compromissos do exercício por pagar”

Da observação dos três quadros anteriores pode-se concluir:

– Em 2017, despesa orçada cresceu 8% (+775,5 M€ que em 2016), tendo a despesa realizada³⁰ crescido 9,7% (+821,6 M€). Anota-se, comparando a evolução da despesa com a receita resumida no quadro 2.02, que a receita liquidada cresceu 7,6% (+589,6 M€) e a receita cobrada³¹ cresceu 7,4% (+573,5 M€).

– Nos últimos doze anos, a despesa orçada apresentou o maior valor em 2009, com uma orçamentação de 13,2 mil milhões de euros, superior em 20,8% (+2,7 mil milhões de euros) ao valor orçado em 2017. O valor mais baixo ocorreu em 2015, com um orçamento de 9,4 mil milhões de euros.

– Anota-se que não foram pagos 13,2% (1.221,2 milhões de Euros) dos compromissos assumidos e que se esperavam pagar em 2017.

Os compromissos por pagar em 2017 aumentaram +23,1% (+228,8 M€), em relação a 2016 mas mantiveram-se bastante inferiores ao montante de compromissos por pagar contabilizado no final de 2006 cujo montante foi de 2,3 mil milhões de euros e em 2017 foi de 1,2 mil milhões de euros.

– Estes encargos a pagar, em 2017, superiores a 228,8M€ em relação a 2016 alerta para a necessidade de uma maior contenção de despesa nos anos subsequentes e uma gestão mais cuidadosa de assunção de encargos, de modo a se poder garantir a cobertura financeira da despesa assumida e, assim, o enquadramento da despesa pública quanto à sua eficácia e eficiência.

O Gráfico que se segue permite visualizar a evolução dos diferentes contadores da despesa (orçada, comprometida e paga), no período de 12 anos permitindo visualizar os comentários supra referidos. Podemos concluir que se verifica uma **subida, desde 2016, das despesas previstas, dos compromissos assumidos e das despesas pagas.**

³⁰ Compromissos assumidos, no ano e os transitados dos anos anteriores

³¹ Excluindo os saldos de gerências anteriores

Da observação do quadro 2.26 há ainda a realçar:

- O grau de execução da despesa paga³², comparando a evolução entre 2006 e 2017, verifica-se um acréscimo de 15, % do grau de execução da despesa, fruto da conjugação do deflacionamento do orçamento de despesa (-7,3%, -824 M€) e do aumento do volume da despesa paga, em 2017, (+15,3%, +1 067,2 M€).
- De igual modo é de assinalar, para o período entre 2006 e 2017, o aumento em 11,8pp do peso da despesa paga em relação aos compromissos assumidos. Efetivamente, em 2006 só foram pagos 75% dos encargos assumidos enquanto, em 2017, foram pagos 86,8% dos mesmos. Este é um dos indicadores mais importantes da execução da despesa e do controlo orçamental. No nosso entender este indicador deveria evoluir para 100%.
- Mais se pode concluir, em relação ao ano de 2017, comparando o volume e despesa compromissada (9 280,4 M€) com o volume

de receita auferida pelos municípios (8 311,5M€), que foram assumidos, pela totalidade do setor autárquico, 968,9 M€ para os quais não haveria cobertura financeira. Desta situação decorre a dificuldade de sustentabilidade financeira apresentada por alguns municípios.

O Gráfico 2.06 mostra a evolução do grau da execução da despesa paga tanto em relação aos compromissos assumidos como em relação à despesa orçada pretendendo-se com os mesmos ilustrar as conclusões apresentadas nos parágrafos anteriores.

Especificando a análise para os municípios das Regiões Autónomas, apresentam-se de seguida os Gráficos 2.05.A, Quadro 2.29. A e Gráfico 2.06.A que mostram a que mostram a evolução das diversas componentes da despesa e respetiva execução dos municípios dos Açores, e o Gráfico 2.05.M, Quadro 2.29.M e Gráfico 2.06.M que demonstram a mesma evolução dos municípios da Madeira.

³² Nos termos solicitados nos mapas de execução orçamental do POCAL.

Gráfico 2.05 – Evolução da Despesa Municipal, nas suas diferentes fases, entre 2006 e 2017

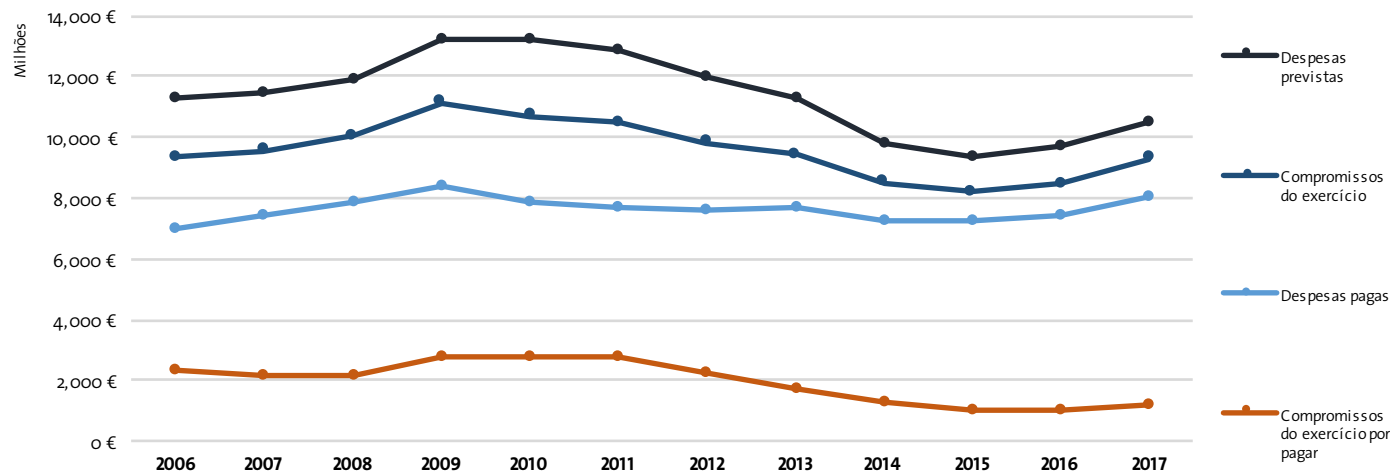


Gráfico 2.06 – Taxas de Execução das Despesas – 2006 a 2017

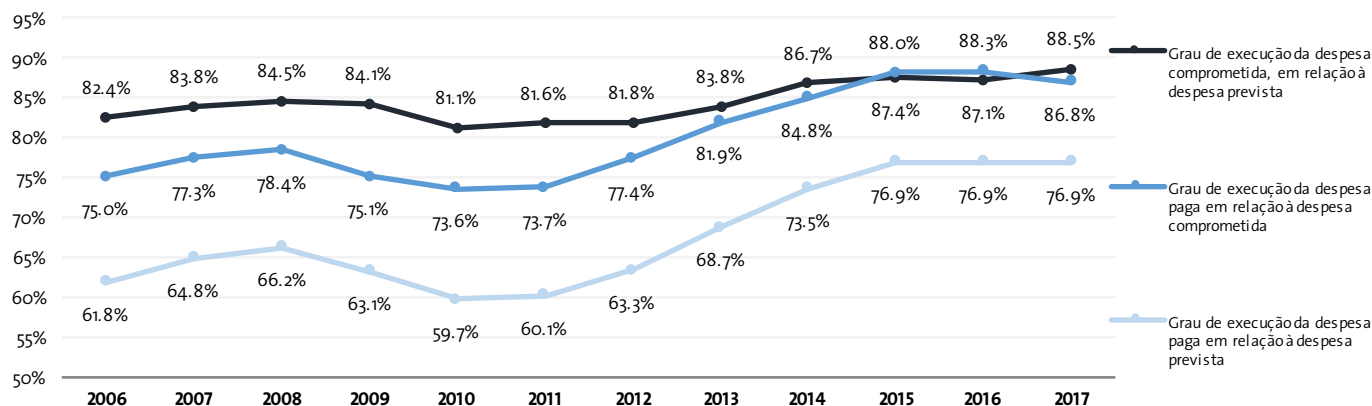
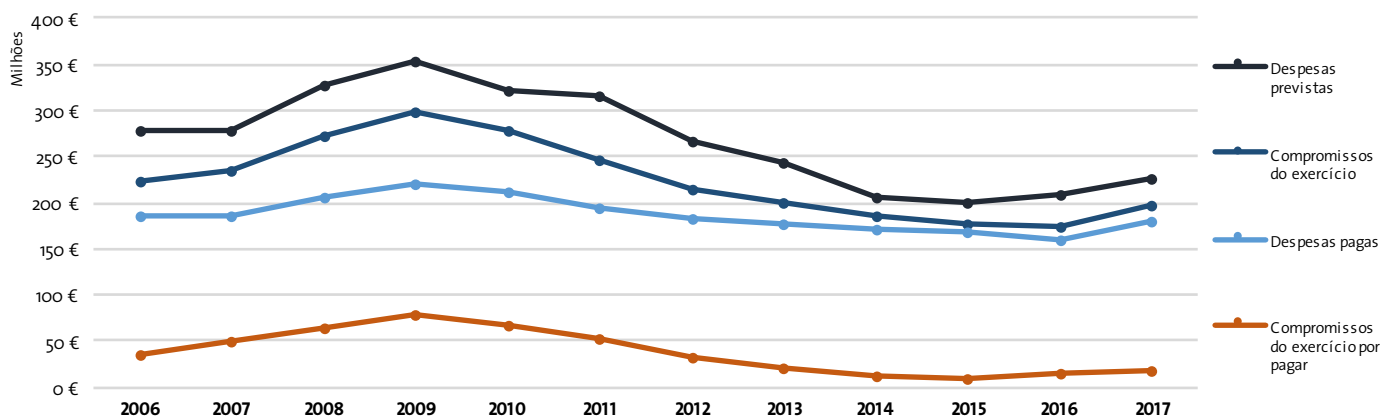


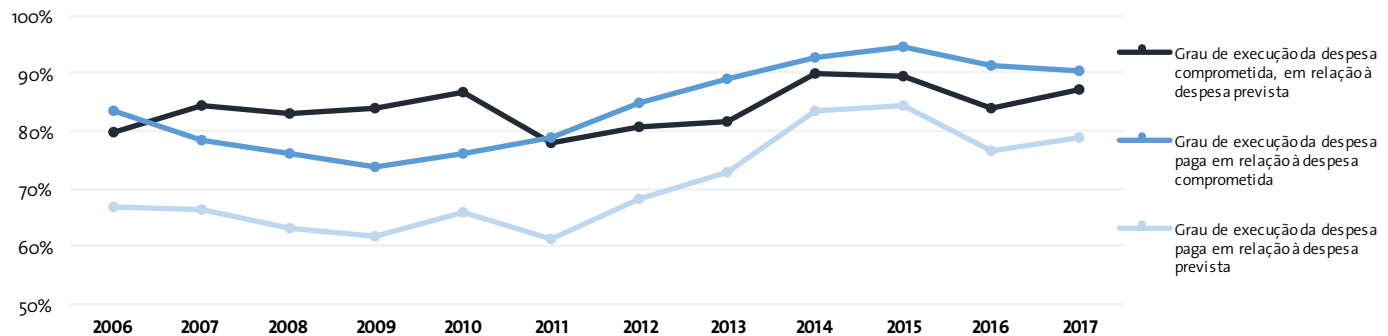
Gráfico 2.05.A – Evolução da Despesa Municipal, nas suas diferentes fases, nos municípios da R.A. dos Açores, entre 2006 e 2017



Quadro 2.29. A – Diferentes Graus de Execução da Despesa para a globalidade dos Municípios dos Açores

Grau de execução da despesa		Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Grau de execução da despesa	Compromissos do exercício / Despesa prevista	80,0%	84,3%	83,2%	84,0%	86,8%	77,9%	80,5%	81,7%	90,0%	89,4%	83,9%	87,2%
	Despesa paga / Despesa prevista	66,9%	66,2%	63,3%	62,0%	66,2%	61,5%	68,5%	72,8%	83,4%	84,6%	76,7%	78,7%
	Despesa paga / Despesa comprometida	83,7%	78,6%	76,2%	73,8%	76,3%	78,9%	85,1%	89,1%	92,7%	94,6%	91,5%	90,3%

Gráfico 2.06.A – Taxas de Execução das Despesas nos municípios da R.A. dos Açores – 2006 a 2017



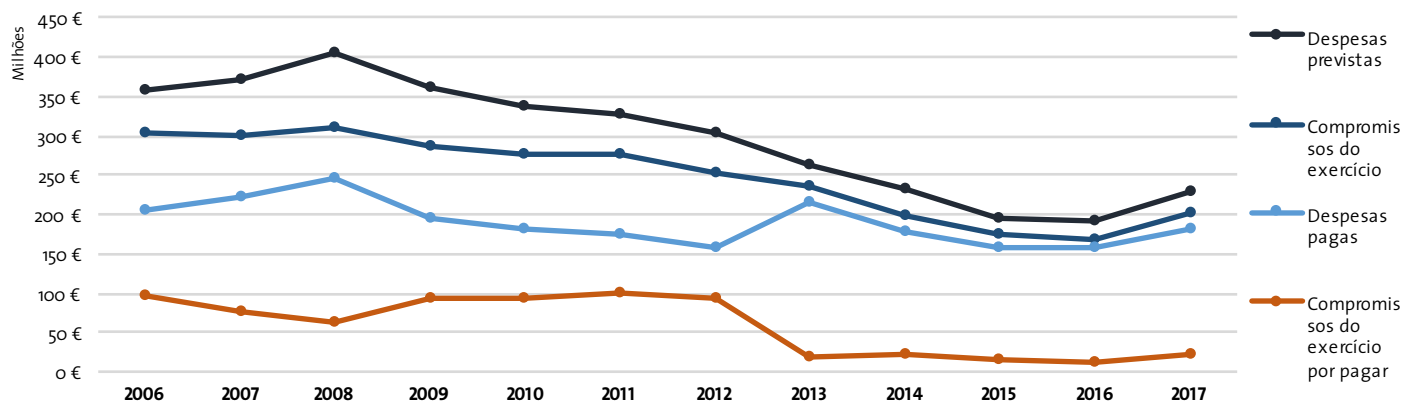
Pela observação do gráficos e quadros antecedentes constata-se:

- Em relação ao comportamento financeiro dos municípios da R.A.A:
 - Em 2017, a **despesa orçada** total dos municípios da Região cresceu **8,9%** (+18 M€), tendo, contudo, a despesa paga aumentado **11,7%** (+18,7 M€) e, por isso, justificado o aumento da despesa orçada.
 - Apesar do volume de **compromissos assumidos ter aumentado 13,1%** (22,9 M€), o volume de pagamentos realizados representou **90,3%** do total comprometido, ultrapassando o grau de execução homóloga da despesa, calculada para a média dos municípios nacionais.
 - Será ainda de realçar, na Região dos Açores, apesar do ligeiro aumento de volume de compromissos assumidos verificado em

2017, o enorme esforço realizado na promoção da sustentabilidade financeira destes municípios. Mais se releva o facto de a **receita cobrada pela região ter aumentado, em 2017, +8,4%** (+13,9 M€), conforme se pode verificar através do gráfico 2.01.A.

- O quadro 2.33.A 2 o gráfico 2.06.A sintetizam o exposto podendo ainda concluir-se que existe um esforço dos municípios da região em ajustarem a despesa ao nível de receita cobrada, demonstrado pelo **elevado grau de pagamento dos encargos assumidos** no último quadriénio, **pagando, em média, 90,3% da despesa comprometida**, isto é, uma taxa de execução da despesa superior à média geral do país em + 3,5pp.

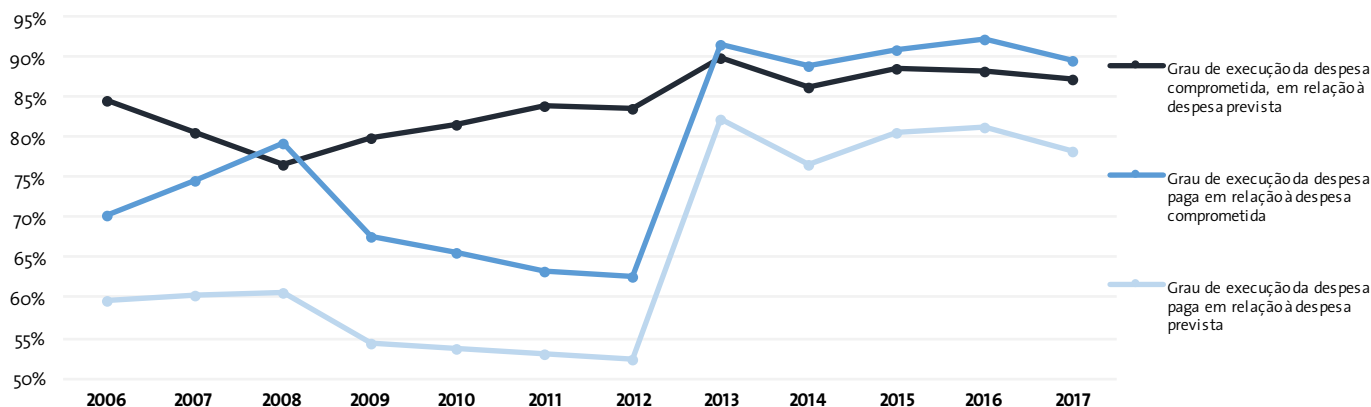
Gráfico 2.05.M – Evolução da Despesa Municipal, nas suas diferentes fases, nos municípios da R.A. da Madeira, entre 2006 e 2017



Quadro 2.29. M – Diferentes Graus de Execução da Despesa para a globalidade dos Municípios da Madeira

Grau de execução da despesa	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Compromissos do exercício / Despesa prevista	84,5%	80,5%	76,5%	80,1%	81,6%	83,9%	83,5%	90,0%	86,2%	88,6%	88,1%	87,4%
Despesa paga / Despesa prevista	59,7%	60,2%	60,7%	54,2%	53,6%	53,1%	52,2%	82,4%	76,7%	80,6%	81,2%	78,4%
Despesa paga / Despesa comprometida	70,3%	74,8%	79,3%	67,7%	65,7%	63,2%	62,5%	91,5%	89,0%	91,0%	92,1%	89,7%

Gráfico 2.06.M – Taxas de Execução das Despesas nos municípios da R.A. da Madeira – 2006 a 2017



– Reportando a análise ao gráfico relativo ao comportamento financeiro dos municípios da R.A.M., constata-se:

- Em 2017, uma subida do montante global da despesa orçada (+19,3%, +37,1M€) após um decréscimo acentuado da mesma a partir de 2009, atingindo o valor mínimo em 2016. No entanto, o ligeiro aumento de dotação orçamental verificado em 2017, não põe em causa o extraordinário deflacionamento orçamental verificado entre 2008 e 2017, traduzido numa descida do volume de despesa orçamental de -76,1% (-174,8 M€).
- No que se refere à despesa realizada -despesa assumida-, o crescimento verificado em 2017 (+18,3%, isto é, +31 M€), não desmerece a enorme descida desta despesa verificada entre 2008 e 2016 (-80,5% e -139,8 M€). Registe-se o enorme esforço de adequação da despesa comprometida à receita cobrada realizado pelos municípios da Madeira, ao passarem de uma situação de

68% de pagamento da despesa assumida em 2006, para 89,7% de pagamento dessa mesma despesa em 2017

- O Quadro 2.29.M e o gráfico 2.06.M mostram o comportamento dos diferentes graus de execução da despesa na Região Autónoma da Madeira podendo ainda concluir-se que, tal como na Região Autónoma dos Açores, existe um esforço dos municípios da região em ajustarem a despesa ao nível de receita cobrada, demonstrado pelo elevado grau de pagamento dos encargos assumidos no último quadriénio.

2.3.3. Estrutura e Evolução da Despesa, por classificação económica

Neste ponto apresenta-se a evolução da despesa municipal entre 2006 e 2017, por rubrica económica, nas suas diferentes fases de execução: despesa compromissada ou compromissos do exercí-

cio³³, despesa paga³⁴ e compromissos por pagar. Nos Quadros 2.30 e 2.31 apresentam-se as evoluções da despesa

³³ De acordo com o ponto 2.6.1 do POCAL, com o encerramento das contas, dever-se-ia fazer transitar para “Compromissos – exercícios futuros”, os compromissos assumidos no ano que não se concretizaram, isto é, que não originaram obrigações. Acontece que nem sempre esta operação é realizada, o que implica manterem-se no mapa de execução da despesa compromissos que não são do ano económico em causa, mas de anos económicos seguintes. Esta incorreção no registo orçamental da despesa, embora não altere o volume dos compromissos assumidos, falseia a informação relativa ao montante em dívida no fim do ano e também o valor da despesa realizada, conforme a definimos no início deste Anuário. Verifica-se, ainda, que não se tem forma de, com a informação constante nos Mapas de Execução Orçamental, detetar este erro ou omissão, pois a fase de registo da obrigação (com a receção das faturas), não se reflete na contabilidade orçamental, mas sim na patrimonial e de custos. Ora, será o total da faturação recebida no ano acrescida da transitada dos anos anteriores, por pagar, que constituirá o volume de despesa realizada (compromissos realmente assumidos, para o ano económico em questão). Esta situação ficará sanada com a implementação do SNCAP que inclui nos mapas de execução da despesa informação das obrigações.

Só a confrontação dos compromissos por pagar refletidos no Mapa de Execução Orçamental, com o passivo de curto prazo expresso no Balanço, permitirá concluir sobre a materialidade e fiabilidade da informação constante dos Mapas de Execução Orçamental e sobre compromissos assumidos para o exercício e não pagos. Acontece, porém, que, face à natureza informativa do Balanço, no passivo constarão, também, montantes que não representarão dívida orçamental. Estão nesta situação, entre outros, os valores de terceiros à guarda dos municípios, cuja contrapartida se encontra registada no ativo, em disponibilidades. São valores que não podem ser considerados como dívida do município, pese embora o seu registo como passivo nos respetivos Balanços municipais. São exemplo desta situação: as garantias de clientes ou fornecedores, cauções e os impostos retidos a favor do Estado. Expurgando-se do passivo de curto prazo estas situações, poder-se-á obter a análise da conformidade da informação prestada nos mapas orçamentais, com a informação prestada em Balanço. Contudo, para a elaboração deste Anuário e das edições anteriores, não tem sido possível obter informação que permita destacar do Balanço, o passivo que não se reflete em dívida orçamental, pelo que não se pode testar a realização, cabal, das operações orçamentais, de final do período. Assim, optou-se por considerar o montante apresentado na coluna de “Compromissos assumidos e não pagos” no Mapa de Execução Orçamental, como o provável valor máximo de dívida orçamental de curto prazo. Contudo, não se poderá deixar de anotar que há capítulos económicos relativamente aos quais os compromissos por pagar deveriam ser zero. São eles: Despesas com Pessoal; Ativos Financeiros e Passivos Financeiros. A existência de compromissos por pagar nestas situações, estará claramente associada à falta de regularização contabilística dos saldos das contas de encargos previsionalmente assumidos, que não se concretizaram. Não será fácil admitir-se que um município possa deixar de liquidar os montantes contratualizados de amortizações de empréstimos, ou que, no fim do ano económico, mantenha remunerações, suplementos ou outras despesas com pessoal em dívida.

³⁴ O total da despesa paga para cada ano refere-se à soma das despesas pagas do exercício e das despesas pagas de compromissos dos exercícios anteriores que transitaram para este ano.

compromissada e da despesa paga por rubrica de classificação económica e, no quadro 2.32 são apresentadas as correspondentes taxas de variação da despesa paga, permitindo observar quais as rubricas económicas mais sujeitas a variação.

No Quadros 2.33 mostram-se a estrutura da despesa paga e no Quadro 2.34 o peso da despesa paga nos compromissos assumidos.

A análise conjunta destes quadros permite verificar, por natureza económica, quais as despesas autárquicas mais representativas na despesa total, constatando-se que o seu peso se altera conforme se trate da estrutura de despesas assumidas ou da estrutura de despesas pagas. Essa mesma alteração é visível quando se observa a desagregação por natureza económica da despesa orçada.

Quadro 2.30 – Desagregação da Despesa Comprometida pelas diferentes componentes económicas da despesa.

Unidade: milhões de euros

DESPESAS	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
01 - Despesas com pessoal	2.059,8	2.094,7	2.184,3	2.429,4	2.485,7	2.396,1	2.124,7	2.285,4	2.252,5	2.238,5	2.270,6	2.337,6
02 - Aquisição de bens e serviços	1.910,4	2.126,4	2.323,7	2.517,2	2.507,7	2.606,3	2.602,1	2.640,5	2.528,2	2.460,3	2.555,6	2.606,0
03 - Juros e outros encargos	141,3	203,8	244,6	218,4	134,1	186,7	192,1	166,6	171,2	141,5	121,8	88,7
04 - Transferências correntes	454,0	524,6	550,2	597,2	583,3	570,3	548,1	571,5	574,5	590,1	635,7	683,4
05 – Subsídios	146,1	151,5	171,7	208,5	225,8	238,8	223,2	195,8	158,2	94,7	87,0	120,3
06 - Outras despesas correntes	113,5	105,5	130,3	132,5	114,8	112,8	110,4	116,6	109,1	106,2	138,0	141,4
Total de despesas correntes	4.825,0	5.206,5	5.604,8	6.103,2	6.051,3	6.111,1	5.800,7	5.976,5	5.793,8	5.631,2	5.808,5	5.977,4
07 - Aquisição de bens de capital	3.633,9	3.460,8	3.496,4	3.832,0	3.443,7	3.187,7	2.614,0	2.360,2	1.663,9	1.524,3	1.479,6	2.127,5
08 - Transferências de capital	425,9	445,0	500,8	547,9	497,7	464,6	390,4	363,1	280,9	253,3	288,3	346,1
09 - Ativos financeiros	45,7	36,6	37,7	53,8	40,6	42,9	34,1	30,4	31,4	73,0	57,1	52,8
10 - Passivos financeiros	349,6	400,3	357,5	466,0	582,6	626,3	905,9	672,5	704,0	704,4	788,9	746,2
11 - Outras despesas de capital	40,1	32,7	54,2	132,0	83,6	49,0	59,8	33,0	38,0	33,2	36,4	30,4
Total de despesas de capital	4.495,3	4.375,4	4.446,6	5.031,8	4.648,2	4.370,5	4.004,2	3.459,2	2.718,2	2.588,2	2.650,3	3.303,1
Total da Despesa	9.320,4	9.581,9	10.051,4	11.135,0	10.699,6	10.481,6	9.804,9	9.435,7	8.512,1	8.219,4	8.458,8	9.280,4
Total municípios R.A. Açores	221,9	234,9	271,6	298,0	279,0	246,5	214,0	199,0	185,6	177,9	175,1	198,1
Total municípios R.A. Madeira	302,9	299,1	309,5	287,9	274,8	275,6	252,9	236,9	199,8	173,7	169,6	200,7

Quadro 2.31 – Desagregação da Despesa Paga pelas diferentes componentes económicas da despesa

Unidade: milhões de euros

DESPESAS	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
01 - Despesas com pessoal	2.029,8	2.073,5	2.154,5	2.398,9	2.451,2	2.365,0	2.089,7	2.256,0	2.227,4	2.216,5	2.252,1	2.320,1
02 - Aquisição de bens e serviços	1.419,3	1.627,0	1.782,5	1.855,0	1.731,1	1.789,4	1.852,3	2.064,9	2.037,9	2.052,3	2.171,2	2.210,9
03 - Juros e outros encargos	128,5	181,5	224,8	192,0	104,7	141,5	148,5	128,3	131,8	112,0	100,7	77,0
04 - Transferências correntes	420,0	482,0	506,5	537,4	500,0	477,8	467,6	497,7	526,6	549,1	599,3	635,4
05 – Subsídios	117,7	133,6	143,8	157,3	149,0	163,5	149,2	117,8	101,7	74,3	76,0	112,4
06 - Outras despesas correntes	105,7	95,3	120,7	119,0	101,2	95,5	93,4	102,2	97,0	93,6	126,5	131,4
Total de despesas correntes	4.220,9	4.592,9	4.932,6	5.259,6	5.037,2	5.032,7	4.800,8	5.166,7	5.122,4	5.097,7	5.325,7	5.487,0
07 - Aquisição de bens de capital	1.993,0	1.986,8	2.089,5	2.063,9	1.782,3	1.670,2	1.535,6	1.603,3	1.140,5	1.175,9	1.053,6	1.473,8
08 - Transferências de capital	355,7	375,4	425,6	432,1	369,2	335,2	284,6	280,2	221,5	204,5	247,6	286,5
09 - Ativos financeiros	39,3	32,6	31,2	42,9	38,3	30,1	20,6	11,9	18,6	58,0	53,2	49,4
10 - Passivos financeiros	344,1	395,7	353,3	459,5	577,2	615,0	890,3	639,5	679,1	666,0	751,8	737,3
11 - Outras despesas de capital	39,1	26,8	43,7	100,0	67,8	37,0	55,1	29,0	36,7	28,7	34,5	25,2
Total de despesas de capital	2.771,2	2.817,4	2.943,3	3.098,5	2.834,8	2.687,5	2.786,2	2.564,0	2.096,4	2.133,1	2.140,7	2.572,2
Total da Despesa	6.992,1	7.410,3	7.875,9	8.358,1	7.872,0	7.720,2	7.587,1	7.730,7	7.218,8	7.230,9	7.466,4	8.059,3
Total municípios R.A. Açores	185,6	184,5	206,9	219,8	212,8	194,5	182,1	177,4	172,1	168,4	160,1	178,8
Total municípios R.A. Madeira	206,0	223,6	245,4	194,9	180,5	174,3	158,2	216,8	177,8	158,0	156,3	180,0

Quadro 2.32 – Taxas de Variação da Despesa Paga nas diferentes componentes económicas da despesa

DESPESAS	Variação da Despesa Paga (%)										
	06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17
01 - Despesas com pessoal	2,2%	3,9%	11,3%	2,2%	-3,5%	-11,6%	8,0%	-1,3%	-0,5%	1,6%	3,0%
02 - Aquisição de bens e serviços	14,6%	9,6%	4,1%	-6,7%	3,4%	3,5%	11,5%	-1,3%	0,7%	5,8%	1,8%
03 - Juros e outros encargos	41,2%	23,9%	-14,6%	-45,5%	35,2%	4,9%	-13,6%	2,7%	-15,0%	-10,1%	-23,6%
04 - Transferências correntes	14,8%	5,1%	6,1%	-7,0%	-4,4%	-2,1%	6,4%	5,8%	4,3%	9,1%	6,0%
05 - Subsídios	13,6%	7,6%	9,4%	-5,2%	9,7%	-8,7%	-21,1%	-13,6%	-26,9%	2,2%	48,0%
06 - Outras despesas correntes	-9,9%	26,6%	-1,4%	-14,9%	-5,7%	-2,1%	9,4%	-5,1%	-3,5%	35,2%	3,9%
Total de despesas correntes	8,8%	7,4%	6,6%	-4,2%	-0,1%	-4,6%	7,6%	-0,9%	-0,5%	4,5%	3,0%
07 - Aquisição de bens de capital	-0,3%	5,2%	-1,2%	-13,6%	-6,3%	-8,1%	4,4%	-28,9%	3,1%	-10,4%	39,9%
08 - Transferências de capital	5,5%	13,4%	1,5%	-14,6%	-9,2%	-15,1%	-1,5%	-21,0%	-7,7%	21,1%	15,7%
09 - Ativos financeiros	-17,1%	-4,3%	37,6%	-10,8%	-21,4%	-31,5%	-42,1%	56,2%	211,2%	-8,4%	-7,1%
10 - Passivos financeiros	15,0%	-10,7%	30,1%	25,6%	6,6%	44,8%	-28,2%	6,2%	-1,9%	12,9%	-1,9%
11 - Outras despesas de capital	-31,5%	63,2%	128,6%	-32,2%	-45,4%	48,8%	-47,5%	26,9%	-21,8%	20,0%	-26,8%
Total de despesas de capital	1,7%	4,5%	5,3%	-8,5%	-5,2%	3,7%	-8,0%	-18,2%	1,8%	0,4%	20,2%
Total da variação dos das despesas pagas	6,0%	6,3%	6,1%	-5,8%	-1,9%	-1,7%	1,9%	-6,6%	0,2%	3,3%	7,9%
Total municípios R.A. Açores	-0,6%	12,1%	6,2%	-3,2%	-8,6%	-6,4%	-2,6%	-3,0%	-2,1%	-4,9%	11,7%
Total municípios R.A. Madeira	8,5%	9,7%	-20,6%	-7,4%	-3,4%	-9,2%	37,0%	-18,0%	-11,1%	-1,1%	15,2%

Quadro 2.33 – Estrutura da Despesa Paga de acordo com a natureza económica da despesa

DESPESAS	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
01 - Despesas com pessoal	29,0%	28,0%	27,4%	28,7%	31,1%	30,6%	27,5%	29,2%	30,9%	30,7%	30,2%	28,8%
02 - Aquisição de bens e serviços	20,3%	22,0%	22,6%	22,2%	22,0%	23,2%	24,4%	26,7%	28,2%	28,4%	29,1%	27,4%
03 - Juros e outros encargos	1,8%	2,4%	2,9%	2,3%	1,3%	1,8%	2,0%	1,7%	1,8%	1,5%	1,3%	1,0%
04 - Transferências correntes	6,0%	6,5%	6,4%	6,4%	6,4%	6,2%	6,2%	6,4%	7,3%	7,6%	8,0%	7,9%
05 - Subsídios	1,7%	1,8%	1,8%	1,9%	1,9%	2,1%	2,0%	1,5%	1,4%	1,0%	1,0%	1,4%
06 - Outras despesas correntes	1,5%	1,3%	1,5%	1,4%	1,3%	1,2%	1,2%	1,3%	1,3%	1,3%	1,7%	1,6%
Total de despesas correntes	60,4%	62,0%	62,6%	62,9%	64,0%	65,2%	63,3%	66,8%	71,0%	70,5%	71,3%	68,1%
07 - Aquisição de bens de capital	28,5%	26,8%	26,5%	24,7%	22,6%	21,6%	20,2%	20,7%	15,8%	16,3%	14,1%	18,3%
08 - Transferências de capital	5,1%	5,1%	5,4%	5,2%	4,7%	4,3%	3,8%	3,6%	3,1%	2,8%	3,3%	3,6%
09 - Ativos financeiros	0,6%	0,4%	0,4%	0,5%	0,5%	0,4%	0,3%	0,2%	0,3%	0,8%	0,7%	0,6%
10 - Passivos financeiros	4,9%	5,3%	4,5%	5,5%	7,3%	8,0%	11,7%	8,3%	9,4%	9,2%	10,1%	9,1%
11 - Outras despesas de capital	0,6%	0,4%	0,6%	1,2%	0,9%	0,5%	0,7%	0,4%	0,5%	0,4%	0,5%	0,3%
Total de despesas de capital	39,6%	38,0%	37,4%	37,1%	36,0%	34,8%	36,7%	33,2%	29,0%	29,5%	28,7%	31,9%
Total da Despesa	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Quadro 2.34 – Peso da Despesa Paga nos Compromissos Assumidos, por natureza económica da despesa

DESPESAS	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 14-17			
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
01 - Despesas com pessoal	98,5%	99,0%	98,6%	98,7%	98,6%	98,7%	98,4%	98,7%	98,9%	99,0%	99,2%	99,2%
02 - Aquisição de bens e serviços	74,3%	76,5%	76,7%	73,7%	69,0%	68,7%	71,2%	78,2%	80,6%	83,4%	85,0%	84,8%
03 - Juros e outros encargos	90,9%	89,0%	91,9%	87,9%	78,1%	75,8%	77,3%	77,0%	77,0%	79,2%	82,7%	86,8%
04 - Transferências correntes	92,5%	91,9%	92,1%	90,0%	85,7%	83,8%	85,3%	87,1%	91,7%	93,0%	94,3%	93,0%
05 – Subsídios	80,5%	88,2%	83,7%	75,4%	66,0%	68,5%	66,8%	60,1%	64,3%	78,5%	87,3%	93,4%
06 - Outras despesas correntes	93,1%	90,3%	92,6%	89,8%	88,2%	84,6%	84,6%	87,6%	88,9%	88,1%	91,6%	92,9%
Total de despesas correntes	87,5%	88,2%	88,0%	86,2%	83,2%	82,4%	82,8%	86,5%	88,4%	90,5%	91,7%	91,8%
07 - Aquisição de bens de capital	54,8%	57,4%	59,8%	53,9%	51,8%	52,4%	58,7%	67,9%	68,5%	77,1%	71,2%	69,3%
08 - Transferências de capital	83,5%	84,4%	85,0%	78,9%	74,2%	72,1%	72,9%	77,2%	78,8%	80,7%	85,9%	82,8%
09 - Ativos financeiros	86,0%	89,2%	82,9%	79,8%	94,4%	70,1%	60,5%	39,3%	59,3%	79,5%	93,2%	93,5%
10 - Passivos financeiros	98,4%	98,9%	98,8%	98,6%	99,1%	98,2%	98,3%	95,1%	96,5%	94,6%	95,3%	98,8%
11 - Outras despesas de capital	97,5%	81,9%	80,8%	75,8%	81,1%	75,5%	92,2%	87,7%	96,7%	86,6%	94,6%	82,9%
Total de despesas de capital	61,6%	64,4%	66,2%	61,6%	61,0%	61,5%	69,6%	74,1%	77,1%	82,4%	80,8%	77,9%
Total do peso da Despesa paga	75,0%	77,3%	78,4%	75,1%	73,6%	73,7%	77,4%	81,9%	84,8%	88,0%	88,3%	86,8%
Total municípios R. A. Açores	83,7%	78,6%	76,2%	73,8%	76,3%	78,9%	85,1%	89,1%	92,7%	94,6%	91,5%	90,3%
Total municípios R.A. Madeira	68,0%	74,8%	79,3%	67,7%	65,7%	63,2%	62,5%	91,5%	89,0%	91,0%	92,1%	89,7%

Da observação dos quadros anteriores pode-se afirmar:

- A **estrutura da despesa assumida** apresentou uma relevante alteração a partir de 2013. Entre 2006 e 2012 a despesa assumida repartiu-se, em média, entre 55,8% de despesa corrente e 44,2% de despesa de capital. A partir de 2013, o peso médio da despesa corrente, no total da despesa realizada, passou a ser de 66,6% e o peso médio da despesa de capital passou a ser de 33,4%, fruto de uma **forte descida da despesa de capital em 2013** e uma **descida conjunta da despesa corrente e de capital no biénio de 2014/2015**, com maior expressão para a descida da despesa de capital.
- Em 2017, o peso relativo das duas componentes económicas da despesa assumida, despesa corrente e despesa de capital, alteraram-se ligeiramente passando respetivamente para 64,4% e 35,6% da despesa total. A razão desta variação assentou no facto de tanto a despesa corrente como da despesa de capital terem crescido, mas de forma manifestamente diferente à dos anos anteriores. A despesa comprometida de natureza corrente aumentou +2,9% e, a de capital +24,6% - **Em 2017 há um visível aumento de investimento em despesa de capital, no sector autárquico.**
- Observando-se estrutura da despesa paga, por natureza económica, constata-se que **são priorizados os pagamentos da despesa cor-**

rente em detrimento das despesas de capital. Assim, em 2017, foi pago 91,8% das despesas correntes assumidas e apenas, 77,9% das despesas de capital realizadas. Por esta razão, na estrutura da despesa paga, as despesas correntes assumiram o peso de 68,1% da despesa total e a despesa de capital o peso de 31,9%.

- Todavia, e em complemento ao referido no parágrafo anterior e observando os quadros da despesa paga, constata-se que, em 2017, o volume da despesa corrente paga, aumentou 3% (+161,3 M€) e o montante pago de despesa de capital, cresceu 20,2% (+431,5 M€).
 - Pela análise das contas dos 308 municípios, verifica-se que **237 municípios apresentaram acréscimo de volume de despesa paga.**
 - No entanto, observando a estrutura do peso dos pagamentos nas despesas compromissadas, **em 2017, apenas foi pago 69,3% das despesas de investimento**, mantendo-se, contudo, relativamente altos os índices de pagamento das restantes despesas assumidas pelos municípios
- Continuando a manter a metodologia adotada em anteriores Anuários apresenta-se, de seguida, uma listagem hierarquizada dos municípios com maior volume de despesa paga em 2017 (*Ranking R20*) e os municípios com menor volume de despesa paga neste mesmo ano (*Ranking R21*). Nestes rankings apresentam-se, ainda, o peso dos pagamentos na despesa compromissada.

R2o– Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em 2017

Unidade: milhões de euros

	Município	Dim.	Mandato 2006-2009					Mandato 2010-2013			Mandato 2014-2017				Despesa paga / Despesa comp.
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1	Lisboa	G	583,720	547,241	544,571	634,010	629,991	582,668	833,556	544,333	640,000	597,777	686,603	705,885	86,5%
2	Porto	G	191,840	199,684	197,273	205,356	194,886	186,011	154,673	182,352	154,655	165,834	206,782	191,687	87,1%
3	Cascais	G	134,836	132,902	142,212	171,524	160,038	153,972	141,883	130,064	143,461	149,543	158,070	178,181	90,5%
4	Portimão	M	43,563	51,864	59,528	56,446	46,484	45,775	39,618	43,573	44,868	51,791	77,629	136,954	95,3%
5	Sintra	G	137,735	166,551	146,185	153,660	175,790	161,373	181,602	148,000	122,911	147,463	139,716	135,023	86,2%
6	Vila Nova de Gaia	G	120,602	169,105	150,045	143,679	127,413	134,698	126,903	137,388	130,862	123,091	151,372	130,127	89,5%
7	Matosinhos	G	86,484	89,180	102,595	105,509	105,759	120,281	108,848	98,465	88,662	101,835	116,948	116,167	90,6%
8	Oeiras	G	123,822	123,787	135,745	129,788	114,936	110,332	103,392	103,054	108,813	106,311	115,172	114,798	86,3%
9	Loures	G	102,488	111,642	126,739	139,419	109,006	105,109	110,933	106,117	102,581	102,014	102,042	107,253	91,2%
10	Loulé	M	93,175	97,974	105,964	124,077	99,371	91,172	91,445	102,097	92,129	86,472	91,051	102,148	84,2%
11	Aveiro	M	44,651	48,040	69,847	57,556	49,995	44,262	40,897	39,932	44,831	48,269	48,478	97,790	88,5%
12	Guimarães	G	67,442	68,435	69,734	84,566	85,683	101,746	92,687	63,004	72,795	78,567	80,568	94,531	80,5%
13	Braga	G	75,232	76,597	81,769	96,565	92,488	84,297	87,261	99,120	87,137	85,430	82,452	93,348	89,9%
14	Almada	G	73,757	77,299	85,540	104,487	76,401	73,857	78,071	75,228	73,368	82,705	89,640	93,284	94,5%
15	Seixal	G	69,776	80,674	92,500	84,134	80,042	74,580	79,191	79,998	108,617	75,638	112,199	90,550	91,2%
16	Vila Nova Famalicão	G	64,479	69,090	77,899	81,400	82,904	82,491	81,379	68,334	68,685	69,415	78,957	87,517	92,1%
17	Setúbal	G	55,993	60,044	65,353	62,991	60,951	61,248	67,301	62,182	65,613	77,653	88,118	82,215	73,9%
18	Amadora	G	70,214	71,825	73,422	91,915	85,751	88,405	76,574	79,963	74,619	70,302	75,306	81,144	90,6%
19	Coimbra	G	81,941	96,214	87,844	97,427	88,263	99,068	93,243	83,769	71,173	77,546	78,578	80,622	79,8%
20	Funchal	G	81,943	94,727	91,254	78,793	82,576	77,238	73,869	110,517	74,126	70,580	71,760	74,641	86,8%
21	Vila do Conde	M	49,881	57,097	61,518	58,772	50,057	55,570	45,433	78,773	42,721	46,498	44,791	73,860	90,7%
22	Gondomar	G	77,441	64,788	76,217	84,720	72,797	87,122	71,459	72,242	63,157	63,484	63,812	72,486	84,1%
23	Odivelas	G	51,386	60,937	60,646	63,915	70,913	63,741	61,136	56,549	64,417	63,114	64,546	69,522	87,2%
24	Vila Franca de Xira	G	58,157	58,857	70,896	70,072	71,441	61,710	59,527	69,874	59,117	55,297	56,319	69,073	96,5%
25	Albufeira	M	60,788	69,410	81,422	94,608	61,885	59,972	62,071	73,587	77,834	59,663	63,017	68,612	88,1%
26	Leiria	G	56,955	60,075	74,456	66,865	61,220	62,750	55,773	55,213	57,244	54,140	57,754	68,293	78,0%
27	Maia	G	62,487	86,305	75,510	81,533	70,016	62,103	56,389	56,266	59,462	67,135	62,365	67,689	90,3%
28	Viana do Castelo	M	42,625	47,629	49,717	56,243	53,936	55,118	51,017	55,762	48,617	61,142	55,680	64,189	82,7%
29	Cartaxo	M	18,042	16,954	26,881	15,022	18,692	18,465	14,591	14,837	25,821	21,316	16,456	63,719	96,0%
30	Mafra	M	51,741	53,549	53,613	53,370	56,185	49,996	52,902	50,778	52,141	50,934	55,925	61,342	91,2%
31	Santa Maria da Feira	G	54,314	59,922	72,405	69,245	62,141	63,578	57,674	74,567	57,423	51,719	54,891	57,270	84,2%
32	Faro	M	36,835	35,794	37,026	41,993	31,415	39,401	32,685	29,917	58,471	34,716	36,509	56,925	95,9%
33	Viseu	M	44,078	44,040	51,660	59,263	61,806	53,519	42,278	43,837	42,452	43,053	45,865	53,258	72,1%
34	Barcelos	G	55,013	55,194	55,046	55,233	58,899	54,119	56,083	61,285	58,580	51,734	47,572	50,571	88,8%
35	Marco de Canaveses	M	18,177	21,893	28,786	24,163	22,285	23,753	24,328	25,275	25,264	25,494	24,796	50,075	91,4%
	Total dos 308 municípios		6.992,1	7.410,3	7.875,9	8.358,1	7.872,0	7.720,2	7.587,1	7.698,6	7.218,8	7.230,9	7.466,4	8.059,3	86,8%

Da observação do ranking R20 permite-se referir:

- Em 2017, a maior parte dos 35 municípios elencados no ranking R23 aumentaram o seu volume de pagamentos, acompanhando a tendência verificada para a globalidade do setor autárquico que apresentou um crescimento generalizado da despesa paga de +7,9%.
- De igual modo, estes 35 municípios, apresentam, na sua maioria, um rácio de pagamento da despesa assumida superior ao rácio médio nacional de 86,8% verificado para 2017, ao ultrapassarem 90% de pagamento da despesa compromissada.
- Referem-se com rácio de pagamento de despesa bastante inferior à média, os municípios de: Setúbal (73,9%), Coimbra (79,8%), Leiria (78%) e Viseu (72,1%)
- Há sete municípios que, embora se encontrem nos 35 com maior volume de despesa, apresentaram descida do montante global de pagamentos, em 2017. De salientar os seguintes: Porto com -15 M€ (-7,3%), Vila Nova de Gaia com -21,2 M€ (-14%) e Seixal com -21,6 M€ (-19,3%).
- Será de referir que em relação ao Porto e a Seixal, a diminuição do volume de pagamentos se deveu essencialmente à descida do montante de pagamento de passivos financeiros respetivamente de -43 M€³⁵ e -31,3 M€³⁶. Valores, esses balanceados, fundamentalmente, com aumentos de pagamento de despesa de investimento, também, respetivamente em + 15,7M€ e -5,8 M€.
- Contudo, será de anotar em relação ao ranking em apreço os municípios que apresentam acréscimos de pagamentos superiores a 50%. Estão nesta situação os seguintes municípios: Portimão com +59,3 M€ (+76,4%); Aveiro com +49,3 M€ (+101,7%); Vila do Conde com + 29 M€ (+64,9%); Cartaxo com +47,2 M€ (+287,2%); Faro com +20,4 M€ (+55,9%) e Marco de Canaveses com 25,2 M€ (+101,9%). Em todos estes municípios o acréscimo de despesa verificou-se no aumento e pagamento dos passivos financeiros, sendo que aos municípios de Portimão e Aveiro também acresce o aumento de pagamento da despesa bens de investimento. Estes aumentos de

³⁵ Em relação ao Porto recorde-se que em 2016 ocorreu uma amortização extraordinária de passivos financeiros no valor 47, 2 M€

³⁶ Seixal, também apresentou, em 2016 uma amortização extraordinária de capital, no montante de 37,7 M€

pagamento foram possíveis com aumento da Receita. Assim:

- Portimão apresentou um aumento da receita cobrada de +57,3 M€ e um aumento da despesa paga de +59,3 M€, associado ao apoio que recebeu do FAM em 2017 de 84,9 M€. Em 2016 já tinha recebido do FAM 33,2 M€.
- Aveiro apresentou um aumento da receita cobrada de +62 M€ e um aumento da despesa paga de +49,3 M€, associado ao apoio que recebeu do FAM em 2017 de 64,5 M€.
- Vila do Conde contraiu empréstimos no valor de 24,8 M€ e amortizou 24,4 M€
- Cartaxo apresentou um aumento da receita cobrada de +45,7 M€ e um aumento da despesa paga de +47,3 M€, associado ao apoio que recebeu do FAM em 2017 de 49,1 M€.
- Faro contraiu empréstimos no valor de 13,7 M€ e amortizou 16,2 M€.
- Marco de Canaveses contraiu empréstimos no valor de 23,5 M€ e amortizou 22,35 M€.
- Como complemento à informação prestada em R20 anota-se que, em 2017, 119 municípios apresentaram uma taxa de pagamento dos compromissos superior a 90%³⁷.

No ranking R21, na continuidade de anteriores anuários, apresenta-se a listagem ordenada, referente ao ano 2017, dos municípios com menor volume de despesa paga, bem como a **taxa de pagamento das despesas comprometidas sabendo-se que a média da mesma neste ano foi de 86,8%**.

³⁷ Como referido atrás, a taxa média de pagamento das despesas comprometidas em 2017, foi de 86,8%.

R21 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em 2017

Unidade: milhões de euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Despesa paga / Despesa comp.
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1 Corvo	P	1,825	1,756	2,133	1,601	1,761	3,185	2,414	2,475	1,776	1,747	2,242	1,771	78,8%
2 Santa Cruz das Flores	P	4,455	3,342	2,633	2,855	3,901	3,521	2,863	3,313	4,189	2,397	2,503	3,135	93,4%
3 Lajes das Flores	P	2,939	3,221	3,725	5,525	5,794	3,655	4,132	5,247	4,991	3,003	3,045	3,210	91,4%
4 Porto Santo	P	7,399	11,217	7,238	6,169	5,013	5,433	4,357	7,659	3,699	6,021	4,459	3,989	96,5%
5 Barrancos	P	3,701	5,050	4,767	5,496	5,060	3,951	3,589	3,710	3,640	3,594	3,621	4,078	96,3%
6 Castanheira de Pera	P	5,970	4,879	5,150	4,827	4,586	7,039	9,278	3,554	4,655	4,738	4,378	4,190	86,0%
7 Alvito	P	3,928	3,983	4,956	4,962	5,366	6,083	4,321	3,959	4,102	4,029	4,297	4,208	79,7%
8 São Roque do Pico	P	4,117	4,013	4,316	7,389	7,363	6,443	4,316	4,055	4,059	4,495	4,409	4,404	81,4%
9 Sta. Cruz da Graciosa	P	4,767	5,387	4,372	4,598	5,744	5,470	5,418	4,607	4,483	3,985	3,469	4,817	93,8%
10 Calheta (R.A.A.)	P	5,073	6,225	5,634	10,647	4,378	3,920	4,320	4,125	4,528	4,897	3,916	5,073	95,8%
11 Penedono	P	4,406	4,521	4,991	5,114	5,108	6,028	5,609	7,112	6,304	6,668	4,335	5,222	100,0%
12 Lajes do Pico	P	5,654	5,698	6,441	5,229	10,961	6,005	6,720	10,078	7,031	5,741	5,301	5,392	94,2%
13 São Vicente	P	9,912	8,485	9,259	10,164	5,834	5,688	6,610	5,527	5,315	6,213	5,331	5,604	99,6%
14 Manteigas	P	6,116	5,593	6,675	6,886	6,465	5,412	5,797	5,977	5,119	8,447	5,225	5,705	96,0%
15 Mourão	P	5,618	5,013	5,942	10,826	6,092	4,881	4,686	6,394	5,017	5,205	5,281	5,831	78,1%
16 Nordeste	P	7,933	7,423	5,626	6,836	6,704	5,196	5,666	15,729	6,928	5,393	5,221	5,835	89,4%
17 Fronteira	P	6,389	5,500	6,420	5,370	5,949	6,383	5,207	5,443	5,353	4,713	5,238	6,039	91,3%
18 Pedrógão Grande	P	5,634	6,490	7,431	6,614	5,775	7,486	5,754	6,184	5,928	4,604	4,885	6,042	84,6%
19 Povoação	P	5,905	8,490	5,573	6,114	7,132	7,522	5,083	5,551	6,768	5,956	5,832	6,227	93,4%
20 Vila do Porto	P	7,998	4,840	5,102	6,978	5,294	5,067	5,202	4,482	5,586	5,085	4,873	6,267	91,4%
21 Alter do Chão	P	7,100	6,898	6,102	6,642	5,885	7,624	7,592	5,476	6,219	5,940	5,751	6,278	87,2%
22 Vila Nova de Paiva	P	5,758	6,261	6,670	6,141	6,465	7,001	6,717	6,631	6,171	7,447	5,756	6,432	88,7%
23 Gavião	P	6,516	5,888	9,308	6,928	6,470	6,677	6,408	6,843	6,413	5,912	6,456	6,461	88,7%
24 Castelo de Vide	P	6,175	5,435	5,508	5,795	5,419	5,552	6,021	6,015	5,915	5,374	5,551	6,466	96,4%
25 Alvaiázere	P	7,028	7,973	7,899	8,065	9,475	9,977	9,680	10,120	7,753	10,294	7,178	6,504	81,7%
26 Golegã	P	4,430	4,991	5,844	6,907	6,668	6,307	7,734	7,221	5,887	6,765	6,473	6,508	78,0%
27 Marvão	P	5,190	5,187	5,569	5,395	6,051	7,009	4,673	5,531	5,109	5,109	5,374	6,514	96,1%
28 Freixo Espada à Cinta	P	6,771	7,690	11,278	12,287	9,006	10,181	8,880	13,322	9,700	7,352	7,450	6,539	73,7%
29 V. Nova da Barquinha	P	7,487	6,205	5,964	7,992	10,738	10,080	12,013	8,348	7,938	7,350	6,343	6,602	93,1%
30 Ponta do Sol	P	8,998	7,347	9,869	7,012	6,622	7,317	5,546	5,720	4,919	6,074	6,106	6,663	84,7%
31 Cuba	P	5,464	4,774	6,111	5,974	6,412	5,845	6,201	4,958	4,953	5,790	5,560	6,673	87,2%
32 Porto Moniz	P	7,237	7,021	6,023	5,134	6,676	5,366	4,222	5,098	3,800	4,029	5,047	6,738	92,0%
33 Murça	P	6,321	6,334	6,519	7,976	8,471	12,156	7,561	7,582	6,565	6,625	7,074	6,749	84,0%
34 Constância	P	5,870	5,280	6,058	6,783	7,068	7,230	7,675	6,214	5,207	5,286	5,435	6,763	89,0%
35 Penela	P	6,502	8,418	7,052	8,179	8,030	8,818	8,960	7,158	6,256	7,178	6,271	6,803	84,0%

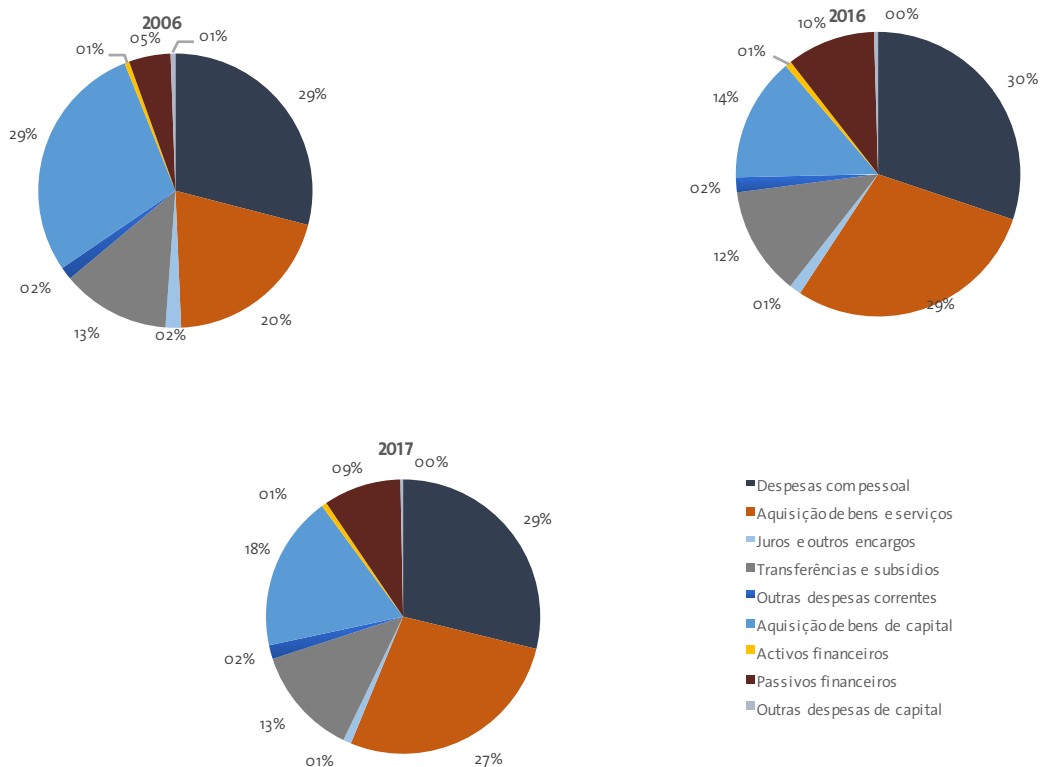
– Da listagem de municípios com menor volume de pagamentos constam exclusivamente municípios de pequena dimensão, sendo que 16 deles (45,7%) apresentaram um rácio de pagamento de compromissos superior a 90%. Apenas 5 municípios apresentaram uma taxa de pagamento de compromissos inferior a 80%

– Da listagem em apreço, apenas 8 municípios baixaram o volume de pagamentos tendo sido pouco representativa, em termos absolutos e relativos essa descida.

2.3.4. Despesas por natureza económica

A estrutura da despesa municipal, considerando o peso das diferentes rubricas na despesa global e sua evolução entre 2006 e 2017, foi o tema central do anterior Ponto 2.3.3 deste Anuário. O gráfico seguinte sintetiza a estrutura da despesa paga em 2006, 2016 e em 2017.

Gráfico 2.07 – Estrutura da despesa paga em 2006, 2016 e 2017



Passar-se-á, agora, a apresentar com maior detalhe particularidades relativas às principais rubricas económicas da despesa municipal, especialmente um conjunto de rankings que relacionarão os municípios com as mesmas.

As rubricas económicas que, pela sua materialidade, se entendeu analisar autonomamente são: Despesas com Pessoal, Despesas em Aquisições de Bens e Serviços Correntes e Despesas de Investimentos. Pelo significado económico que revestem apresentam-se, também, detalhadas as seguintes despesas: Despesas com Transferências e Subsídios, Despesas com Juros e outros encargos financeiros e Amortização de empréstimos (Passivos Financeiros).

2.3.4.1. Despesas com Pessoal

Tendo em atenção a natureza desta despesa da qual não poderá resultar encargos por pagar no final do ano económico, analisar-se-á esta despesa na ótica dos pagamentos. Como se pôde observar pelo Quadro 2.31 e gráfico 2.07, as Despesas com Pessoal foi a rubrica de despesa com maior volume de pagamentos e consequentemente, com maior peso na despesa paga. Mais se verificou que depois da queda abrupta das despesas com pessoal em 2012, face aos cortes nos salários e nos subsídios da função pública, a mesma apresentou uma subida em 2013 devido à reposição do subsídio de Natal. Em 2014 e em 2015, esta despesa voltou a apresentar sucessivas descidas, respetivamente -0,9% e -0,5%. Em 2016, as despesas com pessoal aumentaram ligeiramente em 1,6% (+35,6 M€), pese embora o número de trabalhadores tivesse aumentado 1.385 entre 2015 e 2016³⁸. Esta tendência para o acréscimo de Despesa com Pessoal, manteve-se em 2017 com um acréscimo total de 67,9M€ (+3%).

Seguindo a tradição dos anuários anteriores, apresentam-se Rankings com posicionamento dos municípios quanto à despesa paga com pessoal.

– O Ranking R22 apresenta os 35 municípios com maior peso das

despesas pagas com pessoal, na despesa total.

Da listagem R22 salienta-se o seguinte:

- Dos 35 municípios apontados com maior peso de pagamentos, nove deles são de média dimensão, um é de grande dimensão (Funchal³⁹) sendo os restantes de pequena dimensão.
- Todos estes 35 municípios apresentaram um peso médio de despesas com pessoal bastante superior ao peso médio de 28,8% determinado para 2017, revelando uma elevada concentração de despesa nesta rubrica económica.
- Em 2017, considerando o universo total dos municípios, verificou-se que 151 municípios apresentaram um peso médio de pagamentos de encargos com pessoal superior à média nacional (28,8%).
- Poderá ser preocupante, para o desenvolvimento da atividade municipal nos diversos domínios das suas competências, a situação dos municípios que afetam metade ou mais dos seus recursos financeiros a despesas com pessoal. Estiveram nesta situação em 2017, os três primeiros municípios elencados no ranking R22.

O Ranking R23 apresenta os 35 municípios com menor peso das despesas pagas com pessoal, na despesa total.

³⁸ A fonte de informação do número de trabalhadores foi a DGAL para o número de trabalhadores de 2015 e anteriores, e o portal de Transparência para o número de trabalhadores de 2016, cuja fonte para o n.º de trabalhadores é igualmente a DGAL. O número de trabalhadores inclui pessoal do Quadro, autarcas (presidente e vereadores), pessoal em comissão de serviço e trabalhadores sem vínculo.

³⁹ À semelhança dos anos anteriores

R22 – Municípios que apresentam maior peso dos pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais*

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 14-17				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1	Porto Santo	P	24,0%	15,4%	23,1%	27,6%	34,6%	28,1%	29,8%	23,3%	57,4%	33,9%	50,6%	58,1%
2	Montijo	M	43,0%	39,7%	41,9%	50,2%	42,3%	52,4%	47,8%	51,5%	52,7%	51,7%	52,2%	50,3%
3	Alcochete	P	49,8%	50,4%	51,5%	48,2%	51,8%	55,4%	49,8%	52,9%	54,6%	48,5%	49,3%	50,0%
4	Redondo	P	38,7%	47,0%	40,5%	37,8%	41,6%	40,5%	43,9%	50,5%	48,4%	45,5%	47,1%	48,2%
5	Alvito	P	48,2%	45,3%	37,9%	42,0%	39,6%	35,3%	45,4%	51,0%	48,4%	50,5%	46,9%	46,5%
6	Mourão	P	43,1%	50,8%	45,0%	42,4%	51,7%	57,6%	55,0%	42,8%	60,4%	55,4%	52,3%	46,2%
7	Terras de Bouro	P	23,5%	23,8%	29,5%	33,6%	38,5%	37,2%	35,2%	41,7%	43,0%	42,8%	41,7%	46,0%
8	Vidigueira	P	34,7%	37,7%	38,6%	33,7%	30,0%	35,1%	35,3%	44,7%	44,3%	33,1%	42,9%	45,9%
9	Moita	M	45,4%	46,1%	50,3%	53,4%	47,1%	45,7%	44,4%	45,6%	46,1%	45,0%	44,3%	45,3%
10	Barrancos	P	57,1%	38,4%	41,3%	38,6%	42,9%	52,6%	51,3%	51,9%	50,2%	51,4%	50,3%	44,6%
11	Alcácer do Sal	P	40,8%	37,4%	35,1%	39,7%	38,3%	35,8%	34,2%	35,7%	44,0%	44,2%	47,5%	43,5%
12	Grândola	P	37,8%	42,5%	39,0%	40,8%	31,1%	43,5%	44,1%	43,6%	44,4%	47,5%	43,1%	43,4%
13	Palmela	M	41,7%	43,6%	39,9%	37,3%	45,4%	45,7%	39,8%	45,4%	46,1%	43,0%	42,3%	42,9%
14	Ourique	P	45,9%	46,1%	48,7%	39,7%	52,2%	45,4%	41,0%	40,5%	40,3%	40,3%	44,7%	42,7%
15	Resende	P	31,4%	28,5%	34,1%	28,4%	35,4%	34,6%	34,3%	41,8%	44,2%	41,1%	43,6%	42,2%
16	Sousel	P	24,8%	36,2%	35,2%	35,3%	39,4%	34,6%	31,3%	30,5%	25,9%	30,0%	42,4%	42,1%
17	Sardoal	P	54,4%	52,5%	48,6%	39,3%	54,4%	55,5%	47,1%	45,9%	48,1%	44,4%	46,7%	41,8%
18	Alenquer	M	23,7%	27,8%	32,0%	38,1%	39,4%	38,1%	37,7%	42,0%	37,7%	40,6%	40,6%	41,7%
19	Alpiarça	P	38,9%	38,2%	39,0%	36,3%	42,6%	32,0%	45,5%	36,9%	46,0%	47,0%	39,1%	41,1%
20	Freixo de Espada à Cinta	P	35,9%	31,3%	21,2%	23,9%	33,0%	28,1%	29,1%	21,2%	30,1%	36,0%	34,3%	40,6%
21	Vila Nova da Barquinha	P	28,1%	35,9%	37,2%	36,0%	27,9%	28,9%	21,7%	34,9%	37,3%	37,6%	40,2%	40,6%
22	Alter do Chão	P	30,2%	33,4%	38,8%	38,9%	43,9%	35,5%	31,9%	47,8%	42,5%	43,0%	43,9%	40,5%
23	Funchal	G	34,0%	29,9%	31,7%	39,6%	37,5%	38,6%	39,2%	28,2%	41,0%	41,5%	41,4%	40,3%
24	Nisa	P	35,1%	36,3%	28,3%	34,1%	39,4%	32,3%	32,7%	33,8%	35,0%	37,6%	41,5%	40,3%
25	Celorico da Beira	P	36,1%	35,8%	32,2%	41,5%	34,2%	45,5%	31,9%	34,2%	34,8%	36,2%	39,3%	40,2%
26	São Pedro do Sul	P	39,1%	36,8%	25,0%	39,0%	38,6%	44,9%	41,6%	33,4%	38,2%	41,9%	43,4%	40,0%
27	Castelo de Vide	P	43,2%	48,7%	49,0%	49,0%	52,6%	44,6%	38,2%	41,0%	40,3%	43,7%	43,8%	39,6%
28	Tomar	M	28,9%	29,7%	30,6%	26,6%	33,4%	27,6%	31,7%	39,0%	38,5%	39,9%	41,9%	39,5%
29	Évora	M	31,6%	32,3%	37,1%	33,6%	42,0%	45,8%	41,0%	29,8%	34,6%	41,9%	24,4%	39,4%
30	Machico	M	24,1%	25,6%	18,1%	31,7%	33,7%	27,1%	29,1%	31,7%	21,3%	40,6%	39,2%	39,4%
31	Moura	P	37,5%	40,7%	36,1%	32,6%	39,0%	33,1%	29,5%	35,1%	41,4%	37,9%	38,7%	39,3%
32	Sesimbra	M	40,3%	39,5%	43,2%	40,6%	46,7%	45,6%	36,8%	35,3%	40,5%	41,4%	40,8%	39,1%
33	Benavente	M	36,7%	37,2%	36,1%	34,7%	41,9%	37,3%	36,0%	39,0%	36,7%	38,5%	36,8%	39,0%
34	Castro Verde	P	29,6%	29,6%	29,5%	30,4%	32,4%	27,9%	29,9%	39,0%	33,6%	35,1%	39,0%	38,8%
35	Vendas Novas	P	37,5%	43,0%	44,3%	43,7%	44,3%	46,8%	38,8%	38,4%	46,7%	43,7%	36,6%	38,0%
Total dos 308 municípios			29,0%	28,0%	27,4%	28,7%	31,1%	30,6%	27,5%	29,2%	30,9%	30,7%	30,2%	28,8%

* Não estão consideradas as despesas homólogas das empresas municipais e serviços municipalizados, mas apenas as despesas com pessoal da estrutura dos serviços municipais.

R23 – Municípios que apresentam menor peso dos pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais

	Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 14-17				
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1	Fornos de Algodres	P	S1	24,3%	23,3%	28,3%	5,3%	23,5%	27,4%	27,2%	31,8%	31,8%	29,4%	5,2%	
2	Cartaxo	M		32,6%	35,2%	25,4%	51,5%	40,7%	35,1%	37,2%	40,0%	23,8%	29,9%	37,9%	9,8%
3	Portimão	M		26,2%	22,9%	20,5%	27,7%	33,8%	34,5%	33,2%	33,3%	31,2%	28,2%	19,5%	10,9%
4	Alijó	P		33,6%	26,5%	24,6%	20,2%	32,3%	27,6%	28,2%	28,3%	13,2%	19,9%	21,1%	12,5%
5	Aveiro	M		25,8%	25,2%	20,0%	21,2%	23,7%	27,2%	24,9%	28,5%	26,1%	26,7%	27,7%	13,2%
6	Marco de Canaveses	M		34,5%	29,4%	23,3%	29,6%	33,3%	30,4%	26,5%	26,9%	27,2%	26,4%	27,9%	13,9%
7	Belmonte	P		20,5%	18,8%	17,3%	14,9%	15,3%	18,4%	17,2%	15,6%	18,8%	16,0%	14,7%	15,4%
8	Torre de Moncorvo	P		22,2%	23,4%	28,0%	32,7%	33,7%	18,9%	24,8%	21,0%	24,7%	22,6%	24,3%	15,9%
9	Nazaré	P		38,3%	43,1%	46,8%	28,1%	42,9%	42,0%	32,7%	25,7%	25,7%	12,9%	18,1%	17,1%
10	Câmara de Lobos	M		19,3%	18,6%	16,0%	25,1%	23,4%	29,5%	29,6%	15,4%	28,0%	26,8%	31,2%	17,1%
11	Velas	P		32,3%	28,7%	28,2%	26,9%	27,7%	29,0%	27,0%	34,2%	35,6%	29,8%	30,7%	17,5%
12	Castelo Branco	M		15,2%	14,2%	8,7%	16,5%	18,7%	17,6%	13,4%	12,4%	20,4%	20,7%	16,8%	18,1%
13	Pombal	M		20,6%	18,7%	19,5%	20,1%	17,8%	17,4%	16,7%	13,4%	17,1%	19,6%	19,7%	18,2%
14	Leiria	G		22,6%	21,6%	17,7%	20,2%	22,9%	20,5%	19,9%	21,9%	21,5%	22,7%	21,0%	18,5%
15	Lagoa (Algarve)	M		24,6%	22,6%	21,1%	29,2%	27,5%	27,0%	22,5%	23,8%	25,5%	21,5%	18,4%	18,5%
16	Paços de Ferreira	M		20,2%	16,7%	17,2%	20,7%	24,7%	23,4%	28,5%	21,4%	30,0%	30,3%	30,3%	18,6%
17	Vizela	M		25,9%	22,5%	28,8%	35,0%	40,5%	36,6%	36,2%	34,4%	18,9%	25,3%	31,1%	18,6%
18	Anadia	M		22,2%	28,3%	19,7%	17,7%	24,2%	22,4%	13,9%	15,2%	24,1%	26,1%	24,4%	18,7%
19	Penamacor	P		21,2%	23,1%	22,6%	20,9%	22,7%	20,5%	19,0%	26,6%	23,8%	17,3%	20,3%	18,9%
20	Mogadouro	P		17,0%	20,9%	24,3%	21,1%	23,8%	17,0%	16,2%	23,6%	22,3%	17,0%	21,4%	19,1%
21	Vale de Cambra	M		28,8%	24,7%	20,8%	22,7%	26,4%	24,7%	20,6%	22,3%	27,2%	29,2%	30,1%	19,1%
22	Porto Moniz	P	S1	15,3%		18,5%	24,3%	17,9%	22,4%	25,3%	22,8%	33,0%	30,2%	24,7%	19,1%
23	Batalha	P		21,2%	20,6%	18,8%	18,5%	16,2%	15,0%	16,2%	18,6%	20,7%	18,4%	25,1%	19,3%
24	Ponte de Lima	M		19,0%	20,8%	16,7%	16,0%	28,1%	29,0%	22,6%	25,2%	32,6%	28,3%	24,9%	19,6%
25	Ourém	M		18,2%	16,5%	17,4%	14,9%	23,8%	21,1%	16,6%	18,6%	21,3%	23,6%	22,5%	20,4%
26	Arcos de Valdevez	M		15,1%	16,2%	14,0%	15,6%	21,4%	24,1%	21,0%	24,0%	23,5%	22,6%	22,2%	20,4%
27	Ansião	P		23,8%	16,4%	13,0%	23,8%	23,9%	20,3%	18,9%	16,1%	22,6%	21,4%	20,5%	20,4%
28	Bragança	M		23,9%	20,6%	20,0%	17,7%	20,0%	21,4%	17,3%	18,7%	25,8%	23,4%	21,3%	20,5%
29	Penalva do Castelo	P		27,0%	25,6%	25,1%	26,6%	29,3%	30,1%	27,2%	25,4%	29,1%	27,0%	25,4%	21,3%
30	Montalegre	P		19,7%	18,8%	19,9%	21,8%	25,0%	22,3%	22,4%	21,7%	24,7%	23,9%	27,4%	21,6%
31	Vieira do Minho	P		25,2%	25,7%	20,6%	27,2%	28,4%	23,7%	16,7%	18,3%	21,7%	21,7%	17,8%	21,7%
32	Santana	P		15,7%	16,5%	18,2%	14,5%	26,3%	21,2%	21,2%	22,1%	22,4%	32,2%	28,5%	21,8%
33	Seia	M		23,1%	25,5%	23,8%	24,8%	27,8%	10,2%	22,0%	24,5%	24,2%	25,5%	21,3%	21,8%
34	Arouca	M		20,0%	18,5%	18,2%	22,0%	18,7%	21,9%	15,9%	21,1%	23,4%	19,9%	23,1%	22,0%
35	Covilhã	M		17,2%	8,9%	14,0%	21,3%	21,6%	21,6%	18,0%	18,1%	24,2%	21,8%	21,6%	22,0%

Do *Ranking R23* resulta a seguinte apreciação relativamente ao ano económico de 2017:

- Apenas um dos 35 municípios com menor peso de despesa com pessoal é de grande dimensão. Trata-se do município de Leira cujo peso das despesas com pessoal foi de 18,5%, menos 2,5pp que ao apresentado em 2016
- Em 2017, 24 municípios apresentaram as despesas com pessoal com um peso inferior a 20% da sua despesa total, sendo que para dois destes municípios, um de pequena dimensão e outro de média dimensão, essa despesa foi menor que 10% da despesa total. Foram os municípios de Fornos de Algodres e Cartaxo. Esta dimi-

nuição está associada ao aumento significativo dos passivos financeiros que nestes dois municípios proveio do FAM. De realçar que o montante da despesa com pessoal paga aumentou de 1,709 M€ para 1,715 M€ no município de Fornos de Algodres (conforme visível no ranking R25 dos municípios com menor volume de despesa paga) e diminuiu de 6,244 M€ para 6,237 M€ no município de Cartaxo.

Nos *Rankings* seguintes R23.A e R23.M apresentam-se hierarquizados os municípios por ordem crescente do peso da despesa com pessoal, respetivamente nas Regiões dos Açores e da Madeira.

R23.A – Peso dos pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais dos municípios da R.A. dos Açores

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 14-17			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1 Velas	P	32,3%	28,7%	28,2%	26,9%	27,7%	29,0%	27,0%	34,2%	35,6%	29,8%	30,7%	17,5%
2 Nordeste	P	22,2%	23,2%	31,7%	27,2%	27,1%	32,2%	26,7%	9,8%	21,7%	25,8%	25,9%	22,5%
3 Praia da Vitória	M	29,3%	25,1%	20,1%	20,1%	15,4%	24,7%	27,0%	28,8%	31,2%	29,0%	27,0%	23,9%
4 Angra do Heroísmo	M	24,4%	22,2%	23,4%	23,3%	20,8%	23,1%	20,6%	31,0%	26,6%	24,4%	26,8%	24,2%
5 Lagoa (R.A.A)	P	25,9%	24,3%	17,3%	19,7%	22,0%	17,6%	19,1%	24,9%	28,3%	26,6%	27,3%	24,6%
6 São Roque do Pico	P	24,1%	23,1%	24,8%	13,4%	13,9%	16,1%	21,7%	27,0%	28,5%	23,2%	24,4%	24,8%
7 Santa Cruz da Graciosa	P	26,5%	22,7%	28,8%	27,9%	22,9%	21,6%	19,8%	25,1%	25,9%	28,0%	32,1%	25,4%
8 Ribeira Grande	M	27,2%	20,0%	16,0%	14,0%	16,7%	23,2%	21,6%	26,9%	29,6%	23,1%	23,6%	25,5%
9 Horta	P	25,1%	36,6%	32,3%	27,0%	31,7%	33,0%	33,7%	33,8%	29,4%	31,9%	32,6%	25,7%
10 Vila Franca do Campo	P	26,6%	24,1%	14,0%	28,5%	34,9%	12,1%	9,7%	23,3%	26,9%	25,7%	30,4%	26,8%
11 Madalena	P	23,2%	21,5%	23,3%	20,7%	30,8%	31,7%	33,5%	31,2%	31,5%	31,5%	29,6%	27,8%
12 Vila do Porto	P	23,1%	39,7%	37,0%	28,7%	35,7%	35,0%	31,1%	39,4%	31,9%	36,8%	36,5%	30,1%
13 Santa Cruz das Flores	P	18,2%	24,9%	33,9%	32,9%	27,1%	32,2%	34,9%	33,2%	24,1%	40,4%	37,9%	30,2%
14 Lajes do Pico	P	27,1%	27,6%	24,0%	30,4%	16,3%	24,4%	19,3%	16,8%	24,6%	28,5%	30,5%	30,3%
15 Corvo	P	42,8%	46,5%	36,2%	43,9%	35,7%	18,3%	21,7%	20,7%	27,8%	27,5%	21,8%	31,5%
16 Calheta (R. A. A.)	P	33,7%	25,8%	27,9%	28,6%	42,4%	44,4%	36,5%	41,9%	37,4%	33,7%	41,6%	32,4%
17 Ponta Delgada	M	28,7%	26,8%	24,5%	24,3%	31,7%	32,3%	29,9%	35,5%	34,8%	36,0%	37,8%	35,7%
18 Lajes das Flores	P	31,8%	28,4%	26,0%	17,3%	17,8%	29,7%	25,0%	19,7%	22,1%	37,1%	31,7%	36,5%
19 Povoação	P	33,2%	23,9%	38,2%	36,4%	32,1%	32,0%	49,3%	46,0%	40,7%	33,9%	38,5%	37,5%
Total dos Municípios da RAA		27,2%	25,5%	23,3%	23,0%	24,3%	25,5%	24,6%	28,3%	30,1%	29,6%	30,7%	28,0%
Total dos 308 municípios		29,0%	28,0%	27,4%	28,7%	31,1%	30,6%	27,5%	29,2%	30,9%	30,7%	30,2%	28,8%

R23.M – Peso dos pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais dos municípios da R.A. da Madeira

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 14-17				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1	Câmara de Lobos	M	19,3%	18,6%	16,0%	25,1%	23,4%	29,5%	29,6%	15,4%	28,0%	26,8%	31,2%	17,1%
2	Porto Moniz	P	15,3%	15,5%	18,5%	24,3%	17,9%	22,4%	25,3%	22,8%	33,0%	30,2%	24,7%	19,1%
3	Santana	P	15,7%	16,5%	18,2%	14,5%	26,3%	21,2%	21,2%	22,1%	22,4%	32,2%	28,5%	21,8%
4	Ribeira Brava	P	12,8%	10,4%	12,0%	11,3%	23,2%	17,2%	20,7%	16,5%	19,1%	23,8%	22,9%	22,2%
5	Ponta do Sol	P	16,4%	20,2%	16,3%	24,2%	26,2%	22,2%	25,5%	27,6%	31,0%	24,8%	25,0%	22,8%
6	Calheta (R. A. M.)	P	21,2%	20,6%	12,8%	25,2%	24,6%	22,2%	19,0%	18,6%	26,4%	25,1%	20,5%	23,9%
7	São Vicente	P	12,2%	15,8%	14,7%	13,6%	25,4%	24,7%	17,9%	23,5%	24,2%	20,6%	24,7%	24,5%
8	Santa Cruz	M	30,4%	28,2%	19,6%	34,4%	35,1%	36,5%	36,4%	36,0%	20,2%	31,2%	36,6%	27,8%
9	Machico	M	24,1%	25,6%	18,1%	31,7%	33,7%	27,1%	29,1%	31,7%	21,3%	40,6%	39,2%	39,4%
10	Funchal	G	34,0%	29,9%	31,7%	39,6%	37,5%	38,6%	39,2%	28,2%	41,0%	41,5%	41,4%	40,3%
11	Porto Santo	P	24,0%	15,4%	23,1%	27,6%	34,6%	28,1%	29,8%	23,3%	57,4%	33,9%	50,6%	58,1%
Média dos Municípios da RAM			25,6%	23,9%	22,4%	29,9%	32,2%	31,9%	32,6%	25,9%	31,4%	34,7%	35,6%	31,6%
Média dos 308 municípios			29,0%	28,0%	27,4%	28,7%	31,1%	30,6%	27,5%	29,2%	30,9%	30,7%	30,2%	28,8%

Da observação aos *Rankings R23.A e R23.M* conclui-se em relação ao ano de 2017:

- O peso médio dos encargos com pessoal nas despesas totais dos municípios foi de 28% na R.A.A. e de 31,6% na R.A.M. Todavia, se na Região Autónoma dos Açores o peso das despesas com pessoal variou entre 17,5% e 37,5%, na Região da Madeira a amplitude de variação foi maior, variando entre 17,1% e 58,1%. Foi responsável por esta diferença o município de Porto Santo que aplicou 58,1% dos seus recursos financeiros nos encargos com pessoal.
- Oito dos municípios açorianos e três madeirenses apresentaram um peso da despesa com pessoal na despesa total superior à média de 28,8% do universo dos municípios verificada em 2017. Apresentam-se, de seguida, os *Rankings (R24 e R25)* dos 35 municípios respetivamente com maior e com o menor volume de despesa com pessoal, paga em 2017.

Da observação do Ranking R24 releva-se com referência ao ano económico de 2017:

- Quatro dos municípios do R24 apresentaram descida de despesa com pessoal: Maia (-1,1%), Évora (-0,5%), Portimão (-2%) e Santarém (-0,2%).

- Cinco destes 35 municípios apresentaram aumento relevante de despesa com pessoal: Lisboa com +10,6 M€ (+4,9%); Porto com +4,4 M€ (+7,2%); Cascais com +2,4 M€ (+6,5%), Sintra com +1,9 M€ (+3,9%) e Almada com +1,8 M€ (+5,8%).
- O montante de encargos com pessoal no município de Lisboa (226,9 M€), correspondeu a 9,8 % das despesas pagas a pessoal pela totalidade dos municípios portugueses, enquanto que o número de trabalhadores do Município de Lisboa corresponde a XX% do total dos trabalhadores dos 308 municípios.

Relativamente ao ranking R25 que apresenta os 35 municípios com menor volume de encargos com pessoal, verifica-se:

- São todos municípios de pequena dimensão, sendo que 10 deles apresentaram descida de encargos com pessoal. O aumento do montante de encargos com pessoal apresentado pelos restantes 25 municípios foi pouco relevante em termos absolutos, salientando-se, contudo, os aumentos relativos dos municípios das Lajes das Flores (+21,6%), Corvo (+14,2%) e Ribeira Brava (+11,4%).

R24 – Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em pessoal no ano de 2017

Unidade: milhões de euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Varia. 16-17 %
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1 Lisboa	G	254,292	242,852	240,428	256,441	255,373	242,756	208,624	227,900	216,512	213,265	216,260	226,896	4,9%
2 Porto	G	65,739	65,354	65,597	63,055	61,046	58,250	50,567	56,994	56,304	58,506	61,393	65,798	7,2%
3 Sintra	G	33,015	32,936	34,011	35,157	46,255	45,289	41,066	43,622	45,871	47,472	49,117	51,019	3,9%
4 Oeiras	G	32,330	32,450	33,338	34,868	34,932	34,362	30,822	33,460	33,126	34,650	40,594	42,071	3,6%
5 Loures	G	30,135	30,453	31,684	40,045	40,387	38,172	34,940	38,273	38,008	38,667	38,829	40,399	4,0%
6 Cascais	G	30,567	30,497	31,677	33,452	34,300	33,139	29,242	31,525	32,495	32,332	37,454	39,874	6,5%
7 Vila Nova de Gaia	G	30,670	29,931	30,606	31,127	32,208	33,146	29,459	33,178	34,354	35,123	36,445	37,163	2,0%
8 Matosinhos	G	18,994	20,131	24,161	32,168	32,661	31,147	28,300	29,749	29,702	29,687	32,199	33,063	2,7%
9 Seixal	G	29,766	31,780	33,430	34,502	35,467	35,605	30,396	32,665	32,811	32,827	32,435	32,950	1,6%
10 Almada	G	26,065	26,476	26,516	28,532	28,984	27,958	25,022	27,640	28,170	29,833	30,941	32,738	5,8%
11 Funchal	G	27,848	28,288	28,941	31,231	31,005	29,823	28,948	31,181	30,408	29,271	29,732	30,090	1,2%
12 Amadora	G	22,105	22,600	22,426	28,804	28,826	28,009	24,806	26,948	26,644	27,250	28,825	29,194	1,3%
13 Loulé	M	21,595	22,634	24,522	26,849	29,961	28,902	25,552	25,898	25,771	26,027	25,645	26,922	5,0%
14 Braga	G	17,709	19,073	19,380	26,069	27,096	26,212	23,649	25,187	24,503	23,724	24,791	26,418	6,6%
15 Setúbal	G	25,154	26,352	26,739	27,404	26,689	26,115	22,919	25,073	24,223	25,122	25,455	26,090	2,5%
16 Coimbra	G	28,994	29,512	29,262	29,407	30,093	28,282	25,108	26,615	26,111	25,738	25,627	26,002	1,5%
17 Vila Nova Famalicão	G	17,048	17,537	18,121	19,146	19,513	18,733	16,265	17,510	18,040	19,978	23,531	25,015	6,3%
18 Guimarães	G	15,673	16,261	17,046	24,110	24,485	25,014	22,696	23,475	23,351	22,895	23,459	24,459	4,3%
19 Odivelas	G	18,046	18,523	19,496	19,733	23,114	22,760	21,148	22,653	22,733	23,643	22,385	22,791	1,8%
20 Gondomar	G	15,461	16,436	17,188	23,398	24,758	25,184	24,255	23,770	22,215	22,667	22,333	22,457	0,6%
21 Albufeira	M	17,226	18,041	18,751	22,517	23,375	22,749	19,779	20,861	20,125	19,859	19,736	20,109	1,9%
22 Maia	G	15,120	16,117	17,761	18,868	19,295	19,373	17,575	19,098	18,567	18,536	18,869	18,653	-1,1%
23 Palmela	M	17,389	17,462	18,311	20,007	19,563	18,282	16,348	18,416	17,607	17,266	17,480	17,809	1,9%
24 Évora	M	14,291	15,062	15,416	18,835	20,420	19,051	16,880	18,021	18,166	17,711	17,745	17,658	-0,5%
25 Sesimbra	M	14,680	15,781	17,362	18,046	18,767	17,684	15,760	19,042	17,414	16,724	17,065	17,502	2,6%
26 Vila Franca de Xira	G	15,632	16,084	17,340	18,443	18,258	17,072	14,831	16,280	16,307	16,265	16,582	17,292	4,3%
27 Viana do Castelo	M	10,751	11,131	11,705	15,204	16,173	16,883	14,845	16,017	15,793	15,870	16,395	16,671	1,7%
28 Vila do Conde	M	15,776	14,983	15,467	18,671	17,451	17,530	15,700	18,029	15,615	15,283	15,867	16,462	3,7%
29 Barreiro	M	15,085	15,188	15,305	15,971	16,506	15,549	13,800	16,705	14,643	14,240	14,707	15,086	2,6%
30 Mafra	M	10,020	10,261	10,991	12,347	14,454	14,464	13,552	14,365	13,930	14,056	14,484	14,995	3,5%
31 Portimão	M	11,399	11,884	12,181	15,656	15,714	15,780	13,152	14,490	14,010	14,627	15,171	14,866	-2,0%
32 Santa Maria da Feira	G	11,449	12,336	14,373	15,870	16,035	15,452	11,889	13,986	13,831	13,801	13,606	14,105	3,7%
33 Moita	M	13,394	13,385	16,955	14,820	14,305	13,817	13,148	13,936	13,951	13,888	13,806	14,014	1,5%
34 Faro	M	11,615	12,268	12,750	16,208	16,288	14,913	12,704	13,445	13,714	13,264	12,998	13,881	6,8%
35 Santarém	M	10,633	11,011	13,393	14,883	15,175	14,027	12,785	14,257	13,939	13,701	13,740	13,716	-0,2%
Total dos 308 municípios		2 029,8	2 073,5	2 154,5	2 398,9	2 451,2	2 365,0	2 089,7	2 246,9	2 227,4	2 216,5	2 252,1	2 320,1	3,0%

R25 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga ao pessoal em 2017

Unidade: milhões de euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Varia. 16-17 %
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1 Corvo	P	0,781	0,816	0,772	0,703	0,628	0,582	0,523	0,512	0,493	0,481	0,488	0,558	14,2%
2 Santa Cruz das Flores	P	0,809	0,831	0,893	0,938	1,056	1,135	1,000	1,101	1,010	0,968	0,948	0,947	-0,2%
3 São Roque do Pico	P	0,992	0,928	1,072	0,992	1,025	1,040	0,938	1,095	1,156	1,041	1,075	1,091	1,4%
4 Belmonte	P	1,225	1,158	1,152	1,194	1,233	1,188	0,973	1,030	1,149	1,124	1,127	1,134	0,6%
5 Lajes das Flores	P	0,935	0,914	0,969	0,957	1,030	1,085	1,034	1,034	1,103	1,113	0,964	1,172	21,6%
6 Sta. Cruz da Graciosa	P	1,263	1,220	1,261	1,284	1,318	1,179	1,075	1,156	1,161	1,116	1,113	1,221	9,7%
7 Porto Moniz	P	1,106	1,088	1,117	1,248	1,196	1,200	1,067	1,165	1,256	1,215	1,245	1,288	3,5%
8 Castanheira de Pera	P	1,700	1,674	1,623	1,602	1,530	1,638	1,337	1,428	1,371	1,317	1,271	1,312	3,2%
9 Nordeste	P	1,762	1,724	1,785	1,860	1,818	1,673	1,515	1,541	1,506	1,392	1,351	1,314	-2,8%
10 Manteigas	P	1,577	1,504	1,504	1,587	1,478	1,410	1,218	1,434	1,300	1,305	1,282	1,315	2,6%
11 São Vicente	P	1,208	1,341	1,364	1,378	1,484	1,404	1,184	1,297	1,287	1,279	1,319	1,375	4,3%
12 Penedono	P	1,358	1,374	1,405	1,448	1,530	1,523	1,424	1,677	1,670	1,456	1,312	1,414	7,8%
13 Pedrógão Grande	P	1,682	1,699	1,721	1,928	1,992	1,819	1,522	1,576	1,434	1,443	1,424	1,456	2,3%
14 Ponta do Sol	P	1,477	1,485	1,605	1,694	1,737	1,624	1,415	1,577	1,524	1,505	1,527	1,522	-0,4%
15 Velas	P	1,846	1,695	1,758	1,745	1,798	1,661	1,373	1,541	1,582	1,596	1,523	1,526	0,2%
16 Alvaiázere	P	1,457	1,710	1,662	1,903	1,785	1,628	1,508	1,609	1,541	1,459	1,537	1,542	0,3%
17 Lajes do Pico	P	1,535	1,572	1,547	1,589	1,782	1,462	1,297	1,698	1,729	1,639	1,617	1,633	1,0%
18 Calheta (R. A. A.)	P	1,712	1,607	1,573	3,043	1,854	1,741	1,575	1,730	1,693	1,651	1,628	1,643	1,0%
19 Murtosa	P	1,970	1,949	1,944	2,167	1,997	1,778	1,530	1,650	1,735	1,751	1,690	1,663	-1,7%
20 Santana	P	1,716	1,682	1,689	1,810	1,826	1,608	1,321	1,469	1,431	1,559	1,675	1,678	0,2%
21 Fornos de Algodres	P	Si	1,559	1,743	1,862	2,131	1,720	1,568	1,717	1,731	1,775	1,709	1,715	0,4%
22 Marvão	P	1,947	1,913	1,956	2,064	2,091	1,905	1,630	1,757	1,737	1,640	1,669	1,761	5,5%
23 Ribeira Brava	P	1,636	1,651	1,716	1,833	1,910	1,675	1,473	1,474	1,592	1,699	1,591	1,773	11,4%
24 Fronteira	P	1,519	1,623	1,643	1,686	1,782	1,685	1,513	1,617	1,655	1,689	1,677	1,792	6,8%
25 Barrancos	P	2,114	1,941	1,969	2,120	2,169	2,077	1,841	1,925	1,827	1,847	1,822	1,817	-0,3%
26 Penamacor	P	2,118	2,288	2,217	2,294	2,237	2,091	1,845	2,038	2,042	1,895	1,861	1,846	-0,8%
27 Penalva do Castelo	P	1,836	1,877	1,920	2,076	2,100	2,150	1,843	2,072	2,251	1,921	1,875	1,860	-0,8%
28 Vila do Porto	P	1,844	1,921	1,886	1,999	1,889	1,771	1,617	1,767	1,782	1,871	1,779	1,884	5,9%
29 Constância	P	1,786	1,827	1,918	2,059	2,112	2,094	1,913	2,107	2,111	1,878	1,947	1,932	-0,8%
30 Aguiar da Beira	P	1,779	1,818	1,872	1,926	1,979	1,866	1,658	1,805	1,976	1,934	1,951	1,935	-0,8%
31 Arronches	P	1,305	1,386	1,595	1,932	1,891	1,704	1,558	1,763	1,791	1,766	1,848	1,944	5,2%
32 Alvito	P	1,892	1,803	1,880	2,086	2,123	2,145	1,962	2,017	1,988	2,035	2,017	1,957	-3,0%
33 Sernancelhe	P	1,794	1,759	1,777	1,989	1,781	1,761	1,507	1,648	1,728	1,821	1,939	1,971	1,7%
34 Penela	P	1,930	1,979	2,042	2,103	2,018	2,036	1,909	1,942	1,922	1,937	1,955	1,975	1,0%
35 Tabuaço	P	2,193	2,392	2,389	3,057	3,208	2,672	2,412	2,189	2,143	1,978	1,970	2,005	1,7%

2.3.4.2. Despesa paga em Aquisições de Bens e Serviços Correntes

Em relação à despesa paga com aquisição de bens e serviços⁴⁰ correntes entende-se referir para o ano de 2017:

- Pela observação dos quadros apresentados no ponto 2.3.3 deste capítulo constata-se que a **despesa com aquisição de bens e serviços correntes** em 2016 aumentou em +3,9%, sendo que em 2017 **prosegue essa evolução, com um crescimento de +2% (+50,5M€)**.
- O **peso dos encargos assumidos em aquisição de bens e serviços correntes**, no total da despesa realizada, foi de 28,1%, sendo que em relação ao total da despesa corrente esse valor foi de 43,8%.
- Os municípios com maior aumento da despesa assumida em aquisição de bens e serviços foram: Câmara de Lobos (+61,9%); Santana (+59,8%); Ribeira Brava (+55,0%); Santa Cruz (+46,9%); Praia da Vitória (+33,2%); Serpa (+29,0%); Ferreira do Alentejo (+28,7%); Calheta (R. A. M.) (+27,5%); Tarouca (+25,2%) e Oliveira de Frades (+23,7%).
- O **peso da despesa paga** com aquisição de bens e serviços no total da despesa autárquica foi de 27,4% ao apresentar o valor total de 2.210,9 M€. Os pagamentos de bens e serviços, apesar de terem aumentado 1,8% (+39,7 M€) em relação a 2016, representaram um peso menor na despesa total em -1,7pp. **O montante pago correspondeu a 84,8% dos encargos assumidos nesta rubrica orçamental, ficando ainda por pagar, na totalidade dos municípios, 395,2 M€ dos compromissos assumidos neste ano económico.**
- Em 2017, 93 municípios apresentaram diminuição de encargos pagos com aquisição de bens e serviços.

Apresentam-se de seguida os *Rankings (R28 e R29)* dos 35 municípios com maior e menor volume de **despesa paga** em aquisição de bens e serviços correntes, em 2017.

- O volume da despesa paga pelo município de Lisboa na aquisição de bens e serviços correntes continuou a representar 6% do total dos encargos pagos pelo setor autárquico municipal⁴¹ nesta

⁴⁰ Não inclui aquisição de bens e serviços de bens duradouros (classificador económico 07).

⁴¹ De referir que Lisboa representa 4,9% da população de Portugal.

rubrica orçamental. Comparando o valor dos encargos pagos pelo segundo município desta listagem, Cascais, verifica-se que o mesmo apresentou uma despesa cujo valor foi 49,8% do valor liquidado por Lisboa.

- Relativamente à listagem destes 35 municípios com maior despesa paga em aquisição de bens e serviços correntes, apontam-se vinte e quatro municípios com crescimento desta despesa, sendo que seis deles apresentaram um crescimento igual ou superior a 10%, anotando-se os que apresentaram volume mais significativo de crescimento: Paços de Ferreira (+127,7%, +10,5 M€); Aveiro (+22,9%, +2,9 M€); Loulé (+11,7%, +3,9 M€) e Albufeira (+12,5%, +3,1 M€). Em relação a Paços de Ferreira há anotar que na rubrica “Outros serviços” se verificou um acréscimo de despesa de + 8,9M€ (+208%)
- Com decréscimo significativo desta despesa anotam-se os seguintes municípios: Évora⁴² com -20,6 M€ -55,6%), Cascais com -11,9 M€ (-15,6%), Loures com -5,1 M€ (-14,7%) e Funchal com -5,1 M€ (-14,7%).

No Ranking R29 são ordenados por ordem crescente de valor os municípios com menor volume de encargos pagos em aquisição de bens e serviços.

⁴² Em 2016, tinha apresentado um acréscimo excecional de despesa nesta rubrica de +27,9 M€ (+302,1%), que se interpretou como pagamento de encargos acumulados de anos anteriores, por ausência de uma justificação no relatório contas.

R28 – Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços ,em 2017*

Unidade: milhões de euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Varia. 16-17 %
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1 Lisboa	G	73,510	105,232	114,520	117,001	120,991	108,198	94,851	97,685	132,541	125,467	130,999	129,778	-0,9%
2 Cascais	G	54,064	40,793	45,843	52,282	47,604	52,024	52,278	50,072	63,929	75,430	76,612	64,685	-15,6%
3 Porto	G	26,698	35,272	38,654	40,146	40,298	44,996	44,892	47,549	46,680	49,670	50,165	54,240	8,1%
4 Sintra	G	17,017	17,871	21,050	19,159	18,283	23,272	38,835	27,292	33,720	37,491	41,914	38,273	-8,7%
5 Vila Nova de Gaia	G	24,688	28,481	28,618	35,242	26,241	28,186	25,609	27,782	33,891	35,873	38,029	37,501	-1,4%
6 Loulé	M	27,317	29,978	32,127	32,727	27,913	21,934	32,328	36,294	26,582	31,053	33,174	37,046	11,7%
7 Oeiras	G	27,253	31,044	34,041	42,443	35,012	36,038	37,088	32,476	29,999	33,128	31,122	32,249	3,6%
8 Loures	G	23,928	29,267	33,307	32,291	30,597	29,604	32,995	32,691	32,104	33,562	34,416	29,341	-14,7%
9 Albufeira	M	24,881	27,637	34,080	25,651	20,210	21,776	29,111	41,938	28,317	23,415	24,769	27,862	12,5%
10 Matosinhos	G	22,977	26,364	26,720	28,026	23,786	30,255	30,875	27,992	25,466	27,705	28,550	27,424	-3,9%
11 Vila Nova Famalicão	G	16,342	17,010	18,375	18,683	20,297	21,984	22,185	20,993	23,005	23,305	26,253	26,724	1,8%
12 Seixal	G	5,183	7,977	11,008	8,778	10,064	6,657	12,037	26,648	33,322	18,388	24,302	26,480	9,0%
13 Setúbal	G	10,403	13,106	15,162	15,133	11,298	12,191	14,979	13,268	21,945	24,772	24,855	26,133	5,1%
14 Almada	G	19,935	21,687	21,441	22,079	20,105	19,917	20,359	21,061	21,683	22,916	26,367	26,083	-1,1%
15 Odivelas	G	11,136	15,030	13,957	15,197	15,767	14,255	17,618	15,234	23,898	23,185	23,297	23,945	2,8%
16 Gondomar	G	13,461	15,079	15,645	15,664	17,637	17,554	17,887	19,333	19,795	21,723	22,680	22,873	0,9%
17 Mafra	M	11,395	13,299	14,392	18,206	17,507	17,736	18,158	15,169	21,844	19,751	21,144	22,812	7,9%
18 Portimão	M	10,380	13,702	13,475	16,235	13,177	10,644	8,121	6,718	6,451	13,157	23,566	22,379	-5,0%
19 Coimbra	G	15,492	20,288	17,895	19,633	22,406	22,284	22,120	20,560	19,852	18,178	20,934	21,582	3,1%
20 Guimarães	G	12,188	13,664	14,833	15,668	16,523	18,818	17,066	16,805	18,508	18,502	20,597	21,012	2,0%
21 Braga	G	8,194	8,532	10,240	11,472	12,145	14,187	15,208	16,679	17,076	18,816	18,693	20,569	10,0%
22 Amadora	G	25,174	23,663	26,215	27,601	27,184	31,679	29,094	31,167	27,495	22,846	19,810	20,227	2,1%
23 Funchal	G	18,472	20,029	30,103	18,041	15,947	15,528	12,335	38,970	23,147	21,991	23,146	20,080	-13,2%
24 Paços de Ferreira	M	4,323	4,455	4,762	5,510	6,008	5,886	6,537	10,296	6,978	7,977	8,234	18,746	127,7%
25 Lagos	M	15,313	15,724	16,739	11,443	10,243	12,604	15,104	20,776	17,811	20,182	17,350	18,628	7,4%
26 Leiria	G	10,534	13,735	16,637	16,471	13,803	16,676	17,294	16,205	14,606	15,121	16,690	18,435	10,5%
27 Santa Maria da Feira	G	13,290	12,820	17,399	14,974	13,072	16,360	18,265	24,286	17,205	16,528	15,856	17,114	7,9%
28 Vila Franca de Xira	G	12,204	13,644	14,760	15,744	16,697	16,264	18,659	18,126	18,434	19,414	16,848	17,087	1,4%
29 Évora	M	7,582	11,212	9,275	17,495	8,733	8,985	8,654	20,053	18,598	9,230	37,113	16,477	-55,6%
30 Viseu	M	6,874	8,029	9,692	11,816	10,866	10,397	11,314	11,632	12,382	13,528	15,202	15,912	4,7%
31 Maia	G	12,140	13,618	14,750	17,481	14,359	15,382	15,832	13,943	15,434	16,281	16,281	15,897	-2,4%
32 Aveiro	M	8,846	8,034	21,905	6,622	5,859	6,852	5,265	6,190	7,316	11,811	12,721	15,634	22,9%
33 Lagoa (Algarve)	M	11,100	13,044	14,060	9,149	9,975	12,526	15,171	15,916	12,066	12,752	15,322	15,334	0,1%
34 Vila do Conde	M	14,258	17,729	17,300	18,584	14,274	14,974	13,372	26,221	12,067	12,763	14,031	14,911	6,3%
35 Póvoa de Varzim	M	11,640	14,248	12,395	14,813	14,507	14,608	13,716	14,233	13,383	13,934	14,004	14,776	5,5%
Total dos 308 municípios		1.419,3	1.627,0	1.782,5	1.855,0	1.731,1	1.789,4	1.852,3	2.060,0	2.037,9	2.052,3	2.171,2	2.210,9	1,8%

* Valores que apenas incluem as despesas realizadas pela estrutura orgânica do município, excluindo, portanto, as entidades do SEL.

R29 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços em 2017

Unidade: milhões de euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Varia. 16-17 %
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1 Corvo	P	0,317	0,321	0,287	0,252	0,275	0,240	0,243	0,278	0,325	0,388	0,452	0,512	13,3%
2 Barrancos	P	0,588	0,625	0,538	0,691	0,728	0,753	0,537	0,506	0,451	0,450	0,579	0,581	0,4%
3 Santa Cruz das Flores	P	0,412	0,429	0,508	0,545	0,525	0,530	0,496	0,471	0,522	0,548	0,607	0,615	1,3%
4 Calheta (R. A. A.)	P	0,688	0,965	0,706	1,234	0,854	0,712	0,656	0,634	0,599	0,626	0,669	0,832	24,3%
5 Mesão Frio	P	0,748	0,986	0,779	0,945	1,670	0,911	1,208	1,118	0,993	1,189	1,071	0,877	-18,2%
6 Povoação	P	0,703	0,780	0,705	0,745	0,526	0,616	0,354	0,478	0,481	0,625	0,825	0,951	15,3%
7 Nordeste	P	0,895	0,632	0,808	0,612	0,750	0,670	0,483	0,928	0,788	0,788	0,889	1,007	13,3%
8 Lajes das Flores	P	0,615	0,696	0,736	0,784	0,874	0,812	0,734	0,644	0,444	0,822	0,834	1,038	24,5%
9 Lajes do Pico	P	0,936	0,960	0,896	0,785	1,430	0,894	1,001	0,994	0,936	1,008	0,964	1,045	8,4%
10 Sta. Cruz da Graciosa	P	0,676	0,698	0,706	0,742	0,876	0,735	0,794	0,781	0,793	0,915	0,927	1,046	12,9%
11 São Roque do Pico	P	0,485	0,558	0,586	0,645	0,693	0,699	0,703	0,594	0,869	0,974	0,945	1,086	15,0%
12 Porto Santo	P	1,252	1,327	1,318	0,898	0,540	0,728	1,392	2,705	0,893	2,016	1,079	1,119	3,6%
13 Alvíto	P	0,745	0,789	0,790	0,834	0,916	1,045	0,915	0,928	0,940	1,009	1,059	1,172	10,7%
14 Castanheira de Pera	P	0,752	0,547	0,777	0,799	0,868	1,249	2,164	0,963	0,961	1,046	1,111	1,176	5,8%
15 Fornos de Algodres	P	0,000	1,465	1,211	1,223	4,570	2,115	1,866	2,048	1,465	1,257	1,174	1,276	8,6%
16 Velas	P	0,832	0,705	0,755	0,944	0,913	0,980	1,109	0,950	1,133	1,017	1,326	1,289	-2,7%
17 Arronches	P	1,001	1,009	1,257	1,315	1,034	1,052	1,364	1,327	1,318	1,253	1,229	1,340	9,0%
18 Monforte	P	1,100	1,111	1,168	1,420	1,285	1,142	1,034	1,268	1,129	1,255	1,389	1,417	2,0%
19 Alpiarça	P	1,481	1,942	1,834	2,223	1,506	3,033	1,800	1,659	1,264	1,298	1,523	1,448	-4,9%
20 Mourão	P	0,888	0,879	1,024	1,703	1,146	0,873	0,987	1,789	1,080	1,394	1,469	1,564	6,4%
21 Castelo de Vide	P	0,947	1,103	1,112	1,296	1,199	1,189	1,296	1,488	1,412	1,420	1,477	1,631	10,4%
22 Marvão	P	0,938	1,046	1,166	1,158	1,358	1,291	1,357	1,395	1,315	1,423	1,533	1,640	7,0%
23 Freixo Espada à Cinta	P	1,266	1,313	1,462	1,544	1,702	1,258	1,421	3,360	2,695	1,796	2,034	1,645	-19,1%
24 Sardoal	P	0,802	0,871	0,969	1,303	1,034	1,022	1,598	1,492	1,518	1,450	1,496	1,669	11,6%
25 Cuba	P	1,325	1,401	1,272	1,392	1,285	1,580	1,286	1,225	1,244	1,389	1,574	1,678	6,6%
26 Vila do Porto	P	0,846	0,968	0,964	1,106	1,128	0,963	0,900	1,254	1,346	1,387	1,500	1,693	12,9%
27 Vila Nova de Paiva	P	1,312	1,813	1,796	1,698	1,727	1,757	1,666	1,557	1,649	1,765	1,722	1,695	-1,6%
28 Penalva do Castelo	P	1,372	1,366	1,428	1,402	1,522	1,535	1,650	1,663	2,033	1,642	1,782	1,720	-3,5%
29 Sousel	P	1,291	1,433	1,645	1,566	1,385	1,320	1,459	1,623	1,428	1,574	1,392	1,741	25,1%
30 Mortágua	P	1,228	1,299	1,331	1,419	1,468	1,598	1,611	1,493	1,873	1,757	1,916	1,753	-8,5%
31 Vila de Rei	P	1,338	1,103	1,417	1,425	1,333	1,266	1,323	1,438	1,423	1,525	1,536	1,780	15,9%
32 Fronteira	P	1,430	1,657	1,789	1,735	1,592	1,425	1,519	1,724	1,751	1,874	1,925	1,806	-6,2%
33 Alter do Chão	P	1,204	1,338	1,424	1,629	1,587	1,486	1,306	1,153	1,642	1,735	1,842	1,857	0,8%
34 Murtosa	P	1,507	1,502	1,424	2,202	1,809	1,517	1,782	1,846	1,746	1,761	1,721	1,869	8,6%
35 Figueiró dos Vinhos	P	1,378	1,545	1,701	1,832	1,478	4,040	1,810	1,642	1,814	1,900	1,791	1,881	5,0%

Da observação do Ranking R30 anota-se em relação a 2017:

- Dos 35 municípios com menor volume de encargos em aquisição de bens e serviços correntes, só constam municípios de pequena dimensão.
- Sete dos municípios, constantes desta listagem apresentaram, ainda, descida de encargos, chamando-se atenção para dois municípios cuja despesa desta natureza, baixou mais de 10%: Freixo de Espada à Cinta (-18,2%) e Mesão Frio (-18,2%).
- Os restantes 28 municípios apresentaram acréscimo de despesa sendo de, assinalar que 12 deles apresentaram crescimento superior a 10%, com especial relevo para os municípios de Sousel (+25,1%), Lajes das Flores (+24,5%) e Calheta (R. A. A.) (+24,3%)

2.3.4.3. Despesas pagas com Investimentos (aquisição de bens duradouros)

No ponto 2.3.3 já foram referidas algumas considerações em relação às despesas de investimento. Todavia, como neste ponto se vão apresentar listagens hierarquizadas dos municípios, pelo volume de despesa paga nesta rubrica orçamental, entende-se relevar os seguintes aspetos, em relação ao ano de 2017:

- Em 2017, o total de encargos assumidos pelos municípios nesta rubrica orçamental foi de 2 127,5 M€ (+647,9 M€, +43,8% que em 2016) dos quais foi pago 1.473,8 M€, isto é 69,3% da despesa assumida, tendo ficado por pagar 653,7 M€. Entre 2006 e 2013 o valor médio dos pagamentos desta despesa tinha sido de 57,1%, ficando, então, por pagar quase metade da despesa assumida. A mudança de estratégia de gestão autárquica verificada, mais acentuadamente, no último quadriénio, com uma maior adequação das despesas ao volume de receita obtida, tem permitido uma melhoria do rácio de pagamentos das despesas de capital⁴³, pese embora continue a ser a despesa com menor índice de pagamento.
- A outra face da evolução positiva do rácio dos pagamentos de encargos de investimento foi o desinvestimento assumido pelos municípios com especial relevância no período entre 2006 e 2016, no qual se verificou um decréscimo -59,3%, isto é, uma quebra de 2,15 mil milhões de euros. **O ano de 2017 foi o de recuperação de in-**

⁴³ Durante muito tempo subfacturadas

vestimento autárquico, com 256 municípios a aumentar a despesa em aquisição de bens de capital

Nos Rankings R30 e R31 apresentam-se respetivamente 35 municípios com maior ou menor volume de investimento realizado em 2017⁴⁴.

⁴⁴ Dada a profusão de empresas municipais que executam, por delegação de competências, investimentos em substituição dos municípios e, ainda, o facto de existirem juntas de freguesia às quais foram, também, delegadas competências para executarem investimentos da responsabilidade dos municípios, tem-se entendido que a real dimensão do investimento direto dos municípios resultaria da soma do valor das transferências de capitais com as despesas de investimento. No entanto, a falta de informação nos relatórios das autarquias que nos permitam testar este entendimento levou-nos a decidir que neste anuário não se apresentariam os quadros com as respetivas somas de valores.

R30 – Municípios que apresentam maior volume de investimentos pagos (aquisições assumidas de bens de capital) em 2017*

Unidade: milhões de euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Varia. 16-17 %
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1 Lisboa	G	125,863	66,889	32,029	48,571	75,046	45,206	63,323	77,482	68,771	66,663	128,188	153,002	24,814
2 Porto	G	10,807	6,345	8,330	7,517	30,269	7,093	6,383	46,653	13,133	19,122	26,268	41,937	15,669
3 Matosinhos	G	22,299	20,724	28,645	15,503	22,751	34,372	23,377	18,357	13,005	23,629	28,857	28,411	-0,446
4 Cascais	G	17,056	20,577	22,458	43,314	30,029	21,488	17,747	11,487	13,420	14,668	15,704	28,278	12,574
5 Portimão	M	12,691	11,446	15,024	6,266	4,207	4,048	3,406	2,832	3,653	5,629	3,454	23,096	19,642
6 Guimarães	G	18,899	13,505	15,647	18,912	24,662	37,107	30,791	4,628	10,861	9,034	14,244	23,074	8,830
7 Vila Franca de Xira	G	18,110	15,722	25,385	21,943	21,847	15,867	12,239	24,212	13,740	8,490	12,217	21,889	9,672
8 Oeiras	G	43,050	38,368	50,729	34,517	28,091	26,138	22,723	22,187	28,187	20,738	22,915	20,573	-2,343
9 Leiria	G	8,107	6,421	19,837	9,057	10,042	12,157	6,369	5,823	9,623	10,569	12,914	20,287	7,373
10 Pombal	M	15,147	15,619	12,988	13,142	17,163	17,035	15,643	30,686	19,592	13,616	15,092	19,649	4,557
11 Sintra	G	26,696	23,596	16,580	20,243	27,369	16,096	7,674	15,148	4,160	6,171	9,284	18,091	8,806
12 Aveiro	M	8,789	12,697	15,862	13,783	8,030	9,234	7,025	7,560	5,633	8,753	5,728	17,468	11,740
13 Almada	G	16,029	15,836	23,579	38,632	12,046	14,222	10,667	12,159	9,899	11,905	15,410	17,111	1,700
14 Loures	G	24,058	23,698	29,205	30,294	10,802	10,448	6,470	2,598	5,130	3,898	6,990	16,414	9,425
15 Mafra	M	23,955	23,799	21,263	14,803	16,384	11,630	13,839	11,037	8,294	9,306	13,966	16,342	2,376
16 Viana do Castelo	M	15,517	17,307	16,242	16,291	15,807	10,223	12,850	15,493	8,416	17,561	10,029	16,245	6,217
17 Maia	G	15,777	27,340	18,220	21,786	17,984	8,164	5,417	6,915	10,857	19,476	11,504	16,232	4,728
18 Ponte de Lima	M	11,117	8,314	11,917	21,361	7,477	6,652	11,974	8,268	3,782	4,606	7,719	16,118	8,399
19 Vila Nova Famalicão	G	9,539	10,113	11,306	13,871	17,840	17,231	20,272	12,270	11,706	9,109	12,608	15,326	2,718
20 Castelo Branco	M	17,249	21,470	41,881	23,178	19,429	17,092	25,195	25,307	9,331	10,573	18,265	14,698	-3,567
21 Loulé	M	29,320	30,285	29,735	43,930	27,388	22,705	17,682	16,295	15,494	15,160	11,880	14,622	2,741
22 Vila Nova de Gaia	G	22,161	59,437	20,627	16,845	10,152	20,544	24,527	21,929	16,536	11,998	12,702	14,104	1,402
23 Setúbal	G	9,889	9,075	10,839	8,108	9,752	10,065	16,254	11,969	7,149	10,617	7,751	13,043	5,292
24 Póvoa de Varzim	M	11,889	13,384	15,225	14,984	9,711	9,074	8,769	11,804	8,291	10,405	5,468	12,513	7,045
25 Albufeira	M	11,352	15,746	18,150	36,554	10,247	7,538	4,979	4,504	1,956	3,593	11,277	11,319	0,043
26 Lagoa (Algarve)	M	7,695	8,730	10,914	6,359	6,411	2,673	2,502	1,847	2,342	3,137	7,829	11,267	3,438
27 Seixal	G	14,518	16,543	19,445	14,068	9,588	7,576	5,330	4,517	12,154	1,804	4,942	10,783	5,841
28 Amadora	G	10,106	10,422	9,821	18,904	12,918	6,640	6,149	7,375	6,281	4,708	7,732	10,727	2,995
29 Vale de Cambra	M	4,309	5,334	9,404	7,291	4,913	5,078	7,177	6,280	3,206	1,497	2,237	10,466	8,229
30 Funchal	G	25,675	32,734	18,764	15,181	19,445	16,165	17,280	22,433	7,655	6,146	5,536	10,125	4,588
31 Amarante	M	7,710	7,775	8,206	7,842	8,707	5,374	7,864	5,665	4,434	4,290	6,217	9,730	3,513
32 Águeda	M	5,072	6,158	4,344	3,897	6,363	8,059	11,305	10,859	6,773	9,940	9,900	9,554	-0,346
33 Santa Maria da Feira	G	14,699	18,575	23,860	18,456	16,140	15,982	12,121	18,681	14,012	8,928	7,957	9,504	1,548
34 Santo Tirso	M	8,606	10,060	7,851	10,088	9,054	16,717	11,514	11,476	8,501	8,588	3,572	9,427	5,855
35 Gondomar	G	27,154	18,917	28,013	30,526	15,745	29,619	13,504	16,159	10,809	8,108	7,260	9,388	2,129
Total dos 308 municípios		1.992,96	1.986,85	2.089,46	2.063,91	1.782,26	1.670,15	1.535,59	1.597,38	1.140,45	1.175,92	1.053,64	1.473,76	420,11

*Não inclui o investimento realizado pelo sector empresarial local.

R31 – Municípios que apresentam menor volume de investimentos pagos (aquisição de bens de capital) em 2017

Unidade: milhões de euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Varia. 16-17 %
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1 Porto Santo	P	2,943	6,417	1,685	1,201	0,511	1,541	0,086	1,540	0,019	0,025	0,334	0,040	-0,294
2 Freixo de Espada à Cinta	P	1,403	1,991	5,317	4,700	2,197	3,877	2,856	4,762	1,596	0,823	0,796	0,286	-0,510
3 Alpiarça	P	2,054	1,381	1,386	2,237	1,615	3,396	0,636	1,487	0,125	0,066	0,095	0,309	0,214
4 Armamar	P	1,935	2,245	3,513	2,161	2,316	2,380	2,134	1,227	3,075	1,604	0,410	0,311	-0,099
5 Castanheira de Pera	P	2,455	1,361	1,353	1,422	1,428	3,217	3,960	0,153	0,144	0,158	0,139	0,378	0,240
6 Lajes das Flores	P	0,981	0,942	1,241	2,824	3,042	1,274	1,871	3,199	2,767	0,657	0,741	0,411	-0,330
7 Alvito	P	0,773	0,780	1,557	1,332	1,634	2,257	0,882	0,405	0,452	0,284	0,549	0,422	-0,126
8 Santa Comba Dão	P	1,778	2,192	1,995	4,373	2,118	1,759	3,277	0,549	0,420	2,029	0,556	0,424	-0,132
9 Corvo	P	0,569	0,428	0,844	0,462	0,691	2,197	1,455	1,523	0,810	0,706	1,104	0,469	-0,634
10 Barrancos	P	0,523	1,765	1,374	1,423	0,593	0,220	0,155	0,224	0,174	0,078	0,109	0,532	0,423
11 Vila Nova da Barquinha	P	3,456	1,554	0,965	2,583	5,106	4,532	6,077	1,933	1,412	1,185	0,338	0,541	0,204
12 Fornos de Algodres	P	0,000	1,632	2,434	1,606	15,147	2,113	0,479	0,379	0,144	0,389	0,663	0,580	-0,083
13 Mourão	P	0,764	0,729	1,058	2,555	0,332	0,155	0,105	0,186	0,112	0,091	0,096	0,580	0,484
14 São Vicente	P	6,807	4,997	4,997	3,412	1,539	1,406	2,959	1,787	1,418	2,066	0,963	0,674	-0,289
15 Vila Real de Sto António	P	4,467	7,708	10,038	6,989	7,547	2,012	1,294	2,305	16,619	0,591	0,489	0,716	0,227
16 Murça	P	1,666	1,717	1,526	1,755	2,488	3,902	1,476	0,911	0,430	0,275	0,868	0,734	-0,134
17 Terras de Bouro	P	5,414	5,341	3,578	4,216	2,777	2,400	2,361	1,496	1,655	0,873	1,133	0,735	-0,398
18 Vidigueira	P	2,262	1,904	1,734	2,312	3,443	2,910	2,756	1,436	1,285	3,254	0,838	0,735	-0,103
19 São Roque do Pico	P	0,748	1,064	1,157	2,424	2,632	2,680	0,719	0,474	0,448	1,172	0,931	0,777	-0,154
20 Golegã	P	1,225	1,428	1,800	2,361	1,419	1,377	2,780	2,266	1,048	1,276	0,424	0,786	0,361
21 Penedono	P	1,635	1,611	1,773	2,159	1,768	2,030	1,644	2,410	2,107	2,686	0,290	0,817	0,528
22 Sousel	P	4,831	1,953	1,925	1,962	1,619	2,160	2,446	2,607	4,118	2,886	0,466	0,838	0,372
23 Viana do Alentejo	P	1,313	1,287	0,581	2,592	1,705	1,107	1,609	3,465	0,653	2,103	0,461	0,883	0,422
24 Sta. Marta de Penaguião	P	1,844	2,741	3,205	4,224	2,621	3,340	1,688	1,835	0,982	3,938	1,146	0,884	-0,262
25 Castro Verde	P	3,747	3,629	3,760	3,626	3,616	5,365	3,528	1,146	1,680	1,598	0,795	0,885	0,090
26 Povoação	P	1,680	3,285	0,510	0,906	1,700	1,953	0,442	0,560	1,572	0,846	0,604	0,910	0,306
27 Mesão Frio	P	1,775	1,257	0,609	1,263	4,556	2,558	2,532	1,211	0,591	0,539	0,316	0,926	0,610
28 Lajes do Pico	P	1,877	1,686	2,501	0,888	4,121	1,021	2,018	5,581	2,549	1,341	0,907	0,935	0,028
29 Vila Viçosa	P	2,289	2,083	1,824	2,330	1,108	1,003	1,216	1,551	0,720	1,016	1,231	0,948	-0,283
30 Borba	P	2,912	2,693	8,139	4,859	0,693	0,584	2,191	8,931	0,665	0,423	0,707	0,975	0,268
31 Manteigas	P	2,196	1,763	2,522	2,171	2,218	1,431	2,154	2,014	1,061	1,071	0,690	0,980	0,290
32 Vila do Porto	P	4,658	1,223	1,445	3,001	0,960	0,777	1,335	0,595	1,492	0,681	0,469	0,994	0,525
33 Figueiró dos Vinhos	P	2,729	1,785	1,491	1,185	0,969	2,184	0,941	0,437	0,717	0,741	0,377	1,004	0,627
34 Figueira Castelo Rodrigo	P	4,445	1,788	2,225	1,908	1,231	3,334	1,513	0,349	0,585	0,949	1,143	1,023	-0,120
35 Aljezur	P	4,150	7,223	4,605	2,162	0,761	1,106	1,943	1,847	0,932	1,127	0,917	1,032	0,115

Da observação do *Ranking R30* é de assinalar, relativamente a 2017:

– Dos 35 municípios apresentados com maior volume de pagamentos em bens e investimento, 31 apresentaram aumento desta despesa e só 4 deles apresentaram descida de investimento (Matosinhos, Oeiras, Castelo Branco e Águeda).

– Será de salientar que 18 municípios deste ranking apresentaram um aumento de volume de investimento superior a 50% no ano económico de 2017, sendo de relevar, ou pelo acréscimo do volume de despesa de investimento ou pela extraordinária taxa de crescimento da mesma, os seguintes municípios: Lisboa (+24,8M€), Porto (+15,7M€), Cascais (+12,6M€), Portimão (+19,6 M€), Aveiro (+ 11,7M€); Loures (+9,4M€); Ponte de Lima (+8,4M€); Vale de Cambra (+8,2M€), Póvoa de Varzim (+7 M€) e Santo Tirso (+5,9M€).

– Em 2017, dos 308 municípios, 149 apresentaram um crescimento da despesa de investimento superior a 50%

– À semelhança dos rankings anteriores, foi Lisboa que liderou a listagem hierarquizada dos municípios com maior volume de investimento direto municipal, apresentando o montante de 153 M€. O valor aplicado por Lisboa em investimento direto do município representou 7,2% do total investido pela globalidade dos municípios.

– Em 2017, o segundo município desta listagem, passou a ser o município do Porto que investiu diretamente em formação bruta de capital 42M€ tendo Matosinhos passado para terceiro plano com um investimento direto de 28,4M€.

– Neste mesmo ano económico, considerando o universo dos 308 municípios, 52 apresentaram descida do montante de investimento direto, sendo de anotar os municípios que diminuíram esta despesa em mais de 50%: Porto Santo (-88,1%), Freixo de Espada à Cinta (-64,1%), Évora (-62,1%), Corvo (-57,5%), Paredes (-51,1%) e Ponte da Barca (-50,5%).

Da observação do *Ranking R31* é de assinalar relativamente a 2017:

– À semelhança do que se tem verificado nos anos anteriores, os municípios constantes de listagens hierarquizados com menor volume de encargos em investimento direto municipal, são municípios de pequena dimensão.

– Destes 35 municípios com menor volume de investimento di-

reto, dezasseis apresentam decréscimo do mesmo, enquanto oito deles apresentam taxas de crescimento superior a 100%.

Em seguida apresentam-se os Rankings *R32* e *R33* que respetivamente listam os 35 municípios que apresentam maior ou menor volume de investimento pago nos três mandatos de 2006 a 2017.

R32 – Municípios com maior investimento pago nos 3 mandatos de 2006 a 2017

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013		Mandato 2014-2017		TOTAL 2006-2017	
			Total investido	Invest. / habita.	Total investido	Invest. / habita.	Total investido	Invest. / habita.	Total investido	Invest. / habita.
1	Lisboa	G	273.351.631	499	261.056.421	477	416.624.466	761	951.032.518	1.736
2	Oeiras	G	166.662.742	968	99.139.323	576	92.412.483	537	358.214.547	2.081
3	Matosinhos	G	87.171.042	497	98.857.529	563	93.902.329	535	279.930.900	1.595
4	Loulé	M	133.270.031	1.887	84.069.755	1.190	57.156.274	809	274.496.061	3.887
5	Cascais	G	103.405.271	501	80.751.219	391	72.068.719	349	256.225.210	1.241
6	Vila Nova de Gaia	G	119.069.042	394	77.151.645	255	55.339.796	183	251.560.482	832
7	Castelo Branco	M	103.777.792	1.850	87.022.981	1.551	52.867.993	942	243.668.766	4.343
8	Porto	G	32.998.832	139	90.399.547	380	100.459.354	423	223.857.732	942
9	Guimarães	G	66.963.209	423	97.186.928	615	57.213.761	362	221.363.898	1.400
10	Gondomar	G	104.610.213	623	75.026.269	447	35.564.749	212	215.201.231	1.281
11	Vila Franca de Xira	G	81.160.148	593	74.165.648	542	56.334.496	412	211.660.291	1.546
12	Pombal	M	56.897.579	1.030	80.526.536	1.458	67.949.362	1.231	205.373.477	3.719
13	Almada	G	94.076.497	541	49.092.652	282	54.326.086	312	197.495.236	1.135
14	Funchal	G	92.354.216	825	75.323.282	673	29.462.475	263	197.139.974	1.762
15	Paredes	M	61.613.886	709	94.227.201	1.085	39.210.245	451	195.051.332	2.246
16	Sintra	G	87.114.873	231	66.288.327	175	37.705.797	100	191.108.997	506
17	Mafra	M	83.820.468	1.093	52.890.542	690	47.908.293	625	184.619.303	2.408
18	Maia	G	83.123.585	614	38.479.699	284	58.068.419	429	179.671.703	1.328
19	Santa Maria da Feira	G	75.591.059	543	62.922.318	452	40.400.688	290	178.914.065	1.284
20	Viana do Castelo	M	65.356.994	737	54.372.980	613	52.250.846	589	171.980.820	1.938
21	Loures	G	107.255.401	523	30.318.217	148	32.431.454	158	170.005.072	829
22	Braga	G	74.505.190	411	56.979.794	314	33.646.484	185	165.131.468	910
23	Vila Nova de Famalicão	G	44.828.777	335	67.613.075	505	48.748.162	364	161.190.013	1.204
24	Penafiel	M	49.841.247	690	55.205.195	764	37.414.716	518	142.461.158	1.971
25	Coimbra	G	52.029.945	363	52.293.186	365	35.223.589	246	139.546.720	973
26	Albufeira	M	81.801.269	2.004	27.267.127	668	28.145.260	689	137.213.656	3.361
27	Fundão	M	53.024.563	1.815	64.344.361	2.203	14.160.072	485	131.528.997	4.502
28	Póvoa de Varzim	M	55.481.867	875	39.359.385	621	36.676.496	578	131.517.749	2.074
29	Leiria	G	43.422.134	342	34.390.659	271	53.393.324	421	131.206.117	1.034
30	Setúbal	G	37.911.229	313	48.039.930	396	38.560.500	318	124.511.659	1.027
31	Seixal	G	64.574.544	408	27.012.107	171	29.683.227	188	121.269.877	766
32	Aveiro	M	51.130.469	652	31.848.537	406	37.581.554	479	120.560.559	1.537
33	Ponte de Lima	M	52.709.453	1.212	34.370.465	790	32.224.936	741	119.304.854	2.743
34	Barcelos	G	59.953.651	498	38.329.664	318	20.753.888	172	119.037.203	989
35	Santo Tirso	M	36.605.090	512	48.761.921	682	30.089.575	421	115.456.586	1.614
Total 308 municípios			8.133.175.017	770	6.611.308.188	626	4.843.770.943	459	19.588.254.148	1.855

R33 – Municípios com menor investimento pago nos 3 mandatos de 2006 a 2017

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013		Mandato 2014-2017		TOTAL 2006-2017	
			Total investido	Invest. / habita.	Total investido	Invest. / habita.	Total investido	Invest. / habita.	Total investido	Invest. / habita.
1	Mourão	P	5.105.772	1.917	777.258	292	878.953	330	6.761.983	2.539
2	Barrancos	P	5.084.209	2.772	1.191.086	649	892.447	487	7.167.742	3.908
3	Sardoal	P	4.555.379	1.156	2.746.694	697	2.374.256	603	9.676.329	2.457
4	Corvo	P	2.303.054	5.356	5.865.959	13.642	3.089.601	7.185	11.258.614	26.183
5	Alvito	P	4.441.265	1.774	5.177.040	2.068	1.707.116	682	11.325.421	4.523
6	Monforte	P	6.191.723	1.860	2.847.224	855	2.542.594	764	11.581.542	3.479
7	Sobral de Monte Agraço	P	6.571.285	647	3.993.573	393	2.492.404	245	13.057.262	1.286
8	Cuba	P	4.874.831	999	5.265.120	1.079	3.934.041	806	14.073.992	2.885
9	Figueiró dos Vinhos	P	7.190.779	1.166	4.531.380	735	2.839.235	460	14.561.393	2.360
10	Alpiarça	P	7.056.961	916	7.133.919	926	593.735	77	14.784.614	1.920
11	Povoação	P	6.381.120	1.009	4.654.194	736	3.931.064	621	14.966.378	2.365
12	Ourique	P	5.446.865	1.011	5.404.488	1.003	4.288.150	796	15.139.503	2.809
13	Santa Cruz das Flores	P	5.875.557	2.567	5.042.368	2.203	4.301.816	1.879	15.219.741	6.649
14	São Roque do Pico	P	5.393.305	1.592	6.505.855	1.920	3.327.565	982	15.226.725	4.494
15	Ferreira do Alentejo	P	6.179.033	749	5.224.825	633	4.087.951	495	15.491.809	1.877
16	Castelo de Vide	P	4.731.915	1.389	5.344.919	1.569	5.527.385	1.622	15.604.218	4.580
17	Castanheira de Pera	P	6.590.722	2.065	8.758.117	2.745	817.933	256	16.166.772	5.066
18	Porto Santo	P	12.245.724	2.233	3.678.133	671	417.221	76	16.341.078	2.980
19	Fronteira	P	6.627.412	1.944	7.168.469	2.102	3.466.050	1.016	17.261.931	5.062
20	Vila Viçosa	P	8.525.846	1.025	4.878.256	586	3.914.605	471	17.318.706	2.082
21	Velas	P	5.801.047	1.075	4.894.039	907	6.847.122	1.268	17.542.209	3.250
22	Vila do Porto	P	10.328.454	1.860	3.666.118	660	3.635.372	655	17.629.944	3.175
23	Calheta (R. A. A.)	P	11.031.259	2.924	2.549.903	676	4.102.303	1.087	17.683.464	4.687
24	Murça	P	6.664.314	1.120	8.776.883	1.475	2.306.896	388	17.748.094	2.982
25	Viana do Alentejo	P	5.773.149	1.005	7.885.806	1.373	4.100.038	714	17.758.993	3.092
26	Mesão Frio	P	4.903.807	1.106	10.857.864	2.449	2.372.743	535	18.134.414	4.091
27	Golegã	P	6.814.761	1.247	7.841.905	1.435	3.534.233	647	18.190.898	3.329
28	Vila Nova de Paiva	P	6.477.639	1.251	6.851.993	1.324	5.126.102	990	18.455.734	3.566
29	Alter do Chão	P	7.855.182	2.205	7.465.238	2.096	3.217.000	903	18.537.421	5.204
30	Avis	P	7.129.033	1.560	7.238.120	1.583	4.275.586	935	18.642.739	4.078
31	Vendas Novas	P	9.177.233	775	6.380.987	539	3.493.456	295	19.051.676	1.608
32	Constância	P	7.456.601	1.838	9.250.362	2.281	2.558.591	631	19.265.554	4.750
33	Porto Moniz	P	8.802.138	3.247	7.163.255	2.642	3.850.122	1.420	19.815.515	7.309
34	Lajes das Flores	P	5.988.282	3.982	9.384.903	6.240	4.575.780	3.042	19.948.965	13.264
35	Alcochete	P	8.246.468	469	7.851.275	447	3.958.216	225	20.055.958	1.142

2.3.4.4. Despesas com Transferências e Subsídios concedidos

Como se verificou no ponto 2.3.3 deste anuário, as Transferências e Subsídios são duas despesas em relação às quais, no final de cada ano económico, se têm registado encargos por pagar, pese embora se reconheça alteração significativa na gestão destes encargos com o aumento progressivo da percentagem de pagamento dos mesmos. Entendeu-se, assim, mais adequada a análise comparativa dos municípios tendo por base o volume de pagamentos efetuados e não os encargos assumidos.

– Em 2017, apenas 19 municípios pagaram a totalidade das **transferências correntes comprometidas** e 82 municípios as **transferências de capital comprometidas**. No que respeita aos **subsídios**, 113 municípios apresentaram valor em subsídios comprometidos, mas apenas 57 pagaram a totalidade dos mesmos.

– Em 2017 o volume de subsídios atribuídos aumentou 38,3% (+33,3 M€), o das transferências correntes aumentou 7,5% (+47,7M€) e o das transferências de capital aumentou 20,1% (+57,9M€), tendo sido pago 93,4% dos subsídios atribuídos, 93% das transferências correntes comprometidas e 82,8% das transferências de capital aprovadas.

– Em 2017, o montante aprovado de Transferências de Capital foi de 346,1M€ e o montante pago foi de 286,1 M€. Quanto às transferências correntes foram aprovadas 683,4 M€ e pagas 635,4 M€. Relativamente aos subsídios, o valor assumido foi de 120,3 M€ e o pago foi de 112,4 M€.

Apresentam-se de seguida, tendo como referência o ano de 2017, os *Rankings (R34 e R35)* dos 35 municípios respetivamente com maior ou com menor volume de transferências correntes e de capital, acrescidos dos encargos com subsídios, nos últimos 12 anos.

Observando o Ranking *R34* e tendo em atenção os valores globais apresentados no ponto 2.3.3 deste anuário, conclui-se em relação a 2017:

– O montante global de encargos com transferências e subsídios pagos pelo município de **Lisboa** representou 12,1% do valor total de encargos da mesma natureza assumido pelo conjunto dos municípios portugueses e, representou um crescimento de 3,4%.

– **Cascais**, que aparece em segundo lugar na lista de municípios com maior volume de encargos desta natureza, apresentou um

acréscimo de pagamento de +84,1% (+17,5 M€). Será ainda de referenciar o município de Portimão, que aparece em terceira posição na lista em apreço, com um aumento de 79,9% (+33,3 M€)

– Nesta listagem, apenas apresentam descida do montante global das despesas de transferências e subsídios, os municípios de Vila Nova de Gaia e de Torres Vedras, respetivamente, com -34,3 M€ (-6,2%) e com -3,6M€ (-0,3%).

Observando o ranking *R35* conclui-se em relação a 2017:

– Dos 35 municípios com menor volume de transferências correntes e de capital e de subsídios pagos, apenas um é de média dimensão, sendo todos os restantes de pequena dimensão.

R34 – Municípios que apresentam maior volume de despesas pagas com transferências correntes e de capital e subsídios em 2017

Unidade: milhões de euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Varia. 16-17 %
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1 Lisboa	G	71,081	63,952	92,063	76,987	53,320	65,546	84,507	57,855	98,740	117,380	134,853	139,491	3,4%
2 Cascais	G	25,899	37,719	36,328	39,416	37,666	30,210	26,627	21,762	18,349	18,273	20,853	38,394	84,1%
3 Portimão	M	5,694	9,935	13,168	13,748	5,377	8,318	7,810	8,205	8,219	11,200	18,553	33,374	79,9%
4 Braga	G	20,688	19,632	22,974	25,641	27,391	23,764	22,446	21,189	15,924	20,684	21,437	23,162	8,1%
5 Sintra	G	48,649	66,613	62,910	57,601	63,698	54,268	50,591	48,225	24,998	19,639	18,246	21,049	15,4%
6 Matosinhos	G	13,933	14,117	15,767	17,398	14,167	16,116	16,262	11,020	13,260	14,407	17,674	18,378	4,0%
7 Guimarães	G	8,984	13,515	13,021	16,304	12,501	13,442	12,961	9,946	12,629	10,693	14,438	17,801	23,3%
8 Porto	G	48,366	68,394	51,014	58,037	43,563	54,485	34,506	11,874	14,888	14,551	13,034	16,574	27,2%
9 Coimbra	G	19,979	21,351	20,606	25,001	13,870	15,871	14,133	14,980	13,614	11,828	13,235	15,521	17,3%
10 Loures	G	14,437	15,947	19,459	21,072	18,842	18,230	16,181	16,239	13,850	14,690	14,756	14,797	0,3%
11 Vila Nova Famalicão	G	8,830	9,054	13,542	13,059	9,601	8,575	10,182	10,350	7,547	7,135	10,919	14,575	33,5%
12 Amadora	G	9,095	10,483	9,859	10,621	11,066	15,056	11,051	9,325	9,026	9,509	13,697	14,530	6,1%
13 Barcelos	G	7,933	11,564	11,769	13,424	13,404	14,045	14,531	16,185	13,872	13,478	13,184	14,513	10,1%
14 Oeiras	G	15,428	17,924	12,265	12,994	12,422	9,907	8,728	8,309	11,006	10,328	11,674	14,380	23,2%
15 Viseu	M	10,510	15,842	16,265	16,136	5,099	11,278	11,039	11,901	10,734	9,501	11,187	14,198	26,9%
16 Loulé	M	9,413	10,215	13,311	13,900	9,533	7,640	7,238	9,235	6,283	7,996	10,927	12,612	15,4%
17 Vila Nova de Gaia	G	24,498	28,241	33,716	31,918	28,673	22,964	15,703	22,402	12,415	7,938	18,187	11,945	-34,3%
18 Viana do Castelo	M	6,789	7,815	9,754	10,273	8,255	8,709	7,914	8,061	6,861	8,410	8,720	10,784	23,7%
19 Almada	G	7,348	8,161	8,735	8,925	9,732	7,947	7,964	8,790	8,311	8,803	10,434	10,700	2,6%
20 Aveiro	M	7,302	5,328	5,559	8,354	10,998	6,730	5,041	6,095	4,260	3,133	4,089	10,101	147,0%
21 Maia	G	8,356	8,515	10,602	12,627	7,854	7,600	8,149	6,884	4,596	6,459	7,186	9,980	38,9%
22 Torres Vedras	M	10,322	10,693	13,483	13,945	12,344	12,433	10,150	8,574	7,693	9,649	9,462	9,124	-3,6%
23 Leiria	G	14,245	15,914	13,585	16,990	13,769	11,390	10,458	11,068	9,923	6,725	6,012	8,848	47,2%
24 Vila Franca de Xira	G	8,590	10,460	10,052	10,538	11,754	9,048	10,088	7,610	6,798	6,791	7,113	8,614	21,1%
25 Odivelas	G	10,275	8,891	9,559	10,613	11,405	9,667	9,212	8,635	9,414	7,992	8,074	8,611	6,7%
26 Seixal	G	4,963	5,801	5,805	7,816	6,468	5,227	4,827	5,528	7,345	5,017	5,122	7,520	46,8%
27 Fafe	M	4,415	5,828	7,986	8,667	7,648	7,659	7,938	6,443	5,295	7,074	7,419	7,467	0,7%
28 Santa Maria da Feira	G	9,512	9,748	9,448	9,605	8,166	8,122	7,985	9,442	5,717	6,141	6,477	6,704	3,5%
29 Gondomar	G	13,601	7,559	8,583	8,921	5,421	5,851	5,815	7,236	5,792	5,601	6,251	6,390	2,2%
30 Ponte de Lima	M	2,864	3,692	5,241	7,674	6,099	6,230	6,495	8,162	4,330	4,754	5,599	6,226	11,2%
31 Setúbal	G	5,569	6,364	6,918	6,281	6,739	6,915	5,411	5,300	5,382	5,022	5,712	5,756	0,8%
32 Vila Real	M	6,413	5,469	5,095	4,443	3,907	4,962	6,053	5,038	4,200	4,521	4,439	5,552	25,1%
33 Vila do Conde	M	3,358	4,757	4,825	5,929	3,746	3,715	3,197	7,398	3,529	4,038	4,648	5,495	18,2%
34 Castelo Branco	M	6,500	4,332	7,100	6,564	5,164	6,862	6,413	8,667	6,259	5,200	5,084	5,484	7,9%
35 Paços de Ferreira	M	5,154	5,058	5,328	6,750	4,749	3,681	2,396	2,893	1,709	2,133	2,373	5,339	125,0%
Total dos 308 municípios		893,404	991,066	1.075,819	1.126,766	1.018,218	976,435	901,431	891,218	849,798	827,867	922,812	1.034,322	12,1%

R35 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em transferências correntes e de capital e subsídios em 2017

Unidade: milhões de euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Varia. 16-17 %
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1 Calheta (R.A.A.)	P	0,295	0,227	0,192	0,174	0,139	0,088	0,057	0,150	0,055	0,050	0,076	0,063	-16,5%
2 Corvo	P	0,038	0,054	0,054	0,033	0,038	0,035	0,064	0,041	0,027	0,037	0,064	0,099	53,8%
3 Porto Santo	P	1,242	1,371	2,030	1,910	1,882	1,309	1,256	0,838	0,157	0,177	0,184	0,173	-6,3%
4 Mesão Frio	P	0,282	0,307	0,484	0,400	1,452	0,230	0,252	0,226	0,121	0,180	0,268	0,237	-11,4%
5 Mourão	P	0,328	0,283	0,263	0,562	0,514	0,236	0,276	0,685	0,225	0,230	0,257	0,252	-1,9%
6 Borba	P	0,218	0,230	0,233	0,216	0,420	0,650	1,163	0,366	0,274	0,338	0,293	0,261	-11,1%
7 Alpiarça	P	0,189	0,135	0,120	0,140	0,135	0,326	0,145	0,440	0,403	0,331	0,275	0,272	-1,1%
8 Sardoal	P	0,043	0,054	0,039	0,053	0,122	0,074	0,172	0,282	0,283	0,343	0,375	0,273	-27,4%
9 Mora	P	0,339	0,267	0,389	0,378	0,352	0,228	0,269	0,547	0,335	0,282	0,258	0,276	7,0%
10 Bombarral	P	0,695	1,006	0,491	0,327	0,506	0,463	0,372	0,510	0,436	0,316	0,311	0,327	5,4%
11 Santa Cruz das Flores	P	0,287	0,269	0,229	0,255	0,249	0,358	0,308	0,178	0,251	0,304	0,313	0,331	5,8%
12 Redondo	P	0,402	0,300	0,292	0,333	0,351	0,470	0,535	0,606	0,748	0,678	0,461	0,332	-27,8%
13 Entroncamento	M	0,451	0,940	0,393	0,333	0,370	0,253	0,351	0,657	0,338	0,311	0,322	0,342	6,0%
14 Constância	P	0,343	0,284	0,397	0,484	0,419	0,403	0,431	0,582	0,387	0,499	0,442	0,343	-22,4%
15 Fornos de Algodres	P	0,000	0,452	0,326	0,314	1,256	0,110	0,051	0,123	0,079	0,098	0,123	0,367	198,2%
16 Armamar	P	0,578	0,627	0,485	0,474	0,472	0,693	0,888	0,944	0,560	0,164	0,426	0,375	-11,9%
17 Lajes das Flores	P	0,241	0,535	0,578	0,721	0,538	0,111	0,132	0,124	0,077	0,156	0,303	0,384	27,0%
18 Freixo Espada à Cinta	P	0,636	0,801	0,660	1,624	0,525	0,422	0,401	0,507	0,360	0,418	0,424	0,390	-7,9%
19 Vila Nova de Poiares	P	0,341	0,341	0,154	0,268	0,193	0,463	0,286	0,188	0,099	0,105	0,188	0,392	109,2%
20 Castelo de Vide	P	0,208	0,232	0,281	0,231	0,195	0,184	0,162	0,600	0,428	0,398	0,315	0,396	25,8%
21 Castanheira de Pera	P	0,495	0,373	0,339	0,254	0,159	0,289	0,651	0,316	0,327	0,338	0,330	0,400	21,4%
22 Vila Viçosa	P	0,302	0,302	0,786	0,535	0,452	0,270	0,370	0,402	0,430	0,394	0,311	0,407	31,0%
23 Santa Comba Dão	P	0,811	1,101	1,163	1,673	0,670	1,052	0,482	0,497	0,281	0,660	0,353	0,420	19,0%
24 Vila Nova de Paiva	P	0,357	0,341	0,354	0,419	0,437	0,421	0,410	0,657	0,355	0,375	0,443	0,437	-1,4%
25 Alvito	P	0,307	0,367	0,437	0,400	0,453	0,391	0,316	0,387	0,510	0,394	0,457	0,442	-3,3%
26 Sobral Monte Agraço	P	0,703	0,745	0,737	0,864	0,875	0,753	0,829	0,583	0,504	0,514	0,497	0,481	-3,3%
27 Sernancelhe	P	0,243	0,421	0,388	0,540	0,326	0,567	0,527	0,501	0,380	0,458	0,378	0,489	29,2%
28 Arronches	P	0,266	0,307	0,579	0,849	0,535	0,592	0,461	0,726	0,598	0,532	0,633	0,503	-20,6%
29 Ferreira do Zêzere	P	0,481	0,471	0,440	0,677	0,628	0,362	0,325	0,346	0,345	0,355	0,478	0,508	6,2%
30 Alcochete	P	0,820	0,858	0,882	1,035	1,026	0,383	0,462	0,478	0,338	0,753	0,960	0,515	-46,4%
31 Alter do Chão	P	0,409	0,411	0,610	0,885	0,476	0,548	0,516	0,661	0,798	0,432	0,476	0,521	9,4%
32 Nisa	P	0,786	0,935	0,864	1,375	1,104	0,890	1,213	1,111	0,565	0,445	0,597	0,542	-9,3%
33 Vila de Rei	P	0,234	0,183	0,222	0,326	0,271	0,312	0,354	0,318	0,354	0,441	0,451	0,545	20,8%
34 Velas	P	0,804	0,968	0,871	0,702	0,530	0,695	0,758	0,624	0,343	0,584	0,421	0,549	30,5%
35 Carregal do Sal	P	1,019	1,362	1,408	1,001	1,106	0,854	0,929	1,020	0,802	0,582	0,528	0,553	4,8%

Total da despesa gasta pelos municípios com aquisição de bens de capital e com transferências de capital

O Ranking R36 a seguir apresentado lista os municípios com maior volume de despesas de aquisição de bens de capital e transferências de capital entre 2006 e 2017, com especial realce para o último quadriênio, o que pode significar o **total de investimentos diretos** incluindo os investimentos de Juntas de Freguesia ou empresas municipais que receberam as transferências dos respetivos municípios para aplicação em investimentos.

Da observação do *ranking R36* pode-se constatar:

- O total de investimentos direto dos municípios, entre 2006 e 2017, foi de 19,588,3 milhões de euros, o que correspondeu a 83,7% do investimento direto e indireto realizado no mesmo período.
- Em 2017, relativamente ao ano anterior, o **investimento direto do total dos municípios aumentou 39,9% (+420,1 M€)** tendo as transferências de capital aumentado 15,7% (+38.9% M€). O total das transferências de capital e da aquisição de bens de capital aumentaram, em conjunto, 35,3% (+459,1 M€).
- Quatro dos 35 municípios hierarquizados neste ranking apresentam descida do valor global de investimento direto e indireto, sendo de relevar a descida em mais de 20% dos municípios de Vila Nova de Gaia (-20,6%, -4,7M€) e Paredes (-46,1%, -7,8M€).
- Por outro lado, constata-se que destes 35 municípios, 15 municípios apresentaram aumento de investimento total, direto e indireto superior a 50%.
- Do total dos municípios verifica-se que **251 apresentaram aumento do montante global de investimento direto e indireto, sendo que 137 deles apresentam aumento superior a 50%.**

**R36 - Municípios que apresentam maior volume despesa paga com aquisição de bens de capital e em transferências de capital
no total de 12 anos – período de 2006 a 2017**

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009	Mandato 2010-2013	Mandato 2014-2017				TOTAL	TOTAL 2006-2017
				2014	2015	2016	2017		
1 Lisboa	G	370.931.366	295.909.982	88.473.973	84.209.757	162.986.408	181.813.987	517.484.124	1.184.325.472
2 Porto	G	182.055.059	170.256.584	15.119.263	21.633.541	28.622.053	43.820.646	109.195.503	461.507.146
3 Oeiras	G	182.382.994	108.724.159	29.484.917	22.778.464	24.233.400	22.978.818	99.475.599	390.582.752
4 Vila Nova de Gaia	G	170.611.258	121.272.521	21.001.130	15.646.132	22.766.378	18.066.954	77.480.594	369.364.373
5 Cascais	G	147.876.515	108.729.832	17.355.213	17.308.296	21.012.540	36.942.309	92.618.357	349.224.704
6 Loulé	M	159.590.112	101.763.787	18.286.799	18.323.831	16.956.497	20.061.421	73.628.549	334.982.448
7 Matosinhos	G	104.676.338	118.094.273	15.834.696	27.811.163	31.680.990	31.944.514	107.271.363	330.041.974
8 Braga	G	141.961.364	114.894.556	14.736.908	11.336.125	6.317.847	15.389.336	47.780.215	204.636.135
9 Castelo Branco	M	118.845.977	103.838.839	12.546.701	12.657.923	19.876.334	16.651.833	61.732.791	284.417.607
10 Sintra	G	129.143.206	104.909.106	5.734.852	8.923.657	12.110.948	22.575.077	49.344.534	283.396.846
11 Guimarães	G	81.994.180	107.790.883	13.414.215	11.712.344	18.397.321	31.472.237	74.996.117	264.781.180
12 Vila Nova Famalicão	G	73.185.595	91.221.191	16.089.516	13.319.578	18.950.696	24.860.357	73.220.147	237.626.933
13 Vila Nova de Xira	G	95.303.157	82.650.955	14.106.680	8.999.822	12.779.347	23.445.722	59.331.570	237.285.682
14 Viana do Castelo	M	88.438.265	73.941.471	12.155.643	22.463.983	14.909.995	22.422.366	71.951.987	234.331.723
15 Gondomar	G	112.690.916	80.142.543	11.983.780	9.159.032	8.375.482	10.422.138	39.940.432	232.773.891
16 Pombal	M	62.952.746	88.600.690	21.339.875	15.201.006	16.910.468	21.752.652	75.204.001	226.757.437
17 Almada	G	104.599.943	57.703.311	11.980.493	13.392.506	17.505.520	19.340.780	62.219.300	224.522.554
18 Loures	G	124.283.127	44.072.259	7.529.755	6.392.319	9.780.590	19.060.933	42.763.597	211.118.982
19 Santa Maria da Feira	G	87.237.472	73.408.714	15.516.935	10.960.717	10.079.768	11.721.738	48.279.158	208.925.345
20 Funchal	G	100.786.949	76.292.235	7.658.718	6.146.164	5.536.341	10.361.632	29.702.855	206.782.039
21 Maia	G	92.837.602	47.746.369	12.386.788	21.163.402	12.837.790	18.630.646	65.018.627	205.602.597
22 Barcelos	G	80.570.668	67.055.974	16.432.075	14.435.600	10.875.323	14.349.320	56.092.318	203.718.960
23 Paredes	M	62.652.737	95.895.205	9.310.192	6.841.622	17.076.075	9.201.171	42.429.059	200.977.001
24 Mafra	M	86.628.143	53.940.357	8.317.998	9.418.669	14.625.259	16.745.312	49.107.238	189.675.738
25 Seixal	G	87.913.545	48.453.145	19.393.911	6.002.055	9.067.552	14.180.260	48.643.778	185.010.468
26 Coimbra	G	72.382.954	66.157.765	7.679.232	16.494.069	11.231.437	10.963.126	46.367.864	184.908.583
27 Viseu	M	77.130.381	61.303.052	8.067.968	7.721.817	7.527.346	13.325.665	36.642.797	175.076.231
28 Leiria	G	63.827.536	42.507.691	11.774.935	12.520.852	14.776.326	24.750.621	63.822.735	170.157.961
29 Penafiel	M	58.037.548	60.730.151	12.651.833	10.233.282	8.667.018	9.853.782	41.405.915	160.173.614
30 Fundão	M	63.171.722	72.689.930	5.379.723	7.013.113	3.364.851	3.856.960	19.614.648	155.476.300
31 Póvoa de Varzim	M	63.231.813	44.886.850	9.461.389	11.764.671	6.815.106	14.095.290	42.136.456	150.255.119
32 Ponte de Lima	M	62.941.521	44.236.719	5.113.474	6.204.746	10.317.017	19.425.601	41.060.838	148.239.079
33 Santo Tirso	M	48.908.249	61.352.850	10.133.571	10.509.696	4.773.567	11.253.129	36.669.963	146.931.063
34 Albufeira	M	85.142.052	28.095.978	1.956.194	3.628.335	11.630.653	12.015.907	29.231.090	142.469.120
35 Aveiro	M	58.865.825	36.947.433	5.739.004	8.854.662	7.647.363	23.136.580	45.377.608	141.190.867
Total da despesa com aquisição de bens de capital e com transferências de capital, dos 308 municípios (a)		9.722.007.978	7.880.478.178	1.361.934.909	1.380.377.264	1.301.244.642	1.760.303.829	5.803.860.643	23.406.346.800
Total aquisição bens de capital - 308 municípios (b)		8.133.175.017	6.611.308.188	1.140.452.747	1.175.918.529	1.053.644.061	1.473.755.607	4.843.770.943	19.588.254.148
Peso de aquisição de bens de capital no total (c)=(b/a)		83,7%	83,9%	83,7%	85,2%	81,0%	83,7%	83,5%	83,7%
Total transferências de capital - 308 municípios (d)		1.588.832.962	1.269.169.990	221.482.162	204.458.734	247.600.582	286.548.222	960.089.700	3.818.092.652
Peso de transferências de capital total (e)=(d/a)		16,3%	16,1%	16,3%	14,8%	19,0%	16,3%	16,5%	16,3%

2.3.4.5. Amortização de empréstimos: passivos financeiros

Mantendo a metodologia de análise e registo de informação, apresenta-se a despesa com amortização de empréstimos em rankings que hierarquizam os municípios pelo montante de despesa paga. Trata-se de uma despesa em relação à qual os municípios não poderiam encerrar o ano económico com pagamentos em atraso⁴⁵.

Antes de se passar à apresentação de Rankings associados a esta despesa anotam-se algumas particularidades. Assim, e conforme Quadro 2.31:

– Nos doze últimos anos, o total amortizado de empréstimos foi de 7.103,5 milhões de euros, tendo o ano de 2012, apresentado o maior montante de amortização (890,3 milhões de euros), e o ano de 2006 o menor valor amortizado (344 milhões de euros).

– O total amortizado em 2017 foi de 737,3 M€, tendo sido inferior em 14,5 M€ (-1,9%) em relação a 2016.

– Trata-se de uma despesa que cresceu bastante até 2012, ano em que assumiu o seu valor máximo. Baixou em 2013 para 634 M€ (-28,8%) e, desde 2014 o valor total das amortizações tem oscilado de ano para ano com acréscimos e descidas ligeiras, de forma intermitente.

– 146 Municípios contribuíram para a descida do montante global de amortizações de empréstimos em 2017 (no ponto 3.5 do capítulo 3, este tema será analisado com mais pormenor).

No Rankings R37 apresentam-se os 35 municípios com maior volume de amortizações de empréstimos pagos em 2017, os quais incluem os referentes a empréstimos bancários e programas de apoio tais como o PREDE e PAEL.

Da observação do Quadro R37 verifica-se em relação a 2017:

– Cartaxo foi o município com maior volume de amortizações pagas, com um acréscimo de +42,4 M€ em relação ao ano transato, devido, essencialmente, à liquidação de empréstimos ao abrigo PREDE/PAEL, no total de 15,9M€. Conforme referido anteriormente,

Cartaxo recebeu 49,1 M€ em 2017 pelo FAM.

– Catorze dos municípios elencados neste ranking, mais que duplicaram as amortizações realizadas no ano anterior. Considerando o universo dos 308 municípios, 21 apresentaram a mesma situação em 2017.

– Neste Ranking apresentaram relevante descida de encargos com amortizações, os seguintes municípios: Santarém (-13,3 M€); Seixal (-31,3 M€) e Setúbal (13 M€). Em 2017, no universo dos 308 municípios, 146 municípios apresentaram descida do valor amortizado. No ponto 3.5 deste anuário analisa-se a evolução da dívida dos municípios e a respetiva variação em 2017.

Considerando o universo dos municípios, o volume total de amortizações de empréstimos baixou 1,9% (-14,5 M€), tendo sido liquidado o montante de 737,3 M€, dos quais 119,4 M€ corresponderam a amortizações de empréstimos relacionados com os programas estatais do PREDE e do PAEL.

Do total de 125 municípios que em 2017 ainda amortizaram capital obtido através dos programas PREDE E PAEL (incluindo os constantes no ranking R37), apresentaram um peso de amortização destes empréstimos igual ou superior a 50% do total amortizado, os seguintes municípios: Chamusca (100%), Borba (92,3%), Câmara de Lobos (82,1%), Moimenta da Beira (80,1%), Évora (71,5%), Valongo (66,7%), Silves (65,1%), Faro (62,9%), Entroncamento (62,6%), Santa Maria da Feira (61,3%), Calheta da Madeira (59,1%) e Miranda do Douro (53,2%).

Apresentam-se de seguida os *rankings* homólogos para as Regiões Autónomas dos Açores (R.A.A.) e da Madeira (R.A.M), com a sinalização dos municípios que beneficiaram das linhas de financiamentos do Estado ao abrigo dos programas PAEL e PREDE.

⁴⁵ Em relação a esta rubrica orçamental considera-se que o excesso de compromissos sobre a despesa paga resultará do facto de, em sede de prestação de contas, serem raros os municípios que procedem à regularização dos saldos das contas orçamentais quando se verifica excesso de valores compromissados em relação à despesa efetivamente realizada, que, neste caso, será a despesa paga.

R37 – Municípios que apresentam maior volume de pagamento de amortizações de empréstimos (passivos financeiros), em 2017

Unidade: milhões de euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Amortiza. 2017		
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	PAEL	PREDE	
1	Cartaxo	M	1,272	0,403	1,419	1,710	2,169	2,092	0,103	0,115	0,949	1,120	0,909	43,339	15,920	0,000
2	Lisboa	G	41,068	43,736	34,202	40,873	65,657	96,184	345,289	69,840	109,586	53,832	45,047	39,324	0,000	8,224
3	Aveiro	M	3,555	3,041	3,152	3,278	5,074	3,883	9,290	6,432	12,082	9,102	8,983	36,233	0,000	0,000
4	Vila do Conde	M	3,672	3,560	3,370	3,821	4,925	7,044	5,769	9,708	4,242	8,558	4,070	28,431	9,016	0,000
5	Fornos Algodres	P	0,000	0,007	0,107	0,202	12,764	0,044	0,621	1,209	1,250	1,350	1,440	28,387	0,000	0,000
6	Marco Canaveses	M	0,321	0,893	0,924	1,537	2,606	2,504	2,564	2,826	2,836	2,980	2,988	25,339	0,000	0,000
7	Portimão	M	1,683	3,085	2,599	1,737	5,301	2,556	1,219	4,114	3,155	1,905	3,095	23,004	0,000	0,627
8	Faro	M	2,178	3,175	2,281	3,573	3,652	3,474	3,535	3,905	3,855	4,593	6,388	22,515	13,680	0,480
9	Vila Nova de Gaia	G	8,496	11,714	14,168	15,375	23,752	23,817	22,767	25,009	25,759	24,285	21,970	22,301	1,620	0,800
10	Vizela	M	0,037	0,086	0,232	0,189	0,313	0,404	0,446	0,465	0,446	0,701	2,504	12,002	5,769	0,000
11	Alijó	P	0,545	0,561	0,549	0,542	0,626	0,652	1,455	1,719	8,863	2,592	3,100	11,841	0,000	0,000
12	Braga	G	4,833	5,423	9,169	10,593	11,319	9,348	9,341	11,489	14,441	11,288	10,319	11,240	0,000	0,361
13	Setúbal	G	1,495	1,461	1,432	3,791	4,564	4,497	6,208	5,469	4,480	9,552	21,949	8,962	0,000	0,000
14	Coimbra	G	4,042	4,073	4,141	5,218	6,876	11,454	13,682	6,400	3,522	4,845	7,144	8,604	0,000	0,000
15	Lourinhã	M	0,479	0,464	1,301	1,451	1,718	2,020	1,713	1,296	1,877	3,131	3,146	8,533	0,069	0,000
16	Santa Maria Feira	G	3,813	4,223	4,676	7,020	6,707	6,165	5,891	6,030	4,673	4,836	9,194	8,388	4,500	0,640
17	T. Moncorvo	P	1,129	1,998	0,641	1,736	1,906	3,894	1,136	1,727	2,114	2,219	2,224	8,260	0,000	0,078
18	Torres Novas	M	0,750	0,375	1,256	2,072	2,639	2,401	2,437	2,730	3,320	3,794	2,989	8,124	0,487	0,956
19	Funchal	G	2,120	5,712	2,599	6,386	10,046	9,994	10,025	11,610	8,665	8,059	7,256	6,829	2,029	0,600
20	Santarém	M	2,545	3,655	4,815	5,328	5,521	4,088	6,943	6,828	5,460	5,176	19,856	6,499	1,212	1,840
21	Seixal	G	3,399	2,589	2,636	4,048	3,468	1,886	6,001	5,122	3,477	5,440	37,730	6,452	0,000	0,000
22	Covilhã	M	1,983	30,846	2,302	2,846	2,984	1,644	3,673	4,813	4,604	5,796	6,273	6,279	0,203	0,000
23	Loulé	M	0,988	1,345	1,381	1,526	1,704	7,008	6,830	10,303	15,785	3,835	3,972	6,241	0,000	0,000
24	Tarouca	P	0,132	0,179	0,157	0,354	0,474	0,504	0,517	0,557	1,156	1,369	1,687	5,994	0,000	0,000
25	Guimarães	G	4,286	4,207	4,249	4,682	5,114	5,137	5,090	6,013	5,799	14,119	5,644	5,668	0,000	0,000
26	Maia	G	7,498	15,027	7,810	6,612	7,457	7,462	7,469	7,495	7,253	4,512	6,569	5,557	0,000	1,004
27	Viana do Castelo	M	1,409	1,259	1,451	1,368	1,685	2,711	2,947	4,864	5,781	6,248	5,692	5,534	0,203	0,000
28	Fundão	M	1,867	1,815	2,946	3,749	4,376	4,005	4,385	6,761	4,655	4,928	7,130	5,392	0,929	0,000
29	Lagos	M	0,741	0,718	0,630	0,786	0,891	0,887	0,872	1,771	1,870	1,884	4,461	5,254	0,000	0,000
30	Câmara de Lobos	M	0,244	0,364	0,678	1,599	1,852	0,956	0,972	1,325	1,668	1,521	1,198	5,114	4,200	0,000
31	Leiria	G	4,883	5,078	4,595	5,186	6,198	6,215	7,723	8,121	8,444	6,771	7,370	5,113	0,000	0,000
32	Paredes	M	0,797	0,825	2,173	2,568	4,095	3,543	3,177	5,536	3,949	8,176	6,028	5,044	1,419	0,787
33	Matosinhos	G	3,829	4,142	4,130	9,146	10,118	6,077	7,644	7,835	4,080	3,827	5,082	4,876	0,000	0,000
34	Figueira da Foz	M	2,223	3,288	4,100	3,369	4,497	4,093	4,171	6,290	6,326	8,262	4,666	4,818	0,000	0,866
35	Cascais	G	5,072	2,206	2,442	1,412	8,544	12,495	11,728	11,569	12,593	5,164	4,256	4,791	0,000	0,000
Total dos 308 municípios			344,063	395,730	353,278	459,546	577,202	615,023	890,319	639,840	679,086	665,999	751,801	737,285	85,559	33,881

R37.A – Montante de amortizações paga (passivos financeiros) pelos municípios da R.A. dos Açores, em 2017

Unidade: milhões de euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Amortiz. PREDE e PAEL 2017
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1 Praia da Vitória	M	0,885	0,681	1,196	1,144	2,893	1,817	1,353	1,316	1,084	1,707	2,114	2,119	0,141
2 Ponta Delgada	M	1,022	1,026	1,109	1,358	1,828	1,956	1,675	1,803	3,053	2,981	1,641	1,656	0,000
3 Vila Franca do Campo	P	1,180	1,029	1,241	0,809	0,948	7,688	9,521	1,399	1,335	1,424	1,497	1,614	0,000
4 Angra do Heroísmo	M	1,151	1,149	1,199	1,521	1,666	1,703	1,656	1,762	1,656	1,347	1,373	1,389	0,000
5 Velas	P	0,927	0,915	0,903	1,048	0,962	0,595	0,639	0,611	0,491	0,757	0,523	1,258	0,000
6 Nordeste	P	0,460	0,970	0,679	0,771	0,877	0,567	0,547	2,524	0,947	1,340	0,992	1,003	0,384
7 Calheta (R. A. A.)	P	0,585	0,497	0,543	0,594	0,258	0,518	0,699	0,934	0,976	1,128	1,009	0,993	0,000
8 Ribeira Grande	M	2,375	2,503	2,802	4,233	3,184	3,102	1,475	1,958	1,502	1,869	0,915	0,884	0,364
9 Lagoa (R.A.A)	P	0,962	0,899	0,911	0,601	1,274	1,254	1,479	1,133	1,076	1,092	0,743	0,799	0,000
10 Lajes do Pico	P	0,428	0,461	0,463	0,771	0,669	0,987	0,998	0,886	1,014	0,892	0,769	0,776	0,000
11 Horta	P	0,900	0,866	0,955	1,033	1,205	1,195	1,209	0,558	0,535	0,713	0,633	0,524	0,000
12 Povoação	P	0,383	0,718	0,865	0,915	1,479	1,194	0,947	0,662	0,867	0,661	0,650	0,517	0,000
13 Madalena	P	0,457	0,510	0,468	0,692	0,612	0,557	0,579	1,535	0,441	0,743	0,961	0,434	0,000
14 Vila do Porto	P	0,147	0,180	0,217	0,208	0,198	0,176	0,119	0,160	0,212	0,220	0,042	0,353	0,000
15 Sta. Cruz da Graciosa	P	0,144	0,133	0,134	0,138	0,142	0,217	0,353	0,278	0,261	0,388	0,215	0,226	0,000
16 Lajes das Flores	P	0,082	0,082	0,118	0,155	0,254	0,295	0,302	0,207	0,508	0,200	0,171	0,171	0,000
17 Corvo	P	0,070	0,069	0,090	0,103	0,110	0,110	0,111	0,114	0,114	0,115	0,116	0,116	0,000
18 São Roque do Pico	P	1,042	0,602	0,655	2,164	1,782	0,707	0,330	0,551	0,131	0,085	0,057	0,059	0,000
19 Santa Cruz das Flores	P	0,143	0,179	0,196	0,163	0,169	0,192	0,274	0,202	0,174	0,214	0,044	0,025	0,000
Total dos municípios da RAA		13,345	13,470	14,742	18,419	20,511	24,830	24,265	18,590	16,378	17,876	14,466	14,918	0,889
Total dos 308 municípios		344,063	395,730	353,278	459,546	577,202	615,023	890,319	639,840	679,086	665,999	751,801	737,285	119,440

R37.M – Montante de amortizações paga (passivos financeiros) pelos municípios da R.A. da Madeira, em 2017

Unidade: milhões de euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Amortiz. PREDE e PAEL 2017
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1 Funchal	G	2,120	5,712	2,599	6,386	10,046	9,994	10,025	11,610	8,665	8,059	7,256	6,829	2,629
2 Câmara de Lobos	M	0,244	0,364	0,678	1,599	1,852	0,956	0,972	1,325	1,668	1,521	1,198	5,114	4,200
3 Santa Cruz	M	0,212	0,453	0,561	1,344	1,479	1,593	1,631	1,695	2,343	2,404	2,291	4,441	0,678
4 Santana	P	0,123	0,137	0,696	0,458	0,454	1,015	1,573	1,616	1,354	1,083	0,574	1,560	0,000
5 Ribeira Brava	P	0,216	0,228	0,219	0,467	0,676	0,735	0,749	1,426	1,448	1,433	1,323	1,202	0,000
6 Machico	M	0,000	0,193	0,214	0,563	0,741	0,733	1,362	1,487	1,499	1,522	1,440	1,200	0,000
7 Calheta (R. A. M.)	P	0,240	0,236	0,456	0,703	0,905	0,902	0,922	1,334	1,251	1,603	2,424	0,517	0,306
8 São Vicente	P	0,034	0,152	0,154	0,447	0,500	0,864	0,897	0,623	0,612	0,605	0,611	0,459	0,000
9 Porto Moniz	P	0,007	0,000	0,179	0,209	0,238	0,246	0,297	0,587	0,329	0,335	0,340	0,214	0,000
10 Porto Santo	P	0,094	0,160	0,184	0,205	0,222	0,222	0,301	0,336	0,392	1,663	0,267	0,177	0,000
11 Ponta do Sol	P	0,118	0,277	0,402	0,492	0,620	0,592	0,550	0,407	0,436	0,546	0,123	0,123	0,000
Total dos municípios da RAM		3,408	7,913	6,343	12,874	17,733	17,851	19,277	22,446	19,996	20,774	17,848	21,836	7,813
Total dos 308 municípios		344,063	395,730	353,278	459,546	577,202	615,023	890,319	639,840	679,086	665,999	751,801	737,285	119,440

Da análise dos quadros *R37.A* e *R37.M* referentes à evolução dos encargos com amortizações das regiões autónomas, nomeadamente em relação a 2017, refere-se:

- Dos 4 municípios da Madeira que apresentaram aumento de amortizações de empréstimos, o que mais aumentou o valor das amortizações, o município da Câmara de Lobos, foi um dos beneficiados pelas linhas de financiamento do Estado ao abrigo dos programas PAEL e PREDE, amortizando 4,2M€ desses financiamentos. **Apesar de só terem sido quatro municípios a aumentar o montante de reembolso de capital, o valor das amortizações considerando o conjunto dos municípios da Região da Madeira, cresceu 3,9M€ (+22,3%).**
- Relativamente aos restantes sete municípios madeirenses, refere-se a descida do montante amortizado pelo município de Calheta (R.A.M) em -1,9M€ (-78,7%), traduzindo uma franca descida do capital em dívida.
- Dos doze municípios açorianos que apresentaram aumento de amortizações financeiras, **três apresentaram amortizações associadas aos programas de financiamento do Estado (PREDE e PAEL).**
- É de anotar o aumento do valor amortizado pelos municípios de Velas (+ 734 milhares de euros) e de Vila do Porto (+311 milhares de euros).
- Relativamente aos **seis municípios açorianos que apresentam descida dos encargos com amortizações**, relevam-se pelas percentagens envolvidas os municípios da Madalena (-526 milhares de euros) e Santa Cruz das Flores (-19 milhares de euros).

No *Ranking R38* apresentam-se os 35 municípios com menor volume de amortizações de empréstimos pagos em 2017.

Da observação da listagem dos 35 municípios com menor volume de amortizações de empréstimos, no universo total dos municípios, anota-se com referência a 2017:

- Dos 35 primeiros municípios hierarquizados com menores encargos de amortizações, três são de média dimensão e os restantes são de pequena dimensão.
- Três destes 35 municípios liquidaram a totalidade de empréstimos bancários em 2016, mantendo-se essa situação em 2017. São os municípios de: Mealhada, Pampilhosa da Serra e Penedono

- Outros treze, destes 35 municípios apresentaram descida do volume de encargos com amortizações, sendo de relevar o município de Ponte de Sor que apresentou uma descida de -98% (-2,8M€).

R38 – Municípios que apresentam menor volume de pagamentos de amortizações de empréstimos (passivos financeiros), em 2017

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Amort. PREDE e PAEL 2017	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017		
1	Mealhada	P	520.992	545.012	589.784	631.982	684.753	688.350	592.307	1.797.883	0	0	0	0	0
2	Pampilhosa Serra	P	189.498	218.454	221.840	245.311	262.701	263.766	431.818	282.295	223.424	61.804	0	0	0
3	Penedono	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4	Santa Cruz Flores	P	143.420	179.147	196.354	162.560	169.087	191.780	274.405	202.090	173.737	214.437	44.401	25.481	0
5	Penacova	P	297.136	225.766	216.869	216.869	216.869	216.869	446.869	216.869	131.000	317.376	53.059	27.993	0
6	Redondo	P	51.133	52.160	0	0	26.570	53.141	250.711	97.728	100.453	28.830	28.830	28.830	0
7	Viana do Alentejo	P	217.675	273.031	236.341	251.179	84.850	85.852	123.152	127.849	129.319	107.932	109.549	52.091	0
8	Campo Maior	P	311.209	178.564	114.839	125.191	117.407	110.216	105.875	49.246	49.914	50.179	50.633	52.649	0
9	Ponte de Sor	P	218.984	219.144	219.550	220.193	220.963	221.209	206.196	181.312	56.972	56.972	2.856.972	56.972	0
10	São Roque do Pico	P	1.042.205	602.295	654.760	2.164.257	1.782.084	707.440	329.891	550.947	130.714	85.480	57.388	59.035	0
11	Alcácer do Sal	P	304.724	189.446	190.466	220.936	191.197	190.569	190.815	145.501	110.093	69.282	61.730	61.951	0
12	Castelo de Vide	P	213.601	207.592	212.680	338.658	226.621	209.974	220.074	147.564	121.433	153.002	63.802	64.001	0
13	Alvito	P	182.582	166.186	167.949	173.082	198.737	200.936	178.273	174.203	164.643	152.829	98.575	88.971	0
14	Batalha	P	430.072	422.904	341.279	202.762	140.432	365.797	191.161	383.770	488.278	490.556	113.063	98.307	0
15	Marvão	P	22.074	91.058	50.566	54.846	89.988	113.118	112.944	115.652	149.187	146.687	101.410	101.824	0
16	Corvo	P	69.818	69.364	89.941	102.924	110.318	109.808	110.684	113.843	114.212	115.022	115.640	115.977	0
17	Cinfães	P	153.556	118.030	149.109	123.507	117.062	123.100	190.929	139.502	117.392	117.502	117.681	117.826	0
18	Ponta do Sol	P	118.228	277.226	401.884	492.254	619.573	592.247	550.055	407.039	435.596	546.497	122.935	123.112	0
19	Vila Velha Ródão	P	209.369	210.125	241.614	311.133	321.161	239.742	307.208	170.556	176.733	126.148	126.742	127.131	0
20	Benavente	M	351.156	436.046	389.215	381.362	560.035	1.366.094	1.460.439	768.061	469.212	762.760	147.384	134.924	0
21	Ponte de Lima	M	210.336	131.064	261.041	187.164	210.677	191.632	172.707	326.995	136.157	137.179	137.967	141.123	0
22	Alter do Chão	P	491.305	503.828	112.615	93.615	160.278	206.080	185.729	169.533	171.445	173.832	173.348	141.716	0
23	Mação	P	268.046	225.374	288.060	297.536	269.290	257.824	209.718	233.265	221.292	210.162	292.221	143.493	0
24	Miranda do Corvo	P	362.959	495.115	441.468	601.730	562.496	584.558	581.565	611.410	480.510	696.139	147.852	147.852	0
25	Vila do Bispo	P	158.347	144.886	82.270	58.989	61.972	63.822	59.049	94.402	146.859	147.968	150.000	150.200	0
26	Vila de Rei	P	201.927	239.207	207.208	242.056	261.443	563.669	206.433	223.709	193.666	153.403	156.531	164.003	0
27	Elvas	M	127.729	123.462	126.034	130.483	151.507	175.769	153.287	158.290	159.990	161.474	162.955	164.172	0
28	Murtosa	P	80.532	76.782	77.542	95.660	100.970	157.102	162.398	165.468	165.912	167.265	168.160	168.669	0
29	Lajes das Flores	P	81.854	82.018	117.661	154.553	253.691	294.753	301.609	206.516	508.018	199.995	170.541	171.465	0
30	Gavião	P	105.720	85.509	147.167	150.585	259.516	255.902	219.117	208.511	232.249	196.942	173.272	173.299	0
31	Porto Santo	P	93.627	160.339	184.381	205.085	221.815	222.181	301.186	335.788	392.401	1.662.823	267.194	176.734	0
32	Barrancos	P	63.195	60.060	106.426	321.830	551.455	200.269	202.403	215.671	218.160	221.512	217.206	196.983	0
33	Mira	P	1.001.404	362.070	361.222	368.714	495.123	498.572	501.114	510.987	554.162	197.756	198.740	199.257	78.976
34	Montemor-o-Novo	P	222.482	912.653	235.124	740.231	584.008	384.046	387.882	402.423	404.655	319.449	233.046	203.390	0
35	Alcoutim	P	198.103	364.957	192.465	328.423	222.236	214.578	312.756	179.706	180.459	188.166	230.399	207.760	0

2.3.4.6. Despesas com juros e outros encargos financeiros

Conjugando a informação prestada no Quadro 2.30 com o Quadro 2.31, verifica-se que permanece registado contabilisticamente um excesso de despesa comprometida em relação à despesa paga na rubrica económica relativa a juros e outros encargos. Sendo esta despesa uma das que os municípios não poderão deixar de liquidar na totalidade, em cada ano económico, não deveria haver compromissos por pagar no final do ano económico, como transparece nos mapas de execução e controlo de despesa dos municípios. Tal situação resultará do facto de, em sede de prestação de contas, raros municípios procederem à regularização dos saldos das contas orçamentais quando se verifica excesso dotações orçamentais e de valores comprometidos em relação à despesa efetivamente executada, ou seja, despesa paga⁴⁶. Face ao exposto, analisar-se-á esta despesa em relação, apenas, aos pagamentos efetuados.

- Resultante da informação constante no Quadro 2.31, verifica-se que o total de encargos pagos pelos municípios em 2017 respeitante a juros e outros encargos foi de 77 M€, menos 23,7 M€ (-23,6%) que em 20016 e menos 52 M€ (-40,1%) que em 2006.
- 250 Municípios apresentaram diminuição da despesa paga em juros e outros encargos.

Apresentam-se de seguida os Rankings R39 e R40, respetivamente, com os 35 municípios com maior ou menor volume de pagamento de juros e outros encargos financeiros, reportados a 2017.

Da observação do Ranking R39 anota-se:

- A autarquia de Lisboa apresentou-se, em 2017, como o primeiro do ranking dos municípios com maior montante de pagamento de juros e outros encargos ao aplicar nesta rubrica 7,5 M€⁴⁷. Este valor traduziu um acréscimo de encargos financeiros em +13,3% (+ 884,7 milhares de euros) resultante exclusivamente de um aumento extraordinário de juros de mora que totalizaram 3 M€, tendo, con-

tudo, o volume de encargos de dívida baixado. De facto, a dívida bancária do município de Lisboa baixou de 302,9 M€ em 2016 para 272M€ em 2017.

- O segundo município da lista, Portimão, que no ano anterior apresentou o maior volume de pagamentos efetuado nesta rubrica orçamental, neste ano económico de 2017, ao pagar 6,6 M€ de juros e outros encargos, revelou uma descida significativa desta despesa (-39,8%, -4,4 M€). No entanto, sendo um município de média dimensão, pode-se considerar elevados os juros pagos desde 2011.
- Não se pode deixar de fazer referência, ainda, a outros três municípios que apresentaram uma representativa descida de juros e outros encargos. Foram eles: Évora (-35,2%, -1,64 M€), Vila real de Santo António (-31,4%, -1,2 M€) e Vila Nova de Gaia (-68,3%, -5,1M€).
- Dos municípios que neste ranking apresentaram maior aumento desta despesa, apresentam-se: Cartaxo (+267,7% +3,8 M€), Aveiro (+207,0%, +2,3 M€) e Paços e Ferreira (+129,2%, +0,9 M€).
- No universo dos 308 municípios, 58 aumentaram a despesa com juros e outros encargos financeiros, pese embora em termos globais esta despesa autárquica tenha baixado 10,1% (-23,7M€)

No ranking R40, relativo aos municípios com menor despesa em juros e outros encargos financeiros, apresentam-se dois municípios: Mealhada e Penedono, sem despesa nesta rubrica, no último quadriénio, sendo que Pampilhosa da Serra, não apresentou gastos em 2016 e 2017. Penedono não utilizou empréstimos nestes últimos doze anos.

⁴⁶ Este diferencial de valores resultará, essencialmente, de variações de taxas de juro em relação às previsões efetuadas, traduzindo-se o saldo das mesmas na libertação de valores comprometidos, que não terão sido objeto de retificação em sede de encerramento de contas.

⁴⁷ Sozinho representou 9,7% do total de juros e outros encargos pagos pela totalidade dos municípios.

R39 – Municípios que apresentam maior volume de juros e outros encargos financeiros pago em 2017

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Varia. 16-17 %
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1 Lisboa	G	12.619.437	19.806.726	25.035.477	26.012.173	12.948.835	13.273.868	14.621.842	3.905.089	7.260.018	9.905.388	6.637.162	7.521.880	13,3%
2 Portimão	M	471.776	689.369	1.095.560	1.436.553	1.620.573	3.594.039	4.689.736	4.118.447	4.399.457	4.070.019	11.072.419	6.663.407	-39,8%
3 Cartaxo	M	467.340	887.370	1.307.657	947.850	768.774	1.172.967	226.476	255.868	509.548	1.799.317	1.433.486	5.271.160	267,7%
4 Aveiro	M	3.696.829	4.873.248	7.144.257	7.109.143	6.273.174	4.390.666	3.086.101	1.804.866	1.781.214	1.213.372	1.111.846	3.413.685	207,0%
5 Évora	M	1.257.744	1.891.875	2.079.831	1.628.345	1.064.485	1.670.912	1.898.239	2.531.046	2.545.263	3.155.076	4.549.387	2.949.664	-35,2%
6 VRS António	P	196.166	271.561	381.484	539.531	802.365	1.253.719	1.953.422	1.897.059	3.478.129	3.171.181	3.711.825	2.545.217	-31,4%
7 Vila Nova de Gaia	G	5.651.578	7.932.127	10.630.405	7.758.917	4.049.337	4.007.829	5.010.170	4.131.821	4.394.450	4.371.977	7.539.095	2.393.451	-68,3%
8 Seixal	G	1.135.906	1.495.727	1.245.946	2.369.298	723.913	875.815	1.399.203	1.911.162	3.517.889	2.974.340	2.040.784	2.132.770	4,5%
9 Paços Ferreira	M	269.009	477.194	799.351	1.061.412	818.849	1.020.256	1.413.102	1.359.425	978.353	836.765	711.119	1.629.763	129,2%
10 Seia	M	1.033.427	1.804.694	1.878.160	1.764.955	1.113.214	7.233.078	3.506.350	2.909.591	2.751.126	2.127.169	1.945.204	1.594.589	-18,0%
11 Nazaré	P	57.906	193.902	102.222	677.918	374.920	507.926	669.894	4.028.449	954.601	1.327.843	1.194.270	1.249.191	4,6%
12 Setúbal	G	2.385.066	2.962.489	3.177.208	1.641.308	1.202.800	898.462	957.836	764.264	1.895.454	1.565.630	1.407.370	1.174.721	-16,5%
13 Fundão	M	490.787	827.425	1.338.690	1.101.706	726.747	1.751.081	1.687.998	1.947.998	2.341.948	1.410.981	1.800.792	1.123.044	-37,6%
14 Faro	M	1.353.509	1.750.891	2.015.138	1.265.557	814.578	1.241.180	1.455.592	1.351.053	2.012.498	1.285.919	876.738	1.108.648	26,5%
15 Oeiras	G	676.850	798.727	1.273.753	721.966	420.323	779.592	728.737	2.636.266	2.445.695	1.907.933	1.505.334	1.066.151	-29,2%
16 Chaves	M	489.252	837.539	796.841	698.341	326.625	540.871	494.135	680.923	1.813.530	2.815.579	1.069.171	1.004.410	-6,1%
17 Funchal	G	1.285.715	1.296.730	1.511.212	1.289.499	1.117.497	1.491.706	1.060.296	1.059.341	1.003.765	826.249	1.051.516	993.829	-5,5%
18 Leiria	G	2.311.893	3.299.185	2.904.693	2.211.319	1.074.429	1.194.672	910.399	423.110	1.274.777	1.113.491	993.757	880.129	-11,4%
19 Matosinhos	G	1.959.159	1.021.555	1.168.351	953.452	473.875	997.561	1.193.116	743.328	706.242	736.510	829.295	876.127	5,6%
20 Santarém	M	981.121	1.481.692	2.019.999	1.754.246	804.106	1.365.686	1.418.080	2.312.329	2.860.198	2.065.139	1.426.919	795.022	-44,3%
21 Coimbra	G	1.357.387	1.804.946	2.423.104	1.867.813	952.737	1.392.705	1.440.695	713.616	881.409	637.605	1.062.641	778.302	-26,8%
22 Trofa	M	264.093	522.869	765.608	534.975	447.908	512.498	649.893	1.717.853	2.883.517	1.056.468	848.721	764.896	-9,9%
23 Lamego	M	121.250	266.193	473.333	420.667	256.804	367.244	427.157	1.165.890	687.147	582.610	575.575	722.235	25,5%
24 Vila Franca Campo	P	491.144	838.496	834.440	877.863	399.035	542.525	1.744.350	1.172.693	1.087.296	899.408	775.254	699.579	-9,8%
25 Paredes	M	282.561	296.034	355.885	251.485	228.527	395.561	604.446	816.078	840.472	772.717	719.587	690.679	-4,0%
26 Santa Cruz	M	139.176	642.700	858.721	690.148	281.989	1.030.434	441.498	680.106	2.952.564	4.523.306	1.034.932	678.231	-34,5%
27 Vila do Conde	M	1.586.265	2.964.653	2.615.661	2.301.710	741.091	834.244	683.988	1.201.995	2.232.814	1.408.880	909.626	655.289	-28,0%
28 Alandroal	P	317.291	491.686	499.250	397.171	589.994	470.456	478.184	696.671	617.333	393.583	552.398	647.733	17,3%
29 Covilhã	M	1.076.039	1.732.738	2.409.402	1.844.107	969.113	1.440.476	1.169.000	627.458	557.802	393.791	620.111	546.008	-11,9%
30 Machico	M	136.355	192.282	221.908	495.816	340.706	375.724	437.729	527.567	610.092	722.782	660.975	541.054	-18,1%
31 Fornos Algodres	P	*8	991.318	1.250.594	959.241	1.607.326	1.186.110	1.125.202	802.405	760.599	657.293	567.240	529.149	-6,7%
32 Nordeste	P	237.299	395.244	476.074	332.158	148.190	193.347	175.430	476.115	630.657	594.743	515.638	504.500	-2,2%
33 Sesimbra	M	635.305	688.254	656.650	635.851	371.139	649.966	796.457	1.119.866	817.914	748.729	758.684	444.377	-41,4%
34 Cascais	G	365.984	424.339	911.007	709.930	580.088	992.065	1.449.103	1.044.415	1.263.474	1.232.722	535.096	444.216	-17,0%
35 Alfândega da Fé	P	228.025	338.047	419.525	336.085	946.960	714.686	689.609	833.034	1.189.230	790.986	447.857	409.785	-8,5%
Total dos 308 municípios		128.485.338	181.466.906	224.797.232	192.009.919	104.702.387	141.517.129	148.491.327	127.054.717	131.800.667	112.014.679	100.706.821	76.967.075	-23,6%

R4o – Municípios que apresentam menor volume de juros e outros encargos financeiros pago em 2017

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Varia. 16-17 %
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1 Mealhada	P	171.453	226.697	241.744	165.797	53.712	57.678	45.871	18.156	0	0	0	0	--
2 Penedono	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	--
3 Pampilhosa da Serra	P	49.615	85.941	90.596	49.989	16.592	17.921	13.366	3.608	1.423	485	0	6	--
4 Lajes das Flores	P	30.256	33.888	39.105	37.456	27.976	31.404	22.186	8.547	12.990	5.510	2.035	833	-59,1%
5 Ponte de Sor	P	61.532	72.091	69.172	26.342	10.292	12.739	78.235	2.632	3.216	25.628	22.637	907	-96,0%
6 Castelo de Vide	P	54.280	72.436	89.144	48.756	16.439	17.182	15.596	5.494	4.460	2.658	1.337	922	-31,0%
7 Corvo	P	44.957	66.276	84.777	48.315	16.612	21.683	18.626	6.494	6.199	3.737	1.996	1.077	-46,0%
8 Mora	P	82.321	110.500	202.335	177.324	58.201	63.976	70.245	26.535	21.596	13.820	6.834	1.211	-82,3%
9 Santa Cruz das Flores	P	42.452	61.246	65.215	45.615	19.583	21.552	22.607	10.501	6.905	5.327	1.507	1.322	-12,3%
10 Marvão	P	11.235	21.667	44.696	44.415	16.283	21.435	22.716	8.744	7.237	4.636	2.439	1.388	-43,1%
11 Porto Santo	P	35.279	48.846	98.894	37.708	13.651	19.548	17.461	7.527	55.068	44.477	1.805	1.720	-4,7%
12 Vila Velha de Ródão	P	54.965	71.133	75.846	90.216	34.490	22.307	24.097	10.462	6.634	4.775	2.862	1.886	-34,1%
13 Proença-a-Nova	P	45.547	67.435	80.772	43.116	25.462	65.571	66.083	22.860	18.183	12.539	1.910	1.918	0,4%
14 Redondo	P	2.358	2.865	0	329	4.867	11.280	14.178	4.206	2.245	1.261	360	2.058	470,9%
15 Alcácer do Sal	P	47.329	55.226	56.172	46.616	16.905	103.429	47.888	19.771	24.941	8.591	3.216	2.178	-32,3%
16 Penalva do Castelo	P	158.203	198.049	222.903	160.315	54.953	58.682	53.607	19.757	15.696	8.897	4.515	2.229	-50,6%
17 Boticas	P	122.302	144.377	189.961	128.855	57.716	60.509	82.100	36.799	20.788	9.594	4.681	2.358	-49,6%
18 Arronches	P	36.584	42.399	65.237	115.290	29.160	32.658	30.351	12.217	11.997	11.751	3.571	2.598	-27,3%
19 Mogadouro	P	183.952	290.784	380.341	269.079	101.288	154.946	114.908	42.380	28.629	18.083	7.199	2.878	-60,0%
20 Benavente	M	108.268	141.507	146.058	107.226	59.484	74.085	66.453	20.571	12.610	7.314	2.849	2.908	2,1%
21 Ponte de Lima	M	58.051	45.270	104.458	60.167	18.850	20.932	19.583	16.192	6.478	4.788	2.874	3.034	5,6%
22 Montalegre	P	252.400	426.511	660.675	547.540	119.368	123.183	99.460	44.190	25.452	14.102	6.308	3.273	-48,1%
23 Lagoa (Algarve)	M	136.927	175.413	214.125	167.279	85.663	398.861	609.199	475.126	285.963	104.105	8.835	4.423	-49,9%
24 Albergaria-a-Velha	M	126.861	192.022	461.432	289.890	74.218	99.851	133.246	73.433	56.230	31.469	12.248	4.470	-63,5%
25 Alter do Chão	P	31.178	52.632	69.838	54.786	28.938	29.651	31.624	20.395	24.085	19.376	9.179	4.496	-51,0%
26 Murtosa	P	38.107	50.190	52.948	17.935	15.363	24.109	14.862	9.296	9.088	6.923	5.537	4.907	-11,4%
27 Castro Marim	P	0	158.139	186.144	160.645	63.849	78.824	86.509	29.872	88.129	31.589	8.733	5.006	-42,7%
28 Oliveira do Hospital	P	48.468	64.390	75.323	89.769	39.492	90.121	67.254	44.901	57.163	24.370	1.568	5.207	232,1%
29 Sátão	P	668.891	197.056	207.207	110.388	41.155	44.428	33.574	15.298	11.212	6.519	34.177	5.702	-83,3%
30 Vila Nova de Foz Côa	P	86.478	137.947	136.797	122.729	56.735	71.062	88.466	95.386	80.269	37.527	17.049	6.342	-62,8%
31 Porto de Mós	M	59.442	89.726	127.210	144.857	56.945	84.773	91.291	46.266	34.459	22.433	11.414	6.960	-39,0%
32 Sabugal	P	81.762	147.434	183.176	136.618	71.968	108.768	99.098	31.520	38.815	22.677	9.767	7.021	-28,1%
33 Vila Flor	P	129.344	131.238	163.722	141.975	41.532	54.295	51.350	20.751	18.378	12.288	8.894	7.131	-19,8%
34 Arcos de Valdevez	M	155.526	305.614	374.331	559.517	395.572	156.646	180.608	78.804	50.387	86.952	22.673	7.334	-67,7%
35 Gavião	P	29.587	34.376	49.430	84.186	35.136	42.010	36.554	18.892	16.011	11.368	9.479	7.394	-22,0%

Da análise do Ranking *R40*, verifica-se em 2017:

- Da lista dos 35 municípios hierarquizados, apenas seis são de média dimensão, sendo os restantes de pequena dimensão.
- A maioria dos municípios listados apresentaram uma descida significativa dos montantes da despesa paga em juros e outros encargos financeiros, sendo de relevar: Ponte de Sor (-96%, -21,7 milhares de euros), Satão (-83,3%, -28,4 milhares de euros), Vila Nova de Foz Côa (-62,8%, -10,7 milhares de euros) e Arcos de Valdevez (-67,7%, -15,4 milhares de euros)
- Será de anotar, com referência a este ranking, os municípios de Redondo e Oliveira do Hospital, que apresentaram um aumento extraordinário desta despesa, em respetivamente +470,9% (+1,7 milhares de euros) e +232,1% (+5,2 milhares de euros). Em relação ao município de Redondo a razão do aumento prende-se com a existência de “Juros locação financeira - material de transporte” no valor de 1,8 mil euros e em relação a Oliveira do Hospital com o aumento de juros de empréstimos de médio e longo prazo.

Apresentam-se de seguida os *Rankings (R41 e R41)* dos 35 municípios com maior e menor volume de despesa paga em juros no total dos 12 anos em análise. O valor de juros por habitante é um indicador que pode levar a interpretações incorretas. Por exemplo, um município de 10.000 habitantes não tem de investir 10 vezes mais que um município de 1.000 habitantes. Por outro lado, em vários casos os investimentos estão ligados ao turismo e não à população residente.

R41 – Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em juros e outros encargos financeiros desde 2006, por mandato

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2006-2009	Mandato 2010-2013	Mandato 2014-2017	TOTAL 2006 a 2017	Nº de habitantes (censos 2011)	Juros por habitante	Juros / Invest. total
1	Lisboa	G	83.473.814	44.749.633	31.324.448	159.547.894	547.733	291,3	16,8%
2	Vila Nova de Gaia	G	31.973.027	17.199.157	18.698.974	67.871.158	302.295	224,5	27,0%
3	Porto	G	22.250.315	14.231.112	9.439.899	45.921.326	237.591	193,3	20,5%
4	Aveiro	M	22.823.479	15.554.808	7.520.117	45.898.404	78.450	585,1	38,1%
5	Portimão	M	3.693.258	14.022.796	26.205.302	43.921.356	55.614	789,8	45,9%
6	Seia	M	6.481.236	14.762.233	8.418.087	29.661.556	24.702	1.200,8	45,2%
7	Évora	M	6.857.794	7.164.681	13.199.390	27.221.866	56.596	481,0	41,9%
8	Seixal	G	6.246.878	4.910.094	10.665.783	21.822.754	158.269	137,9	18,0%
9	Maia	G	12.606.409	6.054.495	2.589.770	21.250.674	135.306	157,1	11,8%
10	Sintra	G	8.245.782	10.425.519	2.508.994	21.180.295	377.835	56,1	11,1%
11	Vila Real de Santo António	P	1.388.742	5.906.565	12.906.352	20.201.660	19.156	1.054,6	33,2%
12	Setúbal	G	10.166.071	3.823.362	6.043.174	20.032.608	121.185	165,3	16,1%
13	Loures	G	9.453.279	8.275.592	2.219.884	19.948.755	205.054	97,3	11,7%
14	Figueira da Foz	M	6.855.252	8.882.176	3.914.524	19.651.952	62.125	316,3	23,8%
15	Braga	G	13.913.557	4.398.600	1.117.196	19.429.353	181.494	107,1	11,8%
16	Santarém	M	6.237.059	5.900.201	7.147.278	19.284.537	62.200	310,0	26,6%
17	Leiria	G	10.727.089	3.602.610	4.262.154	18.591.854	126.897	146,5	14,2%
18	Vila do Conde	M	9.468.289	3.461.318	5.206.609	18.136.216	79.533	228,0	17,7%
19	Guimarães	G	10.737.035	4.115.913	2.818.519	17.671.466	158.124	111,8	8,0%
20	Fundão	M	3.758.608	6.113.823	6.676.765	16.549.197	29.213	566,5	12,6%
21	Faro	M	6.385.096	4.862.403	5.283.803	16.531.302	64.560	256,1	25,7%
22	Coimbra	G	7.453.249	4.499.754	3.359.958	15.312.961	143.396	106,8	11,0%
23	Cartaxo	M	3.610.217	2.424.086	9.013.511	15.047.814	24.462	615,2	37,5%
24	Oeiras	G	3.471.296	4.564.918	6.925.112	14.961.326	172.120	86,9	4,2%
25	Odivelas	G	8.842.149	4.249.988	1.677.766	14.769.903	144.549	102,2	16,8%
26	Funchal	G	5.383.156	4.728.840	3.875.358	13.987.354	111.892	125,0	7,1%
27	Santa Cruz	M	2.330.744	2.434.027	9.189.033	13.953.804	43.005	324,5	22,0%
28	Covilhã	M	7.062.285	4.206.048	2.117.711	13.386.044	51.797	258,4	12,9%
29	Guarda	M	4.557.823	4.784.967	3.925.595	13.268.385	42.541	311,9	15,3%
30	Marco de Canaveses	M	7.726.143	2.550.219	1.560.679	11.837.041	53.450	221,5	27,2%
31	Santa Maria da Feira	G	4.770.967	4.250.044	2.706.592	11.727.604	139.312	84,2	6,6%
32	Matosinhos	G	5.102.516	3.407.880	3.148.174	11.658.570	175.478	66,4	4,2%
33	Chaves	M	2.821.973	2.042.553	6.702.690	11.567.217	41.243	280,5	10,0%
34	Paços de Ferreira	M	2.606.966	4.611.632	4.156.000	11.374.598	56.340	201,9	9,9%
35	Nazaré	P	1.031.948	5.581.188	4.725.906	11.339.042	15.158	748,1	36,1%
Total - 308 municípios			726.759.394	522.987.384	421.489.243	1.671.236.021	10.562.178	158,2	8,5%

R42 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em juros em valores acumulados desde 2006 ordenados pelo total

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2006-2009	Mandato 2010-2013	Mandato 2014-2017	TOTAL 2006 a 2017	Nº de habi- tantes (censos 2011)	Juros por habitante	Juros / Invest. total
1	Penedono	P	0	0	0	0	2.952	0,0	0,0%
2	Redondo	P	5.552	34.531	5.924	46.006	7.031	6,5	0,2%
3	Marvão	P	122.013	69.177	15.700	206.890	3.512	58,9	0,9%
4	Murtosa	P	159.180	63.630	26.456	249.265	10.585	23,5	0,6%
5	Lajes das Flores	P	140.706	90.113	21.369	252.187	1.504	167,7	1,3%
6	Alvito	P	212.745	71.435	18.565	302.745	2.504	120,9	2,7%
7	Santa Cruz das Flores	P	214.527	74.243	15.060	303.830	2.289	132,7	2,0%
8	Viana do Alentejo	P	172.598	69.941	67.752	310.291	5.743	54,0	1,7%
9	Corvo	P	244.324	63.415	13.009	320.748	430	745,9	2,8%
10	Cinfães	P	183.666	76.670	64.589	324.924	20.427	15,9	0,7%
11	Castelo de Vide	P	264.616	54.711	9.377	328.704	3.407	96,5	2,1%
12	Pampilhosa da Serra	P	276.142	51.487	1.915	329.544	4.481	73,5	0,7%
13	Batalha	P	171.983	120.623	52.482	345.087	15.805	21,8	1,0%
14	Ponte de Lima	M	267.946	75.557	17.173	360.677	43.498	8,3	0,3%
15	Gavião	P	197.578	132.592	44.251	374.421	4.132	90,6	1,5%
16	Alter do Chão	P	208.433	110.609	57.135	376.176	3.562	105,6	2,0%
17	Porto Santo	P	220.727	58.187	103.070	381.983	5.483	69,7	2,3%
18	Ponte de Sor	P	229.137	103.898	52.388	385.423	16.722	23,0	0,5%
19	Arronches	P	259.510	104.386	29.916	393.812	3.165	124,4	1,7%
20	Vila Velha de Ródão	P	292.160	91.356	16.157	399.674	3.521	113,5	1,5%
21	Penacova	P	199.775	110.819	120.960	431.554	15.251	28,3	1,2%
22	Alcácer do Sal	P	205.343	187.992	38.926	432.261	13.046	33,1	1,3%
23	São Roque do Pico	P	305.769	94.991	46.164	446.924	3.388	131,9	2,9%
24	Proença-a-Nova	P	236.870	179.976	34.549	451.395	8.314	54,3	1,1%
25	Oleiros	P	176.153	178.762	125.843	480.758	5.721	84,0	1,3%
26	Golegã	P	206.807	134.876	140.812	482.495	5.465	88,3	2,7%
27	Vila de Rei	P	233.167	178.731	99.692	511.591	3.452	148,2	2,1%
28	São Brás de Alportel	P	322.897	167.103	54.437	544.437	10.662	51,1	2,1%
29	Alcoutim	P	360.136	82.614	103.280	546.029	2.917	187,2	1,7%
30	Campo Maior	P	143.383	203.475	213.367	560.224	8.456	66,3	2,0%
31	Belmonte	P	269.209	167.114	154.002	590.324	6.859	86,1	2,2%
32	Santa Cruz da Graciosa	P	210.355	258.463	127.861	596.680	4.391	135,9	2,6%
33	Oliveira do Hospital	P	277.950	241.768	88.307	608.026	20.855	29,2	1,4%
34	Vila do Porto	P	230.385	64.089	363.050	657.523	5.552	118,4	3,7%
35	Portel	P	355.043	170.638	140.273	665.954	6.428	103,6	2,7%

2.4. Situação Orçamental Global

2.4.1. Comparação da Receita Cobrada com a Despesa Realizada e Paga

Este ponto é dedicado à comparação entre o volume da despesa e o volume da receita uma vez que a sustentabilidade das finanças autárquicas assenta no equilíbrio destas duas componentes orçamentais. Essa comparação deverá efetuar-se entre a despesa assumida e a receita liquidada, se bem que a Lei dos Compromissos obriga ao equilíbrio entre a despesa assumida e a receita cobrada, admitindo excepcionalmente que sejam utilizadas como referên-

cias para a despesa, receitas certas a cobrar. Ou seja, entendemos que a receita liquidada é uma receita cujo direito a receber já se encontra constituído.

Pelo exposto, toda a análise efetuada neste ponto do anuário assentará prioritariamente na comparação entre a receita liquidada e a despesa assumida. Contudo, apresentar-se-á comparação entre a receita cobrada e a despesa paga, face à contabilidade de caixa ainda vigente na orçamentação pública, essencialmente, para cálculo dos saldos de gerência.

Quadro 2.35 – Excesso da Despesa sobre a Receita

Unidade: milhões de euros

	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Receitas*	Receitas previstas iniciais	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	9.269,1
	Receitas previstas corrigidas	11.123,6	11.215,2	11.572,3	13.002,0	12.995,1	12.595,6	11.674,3	10.855,5	9.323,9	8.784,0	8.802,2	9.276,5
	Receitas liquidadas - liquidações anuladas	7.140,2	7.599,2	7.789,8	8.291,3	7.978,1	7.887,7	7.699,3	7.769,7	7.465,9	7.525,0	7.799,4	8.389,0
	Receitas cobradas	7.001,0	7.541,6	7.746,9	8.198,0	7.859,5	7.771,6	7.683,4	7.806,3	7.337,2	7.518,4	7.738,0	8.311,5
	Receitas liquidadas p/ cobrar (créditos s/ terc.)	139,1	57,6	42,9	93,4	118,6	116,2	15,9	-36,6	128,8	6,5	61,4	77,5
	Saldos exercício anterior	194,6	228,4	335,8	293,2	166,8	261,7	334,1	422,7	501,3	628,8	912,7	1.186,4
Despesas	Despesas previstas iniciais	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	9.277,6
	Despesas previstas corrigidas	11.309,9	11.439,3	11.898,3	13.237,5	13.187,6	12.832,9	11.991,2	11.257,5	9.817,1	9.402,2	9.710,5	10.486,0
	Compromissos do exercício	9.320,4	9.581,9	10.051,4	11.135,0	10.699,6	10.481,6	9.804,9	9.435,7	8.512,1	8.219,4	8.458,8	9.280,4
	Despesas pagas no exercício	6.992,1	7.410,3	7.875,9	8.358,1	7.872,0	7.720,2	7.587,1	7.730,7	7.218,8	7.230,9	7.466,4	8.059,3
Excesso de despesa sobre receita	(Receitas liquidadas + Saldos exercício anterior) - Despesas comprometidas	-1.985,6	-1.754,2	-1.925,8	-2.550,5	-2.554,7	-2.332,2	-1.771,4	-1.243,3	-544,8	-65,6	253,3	295,0
	(Receitas cobradas + Saldos exercício ant.) - Despesas comprometidas	-2.124,7	-1.811,8	-1.968,7	-2.643,9	-2.673,3	-2.448,3	-1.787,3	-1.206,7	-673,6	-72,2	191,9	217,5

* O valor apresentado em receitas previstas, liquidadas e cobradas não inclui o saldo de gerência anterior.

Da leitura do quadro 2.35, podemos concluir o seguinte:

– **Consolidação da deflação das previsões orçamentais, que baixaram 1,8 mil milhões de euros (-16,6%) no período de 2006 a 2017, apesar do aumento de receitas cobradas de +1,3 mil milhões de euros (+18,7%) verificado no mesmo período.** Esta correlação entre a variação da previsão orçamental e da cobrança de receita mostra o esforço dos municípios para a promoção da sustentabilidade financeira exigida a toda administração pública.

– Pese embora o deflacionamento do orçamento da receita e consequentemente ao deflacionamento do orçamento da despesa, o volume dos compromissos assumidos de 2017 relativamente a 2006 diminuiu muito ligeiramente -0,4% (-39,9 M€) devido fundamentalmente ao aumento de receita verificada, permitindo os municípios assumirem de forma mais sustentada encargos que considerem ser benefícios para os seus munícipes. Assim, o rácio de pagamento de encargos assumidos passou de 75% em 2006 para 86,8% em 2017.

– Decorrente da conclusão anterior, verifica-se que o volume de despesa paga aumentou 15,3% (+1.067,2 M€) de 2006 para 2017, tendo na despesa corrente os pagamentos aumentado 30% (+1.266,2 M€), com os pagamentos da despesa de capital a apresentarem uma descida de -7,2% (-199 M€) neste período de 12 anos

– 235 municípios apresentaram um orçamento inicial de despesa inferior ao orçamento corrigido, por via da inclusão dos saldos de gerência, aprovação de empréstimos bancários e, eventualmente, inscrição de receitas não previstas, como financiamentos comunitários. Não se dispõem de informação sobre a discriminação de cada uma destas situações em relação à totalidade dos municípios.

– O volume de receitas liquidadas acrescido dos saldos dos exercícios anteriores foi superior ao volume de despesas assumidas em 295 M€ (saldo Orçamental, na ótica dos compromissos e liquidações das receitas), melhorando a performance em +16% (+42M€) Este indicador só começou a apresentar valor positivo a partir de 2016, demonstrando a sustentabilidade financeira procurada pela generalidade dos municípios.

Os Rankings 43 e 44 mostram, para cada caso, os 35 municípios respetivamente com maiores revisões orçamentais positivas ou negativas

R43 – Municípios que apresentam maior diferença positiva entre o orçamento inicial e o orçamento corrigido da Despesa em 2017

Unidade: euros

Município		Dim.	Orçamento inicial	Orçamento corrigido	Diferença (corrigido – inicial)	
			2017	2017	Valor	%
1	Lisboa	G	775.097.644	924.427.493	149.329.849	19,3%
2	Albufeira	M	73.481.127	130.561.931	57.080.804	77,7%
3	Marco de Canaveses	M	27.176.270	62.263.497	35.087.227	129,1%
4	Vila do Conde	M	53.700.000	86.619.612	32.919.612	61,3%
5	Cartaxo	M	39.769.345	72.243.904	32.474.559	81,7%
6	Leiria	G	76.000.000	106.000.000	30.000.000	39,5%
7	Coimbra	G	94.672.975	123.371.566	28.698.591	30,3%
8	Matosinhos	G	112.247.569	140.470.719	28.223.150	25,1%
9	Fornos de Algodres	P	6.040.000	34.198.684	28.158.684	466,2%
10	Vila Franca de Xira	G	61.099.833	89.041.945	27.942.112	45,7%
11	Guimarães	G	105.916.826	133.432.979	27.516.153	26,0%
12	Oeiras	G	128.023.360	155.260.352	27.236.992	21,3%
13	Viseu	M	66.790.483	92.705.496	25.915.013	38,8%
14	Loulé	M	104.451.778	128.477.124	24.025.345	23,0%
15	Faro	M	39.295.018	61.652.063	22.357.045	56,9%
16	Seixal	G	83.106.887	105.432.089	22.325.202	26,9%
17	Vila Nova de Gaia	G	159.988.910	178.690.490	18.701.580	11,7%
18	Almada	G	86.455.649	105.143.731	18.688.082	21,6%
19	Santa Maria da Feira	G	63.032.132	80.431.369	17.399.237	27,6%
20	Vila Nova de Famalicão	G	85.927.247	103.285.373	17.358.127	20,2%
21	Mafra	M	53.725.910	69.602.480	15.876.570	29,6%
22	Vizela	M	13.681.806	28.808.122	15.126.316	110,6%
23	Amadora	G	87.221.141	101.342.779	14.121.638	16,2%
24	Aljô	P	11.101.054	25.155.256	14.054.202	126,6%
25	Cascais	G	196.007.161	209.788.154	13.780.993	7,0%
26	Lagos	M	50.036.149	63.682.539	13.646.390	27,3%
27	Pombal	M	37.532.266	49.435.600	11.903.334	31,7%
28	Ponte de Lima	M	40.000.000	51.869.385	11.869.385	29,7%
29	Setúbal	G	119.377.838	131.058.868	11.681.030	9,8%
30	Coruche	P	21.283.813	31.730.771	10.446.958	49,1%
31	Barcelos	G	60.774.000	71.208.483	10.434.483	17,2%
32	Marinha Grande	M	21.906.669	32.086.492	10.179.823	46,5%
33	Vale de Cambra	M	17.916.500	28.073.435	10.156.935	56,7%
34	Loures	G	120.000.000	129.945.252	9.945.252	8,3%
35	Lagoa (Algarve)	M	35.394.005	44.614.154	9.220.149	26,1%

De acordo com o Ranking R43 o município que procedeu à maior revisão orçamental da despesa foi o município de Lisboa, acrescentando em +149,3 M€ (+19,3%) o orçamento inicialmente votado.

– Mais se verifica que há municípios com acréscimos de dotações orçamentais superiores a 50%, na maior parte dos casos resultante da inscrição em orçamento de empréstimos financeiros aprovados durante o ano económico em curso ou a utilização de empréstimos ao abrigo do FAM (Cartaxo e Fornos de Algodres), bem como a inclusão do saldo de gerência anterior que conduziram a alterações/ revisões orçamentos fazendo crescer as dotações orça-

mentais da despesa. Houve situações que acrescem à inclusão dos saldos transitados e gerências anteriores o aumento de valor de transferências de capital.

O ranking R43.C mostra os municípios que apresentaram um montante de orçamento corrigido, igual ou superior ao montante inicial, independentemente de constarem no ranking R43.

Os gráficos a seguir apresentados mostram em simultâneo as linhas evolutivas das diferentes fases da receita e da despesa, permitindo visualizar as comparações expressas nos pontos anteriores.

R43.C – Municípios que apresentam, em 2017, orçamento corrigido da Despesa superior a 50% do valor do orçamento inicial.

Unidade: euros

	Município	Dim.	Orçamento inicial	Orçamento corrigido	Diferença (corrigido – inicial)	
			2017	2017	Valor	%
1	Fornos de Algodres	P	6.040.000	34.198.684	28.158.684	466,2%
2	Marco de Canaveses	M	27.176.270	62.263.497	35.087.227	129,1%
3	Alijó	P	11.101.054	25.155.256	14.054.202	126,6%
4	Vizela	M	13.681.806	28.808.122	15.126.316	110,6%
5	Cartaxo	M	39.769.345	72.243.904	32.474.559	81,7%
6	Albufeira	M	73.481.127	130.561.931	57.080.804	77,7%
7	Porto Moniz	P	5.857.000	9.928.165	4.071.165	69,5%
8	Arronches	P	6.665.000	10.865.000	4.200.000	63,0%
9	Vila do Conde	M	53.700.000	86.619.612	32.919.612	61,3%
10	Velas	P	8.144.611	12.941.323	4.796.712	58,9%
11	Santana	P	6.268.671	9.908.891	3.640.220	58,1%
12	Faro	M	39.295.018	61.652.063	22.357.045	56,9%
13	Vale de Cambra	M	17.916.500	28.073.435	10.156.935	56,7%
14	Borba	P	7.490.328	11.659.732	4.169.404	55,7%

R44 – Municípios que apresentam menor diferença negativa entre o orçamento inicial e o orçamento revisto da Despesa em 2017

Unidade: euros

Município	Dím.	Orçamento inicial	Orçamento corrigido	Diferença (corrigido – inicial)	
		2017	2017	Valor	%
1 Crato	P	16.381.145	10.392.642	-5.988.503	-36,6%
2 Penafiel	M	72.380.000	66.783.605	-5.596.395	-7,7%
3 Vila Nova da Barquinha	P	13.130.816	8.377.440	-4.753.376	-36,2%
4 Tomar	M	36.378.184	31.669.590	-4.708.594	-12,9%
5 Peso da Régua	P	23.914.579	19.396.899	-4.517.680	-18,9%
6 São João da Madeira	M	24.712.438	20.341.886	-4.370.552	-17,7%
7 Angra do Heroísmo	M	26.825.363	22.518.937	-4.306.426	-16,1%
8 Paredes	M	62.789.450	58.672.928	-4.116.522	-6,6%
9 Gouveia	P	20.480.218	16.408.168	-4.072.050	-19,9%
10 Aljustrel	P	17.788.434	14.216.660	-3.571.774	-20,1%
11 Nisa	P	18.607.865	15.108.138	-3.499.726	-18,8%
12 Amarante	M	41.171.962	38.070.479	-3.101.483	-7,5%
13 Santa Comba Dão	P	12.432.653	9.738.680	-2.693.973	-21,7%
14 Tabuaço	P	14.490.000	11.814.237	-2.675.763	-18,5%
15 Vila Nova de Paiva	P	10.066.128	7.400.000	-2.666.128	-26,5%
16 Espinho	M	32.818.400	30.199.400	-2.619.000	-8,0%
17 Vila Flor	P	14.108.871	11.702.371	-2.406.500	-17,1%
18 Belmonte	P	10.735.300	8.412.900	-2.322.400	-21,6%
19 Pinhel	P	19.523.360	17.239.654	-2.283.706	-11,7%
20 Figueira de Castelo Rodrigo	P	12.499.771	10.248.169	-2.251.602	-18,0%
21 Moura	P	20.503.490	18.441.790	-2.061.700	-10,1%
22 Sardoal	P	9.856.771	7.974.645	-1.882.126	-19,1%
23 São Pedro do Sul	P	22.653.777	21.072.135	-1.581.642	-7,0%
24 Alter do Chão	P	9.185.226	7.654.590	-1.530.636	-16,7%
25 Tondela	M	30.542.169	29.059.734	-1.482.435	-4,9%
26 Vila Franca do Campo	P	11.790.369	10.345.951	-1.444.418	-12,3%
27 Mogadouro	P	17.561.880	16.135.880	-1.426.000	-8,1%
28 Alpiarça	P	10.000.000	8.578.077	-1.421.923	-14,2%
29 Armamar	P	10.620.540	9.281.799	-1.338.741	-12,6%
30 Covilhã	M	37.272.010	35.968.731	-1.303.279	-3,5%
31 Santarém	M	47.950.000	46.747.897	-1.202.103	-2,5%
32 Povoação	P	7.834.661	6.685.381	-1.149.280	-14,7%
33 Praia da Vitória	M	18.034.362	16.928.050	-1.106.312	-6,1%
34 Abrantes	M	32.412.730	31.372.730	-1.040.000	-3,2%
35 Paredes de Coura	P	13.416.155	12.387.127	-1.029.028	-7,7%

Gráfico 2.o8 – Evolução da Receita Liquidada⁴⁸, Receita Cobrada⁴⁹, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos exercícios de 2006 a 2017

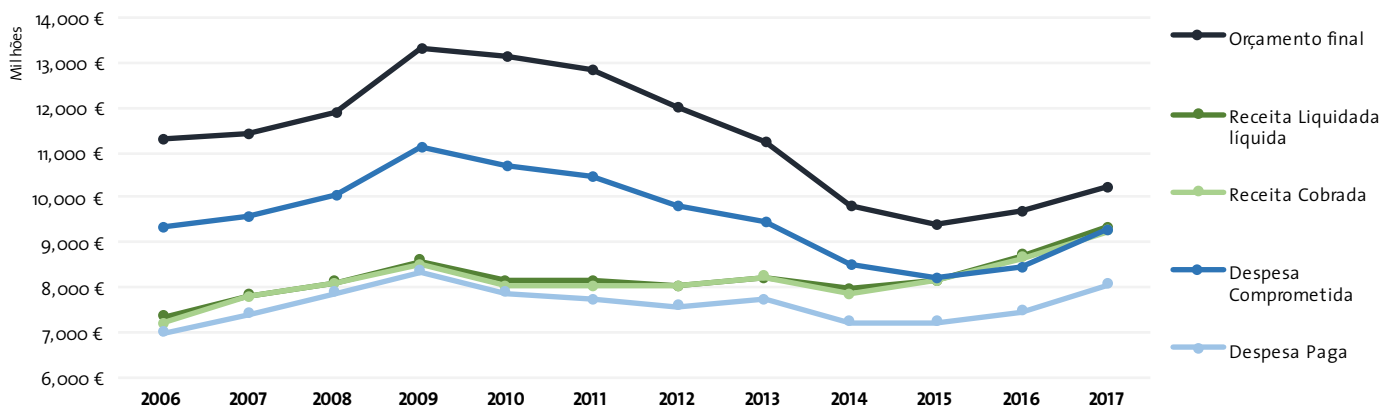
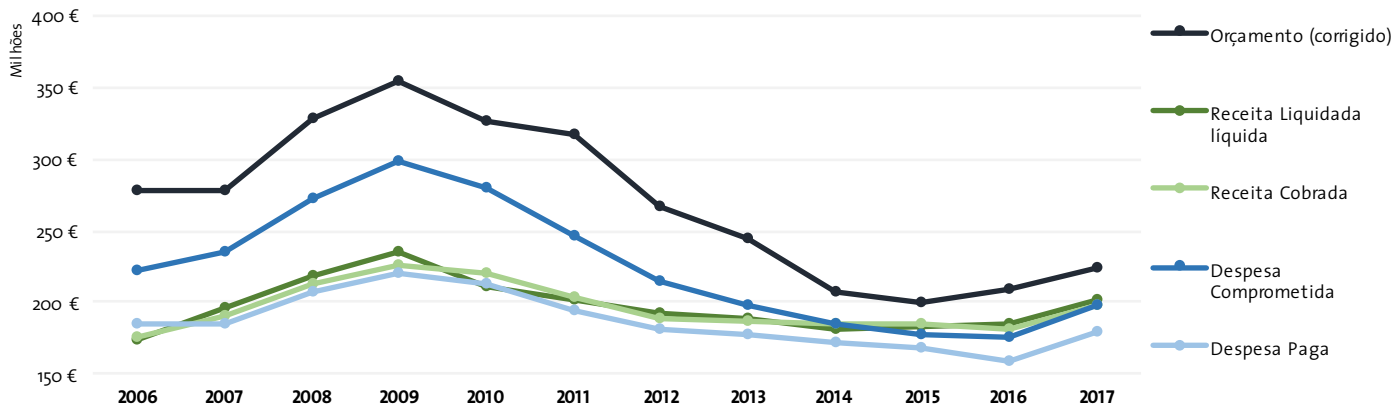


Gráfico 2.o8.A – Evolução da Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos municípios da R.A. dos Açores, nos exercícios de 2006 a 2017



⁴⁸ Inclui o valor dos saldos da gerência anterior

⁴⁹ Inclui o valor dos saldos da gerência anterior

Gráfico 2.08.M – Evolução da Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos municípios da R.A. da Madeira, nos exercícios de 2006 a 2017

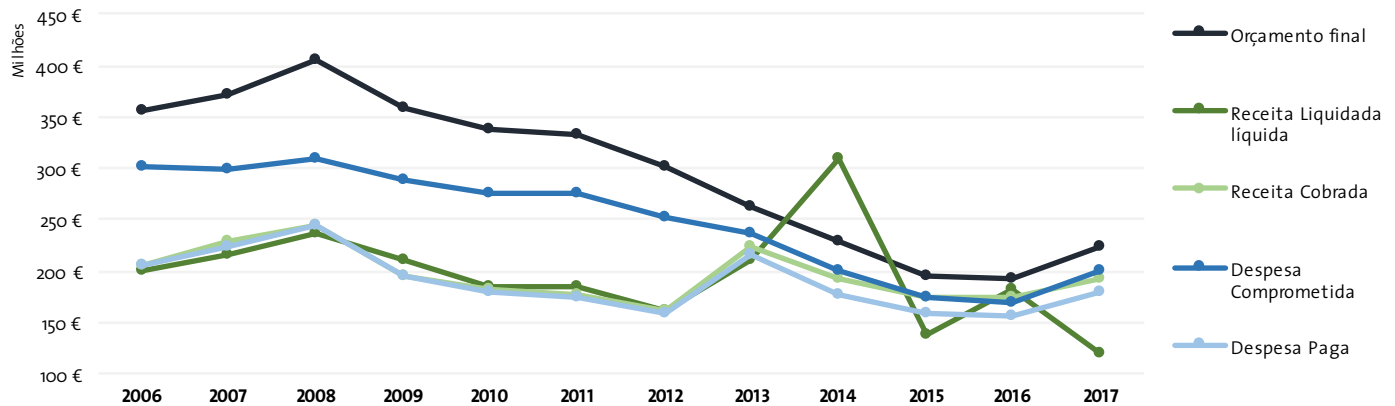


Gráfico 2.09 – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada, em 2017

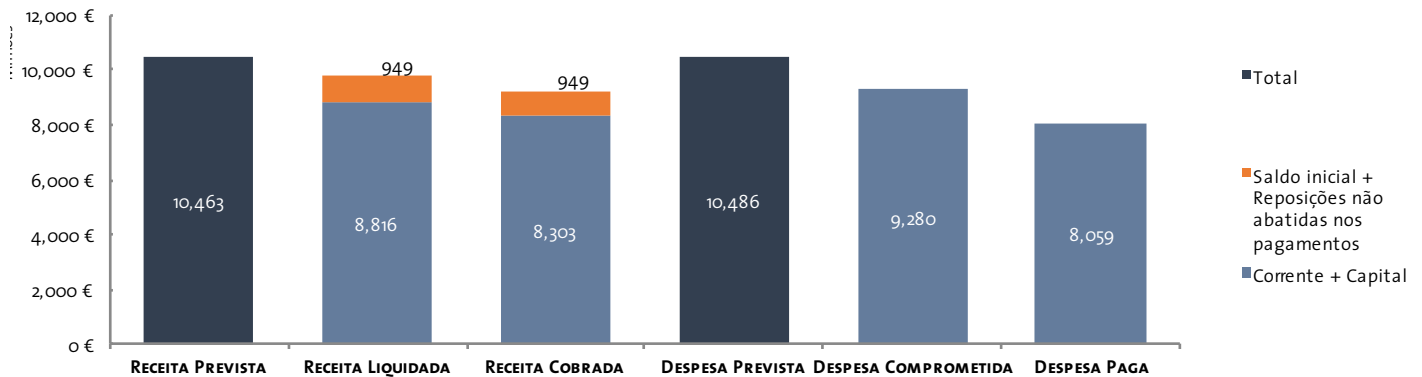


Gráfico 2.09.A – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada nos municípios da R.A. dos Açores, 2017

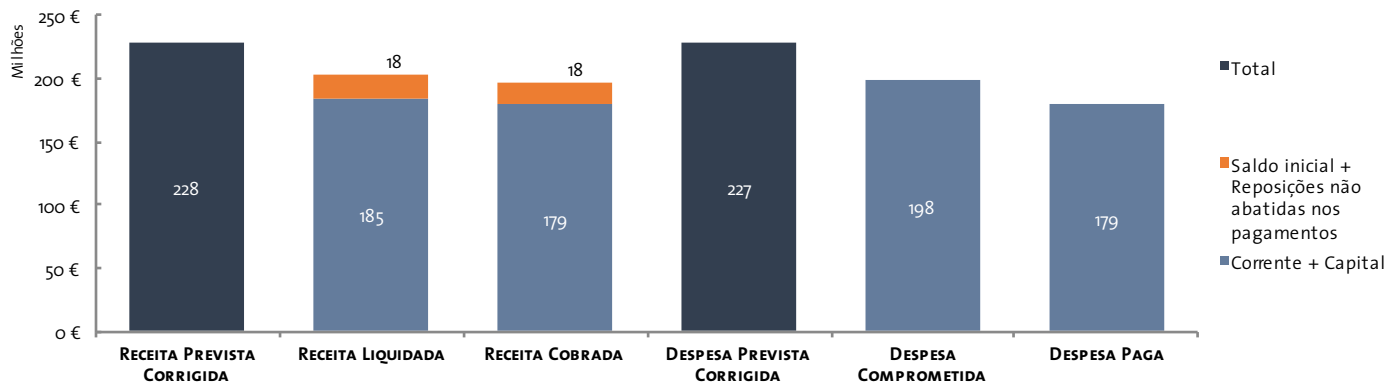
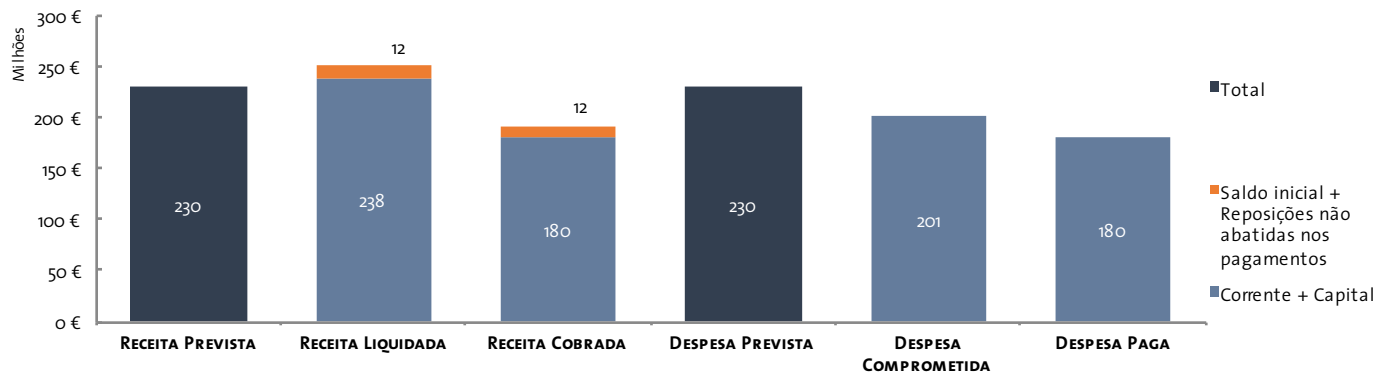


Gráfico 2.09.M – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada nos municípios da R.A. da Madeira, 2017



O Quadro 2.36 que se segue, mostra alguns indicadores relativos a despesas e receitas evidenciando-se os valores médios, máximos e mínimos, referenciando-se os municípios responsáveis pelos extremos. São rácios que comparam a receita cobrada com a receita prevista no que respeita à receita, e a despesa paga com a despesa

orçada no que se refere à despesa.

Reforçando as observações anteriores no Quadro 2.37 apresentam-se, para o período entre 2006 e 2017, os valores médios e extremos dos graus de execução da despesa assumida e da receita liquidada.

Quadro 2.36 – Indicadores da Despesa e da Receita

		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Grau de execução da Despesa*	Mínimo	28%	25%	34%	28%	24%	24%	21%	19%	23%	27%	30%	29%
		Borba	Aveiro	Castanheira de Pera	Cartaxo	Portimão	Portimão	Portimão	Aveiro	Nazaré	Portimão	Nazaré	Nazaré
	Máximo	92%	99%	94%	92%	95,3%	94,9%	94%	96%	97%	100%	100%	98%
		Benavente	Pombal	Mealhada	S. João da Pesqueira	S. João da Pesqueira	Fornos de Algodres	Fornos de Algodres	Funchal	S. Roque Pico	Aljezur	Alfândega da Fé	Alfândega da Fé
Médio	62%	65%	65%	63%	60%	60%	63%	69%	75%	80%	78%	77%	
Grau de execução da Receita**	Mínimo	28%	24%	35%	28%	28%	24%	21%	22%	23%	26%	31%	28%
		Borba	Aveiro	Guarda	Cartaxo	Trofa	Portimão	Portimão	Cartaxo	Nazaré	Portimão	Nazaré	Nazaré
	Máximo	102%	118%	100%	93%	96%	100%	103%	102%	107%	118%	116%	115%
		Mafra	Albufeira	Sobral Monte Agraço	Fornos de Algodres	S. João da Pesqueira	Aguiar da Beira	Marvão	Mealhada	Albufeira	Albufeira	Leiria	Porto
Médio	64%	68%	67%	64%	61%	62%	66%	72%	81%	86%	87%	85%	
Receitas por cobrar / receitas liquidadas***	Mínimo	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
	Máximo	60%	39%	40%	44%	65%	62%	75%	55%	81%	52%	376%	53%
		Funchal	Funchal	Fundão	Fundão	Guarda	Seixal	Seixal	Seixal	Santa Cruz	Seixal	Santa Cruz	Chaves
Médio	7%	8%	7%	8%	9%	10%	10%	10%	11%	11%	10%	6%	
Despesas de Investimento / despesas totais	Mínimo	3%	3%	3%	2,8%	2,2%	0,7%	0,0%	2,4%	0,5%	0,4%	1,4%	1,0%
		Coimbra	Porto	Cartaxo	Cartaxo	Albergaria-a-Velha	Ribeira de Pena	Borba	Loures	Porto Santo	Porto Santo	Alpiarça	Porto Santo
	Máximo	69%	69%	68%	55%	59%	54%	60%	62%	55%	53%	49%	49%
		São Vicente	Ribeira Brava	Castelo Branco	Ribeira Brava	Mondim de Basto	Murtosa	Murtosa	Corvo	Lajes das Flores	Alvaiázere	Corvo	Vale de Cambra
Médio	27%	28%	28%	25%	23%	22%	20%	21%	18%	18%	14%	19%	
Despesas com pessoal / despesas totais	Mínimo	12%	9%	9%	11%	5%	10%	10%	8%	10%	13%	11%	5%
		São Vicente	Covilhã	Castelo Branco	Ribeira Brava	Fornos de Algodres	Seia	Vila Franca do Campo	Fundão	V. Real Sto. António	Nazaré	Alfândega da Fé	Fornos de Algodres
	Máximo	64%	53%	58%	53%	55%	58%	55%	53%	60%	55%	52%	58%
		Barrancos	Sardoal	Alcochete	Moita	Campo Maior	Mourão	Mourão	Alcochete	Mourão	Mourão	Mourão	Porto Santo
Médio	31%	28%	29%	29%	31%	31%	27%	29%	32%	31%	31%	29%	

* Grau de execução da despesa conforme POCAL: valor pago/dotação previsional corrigida.

** Grau de execução da receita conforme POCAL: valor cobrado/montante previsional da receita (corrigido).

*** Receitas liquidadas líquidas. Nos quadros dos anteriores anuários considerou-se receita liquidada bruta.

Quadro 2.37 – Indicadores da Despesa e Receita com base nos compromissos e liquidações

		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Grau de execução da despesa ao nível dos compromissos (compromissos / despesa prevista)	Mínimo	39,8%	49,5%	50,3%	46,2%	46,6%	47,5%	42,4%	44,9%	41,7%	49,7%	42,4%	59,6%
	Máximo	100,0%	100,0%	100,0%	100,2%	99,2%	99,7%	99,9%	99,6%	99,7%	100,0%	100,0%	99,9%
	Médio	81,0%	82,8%	82,8%	82,2%	80,1%	81,3%	79,3%	84,2%	86,6%	88,7%	88,1%	88,8%
Grau de execução da receita ao nível das liquidações ((receita liquidada – liquidações anuladas) / receita prevista)	Mínimo	27,5%	24,4%	35,4%	28,4%	28,3%	23,1%	21,5%	21,9%	22,8%	26,5%	30,7%	28,0%
	Máximo	103,9%	121,6%	101,2%	93,8%	97,5%	109,3%	109,8%	103,7%	306,5%	119,2%	121,2%	116,7%
	Médio	64,4%	67,8%	67,2%	63,7%	62,6%	64,5%	66,8%	75,3%	82,0%	86,9%	87,8%	86,5%

– Da análise do Quadro 2.37 confirma-se que, entre 2006 e 2017, a diferença entre a média do grau de execução da despesa e a média do grau de execução da receita diminuiu drasticamente passando de 16,6% em 2006, para 2,3% em 2017, o que contribui para o equilíbrio das contas municipais.

Apresenta-se de seguida o *Ranking R45* que elenca os 35 municípios com maior diferença entre o grau de execução das receitas liquidadas e o grau de execução das despesas assumidas.

Da observação do ranking *R45* verifica-se que, em 2017, os 35 municípios elencados apresentaram uma diferença negativa superior a 15%, entre o grau de execução da receita e o grau de execução da despesa. Para além destes, mais 4 municípios estiveram nessa situação

No universo total dos municípios, 186 apresentaram, em 2017, diferença negativa entre o grau de execução das receitas liquidadas e o grau de execução das despesas comprometidas. Destes, apenas 56 municípios apresentaram um grau de execução das despesas comprometidas superior em menos de 5% ao grau de execução da receita.

As listagens *R45.A* e *R45.M*, mostram a diferença entre o grau de execução da despesa assumida e da receita liquidada, respetivamente nos municípios das regiões dos Açores e da Madeira.

O *Ranking R46* a seguir apresentado mostra os 35 municípios que, em 2017, apresentaram um grau de realização da despesa assumida menor em relação ao da receita liquidada. Apresenta-se para os

mesmos municípios informação relativa à situação homóloga nos dois anos anteriores.

Pela análise das contas do universo dos municípios, verificou-se que 122 municípios apresentaram um volume de receita liquidada igual ou superior ao total de despesa assumida, revelando um maior ajustamento do valor da despesa ao valor da receita possível de cobrar, demonstrando um comportamento de gestão mais propício à redução da dívida comercial.

R45 – Municípios com maior diferença negativa entre o grau de execução de receitas liquidadas* e o grau de execução de despesas comprometidas

	Município	Dim.	2015			2016			2017		
			Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução
1	Nazaré	P	48,3%	93,7%	-45,4%	30,7%	83,8%	-53,1%	28,0%	83,0%	-54,9%
2	Celorico da Beira	P	29,6%	66,7%	-37,1%	45,5%	96,4%	-50,9%	37,8%	88,0%	-50,2%
3	Penafiel	M	62,8%	91,4%	-28,6%	61,8%	90,4%	-28,6%	51,1%	90,3%	-39,2%
4	Cinfães	P	81,5%	90,8%	-9,3%	79,8%	95,7%	-15,9%	62,6%	96,5%	-33,9%
5	Ponte de Lima	M	67,5%	72,7%	-5,2%	62,6%	90,1%	-27,6%	65,2%	95,5%	-30,3%
6	Tábua	P	71,5%	94,9%	-23,3%	71,5%	96,9%	-25,4%	65,7%	95,4%	-29,7%
7	Mirandela	M	72,2%	81,7%	-9,4%	73,5%	92,5%	-19,0%	59,4%	87,5%	-28,0%
8	Tabuaço	P	66,0%	90,8%	-24,9%	67,6%	93,2%	-25,5%	64,5%	91,5%	-27,1%
9	Freixo de Espada à Cinta	P	67,4%	91,6%	-24,1%	66,9%	95,2%	-28,3%	59,2%	86,2%	-27,0%
10	Ourique	P	49,5%	68,1%	-18,5%	46,6%	67,6%	-21,0%	55,3%	82,2%	-27,0%
11	Sines	P	68,6%	89,4%	-20,8%	72,8%	98,8%	-26,0%	70,5%	96,2%	-25,6%
12	Madalena	P	79,0%	82,5%	-3,6%	74,9%	87,3%	-12,4%	62,8%	87,3%	-24,5%
13	Vila Real de Santo António	P	56,4%	96,3%	-39,9%	73,7%	98,3%	-24,6%	75,0%	99,1%	-24,2%
14	Ponte de Sor	P	72,6%	80,9%	-8,2%	110,8%	94,9%	15,9%	72,9%	96,1%	-23,3%
15	Ponte da Barca	P	73,9%	95,1%	-21,1%	82,7%	96,7%	-14,1%	69,9%	93,1%	-23,2%
16	Paços de Ferreira	M	42,2%	99,0%	-56,9%	41,9%	99,6%	-57,7%	75,9%	98,8%	-22,8%
17	Vila Flor	P	89,8%	92,2%	-2,4%	79,4%	88,0%	-8,6%	70,4%	92,3%	-21,9%
18	Paredes	M	68,9%	82,7%	-13,8%	83,7%	98,3%	-14,6%	72,8%	94,6%	-21,9%
19	São Pedro do Sul	P	89,4%	98,2%	-8,8%	89,0%	99,9%	-10,9%	79,0%	99,9%	-20,9%
20	Nelas	P	96,2%	95,9%	0,3%	87,2%	91,0%	-3,8%	73,9%	93,8%	-19,9%
21	Caminha	P	86,4%	96,1%	-9,7%	86,8%	100,0%	-13,2%	69,0%	88,6%	-19,7%
22	Vagos	M	85,5%	95,1%	-9,6%	74,6%	91,1%	-16,5%	80,1%	99,3%	-19,1%
23	Melgaço	P	77,8%	88,8%	-11,0%	85,8%	94,8%	-9,0%	61,8%	80,8%	-19,0%
24	Golegã	P	83,2%	95,7%	-12,4%	86,9%	94,6%	-7,7%	71,2%	89,9%	-18,8%
25	Moimenta da Beira	P	96,8%	98,2%	-1,5%	83,5%	95,4%	-12,0%	76,6%	95,3%	-18,7%
26	Mesão Frio	P	86,4%	97,8%	-11,4%	85,7%	99,6%	-13,9%	81,6%	99,4%	-17,8%
27	Vieira do Minho	P	85,3%	94,1%	-8,8%	88,1%	96,9%	-8,8%	75,4%	93,2%	-17,8%
28	Mira	P	80,5%	93,3%	-12,7%	79,6%	99,0%	-19,3%	76,2%	93,6%	-17,4%
29	Montemor-o-Velho	M	37,7%	82,2%	-44,4%	65,8%	96,7%	-31,0%	75,2%	92,6%	-17,4%
30	Porto Moniz	P	73,2%	66,6%	6,6%	58,1%	70,2%	-12,2%	56,6%	73,8%	-17,2%
31	Pombal	M	78,4%	91,8%	-13,4%	104,5%	97,4%	7,1%	81,2%	98,3%	-17,2%
32	Lamego	M	93,2%	97,6%	-4,4%	89,1%	95,9%	-6,7%	78,9%	95,4%	-16,5%
33	Trofa	M	65,9%	81,4%	-15,5%	60,4%	76,2%	-15,8%	62,8%	79,2%	-16,4%
34	Mogadouro	P	71,1%	89,7%	-18,6%	83,8%	95,5%	-11,7%	81,2%	97,6%	-16,4%
35	Cabeceiras de Basto	P	92,4%	88,6%	3,9%	68,9%	74,3%	-5,4%	62,9%	78,9%	-16,0%
	Média dos 308 municípios		86,9%	88,7%	-1,7%	87,8%	88,1%	-0,3%	86,5%	88,8%	-2,3%

* Receitas liquidadas líquidas.

R45.A – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de Despesas Comprometidas – municípios da R.A. dos Açores

Município	Dim.	2015			2016			2017			
		Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	
1	Madalena	P	79,0%	82,5%	-3,6%	74,9%	87,3%	-12,4%	62,8%	87,3%	-24,5%
2	Praia da Vitória	M	91,0%	97,0%	-6,0%	85,8%	96,4%	-10,6%	85,6%	98,6%	-13,0%
3	Corvo	P	87,2%	81,3%	5,9%	88,7%	74,8%	13,8%	66,3%	76,1%	-9,8%
4	Povoação	P	83,0%	92,5%	-9,4%	93,9%	97,4%	-3,6%	92,5%	99,8%	-7,3%
5	São Roque do Pico	P	97,7%	94,3%	3,4%	93,1%	95,6%	-2,5%	73,4%	80,0%	-6,6%
6	Lajes das Flores	P	86,7%	80,3%	6,3%	86,6%	84,3%	2,4%	90,4%	96,8%	-6,3%
7	Lajes do Pico	P	84,4%	90,0%	-5,7%	73,1%	83,0%	-9,9%	77,4%	81,7%	-4,2%
8	Horta	P	73,1%	80,5%	-7,3%	78,7%	71,8%	6,9%	77,6%	79,6%	-2,0%
9	Angra do Heroísmo	M	97,2%	92,2%	5,0%	92,0%	85,9%	6,1%	90,0%	91,6%	-1,6%
10	Vila Franca do Campo	P	104,8%	94,1%	10,8%	99,0%	86,6%	12,4%	93,8%	94,6%	-0,8%
11	Lagoa (R.A.A)	P	94,2%	95,2%	-1,0%	95,7%	93,7%	2,0%	95,1%	95,1%	-0,1%
12	Vila do Porto	P	71,4%	63,6%	7,8%	45,2%	42,4%	2,8%	63,5%	63,5%	0,0%
13	Santa Cruz da Graciosa	P	91,4%	86,3%	5,1%	84,4%	80,9%	3,4%	93,9%	91,1%	2,8%
14	Nordeste	P	99,8%	81,2%	18,7%	96,1%	80,3%	15,7%	82,9%	80,0%	2,9%
15	Ribeira Grande	M	103,5%	99,0%	4,5%	91,5%	99,3%	-7,9%	101,8%	97,3%	4,5%
16	Ponta Delgada	M	91,8%	96,4%	-4,6%	100,3%	92,9%	7,4%	102,4%	91,3%	11,1%
17	Velas	P	94,8%	70,2%	24,6%	96,8%	59,1%	37,7%	86,0%	70,2%	15,7%
18	Calheta (R. A. A.)	P	101,0%	84,0%	17,0%	105,2%	72,8%	32,5%	90,6%	73,9%	16,6%
19	Santa Cruz das Flores	P	90,8%	64,9%	25,9%	87,9%	64,5%	23,4%	90,6%	66,4%	24,2%
Média dos municípios da RAA			90,7%	85,5%	5,1%	87,8%	81,5%	6,3%	85,1%	85,0%	0,1%
Média dos 308 municípios			86,9%	88,7%	-1,7%	87,8%	88,1%	-0,3%	86,5%	88,8%	-2,3%

R45.M – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de Despesas Comprometidas – municípios da R.A. da Madeira

Município	Dim.	2015			2016			2017			
		Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	
1	Porto Moniz	P	73,2%	66,6%	6,6%	58,1%	70,2%	-12,2%	56,6%	73,8%	-17,2%
2	Câmara de Lobos	M	69,7%	80,2%	-10,5%	79,2%	83,9%	-4,7%	83,4%	96,3%	-12,9%
3	Ribeira Brava	P	80,0%	94,4%	-14,4%	90,1%	95,8%	-5,7%	69,0%	81,9%	-12,8%
4	Machico	M	91,1%	89,3%	1,8%	97,0%	93,1%	3,9%	96,3%	95,2%	1,1%
5	Porto Santo	P	67,1%	89,4%	-22,2%	79,0%	86,0%	-7,0%	78,1%	76,7%	1,5%
6	Santana	P	92,3%	72,5%	19,8%	68,1%	69,4%	-1,2%	89,8%	86,3%	3,4%
7	Funchal	G	89,5%	93,3%	-3,7%	97,3%	96,2%	1,1%	92,1%	86,3%	5,8%
8	Santa Cruz	M	231,7%	98,6%	133,1%	121,2%	96,2%	25,0%	102,2%	95,0%	7,2%
9	Ponta do Sol	P	98,8%	76,0%	22,8%	82,1%	69,9%	12,3%	86,2%	76,3%	9,9%
10	São Vicente	P	94,2%	98,9%	-4,8%	100,1%	99,7%	0,3%	101,9%	91,1%	10,8%
11	Calheta (R. A. M.)	P	81,0%	71,2%	9,8%	73,1%	68,4%	4,7%	100,8%	84,7%	16,2%
Média dos municípios da RAM			97,2%	84,6%	12,6%	85,9%	84,4%	1,5%	86,9%	85,8%	1,2%
Média dos 308 municípios			86,9%	88,7%	-1,7%	87,8%	88,1%	-0,3%	86,5%	88,8%	-2,3%

R46 – Municípios com maior diferença positiva entre o Grau de execução de Receita Liquidada e o Grau e execução da Despesa Comprometida

	Município	Dim.	2015			2016			2017		
			Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução
1	Albufeira	M	119,2%	77,6%	41,7%	104,2%	63,4%	40,9%	107,5%	59,6%	47,9%
2	Marinha Grande	M	103,2%	77,1%	26,1%	103,6%	71,7%	31,8%	102,6%	64,0%	38,6%
3	Coruche	P	96,1%	62,1%	34,1%	101,7%	59,0%	42,7%	97,1%	65,6%	31,5%
4	Mealhada	P	93,1%	87,4%	5,7%	94,4%	78,2%	16,2%	105,8%	75,7%	30,1%
5	Oeiras	G	97,9%	87,3%	10,6%	100,7%	92,2%	8,5%	115,4%	85,7%	29,7%
6	Tavira	M	100,6%	79,3%	21,4%	103,7%	75,8%	27,9%	105,1%	76,6%	28,6%
7	Santa Maria da Feira	G	81,9%	80,4%	1,5%	102,8%	86,1%	16,7%	112,0%	84,5%	27,4%
8	Porto	G	102,2%	84,7%	17,5%	102,8%	84,7%	18,2%	116,7%	90,4%	26,3%
9	Santa Cruz das Flores	P	90,8%	64,9%	25,9%	87,9%	64,5%	23,4%	90,6%	66,4%	24,2%
10	Vila Franca de Xira	G	101,9%	82,9%	19,0%	101,1%	81,4%	19,6%	103,2%	80,4%	22,9%
11	Arronches	P	93,7%	69,7%	24,0%	96,5%	78,0%	18,5%	92,2%	70,0%	22,2%
12	Coimbra	G	83,1%	88,3%	-5,1%	95,2%	86,5%	8,7%	103,9%	81,8%	22,0%
13	Lagos	M	98,0%	91,4%	6,7%	103,6%	86,6%	16,9%	101,9%	80,6%	21,3%
14	Murtosa	P	94,3%	76,6%	17,7%	99,7%	75,9%	23,8%	93,4%	72,9%	20,5%
15	Leiria	G	106,0%	77,6%	28,5%	116,2%	78,4%	37,9%	102,9%	82,6%	20,3%
16	Castanheira de Pera	P	104,2%	97,0%	7,2%	107,7%	94,8%	12,8%	97,4%	77,6%	19,8%
17	Sintra	G	103,8%	87,4%	16,4%	100,2%	91,8%	8,4%	110,5%	90,9%	19,6%
18	Carregal do Sal	P	95,4%	77,4%	18,0%	96,5%	73,2%	23,2%	91,2%	72,0%	19,2%
19	Alvito	P	99,9%	79,4%	20,4%	87,2%	62,4%	24,8%	83,2%	65,0%	18,2%
20	Loures	G	88,2%	92,8%	-4,5%	90,4%	95,1%	-4,7%	108,1%	90,5%	17,6%
21	Calheta (R. A. A.)	P	101,0%	84,0%	17,0%	105,2%	72,8%	32,5%	90,6%	73,9%	16,6%
22	Abrantes	M	104,4%	86,6%	17,7%	103,0%	86,5%	16,5%	101,4%	84,9%	16,5%
23	Redondo	P	94,8%	79,3%	15,5%	100,4%	78,0%	22,4%	90,8%	74,5%	16,3%
24	Calheta (R. A. M.)	P	81,0%	71,2%	9,8%	73,1%	68,4%	4,7%	100,8%	84,7%	16,2%
25	Aveiro	M	45,5%	57,2%	-11,6%	59,3%	66,8%	-7,5%	89,6%	73,5%	16,0%
26	Alvaiázere	P	75,3%	91,5%	-16,2%	84,5%	82,2%	2,3%	99,5%	83,5%	16,0%
27	Velas	P	94,8%	70,2%	24,6%	96,8%	59,1%	37,7%	86,0%	70,2%	15,7%
28	Mora	P	75,7%	86,6%	-11,0%	65,4%	85,3%	-19,9%	99,1%	83,7%	15,4%
29	Nisa	P	87,9%	86,1%	1,7%	88,0%	72,3%	15,7%	91,7%	76,8%	14,9%
30	Grândola	P	87,1%	92,1%	-5,0%	89,1%	91,5%	-2,4%	105,8%	90,9%	14,9%
31	Estarreja	M	72,4%	83,9%	-11,5%	83,2%	88,9%	-5,7%	97,9%	83,7%	14,2%
32	Alcochete	P	69,4%	84,1%	-14,7%	69,6%	74,7%	-5,1%	99,2%	85,7%	13,5%
33	Lagoa (Algarve)	M	109,0%	81,8%	27,2%	108,3%	85,4%	22,9%	102,9%	89,6%	13,3%
34	Mortágua	P	100,3%	70,7%	29,6%	98,3%	74,9%	23,5%	94,7%	81,4%	13,3%
35	Olhão	M	102,8%	95,7%	7,1%	104,1%	91,3%	12,8%	103,1%	90,1%	13,0%

2.4.2. Equilíbrio Orçamental⁵⁰

Um dos indicadores que permitirá verificar o ajustamento da despesa à receita certa e permanente dos municípios, com vista à promoção da sua sustentabilidade financeira é a **comparação entre a receita bruta cobrada e despesa corrente acrescida das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo**, nos termos dos artigos 40.º e 83º da Lei 73/ 2013 de 30 de setembro, que atualiza o Regime Financeiro das Autarquias locais e das entidades intermunicipais.

– Da análise do Quadro 2.38 verifica-se que, em 2017, o sector autárquico, na sua globalidade, apresentou equilíbrio orçamental nos termos da Lei das Finanças Locais ao apresentar um valor francamente positivo do saldo corrente deduzido das amortizações

⁵⁰ Lei 73/ 2013, de 31 de setembro, artigo 40.º - Equilíbrio orçamental

1 - Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

3 - O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4 - Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo. artigo 83.º - Equilíbrio orçamental

Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 40.º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.

médias (Montante calculado nos termos do artigo 83º da LFL) dos empréstimos de médio e longos prazos (1 214,7M€), traduzindo uma melhoria deste indicador em 227M€.

– Mais se verificou que o saldo corrente deduzido das amortizações médias foi maior no conjunto dos municípios de pequena dimensão e menor no grupo dos municípios de grande dimensão. Considerando a definição de **Equilíbrio Orçamental apresentado no artigo 40.º, conjugado com o artigo 83.º** da Lei 73/ 2013 de 31 de setembro, Lei das Finanças Locais apresentam-se, no ranking R47, os 35 municípios com melhor rácio de equilíbrio orçamental, traduzido pela razão entre a despesa corrente acrescida do valor da média das amortizações e a receita corrente bruta cobrada.

No ranking 48 apresentam-se os 35 municípios que com mais baixo indicador de equilíbrio orçamental, isto é, municípios cujos saldos correntes deduzidos das amortizações médias de empréstimos de MLP, embora positivos, estiveram mais próximo de zero.

No ranking R.49 apresentam-se os municípios cujo indicador de equilíbrio orçamental – saldo corrente deduzido das amortizações – embora negativo foi inferior a 5% da receita corrente. São municípios que embora em desequilíbrio orçamental, se encontram dentro dos parâmetros de sustentabilidade admitidos pelo artigo 40.º da Lei das Finanças Locais.

No ranking R50, apresentam-se os municípios em grave desequilíbrio orçamental, isto é, municípios cujo saldo corrente deduzido da média das amortizações é negativo em mais de 5pp das receitas correntes.

Quadro 2.38 – Equilíbrio orçamental

Unidade: milhões de euros

	Total 2015	Total 2016	2017				Variação 16-17
			Pequenos	Médios	Grandes	Total	
Nº de municípios	308	308	186	98	24	308	0
(a) Receita corrente bruta cobrada	6.537,0	6.798,9	2.932,1	2.641,1	1.613,6	7.186,8	387,9
(b) Despesa corrente paga	5.097,7	5.325,7	2.059,6	2.077,5	1.349,9	5.487,0	161,3
(c) Amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo	503,4	485,4	166,1	202,3	116,7	485,0	-0,4
(d) = (b)+(c) Total da despesa acrescida das amortizações médias	5.601,1	5.811,2	2.225,7	2.279,8	1.466,6	5.972,1	160,9
(e) = (a)-(d) Saldo corrente deduzido das amortizações	936,0	987,7	706,4	361,3	147,0	1.214,7	227,0

R47 – Municípios com maior equilíbrio orçamental

Unidade: euros

Município	Dim.	Equilíbrio Orçamental (art.º 40 e artigo 83º da LFL)				
		Receita corrente bruta cobrada (a)	Despesa + amort. médias (b)	Receita corrente – despesa c/ amort. (c) = (a)-(b)	Despesa corrente c/ amort. / receita corrente (d) = (b) / (a)	
1	Oeiras	G	145.770.467	91.229.730	54.540.737	62,6%
2	Grândola	P	26.521.043	16.826.027	9.695.016	63,4%
3	Pombal	M	33.197.010	21.360.744	11.836.266	64,3%
4	Leiria	G	63.969.808	42.263.734	21.706.075	66,1%
5	Albufeira	M	84.809.073	56.108.550	28.700.523	66,2%
6	Alvaiázere	P	7.002.223	4.640.301	2.361.921	66,3%
7	Castelo Branco	M	32.134.553	21.470.284	10.664.269	66,8%
8	Murtosa	P	6.341.855	4.293.247	2.048.607	67,7%
9	Sintra	G	163.341.455	111.880.758	51.460.697	68,5%
10	Lisboa	G	754.327.691	520.788.664	233.539.027	69,0%
11	Ribeira Grande	M	17.400.854	12.145.926	5.254.928	69,8%
12	Santa Maria da Feira	G	58.787.930	41.244.551	17.543.380	70,2%
13	Barcelos	G	50.544.790	35.676.657	14.868.133	70,6%
14	Lagos	M	50.539.207	36.319.331	14.219.876	71,9%
15	Santa Cruz das Flores	P	2.544.869	1.835.546	709.323	72,1%
16	Marinha Grande	M	22.347.391	16.152.775	6.194.616	72,3%
17	Montalegre	P	15.981.234	11.555.895	4.425.339	72,3%
18	Loulé	M	108.817.614	78.900.397	29.917.217	72,5%
19	Penalva do Castelo	P	6.650.378	4.844.022	1.806.356	72,8%
20	Mafra	M	57.644.565	42.465.009	15.179.556	73,7%
21	Alcobaça	M	28.613.853	21.249.661	7.364.192	74,3%
22	Azambuja	M	16.440.906	12.210.562	4.230.344	74,3%
23	Monção	P	13.899.030	10.429.633	3.469.397	75,0%
24	Carraceda de Ansiães	P	7.566.830	5.686.139	1.880.691	75,1%
25	Soure	P	12.601.568	9.546.008	3.055.560	75,8%
26	Maia	G	65.095.370	49.325.586	15.769.784	75,8%
27	Ílhavo	M	21.579.377	16.385.300	5.194.077	75,9%
28	Lagoa (Algarve)	M	35.297.207	26.934.981	8.362.226	76,3%
29	Penafiel	M	30.679.097	23.422.699	7.256.398	76,3%
30	Arcos de Valdevez	M	19.022.599	14.524.383	4.498.216	76,4%
31	Porto	G	185.893.129	141.972.749	43.920.380	76,4%
32	Tavira	M	27.229.969	20.806.747	6.423.222	76,4%
33	Figueira da Foz	M	39.672.465	30.352.610	9.319.856	76,5%
34	Velas	P	5.317.528	4.085.690	1.231.838	76,8%
35	Arouca	M	13.655.156	10.515.465	3.139.691	77,0%

R48 – Municípios com menor equilíbrio orçamental

Unidade: euros

Município	Dimensão	Equilíbrio Orçamental (art.º 4o e artigo 83ª da LFL)					De acordo com o N.º3 do Artº 4oº da LFL (e) = (c) / (a)
		Receita corrente bruta cobrada (a)	Despesa + amort. médias (b)	Receita corrente – despesa c/ amort. (c) = (a)-(b)	Despesa corrente c/ amort. / receita corrente (d) = (b) / (a)		
1	Mesão Frio	P	4.177.528	4.176.291	1.237	100,0%	0,0%
2	Tabuaço	P	6.429.167	6.386.433	42.734	99,3%	0,7%
3	Entroncamento	M	11.670.911	11.582.297	88.614	99,2%	0,8%
4	Sobral de Monte Agraço	P	7.625.464	7.551.339	74.125	99,0%	1,0%
5	Torres Novas	M	21.136.070	20.920.395	215.675	99,0%	1,0%
6	Vila do Porto	P	4.799.430	4.748.533	50.896	98,9%	1,1%
7	Vila Nova da Barquinha	P	5.955.199	5.887.282	67.916	98,9%	1,1%
8	Estremoz	P	11.154.514	10.979.045	175.469	98,4%	1,6%
9	Portalegre	M	15.484.717	15.237.974	246.743	98,4%	1,6%
10	Armamar	P	7.128.659	6.989.790	138.869	98,1%	1,9%
11	Viana do Alentejo	P	6.026.689	5.907.133	119.557	98,0%	2,0%
12	Celorico da Beira	P	8.303.507	8.135.235	168.272	98,0%	2,0%
13	Sousel	P	6.085.573	5.958.199	127.375	97,9%	2,1%
14	Lourinhã	M	19.063.029	18.661.814	401.214	97,9%	2,1%
15	Ribeira de Pena	P	8.916.754	8.728.129	188.625	97,9%	2,1%
16	Castro Verde	P	8.065.237	7.893.479	171.758	97,9%	2,1%
17	São Vicente	P	4.935.225	4.809.705	125.520	97,5%	2,5%
18	Figueira de Castelo Rodrigo	P	8.070.362	7.863.120	207.242	97,4%	2,6%
19	Macedo de Cavaleiros	P	14.576.212	14.192.040	384.171	97,4%	2,6%
20	Golegã	P	5.471.978	5.322.475	149.502	97,3%	2,7%
21	Oliveira de Frades	P	7.781.007	7.567.412	213.595	97,3%	2,7%
22	Borba	P	6.414.234	6.233.608	180.626	97,2%	2,8%
23	Vila do Conde	M	44.509.667	43.137.352	1.372.315	96,9%	3,1%
24	Vila Pouca de Aguiar	P	13.199.019	12.773.672	425.347	96,8%	3,2%
25	Tábua	P	8.216.404	7.950.808	265.596	96,8%	3,2%
26	Santa Comba Dão	P	7.325.027	7.077.659	247.369	96,6%	3,4%
27	Lamego	M	18.671.400	18.035.134	636.267	96,6%	3,4%
28	Góis	P	6.509.297	6.285.921	223.376	96,6%	3,4%
29	Avis	P	6.699.041	6.450.283	248.759	96,3%	3,7%
30	Vouzela	P	7.732.974	7.439.235	293.739	96,2%	3,8%
31	Salvaterra de Magos	M	9.964.390	9.575.986	388.404	96,1%	3,9%
32	Resende	P	9.291.524	8.908.633	382.891	95,9%	4,1%
33	Ferreira do Alentejo	P	9.852.329	9.437.380	414.949	95,8%	4,2%
34	Guarda	M	27.696.330	26.475.275	1.221.055	95,6%	4,4%
35	Moura	P	13.018.959	12.435.203	583.756	95,5%	4,5%

R49 – Municípios em desequilíbrio orçamental admitido pelo art.º 40º da LFL, calculado nos termos do artigo 83º da mesma Lei

Unidade: euros

	Município	Dim.	Equilíbrio Orçamental (art.º 40 e artigo 83ª da LFL)				
			Receita corrente bruta cobrada (a)	Despesa + amort. médias (b)	Receita corrente – despesa c/ amort. (c) = (a)-(b)	Despesa corrente c/ amort. / receita corrente (d) = (b) / (a)	De acordo com o N.º3 do Artº 40º da LFL (e) = (c) / (a)
1	Nazaré	P	11.234.793	11.750.127	-515.334	104,6%	-4,6%
2	Fronteira	P	4.346.845	4.541.025	-194.180	104,5%	-4,5%
3	Belmonte	P	5.360.913	5.598.248	-237.335	104,4%	-4,4%
4	Sardoal	P	5.453.717	5.658.189	-204.472	103,7%	-3,7%
5	Freixo de Espada à Cinta	P	5.959.782	6.121.771	-161.989	102,7%	-2,7%
6	Castelo de Paiva	P	8.838.957	9.034.140	-195.183	102,2%	-2,2%
7	Redondo	P	6.888.176	7.030.177	-142.002	102,1%	-2,1%
8	Vila Franca do Campo	P	7.749.412	7.906.347	-156.935	102,0%	-2,0%
9	Évora	M	42.263.075	43.089.947	-826.872	102,0%	-2,0%
10	Arronches	P	3.841.004	3.909.405	-68.402	101,8%	-1,8%
11	Barrancos	P	3.462.110	3.491.011	-28.901	100,8%	-0,8%
12	Porto Santo	P	4.145.259	4.179.529	-34.270	100,8%	-0,8%
13	Sines	P	19.790.223	19.873.157	-82.934	100,4%	-0,4%

R50 – Municípios cujo saldo corrente deduzido das amortizações apresenta valor negativo superior a 5pp das receitas correntes

Unidade: euros

	Município	Dim.	Equilíbrio Orçamental (art.º 40 e artigo 83ª da LFL)				
			Receita corrente bruta cobrada (a)	Despesa + amort. médias (b)	Receita corrente – despesa c/ amort. (c) = (a)-(b)	Despesa corrente c/ amort. / receita corrente (d) = (b) / (a)	De acordo com o N.º3 do Artº 40º da LFL (e) = (c) / (a)
1	Cartaxo	M	12.904.097	22.368.194	-9.464.096	173,3%	-73,3%
2	Portimão	M	54.615.772	93.645.916	-39.030.144	171,5%	-71,5%
3	Paços de Ferreira	M	22.588.079	37.053.782	-14.465.703	164,0%	-64,0%
4	Vila Real de Santo António	P	18.725.402	26.116.891	-7.391.489	139,5%	-39,5%
5	Alandroal	P	8.183.954	11.045.648	-2.861.694	135,0%	-35,0%
6	Fornos de Algodres	P	5.539.107	6.889.449	-1.350.343	124,4%	-24,4%
7	Vila Nova de Poiares	P	6.610.716	8.169.649	-1.558.933	123,6%	-23,6%
8	Cuba	P	4.720.034	5.513.955	-793.922	116,8%	-16,8%
9	Tarouca	P	8.134.501	9.192.996	-1.058.495	113,0%	-13,0%
10	Celorico de Basto	P	10.636.198	11.979.764	-1.343.566	112,6%	-12,6%
11	Mourão	P	4.961.112	5.548.396	-587.284	111,8%	-11,8%
12	Reguengos de Monsaraz	P	10.898.279	12.080.972	-1.182.694	110,9%	-10,9%
13	Ourique	P	7.984.898	8.777.535	-792.637	109,9%	-9,9%
14	Monforte	P	4.922.824	5.238.302	-315.478	106,4%	-6,4%
15	Alpiarça	P	5.623.877	5.979.855	-355.977	106,3%	-6,3%

2.4.3. Saldos Orçamentais

Quando se discute o défice público e a contribuição ou não para o mesmo por parte dos municípios, usa-se como referência o saldo global (saldo efetivo) da Administração Local, relacionado com as receitas efetivas⁵¹ e despesas efetivas⁵².

O saldo global ou efetivo⁵³ é a diferença entre as receitas efetivas e as despesas efetivas. Caso seja positiva, existe um excedente orçamental que se traduz na capacidade de financiamento da Administração Local. Caso seja negativo, então há défice, isto é, há necessidade de financiamento.

Há ainda outros dois indicadores que interessa reter pela importância que os mesmos revestem na análise da situação financeira de todos os sectores da Administração Pública – a despesa primária⁵⁴ e o saldo primário⁵⁵.

Embora a informação do valor destes indicadores, na Base de Caixa, tenha sido a mais frequentemente utilizada nas análises da evolução da situação financeira do sector, face à manutenção generalizada de dívida de curto prazo a fornecedores, entende-se que estes saldos deverão ser também avaliados na base dos reais fluxos financeiros, isto é, na Base de Compromissos, obtendo-se o seu valor pela diferença entre receitas liquidadas e compromissos assumidos.

Assim, apresenta-se o **Quadro 2.39 – Saldos na Base de Caixa**, mais a título informativo, apreciando-se, essencialmente, a informação prestada no **Quadro 2.40 – Saldos na Base de Compromissos**.

⁵¹ Receitas efetivas = receitas correntes + receitas de capital – ativos financeiros – passivos financeiros. As receitas efetivas são todas aquelas que não dão origem a encargos futuros (isto significa que não incluem as receitas que provêm de recurso a empréstimos – passivos financeiros) e que não resultam de reembolsos de empréstimos concedidos (isto é, não incluem os ativos financeiros). Anota-se, contudo, que há receitas e despesas efetivas que resultam da existência de ativos e passivos financeiros, mas não das operações com os mesmos. Estamos a falar dos dividendos que são rendimentos de propriedade e dos juros da dívida, respetivamente receitas e despesas correntes.

⁵² Despesas efetivas = despesas correntes + despesas de capital – ativos financeiros – passivos financeiros. As despesas efetivas são aquelas que não incluem despesas com ativos e passivos financeiros. Assim, será o total da despesa efetuada excluída das amortizações de empréstimos (passivos financeiros) e da despesa com compra de títulos (ativos financeiros).

⁵³ Saldo global ou efetivo = receitas efetivas – despesas efetivas.

⁵⁴ Despesa primária = despesa efetiva – juros. Despesa corrente primária = despesa corrente – juros.

⁵⁵ Saldo primário = receitas efetivas – despesas primárias, ou Saldo primário = saldo global + juros.

Quadro 2.39 – Saldos na Base de Caixa (recebimentos pagamentos)

Unidade: milhões de euros

		Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
(a)	Receitas correntes	4.955	5.653	5.730	5.746	5.825	5.646	5.564	5.935	6.215	6.516	6.776	7.155
(b)	Saldo gerência anterior + repos. ã abatidas paga.	200	240	347	299	176	275	343	436	510	639	918	1.195
(c)	Despesas correntes	4.221	4.593	4.933	5.260	5.037	5.033	4.801	5.167	5.122	5.099	5.326	5.487
(d)=(a+b)-(c)	Saldo corrente	935	1.300	1.145	785	964	888	1.107	1.205	1.603	2.057	2.369	2.862
	N.º de municípios com corrente positivo	257	262	247	212	247	247	264	275	299	304	304	302
(e)	Receitas de capital	2.040	1.877	2.005	2.446	2.025	2.113	2.110	1.857	1.114	992	956	1.148
(f)	Despesas de capital	2.771	2.817	2.943	3.098	2.835	2.688	2.786	2.564	2.096	2.132	2.141	2.572
(g)=(e)-(f)	Saldo de capital	-731	-941	-938	-652	-809	-575	-676	-706	-983	-1.140	-1.184	-1.424
(a)+(b)+(e)	Receitas totais	7.196	7.770	8.083	8.491	8.026	8.033	8.018	8.229	7.839	8.147	8.651	9.498
(c)+(f)	Despesas totais	6.992	7.410	7.876	8.358	7.872	7.720	7.587	7.731	7.219	7.231	7.466	8.059
(h)=(d)+(g)	Saldo orçamental	204	359	207	133	154	313	430	498	620	916	1.184	1.439
	N.º de municípios com saldo orçamental positivo	220	244	198	214	215	253	275	273	272	284	301	284
(i)	Ativos financeiros (receitas)	15	43	34	32	11	14	19	16	5	12	26	8
(j)	Ativos financeiros (despesas)	39	33	31	43	38	30	21	12	19	58	53	49
(k)	Passivos financeiros (receitas)	278	357	529	965	516	474	220	776	393	264	388	557
(l)	Passivos financeiros (despesas)	344	396	353	460	577	615	890	640	679	665	752	737
(m)	Receitas – AF – PF	6.902	7.369	7.520	7.494	7.499	7.545	7.779	7.437	7.441	7.872	8.236	8.933
(n)	Despesas – AF – PF	6.609	6.982	7.491	7.856	7.257	7.075	6.676	7.079	6.521	6.508	6.661	7.273
(o)=(m)-(n)	Saldo global ou efetivo	294	387	29	-361	243	470	1.103	358	920	1.364	1.575	1.660
(p)	Juros e outros encargos (despesas)	128	181	225	192	105	142	148	128	132	113	101	77
(q)=(o)+(p)	Saldo primário	422	569	254	-169	347	611	1.251	486	1.051	1.477	1.676	1.737
	N.º de municípios com saldo primário positivo	205	231	206	154	245	271	300	239	296	298	301	293

Quadro 2.40 – Saldos na Base de Compromissos* (liquidações versus compromissos)

Unidade: milhões de euros

		Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
(a)	Receitas correntes	5.127	5.881	6.392	6.382	6.003	5.845	5.761	6.128	6.548	6.983	7.525	7.627
(b)	Saldo gerência anterior + repos. ã abatidas paga.	205	236	348	305	176	277	344	438	512	640	919	1.195
(c)	Despesas correntes	4.825	5.207	5.605	6.103	6.051	6.111	5.801	5.976	5.794	5.631	5.809	5.977
(d)=(a+b)-(c)	Saldo corrente	507	910	1.135	584	127	10	304	589	1.267	1.992	2.635	2.844
	N.º de municípios com corrente positivo	177	190	173	129	122	136	168	223	272	284	287	287
(e)	Receitas de capital	2.119	1.882	2.060	2.506	2.081	2.162	2.115	1.886	1.129	1.020	978	1.189
(f)	Despesas de capital	4.495	4.375	4.447	5.032	4.648	4.371	4.004	3.459	2.718	2.588	2.650	3.303
(g)=(e)-(f)	Saldo de capital	-2.376	-2.493	-2.387	-2.526	-2.567	-2.208	-1.890	-1.573	-1.590	-1.568	-1.672	-2.114
(a)+(b)+(e)	Receitas totais brutas	7.451	7.999	8.800	9.193	8.260	8.283	8.219	8.451	8.189	8.643	9.422	10.011
(h)	Liquidações anuladas	116	171	674	608	115	134	186	223	222	489	710	435
(i)	Receitas totais líquidas	7.335	7.828	8.126	8.585	8.145	8.149	8.033	8.229	7.967	8.154	8.712	9.575
(j)=(c)+(f)	Despesas totais	9.320	9.582	10.051	11.135	10.700	10.482	9.805	9.436	8.512	8.219	8.459	9.280
(k)=(i)-(j)	Saldo orçamental	-1.986	-1.754	-1.926	-2.550	-2.555	-2.332	-1.771	-1.207	-545	-66	253	295
	N.º municípios c/ saldo orçamental positivo	35	49	43	14	22	36	67	75	101	140	166	142
(l)	Ativos financeiros (receitas)	17	38	34	31	11	16	19	16	5	12	26	9
(m)	Ativos financeiros (despesas)	46	37	38	54	41	43	34	30	31	73	57	53
(n)	Passivos financeiros (receitas)	281	358	528	965	516	472	220	798	393	264	389	557
(o)	Passivos financeiros (despesas)	350	400	358	466	583	626	906	673	704	704	789	746
(p)	Receitas – AF – PF	7.037	7.431	7.564	7.589	7.618	7.661	7.795	7.415	7.570	7.878	8.297	9.010
(q)	Despesas – AF – PF	8.925	9.145	9.656	10.615	10.076	9.812	8.865	8.733	7.777	7.443	7.613	8.481
(r)=(p)-(q)	Saldo global ou efetivo	-1.888	-1.714	-2.092	-3.026	-2.459	-2.151	-1.070	-1.318	-207	435	684	529
(s)	Juros e outros encargos (despesas)	141	204	245	218	134	187	192	167	171	142	122	89
(t)=(r)+(s)	Saldo primário	-1.747	-1.510	-1.848	-2.808	-2.324	-1.965	-878	-1.151	-36	577	806	617
	N.º municípios com saldo primário positivo	35	56	44	25	25	52	106	118	174	216	217	181

* Em anuários anteriores os valores de saldo apresentados têm considerado as liquidações brutas. No presente Anuário consideraram-se as liquidações líquidas das anulações.

Observando-se o Quadro 2.40, onde se apresentam os saldos na base dos compromissos assumidos e das receitas liquidadas, verifica-se uma enorme evolução dos saldos orçamentais entre 2006 e 2017, tendo neste último ano, pela terceira vez consecutiva, o conjunto dos municípios apresentado saldo efetivo e saldo primário positivos, quando obtidos pela diferença entre receitas liquidadas e compromissos assumidos. Assim:

- Entre 2006 e 2017 o saldo corrente cresceu 461,2% (+2 372 M€), tendo mantido em 2017 e um crescimento de +7,9% (+209M€). Em 2017 contribuíram para um saldo corrente positivo 287 municípios
- O saldo orçamental, entre 2006 e 2017, cresceu 2,3 mil milhões de euros ao passar do valor negativo de -1 986 M€ para +295 M€. O ano de 2017 é o segundo ano económico consecutivo ano em que as receitas totais liquidadas foram superiores ao valor total dos encargos assumidos. Em 2017 contribuíram para um saldo orçamental positivo 142 municípios

- O saldo global ou saldo efetivo é positivo no valor de +529 M€, sendo o segundo ano consecutivo em que este saldo se apresenta positivo considerando a totalidade dos municípios. Contudo, em 2017 relativamente a 2016, o saldo efetivo baixou 22,7% (- 155 M€).
- O saldo primário apresentou, também um enorme crescimento ao passar de -1 747 M€ para +617 M€ entre 2006 e 2017, sendo também o segundo ano consecutivo em que este indicador se apresenta positivo, considerando a totalidade dos municípios. Em 2017, contudo, o saldo primário, considerado a globalidade do setor autárquico, baixou 23,4% (-189 M€). Anota-se que 181 municípios apresentaram saldo primário positivo.

Apresentam-se de seguida gráficos que permitem visualizar a evolução dos saldos enumerados supra, apresentando-se separadamente a situação dos mesmos, para as regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

Gráfico 2.10 – Evolução do saldo global efetivo, na base de compromissos

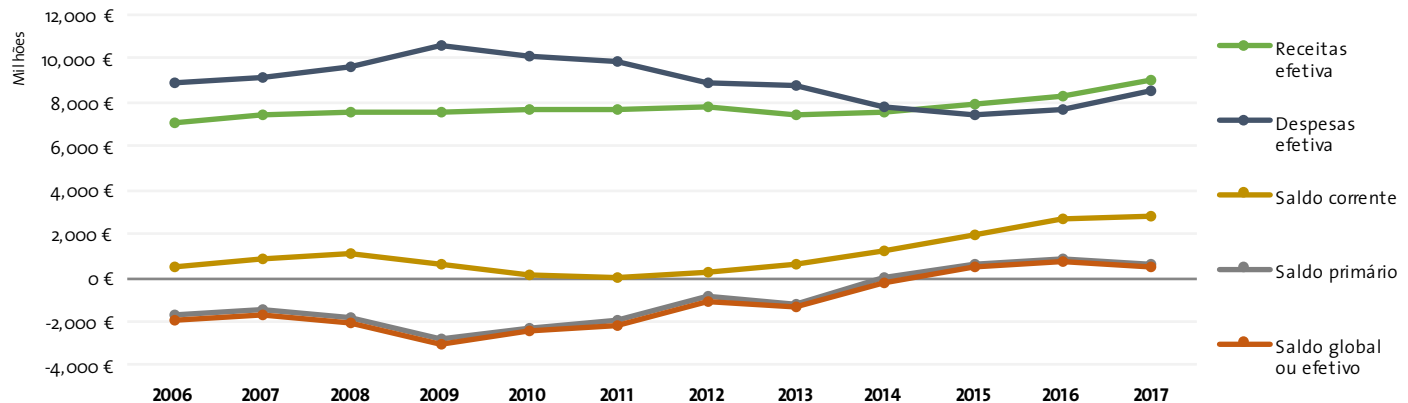


Gráfico 2.10.A – Evolução do saldo global efetivo, na base de compromissos, nos municípios da R.A. dos Açores

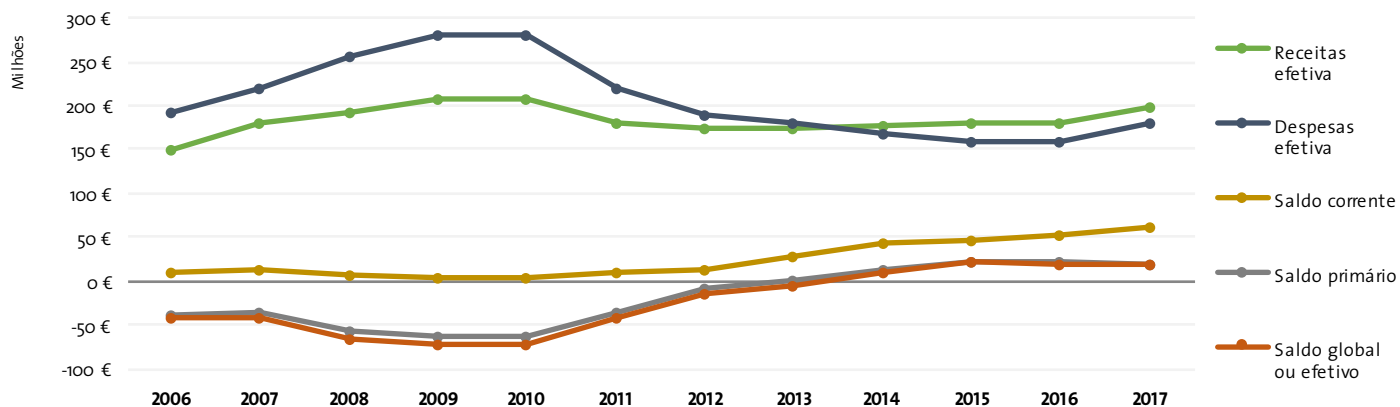
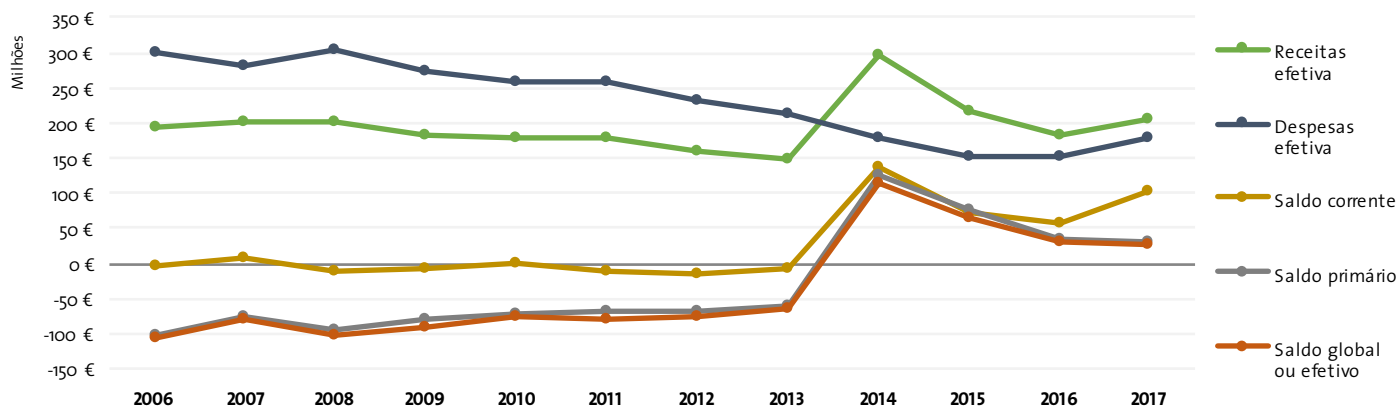


Gráfico 2.10.M – Evolução do saldo global efetivo, na base de compromissos, nos municípios da R.A. da Madeira



CAPÍTULO 3

ANÁLISE FINANCEIRA, ECONÓMICA E PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS

3.1. Introdução

A contabilidade pública só poderá ser eficaz e útil se fornecer informação necessária a uma gestão racional e integrada dos recursos públicos, integrando informação orçamental, financeira⁵⁶ e de custos, com as características qualitativas de fiabilidade, relevância e oportunidade.

Pretende-se que a informação fornecida neste capítulo do anuário obedeça aos parâmetros atrás descritos, e que ao enquadrar na análise de dados de natureza patrimonial e financeira, possibilite uma visão mais completa e compreensiva das finanças municipais. Quanto à informação sobre os custos, reconhece-se, ainda, uma forte lacuna de informação associada ao relato financeiro sobre custos individualizados por atividades, programas ou projetos que materializam as políticas públicas, que consomem os recursos financeiros⁵⁷ dos municípios. Com a implementação cabal do novo sistema contabilístico, SNC-AP, que incluirá no relato anual mapas de custos, é provável que seja finalmente assumido por todos os municípios, um sistema de contabilidade de custos ou de gestão, como se usa também designar.

À semelhança do Capítulo 2, apenas se agregarão valores referentes ao município e seus serviços simples sem autonomia. Dedicar-

-se-á num capítulo autónomo, o Capítulo 4, a análise agregada das contas dos serviços municipalizados e das empresas municipais.

3.2. Fiabilidade do Balanço e da Demonstração dos Resultados Económicos

Analisando o Quadro 3.01, com informação resumida sobre o cumprimento do POCAL no que se refere ao sistema de contabilidade patrimonial traduzido no Balanço e Demonstração dos Resultados, verificámos que, no geral, os municípios cumpriram com as obrigações decorrentes da execução da contabilidade patrimonial. Assim, entendeu-se como fiável a informação patrimonial e económica prestada nas Contas e Relatório Financeiro, sustentando uma análise rigorosa e credível dos quadros e rankings apresentados neste capítulo.

Dando crédito ao exposto no Quadro 3.01, que mostra a dimensão do cumprimento das ações identificadas como sinalizadoras da boa utilização do POCAL, permite-se concluir que são fiáveis as contas apresentadas pelos municípios e das quais se extraem todos os dados que constarão do presente capítulo.

⁵⁶ Os objetivos do relato financeiro dos municípios é proporcionar informação que seja útil para os utilizadores das demonstrações financeiras, nomeadamente aos executivos nas suas tomadas de decisão, mas permitirá também a responsabilização pela prestação de contas. Permitirá ainda, avaliar o grau de desempenho dos municípios, nomeadamente no que se refere à prossecução dos serviços que deve prestar, ao cumprimento dos seus objetivos operacionais e à gestão dos recursos disponíveis. A informação sobre o seu grau de liquidez e de solvência permitirá concluir sobre a sustentabilidade da prestação dos serviços municipais a longo prazo.

⁵⁷ Entende-se que a implementação do Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública aplicado ao setor autárquico possibilitará obter informação necessária à determinação dos gastos dos serviços que os municípios prestam à população e, assim, permitir um efetivo controlo de eficiência e de eficácia dos mesmos.

Quadro 3.01 – Informação patrimonial e económica

	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Apresentam o Balanço e Demonstração dos Result. na Prestação de contas	308	308	308	308	308	308	308	308	308	308	308	308
Apresentam amortizações do exercício no Mapa de Demonstração dos Result.	293	296	299	305	304	306	306	307	307	307	307	307
O Ativo apresenta valor na conta Bens de Domínio Público	305	307	308	308	308	308	308	308	307	307	307	307
Têm no ativo, em Bens de Domínio Público (BDP), valor em terrenos	218	231	241	245	255	258	261	264	263	267	270	271
Têm no ativo, em BDP, valor em património histórico artístico e cultural	142	153	166	171	176	183	189	189	193	194	200	204
Os Bens de Domínio Público são superiores a 20% do total do Ativo	253	258	267	270	268	275	282	277	274	266	269	267
Têm no Ativo valores a receber de clientes, contribuintes e utentes	283	289	290	288	290	292	293	296	303	305	304	305
Apresentam no Ativo valores de existências	200	215	235	245	259	265	271	277	285	289	292	291
Têm provisões do exercício (mapa de DR)	93	128	143	155	165	180	183	197	222	230	226	248
Registam proveitos diferidos no Balanço (Passivo)	281	290	293	297	298	302	305	305	306	305	305	304
Apresentam no Passivo acréscimos de custos	221	252	269	276	289	294	296	297	306	307	308	308

Observando o Quadro 3.01 verifica-se que em 2017 em relação ao ano precedente, são poucas as alterações a assinalar. Contudo, entende-se referir:

- Desde 2008 que todos os municípios Portugueses incluíam **Bens de Domínio Público** no Balanço, tendo deixado de o fazer, a partir de 2014 o município de Povoação.
- Em 2017, 37 municípios continuaram a não apresentar registo de valores relativos a **terrenos e recursos naturais** na conta 45 – «Bens de Domínio Público» tendo, em relação a 2015, aumentado em três o número de municípios que apresentaram valores nesta rubrica.
- Relativamente ao cumprimento do princípio da especialização do exercício no que respeita à contabilização dos subsídios ou transferências recebidas consignados à aquisição de bens de investimento amortizáveis, em proveitos diferidos e não como proveitos do exercício, verifica-se que em 2017, quatro municípios não apresentaram qualquer registo nesta conta do passivo⁵⁸: Moita, Monchique, Ourique e Povoação.
- Ainda em cumprimento com o **princípio da especialização dos exercícios** deveriam os municípios proceder ao registo de **acrécimo de custos** para refletirem, no ano económico, os custos efetivos

⁵⁸ Esta situação apenas se justificará para os municípios que não receberam subsídios para investimentos ou já procederam à amortização total do mesmo. Não se dispõem de informação para, nos casos presentes se identificarem as razões.

independentemente da receção da fatura ou do seu pagamento. **Em 2017, verificou-se que todos os municípios continuaram a cumprir este preceito.**

- Apesar da obrigatoriedade do registo anual das **amortizações/depreciações do exercício** e da melhoria significativa verificada nos últimos anos do cumprimento desta regra por parte dos municípios, o município de Tabuaço continua a omitir o registo de depreciação dos Ativos Fixos. Assim, face à ausência de registo dos custos relativos à depreciação do Imobilizado, os ativos líquidos e os resultados económicos deste município encontrar-se-ão sobreavaliados.

- Os princípios contabilísticos previstos no POCAL obrigam os municípios à criação de uma provisão para dívidas a receber de clientes, contribuintes e utentes que se encontrem em mora bem como para as responsabilidades contingentes. Relativamente a esta conformidade contabilística, tem-se verificado um progressivo aumento do número de municípios que apresentam registos na respetiva conta patrimonial. Em 2017, 248 municípios apresentaram registo de provisões, traduzindo uma maior precaução nos procedimentos financeiros⁵⁹. Contudo, face à variedade de atividades

⁵⁹ Esta evolução evidencia uma significativa melhoria na utilização do princípio da prudência e cumprimento do definido no POCAL.

desenvolvidas pelas autarquias, não se exclui a possibilidade de os restantes 60 municípios terem eventuais situações que exigiriam o registo de possíveis perdas, nomeadamente, em relação a dívidas de clientes e utentes, a situações de contencioso e incumprimento de contratos⁶⁰.

– Relativamente às Dívidas a receber de Clientes, Contribuintes e Utentes verifica-se que, em 2017, continuaram a existir 3 municípios (Nordeste, Santana e Tábua) que não apresentaram saldo na respetiva conta, no final do ano económico. Entende-se que tal situação poderá significar que nestes municípios, a liquidação da receita foi registada apenas no momento da cobrança não obedecendo ao definido no POCAL⁶¹. Contudo, não se possui informação suficiente para aferir razões substantivas para ausência deste registo contabilístico.

– Consta-se que, em 2017, 17 municípios (+1 que em 2016) não apresentaram qualquer valor na rubrica referente a **existências**. Esta ausência de registo contabilístico pode não significar incumprimento das regras contabilísticas, mas apenas o facto de os serviços produtivos que requerem *stocks*, estarem externalizados ou delegados em serviços ou empresas municipais. Pela análise das contas verifica-se, contudo, que dos 17 municípios supra referidos, 14 municípios já apresentaram este registo em anos anteriores. Outros três não apresentam registos em 2017, tendo-os apresentado em 2016. Dois outros municípios que não apresentaram registos de existências até 2016, iniciaram essa contabilização em 2017.

3.3. Ativo

Face ao quadro apresentado no ponto anterior entende-se que há condições para reconhecer a fiabilidade dos dados constantes dos balanços municipais e das respetivas demonstrações de resulta-

dos, pelo que se procederá à apresentação e análise agregada dos dados relacionados com o Ativo do conjunto dos municípios.

No Quadro 3.02 apresentam-se os valores agregados das componentes do Ativo dos Balanços dos 308 municípios cujos pesos no total do Ativo estão, também, traduzidos no Gráfico 3.01.

⁶⁰ Esta falta de zelo ou de preocupação pode estar associada aos seguintes fatores: (i) ser ainda reduzida a preocupação pelo apuramento do resultado económico; (ii) serem reduzidos os valores das dívidas a receber de clientes, uma vez que vários municípios continuam, ainda, a registar a liquidação (direito) de algumas receitas apenas no momento da cobrança; e (iii) uma parte das dívidas a receber referirem-se ao Estado e por isso, de acordo com o POCAL, não deverão ser criadas provisões para dívidas de entidades do Setor Público.

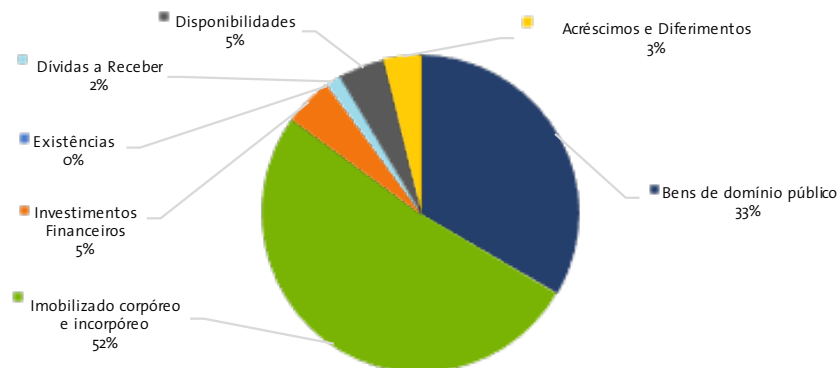
⁶¹ O registo contabilístico do proveito é feito no momento da liquidação, pelo que os valores liquidados e por cobrar no final do ano económico constarão desta rubrica do balanço e constituirão créditos sobre terceiros.

Quadro 3.02 – Componentes do Ativo do Balanço

Unidade: milhões euros

Componentes do Ativo	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Variação (%)	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	16-17	06-17
Bens de Domínio Público	11.369	11.318	12.164	12.839	13.613	14.146	13.704	13.719	13.122	13.293	13.081	12.863	-1,7%	13,1%
Imobilizado incorpóreo	63	71	75	76	81	59	61	56	56	84	81	83	2,3%	32,1%
Imobilizado corpóreo	13.024	13.873	14.856	15.761	16.345	16.368	16.873	17.488	18.061	18.669	19.139	19.431	1,5%	49,2%
Imobilizado em Curso	5.739	5.934	5.913	6.201	5.958	5.494	5.182	4.873	4.291	3.674	2.804	2.721	-3,0%	-52,6%
Total do Imobilizado	30.194	31.196	33.008	34.877	35.996	36.067	35.821	36.136	35.529	35.720	35.105	35.098	-0,02%	16,2%
Investimentos Financeiros	1.110	1.198	1.338	1.419	1.613	1.713	1.708	1.732	1.748	1.871	1.907	1.996	4,7%	79,9%
Existências	143	118	116	119	120	136	130	110	102	99	101	101	0,0%	-29,3%
Dívidas a receber	816	819	1.074	1.083	1.197	1.328	1.238	1.127	858	839	756	662	-12,5%	-18,9%
Títulos Negociáveis	37	60	35	15	14	16	16	9	4	7	10	17	66,8%	-55,4%
Depósitos e Caixa	604	739	673	584	596	666	761	875	1.021	1.330	1.624	1.917	18,0%	217,5%
Acréscimos de proveitos	139	197	233	309	410	479	567	721	1.056	1.137	1.433	1.423	-0,7%	922,0%
Custos diferidos	86	97	198	217	129	105	86	58	62	40	50	55	11,4%	-36,0%
Ativo Total	33.130	34.423	36.675	38.622	40.075	40.509	40.326	40.768	40.380	41.043	40.987	41.269	0,7%	24,6%

Gráfico 3.01 – Estrutura do Ativo em 2017



Da observação dos quadros e gráficos anteriores poder-se-á concluir:

- O valor total do imobilizado em 2017 representou 85,1% do ativo total dos municípios, tendo-se verificado um decréscimo (-0,9%, -7M€), reportado aos bens de domínio público e ao imobilizado em curso. A descida do valor destas duas componentes no montante no total de -301 M€ foi balanceada pelo aumento de valor do imobilizado corpóreo (+292), resultante do aumento de investimento verificado no Capítulo 2 deste anuário. Com a conclusão das obras de investimento, o valor inscrito em imobilizado em curso transferiu-se para a conta de imobilizado corpóreo⁶².

- Em 2017, o imobilizado corpóreo mantém-se como a componente do imobilizado com maior impacto, no total dos ativos municipais representando 47,1% do mesmo. O valor dos bens e domínio público representou, neste ano, 31,2% do total do ativo municipal, pese embora se possa considerar que ainda poderão existir ativos do domínio público por avaliar e por considerar no balanço dos municípios, nomeadamente os respeitantes a imóveis não urbanos.

- Depósitos e Caixa em 2017 representou 4,6% do ativo total. Da leitura dos relatórios de Gestão não se vislumbra qualquer razão

⁶² Também poderia ir para os “bens de domínio público”, mas esta componente na totalidade baixou de valor

plausível para uma percentagem tão relevante do ativo se manter em caixa no final de cada ano económico. Serve aqui referir que estes montantes (excluídos das operações de tesouraria) conformam os saldos de gerência que transitam para o ano seguinte, possibilitam os municípios, através da inclusão, após encerramento das contas⁶³, aumentar as dotações orçamentais disponíveis. Poderá ser uma forma, por vezes materialmente relevante, de os municípios inflacionarem as dotações orçamentais com orçamentos rectificativos.

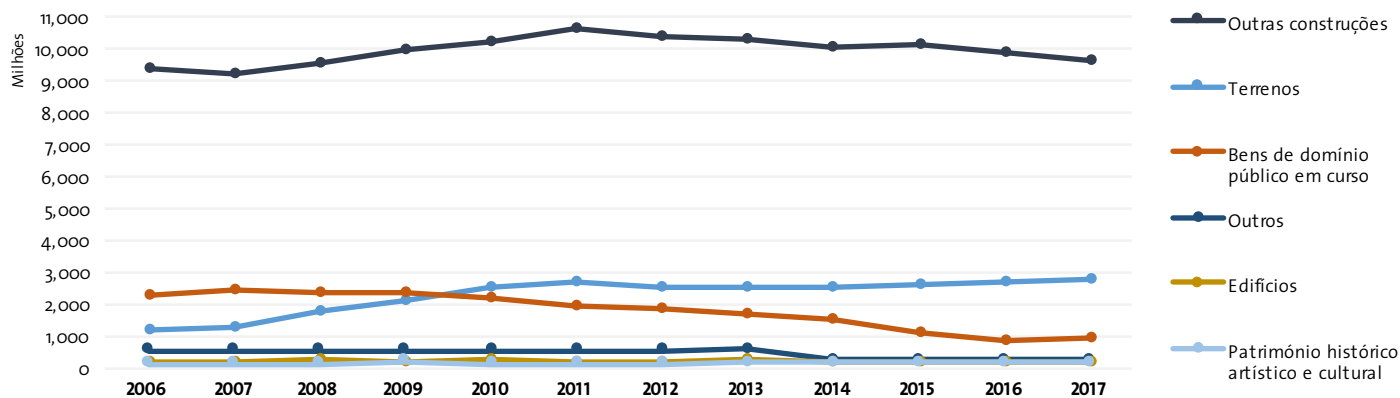
O Gráfico 3.02 mostra a evolução das componentes de Bens de Domínio Público no período entre 2006 e 2017. Pelo seu volume e ainda pelo facto de ser o elemento do imobilizado mais difícil de registar contabilisticamente⁶⁴, importará desagregar por rubricas, pois trata-se de bens que pela sua natureza jurídica são inalienáveis até eventual decisão fundamentada de desafetação⁶⁵, da esfera de competência da assembleia municipal.

⁶³ Em março/abril de cada ano

⁶⁴ Esta dificuldade deve-se particularmente a questões de valorimetria. Não foi ainda avaliado o grau de aproximação à realidade do valor contabilizado dos bens classificados como domínio público dos municípios.

⁶⁵ Essa deliberação compete à Assembleia Municipal, depois de demonstrado o interesse público envolvido.

Gráfico 3.02 – Evolução do valor das componentes dos Bens de Domínio Público



Continuando a análise dos gráficos anteriores com referência a 2017, pode-se concluir:

- A rubrica de outras construções continua a ser a componente mais representativa dos bens de domínio público, totalizando 74,6% do valor do imobilizado líquido total.

- O montante considerado para terrenos⁶⁶, essencialmente fruto da sua sucessiva inventariação, valoração e conseqüente integração nos registos contabilísticos, a par da inventariação e registo do património artístico e cultural, permitiu que o valor do conjunto dos bens de domínio público continuasse a aumentar apresentando uma taxa de crescimento, ainda que ligeira (+1,9%, +50M€)

- A curva que representa o valor das obras em curso do domínio público apresentou um traçado acentuadamente descendente confirmando a diminuição de investimento público até 2016, mas em 2017 apresenta sentido ascendente com um ligeiro crescimento do investimento público registado patrimonialmente (+ 6,4% + 56M€)

No Gráfico 3.03 é apresentada a estrutura do Imobilizado Corpóreo⁶⁷ que, em 2017, representou, como já se referiu, 47,1% do ativo total atingindo o valor de 19.431 M€.

- A rubrica mais representativa neste elemento do imobilizado é a que se refere ao valor dos edifícios municipais de uso privativo⁶⁸. Em 2017 apresentou o montante de 13,6 mil milhões de euros e um acréscimo de 1%. O crescimento desta componente, embora muito ligeiro, está em consonância com o acréscimo de investimento verificado neste ano económico.

- O valor dos terrenos tem apresentado uma crescente contabilização desde 2012, atingindo o maior montante em 2017 ao registar 5,1 mil milhões de euros.

- Quanto ao valor do imobilizado em curso relacionado com o

Imobilizado Corpóreo é representado por uma curva bastante descendente desde 2009 traduzindo em 2016 um decréscimo de valor de 25,2%, mantendo essa curva descendente em 2017 (-7,4%, -140 M€). Todavia, poder-se-á concluir que parte das obras em curso, após o seu término terão passado para as respetivas rubricas do imobilizado, estimando-se que o investimento em domínio privado do município tenha sido preterido a favor de investimento no domínio público, face ao desenho das respetivas curvas de valor.

- As restantes componentes do imobilizado corpóreo (equipamento básico, de transporte e administrativo; ferramentas e utensílios e outros) apresentaram um valor residual, tão baixo, que não influenciarão a tendência evolutiva do ativo imobilizado, pelo que se dispensou a sua análise.

Continuando com a análise da evolução do valor dos restantes elementos do ativo, observa-se a informação prestada no Quadro 3.03 referente ao valor dos **investimentos financeiros** e a respetiva taxa de variação para o período entre 2006 e 2017. Também em relação a esta componente do ativo atentaremos, apenas, nos elementos materialmente mais relevantes.

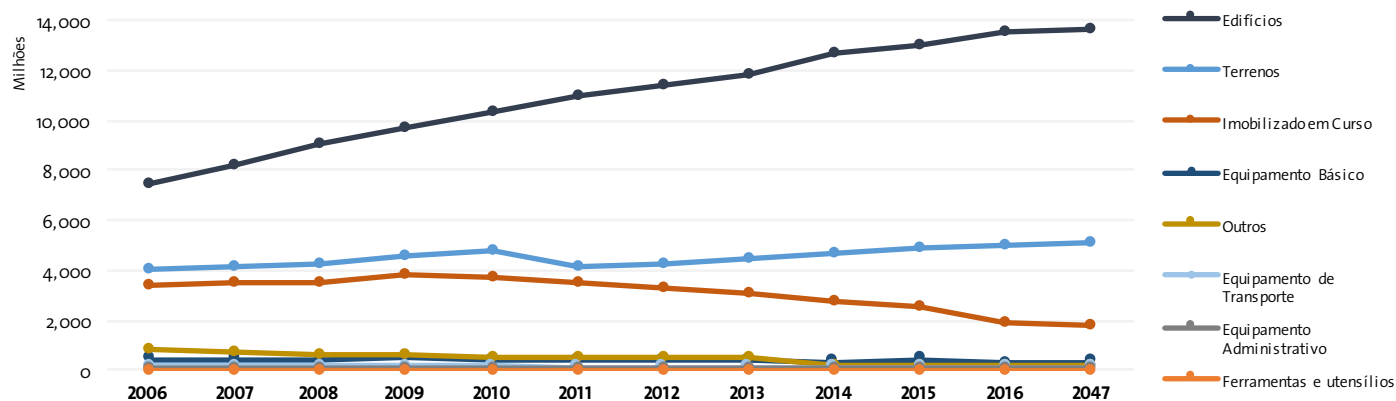
Os **investimentos financeiros** evoluíram de forma muito variável entre 2006 e 2017. **Em 2017 ao contabilizar-se o valor total de 1.996,4 M€, no universo dos 308 municípios, verificou-se um aumento líquido de +89,4 M€ (+4,7%) em relação ao ano anterior.**

⁶⁶ Em sede de balanço Inicial, os terrenos incluídos no Domínio Público foram uma das componentes do imobilizado de mais difícil contabilização devido à necessidade de correção do seu registo matricial e predial. Por isso evidenciaram as maiores variações de valor na estrutura dos Bens de Domínio Público, entre 2007 e 2015, refletindo sucessivas regularizações cadastrais e as correspondentes regularizações contabilísticas.

⁶⁷ Incluiu, todavia, imóveis que pela sua funcionalidade não poderão ser alienados, mas que também não estão classificados como Bens de Domínio Público.

⁶⁸ Os edifícios municipais que são considerados bens do domínio público estarão contabilizados na sub rubrica orçamental daquela componente do imobilizado

Gráfico 3.03 – Evolução do valor das componentes do Imobilizado Corpóreo



Quadro 3.03 – Componentes dos investimentos financeiros

Unidade: milhões de euros

Componentes dos investimentos financeiros	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Variação (%)	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	16-17	06-17
Partes de capital	871,6	952,5	1.021,3	1.083,8	1.256,0	1.334,0	1.326,3	1.350,2	1.235,2	1.191,5	1.217,2	1.293,6	6,3%	48,4%
Obrigações e títulos de participação	37,1	28,7	26,7	32,8	29,6	25,8	61,2	28,9	177,3	333,6	340,4	328,7	-3,4%	785,2%
Investimentos em Imóveis	176,6	163,9	216,7	226,6	258,2	283,7	262,4	298,5	282,3	296,9	300,2	324,9	8,2%	83,9%
Outras aplicações Financeiras	4,3	33,4	51,4	53,6	57,9	59,8	48,4	45,5	38,2	37,5	37,5	37,7	0,5%	779,8%
Imobilizações em Curso	13,5	14,5	16,4	19,3	8,7	9,3	9,3	9,0	13,0	11,8	11,5	11,3	-1,8%	-16,3%
Adiantamentos	6,8	5,4	5,6	2,9	2,9	0,0	0,0	0,0	1,6	0,0	0,2	0,2	0,0%	-96,6%
Total Investimentos Financeiros	1.109,9	1.198,4	1.338,1	1.419,0	1.613,3	1.712,5	1.707,7	1.732,0	1.747,5	1.871,4	1.907,0	1.996,4	4,7%	79,9%

Observando o Quadro 3.03 pode-se ainda acrescentar:

– As **participações de capital** apresentaram um aumento líquido de 76,4 M€ (+6,3%) em relação ao ano anterior e um aumento de 48,8% em relação a 2006.

– O valor dos registos em **obrigações e títulos de participação** apresenta em 2017 um decréscimo de -11,7 M€ (-3,4%), mantendo-se, no entanto como o segundo item com maior peso nos investimentos financeiros. Em 2015, 152 municípios apresentaram aumento de valor neste ativo, sendo que destes, 121 municípios não tinham apresentado qualquer valor em 2014. Por sua vez, em 2016, apenas 16 municípios aumentaram este ativo, 285 mantiveram o mesmo valor de 2015 e sete municípios diminuíram o montante registado contabilisticamente. **Em 2017, 257 municípios mantiveram estável o valor destes ativos, 41 municípios apresentaram decréscimo e 10 registaram aumento.**

– Os **investimentos em Imóveis**⁶⁹, em 2017 ao totalizarem o montante de 324,9 M€, apresentaram um aumento de 24,7 M€ (+8,2%) em relação a 2016 e uma variação de + 83,9% em relação a 2006.

Analisando a conformidade entre a contabilidade financeira (conta 41 – investimentos financeiros) e a contabilidade orçamental (classificador económico ativos financeiros), apresentam-se de seguida os quadros dos municípios que apresentam maior diferença positiva e negativa entre o saldo dos investimentos financeiros no final de 2017 e a diferença entre a aquisição e a alienação de ativos financeiros (contabilidade orçamental).

Estas diferenças referem-se essencialmente a operações associadas a investimentos financeiros que se refletem na contabilidade financeira, mas que não se traduzem em receitas ou despesas e como tal não se registam na contabilidade orçamental, como é o caso, por exemplo, de ajustamentos em participações de capital pelo método de equivalência patrimonial.

No caso do município de **Lisboa**, no Relatório de Gestão de 2017, associado ao aumento dos investimentos financeiros está a seguinte

explicação: “Os investimentos financeiros, em termos líquidos, cresceram 88,3 milhões de euros, corolário de um aumento de 18,0 milhões de euros no capital da EMEL, por contrapartida do decréscimo da conta de devedores (aumento de capital mediante entrada em espécie), e ao registo do investimento financeiro relativo à passagem da Carris a empresa municipal, de 60,0 milhões de euros – capital próprio da empresa à data em que o município de Lisboa assumiu a sua gestão, ou seja, 1 de fevereiro de 2017. Procedeu-se ainda à redenominação de 7,8 milhões de euros referentes a ações da Empresa Águas do Tejo Atlântico, S.A., resultando da cisão da sociedade Águas de Lisboa e vale do Tejo S.A., por contrapartida da conta 55.3 – ajustamentos de partes de capital).”

No caso do município do Porto, associado aos investimentos financeiros é possível ler nas notas ao balanço e à demonstração de resultados o seguinte: *“Foi possível durante este exercício, reclassificar na rubrica de investimentos financeiros, um investimento em imóveis no montante de 18.201.467 euros, os quais a 31 de dezembro de 2017, totalizam 20.590.694 euros, respeitando essencialmente a cedências de direito de superfície”. Referem também as notas que “No que concerne ao tratamento contabilístico de uma cedência do direito de superfície, o benefício gerado deverá ser reconhecido ao longo do período do contrato independentemente do momento do recebimento”.*

Por sua vez, o relatório de Gestão de 2017 do município de Vila Real refere que o aumento deste ativo está associado à contabilização como Investimentos Financeiros das participações do Município na Associação Régia Douro Park, e na Associação Douro Alliance, conforme orientação emanada em 2017 pela CCDRN, e que se traduziu num aumento no Ativo e nos Capitais Próprios de 8,65 milhões de euros

⁶⁹ De salientar que esta conta apenas deve incluir investimentos em edifícios e terrenos destinados a arrendamentos ou venda (no SNC-AP equiparados à conta “propriedades de investimento”). O POCAL refere sobre esta conta que “Engloba as edificações urbanas e propriedades rústicas que não estejam afetadas à atividade operacional da entidade”.

Quadro 3.04.A – Municípios com maior diferença positiva entre o saldo de Investimentos financeiros e o saldo de Ativos Financeiros

Unidade: euros

Município	Dim.	Contabilidade financeira - Investimentos financeiros			Contabilidade orçamental - Ativos financeiros			Diferença contab. Financeira e Orçam. (g) = (c)-(f)
		Saldo inicial (01/01/2017) (a)	Saldo final (31/12/2017) (b)	Diferença (c) = (b)-(a)	Novos investimentos (d)	Alienações de investimentos (e)	Diferença (f) = (d)-(e)	
1 Lisboa	G	59.256.554	147.584.487	88.327.934	2.936.078	0	2.936.078	85.391.856
2 Porto	G	113.014.422	126.873.861	13.859.439	1.159.358	0	1.159.358	12.700.081
3 Vila Real	M	36.625.804	48.480.974	11.855.170	192.786	0	192.786	11.662.384
4 Penela	P	479.990	6.015.488	5.535.498	45.563	0	45.563	5.489.935
5 Mértola	P	1.365.507	5.028.603	3.663.095	108.428	1.650	106.778	3.556.317
6 Amadora	G	7.831.942	11.588.373	3.756.431	519.268	0	519.268	3.237.163
7 Covilhã	M	72.102.490	74.437.320	2.334.831	206.996	0	206.996	2.127.835
8 Oeiras	G	19.309.171	21.748.669	2.439.498	775.792	149.987	625.805	1.813.693
9 Almeirim	M	1.740.542	3.130.916	1.390.374	90.255	0	90.255	1.300.119
10 Cuba	P	631.942	1.981.414	1.349.472	50.014	0	50.014	1.299.458
11 Vidigueira	P	714.804	1.864.351	1.149.547	236.754	0	236.754	912.793
12 São João da Madeira	M	1.773.224	2.522.210	748.986	87.209	0	87.209	661.777
13 Pedrógão Grande	P	801.527	1.500.665	699.138	43.481	0	43.481	655.657
14 Viseu	M	19.496.534	20.494.103	997.569	398.453	0	398.453	599.116
15 Marvão	P	4.533.465	5.169.635	636.169	39.205	0	39.205	596.964
16 Évora	M	27.509.280	28.314.494	805.214	215.346	6.359	208.987	596.227
17 Figueira da Foz	M	7.620.290	8.327.307	707.017	276.093	0	276.093	430.924
18 Torres Novas	M	4.209.710	4.743.974	534.264	144.892	0	144.892	389.372
19 Leiria	G	19.564.260	19.618.055	53.795	474.647	734.098	-259.451	313.247
20 Maia	G	17.264.582	18.052.704	788.121	487.186	3.330	483.856	304.265
21 Benavente	M	3.075.475	3.431.594	356.119	111.504	0	111.504	244.615
22 Mangualde	P	1.912.158	2.208.542	296.385	99.962	0	99.962	196.423
23 Chamusca	P	1.803.478	2.056.047	252.568	82.319	0	82.319	170.249
24 Lajes das Flores	P	53.881	225.019	171.139	27.860	0	27.860	143.279
25 Coruche	P	3.053.358	3.311.516	258.158	126.096	150	125.946	132.212
Total dos 308 municípios		1.907.023.978	1.996.383.749	89.359.771	49.400.409	8.198.323	41.202.086	48.157.685

Quadro 3.04.B – Municípios com maior diferença negativa entre o saldo de Investimentos financeiros e o saldo de Ativos Financeiros

Unidade: euros

Município	Dim.	Contabilidade financeira - Investimentos financeiros			Contabilidade orçamental - Ativos financeiros			Diferença contab. Financeira e Orçam. (g) = (c)-(f)	
		Saldo inicial (01/01/2017)	Saldo final (31/12/2017)	Diferença	Novos investimentos	Alienações de investimentos	Diferença		
		(a)	(b)	(c) = (b)-(a)	(d)	(e)	(f) = (d)-(e)		
1	Portimão	M	45.156.241	35.617.414	-9.538.827	327.984	61.997	265.987	-9.804.814
2	Sintra	G	87.363.983	84.406.928	-2.957.054	1.118.289	0	1.118.289	-4.075.343
3	Loures	G	24.888.072	21.613.493	-3.274.579	625.270	0	625.270	-3.899.849
4	Ponta Delgada	M	14.631.292	11.967.095	-2.664.196	266.427	0	266.427	-2.930.623
5	Coimbra	G	56.614.125	54.854.336	-1.759.789	661.207	61.375	599.832	-2.359.621
6	Celorico da Beira	P	2.728.720	453.699	-2.275.021	64.600	0	64.600	-2.339.621
7	Macedo de Cavaleiros	P	4.084.720	2.453.731	-1.630.989	122.651	0	122.651	-1.753.640
8	Felgueiras	M	7.820.016	6.347.364	-1.472.652	173.611	0	173.611	-1.646.263
9	Vila Real de Sto António	P	47.057.373	45.577.925	-1.479.448	58.371	0	58.371	-1.537.819
10	Santarém	M	62.651.993	61.398.038	-1.253.955	237.739	24.176	213.563	-1.467.518
11	Almada	G	37.920.675	35.557.044	-2.363.632	625.261	1.535.270	-910.009	-1.453.623
12	Celorico de Basto	P	5.445.880	4.237.777	-1.208.104	91.408	2.660	88.748	-1.296.852
13	Alenquer	M	10.510.203	9.489.269	-1.020.935	151.249	0	151.249	-1.172.184
14	Viana do Castelo	M	22.574.002	23.619.257	1.045.255	2.175.471	0	2.175.471	-1.130.216
15	Vila Nova de Foz Côa	P	4.936.945	3.917.850	-1.019.096	68.288	0	68.288	-1.087.384
16	Castelo Branco	M	56.453.885	55.653.247	-800.637	274.732	0	274.732	-1.075.369
17	Abrantes	M	18.900.088	18.089.577	-810.511	252.937	0	252.937	-1.063.448
18	Cabeceiras de Basto	P	3.478.844	2.530.874	-947.969	81.836	14.690	67.146	-1.015.115
19	Cascais	G	66.442.392	62.492.235	-3.950.157	950.884	3.936.998	-2.986.114	-964.043
20	Vila Verde	M	3.127.766	2.429.814	-697.952	170.533	0	170.533	-868.485
21	Barreiro	M	4.507.566	3.893.167	-614.400	245.759	0	245.759	-860.159
22	Vila Nova de Gaia	G	76.926.043	76.926.044	1	814.423	3.116	811.307	-811.306
23	Braga	G	55.364.412	55.139.009	-225.403	626.466	82.050	544.416	-769.819
24	Angra do Heroísmo	M	19.464.551	18.432.085	-1.032.466	146.263	477.291	-331.028	-701.439
25	Anadia	M	5.129.278	4.561.260	-568.018	133.290	0	133.290	-701.308

No Quadro 3.05 apresenta-se a composição das dívidas a receber desagregadas pelos seus diferentes elementos.

- Em 2017, o valor das dívidas a receber no total de 662,1 M€ traduziram um decréscimo deste ativo de -94,4 M€ (-12,5%).
- Entre 2006 e 2017 foi variável a evolução do valor global das divi-

das a receber verificando-se um acréscimo de valor de 11% em 2011 e uma grande descida do mesmo, no triénio 2014/ 2016 traduzida numa diminuição sucessiva de valores, respetivamente de -23,9%, -2,2%, e -9,8.

Quadro 3.05 – Composição das Dívidas a Receber

Unidade: milhões de euros

Dívidas a Receber	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Varia. (%)
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	16-17
Dívidas a receber M/L prazo	35,9	37,0	96,0	91,5	86,3	130,2	129,0	123,1	99,2	97,5	66,7	86,8	30,1%
Empréstimos concedidos (curto p.)	61,6	60,0	6,6	7,5	7,3	6,2	5,5	6,2	4,5	9,4	7,4	3,0	-59,4%
Clientes contribuintes e utentes (c.p.)	144,4	167,8	178,6	171,9	217,8	231,2	234,1	235,6	225,1	239,8	255,2	215,3	-15,6%
Estado e outros entes públicos (c.p.)	18,8	17,0	18,1	18,9	22,6	28,7	26,3	28,7	29,2	30,4	31,0	25,7	-17,0%
Administração Autárquica (c.p.)	52,9	75,2	63,8	83,2	85,1	66,4	35,7	59,7	9,3	12,1	10,6	7,4	-30,2%
Adiantamentos (c.p.)	21,4	13,3	11,0	8,4	10,7	12,4	10,9	8,7	8,5	9,8	9,4	9,0	-3,6%
Outros devedores (c.p.)	461,0	433,9	683,5	701,6	766,8	850,7	796,0	665,2	482,5	440,0	376,3	315,0	-16,3%
Outros (c.p.)	20,0	14,6	15,9	0,0	0,0	2,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	--
Total de dívidas a receber em 31/12	816,0	818,7	1.073,5	1.083,0	1.196,6	1.327,9	1.237,8	1.127,2	858,2	839,0	756,5	662,1	-12,5%

Da observação do Quadro 3.05 ainda se deverá anotar, em relação a 2017:

- As componentes mais representativas das **dívidas a receber** continuaram a ser: **outros devedores de curto prazo**⁷⁰ em relação aos quais o universo dos municípios apresentou o valor de 315 M€ (47,6% dos créditos); **clientes, contribuintes e utentes**⁷¹, com o total de 215 M€ (32,5% dos créditos sobre terceiros) e **dívidas a receber de MLP** no valor de 86,8 M€ (30,1% dos créditos totais).
- Verificou-se que 184 municípios apresentaram valores inscritos em **clientes contribuintes e utentes de cobrança duvidosa**⁷², no total de 13,96 M€. Estes valores muito provavelmente se transforma-

rão em imparidades ou valores incobráveis fazendo baixar o valor patrimonial do município.

- A **dívida do Estado** aos municípios refletirá, essencialmente, o montante de cobrança de impostos que o Ministério das Finanças efetuou por conta dos municípios e cuja entrega aos mesmos só se concretizará no ano económico seguinte. Incluirá também pagamentos já vencidos de protocolos celebrados entre o Estado e os municípios. Poderá estar ainda refletido, nesta rubrica, eventual IVA a recuperar de municípios com serviços municipais integrados. Não foi possível discriminar a origem destes créditos detidos pelas autarquias, sendo que o seu valor total foi de 25,7 M€, demonstrando uma diminuição de -17%, no ano económico em análise.
- Os créditos sobre terceiros denominados **dívida da Administração Autárquica** apresentaram uma forte diminuição -30,2% ao apresentarem o total de 7,4 M€, menos 3,2 M€ que em 2016.

Embora as dívidas a receber pesem apenas 4,8% do ativo total, podem representar um valor relevante no ativo circulante pelo que se apresentam, no Quadro 3.06, os municípios com maior montante de dívidas a receber em 2017 diferenciando-se os créditos de curto prazo dos créditos de médio e longo prazo.

⁷⁰ A existência de registo de valores significativamente elevados em outros devedores de curto prazo (rubrica supostamente residual) terá que ser uma situação a contrariar de futuro pois não permite avaliar a relevância substantiva destes créditos sobre terceiros, cujo peso relativo tem sido o mais elevado na estrutura das dívidas a receber. Anota-se que esta rubrica poderá incluir, ainda, valores de operações de tesouraria por contrapartida de valores inscritos no passivo

⁷¹ Dispõe o POCAL que estes créditos com um período de mora superior a seis meses deverão originar uma provisão de 50% e aos que apresentarem uma mora igual ou superior a um ano deverá corresponder uma provisão de 100%.

⁷² São ainda muitos os municípios que inscrevem valores nesta rubrica, traduzindo simultaneamente dificuldades económicas da economia local, como alguma dificuldade dos municípios em atempadamente porem em execução mecanismos de cobrança coerciva que lhes permitem cobrar os seus créditos.

Quadro 3.06 – Municípios com maior volume de Dívidas a Receber em 2017

Unidade: euros

Município	Dimensão	Dívidas a receber				
		Médio e Longo prazo	Curto prazo	Total em 2017	Total de 2016	Variação 2016-2017
1 Lisboa	G	34.771.846	71.901.003	106.672.849	190.896.609	-84.223.760
2 Setúbal	G	0	41.975.868	41.975.868	31.397.708	10.578.160
3 Coimbra	G	4.776.781	16.589.921	21.366.701	8.840.247	12.526.454
4 Vila Nova de Gaia	G	11.666.309	9.646.949	21.313.259	28.229.209	-6.915.951
5 Matosinhos	G	16.214	20.754.735	20.770.948	26.645.601	-5.874.653
6 Sesimbra	M	0	20.056.116	20.056.116	19.865.378	190.738
7 Barcelos	G	13.490.589	3.309.862	16.800.450	19.325.886	-2.525.436
8 Funchal	G	0	14.055.251	14.055.251	9.107.238	4.948.012
9 Cartaxo	M	0	13.441.929	13.441.929	13.760.570	-318.640
10 Santo Tirso	M	0	12.296.806	12.296.806	12.282.864	13.942
11 Braga	G	0	10.685.201	10.685.201	9.039.920	1.645.281
12 Vila Real de Santo António	P	0	10.393.905	10.393.905	11.467.269	-1.073.363
13 Covilhã	M	4.034.932	5.308.698	9.343.630	11.376.651	-2.033.021
14 Fundão	M	0	8.392.567	8.392.567	8.290.481	102.086
15 Aveiro	M	0	8.381.829	8.381.829	8.698.608	-316.779
16 Angra do Heroísmo	M	7.451.209	922.086	8.373.295	8.856.643	-483.348
17 Santarém	M	0	7.860.535	7.860.535	8.135.927	-275.392
18 Vila Franca de Xira	G	0	7.282.879	7.282.879	3.370.359	3.912.520
19 Almada	G	2.845.877	4.132.914	6.978.791	6.849.066	129.725
20 Albufeira	M	0	6.723.616	6.723.616	8.468.952	-1.745.336
21 Loures	G	17.698	6.630.906	6.648.604	8.631.786	-1.983.182
22 Porto	G	0	6.537.454	6.537.454	10.430.640	-3.893.186
23 Alcácer do Sal	P	0	6.415.251	6.415.251	5.236.157	1.179.094
24 Portimão	M	0	6.254.949	6.254.949	6.630.781	-375.832
25 Mealhada	M	0	6.066.793	6.066.793	3.601.442	2.465.351
Total 308 Municípios		86.784.679	575.336.274	662.120.952	756.464.153	-94.343.201

- Verifica-se que o município de **Lisboa** em 2017 contribui para 16,1% do total dos créditos a receber pelo setor autárquico, tendo 67,4% das suas **dívidas a receber, sido constituídas por créditos de curto prazo** e apresentado uma diminuição de créditos sobre terceiros de -84,2 M€ (-44,1%).
- O município de **Setúbal** continua a apresentar-se como o segundo municípios com maior volume de créditos sobre terceiros, apresentando um valor constituído exclusivamente por dívidas a receber de curto prazo, que totalizaram o montante de 41,9 M€ trazendo um aumento de +33,7% (+10,6 M€).
- **Coimbra** aparece como terceiro município com elevado crédito so-

bre terceiros ao contabilizar um total de 21,4 M€ (+141,7% que em 2016), sendo 77,6% dos mesmos constituído por créditos de curto prazo. No Quadro 3.07 listam-se os municípios que apresentaram em 2017 valores na conta de **empréstimos de curto prazo concedidos a terceiros**, mantendo-se a informação sobre esses mesmos municípios relativa a anos anteriores Não sendo possível identificar quais as entidades de destino destes empréstimos, fica apenas o elenco dos **47 municípios que praticaram este ato financeiro em 2017**. Anota-se que há um município que pela primeira vez nestes últimos doze anos apresentou movimentação nesta conta do ativo: São João Pesqueira

Quadro 3.07 – Municípios com dívidas a receber relativas a empréstimos concedidos a terceiros

Unidade: euros

Município	DIm	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1 Coimbra	G	1.971.759	2.073.891	2.187.801	2.171.736	1.555.210	1.567.145	1.571.069	1.494.040	1.478.987	1.501.229	1.227.597	1.292.595
2 Portimão	M	0	0	0	0	0	0	0	610.159	542.047	5.725.218	4.482.907	373.146
3 Viseu	M	109.185	109.185	0	268.888	268.888	268.888	268.888	268.888	268.888	268.888	268.888	268.888
4 Aveiro	M	0	0	0	0	0	0	0	450.374	0	0	224.719	223.426
5 Alpiarça	P	194.258	194.258	194.258	194.258	194.258	194.258	194.258	194.258	194.258	194.258	194.258	194.258
6 Setúbal	G	95.000	95.000	95.000	95.000	95.000	95.000	95.000	95.000	95.000	95.000	95.000	95.000
7 Maia	G	0	0	23.008	39.470	78.809	81.255	71.969	68.870	82.153	76.566	71.419	68.089
8 Almeida	P	0	0	0	0	0	1.640	1.640	1.640	1.640	413	0	64.000
9 F. Alentejo	P	0	0	0	0	0	0	65.948	65.948	65.948	65.948	63.212	63.212
10 Rio Maior	M	0	0	54.775	54.775	54.775	54.775	54.775	54.775	54.775	54.775	54.775	54.775
11 Guimarães	G	0	0	0	0	0	0	0	0	43.050	77.130	69.128	51.601
12 Melgaço	P	0	0	0	17.023	22.931	26.213	45.520	38.986	48.722	48.497	45.606	45.908
13 Ponte de Lima	M	0	0	0	0	14.745	18.436	15.119	48.361	53.307	48.202	39.912	29.844
14 Batalha	P	17.500	17.500	17.500	17.500	17.500	17.500	17.500	17.500	17.500	17.500	17.500	17.500
15 Soure	P	16.775	16.775	16.775	16.775	16.775	16.775	16.775	16.775	16.775	16.775	16.775	16.775
16 Mértola	P	107.637	97.431	69.437	53.784	39.778	30.086	26.470	21.262	19.862	18.662	17.362	15.712
17 Penedono	P	0	0	0	0	0	0	10.700	19.632	24.132	22.127	7.154	13.955
18 Moura	P	62.685	59.053	40.091	29.711	22.603	19.117	16.957	16.769	20.600	20.600	15.647	13.797
19 O. Azeméis	M	0	0	0	0	0	0	13.427	10.547	15.233	14.602	14.602	9.223
20 Portel	P	0	0	0	0	0	0	9.965	9.167	9.109	9.109	0	9.109
21 Vizela	M	0	0	0	13.781	20.325	16.898	13.298	20.348	14.198	11.348	0	9.098
22 V.N. Cerveira	P	0	0	0	0	0	0	0	0	9.636	13.197	11.300	8.794

Município	DIm	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
23	Tavira	M	14.991	10.404	0	0	0	0	7.902	7.902	0	7.902	7.902	7.902
24	Sesimbra	M	7.634	7.634	7.634	7.634	7.634	7.634	7.634	7.634	7.634	7.634	7.634	7.634
25	Alvito	P	0	0	0	0	0	0	9.000	8.375	7.625	7.625	7.625	7.625
26	Sines	P	0	0	0	0	0	0	10.342	8.604	8.190	7.757	6.361	
27	M.-o-Novo	P	40.699	45.489	38.520	37.817	31.595	25.647	23.897	15.764	19.536	18.697	16.742	5.652
28	Valença	P	0	0	0	0	0	0	0	5.128	9.541	8.074	4.913	4.621
29	Elvas	M	0	0	0	0	0	0	0	8.400	9.992	11.862	5.933	4.133
30	Campo Maior	P	0	0	0	3.200	2.244	1.628	8.574	8.354	5.949	3.680	3.680	3.680
31	P. Lanhoso	M	100.000	100.000	0	0	0	0	0	0	1.283	934	2.100	3.500
32	Aljustrel	P	21.625	18.888	9.345	7.267	8.415	6.104	5.317	4.576	3.949	3.265	2.980	2.980
33	S.J. Pesqueira	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.944
34	Vouzela	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7.282	1.423	2.914
35	Chamusca	P	7.500	7.125	5.875	4.750	3.625	2.500	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000
36	Guarda	M	0	0	0	7.000	5.978	10.203	8.151	6.951	3.277	2.077	877	1.589
37	F.C. Rodrigo	P	0	0	10.610	18.181	23.730	20.402	22.682	11.442	4.209	1.838	1.358	1.358
38	O. Bairro	M	0	0	9.000	7.732	6.259	4.786	9.407	7.235	4.524	3.580	2.145	1.201
39	Vendas Novas	P	21.988	28.769	12.235	10.419	15.315	12.832	9.302	5.960	4.160	710	710	710
40	Beja	M	109	109	109	2.041	1.804	1.677	4.001	3.413	2.795	2.795	1.229	662
41	Marvão	P	0	0	8.868	11.822	9.601	8.411	5.809	3.439	758	408	408	408
42	Coruche	P	0	2.715	5.127	12.371	9.827	8.044	4.735	2.893	1.351	476	476	326
43	Lagos	M	812	727	727	727	727	727	727	727	165	165	165	165
44	Coimbra	G	1.971.759	2.073.891	2.187.801	2.171.736	1.555.210	1.567.145	1.571.069	1.494.040	1.478.987	1.501.229	1.227.597	1.292.595
45	Portimão	M	0	0	0	0	0	0	0	610.159	542.047	5.725.218	4.482.907	373.146
46	Viseu	M	109.185	109.185	0	268.888	268.888	268.888	268.888	268.888	268.888	268.888	268.888	268.888
47	Aveiro	M	0	0	0	0	0	0	0	450.374	0	0	224.719	223.426
TOTAL			2.790.158	2.884.954	2.806.697	3.103.661	2.528.352	2.518.582	2.638.416	3.643.833	3.173.173	8.399.238	7.015.819	3.007.068

As disponibilidades⁷³ representam o total dos valores de saldos em caixa, depósitos em instituições financeiras e aplicações em títulos negociáveis. No Quadro 3.08 apresenta-se a composição das dis-

ponibilidades⁷⁴ agrupadas por anos de mandato e a variação em 2017, relativamente ao ano anterior. Verifica-se que os depósitos em instituições financeiras e caixa, aumentaram 18,9% em relação a 2016 totalizando no final do ano económico 1.913,0 M€.

⁷³ Estando incluído no valor de depósitos em instituições financeiras e caixa, montantes relativos a meras operações de tesouraria, procedeu-se, com vista a uma informação mais objetiva sobre as reais disponibilidades dos municípios, à dedução do montante global contabilizado em cauções de fornecedores, clientes e do saldo de operações de tesouraria.

⁷⁴ Os dados foram obtidos através do cruzamento da informação dos Mapas de Fluxos de Caixa com a dos de Operações de Tesouraria, expurgando os saldos destas últimas do saldo de fluxos de caixa.

Quadro 3.08 – Disponibilidades e disponibilidades reais

Unidade: milhões de euros

Depósitos e Caixa	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Var. (%) 16-17
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Depósitos em instituições financeiras e caixa	603,6	738,7	673,2	583,7	595,9	666,0	761,2	874,7	1.021,3	1.329,9	1.609,3	1.913,0	18,9%
Titulos negociáveis	37,2	59,5	34,5	14,8	13,7	15,6	15,7	9,3	4,4	6,7	15,1	3,6	-75,8%
(1) Total de disponibilidades	640,8	798,2	707,7	598,5	609,5	681,6	777,0	884,0	1.025,7	1.336,6	1.624,4	1.916,7	18,0%
(2) Operações de Tesouraria	142,5	143,8	130,5	154,5	169,2	179,3	180,8	187,0	189,5	189,4	191,8	205,7	7,2%
(3=1-2) Total disponibilidades reais	498,3	654,4	577,2	444,0	440,4	502,2	596,1	697,0	836,2	1.147,2	1.432,6	1.711,0	19,4%

3.4. Fundos Próprios (Património Líquido) e Proveitos diferidos
No Quadro 3.09 apresenta-se o valor global dos Fundos Próprios do universo total dos municípios. Os Fundos Próprios⁷⁵ sendo a di-

ferença entre o Ativo e o Passivo representam o património líquido de cada município.

⁷⁵ O POCAL regista os Proveitos diferidos no Passivo (na conta «2745 – Proveitos dife-

ridos, subsídios para investimentos»), mas como, na realidade não se trata de uma dívida a pagar, incluímos esse valor, separadamente, nestes quadros.

Quadro 3.09 – Composição dos Fundos Próprios (Património Líquido)

Unidade: milhões de euros

Fundos próprios	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Var. (%) 16-17
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Fundo Patrimonial	18.801,3	19.737,1	20.173,5	20.704,0	21.576,6	21.392,4	21.636,4	22.073,4	22.331,2	22.650,4	22.912,6	23.074,2	0,7%
Reservas*	1.532,9	884,0	1.122,5	1.205,1	1.348,6	1.446,6	1.626,7	1.780,1	1.815,8	1.963,0	1.994,5	2.289,7	14,8%
Doações	406,3	433,8	475,1	526,9	583,8	610,6	483,7	528,0	571,6	650,2	728,4	744,6	2,2%
Subsídios + cedências + outros	133,8	172,8	563,5	754,5	194,2	229,3	139,7	139,6	194,8	275,6	296,1	311,6	5,2%
Resultados transitados	1.131,5	1.545,4	1.714,1	1.534,6	1.501,7	1.360,3	1.019,5	1.312,9	977,8	946,2	1.368,0	1.605,4	17,4%
Resultados do exercício	663,9	484,0	303,0	-226,2	102,0	143,4	585,1	70,5	158,1	621,2	414,6	457,5	10,3%
Total dos Fundos Próprios	22.669,7	23.257,2	24.351,8	24.499,0	25.306,9	25.182,6	25.491,0	25.904,5	26.049,3	27.106,7	27.714,2	28.483,0	2,8%
Proveitos diferidos	3.494,0	3.904,3	4.440,0	4.871,0	5.299,7	6.049,8	6.575,3	6.795,5	6.854,8	6.900,3	6.725,8	6.610,7	-1,7%
Total dos Fundos Próprios e Proveitos diferidos (a)	26.163,7	27.161,4	28.791,8	29.369,9	30.606,6	31.232,4	32.066,3	32.700,0	32.904,1	34.006,9	34.440,0	35.093,7	1,9%
Peso dos Fundos Próprios sobre o ativo líquido (a)/ativo total	79,0%	78,9%	78,5%	76,0%	76,4%	77,1%	79,5%	80,2%	81,5%	82,9%	84,0%	85,0%	1,4%

* Inclui todas as reservas: de reavaliação (9,3%), legais (37,2%), estatutárias (0,2%), livres (28,5%) e decorrentes da transferência de ativos (24,7%). As reservas de reavaliação resultariam da atualização do valor de aquisição e das respetivas amortizações acumuladas, dos ativos imobilizados (com exceção dos Investimentos Financeiros, pois neste caso seriam «ajustamentos» positivos). O POCAL, contudo, condiciona as reavaliações à promulgação de leis próprias para o efeito (o que contraria, em parte, as atuais tendências da contabilidade para substituir o princípio do custo histórico pela designado justo valor ou valor de mercado). O impedimento dos municípios procederem a reavaliações de uma forma livre, tem como objetivo limitar eventuais sobreavaliações do Ativo, fazendo prevalecer o princípio da prudência. No entanto, uma vez que o CIBE, para efeitos de elaboração do primeiro inventário preparado pelas regras daquele diploma, permite reavaliar bens cujo valor atual é significativamente superior ao valor histórico, tais reservas podem existir nos balanços dos municípios.

Da análise do quadro antecedente relevam-se as seguintes observações, em relação às diferentes componentes dos Fundos Próprios:

– No final de 2017, o total do fundo patrimonial era 23,1 mil milhões de euros representando uma taxa de crescimento de 0,7% face a 2016, tendo contribuído para esta situação 122 municípios que apresentaram aumento de valor nesta conta, a qual se deveria apresentar estável desde o primeiro ano de implementação do POCAL. O aumento constatado ao longo dos anos traduzirá o progressivo registo contabilístico de ativos que não foram valorizados e registados contabilisticamente, conforme exigível, no 1º ano de implementação do POCAL.

– Quanto aos resultados líquidos do exercício verifica-se que apresentaram grande crescimento no biénio 2014/2015, seguido de uma diminuição -33,3% (-206,6 M€) em 2016. Em 2017, os resultados líquidos, considerando o universo dos municípios, voltaram a crescer em +10,3%, ao totalizar 457,5M€. Contudo, 131 municípios apresentaram resultados líquidos negativos, destacando-se pelo montante: Vila Real de Santo António (-8,7 M€), Oleiros (-7,5 M€), Paredes (-6,0 M€), Elvas (-5,9 M€), Ovar (-5,9 M€), Felgueiras (-5,2 M€), Faro (-5,1 M€), Tavira (-5,1 M€) e Moura (-5,1 M€).

– Os subsídios e cedências registadas em Fundos Próprios referem-se, em geral, a subsídios destinados a investimentos em bens não amortizáveis (por exemplo, terrenos). O valor acumulado em 2017 foi de 311,6 M€, representando um acréscimo de +5,2% (-15,5 M€). Da análise das contas verificou-se que 135 municípios reconheceram valores nestas contas tendo 27 aumentado o montante líquido.

– O valor em doações recebidas aumentou de volume líquido nos últimos anos. Em 2017 o montante acumulado de 744,6 M€ representou um acréscimo de 2,2% (+16,2 M€) em relação ao ano anterior. Apresentaram registo nesta rubrica patrimonial 219 municípios.

– Relativamente às reservas, constatou-se que em 2017 o montante contabilizado de 2.289,7 M€ traduziu um acréscimo de 14,8% (+295,2 M€)⁷⁶ e, representou 8% do total de Fundos Próprios⁷⁷. Con-

⁷⁶ Mantemos, no entanto, a opinião que o tratamento mais correto seria registar esta “retificação” do valor contabilístico dos ativos, na conta Resultados Transitados

⁷⁷ Excluindo dos mesmos os proveitos diferidos.

tribuíram para o aumento deste item, 165 municípios⁷⁸.

– Os resultados transitados em 2017 apresentaram o valor de 1.605,4 M€, representando 5,6% dos Fundos Próprios e um aumento 17,4% (+237,4 M€) em relação ao ano anterior.

– Os proveitos diferidos compreendem as receitas que devem ser reconhecidas como proveitos em diversos exercícios seguintes, de acordo com o princípio do acréscimo (ou da especialização dos exercícios). Esta conta, pelo volume de transferências destinadas ao investimento (ou subsídios para investimentos amortizáveis), foram assumindo valores relevantes e sempre crescentes entre 2006 e 2015, diminuindo em 2016.e em 2017, refletindo um aumento de depreciações do exercício relacionado com investimentos financiados externamente, em detrimento de novos financiamentos. Todavia, pelo seu próprio significado, os proveitos diferidos, não constituirão uma verdadeira conta de passivo, embora se encontre registada nesta parte do balanço por imposição de normalização contabilística aplicada, também, ao setor público administrativo⁷⁹. Dever-se-á ler o valor desta rubrica, como o montante de transferências/subsídios obtidos a aplicar ou aplicados em investimentos ainda não amortizados na totalidade. No final de 2017 o total dos proveitos diferidos registado no balanço dos 308 municípios foi de 6,6 mil M€ (-115,1 M€, -1,7%)⁸⁰.

⁷⁸ 21 Municípios não apresentam valor em reservas

⁷⁹ O SNC regista todos os subsídios destinados a investimentos na classe 5 e não em Passivos. Este procedimento vai também refletir-se no novo normativo contabilístico público recentemente aprovado, por ser uma recomendação das Normas Internacionais de Contabilidade Pública.

⁸⁰ O valor deste crescimento representará o montante de Transferências/subsídios ao investimento recebido em cada ano, pelo setor autárquico, deduzido da afetação de montantes a resultados do exercício, fruto da “amortização” anual dos valores acumulados na conta de proveitos diferidos (periodização económica).

3.5. Passivo

3.5.1. Composição, estrutura e variação do passivo

Neste anuário dividimos o Passivo em três grandes componentes:

- Passivo exigível, ou seja, as dívidas a pagar;
- Passivo eventualmente exigível, que inclui os «Acréscimos de Custos» e as «Provisões para riscos e encargos»
- Passivo eventualmente não exigível refletido na conta «Proveitos Diferidos»;

Quando se comenta o passivo de qualquer empresa ou entidade, refere-se as dívidas para com terceiros, **excluindo-se o passivo eventualmente exigível** (nomeadamente os acréscimos de custos e provisões) e o Passivo eventualmente não exigível (nomeadamente os proveitos diferidos). Incluir estas duas últimas componentes poderá conduzir a análises financeiras distorcidas, no sector público autárquico.

Assim, neste capítulo, o total da dívida que importará analisar

será a que constituiu passivo exigível pelo que não serão objeto de análise pormenorizada, o valor contabilístico inscrito em provisões para riscos e encargos que traduzem responsabilidades contingentes e, por isso, incertas de concretização, bem como, os acréscimos de custos e proveitos diferidos⁸¹.

3.5.2. Passivo exigível

Os Quadros 3.10 e 3.11.A e B mostram o valor das diferentes componentes do passivo no período de 2006/2017, bem como as correspondentes variações anuais.

Em complemento à análise do passivo para o universo dos 308 municípios, apresenta-se o Gráfico 3.04 com a evolução das suas principais.

⁸¹ Que não representam qualquer encargo para com terceiros.

Quadro 3.10 – Componentes do Passivo exigível

Unidade: milhões de euros

Passivo	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Instituições de crédito e Estado (empréstimos)	3.947,9	3.940,5	4.039,3	4.498,0	4.425,0	4.303,5	3.991,4	4.018,2	3.823,1	3.426,6	3.051,4	2.916,2
Fornecedores e outros credores	508,9	461,6	648,2	657,8	695,6	693,5	379,3	467,8	578,8	703,0	647,8	512,3
Total de Dívidas a Médio e Longo Prazo*	4.456,7	4.402,1	4.687,5	5.155,8	5.120,6	4.997,1	4.370,7	4.485,9	4.401,9	4.129,5	3.699,2	3.428,5
Dívidas a Curto Prazo**	2.037,9	2.125,9	2.306,2	2.709,8	2.985,9	3.010,0	2.540,8	2.049,5	1.642,5	1.464,8	1.233,2	1.063,3
Instituições de crédito e Estado (empréstimos)	61,7	94,0	132,4	172,7	187,8	237,9	178,2	241,3	256,3	290,8	361,1	323,8
Fornecedores e outros credores	1.976,2	2.031,9	2.173,9	2.537,0	2.798,1	2.772,2	2.362,6	1.808,2	1.386,2	1.174,0	872,0	739,5
Dívidas a Curto Prazo – natureza ã orç.***	142,5	143,8	130,5	154,5	169,2	179,3	180,8	187,0	189,5	189,4	191,8	205,7
Total das Dívidas a Curto Prazo	2.180,4	2.269,7	2.436,8	2.864,3	3.155,1	3.189,4	2.721,7	2.236,5	1.832,0	1.654,1	1.425,0	1.269,0
Passivo exigível	6.637,1	6.671,8	7.124,3	8.020,1	8.275,7	8.186,4	7.092,4	6.722,4	6.233,9	5.783,7	5.124,2	4.697,5

* Refere-se à totalidade do stock da dívida bancária e dos contratos de locação financeira, bem como outras dívidas a terceiros, de médio prazo, ainda existentes. Todos os empréstimos estão abrangidos por este cálculo, incluindo aqueles que foram objeto de exceção para efeitos de cálculo do anterior limite de endividamento e as dívidas dos municípios às empresas concessionárias de serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

** Os valores apresentados neste quadro não coincidem com os montantes apresentados no Capítulo 2 deste anuário (ponto 2.3.2) para compromissos do exercício por pagar. Anota-se que, dos valores apresentados no Capítulo 2 em compromissos por pagar, poderão constar montantes de encargos assumidos não concretizados, que não foram objeto de anulação em sede de encerramento de contas. Foi chamada a atenção para este facto no ponto 2.3.4, relativo à análise da despesa.

*** Os montantes inscritos nestas linhas são os saldos de operações de tesouraria apresentados no mapa de fluxos de caixa. Com a informação recolhida para a realização deste Anuário, não foi possível identificar que valores das contas «24 – Estado e outros entes públicos» e «26 – Outros devedores e credores» do balanço se referem a dívida de natureza não orçamental. Assim, apenas se isolou do total do Passivo de curto prazo os montantes inscritos em operações de tesouraria, admitindo que existirão mais valores para além destes que também se referem a dívida não orçamental, como por exemplo o valor do IVA a entregar ao Estado.

Quadro 3.11.A – Variação das Componentes do Passivo exigível em valor absoluto

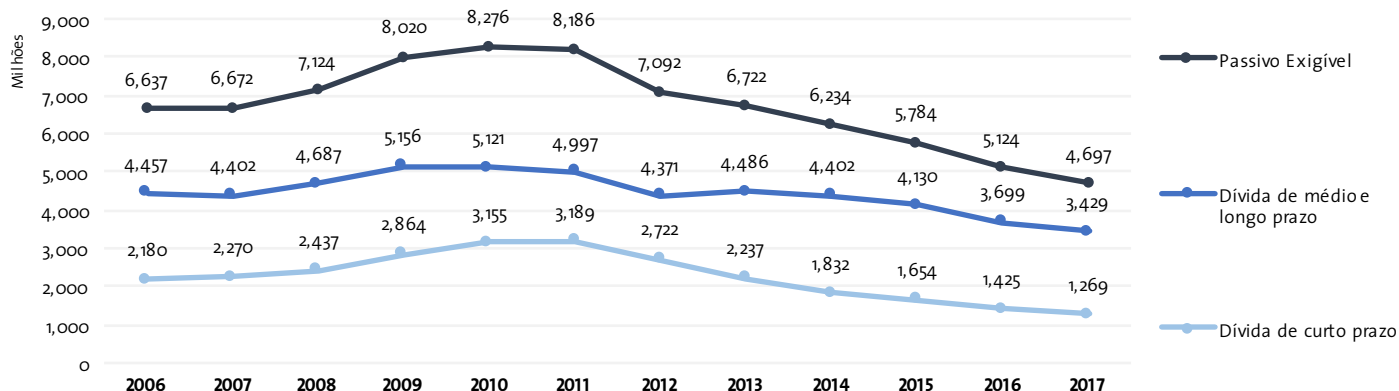
Unidade: milhões de euros

Passivo	Variação em M€										
	06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17
Instituições de crédito e Estado (empréstimos)	-7,4	98,8	458,7	-73,0	-121,5	-312,2	26,8	-195,1	-396,5	-375,1	-135,3
Fornecedores e outros credores	-47,3	186,6	9,6	37,8	-2,1	-314,2	88,5	111,1	124,1	-55,2	-135,4
Total de Dívidas a Médio e Longo Prazo	-54,7	285,4	468,3	-35,2	-123,5	-626,4	115,2	84,0	-272,4	-430,3	-270,7
Dívidas a Curto Prazo	88,0	180,3	403,5	276,2	24,1	-469,2	-491,3	-407,0	-177,7	-231,6	-169,9
Instituições de crédito e Estado (empréstimos)	32,3	38,4	40,3	15,1	50,1	-59,6	63,1	15,0	34,4	70,4	-37,3
Fornecedores e outros credores	55,7	141,9	363,2	261,1	-26,0	-409,6	-554,4	-422,0	-212,1	-302,0	-132,5
Dívidas a Curto Prazo – natureza ã orç.	1,3	-13,3	24,0	14,6	10,2	1,5	6,1	2,5	-0,1	2,5	13,8
Total das Dívidas a Curto Prazo	89,3	167,1	427,5	290,8	34,3	-467,7	-485,2	-404,5	-177,9	-229,1	-156,0
Passivo exigível	34,7	452,5	895,8	255,6	-89,3	-1.094,1	-369,9	-488,5	-450,2	-659,5	-426,7

Quadro 3.11.B – Taxas de variação das componentes do Passivo exigível

Passivo	Variação em %										
	06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17
Instituições de crédito e Estado (empréstimos)	-0,2%	2,5%	11,4%	-1,6%	-2,7%	-7,3%	0,7%	-4,9%	-10,4%	-10,9%	-4,4%
Fornecedores e outros credores	-9,3%	40,4%	1,5%	5,7%	-0,3%	-45,3%	23,3%	23,7%	21,4%	-7,9%	-20,9%
Total de Dívidas a Médio e Longo Prazo	-1,2%	6,5%	10,0%	-0,7%	-2,4%	-12,5%	2,6%	-1,9%	-6,2%	-10,4%	-7,3%
Dívidas a Curto Prazo	4,3%	8,5%	17,5%	10,2%	0,8%	-15,6%	-19,3%	-19,9%	-10,8%	-15,8%	-13,8%
Instituições de crédito e Estado (empréstimos)	52,3%	40,8%	30,5%	8,7%	26,7%	-25,1%	35,4%	6,2%	13,4%	24,2%	-10,3%
Fornecedores e outros credores	2,8%	7,0%	16,7%	10,3%	-0,9%	-14,8%	-23,5%	-23,3%	-15,3%	-25,7%	-15,2%
Dívidas a Curto Prazo – natureza ã orç.	0,9%	-9,2%	18,4%	9,5%	6,0%	0,8%	3,4%	1,3%	-0,1%	1,3%	7,2%
Total das Dívidas a Curto Prazo	4,1%	7,4%	17,5%	10,2%	1,1%	-14,7%	-17,8%	-18,1%	-9,7%	-13,9%	-10,9%
Passivo exigível	0,5%	6,8%	12,6%	3,2%	-1,1%	-13,4%	-5,2%	-7,3%	-7,2%	-11,4%	-8,3%

Gráfico 3.04 – Evolução do Passivo exigível



Da análise dos Quadros 3.10 e 3.11 bem como do gráfico 3.04 pode-se referir:

– O gráfico anterior mostra a grande **variação do passivo exigível** dos municípios entre 2006 e 2017. Mostra, ainda o crescimento do seu valor até 2010 e a descida progressiva a partir de 2011, a qual se intensificou a partir de 2012 e que se tem mantido desde até 2017.

– **Em 2017 o passivo exigível ao apresentar o valor de 4 697,5M€ (-8,3% e- 426,7M€, que no ano anterior),** contribuiu para essa descida, essencialmente, a redução das **dívidas a fornecedores**. Anote-se que 69,6% da dívida de curto prazo (739,5 milhões de euros), no final de 2017, dizia respeito a dívida a fornecedores (dívida comercial) e apresentou um decréscimo em relação ao ano anterior, de 15,2% (-132,5M€).

– Considerando nas dívidas a pagar as **operações de tesouraria**, a dívida de curto prazo acresce em 205,7 M€, **representando esta rubrica do passivo 16,2% do total do passivo e curto prazo.**

– Será de realçar a **descida global da dívida de MLP** entre 2010⁸² e 2017 em -1.692,1 M€ (- 33%) com a diminuição da utilização de empréstimos bancários, neste período, pese embora a forte adesão⁸³ dos municípios às linhas de crédito disponibilizadas pelo Estado para liquidação de dívida de curto prazo, nomeadamente a partir de 2012.

– Em 2017 a **descida da dívida a médio e longo prazo foi de -270,7M€ (-7,9%)**. Esta descida mostra bem o esforço dos municípios na intensificação das amortizações de empréstimos alocando uma parte significativa dos seus recursos para esse fim, como se verificou na análise apresentada no capítulo 2 deste Anuário.

– Da análise das contas verificou-se que só 118 municípios dos 159 abrangidos pelo conjunto de programas de apoio PREDE, PPTH, PAEL, ATU e FAM apresentaram descida da dívida de curto prazo entre 2006 e 2017.

Relativamente à utilização do **Fundo de Apoio Municipal (FAM)**⁸⁴,

constata-se que só ocorreram utilizações de **apoio transitório de urgência (ATU)** nos anos de 2014 e 2015, não se verificando qualquer utilização neste âmbito em 2016 e 2017, conforme quadro infra. **Nestes dois últimos anos apenas se registaram amortizações destes empréstimos.**

No que se refere à utilização da linha de empréstimos ao abrigo do FAM (Fundo de Apoio Municipal) o quadro infra mostra os nove municípios que recorreram à referida linha de apoio financeiro, bem como o total em dívida ao FAM, em dezembro de 2017.

⁸² Ano em que se registou o maior montante de dívida de médio e longo prazo.

⁸³ Devidamente tratada no Anuário de 2014.

⁸⁴ O FAM, instituído pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira, e tem por objeto a recuperação financeira dos municípios que se encontrem em situação de rutura financeira nos termos previstos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), bem como a sua prevenção, traduzindo-se na adoção de mecanismos de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e de assistência técnica.

Quadro 3.12.A - Municípios que recorreram a Empréstimo de Apoio Transitório de Urgência (ATU)*

Unidade: euros

Município	Dimensão	2014	2015	Total de empréstimos	Amortizado em 2016	Amortizado em 2017	Dívida em 31.12.2017
Nazaré	P	-	7.552.302	7.552.302	0	0	7.552.302
Santa Comba Dão	P	-	487.158	487.158	97.432	97.432	292.295
Aveiro	M	10.526.250	-	10.526.250	0	10.526.250	0
Cartaxo	M	-	4.817.323	4.817.323	0	4.817.323	0
Vila Nova de Poiares	P	854.529	-	854.529	854.529	0	0
Alfândega da Fé	P	-	542.819	542.819	542.819	0	0
Total	---	11.380.778	13.399.602	24.780.380	1.494.780	15.441.005	7.844.597

* Conforme previsto no artigo 55.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto (aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal), até 30 de novembro de 2014, os municípios que se encontrassem em situação de rutura financeira, nos termos do n.º 2 do artigo 61.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e impossibilitados de cumprir pontualmente as suas obrigações, podiam solicitar junto da DGAL um apoio financeiro de urgência (apoio transitório de urgência). Este apoio teve por limite o montante estritamente necessário para fazer face às necessidades financeiras imediatas do município pelo período máximo de oito meses, e visou exclusivamente o pagamento de salários, a ininterruptibilidade dos serviços públicos essenciais e o cumprimento do serviço da dívida.

Quadro 3.12.B- Municípios que recorreram a Empréstimos do Fundo de Apoio Municipal (FAM)

Unidade: euros

Município	Dimensão	Total Contratualizado	Contratado 2016	Contratado 2017	Utilizado	Amortização 2017	Dívida em 31.12.2017
Portimão	M	137.361.827	33.234.497	84.915.360	118.149.857	0	118.149.857
Aveiro	M	85.511.149	0	64.515.171	64.515.171	0	64.515.171
Cartaxo	M	52.035.855	0	49.082.856	49.082.856	0	49.082.856
Fornos de Algodres	P	32.620.057	0	27.555.031	27.555.031	366.953	27.188.078
Paços de Ferreira	M	35.122.915	0	18.022.915	18.022.915	0	18.022.915
Alandroal	P	16.579.276	11.425.000	2.905.000	14.330.000	0	14.330.000
Vila Nova de Poiares	P	14.113.948	11.423.784	2.152.131	13.575.915	0	13.575.915
Vila Real de Santo António	P	19.619.907	5.541.756	6.043.059	11.584.815	0	11.584.815
Alfândega da Fé	P	1.502.819	1.382.819	0	1.382.819	400.000	982.819
Total	---	394.467.751	63.007.856	255.191.522	318.199.378	766.953	317.432.426

Relativamente à utilização da linha de empréstimos ao abrigo do PAEL (Programa de Apoio à Economia Local)⁸⁵ o quadro infra mostra os 103 municípios que recorreram a esta linha de apoio financeiro entre 2012 e 2015, constatando-se que da mesma não houve

qualquer utilização em 2016 e 2017. Destes 103 municípios, 31 apresentam todo o capital em dívida liquidado em dezembro de 2017.

⁸⁵ A Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, criou o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), que tem por objeto a regularização do pagamento de dívidas dos municípios a fornecedores vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) à data de 31 de março de 2012.

Quadro 3.12.C- Empréstimos do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)

Unidade: euros

	Município	Dim.	Tranches				Financiam. Total	Dívida em 01/01/2017	Amortização 2017	Dívida em 31/12/2017
			2012	2013	2014	2015				
1	Fundão	M	0	36.770.699	0	0	36.770.699	30.642.442	928.559	29.713.883
2	Évora	M	0	25.733.099	6.433.275	0	32.166.373	26.809.435	1.624.814	25.184.621
3	Vila Real Santo António	P	0	0	24.334.084	0	24.334.084	21.875.837	121.412	21.754.425
4	Funchal	G	0	28.410.797	0	0	28.410.797	21.307.989	2.029.332	19.278.657
5	Santarém	M	0	14.749.060	9.168.411	0	23.917.471	19.990.633	1.211.554	18.779.080
6	Vila Nova de Gaia	G	0	15.926.002	6.273.459	0	22.199.460	17.130.184	1.620.145	15.510.039
7	Trofa	M	0	9.958.313	6.603.252	0	16.561.564	14.219.594	836.447	13.383.148
8	Paredes	M	0	19.690.777	0	0	19.690.777	14.191.049	1.419.105	12.771.944
9	Santa Cruz	M	0	0	13.479.093	0	13.479.093	11.530.673	678.275	10.852.398
10	Valongo	M	0	16.263.896	0	0	16.263.896	11.746.147	1.174.615	10.571.533
11	Lamego	M	0	11.816.203	0	0	11.816.203	8.862.152	844.015	8.018.138
12	Paços de Ferreira	M	0	7.076.475	0	0	7.076.475	6.898.045	0	6.898.045
13	Vila Verde	M	0	10.438.783	0	0	10.438.783	7.535.689	753.569	6.782.120
14	Espinho	M	0	8.176.751	0	0	8.176.751	6.745.819	408.838	6.336.982
15	Nordeste	P	0	6.089.422	1.520.987	0	7.610.408	6.342.965	384.422	5.958.543
16	Sesimbra	M	0	8.912.069	0	0	8.912.069	6.436.494	643.649	5.792.845
17	Ílhavo	M	6.156.369	1.404.247	0	0	7.560.616	5.437.589	543.759	4.893.830
18	Póvoa de Varzim	M	0	7.380.944	0	0	7.380.944	5.328.511	532.851	4.795.660
19	Torres Novas	M	0	6.778.372	0	0	6.778.372	5.117.515	487.382	4.630.132
20	Reguengos de Monsaraz	P	0	4.649.883	0	0	4.649.883	4.076.405	0	4.076.405
21	Peso da Régua	P	0	4.961.948	0	0	4.961.948	3.760.007	358.096	3.401.911
22	Freixo de Espada à Cinta	P	0	2.608.041	1.619.187	0	4.227.228	3.583.637	210.802	3.372.835
23	Santa Comba Dão	P	0	0	2.017.294	1.344.681	3.361.975	3.040.386	168.910	2.871.476
24	Calheta (R. A. M.)	P	0	4.232.882	0	0	4.232.882	3.057.081	305.708	2.751.373
25	Olhão	M	0	4.066.208	0	0	4.066.208	2.967.463	282.616	2.684.847
26	Trancoso	P	0	2.508.574	1.012.714	0	3.521.287	2.696.774	256.836	2.439.939
27	Óbidos	P	0	3.839.744	0	0	3.839.744	2.612.290	261.229	2.351.061
28	Vagos	M	0	3.551.943	0	0	3.551.943	2.565.258	256.526	2.308.732
29	Ourém	M	0	3.348.153	0	0	3.348.153	2.511.115	239.154	2.271.961
30	Seia	M	0	1.660.839	1.098.026	0	2.758.865	2.299.291	139.351	2.159.940
31	Peniche	M	0	2.241.803	940.976	0	3.182.779	2.353.158	235.316	2.117.842
32	Paredes de Coura	P	0	2.881.120	0	0	2.881.120	2.080.809	208.081	1.872.728
33	São Pedro do Sul	P	0	2.850.609	0	0	2.850.609	2.058.347	205.835	1.852.512
34	Covilhã	M	0	2.815.021	0	0	2.815.021	2.033.071	203.307	1.829.764
35	Viana do Castelo	M	0	2.809.410	0	0	2.809.410	2.027.274	202.727	1.824.547
36	Estremoz	P	0	2.710.733	0	0	2.710.733	1.953.503	195.350	1.758.153
37	Valpaços	P	0	2.649.478	0	0	2.649.478	1.913.512	191.351	1.722.161

	Município	Dim.	Tranches				Financiam. Total	Dívida em 01/01/2017	Amortização 2017	Dívida em 31/12/2017
			2012	2013	2014	2015				
38	Ansião	P	0	2.231.033	0	0	2.231.033	1.803.097	112.694	1.690.403
39	Tábua	P	0	1.710.268	732.972	0	2.443.240	1.852.791	176.456	1.676.334
40	Chamusca	P	0	4.323.830	0	0	4.323.830	2.205.153	551.288	1.653.865
41	Arruda dos Vinhos	P	0	2.441.431	0	0	2.441.431	1.763.256	176.326	1.586.930
42	Caminha	P	0	2.281.969	0	0	2.281.969	1.730.493	164.809	1.565.684
43	Melgaço	P	0	2.105.126	0	0	2.105.126	1.578.844	149.750	1.429.095
44	Sertã	P	0	2.130.877	0	0	2.130.877	1.615.915	218.803	1.397.112
45	Vale de Cambra	M	0	2.145.858	0	0	2.145.858	1.549.786	154.979	1.394.808
46	Miranda do Douro	P	0	2.029.129	0	0	2.029.129	1.521.847	144.938	1.376.909
47	Penela	P	1.619.470	623.585	0	0	2.243.055	1.445.265	144.526	1.300.738
48	Praia da Vitória	M	1.367.334	586.000	0	0	1.953.335	1.410.742	141.074	1.269.668
49	Penafiel	M	0	1.736.014	0	0	1.736.014	1.253.788	125.379	1.128.409
50	Alvaiázere	P	0	1.718.333	0	0	1.718.333	1.241.018	124.102	1.116.916
51	Soure	P	0	1.695.316	0	0	1.695.316	1.224.395	122.439	1.101.955
52	Ribeira Grande	M	1.434.848	572.466	0	0	2.007.314	1.222.466	203.744	1.018.722
53	Mourão	P	0	704.859	469.906	0	1.174.765	1.000.080	58.828	941.252
54	Aljustrel	P	0	932.630	295.246	0	1.227.876	932.038	88.766	843.273
55	Alenquer	M	0	804.856	344.938	0	1.149.795	871.928	83.041	788.887
56	Sobral de Monte Agraço	P	0	1.053.287	0	0	1.053.287	789.965	75.235	714.730
57	Lourinhã	M	0	972.490	0	0	972.490	729.367	69.464	659.904
58	Valença	P	0	1.000.000	0	0	1.000.000	722.222	72.222	650.000
59	Armamar	P	0	987.994	0	0	987.994	713.551	71.355	642.196
60	Moimenta da Beira	P	0	1.447.492	964.995	0	2.412.487	1.374.087	765.495	608.592
61	Nelas	P	0	1.625.515	0	0	1.625.515	630.826	38.232	592.594
62	Rio Maior	M	0	895.929	0	0	895.929	645.835	64.584	581.252
63	Ponte da Barca	P	0	846.752	0	0	846.752	635.064	60.482	574.582
64	Lousã	P	0	880.772	0	0	880.772	636.113	63.611	572.502
65	Gouveia	P	0	754.338	0	0	754.338	565.753	53.881	511.872
66	Vila Nova da Barquinha	P	0	731.491	0	0	731.491	528.118	52.812	475.307
67	Oliveira de Azeméis	M	0	851.531	364.942	0	1.216.473	564.045	141.011	423.034
68	Vila Nova de Paiva	P	0	548.573	0	0	548.573	426.668	40.635	386.033
69	Sardoal	P	0	444.793	0	0	444.793	342.244	21.004	321.240
70	Monforte	P	0	504.812	0	0	504.812	333.309	51.278	282.030
71	Ferreira do Alentejo	P	0	393.742	0	0	393.742	283.168	28.317	254.851
72	Oliveira de Frades	P	0	485.614	0	0	485.614	212.923	70.974	141.949
73	Cartaxo	M	0	0	10.600.746	6.373.686	16.974.432	16.361.855	16.361.855	0
74	Faro	M	0	0	16.710.900	0	16.710.900	13.679.786	13.679.786	0
75	Vila do Conde	M	0	10.928.221	0	0	10.928.221	9.015.782	9.015.782	0
76	Vizela	M	0	0	4.640.105	3.093.404	7.733.509	5.769.116	5.769.116	0

Município	Dim.	Tranches				Financiam. Total	Dívida em 01/01/2017	Amortização 2017	Dívida em 31/12/2017	
		2012	2013	2014	2015					
77	Santa Maria da Feira	G	0	12.553.555	0	0	12.553.555	4.499.984	4.499.984	0
78	Câmara de Lobos	M	0	5.815.459	0	0	5.815.459	4.200.054	4.200.054	0
79	Borba	P	0	4.886.116	0	0	4.886.116	4.031.046	4.031.046	0
80	Lagos	M	0	9.118.416	0	0	9.118.416	4.000.000	4.000.000	0
81	Entroncamento	M	0	3.181.878	0	0	3.181.878	2.297.217	2.297.217	0
82	Santo Tirso	M	0	1.730.000	0	0	1.730.000	1.249.444	1.249.444	0
83	Albufeira	M	0	10.007.235	6.388.834	0	16.396.069	0	0	0
84	Loulé	M	0	14.506.376	0	0	14.506.376	0	0	0
85	Guarda	M	0	12.754.235	193.778	857.548	13.805.561	0	0	0
86	Barreiro	M	0	10.201.380	0	0	10.201.380	0	0	0
87	Chaves	M	0	7.852.817	0	0	7.852.817	0	0	0
88	Alijó	P	0	0	2.654.815	1.769.876	4.424.691	0	0	0
89	Alcobaça	M	3.105.072	1.279.392	0	0	4.384.463	0	0	0
90	Lagoa (Algarve)	M	0	4.000.000	0	0	4.000.000	0	0	0
91	Mangualde	P	0	3.952.939	0	0	3.952.939	0	0	0
92	Sines	P	0	3.528.273	0	0	3.528.273	0	0	0
93	Azambuja	M	0	3.139.294	0	0	3.139.294	0	0	0
94	Vieira do Minho	P	0	3.056.978	0	0	3.056.978	0	0	0
95	Póvoa de Lanhoso	M	0	2.469.210	0	0	2.469.210	0	0	0
96	Ribeira de Pena	P	0	2.033.926	0	0	2.033.926	0	0	0
97	Grândola	P	0	1.477.043	0	0	1.477.043	0	0	0
98	Porto Santo	P	0	1.471.209	0	0	1.471.209	0	0	0
99	Tavira	M	0	1.165.078	0	0	1.165.078	0	0	0
100	Montijo	M	0	846.737	0	0	846.737	0	0	0
101	Almeirim	M	0	687.703	0	0	687.703	0	0	0
102	Alfândega da Fé	P	0	416.674	270.175	0	686.850	0	0	0
103	Montemor-o-Velho	M	0	0	0	447.380	447.380	0	0	0
Total			13.683.092	468.221.147	119.133.108	13.886.575	614.923.921	397.198.587	89.950.753	307.247.833

Quanto à utilização da linha de empréstimos ao abrigo do PREDE (Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado)⁸⁶ o quadro infra mostra os 92 municípios que recorreram a esta linha de apoio financeiro e que se encontram a proceder à liquida-

ção do capital utilizado. Destes 92 municípios apenas 5 apresentaram o capital em dívida liquidado no final de 2017.

⁸⁶ O Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, visa garantir os pagamentos a credores privados das dívidas vencidas dos serviços e dos organismos da administração direta e indireta do Estado, das Regiões Autónomas e dos municípios.

Quadro 3.12.D- Empréstimos do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado (PREDE)

Unidade: euros

	Município	Dimensão	Financiamento Total – Estado	Dívida em 01/01/2017	Amortização 2017	Dívida em 31/12/2017
1	Lisboa	G	44.874.367	20.561.221	8.224.488	12.336.733
2	Nazaré	P	3.564.007	2.851.206	0	2.851.206
3	Santarém	M	9.200.000	4.600.000	1.840.000	2.760.000
4	Fundão	M	3.003.875	2.102.713	0	2.102.713
5	Silves	M	6.000.000	3.000.000	1.200.000	1.800.000
6	Guarda	M	6.946.024	2.701.232	1.080.493	1.620.739
7	Maia	G	5.018.213	2.509.107	1.003.643	1.505.464
8	Torres Novas	M	4.781.337	2.390.669	956.267	1.434.401
9	Ourém	M	4.544.000	2.272.000	908.800	1.363.200
10	Sines	P	4.515.435	2.257.717	903.087	1.354.630
11	Évora	M	4.042.856	2.021.428	808.571	1.212.857
12	Vila Nova de Gaia	G	4.000.000	2.000.000	800.000	1.200.000
13	Paredes	M	3.933.333	1.966.667	786.667	1.180.000
14	Sintra	G	3.880.369	1.940.185	776.074	1.164.111
15	Valongo	M	3.607.030	1.803.515	721.406	1.082.109
16	Castelo de Paiva	P	3.500.000	1.750.000	700.000	1.050.000
17	Reguengos de Monsaraz	P	1.045.478	1.045.478	0	1.045.478
18	Santa Maria da Feira	G	3.200.000	1.600.000	640.000	960.000
19	Funchal	G	3.000.000	1.500.000	600.000	900.000
20	Figueira da Foz	M	4.329.925	1.731.970	865.985	865.985
21	Ílhavo	M	2.800.000	1.400.000	560.000	840.000
22	Paços de Ferreira	M	1.520.000	760.000	0	760.000
23	Faro	M	2.400.000	1.200.000	480.000	720.000
24	Macedo de Cavaleiros	P	2.306.204	1.153.102	461.241	691.861
25	Celorico da Beira	P	1.674.622	1.004.773	334.924	669.849
26	Portimão	M	3.136.216	1.254.486	627.243	627.243
27	Vale de Cambra	M	1.993.600	996.800	398.720	598.080
28	Braga	G	1.803.252	901.626	360.650	540.976
29	Lamego	M	2.599.200	1.039.680	519.840	519.840
30	Mangualde	P	1.676.091	838.046	335.218	502.827
31	Santiago do Cacém	M	1.652.191	826.096	330.438	495.657
32	Miranda do Douro	P	1.556.000	778.000	311.200	466.800
33	Ourique	P	1.163.554	698.132	232.711	465.422
34	Póvoa de Varzim	M	2.112.000	844.800	422.400	422.400

	Município	Dimensão	Financiamento Total – Estado	Dívida em 01/01/2017	Amortização 2017	Dívida em 31/12/2017
35	Tomar	M	1.996.611	798.644	399.322	399.322
36	Arcos de Valdevez	M	1.932.052	772.821	386.410	386.410
37	Moimenta da Beira	P	1.911.544	764.618	382.309	382.309
38	Alcobaça	M	1.200.000	600.000	240.000	360.000
39	Alcanena	P	1.174.005	587.003	234.801	352.202
40	Melgaço	P	1.076.745	538.373	215.349	323.024
41	Estarreja	M	1.064.954	532.477	212.991	319.486
42	Caminha	P	1.000.000	500.000	200.000	300.000
43	Alcochete	P	942.394	471.197	188.479	282.718
44	Carrizada de Ansiães	P	906.278	453.139	181.256	271.883
45	Bombarral	P	518.531	311.119	51.853	259.266
46	Monforte	P	805.218	402.609	161.044	241.565
47	Mirandela	M	1.200.000	480.000	240.000	240.000
48	Azambuja	M	800.000	400.000	160.000	240.000
49	Ribeira Grande	M	800.000	400.000	160.000	240.000
50	São Pedro do Sul	P	800.000	400.000	160.000	240.000
51	Alpiarça	P	741.864	370.932	148.373	222.559
52	Borba	P	704.032	352.016	140.806	211.210
53	Celorico de Basto	P	680.070	340.035	136.014	204.021
54	Chamusca	P	1.000.000	400.000	200.000	200.000
55	Portalegre	M	632.595	316.298	126.519	189.779
56	Vagos	M	600.000	300.000	120.000	180.000
57	Freixo de Espada à Cinta	P	556.461	278.231	111.292	166.938
58	Murça	P	540.000	270.000	108.000	162.000
59	São João da Madeira	M	800.000	320.000	160.000	160.000
60	Barreiro	M	780.895	312.358	156.179	156.179
61	Tondela	M	450.603	225.302	90.121	135.181
62	Amares	P	440.000	220.000	88.000	132.000
63	Resende	P	427.000	213.500	85.400	128.100
64	Rio Maior	M	421.012	210.506	84.202	126.304
65	Sardoal	P	415.640	207.820	83.128	124.692
66	Alenquer	M	413.690	206.845	82.738	124.107
67	Arruda dos Vinhos	P	596.064	238.426	119.213	119.213
68	Mira	P	394.880	197.440	78.976	118.464
69	Sabrosa	P	393.526	196.763	78.705	118.058
70	Tarouca	P	280.000	168.000	56.000	112.000

Município		Dimensão	Financiamento Total – Estado	Dívida em 01/01/2017	Amortização 2017	Dívida em 31/12/2017
71	Castro Daire	P	372.410	186.205	74.482	111.723
72	Monção	P	360.524	180.262	72.105	108.157
73	Ribeira de Pena	P	351.127	175.564	70.225	105.338
74	Nisa	P	335.340	167.670	67.068	100.602
75	Soure	P	497.888	199.155	99.578	99.578
76	Espinho	M	328.066	164.033	65.613	98.420
77	Sever do Vouga	P	300.000	150.000	60.000	90.000
78	Gouveia	P	294.399	147.200	58.880	88.320
79	Boticas	P	262.313	131.157	52.463	78.694
80	Torre de Moncorvo	P	388.208	155.283	77.642	77.642
81	Entroncamento	M	187.392	93.696	37.478	56.218
82	Montalegre	P	172.766	86.383	34.553	51.830
83	Vila Nova de Foz Côa	P	162.572	81.286	32.514	48.772
84	Figueira de Castelo Rodrigo	P	161.536	80.768	32.307	48.461
85	Sobral de Monte Agraço	P	161.398	80.699	32.280	48.419
86	Nelas	P	216.000	86.400	43.200	43.200
87	Horta	P	136.883	68.442	27.377	41.065
88	Leiria	G	4.274.320	0	0	0
89	Vila do Conde	M	3.960.000	0	0	0
90	Vila Nova de Poiares	P	1.838.263	0	0	0
91	Alfândega da Fé	P	1.200.000	0	0	0
92	Meda	P	648.000	0	0	0
Total			201.385.248	92.291.316	34.955.311	57.336.006

Quanto à liquidação dos empréstimos obtidos pelo Programa Pagar a Tempo e Horas (PPTH)⁸⁷, verifica-se pelo quadro infra, que 31 municípios ainda mantinham, em dezembro de 2017, capital em dívida relativa à utilização de empréstimos para pagamento de dívida comercial.

⁸⁷ O Programa Pagar a Tempo e Horas, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, tem como objetivo reduzir de forma estrutural e significativa os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas, procurando, desta forma, melhorar o ambiente de negócios, reduzindo custos de financiamento e de transação, introduzindo uma maior transparência na fixação de preços e criando condições para uma mais sã concorrência.

Quadro 3.12.E- Empréstimos do Programa Pagar a Tempo e Horas (PPTH)

Unidade: euros

	Município	Dimensão	Financiamento Total – Estado	Dívida em 01/01/2017	Amortização 2017	Dívida em 31/12/2017
1	Funchal	G	4.000.000	1.200.000	800.000	400.000
2	Évora	M	1.253.112	501.245	250.622	250.622
3	Barreiro	M	2.400.000	720.000	480.000	240.000
4	Santa Maria da Feira	G	2.400.000	720.000	480.000	240.000
5	Covilhã	M	1.924.076	577.223	384.815	192.408
6	Chaves	M	1.600.000	480.000	320.000	160.000
7	Espinho	M	956.078	286.823	191.216	95.608
8	Faro	M	881.818	264.545	176.364	88.182
9	Póvoa de Varzim	M	840.000	252.000	168.000	84.000
10	Póvoa de Lanhoso	M	419.298	167.719	83.860	83.860
11	Torre de Moncorvo	P	779.604	233.881	155.921	77.960
12	Cabeceiras de Basto	P	766.667	230.000	153.333	76.667
13	Peniche	M	753.670	226.101	150.734	75.367
14	Ribeira de Pena	P	740.000	222.000	148.000	74.000
15	Sátão	P	737.422	221.227	147.484	73.742
16	Santo Tirso	M	360.000	144.000	72.000	72.000
17	Montalegre	P	576.588	172.976	115.318	57.659
18	Portimão	M	560.073	168.022	112.015	56.007
19	Cantanhede	M	536.800	161.040	107.360	53.680
20	Tondela	M	505.004	151.501	101.001	50.500
21	Azambuja	M	486.177	145.853	97.235	48.618
22	Celorico de Basto	P	444.304	133.291	88.861	44.430
23	Lousã	P	400.000	120.000	80.000	40.000
24	Miranda do Corvo	P	400.000	120.000	80.000	40.000
25	Arcos de Valdevez	M	380.800	114.240	76.160	38.080
26	Viseu	M	187.525	75.010	37.505	37.505
27	Ponta do Sol	P	180.000	72.000	36.000	36.000
28	Vimioso	P	324.622	97.387	64.924	32.462
29	Freixo de Espada à Cinta	P	206.552	61.966	41.310	20.655
30	Ponte da Barca	P	98.000	29.400	19.600	9.800
31	Vizela	M	72.000	21.600	14.400	7.200
32	Leiria	G	3.814.400	0	0	0
33	Torres Vedras	M	1.280.000	0	0	0
Total			31.264.591	8.091.051	5.234.038	2.857.013

O Quadro 3.13, mostra a evolução do valor do capital em dívida entre 2015 para 2017, utilizado por recurso linhas de financiamento contratualizadas com o Estado ao abrigo dos sucessivos programas destinados a impedir a rutura financeira de alguns municípios, tendo por finalidade o pagamento a horas dos seus débitos⁸⁸.

Sendo o passivo exigível uma das variáveis mais importantes da gestão financeira dos municípios importará apresentar os 50 municípios com menor valor no passivo exigível e os 50 municípios com maior passivo exigível. Para o efeito, apresentam-se os Ranking R51 e R52, bem como os Rankings dos municípios com maiores taxas de variação deste item: R53 e R54

⁸⁸ A adesão a estes programas de apoio teve como objetivo, atenuar o impacto negativo na economia local da diminuição de receitas municipais e da correspondente dificuldade de pagamento dos compromissos assumidos por parte dos municípios.

Quadro 3.13 – Componentes da Dívida a pagar de Médio e Longo Prazo entre 2015 e 2017

Unidade: milhões euros

Dívidas a Médio e Longo Prazo	2015	2016	2017	Variação (%) 16-17
Dívida a Instituições de crédito	2.775,7	2.467,1	2.223,0	-9,9%
Dívida de adesões ao PPTH (Estado)	15,4	8,1	2,9	-64,7%
Dívidas de adesão ao PREDE (Estado)	133,9	92,3	57,3	-37,9%
Dívida de adesões ao PAEL	476,9	397,7	307,7	-22,6%
Dívidas de adesão ao ATU	24,8	23,3	7,8	-66,3%
Dívidas de adesão ao FAM	-	63,0	317,4	403,8%
Dívida a fornecedores e outros credores	703,0	647,8	512,3	-20,9%
Total de dívidas de médio e longo prazo	4.129,5	3.699,2	3.428,5	-7,3%

R51 – Municípios com menor passivo exigível, ordenados pelo valor de 2017

Unidade: milhões de euros

	Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Varia. % 16-17
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1	Penedono	P	0,080	0,076	0,100	0,162	0,187	0,214	0,218	0,222	0,223	0,504	0,412	0,242	-41,3%
2	Lajes das Flores	P	0,902	0,887	0,825	1,905	2,110	1,926	2,220	3,449	1,178	0,705	1,178	0,295	-74,9%
3	Sta. Cruz das Flores	P	2,317	1,473	1,354	1,322	1,152	1,057	0,797	0,582	0,406	0,340	0,265	0,330	24,7%
4	Pampilhosa da Serra	P	2,470	2,278	2,113	1,797	1,548	1,432	0,977	0,573	0,373	0,775	0,599	0,333	-44,3%
5	Castelo de Vide	P	2,833	2,446	1,888	1,746	1,351	1,364	0,799	0,657	0,533	0,545	0,493	0,414	-16,1%
6	Vila Velha de Ródão	P	1,933	1,852	2,520	2,075	1,873	1,394	1,149	0,901	1,133	0,915	0,796	0,631	-20,7%
7	Corvo	P	2,175	2,404	2,231	1,892	1,533	1,566	1,218	1,110	0,990	0,956	0,822	0,654	-20,5%
8	Ponta do Sol	P	7,454	5,449	6,484	5,865	5,258	4,550	2,884	1,689	1,688	0,976	0,921	0,695	-24,5%
9	Mealhada	P	6,185	5,370	4,992	4,279	3,495	2,811	2,428	0,561	0,686	1,195	1,029	0,887	-13,9%
10	Alvito	P	1,808	1,696	2,040	1,829	2,892	1,451	1,150	0,988	0,791	0,887	1,104	0,979	-11,3%
11	Marvão	P	1,428	1,416	1,580	1,673	1,799	1,625	1,424	1,357	1,688	1,575	1,361	1,028	-24,5%
12	Arronches	P	1,398	1,829	2,133	1,998	2,170	1,990	1,771	1,619	1,445	1,524	1,335	1,080	-19,1%
13	Redondo	P	0,381	1,048	0,771	0,593	1,472	1,137	0,860	0,714	1,149	1,026	1,217	1,166	-4,2%
14	Boticas	P	7,197	6,637	6,082	6,037	5,091	5,207	3,695	2,968	2,888	2,443	1,839	1,254	-31,8%
15	Santana	P	5,562	8,229	6,882	15,393	14,775	14,899	10,838	7,483	4,519	4,102	3,107	1,265	-59,3%
16	Vila Nova de Foz Côa	P	2,921	3,724	3,710	5,404	4,674	5,530	4,643	4,291	3,198	2,480	1,929	1,304	-32,4%
17	Gavião	P	2,154	2,078	3,133	2,981	2,713	2,399	2,148	1,974	2,078	1,725	1,446	1,320	-8,7%
18	Benavente	M	6,784	4,409	4,845	5,347	6,128	5,471	3,558	2,426	2,724	1,747	1,598	1,366	-14,5%
19	Barrancos	P	2,595	2,957	3,658	4,395	3,601	3,238	2,677	2,357	2,066	1,997	1,714	1,409	-17,8%
20	Sta. Cruz da Graciosa	P	1,411	1,306	1,109	1,684	2,492	2,613	2,372	2,076	1,750	1,524	1,272	1,615	27,0%
21	Sátão	P	7,241	6,321	6,155	5,079	4,894	4,544	3,257	2,932	3,108	2,357	1,824	1,619	-11,2%
22	Viana do Alentejo	P	2,136	1,310	1,085	0,875	1,375	1,443	1,052	1,088	1,209	0,961	1,077	1,672	55,2%
23	Alcoutim	P	3,212	2,820	2,713	2,403	2,284	1,978	1,658	1,450	1,656	2,304	1,934	1,677	-13,3%
24	Campo Maior	P	1,431	1,474	1,416	1,732	2,813	1,932	1,815	2,539	2,002	1,899	2,125	1,697	-20,2%
25	Alcácer do Sal	P	2,503	2,172	2,213	5,171	5,691	3,248	2,107	1,494	2,738	1,918	1,834	1,698	-7,4%
26	Murtosa	P	2,508	2,045	2,598	2,479	3,336	2,957	2,659	2,177	2,469	2,138	1,944	1,726	-11,2%
27	Penacova	P	2,143	1,658	1,404	2,943	3,764	2,640	1,337	0,667	1,783	1,695	1,310	1,767	34,9%
28	Alter do Chão	P	3,316	2,571	2,603	3,213	3,114	3,372	2,582	2,464	2,200	2,660	2,179	1,787	-18,0%
29	Penalva do Castelo	P	5,468	4,884	4,717	4,372	3,736	3,156	3,217	2,940	2,841	2,444	2,164	1,909	-11,8%
30	Carraceda de Ansiães	P	10,361	10,125	10,928	9,490	8,692	7,466	5,028	4,132	3,691	2,705	2,336	1,967	-15,8%

	Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Varia. % 16-17
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
31	São Brás de Alportel	P	2,816	2,916	3,345	4,137	4,745	3,759	3,396	2,901	2,818	2,819	2,395	2,029	-15,3%
32	Miranda do Corvo	P	6,346	6,330	6,170	7,545	7,204	6,793	4,418	3,638	3,072	2,320	2,682	2,215	-17,4%
33	Marinha Grande	M	12,091	10,714	9,821	10,171	9,131	8,139	6,374	5,393	5,751	4,789	2,764	2,226	-19,5%
34	Monforte	P	6,497	6,096	5,177	5,727	5,121	4,843	4,040	3,529	3,206	2,493	2,314	2,235	-3,4%
35	Chamusca	P	13,579	11,916	12,552	13,989	13,360	10,973	8,022	6,045	4,407	4,325	3,110	2,326	-25,2%
36	Bombarral	P	5,941	5,364	7,396	8,747	9,464	9,675	7,998	7,446	5,220	4,367	2,861	2,332	-18,5%
37	Vila de Rei	P	4,106	4,358	4,277	5,921	6,092	3,928	2,397	2,204	2,029	2,061	2,176	2,349	7,9%
38	Sernancelhe	P	4,221	4,253	4,573	4,042	3,534	3,127	3,230	2,725	2,763	2,647	2,288	2,446	6,9%
39	Cinfães	P	1,098	1,152	1,360	1,723	0,962	1,789	1,466	1,839	2,538	2,155	2,142	2,448	14,3%
40	Fronteira	P	5,738	5,005	4,518	4,481	3,794	3,492	3,285	2,912	2,520	2,312	2,097	2,479	18,2%
41	Aguiar da Beira	P	5,436	5,212	4,946	5,439	5,023	4,595	4,625	4,108	4,074	3,670	3,138	2,490	-20,7%
42	Porto Moniz	P	6,436	4,515	4,823	9,374	6,616	5,097	4,211	4,009	3,790	3,216	2,797	2,499	-10,7%
43	Portel	P	2,441	3,071	2,770	3,640	3,325	3,134	2,904	3,052	3,296	2,935	2,913	2,573	-11,7%
44	Mora	P	6,230	6,199	5,485	5,566	4,375	4,713	3,683	3,332	3,077	3,024	2,508	2,580	2,9%
45	Monchique	P	15,555	14,840	14,239	13,521	11,555	10,012	8,042	6,397	4,973	4,170	3,541	2,618	-26,1%
46	Cuba	P	3,828	3,615	4,172	3,868	4,160	3,895	3,241	2,829	2,690	2,686	2,482	2,629	5,9%
47	Avis	P	5,924	5,766	5,797	5,814	5,921	5,508	5,299	4,486	4,177	3,184	3,165	2,631	-16,9%
48	Sta. Marta Penaguião	P	2,515	2,383	3,250	4,938	4,430	4,367	4,061	3,593	3,629	3,094	2,631	2,703	2,8%
49	Constância	P	4,277	4,316	4,436	4,365	4,472	4,722	4,324	3,824	3,661	3,484	2,727	2,704	-0,9%
50	Sever do Vouga	P	6,212	6,822	8,174	7,259	6,087	5,075	7,276	4,807	4,619	3,884	2,885	2,708	-6,1%

O Ranking R52 apresenta os 50 municípios com maior passivo em 2017.

– Destes 50 municípios, 21 são de grande dimensão não constando deste grupo, os municípios: Sintra com 19,5 M€, Barcelos com 18,6 M€ e Odivelas com 15,5 M€. Três outros municípios são de pequena

dimensão (Vila Real de Santo António, Nazaré e Fornos de Algodres) sendo os restantes de média dimensão. O total do passivo exigível, contabilizado por estes 50 municípios, foi de 2.849,7 M€, representando 60,7% do total contabilizado pelos 308 municípios (4.697,5 M€).

R52 – Municípios com maior Passivo Exigível (Dívida), ordenados pelo valor de 2017

Unidade: milhões de euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Varia. % 16-17	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017		
1	Lisboa	G	980,959	965,454	1.116,071	1.168,590	1.097,063	1.059,895	659,766	740,010	723,405	723,326	636,155	497,247	-21,8%
2	V.N. Gaia	G	229,218	268,040	277,274	285,956	263,039	238,533	217,938	201,361	178,162	186,256	170,141	142,593	-16,2%
3	Portimão	M	26,296	30,503	58,007	92,205	147,925	159,120	166,560	158,622	155,085	140,709	139,099	136,319	-2,0%
4	Aveiro	M	118,225	121,836	136,160	154,708	161,909	146,687	130,627	123,623	126,413	115,851	100,697	105,827	5,1%
5	Gondomar	G	115,290	109,395	117,454	127,614	130,154	125,727	115,669	111,233	109,898	104,023	98,682	97,403	-1,3%
6	V.R.S. António	P	9,702	10,518	21,522	48,142	60,943	67,037	69,704	72,925	77,249	77,694	76,239	78,189	2,6%
7	Évora	M	43,472	45,391	49,464	69,550	68,329	78,656	74,357	82,416	77,833	77,798	75,155	68,559	-8,8%
8	Seixal	G	54,192	50,910	60,057	72,114	68,399	100,464	104,770	95,850	93,562	83,270	74,844	68,253	-8,8%
9	Fundão	M	60,914	66,027	77,056	79,632	83,423	81,350	81,721	81,905	77,177	72,466	66,435	60,981	-8,2%
10	Matosinhos	G	58,643	55,816	57,338	72,726	80,155	79,671	60,431	53,463	49,514	51,626	62,845	60,464	-3,8%
11	Cascais	G	35,061	37,773	37,407	63,726	92,800	85,212	98,979	104,905	81,844	74,106	54,194	59,209	9,3%
12	Santarém	M	53,070	60,314	60,947	79,439	84,370	99,671	92,076	84,901	77,154	71,525	64,208	56,779	-11,6%
13	Paredes	M	11,918	14,958	18,989	34,755	53,021	60,660	64,816	63,013	63,255	54,730	50,367	54,505	8,2%
14	Setúbal	G	86,396	83,078	75,726	76,586	80,012	85,881	85,366	86,417	77,453	76,967	58,728	53,649	-8,6%
15	Funchal	G	82,972	81,303	92,780	106,249	105,083	112,147	109,200	94,618	84,063	74,501	62,394	53,587	-14,1%
16	Paços de Ferreira	M	20,501	33,615	35,972	44,496	64,653	64,014	60,874	67,590	63,171	59,583	56,188	52,898	-5,9%
17	Coimbra	G	70,940	64,813	66,096	70,282	74,015	74,863	71,648	68,665	66,005	64,087	59,975	51,563	-14,0%
18	Cartaxo	M	21,726	27,927	30,849	37,866	41,746	44,608	44,669	47,034	46,252	47,156	46,352	51,258	10,6%
19	Braga	G	91,682	90,630	89,535	95,911	88,687	81,779	78,469	75,871	70,029	58,924	53,020	50,481	-4,8%
20	Guimarães	G	83,068	78,485	76,040	76,394	82,400	83,075	75,738	65,027	60,452	59,029	52,330	47,505	-9,2%
21	Covilhã	M	78,279	86,939	87,924	95,058	88,872	84,385	74,124	65,056	57,392	64,465	55,493	45,875	-17,3%
22	Maia	G	116,607	105,470	92,996	90,333	81,639	70,319	58,701	50,021	37,663	44,470	50,619	43,770	-13,5%
23	Seia	M	46,975	48,004	48,832	54,279	57,742	57,851	58,113	55,838	53,138	50,990	47,029	43,306	-7,9%
24	Porto	G	197,291	177,265	150,153	132,949	141,323	121,838	111,050	104,057	100,940	92,388	45,841	42,495	-7,3%
25	Vila do Conde	M	78,185	74,237	69,662	69,102	72,651	67,965	66,506	59,813	55,301	48,669	44,711	41,799	-6,5%
26	Leiria	G	88,361	81,142	81,771	86,094	81,524	70,746	56,966	48,214	60,601	53,470	45,550	40,331	-11,5%
27	Loulé	M	41,035	37,287	33,924	63,839	95,570	101,518	83,239	72,617	51,756	49,456	44,156	38,175	-13,5%
28	Chaves	M	35,385	34,956	34,141	41,043	45,263	42,852	41,220	46,455	46,485	38,597	30,845	38,092	23,5%
29	Oeiras	G	78,953	65,503	71,474	71,475	65,929	56,438	49,297	76,309	70,853	56,070	45,534	37,602	-17,4%
30	Lamego	M	11,307	16,054	20,163	27,217	36,437	32,533	32,056	29,547	31,295	30,595	39,876	36,905	-7,5%
31	Valongo	M	49,687	46,678	51,520	68,116	70,462	65,769	60,680	54,056	48,125	45,435	40,177	36,153	-10,0%
32	V.N. Famalicão	G	45,690	45,435	42,512	46,275	45,379	43,285	38,151	36,696	33,331	36,754	36,316	34,889	-3,9%
33	Nazaré	P	19,522	17,415	16,451	23,991	29,221	42,792	39,896	42,000	40,340	36,196	33,667	34,799	3,4%

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Varia. % 16-17
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
34 Almada	G	47,030	42,893	41,496	36,464	42,413	51,136	48,145	45,997	45,535	43,609	39,702	33,325	-16,1%
35 Loures	G	93,414	75,907	79,594	85,435	85,332	81,976	69,389	60,167	48,060	40,576	33,660	33,175	-1,4%
36 Lagos	M	13,206	14,408	16,129	42,693	49,666	52,386	51,820	64,456	56,706	48,272	40,433	31,409	-22,3%
37 V.F. Xira	G	26,355	32,157	35,034	35,845	35,247	33,168	32,647	31,179	27,865	27,560	24,911	31,249	25,4%
38 Penafiel	M	32,410	32,627	36,702	39,233	37,860	34,597	29,264	28,765	27,778	28,475	23,454	30,913	31,8%
39 Trofa	M	9,577	16,134	29,007	39,736	42,117	44,045	40,756	42,278	41,332	37,356	34,572	30,280	-12,4%
40 V. Castelo	M	23,750	19,086	27,261	31,254	36,406	35,579	34,401	31,413	28,260	30,915	26,125	28,913	10,7%
41 Santo Tirso	M	24,368	24,266	27,069	36,354	34,002	34,444	34,604	33,620	31,793	30,505	24,999	28,459	13,8%
42 S.M. Feira	G	54,249	58,201	65,558	72,166	76,874	78,963	66,720	55,815	51,522	44,801	37,093	27,799	-25,1%
43 Amadora	G	57,138	56,677	57,846	58,990	55,279	47,480	43,246	39,544	35,328	35,061	31,602	27,699	-12,3%
44 Figueira da Foz	M	62,119	58,581	57,193	62,335	62,056	59,828	54,946	48,159	42,255	36,701	32,548	27,685	-14,9%
45 F. Algodres	P	0,000	32,384	34,848	35,496	35,149	34,950	34,524	32,857	31,492	30,052	28,523	27,616	-3,2%
46 Faro	M	52,666	53,746	62,048	67,577	71,726	67,732	62,831	58,669	52,698	43,835	37,136	26,222	-29,4%
47 Espinho	M	36,916	36,604	38,816	40,722	41,978	44,210	46,772	40,555	36,745	32,588	27,883	26,030	-6,6%
48 M. Canaveses	M	46,325	45,330	44,437	43,218	42,516	38,066	35,677	33,176	33,453	30,334	27,388	25,853	-5,6%
49 Portalegre	M	32,375	40,848	45,582	51,650	52,906	48,328	45,508	40,525	37,633	33,108	27,203	25,805	-5,1%
50 Viseu	M	36,008	36,555	37,710	39,624	39,512	34,422	29,702	28,146	25,125	27,729	25,256	25,785	2,1%
Total do Passivo Exigível destes 50 municípios		3.789,433	3.809,576	4.092,599	4.545,502	4.681,177	4.608,651	3.994,327	3.935,449	3.698,775	3.522,658	3.140,348	2.849,674	-9,3%
Passivo Exigível dos 308 municípios		6.637,105	6.671,791	7.124,261	8.020,097	8.275,684	8.186,423	7.092,358	6.722,422	6.233,917	5.783,671	5.124,197	4.697,491	-8,3%

Da observação do ranking R52, pode-se afirmar em relação ao ano de 2017:

- Lisboa, face à dimensão financeira e económica que apresenta distingue-se naturalmente dos restantes municípios no ranking em apreço. Todavia, e à semelhança do ano transato, apresenta uma descida de passivo exigível de -21,8% (-138,9 milhões de euros).
- Vila Nova de Gaia permaneceu como segundo município com maior passivo exigível totalizando a verba de 142,5 M€, apresentando, também um decréscimo do mesmo, de -16,2% (-27,5 M€).
- Deste ranking, são ainda de referir os seguintes municípios que apresentaram descida do passivo exigível superior ou igual a 20%: Faro com - 10,9 M€ (-29,4%); Santa Maria com - 9,3 M€ (-25,1%) e Lagos com - 9 M€ (-22,3%). Todavia desta mesma listagem constam outros 38 municípios (76%), que apresentaram

descida do valor do passivo exigível. Embora em menor percentagem.

- Considerando o universo dos municípios, 238 baixaram o valor do passivo exigível destacando-se, por apresentarem uma descida igual ou superior a 50% os municípios das Lajes das Flores (-79,4%) e de Santana (-59,3%).
- Anotam-se dois municípios constantes desta lista que apresentaram aumento do passivo exigível em mais de 20%. Chaves (+23,5%, +38,1 M€), Vila Franca de Xira (+25,4%, +31,2 M€) e Penafiel (+31,8%, +30,9 M€)

Nos Rankings 52.A e 52.M hierarquizam-se os municípios da Região Autónoma dos Açores e os da Região Autónoma da Madeira de acordo com o montante de passivo exigível em dezembro de 2017.

R52.A – Passivo Exigível dos municípios da R.A. dos Açores, ordenados pelo valor de 2017

Unidade: milhões de euros

	Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Varia. % 16-17
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1	Ponta Delgada	M	25,514	26,646	32,775	34,397	32,765	30,627	27,393	25,357	33,264	28,992	26,289	23,744	-9,7%
2	Vila Franca Campo	P	18,963	22,744	22,899	24,271	27,604	30,004	29,460	28,039	26,989	25,483	23,963	22,251	-7,1%
3	Angra do Heroísmo	M	22,955	22,959	24,282	27,406	26,942	26,309	23,441	19,782	18,197	17,988	16,458	15,356	-6,7%
4	Nordeste	P	8,978	9,392	9,756	10,092	15,221	18,537	17,061	16,987	15,310	14,148	13,052	12,028	-7,8%
5	Ribeira Grande	M	18,329	18,637	23,284	26,314	21,788	18,404	15,891	11,595	10,485	10,206	10,777	10,652	-1,2%
6	Praia da Vitória	M	10,170	9,821	16,076	24,436	18,464	17,887	16,609	15,668	13,892	9,009	8,668	8,728	0,7%
7	Lagoa (R.A.A)	P	10,774	10,266	13,861	15,032	12,966	10,765	9,441	8,476	6,868	8,899	7,918	6,989	-11,7%
8	Lajes do Pico	P	6,191	6,685	6,885	8,243	9,231	8,142	7,611	9,533	7,662	6,644	5,942	5,022	-15,5%
9	Madalena	P	4,470	5,914	7,871	6,494	6,297	5,191	4,374	3,680	3,303	2,859	3,920	4,969	26,7%
10	Vila do Porto	P	1,712	1,661	1,449	1,520	1,722	1,291	1,129	0,840	0,761	0,492	4,968	4,570	-8,0%
11	Velas	P	7,129	7,200	7,636	7,507	10,764	9,406	7,585	6,263	5,686	4,840	4,271	3,786	-11,4%
12	Horta	P	8,786	8,351	8,959	9,581	9,416	8,552	7,020	6,624	5,939	4,973	4,126	3,641	-11,8%
13	São Roque do Pico	P	2,403	2,263	1,906	2,928	3,033	1,497	1,201	1,011	0,476	0,630	0,557	3,501	529,1%
14	Povoação	P	10,668	12,051	14,540	37,613	35,255	31,832	21,157	7,551	6,232	5,506	4,218	3,440	-18,4%
15	Calheta (R. A. A.)	P	10,046	9,564	10,803	11,011	10,086	9,674	8,245	7,259	6,410	5,290	4,281	3,226	-24,7%
16	Sta. Cruz Graciosa	P	1,411	1,306	1,109	1,684	2,492	2,613	2,372	2,076	1,750	1,524	1,272	1,615	27,0%
17	Corvo	P	2,175	2,404	2,231	1,892	1,533	1,566	1,218	1,110	0,990	0,956	0,822	0,654	-20,5%
18	Sta. Cruz Flores	P	2,317	1,473	1,354	1,322	1,152	1,057	0,797	0,582	0,406	0,340	0,265	0,330	24,7%
19	Lajes das Flores	P	0,902	0,887	0,825	1,905	2,110	1,926	2,220	3,449	1,178	0,705	1,178	0,295	-74,9%
Total Açores			173,892	180,225	208,500	253,649	248,841	235,281	204,226	175,883	165,798	149,485	142,945	134,797	-5,7%
Total Nacional			6.637,105	6.671,791	7.124,272	8.020,097	8.275,684	8.186,423	7.092,358	6.722,422	6.233,917	5.783,671	5.124,197	4.697,491	-8,3%
% Açores/Total Nacional			2,6%	2,7%	2,9%	3,2%	3,0%	2,9%	2,9%	2,6%	2,7%	2,6%	2,8%	2,9%	-

R52.M – Passivo Exigível dos municípios da R.A. da Madeira, ordenados pelo valor de 2017

Unidade: milhões de euros

	Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Variã. 16-17
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1	Funchal	G	82,972	81,303	92,780	106,249	105,083	112,147	109,200	94,618	84,063	74,501	62,394	53,587	-14,1%
2	Santa Cruz	M	32,373	28,168	26,091	32,885	43,045	43,483	41,112	36,811	32,645	27,116	22,269	18,995	-14,7%
3	Câmara de Lobos	M	15,446	15,386	22,862	23,569	21,390	20,779	18,730	13,548	12,103	10,252	8,730	7,811	-10,5%
4	Machico	M	23,229	20,651	21,195	22,398	23,960	31,087	27,630	26,322	16,980	12,778	9,830	7,384	-24,9%
5	São Vicente	P	7,549	7,193	6,363	8,581	9,014	9,956	7,490	9,835	7,526	6,196	5,622	4,920	-12,5%
6	Ribeira Brava	P	7,719	13,317	13,103	18,954	18,269	21,246	20,006	14,706	10,946	7,933	5,841	4,524	-22,6%
7	Calheta (R. A. M.)	P	13,778	10,885	10,290	11,867	12,688	14,669	13,046	10,877	9,293	7,512	4,807	4,101	-14,7%
8	Porto Santo	P	6,421	4,129	3,611	7,161	7,373	9,863	8,873	4,670	4,485	2,303	2,511	2,814	12,1%
9	Porto Moniz	P	6,436	4,515	4,823	9,374	6,616	5,097	4,211	4,009	3,790	3,216	2,797	2,499	-10,7%
10	Santana	P	5,562	8,229	6,882	15,393	14,775	14,899	10,838	7,483	4,519	4,102	3,107	1,265	-59,3%
11	Ponta do Sol	P	7,454	5,449	6,484	5,865	5,258	4,550	2,884	1,689	1,688	0,976	0,921	0,695	-24,5%
Total Madeira			208,938	199,225	214,483	262,296	267,469	287,775	264,019	224,568	188,038	156,885	128,828	108,595	-15,7%
Total Nacional			6.637,105	6.671,791	7.124,272	8.020,097	8.275,684	8.186,423	7.092,358	6.722,422	6.233,917	5.783,671	5.124,197	4.697,491	-8,3%
% Madeira/Total Nacional			3,1%	3,0%	3,0%	3,3%	3,2%	3,5%	3,7%	3,3%	3,0%	2,7%	2,5%	2,3%	-

– Relativamente à **Região Autónoma dos Açores** (Ranking R52.A), em 2017 quatro municípios apresentaram aumento da dívida total: S. Roque do Pico (+529,1%), Madalena (+26,7%), Santa Cruz das Flores (+24,7%) e Praia da Vitória (+0,7%). Todos os restantes municípios apresentaram diminuição do passivo exigível sendo de relevar os seguintes: Lajes das Flores (-74,9%); Calheta (-24,7%); Corvo (-20,5%); Povoação (-18,4%) e Lajes do Pico (-15,5%).

– Sobre a **Região Autónoma da Madeira** (R52.M), oferece-se referir que, em 2017 todos os municípios apresentaram descidas do montante da dívida total exceto o município de Porto Santo que aumentou a seu passivo exigível em 303 mil euros (+12,1%), sendo

de relevar os seguintes com maior montante de descida: Santana com -2 M€ (-59,3%); Machico com -2 M€ (-24,9%); Ribeira Brava com -1 M€ (-22,6%) e Ponta do Sol com -0,225 M€ (-24,5%).

Face à verificação de uma forte descida do passivo global dos municípios hierarquizam-se no Ranking R53, os que em 2017 apresentaram aumento de valor do passivo exigível.

R53 – Municípios com maior aumento do Passivo Exigível, em 2017

Unidade: milhões de euros

Município	Dim.	Variação valor											
		06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	
1	Penafiel	M	0,217	4,075	2,531	-1,373	-3,262	-5,334	-0,498	-0,988	0,697	-5,020	7,459
2	Chaves	M	-0,429	-0,815	6,902	4,220	-2,411	-1,632	5,235	0,030	-7,888	-7,752	7,247
3	Vila Franca de Xira	G	5,801	2,878	0,811	-0,598	-2,079	-0,521	-1,468	-3,315	-0,305	-2,649	6,338
4	Aveiro	M	3,611	14,324	18,548	7,201	-15,221	-16,060	-7,005	2,790	-10,562	-15,155	5,130
5	Vale de Cambra	M	0,231	1,667	1,396	-1,685	-2,198	-2,418	-1,363	-3,592	-2,858	-1,758	5,119
6	Cascais	G	2,712	-0,366	26,319	29,074	-7,588	13,767	5,925	-23,061	-7,738	-19,912	5,015
7	Cartaxo	M	6,201	2,922	7,017	3,879	2,862	0,061	2,366	-0,783	0,905	-0,805	4,907
8	Paredes	M	3,040	4,031	15,766	18,267	7,639	4,156	-1,803	0,242	-8,525	-4,363	4,137
9	Amarante	M	-1,307	-1,710	3,296	-2,140	-0,103	-0,500	-0,944	-0,110	-1,047	1,115	3,468
10	Santo Tirso	M	-0,102	2,802	9,286	-2,352	0,442	0,160	-0,984	-1,827	-1,288	-5,506	3,461
11	Caminha	P	1,078	-1,166	3,921	3,133	-5,157	-0,937	7,773	-0,911	3,309	-1,227	3,051
12	São Roque do Pico	P	-0,140	-0,357	1,023	0,104	-1,535	-0,296	-0,190	-0,535	0,154	-0,074	2,945
13	Viana do Castelo	M	-4,664	8,175	3,992	5,152	-0,827	-1,178	-2,988	-3,153	2,654	-4,790	2,788
14	Tondela	M	0,395	-3,100	2,140	-4,521	-1,200	-2,995	-1,721	-0,772	-1,947	0,293	2,732
15	Castro Daire	P	0,729	-0,848	1,443	-1,525	1,784	-3,834	-0,860	-0,264	-0,398	-0,486	2,614
16	Silves	M	-4,152	-2,628	4,341	-0,392	-2,550	-10,730	-2,378	0,387	-2,815	-1,881	2,345
17	Vila Real Sto. António	P	0,816	11,005	26,620	12,801	6,094	2,667	3,221	4,324	0,445	-1,455	1,950
18	Idanha-a-Nova	P	0,351	0,419	2,025	-1,009	-1,708	-0,523	-0,344	-0,013	1,207	-0,597	1,768
19	Lousada	M	2,579	-0,389	2,400	5,360	-1,899	-5,603	-1,806	0,315	-0,189	-0,829	1,666
20	Vinhais	P	-0,213	-0,199	0,604	0,461	0,999	-1,316	-0,336	-0,487	-0,116	-0,434	1,617
21	Figueira Cast. Rodrigo	P	-0,664	0,391	0,416	3,812	1,522	-1,880	-0,951	-2,073	-1,077	-0,972	1,439
22	Castro Verde	P	-0,943	0,207	-0,729	0,292	0,929	-1,167	-0,323	-0,963	-0,263	-0,573	1,429
23	Reguengos Monsaraz	P	0,363	-0,628	2,144	0,922	0,436	0,022	1,573	0,066	0,439	-0,930	1,235
24	Póvoa de Lanhoso	M	-0,398	0,220	4,219	-0,714	-0,291	-1,481	-1,275	-1,600	-1,413	-0,574	1,232
25	Nazaré	P	-2,107	-0,964	7,540	5,230	13,571	-2,896	2,104	-1,660	-4,144	-2,529	1,132
26	Madalena	P	1,444	1,957	-1,377	-0,197	-1,106	-0,817	-0,694	-0,378	-0,444	1,062	1,049
27	Ourique	P	-1,046	-0,744	1,013	-1,067	-1,237	-1,872	-1,333	-1,576	-1,658	-0,801	1,044
28	Ponte de Sor	P	-0,669	0,788	-0,225	-0,199	-0,323	-0,501	1,134	0,099	2,380	-3,594	0,968
29	Mação	P	-1,397	-1,244	0,852	-0,475	0,093	-0,626	-0,502	0,454	-0,381	0,205	0,900
30	Vieira do Minho	P	0,757	0,604	1,629	1,261	0,133	1,464	0,210	-1,922	-1,818	-0,712	0,839
31	Oliveira do Hospital	P	0,046	1,085	1,494	1,941	0,313	-0,234	-0,806	-0,186	-1,457	-0,300	0,687
32	Golegã	P	-0,062	0,174	0,852	-0,350	-0,396	-0,373	0,500	0,209	-0,428	-0,221	0,661
33	Ponte de Lima	M	0,199	0,093	0,291	0,416	-0,566	-0,692	-0,544	2,281	-1,486	-0,192	0,655

Município	Dim.	Variação valor										
		06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17
34 Elvas	M	-0,406	-0,097	0,310	-1,469	-0,097	-0,317	-0,052	1,029	0,105	-0,354	0,620
35 Trancoso	P	-1,459	-0,466	2,087	1,494	-1,827	-1,742	0,172	-1,756	-1,709	-1,427	0,607
36 Viana do Alentejo	P	-0,825	-0,225	-0,210	0,500	0,068	-0,391	0,036	0,121	-0,248	0,115	0,595
37 Pinhel	P	0,111	0,065	3,628	-1,871	0,089	-1,437	-1,783	-0,181	-0,769	0,306	0,592
38 Tábua	P	-0,213	0,074	1,710	2,439	0,651	-0,565	-0,685	-0,340	-0,055	-1,007	0,539
39 Cadaval	P	0,336	0,932	0,217	-0,191	-0,578	-1,233	-0,347	-0,657	0,099	-0,313	0,534
40 Viseu	M	0,547	1,154	1,914	-0,112	-5,090	-4,719	-1,556	-3,021	2,604	-2,473	0,528
41 Mira	P	-2,524	2,883	1,200	-0,783	-0,590	-2,392	-0,746	-0,281	0,048	-0,328	0,484
42 Albergaria-a-Velha	M	1,120	-0,428	-0,473	-1,366	0,794	-0,735	-0,845	0,191	-0,922	-0,545	0,459
43 Penacova	P	-0,486	-0,254	1,540	0,820	-1,124	-1,303	-0,670	1,115	-0,087	-0,385	0,457
44 Condeixa-a-Nova	P	-0,468	-0,646	2,533	-1,592	-1,731	-1,433	-0,593	-0,245	-0,303	-0,311	0,439
45 Salvaterra de Magos	M	-0,653	1,765	2,284	-0,921	-0,514	-1,006	-0,453	0,260	-0,368	0,035	0,400
46 Batalha	P	-0,365	0,418	0,146	2,319	-0,064	-0,971	-0,600	0,090	-0,505	-0,196	0,391
47 Arruda dos Vinhos	P	0,934	1,918	0,472	0,192	-0,135	-0,935	-1,490	-1,178	-0,548	-0,001	0,387
48 Serpa	P	-0,125	0,321	3,363	0,902	3,769	0,818	-0,720	0,879	-2,182	-0,208	0,386
49 Fronteira	P	-0,733	-0,487	-0,037	-0,687	-0,302	-0,208	-0,372	-0,392	-0,208	-0,216	0,382
50 Aljustrel	P	0,786	-0,247	2,719	-0,733	-0,166	-0,742	0,294	-0,603	-0,605	-0,925	0,348
Variação total dos 308 municípios		34,686	452,470	895,836	255,587	-89,262	-1.094,065	-369,936	-488,505	-450,245	-659,475	-426,706

Considerando que com diminuição do passivo exigível se identificaram 238 municípios à data de dezembro de 2017, hierarquizam-se no Ranking R54, os 50 municípios que apresentaram maior diminuição de dívida total

– Deste Ranking há a salientar a prestação de três primeiros municípios que apresentaram uma descida de passivo exigível superior a 10 M€: Lisboa (-138,9M€ M€), Vila Nova de Gaia (-27,6 M€) e Faro (-10,9M€)

Com os Rankings R54.A e R54.M apresentam-se os municípios dos Açores e da Madeira hierarquizados pelo maior volume de descida da sua dívida total.

R54 – Municípios com maior diminuição do Passivo Exigível em 2017

Unidade: milhões de euros

Município	Dim.	Variação do valor passivo exigível										
		06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17
1 Lisboa	G	-15,506	150,617	52,519	-71,527	-37,168	-400,129	80,244	-16,605	-0,079	-87,171	-138,908
2 Vila Nova de Gaia	G	38,822	9,234	8,682	-22,917	-24,506	-20,595	-16,577	-23,199	8,094	-16,115	-27,549
3 Faro	M	1,080	8,302	5,529	4,149	-3,994	-4,902	-4,161	-5,971	-8,863	-6,699	-10,914
4 Covilhã	M	8,660	0,986	7,133	-6,186	-4,487	-10,261	-9,067	-7,664	7,073	-8,972	-9,617
5 Santa Maria da Feira	G	3,952	7,357	6,608	4,708	2,089	-12,242	-10,906	-4,293	-6,720	-7,708	-9,294
6 Lagos	M	1,202	1,720	26,565	6,972	2,720	-0,566	12,636	-7,750	-8,434	-7,838	-9,025
7 Funchal	G	-1,670	11,477	13,469	-1,166	7,064	-2,947	-14,582	-10,555	-9,562	-12,107	-8,807
8 Coimbra	G	-6,127	1,284	4,186	3,733	0,847	-3,215	-2,983	-2,659	-1,918	-4,112	-8,412
9 Oeiras	G	-13,450	5,971	0,001	-5,546	-9,492	-7,141	27,013	-5,456	-14,783	-10,537	-7,931
10 Santarém	M	7,243	0,633	18,492	4,931	15,301	-7,595	-7,175	-7,747	-5,629	-7,317	-7,428
11 Maia	G	-11,137	-12,474	-2,663	-8,694	-11,320	-11,618	-8,679	-12,359	6,808	6,148	-6,849
12 Évora	M	1,919	4,073	20,086	-1,221	10,327	-4,300	8,059	-4,583	-0,035	-2,643	-6,596
13 Seixal	G	-3,282	9,147	12,056	-3,714	32,065	4,306	-8,920	-2,288	-10,291	-8,427	-6,591
14 Sintra	G	-4,288	1,241	5,539	37,429	24,668	-57,904	-13,250	-9,950	-31,043	-20,522	-6,405
15 Almada	G	-4,137	-1,397	-5,032	5,948	8,723	-2,992	-2,147	-0,463	-1,926	-3,906	-6,378
16 Loulé	M	-3,748	-3,363	29,915	31,731	5,948	-18,279	-10,622	-20,861	-2,301	-5,299	-5,981
17 Fundão	M	5,113	11,029	2,577	3,791	-2,073	0,370	0,184	-4,728	-4,711	-6,032	-5,453
18 Leiria	G	-7,220	0,630	4,323	-4,570	-10,777	-13,781	-8,752	12,388	-7,131	-7,920	-5,219
19 Setúbal	G	-3,318	-7,352	0,860	3,426	5,869	-0,515	1,051	-8,964	-0,486	-18,239	-5,080
20 Odivelas	G	-2,856	-2,966	5,388	-1,963	-8,672	-6,994	-6,988	-7,104	-6,110	-7,067	-4,977
21 Figueira da Foz	M	-3,539	-1,388	5,143	-0,279	-2,229	-4,881	-6,787	-5,904	-5,555	-4,153	-4,863
22 Guimarães	G	-4,584	-2,445	0,354	6,007	0,675	-7,337	-10,712	-4,575	-1,422	-6,699	-4,825
23 Oliveira de Azeméis	M	-1,032	-2,850	-0,600	-2,254	-1,795	-8,115	-1,697	-7,115	-4,547	-3,427	-4,575
24 Trofa	M	6,556	12,873	10,728	2,382	1,928	-3,289	1,522	-0,946	-3,976	-2,783	-4,292
25 Valongo	M	-3,010	4,843	16,596	2,347	-4,694	-5,089	-6,624	-5,931	-2,690	-5,258	-4,024
26 Cantanhede	M	1,436	12,182	9,209	-0,450	-1,265	-3,047	-4,000	-2,237	-4,084	-3,863	-4,012
27 Amadora	G	-0,460	1,169	1,143	-3,711	-7,799	-4,234	-3,702	-4,216	-0,267	-3,460	-3,903
28 Seia	M	1,029	0,828	5,447	3,463	0,108	0,262	-2,275	-2,700	-2,148	-3,961	-3,722
29 Porto	G	-20,026	-27,112	-17,204	8,374	-19,485	-10,788	-6,993	-3,116	-8,553	-46,546	-3,346
30 Paços de Ferreira	M	13,114	2,357	8,524	20,157	-0,639	-3,140	6,716	-4,419	-3,589	-3,395	-3,290
31 Santa Cruz	M	-4,205	-2,077	6,793	10,161	0,437	-2,371	-4,300	-4,166	-5,529	-4,846	-3,274
32 Palmela	M	-1,529	2,918	9,394	8,868	-0,429	1,316	-1,297	-2,775	-2,793	-4,087	-3,171
33 Águeda	M	-1,999	-2,584	1,844	-0,148	0,284	1,779	-3,205	-1,088	-0,713	0,247	-3,126
34 Moita	M	-0,947	-0,072	-0,154	-1,381	0,818	-4,156	-3,111	-3,446	-2,061	-2,037	-3,101
35 Lamego	M	4,747	4,109	7,054	9,220	-3,903	-0,477	-2,509	1,748	-0,700	9,281	-2,971
36 Vila do Conde	M	-3,948	-4,576	-0,559	3,549	-4,686	-1,459	-6,693	-4,512	-6,632	-3,958	-2,912
37 Torres Novas	M	-0,378	-2,366	1,380	1,974	0,841	-2,297	-4,786	-4,735	-1,219	-4,452	-2,884

Município	Dim.	Variação do valor passivo exigível										
		06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17
38 Vizela	M	-0,336	2,636	3,045	3,387	2,410	4,006	0,215	0,667	-1,404	-3,332	-2,789
39 Portimão	M	4,207	27,504	34,198	55,720	11,195	7,440	-7,938	-3,537	-14,376	-1,611	-2,779
40 Barcelos	G	2,338	0,451	0,256	-5,863	-3,781	-9,552	-2,557	-2,383	-0,803	-2,666	-2,732
41 Alenquer	M	2,523	1,548	5,797	1,321	-2,563	-4,905	-1,225	-4,351	0,187	-2,175	-2,553
42 Ponta Delgada	M	1,133	6,129	1,622	-1,632	-2,138	-3,234	-2,036	7,907	-4,272	-2,703	-2,545
43 Braga	G	-1,052	-1,095	6,376	-7,225	-6,908	-3,310	-2,598	-5,842	-11,105	-5,905	-2,539
44 Machico	M	-2,578	0,545	1,203	1,563	7,127	-3,458	-1,308	-9,342	-4,201	-2,948	-2,446
45 Matosinhos	G	-2,826	1,522	15,387	7,429	-0,484	-19,241	-6,968	-3,949	2,112	11,219	-2,380
46 Tomar	M	-0,500	-1,241	1,178	3,615	5,971	-4,225	-3,730	0,139	-3,584	-2,497	-2,356
47 Sines	P	0,230	-0,734	5,418	-4,369	2,737	-3,653	-2,020	-2,403	-0,627	-2,200	-2,356
48 Montemor-o-Velho	M	2,035	0,948	2,806	5,781	0,681	-5,765	-1,654	-1,571	-2,088	-3,929	-2,314
49 Vila Verde	M	0,812	0,829	-1,735	-0,952	0,969	-3,968	0,128	-0,705	-1,762	-2,300	-2,297
50 Sesimbra	M	-1,931	5,929	6,862	1,771	3,324	1,196	-2,617	-5,155	-1,486	-3,651	-2,284

R54.A – Variação do Passivo Exigível dos municípios da R.A. dos Açores em 2017

Unidade: milhões de euros

Município	Dim.	Variação valor										
		06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17
1 Ponta Delgada	M	1,133	6,129	1,622	-1,632	-2,138	-3,234	-2,036	7,907	-4,272	-2,703	-2,545
2 Vila Franca do Campo	P	3,781	0,155	1,372	3,333	2,400	-0,544	-1,421	-1,051	-1,506	-1,520	-1,712
3 Angra do Heroísmo	M	0,004	1,323	3,124	-0,464	-0,633	-2,868	-3,659	-1,585	-0,209	-1,530	-1,101
4 Calheta (R. A. A.)	P	-0,482	1,238	0,209	-0,925	-0,413	-1,429	-0,986	-0,850	-1,119	-1,009	-1,055
5 Nordeste	P	0,414	0,364	0,337	5,128	3,317	-1,476	-0,074	-1,678	-1,162	-1,096	-1,025
6 Lagoa (R.A.A)	P	-0,508	3,594	1,172	-2,066	-2,201	-1,324	-0,965	-1,608	2,031	-0,981	-0,930
7 Lajes do Pico	P	0,495	0,200	1,358	0,988	-1,090	-0,531	1,922	-1,870	-1,018	-0,703	-0,920
8 Lajes das Flores	P	-0,015	-0,063	1,081	0,205	-0,184	0,295	1,229	-2,271	-0,473	0,473	-0,883
9 Povoação	P	1,383	2,489	23,073	-2,358	-3,423	-10,675	-13,606	-1,318	-0,727	-1,288	-0,778
10 Horta	P	-0,435	0,608	0,622	-0,164	-0,864	-1,532	-0,396	-0,685	-0,966	-0,847	-0,485
11 Velas	P	0,072	0,436	-0,129	3,257	-1,357	-1,821	-1,323	-0,577	-0,846	-0,569	-0,485
12 Vila do Porto	P	-0,051	-0,212	0,071	0,202	-0,432	-0,162	-0,289	-0,079	-0,268	4,475	-0,398
13 Corvo	P	0,229	-0,172	-0,339	-0,359	0,033	-0,349	-0,107	-0,120	-0,035	-0,133	-0,168
14 Ribeira Grande	M	0,308	4,647	3,030	-4,526	-3,384	-2,513	-4,296	-1,110	-0,279	0,571	-0,125
15 Praia da Vitória	M	-0,349	6,255	8,360	-5,972	-0,577	-1,278	-0,940	-1,776	-4,883	-0,341	0,060
16 Santa Cruz das Flores	P	-0,844	-0,119	-0,032	-0,170	-0,095	-0,260	-0,215	-0,176	-0,065	-0,075	0,066
17 Santa Cruz da Graciosa	P	-0,105	-0,196	0,574	0,808	0,121	-0,241	-0,296	-0,326	-0,226	-0,252	0,343
18 Madalena	P	1,444	1,957	-1,377	-0,197	-1,106	-0,817	-0,694	-0,378	-0,444	1,062	1,049
19 São Roque do Pico	P	-0,140	-0,357	1,023	0,104	-1,535	-0,296	-0,190	-0,535	0,154	-0,074	2,945
Variação total R.A Açores		6,333	28,276	45,149	-4,808	-13,560	-31,055	-28,343	-10,085	-16,313	-6,540	-8,148
Variação total dos 308 municípios		34,686	452,470	895,836	255,587	-89,262	-1.094,065	-369,936	-488,505	-450,245	-659,475	-426,706

R54.M – Variação do Passivo Exigível dos municípios da R.A. da Madeira em 2017

Unidade: milhões de euros

Município	Dim.	Variação valor										
		06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17
1 Funchal	G	-1,670	11,477	13,469	-1,166	7,064	-2,947	-14,582	-10,555	-9,562	-12,107	-8,807
2 Santa Cruz	M	-4,205	-2,077	6,793	10,161	0,437	-2,371	-4,300	-4,166	-5,529	-4,846	-3,274
3 Machico	M	-2,578	0,545	1,203	1,563	7,127	-3,458	-1,308	-9,342	-4,201	-2,948	-2,446
4 Santana	P	2,667	-1,347	8,511	-0,618	0,124	-4,061	-3,355	-2,963	-0,417	-0,996	-1,842
5 Ribeira Brava	P	5,598	-0,214	5,852	-0,686	2,978	-1,240	-5,300	-3,759	-3,013	-2,092	-1,317
6 Câmara de Lobos	M	-0,059	7,475	0,707	-2,179	-0,611	-2,049	-5,182	-1,445	-1,851	-1,522	-0,919
7 Calheta (R. A. M.)	P	-2,893	-0,595	1,577	0,820	1,981	-1,623	-2,169	-1,585	-1,781	-2,705	-0,706
8 São Vicente	P	-0,356	-0,831	2,218	0,433	0,942	-2,465	2,345	-2,309	-1,330	-0,574	-0,702
9 Porto Moniz	P	-1,921	0,308	4,551	-2,758	-1,519	-0,886	-0,202	-0,219	-0,574	-0,418	-0,298
10 Ponta do Sol	P	-2,005	1,035	-0,618	-0,607	-0,708	-1,667	-1,195	-0,001	-0,712	-0,055	-0,225
11 Porto Santo	P	-2,291	-0,518	3,551	0,212	2,490	-0,990	-4,203	-0,184	-2,182	0,208	0,303
Variação total R.A. Madeira		-9,713	15,258	47,812	5,174	20,306	-23,756	-39,451	-36,530	-31,153	-28,056	-20,234
Variação total dos 308 municípios		34,686	452,470	895,836	255,587	-89,262	-1.094,065	-369,936	-488,505	-450,245	-659,475	-426,706

3.5.3. Passivo eventualmente exigível dos municípios – Provisões para riscos e encargos e acréscimos de custos

No quadro 3.14 é apresentada a evolução das provisões para riscos e encargos e dos acréscimos de custos, componentes que, como referimos anteriormente, neste anuário não consideramos como Passivo exigível, mas sim eventualmente exigível.

Concluindo a análise do passivo e face à obrigatoriedade de contabilização dos encargos contingentes em provisões, observaram-se mais detalhadamente as contas dos municípios com valores mais representativos nesta rubrica. Desta observação resultou o Quadro 3.15, onde se listam 31 municípios com provisões para riscos e encargos acima de 5 M€. Nesta listagem, destaca-se o município de Lisboa que apresentou valores notoriamente mais elevados que os restantes municípios. Realça-se o facto de, entre estes 31 mu-

nicipios, se encontrarem cinco municípios de pequena dimensão: Sines, Gouveia, Pinhel, Belmonte e Sabugal e, treze municípios de média dimensão.

Para além destes 31 municípios com provisões para riscos e encargos⁸⁹ houve mais 190 municípios que constituíram provisões embora com valores bastante inferiores ao apresentado pelos municípios assinalados no quadro 3.15.

⁸⁹ Contudo, para além das provisões que a lei obriga a constituir como forma de acautelar contingências que possam no futuro transformar-se em encargos reais, os municípios deveriam constituir provisões para todos os processos em contenda em tribunal dos quais possam advir responsabilidades financeiras, desde que os respetivos montantes possam ser objetivamente apurados. Dos mapas de prestação de contas não foi possível obter uma discriminação mais apurada da natureza destes registos, de modo a concluir-se sobre quais as provisões que estarão em maior probabilidade de se transformarem em futuros desembolsos.

Quadro 3.14 – Componentes do Passivo eventualmente exigível

Unidade: milhões de euros

Passivo	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Provisão para riscos e encargos	134,7	309,6	311,0	763,6	774,8	768,4	835,9	921,2	809,5	822,6	953,8	1.011,9
Acréscimos de Custos	194,0	280,6	447,5	468,0	417,4	321,7	331,5	424,1	432,8	429,6	468,7	466,1
Passivo eventualmente não exigível	328,7	590,2	758,5	1.231,6	1.192,2	1.090,1	1.167,4	1.345,3	1.242,3	1.252,3	1.422,5	1.478,0

Quadro 3.15 – Municípios com valor em provisões para riscos e encargos superior a 5 milhões de euros

Unidade: milhões de euros

	Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Varia. 16-17
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1	Lisboa	G	80,068	215,579	189,026	584,397	525,338	439,185	414,570	441,768	225,556	211,715	246,871	317,388	70,517
2	Barcelos	G	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	97,809	73,108	-24,701
3	Loures	G	15,498	17,727	20,926	25,192	27,784	64,005	67,773	73,523	72,142	70,850	72,225	72,256	0,031
4	Paços de Ferreira	M	0,000	0,000	0,000	0,000	3,000	3,000	3,000	2,765	5,628	55,478	55,731	51,102	-4,629
5	Porto	G	0,000	27,644	25,264	22,074	22,824	24,186	30,982	31,079	38,429	40,445	43,277	45,333	2,056
6	Coimbra	G	0,000	0,000	0,000	0,500	7,053	6,668	10,821	13,096	18,070	26,060	34,147	42,047	7,899
7	M. Canaveses	M	0,950	0,950	0,950	41,861	40,156	40,156	40,156	40,156	45,979	44,742	25,020	24,286	-0,734
8	Fundão	M	0,000	0,000	0,000	3,415	5,220	8,220	10,821	18,989	22,618	22,229	23,347	23,797	0,450
9	Sintra	G	0,000	9,102	1,336	3,148	5,609	8,459	14,995	17,150	17,103	21,223	19,759	19,809	0,050
10	Bragança	M	2,993	7,726	7,946	8,291	9,848	9,272	9,746	9,714	12,604	12,497	12,562	12,749	0,187
11	Alcobaça	M	0,000	0,000	0,000	0,062	0,000	0,000	3,962	4,650	4,586	7,213	9,068	12,293	3,225
12	Sines	P	0,000	1,223	1,223	1,223	2,827	2,827	3,255	10,367	11,780	12,680	12,704	12,240	-0,464
13	Braga	G	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,601	0,601	1,643	12,131	10,488
14	Cascais	G	0,061	5,134	4,555	4,555	4,555	5,094	2,531	2,641	9,244	9,966	9,297	11,056	1,759
15	Paredes	M	0,000	0,000	0,325	0,274	0,096	0,173	0,118	0,252	2,502	2,006	10,233	9,936	-0,297
16	Santarém	M	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,466	18,483	13,182	8,369	11,146	9,002	9,381	0,379
17	Portimão	M	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	5,159	5,159	7,416	8,905	1,489
18	Mafra	M	0,000	2,015	0,574	0,000	0,000	0,000	0,000	1,606	7,801	7,586	7,736	8,786	1,050
19	Vila Franca de Xira	G	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	8,382	8,477	8,286	7,804	-0,482
20	Gouveia	P	0,000	0,000	0,531	0,531	0,683	0,706	1,054	2,677	4,189	5,007	6,390	7,343	0,953
21	Funchal	G	0,000	0,422	0,422	0,486	1,258	1,099	0,297	0,702	1,283	1,594	3,712	6,849	3,137
22	Maia	G	0,000	0,500	0,500	0,500	1,100	3,178	3,397	4,670	9,550	11,451	8,428	6,804	-1,624
23	Lamego	M	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	6,627	6,798	0,170
24	Albufeira	M	0,628	0,628	0,110	0,110	0,110	1,034	1,350	1,273	0,678	0,544	6,885	6,544	-0,340
25	Aveiro	M	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	2,583	3,976	4,766	6,339	1,573
26	Faro	M	0,000	0,000	4,594	5,897	5,845	5,874	5,825	5,825	6,131	6,135	6,113	6,113	0,000
27	Sabugal	P	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1,429	2,552	3,672	4,944	5,645	5,864	5,951	0,087
28	Leiria	G	0,000	0,000	0,002	1,374	3,855	4,843	4,647	7,038	9,617	11,467	6,845	5,927	-0,918
29	Pinhel	P	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,379	1,851	3,412	4,269	4,687	5,655	0,969
30	Évora	M	0,000	0,000	0,372	0,000	2,855	0,678	0,947	2,649	1,607	1,310	1,015	5,403	4,388
31	Belmonte	P	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,052	0,052	0,000	0,000	1,910	5,232	3,322
Total dos 308 municípios			134,712	309,619	311,000	763,611	774,848	768,371	835,940	921,207	809,546	822,624	953,796	1.011,908	58,112

3.5.4. Endividamento das Autarquia

3.5.4.1 Cálculo do limite da dívida total ao abrigo do disposto no Artigo 52.º, Lei 73/2013

Neste ponto apresentar-se-á o montante da dívida total dos municípios com vista à determinação da sua capacidade de endividamento, considerando apenas o sector autárquico em sentido restrito não abrangendo a totalidade dos entes que constituem os Grupos Autárquicos, isto é, sem inclusão das entidades referidas no n.º 1 do Artigo 54.º da Lei 73/2013⁹⁰.

A lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autar-

90 Artigo 54.º - Entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total:

1 - Para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, são ainda incluídos: a) Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; b) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento; c) As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.os 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei; d) As cooperativas e as régies cooperativas, de acordo com o disposto no artigo 19.º e no n.º 3 do artigo 58.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, proporcional à participação, direta ou indireta, do município, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquele regime; e) As cooperativas não previstas na alínea anterior e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município; f) As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total.

2 - As entidades previstas na alínea b) do número anterior incluem também as associações participadas não exclusivamente por municípios, desde que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

3 - Caso, nas situações referidas nas alíneas c) a e) do n.º 1, sejam entidades intermunicipais ou entidades associativas municipais a participar no capital ou a deter o controlo ou a presunção de controlo sobre entidades dessa natureza, a respetiva percentagem do endividamento relevante a imputar a cada município resulta da que lhe corresponde na entidade associativa, de acordo com as regras constantes da alínea b) do n.º 1.

4 - Para efeitos do apuramento da dívida total de cada município não é considerada a dos serviços municipalizados e intermunicipalizados, bem como as das entidades intermunicipais ou entidades associativas municipais que esteja simultaneamente reconhecida na contabilidade do município ou dos municípios detentores. (Contém as alterações dos seguintes diplomas: Lei n.º 69/2015, de 16/07”

quias Locais e das Entidades Intermunicipais) na sua redação atual, estabelece no seu artigo 52.º o conceito relativo ao endividamento municipal que é o da **dívida total das operações orçamentais**.

Os normativos desta lei estabelecem como limite da dívida total, que **não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, o valor correspondente a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores**. Determina-se, ainda, no n.º 2 deste mesmo artigo que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Em relação ao exercício de 2017⁹¹, mantém-se a alteração à lei do RFFL introduzida pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, diploma que aprovou o OE para 2016, que excluiu do cômputo do cálculo do limite de endividamento o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7 do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro. Acresce referir que esta exclusão apenas releva para a determinação dos limites de endividamento, continuando a ter que

⁹¹ A Lei Orçamental de 2018, altera o artigo 54.º da LFL. **Todavia essa alteração só se repercutirá sobre a gestão de 2018.** Esta alteração preconiza

Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro - ORÇAMENTO ESTADO 2018

Artigo 302.º - Alteração à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Artigo 52.º - Limite da dívida total

[...]

5 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios referida no n.º 1, não é considerado:

a) O valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia; e

b) O valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

6 - Para efeitos do disposto no número anterior, no caso de existirem diferentes fontes de financiamento reembolsáveis pelos municípios, a não relevância para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios é na proporção dos montantes obtidos no âmbito do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.»

ser considerado a totalidade do capital em dívida seja qual for o empréstimo que lhe tenha dado origem, para efeitos do cálculo da dívida total das autarquias.

Anota-se que, pese embora para o cálculo do endividamento apresentado neste Anuário não seja considerado o endividamento dos entes participados⁹² pela autarquia ou aqueles em cuja capacidade de decisão a autarquia detêm a maioria dos votos, entende-se que não deverá provir desvio relevante em relação ao endividamento, uma vez que, a reforma exigida às autarquias no que se refere ao **controlo e avaliação de entidades na esfera do seu sector empresarial⁹³, obriga a que estas apresentem equilíbrio de contas, não concorrendo nesta circunstância, para os limites da dívida total do município, sob pena de terem que ser extintas.** Refere-se, ainda, que em relação à informação sobre empréstimos excepcionados citados na norma transitória da Lei n.º 73/ 2013, não tem sido possível obter informação que isole os referidos empréstimos, pelo que, se tem considerado a totalidade do capital em dívida de médio e longo prazo, de cada município.

No Quadro 3.16 apresenta-se a dívida total dos municípios⁹⁴, considerando o universo dos 308 municípios, com base nos dados apresentados nos mapas de prestação de contas e com as considera-

⁹² À data da realização deste anuário não se detém informação sobre a consolidação das contas dos municípios e sua participadas / intervencionadas. Todavia para efeito da conformidade dos cálculos aqui apresentados invoca-se a exceção prevista no n.º 1 do artigo 54 LFL, que refere "As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.os 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei;

⁹³ Da qual resultou extinções e ou fusões

⁹⁴ O cálculo da dívida total, embora numa percentagem muito pouco significativa e por isso sem influência relevante na determinação do seu valor, envolveu alguns constrangimentos que derivam do facto de não ser possível isolar completamente a dívida de curto prazo de origem não orçamental. Efetivamente na atual informação prestada pelos municípios em sede de prestação de contas, há rubricas do passivo em relação às quais não é possível distinguir eventuais valores relacionados com operações de tesouraria dos valores de natureza orçamental. Assim, optou-se por deduzir ao passivo de curto prazo o saldo de operações de tesouraria obtido do mapa de fluxos de caixa.

ções apresentadas supra.

Do exposto, é de salientar, para evitar leituras erradas, que a **dívida total que se apresenta no quadro não corresponde integralmente ao valor da dívida total para efeitos do cumprimento do limite da dívida prevista na Lei das Finanças Locais.** Mais se refere que se houvesse oportunidade de inclusão de dívidas de outras entidades conforme exigido na LFL, aumentaria o valor da dívida global podendo, todavia, não afetar os limites de endividamento.

Anota-se que toda esta análise global para o setor autárquico ao ser aplicada individualmente a cada autarquia, para efeitos exclusivos de identificação de municípios abrangidos por eventuais sanções, sempre se teria que respeitar o Artigo 84.º da LFL -Regime transitório para o endividamento⁹⁵.

⁹⁵ Este artigo estabelece que:

1 - No caso em que um município cumpra os limites de endividamento na data de entrada em vigor da presente lei, mas que passe a registar uma dívida total superior aos limites previstos no artigo 52.º apenas por efeito da existência de dívidas excepcionadas constituídas em data anterior à entrada em vigor da presente lei, não deve o município ser sujeito a sanções previstas na presente lei.

2 - Para efeitos do número anterior, consideram-se dívidas excepcionadas as seguintes: a) Os empréstimos e os encargos com empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo de disposições legais que os excecionavam dos limites de endividamento; b) Os empréstimos e os encargos com empréstimos contraídos para a conclusão dos programas especiais de realojamento (PER) cujos acordos de adesão tenham sido celebrados até ao ano de 1995; c) As dívidas dos municípios às empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, consolidadas até 31 de dezembro de 1988.

3 - Para efeitos dos números anteriores, apenas relevam as dívidas excepcionadas constituídas em data anterior à entrada em vigor da presente lei e cujos contratos não sejam objeto de alterações, designadamente nos montantes ou nos prazos.

Quadro 3.16– Limite à dívida total

Unidade: milhões de euros

Indicadores	2013	2014	2015	2016	2017
Média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores (a)	5.678,2	5.715,1	5.904,8	6.222,2	6.502,4
Limite da dívida total: (b) = 1,5 x (a)	8.517,4	8.572,6	8.857,2	9.333,2	9.753,5
Passivo Exigível dos municípios ³ , não incluindo outras entidades nem exceções (c)	6.722,4	6.233,9	5.783,7	5.124,2	4.697,5
Dividas não orçamentais (d)	186,1	189,5	189,4	191,8	205,7
Dívida Total dos municípios, não incluindo outras entidades nem exceções (e) = (c) - (d)	6.536,3	6.044,4	5.594,3	4.932,4	4.491,8
Índice do limite à dívida total (f) = (e) / (b) (Índice permitido <= 100%)	76,7%	70,5%	63,2%	52,8%	46,1%
N.º de municípios que provavelmente excedem o limite da dívida total	81	69	45	33	30

* Engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras e todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Da observação do Quadro 3.16 referente ao limite da dívida municipal, considerando como já foi justificado, **que não estão incluídas dívidas de outras entidades do grupo autárquico que entram para o montante da dívida, nem as exceções previstas na LFL, poder-se-á concluir:**

– **Em 2017, considerando o universo dos 308 municípios, o valor da dívida total ficou distante 53,9 pp do limite máximo da dívida total determinado com base nos artigos 52º e 83.º da Lei das finanças locais, aumentando esse distanciamento em +6,8 pp relativamente ao verificado em 2016.**

– **Os sucessivos decréscimos, desde 2013, do valor do índice do limite à dívida total (razão entre a dívida total das autarquias e o valor de 1,5 vezes a média da receita corrente liquidada nos últimos três exercícios) é um ótimo indicador da progressiva melhoria da situação global de endividamento das autarquias.**

– **No entanto, em 2017, nas condições de cálculo supra referidas, ainda existiriam 30 municípios que excederam o limite da dívida total indicado no artigo 52 da LFL. Todavia, e com as condicionantes de análise supra referidas, o número de municípios que eventualmente excedem o limite de endividamento tem decrescido, como se pode verificar pela leitura da última linha do Quadro 3.16.**

3.5.4.2. Indicadores de alerta para o risco de incumprimento do Artigo 52.º, Lei 73/2013

Uma vez que a Lei 73/2013 contém indicadores que servirão de sinal de alerta para o risco de incumprimento dos novos limites de endividamento, observando as contas dos 308 municípios procedeu-se ao cálculo dos mesmos para cada um dos municípios obtendo-se o ponto de situação apresentada no Quadro 3.17.

Quadro 3.17 – Indicadores de sinalização de alerta precoce e de recuperação financeira

Situação da Dívida total:	Nº de Municípios				
	2013	2014	2015	2016	2017
Inferior a 1,5 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	227	239	263	275	278
Superior à média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	144	126	100	70	60
Superior a 1,5 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	81	69	45	33	30
Entre 1,5 e 2,25 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	42	41	25	16	16
Entre 2,25 e 3 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	21	12	7	10	8
Superior a 3 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	18	16	13	7	6

Os cálculos efetuados, para a determinação dos indicadores apresentados no Quadro 3.17 permitem apresentar as seguintes conclusões⁹⁶ relativas ao ano e 2017

- Situações que teriam exigido **saneamento financeiro** do município⁹⁷:
- Oito municípios poderiam ter sido compelidos a contrair empréstimo para saneamento financeiro, pois demonstraram em dezembro de 2017 um valor da dívida total entre 2,25 e 3 vezes a média da receita corrente cobrada nos três anos anteriores.
- Situações que obrigariam à **recuperação financeira** municipal⁹⁸:
- Seis municípios apresentaram em dezembro de 2017 uma dívida total superior a 3 vezes a média de receita dos 3 últimos exercícios. Por esta razão deveriam ter aderido ao procedimento de recuperação financeira municipal.
- Situação que exigiria a contração de empréstimos para saneamento

financeiro⁹⁹:

- Em dezembro de 2017, sessenta (60) municípios apresentaram sinais de alerta precoce¹⁰⁰, nos termos do n.º1 do artigo 56.º da LFL. Efetivamente àquela data, estes municípios, apresentaram um valor de dívida total igual ou superior à média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.
- Dezasseis municípios apresentaram, em dezembro de 2017, o valor da dívida total superior a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida e inferior a 2,25 vezes, essa média.
- A LFL¹⁰¹ permite que os municípios em duas outras situações, ambas relacionadas com a indexação à receita corrente da dívida total deduzida de empréstimos, possam¹⁰² contrair financiamentos bancários para saneamento financeiro. O Quadro 3.18 abaixo apresentado, enquadra os municípios nas situações referenciadas.

⁹⁶ Reitera-se que todas estas análises não incluem os empréstimos excecionados nos termos do atual n.º5 do artigo 52.º da LFL, modificada pela - Lei n.º 7-A/2016, de 30/03. Nem inclui as exceções previstas no artigo 84.º-Regime transitório para o endividamento excecionado

⁹⁷ Situação em que o município é obrigado a contrair um empréstimo para saneamento financeiro ou a aderir ao procedimento de recuperação financeira previsto no artigo 61.º da LFL.

⁹⁸ O artigo 61º da LFL considera que um município está em rutura financeira sempre que a dívida total seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios. O processo de recuperação financeira determina o recurso ao Fundo de Apoio Municipal (FAM). Recorreram ao FAM, ainda no período prévio às candidaturas ao mesmo e a título de emergência os municípios de Aveiro e Vila Nova de Poiares, Nazaré, Cartaxo, Santa Comba Dão e Alfandega da Fé.

⁹⁹ Sempre que o município atinja ou ultrapasse a média da receita líquida cobrada nos três últimos exercícios, nos termos do n.º2 do artigo 58.º da LFL, pode contrair empréstimos para saneamento financeiro

¹⁰⁰ Nos termos do n.º 1 do artigo 56.º da LFL, sempre que, na informação prestada à DGAL, a dívida total atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios, serão informados os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, e os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças.

¹⁰¹ No n.º 1 do artigo 58º da LFL são apresentadas outras duas situações decorrentes das quais os municípios podem contrair empréstimos para saneamento financeiro tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros. Essas situações são as seguintes: a dívida total do município ultrapasse o limite de 1,5 vezes a média da receita líquida cobrada nos três exercícios anteriores ou, o montante da dívida, excluindo empréstimos, seja superior a 0,75 vezes a média da receita calculada nos termos referidos

¹⁰² A lei refere expressamente que deveriam, embora sem obrigatoriedade

Quadro 3.18 – Indicadores de sinalização de alerta precoce e de recuperação financeira

N.º de municípios com Dívida total deduzida dos empréstimos:	2013	2014	2015	2016	2017
inferior a 0,75 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	266	276	287	296	299
superior a 0,75 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	42	32	21	12	9

– Nove municípios apresentaram, em dezembro de 2017 o valor da dívida total, deduzida dos empréstimos, superior a 0,75 da média da receita corrente cobrada nos três últimos exercícios.

– Outras situações de alerta precoce relacionados com desvios¹⁰³ na execução da receita:

– 82 Municípios apresentaram, em dezembro de 2016, uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85%. Destes, 54 tinham apresentado a mesma situação em 2015, pelo que deveriam em 2017 ter contraído empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros.

– Situações de equilíbrio orçamental:

– Em dezembro de 2017, 28 municípios apresentaram um montante da receita corrente cobrada inferior à despesa corrente paga acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

– Quer dizer que estes 28 municípios apresentaram um saldo corrente deduzido das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo negativo, quando calculado na base dos pagamentos. Contudo, só em relação a 15 destes municípios o valor absoluto do saldo foi superior a 5% das receitas correntes totais. Nos restantes 13 municípios, o valor absoluto do saldo foi inferior a

5% das receitas correntes totais.

– Calculando o Saldo Corrente na base da despesa corrente assumida¹⁰⁴ deduzido das amortizações médias dos empréstimos, 98 municípios apresentaram-no com valor negativo. Destes, 53 municípios apresentaram a diferença negativa com valor absoluto superior a 5% das receitas totais cobradas.

Com base nos cálculos efetuados apresentam-se dois *Rankings* que listam os 50 municípios com situações antagónicas quanto ao índice da dívida total: O *Ranking* R55, onde se apresentam os municípios com melhor índice de dívida total e o *Ranking* R56 onde se apresentam os municípios com índice de dívida total superior a 1,5 da média da receita corrente dos três anos anteriores.

Nas listagens R56.A e R56.M apresentam-se ordenados os índices da dívida total dos municípios respetivamente dos Açores e da Madeira.

¹⁰³ No n.º 2 e n.º 3 do artigo 56.º da LFL são apresentados outros dois sinais de alerta precoce. (i) quando a dívida total ultrapassar 1,5 vezes a média da referida receita corrente líquida cobrada nos três anos anteriores, para além presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa e dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças será informado o Banco de Portugal. (ii) quando o município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85% serão informadas as mesmas entidades com exceção do banco de Portugal.

¹⁰⁴ Entende-se que o Saldo Corrente obtido na base dos compromissos dá uma imagem mais fiável e verdadeira da situação patrimonial dos municípios quanto ao saldo do exercício.

R55 – Municípios com melhor índice de dívida total

Unidade: euros

	Município	Dim.	2013	2014	2015			2016			2017		
			Índice	Índice	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)
1	Pampilhosa da Serra	P	0,04	0,02	8.014.137	430.474	0,05	8.715.400	343.276	0,04	9.080.685	130.436	0,01
2	Penedono	P	0,00	0,00	3.965.926	260.194	0,07	4.438.723	234.469	0,05	4.569.080	71.725	0,02
3	Mealhada	P	0,00	0,00	11.606.747	569.333	0,05	12.035.139	469.473	0,04	12.087.233	371.313	0,03
4	Benavente	M	0,15	0,16	14.419.019	1.374.606	0,10	15.012.331	1.200.325	0,08	14.900.385	959.303	0,06
5	Castelo de Vide	P	0,15	0,11	4.409.311	476.506	0,11	4.771.878	423.895	0,09	4.913.818	345.664	0,07
6	Marinha Grande	M	0,26	0,27	19.056.060	3.973.585	0,21	20.029.494	1.969.119	0,10	20.998.937	1.558.517	0,07
7	Vila Velha de Ródão	P	0,20	0,22	5.480.242	906.447	0,17	6.086.967	755.046	0,12	6.658.278	599.869	0,09
8	Lajes das Flores	P	1,42	0,52	2.271.942	650.837	0,29	2.520.902	1.125.021	0,45	2.619.260	245.169	0,09
9	Lagoa (Algarve)	M	0,36	0,32	27.514.429	4.089.231	0,15	29.863.135	3.590.155	0,12	32.112.168	3.038.745	0,09
10	Alcácer do Sal	P	0,09	0,19	13.504.798	1.626.104	0,12	13.627.618	1.576.910	0,12	13.490.198	1.434.483	0,11
11	Sintra	G	0,58	0,50	146.878.880	43.656.457	0,30	146.586.161	22.810.699	0,16	149.852.368	16.012.907	0,11
12	Vila Nova de Foz Côa	P	0,61	0,43	7.902.644	2.260.109	0,29	8.586.223	1.703.866	0,20	8.871.830	1.045.149	0,12
13	Ponta do Sol	P	0,38	0,38	4.644.846	943.155	0,20	5.056.966	871.927	0,17	5.253.217	618.949	0,12
14	Boticas	P	0,47	0,42	6.695.862	2.103.185	0,31	7.485.782	1.487.812	0,20	7.838.737	937.837	0,12
15	Sta. Cruz das Flores	P	0,30	0,19	2.008.498	299.609	0,15	2.242.948	229.966	0,10	2.346.149	310.748	0,13
16	Sátão	P	0,45	0,41	7.287.419	1.935.152	0,27	8.048.835	1.364.311	0,17	8.301.039	1.102.398	0,13
17	Cinfães	P	0,15	0,21	11.338.632	1.707.569	0,15	12.267.585	1.597.761	0,13	12.589.386	1.788.408	0,14
18	Ponte de Lima	M	0,10	0,20	22.891.809	3.147.408	0,14	23.960.831	3.011.149	0,13	24.305.928	3.471.117	0,14
19	Redondo	P	0,10	0,17	6.246.466	927.151	0,15	6.712.149	1.166.834	0,17	7.045.442	1.059.074	0,15
20	Penacova	P	0,05	0,19	8.406.935	1.347.901	0,16	9.187.599	967.959	0,11	9.500.677	1.460.446	0,15
21	Alcobaça	M	0,61	0,47	25.584.714	6.792.675	0,27	26.833.547	5.804.386	0,22	27.566.880	4.572.680	0,17
22	Porto de Mós	M	0,33	0,33	14.015.977	3.655.764	0,26	14.826.391	3.157.637	0,21	15.488.958	2.765.504	0,18
23	Bragança	M	0,45	0,39	25.261.350	7.642.164	0,30	27.191.042	5.899.073	0,22	28.156.425	5.193.597	0,18
24	São Brás de Alportel	P	0,33	0,32	8.361.367	2.519.823	0,30	8.786.331	2.096.578	0,24	9.212.062	1.711.362	0,19
25	Pombal	M	0,50	0,36	29.502.096	8.315.571	0,28	31.495.904	7.088.504	0,23	32.378.675	6.024.209	0,19
26	Castelo Branco	M	0,33	0,35	29.936.516	8.091.158	0,27	30.708.974	6.754.120	0,22	31.761.763	6.099.814	0,19
27	Ponte de Sor	P	0,24	0,24	12.053.098	5.276.601	0,44	13.019.098	1.663.693	0,13	13.360.029	2.621.952	0,20
28	Elvas	M	0,12	0,20	15.622.062	2.879.202	0,18	16.142.346	2.613.717	0,16	16.244.024	3.232.256	0,20
29	Montalegre	P	0,47	0,47	13.687.283	4.712.962	0,34	14.932.178	3.876.987	0,26	15.503.364	3.096.777	0,20
30	Coruche	P	0,37	0,36	14.083.017	4.122.832	0,29	15.113.103	3.477.169	0,23	15.298.694	3.103.121	0,20
31	Murtosa	P	0,33	0,39	5.804.694	1.734.244	0,30	6.238.750	1.500.734	0,24	6.257.502	1.289.155	0,21
32	Alcoutim	P	0,22	0,24	5.758.827	1.961.242	0,34	6.377.134	1.637.683	0,26	6.595.181	1.367.817	0,21
33	Gavião	P	0,42	0,41	4.921.173	1.497.266	0,30	5.368.320	1.317.650	0,25	5.598.433	1.205.549	0,22
34	Campo Maior	P	0,40	0,30	6.803.327	1.835.192	0,27	7.155.841	2.060.363	0,29	7.503.631	1.628.992	0,22
35	Arouca	M	0,37	0,31	12.237.090	3.902.042	0,32	12.977.017	3.076.111	0,24	13.187.439	2.866.728	0,22
36	Miranda do Corvo	P	0,48	0,36	7.657.721	1.881.256	0,25	8.036.867	2.230.040	0,28	8.125.323	1.775.008	0,22
37	Santana	P	1,73	1,01	4.877.546	4.074.055	0,84	5.408.764	3.078.728	0,57	5.609.288	1.231.402	0,22
38	Arronches	P	0,44	0,37	4.218.587	1.495.834	0,35	4.652.138	1.304.184	0,28	4.775.784	1.050.853	0,22

Município		Dim.	2013	2014	2015			2016			2017		
			Índice	Índice	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)
39	Ovar	M	0,28	0,24	22.661.723	5.457.138	0,24	23.324.611	5.707.595	0,24	23.392.095	5.229.547	0,22
40	Montemor-o-Novo	P	0,34	0,37	13.642.662	3.347.652	0,25	14.520.422	3.541.805	0,24	15.316.915	3.443.064	0,22
41	Águeda	M	0,44	0,39	22.311.441	7.842.320	0,35	22.911.560	8.390.301	0,37	23.719.132	5.338.881	0,23
42	Odivelas	G	0,69	0,58	58.771.871	26.768.361	0,46	61.111.661	19.681.964	0,32	64.057.322	14.485.675	0,23
43	Fafe	M	0,19	0,27	23.495.608	3.881.148	0,17	24.667.398	5.968.329	0,24	25.304.008	5.747.215	0,23
44	Mogadouro	P	0,63	0,50	9.783.900	4.221.118	0,43	10.773.908	3.453.025	0,32	11.290.485	2.660.096	0,24
45	Porto	G	0,63	0,63	156.536.958	90.166.430	0,58	156.936.367	43.378.802	0,28	167.392.248	40.209.393	0,24
46	Mértola	P	0,60	0,52	10.068.764	3.959.453	0,39	10.942.278	3.053.015	0,28	11.541.780	2.788.712	0,24
47	Alvito	P	0,29	0,22	3.399.264	816.900	0,24	3.638.488	1.036.201	0,28	3.746.157	905.706	0,24
48	Marvão	P	0,37	0,47	3.684.080	1.544.065	0,42	3.891.752	1.322.577	0,34	4.083.007	994.679	0,24
49	Carraceda Ansiães	P	0,64	0,56	6.403.026	2.491.657	0,39	6.844.829	2.100.346	0,31	6.814.737	1.669.261	0,24
50	Sertã	P	0,48	0,41	11.247.321	4.436.391	0,39	11.845.340	3.830.535	0,32	12.372.689	3.036.451	0,25

R56 – Municípios com índice de dívida total superior a 1,5 da média da receita corrente dos três anos anteriores

Unidade: euros

Município		Dim.	2013	2014	2015			2016			2017		
			Índice	Índice	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)
1	Fornos de Algodres	P	8,26	7,54	4.473.891	29.822.036	6,67	4.978.960	28.281.085	5,68	5.230.401	27.456.503	5,25
2	Cartaxo	M	3,44	4,16	11.179.873	47.014.651	4,21	11.750.149	46.242.958	3,94	12.843.912	51.204.984	3,99
3	Vila Real Sto. António	P	3,94	4,32	17.659.578	76.929.095	4,36	18.860.004	74.749.340	3,96	20.232.613	77.423.905	3,83
4	Nazaré	P	4,22	3,78	10.433.941	35.499.162	3,40	10.631.117	33.055.893	3,11	11.041.036	34.098.761	3,09
5	Vila Franca Campo	P	5,38	4,74	6.271.262	25.359.562	4,04	6.859.695	23.813.071	3,47	7.197.789	22.139.541	3,08
6	Portimão	M	4,18	4,10	38.906.601	139.999.056	3,60	42.362.016	138.434.612	3,27	44.971.727	135.420.929	3,01
7	Fundão	M	4,53	4,12	19.658.771	72.108.604	3,67	21.093.720	66.141.132	3,14	21.362.331	60.677.586	2,84
8	Alfândega da Fé	P	4,16	3,74	6.085.476	19.909.044	3,27	6.819.967	18.913.774	2,77	6.947.086	17.987.531	2,59
9	Nordeste	P	5,48	4,59	3.767.447	14.110.127	3,75	4.358.207	13.024.994	2,99	4.661.439	12.011.191	2,58
10	Vila Nova de Poiares	P	4,48	4,13	5.167.393	17.848.212	3,45	5.940.135	16.529.647	2,78	6.401.619	16.214.115	2,53
11	Paços de Ferreira	M	3,55	3,16	20.424.089	58.924.480	2,89	21.273.703	55.447.614	2,61	21.257.972	52.033.761	2,45
12	Aveiro	M	3,37	3,61	36.813.028	115.289.919	3,13	40.763.929	99.915.104	2,45	45.714.343	104.955.578	2,30
13	Alandroal	P	3,73	3,67	6.673.189	20.447.674	3,06	7.433.470	18.717.737	2,52	7.735.847	17.635.872	2,28
14	Seia	M	3,74	3,32	16.853.787	50.822.252	3,02	18.104.475	46.846.039	2,59	19.009.347	43.140.427	2,27
15	Freixo Espada à Cinta	P	4,15	3,34	5.186.198	14.218.511	2,74	5.782.926	13.673.389	2,36	6.060.366	13.345.379	2,20
16	Celorico da Beira	P	3,41	3,18	6.963.997	19.477.890	2,80	7.686.955	18.616.380	2,42	8.131.279	17.853.965	2,20
17	Lamego	M	1,94	1,97	16.633.083	30.426.682	1,83	17.930.757	39.695.365	2,21	18.389.523	36.712.005	2,00
18	Covilhã	M	2,80	2,50	22.702.705	63.592.976	2,80	22.503.934	54.679.995	2,43	23.438.525	45.221.016	1,93
19	Reguengos Monsaraz	P	2,28	2,19	9.940.072	20.290.988	2,04	10.632.039	19.431.586	1,83	10.836.058	20.668.915	1,91
20	Tabuaço	P	2,47	2,15	5.935.166	13.719.354	2,31	6.306.428	11.799.087	1,87	6.561.101	11.570.298	1,76

Município	Dim.	2013	2014	2015			2016			2017		
		Índice	Índice	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)
21 Évora	M	2,54	2,40	34.053.912	76.479.569	2,25	35.887.915	74.298.139	2,07	38.375.975	67.646.964	1,76
22 Santa Comba Dão	P	2,94	2,94	6.500.764	15.666.174	2,41	6.796.083	13.469.106	1,98	7.076.209	11.999.692	1,70
23 Santarém	M	2,82	2,48	31.866.385	70.872.817	2,22	33.227.022	63.564.840	1,91	34.281.763	56.208.929	1,64
24 Mourão	P	2,72	2,54	4.202.589	9.385.165	2,23	4.656.001	8.660.527	1,86	4.774.578	7.717.234	1,62
25 Gondomar	G	1,87	1,85	56.792.703	101.132.535	1,78	57.398.408	95.362.974	1,66	58.265.876	93.677.008	1,61
26 Portalegre	M	2,92	2,73	14.022.331	33.017.303	2,35	15.020.355	27.140.051	1,81	16.178.375	25.691.933	1,59
27 Alpiarça	P	2,41	2,20	5.058.282	10.530.227	2,08	5.376.359	9.119.381	1,70	5.469.626	8.484.093	1,55
28 Tarouca	P	2,16	2,07	7.094.655	13.263.450	1,87	7.577.809	12.716.367	1,68	7.767.659	11.984.027	1,54
29 Caminha	P	1,52	1,34	13.311.794	19.839.817	1,49	13.895.467	18.841.616	1,36	14.200.150	21.766.579	1,53
30 Peso da Régua	P	1,77	1,79	10.372.741	17.981.812	1,73	10.833.876	17.740.718	1,64	11.321.830	17.218.034	1,52

R56.A – Índice de dívida total dos municípios da R.A. dos Açores

Unidade: euros

Município	Dim.	2013	2014	2015			2016			2017		
		Índice	Índice	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)
1 Vila Franca do Campo	P	5,38	4,74	6.271.262	25.359.562	4,04	6.859.695	23.813.071	3,47	7.197.789	22.139.541	3,08
2 Nordeste	P	5,48	4,59	3.767.447	14.110.127	3,75	4.358.207	13.024.994	2,99	4.661.439	12.011.191	2,58
3 Lajes do Pico	P	2,99	2,23	3.791.356	6.626.845	1,75	4.261.891	5.924.092	1,39	4.493.421	4.997.535	1,11
4 Angra do Heroísmo	M	1,85	1,61	12.355.150	17.786.740	1,44	13.451.524	16.251.884	1,21	13.929.596	15.163.667	1,09
5 Vila do Porto	P	0,25	0,21	3.869.910	456.950	0,12	4.359.110	4.932.407	1,13	4.663.546	4.534.574	0,97
6 Praia da Vitória	M	2,38	2,00	7.520.222	8.987.828	1,20	8.468.884	8.601.384	1,02	8.946.750	8.690.088	0,97
7 São Roque do Pico	P	0,37	0,16	3.127.209	615.599	0,20	3.496.463	541.909	0,15	3.675.912	3.486.716	0,95
8 Madalena	P	0,99	0,83	4.335.133	2.828.836	0,65	4.902.371	3.907.254	0,80	5.239.608	4.955.766	0,95
9 Lagoa (R.A.A)	P	1,27	0,99	7.317.538	8.649.553	1,18	8.050.298	7.785.027	0,97	8.632.309	6.849.838	0,79
10 Calheta (R. A. A.)	P	2,62	2,19	3.255.336	5.231.799	1,61	3.772.403	4.221.814	1,12	3.993.321	3.166.357	0,79
11 Ponta Delgada	M	0,93	1,24	27.159.334	28.400.092	1,05	28.738.070	25.751.354	0,90	29.634.100	23.213.823	0,78
12 Velas	P	1,88	1,73	3.711.015	4.837.117	1,30	4.298.038	4.268.791	0,99	4.942.303	3.783.662	0,77
13 Ribeira Grande	M	0,95	0,83	13.312.250	9.752.655	0,73	15.077.137	10.631.328	0,71	16.053.720	10.516.543	0,66
14 Povoação	P	2,01	1,54	4.333.041	5.436.996	1,25	4.875.554	4.146.951	0,85	5.175.263	3.363.258	0,65
15 Sta. Cruz da Graciosa	P	0,82	0,64	2.888.364	1.503.344	0,52	3.289.468	1.253.723	0,38	3.409.357	1.594.204	0,47
16 Corvo	P	1,12	0,92	1.176.446	945.404	0,80	1.338.669	815.575	0,61	1.402.123	650.792	0,46
17 Horta	P	0,95	0,81	7.569.934	4.748.403	0,63	8.234.826	3.907.181	0,47	8.728.247	3.460.036	0,40
18 Santa Cruz das Flores	P	0,30	0,19	2.008.498	299.609	0,15	2.242.948	229.966	0,10	2.346.149	310.748	0,13
19 Lajes das Flores	P	1,42	0,52	2.271.942	650.837	0,29	2.520.902	1.125.021	0,45	2.619.260	245.169	0,09

R56.M – Índice de dívida total dos municípios da R.A. da Madeira

Unidade: euros

Município	Dim.	2013	2014	2015			2016			2017		
		Índice	Índice	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)
1 Santa Cruz	M	2,49	2,18	15.877.289	26.902.837	1,69	16.830.161	22.151.784	1,32	17.786.976	18.832.376	1,06
2 São Vicente	P	2,81	2,04	4.058.475	6.124.193	1,51	4.561.626	5.579.548	1,22	4.758.847	4.873.735	1,02
3 Funchal	G	1,43	1,26	66.564.365	73.848.291	1,11	68.887.051	61.947.262	0,90	68.168.278	53.182.608	0,78
4 Ribeira Brava	P	2,91	1,99	5.799.266	7.898.676	1,36	6.406.331	5.793.913	0,90	6.131.595	4.488.273	0,73
5 Câmara de Lobos	M	1,33	1,15	10.731.327	10.186.754	0,95	11.619.568	8.664.318	0,75	10.630.281	7.738.628	0,73
6 Machico	M	3,13	2,12	10.219.390	12.690.804	1,24	10.696.842	9.729.756	0,91	10.812.265	7.307.743	0,68
7 Porto Moniz	P	1,36	1,21	3.555.213	3.181.032	0,89	4.052.021	2.749.560	0,68	4.336.721	2.448.113	0,56
8 Porto Santo	P	1,19	0,88	4.901.870	1.905.834	0,39	5.224.031	2.101.968	0,40	4.515.929	2.418.407	0,54
9 Calheta (R. A. M.)	P	1,70	1,37	7.399.818	7.487.104	1,01	8.423.249	4.782.299	0,57	8.769.584	4.059.554	0,46
10 Santana	P	1,73	1,01	4.877.546	4.074.055	0,84	5.408.764	3.078.728	0,57	5.609.288	1.231.402	0,22
11 Ponta do Sol	P	0,38	0,38	4.644.846	943.155	0,20	5.056.966	871.927	0,17	5.253.217	618.949	0,12

3.5.4. Prazo Médio de Pagamentos¹⁰⁵

O comportamento dos municípios em relação ao Prazo Médio de Pagamentos (PMP) foi fortemente influenciado pela adesão de municípios a sucessivos programas de apoio lançados pelo Governo e denominados: Programa Pagar a Tempo e Horas- PPTH (Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro), Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado- PREDE, Programa de Apoio à Economia Local – PAEL e, já no final de 2014, o plano de emergência do Fundo de Apoio Municipal - FAM¹⁰⁶. Neste ponto calcular-se-ão os prazos médios de pagamento de acordo com o estipulado na lei e analisar-se-á o impacto dos apoios supramencionados nos prazos médios de pagamento verificando-se se foi atingido um dos objetivos a que se propunham; isto é diminuir, nos anos subsequentes à sua implementação os prazos

médios de pagamento (PMP)¹⁰⁷.

O Gráfico 3.05 permite apreciar a situação do PMP dos municípios, no final de cada ano económico entre 2008 e 2017¹⁰⁸.

Interessa relevar o forte impacto dos programas de apoio PREDE/ PPTH e PAEL já referidos nos pontos anteriores e exaustivamente analisados no Anuário referente ao ano económico de 2014, mostrando o seu reflexo na diminuição drástica do número de municípios com prazo médio de pagamentos superior a 90 dias, com preponderância nos municípios de pequena e de média dimensão.

¹⁰⁷ A fórmula de cálculo do PMP está definida no n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C, que refere o seguinte: “É adaptado o indicador de prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP), previsto no n.º 6 do anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que passa a basear-se na seguinte fórmula:

$$PMP = \frac{\sum_{i=3}^t DF}{\sum_{i=3}^t A} \times 365$$

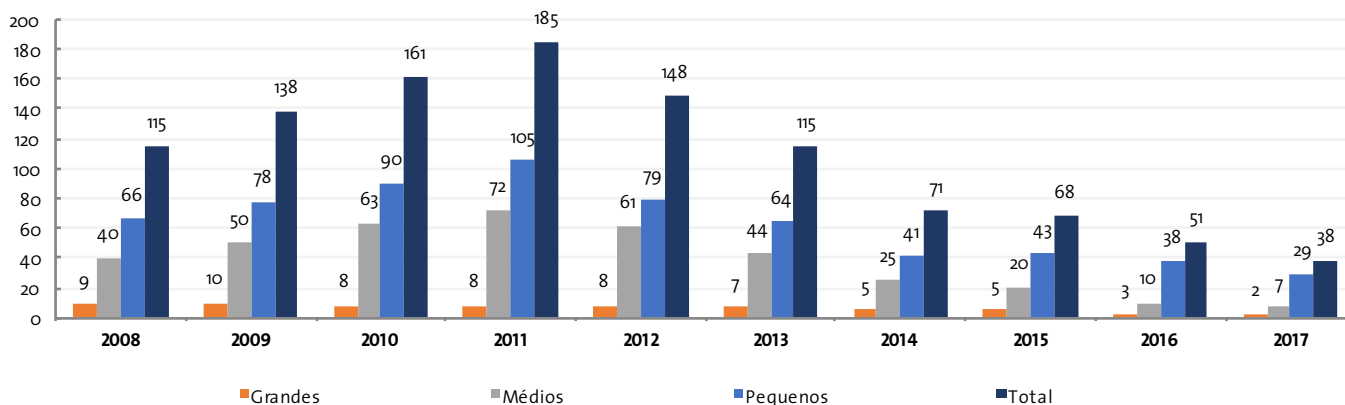
em que DF corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre, e A corresponde às aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

¹⁰⁸ Reitera-se o facto de as informações disponíveis só remontarem a 2008.

¹⁰⁵ A análise apresentada neste ponto teve por base a informação publicada no sítio web oficial da Direção Geral das Autarquias Locais (<https://appls.portalautarquico.pt/portalautarquico/>). Nos Anuários anteriores esta análise sustentou-se em valores provisórios. Para o Anuário de 2015 e para este agora em elaboração foi possível obter dados definitivos, pelo que os valores históricos agora apresentados diferem das constantes dos anuários anteriores, em anos anteriores a 2015. Mesmo assim, os dados provisórios objeto de utilização só remontam a 2008.

¹⁰⁶ Em dezembro de 2016, tinham recebido financiamento ao abrigo do FAM, quatro (4) municípios: Portimão, Vila Real de Santo António, Alandroal, Vila Nova de Poaires e Alfândega da Fé.

Gráfico 3.05 – Número de Municípios com um Prazo Médio de Pagamentos superior a 90 dias



No Quadro 3.19 apresenta-se o número de municípios, por grupo dimensional de municípios, que demonstraram um prazo médio de pagamento (PMP) superior a 90 dias no final de cada ano económico, entre 2008 e 2017. Mais se verifica que o ano de 2011 foi aquele em que maior número de municípios (185 e representando 60,1% do universo dos mesmos) apresentou prazo médio de pagamento superior a 90 dias. Tomaremos esse ano como referência

para comparar a evolução em 2017.

A 30 de dezembro de 2017 apesar de existirem ainda 38 municípios com prazo médio de pagamento aos fornecedores, superior a 90 dias, verifica-se que em relação à situação detetada em 2011, 79,5% desses municípios superaram este constrangimento. Assim, no final do ano económico de 2017, apenas 12,3% dos municípios pagaram a mais de 90 dias

Quadro 3.19 – Variação do PMP de 2008 a 2017

		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pequenos	Nº de municípios existentes	180	181	179	181	183	184	184	185	185	186
	Nº de municípios com PMP superior a 90 dias, em 31-12	66	78	90	105	79	64	41	43	38	29
	Percentagem sobre o total de municípios	36,7%	43,1%	50,3%	58,0%	43,2%	34,8%	22,3%	23,2%	20,5%	15,6%
Médios	Nº de municípios existentes	105	104	106	103	101	100	100	99	99	98
	Nº de municípios com PMP superior a 90 dias, em 31-12	40	50	63	72	61	44	25	20	10	7
	Percentagem sobre o total de municípios	37,7%	47,2%	59,4%	69,9%	60,4%	44,0%	25,0%	20,2%	10,1%	7,1%
Grandes	Nº de municípios existentes	23	23	23	24	24	24	24	24	24	24
	Nº de municípios com PMP superior a 90 dias, em 31-12	9	10	8	8	8	7	5	5	3	2
	Percentagem sobre o total de municípios	39,1%	43,5%	34,8%	33,3%	33,3%	29,2%	20,8%	20,8%	12,5%	8,3%
Total	Nº de municípios existentes	308	308	308	308	308	308	308	308	308	308
	Nº de municípios com PMP superior a 90 dias, em 31-12	115	138	161	185	148	115	71	68	51	38
	Percentagem sobre o total de municípios	37,3%	44,8%	52,3%	60,1%	48,1%	37,3%	23,1%	22,1%	16,6%	12,3%
	Média do PMP do total dos municípios	95,8	105,2	131,3	151,2	164,1	125,7	111,4	77,6	67,7	48,2

Neste ponto tem sido apresentado um Ranking dos municípios com menor prazo médio de pagamentos e dos municípios com maior prazo médio de pagamentos.

No entanto alertamos para a **pouca fiabilidade destes dados** embora obtidos do site da DGAL quando, por exemplo, verificámos que alguns municípios apresentam prazos médios de pagamentos de zero ou um dia. Estes valores, exageradamente baixos numa administração pública burocrática e exigente nas regras de execução da despesa, podem estar contaminados por diversos fatores, como por exemplo:

a) A fórmula de cálculo em vigor sendo trimestral coloca no denominador as compras totais do trimestre e no denominador as dívidas no final do trimestre. Por exemplo, **um município que compre a 1 de outubro e pague no dia 30 de dezembro, nessa fórmula o PMP é igual a zero, quando na realidade pagou a 90 dias;**

b) A fórmula coloca no denominador as compras de bens e serviços, bem como as aquisições de ativos fixos (bens duradouros). O valor dessas aquisições de bens duradouros é **o acréscimo do valor da classe 4** (imobilizações corpóreas, incorpóreas e imobilizado em curso). Acontece que essa variação, de facto, na sua maioria é uma aquisição com contraprestação monetária. No entanto, **pode também ser por reavaliação ou doação.**

c) Há municípios, por simples razão de procedimento contabilístico (ainda que incorreto) **registam tardiamente a liquidação das obrigações aproximando-as ou fazendo-as coincidir com a data de pagamento, das mesmas.** Tal comportamento é um fator de **diminuição do PMP**

Por estes motivos, neste anuário embora continuemos a apresentar o Ranking, com menor prazo médio de pagamento, entendemos que o mesmo apenas poderá servir para verificar a evolução dos PMP em cada município per si, sem ser possível estabelecer comparabilidade entre os mesmos

Mais se anota que face ao exposto foi alterado o critério de pontuação deste indicador no ranking global como será explicado no capítulo 5.

Os Rankings R57 e R58 evidenciam, respetivamente, os municípios com menor e maior Prazo Médio de Pagamentos em 2017. Relativamente ao ranking 47, colocamos sérias reservas à existência de municípios com PMP tão reduzidos, dado o processo burocrático

na aquisição de bens e serviços. Este reduzido PMP pode significar que as faturas de fornecedores sejam registadas no momento ou muito próximo da data de pagamento.

R57 – Municípios com menor Prazo Médio de Pagamentos

	Município	Dimensão	Mandato 06-09		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1	Miranda do Douro	P	361	210	229	37	284	126	24	5	0	0
2	Vila Franca do Campo	P	375	46	462	266	113	19	13	9	1	0
3	Ferreira do Zêzere	P	19	63	82	72	60	117	50	29	3	0
4	Calheta (R.A.A.)	P	239	294	174	Si	5	37	25	6	6	0
5	Azambuja	M	83	58	98	241	372	247	48	6	0	1
6	Santana	P	55	12	153	102	329	494	22	3	0	1
7	Vila Real	M	35	51	66	40	45	35	2	2	2	1
8	Alfândega da Fé	P	357	740	89	51	100	57	11	19	3	1
9	Nordeste	P	120	110	125	331	1.875	299	5	18	4	1
10	Santa Cruz das Flores	P	5	22	4	6	3	1	1	0	5	1
11	Castanheira de Pera	P	233	172	707	816	7	1	3	16	7	1
12	Pampilhosa da Serra	P	3	2	4	6	3	1	3	2	1	2
13	Anadia	M	6	8	5	3	0	1	2	1	2	2
14	Lajes das Flores	P	17	12	15	86	87	122	20	17	2	2
15	Lisboa	G	142	152	48	96	125	84	26	5	2	2
16	Santa Cruz da Graciosa	P	3	4	7	8	6	13	3	1	2	2
17	Velas	P	171	151	153	113	23	9	2	1	2	2
18	Murtosa	P	28	5	6	12	10	2	6	2	6	2
19	Vimioso	P	70	18	31	10	5	2	4	4	7	2
20	Alcoutim	P	5	3	3	5	1	1	1	3	1	3
21	Vila do Porto	P	3	29	5	40	9	44	25	2	2	3
22	Câmara de Lobos	M	101	329	222	77	256	79	35	6	3	3
23	Penalva do Castelo	P	11	18	12	10	7	14	9	3	3	3
24	Póvoa de Lanhoso	M	122	115	178	230	205	51	35	16	4	3
25	Almeirim	M	54	37	34	48	66	30	8	6	5	3
26	Cadaval	P	33	116	194	103	54	61	34	36	5	3
27	Valongo	M	91	104	236	324	332	137	21	6	5	3
28	Montijo	M	32	66	95	200	155	65	33	6	6	3
29	Sabrosa	P	170	99	217	105	331	46	46	48	22	3
30	Arronches	P	10	4	5	17	4	4	1	3	1	4
31	Corvo	P	93	41	75	25	14	0	5	6	1	4
32	Castelo Branco	M	6	8	6	6	4	2	2	2	4	4
33	Castelo de Vide	P	41	33	12	34	12	11	11	7	6	4
34	Arganil	P	28	57	121	22	20	10	7	12	7	4
35	Chamusca	P	215	294	325	144	367	54	12	11	7	4
36	Sernancelhe	P	20	13	24	21	11	9	8	6	7	4

Município		Dimensão	Mandato 06-09		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
37	Porto Moniz	P	130	158	608	641	443	243	51	66	8	4
38	Vouzela	P	27	80	87	62	32	14	11	11	4	5
39	Aguiar da Beira	P	5	6	7	13	4	3	5	6	5	5
40	Bragança	M	44	62	42	51	70	63	30	23	5	5
41	Maia	G	139	125	68	80	70	27	9	4	5	5
42	Leiria	G	110	121	117	126	78	27	7	7	6	5
43	Torres Novas	M	164	149	180	172	167	218	20	11	8	5
44	Lagos	M	9	20	116	204	305	95	66	16	10	5
45	Alcobaça	M	117	121	167	54	174	37	19	5	14	5
46	Calheta (R.A.M.)	P	119	115	319	263	437	96	53	7	15	5
47	Valpaços	P	234	198	141	314	171	168	22	28	15	5
48	Lagoa (Algarve)	M	19	57	142	245	180	71	18	3	3	6
49	Portel	P	4	6	4	10	3	3	2	6	3	6
50	Penedono	P	9	2	15	6	15	23	7	3	5	6
51	Mogadouro	P	74	51	52	21	15	17	2	3	6	6
52	Marvão	P	42	4	13	16	10	21	11	11	12	6
53	Vale de Cambra	M	128	219	131	136	156	47	29	22	16	6
54	Olhão	M	59	155	227	299	256	237	149	128	34	6
55	Espinho	M	150	204	193	293	430	204	59	41	39	6

No ranking R57, observa-se que dos 55 municípios que, em 2017, pagaram em menor prazo de tempo - quase a pronto – foram, na generalidade, municípios de pequena ou de média dimensão aparecendo nesta listagem, apenas três municípios de grande dimensão, entre estes, o município de Lisboa. Como referimos, não deixa de ser anormal a apresentação de prazos médios de pagamentos de poucos dias, nomeadamente o PMP de zero (o) dias, dada a burocracia nas regras estabelecidas para a execução da despesa. A análise das contas não permite verificar se este reduzidíssimo prazo médio de pagamentos advém do incumprimento das regras da contabilidade pública, registando a obrigação (dívida) apenas no

momento do pagamento, ou se pela fórmula de cálculo estabelecida por Lei, que apresenta algumas debilidades, conforme referido supra.

Da observação da listagem R58, relativa aos municípios com maior prazo médio de pagamentos (PMP) oferece-se realçar que em 2017, os municípios com maior PMP e, por isso, com pior desempenho deste indicador financeiro, foram essencialmente municípios de pequena e média dimensão, pese embora nesta listagem apareçam dois municípios de grande dimensão: Setúbal com 185 dias de PMP e Funchal com 87 dias de PMP.

R58 – Municípios com maior Prazo Médio de Pagamentos

Município		Dimensão	Mandato 06-09		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1	Nazaré	P	287	394	435	518	1.464	421	3.411	1.275	1.233	821
2	Paços de Ferreira	M	275	256	272	416	1.284	874	1.417	957	1.052	652
3	Celorico da Beira	P	273	471	497	736	511	370	465	1.255	1.079	455
4	Portimão	M	97	189	420	899	1.970	1.057	4.628	1.437	1.290	413
5	Vila Real de Santo António	P	64	117	253	625	317	1.601	889	666	120	392
6	Reguengos de Monsaraz	P	114	84	97	81	271	170	252	132	515	359
7	Tabuaço	P	401	320	215	237	219	313	84	91	449	313
8	Tarouca	P	274	247	303	187	169	179	202	193	307	309
9	São João da Pesqueira	P	13	13	36	10	22	50	45	131	207	264
10	Porto Santo	P	3	151	1.228	668	2.412	645	582	327	115	248
11	Aveiro	M	45	104	297	368	250	179	89	354	263	242
12	Caminha	P	127	104	140	166	79	143	293	110	134	224
13	Freixo de Espada à Cinta	P	142	89	60	254	470	454	72	133	86	221
14	Penafiel	M	212	259	347	420	307	136	184	184	291	220
15	Vila do Bispo	P	6	45	203	230	27	290	211	149	208	220
16	Alpiarça	P	218	49	147	15	36	38	52	190	147	217
17	Mirandela	M	229	238	207	532	473	468	245	201	230	196
18	Tomar	M	206	131	94	170	153	367	331	307	466	193
19	Setúbal	G	148	134	146	238	268	405	365	180	338	185
20	Mourão	P	115	206	118	222	343	161	328	363	316	183
21	Povoação	P	470	495	151	58	41	47	53	130	206	166
22	Belmonte	P	56	62	51	168	186	181	252	271	233	164
23	Golegã	P	114	92	102	176	70	95	111	182	136	157
24	Moimenta da Beira	P	361	210	42	285	370	368	195	166	265	150
25	Ourique	P	606	262	417	311	130	245	225	286	160	150
26	Peso da Régua	P	131	154	215	236	233	87	90	104	266	149
27	Macedo de Cavaleiros	P	193	202	166	251	287	379	165	382	320	145
28	Tábua	P	34	82	129	258	254	253	109	107	156	131
29	Melgaço	P	135	118	82	79	109	129	171	160	148	128
30	Vila Nova de Poiares	P	360	372	436	375	172	236	266	254	349	122
31	Alandroal	P	443	324	288	290	377	410	566	589	451	106
32	São Pedro do Sul	P	48	89	98	387	245	143	78	139	104	102
33	Santa Comba Dão	P	156	87	242	228	249	414	740	363	189	101
34	Paredes	M	63	113	187	207	291	104	162	172	128	100
35	Mira	P	78	141	177	286	218	111	49	92	98	97
36	Armamar	P	300	245	225	203	224	263	50	221	105	95

Município	Dimensão	Mandato 06-09		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
37 Vidigueira	P	75	34	91	133	84	89	31	32	150	91
38 Évora	M	166	156	524	425	541	755	526	500	478	89
39 Sardoal	P	161	53	111	267	303	180	126	105	115	88
40 Funchal	G	142	160	248	295	488	308	6	53	156	87
41 Alter do Chão	P	30	23	36	45	34	25	36	145	88	84
42 Campo Maior	P	21	25	95	155	96	80	56	30	71	77
43 Sobral de Monte Agraço	P	71	94	161	246	272	277	183	114	70	74
44 Elvas	M	43	27	36	20	12	15	5	28	63	74
45 Vagos	M	129	128	199	222	196	152	51	67	34	73
46 Figueiró dos Vinhos	P	134	227	484	159	79	81	117	115	138	72
47 Lamego	M	92	194	68	178	363	79	102	66	56	70
48 Aljustrel	P	22	51	85	178	137	122	90	92	88	69
49 Sines	P	247	175	173	190	134	68	79	86	97	68
50 São Vicente	P	205	134	81	230	647	429	1.088	486	436	67

3.6. Custos, Proveitos e Resultados económicos

Analisadas as componentes do Balanço dos municípios numa perspetiva globalizante, apresenta-se neste ponto do Anuário um conjunto de informação relativa ao Resultado Económico e às duas componentes das quais o mesmo resulta: Custos e Proveitos. A análise é dirigida essencialmente para o ano 2017, mas sempre que possível faz-se o reporte a anos anteriores, referenciando-se até ao ano de 2006.

3.6.1. Estrutura e evolução dos Custos

Para efeitos da análise dos custos resultantes da atividade dos municípios, apresenta-se no Quadro 3.20 a evolução dos mesmos entre 2006 e 2017, considerando os valores agregados dos 308 municípios. Na última coluna apresenta-se a variação das principais componentes dos custos para o período 2006/2017. Apresenta-se, ainda, a projeção gráfica (Gráfico 3.06) dos valores em causa, com vista à melhor perceção dos custos no período em apreço, bem como a correspondente evolução da sua estrutura de acordo com as suas principais componentes (Gráfico 3.07).

Quadro 3.20 – Evolução dos Custos, no período de 2006 a 2017

Unidade: milhão de euros

Custos	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				Var. (%)
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
CMVMC	120,4	144,8	176,4	189,2	179,2	182,8	166,6	181,4	169,9	176,8	183,9	196,9	7,1%
Fornecimentos e serviços externos	1.512,2	1.683,9	1.796,2	1.898,6	1.836,3	1.809,7	1.754,6	1.752,3	1.753,6	1.830,4	1.959,3	2.091,7	6,8%
Custos com Pessoal	2.001,6	2.060,3	2.156,0	2.418,8	2.443,6	2.279,6	2.088,2	2.261,3	2.216,7	2.204,1	2.239,1	2.308,0	3,1%
Transferências e Subsídios concedidos	552,4	613,2	653,3	722,4	690,1	627,4	585,1	563,4	553,8	593,5	637,7	693,1	8,7%
Amortizações / Depreciações	918,9	964,4	1.034,3	1.086,6	1.155,9	1.167,1	1.208,8	1.269,0	1.299,1	1.341,0	1.372,4	1.385,6	1,0%
Provisões	57,1	241,0	116,9	167,6	148,3	158,4	207,7	184,8	284,3	187,1	297,6	186,6	-37,3%
Outros Custos Operacionais	23,2	20,8	24,8	29,2	28,8	29,8	25,8	24,3	26,1	27,2	35,2	41,0	16,6%
Subtotal custos operacionais	5.185,6	5.728,5	5.957,9	6.512,3	6.482,2	6.254,8	6.036,8	6.236,3	6.303,5	6.360,0	6.725,3	6.902,9	2,6%
Custos Financeiros	160,5	246,3	284,6	204,0	143,0	187,2	199,2	170,8	159,2	131,9	94,1	87,2	-7,3%
Custos Extraordinários	523,0	555,0	658,8	610,0	597,9	511,9	442,4	468,1	457,4	364,3	455,9	593,0	30,1%
Total de custos	5.869,2	6.529,8	6.901,3	7.326,3	7.223,2	6.953,9	6.678,4	6.875,2	6.920,1	6.856,2	7.275,3	7.583,1	4,2%

Gráfico 3.06 – Evolução das componentes dos Custos

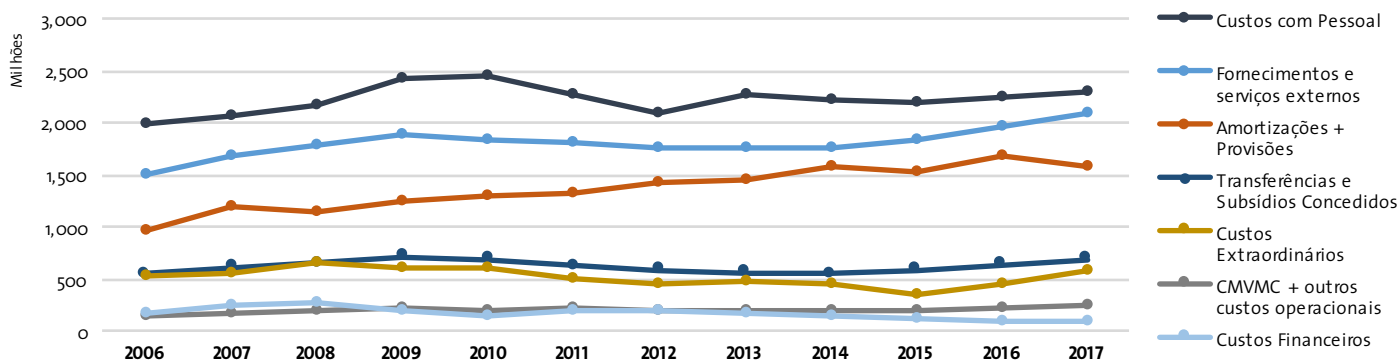
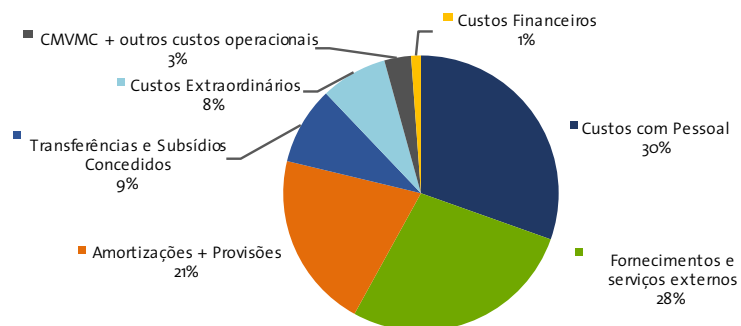


Gráfico 3.07 – Estrutura dos Custos em 2017



Do quadro e gráficos anteriores anota-se em relação, essencialmente ao ano de 2017, embora tendo como período de análise evolutiva 2006/2017:

- Os **custos totais** relativos ao universo dos municípios apresentaram o seu valor mais alto em 2017 ao somarem o valor de 7.583,1 M€, com um aumento de 4,2% (+307,8 M€) em relação a 2016.
- Em 2017 no universo dos 308 municípios os **custos operacionais** incluindo as amortizações e provisões cresceram 2,6% (+177,6 M€), tendo sido apurados 6.902,9 M€, o valor mais elevado entre 2006/2017. Se excluirmos dos custos operacionais o valor das amortizações e das provisões, o seu crescimento foi de 5,4% (+275M€).
- A principal componente dos custos municipais tem sido os **custos com pessoal**, representando, em 2017, na estrutura dos custos totais autárquicos o peso de 30,4% e o peso de 43,3% relativamente ao total dos custos operacionais, excluindo amortizações e provisões. O montante total dos custos com pessoal foi de 2 308M€, +3,1% (+68,9M€) que em 2016.
- Em 2017, **contribuíram para o aumento dos custos com pessoal 235 municípios** e, para a subida de custos em fornecimentos e serviços externos, **245 municípios**.
- Os **fornecimentos e serviços externos** são o segundo item mais representativo na estrutura dos custos municipais atingindo, em 2017 o montante de 2 091,7 M€, que se traduziu num acréscimo de 132,3 M€ (+6,8%) em relação ao ano anterior. O seu peso relativo nos custos totais foi de 27,6% e nos custos operacionais sem amortizações e provisões foi de 39,2%.
- Uma componente relevante dos custos totais têm sido as **amortizações ou depreciações do imobilizado**, a qual nos entes públicos reveste uma importância bem diferente da assumida na análise económica de empresas do setor privado, podendo inclusive distorcer a avaliação dos custos face ao elevado montante de imobilizado¹⁰⁹ suscetível de amortização. O valor **das amortizações re-**

¹⁰⁹ Imobilizado que conforme se verificou não é transacionável pela natureza que reveste de bem público. Acresce referir que muitos municípios ainda estão longe de terminar o processo de inventariação e registo dos terrenos e outros imóveis que possuem, pelo que o valor de imobilizado tenderá a aumentar e consequentemente o valor das amortizações. Tratando-se de um custo que, embora não se refletindo nos fluxos de caixa nem interferindo na liquidez do município, ao apresentar um peso relativamente elevado nos custos municipais, terá forte repercussão nos resul-

presentou em 2017, na estrutura de custos dos municípios, **18,3% dos custos totais e 20,1% dos custos operacionais**. O valor líquido contabilizado, neste ano foi de 1.385,6 M€ e cresceu 1% (+13,2M€) em relação a 2016.

- As **transferências e subsídios concedidos** são custos que apresentaram um peso médio de 9,1% na estrutura dos custos municipais e o peso de 10,0% nos custos operacionais excluindo amortizações e provisões. O valor desta rubrica **cresceu em 2017, 8,7% (+55,4M€)**, ao somar o valor total no sector autárquico, de 693,1M€. **Contribuíram para o aumento destes custos 211 municípios**.
- Os **custos financeiros**, cujo peso na estrutura de custos municipais tem sido pouco significativo, representando 1,2% dos custos municipais, em 2017 apresentaram uma descida de valor de -6,9 M€ (-7,3%) fruto da descida das taxas de juro e da diminuição do capital em dívida. **Em 2017, 224 municípios baixaram seus custos financeiros**.
- Os **custos extraordinários** em 2017 representaram 7,8% dos custos totais dos municípios, apresentando um aumento significativo de valor ao atingir o montante de 593 M€ (+30,1% e +137,1 M€). É uma categoria de custos que tem apresentado montantes significativos em todo o período entre 2006/2017. **Em 2017, contribuíram para o aumento destes custos 183 municípios**. Trata-se de custos que **deveriam ser devidamente fundamentados no Relatório e Gestão**, mas para os quais não encontramos, na generalidade explicação que permita determinar um padrão e influência dos mesmos.

3.6.2. Estrutura e evolução dos Proveitos

O Quadro 3.21 apresenta a evolução dos proveitos no período entre 2006 e 2017. A projeção gráfica apresentada no Gráfico 3.08 apoia a leitura evolutiva dos proveitos municipais no período considerado. O Gráfico 3.09 apresenta o peso de cada rúbrica no total dos proveitos dos 308 municípios, no ano económico de 2017.

tados económicos, pelo que a sua variação positiva concorrerá negativamente para os resultados económicos do exercício e poderá, caso para efeitos de análise o seu valor, não seja expurgado, do total dos custos, danificar a imagem de eficácia financeira do município.

Quadro 3.21 – Evolução dos Proveitos, no período de 2006 a 2017

Unidade: milhões de euros

Proveitos	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				Var. (%) 16-17
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Vendas e Variação da Produção	186,3	200,0	204,4	189,8	190,7	178,1	169,3	178,6	174,0	174,5	180,8	182,6	1,0%
Prestação de Serviços	392,6	422,1	455,0	456,5	456,3	467,5	546,0	544,8	548,7	615,2	660,8	680,6	3,0%
Outras Situações	27,8	29,8	34,9	39,9	40,6	30,4	4,5	6,2	9,2	3,9	5,0	3,5	-30,3%
Impostos e Taxas	2.548,9	2.926,1	2.737,0	2.583,8	2.662,8	2.470,1	2.450,7	2.555,1	2.717,7	2.910,2	3.009,6	3.242,5	7,7%
Transferências e Subsídios obtidos	2.606,3	2.677,1	2.749,2	3.025,8	3.045,0	2.912,3	2.787,1	2.785,5	2.625,5	2.707,4	2.743,5	2.814,5	2,6%
Trabalhos para a própria entidade	32,0	26,9	36,9	38,4	31,6	28,4	24,8	23,7	21,3	21,1	25,7	24,9	-2,8%
Proveitos Suplementares	50,0	75,1	63,6	49,4	61,4	72,9	70,2	74,8	56,8	56,7	59,2	60,8	2,7%
Outros Proveitos Operacionais	37,7	33,3	52,0	44,7	54,7	69,3	63,7	52,0	53,1	54,1	66,4	55,3	-16,7%
Subtotal proveitos operacionais	5.881,7	6.390,3	6.333,0	6.428,3	6.543,1	6.229,0	6.116,3	6.220,7	6.206,4	6.543,0	6.750,9	7.064,7	4,6%
Proveitos Financeiros	158,4	190,8	206,4	180,8	177,0	202,4	197,2	200,7	200,8	206,7	227,5	225,6	-0,9%
Proveitos Extraordinários	481,3	433,4	665,2	491,1	605,1	665,8	949,9	524,3	671,1	727,7	711,5	750,4	5,5%
Total de proveitos	6.521,4	7.014,5	7.204,6	7.100,3	7.325,1	7.097,3	7.263,5	6.945,7	7.078,2	7.477,4	7.689,9	8.040,6	4,6%

Gráfico 3.o8 – Evolução das componentes dos Proveitos

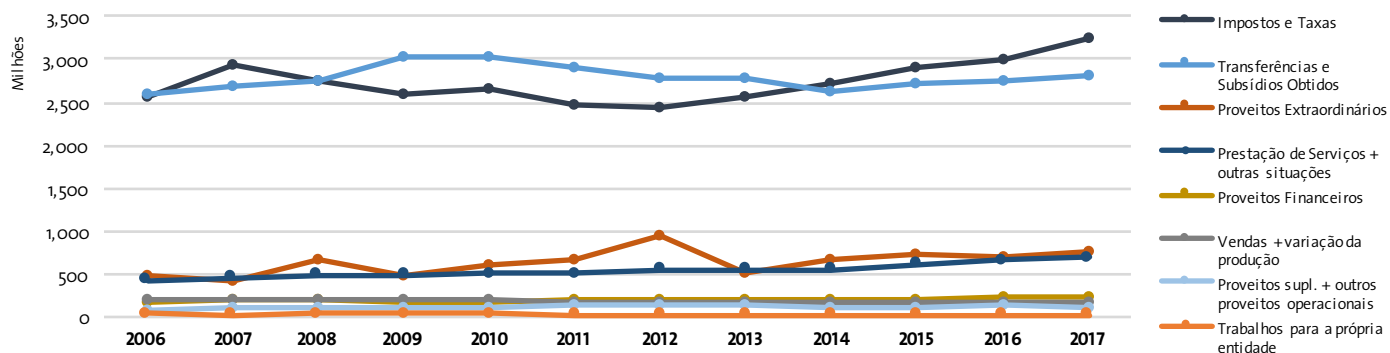
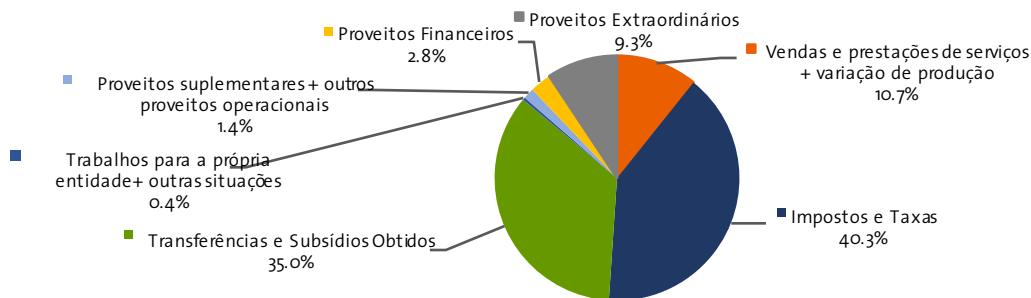


Gráfico 3.o9 – Estrutura dos Proveitos em 2017



Dos quadros e gráficos acima apresentados, conclui-se em relação a 2017:

– O **total dos proveitos** foi de 8 040,6 M€, isto é, mais 350,7 M€ (+4,6%) que os proveitos obtidos no ano precedente.

– Observando o comportamento dos **proveitos operacionais** verifica-se que os mesmos cresceram 4,6% (313,8M€) em relação a 2016.

– Decorrente da estrutura da receita municipal, do grau elevado de execução da receita fiscal e ainda do volume de transferências recebidas pelos municípios, é enquadrável que as componentes de maior peso na estrutura dos proveitos sejam os **impostos e taxas**, bem como, as **transferências e subsídios obtidos**, cujo peso médio, nos proveitos totais, em 2017, foi respetivamente de 40,3% e de 35%. **Anota-se que o volume total destas duas rúbricas representou 75,3% dos proveitos totais, neste ano.**

– Em 2017, o volume de **impostos e taxas** registados como proveitos totalizou 3.242,5 M€, traduzindo +233 M€ euros em relação a 2016. Em relação a 2006 aumentaram 27,2% (+693,6 M€)

– O montante de proveitos obtidos com **transferências e subsídios** foi de 2 814,5 M€, representando um aumento de 71 M€ (+2,6%) e relação a 2016. No período de 12 anos estes proveitos aumentaram apenas 8% (+208,2 M€). **Este aumento não acompanhou o crescimento de responsabilidades das autarquias, tanto por estratégia municipal com vista ao melhoramento da vida dos seus cidadãos colmatando lacunas de intervenção estatal, como, por via das progressivas transferências de responsabilidade do Estado para as autarquias.**

– Ainda observação do Gráfico 3.09 constata-se que tanto o volume de proveitos provenientes de **impostos e taxas**, como o proveniente de **transferências e subsídios** desceram em 2011 e 2012, tendo, contudo, os **proveitos resultantes de impostos e taxas retomado a curva ascendente a partir de 2013 enquanto, as transferências e subsídios só iniciaram a mesma inflexão em 2015, crescendo ambos a uma taxa mais elevada em 2017.**

– Com um peso médio de 9,3% nos proveitos totais apresentaram-se, com algum significado, os **proveitos extraordinários**. Ao longo do período 2006/2017 estes proveitos manifestaram algumas oscilações tendo apresentado o maior valor em 2012, com 949,9 M€. Não se dispõe de informação que possa identificar a origem essencial destes proveitos. Contudo, salienta-se que para o valor registado em 2017 de 750,4 M€, contribuíram, essencialmente, os municípios

de Lisboa com 93,9 M€, Santa Cruz¹¹⁰ com 89,1 M€ e Barcelos com 28,4 M€. **Os proveitos extraordinários, cresceram em 2017, 5,5% (+38,9M€) e em relação a 2006 aumentaram 55,9% (+269,1M€)**

– Outros proveitos a referir serão a **prestação de serviços e vendas e variação de produção, que, no conjunto**, apresentaram, em 2017, o peso de 10,7% nos proveitos totais, registando neste ano um ligeiro aumento de valor absoluto (+2,6%, +22M€) ao totalizar 863,2 M€. Entende-se que o baixo peso destes proveitos advirá do facto de terem sido concessionadas, a empresas municipais ou serviços municipalizados todas as competências geradoras de rendimentos relacionadas com vendas e prestação de serviços.

– Enquanto entre 2006 e 2017o valor **das vendas e variação da produção pouco se alterou (-0,2%)**, a venda e prestação e serviços aumentou **73,3% (+288M€)**

3.6.3. Evolução dos Resultados Económicos.

Embora se considere que para as entidades públicas a informação financeira resultante dos resultados económicos não será o elemento determinante para a tomada de decisão dos executivos face à expressão de equilíbrio entre custos e proveitos que o mesmo estabelece e sendo um dos objetivos da gestão autárquica providenciar esse mesmo equilíbrio, mantém-se neste anuário a análise da evolução deste indicador financeiro¹¹¹, dando também relevo aos resultados operacionais.

O Quadro 3.22 apresenta evolução dos Resultados Económicos e Operacionais no período de 2006 a 2017.

¹¹⁰ Informação que consta no Relatório de Gestão de Santa Cruz: “Dos movimentos dos custos e perdas extraordinários e proveitos extraordinários por reduções de provisões, consta o valor (que se anula) de € 86.793.426,52, relativo à anulação dos documentos de receita emitidos (e consequente provisão) em anos anteriores em nome da “EEM - Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A.”. A saída do Município de Santa Cruz e posterior dissolução da “IPM – Iluminação Pública da Madeira”, a aplicação da republicação do DLR n.º 2/2007/M de 8 de janeiro, pelo DLR n.º 34/2016/M de 5 de agosto, referente a contrapartidas a auferir pela utilização de bens do domínio público municipal pelas infraestruturas de distribuição de energia elétrica, motivou a referida anulação das faturas de anos anteriores, baseadas no Regulamento Municipal. Em 2017, o Município de Santa Cruz, juntamente com a “EEM - Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A.” regularizou pagamentos e recebimentos de eletricidade pública referente ao ano de 2016 e aos primeiros três trimestres do ano de 2017.”

¹¹¹ Mais se entende que sendo múltiplas e crescentes as necessidades coletivas que compete às autarquias suprir ou satisfazer, os resultados económicos do exercício deveriam tender, preferencialmente para zero.

Quadro 3.22 – Evolução dos Resultados Económicos, no período de 2006 a 2017

Unidade: milhões de euros

Resultados	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				Var. 16-17
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Proveitos (rendimentos)	6.521,4	7.014,5	7.204,6	7.100,3	7.325,1	7.097,3	7.263,5	6.945,7	7.078,2	7.477,4	7.689,9	8.040,6	350,7
Custos	5.869,2	6.529,8	6.901,3	7.326,3	7.223,2	6.953,9	6.678,4	6.875,2	6.920,1	6.856,2	7.275,3	7.583,1	307,8
Resultados operacionais	696,0	661,8	375,1	-84,0	60,9	-25,8	79,5	-15,7	-97,1	183,0	25,7	161,8	136,2
Resultados económicos	652,3	484,7	303,3	-226,1	102,0	143,4	585,1	70,5	158,1	621,2	414,6	457,5	42,9
N.º de municípios com resultados económicos negativos	72	85	115	159	140	141	121	136	134	105	106	131	25

– Verifica-se pelo Quadro 3.22 os resultados económicos baixaram drasticamente entre 2006 e 2009, único ano em que os mesmos aparecem com valor negativo. apresentaram uma evolução muito variável entre 2010 e 2016 com dois picos de crescimento: em 2012 (+442M€) e em 2015 (+463M€). Em 2017, o valor dos resultados económicos foi de 457,5M€, para a totalidade do sector autárquico, traduzindo um aumento de 10,3% em relação a 2016. Neste ano, 131 municípios apresentaram resultados negativos.

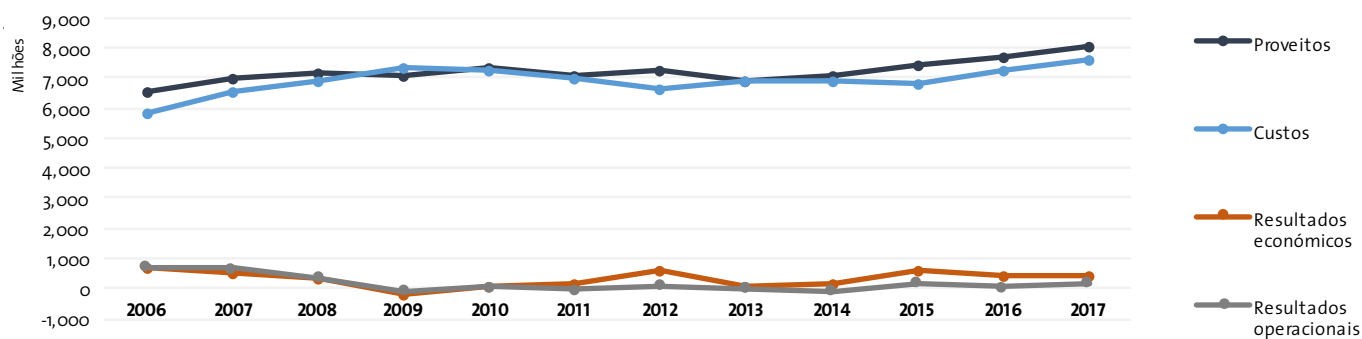
– Verifica-se que os resultados operacionais aparecem com valores negativos nos anos de 2009, 2011, 2013 e 2014. Em 2017, os resul-

tados operacionais apresentam o montante de 161,8 M€.

O Gráfico 3.10 complementa a informação prestada no quadro anterior através do traçado de curvas que representam a evolução dos custos e proveitos considerando o universo dos 308 municípios, sem a incorporação do sector empresarial local ou outras participadas.

O Quadro 3.23 apresenta informação relativa ao ano económico de 2017 de custos, proveitos e resultados económicos dos municípios de acordo com a dimensão dos mesmos

Gráfico 3.10 – Evolução dos Resultados Económicos



Quadro 3.23 – Informação de custos, proveitos e resultados por dimensão dos municípios, em 2017

Unidade: euros

Indicadores	Grandes	Médios	Pequenos	TOTAL
População (Censos 2011)	4.553.311	4.388.443	1.620.424	10.562.178
Custos com Pessoal/ /custos totais	32,1%	29,0%	30,2%	30,4%
Resultados económicos	366,9	139,6	-49,1	457,5
Resultados económicos/ Proveitos	11,6%	4,7%	-2,6%	5,7%
Resultados económicos por habitante	80,6 €	31,8 €	-30,3 €	43,3 €
N.º de municípios com resultados económicos negativos	1	28	102	131
Resultados operacionais	305,1	16,5	-159,8	161,8
N.º de municípios com resultados operacionais negativos	6	49	139	194

Da análise do quadro anterior salienta-se:

- Em 2017 **os resultados económicos** foram, consideravelmente diferentes nos três grupos de municípios. **Foram negativos, com o valor total de -49,1M€, considerando a totalidade dos municípios de pequena dimensão.** No conjunto dos municípios de grande dimensão apresentam o volume total de 366,9 M€ e, no conjunto dos municípios de média dimensão apresentam o montante de 139,6 M€.
- Os números do parágrafo anterior traduzem que o **grupo de grandes municípios contribuíram para 80,2% da totalidade dos resultados económicos** e os de média dimensão, para 30,5% dos mesmos.
- Da informação prestada pelo quadro supra poderemos concluir que **os resultados negativos de 102 municípios de pequena dimensão**, os quais apresentaram um total de custos superior à soma dos proveitos¹¹², condicionaram o valor agregado dos resultados económicos do grupo de municípios de pequena dimensão, apresentando-o na globalidade, com valor negativo.
- Face à grande variação dos **resultados económicos a média do seu valor *per capita*, por grupo de municípios** foi bastante variável, como se pode ver no quadro supra, **com uma amplitude de valores de 110,9€, para um valor médio de 43,3€**

Os Rankings R59 e R60 apresentam os primeiros 50 municípios, respetivamente, com os melhores e com os piores resultados económicos.

¹¹² Impõem-se uma análise individualizada para cada situação em que ocorrerá a apresentação dos resultados negativos, confrontando esta informação com a informação prestada pelos fluxos de caixa e avaliando-se o impacto que teve naquele resultado as amortizações do exercício e a criação de provisões ou de imparidades.

R59 – Municípios com maiores Resultados Económicos (valores absolutos) em 2017

Unidade: milhões de euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Total 2006-2016
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1 Lisboa	G	72,123	-123,902	131,131	35,612	161,424	117,768	402,483	9,082	15,095	193,097	58,059	82,930	1.154,902
2 Oeiras	G	32,618	32,496	17,855	23,340	12,415	7,432	12,099	23,469	3,492	46,777	21,542	43,292	276,827
3 Sintra	G	30,422	30,839	7,020	7,079	13,455	16,421	29,228	15,797	24,486	27,461	26,216	29,105	257,530
4 Cascais	G	31,667	11,630	10,238	-18,084	12,856	10,109	0,981	3,434	12,739	16,616	25,394	28,649	146,228
5 Barcelos	G	6,054	0,006	-2,693	-0,403	-3,797	-4,252	-8,436	-6,954	-6,005	-6,188	-93,310	28,585	-97,394
6 Vila Nova de Gaia	G	-4,958	5,094	-25,310	-3,437	-9,883	10,358	1,388	6,188	16,255	33,839	22,248	21,739	73,520
7 Portimão	M	-3,459	-8,755	-18,237	-40,116	-36,343	-20,582	-11,987	-8,986	-5,539	8,145	10,046	20,409	-115,403
8 Leiria	G	9,896	10,018	10,521	4,344	6,006	7,238	13,512	13,068	11,457	18,273	25,407	20,062	149,800
9 Seixal	G	29,328	8,818	-4,927	-9,653	10,755	12,599	7,001	4,845	0,884	15,244	16,450	19,672	111,015
10 Albufeira	M	4,693	19,613	0,879	-6,155	-15,394	-7,241	1,441	14,067	19,122	27,012	14,295	17,172	89,503
11 Loulé	M	15,142	40,612	11,103	0,237	-4,811	-2,241	7,623	17,465	21,638	23,920	24,002	16,561	171,250
12 Porto	G	17,719	12,806	21,891	6,373	3,782	9,417	2,970	1,924	5,874	9,171	7,222	14,240	113,391
13 Amadora	G	19,310	9,491	8,688	6,930	8,495	10,140	7,022	0,277	1,600	8,803	10,237	12,592	103,584
14 Santa Maria da Feira	G	4,898	6,095	5,088	0,530	18,213	3,058	10,119	12,812	10,439	11,087	11,982	12,560	106,881
15 Lagos	M	6,307	6,895	-3,099	-7,143	-15,474	-4,965	2,496	1,278	8,385	10,860	11,594	10,596	27,730
16 Loures	G	12,253	33,096	9,867	-14,305	12,315	9,673	5,758	-7,505	3,660	12,927	18,454	10,554	106,748
17 Azambuja	M	0,983	0,745	2,342	2,307	-3,141	-1,720	0,204	-0,291	-3,591	1,811	1,606	9,191	10,445
18 Grândola	P	0,432	2,292	3,624	4,484	6,924	-0,634	-0,140	0,241	2,648	1,540	2,437	8,810	32,658
19 Odivelas	G	2,749	5,629	5,024	2,458	2,959	9,846	1,306	5,745	1,820	7,827	6,331	8,244	59,939
20 Guimarães	G	10,790	6,327	5,517	11,598	8,763	9,281	27,318	7,202	11,399	10,601	10,901	7,441	127,137
21 Aveiro	M	5,962	6,420	-18,497	-21,245	-14,384	-3,325	2,030	-0,704	-9,903	10,264	17,123	7,136	-19,123
22 Torres Vedras	M	2,226	2,999	0,030	-5,425	-5,083	0,140	2,827	4,057	5,464	4,830	6,384	6,852	25,301
23 Setúbal	G	-32,478	-1,392	-3,096	1,257	6,073	-0,425	6,394	5,141	17,415	16,767	4,627	6,294	26,578
24 Maia	G	9,205	12,410	10,848	0,437	4,048	-3,988	-0,381	-7,423	-0,911	6,227	11,449	5,687	47,607
25 Barreiro	M	0,373	0,546	1,427	-2,180	4,626	-0,580	4,677	6,313	9,420	3,242	5,756	5,046	38,665
26 Pombal	M	7,688	8,920	7,322	8,498	7,604	8,795	5,828	5,211	6,415	5,238	4,653	4,902	81,074
27 Matosinhos	G	2,642	9,622	-6,656	-18,097	-8,661	-9,142	-14,575	3,206	-13,464	4,367	2,912	4,718	-43,128
28 Marco de Canaveses	M	1,532	4,246	1,314	-37,694	2,735	6,596	2,886	4,288	-2,064	5,882	24,621	4,397	18,739
29 Ribeira Grande	M	2,225	3,918	4,311	3,429	4,555	4,800	4,959	5,035	5,117	4,435	3,294	4,318	50,397
30 Silves	M	6,182	3,327	3,227	0,793	0,856	-1,451	2,753	1,900	0,624	3,956	5,935	4,316	32,416
31 Rio Maior	M	1,766	2,132	2,168	0,767	0,944	0,355	0,365	1,980	1,048	3,092	3,523	4,104	22,246
32 Viana do Castelo	M	6,328	7,233	2,969	2,764	1,168	0,437	2,479	5,097	3,389	4,442	3,400	4,071	43,778
33 Trofa	M	0,048	-1,191	-6,625	-8,460	-6,044	-3,271	2,051	0,879	1,998	4,527	5,202	4,030	-6,857
34 Montijo	M	6,178	4,811	-2,208	-2,518	2,426	-0,105	2,798	0,763	1,169	1,776	0,729	4,030	19,849
35 Marinha Grande	M	2,695	2,974	0,594	0,346	0,479	2,651	1,942	1,684	2,925	3,739	3,603	3,941	27,571
36 Santiago do Cacém	M	2,332	0,047	-0,211	1,793	0,398	-1,518	-0,224	0,343	0,845	3,728	3,035	3,708	14,275
37 Braga	G	12,771	39,056	11,250	12,088	14,150	24,398	14,596	20,775	14,064	13,558	3,441	3,614	183,761

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Total 2006-2016	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017		
38	Guarda	M	-3,968	5,081	-1,680	1,539	0,108	-0,890	-3,935	3,811	5,107	3,605	3,257	3,526	15,560
39	Oliveira de Azeméis	M	1,170	6,328	4,778	1,904	0,284	1,220	4,114	1,952	3,211	4,210	3,882	3,361	36,415
40	Chaves	M	1,062	1,151	-0,957	-1,809	-0,017	-12,443	3,166	-7,784	7,367	6,841	4,320	3,238	4,135
41	Coruche	P	2,070	2,356	2,301	1,567	2,677	3,208	3,305	3,611	2,691	2,562	3,366	3,005	32,718
42	Funchal	G	2,723	1,745	0,472	0,646	0,350	0,545	1,494	-6,984	3,881	3,469	6,313	2,993	17,646
43	Ílhavo	M	5,782	5,339	3,851	4,034	3,114	3,759	3,475	2,562	3,890	2,893	2,982	2,947	44,627
44	Santarém	M	0,115	-2,676	-5,425	-0,067	-0,847	-9,480	1,347	2,886	4,763	4,650	4,825	2,934	3,025
45	Alijó	P	2,354	1,993	2,286	-0,297	0,836	1,418	1,091	2,225	1,888	2,672	2,704	2,911	22,080
46	Cantanhede	M	4,083	0,546	-0,868	-2,359	3,415	1,735	0,931	3,339	3,717	2,754	1,139	2,735	21,167
47	Calheta (R. A. M.)	P	-0,615	1,230	0,058	0,095	0,384	0,081	0,181	1,052	1,240	2,159	0,807	2,727	9,397
48	Vila Nova Famalicão	G	4,245	4,812	2,868	1,021	4,855	8,940	13,268	-0,769	10,601	2,093	10,642	2,727	65,302
49	Vale de Cambra	M	4,060	3,311	4,615	4,232	0,948	2,168	0,127	1,415	1,154	1,135	2,319	2,606	28,089
50	Póvoa de Varzim	M	5,383	-1,969	0,968	-1,095	2,866	1,834	3,126	2,367	0,614	2,589	4,193	2,605	23,480

R6o – Municípios com menores Resultados Económicos (valores absolutos) em 2017

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Total 2006-2016	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017		
1	Vila Real S. António	P	5,700	2,252	2,062	-19,544	-10,899	-9,074	-4,791	-6,586	-4,898	-7,079	-2,275	-8,710	-63,843
2	Oleiros	P	2,933	-3,777	-3,820	-5,339	-5,523	-5,456	-5,877	-6,416	-6,180	-5,777	-6,064	-7,485	-58,781
3	Paredes	M	5,405	0,738	0,643	-4,708	6,659	-2,946	5,159	-8,388	-8,383	-3,033	-8,415	-5,987	-23,255
4	Elvas	M	-0,448	-0,560	0,052	-3,198	-1,478	0,559	-1,213	-7,407	-8,761	-6,630	-4,228	-5,863	-39,175
5	Ovar	M	3,527	5,865	3,644	1,937	1,397	2,909	3,036	4,084	1,603	-4,114	-4,798	-5,852	13,238
6	Felgueiras	M	8,036	6,998	-1,166	-2,494	-5,411	-5,162	-4,061	-4,315	-5,876	-3,476	-4,575	-5,201	-26,704
7	Faro	M	0,046	0,040	-5,831	-4,012	-2,686	-4,549	0,122	-17,023	-7,544	-1,615	-1,391	-5,148	-49,591
8	Tavira	M	6,840	8,369	1,324	3,909	-5,816	-6,602	-3,503	-3,360	-4,632	-3,001	-5,194	-5,072	-16,738
9	Moura	P	-4,355	0,831	-4,488	-7,002	-6,584	-4,740	-2,425	-7,197	-6,335	-6,150	-5,345	-5,056	-58,847
10	Ponte de Lima	M	6,281	7,236	3,165	-2,677	-2,291	-0,506	-2,121	-2,993	0,672	-1,391	-1,220	-4,659	-0,504
11	Lourinhã	M	0,971	0,637	-13,600	-7,939	-5,535	-6,324	-4,867	-3,629	-5,486	-1,957	-3,946	-4,506	-56,182
12	Ourém	M	-1,193	-2,740	-2,218	-2,456	-4,816	-5,635	-5,510	-0,428	-1,079	-1,979	-3,499	-4,398	-35,951
13	Évora	M	-10,886	-10,792	-15,094	-18,332	-15,651	-14,013	-10,703	-12,707	-7,331	-4,890	-3,337	-4,169	-127,906
14	Peso da Régua	P	-0,546	-1,973	-2,688	-2,194	-0,759	-9,332	-0,571	-5,487	-4,300	-3,615	-3,676	-3,882	-39,022
15	Condeixa-a-Nova	P	-3,545	-1,200	-1,576	-0,969	-0,974	-1,342	-0,927	-0,467	-2,068	-1,499	-3,202	-3,342	-21,112
16	Vagos	M	-2,540	-1,522	-3,072	-5,264	-3,642	-3,784	-1,656	-0,218	-2,576	-1,991	-3,265	-2,728	-32,258
17	Belmonte	P	-0,587	-0,493	-0,600	-0,749	-1,100	-0,995	-0,830	-1,701	-2,148	-2,192	-2,133	-2,609	-16,136
18	Covilhã	M	-4,079	-8,447	0,143	-11,379	-5,603	-4,781	-4,294	-4,516	-2,897	-3,355	-1,805	-2,442	-53,454
19	Figueiró dos Vinhos	P	-3,334	-3,646	-3,521	-4,248	-4,320	-3,144	-2,776	-2,579	-3,759	-2,993	-2,808	-2,410	-39,537
20	Figueira da Foz	M	-4,301	-3,348	-1,787	-8,440	-7,240	-4,450	-2,874	0,586	0,160	-0,038	2,641	-2,346	-31,437
21	Serpa	P	2,230	2,683	-0,470	3,118	2,509	0,960	1,747	-1,054	-3,151	-0,190	-1,615	-2,338	4,427

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Total 2006-2016	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017		
22	Mogadouro	P	-1,698	-16,980	-2,086	-1,391	-2,318	-1,514	-0,912	-1,658	-3,188	-2,637	-1,138	-2,289	-37,809
23	Proença-a-Nova	P	-3,038	-0,756	-2,713	-2,806	-3,109	-2,299	-2,970	-2,678	-2,855	-2,882	-2,425	-2,272	-30,806
24	Gondomar	G	2,383	0,838	2,754	3,270	0,293	5,616	0,947	-3,769	-10,407	-7,282	-1,409	-2,152	-8,918
25	Boticas	P	-0,079	0,855	-0,761	-0,878	-0,733	-1,060	-0,571	-0,199	-0,228	-0,549	-1,566	-2,134	-7,903
26	R. Monsaraz	P	0,192	-0,186	1,173	0,344	-0,222	-0,801	-2,080	-1,804	-1,727	-1,162	-2,400	-2,104	-10,777
27	Castro Daire	P	1,587	0,917	1,037	0,483	0,993	0,554	0,783	0,450	-0,129	0,322	-0,720	-2,093	4,184
28	Caminha	P	1,995	0,587	4,108	0,569	-0,791	-2,682	2,213	-0,918	-1,767	-1,497	-0,993	-2,087	-1,265
29	Sta. M. Penaguião	P	-0,280	-0,664	-0,806	-0,619	-0,625	-1,333	-1,252	-0,673	-0,521	-1,600	-1,547	-2,040	-11,959
30	Palmela	M	-0,988	-2,765	-2,286	-9,908	-10,701	-5,425	-5,133	-2,142	-2,412	-1,402	0,455	-1,880	-44,587
31	Vouzela	P	-2,854	-2,929	-2,492	-4,353	-2,514	-2,489	-1,820	-0,900	-1,734	-2,086	-1,512	-1,821	-27,504
32	Almeirim	M	-4,370	-3,263	-4,644	-3,925	-4,535	-3,300	-4,202	-3,759	-3,380	-2,905	-2,711	-1,774	-42,766
33	Castelo de Vide	P	0,694	0,506	0,674	0,440	0,826	0,944	0,824	0,110	-1,386	-1,257	-1,212	-1,639	-0,476
34	Ribeira de Pena	P	-1,411	-1,591	-2,185	-3,058	-1,921	-1,700	-0,932	-1,936	-0,198	0,028	0,118	-1,612	-16,397
35	Nelas	P	2,412	-1,441	-2,395	-4,063	-2,263	-3,389	-1,859	-2,460	0,111	-1,415	0,103	-1,607	-18,265
36	Valpaços	P	2,401	3,630	2,430	2,118	-2,497	-1,890	-1,562	-1,200	-0,591	-0,088	0,231	-1,591	1,391
37	Castro Marim	P	0,737	3,461	-1,021	-1,210	-1,087	-3,129	-1,841	-1,968	-2,071	-1,678	-1,067	-1,576	-12,451
38	Valongo	M	-1,656	-3,428	-2,276	-7,109	-8,108	-7,006	-6,098	-5,447	-2,909	-1,761	-1,789	-1,569	-49,157
39	Montemor-o-Novo	P	3,317	4,641	1,484	4,092	1,827	1,484	1,870	1,726	0,224	1,813	-1,029	-1,520	19,928
40	Monchique	P	0,131	0,425	0,018	-0,292	-1,128	-1,858	-1,519	-1,687	-0,947	-1,088	-1,106	-1,491	-10,542
41	Mação	P	1,587	1,561	1,423	0,878	1,116	1,193	-2,016	-2,234	-2,924	-2,214	-1,243	-1,452	-4,325
42	Cabeceiras de Basto	P	0,141	0,001	0,006	0,135	0,055	1,871	1,154	0,041	-0,865	-1,261	-0,847	-1,442	-1,010
43	Redondo	P	-0,993	-0,292	-1,044	-0,595	-2,297	-1,809	-1,467	-1,695	-2,971	-1,050	-0,907	-1,410	-16,530
44	Ferreira do Zêzere	P	-2,733	-3,070	-4,029	-4,321	-3,962	-2,399	-1,658	-1,749	-1,924	-1,824	-1,274	-1,371	-30,316
45	Amarante	M	5,672	4,208	3,710	1,817	4,335	2,568	2,122	1,182	1,330	0,369	0,040	-1,363	25,990
46	Carregal do Sal	P	-3,796	-1,312	-2,459	-2,669	-2,680	-2,613	-2,936	-2,622	-2,630	-0,528	-0,834	-1,352	-26,432
47	Porto Santo	P	3,264	2,253	-0,576	-1,732	-1,927	-2,093	-0,765	-2,372	-1,769	-0,197	-0,950	-1,344	-8,206
48	Lajes das Flores	P	0,361	0,483	-0,036	-0,045	-0,301	-0,246	-0,094	-0,949	-0,159	-0,820	-0,159	-1,343	-3,309
49	Alpiarça	P	0,063	0,937	0,022	-0,712	0,359	-2,717	-2,751	-2,486	-2,448	-1,992	-1,057	-1,330	-14,110
50	Vila do Bispo	P	0,300	1,461	-1,507	-4,891	-3,042	-3,197	-2,539	-1,553	-0,931	-0,833	-1,716	-1,323	-19,771

3.6.4. EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é um indicador financeiro muito utilizado nas empresas e que representa o quanto uma empresa ou entidade gera de recursos financeiros através das suas atividades¹¹³.

¹¹³ Como veremos no capítulo 4, este é um dos indicadores que determinam a continuidade ou encerramento de uma empresa do setor local. Diz o artigo 62º da Lei 50/2012 que as empresas locais são obrigatoriamente objeto de dissolução quando se verifique uma das seguintes situações:

Artigo 62.º

Dissolução das empresas locais

1 - Sem prejuízo do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios;

b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante é superior a 50% das suas receitas;

c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;

d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.

(...)

O EBITDA é o resultado operacional antes do valor das amortizações e das provisões, sendo calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{Resultados Operacionais}^{114} + \text{Depreciações e Amortizações} + \text{Provisões}$$

O quadro seguinte apresenta o EBITDA dos municípios desde 2007

Nota: sublinhado nosso

Tendo grande parte dos municípios constituído empresas municipais para as quais delegou competências que lhe são próprias e que por isso desempenham um papel importante na vida do cidadão, contribuinte líquido para o Estado e para a Autarquia, faz sentido avaliar o indicador que pode determinar a manutenção ou a extinção das sociedades comerciais/ empresas locais criadas pelo município.

¹¹⁴ Não são deduzidos os juros uma vez que os mesmos já não entram nos resultados operacionais de acordo com o POCAL

Quadro 3.24 – Evolução do indicador EBITDA

Unidade: milhões de euros

Custos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Resultado operacional (a)	696,0	661,8	375,1	-84,0	60,9	-25,8	79,5	-15,7	-97,1	183,0	25,7	161,8
Amortizações e depreciações do exercício (b)	918,9	964,4	1.034,3	1.086,6	1.155,9	1.167,1	1.208,8	1.269,0	1.299,1	1.341,0	1.372,4	1.385,6
Provisões do exercício (c)	57,1	241,0	116,9	167,6	148,3	158,4	207,7	184,8	284,3	187,1	297,6	186,6
EBITDA (d) = (a)+(b)+(c)	1.672,0	1.867,2	1.526,3	1.170,1	1.365,1	1.299,7	1.496,0	1.438,1	1.486,3	1.711,2	1.695,7	1.734,0
Proveitos operacionais (e)	5.881,7	6.390,3	6.333,0	6.428,3	6.543,1	6.229,0	6.116,3	6.220,7	6.206,4	6.543,0	6.750,9	7.064,7
EBITDA/Proveitos operacionais (f) = (d)/(e)	28,4%	29,2%	24,1%	18,2%	20,9%	20,9%	24,5%	23,1%	23,9%	26,2%	25,1%	24,5%

No gráfico 3.11 é apresentada a evolução do EBITDA, comparando-a com a evolução dos proveitos operacionais.

Dado que a soma das provisões e das amortizações representaram, em média, 21.9% dos custos operacionais, a curva dos proveitos operacionais, em regra andar sempre bastante acima da curva do EBITDA, conforme se poderá verificar no gráfico em apreço.

– Do quadro e gráfico anterior verifica-se que, considerando o universo dos municípios, face aos resultados operacionais obtidos, o

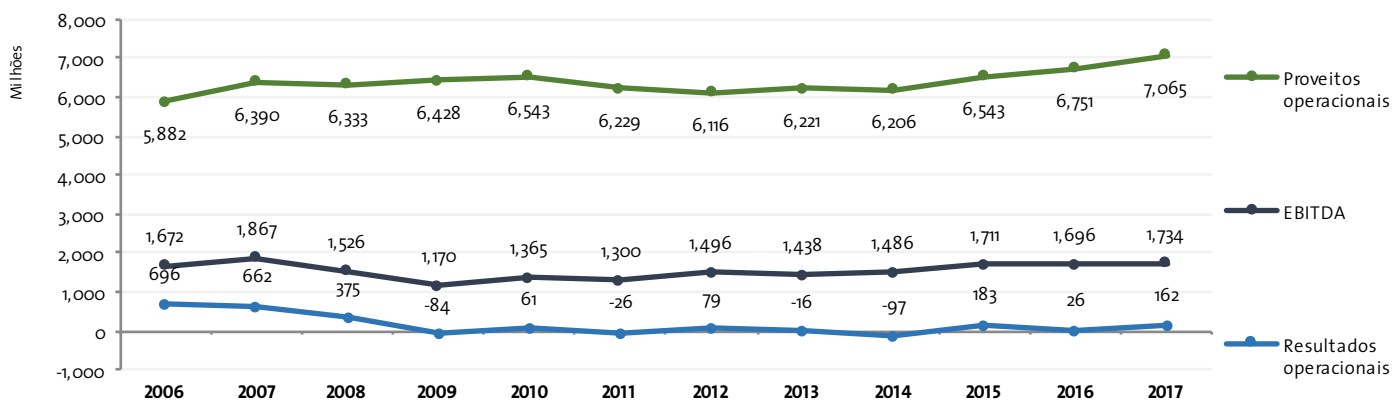
EBITDA foi sempre positivo tendo atingido o maior valor em 2007 e o menor em 2009., com crescimento progressivo a partir de 2014.

Em 2017 atinge o valor de 1734M€

– Em 2017 apresentaram um EBITDA negativo os municípios: de Vila Real de Santo António (-1.226.611 €), Ourique (-682.141), Belmonte (-207.749) e Redondo (-36.509).

O Ranking R61 apresenta os 50 municípios com melhor EBITDA em 2017 e o Ranking R62 os 50 municípios com pior EBITDA em 2017.

Gráfico 3.11 – Evolução do EBITDA



R61 – Municípios com melhor EBITDA em 2017

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1 Lisboa	G	80,095	133,571	94,426	100,666	139,812	68,759	83,693	44,015	66,082	139,233	204,895	256,183
2 Cascais	G	37,512	30,730	24,593	-3,382	22,504	18,548	9,642	9,869	30,399	35,581	40,509	46,444
3 Sintra	G	49,172	49,251	29,022	31,896	35,491	34,068	32,208	30,910	41,812	41,297	38,718	43,942
4 Vila Nova de Gaia	G	31,474	38,414	24,607	25,245	31,987	34,606	35,705	36,696	35,063	39,614	39,257	43,340
5 Oeiras	G	35,725	37,247	25,646	31,826	22,317	17,174	27,191	37,264	23,353	37,728	34,191	42,895
6 Porto	G	43,795	51,578	54,110	34,642	43,352	41,136	31,785	36,652	29,919	34,102	33,089	42,507
7 Matosinhos	G	24,172	26,745	14,677	6,280	12,412	14,159	25,404	18,683	10,430	21,715	17,193	27,905
8 Leiria	G	11,413	17,110	15,346	9,749	12,949	10,357	13,849	15,384	20,772	23,407	25,920	26,421
9 Guimarães	G	23,699	21,696	25,757	28,671	22,780	23,847	42,590	26,516	20,332	26,128	24,420	25,411
10 Loulé	M	21,528	46,924	19,741	9,119	5,160	6,799	15,471	25,387	30,512	32,146	32,261	25,234
11 Maia	G	23,727	29,223	27,363	18,872	19,948	18,035	20,013	15,843	16,338	19,545	25,906	22,193
12 Albufeira	M	12,005	27,706	9,899	2,209	-7,077	-0,374	8,523	20,273	32,985	34,128	22,821	22,016
13 Seixal	G	33,084	14,257	5,636	3,157	22,545	21,078	19,324	26,234	15,637	20,087	23,908	21,941
14 Barcelos	G	21,938	17,345	18,495	19,013	14,813	16,140	18,854	18,608	17,996	17,954	18,405	20,906
15 Vila Nova Famalicão	G	16,580	15,456	18,170	15,813	14,292	19,515	24,837	14,980	22,494	13,066	20,828	20,047
16 Santa Maria da Feira	G	18,457	14,779	16,473	11,639	25,264	9,785	18,378	18,647	17,987	20,093	19,449	19,555
17 Loures	G	23,162	45,565	21,560	4,616	31,807	26,907	17,989	14,568	10,747	16,379	23,896	19,415
18 Coimbra	G	4,642	3,608	8,686	6,797	7,239	7,486	9,889	9,422	6,982	13,525	15,199	18,777
19 Aveiro	M	9,239	10,647	10,250	6,017	4,369	9,372	11,437	9,364	10,872	17,413	24,750	17,625
20 Amadora	G	17,559	12,104	11,548	12,315	14,912	12,304	10,567	5,003	5,502	14,554	15,307	16,836
21 Mafra	M	14,430	16,079	11,113	1,214	1,341	6,284	8,698	8,114	15,119	15,588	11,024	16,296
22 Lagos	M	13,355	15,176	3,161	-2,012	-3,578	1,644	9,682	8,202	12,513	14,874	15,232	16,266
23 Portimão	M	4,455	4,312	-4,277	-19,438	-21,859	-13,040	7,253	15,719	15,020	17,880	16,037	15,513
24 Castelo Branco	M	23,343	23,403	24,811	21,398	24,897	17,265	15,543	12,479	13,972	13,098	14,199	14,554
25 Braga	G	31,152	60,978	33,398	37,940	35,308	43,705	32,018	29,726	21,382	21,755	16,343	14,045
26 Chaves	M	6,351	6,154	6,754	6,182	5,888	4,254	9,269	5,530	10,992	11,003	10,536	12,967
27 Gondomar	G	17,598	14,829	14,372	15,127	18,016	18,456	16,020	12,034	9,696	11,665	12,709	12,898
28 Funchal	G	13,035	13,969	11,760	7,558	11,269	10,036	7,931	7,942	12,110	13,800	18,798	12,882
29 Vila Franca de Xira	G	17,734	22,965	22,009	11,694	17,944	13,344	11,235	11,041	8,918	10,023	8,758	12,511
30 Setúbal	G	7,221	11,891	8,308	7,913	8,431	5,098	15,053	13,356	19,177	26,876	11,718	12,221
31 Azambuja	M	3,354	4,396	3,971	3,153	0,576	1,946	3,887	3,562	4,639	4,351	4,049	11,564
32 Pombal	M	11,219	12,927	12,417	12,614	12,710	12,148	10,240	11,950	10,883	10,859	10,905	11,494
33 Torres Vedras	M	6,005	4,791	3,292	1,934	1,595	5,845	7,360	8,963	9,620	9,180	10,141	11,343
34 Vila do Conde	M	11,118	15,887	14,204	4,745	19,692	6,398	8,584	14,194	13,981	11,976	11,425	10,663
35 Figueira da Foz	M	11,550	8,814	10,670	3,752	5,492	6,910	8,822	12,790	10,563	9,451	11,193	10,636
36 Faro	M	3,918	6,023	5,421	3,684	3,413	6,029	8,053	6,953	10,387	12,793	12,510	10,518
37 Paredes	M	8,920	8,533	7,809	7,059	8,389	10,795	8,910	9,403	9,623	11,683	13,877	10,366

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
38	Santarém	M	3,758	1,878	2,043	-1,005	1,128	2,100	8,661	9,102	9,169	10,425	8,689	9,980
39	Grândola	P	1,334	2,983	4,152	5,894	7,794	0,492	1,196	2,147	3,514	3,253	3,867	9,951
40	Barreiro	M	4,818	5,786	7,093	3,969	4,115	4,096	7,140	7,228	11,852	9,029	9,179	9,506
41	Covilhã	M	10,915	8,630	10,474	4,166	7,881	9,532	9,193	9,289	9,116	9,072	9,933	9,104
42	Oliveira de Azeméis	M	7,386	10,884	10,952	9,005	9,457	8,747	9,770	9,321	8,426	9,761	9,365	9,000
43	Fundão	M	7,127	5,558	8,975	6,602	5,969	8,521	10,854	11,898	8,691	9,468	8,325	8,906
44	Lagoa (Algarve)	M	7,256	10,004	5,496	0,461	2,845	3,873	7,009	7,307	9,280	11,102	7,740	8,811
45	Viana do Castelo	M	11,956	13,404	9,747	10,279	7,341	6,592	7,579	9,732	9,236	11,093	10,801	8,643
46	Póvoa de Varzim	M	12,579	7,044	7,955	5,647	9,582	9,134	10,525	8,576	7,262	9,240	9,705	8,583
47	Almada	G	13,160	16,037	12,556	5,174	11,991	12,081	11,044	6,322	8,110	6,536	2,871	7,890
48	Valongo	M	9,505	7,742	7,282	2,921	1,656	5,653	5,307	5,185	5,767	6,694	6,651	7,837
49	Évora	M	6,850	5,739	1,387	-1,658	0,474	-3,394	2,230	0,817	3,370	6,862	6,084	7,500
50	Palmela	M	7,932	5,968	6,571	0,148	-0,757	3,531	4,470	7,885	7,668	8,352	6,702	7,414

R62 – Municípios com pior EBITDA em 2017

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1	Vila Real Sto. António	P	2,746	1,272	2,055	-16,268	-9,603	-3,466	-1,477	0,498	2,473	2,447	3,620	-1,227
2	Ourique	P	0,544	2,146	1,919	1,774	1,713	2,023	3,128	2,899	2,508	2,370	0,972	-0,682
3	Belmonte	P	2,073	2,003	1,923	1,652	1,568	1,605	1,915	1,297	0,400	0,253	-0,001	-0,208
4	Redondo	P	0,990	0,355	0,510	0,671	-0,012	-0,298	-0,042	-0,474	-0,732	0,243	0,374	-0,037
5	Cuba	P	0,817	0,792	0,856	0,448	0,514	0,978	1,020	0,672	0,296	0,568	0,472	0,077
6	Lajes das Flores	P	0,520	0,914	1,931	2,369	1,133	0,791	1,246	0,485	0,783	0,627	0,783	0,227
7	Monforte	P	1,640	0,910	1,045	0,193	0,519	0,783	0,769	0,594	0,718	0,775	0,498	0,243
8	Viana do Alentejo	P	1,998	1,647	1,359	1,148	0,814	1,094	1,000	1,110	1,089	1,252	1,139	0,254
9	Barrancos	P	0,533	0,412	0,294	0,641	0,553	0,811	0,735	0,758	0,472	0,406	0,395	0,379
10	Porto Santo	P	3,104	2,214	1,116	-0,061	-0,292	0,256	1,162	1,098	1,829	0,991	0,386	0,432
11	Castelo de Vide	P	0,860	0,636	1,037	0,656	1,119	1,216	1,117	0,543	0,567	0,815	0,821	0,463
12	Boticas	P	2,610	2,865	2,425	2,153	2,584	2,251	2,733	2,682	1,776	1,749	0,790	0,512
13	Salvaterra de Magos	M	2,538	3,042	3,002	1,829	1,660	1,493	1,908	1,920	0,657	0,897	0,159	0,530
14	Celorico de Basto	P	2,620	2,049	1,761	2,139	2,825	1,583	2,544	2,681	2,154	2,184	1,596	0,546
15	Corvo	P	0,352	0,416	0,574	0,714	0,852	0,800	0,702	0,723	0,661	0,670	0,575	0,550
16	Miranda do Corvo	P	1,983	2,480	2,377	2,157	2,474	2,514	2,594	2,587	1,503	1,871	0,883	0,557
17	Ribeira de Pena	P	1,624	1,848	1,259	0,922	1,641	1,442	2,605	1,694	2,152	1,830	2,239	0,588
18	São João Pesqueira	P	4,015	2,920	3,397	2,424	3,443	4,153	3,743	2,583	1,373	1,938	0,738	0,593
19	Aljustrel	P	1,767	2,239	1,778	0,811	0,869	0,838	1,068	1,268	1,073	1,892	2,046	0,601
20	Vila do Porto	P	5,041	1,758	2,053	3,277	1,226	1,195	0,884	0,844	1,621	0,992	1,149	0,604
21	Sertã	P	2,322	2,609	1,157	1,727	1,494	2,956	2,352	1,653	2,157	2,095	2,708	0,650

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
22	Constância	P	1,228	0,421	1,096	1,168	0,781	0,741	0,552	1,512	0,584	0,673	0,826	0,664
23	Góis	P	1,640	1,799	1,926	1,936	1,648	1,078	1,315	1,107	0,729	0,747	0,614	0,675
24	Castro Daire	P	4,114	3,364	3,952	3,730	3,858	3,324	3,062	3,434	2,093	2,519	1,956	0,679
25	Vidigueira	P	2,221	2,006	2,087	1,617	1,602	1,990	0,838	1,149	1,204	0,728	0,550	0,680
26	Fronteira	P	1,568	1,800	1,515	2,121	1,282	1,167	1,442	0,974	0,809	0,726	0,698	0,692
27	Penedono	P	2,257	1,836	1,583	2,216	1,554	1,165	1,558	1,431	1,724	1,060	0,915	0,714
28	Crato	P	1,319	1,371	0,813	0,718	1,128	1,639	1,135	0,893	0,756	1,191	0,864	0,716
29	Sta. Marta Penaguião	P	2,132	1,836	1,887	2,349	1,671	1,419	1,421	1,806	1,874	1,116	0,750	0,739
30	Golegã	P	0,919	0,932	0,922	0,940	1,154	1,166	0,927	0,855	0,604	1,155	0,799	0,755
31	Lousã	P	1,701	1,879	2,069	1,962	2,043	2,523	1,898	1,230	1,386	1,525	1,150	0,757
32	Sabrosa	P	2,391	2,189	2,015	1,818	2,166	2,438	1,738	2,684	1,110	1,636	1,556	0,785
33	Arruda dos Vinhos	P	0,933	0,908	0,558	-0,021	0,166	0,165	1,174	1,254	1,200	1,348	0,979	0,789
34	Vila Nova Barquinha	P	3,119	1,506	1,455	1,259	1,372	1,420	1,666	1,331	1,189	1,404	1,216	0,793
35	Marvão	P	0,890	1,090	1,132	1,150	0,959	1,244	1,135	0,928	0,839	1,123	1,150	0,807
36	Figueiró dos Vinhos	P	0,730	0,573	0,473	0,114	0,062	1,159	1,402	1,264	0,662	0,869	0,831	0,814
37	Ponte de Sor	P	3,378	3,666	3,520	3,082	3,798	3,590	3,042	2,124	2,032	2,266	1,490	0,836
38	Elvas	M	5,066	4,438	3,525	1,714	3,516	4,660	1,570	-2,364	-1,564	-0,045	0,505	0,846
39	Reguengos Monsaraz	P	0,844	1,267	3,046	2,214	1,501	1,209	1,809	0,204	0,053	0,852	1,308	0,853
40	Manteigas	P	1,311	0,951	0,913	1,331	1,371	0,707	1,573	1,302	0,781	1,155	0,843	0,858
41	Oleiros	P	3,012	2,509	2,738	2,231	2,238	2,276	1,891	1,662	1,080	1,140	1,074	0,866
42	Sousel	P	1,408	1,240	1,067	0,843	1,122	0,843	1,254	0,893	0,715	0,926	0,936	0,881
43	Alter do Chão	P	1,682	1,397	1,512	1,238	0,689	1,233	1,639	1,031	0,750	1,017	1,091	0,891
44	Vimioso	P	3,069	4,728	3,910	2,290	4,012	2,676	1,521	1,119	1,211	1,361	1,250	0,923
45	Idanha-a-Nova	P	4,093	4,584	4,600	3,116	3,904	4,405	3,662	2,047	2,214	1,272	1,769	0,942
46	Condeixa-a-Nova	P	0,368	2,161	2,271	2,452	2,672	2,379	2,790	2,267	1,738	1,560	1,301	0,945
47	Alcácer do Sal	P	2,641	2,962	2,971	0,515	6,086	1,523	-0,673	2,062	-0,873	1,414	0,285	0,955
48	Sardoal	P	1,096	0,682	0,929	0,683	0,959	1,334	1,293	0,835	0,973	0,897	0,869	0,973
49	Mesão Frio	P	0,904	0,903	0,643	0,711	1,190	1,203	1,574	0,959	0,788	1,078	1,030	0,975
50	Freixo Espada à Cinta	P	1,275	0,884	0,849	0,703	0,987	0,648	0,827	1,024	1,140	1,561	0,978	0,975

CAPÍTULO 4

O SETOR EMPRESARIAL LOCAL e GRUPOS AUTÁRQUICOS

Nota introdutória

Este capítulo apresenta a informação económico-financeira do setor empresarial local (designado por SEL), constituído por entidades de natureza empresarial¹¹⁵ incluindo as empresas municipais (designados por EM's) e serviços municipalizados¹¹⁶ (designados por SM's) relativas a 2017. Esta análise realiza-se autonomamente em relação a cada um destes sectores do universo empresarial municipal.

Analisa-se ainda num ponto próprio as contas de 144 grupos autárquicos, ou seja, dos municípios com empresas e/ou serviços municipalizados.

EMPRESAS MUNICIPAIS - EM's

A análise da evolução das contas do setor empresarial local reportar-se-á ao período entre 2011 e 2017, uma vez que o SNC (Sistema de Normalização Contabilística), só se começou a aplicar ao SEL a partir de 2010 tornando, desde então, possível a comparabilidade dos dados financeiros destas empresas, qualquer que seja o setor de atividade em que atuem.

Para o ano económico de 2017, das 168 Empresas Municipais existentes foi obtida e tratada informação de 163 Entidades Empresariais Locais¹¹⁷, representando mais de 97% do setor.

¹¹⁵ Constituídas por empresas municipais, Sociedades Anónimas, Sociedades por quotas e Entidades Intermunicipais

¹¹⁶ Embora não sejam consideradas do ponto de vista jurídico setor empresarial local, pois fazem parte da estrutura administrativa das autarquias com serviços com autonomia de gestão, entendeu-se que pelo carácter empresarial que assumem integrá-los no SEL

¹¹⁷ Parte de informação económico-financeira das 163 entidades do setor empresarial local foi cedida pelo Tribunal de Contas que permitiu o acesso ao Balanço e à

Para a elaboração deste capítulo foi feito o levantamento do número de empresas municipais que se encontraram em processo de dissolução no decorrer de 2017 e verificou-se que 12 das mesmas se tinham extinguido antes do final do ano económico, facto pelo qual embora apareçam listadas no quadro 4.02, deste capítulo não constaram da análise realizada.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

No presente capítulo analisam-se, também, embora, separadamente as contas dos **25 Serviços Municipalizados (SM's)** ou seja, a **totalidade** dos serviços municipalizados existentes à data de dezembro de 2017¹¹⁸.

A análise autonomizada deste setor empresarial local, fundamenta-se no tratamento diferenciado dos registos contabilísticos dos serviços municipalizados, uma vez que o Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) não se lhes aplica continuando os mesmos a utilizar o POCAL, até à implementação do novo modelo contabilístico para as administrações públicas - SNC-AP.

Demonstração de Resultados das Contas que dispunha à data de junho de 2018. Esta recolha permitiu obter cerca de 80% das entidades analisadas. As restantes foram recolhidas nos sites das entidades. Não foi possível obter, por qualquer destas formas, os dados financeiros de 5 empresas (3%) do universo de 168 entidades do setor empresarial local em exercício no ano de 2017. No anexo I apresenta-se um mapa com os dados económicos considerados mais relevantes tanto dos municípios como das respetivas empresas municipais e serviços municipalizados.

¹¹⁸ Nesta análise abrangemos o universo de todas as que estavam em atividade em 2017.

COOPERATIVAS DE INTERESSE PÚBLICO

O artigo 6º do Código Cooperativo (na sua presente versão, a da Lei 51/96, de 7 de setembro) permite a criação de cooperativas de interesse público ou régies cooperativas, reguladas por diploma legal próprio, o Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro.

O primeiro artigo do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro define as Cooperativas de Interesse Público como “pessoas coletivas em que, para a prossecução dos seus fins, se associam o Estado ou outras pessoas coletivas de direito público e cooperativas ou utentes dos bens e serviços produzidos”.

Podem, assim, ser membros deste tipo de entidades: o Estado, outras pessoas coletivas de direito público, como municípios, regiões autónomas ou empresas públicas, mas também cooperativas, associações e/ou utilizadores dos bens e serviços produzidos.

O capital é subscrito pelos membros nos termos do ato constitutivo, e, na maioria dos casos das cooperativas com participação dos municípios, estes entram em posição maioritária de forma a manterem a gestão e o poder de decisão, em termos de votos e orientação das atividades.

Sobre as Cooperativas com participação dos municípios, a Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto (REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL E DAS PARTICIPAÇÕES LOCAIS), na sua redação atual, designadamente a conferida pela Lei n.º 69/2015, de 16/07, que procedeu à sua segunda alteração, refere o seguinte:

Artigo 58.º Cooperativas

- 1 - Os municípios, as associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas podem criar ou participar em cooperativas.
- 2 - As cooperativas mencionadas no número anterior regem-se pelo Código Cooperativo.
- 3 - O disposto nos capítulos iii e vi aplica-se, com as devidas adaptações, às régies cooperativas, ou cooperativas de interesse público, em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º

Por último, a Lei 73/2013, de 3 de setembro (versão atualizada), designada por Lei Financeira das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, refere no seu artigo 54º- **Entidades relevantes para efeitos de limite da dívida total:**

...

d) As cooperativas e as régies cooperativas, de acordo com o disposto no artigo 19º e nº 3 do artigo 58º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei 50/2012, de 31 de agosto, proporcional à participação, direta ou indireta, do município, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40º daquele regime;

Em resumo, as cooperativas com participação maioritária dos municípios deviam ser analisadas neste capítulo e integradas no anexo I.

No entanto as suas contas ainda não constam dos elementos disponibilizados pelo Tribunal de Contas, nem da correspondente listagem da DGAL¹¹⁹.

Pelo exposto, neste anuário, não são analisadas as contas das cooperativas de interesse público, em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º, neste capítulo, nem incluídas no anexo I. A ausência desta informação, inviabilizou a inclusão da análise das contas destas entidades no presente Anuário.

¹¹⁹ Na página eletrónica da DGAL ainda não é feita referência àquelas cooperativas (<http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/>).

4.1. Setor Empresarial Local

4.1.1. Introdução

Analisa-se neste ponto do Anuário, valores e indicadores relativos à atividade financeira das entidades pertencentes ao Setor Empresarial Local¹²⁰ (SEL), reportados ao final do ano de 2017 para um universo de 168 entidades¹²¹, sendo que 137 são Empresas Municipais ou Entidades Empresariais Locais, 6 Sociedades Anónimas, 3 Sociedades por quotas e 22 Entidades Intermunicipais.

A informação económica- financeira apresentada neste ponto do anuário agrega, para o ano económico de 2017, os valores de 163 entidades das 168 supra-referidas uma vez que não foi possível obter informação financeira de 4 empresas municipais e uma intermunicipal, conforme exposto no Quadro 4.01. Representando estas 163 entidades empresariais de natureza local com informação financeira disponível, 97% das entidades empresariais existentes, considera-se os resultados da análise global da informação

¹²⁰ Definido à luz da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, o qual considera que pertencem ao SEL as empresas municipais, intermunicipais e metropolitanas, e as sociedades comerciais controladas conjuntamente por diversas entidades públicas, cujo maior título de participação é da autarquia.

¹²¹ Não estão aqui incluídos os serviços municipalizados, pese embora na introdução ao presente capítulo se tenha considerado que, em termos substantivos, serão entidades que potencialmente podem pertencer ao SEL. O facto de não terem sido abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), não permite proceder à integração da sua informação contabilística na informação prestada pelas entidades empresariais locais.

financeira prestada pelas mesmas suficientemente fiável e tradutor da situação económico financeira do SEL. Desde que oportuno analisar-se-á a evolução financeira do SEL no período entre 2011 e 2017, bem como se precederá à comparação, para o ano de 2017, dos valores, económico-financeiros globais do SEL, com os valores homólogos dos municípios que tutelam estas entidades e com os indicadores e valores homólogos dos 308 municípios.

Salienta-se o fato de o setor empresarial local estar em reestruturação assinalável desde 2013¹²², com extinção de entidades e fusão de outras como se assinala no Quadro 4.02.

Face à reestruturação do empresarial local desde 2013¹²³, com extinção de entidades e fusão de outras, as entidades empresariais extintas ou fundidas no decorrer do ano 2017 e que se encontram assinaladas no Quadro 4.02, não constaram da análise financeira do setor empresarial local no presente ano económico.

No Quadro 4.03 apresenta-se, por anos económicos, o número de entidades empresariais do setor local dissolvidas ou que foram objeto de fusão.

¹²² No Anuário de 2011 já se assinalaram extinções concluídas nesse ano e outras em extinção. Mas realmente será a partir de 2013 que se torna significativo o número de entidades empresariais extintas. Nos Anuários subsequentes de 2014 e 2015 continuou-se a assinalar as entidades pertencentes ao SEL extintas ou objeto de fusão.

¹²³ No Anuário de 2011 já se assinalaram extinções concluídas nesse ano e outras em extinção. Mas realmente será a partir de 2013 que se torna significativo o número de entidades empresariais extintas.

Quadro 4.01 – Entidades sem informação financeira disponível em 2017

	Entidade	Município	Situação
1	TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia	Maia	Sem informação
2	Logica - Sociedade Gestora do Tecnológico	Moura	Sem informação
3	EMPET - Parques Empresariais	Tavira	Sem informação
4	Atlântico Vila	Vila Franca do Campo	Sem informação
5	VALICOM - Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações	*	Sem informação

* Associação de Municípios do Vale do Minho (Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira) – 51,0%; Arcos de Valdevez; Caminha; Esposende; Ponte da Barca; Ponte de Lima; e Viana do Castelo

Quadro 4.02 – Entidades que se dissolveram em 2017

Entidade	Município	Situação
1 Rumo 2020	Cartaxo	Dissolvida
2 EMCEL - Empresa Municipal Celoricense - Gestão de Espaços Culturais e Sociais	Celorico da Beira	Dissolvida
3 Figueira Cultura e Tempos Livres	Figueira de Castelo Rodrigo	Dissolvida
4 HABITÁGUA - Serviços Domiciliários	Oeiras	Dissolvida
5 MMPO - Mercado Municipal de Portalegre	Portalegre	Dissolvida
6 Portimão Urbis SGRU - Sociedade de Gestão e Reabilitação Urbana	Portimão	Dissolvida
7 Proençatur - Empresa de Turismo	Proença-a-Nova	Dissolvida
8 Cais Invest	São Roque do Pico	Dissolvida
9 Trofa Park - Reabilitação Urbana, Desenvolvimento Económico e Inovação	Trofa	Dissolvida
10 SDMSA- Sociedade de desenvolvimento municipal da ilha de Santa Maria	Vila do Porto	Dissolvida
11 LT, Sociedade de Reabilitação Urbana	*	Dissolvida
12 PRIMUS - Promoção e desenvolvimento Regional, EMT, S.A	**	Dissolvida

* Almeirim (10,24%), Alpiarça (5,39%), Azambuja (9,28%), Cartaxo (9,69%), Chamusca (10,21%), Coruche (16,12%), Golegã (2,30%), Rio Maior (11,22%) e Santarém (25,76%)

** Área Metropolitana do Porto (Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia) – 74,68%

Quadro 4.03 – Número de Entidades do SEL, número das dissolvidas e número de fusões, entre 2011 e 2017

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
N.º total de entidades em atividade	296	275	238	216	188	176	168
N.º de entidades com informação disponível	293	270	225	208	185	174	163
N.º de entidades dissolvidas	6	9	36	33	25	11	12
N.º de entidades que se fundiram	1	9	3	0	0	0	0

– Do quadro anterior pode-se concluir que entre 2011 e 2017 o número de entidades do SEL, baixou 43,2%, diminuindo em 128, o número de entidades existentes. A informação constante do quadro e obtida através de diversos organismos, não nos permite estabelecer uma correlação direta entre as entidades dissolvidas no período em causa e as existentes nos anos subsequentes, sendo que pela simples operação aritmética dos dados constantes do quadro se poderia concluir pela criação, no mesmo período, de 17 novas empresas. Contudo será uma conclusão empírica que não sustentaremos neste relatório por falta de dados objetivos que permita validar esta conclusão.

No presente Anuário, à semelhança dos anos anteriores, a metodologia utilizada neste capítulo compreende a análise dos valores do Balanço e da Demonstração dos Resultados relativos ao conjunto

das 163 entidades do setor empresarial local – SEL, em exercício a 31 de dezembro do ano económico de 2017.

Como referido supra, para efeitos de análise da situação económico-financeira do SEL relativo ao ano de 2017 considerou-se suficientemente representativos os valores obtidos dos relatos financeiros disponibilizados pelas 163 entidades empresariais (97% das empresas do sector) desconsiderando-se, no ano de 2017 as cinco empresas que não forneceram informação, conforme referido supra. Dado que em relação a 4 entidades das 163 entidades com informação disponível para o ano económico de 2017, não se dispõem de informação financeira para os anos compreendidos entre 2011 e 2017, para efeitos de comparabilidade de valores no período entre 2011/2017, consideraram-se os montantes totais das 159 empresas (94,6% de todo o sector SEL) por se dispor de informação econó-

mico- financeira completa das mesmas, para os referidos anos.¹²⁴

Entendeu-se que o volume e informação prestado pelas 159 entidades empresariais são amostra suficiente e fiável para a compreensão da evolução económico-financeira do SEL entre 2011 e 2017, sendo considerado irrelevante para este efeito a ausência de informação das referidas 4 entidades empresariais.

Reafirma-se que em todos os quadros expositivos sobre os dados financeiros do conjunto das 163 empresas do SEL, apresentar-se-ão os valores homólogos relativos ao universo dos 308 municípios e dos municípios que tutelam as entidades empresariais

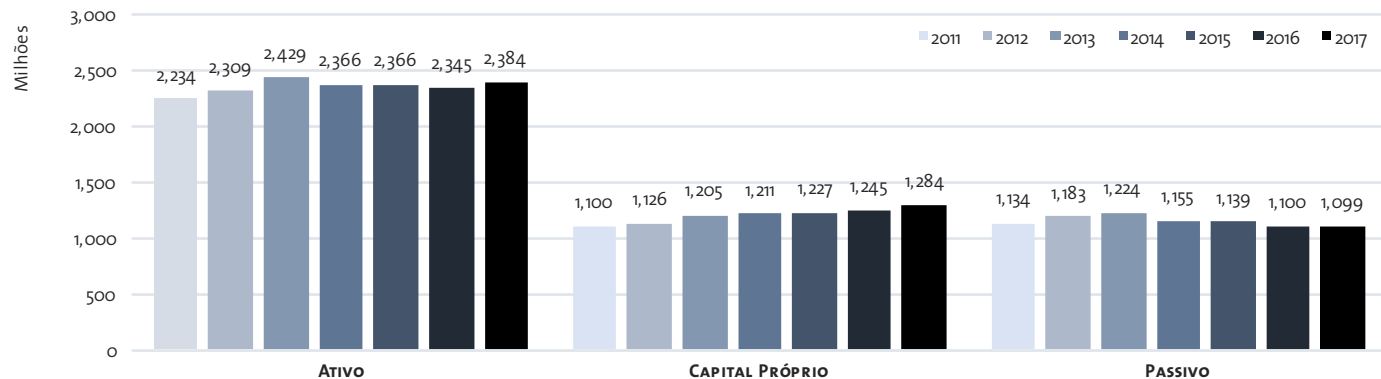
4.1.2. Grandes Agregados do Balanço das Entidades do SEL: Entidades Empresariais (EEL's) e Empresas Municipais (EM's)

No Gráfico 4.01 apresenta-se o volume total dos principais agregados do Balanço Global das entidades do SEL em relação às quais foi possível recolher informação financeira entre 2011 e 2017.

O Quadro 4.04 apresenta o valor das componentes do Balanço das entidades do setor empresarial local analisadas em 2017 bem como o respetivo peso das componentes do ativo e do passivo.

¹²⁴ De igual modo se procedeu em anos anteriores

Gráfico 4.01 – Evolução dos grandes agregados do Balanço do SEL (159 entidades)



Quadro 4.04 – Ativo, Passivo e Capital Próprio das 163 entidades do SEL em 2017 e sua comparação com valores homólogos das 308 autarquias

Unidade: euros

Componentes do Ativo	SEL (163)		Município (308)		Peso SEL nos municípios
	Valor	%	Valor	%	
Ativo não corrente	1.989.677.736	77%	37.181.251.339	90%	5,4%
Ativo corrente	590.332.828	23%	4.087.969.601	10%	14,4%
Total Ativo	2.580.010.564	--	41.269.220.940	--	6,3%
Passivo não corrente (médio e longo prazo)	651.992.337	54%	4.440.408.607	35%	14,7%
Passivo exigível não corrente	578.881.652	48%	3.428.500.980	27%	16,9%
Passivo corrente (curto prazo)	554.157.893	46%	8.345.844.209	65%	6,6%
Passivo exigível corrente	505.463.083	42%	1.268.989.772	10%	39,8%
Total Passivo Exigível	1.084.344.734	90%	4.697.490.752	37%	23,1%
Passivo exigível/ativo total	42,0%	--	11,4%	--	--
Total Passivo*	1.206.150.229	47%	12.786.252.816	31%	9,4%
Capital Próprio	1.373.860.334	53%	28.482.968.124	69%	4,8%
Capital Próprio + Passivo	2.580.010.564	--	41.269.220.940	--	6,3%

* Inclui proveitos diferidos

Da observação do Quadro 4.04, conclui-se, em relação ao ano económico de 2017:

- As 163 entidades do SEL¹²⁵ consideradas na presente análise apresentaram no seu conjunto um **ativo global de 2.580 M€**, constituído em 77% por ativos não correntes. O **passivo** contabilizado em 1.126,2 M€, manteve a **preponderância do passivo não corrente (passivo de mlp) sobre o passivo corrente, em 8 pp.**
- Comparando o valor do Ativo total do setor empresarial (2.580M€) com o Ativo dos 308 municípios (41.269M€) pode-se concluir que aquele representou 6,3% do valor deste.
- Quanto à comparabilidade do Passivo Exigível do SEL com o Passivo Exigível dos 308 municípios, conclui-se que ao **passivo do SEL**, ao apresentar o valor de 1.084,3 M€ (+6,5% que no ano transato) representou **23,1% do Passivo Exigível do conjunto dos municípios (4.697,5M€)**.
- Face aos números apresentados, será de relevar que em 2017, o **passivo exigível do SEL aumentou 6,5%, enquanto, no mesmo ano económico, o passivo exigível dos 308 municípios baixou -8,3%**

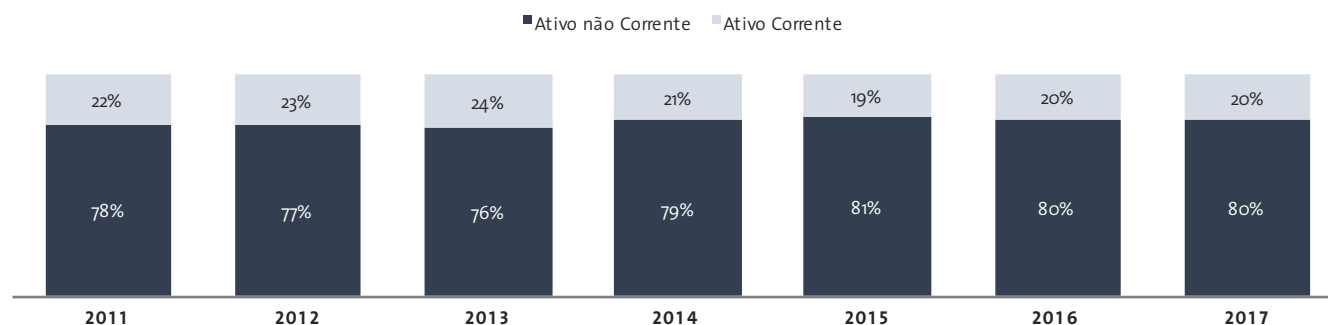
4.1.2.1. Estrutura e Evolução do Ativo Não Corrente

O gráfico a seguir apresentado esquematiza a evolução do peso no ativo total, do ativo corrente e do ativo não corrente, entre 2011 e 2017 verificando-se a alteração dos respetivos pesos a partir de 2014, sendo de salientar que o peso do ativo não corrente (ativo fixo, nomeadamente imobilizado) se tem reforçado no cômputo do ativo total.

Assim, em 2017 embora a importância o valor do ativo não corrente tenha baixado 0,5%, certo é que em relação ao ativo total manteve o peso significativo de 79,8%.

No Quadro 4.05 apresenta-se a estrutura do ativo não corrente para o SEL, a comparação das respetivas componentes do Balanço e as variações estruturais mais relevantes entre 2011 e 2017.

¹²⁵ Definidas no ponto 4.1

Gráfico 4.02 – Estrutura do Ativo – 2011 a 2017¹²⁶Quadro 4.05 – Evolução do ACTIVO NÃO CORRENTE das 159 Entidades Empresariais analisadas¹²⁷

Unidade: euros

Componentes do Ativo não Corrente	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 16-17 %
Ativos Fixos Tangíveis	1.339.889.785	1.333.806.844	1.351.629.887	1.395.935.057	1.454.632.351	1.443.653.874	1.469.989.323	1,8%
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	55.290	14.535.395	21.290.117	24.007.905	23.933.546	311.169	435.375	39,9%
Propriedades de Investimento	108.988.059	112.702.617	152.528.641	139.379.453	139.177.170	137.220.623	138.642.266	1,0%
Goodwill	29.517	28.516	13.516	13.441	28.441	25.597	68.169	166,3%
Ativos Intangíveis	221.082.653	247.308.883	246.035.714	254.671.558	252.815.608	249.219.854	240.900.654	-3,3%
Ativos Biológicos	169.571	204.637	358.405	344.099	129.608	199.851	231.603	15,9%
Participações Financeiras – MEP	29.941.951	36.552.244	27.814.709	21.363.276	21.726.195	18.386.257	19.520.468	6,2%
Participações Financeiras – Outros	894.702	842.507	56.587	4.078	5.077	4.913	5.524	12,4%
Acionistas/Sócios	694.972	464.031	10.759.461	13.747.200	16.100.000	16.100.917	16.175.632	0,5%
Outros Ativos Financeiros	10.909.865	25.465.222	21.488.471	21.141.064	8.922.855	8.386.276	8.429.581	0,5%
Ativos por Impostos Diferidos	5.368.557	5.628.026	5.457.118	3.307.734	2.437.008	3.278.055	2.661.463	-18,8%
Outras Contas a Receber	18.484.337	207.060	13.863.253	0	0	6.971.292	3.854.708	-44,7%
Total do ativo não corrente	1.736.509.258	1.777.745.981	1.851.295.879	1.873.914.865	1.919.907.859	1.883.758.678	1.900.914.767	0,9%

¹²⁶ Para o efeito consideraram-se os valores relativos às 159 entidades empresariais das quais se dispõe de informação financeira entre 2011 e 2017

¹²⁷ Inclui informação das 159 entidades empresariais com informação disponível para o período entre 2011/2017

Da análise do quadro anterior conclui-se sobre a constituição e evolução do ativo não corrente das entidades do SEL, analisadas em 2017:

- 77,4% do ativo não corrente era constituído por **ativos fixos tangíveis e em curso**, no total de 1.470,4 M€, tendo aumentado 1,8% (+26,4 M€) em relação ao ano transato. É de anotar que 46,3% do valor dos ativos fixos tangíveis advieram de oito empresas municipais que apresentaram neste ativo valores superiores a 50 M€. A entidade que apresentou maior valor em ativos fixos tangíveis foi a CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EM, com 134,4 M€ conforme se poderá verificar no Quadro 4.06.
- **Os ativos intangíveis**, com um peso de 12,7% no total do ativo não corrente foi o segundo elemento mais representativo do ativo não corrente e apresentou o valor de 240,9 M€, menor em 12,7M€ (-3,3%) ao verificado no ano anterior.
- **Uma só entidade empresarial** – TRATOLIXO Tratamento de Resíduos Sólidos, **contribuiu para 69,8% do total dos ativos intangíveis** num universo de 87 entidades¹²⁸ com ativos intangíveis, com o valor de 168,2 M€, que correspondem a programas de computador e, maioritariamente, a direitos de concessão (montantes investidos

em obras e equipamentos que constituem o estabelecimento da concessão atribuída) resultantes da aplicação prospetiva dos princípios da IFRIC 12 (Quadro 4.07). Muito distante dos valores desta empresa surge em segundo lugar a empresa Águas de Gaia com o montante de 19,5 M€ de ativos intangíveis.

- Outro ativo não corrente com um peso significativo no total do ativo não corrente (7,3%) foi o valor resultante da **propriedade de investimento**, que apresentou, em 2017, o montante total de 138,7 M€, isto é, +1% que o verificado em 2016, depois de diminuições sucessivas entre 2013 e 2016. De acordo com o SNC, Propriedades de Investimento são terrenos ou edifícios, ou partes de um edifício, ou ambos, detidos (pelo dono ou pelo locatário numa locação financeira) para obter rendas ou para valorização do capital, ou para ambas as finalidades, e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas, nem para venda no curso ordinário do negócio.

No Quadro 4.06 apresentam-se as entidades empresariais que, em 2017, apresentaram em ativos fixos tangíveis valor superior a 50M€. No Quadro 4.07 apresentam-se as entidades que apresentaram valores no “Ativo Intangível” superiores a 10 M€ em 2017.

¹²⁸ As restantes 81 entidades do SEL, não apresentaram registo de ativos intangíveis

Quadro 4.06 – Entidades que apresentam valores no “Ativos Fixos Tangíveis” superiores a 50 M€ em 2017

Unidade: euros

Entidade	Município	Ativos Fixos Tangíveis
CMPEA - Águas do Porto	Porto	134.448.172
AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	105.627.960
Águas de Gaia	Vila Nova de Gaia	98.682.628
Águas do Ribatejo, EM,SA	*	83.792.160
ICOVI - Infraestruturas e Concessões	Covilhã	74.849.086
Águas de Santarém	Santarém	72.100.835
AC Aguas de Coimbra	Coimbra	58.747.318
EMEL- Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	52.288.522

* Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%).

Quadro 4.07 – Entidades que apresentam valores no “Ativo Intangível” superiores a 10 M€ em 2017

Unidade: euros

Entidade	Município	Ativos Intangíveis
TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos	*	168.167.706
Águas de Gaia	Vila Nova de Gaia	19.515.990
VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	Vila Real de Santo António	18.520.071
ECOBELRÃO - Sociedade para o Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão	**	11.247.310

* AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos

** Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela

– Continuando a observar no Quadro 4.05 a composição do ativo não corrente verifica-se a evolução positiva do valor registado em **Participações Financeiras –MEP**, que cresceu 6,2% e apresentou o valor global de 19,5M€.

Dadas as repercussões que poderá ter na situação económico-financeira do setor empresarial local, a criação de outras empresas por parte das entidades empresariais locais, apresenta-se a listagem das empresas locais com participações financeiras, pelo método de equivalência patrimonial (Quadro 4.08).

– **Outro ativo não corrente** cuja evolução interessa analisar é o designado por acionistas/sócios, o qual traduz a dívida dos municípios ao sector empresarial local, por via da não realização das suas

obrigações enquanto acionistas ou sócios. Este ativo só começou a apresentar um registo significativo de valor a partir de 2012, ao ser contabilizado o montante de 10,4 M€. Entre 2012 e 2016 registou um aumento de 5,7 M€ (+55,1%), apresentando em 2017 o montante de 16,2 M€, isto é, 0,9% de todo o ativo não corrente.

– Em 2017 só duas empresas municipais apresentaram registo e valor deste ativo: Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação, com 16,1 M€ e Águas de S. João com 75,6 milhares de euros. O Quadro 4.09 revela a lista das entidades empresariais que demonstraram créditos sobre acionistas entre 2011 e 2017.

Quadro 4.08– Entidades com Participações Financeiras – MEP (Método de Equivalência Patrimonial) em 2017

Unidade: euros

	Entidade	Município	Participações Financeiras – MEP
1	AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	12.841.772
2	ICOVI - Infraestruturas e Concessões	Covilhã	6.596.051
3	TEGEC - Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer	Trancoso	82.135
4	Ambisousa – Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos	*	510
Total			19.520.468

* Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) - 100%

Quadro 4.09 – Entidades com valores inscritos na rubrica “Acionistas/Sócios” entre 2011 e 2017

Unidade: euros

Entidade	Município	Acionistas/ Sócios						
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Lisboa Ocidental, SRU, Soc. Reabilitação Urbana	Lisboa	0	0	10.759.461	13.746.466	16.100.000	16.100.917	16.100.000
Águas de S. João	S. João Madeira	0	0	0	0	0	0	75.632
EMEL - EMP de Mobilidade e Estacionamento	Lisboa	0	0	0	735	0	0	0
InvestBraga - Agência para a Dinamização Econ.	Braga	674.031	464.031	0	0	0	0	0
Nazaré Qualifica EM	Nazaré	20.941	0	0	0	0	0	0
Total		694.972	464.031	10.759.461	13.747.200	16.100.000	16.100.917	16.175.632

4.1.2.2. Estrutura e Evolução do Ativo Corrente

No Quadro 4.10 apresenta-se a estrutura do total do ativo corrente do conjunto considerado de entidades empresariais para o período entre 2011/2017, bem como as variações apresentadas neste último ano.

Da análise do quadro 4.10 conclui-se o seguinte sobre a constituição e evolução do ativo corrente do conjunto das entidades do SEL em análise.

– A estrutura do ativo corrente alterou-se a partir de 2015, ao pas-

sar a apresentar como **ativo de maior valor** a rubrica **caixa e depósitos bancários**. Esta componente do ativo corrente registou, em 2017, o valor de 197,6 M€ representando 40,9% do mesmo e uma taxa de crescimento de 3,4% (+6,5 M€).

Face ao elevado aumento dos valores em Caixa e Depósitos Bancários, à semelhança do que se verificou com as autarquias, apresenta-se no Quadro 4.11 as entidades empresariais com variações positivas superiores a 1M€, nesta rúbrica do ativo corrente no ano de 2017

Quadro 4.10 – Evolução do ACTIVO CORRENTE das Entidades Empresariais

Unidade: euros

Componentes do Ativo Corrente	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 16-17 %
Inventários	30.145.844	29.262.814	34.968.443	37.574.750	35.810.405	29.796.834	30.581.401	2,6%
Ativos Biológicos	49.740	131.636	216.171	272.957	238.333	232.461	199.179	-14,3%
Clientes	142.768.105	144.662.952	165.701.078	117.100.902	93.397.661	79.100.359	80.540.804	1,8%
Adiantamentos a fornecedores	2.428.855	6.941.947	6.893.377	5.958.433	1.921.661	522.984	0	-100,0%
Estado e outros Entes Públicos	16.433.587	13.654.916	19.145.139	16.821.399	22.021.112	22.455.055	22.053.397	-1,8%
Acionistas/Sócios	13.703.744	13.447.973	9.833.489	1.738.997	977.174	2.400.771	1.924.342	-19,8%
Outras contas a receber	161.986.444	170.448.366	189.690.031	149.915.220	107.012.167	111.942.609	131.752.587	17,7%
Diferimentos	29.547.500	28.731.470	27.297.435	25.482.736	23.326.756	19.971.742	13.532.758	-32,2%
Ativos financeiros p/ negociação	15.117	396	2.787.436	5.827.626	127.478	65.223	0	-100,0%
Outros ativos financeiros	9.709	845.171	736.043	1.046.160	1.530	3.788.648	4.321.326	14,1%
Ativos não correntes para venda	0	283.070	0	246.210	2.071.445	99.000	111.055	12,2%
Caixa e Depósitos bancários	100.507.680	123.059.772	120.219.394	130.175.703	159.038.325	191.072.915	197.606.479	3,4%
Total do ativo corrente	497.596.325	531.470.483	577.488.037	492.161.095	445.944.046	461.448.601	482.623.328	4,6%

Quadro 4.11 – Entidades Empresariais com variações positivas superiores a 1 M€ em Caixa e Depósitos bancários em 2017

Unidade: euros

Entidade	Município	Caixa e Depósitos bancários		Diferença
		2016	2017	
TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos	*	2.098.774	8.629.258	6.530.484
Ambisousa – Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos	**	6.152.361	9.720.353	3.567.992
GEBALIS - Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa	Lisboa	3.679.894	6.383.096	2.703.202
EGEAC - Gestão de Equipamentos e Animação Cultural	Lisboa	1.956.514	4.092.649	2.136.135
EMARP - Águas e Resíduos de Portimão	Portimão	7.568.316	9.427.443	1.859.127
Ecolezíria - Tratamento de Resíduos Sólidos	***	421.729	2.172.586	1.750.858
AC Águas de Coimbra	Coimbra	14.987.163	16.463.808	1.476.645
AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo	****	3.747.633	4.866.560	1.118.927
Águas do Ribatejo, EM,SA	*****	2.871.547	3.926.100	1.054.552

* AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos - 100%.

** Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) - 100%

*** RESIURB - Associação de Municípios para o Tratamento de resíduos Sólidos (Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos) - 100%.

**** AMAGRA - Associação de Municípios Alentejanos (Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, Sines, Aljustrel e Ferreira do Alentejo)

***** Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%)

Continuando a analisar os dados constantes do Quadro 4.10, pode-se afirmar:

– Outros dois ativos relevantes no conjunto dos ativos do SEL têm sido: **Outras Contas a Receber**, que em 2017 totalizou 131,7 M€ (+17,7% que em 2016) representando 27,3% do total do ativo corrente e, **Clientes** que apresentou o valor de 80,5 M€, pesando 16,7% no ativo corrente total e com um acréscimo de valor de +1,8% em relação a 2016.

– Mais se verificou que o valor conjunto de **Clientes** e **Outras Contas a Receber** o valor desceu 43,6% (-62,3 M€) e os montantes re-

lativos a Outras Contas a Receber, baixaram 18,7% (-30,2M€). Esta situação traduz, no nosso entender, maior diligência na cobrança de créditos sobre terceiros.

– No Quadro 4.12 apresentam-se as entidades empresariais com maiores variações positiva no ativo corrente Clientes, sendo de anotar o aumento de créditos a cobrar a Clientes, da empresa AC-Águas de Coimbra com +1,2 M€. As empresas ECOBEIRÃO - Sociedade para o Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão e TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos, também apresentaram aumentos significativos de créditos sobre Clientes

Quadro 4.12 – Entidades Empresariais com maiores aumentos em dívidas de “Clientes”, de 2016 para 2017

Unidade: euros

Entidade	Município	Clientes 2016	Clientes 2017	Diferença
AC Águas de Coimbra	Coimbra	3.657.748	4.891.121	1.233.373
ECOBEIRÃO - Sociedade para o Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão	*	2.341.163	3.320.932	979.769
TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos	**	2.398.249	3.247.602	849.353
VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	Vila Real Sto. António	5.150.990	5.931.853	780.863
AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	3.490.320	4.181.993	691.674
Nazaré Qualifica	Nazaré	71.585	725.587	654.002
Total do SEL (a)		79.100.359	80.540.804	1.440.445
Total de 308 município (b)		255.156.307	215.285.147	-39.871.161
Peso do SEL nos município (a/b)		31,0%	37,4%	6,4%

* Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela

** AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos - 100%.

Continuando a analisar o Quadro 4.10, refere-se em relação a 2017:

- Outro ativo corrente que interessa relevar pela importância que reveste em algumas entidades empresariais, embora o seu peso relativo tenha sido em 2017 de apenas 4,6%, são as dívidas do Estado e outros Entes públicos que apresentaram um acréscimo de 1,8% (+0,4 M€) ao registar-se globalmente o valor de 22,1 M€.
- Considera-se também pertinente anotar, pela natureza económica do ativo, a ausência de valor registado em 2017, em adiantamentos a fornecedores. De igual modo se regista a ausência de valores em Ativos Financeiros detidos para negociação, em 2017.
- Um dos ativos disponíveis a curto prazo, que interessa salientar face à notoriedade do seu registo no balanço com as alterações introduzidas com o SNC, são os ativos não correntes detidos para venda¹²⁹. O total deste ativo cresceu 12,2% (+12 mil euros) tendo registado o valor de 111,1 mil euros

¹²⁹ Onde se incluem as quantias líquidas de depreciações e de perdas de imparidade acumuladas, dos ativos classificados como não correntes detidos para venda, nos termos da NCRF 8 (ativos não correntes que a empresa não tem intenção de continuar a deter).

– Em 2017 verificaram-se três entidades com valores inscritos em Ativos não correntes detidos para venda: Figueira Domus com 65,9 mil euros, Prazilandia com 33 mil euros e Parkurbis com 12 mil euros

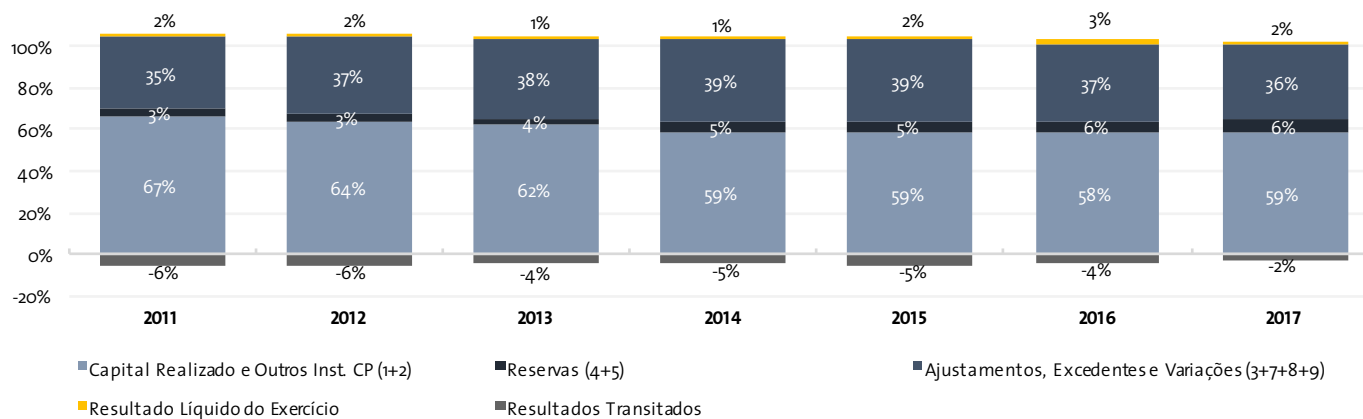
4.1.2.3. Estrutura e Evolução do Capital Próprio

O total do capital próprio do conjunto das empresas que constituem o SEL foi de 1.284,16 M€ em 2017, apresentando um acréscimo de 3,1% em relação ao ano anterior. O capital realizado¹³⁰ representou o item de maior valor e totalizou 718,4 M€ (55,9% do capital próprio). Em 2017 o valor líquido de capital próprio cresceu 2,7%.

O Gráfico 4.03 e o Quadro 4.13 a seguir apresentados mostram desagregadas as componentes do Capital Próprio do conjunto considerado de entidades do SEL, constatando-se que a estrutura se tem mantido sem grandes alterações relevantes entre 2011 e 2017.

¹³⁰ A esta rubrica foi expurgada, em sede de implementação do SNC, o saldo da conta 261 – Acionistas c/ subscrição ou 262 – Quotas não liberadas. Deste modo, esta rubrica de Capital Próprio evidencia apenas o valor do capital subscrito e realizado, contrariamente ao que acontecia no POC

Gráfico 4.03 – Estrutura do Capital Próprio entre 2011 e 2017



Quadro 4.13 – Evolução do Capital Próprio

Unidade: euros

Componentes do Capital Próprio	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 15-16 %
1 Capital Realizado	699.366.984	691.471.636	712.136.589	683.955.512	690.175.651	699.687.322	718.413.009	2,7%
2 Outros Instrumentos Cap. P.	32.703.534	32.692.373	33.929.195	33.629.195	30.851.725	27.910.767	33.719.775	20,8%
3 Prémios de Emissão	1.160.565	1.160.565	1.160.565	1.160.565	1.160.565	1.160.565	1.160.565	0,0%
4 Reservas Legais	8.397.195	10.330.460	12.118.328	13.890.095	16.186.653	19.223.101	21.736.657	13,1%
5 Outras Reservas	25.710.509	27.174.476	31.832.973	41.057.729	47.332.186	50.912.968	56.637.268	11,2%
6 Resultados Transitados	-66.438.408	-65.670.637	-52.414.987	-54.510.822	-64.077.088	-45.679.348	-30.029.590	-34,3%
7 Ajustamentos ativos financ.	9.874.606	16.483.102	11.737.521	9.742.124	10.030.387	21.290.383	39.226.978	84,2%
8 Excedentes Revalorização	15.461.961	15.140.206	15.489.669	15.420.505	15.099.295	14.302.868	11.747.074	-17,9%
9 Outras Variações Cap. Prop.	353.911.302	379.585.516	431.368.617	451.424.402	453.165.227	423.760.674	408.438.108	-3,6%
10 Resultado Líquido Período	19.829.058	17.525.707	7.301.349	15.265.445	27.082.002	32.862.333	23.110.531	-29,7%
Total do Capital Próprio SEL (a)	1.099.977.306	1.125.893.403	1.204.659.820	1.211.034.751	1.227.006.604	1.245.431.632	1.284.160.375	3,1%
Total de 308 município (b)	25.182.613.095	25.490.963.947	25.904.494.678	26.049.307.131	27.106.657.428	27.714.208.443	28.482.968.124	2,8%
Peso SEL nos município (a/b)	4,4%	4,4%	4,7%	4,6%	4,5%	4,5%	4,5%	0,3%

Observando o Quadro 4.13 relativo à evolução e composição do Capital Próprio, anota-se em relação a 2017

– É de realçar o peso elevado da rubrica **outras variações no capital próprio**¹³¹, cujo montante foi de 408,4 M€ representando 31,8% do total do Capital Próprio.

– Mais se anota que, embora de montante menos relevante, o acréscimo em 84,2% do valor em **ajustamentos em ativos financeiros** totalizando 39,25 M€, bem como, o facto de a verba de 11,7 M€ contabilizada em **excedentes de revalorização** ter representado um decréscimo de -17,9% (-2,6M€).

– O **resultado líquido** para o conjunto das entidades analisadas, em 2017, **baixou** 29,7% (-9,7M€) apresentando, no entanto, o **valor global positivo** de 23,1 M€.

– Anota-se que os **resultados transitados**, na globalidade do SEL apresentaram um aumento de 34,3% passando de -45,7 M€ em 2016 para -30 M€ em 2017.

– Finalmente refere-se que ambas as **reservas legais e outras re-**

servas aumentaram, tendo as primeiras crescido 13,1% e apresentado o valor de 21,7 M€ e as segundas apresentado um acréscimo de 11,2% e o valor de 56,6 M€.

4.1.2.4. Estrutura e Evolução do Passivo

A análise conjunta do Gráfico 4.04 e do Quadro 4.14 permitirá concluir quanto à estrutura e evolução do passivo do conjunto das entidades que formam o SEL:

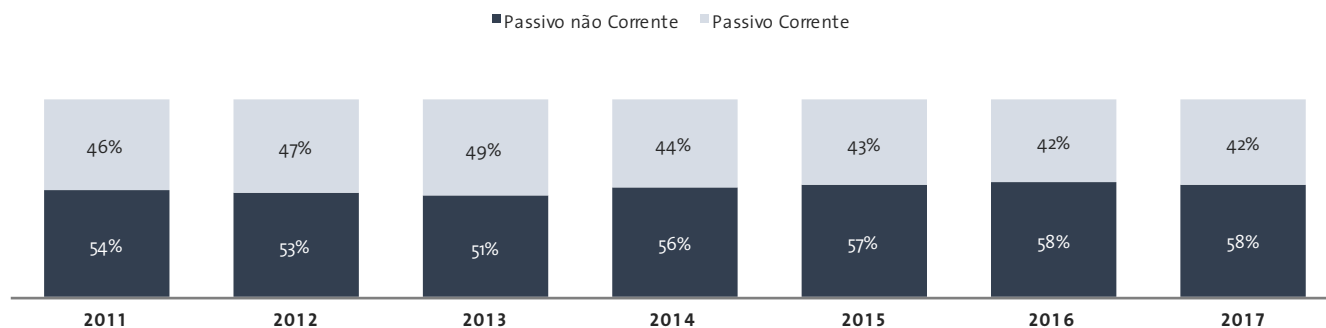
– O **passivo total do SEL baixou ligeiramente** passando do montante de 1.126,6 M€, para 1 099,4M€. Mais se verificou que para esta descida concorreu o **ligeiro decréscimo do passivo não corrente em -3,9M€ (-0,6%)**, embora o **passivo corrente tenha aumentado 0,8% (+3,5M€)**.

– O **peso do passivo não corrente** (passivo de mlp) **manteve-se sempre superior ao do passivo corrente** (passivo de curto prazo) **entre 2011 e 2017**, tendo apresentado em todo o período um ligeiro aumento de 3,6pp.

No Quadro 4.15 apresenta-se a estrutura do passivo não corrente das entidades consideradas para estudo do SEL, a comparação das respetivas componentes do Balanço e as variações estruturais mais relevantes, entre 2011 e 2017.

¹³¹ A adoção do SNC provocou um grande impacto nas rubricas do Capital Próprio das entidades do SEL, aumentando de forma significativa os seus capitais próprios pela inclusão dos subsídios ao investimento atribuídos às empresas nas rubricas respetivas, designadamente em outras variações do capital próprio, que, pelo POC, eram classificados como proveitos diferidos

Gráfico 4.04 – Estrutura do Passivo – 2011 a 2017



Quadro 4.14 – Estrutura e variação do Passivo entre 2011 a 2017

Unidade: euros

Componentes do Passivo	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 16-17 %
Passivo não corrente	611.880.322	629.018.764	628.127.628	646.321.457	647.193.167	637.787.942	633.800.598	-0,63%
Passivo corrente	522.247.055	554.304.298	595.996.229	508.719.752	491.652.257	461.987.701	465.577.122	0,78%
Passivo Total	1.134.127.377	1.183.323.062	1.224.123.857	1.155.041.209	1.138.845.424	1.099.775.643	1.099.377.720	-0,04%

Quadro 4.15 – Evolução do PASSIVO NÃO CORRENTE (médio e longo prazo) das Entidades Empresariais entre 2011 e 2017

Unidade: euros

Componentes do Passivo não Corrente	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 16-17 %
Fornecedores	0	5.488.275	347.879	421.022	3.842.749	0	2.018.595	-
Provisões	27.444.259	35.315.614	30.234.613	33.381.467	32.763.198	40.840.768	39.969.947	-2,1%
Financiamentos obtidos	434.203.178	415.087.246	435.424.636	480.302.910	481.787.643	486.027.535	473.793.900	-2,5%
Acionistas/ Sócios	0	10.219.703	9.000.000	10.419.330	4.500.000	0	0	-
Estado e outros Entes Públicos	141.617	110.529	139.596	7.060	0	0	327.829	-
Respon. Benefícios pós-emprego	0	0	0	150	343	0	0	-
Passivos por Impostos Diferidos	74.411.773	97.155.418	45.715.607	29.900.630	20.632.877	17.809.030	21.415.635	20,3%
Outras Contas a Pagar	57.195.158	65.641.978	107.265.295	91.888.887	103.666.358	93.110.609	96.274.691	3,4%
Diferimentos*	18.484.337	0	0	0	0	0	0	-
Total do passivo não corrente SEL	611.880.322	629.018.764	628.127.628	646.321.457	647.193.167	637.787.942	633.800.598	-0,6%
Total de 308 municípios	4.997.066.121	4.370.685.307	4.485.918.913	4.401.926.480	4.129.533.560	3.699.199.080	3.428.500.980	-7,3%
Peso SEL nos municípios	12,2%	14,4%	14,0%	14,7%	15,7%	17,2%	18,5%	7,2%

* O montante apresentado em 2011 nesta rubrica é relativo apenas à empresa Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM.

– Da análise do quadro antecedente sobre a constituição e evolução do **passivo não corrente** do SEL, conclui-se que em 2017, 74,8% do passivo não corrente era constituído por **financiamentos obtidos** no total de 486 M€. Este valor representou uma diminuição de 12 M€ (-2,5%) em relação a 2016.

– Anota-se que 84 empresas apresentaram dívidas de médio e longo prazo, sendo que destas, 45 empresas apresentaram dívidas de médio e longo prazo a outros credores que não os bancos. Mais se anota que 18 entidades empresariais aumentaram, em 2017, a dívida de médio e longo prazo resultante de financiamentos obtidos

– Outra rubrica que convém referir, é **outras contas a pagar**, que no nosso entender deveria ter um valor residual, mas cujo peso tem sido relevante representando, em 2017, 15,2% do passivo não corrente. Contudo, este item aumentou de valor 3,4% em 2017 (+3,2M€).

– Há a referir duas rubricas do passivo não corrente que apresentam algum peso na estrutura deste passivo, embora com importância distinta face à natureza económica das mesmas. Tratam-se dos **passivos por impostos diferidos** e **das provisões**. A primeira com o valor de 21,4 M€ em 2017 apresentou um acréscimo de 20,3% (+3,6 M€) e um peso relativo de 3,4%. As **provisões** que totalizaram para o setor 40,8 M€ representaram 6,3% do passivo não corrente e traduziram um decréscimo de -2,1% (-0,9 M€) em relação ao ano anterior.

No Quadro 4.16 listam-se as entidades que aumentaram os empréstimos de médio e longo prazo em 2017

Quadro 4.16 – Entidades com maior diminuição na rubrica financiamentos obtidos de MLP entre 2016 e 2017

Unidade: euros

	Entidade	Município	Financ. obtidos 2016	Financ. obtidos 2017	Diferença
1	Cidade em Acção – Soc. de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos	Ponta Delgada	13.283.571	0	-13.283.571
2	AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	39.892.368	33.003.338	-6.889.029
3	Águas de Gaia	Vila Nova de Gaia	43.263.626	39.938.369	-3.325.257
4	TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos	*	150.067.747	147.417.701	-2.650.046
5	FAGAR - Faro Gestão de Águas e Resíduos	Faro	2.874.182	598.489	-2.275.693
6	Águas do Ribatejo, EM,SA	**	18.197.910	16.857.192	-1.340.719
7	Gaiurb - Urbanismo e Habitação	Vila Nova de Gaia	2.218.415	1.004.427	-1.213.988
8	EHATB - Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso	***	1.952.512	765.268	-1.187.244
9	ICOVI - Infraestruturas e Concessões	Covilhã	4.765.029	3.657.543	-1.107.486
10	Termalister – Termas	São Pedro do Sul	8.335.116	7.409.371	-925.744
11	GEBALIS - Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa	Lisboa	10.960.000	10.046.667	-913.333
12	Águas de Santarém	Santarém	15.153.368	14.253.019	-900.349
13	Coimbra iParque - Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde	Coimbra	1.846.563	983.281	-863.281
14	EMARVR - EM de Água e Resíduos de Vila Real	Vila Real	1.511.972	672.949	-839.023
15	Giatul - Gestão de Infra-Estruturas em Atividades Turísticas	Mafra	3.523.126	2.734.803	-788.322
16	Figueira Domus - Gestão de Habitação	Figueira da Foz	9.803.241	9.058.923	-744.319
17	BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos	****	4.670.440	3.938.865	-731.575
18	AC Aguas de Coimbra	Coimbra	6.666.667	6.000.000	-666.667

	Entidade	Município	Financ. obtidos 2016	Financ. obtidos 2017	Diferença
19	Penafiel Verde - Entidade Empresarial Local	Penafiel	3.661.828	3.091.898	-569.931
20	Coliseu Micaelense - Soc. Prom. Eventos Culturais	Ponta Delgada	3.198.628	2.647.331	-551.297
21	GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos	****	3.653.535	3.233.288	-420.247
22	Oeiras Viva-Gestão de Equipamentos Sócio Culturais e Desportivos	Oeiras	400.000	0	-400.000
23	EMEL- Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	4.038.975	3.639.446	-399.529
24	EAMB - Esposende Ambiente	Esposende	2.537.420	2.141.358	-396.061
25	Águas de S. João	São João da Madeira	1.131.829	784.995	-346.834
26	EMAC - Empresa Municipal de Ambiente de Cascais	Cascais	1.843.713	1.500.796	-342.917
27	ECOBEIRÃO – Soc. Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão	*****	1.830.119	1.533.519	-296.600
28	Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património	Maia	2.487.399	2.232.276	-255.122
29	Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos	*****	2.516.894	2.267.848	-249.045
30	Viverfundão - Promoção e Gestão das Condições Estruturais e Infraestruturais	Fundão	4.318.700	4.110.069	-208.631
31	TERAMB - Emp.Mun. de Gestão e Valorização Ambiental Ilha Terceira	A. Heroísmo e P. Vitória	2.200.000	1.998.141	-201.859
32	ACLEM - Arte, Cultura e Lazer	Felgueiras	300.000	103.500	-196.500
33	Urbhorta - Construção, Gestão, Exploração de Proj. de Desenvolvim. Empresarial	Horta	2.327.635	2.140.166	-187.469
34	AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo	*****	359.925	217.982	-141.942
35	HSN - Habitação Social do Concelho de Nordeste	Nordeste	4.415.434	4.312.420	-103.014

* AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos - 100%.

** Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%).

*** Boticas (16,7%), Chaves (16,7%), Montalegre (16,7%), Ribeira de Pena (16,7%), Valpaços (16,7%) e Vila Pouca de Aguiar (16,7%)

**** Amares (3,7%), Póvoa de Lanhoso (4,2%) Terras de Bouro (2,4%), Vila Verde (5,0%), Vieira do Minho (5,7%) e Agere (Braga) (79,0%)

***** CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa) – 60%

***** Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela

***** Almodôvar (12,5%), Barrancos (12,5%), Beja (12,5%), Castro Verde (12,5%), Mértola (12,5%), Moura (12,5%), Ourique (12,5%) e Serpa (12,5%).

***** AMAGRA - Associação de Municípios Alentejanos (Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, Sines, Aljustrel e Ferreira do Alentejo) - 51,00%

***** Associação dos Municípios da Terra Quente Transmontana (Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor) - 41,0%; Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano (Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso e Vinhais) – 37,0%; Associação dos Municípios do Douro Superior (Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Miranda do Douro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa) – 22,0%.

***** Aguiar da Beira, Albergaria-a-Velha, Alvaiázere, Ansião, Arganil, Barcelos, Boticas, Bragança, Cabeceiras de Basto, Carregal do Sal, Castelo Branco, Covilhã, Figueira da Foz, Fundão, Góis, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Ílhavo, Lagoa, Lamego, Leiria, Loulé, Mafra, Maia, Mangualde, Monchique, Mourão, Oeiras (56,71%), Olhão, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Paços de Ferreira, Paredes, Penacova, Penamacor, Ponta Delgada, Ponte da Barca, Portalegre, Portimão, Santa Marta Penaguão, Santiago do Cacém, São João da Madeira, São Pedro do Sul, Sernancelhe, Sertã, Sesimbra, Sever do Vouga, Silves, Sines, Sintra, Tavira, Trofa, Vale de Cambra, Vieira do Minho, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Poiares, Viseu, Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, Associação para o Des. Baixo Guadiana, Associação de Municípios do Vale Douro Norte, Associação de Municípios do Douro Superior (AMDS), Associação de Municípios PEFICA, Associação de Municípios do Norte Alentejano, Associação de Municípios de Alta Estremadura, e Associação de Municípios do Distrito Évora.

No Quadro 4.17 apresenta-se a estrutura do **passivo corrente**, ou seja, das dívidas a pagar a curto prazo no universo das entidades empresariais com contas analisadas neste período entre 2011 e 2017 bem como, a variação das diferentes componentes neste último ano.

– Em 2017 as componentes com maior peso no passivo corrente foram: **outras contas a pagar** com o peso de 33,8% e o valor de 157,3 M€, o qual traduziu um acréscimo de 3% (+ 4,6M€); **Fornecedores** com o peso de 25,5% e uma diminuição de valor de -15,1% (-21,1M€) apresentando o montante de 118,6 M€ e **Financiamentos obtidos** com o peso de 22,2%, com o montante de 103,5 M€ e apresentando

um aumento de +20,8% (+17,8 M€).

– Face ao exposto, concorreu, essencialmente, para o aumento da dívida de curto prazo do SEL em +0,8% (+3,6M€) o acréscimo de volume dos empréstimos financeiros.

No Quadro 4.18 listam-se as entidades do SEL com maior diminuição de empréstimos de curto prazo (financiamentos correntes e curto prazo).

Apresentam-se a seguir dois Rankings: o ranking R65 com a listagem das 35 entidades empresariais com menor passivo exigível e o ranking R66 com a listagem das 35 entidades empresariais com maior passivo exigível.

Quadro 4.17 – Evolução do PASSIVO CORRENTE das Entidades Empresariais

Unidade: euros

Componentes do Passivo Corrente	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 16-17 %
Fornecedores	134.940.655	149.469.432	149.778.700	129.633.967	137.619.714	139.688.361	118.572.134	-15,1%
Adiantamentos de Clientes	1.931.632	3.362.378	2.488.234	2.163.477	2.912.168	3.128.398	6.226.537	99,0%
Estado e outros entes públicos	13.346.799	15.699.678	16.136.951	14.648.349	15.540.399	15.614.121	16.340.768	4,7%
Acionistas/ Sócios	12.662.481	17.272.550	7.278.209	7.417.839	9.444.515	11.381.557	15.513.618	36,3%
Financiamentos Obtidos*	147.820.091	157.406.763	167.914.305	119.410.321	110.306.654	85.734.890	103.532.294	20,8%
Outras contas a pagar	164.121.008	150.173.397	185.366.017	182.178.161	165.426.292	152.747.232	157.327.548	3,0%
Diferimentos	46.493.674	60.104.920	66.269.830	52.508.993	50.387.631	50.383.266	47.467.713	-5,8%
Outros passivos financeiros	930.714	815.180	763.984	758.645	14.883	3.309.876	596.509	-82,0%
Total do passivo corrente SEL	522.247.055	554.304.298	595.996.229	508.719.752	491.652.257	461.987.701	465.577.122	0,8%
Total de 308 municípios	3.189.356.493	2.721.672.671	2.236.502.775	1.831.990.475	1.654.137.909	1.424.997.770	1.268.989.772	-10,9%
Peso SEL nos municípios	16,4%	20,4%	26,6%	27,8%	29,7%	32,4%	36,7%	13,2%

* Com o SNC, esta rubrica engloba o valor das rendas vincendas num período inferior a um ano.

Quadro 4.18 – Entidades com maior aumento na rubrica financiamentos obtidos de curto prazo entre 2016 e 2017

Unidade: euros

	Entidade	Município	Financiamentos obtidos		Diferença
			2016	2017	
1	Cidade em Acção – Soc. de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos	Ponta Delgada	0	13.283.571	13.283.571
2	Cascais Próxima	Cascais	5.237.515	11.400.000	6.162.485
3	TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos	*	0	4.464.769	4.464.769
4	FAGAR - Faro Gestão de Aguas e Resíduos	Faro	484.322	2.991.758	2.507.436
5	Águas de Gaia	Vila Nova de Gaia	3.422.175	4.504.607	1.082.432
6	Coimbra Inovação Parque - Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, EM, SA	Coimbra	1.786.563	2.649.844	863.281
7	AC Aguas de Coimbra	Coimbra	0	666.667	666.667
8	AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	6.415.833	6.969.419	553.586
9	Coliseu Micaelense - Soc. Prom. Eventos Culturais	Ponta Delgada	75.000	626.297	551.297
10	Trofaguas - Serviços Ambientais	Trofa	677.669	1.157.946	480.277
11	CASCAIS ENVOLVENTE – Gestão Social da Habitação	Cascais	0	455.393	455.393
12	EMEC - Empresa Municipal de Educação e Cultura	Barcelos	838.035	1.250.000	411.965
13	Águas do Ribatejo, EM,SA	**	2.790.000	3.185.124	395.124
14	Tavira Verde – Ambiente	Tavira	750.000	1.059.377	309.377
15	ADC - Aguas da Covilhã	Covilhã	1.203.960	1.512.574	308.614
16	AMBIOLHÃO-Empresa Municipal de Ambiente de Olhão	Olhão	1.199.565	1.472.869	273.304
17	INOVA - Emp. de Desenv Econom e Social de Cantanhede	Cantanhede	630.239	866.689	236.450
18	Vimágua - Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	***	1.217.543	1.427.449	209.906
19	Termalístur – Termas	São Pedro do Sul	2.315.343	2.524.692	209.349
20	Aveiro Expo - Parque de Exposições	Aveiro	0	194.896	194.896
21	Nordeste Activo	Nordeste	1.162.453	1.352.726	190.273
22	TERAMB-Emp.Mun.Gestão e Valoriz.Ambiental Ilha Terceira	****	0	173.764	173.764
23	Giatul - Gestão de Infra-Estruturas em Actividades Turísticas	Mafra	621.109	789.001	167.892
24	Penafiel Activa	Penafiel	0	155.380	155.380
25	EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	0	150.000	150.000
26	EPF - Ensino Profissional de Felgueiras	Felgueiras	240.000	373.000	133.000
27	InvestBraga - Agência para a Dinamização Económica	Braga	0	130.000	130.000
28	Figueira Domus - Gestão de Habitação	Figueira da Foz	637.011	748.564	111.552
29	Praia Ambiente	Praia da Vitória	478.225	582.578	104.353
30	Vitrus Ambiente	Guimarães	334.134	427.500	93.366
31	PRODESO - Ensino Profissional	Coimbra	79.000	161.500	82.500
32	EMEL- Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	316.393	398.158	81.764
33	ICOVI - Infraestruturas e Concessões	Covilhã	397.220	476.541	79.322
34	EMAS - Água e Saneamento	Beja	800.000	872.018	72.018
35	Quinta de Tuberais - Ensino Profissional de Cinfães	Cinfães	0	60.000	60.000
Total das 159 Empresas			85.734.890	103.532.294	17.797.404

* AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos - 100%.

** Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%)

*** Guimarães (90,0%) e Vizela (10,0%).

**** Angra do Heroísmo (60,0%) e Praia da Vitória (40,0%)

R65 – Entidades do SEL com menor Passivo Exigível* (dívidas) em 2017

Unidade: euros

	Entidade	Município	Parti.	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1	MOBITRAL - Móveis Tradicionais Alentejanas	Ferreira Alentejo	87%	13.734	7.607	19.142	11.429	15.853	7.645	5.140
2	RIBEIRAPERA - Soc. para o Desenvolvimento	Castanheira Pera	56%	37.080	37.846	35.303	34.859	33.817	37.920	13.609
3	Terras da Beira Baixa, Soc. Desenv. Agro Industrial	Castelo Branco	96%	6.188	6.057	3.711	14.750	15.660	16.057	19.719
4	Habisolvis - Habitação Social	Viseu	100%	82.116	30.786	38.404	48.174	29.392	24.882	20.166
5	Emp. Transportes Colectivos da Ilha Graciosa Lda.	Sta. Cruz Graciosa	78%	117.023	39.490	28.032	17.050	23.038	100.294	24.548
6	CDN - Gestão e Promoção do Parque Empresarial	VN Barquinha	94%	46.375	39.690	35.858	14.795	18.761	29.589	33.583
7	Herdade da Contenda	Moura	100%	16.422	59.770	68.023	68.023	29.844	31.637	33.670
8	Mercados de Olhão	Olhão	100%	224.360	185.715	195.934	162.863	54.806	51.849	36.748
9	EMPDS - Promoção e Desenvolvimento Social	Belmonte	100%	45.226	52.890	62.034	59.461	71.562	55.126	60.210
10	Penaparque 2 - Gestão e Promoção de Equipa.	Penacova	100%	17.959	42.198	38.756	38.555	54.395	29.520	65.742
11	CampoMaior XXI	Campo Maior	100%	64.905	57.671	48.210	30.565	63.374	74.894	70.505
12	Marina da Vila - Indústrias de Marinas e Recreio	Vila Franca Campo	100%	40.295	28.456	40.404	50.379	46.992	66.828	71.148
13	Habitar S. João - Habitação	São João Madeira	100%	75.133	31.321	50.523	45.938	41.346	62.445	75.265
14	ProRuris – EM de Desenvolvimento Rural de Vinhais	Vinhais	100%	98.000	111.601	125.520	83.525	86.049	106.709	84.025
15	GEMC - Gestão de Equipamentos Munic. Chaves	Chaves	100%	584.790	398.763	189.921	355.327	118.518	175.135	93.194
16	Figueira Parques – Estacionamento	Figueira da Foz	70%	115.263	253.046	179.350	53.006	121.529	91.961	96.325
17	Ensino Profissional de Tomar	Tomar	50%	-	-	120.016	111.237	108.720	129.886	100.193
18	Naturnorte - Gestão Equipa. Colectivos e Prest. Servi.	São Vicente	97%	73.997	61.203	63.635	66.894	71.739	157.461	138.061
19	ALBIGEC - Gestão Equipa- Culturais, Desport. Lazer	Castelo Branco	100%	88.656	93.348	102.610	169.393	161.586	146.883	139.933
20	Lousada Seculo XXI - Activ Desportivas e Recreativas	Lousada	100%	256.634	251.338	282.064	290.598	268.874	166.948	147.941
21	Melsport - Melgaço Desporto e Lazer	Melgaço	100%	179.766	197.584	203.988	207.283	97.227	118.375	149.170
22	Loures Parque – Estacionamento	Loures	100%	141.654	162.527	173.280	184.308	220.603	176.986	154.688
23	WRC - Agência de Desenvolvimento Regional	**	--	84.074	103.951	104.449	52.415	60.911	191.375	155.790
24	EMES – Estacionamento	Sintra	100%	62.836	136.764	101.330	95.900	147.272	146.705	166.721
25	Empresa Metropolitana de Estacionamento	Maia	100%	105.900	94.228	100.384	145.307	134.292	309.955	171.787
26	TEMA- Teatro Municipal de Aveiro	Aveiro	100%	415.088	338.198	285.481	260.260	221.835	184.222	185.109
27	ESPOSENDE 2000 – Activ Desportivas e Recreativas	Esposende	100%	343.830	464.863	302.812	285.565	282.052	213.413	192.063
28	Matadouro Regional de Monção	Monção	100%	244.117	219.738	173.589	148.581	261.591	220.541	196.206
29	PRODESO - Ensino Profissional	Coimbra	69%	56.434	231.730	215.568	84.085	69.309	145.626	220.241
30	Teatro Circo de Braga	Braga	100%	946.909	949.164	767.163	791.416	790.925	214.434	221.495
31	VRS - Vila Real Social, Habitação e Transportes	Vila Real	100%	4.766.258	4.441.194	4.110.437	532.756	293.525	283.594	227.231
32	NOVBAESURIS - EM Gestão e Reabilitação Urbana	Castro Marim	100%	258.624	221.029	145.969	260.695	113.200	145.348	227.957
33	Amadora Inovation, E. M. Unipessoal, Lda.	Amadora	100%	459.884	342.300	191.906	226.616	442.997	382.679	230.982
34	TUMG - Transportes Urbanos	Marinha Grande	100%	500.337	230.480	226.521	228.715	556.566	270.222	234.165
35	Quinta de Tuberais - Ensino Profissional de Cinfães	Cinfães	100%	207.656	84.997	279.687	304.722	247.826	353.486	249.654

* Passivo exigível = Passivo não corrente + Passivo Corrente – Provisões – Diferimentos – Passivos por Impostos Diferidos

** Albergaria-a-Velha (0,55%), Almeida (0,18%), Alvaizere (0,18%), Anadia (69,20%), Arganil (0,36%), Batalha (0,36%), Belmonte (0,18%), Cantanhede (0,73%), Castanheira de Pera (0,18%), Castelo Branco (1,09%), Celorico da Beira (0,18%), Coimbra (3,09%), Covilhã (1,09%), Figueira da Foz (1,27%), Figueira de Castelo Rodrigo (0,18%), Góis (0,18%), Guarda (0,91%), Manteigas (0,18%), Mealhada (0,36%), Mira (0,18%), Miranda do Corvo (0,18%), Montemor-o-Velho (0,55%), Mortágua (0,18%), Nelas (0,36%), Oliveira de Frades (0,18%), Oliveira do Bairro (0,55%), Oliveira do Hospital (0,36%), Pampilhosa da Serra (0,18%), Pedrogão Grande (0,18%), Penacova (0,36%), Penalva do Castelo (0,18%), Penela (0,18%), Porto de Mós (0,18%), São Pedro do Sul (0,36%), Sertão (0,18%), Sever do Vouga (0,18%), Soure (0,36%), Tábua (0,18%) e Vila Nova de Poaires (0,27%).

R66 – Entidades do SEL com maior Passivo Exigível (dívidas) em 2017

Unidade: euros

Entidade	Município	Parti.	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1 TRATOLIXO – Trata. Resíduos Sólidos	*	--	165.552.429	185.912.174	188.879.353	169.732.807	163.345.910	162.071.777	162.357.268
2 Companhia Carris de Ferro de Lisboa	Lisboa	100%	--	--	--	--	--	--	86.222.004
3 VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	VRS. António	100%	51.691.277	57.498.139	66.409.565	65.249.124	72.178.380	73.960.023	79.026.433
4 AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	51%	58.351.445	60.746.777	66.438.274	65.637.387	64.990.483	64.140.581	62.505.381
5 Águas de Gaia	V. Nova Gaia	100%	83.460.967	65.713.037	67.330.307	63.440.820	62.390.468	59.055.301	55.738.626
6 Águas do Ribatejo, EM,SA	**	--	31.334.735	32.227.007	43.461.091	43.299.831	41.038.025	37.215.538	36.494.361
7 EMEL - EPM Mobilidade e Estacionam.	Lisboa	100%	21.163.364	22.093.903	23.981.899	16.825.924	32.348.100	43.599.759	31.423.209
8 Vimáguia - Água e Saneamento	***	--	31.265.042	29.023.902	31.622.005	32.839.386	30.722.653	29.645.453	26.276.480
9 Águas de Santarém	Santarém	100%	15.682.117	16.236.615	16.416.390	27.921.189	26.514.042	26.262.882	25.213.222
10 CMPEA - Águas do Porto	Porto	100%	28.038.103	23.544.675	22.454.550	23.562.496	24.042.349	25.437.672	23.970.058
11 Cascais Próxima	Cascais	100%	7.545.984	10.186.957	15.144.379	16.803.620	12.032.364	7.697.577	19.593.152
12 GEBALIS - Gestão Bairros Municipais	Lisboa	100%	30.568.936	28.943.604	28.630.437	22.560.197	22.932.468	19.193.396	17.698.997
13 Lisboa Ocidental, SRU	Lisboa	100%	5.489.691	5.465.316	11.428.699	14.776.671	16.963.216	17.178.823	16.862.025
14 ADC - Aguas da Covilhã	Covilhã	51%	21.429.496	21.073.818	19.417.366	19.652.417	17.017.119	17.480.225	16.476.738
15 AC Aguas de Coimbra	Coimbra	100%	20.639.222	17.469.450	19.488.122	17.472.068	21.295.364	15.003.312	16.143.443
16 BRAVAL – Valoriz e Trat. Resíduos Sól.	****	--	9.734.110	10.768.512	18.749.229	15.830.091	14.537.202	13.830.056	13.819.155
17 Cidade em Acção	Ponta Delgada	100%	15.737.389	15.280.991	14.814.825	14.257.745	13.692.722	13.378.265	13.348.013
18 HABEVORA - Gestão habitacional	Évora	100%	11.685.845	11.665.591	12.002.527	11.607.175	11.545.282	11.447.837	13.207.900
19 ECOBEIRÃO	*****	--	10.664.074	13.361.090	15.976.913	12.701.033	13.656.724	12.722.747	13.135.982
20 Ambifaro - Gestão. Equipa. Municipais	Faro	100%	1.512.956	182.606	127.901	329.528	12.919.676	12.645.436	12.852.960
21 Termalístur - Termas	São Pedro do Sul	100%	14.122.707	13.772.067	13.679.356	12.653.978	12.164.273	12.149.534	12.146.565
22 AMBIOlhÃO - EM Ambiente de Olhão	Olhão	100%	23.815.153	26.848.260	25.568.909	24.287.141	22.862.350	11.002.114	11.342.113
23 Azores Parque	Ponta Delgada	51%	11.794.120	11.240.057	11.321.777	11.206.459	11.079.319	11.074.713	10.976.965
24 Tavira Verde - Ambiente	Tavira	51%	13.107.319	11.769.592	10.770.431	10.671.846	9.916.904	10.097.680	10.642.638
25 Figueira Domus - Gestão de Habitação	Figueira da Foz	100%	15.481.561	14.783.910	14.270.697	13.532.867	12.778.849	11.694.701	10.627.871
26 Resialentejo – Trat. e Valoriz. Resíduos	*****	--	769.795	8.190.657	10.989.869	11.913.480	12.294.833	10.062.009	10.110.230
27 FAGAR - Faro Gest. Aguas e Resíduos	Faro	51%	10.557.751	10.883.720	13.809.865	10.850.591	10.297.197	9.700.729	9.422.761
28 EGEC - Gestão Equip. e Anima. Cult.	Lisboa	100%	4.960.226	4.501.636	7.377.033	7.422.991	7.575.378	8.580.257	9.175.939
29 Penafiel Verde	Penafiel	100%	9.330.539	6.949.402	9.216.905	9.602.105	8.665.426	7.551.329	8.797.252
30 EMARP - Águas e Resíduos Portimão	Portimão	100%	2.829.237	16.512.912	18.184.509	17.367.097	11.625.506	8.473.376	8.642.783
31 Cascais Envolvente	Cascais	100%	323.159	392.717	469.918	474.671	440.179	467.688	8.446.067
32 TERAMB - Gestão e Valoriz. Ambiental	*****	--	194.145	238.610	5.866.544	10.321.161	9.322.078	8.203.765	8.161.967
33 EMAS - Água e Saneamento	Beja	100%	3.496.667	4.745.664	5.753.758	5.565.365	5.798.773	5.954.209	8.138.892
34 Trofaguas - Serviços Ambientais	Trofa	100%	11.966.941	13.224.887	14.967.534	12.446.229	9.373.219	8.528.074	7.862.755
35 TUB - Transportes Urbanos	Braga	100%	10.483.382	8.886.453	8.400.116	8.476.492	8.045.889	7.750.360	7.628.864

* AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos - 100%.

** Almerim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%)

*** Guimarães (90,0%) e Vizela (10,0%)

**** Amares (3,7%), Póvoa de Lanhoso (4,2%) Terras de Bouro (2,4%), Vila Verde (5,0%), Vieira do Minho (5,7%) e Agere (Braga) (79,0%).

***** Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela

***** Almodôvar (12,5%), Barrancos (12,5%), Beja (12,5%), Castro Verde (12,5%), Mértola (12,5%), Moura (12,5%), Ourique (12,5%) e Serpa (12,5%).

***** Angra do Heroísmo (60,0%) e Praia da Vitória (40,0%)

4.1.3. Rendimentos, Gastos e Resultados das Entidades do SEL

4.1.3.1. Evolução dos Rendimentos e Ganhos e dos Gastos e Perdas

Embora este ponto do anuário se refira a entidades de natureza empresarial, as mesmas são entidades que prosseguem fins de natureza pública e que foram criadas por autarquias ou são participadas maioritariamente por elas, tendo na maior parte das situações recebido, das mesmas, competências delegadas. Assim, embora o resultado líquido seja um indicador fundamental para aferição da sustentabilidade económica das empresas, o seu nível não pode ser tomado como elemento comparativo da eficiência e eficácia da entidade de algumas das entidades em apreço. **Os outputs gerados pela atividade das entidades empresariais do setor local são os elementos reveladores do grau de satisfação das necessidades públicas que as mesmas perseguem e serão os indicadores fundamentais da sua eficácia ou eficiência¹³².**

De qualquer modo anota-se que o SEL obteve em 2017 um **resultado líquido positivo no montante de 23,1 M €** pese embora o mesmo tenha apresentado uma diminuição de -9,7 M € (-29,7%).

No Quadro 4.19 é apresentada a variação dos rendimentos e dos gastos das entidades empresariais locais objeto da análise deste anuário. A observação do mesmo torna perceptível a necessidade de se avaliar a evolução dos resultados económicos através da análise dos **resultados antes das depreciações, gastos de financiamento e impostos** e através da análise dos **resultados operacionais**.

– Em 2017, o volume de **resultados antes das depreciações, gastos de financiamento e impostos baixaram 3,9%** (-5,9 M €) ao totalizar o valor de 147 M €. Quanto aos **resultados operacionais** verificou-se uma **diminuição** mais significativa de -15,2% (-8,9 M €) com a apresentação do valor 50,1 M €.

– O **resultado antes dos impostos** ao apresentar o valor global 35M€, demonstrou um decréscimo de -9,1 M € (-20,7%).

¹³² Este anuário não pode ser o espaço para avaliar estes outputs, pois carecem de informação complementar à atual informação disponível, a qual não é suficiente.

Quadro 4.19 – Evolução de Rendimentos e Gastos das Entidades Empresariais

Unidade: euros

Estrutura de Rendimentos e Gastos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 16-17 %
Vendas e Serviços prestados	601.921.855	612.182.639	608.381.689	589.916.083	630.774.255	664.296.817	709.096.964	6,7%
Subsídios à Exploração	82.073.936	65.625.679	79.635.440	77.300.405	69.263.154	73.220.190	86.112.416	17,6%
Ganhos/Perdas Imputados Subsid. Associadas e Empreend.	3.170.296	178.434	1.319.798	1.501.425	706.712	1.608.271	157.508	-90,2%
Varição nos Inventários da Produção	-2.215.269	-248.566	6.072.947	6.521.176	363.721	190.863	-160.552	-184,1%
Trabalhos para a Própria Entidade	13.493.188	12.618.271	2.734.866	2.727.303	3.335.795	3.162.086	3.245.241	2,6%
CMVMC	-55.499.951	-57.670.340	-58.711.273	-59.107.152	-60.782.937	-66.105.937	-63.429.169	-4,0%
Fornecimentos e Serviços externos	-332.583.487	-322.348.457	-327.894.475	-308.924.189	-314.824.195	-334.197.070	-379.535.250	13,6%
Gastos com o Pessoal	-194.615.012	-189.508.034	-208.811.919	-199.643.655	-202.826.985	-211.612.679	-224.291.740	6,0%
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)	70.808	-1.413.437	-879.571	-27.118	-455.826	-396.663	-203.445	-48,7%
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)	-8.974.300	-10.667.817	-8.150.829	-7.155.965	-9.134.933	-4.953.076	-4.853.372	-2,0%
Provisões (aumentos/reduções)	-3.168.054	-2.658.550	-2.686.151	-1.109.109	-711.547	-3.778.423	-3.591.297	-5,0%
Imparidade de Investimentos não Depreciáveis/ Amortizáveis	21.769	-435.537	-934.217	-155.086	-6.366.233	2.957.813	0	-100,0%
Aumentos/Reduções de Justo Valor	380	389	31.157	25.879	2.971	-2.865	-28.145	882,5%
Outros Rendimentos e Ganhos	79.131.672	57.668.752	56.061.150	47.713.807	53.892.779	55.981.650	51.098.984	-8,7%
Rendimentos e Ganhos em Inv. não Financeiros	1.094.773	0	-39.888	0	0	0	0	-
Outros Gastos e Perdas	-49.835.360	-20.819.987	-25.418.622	-24.675.847	-20.916.048	-27.342.077	-26.578.542	-2,8%
Gastos e Perdas em Investimentos não Financeiros	-20.956	0	0	0	-631.518	0	0	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	134.066.286	142.503.439	120.710.101	124.907.957	141.689.166	153.028.902	147.039.602	-3,9%
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	-78.539.001	-82.744.979	-81.902.553	-78.808.133	-85.366.161	-94.023.937	-96.782.500	2,9%
Imparidade de Investimentos Depreciáveis/Amortizáveis	-124.029	-2.004.895	1.016.928	-3.031.387	-64.074	55.879	-165.861	-396,8%
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	55.403.257	57.753.565	39.824.475	43.068.437	56.258.931	59.060.844	50.091.240	-15,2%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	1.910.739	1.842.501	5.011.027	17.534.063	1.209.624	503.621	412.834	-18,0%
Juros e Gastos Similares Suportados	-32.888.685	-36.476.586	-33.797.708	-37.463.922	-19.839.685	-15.437.200	-15.496.147	0,4%
Resultado Antes de Impostos	24.425.311	23.119.481	11.037.794	23.138.578	37.628.869	44.127.265	35.007.928	-20,7%
Imposto Sobre o Rendimento do ano	-4.596.253	-5.593.774	-3.823.238	-7.880.018	-10.545.860	-11.264.933	-11.897.397	5,6%
Resultado Líquido do ano	19.829.058	17.525.707	7.214.556	15.258.560	27.083.009	32.862.332	23.110.531	-29,7%

Quadro 4.20 – Total dos Rendimentos e Gastos antes dos impostos das Entidades Empresariais

Unidade: euros

Rendimentos e Gastos antes dos impostos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 16-17 %
Total de Rendimentos	782.889.416	750.116.666	760.265.002	743.240.141	759.549.011	801.977.190	850.123.948	6,0%
Total de gastos antes dos impostos	-758.464.105	-726.997.185	-749.227.208	-720.101.563	-721.920.142	-757.849.925	-815.116.020	7,6%
Resultado Antes de Impostos	24.425.311	23.119.481	11.037.794	23.138.578	37.628.869	44.127.265	35.007.928	-20,7%
Imposto Sobre o Rendimento do ano	-4.596.253	-5.593.774	-3.823.238	-7.880.018	-10.545.860	-11.264.933	-11.897.397	5,6%
Resultado Líquido do ano	19.829.058	17.525.707	7.214.556	15.258.560	27.083.009	32.862.332	23.110.531	-29,7%

Da análise dos dois quadros antecedentes acrescerá referir em relação ao ano de 2017:

- Um **aumento dos rendimentos em +6% (+48M€)** originado, em grande parte, pelo **acréscimo de vendas e serviços prestados em +44,8 M€ (+6,7%)** e pelo **acréscimo dos subsídios à exploração em +12,9M€ (+17,6%)**.
- Em relação aos **gastos**, verificou-se um aumento do seu valor total em +57M€ (+7,6%), resultante essencialmente do acréscimo de gastos **fornecimentos e serviços externos em +45,3 M€ (+13,6%)** e um aumento dos **gastos com pessoal de +12,7 M€ (+6%)**.
- Anotam-se como contributo para a diminuição dos resultados, a descida de **outros rendimentos e ganhos em -8,7% (-4,9M€)**.

4.1.3.2. Resultados económicos das Entidades Empresariais Locais

Nos Quadros 4.21 e 4.22 apresentam-se alguns indicadores económicos das entidades empresariais do setor local.

Da observação dos quadros 4.21 e 4.22 releva-se, para o ano 2017:

- Das entidades empresariais analisadas, **118 (74,2%) obtiveram resultados líquidos positivos**
 - Os **resultados operacionais**, apresentaram um decréscimo significativo de -8,9M€ (-15,2%)
 - O peso dos **juros e gastos similares nos resultados operacionais** aumentou cerca de 4,8% em 2017
- Apresentam-se, depois, o ranking R67 com as 35 entidades empresariais com melhor resultado económico em 2017 e o ranking R68 com as 35 entidades empresariais que apresentaram pior resultado económico, nesse mesmo ano.

Quadro 4.21 – Evolução da situação económica das Entidades Empresariais

Unidade: euros

	Entidades Empresarias (159)							Variação 16-17
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
População (censos 2011)	7.911.096	7.911.096	7.911.096	7.911.096	7.911.096	7.911.096	7.911.096	–
Resultados económicos	19.829.058 €	17.525.707 €	7.214.556 €	15.258.560 €	27.083.009 €	32.862.332 €	23.110.531 €	-9.751.801 €
Resultados económicos / (Vendas e serviços prestados)	3,3%	2,9%	1,2%	2,6%	4,3%	4,9%	3,3%	-1,7%
Resultados económicos por habitante	2,5 €	2,2 €	0,9 €	1,9 €	3,4 €	4,2 €	2,9 €	-1,2 €
N.º de entidades c/ resultados líquidos negativos	35	28	42	37	33	27	41	14

Quadro 4.22 – Resultados Operacionais do Setor Empresarial Local

Unidade: euros

Entidades do SEL	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	55.403.257	57.753.565	39.824.475	43.068.437	56.258.931	59.060.844	50.091.240
Juros e Gastos similares suportados	-32.888.685	-36.476.586	-33.797.708	-37.463.922	-19.839.685	-15.437.200	-15.496.147
Peso dos juros e gastos similares nos resultados operacionais	59,4%	63,2%	84,9%	87,0%	35,3%	26,1%	30,9%
Nº de entidades c/ Resultados Operacionais + Gastos Financeiros negativos	40	36	48	41	33	26	39
Nº de entidades c/ resultados negativos antes de impostos	34	30	42	36	31	26	38

R67 – Entidades com melhor Resultado Económico em 2017

Unidade: euros

Entidade	Município	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1 AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	3.208.502	2.613.210	5.821.712	3.904.534	5.355.278	5.900.838	6.239.991
2 CMPEA - Águas do Porto	Porto	2.751.309	2.125.155	4.876.464	3.760.206	6.296.993	6.575.538	6.025.810
3 Companhia Carris de Ferro de Lisboa	Lisboa	-	-	-	-	-	-	4.969.561
4 EMARP - Águas e Resíduos de Portimão	Portimão	91.916	-315.345	-223.429	1.245.948	1.192.371	1.938.021	2.281.331
5 Águas do Ribatejo, EM,SA	*	611.108	1.504.323	2.115.432	762.474	1.534.051	1.592.315	2.166.172
6 AC Aguas de Coimbra	Coimbra	534.404	317.414	851.817	88.153	160.046	1.384.343	2.013.504
7 Vimágua - Água e Saneamento	**	1.026.642	998.809	2.025.451	755.495	1.123.383	651.255	1.341.790
8 Ambisousa – EIM de Trat. e Gest. Resíduos	***	229.023	147.820	376.843	17.049	64.922	109.344	1.329.999
9 Infraquinta - Empresa de Infra-Estruturas	Loulé	34.467	173.490	207.957	151.886	478.871	747.727	1.192.371
10 EMEL- EPM de Mobilidade e Estacionam.	Lisboa	929.199	181.901	1.111.100	952.985	2.360.311	2.394.886	906.907
11 ADC - Aguas da Covilhã	Covilhã	622.766	841.572	1.464.338	1.042.938	1.045.699	1.096.927	833.669
12 Águas de Gaia	Vila Nova Gaia	213.914	96.984	310.898	293.809	839.162	228.389	703.877
13 Figueira Domus - Gestão de Habitação	Figueira da Foz	-77.998	46.324	-31.674	76.225	503.639	615.684	637.759
14 FAGAR - Faro Gestão de Aguas e Resid.	Faro	427.432	987.399	1.414.831	241.149	632.966	899.403	518.243
15 Tavira Verde - Ambiente	Tavira	173.617	279.163	452.780	3.116	301.938	861.738	515.839
16 MoveAveiro - EM de Mobilidade	Aveiro	-1.412.579	-1.359.357	-2.771.936	-2.255.990	-828.161	274.958	441.616
17 AMBILITAL – Invest. Ambientais Alentejo	****	637.688	492.391	1.130.079	583.582	440.894	362.953	412.049
18 MUSAMI – Op. Municipais do Ambiente	*****	6.246	25.617	31.863	395.022	308.239	396.132	399.112
19 Águas de Santarém	Santarém	725.269	523.419	1.248.688	337.708	445.973	431.188	362.530
20 Águas de S. João	S. João Madeira	368.989	357.889	726.878	288.789	177.264	366.579	353.669
21 Naturnorte, E.M.S.A	São Vicente	-1.391	1.916	525	42.896	46.335	280.059	353.159
22 EMARVR - EM de Água e Resíduos	Vila Real	130.825	24.988	155.812	377.457	317.334	183.005	299.752
23 Ecolezíria -Tratamento de Resíduos Sólidos	*****	289.068	623.879	912.946	504.677	256.651	171.094	268.393
24 INOVA - Emp. Desenv Económ. e Social	Cantanhede	435.740	503.965	939.705	346.090	591.234	167.497	266.692
25 ICOVI - Infraestruturas e Concessões	Covilhã	594.041	900.553	1.494.594	460.110	597.293	380.062	237.892
26 Parques Tejo - Parques de Oeiras	Oeiras	450.579	451.651	902.230	207.859	465.328	300.430	234.939
27 Lagos-em-Forma - Gestão Desportiva	Lagos	6.514	66.139	72.654	15.499	10.119	332.831	230.947
28 AMBIOLHÃO - EM de Ambiente de Olhão	Olhão	12.029	9.164	21.193	18.435	9.533	83.142	200.054
29 Matadouro Regional de Mafra	Mafra	102.714	197.747	300.462	169.386	180.262	111.888	194.960
30 Aveiro Expo - Parque de Exposições	Aveiro	73.577	-159.676	-86.099	-134.772	122.239	24.342	193.797
31 Resialentejo – Trat. e Valoriza. Resíduos	*****	-202.196	344.336	142.140	193.731	-7.221	170.610	164.636
32 Giatul- Gest. Infra-Estrut. em Activ. Turístic.	Mafra	82.088	90.796	172.884	71.173	191.592	23.434	128.626
33 Oeiras Viva - Gest. Equip. Sócio Cult. Desp.	Oeiras	99.343	-11.572	87.771	41.250	163.652	209.252	122.635
34 Ribeira da Teja – Prod. de Energia Eléctrica	V. Nova Foz Côa	-	-	-	1.223.842	46.322	1.604.512	122.238
35 Empresa Municipal de Ambiente do Porto	Porto	-	-	-	-	-	-	113.469

* Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%).

** Guimarães (90,0%) e Vizela (10,0%).

*** Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) - 100%.

**** AMAGRA - Associação de Municípios Alentejanos (Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, Sines, Aljustrel e Ferreira do Alentejo) - 51%

***** AMISM - Associação de município da Ilha de São Miguel (Lagoa, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo) – 100%.

***** RESIURB - Associação de Municípios para o Tratamento de resíduos Sólidos (Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos) - 100%

***** Almodôvar (12,5%), Barrancos (12,5%), Beja (12,5%), Castro Verde (12,5%), Mértola (12,5%), Moura (12,5%), Ourique (12,5%) e Serpa (12,5%).

R68 – Entidades com pior Resultado Económico em 2017

Unidade: euros

Entidade	Município	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1 VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	VRs. António	63.769	140.134	203.903	37.772	-1.958.680	376.191	-1.567.700
2 Ambifaro-Gestão de Equipam. Municipais	Faro	-103.263	506.709	403.445	-51.415	-477.281	-405.409	-1.318.613
3 BRAGAHABIT - Habitação	Braga	882	6.305	7.187	207.235	53.866	39.954	-907.585
4 Gaiurb - Urbanismo e Habitação	Vila Nova de Gaia	554.226	646.846	1.201.072	28.240	34.575	19.225	-745.083
5 Qualidade de Basto	Celorico de Basto	3.737	2.647	6.384	25.021	2.197	-7.124	-690.887
6 Vila Solidária - EM de Habitação Social	V. Franca Campo	-33.964	155.128	121.164	-119.638	-341.722	-108.271	-593.905
7 TERAMB - EM Gestão e Valoriz. Ambient.	*	129.023	28.584	157.608	88.719	-215	14.308	-517.501
8 Coimbra Inovação Parque	Coimbra	-427.944	-303.888	-731.831	-449.330	-522.446	-351.531	-452.996
9 Frente MarFunchal	Funchal	175.276	190.447	365.724	15.759	215	-311.866	-336.160
10 Amadora Inovation	Amadora	36.450	57.674	94.124	-2.895	-435.575	-303.182	-327.042
11 Azores Parque	Ponta Delgada	9.004	44.545	53.549	18.460	-273.706	-485.093	-323.297
12 Trofaguas - Serviços Ambientais	Trofa	46.646	63.705	110.352	-243.744	72.531	-64.742	-273.159
13 Ourém Viva – Gest Eventos, Serv e Equip.	Ourém	-11.645	72.695	61.050	77.583	32.015	7.445	-272.325
14 Cidade em Acção	Ponta Delgada	28.712	26.211	54.923	30.567	206.654	253.274	-271.965
15 WRC - Agência de Desenvol. Regional	**	7.943	4.044	11.987	-14.599	-131.711	48	-251.952
16 EMA - Estádio Municipal de Aveiro	Aveiro	-5.557	182.461	176.904	-320.662	35.097	-270.107	-241.854
17 InvestBraga - Agência Dinamiz Económica	Braga	18.436	7.934	26.370	109.831	89.978	8.976	-236.426
18 EMEC - EM de Educação e Cultura	Barcelos	165.629	90.669	256.298	-260.380	898	-131.361	-227.313
19 Parkurbis, Parque de Ciência e Tecnologia	***	-51.624	67.321	15.697	-242.036	9.341	-233.829	-214.973
20 Coliseu Micaelense	Ponta Delgada	9.865	251.918	261.783	76.865	2.105	-125.215	-158.627
21 IserBatalha – Gest. Equip. e Serviços	Batalha	906	2.723	3.629	2.733	11.244	-58.773	-156.914
22 Cura Aquae - Termas de Melgaço	Melgaço	-12.343	2.551	-9.792	-120.134	-185.197	-121.435	-134.478
23 HSN - Habitação Social de Nordeste	Nordeste	4.192	8.183	12.375	-181.105	-127.641	-73.919	-127.154
24 Companhia Águas de Caldas de Arêgos	Resende	2.617	727	3.344	-107.652	4.911	-17.288	-107.759
25 EPF - Ensino Profissional de Felgueiras	Felgueiras	27.366	-483.482	-456.116	-16.161	14.756	1.752	-102.968
26 TEGEC - Gest. Equip. Culturais e de Lazer	Trancoso	-84.476	-610.819	-695.295	-716.957	-711.314	-77.699	-94.040
27 Ensino Profissional de Tomar	Tomar	-	-	56.954	69.171	28.705	6.813	-93.830
28 EMAFEL - Ambiente de Felgueiras	Felgueiras	-162.828	-240.167	-402.995	-72.361	-133.138	-305.084	-92.145
29 Melsport - Melgaço Desporto e Lazer	Melgaço	1.535	1.763	3.298	1.020	2.910	1.691	-80.225
30 TEMA- Teatro Municipal de Aveiro	Aveiro	-211.396	-165.490	-376.886	-282.531	-240.104	-100.932	-49.660
31 HABEVORA - Gestão habitacional	Évora	17.908	22.939	40.847	-414.929	42.850	2.618	-48.057
32 Terras da Beira Baixa	Castelo Branco	-74.917	1.153	-73.765	12.792	-26.307	3.486	-27.215
33 GEMC - Gestão de Equip. de Chaves	Chaves	110.652	16.451	127.103	-252.136	15.606	-32.861	-26.980
34 Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz	Cuba	19.344	14.807	34.151	-10.473	369	-132.247	-26.155
35 EHATB – Empreend. Hidro. do Alto Tâmega e Barroso	****	3.069.787	1.906.367	4.976.154	1.435.888	687.425	1.188.760	-16.906

* Angra do Heroísmo (60,0%) e Praia da Vitória (40,0%)

** Albergaria-a-Velha (0,55%), Almeida (0,18%), Alvaiázere (0,18%), Anadia (69,20%), Arganil (0,36%), Batalha (0,36%), Belmonte (0,18%), Cantanhede (0,73%), Castanheira de Pera (0,18%), Castelo Branco (1,09%), Celorico da Beira (0,18%), Coimbra (3,09%), Covilhã (1,09%), Figueira da Foz (1,27%), Figueira de Castelo Rodrigo (0,18%), Góis (0,18%), Guarda (0,91%), Manteigas (0,18%), Mealhada (0,36%), Mira (0,18%), Miranda do Corvo (0,18%), Montemor-o-Velho (0,55%), Mortágua (0,18%), Nelas (0,36%), Oliveira de Frades (0,18%), Oliveira do Bairro (0,55%), Oliveira do Hospital (0,36%), Pampilhosa da Serra (0,18%), Pedrogão Grande (0,18%), Penacova (0,36%), Penalva do Castelo (0,18%), Penela (0,18%), Porto de Mós (0,18%), São Pedro do Sul (0,36%), Sertão (0,18%), Sever do Vouga (0,18%), Soure (0,36%), Tábua (0,18%) e Vila Nova de Poiares (0,27%); *** Covilhã (79,60%), Belmonte (0,20%) e Manteigas.

**** Boticas (16,7%), Chaves (16,7%), Montalegre (16,7%), Ribeira de Pena (16,7%), Valpaços (16,7%) e Vila Pouca de Aguiar (16,7%)

4.1.4. Dissolução de Empresas do SEL – aplicação do artigo 62º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto

Os dados apresentados neste ponto do Anuário sustentam-se no disposto no artigo 62º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto¹³³, tendo para o efeito a análise efetuada sido sustentada nos seguintes pressupostos:

– A deliberação de dissolução obrigatória resulta da verificação dos critérios previstos nas quatro alíneas do nº 1 do art.º 62º, os quais só produzem efeitos se verificados ininterruptamente em três anos consecutivos da gestão;

– Para efeitos de cálculo do disposto na alínea a), do nº 1 do art.º 62º, considerou-se como **gastos totais** a soma dos valores apresentados como: custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas; fornecimentos e serviços externos; gastos com o pessoal; outros gastos e perdas e juros e gastos similares suportados;

– Para cumprimento do disposto na alínea b), do nº 1 do art.º 62º, considerou-se como **receitas totais**¹³⁴ a soma dos valores das seguintes rubricas: vendas e serviços prestados; subsídios à exploração; trabalhos para a própria entidade; outros rendimentos e

ganhos e juros e rendimentos similares obtidos

– Decorrente do nº 14 e 15 do artigo 62º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, não foram consideradas as empresas locais que exercem atividades de ensino e formação profissional ou de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura, da educação e da ação social.

O Quadro 4.23 apresenta as empresas que se encontravam em processo de dissolução à data de elaboração deste anuário¹³⁵. Para além destas, foram dissolvidas ainda em 2017 as empresas indicadas no quadro 4.02 do ponto 4.1 deste capítulo.

O número de municípios referido nos quadros 4.24 e 4.25 resulta da simulação de aplicação do disposto no nº 1 do art.º 62º, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, realizada para este anuário, não tendo sido consideradas as empresas que se encontram em dissolução identificadas no quadro 4.23.

Da análise às contas entre 2014 e 2017 (inclusive) verificaram-se as situações qualificadas nos Quadros 4.24 e 4.25, sendo qualquer uma delas bastante para início do processo de dissolução das entidades empresariais local visadas, caso não tenha havido ou não haja ocasião a retificações de mapas do Relato Financeiro que modifique a situação em qualquer um daqueles anos económicos.

Apresentam-se após as listagens das entidades do SEL que se encontravam em cada uma das situações previstas nas alíneas a), b), c) e d), do nº 1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012 e que foram contabilizadas nos quadros precedentes.

¹³³ Artigo 62.º

Dissolução das empresas locais

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios;

b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante é superior a 50 % das suas receitas;

c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;

d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.

(...)

14 - O disposto na alínea a) do nº 1 não é aplicável às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de ensino e formação profissional.

15 - O disposto nas alíneas a) e b) do nº 1 não é aplicável às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura.

¹³⁴ De referir que a Lei nº 69/2015, de 16 de julho, alterou o previsto na alínea b) considera para o efeito, apenas os subsídios de exploração atribuídos pela entidade pública participante.

¹³⁵ Informação colhida no próprio relato financeiro

Quadro 4.23 – Entidades em processo de dissolução

	Entidade	Tipo	Município
1	Aveiro Expo - Parque de Exposições	EM	Aveiro
2	EMA - Estádio Municipal de Aveiro	EM	Aveiro
3	MoveAveiro - Empresa Municipal de Mobilidade	EM	Aveiro
4	TEMA- Teatro Municipal de Aveiro	EM	Aveiro
5	Qualidade de Basto - Empresa para o Desenvolvimento do Tecido Económico Local	EM	Celorico de Basto
6	EMAFEL - Ambiente de Felgueiras	EM	Felgueiras
7	HSN - Habitação Social do Concelho de Nordeste	EEM	Nordeste
8	Ourém Viva - Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos	EM SA	Ourém
9	Sintra Quorum - Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos	EM	Sintra
10	TEGEC - Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer	EEM	Trancoso
11	VFC Empreendimentos - Empresa Municipal de Actividades Desportivas, Recreativas e Turísticas	EM	Vila Franca do Campo
12	Vila Solidária - Empresa Municipal de Habitação Social	EM	Vila Franca do Campo
13	Fozcoainvest - Energia, Turismo e Serviços	EM	Vila Nova de Foz Côa
14	TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia	SA	Maia
15	EMPET - Parques Empresariais	EM	Tavira

* Almeirim (10,24%), Alpiarça (5,39%), Azambuja (9,28%), Cartaxo (9,69%), Chamusca (10,21%), Coruche (16,12%), Golegã (2,30%), Rio Maior (11,22%) e Santarém (25,76%).

** Área Metropolitana do Porto (Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia) – 74,68%.

Quadro 4.24 – Número de entidades do SEL em incumprimento do n.º 1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012

Situações	Contas de 2015, 2016 e 2017
a) Entidades com VPS / Custos totais inferiores a 50%, nos três anos	4
b) Entidades com Subsídios à Exploração / Receitas superiores a 50%, nos três anos	10
c) Entidades com EBITDA negativo nos 3 anos	1
d) Entidades com Resultado Líquido do Exercício negativo, nos três anos	5
Total de entidades a serem dissolvidas	14

Quadro 4.25 – Entidades em incumprimento relativamente às quatro alíneas n.º 1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012

Alíneas do n.º 1 do artigo 62º, cujos critérios se verificaram	N.º de Empresas em incumprimento
4 alíneas	0
3 alíneas	0
2 alíneas	1
1 alínea	3
0 alíneas	0
	1
	0
	0
	1

Quadro 4.26 – Entidades cujas vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios (alínea a)

Entidade	Tipo	Município	VPS / Custos totais		
			2015	2016	2017
1 Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	EM SA	Lisboa	8,6%	5,6%	2,1%
2 Naturtejo - Empresa de Turismo	EIM	*	6,5%	6,9%	7,5%
3 Cura Aquae-Termas de Melgaço, EM	EM	Melgaço	41,2%	36,4%	30,5%
4 Penafiel Activa	EEM	Penafiel	46,4%	46,7%	44,2%

* Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Nisa e Vila Velha de Ródão.

Quadro 4.27 – Entidades cujo peso dos subsídios à exploração foi superior a 50% das suas receitas, nos últimos três anos (alínea b)

Entidade	Tipo	Município	Sub. à explor. /Receitas		
			2015	2016	2017
1 EPF - Ensino Profissional de Felgueiras, Lda.	Soc.	Felgueiras	98,3%	98,3%	98,6%
2 Quinta de Tuberais - Ensino Profissional de Cinfães	EM	Cinfães	96,8%	97,6%	96,7%
3 EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave	EM	Póvoa de Lanhoso	93,7%	95,5%	95,4%
4 EPRM - Escola Profissional de Rio Maior	EM	Rio Maior	93,9%	95,0%	94,7%
5 Naturtejo - Empresa de Turismo	EIM	**	92,3%	70,6%	93,4%
6 PRODESO - Ensino Profissional	EM	Coimbra	97,8%	98,1%	91,7%
7 Ensino Profissional de Tomar	Lda.	Tomar	90,8%	88,4%	87,7%
8 Amadora Inovation, E. M. Unipessoal, Lda.	EM	Amadora	99,1%	68,6%	81,9%
9 Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	EM SA	Lisboa	63,4%	72,2%	75,5%
10 Penafiel Activa	EEM	Penafiel	53,4%	58,7%	56,3%

* Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Nisa e Vila Velha de Ródão.

Quadro 4.28 – Entidades cujo resultado operacional, diminuído das amortizações e depreciações, foi negativo nos últimos 3 anos (alínea c)

Unidade: euros

Entidade	Tipo	Município	EBITDA		
			2015	2016	2017
1 Amadora Inovation, E. M. Unipessoal, Lda.	EM	Amadora	-427.652	-289.661	-303.180

Quadro 4.29 – Entidades com resultado líquido negativos nos últimos três anos (alínea d)

Unidade: euros

Entidade	Tipo	Município	Resultado Líquido do Período		
			2015	2016	2017
1 Ambifaro-Gestão de Equipamentos Municipais	EM	Faro	-477.281	-405.409	-1.318.613
2 Coimbra Inovação Parque - Parque p/ Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde	EM SA	Coimbra	-522.446	-351.531	-452.996
3 Amadora Inovation, E. M. Unipessoal, Lda.	EM	Amadora	-435.575	-303.182	-327.042
4 Azores Parque	EM SA	Ponta Delgada	-273.706	-485.093	-323.297
5 Cura Aquae-Termas de Melgaço, EM	EM	Melgaço	-185.197	-121.435	-134.478

4.2. Serviços Municipalizados

Conforme listagem apresentada no Quadro 4.30, em 2017 existiam 25 SM's tutelados por 27 municípios (o município de Oeiras e Amadora e o município de Loures e Odivelas partilham os mesmos serviços), estando 10 integrados em municípios de grande dimensão, 16 em municípios de média dimensão e 1 num município de pequena dimensão. De 2011 para 2017 o número de serviços municipalizados passou de 29 para 25, devido à extinção dos serviços municipalizados de água ou de saneamento dos seguintes municípios: Mirandela, Anadia, Valongo, Santo Tirso e Aveiro. Considerou-se, na análise de 2017, os movimentos financeiros de um novo serviço municipalizado criado em Faro - Serviços Municipalizados

“Teatro municipal de Faro”, resultante da dissolução da empresa municipal “Teatro Municipal de Faro, E.M.” por força da aplicação da Lei 50/2012, de 31/08.

Observando o Quadro 4.30, verifica-se que dos 25 serviços municipalizados existentes, três são de transportes coletivos urbanos (sendo um destes também de fornecimento de água) e um de serviços culturais¹³⁶. Os restantes 21 serviços municipalizados são fornecedores de água e, ou, providenciam saneamento básico, sendo que dois deles, incluem recolha de resíduos sólidos e um outro fornecimento de energia.

¹³⁶ Teatro Municipal de Faro

Quadro 4.30 – Mapa dos SM's e respetivas competências

	Municípios	Dimensão	Competências dos Serviços Municipalizados
1	Abrantes	M	SM de Água, Saneamento e Resíduos sólidos
2	Alcobaça	M	SM de Água e Saneamento
3	Almada	G	SM de Água e Saneamento
4	Angra do Heroísmo	M	SM de Água e Saneamento
5	Barreiro	M	SM de Transportes Coletivos
6	Caldas da Rainha	M	SM de Água e Saneamento
7	Castelo Branco	M	SM de Água, Saneamento e Resíduos sólidos
8	Coimbra	G	SM de Transportes Urbanos
9	Faro	M	Teatro Municipal de Faro - Serviços Municipalizados
10	Guarda	M	SM de Água e Saneamento
11	Leiria	G	SM de Água e Saneamento
12	Loures e Odivelas	G e G	SIM de Água e Saneamento
13	Maia	G	SM de Eletricidade, Água e Saneamento
14	Montijo	M	SM de Água e Saneamento
15	Nazaré	P	SM de Água e Saneamento
16	Oeiras e Amadora	G e G	SIM de Água e Saneamento
17	Peniche	M	SM de Água e Saneamento
18	Ponta Delgada	M	SM de Água e Saneamento
19	Portalegre	M	SM de Água e Transportes
20	Sintra	G	SM de Água e Saneamento
21	Tomar	M	SM de Água e Saneamento
22	Torres Vedras	M	SM de Água e Saneamento
23	Viana do Castelo	M	SM de Saneamento Básico
24	Vila Franca de Xira	G	SM de Água e Saneamento
25	Viseu	M	SM de Água e Saneamento

4.2.1. Estrutura do Ativo

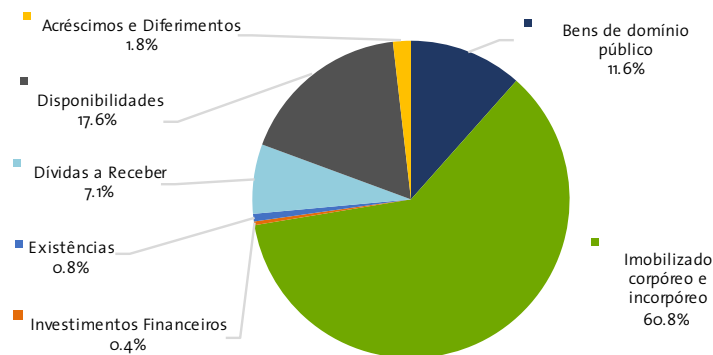
No Quadro 4.31 apresenta-se a estrutura do ativo global dos 25 municípios a que pertencem estes SM's permitindo, assim, a comparação das respetivas estruturas do Balanço. No mesmo mapa, o ativo agregado dos municípios com SM's no total dos municípios

Quadro 4.31 – Estrutura do ATIVO dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem, Peso do ativo municípios com SM's no total dos municípios

Unidade: euros

Componentes do Ativo	Municípios (308)		Municípios c/SM's (27)		Serviços Municipalizados (25)		SM's / Municípios c/ SM's
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Bens de domínio público	12.863.463.985	31,2%	2.674.511.242	31,5%	113.059.461	10,5%	4,2%
Imobilizado incorpóreo	83.121.358	0,2%	15.448.622	0,2%	1.247.777	0,1%	8,1%
Imobilizado corpóreo	19.430.750.607	47,1%	3.929.815.787	46,3%	597.679.129	55,7%	15,2%
Imobilizado em Curso	2.720.746.961	6,6%	377.876.116	4,5%	64.736.321	6,0%	17,1%
Total do imobilizado	35.098.082.911	85,0%	6.997.651.768	82,4%	776.722.689	72,4%	11,1%
Investimentos Financeiros	1.996.383.749	4,8%	482.331.793	5,7%	4.019.031	0,4%	0,8%
Existências	101.072.776	0,2%	10.556.780	0,1%	8.293.721	0,8%	78,6%
Dívidas a receber	662.120.952	1,6%	98.497.693	1,2%	75.967.343	7,1%	77,1%
Títulos Negociáveis	16.564.425	0,0%	11.548.192	0,1%	0	0,0%	0,0%
Depósitos e Caixa	1.916.690.591	4,6%	566.983.356	6,7%	188.358.583	17,6%	33,2%
Acréscimos de proveitos	1.423.088.472	3,4%	317.067.595	3,7%	18.330.974	1,7%	5,8%
Custos diferidos	55.217.064	0,1%	5.222.258	0,1%	1.212.251	0,1%	23,2%
Total	41.269.220.940	100%	8.489.859.436	100%	1.072.904.592	100%	12,6%

Gráfico 4.05 – Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados



Quadro 4.32 – Evolução do ATIVO dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

Componentes do Ativo	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 16-17 %
Bens de domínio público	79.067.476	84.240.328	86.645.151	83.470.417	93.677.417	114.813.292	113.059.461	-1,5%
Imobilizado incorpóreo	1.916.560	1.421.549	1.176.700	756.900	766.467	896.825	1.247.777	39,1%
Imobilizado corpóreo	614.655.628	622.299.703	621.780.565	621.631.808	607.375.636	611.041.093	597.679.129	-2,2%
Imobilizado em Curso	73.282.852	59.743.335	41.761.154	57.035.142	70.998.526	45.331.000	64.736.321	42,8%
Total do imobilizado	768.922.516	767.704.914	751.363.570	762.894.267	772.818.046	772.082.210	776.722.689	0,6%
Investimentos Financeiros	4.021.697	4.020.797	4.019.031	1.634.017	1.634.017	4.019.031	4.019.031	0,0%
Existências	8.378.412	8.220.326	8.030.669	8.033.474	7.877.408	8.145.349	8.293.721	1,8%
Dívidas a receber	138.146.797	116.418.872	117.944.348	79.151.880	72.714.615	75.295.169	75.967.343	0,9%
Títulos Negociáveis	160.000	160.000	160.000	0	0	0	0	-
Depósitos e Caixa	96.378.708	99.712.777	103.812.340	146.743.696	170.191.813	187.065.851	188.358.583	0,7%
Acréscimos de proveitos	13.429.904	15.909.916	12.397.984	14.027.016	14.042.981	16.054.609	18.330.974	14,2%
Custos diferidos	557.587	538.085	545.334	560.497	527.010	1.461.889	1.212.251	-17,1%
Total	1.029.995.620	1.012.685.688	998.273.275	1.013.044.847	1.039.805.891	1.064.124.109	1.072.904.592	0,8%

– Da análise dos quadros e do gráfico anteriores, verifica-se que a estrutura do ativo dos serviços municipalizados, como seria expectável, é diferente da estrutura do ativo dos municípios traduzindo a especificidade das funções para as quais foram criados. Assim, destaca-se o peso do **imobilizado corpóreo** (55,7%) resultante das infra-estruturas e equipamento relacionados com os serviços que prestam¹³⁷, o valor das **dívidas a receber**, dos utentes desses mesmos serviços, no total de 75,9 milhões de euros representando 7,1% do total do ativo dos SM's.

– A grande dimensão de dívidas a receber por parte dos serviços municipalizados resultam, essencialmente, das dívidas dos utentes que usufruem da prestação do fornecimento de água e do serviço de saneamento¹³⁸, sendo que em muitas das situações se

¹³⁷ Já se verificou que dois serviços municipalizados detêm a rede de transportes urbanos municipais, um outro um teatro municipal e os restantes prestam serviço de fornecimento de água e/ ou saneamento, sendo que dois destes incluem ainda recolha de resíduos sólidos e um terceiro o fornecimento e energia. Assim o imobilizado corresponderá em cada caso ao equipamento utilizado para o fornecimento de cada serviço com as suas especificidades.

¹³⁸ O montante total das dívidas a receber dos serviços municipalizados de transportes e do Teatro de Faro, em 2016, totalizou apenas 3,0% das dívidas a receber de todos os serviços municipalizados.

tornarão créditos incobráveis.

– Entende-se também, relevante o peso das disponibilidades em **depósitos e caixa** que com o total de 188,4M€, representaram em dezembro de 2017, 17,6% do ativo dos SM's, quando, o mesmo item na estrutura do conjunto dos municípios de tutela, apresentou o peso de 6,7% e, no universo dos municípios, o peso de 4.6% no total do activo

Pela importância material que reveste a rubrica **dívidas a receber** importará analisar a sua composição e estrutura, na globalidade dos SM's e comparara-la com o item homólogo relativo ao grupo de municípios que tutelam os serviços municipalizados.

Os quadros seguintes (Quadro 4.33 e Quadro 4.34) apresentam as principais componentes das dívidas a receber dos valores agregados de todos os serviços municipalizados acima listados.

Quadro 4.33 – Estrutura das Dívidas a Receber dos Serviços Municipalizados e dos Municípios que os tutelam

Unidade: euros

Dívidas a receber	Municípios (308)		Municípios c/SM's (27)		Serviços Municipalizados (25)		SM's / Municípios c/ SM's
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Dívidas a receber M/L prazo	86.784.679	13,1%	18.011.219	18,3%	3.417.287	4,5%	19,0%
Dívidas a receber curto prazo:	575.336.274	86,9%	80.486.475	81,7%	72.550.055	95,5%	90,1%
Empréstimos concedidos	3.007.068	0,5%	1.631.160	1,7%	0	0,0%	0,0%
Clientes, contribui. utentes	215.285.147	32,5%	22.596.010	22,9%	61.058.038	80,4%	270,2%
Estado e outros entes públicos	25.684.080	3,9%	2.301.670	2,3%	2.656.233	3,5%	115,4%
Administração Autárquica	7.372.701	1,1%	4.838.960	4,9%	235.588	0,3%	4,9%
Adiantamentos	9.024.356	1,4%	136.363	0,1%	63.311	0,1%	46,4%
Outros devedores	314.962.922	47,6%	48.982.312	49,7%	8.536.885	11,2%	17,4%
Outros curto prazo	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	-
Total de dívidas a receber	662.120.952	100%	98.497.693	100%	75.967.343	100%	77,1%

Da análise do quadro anterior pode-se concluir:

- Do total das dívidas a receber pelos SM's no valor de 75,9 M€, **95,5% resultaram de dívidas de curto prazo** e, só 4,5% (3,4M€) traduzem dívida de mlp
- **84,2% das dívidas a receber de curto prazo**, pelo conjunto dos SM's, provêm de Clientes contribuintes e utentes (curto prazo)

– Comparando estes indicadores com os dos municípios de tutela dos serviços e com os indicadores relativos ao universo dos 308 municípios, verifica-se que o peso das dívidas a receber a curto prazo dos municípios, são muito inferiores, como seria expectável e com o peso respetivamente de 22,9% e 32,5%

Quadro 4.34 – Evolução das Dívidas a Receber dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

Dívidas a receber	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 16-17 %
Dívidas a receber M/L p.	0	0	1.719.316	1.257.922	302.604	5.150.687	3.417.287	-33,7%
Dívidas a receber curto prazo:	138.146.797	116.418.872	116.225.032	77.893.958	72.412.011	70.144.482	72.550.055	3,4%
Empréstimos concedidos	0	0	0	0	0	0	0	-
Clientes, contribui. utentes	94.485.367	76.418.289	75.832.679	67.626.049	61.468.265	60.374.650	61.058.038	1,1%
Estado e outros entes públicos	1.656.757	1.962.426	1.627.002	1.640.668	2.403.265	2.627.597	2.656.233	1,1%
Administração Autárquica	34.746.533	30.047.544	30.385.334	1.509.524	367.184	253.264	235.588	-7,0%
Adiantamentos	67.069	17.725	1.390.672	717.219	148.174	190.779	63.311	-66,8%
Outros devedores	7.191.071	7.972.889	6.989.345	6.400.498	8.025.122	6.698.192	8.536.885	27,5%
Outros curto prazo	0	0	0	0	0	0	0	-
Total dívidas a receber	138.146.797	116.418.872	117.944.348	79.151.880	72.714.615	75.295.169	75.967.343	0,9%

Analisando a evolução das diversas componentes das dívidas a receber dos SM's, conclui-se, ainda:

- As dívidas de clientes, contribuintes e utentes que, como se verificou no ponto anterior, se trata do maior agregado de créditos sobre terceiros, ao totalizar em dezembro de 2017 o valor de 61,1M€, representaram um aumento, embora ligeiro, de 1,1% (+683 milhares e euros).
- A dívida a receber de mlp baixou -33,7% (-1,7M€) ao apresentar o total de 3,4M€ em dezembro de 2017
- O segundo crédito mais representativo que os SM's detêm sobre terceiros são as dívidas de outros devedores que totalizaram 8,5 milhões de euros em 2017, apresentando um crescimento de 27,5% (+1,8M€)
- Importa, ainda apontar, pelo significado que comporta, a diminuição do valor a receber da administração autárquica, isto é, valores a receber das próprias autarquias e que, na maior parte das vezes se referem a indemnizações compensatórias. O total considerado em 2017 foi de e 235,5 milhares euros apresentando uma diminuição de 7% (-17,6 milhares de euros). Em quatro anos a dívida dos municípios da tutela aos SM's baixou 99,2% (-30,1M€). Em dezembro de 2013, os SM's tinha a receber dos seus municípios a verba de 30,8M€. Tal situação permite concluir que, atualmente, os municípios na sua ge-

neralidade estão a cumprir os contratos programa que estabelecem com os seus serviços municipalizados viabilizando a sua sustentabilidade financeira.

- As dívidas do Estado¹³⁹ aos SM's, em 2017, embora com um peso pouco significativo no total dos créditos a receber (3,5%), totalizaram 2,6 milhões de euros e apresentaram um crescimento de 1,1% (+28,6 milhares de euros)

4.2.2. Passivo dos SM's

Os Quadros 4.35 e 4.36 comparam respetivamente, a estrutura e a evolução do passivo do global dos SM's e a estrutura do passivo das autarquias que lhes correspondem.

Relativamente ao passivo, importará apreciar a componente relativa às dívidas a terceiros, já que os outros elementos, nomeadamente, os proveitos diferidos não consubstanciam, nem jurídica nem economicamente, obrigações para os serviços municipalizados ou para as autarquias.

¹³⁹ Recuperação do IVA, na generalidade dos casos e que se referem a montantes a receber no ano económico seguinte face aos prazos de reembolso.

Quadro 4.35 – Componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem

Unidade: euros

Passivo	Municípios (308)		Municípios c/SM's (27)		Serviços Municipalizados (25)		SM's / Municípios c/ SM's
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Dívidas a Médio e Longo Prazo	3.428.500.980	26,8%	440.716.639	22,9%	27.144.030	7,2%	6,2%
Dívidas a Curto Prazo	1.268.989.772	9,9%	200.644.319	10,4%	52.075.040	13,7%	26,0%
Total de dívidas a terceiros	4.697.490.752	36,7%	641.360.959	33,3%	79.219.070	20,9%	12,4%
Provisões para riscos e encargos	1.011.907.627	7,9%	191.821.432	10,0%	27.784.556	7,3%	14,5%
Acréscimos de Custos	466.122.611	3,6%	89.369.396	4,6%	28.505.674	7,5%	31,9%
Proveitos diferidos	6.610.731.827	51,7%	1.002.797.107	52,1%	243.905.854	64,3%	24,3%
Total do Passivo	12.786.252.816	100%	1.925.348.894	100%	379.415.154	100%	19,7%

Quadro 4.36 – Evolução do Passivo dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

Passivo	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 16-17 %
Dívidas a Médio e Longo p.	45.868.018	47.538.188	41.890.441	36.597.663	33.182.339	31.146.468	27.144.030	-12,9%
Dívidas a Curto Prazo	82.710.601	63.807.913	56.964.370	49.637.080	49.444.851	50.113.364	52.075.040	3,9%
Total dívidas a terceiros	128.578.619	111.346.101	98.854.811	86.234.742	82.627.190	81.259.831	79.219.070	-2,5%
Provisões p/riscos e encargos	5.481.831	9.698.754	11.152.678	18.542.016	20.397.623	22.582.898	27.784.556	23,0%
Acréscimos de Custos	18.544.015	19.669.346	27.268.777	26.364.230	26.651.453	28.970.572	28.505.674	-1,6%
Proveitos diferidos	273.788.423	272.998.673	255.921.710	257.445.002	255.978.262	253.782.471	243.905.854	-3,9%
Total do Passivo	426.392.889	413.712.874	393.197.975	388.585.989	385.654.528	386.595.772	379.415.154	-1,9%

A observação dos quadros anteriores permitirá afirmar que:

– O total das dívidas a terceiros no conjunto dos SM^s¹⁴⁰ foi, em 2017, de 79,2 milhões de euros, representando 12,4% do valor homólogo dos municípios que os tutelam, tendo diminuído neste ano 2 milhões de euros, isto é, -2,5%. A descida da dívida a terceiros nos serviços municipalizados acompanhou a dinâmica verificada no biénio 2016/2017 em todo o setor municipal, por via da alteração de condições e critérios de gestão económico-financeira, tanto no que se refere ao controlo de compromissos como no que se reporta ao limite dos prazos médios de pagamento.

– Foi relevante descida do valor da dívida a terceiros no conjunto dos serviços municipalizados entre 2011 e 2017 ao baixar, neste período -49,3 M€ (-38,4%), passando de 128,6 M€ em 2011, para 79,2,3 M€ em 2017.

– Comparando a estrutura da dívida a terceiros dos municípios e dos serviços municipalizados relativamente ao ano de 2017, verifica-se que as dívidas de médio e longo prazo a terceiros representaram nos serviços municipalizados 34,3% do total das suas dívidas a terceiros¹⁴¹, ficando os restantes 65,7% a corresponder à dívida de curto prazo. Relativamente aos respetivos municípios de tutela a

situação foi inversa, isto é, a dívida de médio e longo prazo teve um peso manifestamente superior à dívida de curto prazo numa relação de 68,7% para 31,3%.

– A dívida de médio e longo prazo a terceiros dos serviços municipalizados apresentou em 2017 uma descida de -4 M€ (-12,9%) em relação ao ano precedente, mas em relação a 2011 apresentou uma quebra, bem mais significativa de -18,7M€ (-40,8%). Mais se anota que a descida da dívida de mlp foi relativamente superior à verificada no conjunto dos municípios, que apresentou uma descida média de -4,4%

– A dívida de curto prazo dos serviços municipalizados em 2017 apresentou o valor de 52,1 milhões de euros verificando-se um aumento de 3,9% (+1,9M€), contrariando a descida do valor deste item demonstrada pela globalidade dos municípios de -20,9% neste mesmo ano. Contudo, a dívida de curto prazo dos serviços municipalizados entre 2011 e 2017 desceu 30,6 M€ (-37%), o que traduziu um grande esforço de controlo da dívida por parte dos serviços municipalizados, acompanhando a dinâmica dos municípios de tutela

O gráfico 4.06 permite visualizar a evolução das diferentes componentes do passivo considerando a globalidade dos serviços municipalizados.

¹⁴⁰ Não considerando provisões, acréscimos de custos e proveitos diferidos.

¹⁴¹ Excluindo provisões, acréscimos de custos e proveitos diferidos.

Gráfico 4.06 – Evolução das componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados

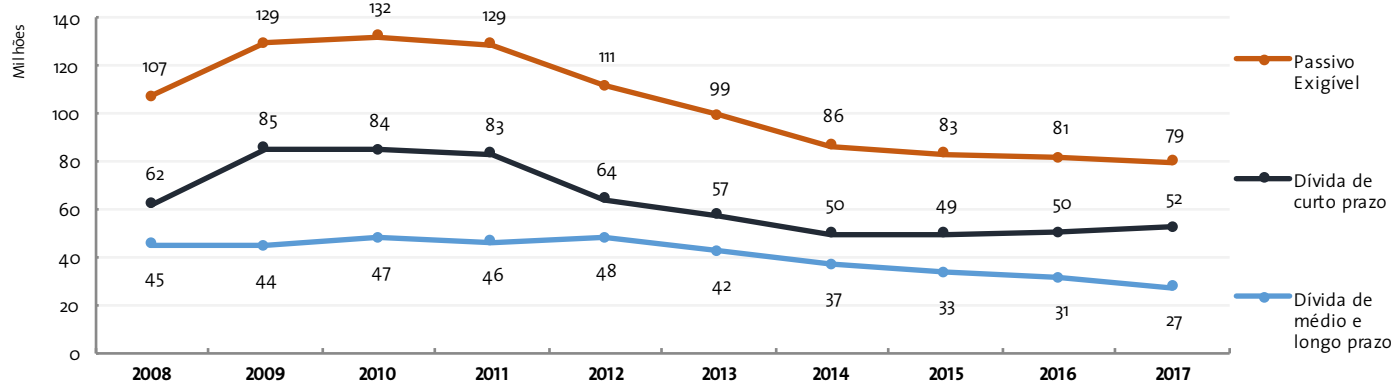
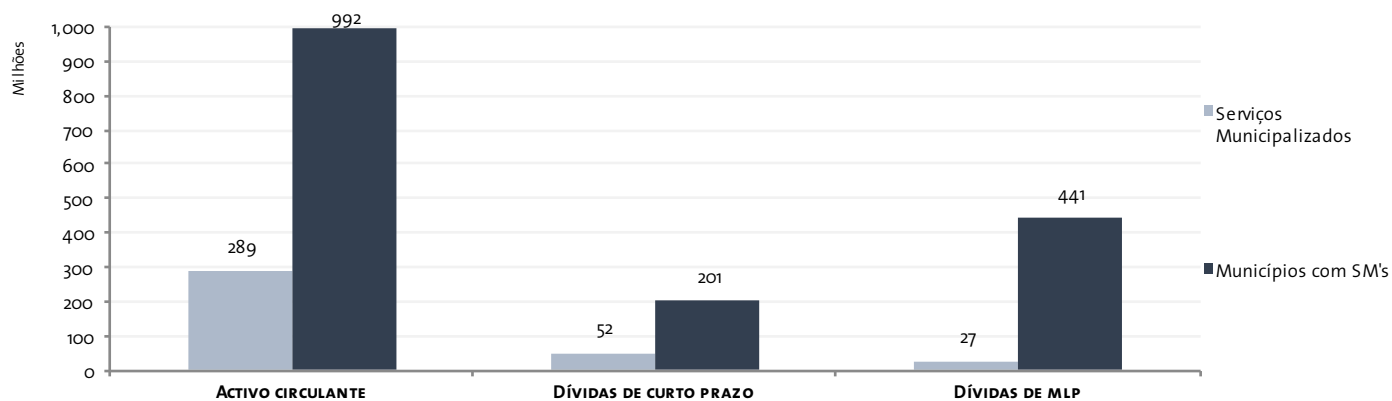


Gráfico 4.07 – Comparação da dívida e do ativo circulante, entre SM's e Municípios c/ SM's



Quadro 4.37 – Passivo exigível dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

Serviços Municipalizados	Passivo exigível										Varia. 16-17 %
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
1 SMEAS da Maia	22.006.988	22.187.032	22.691.179	22.471.001	21.693.771	21.799.435	21.635.681	21.152.974	20.580.425	20.126.682	-2,2%
2 SIMAS Oeiras e Amadora	8.672.840	8.995.279	9.160.874	7.131.359	9.342.798	10.561.242	11.002.780	10.826.247	12.411.818	10.204.826	-17,8%
3 SMAS de Almada	12.752.465	11.337.368	9.744.890	8.911.995	7.951.025	7.458.723	7.522.486	9.172.795	8.656.663	9.621.846	11,1%
4 SMAS de Viseu	2.454.769	4.588.387	5.166.623	4.420.975	4.197.165	3.492.034	3.710.827	4.466.608	5.163.667	5.605.404	8,6%
5 SMAS da Guarda	8.239.739	9.602.582	10.133.110	11.791.201	11.593.377	9.734.477	7.838.333	5.758.257	5.123.530	5.091.727	-0,6%
6 SMTC do Barreiro	3.276.257	4.235.079	4.175.005	5.619.526	5.210.111	4.777.664	4.476.787	4.305.031	4.349.547	4.427.122	1,8%
7 SMAS - Alcobaça	14.455.192	15.331.203	16.083.193	15.470.848	10.207.330	8.506.495	3.066.398	1.127.164	5.033.615	4.237.502	-15,8%
8 SMAS de Sintra	9.140.698	9.648.517	9.598.559	7.461.646	5.857.468	2.749.559	2.197.940	2.921.043	2.842.653	2.552.680	-10,2%
9 SIMAR Loures e Odivelas	Si	13.545.890	15.187.427	11.193.689	7.138.744	4.627.469	3.918.115	3.280.274	2.705.627	2.242.938	-17,1%
10 SM de A. Heroísmo	587.233	1.762.586	2.016.286	3.205.822	2.448.534	2.285.806	2.272.692	1.877.068	1.636.248	1.737.753	6,2%
11 SMAS de Leiria	7.429.757	10.049.296	8.051.972	8.611.003	7.816.292	6.237.591	4.972.302	3.556.446	2.872.914	1.656.232	-42,4%
12 SMAS Vila Franca Xira	529.234	418.991	508.259	586.030	680.121	701.394	741.103	2.137.060	1.097.516	1.536.758	40,0%
13 AMBIENTABRANTES	527.232	505.551	468.349	459.918	434.629	534.969	486.192	506.310	471.992	1.533.814	225,0%
14 SMAS Torres Vedras	3.740.864	3.890.171	4.423.579	4.822.039	4.396.897	3.856.019	3.875.334	3.155.429	1.475.455	1.363.227	-7,6%
15 SMAS de Tomar	2.816.044	2.927.722	2.861.885	2.488.117	1.863.073	1.572.339	1.318.322	1.505.516	1.183.440	1.249.257	5,6%
16 SM de Castelo Branco	1.599.976	1.269.931	1.218.019	1.302.019	1.435.031	1.532.998	1.499.719	1.721.508	1.417.711	1.228.414	-13,4%
17 SMSBVC - Viana Castelo	2.771.128	1.847.269	1.114.670	2.003.765	1.587.264	1.243.607	899.749	1.078.111	907.561	1.119.223	23,3%
18 SM de Nazaré	605.879	666.934	605.879	819.265	581.781	663.548	623.167	385.716	260.846	1.075.285	312,2%
19 SMAS do Montijo	242.733	1.207.479	2.203.863	2.741.988	1.737.196	2.121.055	1.682.420	1.252.415	812.911	504.553	-37,9%
20 SMAS de Ponta Delgada	Si	Si	871.174	820.129	454.864	439.362	366.188	562.397	478.247	498.712	4,3%
21 SMTUC - Coimbra	2.707.420	2.253.509	2.742.955	4.256.154	3.246.401	2.831.228	933.233	791.367	618.308	484.719	-21,6%
22 SMAT - Portalegre	913.667	890.695	907.812	679.158	539.975	560.270	462.951	305.491	303.191	475.674	56,9%
23 SMAS Caldas da Rainha	994.526	1.400.463	1.541.336	922.887	553.704	407.835	546.813	524.631	513.260	433.342	-15,6%
24 SMAS de Peniche	552.412	514.031	365.377	388.084	378.551	157.389	178.564	205.705	216.184	116.188	-46,3%
25 Teatro Mun. Faro - SM	--	--	--	--	--	2.303	6.644	51.629	126.503	95.193	-24,8%
Total	107.017.052	129.075.965	131.842.274	128.578.619	111.346.101	98.854.811	86.234.742	82.627.190	81.259.831	79.219.070	-2,5%

4.2.3. Proveitos, Custos e Resultados dos Serviços Municipalizados

4.2.3.1. Custos dos SM's

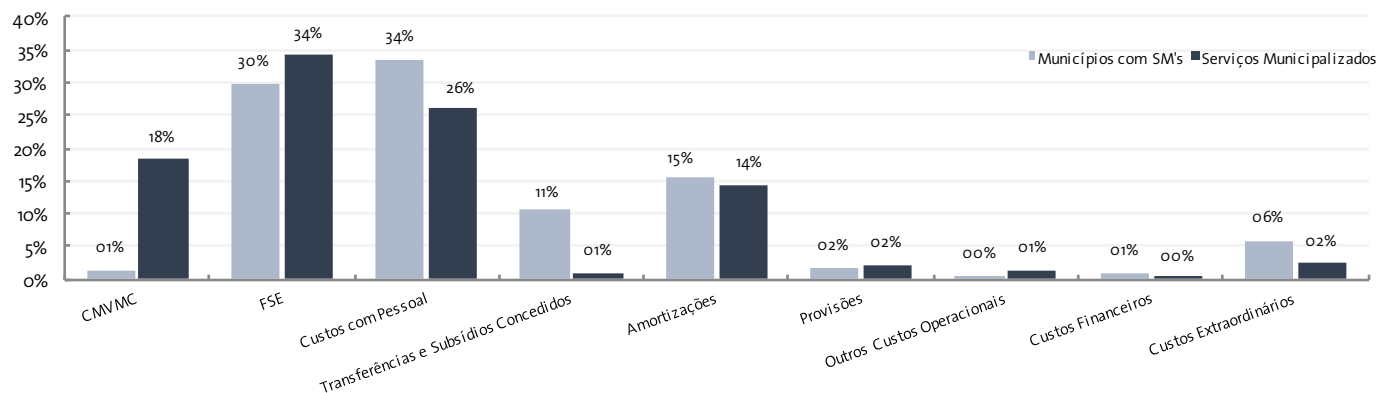
O Quadro 4.38 e o Gráfico 4.08 apresentam a estrutura dos custos dos SM's, comparando-os com os custos homólogos das autarquias que os tutelam.

Quadro 4.38 – Estrutura dos custos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem

Unidade: euros

Custos	Municípios (308)		Municípios c/SM's (27)		Serviços Municipalizados (25)		SM's / Municípios
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
CMVMC	196.920.642	2,6%	18.542.691	1,4%	74.822.341	18,2%	403,5%
Fornecimentos e serviços externos	2.091.661.721	27,6%	401.425.035	29,8%	140.080.847	34,1%	34,9%
Custos com Pessoal	2.308.001.419	30,4%	452.724.629	33,6%	108.007.314	26,3%	23,9%
Transferências e Subsídios concedidos	693.105.621	9,1%	145.398.740	10,8%	3.761.101	0,9%	2,6%
Amortizações	1.385.610.133	18,3%	207.732.663	15,4%	58.922.026	14,4%	28,4%
Provisões	186.562.435	2,5%	23.288.376	1,7%	9.172.893	2,2%	39,4%
Outros Custos Operacionais	40.997.664	0,5%	6.732.733	0,5%	5.718.136	1,4%	84,9%
Custos Financeiros	87.229.631	1,2%	12.587.576	0,9%	387.135	0,1%	3,1%
Custos Extraordinários	593.042.290	7,8%	80.840.459	6,0%	9.697.959	2,4%	12,0%
Total de custos	7.583.131.557	100%	1.349.272.901	100%	410.569.752	100%	30,4%

Gráfico 4.08 – Estrutura dos Custos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem



Da leitura do quadro e do gráfico supra, conclui-se:

– A maior componente de custos em 2017 foram os **custos com o fornecimento de serviços externos** (34,1% dos custos totais) tendo apresentado um diferencial em relação ao peso dos custos com pessoal (26,3%) de +7,8pp. Trata-se de uma situação inversa

à verificada na estrutura dos custos dos municípios em geral e no grupo dos municípios que detêm serviços municipalizados. Em ambos os casos, o peso dos custos com pessoal foi superior ao peso do custo com fornecimento e serviços de terceiros respetivamente 2,9pp e 3,8pp

– Outro custo relevante, na estrutura dos custos dos serviços municipalizados, foi o **custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas**, as quais representaram 18,2% dos custos totais ao apresentarem, em 2017, o valor de 74,8 M€.

– Anota-se o peso elevado das **amortizações** ao representarem 14,4% dos custos totais dos serviços municipalizados, sendo todavia inferior em 3,9pp ao peso médio verificado no universo dos municípios. Para complemento da informação prestada no Quadro 4.39 e no

Gráfico 4.09 apresenta-se a evolução dos valores das diferentes componentes dos custos dos serviços municipalizados, entre 2011 e 2017.

– Anota-se que em 2017, os custos com o fornecimento de serviços externos apresentaram um crescimento de 2,6% (+3,5 M€) e os custos com pessoal aumentaram 3,8% (+3,9M€).

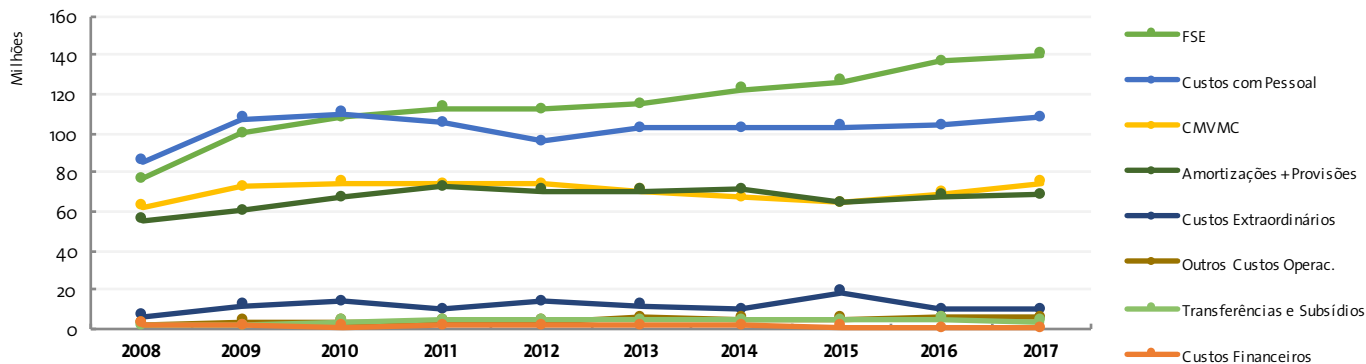
– Mais representativo foi o aumento do custo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas que cresceram 8,8% (+6,1M€)

Quadro 4.39 – Evolução dos custos dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

Custos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 16-17 %
CMVMC	73.611.942	73.700.759	70.078.912	66.913.055	64.053.429	68.742.559	74.822.341	8,8%
Fornecimentos e serviços externos	112.877.278	111.874.733	114.949.892	122.411.356	126.608.905	136.493.460	140.080.847	2,6%
Custos com Pessoal	105.481.932	95.748.914	102.710.677	102.252.803	103.102.923	104.069.893	108.007.314	3,8%
Transferências e Subsídios concedidos	3.894.164	3.978.167	3.972.741	4.077.590	4.497.383	4.953.925	3.761.101	-24,1%
Amortizações	60.710.039	60.447.883	60.998.018	58.893.043	56.481.863	58.505.161	58.922.026	0,7%
Provisões	11.459.869	10.191.360	9.402.127	12.009.969	7.452.095	9.168.968	9.172.893	0,0%
Outros Custos Operacionais	3.704.075	3.740.435	5.668.742	5.074.358	4.967.321	5.761.314	5.718.136	-0,7%
Custos Financeiros	1.509.384	1.315.199	1.293.925	1.444.558	551.806	354.975	387.135	9,1%
Custos Extraordinários	9.578.453	13.864.689	11.917.457	9.363.861	18.637.923	9.747.089	9.697.959	-0,5%
Total de custos	382.827.136	374.862.139	380.992.491	382.440.593	386.353.648	397.797.343	410.569.752	3,2%

Gráfico 4.09 – Evolução das componentes de Custos dos Serviços Municipalizados



4.2.3.2. Proveitos dos SM's

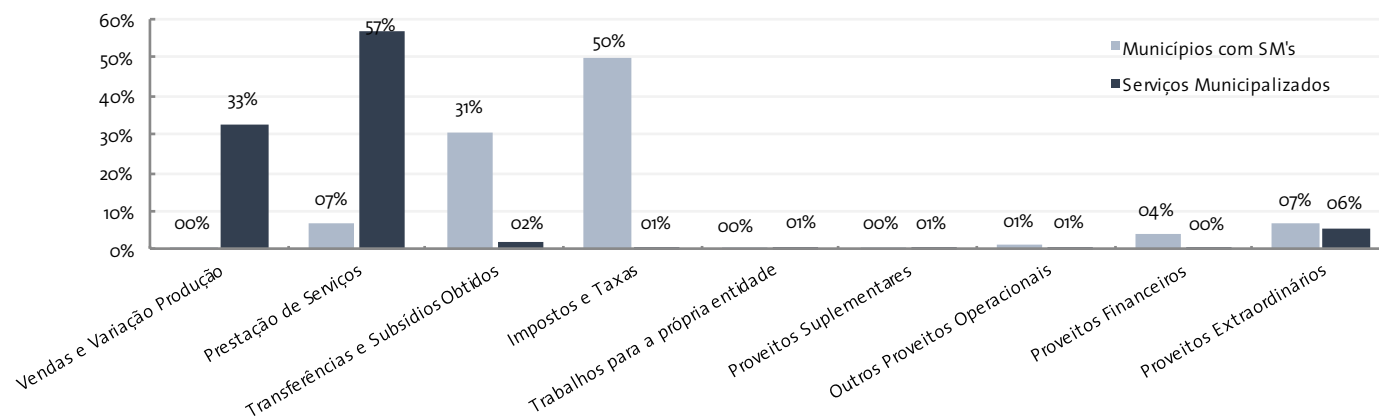
Os Quadros 4.40 e 4.41 bem e como o Gráfico 4.10 apresentam a estrutura dos proveitos dos serviços municipalizados e sua comparação com os proveitos homólogos das autarquias que os tutelam.

Quadro 4.40 – Estrutura dos Proveitos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem

Unidade: euros

Proveitos	Municípios (308)		Municípios c/SM's (27)		Serviços Municipalizados (25)		SM's / Municípios
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Vendas e Variação da Produção	182.612.121	2,3%	7.521.680	0,5%	141.736.184	32,7%	1884,4%
Prestação de Serviços	680.563.245	8,5%	102.631.721	6,8%	247.145.246	57,1%	240,8%
Outras Situações	3.491.925	0,0%	-5.603	0,0%	-141.497	0,0%	2525,4%
Impostos e Taxas	3.242.544.822	40,3%	751.678.369	49,6%	2.801.273	0,6%	0,4%
Transferências e Subsídios obtidos	2.814.516.680	35,0%	466.110.871	30,8%	7.328.514	1,7%	1,6%
Trabalhos para a própria entidade	24.942.071	0,3%	3.987.950	0,3%	3.146.539	0,7%	78,9%
Proveitos Suplementares	60.752.168	0,8%	6.429.941	0,4%	2.387.679	0,6%	37,1%
Outros Proveitos Operacionais	55.254.138	0,7%	17.974.264	1,2%	3.001.169	0,7%	16,7%
Proveitos Financeiros	225.561.795	2,8%	59.642.180	3,9%	1.390.502	0,3%	2,3%
Proveitos Extraordinários	750.369.072	9,3%	98.782.136	6,5%	24.326.651	5,6%	24,6%
Total de proveitos	8.040.608.037	100%	1.514.753.509	100%	433.122.262	100%	28,6%

Gráfico 4.10 – Estrutura dos Proveitos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem



– Relativamente à estrutura dos proveitos, verifica-se uma grande diferenciação quanto à origem dos mesmos para as autarquias e serviços municipalizados. Assim, as principais fontes financeiras dos serviços municipalizados foram a **prestação de serviços** e as **vendas e variação da produção**, respetivamente com os pesos de 57,1% e de 32,7% no total dos proveitos. As autarquias ao transferirem para os serviços municipalizados as atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis¹⁴², prescindiram elas próprias da recolha dos proveitos respetivos o que se refletiu na sua estrutura de proveitos, ao apresentarem um peso muito

menos relevante do valor da venda de produtos e prestação de serviços. Assim, tanto o volume das **vendas e variação da produção** como o produto da **prestação de serviços**, apresentaram valores no conjunto dos serviços municipalizados que não são comparáveis com os valores dos proveitos homólogos do grupo dos municípios que detêm os SM's, face ao grande diferencial de valor. Os montantes verificados em 2017 de **141,7 M€ de vendas e de 247,1 M€ de prestação de serviços**, só são comparáveis com os valores dos proveitos homólogos da globalidade dos municípios correspondendo respetivamente a 77,6% e 36,3% dos mesmos.

– Em 2017, as **vendas e variação da produção** cresceram **4,83 M€ (+3,5%)** e as **prestações de serviços** aumentaram **2,2 M€ (+0,9%)**, relativamente ao ano antecedente.

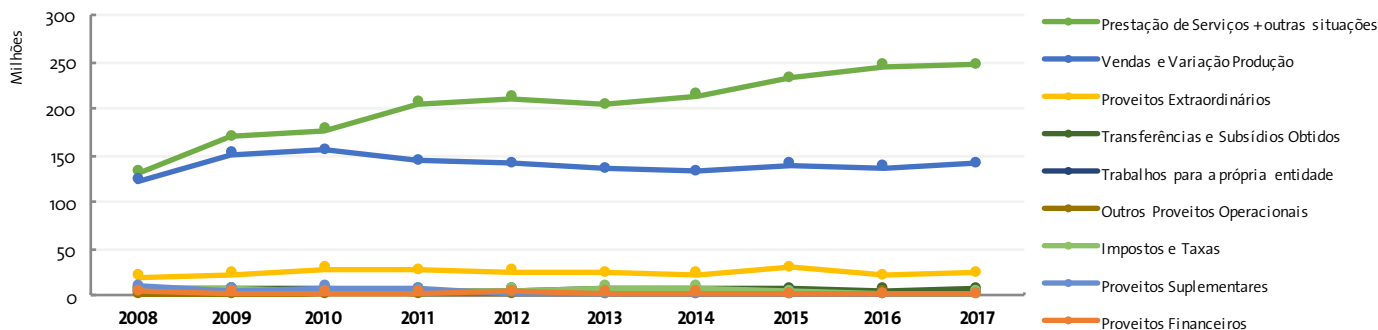
¹⁴² Cujo preço de venda deverá, sempre, refletir o custo de todas as componentes de produção. Caso o preço de venda ao público seja inferior ao custo, por deliberação da Assembleia Municipal, aplicando-se preços sociais, os serviços municipalizados auferirão das correspondentes indemnizações compensatórias.

Quadro 4.41 – Evolução dos Proveitos dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

Proveitos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 16-17 %
Vendas e Variação da Produção	144.480.455	141.447.014	135.265.418	132.404.568	139.244.934	136.931.092	141.736.184	3,5%
Prestação de Serviços	205.485.773	211.056.924	203.399.244	214.593.234	232.790.738	244.879.634	247.145.246	0,9%
Outras Situações	-305.508	-552.422	-154.919	-139.322	-431.710	-354.971	-141.497	-60,1%
Impostos e Taxas	6.016.397	6.121.668	8.506.177	9.052.892	4.635.681	2.679.986	2.801.273	4,5%
Transferências e Subsídios obtidos	6.511.489	5.915.390	7.127.254	7.573.300	7.708.271	6.855.294	7.328.514	6,9%
Trabalhos para a própria entidade	3.804.170	3.646.586	3.538.809	3.100.930	3.491.399	3.347.452	3.146.539	-6,0%
Proveitos Suplementares	8.018.935	3.632.615	1.778.390	2.623.333	2.327.900	2.384.420	2.387.679	0,1%
Outros Proveitos Operacionais	1.955.366	2.146.717	2.282.789	2.548.304	2.174.411	2.795.233	3.001.169	7,4%
Proveitos Financeiros	4.029.111	4.336.091	3.310.840	3.409.119	2.508.566	1.655.845	1.390.502	-16,0%
Proveitos Extraordinários	27.792.520	25.870.538	25.118.001	23.136.610	30.226.392	22.191.492	24.326.651	9,6%
Total de proveitos	407.788.709	403.621.121	390.172.003	398.302.968	424.676.582	423.365.478	433.122.262	2,3%

Gráfico 4.11 – Evolução das componentes de Proveitos dos Serviços Municipalizados



4.2.3.3. Resultados económicos dos SM's

No Quadro 4.42 apresentam-se os resultados económicos de 2017, dos serviços municipalizados e sua comparação com os resultados dos municípios em geral e do grupo dos municípios que detêm

serviços municipalizados e no Quadro 4.43 apresenta-se a evolução dos **resultados económicos** da globalidade dos serviços municipalizados entre 2011 e 2017.

Quadro 4.42 – Informação sobre estrutura económica

Unidade: euros

	Municípios	Municípios com SM's	Serviços Municipalizados
Nº de entidades analisadas	308	27	25
População (Censos 2011)	10.562.178	2.712.345	2.712.345
Custos com Pessoal/custos totais	30,4%	33,6%	26,3%
Resultados económicos	457.476.480	165.480.608	22.552.510
Resultados económicos/Proveitos	5,7%	10,9%	5,2%
Resultados económicos por habitante	43,31 €	61,01 €	8,31 €
Nº de entidades com resultados negativos	131	2	5

Quadro 4.43 – Evolução da situação económica dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

	Serviços Municipalizados							Variação 16-17
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Nº de entidades analisadas	24	24	25	25	25	25	25	-
População (Censos 2011)	2.647.785	2.647.785	2.712.345	2.712.345	2.712.345	2.712.345	2.712.345	-
Custos com Pessoal/custos totais	27,6%	25,5%	27,0%	26,7%	26,7%	26,2%	26,3%	0,1%
Resultados económicos	24.961.574	28.758.981	9.179.512	15.862.375	38.322.934	25.568.135	22.552.510	-3.015.625
Resultados económicos/Proveitos	6,1%	7,1%	2,4%	4,0%	9,0%	6,0%	5,2%	-0,8%
Resultados económicos por habitante	9,43 €	10,86 €	3,38 €	5,85 €	14,13 €	9,43 €	8,31 €	-1,11 €
Nº de entidades com resultados negativos	6	5	10	12	1	4	5	1
Resultados Operacionais	4.227.779	13.732.241	-6.037.947	125.065	24.777.705	11.822.860	6.920.449	-4.902.411
Custos Financeiros	1.509.384	1.315.199	1.293.925	1.444.558	551.806	354.975	387.135	32.160
N.º de entidades com Resultados Operacionais + Custos Financeiros negativos	16	12	17	18	11	15	13	-2

Da comparação da estrutura económica e dos respetivos resultados entre os serviços municipalizados e as autarquias, o que se oferece reforçar ao já supra mencionado, será:

– O facto de o peso dos custos com pessoal nos custos totais, ter sido nos serviços municipalizados, inferior ao verificado na totalidade dos municípios e ao verificado no conjunto das autarquias que os tutelam.

– A razão entre os resultados económicos e os proveitos foi ligeiramente inferior nos serviços municipalizados (-0,5pp) comparando com o mesmo índice para o universo dos municípios e, bastante inferior (-5,7pp) ao verificado no grupo dos municípios que detêm serviços municipalizados.

Da análise da evolução da situação económica dos serviços municipalizados será de referir, ainda:

– Em 2017, cinco serviços municipalizados apresentaram resultados líquidos negativos e treze serviços municipalizados apresentaram resultados operacionais negativos quando acrescidos dos custos financeiros.

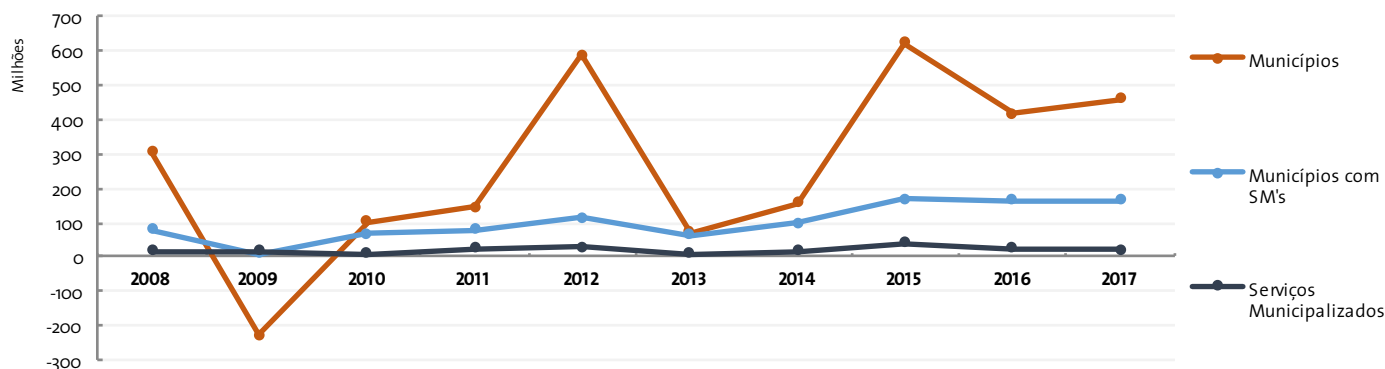
– Os **resultados operacionais**, considerando a globalidade dos serviços municipalizados, diminuíram 41,5% em 2017 (-4,9 milhões de euros) ao totalizarem o montante de 6,9 M€..

– De qualquer será expectante que a diminuição dos resultados operacionais associados a aumento de custos e a um aumento de proveitos, num serviço público, possa traduzir uma maior produção de outputs que permitam uma melhor satisfação das necessidades dos utentes e uma maior e mais eficaz cobertura dos bens e serviços que fornecem. Pela simples análise das contas e dos relatórios não se obtém indicadores para medição da satisfação dos utentes e da eficácia do serviço prestado

No Gráfico 4.12 comparam-se as linhas de evolução dos resultados económicos dos serviços municipalizados, do universo dos municípios e do grupo de municípios que tutelam serviços municipalizados.

Os Quadros 4.44 e 4.45 apresentam os serviços municipalizados, respetivamente, com resultados económicos positivos e negativos.

Gráfico 4.12 – Evolução dos Resultados Económicos



Quadro 4.44 – Serviços Municipalizados com Resultados Económicos positivos

Unidade: euros

Serviço Municipalizado	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varia. 16-17 %
1 SIMAS Oeiras e Amadora	13.430.923	13.673.480	6.424.747	8.838.822	9.831.645	7.933.249	10.736.758	14.672.922	9.719.478	8.040.679	-17,3%
2 SMAS de Leiria	892.639	147.709	135.565	-357.741	-1.412.836	-2.559.327	-170.005	2.626.873	4.195.399	4.625.046	10,2%
3 SMAS de Ponta Delgada	--	--	1.280.358	1.162.685	1.176.921	1.057.706	1.433.834	1.755.895	2.218.560	2.809.732	26,6%
4 SMEAS da Maia	90.888	515.360	1.831.467	1.392.008	1.585.798	616.081	276.236	831.421	1.012.871	1.887.912	86,4%
5 SMSBVC - Viana Castelo	-200.956	955.534	1.332.193	1.662.656	1.093.531	781.669	400.717	195.544	1.544.215	1.775.944	15,0%
6 SMAS de Sintra	91.904	40.583	1.753.181	3.567.043	2.268.515	804.069	-214.957	1.315.273	-402.587	1.385.398	-444,1%
7 SMAS Torres Vedras	124.198	587.983	269.572	399.616	1.034.206	-402.264	-780.789	4.576.143	1.368.728	1.268.625	-7,3%
8 SMAS Caldas da Rainha	578.848	637.823	509.763	28.786	161.978	-504.056	-472.954	224.866	467.064	798.349	70,9%
9 SMAT - Portalegre	168.485	266.739	37.357	70.824	22.162	-132.816	-91.635	174.193	105.794	738.338	597,9%
10 SMAS de Peniche	657.891	239.241	317.147	580.528	96.672	-296.591	185.084	871.766	757.002	696.183	-8,0%
11 SMAS do Montijo	-668.226	-1.248.377	-229.344	-1.018.731	-249.338	-256.417	-200.646	53.768	116.454	545.585	368,5%
12 SM de Castelo Branco	402.201	1.804.398	1.276.241	1.887.762	1.845.844	1.937.869	1.682.310	1.217.218	618.761	460.620	-25,6%
13 SMAS de VF Xira	1.409.233	751.211	204.196	2.467.652	2.724.828	1.527.632	1.793.264	2.163.540	767.647	317.464	-58,6%
14 SMAS - Alcobaça	215.813	-260.450	-946.341	114.557	617.371	-1.279.119	-968.435	272.753	434.116	258.698	-40,4%
15 SMTUC de Coimbra	654.732	227.337	-520.848	-285.628	-87.648	189.638	-24.573	396.232	-164.048	187.729	-214,4%
16 SIMAR Loures e Odivelas	--	15.479	-3.662.924	2.729.229	3.549.157	597.424	660.311	1.832.517	1.122.819	181.971	-83,8%
17 SM de A. Heroísmo	-35.210	-84.534	575.047	92.696	-189.992	-304.082	-422.103	190.168	88.434	153.770	73,9%
18 SMAS da Guarda	-483.562	-528.823	-198.154	-51.755	-143.588	-1.386.897	-313.237	-93.719	-4.705	130.888	-2881,9%
19 SM de Nazaré	-444.948	-569.384	-444.948	-105.812	528.634	127.388	150.726	240.558	79.903	118.607	48,4%
20 SMAS de Viseu	806.843	48.687	274.187	1.093.310	1.149.392	1.227.121	1.096.681	1.989.753	1.003.843	95.710	-90,5%

Quadro 4.45 – Serviços Municipalizados com Resultados Económicos negativos

Unidade: euros

Serviço Municipalizado	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varia. 16-17 %
1 SMAS de Almada	1.519.042	2.082.002	1.805.803	729.711	1.858.054	-1.152.202	1.144.922	1.682.631	415.110	-3.189.808	-868,4%
2 SMAS de Tomar	-346.040	-82.564	-208.406	397.746	482.698	109.165	10.868	561.104	166.473	-238.793	-243,4%
3 SMTUC - Barreiro	-725.007	-768.605	-932.071	-525.493	440.627	293.981	-26.448	451.339	30.623	-205.600	-771,4%
4 AMBIENTABRANTES	340.146	231.996	63.680	91.102	374.349	55.576	69.516	42.619	33.176	-157.837	-575,8%
5 Teatro Municipal de Faro	--	--	--	--	--	194.715	-93.070	77.557	-126.998	-132.698	4,5%

4.3. Grupo autárquico

Pela primeira vez apresentamos este novo ponto com um resumo das contas consolidadas, ou seja, as contas de cada grupo autárquico, considerando um grupo autárquico as contas do município acrescido das participações em outras entidades.

Foi possível recolher as contas consolidadas de 144 grupos au-

tárquicos, conforme listagem que se apresenta nos quadros seguintes.

São apresentados quatro quadros que resumem as componentes do Balanço e da Demonstração de resultados consolidados dos municípios com participações em outras entidades:

Quadro 4.46 – Principais componentes do Ativo 2017

Unidade: milhões de euros

Grupo autárquico	Ativo fixo corpóreo, incorpóreo e bens de domínio público		Investimentos financeiros		Dividas a receber		Disponibilidades		Outros ativos		Total ATIVO	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Lisboa	2.581,612	2.729,483	147,584	50,850	106,673	185,584	221,922	276,011	178,707	192,451	3.236,498	3.434,379
Porto	1.198,810	1.321,194	126,874	43,567	6,537	21,422	90,732	111,927	98,819	103,399	1.521,772	1.601,509
Loures	1.316,987	1.343,180	21,613	18,236	6,649	10,358	17,292	22,726	35,190	38,327	1.397,732	1.432,827
Funchal	983,982	984,416	3,452	3,066	14,055	13,219	6,013	6,313	21,993	22,394	1.029,495	1.029,408
Vila Nova de Gaia	698,524	829,288	76,926	14,482	21,313	32,315	21,415	28,409	56,262	58,951	874,441	963,446
Sintra	588,336	668,397	84,407	83,689	2,122	10,160	111,487	125,593	66,669	71,197	853,022	959,036
Coimbra	600,191	669,316	54,854	12,936	21,367	25,373	37,018	54,956	3,238	6,528	716,668	769,109
Matosinhos	635,193	636,203	5,444	5,133	20,771	21,299	35,613	37,011	38,835	38,872	735,855	738,518
Oeiras	479,111	553,113	21,749	18,992	3,502	10,288	87,044	103,207	9,339	10,726	600,745	696,326
Braga	454,144	568,952	55,139	26,407	10,685	9,754	2,767	5,560	33,908	34,542	556,644	645,215
Cascais	443,778	443,778	62,492	62,492	5,545	5,545	41,374	41,374	9,187	9,187	562,376	562,376
Guimarães	426,816	481,751	19,695	4,912	5,217	7,707	26,311	35,158	28,741	28,244	506,781	557,772
Castelo Branco	362,771	394,502	55,653	6,199	0,187	2,950	29,075	98,787	6,762	8,306	454,448	510,744
Maia	373,073	447,293	18,053	15,435	1,461	6,379	19,732	30,815	3,465	6,211	415,783	506,133
Amadora	281,980	351,561	11,588	11,563	5,550	10,687	82,524	94,960	23,536	24,346	405,179	493,118
Almada	292,296	348,029	35,557	33,949	6,979	6,841	24,115	33,594	38,343	38,386	397,290	460,800
Vila Franca de Xira	313,110	364,818	5,596	5,596	7,283	10,324	20,794	23,880	18,605	19,742	365,388	424,361
Loulé	301,373	312,454	8,128	8,283	3,441	3,853	81,042	87,061	3,804	4,735	397,788	416,387
Viseu	200,202	336,288	20,494	14,846	2,684	2,322	32,045	36,776	20,828	22,073	276,253	412,305
Leiria	232,738	278,094	19,618	19,618	2,230	7,244	40,464	50,400	32,920	33,413	327,970	388,770
Portimão	273,003	306,247	35,617	11,568	6,255	5,208	11,434	21,053	27,873	28,848	354,183	372,924
Aveiro	239,303	270,649	8,544	8,544	8,382	8,440	38,662	39,409	2,895	2,903	297,786	329,944
Santa Maria da Feira	265,269	266,314	5,694	4,662	1,547	1,699	29,515	29,561	20,815	20,956	322,840	323,191
Covilhã	178,837	277,326	74,437	5,151	9,344	11,109	0,788	3,077	13,538	17,477	276,945	314,140
Vila do Conde	273,178	273,178	4,090	4,091	0,595	0,595	13,388	13,388	17,574	17,574	308,826	308,826
Santarém	160,674	233,837	61,398	5,701	7,861	10,264	7,584	10,917	12,586	13,115	250,103	273,834
Lagos	220,469	224,791	12,047	9,931	1,825	2,449	16,883	18,163	17,052	17,797	268,276	273,131
Mafra	222,337	225,413	9,606	2,247	0,938	1,705	12,311	13,332	25,873	26,549	271,066	269,245
Valongo	222,905	241,788	2,260	2,245	0,099	0,175	4,045	4,857	12,907	12,947	242,216	262,012
Tavira	207,479	222,103	4,689	10,128	0,807	2,206	15,203	16,183	9,042	11,269	237,220	261,889
Odivelas	185,940	225,308	4,802	4,636	4,506	7,471	10,403	13,806	4,399	6,837	210,050	258,058
Barcelos	200,227	200,633	4,643	4,411	16,800	19,654	14,026	14,048	11,790	11,823	247,488	250,569
Pombal	230,437	230,633	2,371	2,050	1,547	1,736	8,170	8,639	0,547	0,565	243,073	243,622
Vila Real Sto. António	129,484	175,158	45,578	46,828	10,394	7,069	0,786	2,059	7,426	8,505	193,668	239,619
Figueira da Foz	178,844	194,082	8,327	2,982	2,321	2,518	12,393	12,887	20,084	20,574	221,969	233,044

Grupo autárquico	Ativo fixo corpóreo, incorpóreo e bens de domínio público		Investimentos financeiros		Dívidas a receber		Disponibilidades		Outros ativos		Total ATIVO	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Bragança	193,900	203,669	10,622	9,556	0,928	0,976	8,697	8,858	7,040	7,054	221,187	230,113
Santo Tirso	189,280	189,908	4,927	4,919	12,297	12,323	5,078	5,612	10,466	10,468	222,048	223,229
Guarda	173,636	181,552	5,089	4,985	1,930	2,771	0,764	8,729	8,097	8,412	189,517	206,450
Vila Real	137,289	175,088	48,481	10,808	0,375	1,685	2,919	4,691	7,317	7,983	196,380	200,255
Paços de Ferreira	182,689	190,344	12,766	1,409	0,440	0,575	1,290	1,507	5,748	5,751	202,934	199,586
Évora	158,730	183,250	28,314	3,756	2,391	2,927	3,286	6,402	1,856	2,097	194,577	198,433
Faro	128,451	168,827	19,535	7,482	0,333	3,916	4,815	13,370	1,595	2,165	154,729	195,760
Abrantes	147,891	163,752	18,090	5,124	0,634	1,970	8,920	11,840	9,065	9,623	184,599	192,309
Felgueiras	160,833	169,462	6,347	2,399	2,115	6,026	4,956	5,516	8,484	8,497	182,736	191,900
Torres Vedras	131,209	158,971	5,641	5,905	1,129	3,150	4,340	10,639	1,733	3,275	144,051	181,940
Ourém	161,770	161,981	3,535	3,485	5,420	5,536	2,617	3,151	7,613	7,654	180,954	181,808
Chaves	156,505	157,925	6,401	5,055	3,950	3,976	2,789	2,809	8,053	8,145	177,699	177,910
Póvoa de Varzim	159,132	159,270	3,946	3,535	1,201	1,253	5,064	5,406	1,175	1,219	170,518	170,684
Fundão	143,036	146,581	4,894	6,147	8,393	9,480	0,707	0,730	5,157	5,192	162,187	168,129
Caldas da Rainha	111,032	140,477	2,467	2,467	0,181	1,160	5,511	10,180	1,007	1,034	120,198	155,318
Portalegre	126,091	142,885	3,337	2,080	5,842	7,107	0,331	1,269	1,710	1,902	137,311	155,243
Ribeira Grande	148,235	148,255	0,901	0,849	1,262	3,393	1,503	1,923	0,657	0,657	152,560	155,078
Torres Novas	138,603	138,603	4,744	4,744	0,704	0,704	2,395	2,395	7,846	7,846	154,292	154,292
Cantanhede	92,483	137,279	15,348	1,541	1,065	3,098	0,858	2,320	6,817	8,963	116,571	153,201
Olhão	109,773	128,325	16,033	5,071	0,795	5,050	6,101	7,378	0,738	1,847	133,440	147,672
Lousada	133,381	133,710	1,895	1,659	1,800	1,817	3,176	3,192	3,724	3,747	143,975	144,124
Arcos de Valdevez	127,780	127,780	1,461	2,041	1,288	1,288	2,572	2,572	2,873	2,873	135,974	136,554
Beja	108,696	126,646	8,387	2,148	0,345	3,032	1,068	1,849	0,479	0,705	118,975	134,381
Moura	82,844	85,741	44,689	42,581	0,918	2,345	0,165	0,343	1,441	1,528	130,057	132,538
Barreiro	103,577	104,570	3,893	3,893	1,614	2,319	4,329	4,391	16,839	17,255	130,253	132,428
Sines	123,072	126,281	2,408	1,336	1,593	2,452	0,640	0,669	1,487	1,488	129,199	132,225
Esposende	90,480	118,384	25,672	5,323	0,471	1,671	4,759	4,963	1,164	0,667	122,545	131,008
Anadia	120,332	120,339	4,561	4,296	0,616	0,770	4,170	4,180	0,707	0,777	130,387	130,363
Palmela	110,023	110,435	3,663	3,473	3,057	3,102	7,296	7,368	1,693	1,700	125,732	126,079
Marinha Grande	106,914	107,335	2,396	2,059	0,897	0,960	13,331	13,761	1,507	1,558	125,045	125,672
Lagoa (Algarve)	108,392	108,392	4,036	4,036	2,013	2,013	8,210	8,210	1,973	1,973	124,625	124,625
Fafe	105,665	105,665	3,810	3,810	0,351	0,366	6,763	6,763	5,290	5,290	121,877	121,893
Montemor-o-Velho	106,348	106,348	1,769	1,769	4,123	4,123	2,272	2,272	4,233	4,233	118,745	118,745
Tomar	95,794	102,119	8,861	3,718	3,048	2,387	3,293	3,416	5,991	6,279	116,986	117,920
Mira	110,256	113,199	1,872	0,651	0,341	0,365	0,423	0,424	2,301	2,301	115,193	116,940
Alcobaça	85,229	100,212	3,690	3,217	0,499	1,128	10,478	10,949	0,818	1,157	100,715	116,664
Montijo	83,621	90,937	2,086	2,484	0,419	1,291	5,485	6,254	11,676	12,242	103,288	113,209
Valpaços	97,007	97,007	4,393	4,393	0,217	0,217	2,378	2,378	1,594	1,594	105,589	105,589

Grupo autárquico	Ativo fixo corpóreo, incorpóreo e bens de domínio público		Investimentos financeiros		Dívidas a receber		Disponibilidades		Outros ativos		Total ATIVO	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Oliveira do Bairro	96,704	96,704	1,572	1,566	0,412	0,412	1,173	1,173	4,610	4,610	104,470	104,465
Coruche	84,720	84,720	3,312	3,312	0,153	0,153	13,564	13,564	0,603	0,603	102,352	102,352
Óbidos	80,056	84,732	2,177	1,710	4,321	4,686	1,030	1,656	7,034	7,443	94,617	100,228
Trofa	74,220	84,925	1,916	1,816	0,224	1,100	3,315	3,851	7,815	7,970	87,490	99,661
Rio Maior	84,916	85,750	4,986	3,859	0,955	1,469	1,909	2,634	5,683	5,718	98,449	99,430
Cabeceiras de Basto	87,606	89,646	2,531	0,687	1,345	1,470	0,817	1,098	1,261	1,261	93,560	94,162
Montalegre	83,243	83,243	4,236	4,236	0,837	0,837	1,828	1,828	2,097	2,097	92,242	92,242
Campo Maior	89,244	89,278	0,794	0,794	0,142	0,186	0,721	0,744	0,335	0,356	91,236	91,357
Grândola	69,030	69,391	1,309	0,829	0,633	0,817	11,796	12,609	6,100	6,377	88,868	90,022
Praia da Vitória	58,206	69,018	17,887	14,171	1,108	1,844	0,162	0,719	0,157	0,363	77,519	86,116
Nordeste	68,922	73,934	2,314	0,796	0,237	2,308	0,948	1,456	0,204	0,253	72,625	78,747
Albergaria-a-Velha	68,976	71,147	2,177	0,000	0,183	0,183	2,917	2,917	4,006	4,006	78,259	78,254
Vila Pouca de Aguiar	68,693	68,693	4,278	4,278	0,627	0,627	3,222	3,222	1,019	1,019	77,839	77,839
Mirandela	66,714	66,871	3,863	2,729	1,141	2,153	1,626	1,645	0,602	1,872	73,946	75,270
Melgaço	51,109	66,726	11,649	0,918	0,940	2,020	0,911	1,340	1,651	3,029	66,260	74,033
Castro Marim	65,744	65,891	0,693	0,576	0,801	0,824	2,694	2,895	3,223	3,378	73,155	73,564
Celorico de Basto	61,629	65,055	4,238	1,083	1,625	1,265	0,927	0,931	3,126	3,743	71,545	72,076
Mangualde	62,734	62,734	2,209	2,209	0,500	0,500	2,669	2,669	3,360	3,360	71,471	71,471
Batalha	66,926	66,937	0,717	0,670	0,071	0,120	2,955	2,965	0,802	0,627	71,471	71,318
Póvoa de Lanhoso	63,500	64,068	1,546	0,820	0,687	0,949	1,126	1,224	2,923	3,450	69,782	70,511
Vizela	55,295	55,295	3,917	3,917	1,274	1,274	5,129	5,129	3,658	3,658	69,273	69,273
Miranda do Corvo	63,018	63,018	0,921	0,920	1,154	1,154	2,025	2,025	0,824	0,824	67,942	67,941
Sever do Vouga	59,676	59,681	1,360	1,358	0,778	0,815	3,213	3,219	1,315	1,482	66,342	66,555
Porto de Mós	55,585	55,585	0,985	0,985	0,699	0,699	2,846	2,846	5,240	5,240	65,355	65,355
Benavente	57,290	57,290	3,432	3,432	0,137	0,137	3,224	3,224	1,047	1,047	65,130	65,130
Monção	58,445	58,505	3,061	3,061	0,278	0,404	1,509	1,516	0,181	0,182	63,473	63,668
São Pedro do Sul	43,329	57,361	3,806	0,735	2,634	0,910	0,494	0,531	2,618	2,932	52,883	62,470
Vila Nova de Cerveira	54,521	55,693	0,911	0,911	0,300	0,313	2,070	2,333	1,797	1,799	59,599	61,049
Resende	53,879	56,199	4,271	1,056	0,207	0,213	1,422	1,426	1,398	1,399	61,176	60,292
Almodôvar	55,597	55,597	1,353	1,353	0,168	0,168	1,997	1,997	0,996	0,996	60,112	60,112
Nazaré	47,204	50,391	0,851	0,841	2,205	3,911	3,493	4,309	0,428	0,522	54,180	59,974
Vieira do Minho	51,910	53,516	3,871	0,946	4,176	4,190	0,233	0,234	0,694	0,710	60,884	59,596
Ansião	54,497	54,497	1,229	1,229	0,184	0,184	1,722	1,722	1,673	1,673	59,304	59,305
Mortágua	52,143	52,143	1,171	1,171	0,285	0,285	3,176	3,176	1,835	1,835	58,610	58,610
Peniche	37,777	47,583	0,789	1,449	0,511	1,161	1,791	6,244	1,177	2,043	42,044	58,480
Lagoa (R.A.A)	54,632	54,632	0,537	0,487	0,174	0,185	0,427	0,658	0,530	0,530	56,300	56,492
Trancoso	50,705	51,136	2,452	1,927	0,301	0,580	1,174	1,302	1,534	1,534	56,166	56,480
Vila Nova de Foz Côa	44,342	50,363	3,918	0,627	0,126	0,525	2,139	2,863	0,059	0,078	50,583	54,456

Grupo autárquico	Ativo fixo corpóreo, incorpóreo e bens de domínio público		Investimentos financeiros		Dívidas a receber		Disponibilidades		Outros ativos		Total ATIVO	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
São Vicente	51,676	51,849	0,435	0,636	0,374	0,430	0,382	0,925	0,523	0,564	53,389	54,405
Ribeira de Pena	47,385	47,385	3,902	3,902	0,224	0,224	1,324	1,324	0,915	0,915	53,750	53,750
Proença-a-Nova	45,658	45,866	5,055	5,055	0,140	0,143	1,648	1,705	0,827	0,843	53,328	53,613
Vila Nova de Poiares	51,055	51,055	0,537	0,534	0,231	0,231	0,989	0,989	0,264	0,264	53,075	53,072
Valença	46,788	46,788	1,469	1,119	0,857	0,986	2,146	2,431	0,285	1,341	51,544	52,665
Alcanena	45,301	45,543	0,770	0,770	0,298	0,301	1,457	1,576	3,643	3,666	51,468	51,856
Sernancelhe	43,635	43,638	2,693	2,693	0,221	0,223	2,169	2,170	0,675	0,675	49,394	49,401
Salvaterra de Magos	39,174	39,174	2,022	3,343	0,158	0,158	1,499	1,499	2,604	2,604	45,456	46,777
Cinfães	41,796	41,808	1,782	1,651	0,042	0,261	0,926	0,949	2,006	2,035	46,552	46,704
Castro Verde	39,350	39,350	4,890	4,896	0,211	0,211	0,437	0,437	1,146	1,146	46,034	46,040
Miranda do Douro	39,292	39,296	0,767	0,743	0,240	0,254	3,939	3,942	0,863	0,863	45,101	45,098
Carraceda de Ansiães	36,484	36,488	2,934	2,790	1,841	1,875	2,672	2,706	0,201	0,202	44,132	44,062
Mondim de Basto	39,069	39,070	0,470	0,468	0,590	0,590	1,455	1,489	0,863	0,863	42,445	42,480
Santa Comba Dão	37,130	37,209	0,420	0,420	0,270	0,251	0,538	0,544	3,269	3,269	41,626	41,692
Nelas	37,568	37,568	0,710	0,707	0,158	0,158	0,478	0,478	2,551	2,551	41,466	41,462
Vinhais	37,973	37,999	1,068	1,019	0,548	0,675	1,220	1,244	0,184	0,188	40,993	41,125
Alpiarça	37,482	37,853	3,378	1,186	0,469	0,298	0,085	0,138	1,079	1,242	42,494	40,716
Torre de Moncorvo	38,436	38,437	0,775	0,775	0,221	0,233	0,544	0,561	0,218	0,218	40,193	40,224
Penedono	35,078	35,078	0,432	1,058	0,322	0,322	2,458	2,458	0,375	0,375	38,666	39,292
Vila Flor	34,171	35,642	1,710	0,569	0,480	0,798	2,013	2,021	0,185	0,225	38,558	39,256
Belmonte	36,883	36,884	0,489	0,481	0,335	0,337	0,356	0,372	1,126	1,169	39,190	39,243
Chamusca	33,702	33,702	2,056	2,056	0,137	0,137	2,630	2,630	0,243	0,243	38,769	38,769
Sta. Marta Penaguião	36,676	36,676	0,460	0,460	0,116	0,116	0,194	0,194	0,601	0,601	38,047	38,047
Tábua	34,237	34,237	0,340	0,338	0,480	0,480	0,169	0,169	1,822	1,822	37,048	37,046
Vila Nova Barquinha	34,211	34,290	0,372	0,265	0,360	0,423	0,771	0,778	1,184	1,184	36,899	36,939
Manteigas	35,186	35,186	0,521	0,514	0,115	0,115	0,396	0,396	0,415	0,415	36,633	36,626
Ferreira do Alentejo	27,813	27,813	0,964	0,920	2,478	2,762	2,025	2,040	0,991	1,000	34,271	34,537
Penela	25,206	25,206	6,015	6,015	0,269	0,269	0,361	0,361	0,823	0,823	32,674	32,674
Góis	28,701	28,701	0,455	0,451	0,373	0,373	1,936	1,936	0,723	0,723	32,188	32,184
Castanheira de Pera	26,852	28,150	0,478	0,427	0,154	0,180	2,319	2,469	0,503	0,525	30,305	31,751
Cuba	24,100	24,129	1,981	1,956	0,167	1,628	0,108	0,109	0,396	0,398	26,753	28,220
Murça	23,839	23,837	0,486	0,457	0,562	0,923	0,731	0,793	0,511	0,519	26,129	26,529
Lajes das Flores	22,184	22,184	0,225	0,195	0,009	0,012	0,123	0,123	0,123	0,123	22,664	22,636
TOTAL dos 144	24.420,218	26.577,113	1.654,282	891,972	448,450	652,050	1.513,013	1.872,428	1.217,265	1.290,535	29.253,226	31.284,099

Quadro 4.47 – Principais componentes do Património Líquido

Unidade: milhões de euros

Grupo autárquico	Património		Reservas		Resultados transitados		Resultado do exercício		Subsídios, cedências, doações, ajustam. e outros		TOTAL Capital Próprio	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Lisboa	2.056,431	2.065,970	231,356	299,588	-204,677	-267,507	82,930	91,397	4,109	-7,492	2.170,150	2.181,956
Loures	485,771	492,569	78,162	83,503	664,007	676,895	10,554	10,723	13,633	13,527	1.252,127	1.277,217
Porto	991,839	991,839	86,130	89,220	72,694	77,306	14,240	19,333	77,602	78,020	1.242,504	1.255,717
Funchal	845,467	845,467	1,423	1,436	-0,183	-0,963	2,993	2,649	6,118	6,152	855,818	854,741
Sintra	254,237	277,774	55,746	55,239	306,206	370,273	29,105	32,295	107,615	107,616	752,910	843,198
Oeiras	328,524	346,415	76,380	54,500	93,015	119,788	43,292	44,795	3,784	65,285	544,995	630,782
Vila Nova de Gaia	373,029	373,284	12,570	15,711	120,807	104,495	21,739	21,384	43,756	43,782	571,902	558,656
Matosinhos	478,098	478,539	2,658	2,670	26,530	26,963	4,718	4,644	16,030	16,030	528,034	528,846
Coimbra	366,389	367,968	55,821	60,195	30,015	29,640	1,352	3,191	42,586	43,018	496,162	504,011
Cascais	368,629	368,629	7,195	7,195	2,531	2,531	28,649	28,649	67,064	67,064	474,067	474,067
Braga	201,780	196,607	33,999	36,524	198,522	182,919	3,614	2,882	1,647	36,064	439,561	454,997
Castelo Branco	97,598	97,598	6,964	6,964	249,155	249,658	2,105	2,110	1,703	52,456	357,525	408,786
Amadora	115,669	133,561	152,852	188,438	-0,597	24,052	12,592	15,087	39,069	42,826	319,586	403,963
Almada	180,328	197,301	5,987	39,808	127,502	127,218	1,283	-2,004	17,075	35,570	332,175	397,893
Guimarães	254,140	252,140	21,276	21,613	89,735	88,306	7,441	9,373	3,759	4,371	376,352	375,802
Maia	296,055	325,187	12,122	8,781	-9,386	-7,905	5,687	6,731	7,949	13,078	312,427	345,872
Vila Franca de Xira	188,826	211,797	9,656	27,046	76,816	90,398	0,717	1,034	2,181	2,181	278,196	332,456
Loulé	77,903	77,903	149,535	149,535	33,964	38,467	16,561	18,091	1,730	4,260	279,693	288,256
Viseu	91,526	122,992	8,308	14,724	111,537	121,303	1,897	0,648	2,193	19,561	215,461	279,228
Covilhã	215,298	215,298	0,007	0,007	-33,203	-33,323	-2,442	-2,442	4,731	89,019	184,391	268,560
Leiria	97,131	117,838	36,762	38,145	56,987	60,430	20,062	24,681	5,890	6,101	216,832	247,195
Santa Maria da Feira	87,821	87,821	26,653	26,691	100,810	99,143	12,560	12,542	5,495	5,495	233,339	231,691
Vila do Conde	150,000	150,001	2,500	2,500	44,541	44,541	2,428	2,428	23,667	23,668	223,136	223,138
Lagos	135,482	137,901	12,578	6,804	55,124	53,738	10,596	10,928	0,558	6,528	214,338	215,898
Tavira	203,847	203,847	2,729	3,169	-1,672	1,846	-5,072	-5,129	7,706	9,678	207,539	213,410
Mafra	190,605	186,308	-6,681	-6,681	15,590	13,875	2,495	2,495	4,268	4,247	206,278	200,243
Valongo	240,278	240,278	0,414	1,816	-60,016	-60,007	-1,569	-1,580	2,081	19,458	181,187	199,965
Portimão	219,161	218,363	68,916	74,099	-147,085	-143,030	20,409	21,944	23,875	24,027	185,276	195,402
Odivelas	319,298	319,298	2,585	5,754	-161,955	-157,509	8,244	9,109	0,261	0,261	168,433	176,913
Figueira da Foz	212,429	212,362	0,165	0,165	-47,294	-47,423	-2,346	-2,326	3,507	7,012	166,461	169,790
Abrantes	140,066	141,251	3,174	3,174	12,701	11,515	1,553	1,660	0,285	0,563	157,780	158,163
Pombal	47,172	47,172	4,581	4,581	99,682	100,180	4,902	4,723	0,005	0,005	156,342	156,661
Santarém	135,842	113,715	6,227	6,168	3,392	3,251	2,934	2,915	2,981	24,791	151,375	150,839
Santo Tirso	130,930	130,236	0,333	1,027	10,398	10,748	1,763	1,772	6,234	6,732	149,658	150,515
Bragança	107,962	107,962	2,759	Si	16,305	Si	1,043	1,134	14,744	Si	142,813	143,346
Aveiro	146,632	146,632	0,560	1,292	-34,074	-12,403	7,136	6,953	0,027	0,062	120,281	142,536

Grupo autárquico	Património		Reservas		Resultados transitados		Resultado do exercício		Subsídios, cedências, doações, ajustam. e outros		TOTAL Capital Próprio	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Ourém	138,251	138,251	12,544	12,544	-21,404	-21,044	-4,398	-4,670	11,501	11,521	136,494	136,602
Felgueiras	182,416	182,416	3,830	2,520	-49,557	-49,652	-5,201	-3,828	2,073	3,345	133,561	134,801
Torres Vedras	29,259	42,813	25,758	26,176	13,690	17,140	6,852	7,775	19,414	30,871	94,973	124,775
Vila Real	90,101	79,276	2,503	2,503	35,434	25,633	1,177	1,555	10,739	12,648	139,954	121,614
Guarda	111,064	122,555	0,558	0,558	-3,323	-19,786	3,526	3,585	7,756	10,254	119,581	117,165
Barcelos	23,182	23,184	8,320	8,371	54,738	53,962	28,585	29,038	0,238	0,243	115,062	114,797
Caldas da Rainha	80,119	107,216	0,777	7,545	-3,803	-4,464	-0,112	0,436	0,625	0,625	77,607	111,359
Lagoa (Algarve)	94,487	94,487	4,768	4,768	7,081	7,081	0,630	0,630	2,925	2,925	109,891	109,891
Moura	200,426	198,695	0,000	0,022	-86,568	-86,523	-5,056	-5,016	0,737	1,209	109,539	108,387
Torres Novas	77,629	77,629	10,242	10,242	7,109	7,109	2,364	2,364	6,831	7,242	104,175	104,586
Mira	91,247	91,246	11,644	11,644	-0,629	-0,636	0,936	0,942	0,000	1,309	103,198	104,506
Póvoa de Varzim	62,653	62,653	1,935	1,947	22,065	22,053	2,605	2,605	13,181	13,417	102,440	102,675
Ribeira Grande	29,936	29,936	11,531	31,859	36,160	36,457	4,318	4,347	20,312	0,000	102,257	102,599
Palmela	117,825	117,825	0,960	0,960	-16,890	-16,890	-1,880	-1,880	1,176	1,176	101,191	101,191
Évora	182,904	177,375	0,630	2,028	-102,701	-101,180	-4,169	-4,169	24,556	25,034	101,220	99,088
Faro	115,925	116,019	0,294	0,297	-23,405	-27,240	-5,148	-5,840	14,854	15,823	102,521	99,058
Marinha Grande	52,429	52,429	2,051	1,963	31,931	31,987	3,941	4,016	8,661	8,661	99,013	99,055
Esposende	45,894	45,894	26,843	26,843	1,752	1,770	0,972	1,052	21,946	21,946	97,407	97,504
Olhão	109,574	109,574	5,859	5,967	-32,526	-32,133	0,510	0,735	11,163	11,163	94,580	95,305
Chaves	70,930	70,930	7,402	7,419	7,045	7,059	3,238	3,252	0,798	5,171	89,413	93,832
Barreiro	82,703	88,519	2,087	2,111	4,988	-3,438	5,046	4,751	0,377	0,422	95,201	92,365
Montijo	66,943	71,492	1,187	1,291	11,559	11,742	4,030	4,298	0,272	1,850	83,989	90,674
Anadia	74,493	74,493	8,719	8,719	4,956	5,131	-0,977	-1,151	0,090	0,210	87,281	87,401
Cantanhede	46,687	46,687	34,107	35,176	0,128	0,153	2,735	2,279	2,832	2,864	86,489	87,158
Lousada	64,366	64,366	1,371	1,371	19,875	19,875	1,351	1,394	0,466	-1,168	87,429	85,839
Beja	77,432	76,977	0,596	0,596	-1,831	1,880	-1,149	-1,070	7,275	6,821	82,324	85,204
Vila Real Sto. António	150,919	142,284	1,304	1,304	-57,560	-52,508	-8,710	-7,446	0,905	0,905	86,857	84,539
Fafe	68,720	68,720	1,369	1,373	4,468	4,442	0,536	0,535	8,600	8,600	83,693	83,670
Valpaços	141,118	141,118	1,149	1,149	-64,168	-64,168	-1,591	-1,591	1,972	1,981	78,478	78,488
Arcos de Valdevez	38,195	38,748	28,406	28,406	10,693	10,707	0,023	0,035	0,000	0,554	77,316	78,450
Coruche	29,297	29,297	12,132	12,132	31,765	31,765	3,005	3,005	0,343	0,819	76,542	77,018
Campo Maior	71,870	71,920	0,079	0,079	0,421	0,346	0,675	0,675	2,482	2,482	75,526	75,502
Portalegre	70,890	72,290	11,782	13,060	-18,196	-18,063	1,521	2,067	0,123	2,151	66,120	71,505
Montemor-o-Velho	71,797	71,797	0,306	0,306	-3,439	-3,439	0,963	0,963	1,007	1,007	70,633	70,633
Sines	31,133	30,334	49,158	0,510	-8,584	-10,703	0,028	-0,006	0,592	49,342	72,328	69,477
Grândola	34,614	34,379	1,744	1,959	1,236	1,236	8,810	8,812	22,679	22,841	69,082	69,226
Alcobaça	33,705	36,713	3,915	3,967	22,500	17,329	0,792	1,073	0,091	9,827	61,003	68,908
Montalegre	100,913	100,913	0,000	0,000	-34,979	-34,979	-1,239	-1,239	1,922	1,807	66,617	66,502

Grupo autárquico	Património		Reservas		Resultados transitados		Resultado do exercício		Subsídios, cedências, doações, ajustam. e outros		TOTAL Capital Próprio	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Cabeceiras de Basto	51,832	50,158	2,034	0,209	13,078	13,710	-1,442	-1,444	0,082	2,041	65,585	64,674
Oliveira do Bairro	23,749	23,749	1,193	1,193	39,327	39,323	-1,232	-1,233	0,009	0,009	63,047	63,042
Óbidos	40,805	40,805	2,421	2,421	20,140	20,140	-0,886	-0,869	0,008	0,463	62,488	62,960
Tomar	34,099	33,595	0,992	0,992	20,314	20,565	1,129	1,170	0,915	1,062	57,448	57,385
Castro Marim	63,834	63,834	0,436	0,452	-6,260	-6,178	-1,576	-1,546	0,000	0,090	56,435	56,653
Rio Maior	48,128	48,130	0,963	0,973	0,207	0,192	4,104	4,156	0,192	0,346	53,593	53,796
Albergaria-a-Velha	61,952	61,954	0,205	0,205	-8,695	-8,701	-0,806	-0,807	0,875	0,877	53,532	53,529
Praia da Vitória	41,547	41,841	0,367	0,395	-5,042	-6,919	-0,906	-0,594	6,808	17,763	42,775	52,486
Batalha	56,223	56,223	0,000	0,000	-3,820	-3,861	-0,977	-1,134	0,115	0,115	51,541	51,343
Miranda do Corvo	51,285	51,284	1,428	1,428	-1,083	-1,082	-0,606	-0,607	0,164	0,162	51,188	51,186
Mangualde	24,080	24,080	21,716	21,716	2,171	2,171	1,873	1,873	0,673	0,673	50,512	50,513
Sever do Vouga	21,783	21,833	1,318	1,318	25,381	25,392	0,855	0,859	0,000	-0,004	49,337	49,397
Porto de Mós	19,587	19,582	1,167	1,167	27,597	27,597	0,563	0,567	0,003	-0,001	48,917	48,912
Benavente	41,997	41,997	1,975	1,975	0,505	0,505	-0,209	-0,209	3,762	4,288	48,029	48,555
Póvoa de Lanhoso	41,945	41,580	1,547	1,547	3,213	3,327	0,468	0,451	0,200	0,200	47,373	47,106
Melgaço	13,042	13,042	28,441	29,723	0,000	0,267	0,665	0,550	0,029	2,340	42,178	45,923
Mortágua	44,179	44,178	0,807	0,807	0,678	0,678	0,164	0,166	0,000	0,011	45,829	45,840
Lagoa (R.A.A)	11,417	11,417	28,525	29,580	1,134	1,175	0,248	0,244	1,043	0,000	42,366	42,415
Nordeste	40,392	38,505	0,321	0,608	4,147	2,478	0,667	0,523	0,000	0,000	45,527	42,113
Ansião	29,976	29,977	0,965	0,965	8,730	8,730	0,484	0,485	1,163	1,192	41,319	41,349
Paços de Ferreira	87,830	87,830	1,279	1,279	-46,487	-50,411	2,037	2,129	0,503	0,503	45,162	41,330
Almodôvar	17,568	17,118	7,075	7,075	15,919	16,375	0,039	0,032	1,171	0,721	41,772	41,322
Vizela	20,622	20,622	12,701	12,701	2,083	2,083	2,163	2,163	1,904	2,934	39,473	40,503
Resende	32,476	32,204	0,671	0,671	8,051	7,129	0,101	0,108	0,000	0,204	41,299	40,317
Proença-a-Nova	79,524	79,524	2,373	2,449	-40,602	-40,608	-2,272	-2,210	0,133	0,133	39,156	39,288
Monção	13,221	14,206	2,363	2,363	22,060	21,051	0,577	0,599	0,102	0,102	38,323	38,322
Vila Pouca de Aguiar	22,590	22,590	1,229	1,229	13,182	13,182	-0,264	-0,264	1,502	1,487	38,238	38,223
Fundão	39,381	39,382	0,564	0,564	-3,510	-3,174	0,727	0,882	0,000	0,000	37,162	37,653
Sernancelhe	24,460	24,465	8,807	8,807	3,077	3,077	0,565	0,565	0,000	0,000	36,909	36,914
Peniche	16,920	24,038	3,955	9,463	0,000	0,355	1,742	2,439	0,097	0,097	22,715	36,392
Carrizada de Ansiães	8,549	8,550	1,000	1,000	25,282	25,045	1,156	1,067	0,000	0,007	35,987	35,670
Penedono	15,348	15,967	0,416	0,416	17,675	17,675	-0,186	-0,180	0,000	0,619	33,253	34,498
Vila Nova de Cerveira	12,400	12,702	1,144	1,144	15,711	16,745	0,401	0,360	2,829	2,836	32,484	33,788
Miranda do Douro	18,760	18,760	0,932	0,938	12,849	12,826	-0,062	-0,087	0,526	0,526	33,004	32,963
Vila Nova de Foz Côa	30,442	30,442	1,654	1,654	0,000	-1,076	0,759	0,673	0,000	1,239	32,855	32,933
Castro Verde	17,464	17,449	0,882	0,882	14,552	14,552	-0,505	-0,484	0,039	0,510	32,432	32,909
São Pedro do Sul	34,850	34,850	0,747	0,775	-3,106	-3,183	-0,099	-0,090	0,149	0,149	32,540	32,500
Cinfães	11,242	11,241	1,524	1,524	19,393	19,338	0,008	-0,038	0,000	0,241	32,168	32,307

Grupo autárquico	Património		Reservas		Resultados transitados		Resultado do exercício		Subsídios, cedências, doações, ajustam. e outros		TOTAL Capital Próprio	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Celorico de Basto	24,943	24,943	4,914	4,914	3,533	3,332	-1,315	-2,006	1,076	1,076	33,151	32,259
Vieira do Minho	38,519	38,519	0,238	0,246	-6,576	-7,254	0,314	-0,072	0,421	0,769	32,916	32,208
Trofa	26,620	26,620	0,002	0,021	-1,875	0,057	4,030	4,023	0,623	0,623	29,400	31,344
Alcanena	20,153	20,153	0,992	0,993	6,957	7,030	2,313	2,292	0,069	0,069	30,485	30,536
Chamusca	29,942	29,942	0,409	0,409	-0,341	-0,341	0,114	0,114	0,062	0,325	30,187	30,449
Trancoso	61,318	61,234	0,000	0,004	-31,946	-32,572	0,761	0,841	0,051	-0,023	30,184	29,484
Vila Flor	12,620	15,602	4,837	1,767	11,048	10,900	0,008	-0,044	0,000	0,000	28,513	28,224
Ribeira de Pena	44,838	44,838	0,265	0,265	-17,072	-17,072	-1,612	-1,612	1,308	1,318	27,727	27,737
Salvaterra de Magos	26,676	27,130	0,698	0,698	-1,513	-0,953	-0,063	0,245	0,086	0,598	25,885	27,718
Vila Nova de Poiares	35,171	35,169	0,204	0,204	-8,055	-8,055	0,279	0,278	0,000	0,014	27,599	27,611
Mirandela	17,033	16,820	1,456	1,995	6,855	5,311	1,589	1,613	1,271	0,938	28,205	26,677
Sta. Marta Penaguião	11,000	11,000	2,508	2,508	13,201	13,201	-2,040	-2,040	0,595	0,595	25,264	25,264
Mondim de Basto	13,927	13,927	1,081	1,082	8,586	8,601	0,785	0,793	0,000	0,008	24,379	24,411
Alpiarça	38,978	36,934	0,256	0,594	-12,336	-12,798	-1,330	-0,990	0,319	0,522	25,888	24,261
Nelas	44,496	44,493	1,146	1,146	-20,786	-20,786	-1,607	-1,608	0,025	0,022	23,275	23,268
Valença	8,578	8,578	0,821	0,905	12,621	12,601	0,766	0,840	0,000	0,000	22,786	22,925
Manteigas	28,454	28,448	0,088	0,088	-5,362	-5,362	-0,687	-0,688	0,164	0,158	22,657	22,644
Santa Comba Dão	58,916	58,861	0,182	0,199	-35,428	-35,494	-1,165	-1,135	0,159	0,105	22,664	22,536
Ferreira do Alentejo	17,463	17,463	0,921	0,921	2,903	2,862	0,450	0,459	0,235	0,243	21,972	21,948
Belmonte	42,131	42,131	0,218	0,219	-18,301	-18,285	-2,609	-2,623	0,228	0,228	21,667	21,671
Vinhais	23,661	23,655	2,743	2,774	-5,168	-5,144	-0,232	-0,231	0,000	-0,007	21,005	21,047
Vila Nova Barquinha	12,526	12,591	0,206	0,206	7,188	7,124	-0,186	-0,185	1,304	1,294	21,037	21,030
Torre de Moncorvo	65,871	65,875	0,848	0,852	-47,136	-47,124	-0,473	-0,471	1,535	1,535	20,645	20,668
Góis	7,903	7,898	0,542	0,542	11,698	11,698	0,029	0,030	0,433	0,428	20,605	20,596
São Vicente	5,252	5,252	1,066	1,066	14,407	14,905	-1,164	-0,810	0,000	0,026	19,561	20,438
Penela	40,144	40,143	0,000	0,000	-19,259	-19,259	-0,619	-0,618	0,056	0,060	20,322	20,326
Tábua	49,041	49,040	0,000	0,000	-28,467	-28,467	-0,500	-0,501	0,011	0,010	20,085	20,082
Castanheira de Pêra	29,369	29,369	0,268	0,268	-11,331	-11,331	0,836	0,929	0,170	0,179	19,311	19,414
Cuba	11,758	11,758	0,222	0,227	4,344	4,272	-0,295	-0,322	0,074	0,074	16,101	16,009
Murça	6,768	6,768	0,436	0,436	5,425	5,425	0,150	0,133	0,000	0,010	12,778	12,771
Lajes das Flores	18,152	18,152	0,024	0,024	-6,638	-6,728	-1,343	-1,391	0,004	0,004	10,199	10,061
Nazaré	12,811	22,297	0,308	0,308	-9,621	-14,538	0,744	0,810	0,250	0,250	4,492	9,126
TOTAL dos 144	16.144,768	16.366,581	1.644,302	1.789,568	1.757,864	1.793,664	431,097	465,452	832,958	1.224,294	20.810,989	21.673,810

Quadro 4.48 – Principais componentes do Passivo

Unidade: milhões de euros

Grupo autárquico	Empréstimos (a)		Fornecedores e outros (b)		Total Passivo Exigível (c) = (a)+(b)		Provisões para riscos e encargos (d)		Acréscimos e Diferimentos (e)		Total do PASSIVO (f) = (c)+(d)+(e)	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Lisboa	272,023	303,121	225,224	299,399	497,247	602,520	317,388	326,445	251,714	311,858	1.066,348	1.240,822
Vila Nova de Gaia	119,862	176,066	22,731	33,334	142,593	209,400	4,914	5,786	155,033	189,604	302,539	404,790
Porto	31,253	31,253	11,242	28,429	42,495	59,682	45,333	51,187	191,439	233,723	279,268	344,592
Coimbra	38,143	45,955	13,419	20,421	51,563	66,376	42,047	45,749	126,897	148,676	220,506	260,801
Matosinhos	53,305	53,305	7,160	8,265	60,464	61,569	3,840	3,840	143,517	144,263	207,821	209,672
Braga	28,796	72,431	21,685	31,148	50,481	103,579	12,131	12,181	54,471	79,605	117,083	195,365
Aveiro	76,227	76,765	29,599	34,730	105,827	111,494	6,339	6,197	65,339	69,717	177,504	187,408
Guimarães	38,523	56,940	8,982	17,879	47,505	74,818	1,311	1,414	81,613	103,737	130,429	179,970
Portimão	122,781	16,420	13,538	122,271	136,319	138,691	8,905	8,905	23,683	29,615	168,907	177,211
Funchal	31,973	11,010	21,614	43,427	53,587	54,437	6,849	6,617	113,241	113,613	173,677	174,668
Vila Real Sto. António	65,253	106,247	12,936	31,244	78,189	137,491	2,033	2,033	26,589	27,660	106,811	167,184
Maia	33,837	35,695	9,933	53,256	43,770	88,951	6,804	3,575	52,782	67,721	103,355	160,247
Paços de Ferreira	38,540	38,890	14,358	14,300	52,898	53,189	51,102	51,102	53,771	53,965	157,772	158,256
Loures	27,032	27,317	6,143	7,430	33,175	34,747	72,256	73,053	40,173	47,810	145,604	155,610
Castelo Branco	4,454	4,454	2,037	3,474	6,491	7,928	0,298	5,426	90,133	139,375	96,923	152,728
Leiria	35,627	35,627	4,704	6,367	40,331	41,994	5,927	5,927	64,880	93,865	111,138	141,786
Barcelos	12,154	13,404	6,438	6,563	18,593	19,968	73,108	72,549	40,724	43,260	132,425	135,777
Viseu	14,826	16,387	10,959	13,461	25,785	29,848	2,493	2,511	32,515	100,718	60,792	133,077
Fundão	57,285	62,210	3,697	4,171	60,981	66,381	23,797	23,797	40,248	40,299	125,025	130,476
Loulé	28,107	28,991	10,068	14,282	38,175	43,273	1,878	2,962	78,043	80,920	118,095	127,155
Covilhã	17,667	28,268	28,208	37,994	45,875	66,263	0,179	0,409	46,500	56,885	92,553	123,557
Santarém	38,738	53,867	18,041	27,438	56,779	81,305	9,381	8,450	32,567	33,241	98,727	122,995
Sintra	10,949	10,949	8,532	11,150	19,481	22,099	19,809	21,605	60,821	72,486	100,112	116,190
Évora	60,789	63,539	7,770	8,885	68,559	72,424	5,403	5,403	19,395	22,101	93,357	99,929
Faro	24,589	38,964	1,633	7,227	26,222	46,190	6,113	10,215	19,873	40,298	52,208	96,703
Amadora	21,604	21,604	6,095	11,328	27,699	32,932	3,300	3,227	54,593	56,752	85,592	92,911
Vila Franca de Xira	26,800	27,212	4,449	5,445	31,249	32,657	7,804	7,804	48,139	51,444	87,192	91,905
Santa Maria da Feira	22,338	22,338	5,461	6,596	27,799	28,934	2,947	2,948	58,755	59,617	89,501	91,500
Guarda	20,765	27,084	3,782	1,734	24,546	28,818	1,588	16,510	43,802	43,933	69,936	89,261
Chaves	25,099	25,099	12,993	13,087	38,092	38,186	0,969	0,969	49,225	49,297	88,286	88,451
Cascais	40,361	40,361	18,848	18,848	59,209	59,209	11,056	11,056	18,044	18,044	88,309	88,309
Pombal	4,460	8,056	4,348	0,825	8,809	8,882	0,941	0,941	76,982	77,139	86,731	86,961
Bragança	3,511	Si	3,420	Si	6,931	7,569	12,749	12,749	58,693	66,448	78,374	86,767
Vila do Conde	36,566	36,566	5,233	5,233	41,799	41,799	2,624	2,624	41,267	41,267	85,689	85,689
Portalegre	16,542	18,132	9,263	8,741	25,805	26,873	0,278	0,278	45,109	55,742	71,192	82,892

Grupo autárquico	Empréstimos (a)		Fornecedores e outros (b)		Total Passivo Exigível (c) = (a)+(b)		Provisões para riscos e encargos (d)		Acréscimos e Diferimentos (e)		Total do PASSIVO (f) = (c)+(d)+(e)	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Almada	27,775	27,775	5,549	6,347	33,325	34,122	2,042	2,541	29,749	43,711	65,115	80,373
Vila Real	12,442	13,954	1,963	5,966	14,405	19,920	0,073	2,427	41,949	56,612	56,426	78,959
Santo Tirso	19,625	19,800	8,835	8,881	28,459	28,681	0,756	0,756	43,174	43,220	72,390	72,658
Mafra	2,908	6,460	12,314	14,062	15,222	20,522	8,786	8,786	40,780	39,567	64,788	68,874
Odivelas	9,176	27,043	6,337	9,099	15,512	36,143	1,446	2,040	24,660	30,434	41,618	68,617
Trofa	27,670	33,623	2,610	3,148	30,280	36,770	3,154	3,154	24,656	28,393	58,090	68,317
Póvoa de Varzim	9,484	9,484	4,341	4,388	13,825	13,872	0,100	0,100	54,153	54,273	68,078	68,244
Figueira da Foz	22,309	32,117	5,376	6,175	27,685	38,292	0,070	0,184	27,753	27,992	55,508	66,468
Cantanhede	10,994	20,715	3,893	5,949	14,887	26,663	0,206	0,206	14,989	39,173	30,082	66,042
Oeiras	15,889	16,009	21,713	27,837	37,602	43,847	2,991	3,290	15,156	18,407	55,749	65,543
Valongo	17,237	14,659	18,916	21,836	36,153	36,494	0,288	0,288	24,588	25,265	61,029	62,047
Sines	8,045	10,090	5,096	5,972	13,141	16,063	12,240	11,796	31,490	33,545	56,871	61,404
Tomar	8,636	8,636	13,796	12,729	22,433	21,365	0,498	0,848	36,607	38,469	59,538	60,682
Arcos de Valdevez	4,191	4,191	3,579	3,579	7,770	7,770	0,108	0,108	50,780	50,780	58,657	58,657
Torres Vedras	11,843	11,843	5,361	6,041	17,204	17,884	0,002	0,300	31,872	39,480	49,079	57,665
Lagos	8,415	8,415	22,994	24,458	31,409	32,873	0,364	0,364	22,166	24,050	53,938	57,288
Felgueiras	4,454	3,237	4,153	7,483	8,607	10,720	2,430	2,432	38,138	43,948	49,175	57,100
Lousada	10,265	10,265	4,415	4,499	14,679	14,764	0,331	0,331	41,536	41,599	56,546	56,694
Ribeira Grande	9,521	10,755	1,131	1,389	10,652	12,143	0,035	0,035	39,616	40,301	50,303	52,479
Olhão	16,044	21,958	1,187	6,570	17,231	28,528	0,046	0,046	21,583	23,792	38,860	52,367
Nazaré	11,724	11,724	23,075	23,573	34,799	35,297	3,104	3,104	11,786	12,062	49,689	50,463
Torres Novas	15,241	15,241	1,707	1,707	16,948	16,948	0,677	0,677	32,493	32,493	50,117	50,117
Alcobaça	3,061	3,030	2,359	6,385	5,421	9,415	12,293	12,293	21,998	27,389	39,711	49,096
Beja	9,539	7,190	1,677	11,910	11,216	19,100	0,000	0,554	25,436	29,321	36,652	48,975
Tavira	9,354	18,984	1,911	7,559	11,265	26,543	3,371	4,742	15,046	17,193	29,682	48,479
Montemor-o-Velho	15,982	15,982	1,704	1,704	17,686	17,686	1,339	1,339	29,086	29,086	48,112	48,112
Mirandela	9,955	10,152	9,554	11,571	19,509	21,722	2,608	2,608	23,625	23,774	45,742	48,104
Rio Maior	8,738	8,738	1,412	1,962	10,150	10,701	0,521	0,521	34,184	34,515	44,855	45,736
Ourém	8,468	11,260	3,200	0,660	11,668	11,920	4,547	4,705	28,244	28,602	44,460	45,226
Praia da Vitória	7,315	12,812	1,413	2,401	8,728	15,213	0,000	0,000	26,016	29,371	34,744	44,585
Caldas da Rainha	3,585	3,585	3,249	3,546	6,834	7,131	0,107	0,107	35,650	36,721	42,591	43,959
Anadia	4,662	4,762	0,696	0,746	5,358	5,508	0,000	0,000	37,747	37,456	43,106	42,964
Oliveira do Bairro	6,944	6,944	2,773	2,773	9,717	9,717	0,000	0,000	31,707	31,707	41,423	41,423
Barreiro	14,904	14,904	5,960	10,351	20,864	25,256	0,000	0,000	14,188	14,814	35,052	40,070
Celorico de Basto	11,425	12,228	1,652	2,272	13,077	14,500	0,000	0,000	25,317	25,317	38,394	39,817
Vila Pouca de Aguiar	2,334	2,334	2,822	2,822	5,156	5,156	2,407	2,407	32,038	32,038	39,602	39,602
Fafe	4,714	4,714	2,692	2,731	7,406	7,444	0,276	0,276	30,503	30,503	38,184	38,223

Grupo autárquico	Empréstimos (a)		Fornecedores e outros (b)		Total Passivo Exigível (c) = (a)+(b)		Provisões para riscos e encargos (d)		Acréscimos e Diferimentos (e)		Total do PASSIVO (f) = (c)+(d)+(e)	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Nordeste	11,785	17,912	0,242	0,335	12,028	18,246	0,366	0,366	14,704	18,021	27,098	36,633
Abrantes	6,607	7,611	1,074	2,294	7,681	9,904	0,095	0,362	19,043	24,103	26,819	34,369
São Vicente	1,368	1,368	3,551	3,689	4,920	5,058	0,000	0,000	28,909	28,909	33,829	33,967
Esposende	4,215	6,778	2,729	3,816	6,944	10,594	0,632	0,632	17,563	22,278	25,138	33,504
Óbidos	5,919	5,919	1,191	1,637	7,110	7,556	0,724	0,724	24,295	24,295	32,129	32,574
São Pedro do Sul	2,651	12,407	4,106	4,426	6,757	16,833	0,620	0,620	12,965	12,516	20,343	29,969
Vizela	11,916	11,916	1,919	1,919	13,835	13,835	1,003	1,003	14,962	14,962	29,800	29,800
Valença	5,205	6,042	2,302	2,388	7,507	8,430	0,540	0,540	20,711	20,769	28,757	29,740
Cabeceiras de Basto	4,957	0,000	2,342	7,368	7,300	7,368	0,530	0,530	20,146	21,590	27,975	29,488
Vieira do Minho	8,465	8,499	3,803	3,078	12,268	11,577	0,584	0,584	15,116	15,227	27,968	27,388
Melgaço	5,605	7,498	3,433	4,819	9,038	12,317	0,000	0,000	15,044	14,969	24,082	27,286
Vila Nova de Cerveira	4,451	4,546	1,223	1,228	5,674	5,773	0,138	0,138	21,303	21,350	27,115	27,261
Valpaços	3,633	3,633	1,697	1,697	5,330	5,330	0,450	0,450	21,331	21,331	27,111	27,111
Trancoso	4,881	4,881	1,970	3,007	6,851	7,888	2,625	2,625	16,505	16,399	25,982	26,912
Marinha Grande	1,016	0,257	1,210	2,182	2,226	2,439	0,307	0,307	23,498	23,521	26,032	26,268
Ribeira de Pena	4,149	4,149	2,432	2,432	6,581	6,581	0,447	0,447	18,995	18,995	26,023	26,023
Coruche	1,861	1,861	1,526	1,526	3,387	3,387	0,000	0,000	22,422	22,422	25,809	25,809
Montalegre	2,878	2,878	0,877	0,877	3,754	3,754	1,050	1,050	20,820	20,820	25,624	25,624
Vila Nova de Poiares	15,719	14,950	0,684	1,454	16,404	16,404	0,360	0,360	8,712	8,712	25,476	25,476
Monção	4,895	4,895	2,857	3,053	7,752	7,948	0,154	0,154	17,244	17,244	25,150	25,347
Moura	5,157	5,810	2,708	3,376	7,865	9,186	0,048	0,048	12,605	15,694	20,518	24,928
Palmela	10,903	11,047	4,744	4,772	15,647	15,819	1,181	1,181	7,712	7,809	24,541	24,809
Albergaria-a-Velha	3,536	3,536	1,855	1,855	5,391	5,391	0,124	0,124	19,212	19,212	24,727	24,727
Póvoa de Lanhoso	3,975	4,125	3,386	3,906	7,360	8,031	1,794	1,794	13,254	13,580	22,409	23,405
Montijo	6,605	8,643	1,074	1,715	7,679	10,358	0,000	0,000	11,620	12,453	19,299	22,811
Peniche	5,202	5,202	2,676	2,719	7,878	7,921	0,000	0,000	11,451	14,168	19,329	22,088
Alcanena	6,385	6,502	1,115	1,013	7,500	7,515	0,019	0,019	13,464	13,786	20,983	21,320
Vila Nova de Foz Côa	0,850	2,565	0,454	1,050	1,304	3,615	0,215	0,215	16,208	17,412	17,728	21,242
Mangualde	7,253	7,253	1,919	1,919	9,172	9,172	0,448	0,448	11,339	11,339	20,959	20,959
Grândola	5,297	5,297	3,506	3,971	8,803	9,268	0,455	0,476	10,529	11,052	19,786	20,796
Resende	5,583	5,733	1,044	1,172	6,627	6,905	0,138	0,138	13,112	13,137	19,877	20,180
Vinhais	2,682	2,682	1,308	1,346	3,991	4,028	0,000	0,000	15,997	16,043	19,988	20,072
Batalha	1,356	1,356	1,408	1,486	2,764	2,842	0,246	0,246	16,920	16,888	19,930	19,976
Salvaterra de Magos	3,313	3,313	1,030	1,030	4,344	4,344	0,001	0,001	15,227	15,227	19,572	19,572
Torre de Moncorvo	9,199	9,199	1,448	1,456	10,647	10,655	0,025	0,025	8,876	8,876	19,548	19,556
Santa Comba Dão	10,126	10,184	1,935	2,017	12,061	12,201	1,833	1,833	5,068	5,068	18,962	19,102
Almodôvar	3,881	3,881	0,944	0,944	4,825	4,825	0,000	0,000	13,515	13,515	18,340	18,340

Grupo autárquico	Empréstimos (a)		Fornecedores e outros (b)		Total Passivo Exigível (c) = (a)+(b)		Provisões para riscos e encargos (d)		Acréscimos e Diferimentos (e)		Total do PASSIVO (f) = (c)+(d)+(e)	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Nelas	9,487	9,487	1,834	1,834	11,321	11,321	1,114	1,114	5,757	5,757	18,191	18,191
Mondim de Basto	7,723	7,723	1,041	1,043	8,764	8,766	0,372	0,372	8,931	8,931	18,066	18,069
Ansião	5,687	4,435	0,923	2,176	6,611	6,611	0,036	0,036	11,338	11,338	17,985	17,985
Belmonte	2,121	2,121	1,097	1,120	3,217	3,241	5,232	5,232	9,073	9,099	17,523	17,572
Sever do Vouga	1,205	1,291	1,503	1,566	2,708	2,857	0,000	0,000	14,297	14,301	17,005	17,158
Benavente	0,457	0,457	0,909	0,909	1,366	1,366	0,000	0,000	15,734	15,734	17,101	17,101
Tábua	3,985	3,616	4,402	4,771	8,387	8,387	0,120	0,120	8,455	8,455	16,963	16,963
Castro Marim	3,743	3,743	1,186	1,344	4,929	5,087	0,000	0,000	11,791	11,824	16,720	16,911
Alpiarça	6,545	6,677	2,012	1,794	8,557	8,471	0,000	0,000	8,049	8,370	16,606	16,841
Miranda do Corvo	0,672	0,672	1,543	1,543	2,215	2,215	2,983	2,983	11,556	11,556	16,754	16,754
Porto de Mós	1,996	1,704	1,506	1,798	3,502	3,502	0,071	0,071	12,866	12,866	16,438	16,438
Vila Nova Barquinha	3,032	3,032	0,675	0,691	3,707	3,723	0,348	0,348	11,808	11,824	15,863	15,895
Campo Maior	0,364	0,364	1,333	1,384	1,697	1,748	0,000	0,000	14,013	14,107	15,710	15,855
Lagoa (Algarve)	2,169	2,169	2,342	2,342	4,511	4,511	0,000	0,000	10,223	10,223	14,734	14,734
Cinfães	0,344	0,404	2,103	2,278	2,448	2,682	0,627	0,627	11,310	11,329	14,384	14,638
Proença-a-Nova	2,595	3,243	0,969	0,353	3,564	3,597	0,038	0,038	10,571	10,690	14,172	14,324
Lagoa (R.A.A)	6,303	6,303	0,686	0,850	6,989	7,153	0,095	0,095	6,851	6,829	13,934	14,077
Manteigas	3,872	3,872	1,105	1,105	4,977	4,977	0,207	0,207	8,791	8,791	13,975	13,975
Murça	5,007	5,302	0,800	0,849	5,807	6,151	0,000	0,000	7,543	7,590	13,350	13,741
Castro Verde	1,549	1,549	2,562	2,562	4,111	4,111	0,003	0,003	9,487	9,487	13,601	13,601
Mira	0,572	2,041	3,070	3,186	3,642	5,227	0,780	0,780	7,572	7,590	11,995	13,597
Sta. Marta Penaguião	1,866	1,866	0,837	0,837	2,703	2,703	0,000	0,000	10,079	10,079	12,783	12,783
Mortágua	2,299	2,299	0,478	0,478	2,776	2,776	0,155	0,155	9,849	9,849	12,781	12,781
Ferreira do Alentejo	3,263	3,547	0,751	0,756	4,014	4,303	0,000	0,000	8,285	8,285	12,299	12,588
Lajes das Flores	0,129	0,129	0,166	0,276	0,295	0,405	0,647	0,647	11,522	11,522	12,465	12,575
Sernancelhe	1,707	1,708	0,739	0,740	2,446	2,447	0,038	0,038	10,001	10,002	12,485	12,487
Penela	2,701	2,748	0,741	0,694	3,443	3,443	0,000	0,000	8,909	8,909	12,352	12,352
Cuba	1,812	2,156	0,816	0,762	2,629	2,918	0,005	0,005	8,018	9,288	10,652	12,212
Miranda do Douro	5,320	5,320	0,826	0,864	6,146	6,184	0,188	0,188	5,762	5,762	12,096	12,135
Góis	1,452	1,549	1,335	1,237	2,787	2,787	0,132	0,132	8,664	8,664	11,582	11,582
Castanheira de Pêra	5,010	5,179	0,265	0,498	5,275	5,676	0,000	0,000	5,719	5,734	10,994	11,410
Vila Flor	1,254	1,682	1,495	2,102	2,749	3,784	0,133	0,133	7,163	7,084	10,045	11,001
Chamusca	1,854	1,854	0,472	0,472	2,326	2,326	0,000	0,000	6,257	6,257	8,582	8,582
Carraceda de Ansiães	1,284	1,309	0,683	0,688	1,967	1,997	0,019	0,019	6,159	6,161	8,145	8,177
Penedono	0,000	0,000	0,242	0,242	0,242	0,242	0,004	0,004	5,167	5,167	5,413	5,413
TOTAL dos 144	2.208,505	2.436,014	933,130	1.374,580	3.141,634	3.818,163	871,606	920,595	4.428,996	5.023,217	8.442,237	9.761,975

Quadro 4.49 – Principais componentes dos gastos (custos)

Unidade: milhões de euros

Grupo autárquico	CMVMC		Fornecimentos e serviços externos		Gastos com pessoal		Amortizações		Outros gastos		Total dos GASTOS	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Lisboa	5,669	26,184	130,514	198,612	218,784	307,053	60,827	72,962	318,030	304,638	733,824	909,449
Porto	1,488	11,369	50,561	69,199	65,414	82,551	44,431	52,752	23,683	21,795	185,577	237,665
Sintra	1,114	16,636	39,170	63,510	51,129	68,246	18,472	26,200	25,654	25,387	135,539	199,979
Vila Nova de Gaia	1,601	10,991	29,514	59,533	37,594	52,002	15,539	23,461	28,540	31,315	112,788	177,302
Cascais	0,359	0,359	75,956	75,956	40,160	40,160	15,483	15,483	35,940	35,940	167,899	167,899
Oeiras	0,662	8,626	39,459	51,723	42,451	50,818	10,192	12,101	19,296	19,706	112,061	142,973
Loures	0,468	6,433	30,606	39,271	40,555	53,522	7,255	9,831	24,363	28,718	103,246	137,776
Braga	0,397	3,752	23,205	35,264	25,958	43,654	13,152	19,759	23,293	18,254	86,005	120,682
Coimbra	1,073	10,758	20,196	29,654	25,947	40,719	8,168	13,449	30,117	23,883	85,502	118,463
Matosinhos	0,701	0,821	25,892	29,731	32,784	36,909	24,183	24,538	23,915	23,836	107,476	115,836
Almada	1,740	2,689	29,947	37,322	32,488	44,881	8,082	13,554	13,813	15,628	86,069	114,076
Loulé	5,150	8,307	31,359	39,389	26,798	34,068	13,467	14,848	12,890	13,255	89,664	109,868
Guimarães	1,936	2,182	19,217	32,747	24,631	33,075	17,147	21,506	22,620	19,310	85,551	108,821
Amadora	1,296	9,080	19,327	28,365	29,247	34,386	7,484	9,000	16,132	15,607	73,486	96,437
Maia	0,723	5,775	14,969	28,630	18,589	25,335	16,495	20,185	14,861	12,692	65,636	92,617
Odivelas	0,059	4,548	26,502	32,042	22,472	30,763	6,134	8,332	9,453	13,573	64,620	89,259
Funchal	8,551	8,389	19,722	20,788	29,338	32,113	11,317	11,392	13,235	12,745	82,163	85,428
Vila Franca de Xira	0,763	5,815	16,617	21,963	17,264	20,461	14,545	17,083	11,343	13,333	60,532	78,654
Mafra	0,284	1,836	23,904	28,215	14,789	16,778	13,547	13,965	15,636	15,998	68,161	76,792
Viseu	0,599	1,344	19,786	25,649	12,597	16,028	8,650	14,403	7,819	8,493	49,450	65,917
Leiria	0,772	0,911	19,122	26,941	12,773	16,088	7,665	11,852	9,121	9,236	49,454	65,029
Portimão	0,577	3,355	11,306	18,486	15,001	21,847	6,332	9,063	8,873	10,641	42,089	63,393
Faro	0,002	2,524	9,074	16,629	14,046	19,110	14,370	17,111	6,256	7,294	43,748	62,667
Barcelos	1,022	1,045	12,749	13,011	13,133	14,125	8,901	9,090	17,658	17,257	53,463	54,526
Santa Maria da Feira	2,028	2,068	17,269	20,623	14,126	15,826	8,148	8,379	9,101	7,512	50,673	54,408
Torres Vedras	2,187	5,672	10,942	15,811	12,264	15,998	3,773	6,811	9,462	9,253	38,629	53,546
Castelo Branco	0,345	4,241	9,273	13,613	6,954	9,668	15,126	17,868	6,667	7,471	38,364	52,861
Évora	3,954	3,954	11,248	11,447	17,644	17,892	8,377	8,754	9,909	9,984	51,133	52,031
Aveiro	0,741	0,749	11,621	12,484	12,555	13,121	9,891	10,919	11,705	11,643	46,512	48,917
Vila do Conde	0,950	0,950	13,615	13,615	16,898	16,898	9,380	9,380	7,738	7,738	48,581	48,581
Santarém	0,103	0,269	8,730	11,359	13,166	16,742	5,041	8,054	9,779	10,252	36,819	46,675
Palmela	0,743	0,763	12,316	12,961	17,577	18,276	7,726	7,773	5,253	4,665	43,615	44,437
Figueira da Foz	0,434	0,434	11,488	11,931	10,005	10,403	11,462	11,743	10,442	9,445	43,832	43,956
Lagos	3,594	3,595	14,734	15,889	11,758	12,520	5,788	6,111	5,049	5,106	40,922	43,222
Covilhã	0,267	0,523	7,051	13,340	6,225	9,270	12,012	13,742	5,573	5,568	31,129	42,444

Grupo autárquico	CMVMC		Fornecimentos e serviços externos		Gastos com pessoal		Amortizações		Outros gastos		Total dos GASTOS	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Tavira	0,460	1,820	5,552	9,322	8,349	12,037	10,806	11,625	7,375	7,348	32,542	42,152
Barreiro	0,294	2,074	12,192	12,281	15,057	18,891	3,530	3,961	4,457	4,098	35,531	41,305
Póvoa de Varzim	1,949	1,949	13,885	13,648	12,228	12,912	7,457	7,490	4,855	4,867	40,374	40,866
Guarda	0,643	0,965	10,343	10,231	9,928	11,090	7,559	8,313	4,706	8,152	33,179	38,750
Valongo	0,444	0,444	9,493	9,532	11,257	11,461	11,326	11,521	5,589	5,617	38,108	38,575
Vila Real Sto. António	0,106	1,539	8,788	10,029	7,148	10,028	2,620	3,446	12,766	12,493	31,427	37,535
Vila Real	0,597	2,074	8,031	12,173	7,234	9,590	4,933	6,599	5,931	6,810	26,725	37,245
Alcobaça	0,325	1,798	10,526	13,200	6,777	7,889	4,245	6,121	7,775	8,016	29,647	37,023
Felgueiras	2,136	2,146	8,019	9,017	10,425	11,282	10,012	10,401	6,181	4,133	36,772	36,979
Chaves	2,513	2,551	7,705	8,092	8,613	9,581	5,505	5,525	11,042	10,963	35,379	36,711
Ourém	0,456	0,502	10,962	9,918	7,128	9,561	11,400	11,442	5,819	5,283	35,764	36,706
Santo Tirso	0,702	0,794	13,324	13,435	9,024	9,359	7,360	7,385	5,231	5,250	35,641	36,223
Lagoa (Algarve)	3,169	3,169	12,065	12,065	7,309	7,309	7,881	7,881	4,915	4,915	35,339	35,339
Olhão	0,066	2,355	6,440	11,251	8,958	12,701	4,970	5,644	4,545	2,935	24,979	34,886
Pombal	0,150	0,186	9,158	8,791	7,924	8,820	9,664	9,712	7,155	7,137	34,052	34,646
Montijo	0,481	0,543	6,458	10,685	13,140	16,268	2,610	3,581	2,009	2,352	24,698	33,429
Bragança	1,039	1,042	12,098	12,325	6,748	6,956	5,876	6,309	5,283	4,850	31,044	31,483
Beja	1,298	3,106	7,125	7,709	8,756	11,105	4,709	5,525	3,513	3,827	25,402	31,272
Abrantes	0,255	0,363	5,492	9,616	6,816	8,860	6,213	7,810	4,553	4,205	23,329	30,854
Cantanhede	1,234	1,446	4,896	9,825	5,238	7,976	5,358	7,649	4,381	3,557	21,107	30,453
Caldas da Rainha	0,109	1,270	8,490	10,552	5,648	6,845	4,466	6,292	5,121	5,173	23,835	30,131
Fafe	0,414	0,414	7,299	7,300	7,944	7,944	5,733	5,733	8,137	8,137	29,528	29,528
Tomar	0,925	3,297	5,484	6,727	8,762	10,493	4,748	5,599	3,233	3,238	23,151	29,354
Lousada	0,848	0,860	7,712	7,870	9,469	9,850	3,088	3,108	3,994	3,842	25,111	25,531
Fundão	0,174	0,266	6,428	6,416	5,976	6,282	5,134	5,143	6,181	6,061	23,894	24,167
Esposende	0,184	1,609	6,425	8,291	4,794	7,296	1,985	3,333	4,177	3,163	17,565	23,693
Torres Novas	0,373	0,373	6,748	6,748	8,625	8,625	5,946	5,946	1,673	1,673	23,365	23,365
Paços de Ferreira	0,540	0,540	7,314	6,099	7,837	8,933	2,311	2,738	4,625	4,792	22,627	23,102
Sines	0,691	0,691	5,119	5,363	8,361	8,982	3,449	3,556	4,242	4,014	21,862	22,604
Arcos de Valdevez	0,634	0,634	6,910	6,910	4,891	4,891	5,705	5,705	3,953	3,953	22,093	22,093
Moura	1,408	1,440	3,006	3,052	6,318	7,224	7,581	7,868	2,618	2,488	20,930	22,072
Peniche	1,405	2,703	3,729	5,578	6,190	7,545	1,850	3,101	2,516	2,794	15,690	21,720
Anadia	0,564	0,564	5,709	5,833	4,409	4,766	7,038	7,043	3,201	3,323	20,922	21,531
Grândola	0,487	0,487	5,572	6,364	8,844	9,312	2,596	2,884	2,266	2,395	19,765	21,442
Portalegre	0,521	1,997	4,268	4,479	5,766	6,979	4,737	5,377	2,520	2,562	17,812	21,394
Marinha Grande	0,235	0,235	7,689	8,019	5,246	5,436	4,155	4,189	2,866	2,451	20,191	20,330
Montalegre	0,684	0,684	4,635	4,635	4,364	4,364	7,082	7,082	2,865	2,865	19,630	19,630

Grupo autárquico	CMVMC		Fornecimentos e serviços externos		Gastos com pessoal		Amortizações		Outros gastos		Total dos GASTOS	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Trofa	0,168	0,170	4,541	5,885	5,650	5,928	3,224	3,568	4,352	4,042	17,934	19,593
Mirandela	2,314	2,315	6,299	6,680	5,682	5,812	2,227	2,231	2,472	2,487	18,994	19,525
São Pedro do Sul	0,106	0,201	3,299	4,754	6,403	8,568	3,207	3,743	2,542	2,069	15,558	19,337
Rio Maior	0,072	0,225	5,853	6,806	5,210	7,055	2,763	2,966	2,359	1,799	16,257	18,852
Valpaços	0,841	0,841	3,692	3,692	3,567	3,567	6,621	6,621	3,882	3,882	18,603	18,603
Nazaré	0,112	0,803	3,346	6,550	2,552	5,661	1,593	1,960	3,625	2,994	11,228	17,969
Montemor-o-Velho	0,382	0,382	5,628	5,628	4,025	4,025	6,439	6,439	1,375	1,375	17,849	17,849
Praia da Vitória	0,130	0,151	1,903	4,316	3,645	5,443	2,473	3,003	4,579	4,820	12,730	17,734
Porto de Mós	0,705	0,705	5,781	5,781	4,911	4,911	3,733	3,733	2,411	2,407	17,540	17,536
Oliveira do Bairro	0,269	0,269	4,173	4,173	4,901	4,901	4,463	4,463	3,412	3,413	17,218	17,219
Benavente	0,690	0,690	4,684	4,684	6,475	6,475	2,359	2,359	2,600	2,600	16,809	16,809
Vila Pouca de Aguiar	0,640	0,640	4,681	4,681	4,720	4,720	3,648	3,648	3,109	3,109	16,799	16,799
Ribeira Grande	0,430	0,430	6,195	6,079	5,043	5,358	2,683	2,700	1,865	1,873	16,216	16,441
Póvoa de Lanhoso	1,035	1,035	3,994	4,195	4,095	4,552	3,643	3,690	2,370	2,667	15,137	16,139
Cabeceiras de Basto	0,017	0,017	3,670	3,732	4,578	5,674	4,342	4,354	2,589	2,244	15,196	16,021
Óbidos	0,212	0,230	4,086	5,030	4,886	5,662	2,380	2,542	2,512	2,519	14,077	15,984
Melgaço	0,183	2,785	2,847	3,600	4,575	5,366	2,191	2,594	1,325	1,409	11,121	15,754
Coruche	0,392	0,392	4,044	4,044	5,941	5,941	3,305	3,305	1,584	1,584	15,267	15,267
Monção	0,190	0,246	3,949	4,014	4,528	4,655	2,827	2,837	3,479	3,510	14,972	15,262
Celorico de Basto	0,351	0,351	4,624	4,646	4,529	4,835	3,112	3,195	1,542	1,931	14,159	14,959
Proença-a-Nova	0,612	0,638	3,577	3,634	2,616	2,815	4,439	4,499	3,389	3,097	14,633	14,682
Mangualde	0,902	0,902	5,344	5,344	4,519	4,519	2,228	2,228	1,417	1,417	14,410	14,410
Valença	0,188	0,370	4,884	4,970	5,048	5,048	2,028	2,028	1,828	1,901	13,976	14,317
Cinfães	0,000	0,011	4,850	5,144	3,817	3,949	2,855	2,857	2,358	2,338	13,880	14,299
Albergaria-a-Velha	0,364	0,364	4,712	4,712	4,131	4,131	2,903	2,903	2,102	2,103	14,213	14,214
Castro Marim	0,957	1,101	5,289	5,301	2,714	3,253	3,330	3,349	1,432	1,163	13,721	14,167
Batalha	0,198	0,206	4,907	4,566	2,545	3,924	3,280	3,285	1,573	0,984	12,504	12,965
Torre de Moncorvo	0,347	0,348	3,251	3,269	2,889	2,901	4,006	4,007	2,064	2,064	12,556	12,589
Vieira do Minho	0,158	0,259	3,670	3,405	2,807	3,797	2,774	0,283	2,570	4,803	11,980	12,547
Vila Nova de Cerveira	0,166	0,174	3,442	3,748	3,896	4,008	2,596	2,607	1,991	1,788	12,091	12,326
Ribeira de Pena	0,635	0,635	2,795	2,795	3,154	3,154	3,704	3,704	1,983	1,983	12,271	12,271
Vinhais	0,230	0,230	3,642	3,823	3,071	3,468	1,972	1,977	2,903	2,635	11,817	12,132
Vizela	0,291	0,291	2,682	2,682	4,062	4,062	2,121	2,121	2,913	2,913	12,069	12,069
Nelas	0,769	0,769	3,463	3,463	2,952	2,952	2,423	2,423	2,403	2,404	12,010	12,011
Almodôvar	0,489	0,489	3,632	3,632	3,836	3,836	2,001	2,001	1,790	1,790	11,748	11,748
Salvaterra de Magos	0,369	0,369	3,311	3,311	4,185	4,185	1,799	1,799	1,574	1,574	11,237	11,237
Mira	0,000	0,000	4,296	4,143	3,614	3,634	1,681	1,756	1,604	1,666	11,195	11,199

Grupo autárquico	CMVMC		Fornecimentos e serviços externos		Gastos com pessoal		Amortizações		Outros gastos		Total dos GASTOS	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Trancoso	0,135	0,135	2,678	2,693	3,347	3,390	3,327	3,341	1,749	1,599	11,237	11,159
Miranda do Douro	0,539	0,539	3,178	3,198	3,008	3,049	2,875	2,876	1,327	1,323	10,928	10,986
Resende	0,150	0,160	2,498	2,640	4,564	4,831	1,892	1,917	1,376	1,119	10,481	10,667
Alcanena	0,000	0,006	3,444	3,477	3,067	3,164	2,050	2,153	1,658	1,615	10,219	10,415
Chamusca	0,098	0,098	3,168	3,168	2,981	2,981	2,255	2,255	1,842	1,842	10,345	10,345
Castro Verde	0,376	0,376	2,546	2,546	3,746	3,746	1,828	1,828	1,781	1,781	10,277	10,277
Miranda do Corvo	0,503	0,503	2,844	2,844	2,917	2,917	2,141	2,141	1,839	1,839	10,244	10,244
Ferreira do Alentejo	0,437	0,440	3,083	3,088	4,393	4,411	1,003	1,003	1,268	1,242	10,185	10,185
Lagoa (R.A.A)	0,852	0,852	3,896	4,010	2,849	2,849	1,296	1,296	1,148	1,148	10,042	10,156
Vila Nova de Foz Côa	0,497	0,497	2,938	3,145	2,934	2,988	1,440	2,085	1,293	1,425	9,102	10,141
Tábua	0,365	0,365	2,946	2,946	3,004	3,004	1,910	1,910	1,780	1,780	10,005	10,005
Ansião	0,239	0,239	3,626	3,626	2,106	2,106	2,773	2,773	1,102	1,107	9,846	9,851
Mortágua	0,323	0,323	2,302	2,302	2,530	2,530	2,176	2,176	2,216	2,216	9,547	9,547
Santa Comba Dão	0,152	0,152	2,519	2,552	2,407	2,407	3,333	3,352	1,077	0,995	9,488	9,458
Belmonte	0,542	0,572	3,792	3,821	1,147	1,344	2,123	2,123	1,575	1,561	9,178	9,421
Vila Flor	0,211	0,216	2,616	2,945	2,767	2,958	1,665	1,687	1,374	1,287	8,633	9,092
Sta. Marta Penaguião	0,413	0,413	1,848	1,848	2,306	2,306	3,115	3,115	1,256	1,256	8,939	8,939
Sever do Vouga	0,074	0,093	2,673	2,634	2,047	2,209	2,438	2,439	1,226	1,216	8,458	8,590
Campo Maior	0,574	0,574	2,003	2,187	3,512	3,665	1,200	1,214	0,985	0,708	8,274	8,349
Alpiarça	0,160	0,200	1,545	1,645	2,732	2,942	2,471	2,483	1,242	0,975	8,149	8,245
Nordeste	0,171	0,187	0,794	0,968	1,319	1,667	1,910	2,072	1,300	3,174	5,494	8,069
Mondim de Basto	0,290	0,290	1,786	1,876	2,607	2,707	1,927	1,927	1,322	1,124	7,932	7,923
Murça	0,352	0,392	1,967	2,091	2,316	2,764	1,405	1,407	0,981	1,129	7,021	7,782
Sernancelhe	0,120	0,120	3,418	3,421	1,857	1,859	1,779	1,779	0,584	0,584	7,758	7,764
Carrazeda de Ansiães	0,193	0,196	1,833	1,887	2,464	2,645	1,647	1,651	1,241	1,208	7,378	7,587
Penela	0,299	0,299	2,013	2,013	1,966	1,966	2,172	2,172	1,075	1,075	7,524	7,524
São Vicente	0,000	0,042	1,617	1,749	1,344	1,710	2,618	2,629	1,188	1,306	6,768	7,436
Vila Nova de Poiares	0,136	0,136	2,282	2,282	2,158	2,158	1,906	1,906	0,771	0,771	7,252	7,252
Góis	0,298	0,298	1,817	1,817	2,862	2,862	0,917	0,917	1,347	1,348	7,240	7,241
Vila Nova Barquinha	0,058	0,058	2,422	2,460	2,717	2,717	1,092	1,091	0,739	0,736	7,027	7,062
Cuba	0,352	0,352	1,386	1,677	2,283	2,666	0,980	0,989	1,014	0,943	6,014	6,626
Manteigas	0,346	0,346	1,642	1,642	1,328	1,328	2,025	2,025	1,117	1,118	6,459	6,459
Penedono	0,035	0,035	2,044	2,044	1,412	1,412	1,004	1,004	0,977	0,977	5,472	5,472
Castanheira de Pêra	0,018	0,151	1,094	1,349	1,325	1,830	1,324	1,448	0,699	0,598	4,461	5,376
Lajes das Flores	0,172	0,172	1,025	1,028	1,181	1,181	1,689	1,689	0,731	0,783	4,799	4,853
TOTAL dos 144	106,260	255,739	1.390,369	1.751,618	1.537,890	1.894,763	861,279	986,746	1.139,570	1.121,171	5.035,369	6.010,038

Quadro 4.50 – Principais componentes dos rendimentos (proveitos)

Unidade: milhões de euros

Grupo autárquico	Vendas e prestações de serviços		Transferências recebidas		Impostos e taxas		Rendimentos financeiros		Outros rendimentos		Total dos RENDIMENTOS	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Lisboa	116,901	291,160	37,690	38,007	543,122	542,623	4,837	5,008	114,203	124,048	816,754	1.000,846
Porto	12,413	71,078	32,079	32,263	121,814	121,814	10,608	10,643	22,903	21,199	199,817	256,998
Sintra	5,913	69,934	49,874	49,874	96,812	97,291	6,713	6,967	5,332	8,209	164,643	232,274
Vila Nova de Gaia	4,142	59,842	32,434	35,796	78,320	78,320	0,734	0,802	18,898	23,949	134,527	198,710
Cascais	1,466	1,466	24,911	24,911	153,650	153,650	6,080	6,080	10,439	10,439	196,548	196,548
Oeiras	16,076	45,113	30,203	30,235	91,137	91,137	4,858	2,035	13,079	19,251	155,353	187,772
Loures	3,168	40,665	31,954	31,957	59,095	59,375	4,801	4,901	14,781	11,602	113,800	148,499
Loulé	17,268	37,460	13,680	14,417	64,697	64,651	5,510	5,536	5,069	5,895	106,225	127,959
Braga	2,019	39,395	30,270	30,191	48,537	48,537	6,326	3,226	2,467	5,273	89,619	126,622
Coimbra	2,458	33,538	18,689	19,247	55,924	56,581	4,810	4,864	4,973	7,393	86,854	121,622
Matosinhos	13,575	21,798	31,701	31,701	57,883	57,883	0,083	0,084	8,952	9,014	112,193	120,480
Guimarães	6,905	28,980	34,828	36,186	38,869	38,867	0,047	0,086	12,342	14,272	92,991	118,390
Almada	7,829	31,918	20,236	19,786	51,498	51,797	3,371	3,390	4,417	5,162	87,352	112,053
Amadora	10,625	36,638	34,286	32,786	35,335	35,335	0,844	0,998	4,988	5,767	86,079	111,524
Maia	7,451	34,261	15,095	15,264	41,987	41,672	1,450	0,281	5,341	7,691	71,323	99,169
Odivelas	2,289	28,557	22,384	22,382	36,001	36,215	7,354	5,193	4,835	6,021	72,864	98,368
Leiria	5,617	22,689	20,110	20,110	36,618	36,761	3,270	3,316	3,901	6,834	69,516	89,710
Funchal	22,132	25,003	14,693	14,369	38,509	38,509	0,197	0,197	9,626	10,000	85,157	88,077
Portimão	1,827	24,147	9,438	9,519	33,864	33,864	3,099	2,336	14,271	15,472	62,498	85,337
Barcelos	3,205	3,268	27,368	28,656	19,231	19,231	0,686	0,686	31,558	31,724	82,048	83,564
Vila Franca de Xira	8,873	22,661	16,438	16,438	29,303	29,303	0,900	0,914	5,736	10,372	61,249	79,689
Mafra	8,717	17,678	13,901	13,902	35,333	35,333	0,510	0,199	12,197	12,188	70,656	79,300
Santa Maria da Feira	8,390	11,925	20,531	20,531	27,089	27,089	0,468	0,435	6,755	6,970	63,233	66,950
Viseu	3,446	15,077	17,932	18,140	23,637	23,637	3,556	3,798	2,777	5,545	51,348	66,196
Torres Vedras	2,947	17,290	14,357	14,425	22,054	22,181	0,119	0,245	6,004	7,181	45,481	61,321
Faro	0,832	17,488	10,618	10,665	23,046	23,046	0,563	0,579	3,540	5,302	38,600	57,081
Aveiro	4,959	7,083	10,786	10,786	29,954	29,954	3,108	3,108	4,841	5,034	53,648	55,965
Castelo Branco	3,212	11,408	19,514	20,042	9,328	9,327	0,667	0,521	7,749	13,672	40,469	54,971
Lagos	11,079	13,139	6,551	6,549	31,212	31,212	1,135	1,552	1,541	1,698	51,519	54,150
Vila do Conde	6,864	6,864	15,429	15,429	24,431	24,431	0,013	0,013	4,271	4,271	51,009	51,009
Santarém	1,889	11,506	17,664	17,458	15,031	15,031	3,559	2,687	1,609	2,908	39,753	49,590
Évora	9,801	10,581	17,090	17,090	14,097	14,097	0,028	0,062	5,946	6,031	46,963	47,861
Barreiro	7,856	13,175	11,220	11,220	19,642	19,642	0,042	0,042	1,817	1,976	40,577	46,056
Póvoa de Varzim	12,519	12,815	9,666	9,856	15,603	15,601	0,306	0,299	4,886	4,899	42,979	43,471
Palmela	10,377	11,163	8,899	8,899	21,387	21,387	0,017	0,017	1,055	1,101	41,735	42,568
Guarda	2,443	7,175	14,865	14,882	9,597	9,707	2,424	2,463	7,376	8,108	36,705	42,335
Figueira da Foz	2,655	3,289	11,144	11,161	21,473	21,473	3,648	2,987	2,567	2,715	41,486	41,624

Grupo autárquico	Vendas e prestações de serviços		Transferências recebidas		Impostos e taxas		Rendimentos financeiros		Outros rendimentos		Total dos RENDIMENTOS	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Covilhã	3,404	14,352	13,532	13,776	8,903	8,903	0,207	0,021	2,640	3,315	28,687	40,368
Chaves	5,518	6,846	14,893	14,912	12,101	12,101	1,639	1,639	4,465	4,465	38,617	39,963
Pombal	6,132	6,537	15,047	15,041	10,296	10,296	1,749	1,750	5,730	5,744	38,953	39,369
Vila Real	2,974	12,455	12,238	12,390	9,776	9,776	0,383	0,097	2,532	4,071	27,902	38,790
Alcobaça	1,973	8,716	12,000	12,000	12,494	12,568	2,190	2,214	1,782	2,598	30,439	38,096
Santo Tirso	2,920	Si	15,047	Si	13,362	Si	1,599	1,604	4,475	Si	37,404	37,995
Montijo	4,237	10,223	8,486	11,023	15,428	15,489	0,024	0,142	0,553	0,851	28,728	37,727
Tavira	1,251	11,123	7,555	7,563	15,493	15,486	2,606	2,171	0,565	0,680	27,470	37,023
Valongo	3,218	3,657	11,417	11,417	17,425	17,425	2,222	2,224	2,257	2,273	36,539	36,995
Lagoa (Algarve)	10,838	10,838	3,794	3,794	18,851	18,851	0,297	0,297	2,189	2,189	35,969	35,969
Olhão	1,180	11,052	10,492	10,562	11,950	11,950	0,234	0,235	1,633	1,821	25,489	35,620
Felgueiras	7,071	7,082	15,029	16,287	9,046	9,046	0,002	0,002	0,422	0,733	31,570	33,150
Cantanhede	0,627	8,412	10,040	10,311	8,059	8,059	1,575	1,282	3,540	4,669	23,842	32,733
Bragança	5,447	5,452	14,980	15,019	7,555	7,555	1,838	1,865	2,266	2,638	32,087	32,529
Abrantes	0,630	7,215	12,468	12,630	6,778	6,784	2,970	2,974	2,037	2,901	24,882	32,503
Ourém	1,307	1,974	14,636	14,623	11,217	11,217	1,804	1,804	2,402	2,418	31,367	32,036
Caldas da Rainha	1,013	7,834	8,007	8,007	11,729	11,774	1,746	1,497	1,229	1,456	23,723	30,568
Tomar	1,377	2,966	11,951	11,951	6,498	6,498	1,554	1,587	2,900	7,523	24,280	30,524
Grândola	2,402	3,739	7,588	7,555	16,287	16,287	0,011	0,001	2,285	2,676	28,575	30,258
Beja	3,879	9,259	11,793	11,798	7,436	7,436	0,004	0,074	1,140	1,636	24,253	30,202
Vila Real Sto. António	3,480	10,071	3,444	3,505	11,920	11,659	0,416	0,461	3,457	4,393	22,717	30,089
Fafe	3,648	3,648	16,159	16,159	7,984	7,984	0,027	0,027	2,244	2,244	30,063	30,063
Lousada	4,513	4,989	13,115	13,115	7,027	7,026	0,044	0,028	1,762	1,767	26,461	26,925
Torres Novas	2,122	2,122	11,455	11,455	7,442	7,442	1,780	1,780	2,930	2,930	25,729	25,729
Paços de Ferreira	1,706	1,941	12,286	12,286	7,672	7,672	1,343	1,343	1,658	1,990	24,664	25,232
Fundão	2,731	3,126	12,273	12,276	5,500	5,500	0,470	0,470	3,647	3,677	24,621	25,049
Esposende	1,559	7,195	7,513	7,492	7,561	7,561	0,832	0,847	1,071	1,650	18,537	24,744
Marinha Grande	6,871	7,081	6,726	6,726	8,843	8,843	0,109	0,109	1,582	1,586	24,132	24,346
Peniche	3,513	9,458	5,871	5,874	6,636	6,636	0,003	0,003	1,409	2,187	17,432	24,159
Trofa	0,514	1,951	9,024	9,034	9,272	9,272	0,871	0,871	2,283	2,489	21,963	23,616
Portalegre	1,151	4,716	9,105	9,130	4,775	4,816	1,523	1,523	2,779	3,131	19,333	23,316
Rio Maior	2,817	4,209	8,148	9,605	5,578	5,358	1,498	1,461	2,320	2,376	20,361	23,010
Sines	3,449	2,818	6,543	6,932	8,461	8,461	0,512	0,508	2,924	3,881	21,890	22,600
Arcos de Valdevez	2,678	2,678	12,750	12,750	3,019	3,019	1,029	1,041	2,640	2,640	22,116	22,128
Mirandela	2,289	2,793	11,089	11,112	4,396	4,396	0,008	0,008	2,800	2,828	20,583	21,139
Ribeira Grande	3,895	3,479	10,487	11,127	3,163	3,163	0,695	0,696	2,293	2,322	20,534	20,788
Anadia	3,655	4,011	9,003	9,017	4,119	4,119	0,996	0,962	2,172	2,192	19,945	20,302
São Pedro do Sul	1,176	5,577	8,580	8,637	2,301	2,301	0,001	0,001	3,402	2,730	15,459	19,247
Montemor-o-Velho	1,462	1,462	8,318	8,318	5,640	5,640	0,717	0,717	2,676	2,676	18,812	18,812

Grupo autárquico	Vendas e prestações de serviços		Transferências recebidas		Impostos e taxas		Rendimentos financeiros		Outros rendimentos		Total dos RENDIMENTOS	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Nazaré	0,218	6,515	3,967	3,967	6,569	6,569	0,515	0,515	0,705	1,213	11,973	18,779
Montalegre	1,053	1,053	11,619	11,619	1,714	1,714	2,761	2,761	1,244	1,244	18,391	18,391
Coruche	0,883	0,883	11,646	11,646	2,931	2,931	1,400	1,400	1,412	1,412	18,272	18,272
Porto de Mós	2,700	2,700	8,657	8,657	4,415	4,415	0,037	0,037	2,296	2,296	18,104	18,104
Praia da Vitória	0,342	4,056	7,263	8,843	2,399	2,399	0,050	0,002	1,770	1,839	11,825	17,140
Moura	1,400	1,784	9,931	10,544	2,630	2,630	0,310	0,310	1,602	1,854	15,874	17,122
Valpaços	1,237	1,237	10,192	10,192	2,174	2,174	1,660	1,660	1,749	1,749	17,012	17,012
Benavente	2,399	2,399	5,287	5,287	7,872	7,872	0,357	0,357	0,684	0,684	16,600	16,600
Póvoa de Lanhoso	1,834	1,845	7,880	8,923	3,625	3,625	0,750	0,660	1,516	1,537	15,605	16,591
Vila Pouca de Aguiar	1,490	1,490	8,585	8,585	2,863	2,863	0,878	0,878	2,719	2,719	16,535	16,535
Melgaço	1,065	5,419	7,205	7,240	1,602	1,517	1,198	1,198	0,717	0,930	11,787	16,304
Mangualde	2,187	2,187	7,742	7,742	3,898	3,898	0,611	0,611	1,844	1,844	16,283	16,283
Oliveira do Bairro	1,287	1,287	8,562	8,562	4,383	4,383	0,196	0,196	1,558	1,558	15,986	15,986
Monção	1,479	1,703	9,338	9,368	2,451	2,443	1,310	1,310	0,971	1,037	15,549	15,861
Valença	2,230	2,797	7,152	7,176	3,227	3,227	1,005	1,006	1,127	0,950	14,742	15,157
Óbidos	3,261	5,018	3,850	3,850	5,370	5,370	0,002	0,002	0,708	0,875	13,191	15,115
Cabeceiras de Basto	1,747	2,585	8,330	8,349	2,208	2,208	0,072	0,042	1,397	1,401	13,754	14,585
Cinfães	0,130	0,124	9,938	10,320	1,186	1,186	0,056	0,055	2,577	2,577	13,888	14,261
Vizela	1,262	1,262	6,591	6,591	4,572	4,572	0,101	0,101	1,705	1,705	14,232	14,232
Albergaria-a-Velha	0,923	0,923	6,285	6,285	4,644	4,644	1,079	1,079	0,477	0,477	13,407	13,407
Celorico de Basto	0,876	0,978	8,448	8,448	1,360	1,360	0,590	0,590	1,570	1,577	12,844	12,953
Alcanena	1,911	1,978	5,543	5,554	3,923	3,923	0,001	0,001	1,154	1,250	12,533	12,707
Vila Nova de Cerveira	1,320	1,377	7,039	7,167	2,410	2,410	0,382	0,383	1,341	1,349	12,492	12,686
Castro Marim	2,565	3,009	3,562	3,572	4,292	4,292	0,028	0,028	1,698	1,720	12,145	12,621
Vieira do Minho	0,960	1,090	7,718	7,753	1,669	1,669	0,195	0,195	1,751	1,768	12,294	12,475
Proença-a-Nova	1,009	1,076	6,494	6,494	0,747	0,747	0,113	0,113	3,998	4,042	12,361	12,472
Mira	1,558	1,777	5,153	5,157	3,191	2,998	0,131	0,075	2,097	2,134	12,131	12,142
Torre de Moncorvo	1,102	1,138	8,484	8,484	1,885	1,885	0,006	0,006	0,606	0,605	12,083	12,118
Trancoso	0,344	0,344	7,513	7,513	1,232	1,232	0,466	0,467	2,444	2,444	11,998	12,000
Vinhais	0,332	0,643	9,399	9,399	0,732	0,732	0,631	0,631	0,491	0,498	11,586	11,903
Batalha	0,227	0,531	5,584	5,584	3,771	3,771	0,530	0,530	1,415	1,415	11,527	11,831
Almodôvar	0,537	0,537	9,108	9,108	1,142	1,142	0,277	0,298	0,722	0,695	11,786	11,780
Salvaterra de Magos	0,695	0,695	5,995	5,995	2,877	2,859	0,742	1,049	0,866	0,885	11,175	11,482
Miranda do Douro	0,870	0,903	7,169	7,169	1,390	1,390	1,008	1,008	0,428	0,428	10,865	10,898
Vila Nova de Foz Côa	1,292	2,228	6,889	6,889	0,931	0,931	0,000	0,000	0,748	0,823	9,861	10,872
Resende	0,612	0,801	7,036	7,040	1,701	1,701	0,007	0,007	1,226	1,226	10,582	10,775
Ribeira de Pena	1,862	1,862	5,344	5,344	1,229	1,229	0,773	0,773	1,450	1,450	10,659	10,659
Ferreira do Alentejo	0,621	0,630	7,199	7,199	2,170	2,170	0,391	0,391	0,254	0,255	10,635	10,645
Chamusca	0,685	0,150	7,559	7,559	1,136	1,136	0,202	0,202	0,877	1,411	10,459	10,459

Grupo autárquico	Vendas e prestações de serviços		Transferências recebidas		Impostos e taxas		Rendimentos financeiros		Outros rendimentos		Total dos RENDIMENTOS	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Nelas	1,776	1,776	5,530	5,530	2,016	2,016	0,396	0,396	0,686	0,686	10,404	10,404
Lagoa (R.A.A)	2,381	2,492	5,038	5,038	2,383	2,383	0,000	0,000	0,488	0,488	10,290	10,401
Ansião	1,332	1,332	5,608	5,608	2,343	2,343	0,433	0,433	0,614	0,618	10,331	10,335
Castro Verde	1,071	1,071	6,150	6,150	1,337	1,337	0,336	0,357	0,878	0,878	9,772	9,793
Mortágua	0,449	0,449	5,776	5,776	1,746	1,746	0,731	0,733	1,009	1,009	9,711	9,713
Miranda do Corvo	1,360	1,382	4,788	4,788	1,419	1,419	0,984	0,984	1,085	1,063	9,637	9,637
Tábua	0,264	0,261	6,231	6,231	2,011	2,011	0,348	0,348	0,651	0,654	9,505	9,505
Sever do Vouga	0,361	0,491	5,414	5,419	1,536	1,536	0,476	0,476	1,526	1,527	9,313	9,449
Vila Flor	0,600	0,917	6,508	6,528	0,634	0,634	0,120	0,022	0,780	0,947	8,641	9,048
Campo Maior	0,776	1,427	5,123	5,123	1,874	1,874	0,005	0,005	1,171	0,595	8,949	9,024
Mondim de Basto	0,439	0,439	6,497	6,497	0,816	0,816	0,291	0,291	0,674	0,675	8,718	8,718
Carraceda de Ansiães	0,487	0,490	6,318	6,434	0,800	0,800	0,048	0,048	0,881	0,882	8,534	8,654
Nordeste	0,011	0,569	4,489	4,489	0,780	0,780	0,014	0,014	0,867	2,739	6,161	8,592
Sernancelhe	0,810	0,815	5,392	5,392	0,663	0,663	0,639	0,639	0,819	0,819	8,323	8,329
Santa Comba Dão	0,292	0,292	4,641	4,641	2,264	2,264	0,490	0,490	0,635	0,635	8,322	8,322
Murça	0,779	0,839	5,424	6,087	0,524	0,524	0,000	0,000	0,444	0,465	7,171	7,915
Vila Nova de Poiares	0,627	0,627	3,992	3,992	1,935	1,935	0,019	0,019	0,957	0,957	7,530	7,530
Góis	0,443	0,443	5,053	5,053	0,889	0,889	0,579	0,579	0,305	0,307	7,269	7,271
Alpiarça	0,347	0,719	4,000	4,012	1,136	1,136	0,293	0,267	1,044	1,122	6,820	7,255
Penela	0,617	0,618	4,454	4,454	0,723	0,723	0,397	0,397	0,714	0,715	6,905	6,906
Sta. Marta Penaguião	0,707	0,707	4,724	4,724	0,608	0,608	0,277	0,277	0,584	0,584	6,899	6,899
Vila Nova Barquinha	0,779	0,816	4,089	4,089	1,567	1,567	0,021	0,021	0,384	0,384	6,841	6,877
Belmonte	0,677	0,901	4,148	4,150	0,757	0,757	0,023	0,023	0,964	0,966	6,569	6,798
São Vicente	0,282	1,285	4,388	4,388	0,678	0,678	0,000	0,000	0,257	0,274	5,604	6,625
Castanheira de Pêra	0,123	1,047	3,682	3,682	0,631	0,631	0,104	0,104	0,757	0,842	5,296	6,306
Cuba	0,522	0,522	3,485	4,039	0,617	0,617	0,261	0,261	0,834	0,866	5,719	6,305
Manteigas	0,463	0,463	3,814	3,814	0,412	0,412	0,366	0,366	0,715	0,715	5,771	5,771
Penedono	0,226	0,226	4,214	4,214	0,262	0,262	0,226	0,232	0,358	0,358	5,286	5,292
Lajes das Flores	0,024	0,024	2,769	2,769	0,153	0,153	0,095	0,095	0,414	0,420	3,456	3,462
TOTAL dos 144	558,293	1.482,736	1.614,410	1.618,628	2.569,154	2.556,668	163,066	151,694	561,542	632,603	5.466,466	6.478,720

CAPÍTULO 5

RANKING GLOBAL

5.1. Enquadramento e Metodologia

Nos capítulos anteriores foram apresentados Rankings que ordenam os municípios em diferentes aspetos financeiros, orçamentais, económicos e patrimoniais. Tal como acontece desde 2006, é apresentado um Ranking global que posiciona os municípios em função de variáveis e rácios financeiros que se entenderam mais apropriados para caracterizar comparativamente a sua gestão financeira. Com a comparação dos rácios e variáveis que se apresentam neste capítulo, pretende-se hierarquizar os municípios atendendo à valoração global da sua gestão económico-financeira refletiva nos documentos de prestação de contas.

Neste anuário mantém-se a composição do conjunto de rácios e variáveis adotadas na análise do ano económico anterior por se entenderem válidos os critérios que estiveram na base da sua constituição.

5.2. Indicadores do Ranking Global

Para o Ranking Global foram selecionados os 11 indicadores apresentados no quadro 5 01, tendo sido seguida a seguinte metodologia para o posicionamento de cada município em relação a cada um deles, exceto ao nº 6 – Prazo Médio de Pagamento:

- Ordenaram-se para cada indicador os 308 municípios de acordo com a melhor prestação em relação à variável em análise, que nuns casos será o maior rácio ou valor e noutros o menor rácio ou menor valor, atribuindo-se ao primeiro de cada lista a pontuação máxima de 200 pontos, reduzindo-se um ponto para

cada município seguinte na ordem descendente do posicionamento dos mesmos.

- Com este critério de pontuação apenas foram pontuados os 200 municípios melhor posicionados em cada indicador, não tendo sido pontuados os últimos 108 municípios para cada listagem considerada.
- No caso do indicador nº 6 – Prazo Médio de Pagamento (PMP) foi atribuída a pontuação de 100 pontos aos municípios com PMP inferior a 30 dias, 50 pontos aos municípios com um PMP superior ou igual a 30 dias e inferior a 60 dias, e o pontos aos restantes cujo PMP é superior ou igual a 60 dias.
- Também se inclui novo indicador (Passivo exigível de contas consolidadas/rendimentos próprios) uma vez que se pode obter informação do balanço e demonstração de resultados consolidados de uma boa parte dos grupos autárquicos Portugueses. Optou-se para atribuir como pontuação máxima 100 pontos (resultando na atribuição de pontuação a apenas 100 municípios) devido ao facto de não ter sido possível recolher as contas consolidadas de todos os grupos municipais. De referir que não se conhece o nº certo de grupos municipais, ou seja, alguns municípios, até 8 de agosto de 2018 não disponibilizaram as contas consolidadas de 2017.
- Assim, conhecendo-se os valores de 144 grupos municipais, para efeitos de cálculo deste indicador consideraram-se os valores das contas individuais de 164 municípios.
- A pontuação máxima a atribuir a um município será, assim, de 2 000 pontos.

Quadro 5.01 – Indicadores selecionados para ranking global da situação financeira dos municípios

N.º	Indicador	Fórmula	Fonte	Ordem de pontuação
1	Índice Liquidez	Dívidas a receber c p + disponibilidades	Balanço (Ativo)	Maior rácio = 200
		Dívidas a pagar curto prazo	Balanço (Passivo)	
2	Resultado Operacional deduzido de amortizações e provisões sobre os proveitos operacionais	Proveitos operacionais – (custos operacionais – amortizações – provisões)	Demonstração de Resultados	Maior rácio = 200
		Proveitos Operacionais		
3	Peso Passivo exigível no Ativo	Dívidas a pagar (passivo exigível)	Balanço (Passivo)	Menor rácio = 200
		Ativo Total - Bens de Domínio Público	Balanço (Ativo)	
4	Passivo por habitante	Dívidas totais (passivo exigível)	Balanço (passivo)	Menor rácio = 200
		N.º de habitantes	Censos 2011 (INE)	
5	Taxa de cobertura financeira da despesa realizada no exercício	Despesas comprometidas para o exercício	Controlo orçamental da despesa	Menor rácio = 200
		Receitas liquidadas	Controlo orçamental da receita	
6	Prazo Médio de Pagamentos	PMP a 31 12 2016 (n.º de dias)	DGAL	PMP < 30 = 100 PMP ≥ 30 < 60 = 50 PMP ≥ 60 = 0
7	Grau de execução do saldo efetivo	Receitas efetivas liquidadas - Despesas efetivas comprometidas	Controlo orçamental da receita e da despesa	Maior rácio = 200
		Receitas efetivas liquidadas	Controlo orçamental da receita	
8	Índice de Dívida Total	Dívida Total (passivo exigível - operações de tesouraria)	Balanço (passivo)	Menor rácio = 200
		Média das receitas correntes nos últimos 3 anos	Controlo orçamental da receita	
9	Índice de Superavit	Despesas Pagas + (depósitos e caixa – operações de tesouraria)	Controlo orçamental da despesa, balanço e fluxos de caixa	Maior rácio = 200
		Despesas comprometidas para o exercício	Controlo orçamental da despesa	
10	Impostos diretos por habitante	IMI+IMT+IUC+ derrama	Controlo orçamental da receita	Maior rácio = 200
		N.º de habitantes	Censos 2011 (INE)	
11	Peso Passivo exigível consolidado nos rendimentos próprios	Dívidas a pagar (passivo exigível)	Balanço consolidado	Menor rácio = 100
		Rendimentos (proveitos) próprios	Demonstração de Resultados consolidada	
Pontuação máxima				2 000

Face ao exposto na introdução deste capítulo, mantém-se a justificação para a escolha de cada indicador supramencionado atualizando-se, apenas, os dados que permitem determinar o valor base de cada um, para o ano económico de 2017.

I. Índice Liquidez

Dívidas a receber de curto prazo + disponibilidades
Dívidas a pagar curto prazo

Este indicador relaciona as dívidas a receber a curto prazo e os valores monetários disponíveis com as dívidas a pagar a curto prazo, permitindo verificar se um município terá ou não dificuldades em

pagar os seus compromissos de curto prazo, bem como determinar o correspondente grau de cobertura financeira das dívidas relacionadas com estes compromissos.

Não foi atribuída pontuação aos três municípios que não apresentaram saldo em Dívidas a receber de Clientes, Contribuintes e Utentes (Nordeste, Santana e Tábua), no final do ano económico. Apesar de não se possuir informação suficiente para aferir razões substantivas para ausência deste registo contabilístico, entende-se que tal situação poderá significar que nestes municípios, a liquidação da receita foi registada apenas no momento da cobrança não obedecendo ao definido no POCAL.

R69.A – 20 municípios com melhor índice de liquidez

	Município	Distrito	Dimensão	Índice Liquidez	Pontuação
1	Portel	Évora	P	3995%	200
2	Arronches	Portalegre	P	3043%	199
3	Mealhada	Aveiro	P	2718%	198
4	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	P	2122%	197
5	Santa Cruz das Flores	Açores	P	1945%	196
6	Castelo Branco	Castelo Branco	M	1618%	195
7	Castanheira de Pera	Leiria	P	1517%	194
8	Lagoa (R A A)	Açores	P	1456%	193
9	Alvito	Beja	P	1424%	192
10	Marinha Grande	Leiria	M	1337%	191
11	Penedono	Viseu	P	1324%	190
12	Cartaxo	Santarém	M	1286%	189
13	Olhão	Faro	M	1220%	188
14	Santa Cruz da Graciosa	Açores	P	1209%	187
15	Loulé	Faro	M	1107%	186
16	Amadora	Lisboa	G	1083%	185
17	Albufeira	Faro	M	1082%	184
18	Sintra	Lisboa	G	1059%	183
19	Mértola	Beja	P	953%	182
20	Murtosa	Aveiro	P	908%	181

II. Razão entre o Resultado Operacional (deduzido de amortizações e provisões) e os Proveitos Operacionais

Proveitos operacionais – (custos operacionais – amortizações – provisões)

Proveitos Operacionais

- Embora se entenda que um município não tem como objetivo o lucro, não deixa de ser merecedor de avaliação, os resulta-

dos económicos apresentados, sobretudo os resultados operacionais¹⁴³. Reforça este entendimento o facto de se verificar que nos últimos anos tem diminuído o número de municípios com resultados operacionais negativos, fruto de uma gestão mais adequada e equilibrada da afetação dos seus proveitos.

¹⁴³ Resultados antes dos resultados extraordinários e financeiros.

R69.B – 20 municípios com melhor Resultado Operacional

	Município	Distrito	Dimensão	Resultado Operacional / / Proveitos Operacionais	Pontuação
1	Azambuja	Lisboa	M	52,1%	200
2	Nordeste	Açores	P	45,8%	199
3	Leiria	Leiria	G	42,3%	198
4	Castanheira de Pera	Leiria	P	42,3%	197
5	Castelo Branco	Castelo Branco	M	41,9%	196
6	Alijó	Vila Real	P	40,2%	195
7	Fundão	Castelo Branco	M	39,6%	194
8	Barcelos	Braga	G	39,5%	193
9	Chaves	Vila Real	M	39,1%	192
10	Penamacor	Castelo Branco	P	38,2%	191
11	Lajes do Pico	Açores	P	38,2%	190
12	Grândola	Setúbal	P	37,9%	189
13	Aveiro	Aveiro	M	37,6%	188
14	Torre de Moncorvo	Bragança	P	37,1%	187
15	Calheta (R A A)	Açores	P	37,1%	186
16	Velas	Açores	P	36,6%	185
17	Fornos de Algodres	Guarda	P	36,2%	184
18	Angra do Heroísmo	Açores	M	36,1%	183
19	Pombal	Leiria	M	36,0%	182
20	Vila Nova de Gaia	Porto	G	35,9%	181

III. Peso do Passivo exigível no Ativo¹⁴⁴

Dívidas a pagar (passivo exigível)
Ativo Total - Bens de Domínio Público

– Este indicador medirá o nível de comprometimento exercido pela dívida total sobre o ativo. Será mais um indicador exclusivamente de avaliação comparativa pois a sua execução será inverosímil¹⁴⁵ no enquadramento jurídico vigente dos municípios.

¹⁴⁴ Rácio de endividamento.

¹⁴⁵ Não está previsto constitucionalmente na Lei das Finanças Locais a possibilidade de extinção de uma autarquia liquidando-se todo o ativo do domínio privado para pagar o passivo.

Trata-se de um indicador de comparabilidade para efeitos de medição da eficácia da gestão orçamental.

– Para efeito do seu cálculo, deduziu-se ao ativo o valor de bens de domínio público, uma vez que estes não podem ser alienados sem a necessária desafetação. É de referir que em relação ao ano económico de 2017, apenas um município (Fornos de Algodres) apresentou uma dívida total a pagar superior ao valor do seu Ativo deduzido dos bens de domínio público, pelo que este rácio se apresentou superior a 100% para esse município. Destaca-se pela positiva o facto de se identificarem 195 municípios com este rácio inferior a 20%.

R 69 C – 20 municípios com menor Peso do Passivo Exigível no Ativo

	Município	Distrito	Dimensão	Peso Passivo Exigível	Pontuação
1	Penedono	Viseu	P	0,8%	200
2	Mealhada	Aveiro	P	1,6%	199
3	Castelo Branco	Castelo Branco	M	1,8%	198
4	Pampilhosa da Serra	Coimbra	P	2,0%	197
5	Lajes das Flores	Açores	P	2,3%	196
6	Castelo de Vide	Portalegre	P	2,4%	195
7	Marinha Grande	Leiria	M	2,4%	194
8	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	P	2,7%	193
9	Vila Nova de Foz Côa	Guarda	P	2,9%	192
10	Santa Cruz das Flores	Açores	P	2,9%	191
11	Benavente	Santarém	M	3,1%	190
12	Ponte de Sor	Portalegre	P	3,1%	189
13	Alcácer do Sal	Setúbal	P	3,2%	188
14	Sintra	Lisboa	G	3,2%	187
15	Ponte de Lima	Viana do Castelo	M	3,2%	186
16	Boticas	Vila Real	P	3,3%	185
17	Porto	Porto	G	3,5%	184
18	Mira	Coimbra	P	3,7%	183
19	Arronches	Portalegre	P	3,7%	182
20	Alvito	Beja	P	4,7%	181

IV. Passivo por habitante

Dívidas totais (passivo exigível)
N ° de habitantes

- Este indicador permite determinar o valor do passivo exigível (dívida global¹⁴⁶) por habitante, indexando o total do passivo à dimensão do município, em termos de população residente.

¹⁴⁶ Inclui as dívidas a terceiros totais de curto prazo e de médio e longo prazo. Não inclui provisões para riscos e encargos, proveitos diferidos e acréscimos de custos.

– A média nacional dos passivos por habitante foi de 617 euros, tendo o município de Mealhada apresentado o menor valor de passivo por habitante (43,4 €/habitante) e o município de Fornos de Algodres o maior passivo por habitante (5 535 €/habitante).

R69.D – 20 municípios com menor Passivo por habitante

	Município	Distrito	Dimensão	Passivo por habitante	Pontuação
1	Mealhada	Aveiro	P	43,4 €	200
2	Benavente	Santarém	M	47,1 €	199
3	Sintra	Lisboa	G	51,6 €	198
4	Marinha Grande	Leiria	M	57,6 €	197
5	Pampilhosa da Serra	Coimbra	P	74,4 €	196
6	Ponta do Sol	Madeira	P	78,5 €	195
7	Penedono	Viseu	P	82,0 €	194
8	Alcobaça	Leiria	M	95,6 €	193
9	Ponte de Lima	Viana do Castelo	M	106,5 €	192
10	Odivelas	Lisboa	G	107,3 €	191
11	Castelo Branco	Castelo Branco	M	115,7 €	190
12	Penacova	Coimbra	P	115,9 €	189
13	Cinfães	Viseu	P	119,8 €	188
14	Castelo de Vide	Portalegre	P	121,5 €	187
15	Ovar	Aveiro	M	122,6 €	186
16	Sátão	Viseu	P	130,1 €	185
17	Alcácer do Sal	Setúbal	P	130,2 €	184
18	Caldas da Rainha	Leiria	M	132,1 €	183
19	Águeda	Aveiro	M	133,5 €	182
20	Porto de Mós	Leiria	M	143,9 €	181

V. Grau de cobertura das despesas: despesa comprometida / receita liquidada líquida

Despesas comprometidas para o exercício
Receitas liquidadas

- Um município não deve comprometer despesa, a pagar no exercício, num valor superior ao que presume liquidar de receita. Embora a regra estabelecida pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso exija que os compromissos sejam indexados à receita cobrada, sempre será possível excecionar esta condição considerando, ainda a, receita certa a cobrar. Ora a receita certa a cobrar será aquela que se sustenta em liquidações efetuadas com base em direitos adquiridos que permitirão sempre ao município receber a quantia liquidada. Este será o principal argumento para se incluir como denominador deste indicador as receitas liquidadas, item que, se entende ser de grande importância para análise da eficiência financeira, e que, foi analisado no capítulo 2 do presente anuário.
- O indicador em apreço determina a capacidade dos municípios em responder aos seus compromissos, podendo indiciar uma situação de rutura financeira a manutenção, em anos con-

secutivos, de um coeficiente maior que 1.

- Como receita liquidada considerou-se o total de receita liquidada subtraída das liquidações anuladas e acrescida do montante de saldo de gerência anterior contabilizado em previsões orçamentais corrigidas¹⁴⁷ ainda que não incluído na receita liquidada.
- A média nacional do peso da despesa comprometida relativamente à receita liquidada¹⁴⁸ dos 308 municípios foi de 102,6% em 2017, sendo que 142 municípios apresentaram este rácio inferior a 100%.
- No entanto, anota-se que ainda existiram 2 municípios¹⁴⁹ cujo valor deste indicador foi superior a 200% (a despesa comprometida ultrapassou o dobro da receita liquidada).
- Foi atribuída a pontuação de zero aos municípios que apresentaram este indicador superior a 100%.

¹⁴⁷ Os autores deste Anuário entendem que os saldos da gerência anterior não deverão ser integrados orçamentalmente enquanto a execução orçamental da receita liquidada não demonstrar uma execução de 100%, ou a possibilidade da mesma ser dessa ordem.

¹⁴⁸ Acrescida do Saldo das gerências anteriores.

¹⁴⁹ Celorico da Beira e Nazaré.

R69.E – 20 municípios com melhor grau de cobertura das despesas

	Município	Distrito	Dimensão	Despesa comprometida / / Receita liquidada líquida	Pontuação
1	Albufeira	Faro	M	55,5%	200
2	Mealhada	Aveiro	P	62,0%	199
3	Marinha Grande	Leiria	M	62,4%	198
4	Coruche	Santarém	P	67,6%	197
5	Penedono	Viseu	P	68,9%	196
6	Tavira	Faro	M	72,8%	195
7	Santa Cruz das Flores	Açores	P	73,3%	194
8	Oeiras	Lisboa	G	74,3%	193
9	Castanheira de Pera	Leiria	P	75,6%	192
10	Arronches	Portalegre	P	75,9%	191

Município		Distrito	Dimensão	Despesa comprometida / Receita liquidada líquida	Pontuação
11	Porto	Porto	G	77,5%	190
12	Grândola	Setúbal	P	77,5%	189
13	Vila Franca de Xira	Lisboa	G	77,9%	188
14	Murtosa	Aveiro	P	78,1%	187
15	Alvito	Beja	P	78,1%	186
16	Porto Santo	Madeira	P	78,5%	185
17	Coimbra	Coimbra	G	78,8%	184
18	Carregal do Sal	Viseu	P	79,0%	183
19	Lagos	Faro	M	79,1%	182
20	Loures	Lisboa	G	79,3%	181

VI. Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

- O PMP, tendo sido sempre considerado na medição da eficiência financeira dos municípios, tem como limite, a partir da regulamentação apresentada na LCPA, os 90 dias.
- Verificou-se que, à data de dezembro de 2017, 38 municípios ainda apresentavam um prazo médio de pagamento superior a 90 dias. No entanto, é de destacar que 191 municípios apresentaram prazos médios de pagamentos inferiores a 30 dias.
- A alteração dos prazos de pagamento dos 103 municípios que no triénio 2013/2015 receberam financiamento ao abrigo do PAEL foi o seguinte: 20 municípios aumentaram o PMP em 2013, outros 20 aumentaram-no em 2014, 28 aumentaram em 2015,

32 aumentaram em 2016 e 28 municípios aumentaram o PMP em 2017, sendo que seis destes municípios já tinham aumentado também, em 2016.

- Conforme foi referido no ponto 3.5.4 do capítulo 3, alguns municípios apresentam como PMP o e zero dias, um dia ou dois dias, prazos demasiado pequenos e que podem traduzir a frágil fiabilidade já detetada na contagem destes prazos. Deste modo, entendeu-se neste rácio atribuir 100 pontos a todos os municípios com prazo médio de pagamentos inferior a 30 dias e, 50 pontos aos que apresentam PMP entre 30 e 59 dias.
- O quadro seguinte resume a classificação atribuída.

Quadro 5.02 – municípios por intervalos no Prazo Médio de Pagamentos

Intervalo de PMP	Quantidade	Pontuação
Número de municípios com prazo médio de pagamentos inferior a 30 dias	180	100
Número de municípios com prazo médio de pagamentos entre 30 dias e 59 dias	51	50
Número de municípios com prazo médio de pagamentos igual ou superior a 60 dias	77	0

VII. Grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos

Receitas efetivas liquidadas - Despesas efetivas comprometidas
Receitas efetivas liquidadas

- Entendeu-se pertinente incluir um rácio que relacionasse o saldo efetivo¹⁵⁰ com as receitas efetivas. Numa boa gestão, as

¹⁵⁰ Diferença entre as receitas efetivas (receitas deduzidas dos ativos financeiros e dos passivos financeiros recebidos no ano económico em causa) e as despesas efetivas (despesa total deduzida dos ativos financeiros pagos e das amortizações de empréstimos).

receitas efetivas deveriam ser superiores às despesas efetivas. Estiveram nesta situação 172 municípios.

- Foi atribuída a pontuação de zero aos municípios que apresentem este indicador com valores menores que zero, isto é que tenham apresentado um saldo efetivo negativo.

R69.F – 20 municípios com maior grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos

	Município	Distrito	Dimensão	Grau de execução do saldo efetivo	Pontuação
1	Grândola	Setúbal	P	79,7%	200
2	Albufeira	Faro	M	46,6%	199
3	Loures	Lisboa	G	44,6%	198
4	Funchal	Madeira	G	40,3%	197
5	Marinha Grande	Leiria	M	39,6%	196
6	Mealhada	Aveiro	P	38,7%	195
7	Castanheira de Pera	Leiria	P	36,9%	194
8	Coruche	Santarém	P	34,7%	193
9	Calheta (R A A)	Açores	P	34,3%	192
10	Oeiras	Lisboa	G	33,8%	191
11	Vizela	Braga	M	32,1%	190
12	Tavira	Faro	M	31,2%	189
13	Lagos	Faro	M	29,7%	188
14	Coimbra	Coimbra	G	28,7%	187
15	Alvito	Beja	P	27,9%	186
16	Arronches	Portalegre	P	26,7%	185
17	Santa Cruz das Flores	Açores	P	25,7%	184
18	Carregal do Sal	Viseu	P	25,5%	183
19	Fornos de Algodres	Guarda	P	25,2%	182
20	Velas	Açores	P	24,7%	181

VIII. Índice de Dívida Total

Dívida Total do município (passivo exigível - operações de tesouraria)

Média receitas correntes 3 anos anteriores

- Refere a Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), no seu artigo 52º que a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores¹⁵¹, considerando-se como dívida total de operações orçamentais quaisquer formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.
- Dada a importância deste indicador na LFL, é compreensível que seja incluído no conjunto dos indicadores de eficiência fi-

nanceira sendo de realçar que, provavelmente¹⁵² ainda existem cerca de 30 municípios com este rácio acima do que é permitido por Lei (ver capítulo 3). Pelas razões já apontadas no Capítulo 3 não foram incluídas as dívidas das entidades participadas, conforme seria previsto pelo artigo 54º da mesma Lei.

- Considera-se passivo exigível o total de dívidas a pagar, ou seja, não se inclui neste indicador os montantes de provisões para riscos e encargos, de proveitos diferidos e de acréscimos de custos, constituintes do passivo total.
- Considerou-se saldo operações de tesouraria o valor que consta no mapa de fluxos de caixa.
- Dada a importância deste indicador (passivo exigível), foram retirados do ranking global dos 100 melhores os municípios que têm este indicador superior a 150%.

¹⁵¹ Isto é, o passivo exigível de natureza orçamental não pode ser superior, em dezembro de cada ano, a 150% da média das receitas correntes dos últimos três anos.

¹⁵² Dizemos provavelmente uma vez que não incluímos a dívida de empresas municipais nem deduzimos exceções previstas por Lei.

R69.G – 20 municípios com menor índice de dívida total do município*

	Município	Distrito	Dimensão	Índice de dívida total	Pontuação
1	Pampilhosa da Serra	Coimbra	P	1,4%	200
2	Penedono	Viseu	P	1,6%	199
3	Mealhada	Aveiro	P	3,1%	198
4	Benavente	Santarém	M	6,4%	197
5	Castelo de Vide	Portalegre	P	7,0%	196
6	Marinha Grande	Leiria	M	7,4%	195
7	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	P	9,0%	194
8	Lajes das Flores	Açores	P	9,4%	193
9	Lagoa (Algarve)	Faro	M	9,5%	192
10	Alcácer do Sal	Setúbal	P	10,6%	191
11	Sintra	Lisboa	G	10,7%	190
12	Vila Nova de Foz Côa	Guarda	P	11,8%	189
13	Ponta do Sol	Madeira	P	11,8%	188
14	Boticas	Vila Real	P	12,0%	187
15	Santa Cruz das Flores	Açores	P	13,2%	186
16	Sátão	Viseu	P	13,3%	185
17	Cinfães	Viseu	P	14,2%	184
18	Ponte de Lima	Viana do Castelo	M	14,3%	183
19	Redondo	Évora	P	15,0%	182
20	Penacova	Coimbra	P	15,4%	181

* Não deduzidas eventuais exceções previstas por Lei

IX. Índice de Superavit¹⁵³

Despesas Pagas + (depósitos e caixa – operações de tesouraria)
Despesas comprometidas

- Uma boa gestão financeira deveria refletir o pagamento dentro do ano económico das despesas comprometidas e executadas física e financeiramente. Assim, seria desejável que a razão: despesas pagas/compromissos assumidos fosse próxima dos 100%.
- No entanto, considerando que alguns compromissos podem não estar pagos à data de 31 de dezembro de 2017, por, ainda, não se terem transformado em obrigações, entendeu-se manter o indicador antes designado por Grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos, dando-lhe, contudo, outra designação, pois a terminologia de grau de execução da despesa é exclusivamente usada numa dinâmica orçamental e, no caso presente ao relacionar-se despesa paga com compromissos assumidos com interferência de um terceiro elemento financeiro obtido do Ativo do Balanço essa dinâmica altera-se.
- Entende-se que este indicador ao relacionar o montante de compromissos assumidos, com o montante pago dos mesmos acrescidos das disponibilidades monetárias (excluídas das operações de tesouraria) existentes no final do ano económico, indicará o índice de superavit orçamental, pois traduzira um valor de receita superior ao valor de compromissos assumidos para o exercício em causa.
- Assim, será expectável que este indicador seja igual ou superior a 100%¹⁵⁴ nos municípios com elevado execução do grau de despesa e com disponibilidades de caixa superiores ao valor dos compromissos assumidos e por pagar.
- Em dezembro de 2017 apresentaram este rácio superior a 100%, 141 municípios. Anota-se que em 2 municípios este rácio se manifestou inferior a 50% sendo o município de Nazaré o que teve um rácio mais baixo (42,2%). Analisando apenas as despe-

sas pagas, este município ficou a dever 35,2% dos compromissos assumidos no exercício e, mesmo adicionando os saldos de tesouraria a sua capacidade para pagar os compromissos assumidos foi apenas de 42,2%.

- Dada a importância deste rácio, entendeu-se excluir do ranking global dos 100 melhores municípios, os que apresentaram um valor deste rácio inferior a 80%. Pois, incluindo as disponibilidades monetárias existentes no final do económico só teriam capacidade financeira para pagar 80% dos compromissos correntes do exercício, serão sempre município com problemas de sustentabilidade económica, pelo que não serão incluídos numa ranking que pretenderá identificar as mais eficientes e eficazes autarquias.
- O ranking R 69 H apresenta os 20 municípios com melhor grau de execução da despesa acrescida dos saldos orçamentais de tesouraria, relativamente aos compromissos do exercício assumidos.

¹⁵³ É o mesmo indicador que antes era designado por Grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos.

¹⁵⁴ Considerando encargos assumidos de exercícios e executados fisicamente, mas não refletidos financeiramente por atraso e faturação ou outras razões não imputáveis ao município.

R6g.H – 20 municípios com melhor Grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos

	Município	Distrito	Dimensão	Grau de execução da Despesa	Pontuação
1	Albufeira	Faro	M	182,9%	200
2	Amadora	Lisboa	G	180,0%	199
3	Arronches	Portalegre	P	173,9%	198
4	Marinha Grande	Leiria	M	160,1%	197
5	Castelo Branco	Castelo Branco	M	156,6%	196
6	Sintra	Lisboa	G	155,2%	195
7	Oeiras	Lisboa	G	149,5%	194
8	Coruche	Santarém	P	147,7%	193
9	Mealhada	Aveiro	P	146,2%	192
10	Loulé	Faro	M	145,4%	191
11	Penedono	Viseu	P	143,8%	190
12	Tavira	Faro	M	137,5%	189
13	Santa Cruz das Flores	Açores	P	136,6%	188
14	Portel	Évora	P	136,0%	187
15	Castanheira de Pera	Leiria	P	132,3%	186
16	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	P	130,4%	185
17	Murtosa	Aveiro	P	127,6%	184
18	Alvito	Beja	P	127,6%	183
19	Grândola	Setúbal	P	127,5%	182
20	Porto	Porto	G	127,3%	181

X. Impostos diretos por habitante

IMI+IMT+IUC+ derrama
N ° de habitantes

– Sendo os impostos diretos a receita autárquica mais relevante proveniente diretamente dos rendimentos dos contribuintes residentes no município, entendeu-se incluir o indicador que mede o nível de contribuição média de impostos por habitante. Embora não seja um indicador que isoladamente possa traduzir o grau de desenvolvimento do município será sem dúvida um

indicador que pode ajudar a avaliar o nível de autonomia financeira de um município e, assim aferir a sua capacidade para investir em atividades que se reflitam favoravelmente em outros indicadores que medem a qualidade de vida da população.

– Relativamente a este indicador, a média destes impostos por habitante, em 2017, foi de 191 euros por habitante.

– De salientar que nos 10 primeiros municípios, 7 são do distrito de Faro. No entanto, esse valor pode não significar que os residentes paguem mais impostos que os de outros concelhos, mas que existirão receitas significativas de não residentes, nomeadamente IMI e IMT.

R69.I – 20 municípios com melhor índice de impostos por habitante

	Município	Distrito	Dimensão	Impostos por habitante	Pontuação
1	Grândola	Setúbal	P	1 064,6 €	200
2	Albufeira	Faro	M	1 021,1 €	199
3	Loulé	Faro	M	945,4 €	198
4	Lagos	Faro	M	882,2 €	197
5	Lisboa	Lisboa	G	839,4 €	196
6	Lagoa (Algarve)	Faro	M	768,5 €	195
7	Vila do Bispo	Faro	P	704,4 €	194
8	Portimão	Faro	M	672,0 €	193
9	Castro Marim	Faro	P	637,4 €	192
10	Cascais	Lisboa	G	617,2 €	191
11	Tavira	Faro	M	579,7 €	190
12	Sines	Setúbal	P	567,2 €	189
13	Vila Real de Santo António	Faro	P	550,6 €	188
14	Oeiras	Lisboa	G	522,4 €	187
15	Aljezur	Faro	P	503,1 €	186
16	Porto	Porto	G	456,9 €	185
17	Óbidos	Leiria	P	443,1 €	184
18	Sesimbra	Setúbal	M	405,7 €	183
19	Nazaré	Leiria	P	404,3 €	182
20	Mafra	Lisboa	M	376,2 €	181

XI. Peso do Passivo exigível consolidado nos rendimentos próprios

Dívida Total do grupo autárquico (passivo exigível)
Rendimentos (proveitos) próprios

– Considera-se dívida total consolidada o passivo exigível, ou seja, o total de dívidas a pagar do grupo autárquico, ou seja, não se inclui neste indicador os montantes de provisões para riscos e encargos, de proveitos diferidos e de acréscimos de custos, constituintes do passivo total.

- Considerou-se rendimentos próprios as vendas, as prestações de serviços e os impostos.
- Entre os 20 municípios com menor peso do Passivo exigível consolidado nos rendimentos próprios, assinalou-se com um asterisco (*) os casos em que foram considerados os valores das contas individuais dos municípios, fruto da inexistência de contas consolidadas ou da não disponibilização das mesmas até 8 de agosto de 2018.

R69.J – 20 municípios com menor peso do passivo exigível consolidado nos rendimentos próprios¹⁵⁵

Grupo Municipal / Município	Distrito	Dimensão	Peso da dívida nos rendimentos próprios	Pontuação
1 Sintra	Lisboa	G	13,21%	100
2 Benavente	Santarém	M	13,30%	99
3 Lagoa (Algarve)	Faro	M	15,19%	98
4 Mealhada *	Aveiro	P	15,21%	97
5 Marinha Grande	Leiria	M	15,32%	96
6 Porto	Porto	G	30,94%	95
7 Ponta do Sol *	Madeira	P	31,50%	94
8 Albufeira *	Faro	M	31,62%	93
9 Oeiras	Lisboa	G	32,18%	92
10 Alcácer do Sal *	Setúbal	P	32,37%	91
11 Vila Velha de Ródão *	Castelo Branco	P	33,72%	90
12 São Brás de Alportel *	Faro	P	34,65%	89
13 Loures	Lisboa	G	34,73%	88
14 Caldas da Rainha	Leiria	M	36,37%	87
15 Pampilhosa da Serra *	Coimbra	P	37,53%	86
16 Cascais	Lisboa	G	38,17%	85
17 Castelo Branco	Castelo Branco	M	38,23%	84
18 Mafra	Lisboa	M	38,71%	83
19 Castelo de Vide *	Portalegre	P	40,08%	82
20 Montijo	Setúbal	M	40,29%	81

¹⁵⁵ Não deduzidas eventuais exceções previstas por Lei.

5.3. Ranking Global dos municípios

- Com base no cômputo dos indicadores supra enumerados e com os pressupostos apresentados, listam-se os 100 municípios com pontuação global mais elevada, organizados pelos grupos de grande, média e pequena dimensão.
- Em relação à avaliação efetuada para 2017, aplicando com os indicadores e critérios supra referidos anota-se que dos 100 municípios com melhor classificação, 19 são de grande dimensão, 38 de média dimensão e 43 e pequena dimensão.
- Foram excluídos do Ranking global os municípios que apresentaram um índice de dívida total (indicador 8) superior a 150% (dívida total superior a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores).
- Os municípios incluídos no Ranking dos 100 melhores classificados, são ainda apresentados por Distrito. De igual modo se procederá para os municípios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.
- Para uma pontuação total de 2 000 pontos a pontuação máxima obtida foi de 1 851 pontos e referiu-se a um município de média dimensão (município de Marinha Grande),

tendo sido seguida da pontuação de 1 787 atribuída a um município de grande dimensão (município de Sintra). O município de pequena dimensão que encabeçou a classificação dos municípios deste grupo – município de Vila Velha de Ródão – obteve 1 673 pontos (83,7% da pontuação total).

No Quadro 5.03 apresenta-se a distribuição do número de municípios por intervalos de pontuação obtida, para efeitos de medição de eficiência na gestão financeira.

Face ao resultado da pontuação obtida por cada município no conjunto dos indicadores de eficiência global (10 indicadores com um valor total e 1 900 pontos), verifica-se que, 235 municípios obtiveram uma pontuação inferior a 950 pontos (menos de 50% da pontuação total) e que os restantes ficaram na sua maioria (54 em 73 municípios) com pontuação entre os 50% e os 70% da pontuação total.

Quadro 5.03 – Distribuição do número de municípios por intervalos de pontuação obtida para o Ranking Global

Impostos cobrados	Pequenos	Médios	Grandes	Total
Pontuação global superior ou igual a 80% da pontuação total	3	3	3	9
Pontuação global superior ou igual a 70% e inferior a 80% da pontuação total	6	2	0	8
Pontuação global superior ou igual a 50% e inferior 70% da pontuação total	21	20	12	53
Pontuação global inferior a 50% da pontuação total	156	73	9	238
Total	186	98	24	308

Municípios com melhor eficiência financeira comparativa

R7o.A – Ranking Global dos municípios de grande dimensão na lista dos 100 melhor classificados globalmente

	Município	Distrito	Pontuação 2017	Posição 2016	Posição 2015	Posição 2014
1	Sintra	Lisboa	1.787	1º	1º	1º
2	Porto	Porto	1.696	2º	2º	2º
3	Oeiras	Lisboa	1.656	7º	5º	12º
4	Loures	Lisboa	1.387	16º	8º	13º
5	Leiria	Leiria	1.371	3º	4º	9º
6	Amadora	Lisboa	1.355	5º	7º	7º
7	Vila Franca de Xira	Lisboa	1.317	4º	3º	3º
8	Cascais	Lisboa	1.312	19º	17º	19º
9	Barcelos	Braga	1.278	11º	11º	8º
10	Santa Maria da Feira	Aveiro	1.253	6º	10º	10º
11	Coimbra	Coimbra	1.181	12º	21º	16º
12	Matosinhos	Porto	1.177	15º	14º	6º
13	Almada	Setúbal	1.142	8º	6º	5º
14	Odivelas	Lisboa	1.098	18º	18º	17º
15	Lisboa	Lisboa	1.040	14º	15º	21º
16	Vila Nova de Famalicão	Braga	961	13º	20º	11º
17	Maia	Porto	957	9º	9º	4º
18	Seixal	Setúbal	927	17º	16º	19º
19	Guimarães	Braga	840	10º	13º	15º

R70.B – Ranking Global dos municípios de **média dimensão** na lista dos 100 melhor classificados globalmente

	Município	Distrito	Pontuação 2017	Posição 2016	Posição 2015	Posição 2014
1	Marinha Grande	Leiria	1.851	1º	2º	2º
2	Lagoa (Algarve)	Faro	1.625	3º	1º	1º
3	Albufeira	Faro	1.605	4º	3º	4º
4	Alcobaça	Leiria	1.532	8º	25º	42º
5	Benavente	Santarém	1.497	10º	4º	3º
6	Tavira	Faro	1.399	6º	26º	21º
7	Castelo Branco	Castelo Branco	1.397	9º	11º	14º
8	Abrantes	Santarém	1.390	20º	23º	17º
9	Montijo	Setúbal	1.377	18º	7º	22º
10	Mafra	Lisboa	1.359	16º	8º	39º
11	Porto de Mós	Leiria	1.355	12º	13º	5º
12	Loulé	Faro	1.303	5º	11º	16º
13	Lagos	Faro	1.255	22º	30º	44º
14	Arouca	Aveiro	1.224	13º	28º	20º
15	Pombal	Leiria	1.191	14º	17º	26º
16	Anadia	Aveiro	1.161	6º	5º	7º
17	Bragança	Bragança	1.160	11º	15º	18º
18	Esposende	Braga	1.132	15º	16º	9º
19	Azambuja	Lisboa	1.113	24º	22º	23º
19	Palmela	Setúbal	1.091	38º	36º	30º
21	Olhão	Faro	1.089	21º	35º	45º
22	Fafe	Braga	1.068	33º	19º	25º
23	Ovar	Aveiro	1.017	26º	10º	6º
24	Alenquer	Lisboa	1.008	65º	80º	60º
25	Estarreja	Aveiro	1.008	29º	70º	43º
26	Tondela	Viseu	985	27º	45º	38º
27	Faro	Faro	962	32º	47º	62º
28	Ponta Delgada	Açores	944	52º	53º	58º
29	Caldas da Rainha	Leiria	937	35º	14º	32º
30	Viseu	Viseu	937	18º	34º	13º
31	Torres Vedras	Lisboa	923	56º	66º	68º
32	Póvoa de Varzim	Porto	896	31º	21º	34º
33	Vizela	Braga	895	36º	75º	87º
34	Silves	Faro	894	28º	38º	35º
35	Figueira da Foz	Coimbra	890	39º	46º	47º
36	Machico	Madeira	879	57º	49º	57º
37	Marco de Canaveses	Porto	858	30º	33º	49º
38	Ponte de Lima	Viana do Castelo	837	17º	41º	11º

R70.C – Ranking Global dos municípios de pequena dimensão integrados na lista dos 100 melhor classificados globalmente

	Município	Distrito	Pontuação 2017	Posição 2016	Posição 2015	Posição 2014
1	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	1.673	1º	12º	13º
2	Murtosa	Aveiro	1.664	3º	2º	4º
3	Mealhada	Aveiro	1.633	2º	9º	8º
4	Santa Cruz das Flores	Açores	1.592	2º	1º	1º
5	Coruche	Santarém	1.526	4º	14º	3º
6	Penedono	Viseu	1.452	5º	22º	23º
7	Ponta do Sol	Madeira	1.441	9º	6º	27º
8	Alvito	Beja	1.431	7º	7º	10º
9	São Brás de Alportel	Faro	1.411	12º	11º	9º
10	Arronches	Portalegre	1.388	10º	18º	7º
11	Redondo	Évora	1.338	11º	10º	30º
12	Castelo de Vide	Portalegre	1.320	8º	3º	6º
13	Grândola	Setúbal	1.320	90º	112º	113º
14	Mortágua	Viseu	1.284	6º	8º	5º
14	Portel	Évora	1.190	56º	13º	17º
16	Marvão	Portalegre	1.170	15º	30º	19º
17	Vila Nova de Foz Côa	Guarda	1.164	44º	47º	90º
18	Mértola	Beja	1.146	13º	33º	45º
19	Calheta (R A M)	Madeira	1.141	52º	34º	63º
20	Castanheira de Pera	Leiria	1.117	20º	19º	16º
21	Alcácer do Sal	Setúbal	1.105	41º	29º	57º
22	Alvaiázere	Leiria	1.103	71º	145º	175º
23	Aguiar da Beira	Guarda	1.098	16º	43º	37º
24	Bombarral	Leiria	1.092	57º	92º	94º
25	Carregal do Sal	Viseu	1.072	23º	38º	42º
26	Nisa	Portalegre	1.057	35º	43º	89º
27	Santana	Madeira	1.051	24º	16º	25º
28	Pampilhosa da Serra	Coimbra	1.041	22º	25º	8º
29	Penacova	Coimbra	1.014	66º	54º	20º
30	Almeida	Guarda	1.005	19º	15º	21º
31	Boticas	Vila Real	994	17º	20º	26º
32	Sever do Vouga	Aveiro	981	40º	62º	18º
33	Velas	Açores	981	30º	23º	35º
34	Mora	Évora	979	88º	97º	31º
35	Aljezur	Faro	960	34º	24º	82º
36	Montalegre	Vila Real	917	28º	51º	99º
37	Sátão	Viseu	916	26º	56º	104º
38	Penamacor	Castelo Branco	915	77º	105º	129º
39	Alcochete	Setúbal	900	122º	149º	152º
40	Carrazeda de Ansiães	Bragança	872	25º	65º	29º
41	Calheta (R A A)	Açores	867	42º	27º	52º
42	Ferreira do Zêzere	Santarém	866	53º	95º	106º
43	Sernancelhe	Viseu	824	50º	75º	87º

O quadro 5.04 resume o número dos municípios incluídos nos 100 melhor classificados por distrito

Quadro 5.04 – Distribuição dos municípios, por Distrito, integrados na lista dos 100 melhor classificados globalmente

Distrito/região	Número de municípios				N.º de municípios da lista dos 100 melhor classificados				% de municípios
	Grande dimensão	Média dimensão	Pequena dimensão	TOTAL	Grande dimensão	Média dimensão	Pequena dimensão	TOTAL	
Aveiro	1	14	4	19	1	4	3	8	42,1%
Beja	0	2	12	14	0	0	2	2	14,3%
Braga	4	5	5	14	3	3	0	6	42,9%
Bragança	0	2	10	12	0	1	1	2	16,7%
Castelo Branco	0	3	8	11	0	1	2	3	27,3%
Coimbra	1	3	13	17	1	1	2	4	23,5%
Évora	0	1	13	14	0	0	3	3	21,4%
Faro	0	9	7	16	0	8	2	10	62,5%
Guarda	0	2	12	14	0	0	3	3	21,4%
Leiria	1	6	9	16	1	5	3	9	56,3%
Lisboa	8	5	3	16	8	4	0	12	75,0%
Portalegre	0	2	13	15	0	0	4	4	26,7%
Porto	5	12	1	18	3	2	0	5	27,8%
Santarém	0	11	10	21	0	2	2	4	19,0%
Setúbal	3	6	4	13	2	2	3	7	53,8%
Viana do Castelo	0	3	7	10	0	1	0	1	10,0%
Vila Real	0	2	12	14	0	0	2	2	14,3%
Viseu	0	3	21	24	0	2	5	7	29,2%
Região Autónoma dos Açores	0	4	15	19	0	1	3	4	21,1%
Região Autónoma da Madeira	1	3	7	11	0	1	3	4	36,4%
Total	24	98	186	308	19	38	43	100	32,5%

R71.A – Ranking Global dos municípios do Distrito de Aveiro com melhor pontuação global

	Município	Dim	Pontuação 2017
1	Murtosa	P	1.664
2	Mealhada	P	1.633
3	Santa Maria da Feira	G	1.253
4	Arouca	M	1.224
5	Anadia	M	1.161
6	Ovar	M	1.017
7	Estarreja	M	1.008
8	Sever do Vouga	P	981

R71.B – Ranking Global dos municípios do Distrito de Beja com melhor pontuação global

	Município	Dim	Pontuação 2017
1	Alvito	P	1.431
2	Mértola	P	1.146

R71.C – Ranking Global dos municípios do Distrito de Braga com melhor pontuação global

	Município	Dim	Pontuação 2017
1	Barcelos	G	1.278
2	Esposende	M	1.132
3	Fafe	M	1.068
4	Vila Nova de Famalicão	G	961
5	Vizela	M	895
6	Guimarães	G	840

R71.D – Ranking Global dos municípios do Distrito de Bragança com melhor pontuação global

	Município	Dim	Pontuação 2017
1	Bragança	M	1.160
2	Carrazeda de Ansiães	P	872

R71.E – Ranking Global dos municípios do Distrito de Castelo Branco com melhor pontuação global

	Município	Dim	Pontuação 2017
1	Vila Velha de Ródão	P	1.673
2	Castelo Branco	M	1.397
3	Penamacor	P	915

R71.F – Ranking Global dos municípios do Distrito de Coimbra com melhor pontuação global

	Município	Dim	Pontuação 2017
1	Coimbra	G	1.181
2	Pampilhosa da Serra	P	1.041
3	Penacova	P	1.014
4	Figueira da Foz	M	890

R71.G – Ranking Global dos municípios do Distrito de Évora com melhor pontuação global

	Município	Dim	Pontuação 2017
1	Redondo	P	1.338
2	Portel	P	1.190
3	Mora	P	979

R71.H – Ranking Global dos municípios do Distrito de Faro com melhor pontuação global

	Município	Dim	Pontuação 2017
1	Lagoa (Algarve)	M	1.625
2	Albufeira	M	1.605
3	São Brás de Alportel	P	1.411
4	Tavira	M	1.399
5	Loulé	M	1.303
6	Lagos	M	1.255
7	Olhão	M	1.089
8	Faro	M	962
9	Aljezur	P	960
10	Silves	M	894

R71.I – Ranking Global dos municípios do Distrito de Guarda com melhor pontuação global

	Município	Dim	Pontuação 2017
1	Vila Nova de Foz Côa	P	1.164
2	Aguiar da Beira	P	1.098
3	Almeida	P	1.005

**R71.J – Ranking Global dos municípios do Distrito de Leira
com melhor pontuação global**

	Município	Dim	Pontuação 2017
1	Marinha Grande	M	1.851
2	Alcobaça	M	1.532
3	Leiria	G	1.371
4	Porto de Mós	M	1.355
5	Pombal	M	1.191
6	Castanheira de Pera	P	1.117
7	Alvaiázere	P	1.103
8	Bombarral	P	1.092
9	Caldas da Rainha	M	937

**R71.K – Ranking Global dos municípios do Distrito de Lisboa
com melhor pontuação global**

	Município	Dim	Pontuação 2017
1	Sintra	G	1.787
2	Oeiras	G	1.656
3	Loures	G	1.387
4	Mafra	M	1.359
5	Amadora	G	1.355
6	Vila Franca de Xira	G	1.317
7	Cascais	G	1.312
8	Azambuja	M	1.113
9	Odivelas	G	1.098
10	Lisboa	G	1.040
11	Alenquer	M	1.008
12	Torres Vedras	M	923

**R71.L – Ranking Global dos municípios do Distrito de Portalegre
com melhor pontuação global**

	Município	Dim	Pontuação 2017
1	Arronches	P	1.388
2	Castelo de Vide	P	1.320
3	Marvão	P	1.170
4	Nisa	P	1.057

**R71.M – Ranking Global dos municípios do Distrito de Porto
com melhor pontuação global**

	Município	Dim	Pontuação 2017
1	Porto	G	1.696
2	Matosinhos	G	1.177
3	Maia	G	957
4	Póvoa de Varzim	M	896
5	Marco de Canaveses	M	858

**R71.N – Ranking Global dos municípios do Distrito de Santarém
com melhor pontuação global**

	Município	Dim	Pontuação 2017
1	Coruche	P	1.526
2	Benavente	M	1.497
3	Abrantes	M	1.390
4	Ferreira do Zêzere	P	866

**R71.O – Ranking Global dos municípios do Distrito de Setúbal
com melhor pontuação global**

	Município	Dim	Pontuação 2017
1	Montijo	M	1.377
2	Grândola	P	1.320
3	Almada	G	1.142
4	Alcácer do Sal	P	1.105
5	Palmela	M	1.091
6	Seixal	G	927
7	Alcochete	P	900

**R71.P – Ranking Global dos municípios do Distrito de Viana do Castelo
com melhor pontuação global**

	Município	Dim	Pontuação 2017
1	Ponte de Lima	M	837

**R71.Q – Ranking Global dos municípios do Distrito de Vila Real
com melhor pontuação global**

	Município	Dim	Pontuação 2017
1	Boticas	P	994
2	Montalegre	P	917

R71.R – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Viseu com melhor pontuação global

	Município	Dim	Pontuação 2017
1	Penedono	P	1.452
2	Mortágua	P	1.284
3	Carregal do Sal	P	1.072
4	Tondela	M	985
5	Viseu	M	937
6	Sátão	P	916
7	Sernancelhe	P	824

R71.S – Ranking Global dos municípios da Região Autónoma dos Açores com melhor pontuação global

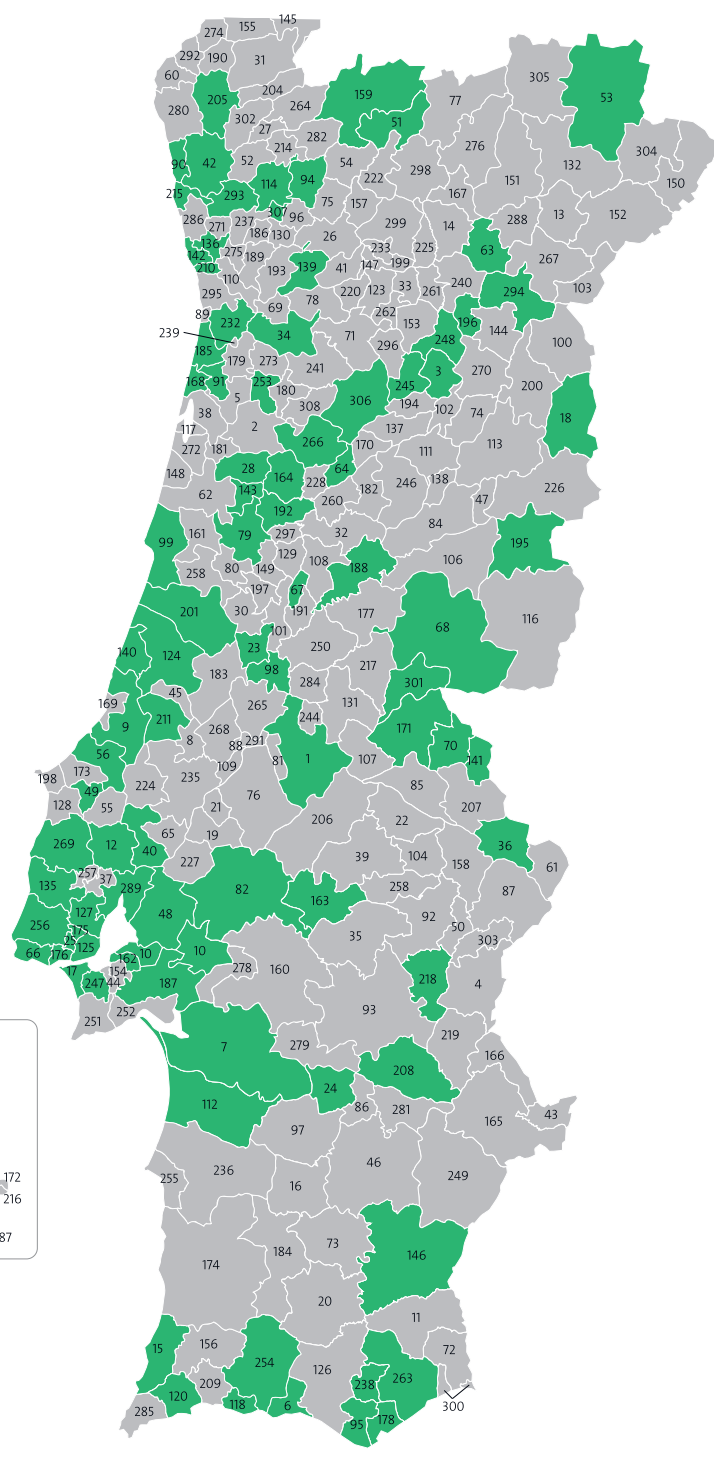
	Município	Dim	Pontuação 2017
1	Santa Cruz das Flores	P	1.592
2	Velas	P	981
3	Ponta Delgada	M	944
4	Calheta (R A A)	P	867

R71.T – Ranking Global dos municípios da Região Autónoma da Madeira com melhor pontuação global

	Município	Dim	Pontuação 2017
1	Ponta do Sol	P	1.441
2	Calheta (R A M)	P	1.141
3	Santana	P	1.051
4	Machico	M	879

Figura 2- 100 municípios com melhor eficiência financeira (a verde)

- | | | | |
|-------------------------|---------------------------------|------------------------------|--------------------------------|
| 1 Abrantes | 87 Elvas | 173 Óbidos | 259 Sousel |
| 2 Águeda | 88 Entroncamento | 174 Odemira | 260 Tábua |
| 3 Aguiar da Beira | 89 Espinho | 175 Odivelas | 261 Tabuaço |
| 4 Alandroal | 90 Espinho | 176 Oeiras | 262 Tarouca |
| 5 Albergaria-a-Velha | 91 Estarreja | 177 Oleiros | 263 Tavira |
| 6 Albufeira | 92 Estremoz | 178 Olhão | 264 Terras de Bouro |
| 7 Alcacer do Sal | 93 Évora | 179 Oliveira de Azeméis | 265 Tomar |
| 8 Alcáçova | 94 Fafe | 180 Oliveira de Frades | 266 Tondela |
| 9 Alcochete | 95 Faro | 181 Oliveira do Bairro | 267 Torre de Moncorvo |
| 10 Alcochete | 96 Felgueiras | 182 Oliveira do Hospital | 268 Torres Novas |
| 11 Alcoutim | 97 Ferreira do Alentejo | 183 Ourém | 269 Torres Vedras |
| 12 Alerquém | 98 Ferreira do Zêzere | 184 Ourique | 270 Trancoso |
| 13 Alfândega da Fé | 99 Figueira da Foz | 185 Ovar | 271 Trofa |
| 14 Aljô | 100 Figueira de Castelo Rodrigo | 186 Paços de Ferreira | 272 Vagos |
| 15 Aljezur | 101 Figueiró dos Vinhos | 187 Palmela | 273 Vale de Cambra |
| 16 Aljustrel | 102 Fornos de Algodres | 188 Pampilhosa da Serra | 274 Valença |
| 17 Almada | 103 Freixo de Espada à Cinta | 189 Paredes | 275 Valongo |
| 18 Almeida | 104 Fronteira | 190 Paredes de Coura | 276 Valpaços |
| 19 Almeirim | 105 Funchal | 191 Pedrógão Grande | 277 Velas |
| 20 Almodôvar | 106 Fundão | 192 Penacova | 278 Vendas Novas |
| 21 Alpiarça | 107 Gavião | 193 Penafiel | 279 Viana do Alentejo |
| 22 Alter do Chão | 108 Góis | 194 Penalva do Castelo | 280 Viana do Castelo |
| 23 Alvaláezere | 109 Golegã | 195 Penamacor | 281 Vidigueira |
| 24 Alvito | 110 Gondomar | 196 Penedono | 282 Vieira do Minho |
| 25 Amadora | 111 Gouveia | 197 Penela | 283 Praia da Vitória |
| 26 Amarante | 112 Grândola | 198 Peniche | 284 Vila de Rei |
| 27 Amares | 113 Guarda | 199 Peso da Régua | 285 Vila do Bispo |
| 28 Anadia | 114 Guimarães | 200 Pinhel | 286 Vila do Conde |
| 29 Angra do Heroísmo | 115 Horta | 201 Pombal | 287 Vila do Porto |
| 30 Ansião | 116 Idanha-a-Nova | 202 Ponta Delgada | 288 Vila Flor |
| 31 Arcos de Valdevez | 117 Ilhavo | 203 Ponta do Sol | 289 Vila Franca de Xira |
| 32 Arganil | 118 Lagoa (Algarve) | 204 Ponte da Barca | 290 Vila Franca do Campo |
| 33 Armamar | 119 Lagoa (R.A.A) | 205 Ponte de Lima | 291 Vila Nova da Barquinha |
| 34 Arouca | 120 Lagos | 206 Ponte de Sor | 292 Vila Nova de Ceveira |
| 35 Arraiolos | 121 Lajes das Flores | 207 Portalegre | 293 Vila Nova de Famalicão |
| 36 Arronches | 122 Lajes do Pico | 208 Portel | 294 Vila Nova de Foz Côa |
| 37 Arruda dos Vinhos | 123 Lamego | 209 Portimão | 295 Vila Nova de Gaia |
| 38 Aveiro | 124 Leiria | 210 Porto | 296 Vila Nova de Paiva |
| 39 Avis | 125 Lisboa | 211 Porto de Mós | 297 Vila Nova de Poiares |
| 40 Azambuja | 126 Loulé | 212 Porto Moniz | 298 Vila Pouca de Aguiar |
| 41 Baião | 127 Loures | 213 Porto Santo | 299 Vila Real |
| 42 Barcelos | 128 Lourinhã | 214 Póvoa de Lanhoso | 300 Vila Real de Santo António |
| 43 Barrancos | 129 Louçã | 215 Póvoa de Varzim | 301 Vila Velha de Ródão |
| 44 Barreiro | 130 Loussada | 216 Povoação | 302 Vila Verde |
| 45 Batalha | 131 Mação | 217 Proença-a-Nova | 303 Vila Viçosa |
| 46 Beja | 132 Macedo de Cavaleiros | 218 Redondo | 304 Vimios |
| 47 Belmonte | 133 Machico | 219 Reguengos de Monsaraz | 305 Vinhais |
| 48 Benavente | 134 Madalena | 220 Resende | 306 Viseu |
| 49 Bombarral | 135 Mafra | 221 Ribeira Brava | 307 Vizela |
| 50 Borba | 136 Maia | 222 Ribeira de Pena | 308 Vouzela |
| 51 Boticas | 137 Mangualde | 223 Ribeira Grande | |
| 52 Braga | 138 Manteigas | 224 Rio Maior | |
| 53 Bragança | 139 Marco de Canaveses | 225 Sabrosa | |
| 54 Cabeceiras de Basto | 140 Marinha Grande | 226 Sabugal | |
| 55 Cadaval | 141 Marvão | 227 Salvaterra de Magos | |
| 56 Caldas da Rainha | 142 Matosinhos | 228 Santa Comba Dão | |
| 57 Calheta (R. A. A.) | 143 Mealhada | 229 Santa Cruz | |
| 58 Calheta (R. A. M.) | 144 Meda | 230 Santa Cruz da Graciosa | |
| 59 Câmara de Lobos | 145 Melgaço | 231 Santa Cruz das Flores | |
| 60 Caminha | 146 Mértola | 232 Santa Maria da Feira | |
| 61 Campo Maior | 147 Mesão Frio | 233 Santa Marta de Penaguião | |
| 62 Cantanhede | 148 Mira | 234 Santana | |
| 63 Carrizada de Ansiães | 149 Miranda do Corvo | 235 Santarém | |
| 64 Carragal do Sal | 150 Miranda do Douro | 236 Santiago do Cacém | |
| 65 Cartaxo | 151 Mirandela | 237 Santo Tirso | |
| 66 Cascais | 152 Mogadouro | 238 São Brás de Alportel | |
| 67 Castanheira de Pera | 153 Moimenta da Beira | 239 São João da Madeira | |
| 68 Castelo Branco | 154 Moita | 240 São João da Pesqueira | |
| 69 Castelo de Paiva | 155 Monção | 241 São Pedro do Sul | |
| 70 Castelo de Vide | 156 Monchique | 242 São Roque do Pico | |
| 71 Castro Daire | 157 Mondim de Basto | 243 São Vicente | |
| 72 Castro Marim | 158 Monforte | 244 Sardoal | |
| 73 Castro Verde | 159 Montalegre | 245 Sátão | |
| 74 Celorico da Beira | 160 Montemor-o-Novo | 246 Seia | |
| 75 Celorico de Basto | 161 Montemor-o-Velho | 247 Seixal | |
| 76 Chamusca | 162 Montijo | 248 Sernancelhe | |
| 77 Chaves | 163 Mora | 249 Serpa | |
| 78 Cinfaes | 164 Mortágua | 250 Sertã | |
| 79 Coimbra | 165 Moura | 251 Sesimbra | |
| 80 Condeixa-a-Nova | 166 Mourão | 252 Setúbal | |
| 81 Constância | 167 Murça | 253 Sever do Vouga | |
| 82 Coruche | 168 Murtosa | 254 Silves | |
| 83 Corvo | 169 Nazaré | 255 Sines | |
| 84 Covilhã | 170 Nelas | 256 Sintra | |
| 85 Crato | 171 Nisa | 257 Sobral de Monte Agraço | |
| 86 Cuba | 172 Nordeste | 258 Soure | |



CAPÍTULO 6

RESUMO E CONCLUSÕES

Para conclusão da edição de 2017 do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, apresenta-se um resumo dos principais pontos tratados nos diferentes capítulos, apontando-se os aspetos mais positivos e os pontos fracos ou aspetos que carecem de maior adequação e ajustamento à lei vigente ou a critérios de eficiência e eficácia de gestão económico-financeira.

1. Independência Financeira:

Considerando-se ao longo dos diferentes Anuários, que um município apresenta independência financeira nos casos em que as receitas próprias representam, pelo menos, 50% das receitas totais, anota-se:

Aspetos positivos

– É significativa a **independência financeira dos municípios de grande dimensão** (75,8%), justificado essencialmente pelo maior volume de receita fiscal auferida, nomeadamente a proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT). Releva-se, ainda, o peso significativo, nos grandes municípios, do produto da cobrança da derrama.

– O número de municípios que recorreu a empréstimos bancários no exercício diminuiu de 191 para 167 (menos 24).

Pontos fracos

– O ponto fraco a assinalar relativamente à Independência Financeira dos municípios, associa-se aos municípios de pequena dimensão, para os quais a maior receita são as transferências provenientes do OE, através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e que totalizam, em média 62,1% da receita total.

– Será de anotar a **diminuição do peso das receitas próprias nas receitas totais**, cuja média nacional em 2017 passou para 39,6%, sendo que em 2016 se situava em 40,5%, em consequência do aumento do volume de empréstimos contraídos.

– Verifica-se uma diminuição do número de municípios que apresentam uma independência financeira igual ou superior a 50%, passando de 87 em 2016 para 81 em 2017, e um aumento do nº de municípios que apresentam receitas próprias com níveis inferiores a 20% das receitas totais de +10 relativamente a 2016, existindo 36 municípios nesta situação.

– Em relação aos **municípios dos Açores**, verifica-se que a receita municipal, na sua generalidade, depende muito pouco das receitas de impostos e taxas, pois o peso destas, só no município de Ponta Delgada se aproximou em 2017, do índice nacional de 40,1%, ao apresentar o peso de 39,3%. A importância da receita de impostos na receita total, em todos os restantes municípios desta Região, ficou bastante aquém do peso médio nacional.

– Relativamente aos **municípios da Madeira**, o município de Porto Santo apresentou um peso das receitas fiscais nas receitas totais, superior ao da média nacional, ao apresentar este indicador com o valor de 51,5%. De igual modo os municípios do Funchal e Santa Cruz, respetivamente com as receitas fiscais a pesarem 49,6% e 48,8% na receita total, revelam uma estrutura financeira, que lhes permitirá adquirir uma maior autonomia financeira.

2. Orçamento e execução orçamental

Pontos fortes

Receitas:

– O ano de 2017 revelou a maior aproximação do valor do orçamento previsto ao montante da receita liquidada, demonstrando a **consolidação do processo de deflacionamento dos orçamentos** iniciado em 2010 e fortalecido em 2017.

– O ano de 2017 apresentou o **melhor rácio de receitas cobradas em relação às receitas previstas**, com um nível médio de execução de 89,6%. Apresentou, também, o **melhor rácio da execução da receita liquidada em relação à receita prevista**, executando-a em 90,4%. Este último indicador sinaliza um **maior controlo orçamental exercido pelos municípios** e um melhor cumprimento das regras orçamentais da previsão da receita.

– A **receita efetiva cresceu** 422,9 milhões de euros, traduzindo -se num aumento líquido de 5,8%. **Tratou-se do maior aumento da receita efetiva desde 2008**, afastando-se bastante das oscilações, por vezes negativas, verificadas entre 2011 e 2014. A **receita efetiva obtida, em 2017 representou 93,2% da receita total**.

– Em 2017, as receitas provenientes de **Impostos e taxas superaram o montante total de transferências correntes e de capital, em 273,5M€**.

– **167 Municípios não recorreram a receitas creditícias**. Trata-se de um número elevado de municípios que prescindiram de utilizar empréstimos financeiros.

– O ano de 2017 foi um **bom ano de coleta fiscal**, tendo cobrado em impostos diretos, indiretos, taxas e licenças 3 329,2 M€, o que mostra a influência do crescimento económico do país nos orçamentos municipais.

– Anota-se a **recuperação acentuada do IMT** ao apresentar um aumento de 30,2% (+198M€). Para a maioria dos municípios esta

fonte de receita tornou-se mais relevante, nomeadamente para os municípios de grande dimensão ao representar, em média, 33,9% do montante de impostos diretos cobrados.

– O **aumento relevante do IUC em 2017 (+6,5%, +16 M€)** reforça o impacto do crescimento económico, na economia municipal. Este impacto é ainda verificável com o **aumento da Derrama (+17,8%, +48,9M€)**.

– Em 2017 verificou-se que o número de municípios que **apresentaram, em simultâneo, descida de IMI e de IMT diminuiu de 78 para 47**. Esta situação poderá traduzir uma **maior sustentabilidade financeira dos municípios e, conseqüentemente, uma autonomia financeira mais ampla**.

– Outra receita municipal com crescimento assinalável em 2017 foi o conjunto da **venda de bens e serviços correntes**, a qual apresentou um crescimento de 2,8% (24,4M€) e a **venda de bens de investimento que cresceu 38,7% (+26,1M€)**.

– O **produto da venda de terrenos** foi o que mais influenciou o aumento da receita proveniente de bens duradouros, nos municípios com maior crescimento desta receita.

– As **transferências do Orçamento de Estado (OE)** que apresentaram uma forte descida entre 2010 e 2014, iniciaram um crescimento progressivo a partir de 2015 até ao presente ano económico de 2017, às taxas, respetivamente, de: + 3,9%, +2,4% e +2,4%.

Despesas:

– No ano de 2017, foram **pagos 86,8% dos compromissos assumidos**. O volume da despesa paga no total de 8,1 mil milhões de euros representou um aumento (+7,9%; +600 M€), tendo sido o **valor mais elevado nos últimos oito anos**.

– Em 2017, **119 municípios apresentaram uma taxa de pagamento dos compromissos superior a 90%**, e 237 municípios apresentaram acréscimo de volume de despesa paga.

- Em 2017, a despesa orçada cresceu 8% (+775,5 M€) e foi totalmente absorvida pela despesa comprometida, a qual cresceu 9,7% (+821,6 M€). Situação que permite concluir pela inexistência de inflacionamento orçamental, apesar de se ter verificado aumento do montante previsional da despesa.
 - Em 2017, o peso relativo das duas componentes económicas da despesa assumida, despesa corrente e despesa de capital, alteraram-se ligeiramente passando respetivamente para 64,4% e 35,6% da despesa total. A despesa comprometida de natureza corrente aumentou +2,9% e, a de capital +24,6%. Em 2017 há um **visível aumento de investimento em despesa de capital**, no sector autárquico municipal, com 256 municípios a aumentar a despesa em aquisição de bens de capital
 - A mudança de estratégia de gestão autárquica verificada, mais acentuadamente, no último quadriénio, com uma maior adequação das despesas ao volume de receita obtida, tem permitido uma **melhoria do rácio de pagamentos das despesas de capital**, pese embora continue a ser a despesa com menor índice de pagamento.
 - Em 2017, relativamente ao ano anterior, o **investimento direto dos municípios aumentou** 39,9% (+420,1 M€) tendo as transferências de capital aumentado 15,7% (+38,9% M€). O valor conjunto das **transferências de capital** e da aquisição de bens de capital aumentaram, 35,3% (+459,1 M€).
 - Verificou-se que 251 municípios apresentaram aumento do montante global de investimento direto e indireto, sendo que 137 deles apresentam aumento superior a 50%.
 - Em 2017, a **média do peso das despesas com pessoal no total das despesas autárquicas foi de 28,8%**, a menor do período entre 2014/2017. Mais se relewa o facto de 24 municípios apresentaram as despesas com pessoal com um peso inferior a 20% da sua despesa total
 - Em 2017, apesar da despesa com aquisição de bens e serviços ter aumentado 2%, 93 municípios apresentaram diminuição destes encargos.
 - Considera-se positivo ter baixado o volume total de amortizações de empréstimos em - 1,9% (-14,5 M€), por estar associado a uma **descida global da dívida autárquica de médio e longo prazo**. Mais se anota que do montante amortizado de 737,3 M€, 16,2% (119,4M€) corresponderam a amortizações de empréstimos relacionados com os programas estatais do PREDE e do PAEL
 - O total de encargos pagos pelos municípios em 2017 respeitante a juros e outros encargos foi de 77 M€, menos 23,7 M€ que em 2016 e menos 52 M€ que em 2006.
 - **250 Municípios apresentaram diminuição da despesa paga em juros e outros encargos.**
- Balanço Orçamental (receita versus despesa) e Saldos orçamentais:**
- O volume de **receitas liquidadas** acrescido dos saldos dos exercícios anteriores foi superior ao volume de **despesas assumidas** em +295 M€. (Saldo Orçamental, na ótica dos compromissos e liquidações das receitas), melhorando a performance em +16% (+42M€). Este indicador só começou a apresentar valor positivo a partir de 2016. De salientar que 122 Municípios apresentaram um volume de receita liquidada igual ou superior ao total de despesa assumida, revelando um **maior ajustamento do valor da despesa ao valor da receita possível de cobrar**, demonstrando um comportamento de gestão mais propício à redução da dívida comercial.
 - A diferença entre a **receita cobrada** acrescida dos saldos da gestão anterior e a **despesa realizada** (despesa assumida) voltou pela segunda vez (já o tinha sido em 2016) a ser positiva **aparecendo reforçada com o valor de 217,5 M€ (+13%)**, melhorando a sustentabilidade financeira do sector autárquico.
 - Os municípios, na sua globalidade, apresentaram um **valor positivo do saldo corrente deduzido das amortizações médias dos empréstimos de médio e longos prazos (1 214,7M€)**, traduzindo uma melhoria deste indicador em +227M€, o que traduz num **equilíbrio orçamental nos termos da Lei da Finanças Locais**.

– O **saldo global ou saldo efetivo** cresceu ao passar de -1888 M€ em 2006, para +529 M€ em 2017, sendo o segundo ano consecutivo em que este saldo se apresenta positivo considerando a totalidade dos municípios. Contudo, em 2017 relativamente a 2016, o **saldo efetivo baixou 22,7% (- 155 M€).**

Pontos fracos

Receitas:

– Apesar do positivo processo de deflacionamento, em 2017 **ficaram por cobrar 965 M€ milhões de euros** (receita prevista – receita cobrada), sendo, **contudo, o menor valor desde 2006.**

– O **grau de execução da receita** embora se tenha situado em 2017, no valor mais elevado do período 2006/2017, com a taxa de 89,6%, ainda está longe do 100% desejado.

– A principal fonte de receita dos municípios de pequena dimensão foram as transferências correntes e de capital que, no seu conjunto, representaram 62,1% da receita cobrada. Para estes municípios a **receita fiscal representou apenas 17%** do valor total arrecadado. Daí a **frágil independência financeira dos pequenos municípios.**

– No conjunto dos **municípios de média dimensão**, o peso das transferências no volume de receitas totais (36,4%) foi semelhante ao peso das receitas fiscais (35,8%). Esta estrutura financeira torna este grupo de municípios mais dependente do recurso ao crédito, como atesta o facto do **volume de empréstimos bancários representarem em média 11,4%** da receita total.

– Outro aspeto negativo a realçar no ano económico de 2017, refere-se à **descida do IMI** iniciada em 2016 (-2,9%) acentuada em 2017 com uma descida de -2,1%.

– Em 2017, os **passivos financeiros no montante de 556,7 milhões de euros, aumentaram 168,4 milhões de euros (+43,4%).** Trata-se de um acréscimo associado às necessidades de financiamento para execução de obras no âmbito do financiamento comunitário e, ainda, à **utilização de financiamentos ao abrigo do programa**

FAM. Neste caso foram utilizados em 2017, por sete municípios o montante total de 234,3M€ (17,1% do total dos passivos financeiros contabilizados por todos os municípios). De referir que se houve recurso a novos empréstimos no valor de 556,7 milhões de euros, o montante de amortizações de empréstimos foi de 737,3 milhões de euros o que traduz um aspeto positivo.

– Em relação aos municípios das regiões autónomas, que na Região dos Açores e na Região da Madeira verificou-se um aumento do volume de empréstimos bancários embora mais acentuado no conjunto dos municípios da Madeira. De referir que nos Municípios dos **Açores** se houve recurso a novos empréstimos no valor de 5,6 milhões de euros, o montante de amortizações de empréstimos foi de 14,9 milhões de euros o que traduz um aspeto positivo. De igual modo, apesar do recurso a empréstimos pelos municípios da **Madeira** no valor de 7,2 milhões de euros, o montante de empréstimos amortizados neste exercício totalizou os 21,8 milhões de euros.

Despesas:

– Apesar de em 2017 terem sido pagos 86,8% dos compromissos assumidos, no total de 8,1 mil milhões de euros, **ainda ficaram por pagar 13,2%** desses compromissos os quais se traduziram em **dívida comercial no valor de 1 221,2 M€.**

– O aumento de **encargos a pagar**, em 2017, em relação a 2016 (+228,8 M€; +23,1%), alerta para a necessidade de uma maior contenção de despesa nos anos subsequentes e uma gestão mais cuidada de assunção de encargos, de modo a poder garantir-se a **cobertura financeira da despesa assumida e o enquadramento da despesa pública, quanto à sua eficácia e eficiência.**

– Em relação ao ano de 2017, comparando o volume e despesa comprometida (9 280,4M€) com o volume de receita auferida pelos municípios (8 311,5M€), foram assumidos, pelo setor autárquico **968,9 M€, para os quais, não haveria cobertura financeira.** Desta situação decorreu a dificuldade de sustentabilidade financeira apresentada por alguns municípios.

– Em 2017 verificou-se que **151 municípios apresentaram um peso de pagamento de encargos com pessoal no total da despesa paga, superior à média verificada para o ano, a qual foi de 28,8%.**

– Mais se anota, como ponto negativo o facto de, em 2017 **apenas ter sido paga 69,3% das despesas de investimento**, mantendo-se relativamente altos, os índices de pagamento das restantes despesas assumidas pelos municípios.

– Em 2017, 52 municípios apresentaram descida do montante de investimento direto.

– Em 2017, apesar de ter aumentado o volume dos compromissos com subsídios (38,3%; +33,3 M€), com transferências correntes (+ 7,5%, +47,7M€) e com transferências de capital (+ 20,1%; +57,9M€) os municípios apenas conseguiram pagar, na sua generalidade, **93,4% dos subsídios atribuídos.**

– **58 Municípios aumentaram a despesa com juros e outros encargos financeiros**, pese embora em termos globais esta despesa autárquica tenha baixado 10,1% (-23,7M€).

Balanço Orçamental (receita versus despesa) e Saldos orçamentais

– **235 Municípios apresentaram um orçamento inicial de despesa inferior ao orçamento corrigido**, por via da inclusão: dos saldos de gerência, aprovação de empréstimos bancários e, eventualmente, inscrição de receitas não previstas, como financiamentos comunitários.

– Em 2017, **151 municípios apresentaram diferença negativa entre o grau de execução das receitas liquidadas e o grau de execução das despesas comprometidas.** Destes, apenas 56 municípios apresentaram um grau de execução das despesas comprometidas superior, em menos de 5%, ao grau de execução da receita

– Atendendo ao **equilíbrio orçamental nos termos da Lei das Finanças Locais**, verificou-se que o saldo corrente deduzido das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo, foi

maior no conjunto dos municípios de pequena dimensão e menor no grupo dos municípios de grande dimensão.

– Em 2017 apesar do **saldo efetivo** se apresentar francamente positivo **baixou 22,7% (-155 M€)**, em relação ao ano de 2016.

3. Informação patrimonial e Resultados económicos

Pontos fortes

Fiabilidade do Balanço e da Demonstração dos Resultados Económicos

– Elevado cumprimento das regras do POCAL e como tal, forte fiabilidade da informação patrimonial e económica prestada nas Contas e Relatório Financeiro.

– Em cumprimento com o **princípio da especialização dos exercícios** verifica-se que todos os municípios procederam ao registo de **acréscimo de custos**, no respetivo ano económico, independentemente da receção da fatura ou do seu pagamento.

Ativo:

– Imobilizado corpóreo mantém-se como a componente do imobilizado com maior impacto no total dos ativos municipais representando 47,1% do mesmo.

– O valor das **obras em curso do domínio público**, com acentuada diminuição de investimento público até 2016, apresentou em 2017, ainda que ligeiro, um crescimento patrimonial de + 56M€ (+ 6,4%), **atestando evolução positiva no investimento público.**

– Em 2017, o **valor das dívidas a receber** no total de 662,1 M€ traduziram um **decréscimo** deste ativo de -94,4 M€ (-12,5%).

– Aumentaram em 18,9% dos **depósitos em instituições financeiras e caixa** totalizando no final do ano económico 1.913,0 M€. Estes montantes (excluídos das operações de tesouraria) traduzirão **os saldos de gerência que transitam para o ano seguinte**, permitindo que os municípios, através da inclusão, após encerramento das

contas, aumentem as dotações orçamentais disponíveis, como se verificou em 2017. Poderá ser uma forma, por vezes materialmente relevante, de os municípios inflacionarem as dotações orçamentais em orçamentos rectificativos.

Passivo

– Em 2017, o **passivo exigível** ao apresentar o valor de 4 697,5M€ **apresentou um decréscimo de -8,3% (- 426,7M€)**, tendo contribuído para esta descida a **redução das dívidas a curto prazo** que, em relação a 2016, baixaram -13,7% (-169,9 milhões de euros).

– Anote-se que **69,6% da dívida de curto prazo** (739,5 milhões de euros), **no final de 2017, dizia respeito à dívida a fornecedores (dívida comercial)** e apresentou um decréscimo em relação ao ano anterior, de -15,2% (-132,5M€).

– Em 2017 a **descida da dívida a médio e longo prazo foi de -270,7M€ (-7,9%)**. Esta descida mostra bem o esforço dos municípios na intensificação das amortizações de empréstimos alocando uma parte significativa dos seus recursos para esse fim.

– **118 Municípios** dos 159 abrangidos pelo conjunto de programas de apoio PREDE, PPTH, PAEL, ATU e FAM **apresentaram descida da dívida de curto prazo entre 2006 e 2017**.

– Dos 103 municípios que recorreram a empréstimos ao abrigo do PAEL (Programa de Apoio à Economia Local), **30 acabaram de liquidar o capital em dívida em 2017**.

– Em 2017, **238 municípios baixaram o valor do passivo exigível**.

– Em 2017, o **rácio “dívida total dos municípios / 1,5 vezes a média da receita corrente cobrada líquida nos últimos três exercícios” foi de 46,1%**, pelo que a **dívida total do sector autárquico, ficou distante do limite máximo da dívida total que é de 100% conforme determinado com base nos artigos 52.º e 83.º da Lei das finanças locais, aumentando esse distanciamento em +6,8 pp relativamente ao verificado em 2016. Os sucessivos decréscimos, desde 2013,**

do valor do índice do limite à dívida total é um ótimo indicador da progressiva melhoria da situação global de endividamento das autarquias.

– Apesar de existirem ainda 38 municípios com prazo médio de pagamento aos fornecedores, superior a 90 dias, verificou-se que em relação à situação detetada em 2011 (ano de maior crise contabilizada, de pagamento) 147 desses municípios superaram este constrangimento. No final do ano económico de 2017, **apenas 38 dos municípios pagavam a mais de 90 dias**

Resultados:

– Em 2017, **os resultados líquidos voltaram a crescer em +10,3%**, ao totalizar 457,5M€, tendo contribuído para este fim 177 municípios.

– Os **resultados operacionais apresentaram um enorme crescimento traduzido em 136,2M€** e mantiveram-se pelo terceiro ano consecutivo positivos, tendo 114 municípios contribuído para a melhoria da situação económica do sector autárquico ao apresentarem resultados operacionais positivos.

– Os **resultados operacionais antes de amortizações e provisões (EBIDTA) cresceram 2,3%**, após um decréscimo verificado em 2016, continuando a manter-se francamente positivos ao apresentar o valor global de 1 734,0 M€.

Pontos fracos

Fiabilidade do Balanço e da Demonstração dos Resultados Económicos

– Em 2017, 37 municípios continuaram a não apresentar registo de valores relativos a **terrenos e recursos naturais** na conta 45 – «Bens de Domínio Público».

– Relativamente ao cumprimento do **princípio da especialização do exercício** no que respeita à contabilização dos subsídios ou transferências recebidas consignadas à aquisição de bens de investimento amortizáveis, em proveitos diferidos e não como proveitos do exercício, verifica-se que em 2017 ainda há municípios que não

apresentaram qualquer registo nesta conta do passivo. Também relativamente ao registo anual das **amortizações do exercício**, apesar da melhoria significativa verificada nos últimos anos do cumprimento desta regra por parte dos municípios, ainda há ainda um município que não a cumpre, sobreavaliando os resultados económicos do município.

Ativo:

– Mantém-se municípios com valores na conta de **empréstimos de curto prazo concedidos a terceiros**. Não sendo possível identificar quais as entidades de destino destes empréstimos, fica apenas o registo que **47 municípios que praticaram este ato financeiro em 2017**.

Passivo

– Dos 92 municípios que recorreram a empréstimos ao abrigo do PREDE (Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado), considerando que os valores destes empréstimos foram recebidos em 2009 e 2010, apenas 5 apresentaram o capital em dívida liquidado no final de 2017.

– Quanto à liquidação dos empréstimos obtidos pelo Programa Pagar a Tempo e Horas (PPTH), verificou-se que 31 municípios ainda mantinham, em dezembro de 2017, capital em dívida relativa à utilização de empréstimos para pagamento de dívida comercial.

– Apesar do decréscimo gradual do número de municípios que excedem o limite de endividamento desde 2013, verifica-se que há ainda 30 municípios que se encontram nessa situação.

– Oito municípios poderiam ter sido compelidos a contrair empréstimo para saneamento financeiro, pois demonstraram em dezembro de 2017 um valor da dívida total entre 2,25 e 3 vezes a média da receita corrente cobrada nos três anos anteriores.

– Seis municípios apresentaram em dezembro de 2017 uma dívida total superior a 3 vezes a média de receita dos 3 últimos exercícios. Por esta razão deveriam ter aderido ao procedimento de recuperação financeira municipal.

– Em dezembro de 2017, sessenta (60) municípios apresentaram sinais de alerta precoce nos termos do n.º 1 do artigo 56.º da LFL. Efetivamente àquela data, estes municípios, apresentaram um valor de dívida total igual ou superior à média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios;

– Dezasseis municípios apresentaram, em dezembro de 2017, o valor da dívida total superior a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida e inferior a 2,25 vezes, essa média;

– 82 Municípios apresentaram, em dezembro de 2016, uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85%. Destes, 54 tinham apresentado a mesma situação em 2015, **pelo que deveriam em 2017 ter contraído empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros**.

– 28 municípios apresentaram um montante da receita corrente cobrada inferior à despesa corrente paga acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

– 98 Municípios apresentaram o **saldo corrente na base da despesa corrente assumida deduzida das amortizações médias dos empréstimos, com valor negativo**. Destes, 53 municípios apresentaram a diferença negativa com valor absoluto superior a 5% das receitas totais cobradas.

Resultados:

– Em 2017, 131 municípios apresentaram resultados económicos negativos e 194 municípios apresentaram resultados operacionais negativos.

– Em 2017, os **resultados económicos** foram, consideravelmente diferentes nos três grupos de municípios. Anota-se, por preocupante a situação **dos municípios de pequena dimensão, que apresentam, na globalidade o resultado negativo de – 49,1M€**.

4. Setor empresarial Local (SEL)

Pontos fortes

– Das 159 entidades do Setor Empresarial Local analisadas para o período de 2011 a 2017 (de um total de 168 empresas municipais ou intermunicipais existentes) verificou-se que o valor conjunto de **dívidas de clientes e outras contas a receber** desceu 43,6% (-62,3 M€) e os montantes relativos a outras contas a receber, baixaram 18,7% (-30,2M€). Esta situação traduz uma maior diligência na cobrança de créditos sobre terceiros.

– De relevar a diminuição do Passivo que passou de 1.126,6 M€, para 1 099,4 M€, bem como o **aumento do Capital Próprio**, que passou de 1.245,4 M€ em 2016 para 1.284,16 M€ em 2017.

– Os **financiamentos obtidos de médio e longo prazo** (recurso a empréstimos) no total de 486 M€, diminuíram 12 M€ (-2,5%) em relação a 2016.

– Relativamente a **dívidas de curto prazo a fornecedores**, houve uma diminuição do montante dessa dívida de -15,1% (-21,1 M€) em relação a 2016, passando de 139,7 M€ para 118,6 M€.

– Os rendimentos aumentaram 6% (+48M€) originado, em grande parte, pelo acréscimo de **vendas e serviços prestados em +44,8 M€ (+6,7%)**.

Pontos fracos

– O valor do Passivo exigível no valor de 1.084,3 M€ representa cerca de 23,1% do Passivo exigível dos Municípios (no valor de 4.697,5 milhões de euros), enquanto que o Capital Próprio representa apenas 4,8% do Capital Próprio dos Municípios.

– Em 2017, 18 entidades empresariais aumentaram a dívida de médio e longo prazo resultante de financiamentos obtidos.

– Apesar da diminuição, **ainda é significativo o valor das dívidas a fornecedores e outros credores de curto prazo no total de 314,6 M€.**

– O **resultado líquido** do SEL apresentou em 2017 um decréscimo em relação a 2016 de -9,7 M€ (-29,7%), mas com o valor global positivo de 23,1 M€.

– Embora ainda positivos, os resultados operacionais diminuíram 8,97 M€ com a apresentação do valor 50,1 M€.

– Em 2017, **41 entidades empresariais obtiveram resultados líquidos negativos.**

– Nos últimos três anos, em 4 entidades do SEL as vendas e prestações de serviços realizados não cobriram, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios e em 3 delas o peso dos subsídios à exploração foi superior a 50% das suas receitas.

5. Serviços Municipalizados

Pontos fortes

– O total das dívidas a terceiros no conjunto dos SM´s foi, em 2017, de 79,2 milhões de euros, representando 12,4% do valor homólogo dos municípios que os tutelam, tendo diminuído neste ano 2 milhões de euros, isto é, -2,5%.

– A dívida de médio e longo prazo a terceiros dos serviços municipalizados apresentou em 2017 uma descida de -4 M€ (-12,9%) em relação ao ano precedente.

– Apesar dos resultados operacionais, considerando a globalidade dos serviços municipalizados, terem diminuído 41,5% em 2017 (-4,9 milhões de euros) ao totalizarem o montante de 6,9 M€, será expectante que a diminuição destes resultados associados ao aumento dos custos e ao aumento dos proveitos, num serviço público, possa traduzir uma maior produção de outputs que permitam uma melhor satisfação das necessidades dos utentes e uma maior e mais eficaz cobertura dos bens e serviços que fornecem. Pela simples análise das contas e dos relatórios não se obtêm indicadores para medição da satisfação dos utentes e da eficácia do serviço prestado.

Pontos fracos

– Verifica-se que as dívidas a receber dos SM's, provêm essencialmente das dívidas de clientes, contribuintes e utentes que totalizaram em dezembro de 2017 o valor de 61,1M€, tendo aumentado ligeiramente 1,1% (+683 milhares e euros). Mais se anota que o valor destes créditos sobre terceiros representou 28,4% do valor da mesma natureza para o total dos municípios.

– A dívida de curto prazo dos serviços municipalizados em 2017 apresentou o valor de 52,1 milhões de euros verificando-se um aumento de 3,9% (+1,9M€), contrariando a descida do valor deste item demonstrada pela globalidade dos municípios de -20,9% neste mesmo ano. Contudo, a dívida de curto prazo dos serviços municipalizados entre 2011 e 2017 desceu 30,6 M€ (-37%), o que traduziu um grande esforço de controlo da dívida por parte dos serviços municipalizados, acompanhando a dinâmica dos municípios de tutela.

– Anota-se o peso elevado das amortizações, ao representarem 14,4% dos custos totais dos serviços municipalizados, sendo, todavia, inferior em 3,9 pp ao peso médio verificado no universo dos municípios.

6. Ranking global

– Para uma pontuação total de 2.000 pontos, a pontuação máxima obtida foi 1.851 pontos e referiu-se a um município de média dimensão, tendo sido seguida da pontuação de 1.787 atribuída a um município de grande dimensão. O município de pequena dimensão que encabeçou a classificação dos municípios deste grupo obteve apenas 1.673 pontos.

– Da lista dos 100 melhores municípios 19 são de grande dimensão, 38 são de média dimensão e 43 são de pequena dimensão. Considerando que os pequenos municípios representam 60,1% do total dos municípios, conclui-se que, de forma global os municípios de pequena dimensão são os que têm mais dificuldades em integrar o ranking dos 100 melhores municípios em termos financeiros, justificado essencialmente pelo baixo valor de receitas provenientes de impostos.

– Numa análise por Distrito verifica-se que os Distritos de Lisboa e Faro, percentualmente são os que integram mais municípios na lista dos 100 melhores municípios (12 de 16 no caso de Lisboa e 10 de 16 no caso de Faro). Pelo contrário, o Distrito de Viana do Castelo é o que integra menos municípios na lista dos 100 melhores municípios (1 de 10 municípios).

7. Limitações do Anuário

– Neste anuário não foram ainda consideradas as contas das cooperativas de interesse público, em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º, neste capítulo, nem incluídas no anexo I.

– Não foi ainda possível identificar todos os grupos municipais, tendo sido possível, contudo, a recolha e análise das contas consolidadas de 144 municípios dos prováveis 217, considerando as participações em empresas municipais e intermunicipais conforme anexo I.

ANEXO I

DADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DO MUNICÍPIOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS, 2017

Notas:

- 1) Pelos motivos apresentados na nota introdutória ao capítulo 4, não estão incluídas as cooperativas de interesse público
- 2) Apresentam-se no final da lista, e não integrados nos municípios, as empresas municipais com mais de 3 municípios participantes.
- 3) As entidades com serviços municipalizados e/ou empresas municipais formam um grupo autárquico, apresentando-se, pela 1.ª vez, valores das contas consolidadas. Conseguiu-se obter 144 contas consolidadas, faltando, no mínimo, as identificadas com SI (sem informação).

Unidade: euros

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas de terceiros	N.º de trab.	N.º de hab.
						Empréstimos	Outras				
CM	M	Abrantes	-	157.779.654	1.553.354	6.606.881	1.074.137	36,1%	633.904	341	35.839
SMA		Ambientabrantes	100%	11.850.841	-157.837	0	1.533.814	-	580.650	96	-
Grupo		Contas consolidadas	-	157.885.680	1.660.060	7.610.694	2.293.529	-	1.970.290	-	35.839
CM	M	Águeda	-	65.534.922	750.176	2.848.842	3.523.650	22,5%	1.782.218	415	46.333
CM	P	Aguiar da Beira	-	49.652.016	-1.155.165	2.337.962	151.967	37,8%	90.120	95	4.831
CM	P	Alandroal	-	14.683.242	884.922	15.904.613	1.843.522	228,0%	962.953	192	5.164
CM	M	Albergaria-a-Velha	-	53.531.651	-805.691	3.536.421	1.854.579	36,2%	182.893	220	24.260
Grupo		Contas consolidadas	-	53.526.469	-807.049	3.536.421	1.854.579	-	182.893	-	24.260
CM	M	Albufeira	-	203.121.206	17.171.514	13.212.987	7.573.941	24,7%	6.723.616	1.077	40.824
CM	P	Alcácer do Sal	-	48.482.809	-334.773	168.747	1.529.496	10,6%	6.415.251	394	11.853
CM	P	Alcanena	-	30.485.316	2.313.420	6.384.896	1.115.306	73,2%	297.902	148	12.961
Grupo		Contas consolidadas	-	30.536.375	2.291.503	6.502.296	1.013.202	-	301.393	-	12.961
CM	M	Alcobaça	-	61.003.454	792.062	3.061.345	2.359.290	16,6%	499.071	314	54.124
SMAS		Alcobaça	100%	6.433.145	258.698	0	4.237.502	-	881.842	53	-
Grupo		Contas consolidadas	-	67.564.148	1.072.924	3.030.444	6.384.644	-	1.128.067	-	54.124
CM	P	Alcochete	-	36.539.998	2.279.521	3.180.595	4.618.592	58,4%	607.129	343	19.285
CM	P	Alcoutim	-	22.751.219	107.567	1.119.395	557.429	20,7%	119.758	165	2.318
CM	M	Alenquer	-	54.925.923	2.508.231	5.351.430	2.321.700	34,7%	298.222	546	43.493
CM	P	Alfândega da Fé	-	37.323.605	-155.467	17.751.665	406.381	258,9%	1.341.201	144	4.584
CM	P	Alijó	-	28.317.103	2.910.528	12.813.198	1.436.689	130,0%	324.638	125	10.807
CM	P	Aljezur	-	22.111.486	605.352	2.816.996	601.025	36,3%	179.930	161	5.585
CM	P	Aljustrel	-	30.049.490	316.582	4.257.210	3.472.352	85,9%	580.541	195	8.396

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.	N.º de hab.
						Empréstimos	Outras				
CM	G	Almada	-	332.174.960	1.283.294	27.775.105	5.549.500	41,1%	6.978.791	1.589	169.152
SMAS		Almada	100%	47.620.781	-3.189.808	0	9.621.846	-	7.175.810	478	-
EM SA		ECALMA-Estacionamento e Circulação	100%	291.447	1.157	0	392.292	-	51.731	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	379.510.964	-2.004.249	27.775.105	6.346.747	-	6.841.329	-	169.152
CM	P	Almeida	-	30.858.081	229.860	2.178.100	1.198.985	30,4%	605.658	153	6.062
CM	M	Almeirim	-	50.759.374	-1.773.696	5.161.666	602.188	44,5%	224.720	235	22.782
CM	P	Almodôvar	-	41.771.570	38.576	3.881.050	944.354	47,3%	167.927	202	6.813
Grupo		Contas consolidadas	-	41.771.570	32.133	3.881.050	944.354	-	167.927	-	6.813
CM	P	Alpiarça	-	25.887.723	-1.329.661	6.544.676	2.012.283	155,1%	469.160	151	7.155
Grupo		Contas consolidadas	-	23.875.330	-990.341	6.676.941	1.794.015	-	298.344	-	7.155
CM	P	Alter do Chão	-	26.834.327	-774.912	882.491	904.890	31,6%	895.523	135	3.229
CM	P	Alvaiázere	-	36.228.956	-1.246.577	3.267.206	530.991	56,0%	157.934	86	6.710
CM	P	Alvito	-	18.461.494	598.574	716.592	262.604	24,2%	730.869	110	2.459
CM	G	Amadora	-	319.586.343	12.592.442	21.603.622	6.095.430	33,6%	5.550.440	1.693	179.942
SIMAS		Oeiras e Amadora	50,0%	160.560.310	8.040.679	0	10.204.826	-	10.433.876	394	-
EM		Amadora Inovation, E. M. Unipessoal, Lda.	100%	389.453	-327.042	0	230.982	-	419.118	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	400.206.960	15.087.388	21.603.622	11.327.952	-	10.687.259	-	179.942
CM	M	Amarante	-	91.845.002	-1.363.311	10.762.231	3.608.018	51,7%	1.050.154	559	53.614
CM	P	Amares	-	26.459.860	-126.993	5.230.667	2.246.843	63,6%	408.790	198	18.147
CM	M	Anadia	-	87.281.079	-977.149	4.662.324	696.136	30,8%	615.615	232	27.576
Grupo		Contas consolidadas	-	87.278.668	-1.151.499	4.762.324	745.978	-	769.692	-	27.576
CM	M	Angra do Heroísmo	-	91.900.555	1.477.314	13.469.902	1.886.581	108,9%	8.373.295	220	34.105
SMAS		Angra do Heroísmo	100%	7.518.757	153.770	0	1.737.753	-	572.878	143	-
EM		TERAMB	60,0%	28.972.052	-517.501	2.171.906	5.990.061	-	801.983	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	34.105
CM	P	Ansão	-	41.319.066	484.450	5.687.358	923.375	81,1%	184.094	102	12.270
Grupo		Contas consolidadas	-	41.319.810	484.526	4.434.926	2.175.807	-	184.094	-	12.270
CM	M	Arcos de Valdevez	-	77.316.426	22.907	4.191.286	3.578.515	34,5%	1.288.491	296	21.144
Grupo		Contas consolidadas	-	77.896.689	35.300	4.191.286	3.578.515	-	1.288.491	-	21.144
CM	P	Arganil	-	37.302.503	-153.970	2.250.000	1.557.296	32,6%	395.606	186	11.181
CM	P	Armamar	-	21.485.149	-93.297	3.898.611	1.892.225	78,9%	74.573	172	5.838
CM	M	Arouca	-	44.794.534	1.234.259	2.072.429	1.232.795	21,7%	3.873	175	21.039
CM	P	Arraiolos	-	38.393.874	51.136	3.471.691	710.191	60,2%	204.784	139	6.999
CM	P	Arronches	-	23.120.023	529.507	868.276	211.818	22,0%	32.671	98	2.910
CM	P	Arruda dos Vinhos	-	22.134.199	266.260	3.622.474	1.943.679	56,2%	541.342	203	14.925
CM	M	Aveiro	-	120.281.482	7.136.189	76.227.213	29.599.487	229,6%	8.381.829	585	77.630
EM		Aveiro Expo - Parque de Exposições	51,0%	26.208	193.797	194.896	493.451	-	608.693	-	-
EM		EMA - Estádio Municipal de Aveiro	100%	26.383.743	-241.854	195.704	4.904.067	-	868.002	-	-

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.	N.º de hab.
						Empréstimos	Outras				
EM		MoveAveiro - EM de Mobilidade	100%	366.175	441.616	500.000	505.785	-	44.842	-	-
EM		TEMA - Teatro Municipal de Aveiro	100%	-160.975	-49.660	8.594	176.515	-	13.090	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	142.528.123	6.953.460	76.764.511	34.729.854	-	8.439.632	-	77.630
CM	P	Avis	-	42.871.456	-812.078	1.792.208	838.915	39,6%	447.431	164	4.288
CM	M	Azambuja	-	48.639.067	9.191.303	11.880.996	1.110.398	88,4%	1.399.828	292	22.358
CM	P	Baião	-	46.900.855	719.193	3.996.040	1.682.086	39,1%	47.801	288	19.051
CM	G	Barcelos	-	115.062.422	28.585.293	12.154.426	6.438.465	35,8%	16.800.450	595	117.007
EM		EMEC - EM de Educação e Cultura	100%	-689.421	-227.313	1.250.000	368.819	-	2.987.591	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	114.792.262	29.037.916	13.404.426	6.563.157	-	19.653.502	-	117.007
CM	P	Barrancos	-	8.284.250	57.465	1.118.294	290.757	40,2%	33.789	87	1.669
CM	M	Barreiro	-	95.201.081	5.046.000	14.904.468	5.959.678	53,4%	1.614.323	717	75.715
SMTC		Transp. Colectivos do Barreiro	100%	-3.869.541	-205.600	0	4.427.122	-	760.005	184	-
Grupo		Contas consolidadas	-	92.358.025	4.750.757	14.904.468	10.351.342	-	2.318.783	-	75.715
CM	P	Batalha	-	51.540.894	-977.071	1.355.909	1.408.409	24,5%	71.126	149	15.852
EM		IserBatalha - Gestão de equip. e serviços	100%	-130.839	-156.914	0	430.434	-	255.279	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	51.342.717	-1.133.984	1.355.909	1.486.203	-	119.710	-	15.852
CM	M	Beja	-	82.323.606	-1.148.881	9.539.146	1.676.647	49,2%	344.816	467	33.804
EEM		EMAS - Água e Saneamento	100%	13.228.930	-1.383	3.243.207	4.895.685	-	2.251.450	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	85.405.053	-1.069.865	7.189.682	11.910.334	-	3.032.001	-	33.804
CM	P	Belmonte	-	21.667.255	-2.609.391	2.120.563	1.096.826	60,6%	334.795	52	6.460
EM		EMPDS - Promoção e Desenvolvimento Social	100%	53.158	4.227	0	60.210	-	55.107	-	-
EIM SA		Parkurbis, Parque Ciência e Tecno. Covilhã	0,2%	1.898.859	-214.973	1.825.045	352.137	-	161.310	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	21.671.167	-2.623.160	2.120.563	1.119.958	-	337.438	-	6.460
CM	M	Benavente	-	48.029.233	-209.118	456.822	909.302	6,4%	136.752	338	30.073
Grupo		Contas consolidadas	-	48.029.233	-209.118	456.822	909.302	-	136.752	-	30.073
CM	P	Bombarral	-	40.480.000	1.983.963	1.780.674	551.501	26,9%	670.749	160	12.582
CM	P	Borba	-	15.910.989	-14.419	6.621.458	611.370	111,2%	438.726	162	6.879
CM	P	Boticas	-	54.016.182	-2.133.984	842.273	411.318	12,0%	547.264	117	5.139
CM	G	Braga	-	439.561.099	3.613.567	28.795.555	21.685.042	64,6%	10.685.201	1.432	181.382
EM		AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	51,0%	75.350.172	6.239.991	39.972.757	22.532.624	-	19.682.297	-	-
EM		BRAGAHABIT - Habitação	100%	10.187.926	-907.585	8.734	391.997	-	863.579	-	-
EM		InvestBraga - Agência p/ dinamiz. económica	100%	244.037	-236.426	130.000	645.738	-	647.981	-	-
EM SA		Teatro Circo de Braga	100%	1.240.968	36.506	304	221.191	-	158.033	-	-
EM		TUB - Transportes Urbanos	100%	228.112	62.009	4.245.999	3.382.865	-	461.154	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	420.246.044	2.882.465	72.431.096	31.147.858	-	9.753.627	-	181.382
CM	M	Bragança	-	142.812.934	1.043.059	3.511.288	3.419.888	18,4%	928.471	344	33.668
Grupo		Contas consolidadas	-	143.346.254	1.133.596	Si	Si	-	976.353	-	33.668
CM	P	Cabeceiras de Basto	-	65.584.609	-1.441.667	4.957.102	2.342.417	57,2%	1.344.785	265	15.819

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas de terceiros	N.º de trab.	N.º de hab.
						Empréstimos	Outras				
Grupo		Contas consolidadas	-	64.560.892	-1.443.977	0	7.368.173	-	1.470.100	-	15.819
CM	P	Cadaval	-	18.013.979	1.282.182	2.376.830	999.222	30,1%	632.849	180	13.717
CM	M	Caldas da Rainha	-	77.606.931	-111.909	3.585.025	3.249.059	28,8%	181.048	319	51.605
SMAS		Caldas da Rainha	100%	33.752.223	798.349	0	433.342	-	1.115.650	74	-
Grupo		Contas consolidadas	-	111.359.154	436.440	3.585.025	3.545.573	-	1.159.871	-	51.605
CM	P	Calheta (R.A.A.)	-	4.987.386	1.361.694	2.993.268	232.519	79,3%	59.643	99	3.236
CM	P	Calheta (R.A.M.)	-	40.434.092	2.726.919	3.087.866	1.013.596	46,3%	96.168	142	10.901
CM	M	Câmara de Lobos	-	41.896.544	357.587	6.190.059	1.621.261	72,8%	131.094	215	33.847
CM	P	Caminha	-	18.703.610	-2.087.091	5.006.010	17.452.652	153,3%	2.123.433	273	15.897
CM	P	Campo Maior	-	75.526.147	674.749	364.275	1.332.581	21,7%	141.902	189	8.022
EM		CampoMaior XXI	100%	-24.190	286	0	70.505	-	44.112	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	75.501.957	675.035	364.275	1.383.693	-	186.014	-	8.022
CM	M	Cantanhede	-	86.488.966	2.735.089	10.994.312	3.892.658	77,3%	1.065.102	230	35.348
EM SA		INOVA - Emp. de Desenv Econom e Social	100%	24.389.744	266.692	4.569.476	2.498.687	-	855.872	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	87.126.327	2.278.756	20.714.557	5.948.838	-	3.097.977	-	35.348
CM	P	Carrzeda de Ansiães	-	35.987.127	1.155.613	1.283.661	683.005	24,5%	1.840.877	123	5.730
Grupo		Contas consolidadas	-	35.883.730	1.067.348	1.309.161	688.122	-	1.874.713	-	5.730
CM	P	Carregal do Sal	-	26.926.553	-1.352.347	2.615.071	466.530	49,6%	2.292	118	9.367
CM	M	Cartaxo	-	-14.212.964	1.002.466	49.581.765	1.676.606	398,7%	13.441.929	334	23.855
CM	G	Cascais	-	474.067.265	28.648.943	40.361.180	18.847.753	39,6%	5.545.110	1.792	211.714
EM SA		EMAC - EM de Ambiente de Cascais	100%	1.948.812	21.675	2.407.055	3.760.840	-	1.515.910	-	-
EM SA		Cascais Envolvente – Gestão Social da Habit.	100%	1.604.275	3.206	7.914.000	532.067	-	622.799	-	-
EM SA		Cascais Próxima	100%	885.716	6.347	11.400.000	8.193.152	-	10.663.334	-	-
EM SA		Cascais Dinâmica	99,7%	29.135.804	2.941	3.000.000	2.676.388	-	1.972.936	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	474.067.265	28.648.943	40.361.180	18.847.753	-	5.545.110	-	211.714
CM	P	Castanheira de Pêra	-	19.311.078	835.671	5.010.242	265.257	122,6%	153.661	67	2.688
EM		Prazilandia -Turismo e Ambiente	100%	937.232	84.765	160.723	92.713	-	18.659	-	-
EM SA		RIBEIRAPERA	55,8%	311.746	9.056	7.741	5.868	-	7.426	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	20.341.392	929.493	5.178.705	497.627	-	179.722	-	2.688
CM	M	Castelo Branco	-	357.525.248	2.104.799	4.453.854	2.037.249	19,2%	186.551	376	52.703
SMASR		Castelo Branco	100%	51.491.492	460.620	0	1.228.414	-	1.132.969	124	-
EM SA		ALBIGEC - Gestão Equip. Cult. Desp. e Lazer	100%	547.112	55.529	0	139.933	-	37.160	-	-
EM SA		Terras da Beira Baixa, Soc. Des. Agro Indúst.	96,0%	592.311	-27.215	0	19.719	-	32.894	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	358.015.948	2.109.687	4.453.854	3.473.820	-	2.950.163	-	52.703
CM	P	Castelo de Paiva	-	19.792.822	1.162.554	7.039.979	1.372.429	94,7%	424.663	147	15.679
CM	P	Castelo de Vide	-	44.539.278	-1.638.568	156.447	257.370	7,0%	65.351	141	3.012
CM	P	Castro Daire	-	71.410.315	-2.092.658	4.048.752	2.760.105	44,7%	192.148	264	14.159
CM	P	Castro Marim	-	56.434.924	-1.576.112	3.742.960	1.185.568	40,8%	801.055	137	6.336

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas de terceiros	N.º de trab.	N.º de hab.
						Empréstimos	Outras				
EM SA		NOVBAESURIS – Eml Gestão e Reab Urbana	100%	338.006	30.305	0	227.957	-	62.259	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	56.652.931	-1.545.807	3.742.960	1.343.950	-	824.418	-	6.336
CM	P	Castro Verde	-	32.432.462	-505.025	1.549.236	2.561.935	46,6%	210.545	196	7.010
Grupo		Contas consolidadas	-	32.438.794	-484.030	1.549.236	2.561.935	-	210.545	-	7.010
CM	P	Celorico da Beira	-	17.243.774	984.484	5.944.297	12.004.873	219,6%	486.887	204	7.064
CM	P	Celorico de Basto	-	33.150.620	-1.315.032	11.424.792	1.652.220	108,9%	1.625.278	261	19.186
EM		Qualidade de Basto	100%	2.263.422	-690.887	803.345	1.237.469	-	257.418	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	32.258.584	-2.005.919	12.228.137	2.271.963	-	1.264.533	-	19.186
CM	P	Chamusca	-	30.186.684	114.010	1.853.865	471.688	25,5%	137.434	158	9.385
Grupo		Contas consolidadas	-	30.186.684	114.010	1.853.865	471.688	-	137.434	-	9.385
CM	M	Chaves	-	89.413.328	3.237.719	25.098.737	12.993.436	133,8%	3.950.161	446	39.500
EM SA		GEMC - Gestão Equip. Municipio de Chaves	100%	1.395.367	-26.980	0	93.194	-	25.834	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	89.458.695	3.251.539	25.098.737	13.087.090	-	3.975.995	-	39.500
CM	P	Cinfães	-	32.168.094	8.041	344.349	2.103.152	14,2%	42.377	244	18.653
EM		Quinta de Tuberais - Ensino Profiss. Cinfães	100%	131.569	1.877	60.000	189.654	-	343.776	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	32.065.644	-37.675	404.349	2.277.928	-	260.914	-	18.653
CM	G	Coimbra	-	496.161.529	1.351.539	38.143.494	13.419.385	64,0%	21.366.701	1.218	134.156
SMTUC		Transportes Urbanos de Coimbra	100%	-739.316	187.729	0	484.719	-	686.061	425	-
EM		AC Aguas de Coimbra	100%	63.941.632	2.013.504	6.666.667	9.476.776	-	5.253.687	-	-
EM SA		Coimbra iParque	92,7%	5.418.438	-452.996	3.633.125	1.498.661	-	1.921.673	-	-
EM		PRODESO - Ensino Profissional	69,0%	225.394	569	161.500	58.741	-	975.663	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	508.205.025	3.191.034	45.954.942	20.420.703	-	25.373.313	-	134.156
CM	P	Condeixa-a-Nova	-	59.523.039	-3.341.702	1.480.551	1.985.621	33,2%	392.657	180	17.583
CM	P	Constância	-	21.961.042	42.821	1.775.720	928.289	53,3%	167.496	99	3.998
CM	P	Coruche	-	76.542.393	3.005.256	1.861.408	1.525.879	20,3%	153.351	346	17.980
Grupo		Contas consolidadas	-	76.542.393	3.005.256	1.861.408	1.525.879	-	153.351	-	17.980
CM	P	Corvo	-	6.639.556	-190.660	624.659	29.247	46,4%	24.696	25	462
CM	M	Covilhã	-	184.391.161	-2.441.906	17.666.818	28.208.244	192,9%	9.343.630	303	47.660
EM		ADC - Aguas da Covilhã	51,0%	12.933.433	833.669	9.697.058	6.779.680	-	9.667.541	-	-
EEM		ICOVI - Infraestruturas e Concessões	100%	76.993.983	237.892	4.134.085	2.722.089	-	437.226	-	-
EIM SA		Parkurbis, Parque Ciência e Tecno. Covilhã	79,6%	1.898.859	-214.973	1.825.045	352.137	-	161.310	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	184.271.992	-2.441.653	28.268.216	37.994.299	-	11.109.028	-	47.660
CM	P	Crato	-	22.416.690	-566.083	3.476.983	458.543	58,0%	132.417	99	3.251
CM	P	Cuba	-	16.100.999	-295.472	1.812.448	816.104	58,8%	167.299	112	4.657
Soc.		Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz	100%	12.518	-26.155	237.048	86.109	-	1.540.647	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	16.008.600	-321.627	2.155.734	762.288	-	1.628.030	-	4.657
CM	M	Elvas	-	67.847.501	-5.863.443	879.402	2.911.846	19,9%	1.987.262	243	20.998
CM	M	Entroncamento	-	20.670.804	506.758	7.331.007	3.037.878	88,3%	1.235.695	311	21.035

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice. Dívida Total	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.	N.º de hab.
						Empréstimos	Outras				
CM	M	Espinho	-	61.588.116	-38.710	10.255.191	15.774.505	107,9%	1.251.452	530	29.533
CM	M	Esposende	-	97.407.157	972.182	4.215.497	2.728.552	34,7%	471.441	162	33.977
EEM		EAMB - Esposende Ambiente	100%	22.605.476	34.816	2.537.323	2.919.917	-	1.176.090	-	-
EEM		ESPOSENDE 2000	100%	502.561	50.267	25.152	166.911	-	31.431	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	97.504.429	1.051.582	6.777.972	3.815.794	-	1.670.804	-	33.977
CM	M	Estarreja	-	60.620.901	805.274	5.185.070	4.865.367	70,5%	479.962	195	26.074
CM	P	Estremoz	-	21.571.870	-458.990	6.974.772	1.114.272	71,9%	529.781	188	12.975
CM	M	Évora	-	101.219.988	-4.169.343	60.789.163	7.769.755	176,3%	2.390.907	988	52.874
EM		HABEVORA - Gestão habitacional	100%	15.082.312	-48.057	2.749.459	10.458.440	-	543.245	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	98.370.093	-4.169.343	63.538.623	8.885.442	-	2.927.358	-	52.874
CM	M	Fafe	-	83.692.980	535.719	4.713.553	2.692.033	22,7%	350.788	437	48.577
Grupo		Contas consolidadas	-	83.670.325	535.255	4.713.553	2.730.546	-	365.693	-	48.577
CM	M	Faro	-	102.521.361	-5.147.750	24.588.605	1.632.896	72,1%	333.261	718	60.920
SM		Teatro Municipal de Faro	100%	100.277	-132.698	0	95.193	-	50.491	11	-
EM		Ambifaro-Gestão Equipamentos Municipais	100%	2.122.924	-1.318.613	10.784.690	2.068.270	-	731.940	-	-
EM		FAGAR - Faro Gestão de Aguas e Resíduos	51,0%	20.686.424	518.243	3.590.247	5.832.514	-	3.178.262	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	98.092.213	-5.840.096	38.963.542	7.226.884	-	3.916.136	-	60.920
CM	M	Felgueiras	-	133.560.846	-5.201.286	4.453.728	4.153.069	27,6%	2.114.929	672	56.726
EM		ACLEM - Arte, Cultura e Lazer	100%	4.940.287	94.642	307.686	278.738	-	6.575	-	-
EM		EMAFEL - Ambiente de Felgueiras	100%	1.394.281	-92.145	700.000	23.911	-	454.514	-	-
EM		EPF - Ensino Profissional de Felgueiras	99,0%	77.391	-102.968	373.000	432.979	-	3.450.183	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	134.799.903	-3.828.076	3.237.078	7.482.774	-	6.026.201	-	56.726
CM	P	Ferreira do Alentejo	-	21.972.202	450.089	3.263.157	750.812	44,0%	2.477.925	212	7.915
EM		MOBITRAL - Mobílias Tradicionais Alentej.	87,0%	19.693	10.594	0	5.140	-	159	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	21.940.518	459.305	3.547.491	755.952	-	2.762.418	-	7.915
CM	P	Ferreira do Zêzere	-	57.538.471	-1.371.051	4.081.773	463.722	56,1%	203.053	118	8.056
CM	M	Figueira da Foz	-	166.460.917	-2.345.697	22.309.256	5.376.048	75,6%	2.320.754	496	59.393
EM		Figueira Domus - Gestão de Habitação	100%	4.608.360	637.759	9.807.486	820.385	-	169.123	-	-
EM SA		Figueira Parques - Estacionamento	70,0%	970.783	33.592	0	96.325	-	23.982	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	166.284.490	-2.326.058	32.116.742	6.175.368	-	2.517.637	-	59.393
CM	P	Figueira de Castelo Rodrigo	-	19.130.572	-491.687	2.239.592	3.151.025	67,5%	95.817	139	5.733
CM	P	Figueiró dos Vinhos	-	28.823.288	-2.410.199	2.621.624	2.258.001	78,0%	140.389	146	5.696
CM	P	Fornos de Algodres	-	-4.730.865	69.762	27.188.078	428.179	524,9%	134.544	88	4.646
CM	P	Freixo de Espada à Cinta	-	24.213.906	-543.559	10.926.727	2.530.905	220,2%	314.544	156	3.358
CM	P	Fronteira	-	30.771.468	-602.872	1.809.674	669.078	56,3%	1.241.896	82	3.012
CM	G	Funchal	-	855.817.676	2.993.264	31.972.706	21.613.949	78,0%	14.055.251	1.577	104.442
EM		Frente MarFunchal, Gest. Explor. Espaç. Púb.	100%	-770.515	-336.160	578.472	1.589.126	-	932.044	-	-
EM		Sociohabitafunchal, EM de Habitação	100%	149.919	31.424	0	253.654	-	110.390	-	-

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas de terceiros	N.º de trab.	N.º de hab.
						Empréstimos	Outras				
Grupo		Contas consolidadas	-	854.740.690	2.648.806	11.010.200	43.426.765	-	13.219.229	-	104.442
CM	M	Fundão	-	37.161.535	726.603	57.284.508	3.696.770	284,0%	8.392.567	279	27.039
EM		Viverfundão	100%	3.132.616	28.227	4.925.107	537.955	-	1.087.036	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	37.653.016	881.712	62.209.615	4.171.182	-	9.479.604	-	27.039
CM	P	Gavião	-	24.951.094	-10.792	854.597	465.003	21,5%	249.986	115	3.446
CM	P	Góis	-	20.605.320	28.914	1.451.847	1.334.656	34,4%	373.060	166	3.890
Grupo		Contas consolidadas	-	20.601.427	30.264	1.549.271	1.237.232	-	373.060	-	3.890
CM	P	Golegã	-	20.206.871	23.295	1.449.743	2.404.486	71,8%	104.351	105	5.447
CM	G	Gondomar	-	192.692.284	-2.151.599	37.120.598	60.282.220	160,8%	5.350.741	1.493	165.626
CM	P	Gouveia	-	68.961.687	-568.368	3.051.869	1.159.787	38,7%	42.812	179	12.711
CM	P	Grândola	-	69.081.774	8.809.883	5.296.550	3.506.140	47,0%	633.123	417	14.626
EM		Infratroia - Infraestruturas	74,1%	652.503	17.633	5.547	949.488	-	455.224	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	69.063.765	8.811.739	5.296.550	3.970.997	-	816.626	-	14.626
CM	M	Guarda	-	119.580.816	3.526.094	20.764.603	3.781.731	88,9%	1.930.491	534	39.486
SMAS		Guarda	100%	-2.579.987	130.888	0	5.091.727	-	1.665.799	67	-
Grupo		Contas consolidadas	-	117.189.682	3.584.785	27.083.922	1.733.943	-	2.771.498	-	39.486
CM	G	Guimarães	-	376.351.810	7.440.830	38.522.887	8.982.170	61,0%	5.217.399	1.579	153.294
EEM		CASFIG - Coordenação das Habitações	100%	562.713	26.516	0	250.278	-	59.057	-	-
EM SA		Vitrus Ambiente	100%	728.930	13.648	705.728	615.487	-	400.513	-	-
EIM SA		Vimágua - Água e Saneamento	90,0%	21.726.296	1.341.790	14.628.852	11.647.628	-	3.231.064	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	376.124.793	9.372.813	56.939.576	17.878.518	-	7.706.878	-	153.294
CM	P	Horta	-	56.224.760	-335.774	2.940.936	699.576	39,6%	1.734.032	157	14.640
EEM		Urbhorta	100%	506.249	1.392	2.327.635	240.767	-	501.567	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	14.640
CM	P	Idanha-a-Nova	-	61.141.149	-976.328	4.201.254	2.430.616	44,5%	1.494.277	232	8.360
CM	M	Ílhavo	-	111.006.429	2.946.632	10.541.018	6.299.843	76,4%	3.644.300	318	38.453
CM	M	Lagoa (Algarve)	-	109.890.634	629.949	2.168.805	2.342.054	9,5%	2.013.066	410	22.753
Grupo		Contas consolidadas	-	109.890.634	629.949	2.168.805	2.342.054	-	2.013.066	-	22.753
CM	P	Lagoa (R.A.A)	-	42.366.263	247.649	6.302.537	686.006	79,4%	174.280	134	14.693
EIM SA		EIRSU	33,3%	297.244	-9.517	0	496.310	-	98.916	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	42.415.344	244.477	6.302.537	850.276	-	184.714	-	14.693
CM	M	Lagos	-	214.338.271	10.596.073	8.415.006	22.993.538	70,5%	1.825.339	619	30.543
EM SA		Lagos-em-Forma - Gestão Desportiva	100%	1.005.182	230.947	0	449.250	-	163.435	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	215.843.558	10.928.128	8.415.006	24.458.455	-	2.448.943	-	30.543
CM	P	Lajes das Flores	-	10.198.755	-1.342.675	128.994	166.273	9,4%	9.464	46	1.485
Grupo		Contas consolidadas	-	10.061.009	-1.390.918	128.994	276.268	-	11.713	-	1.485
CM	P	Lajes do Pico	-	9.115.413	20.597	3.875.941	1.146.252	111,2%	76.099	85	4.550
CM	M	Lamego	-	42.825.606	-1.294.038	31.792.672	5.112.083	199,6%	655.779	229	25.090

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice. Dívida Total	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.	N.º de hab.
						Empréstimos	Outras				
CM	G	Leiria	-	216.832.079	20.061.884	35.627.098	4.704.028	65,1%	2.230.344	642	125.307
SMAS		Leiria	100%	29.971.402	4.625.046	0	1.656.232	-	5.012.576	133	-
Grupo		Contas consolidadas	-	246.983.943	24.681.292	35.627.098	6.367.306	-	7.244.167	-	125.307
CM	G	Lisboa	-	2.170.149.955	82.929.775	272.023.142	225.223.526	85,8%	106.672.849	7.478	506.088
EM SA		EGEAC - Gestão Equip. e Animação Cultural	100%	4.903.841	43.183	0	9.175.939	-	4.279.904	-	-
EM SA		GEBALIS - Gestão Bairros Munic. de Lisboa	100%	2.959.250	81.818	10.960.000	6.738.997	-	6.836.678	-	-
EM SA		Lisboa Ocidental, SRU, Soc. Reabilit. Urbana	100%	17.055.085	352	16.100.000	762.025	-	16.110.704	-	-
EM SA		EMEL - EPM de Mobilidade e Estacionamento	100%	40.067.848	906.907	4.037.603	27.385.606	-	2.358.480	-	-
EM SA		Companhia Carris de Ferro de Lisboa	100%	83.688.657	4.969.561	0	86.222.004	-	83.111.399	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	2.193.557.283	91.396.661	303.120.745	299.399.128	-	185.584.395	-	506.088
CM	M	Loulé	-	279.692.687	16.560.623	28.106.862	10.067.945	32,4%	3.441.264	1.524	69.044
EM SA		Infralobo - Empresa de Infra-Estruturas	51,0%	1.322.267	35.437	0	2.192.884	-	1.072.132	-	-
EM SA		Inframoura - Empresa de Infra-Estruturas	51,0%	989.631	37.608	343.460	2.802.740	-	840.309	-	-
EM SA		Infraquinta - Empresa de Infra-Estruturas	51,0%	4.514.935	1.192.371	0	1.860.637	-	673.233	-	-
EM SA		Loulé Concelho Global	100%	2.047.835	15.667	798.188	627.895	-	27.016	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	286.802.089	18.091.309	28.990.764	14.282.471	-	3.852.960	-	69.044
CM	G	Loures	-	1.252.127.273	10.553.758	27.031.720	6.143.072	32,9%	6.648.604	2.077	209.442
SIMAR		Loures e Odivelas	57,0%	42.557.287	181.971	0	2.242.938	-	8.086.353	949	-
EM		Gesloures - Gestão de Equipamentos Sociais	100%	2.585.223	30.037	285.000	542.795	-	109.522	-	-
EM		Loures Parque - EM de Estacionamento	100%	1.208.089	111.101	0	154.688	-	21.669	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	1.277.217.002	10.722.886	27.316.720	7.429.988	-	10.358.359	-	209.442
CM	M	Lourinhã	-	86.968.477	-4.505.823	11.523.408	1.170.317	69,4%	1.297.232	396	25.674
CM	P	Lousã	-	39.469.267	-1.096.440	3.177.922	2.195.787	42,5%	1.522.823	203	17.190
CM	M	Lousada	-	87.429.262	1.350.607	10.264.552	4.414.553	60,5%	1.799.756	611	46.839
EM		Lousada Seculo XXI - Activ. Desport. Recreat.	100%	235.989	15.428	0	147.941	-	34.561	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	87.429.262	1.394.223	10.264.552	4.499.168	-	1.816.754	-	46.839
CM	P	Mação	-	30.655.809	-1.451.933	2.476.747	985.296	41,7%	286.817	175	6.452
CM	P	Macedo de Cavaleiros	-	20.728.548	-292.445	5.080.347	12.049.506	114,2%	733.517	248	14.643
CM	M	Machico	-	39.211.984	1.103.895	3.509.100	3.874.546	67,6%	353.481	175	20.272
CM	P	Madalena	-	15.042.733	173.517	3.300.288	1.668.583	94,6%	160.602	99	5.909
CM	M	Mafra	-	206.277.571	2.495.418	2.907.561	12.314.235	27,0%	938.485	916	83.289
EM SA		Giatal - Gestão Infra-Estruturas Activ. Turist.	100%	5.888.910	128.626	3.523.804	1.689.919	-	1.248.693	-	-
SA		Matadouro Regional de Mafra	93,3%	1.577.378	194.960	28.621	654.352	-	645.985	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	200.265.263	2.495.418	6.459.985	14.061.643	-	1.704.504	-	83.289
CM	G	Maia	-	312.427.192	5.686.836	33.836.827	9.932.682	66,8%	1.460.532	978	136.769
SMEAS		Maia	100%	34.907.243	1.887.912	17.332.575	2.794.107	-	3.893.833	153	-
EM		Empresa Metropolitana de Estacionamento	100%	348.240	76.316	0	171.787	-	18.742	-	-
EM		Espaço Municipal - Renov. Urb e Gest. Patrim.	100%	6.914.719	3.046	2.478.583	4.125.229	-	1.000.494	-	-

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas de terceiros	N.º de trab.	N.º de hab.
						Empréstimos	Outras				
EM		Maiambiente	100%	3.087.802	87.169	0	1.805.798	-	2.016.225	-	-
SA		TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia	51,0%	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	347.474.384	6.731.269	35.694.715	53.255.912	-	6.379.015	-	136.769
CM	P	Mangualde	-	50.512.345	1.872.943	7.253.076	1.919.050	64,2%	499.684	234	18.827
Grupo		Contas consolidadas	-	50.512.499	1.872.958	7.253.076	1.919.050	-	499.684	-	18.827
CM	P	Manteigas	-	22.657.478	-687.450	3.871.712	1.105.069	101,4%	114.681	62	3.094
EIM SA		Parkurbis, Parque Ciência e Tecno. Covilhã	0,2%	1.898.859	-214.973	1.825.045	352.137	-	161.310	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	22.650.363	-688.338	3.871.712	1.105.069	-	114.681	-	3.094
CM	M	Marco de Canaveses	-	35.705.873	4.396.864	22.905.442	2.947.713	102,8%	170.992	371	51.871
CM	M	Marinha Grande	-	99.012.858	3.941.105	1.016.482	1.209.685	7,4%	897.347	255	38.527
EM SA		TUMG - Transportes Urbanos	100%	683.380	24.171	0	234.165	-	111.787	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	99.404.449	4.015.896	256.759	2.182.486	-	959.555	-	38.527
CM	P	Marvão	-	28.202.360	-428.255	732.404	295.245	24,4%	274.944	93	3.124
CM	G	Matosinhos	-	528.034.201	4.717.508	53.304.596	7.159.721	63,0%	20.770.948	1.859	173.753
EM		Matosinhohabit - Habitação de Matosinhos	100%	731.730	67.427	109.469	627.243	-	391.824	-	-
EM SA		MS Matosinhos Sport	100%	429.817	75.852	31.135	1.047.771	-	136.215	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	528.845.686	4.644.189	53.304.596	8.264.782	-	21.298.987	-	173.753
CM	P	Mealhada	-	66.006.871	-501.765	0	886.652	3,1%	6.066.793	296	19.999
CM	P	Meda	-	21.293.837	-146.430	5.199.319	661.791	81,8%	32.612	161	4.689
CM	P	Melgaço	-	42.177.970	665.449	5.605.239	3.432.999	82,6%	940.168	268	8.250
EM		Cura Aqueae-Termas de Melgaço	51,0%	1.865.913	-134.478	1.146.820	580.154	-	22.610	-	-
EM		Melsport - Melgaço Desporto e Lazer	100%	10.356.069	-80.225	0	149.170	-	569.696	-	-
SA		Quintas de Melgaço	62,9%	3.078.661	99.287	745.980	784.397	-	919.640	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	45.959.631	550.034	7.498.038	4.818.715	-	2.019.873	-	8.250
CM	P	Mértola	-	50.826.058	1.776.266	2.102.280	769.203	24,2%	166.303	262	6.319
CM	P	Mesão Frio	-	3.579.139	-80.564	4.833.155	1.403.450	143,4%	154.348	102	4.018
CM	P	Mira	-	103.198.440	936.169	571.679	3.070.435	36,1%	340.998	203	11.932
Grupo		Contas consolidadas	-	103.196.502	942.410	2.041.175	3.185.747	-	364.621	-	11.932
CM	P	Miranda do Corvo	-	51.187.690	-606.328	671.705	1.543.397	21,8%	1.153.939	172	12.777
Grupo		Contas consolidadas	-	51.187.244	-606.782	671.705	1.543.397	-	1.153.939	-	12.777
CM	P	Miranda do Douro	-	33.004.374	-62.438	5.319.984	826.241	62,6%	239.778	148	6.929
Grupo		Contas consolidadas	-	32.963.080	-87.499	5.319.984	864.288	-	254.187	-	6.929
CM	M	Mirandela	-	28.204.648	1.589.423	9.955.023	9.553.724	102,7%	1.141.464	295	21.963
SA		Metropolitano Ligeiro de Mirandela	90,0%	-1.591.027	1.255	40.826	1.804.753	-	213.372	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	27.325.261	1.613.418	10.151.600	11.570.690	-	2.153.441	-	21.963
CM	P	Mogadouro	-	53.328.349	-2.288.968	2.201.154	988.376	23,6%	194.192	133	8.573
CM	P	Moimenta da Beira	-	30.649.782	568.982	1.810.994	5.087.553	72,2%	605.488	137	9.745
CM	M	Moita	-	135.959.169	2.285.253	8.588.906	4.239.936	41,3%	3.183.885	700	64.616

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.	N.º de hab.
						Empréstimos	Outras				
CM	P	Monção	-	38.322.879	576.750	4.895.178	2.856.956	53,2%	277.679	240	18.042
EM		Matadouro Regional de Monção	100%	-1.128	22.622	0	196.206	-	126.797	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	38.321.751	599.373	4.895.178	3.053.163	-	404.476	-	18.042
CM	P	Monchique	-	49.616.301	-1.490.691	2.148.767	469.040	29,2%	257.417	197	5.278
CM	P	Mondim de Basto	-	24.378.845	785.421	7.722.953	1.040.689	118,3%	589.785	134	7.013
Grupo		Contas consolidadas	-	24.402.447	793.063	7.722.953	1.042.836	-	589.785	-	7.013
CM	P	Monforte	-	13.609.794	-388.674	1.459.149	775.912	46,0%	36.990	141	3.025
CM	P	Montalegre	-	66.617.468	-1.238.999	2.877.744	876.533	20,0%	836.851	263	9.222
Grupo		Contas consolidadas	-	66.617.468	-1.238.999	2.877.744	876.533	-	836.851	-	9.222
CM	P	Montemor-o-Novo	-	38.296.646	-1.520.338	1.115.298	2.691.554	22,5%	272.899	331	15.942
CM	M	Montemor-o-Velho	-	70.632.969	962.799	15.982.029	1.704.445	118,5%	4.123.480	189	25.399
Grupo		Contas consolidadas	-	70.632.969	962.799	15.982.029	1.704.445	-	4.123.480	-	25.399
CM	M	Montijo	-	83.989.329	4.029.641	6.604.977	1.074.025	29,8%	418.998	839	56.305
SMAS		Montijo	100%	3.561.693	545.585	0	504.553	-	665.739	90	-
Grupo		Contas consolidadas	-	90.397.387	4.298.074	8.643.472	1.714.636	-	1.291.178	-	56.305
CM	P	Mora	-	22.729.224	74.017	1.805.475	774.482	43,0%	989.664	149	4.283
CM	P	Mortágua	-	45.829.018	164.012	2.298.518	477.528	34,0%	284.760	140	8.948
Grupo		Contas consolidadas	-	45.829.571	165.796	2.298.518	477.528	-	284.760	-	8.948
CM	P	Moura	-	109.539.289	-5.055.629	5.156.667	2.707.914	61,5%	918.016	341	13.928
EM		Herdade da Contenda	100%	215.997	3.931	0	33.670	-	31.085	-	-
EM SA		Logica - Sociedade Gestora do Tecnológico	79,0%	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	107.576.649	-5.015.658	5.810.293	3.375.612	-	2.344.936	-	13.928
CM	P	Mourão	-	9.296.715	-600.699	6.282.171	1.495.880	161,6%	81.210	161	2.484
CM	P	Murça	-	12.778.434	149.853	5.007.354	799.807	94,9%	561.882	121	5.514
Grupo		Contas consolidadas	-	12.778.161	132.617	5.302.354	849.086	-	922.986	-	5.514
CM	P	Murtosa	-	52.749.768	1.101.720	996.590	729.265	20,6%	18.697	71	10.307
CM	P	Nazaré	-	4.491.739	744.444	11.724.138	23.074.560	308,8%	2.204.893	125	14.268
SMAS		Nazaré	100%	4.687.257	118.607	0	1.075.285	-	2.118.623	69	-
EM		Nazare Qualifica	100%	115.291	74.075	0	1.268.950	-	1.206.806	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	9.510.987	809.949	11.724.138	23.573.170	-	3.911.397	-	14.268
CM	P	Nelas	-	23.274.692	-1.606.780	9.487.015	1.833.527	124,9%	157.980	183	13.201
Grupo		Contas consolidadas	-	23.271.092	-1.607.687	9.487.015	1.833.527	-	157.980	-	13.201
CM	P	Nisa	-	31.608.487	778.375	2.789.076	890.568	38,7%	164.748	217	6.292
CM	P	Nordeste	-	45.527.400	666.960	11.785.310	242.337	257,7%	236.720	73	4.907
EEM		HSN - Habitação Social Concelho de Nordeste	100%	-641.672	-127.154	4.312.420	24.952	-	5.270	-	-
EM SA		Nordeste Activo	100%	1.519.316	-2.205	1.813.930	625.316	-	2.233.810	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	42.113.212	522.852	17.911.660	334.646	-	2.307.739	-	4.907
CM	P	Óbidos	-	62.488.416	-885.652	5.919.201	1.191.059	53,0%	4.320.791	277	11.709

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas de terceiros	N.º de trab.	N.º de hab.
						Empréstimos	Outras				
EM		Óbidos Criativa	100%	1.507.841	10.901	0	382.867	-	236.706	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	67.199.142	-868.682	5.919.201	1.636.564	-	4.686.093	-	11.709
CM	M	Odemira	-	47.648.140	660.547	6.402.913	2.632.837	34,9%	750.230	435	24.741
CM	G	Odivelas	-	168.432.609	8.243.854	9.175.603	6.336.854	22,6%	4.506.202	1.170	157.829
SIMAR		Loures e Odivelas	43,0%	42.557.287	181.971	0	2.242.938	-	8.086.353	949	-
Grupo		Contas consolidadas	-	189.441.454	9.109.328	27.043.244	9.099.408	-	7.471.023	-	157.829
CM	G	Oeiras	-	544.995.128	43.292.235	15.888.825	21.713.335	29,1%	3.501.774	2.320	175.224
SIMAS		Oeiras e Amadora	50,0%	160.560.310	8.040.679	0	10.204.826	-	10.433.876	394	-
EEM		Oeiras Viva - Gest. Equip. Sócio Cult. e Desp.	100%	988.439	122.635	0	453.796	-	306.366	-	-
EM SA		Parques Tejo - Parques de Oeiras	100%	4.328.514	234.939	0	463.441	-	133.678	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	629.337.898	44.794.628	16.009.256	27.837.400	-	10.287.661	-	175.224
CM	P	Oleiros	-	69.759.715	-7.484.688	1.699.879	1.341.332	34,9%	170.592	118	5.120
CM	M	Olhão	-	94.580.330	510.376	16.043.515	1.187.014	75,4%	794.919	504	44.849
EEM		Fesnima - Animação de Olhão	100%	270.887	26.822	197.648	305.932	-	107.979	-	-
EM		Mercados de Olhão	100%	204.709	1.029	0	36.748	-	104.773	-	-
EM		AMBIOLHÃO - EM de Ambiente de Olhão	100%	14.486.001	200.054	5.716.722	5.625.391	-	6.438.523	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	95.304.826	734.633	21.957.886	6.570.411	-	5.050.323	-	44.849
CM	M	Oliveira de Azeméis	-	148.070.585	3.361.071	13.495.545	4.714.256	55,8%	2.503.684	777	66.258
CM	P	Oliveira de Frades	-	37.258.433	24.450	3.784.464	1.747.338	66,7%	194.189	160	9.955
CM	M	Oliveira do Bairro	-	63.047.047	-1.231.549	6.943.766	2.772.881	62,1%	411.730	249	23.847
Grupo		Contas consolidadas	-	63.041.667	-1.232.923	6.943.766	2.772.881	-	411.730	-	23.847
CM	P	Oliveira do Hospital	-	22.323.477	185.695	3.994.130	881.155	36,9%	285.508	215	19.564
CM	M	Ourém	-	136.494.235	-4.397.529	8.468.159	3.200.263	41,8%	5.419.726	375	44.406
EM SA		Ourém Viva - Gest. Eventos, Serviços e Equip.	100%	137.718	-272.325	0	716.853	-	248.568	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	136.581.953	-4.669.851	11.259.570	660.177	-	5.536.205	-	44.406
CM	P	Ourique	-	16.515.380	-609.919	2.880.377	3.741.634	83,1%	138.281	234	4.735
CM	M	Ovar	-	123.943.718	-5.851.739	1.325.459	5.468.968	22,4%	290.497	359	54.318
CM	M	Paços de Ferreira	-	45.162.226	2.037.361	38.539.765	14.358.136	244,8%	440.438	349	56.705
EM SA		Gespaços - Gestão Equipamentos Municipais	100%	11.356.651	9.671	350.000	320.725	-	1.029.011	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	41.330.092	2.129.448	38.889.765	14.299.610	-	575.222	-	56.705
CM	M	Palmela	-	101.191.163	-1.880.137	10.902.760	4.744.393	36,7%	3.056.871	897	64.230
EM		Palmela Desporto	100%	268.607	10.316	0	269.284	-	46.230	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	101.269.770	-1.880.137	11.046.795	4.772.120	-	3.101.985	-	64.230
CM	P	Pampilhosa da Serra	-	37.678.136	-191.098	0	333.446	1,4%	121.100	146	4.086
CM	M	Paredes	-	160.038.010	-5.986.519	31.732.314	22.772.272	133,7%	3.491.492	585	86.115
CM	P	Paredes de Coura	-	39.070.892	378.709	4.224.820	1.392.808	54,8%	55.408	160	8.617
CM	P	Pedrógão Grande	-	28.899.717	240.323	1.920.559	932.533	48,2%	155.330	79	3.479
CM	P	Penacova	-	30.513.049	-344.995	850.238	917.243	15,4%	837.375	150	13.999

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice. Dívida Total	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.	N.º de hab.
						Empréstimos	Outras				
EM		Penaparque 2 - Gestão e Promoção de Equip.	100%	104.806	20.771	10.535	55.207	-	90.989	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	13.999
CM	M	Penafiel	-	129.489.429	1.921.661	9.098.958	21.813.824	100,8%	893.263	593	70.078
EEM		Penafiel Activa	100%	272.348	3.212	155.380	272.047	-	483.560	-	-
EM		Penafiel Verde - Entidade Empresarial Local	100%	12.012.813	56.245	3.283.453	5.513.799	-	2.985.955	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	70.078
CM	P	Penalva do Castelo	-	26.123.017	696.795	1.512.186	396.494	27,3%	161.676	91	7.283
CM	P	Penamacor	-	42.550.667	1.263.639	2.473.402	1.191.395	39,3%	193.550	89	4.920
CM	P	Penedono	-	33.253.240	-186.086	0	242.004	1,6%	322.233	79	2.643
Grupo		Contas consolidadas	-	33.878.802	-179.611	0	242.004	-	322.233	-	2.643
CM	P	Penela	-	20.322.400	-619.484	2.701.472	741.319	57,2%	268.877	103	5.485
Grupo		Contas consolidadas	-	20.322.262	-618.142	2.748.371	694.420	-	268.877	-	5.485
CM	M	Peniche	-	22.714.859	1.742.369	5.202.180	2.675.618	51,5%	510.638	352	26.683
SMAS		Peniche	100%	13.735.811	696.183	0	116.188	-	782.840	81	-
Grupo		Contas consolidadas	-	36.391.796	2.438.553	5.202.180	2.718.659	-	1.161.456	-	26.683
CM	P	Peso da Régua	-	16.649.902	-3.881.521	9.088.685	8.703.790	152,1%	1.110.058	273	15.927
CM	P	Pinhel	-	21.726.369	-1.158.752	5.302.056	1.884.852	73,0%	158.795	156	8.727
CM	M	Pombal	-	156.341.802	4.901.837	4.460.277	4.348.240	18,6%	1.547.240	408	52.324
EEM		Pmugest - Pombal Manutenção Urbana	100%	823.331	324	0	273.317	-	412.273	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	156.660.746	4.722.773	8.056.353	825.147	-	1.736.218	-	52.324
CM	M	Ponta Delgada	-	142.444.089	1.366.835	14.255.041	9.488.985	78,3%	3.113.339	562	68.055
SMAS		Ponta Delgada	100%	36.590.462	2.809.732	0	498.712	-	2.253.930	226	-
EM SA		Azores Parque	51,0%	168.671	-323.297	10.523.298	453.666	-	193.142	-	-
EM SA		Cidade em Acção	100%	399.639	-271.965	13.283.571	64.441	-	77.817	-	-
EM SA		Coliseu Micaelense - Soc. Prom. Eventos Cult.	99,8%	10.017.599	-158.627	3.273.628	108.726	-	182.030	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	68.055
CM	P	Ponta do Sol	-	40.286.210	349.169	229.846	465.652	11,8%	139.202	77	8.559
CM	P	Ponte da Barca	-	39.321.972	544.493	4.891.389	2.887.859	74,6%	3.628.983	242	11.287
CM	M	Ponte de Lima	-	126.801.076	-4.658.513	942.967	3.691.571	14,3%	4.512.376	533	41.724
CM	P	Ponte de Sor	-	67.976.109	106.934	33.233	2.957.769	19,6%	372.465	258	15.285
CM	M	Portalegre	-	66.119.716	1.521.033	16.542.385	9.262.731	158,8%	5.841.974	311	22.627
SMAT		Água e Transporte de Portalegre	100%	4.119.553	738.338	0	475.674	-	651.749	59	-
Grupo		Contas consolidadas	-	70.892.551	2.066.937	18.131.856	8.740.863	-	7.106.926	-	22.627
CM	P	Portel	-	26.916.590	-478.698	1.797.696	774.883	30,2%	313.885	216	5.938
CM	M	Portimão	-	185.275.517	20.408.627	122.781.218	13.537.962	301,1%	6.254.949	840	55.331
EM SA		EMARP - Águas e Resíduos de Portimão	100%	43.562.486	2.281.331	0	8.642.783	-	5.161.787	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	195.250.411	21.944.306	16.420.060	122.271.409	-	5.207.865	-	55.331
CM	G	Porto	-	1.242.504.462	14.240.089	31.252.997	11.242.386	24,0%	6.537.454	2.887	214.587

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas de terceiros	N.º de trab.	N.º de hab.
						Empréstimos	Outras				
EM		CMPEA - Águas do Porto	100%	129.965.681	6.025.810	0	23.970.058	-	15.183.552	-	-
EM		CMPH - Domus Social - Emp. Habit. e Manut.	100%	1.000.509	43.768	32.260	5.443.840	-	4.984.404	-	-
EM		CMPL - Porto Lazer	100%	2.708.966	67.040	0	2.673.500	-	1.435.320	-	-
EM		Gestão de Obras Públicas Câ. Munic. Porto	100%	1.307.041	3.164	6.615	3.369.016	-	2.801.662	-	-
EM		Empresa Municipal de Ambiente do Porto	100%	579.035	113.469	0	5.452.365	-	3.011.736	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	1.256.916.811	19.332.908	31.252.997	28.429.388	-	21.421.528	-	214.587
CM	M	Porto de Mós	-	48.916.972	563.467	1.995.562	1.506.208	17,9%	699.034	307	23.456
Grupo		Contas consolidadas	-	48.916.537	567.472	1.703.920	1.797.849	-	699.034	-	23.456
CM	P	Porto Moniz	-	18.888.831	662.201	1.989.667	509.247	56,5%	683.452	63	2.370
CM	P	Porto Santo	-	75.273.636	-1.344.020	670.823	2.142.711	53,6%	13.388	111	5.173
CM	M	Póvoa de Lanhoso	-	47.372.782	467.695	3.974.715	3.385.547	51,8%	687.169	174	21.464
EM		EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave	100%	727.092	90.185	150.000	524.257	-	782.768	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	47.105.912	451.120	4.124.715	3.906.000	-	948.605	-	21.464
CM	M	Póvoa de Varzim	-	102.439.806	2.605.398	9.484.212	4.340.979	33,4%	1.200.748	620	62.376
EEM		Varzim Lazer	100%	411.418	6.549	0	284.025	-	213.905	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	102.439.806	2.605.398	9.484.212	4.387.564	-	1.253.433	-	62.376
CM	P	Povoação	-	32.483.213	741.403	2.303.344	1.136.510	65,0%	83.933	95	5.995
CM	M	Praia da Vitória	-	42.774.889	-905.834	7.315.173	1.412.879	97,1%	1.107.578	164	21.414
EM SA		Praia Ambiente	100%	2.857.064	49.570	4.454.802	611.620	-	365.921	-	-
EM		TERAMB	40,0%	28.972.052	-517.501	2.171.906	5.990.061	-	801.983	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	41.530.990	-594.327	12.812.100	2.401.347	-	1.844.338	-	21.414
CM	P	Proença-a-Nova	-	39.155.550	-2.271.986	2.595.089	968.596	40,1%	140.477	134	7.505
Grupo		Contas consolidadas	-	39.288.131	-2.209.809	3.243.451	353.315	-	142.666	-	7.505
CM	P	Redondo	-	28.541.255	-1.409.906	380.122	786.179	15,0%	871.392	235	6.475
CM	P	Reguengos de Monsaraz	-	34.183.496	-2.104.160	10.351.556	10.486.599	190,7%	763.614	232	10.128
CM	P	Resende	-	41.299.258	101.004	5.582.502	1.044.467	69,2%	206.709	252	10.366
EM SA		Companhia das Águas de Caldas de Arêgos	100%	3.215.981	-107.759	150.000	152.460	-	5.878	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	40.112.843	108.295	5.732.502	1.172.045	-	212.587	-	10.366
CM	P	Ribeira Brava	-	69.078.055	-275.179	3.565.659	958.238	73,2%	2.409	84	12.428
CM	P	Ribeira de Pena	-	27.727.359	-1.612.433	4.149.241	2.431.898	57,5%	224.198	170	6.088
Grupo		Contas consolidadas	-	27.727.359	-1.612.433	4.149.241	2.431.898	-	224.198	-	6.088
CM	M	Ribeira Grande	-	102.257.005	4.317.897	9.521.021	1.130.851	65,5%	1.262.455	241	32.721
EIM SA		EIRSU - EIM Resid. Sólidos Urban. S. Miguel	33,3%	297.244	-9.517	0	496.310	-	98.916	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	102.599.407	4.347.095	10.754.581	1.388.738	-	3.393.225	-	32.721
CM	M	Rio Maior	-	53.593.495	4.103.796	8.738.363	1.411.521	63,2%	954.994	287	20.437
EM SA		DESMOR - Gestão Desportiva de Rio Maior	100%	574.990	28.757	0	477.076	-	314.731	-	-
EM		EPRM - Escola Profissional de Rio Maior	80,0%	855.055	11.330	0	328.804	-	338.869	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	53.693.520	4.155.615	8.738.363	1.962.446	-	1.469.242	-	20.437

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice. Dívida Total	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.	N.º de hab.
						Empréstimos	Outras				
CM	P	Sabrosa	-	20.572.232	-1.253.861	2.358.907	667.375	44,4%	1.465.096	131	5.938
CM	P	Sabugal	-	36.455.110	-328.525	4.880.832	1.513.935	39,0%	541.381	183	11.003
CM	M	Salvaterra de Magos	-	25.884.507	-62.641	3.313.126	1.030.400	42,8%	157.554	213	21.420
Grupo		Contas consolidadas	-	27.205.956	244.739	3.313.126	1.030.400	-	157.554	-	21.420
CM	P	Santa Comba Dão	-	22.663.920	-1.165.349	10.125.870	1.935.221	169,6%	269.849	136	10.640
Grupo		Contas consolidadas	-	22.590.437	-1.135.171	10.183.558	2.017.414	-	251.115	-	10.640
CM	M	Santa Cruz	-	16.991.665	344.590	15.802.957	3.192.097	105,9%	420.228	342	44.417
CM	P	Santa Cruz da Graciosa	-	17.690.874	379.352	1.451.967	163.237	46,8%	139.287	55	4.267
Soc.		Emp.Transportes Colectivos da Ilha Graciosa	78,4%	184.460	-3.505	0	24.548	-	67.907	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	4.267
CM	P	Santa Cruz das Flores	-	17.139.481	-4.316	209.559	120.885	13,2%	45.196	50	2.177
CM	G	Santa Maria da Feira	-	233.338.512	12.560.214	22.337.814	5.460.826	48,5%	1.547.347	768	138.613
EEM		Feira Viva Cultura e Desporto	100%	1.061.963	15.350	0	1.649.995	-	184.969	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	231.691.090	12.542.334	22.337.814	6.596.344	-	1.698.517	-	138.613
CM	P	Santa Marta de Penaguião	-	25.263.987	-2.039.584	1.866.116	837.354	43,7%	115.618	142	6.705
Grupo		Contas consolidadas	-	25.264.008	-2.039.570	1.866.116	837.354	-	115.618	-	6.705
CM	P	Santana	-	31.721.748	-340.681	829.366	435.652	22,0%	34.984	83	6.808
CM	M	Santarém	-	151.375.479	2.933.917	38.738.272	18.041.199	164,0%	7.860.535	733	57.823
EM SA		Águas de Santarém	100%	55.627.703	362.530	15.129.151	10.084.071	-	4.753.016	-	-
EM SA		Viver Santarém	100%	75.556	3.131	0	1.654.575	-	593.986	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	150.838.825	2.915.090	53.867.421	27.437.809	-	10.263.522	-	57.823
CM	M	Santiago do Cacém	-	53.519.493	3.708.033	8.054.710	2.321.774	45,8%	1.422.153	513	28.892
CM	M	Santo Tirso	-	149.657.971	1.763.006	19.624.795	8.834.531	90,9%	12.296.806	378	68.524
Grupo		Contas consolidadas	-	150.368.447	1.772.032	19.799.795	8.881.084	-	12.322.889	-	68.524
CM	P	São Brás de Alportel	-	27.565.218	-443.497	1.415.106	613.725	18,6%	496.865	244	10.459
CM	M	São João da Madeira	-	118.635.394	143.147	4.611.795	2.338.208	44,7%	614.576	250	21.581
EM SA		Águas de S. João	51,0%	1.603.136	353.669	1.129.957	841.319	-	648.241	-	-
EM		Habitar S. João - Habitação	100%	308.754	3.967	0	75.265	-	175.514	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	21.581
CM	P	São João da Pesqueira	-	24.517.189	-1.308.858	3.545.929	4.559.439	101,2%	523.925	56	7.205
CM	P	São Pedro do Sul	-	32.540.205	-98.978	2.651.335	4.105.932	49,0%	2.634.450	363	15.685
EM SA		Termalístur - Termas	100%	3.079.185	-6.160	9.934.063	2.212.502	-	839.471	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	32.500.361	-90.315	12.406.546	4.426.482	-	910.008	-	15.685
CM	P	São Roque do Pico	-	18.846.175	-524.468	268.034	3.233.219	94,9%	228.599	49	3.278
CM	P	São Vicente	-	19.560.553	-1.163.557	1.368.336	3.551.388	102,4%	373.714	63	5.151
EM SA		Natur norte – Gest. Equip. Colect. e Prest. Ser.	97,1%	877.399	353.159	0	138.061	-	56.593	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	20.412.156	-810.398	1.368.336	3.689.450	-	430.307	-	5.151
CM	P	Sardoal	-	15.240.396	363.078	3.190.375	1.207.515	81,8%	985.100	157	3.778

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.	N.º de hab.
						Empréstimos	Outras				
CM	P	Sátão	-	21.122.765	571.839	423.329	1.195.646	13,3%	185.678	163	11.743
CM	M	Seia	-	14.086.657	647.691	42.496.352	809.973	226,9%	530.018	212	22.742
CM	G	Seixal	-	183.772.550	19.671.705	45.939.826	22.312.943	84,6%	6.012.224	1.548	165.971
CM	P	Sernancelhe	-	36.909.033	564.970	1.707.330	738.936	29,7%	221.231	84	5.401
Grupo		Contas consolidadas	-	36.914.039	564.984	1.707.511	739.825	-	223.100	-	5.401
CM	P	Serpa	-	61.722.206	-2.338.350	6.166.787	3.563.967	72,2%	165.733	339	14.620
CM	P	Sertã	-	45.366.823	-996.021	2.268.113	990.735	24,5%	575.560	217	14.854
CM	M	Sesimbra	-	108.459.519	1.242.751	16.080.880	6.082.797	53,8%	20.056.116	862	51.282
CM	G	Setúbal	-	294.706.566	6.294.214	28.217.110	25.431.408	78,3%	41.975.868	1.265	116.330
CM	P	Sever do Vouga	-	49.337.167	855.027	1.204.961	1.503.451	28,1%	778.451	106	11.544
Grupo		Contas consolidadas	-	49.401.393	858.759	1.290.994	1.566.393	-	815.492	-	11.544
CM	M	Silves	-	74.621.730	4.315.541	8.570.463	4.372.868	41,2%	827.331	665	36.258
CM	P	Sines	-	72.327.890	28.064	8.044.802	5.096.004	81,0%	1.592.841	389	13.662
Grupo		Contas consolidadas	-	70.857.879	-6.419	10.090.499	5.972.472	-	2.451.819	-	13.662
CM	G	Sintra	-	752.909.843	29.104.672	10.949.148	8.532.254	10,7%	2.122.033	2.878	386.038
SMAS		Sintra	100%	85.662.269	1.385.398	0	2.552.680	-	8.080.166	857	-
EM SA		EMES - Estacionamento	100%	1.297.720	67.307	0	166.721	-	55.068	-	-
EM		Sintra Quorum - Gestão Equip. Culturais e Tur	100%	-843.384	-1.780	0	958.038	-	104.410	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	842.846.513	32.295.223	10.949.148	11.149.624	-	10.159.765	-	386.038
CM	P	Sobral de Monte Agraço	-	17.737.318	-198.468	2.666.852	2.194.281	64,5%	359.208	166	10.408
CM	P	Soure	-	42.965.863	1.108.790	3.824.558	756.688	37,6%	263.009	222	17.520
CM	P	Sousel	-	14.335.874	-74.465	2.285.980	829.813	55,9%	329.300	163	4.536
CM	P	Tábua	-	20.085.221	-500.349	3.984.801	4.402.341	103,8%	479.562	155	11.529
Grupo		Contas consolidadas	-	20.083.421	-500.802	3.615.867	4.771.274	-	479.562	-	11.529
CM	P	Tabuaço	-	27.408.605	665.565	5.839.198	5.877.072	176,3%	420.025	95	6.039
CM	P	Tarouca	-	11.509.440	-545	8.335.872	3.921.516	154,3%	229.727	231	7.743
CM	M	Tavira	-	207.538.595	-5.071.657	9.354.265	1.910.797	45,3%	807.128	394	25.014
EM		Tavira Verde - Ambiente	51,0%	4.610.213	515.839	7.244.029	3.398.609	-	936.380	-	-
EM		EMPET - Parques Empresariais	96,0%	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	211.438.697	-5.129.131	18.983.538	7.559.435	-	2.205.874	-	25.014
CM	P	Terras de Bouro	-	51.978.422	12.746	2.787.700	629.450	42,1%	71.294	194	6.487
CM	M	Tomar	-	57.448.381	1.128.724	8.636.269	13.796.414	108,4%	3.048.091	456	37.351
SMAS		Tomar	100%	5.096.085	-238.793	0	1.249.257	-	2.001.909	99	-
Soc.		Ensino Profissional de Tomar	50,0%	470.501	-93.830	0	100.193	-	145.740	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	57.237.609	1.170.272	8.636.269	12.728.721	-	2.387.107	-	37.351
CM	M	Tondela	-	59.131.987	549.629	5.129.262	2.314.927	37,0%	195.400	268	26.942
CM	P	Torre de Moncorvo	-	20.645.333	-472.582	9.198.834	1.447.980	104,9%	220.990	143	7.797
Grupo		Contas consolidadas	-	20.667.891	-470.693	9.198.834	1.456.020	-	233.183	-	7.797

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.	N.º de hab.
						Empréstimos	Outras				
CM	M	Torres Novas	-	104.174.947	2.363.792	15.240.799	1.707.200	80,3%	704.201	470	35.208
Grupo		Contas consolidadas	-	104.174.947	2.363.792	15.240.799	1.707.200	-	704.201	-	35.208
CM	M	Torres Vedras	-	94.972.560	6.852.176	11.843.234	5.360.928	43,1%	1.128.779	628	78.518
SMAS		Torres Vedras	100%	26.034.194	1.268.625	0	1.363.227	-	3.035.000	154	-
EM		Promotorres - Prom. Eventos e Gestão Equip.	100%	214.542	6.308	26.172	838.127	-	349.865	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	124.275.633	7.774.792	11.843.234	6.041.131	-	3.149.966	-	78.518
CM	P	Trancoso	-	30.184.149	761.461	4.881.066	1.970.028	77,2%	301.103	197	9.072
EEM		TEGEC - Gestão Equip. Culturais e de Lazer	100%	-172.951	-94.040	0	1.237.058	-	478.853	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	29.557.429	841.186	4.881.066	3.007.085	-	579.956	-	9.072
CM	M	Trofa	-	29.399.813	4.029.648	27.670.029	2.610.127	148,9%	223.624	294	38.257
EM		Trofaguas - Serviços Ambientais	100%	4.326.275	-273.159	5.952.537	1.910.218	-	1.022.401	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	31.343.624	4.023.367	33.622.566	3.147.818	-	1.099.994	-	38.257
CM	M	Vagos	-	50.461.721	-2.728.084	4.600.073	8.810.976	108,6%	2.591.442	172	22.753
CM	M	Vale de Cambra	-	53.449.053	2.606.421	11.681.449	1.867.649	98,6%	355.149	191	21.525
CM	P	Valença	-	22.786.313	765.748	5.205.169	2.301.798	55,2%	857.019	277	13.341
EM		Interminho - Soc. Gestora Parques Empres.	100%	488.878	74.418	836.825	86.689	-	128.916	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	22.925.192	840.164	6.041.995	2.388.487	-	985.935	-	13.341
CM	M	Valongo	-	181.187.011	-1.569.198	17.236.609	18.916.493	113,7%	98.882	536	95.908
EM		Vallis Habita - Gestão de Empreend. Habit.	100%	19.439.832	5.900	268.600	102.616	-	132.142	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	199.965.078	-1.579.896	14.658.871	21.835.527	-	175.362	-	95.908
CM	P	Valpaços	-	78.478.382	-1.591.296	3.632.693	1.696.830	28,3%	216.615	174	15.111
Grupo		Contas consolidadas	-	78.478.382	-1.591.296	3.632.693	1.696.830	-	216.615	-	15.111
CM	P	Velas	-	16.971.182	1.066.571	3.607.359	178.599	76,6%	52.703	77	5.171
CM	P	Vendas Novas	-	30.346.234	-431.245	2.943.992	776.709	46,3%	356.062	208	11.381
CM	P	Viana do Alentejo	-	15.722.478	-822.431	373.370	1.298.311	25,8%	134.224	112	5.200
CM	M	Viana do Castelo	-	139.907.396	4.070.977	20.592.962	8.319.685	59,3%	4.147.224	916	85.017
SMSB		Viana Castelo	100%	17.963.779	1.775.944	0	1.119.223	-	9.788.043	208	-
Grupo		Contas consolidadas	-	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	85.017
CM	P	Vidigueira	-	9.423.105	-942.279	2.676.161	1.523.741	65,1%	624.499	206	5.543
CM	P	Vieira do Minho	-	32.915.997	313.784	8.465.343	3.803.130	129,9%	4.175.856	132	12.018
Grupo		Contas consolidadas	-	32.207.831	-72.071	8.498.581	3.078.071	-	4.189.724	-	12.018
CM	P	Vila de Rei	-	23.075.663	15.313	1.760.244	589.019	46,1%	529.678	114	3.336
CM	P	Vila do Bispo	-	22.692.360	-1.322.970	1.135.905	4.960.477	56,8%	515.708	224	5.161
CM	M	Vila do Conde	-	223.136.221	2.427.691	36.565.568	5.233.188	94,2%	595.481	1.111	79.418
Grupo		Contas consolidadas	-	223.136.952	2.427.757	36.565.568	5.233.188	-	595.481	-	79.418
CM	P	Vila do Porto	-	39.659.793	-653.827	4.345.847	224.055	97,2%	53.792	87	5.649
CM	P	Vila Flor	-	28.513.130	7.929	1.253.989	1.494.783	27,3%	479.605	149	6.126
Grupo		Contas consolidadas	-	28.255.261	-44.447	1.682.345	2.101.724	-	798.103	-	6.126

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas de terceiros	N.º de trab.	N.º de hab.
						Empréstimos	Outras				
CM	G	Vila Franca de Xira	-	278.195.544	716.773	26.799.832	4.449.135	54,5%	7.282.879	830	141.227
SMAS		Vila Franca Xira	100%	54.260.443	317.464	0	1.536.758	-	3.041.256	175	-
Grupo		Contas consolidadas	-	332.455.987	1.034.237	27.211.964	5.444.787	-	10.324.096	-	141.227
CM	P	Vila Franca do Campo	-	62.990.069	-324.664	21.868.338	382.843	307,6%	1.732.059	92	11.148
EM		Marina da Vila - Indústrias Marinas e Recreio	100%	80.333	2.673	17.023	54.124	-	128.980	-	-
EM		VFC Empreendimentos	85,0%	-202.011	-6.593	370.695	1.833.675	-	582.156	-	-
EM		Vila Solidária - EM de Habitação Social	100%	-513.938	-593.905	0	735.918	-	208.647	-	-
SA		Atlântico Vila	Si	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	-
EIM SA		EIRSU - EIM Resid. Sólidos Urban. S. Miguel	33,3%	297.244	-9.517	0	496.310	-	98.916	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	11.148
CM	P	Vila Nova da Barquinha	-	21.036.786	-186.421	3.031.988	674.947	57,1%	360.151	155	7.381
EM SA		CDN - Gestão e Promoção Parque Empres.	94,3%	114.259	726	0	33.583	-	62.821	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	21.044.721	-184.976	3.031.988	690.877	-	422.971	-	7.381
CM	P	Vila Nova de Cerveira	-	32.484.497	400.925	4.450.684	1.223.315	46,1%	300.343	239	8.859
Grupo		Contas consolidadas	-	33.787.757	359.965	4.545.684	1.227.654	-	313.050	-	8.859
CM	G	Vila Nova de Famalicão	-	221.123.471	2.726.817	23.836.438	11.052.743	48,4%	2.714.554	1.389	131.909
CM	P	Vila Nova de Foz Côa	-	32.855.496	758.838	849.909	454.432	11,8%	125.572	171	6.597
EM		Fozcoainvest - Energia, Turismo e Serviços	92,3%	884.726	59.249	1.908.646	554	-	8.908	-	-
EM		Ribeira da Teja - Produção Energia Eléctrica	51,7%	4.961.766	122.238	1.714.897	330.849	-	390.056	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	31.974.911	673.001	2.564.806	1.050.304	-	524.536	-	6.597
CM	G	Vila Nova de Gaia	-	571.901.738	21.739.135	119.861.840	22.730.924	126,0%	21.313.259	1.841	299.820
EM SA		Águas de Gaia	100%	66.269.853	703.877	44.442.975	11.295.651	-	10.073.181	-	-
EM		Gaiurb - Urbanismo e Habitação	100%	10.324.821	-745.083	1.829.872	3.029.167	-	1.091.551	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	558.631.921	21.384.326	176.066.371	33.333.696	-	32.315.344	-	299.820
CM	P	Vila Nova de Paiva	-	12.915.997	1.250.031	3.052.104	921.054	66,5%	122.851	147	4.792
CM	P	Vila Nova de Poiares	-	27.598.810	278.539	15.719.261	684.341	253,3%	230.767	113	6.969
Grupo		Contas consolidadas	-	27.596.198	277.868	14.950.048	1.453.553	-	230.767	-	6.969
CM	P	Vila Pouca de Aguiar	-	38.237.925	-263.999	2.334.415	2.821.928	28,5%	626.763	217	12.097
Grupo		Contas consolidadas	-	38.237.925	-264.009	2.334.415	2.821.928	-	626.763	-	12.097
CM	M	Vila Real	-	139.953.592	1.176.985	12.442.093	1.962.665	55,5%	375.288	347	49.951
EM		EMARVR - EM de Água e Resíduos Vila Real	100%	26.044.481	299.752	1.511.880	4.342.270	-	2.248.329	-	-
EM		VRS - Vila Real Social, Habitação e Transp.	100%	10.279.374	1.772	0	227.231	-	134.054	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	121.162.930	1.554.812	13.953.974	5.965.887	-	1.684.753	-	49.951
CM	P	Vila Real de Santo António	-	86.857.329	-8.710.298	65.253.294	12.935.803	382,7%	10.393.905	353	18.944
EM SA		VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	100%	44.010.906	-1.567.700	41.102.022	37.924.411	-	16.593.452	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	72.434.963	-7.446.027	106.246.901	31.244.208	-	7.069.473	-	18.944
CM	P	Vila Velha de Ródão	-	25.840.009	299.268	270.848	360.307	9,0%	300.566	133	3.206
CM	M	Vila Verde	-	58.133.486	-799.376	15.585.303	2.735.174	79,6%	530.044	352	46.953

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.	N.º de hab.
						Empréstimos	Outras				
CM	P	Vila Viçosa	-	18.619.053	-876.997	2.441.329	686.071	49,6%	310.458	145	7.814
CM	P	Vimioso	-	17.791.427	28.375	2.892.491	700.986	41,8%	209.756	129	4.092
CM	P	Vinhais	-	21.005.100	-231.641	2.682.344	1.308.437	33,8%	547.750	157	7.969
EEM		ProRuris – EM de Desenvolv. Rural de Vinhais	100%	98.311	508	0	84.025	-	126.811	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	21.053.411	-231.133	2.682.344	1.346.053	-	674.561	-	7.969
CM	M	Viseu	-	215.460.872	1.897.157	14.825.577	10.958.997	51,3%	2.683.512	716	97.423
SMAS		Viseu	100%	22.202.977	95.710	0	5.605.404	-	1.499.297	165	-
EM		Habisolvis - Habitação Social	100%	219.855	8.989	0	20.166	-	34.392	-	-
SA		WISEUNOVO - SRU - Soc. Reabilitação Urb.	55,0%	964.068	8.009	226.600	188.309	-	142.953	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	261.949.377	648.431	16.386.842	13.461.190	-	2.321.519	-	97.423
CM	M	Vizela	-	39.473.163	2.163.245	11.916.223	1.918.725	107,8%	1.274.136	234	23.760
EIM SA		Vimáguas - Água e Saneamento	10,0%	21.726.296	1.341.790	14.628.852	11.647.628	-	3.231.064	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	39.473.163	2.163.245	11.916.223	1.918.725	-	1.274.136	-	23.760
CM	P	Vouzela	-	42.425.736	-1.820.639	5.566.863	342.165	74,8%	190.016	159	9.783

EIM		Águas do Ribatejo, EM,SA	(1)	56.816.334	2.166.172	20.042.316	16.452.045	-	4.666.871	-	-
EIM		AMBILITAL - Invest. Ambientais no Alentejo	(2)	12.387.632	412.049	360.489	1.877.435	-	988.708	-	-
EIM		Ambisousa - EIM Tratam. e Gest. Resid. Sól.	(3)	8.331.432	1.329.999	0	2.032.107	-	1.887.422	-	-
EIM		BRAVAL - Valoriz. e Tratam. Resid. Sólidos	(4)	16.255.408	79.576	7.400.767	6.418.388	-	5.412.448	-	-
EIM SA		ECOBEIRÃO -Trat. Resid. Sól.Planalto Beirão	(5)	263.272	22.480	1.830.119	11.305.864	-	3.429.020	-	-
EIM		Ecolezíria -Tratamento de Resíduos Sólidos	(6)	1.888.439	268.393	0	1.070.734	-	1.268.717	-	-
EIM SA		EHATB - Emp. Hidroelét. Alto Tâmega Barroso	(7)	11.176.027	-16.906	1.969.349	1.344.703	-	1.373.379	-	-
EIM		GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos	(8)	13.886.674	73.250	3.653.535	3.542.189	-	2.455.640	-	-
EIM SA		MINHOCOM - Gestão de Infraest. Telecom.	(9)	14.305.352	1.365	0	1.317.421	-	226.187	-	-
EIM		Município, SA - Emp. Cartografia e Sist. Inf.	(10)	3.336.855	9.920	120.431	884.017	-	1.515.820	-	-
EIM SA		MUSAMI - Operações Municipais do Amb.	(11)	7.723.234	399.112	0	1.572.866	-	937.575	-	-
EIM		Naturtejo - Empresa de Turismo	(12)	245.803	13.075	226.000	109.872	-	19.157	-	-
EIM SA		PERM - Parque Emp. de Recup. de Materiais	(13)	3.672.588	11.731	3.157.138	1.033.344	-	1.049.285	-	-
EIM		Resialentejo - Trat. e Valorização de Resíduos	(14)	3.672.812	164.636	2.706.894	7.403.337	-	1.548.889	-	-
EMT SA		Resíduos do Nordeste	(15)	14.165.523	99.133	956.535	4.677.642	-	3.192.527	-	-
EIM		TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos	(16)	25.021.576	11.495	151.882.470	10.474.799	-	12.818.185	-	-
EIM		WRC - Agência de Desenvolvimento Regional	(17)	388.886	-251.952	100.000	55.790	-	225.200	-	-
EIM		VALICOM - Gestão Infraestrut. Telecomunica.	(18)		Si	Si	Si	Si	-	Si	-

* Fonte: Direção-Geral das Autarquias Locais; N.º relativo a 2016.

** Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

- (1) Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%)
- (2) AMAGRA - Associação de Municípios Alentejanos (Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, Sines, Aljustrel e Ferreira do Alentejo) - 51,00%
- (3) Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) - 100%
- (4) Amares (3,7%), Póvoa de Lanhoso (4,2%) Terras de Bouro (2,4%), Vila Verde (5,0%), Vieira do Minho (5,7%) e Agere (Braga) (79,0%)
- (5) Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela
- (6) RESIURB - Associação de Municípios para o Tratamento de resíduos Sólidos (Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos) - 100%
- (7) Boticas (16,7%), Chaves (16,7%), Montalegre (16,7%), Ribeira de Pena (16,7%), Valpaços (16,7%) e Vila Pouca de Aguiar (16,7%)
- (8) CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa) – 60%
- (9) Associação de Municípios do Vale do Minho (Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira) - 51,0%
- (10) Aguiar da Beira, Albergaria-a-Velha, Alvaiázere, Ansião, Arganil, Barcelos, Boticas, Bragança, Cabeceiras de Basto, Carregal do Sal, Castelo Branco, Covilhã, Figueira da Foz, Fundão, Góis, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Ílhavo, Lagoa, Lamego, Leiria, Loulé, Mafra, Maia, Mangualde, Monchique, Mourão, Oeiras (56,71%), Olhão, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Paços de Ferreira, Paredes, Penacova, Penamacor, Ponta Delgada, Ponte da Barca, Portalegre, Portimão, Santa Marta Penaguião, Santiago do Cacém, São João da Madeira, São Pedro do Sul, Sernancelhe, Sertã, Sesimbra, Sever do Vouga, Silves, Sines, Sintra, Tavira, Trofa, Vale de Cambra, Vieira do Minho, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Poiares, Viseu, Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, Associação para o Des. Baixo Guadiana, Associação de Municípios do Vale Douro Norte, Associação de Municípios do Douro Superior (AMDS), Associação de Municípios PEFICA, Associação de Municípios do Norte Alentejano, Associação de Municípios de Alta Estremadura, e Associação de Municípios do Distrito Évora
- (11) AMISM - Associação de município da Ilha de São Miguel (Lagoa, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo) – 100%
- (12) Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Nisa e Vila Velha de Ródão
- (13) Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (Arouca, Oliveira de Azeiméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra) – 51%
- (14) Almodôvar (12,5%), Barrancos (12,5%), Beja (12,5%), Castro Verde (12,5%), Mértola

(12,5%), Moura (12,5%), Ourique (12,5%) e Serpa (12,5%).

(15) Associação dos Municípios da Terra Quente Transmontana (Alfândega da Fé, Carrizada de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor) - 41,0%; Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano (Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso e Vinhais) – 37,0%; Associação dos Municípios do Douro Superior (Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Miranda do Douro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa) – 22,0%.

(16) AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos - 100%.

(17) Albergaria-a-Velha (0,55%), Almeida (0,18%), Alvaiázere (0,18%), Anadia (69,20%), Arganil (0,36%), Batalha (0,36%), Belmonte (0,18%), Cantanhede (0,73%), Castanheira de Pera (0,18%), Castelo Branco (1,09%), Celorico da Beira (0,18%), Coimbra (3,09%), Covilhã (1,09%), Figueira da Foz (1,27%), Figueira de Castelo Rodrigo (0,18%), Góis (0,18%), Guarda (0,91%), Manteigas (0,18%), Mealhada (0,36%), Mira (0,18%), Miranda do Corvo (0,18%), Montemor-o-Velho (0,55%), Mortágua (0,18%), Nelas (0,36%), Oliveira de Frades (0,18%), Oliveira do Bairro (0,55%), Oliveira do Hospital (0,36%), Pampilhosa da Serra (0,18%), Pedrogão Grande (0,18%), Penacova (0,36%), Penalva do Castelo (0,18%), Penela (0,18%), Porto de Mós (0,18%), São Pedro do Sul (0,36%), Sertã (0,18%), Sever do Vouga (0,18%), Soure (0,36%), Tábua (0,18%) e Vila Nova de Poiares (0,27%).

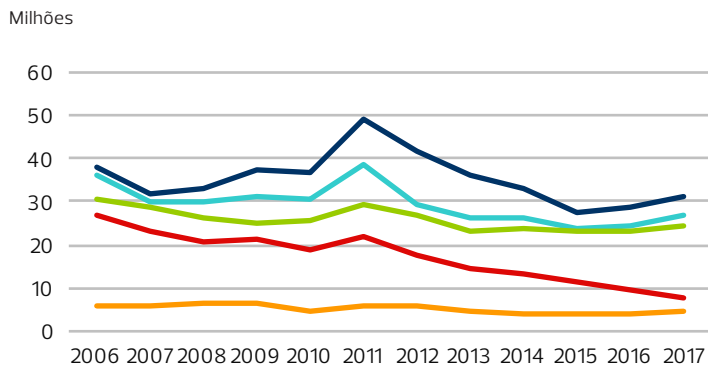
(18) Associação de Municípios do Vale do Minho (Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira) – 51,0%; Arcos de Valdevez; Caminha; Esposende; Ponte da Barca; Ponte de Lima; e Viana do Castelo.

ANEXO II
EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA POR MUNICÍPIO
(por ordem alfabética)

*Dados censos 2011

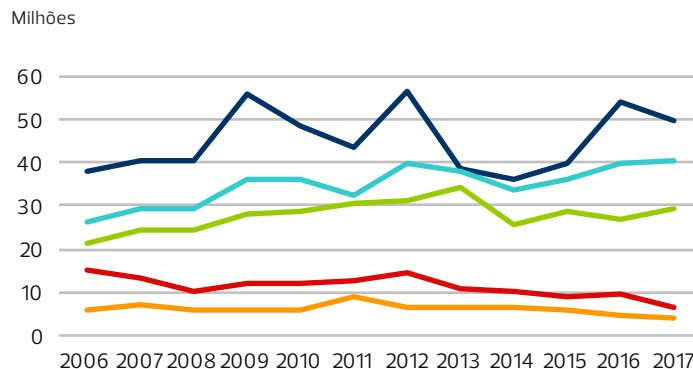
Abrantes

39 325
HABITANTES



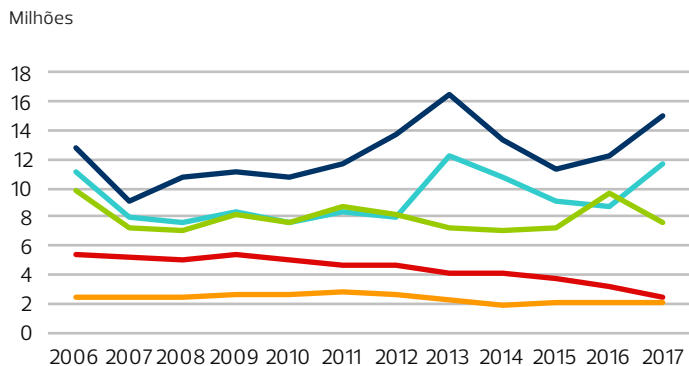
Águeda

47 729
HABITANTES



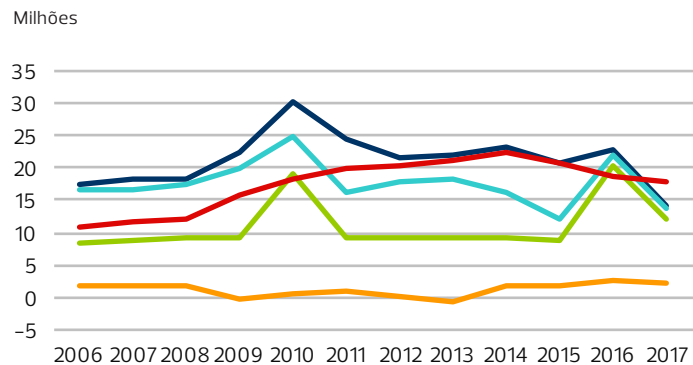
Aguiar da Beira

5 473
HABITANTES



Alandroal

5 843
HABITANTES

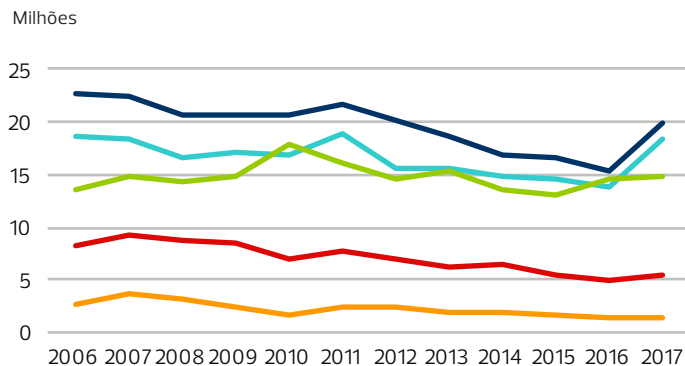


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
 - Despesas Comprometidas
 - Receitas Cobradas
 - Dívidas a Pagar
 - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

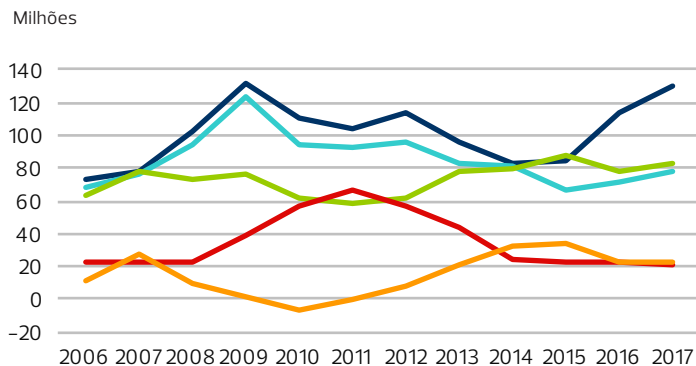
Albergaria-a-Velha

25 252
HABITANTES



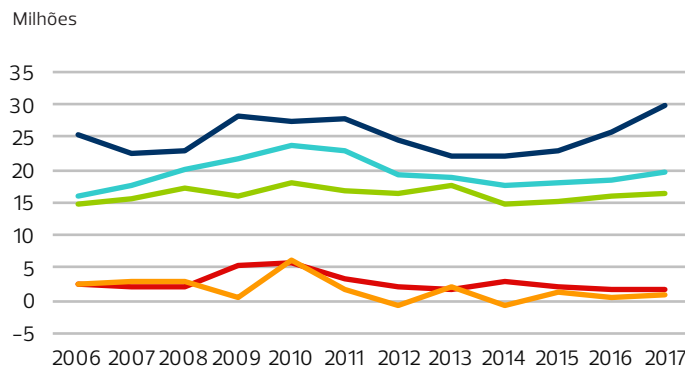
Albufeira

40 828
HABITANTES



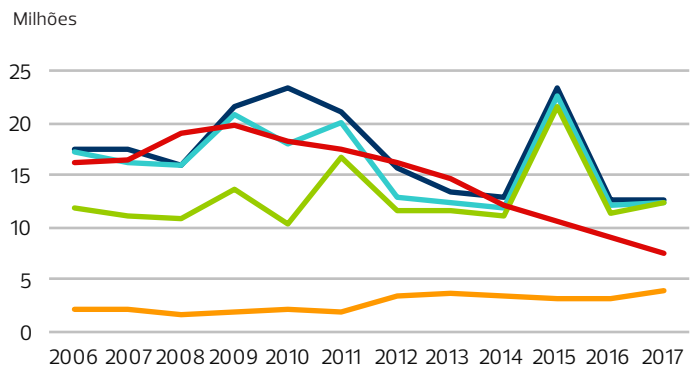
Alcácer do Sal

13 046
HABITANTES



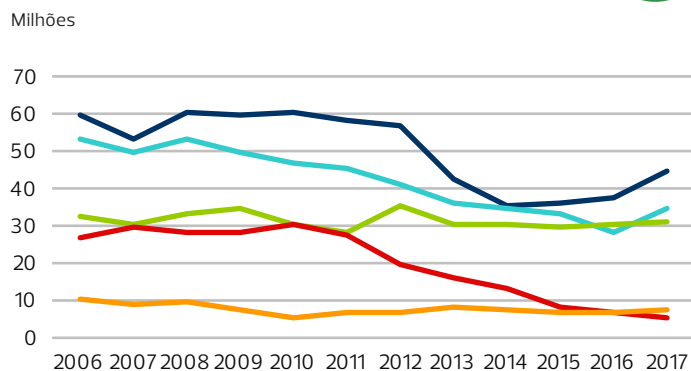
Alcanena

13 868
HABITANTES



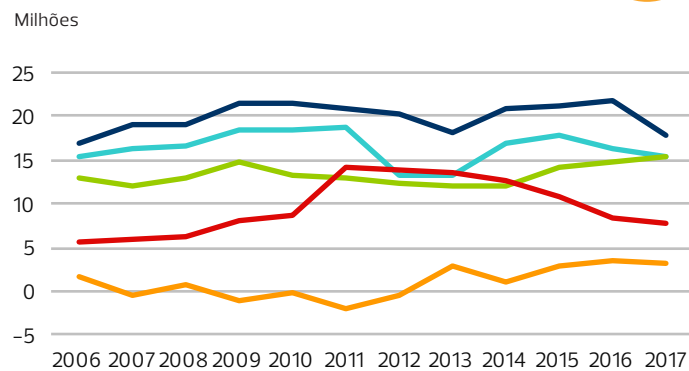
Alcobaça

56 693
HABITANTES



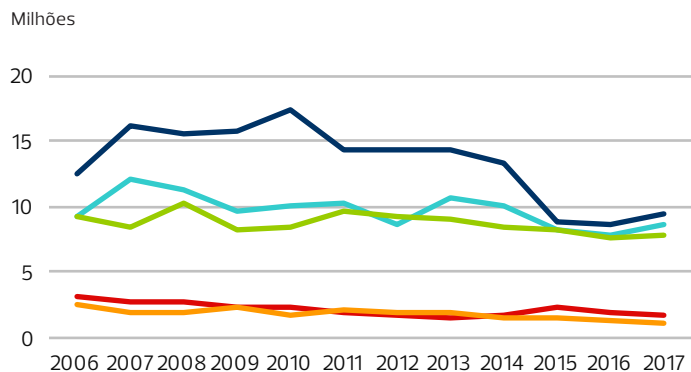
Alcochete

17 569
HABITANTES



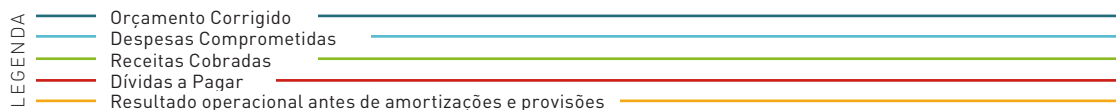
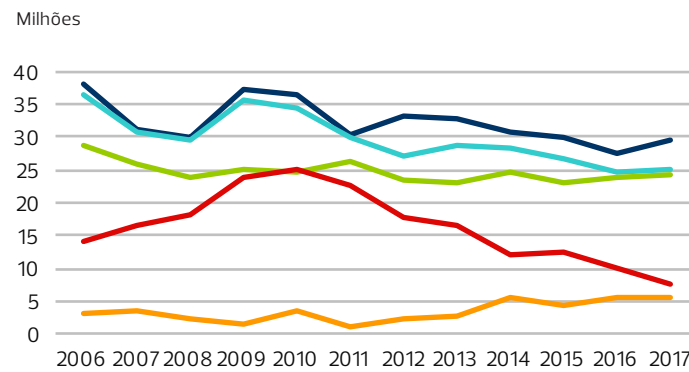
Alcoutim

2 917
HABITANTES



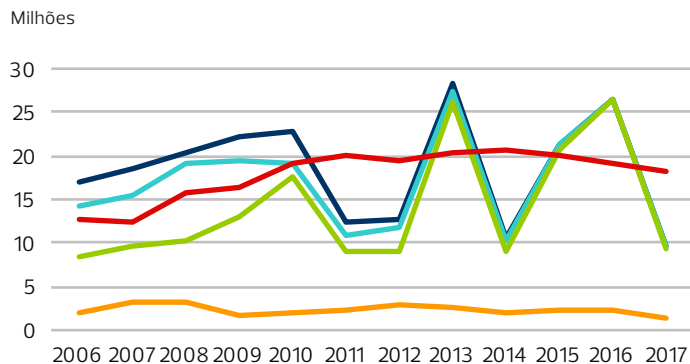
Alenquer

43 267
HABITANTES



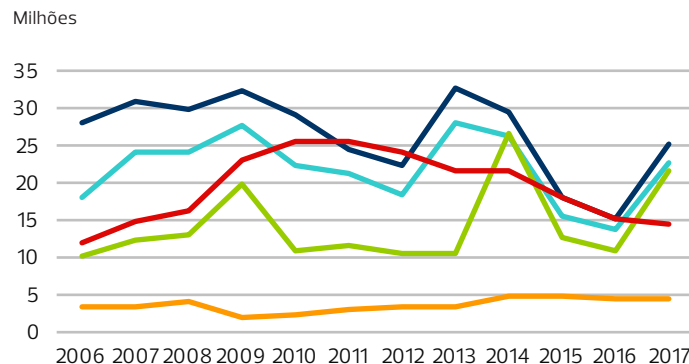
Alfândega da Fé

5 104
HABITANTES



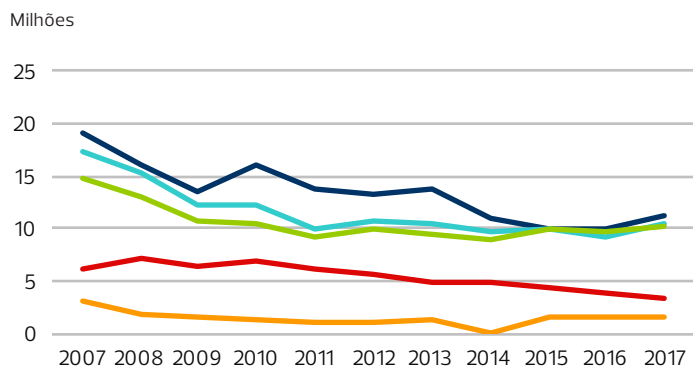
Alijó

11 942
HABITANTES



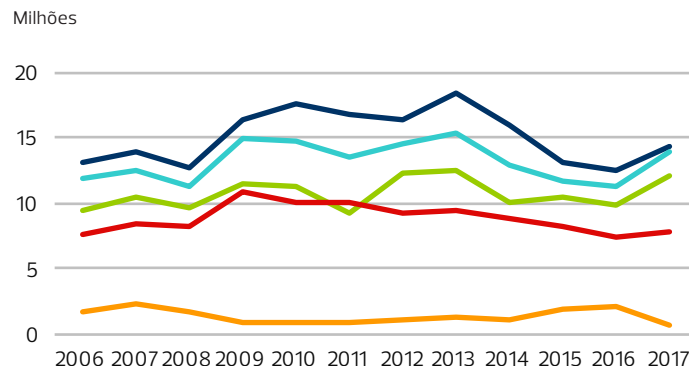
Aljezur

5 884
HABITANTES



Aljustrel

9 257
HABITANTES



- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande

>100 000 hab.

Médio

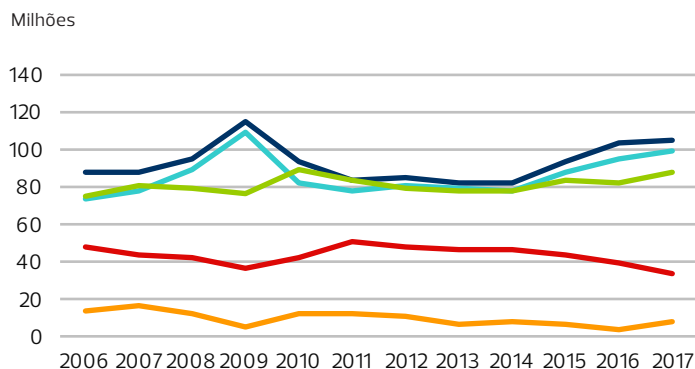
<100 000 hab.

Pequeno

<20 000 hab.

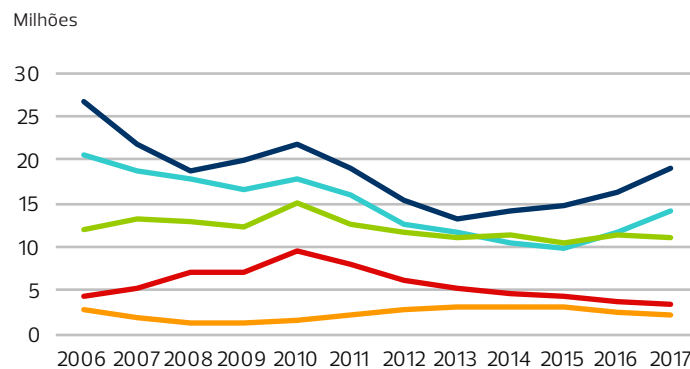
Almada

174 030
HABITANTES



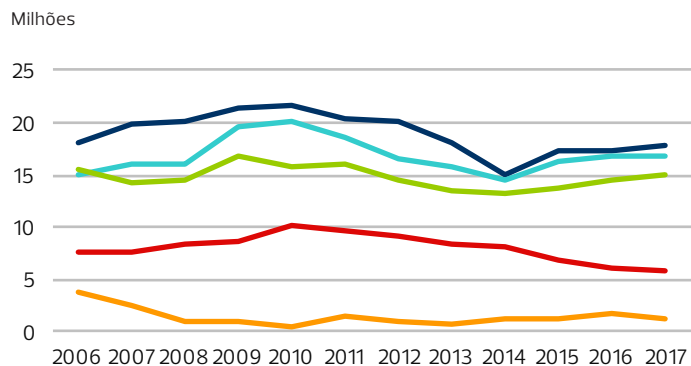
Almeida

7 242
HABITANTES



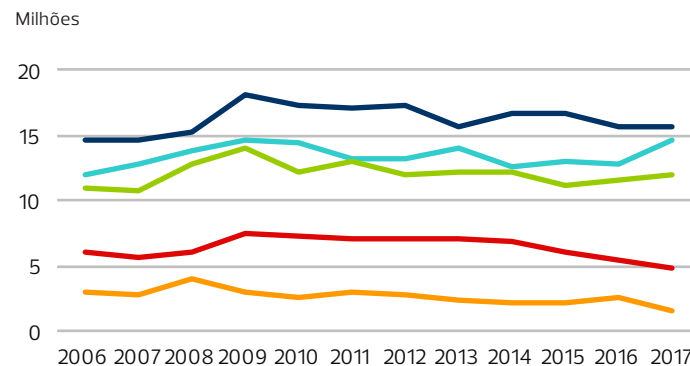
Almeirim

23 376
HABITANTES



Almodôvar

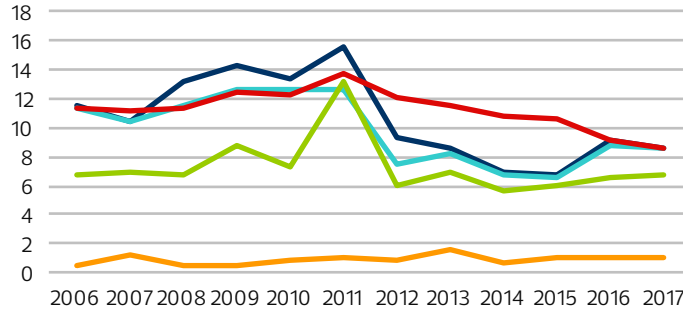
7 449
HABITANTES



Alpiarça

7 702
HABITANTES

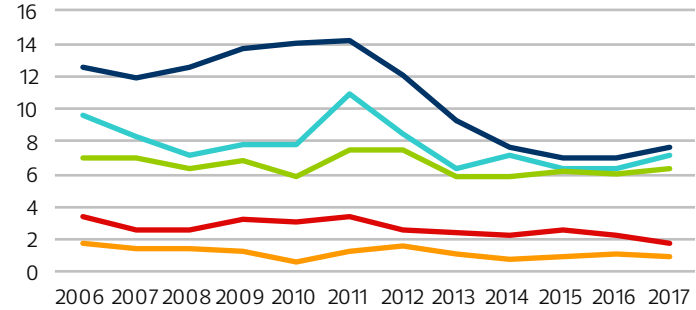
Milhões



Alter do Chão

3 562
HABITANTES

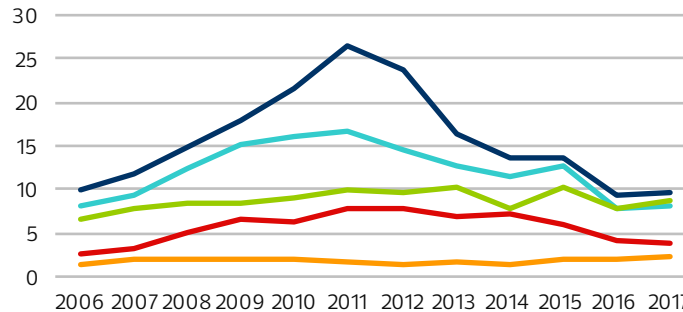
Milhões



Alvaiázere

7 287
HABITANTES

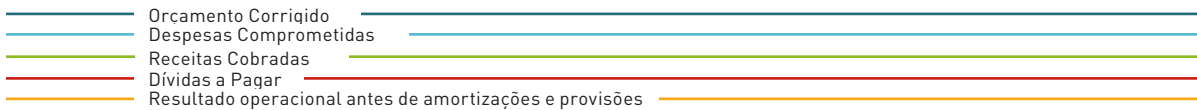
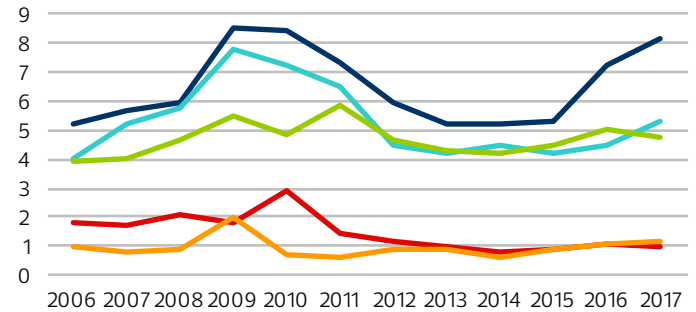
Milhões



Alvito

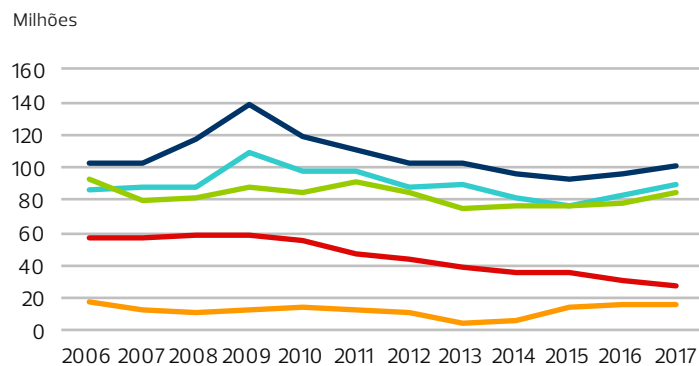
2 504
HABITANTES

Milhões



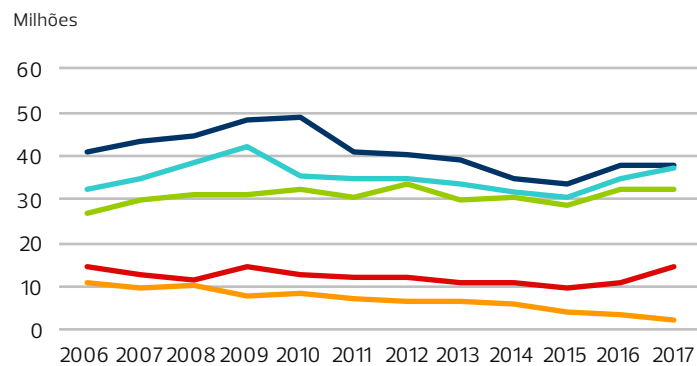
Amadora

175 136
HABITANTES



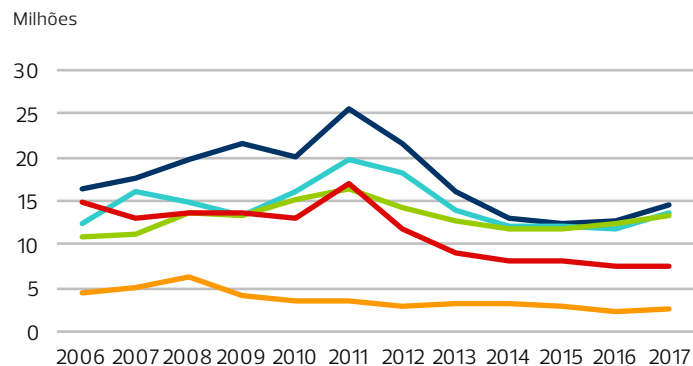
Amarante

56 264
HABITANTES



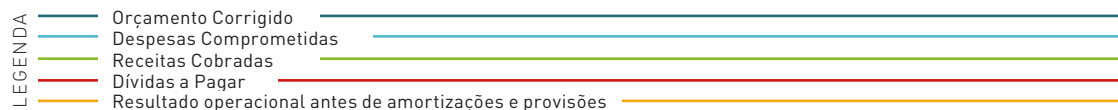
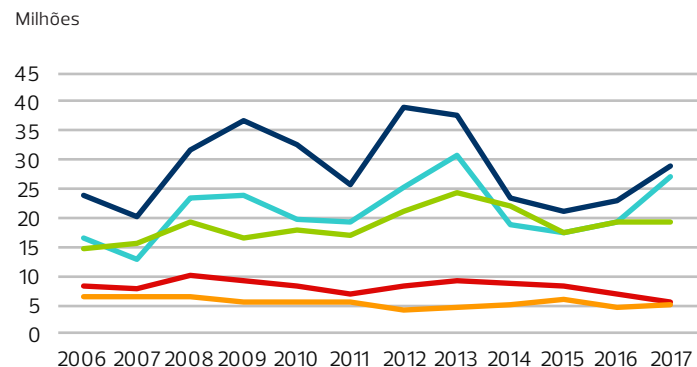
Amares

18 889
HABITANTES



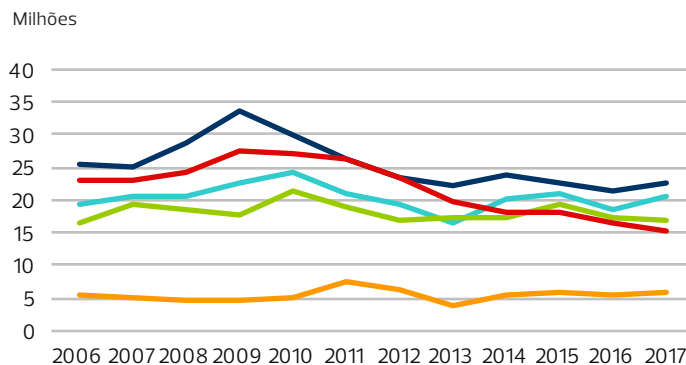
Anadia

29 150
HABITANTES



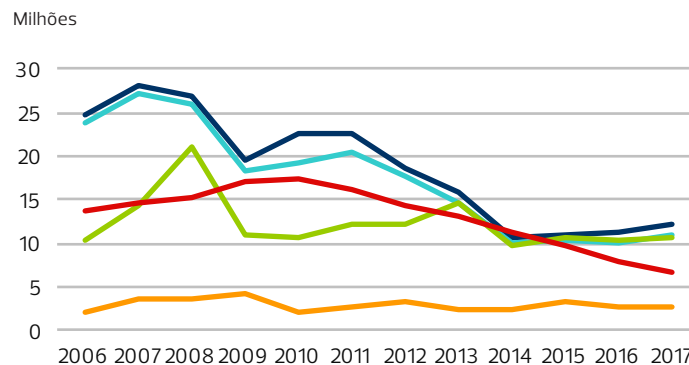
Angra do Heroísmo

35 402
HABITANTES



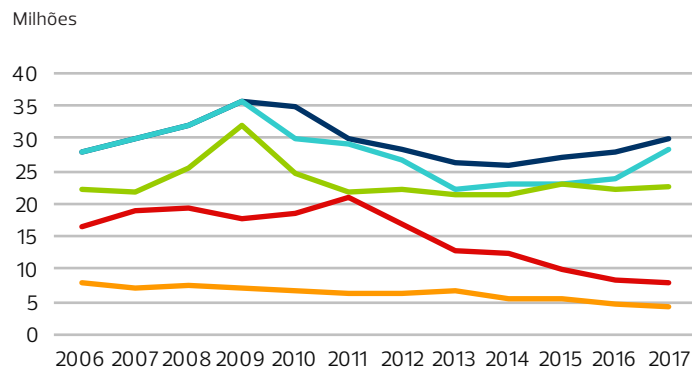
Ansião

13 128
HABITANTES



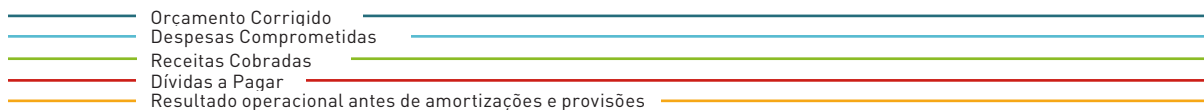
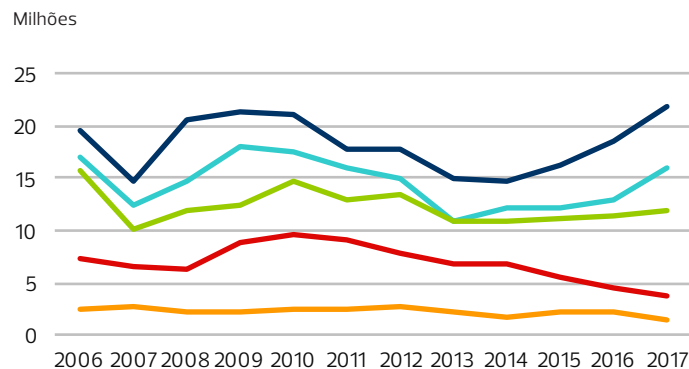
Arcos de Valdevez

22 847
HABITANTES



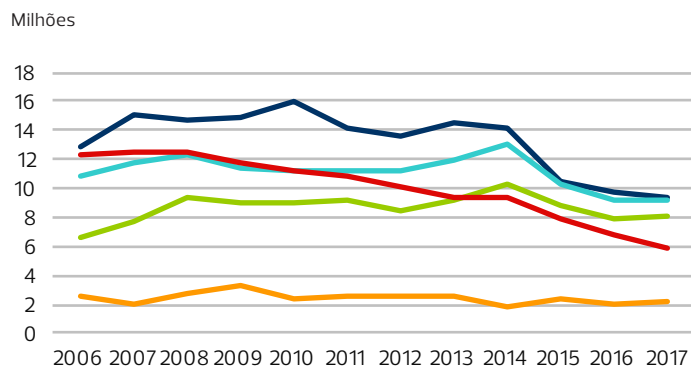
Arganil

12 145
HABITANTES



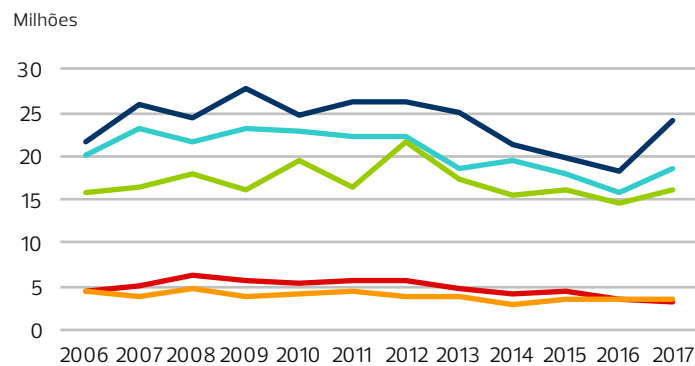
Armamar

6 297
HABITANTES



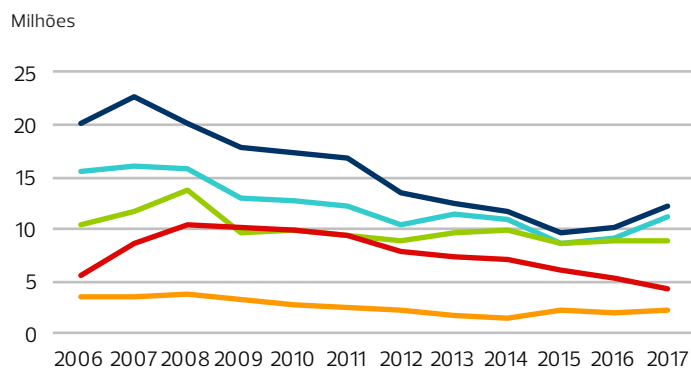
Arouca

22 359
HABITANTES



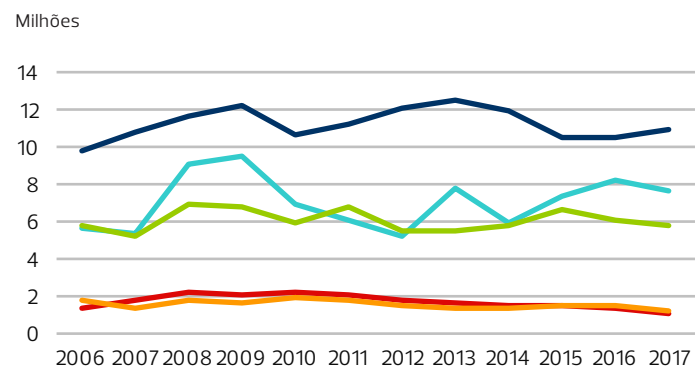
Arraiolos

7 363
HABITANTES



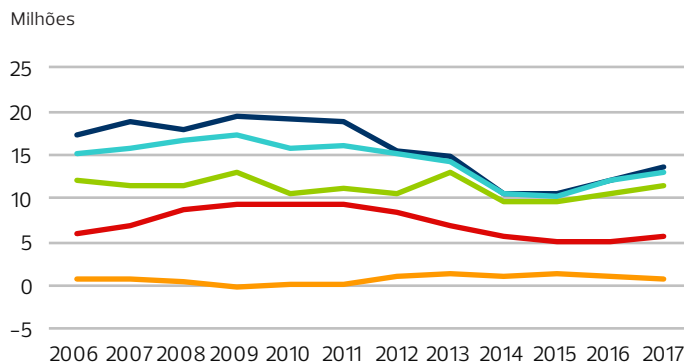
Arronches

3 165
HABITANTES



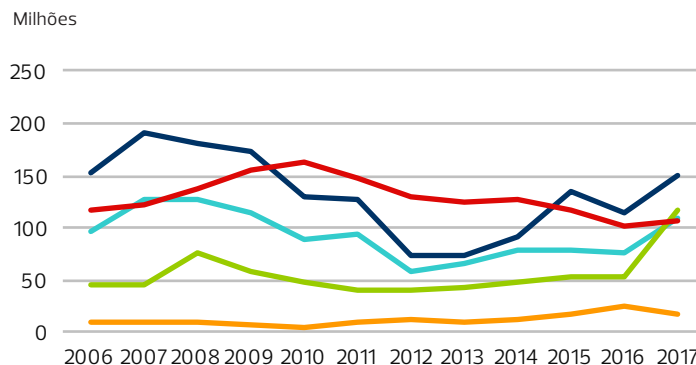
Arruda dos Vinhos

13 391
HABITANTES



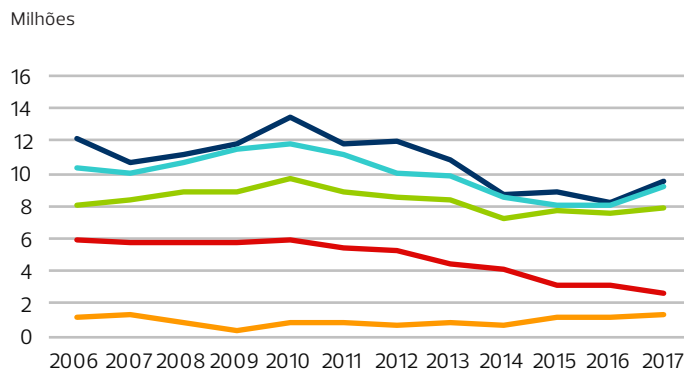
Aveiro

78 450
HABITANTES



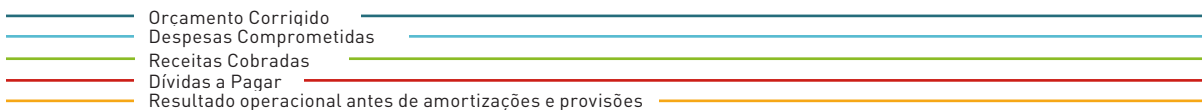
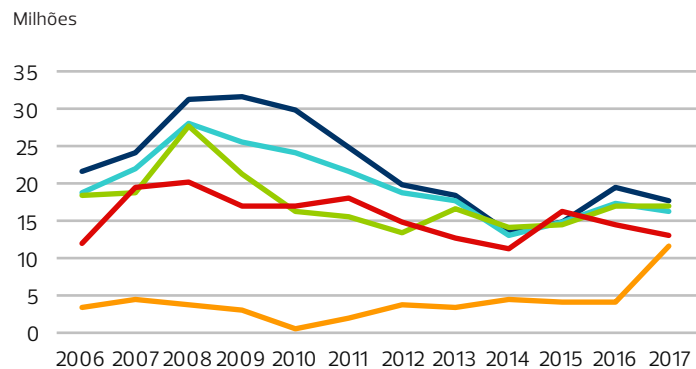
Avis

4 571
HABITANTES



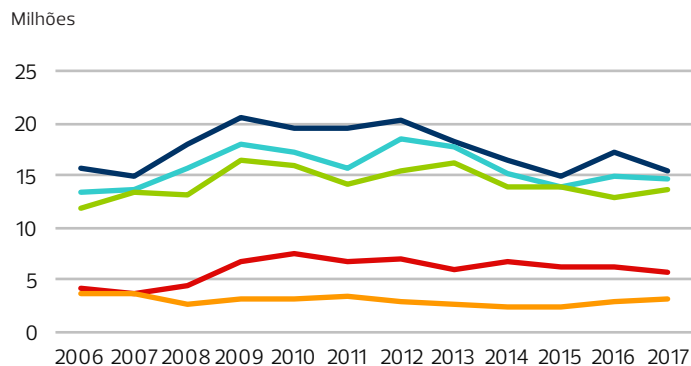
Azambuja

21 814
HABITANTES



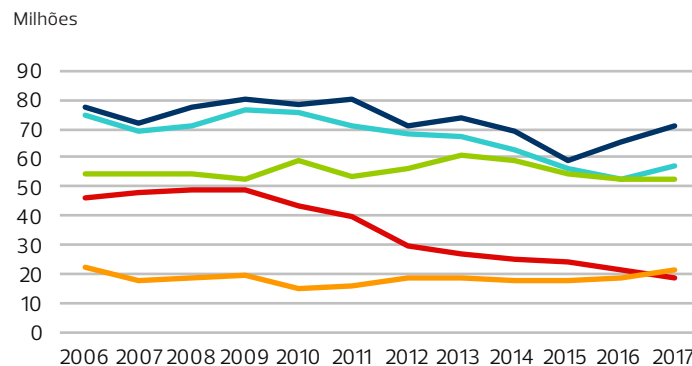
Baião

20 522
HABITANTES



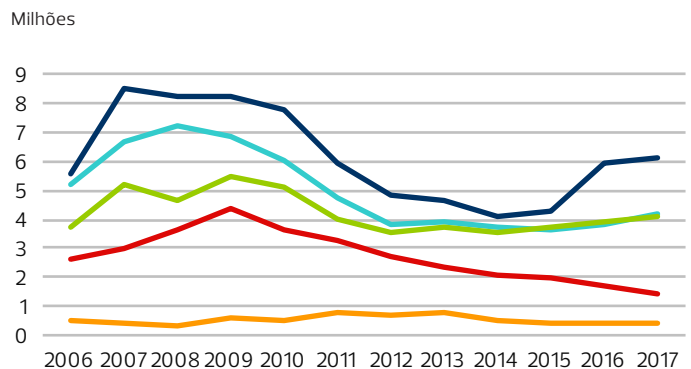
Barcelos

120 391
HABITANTES



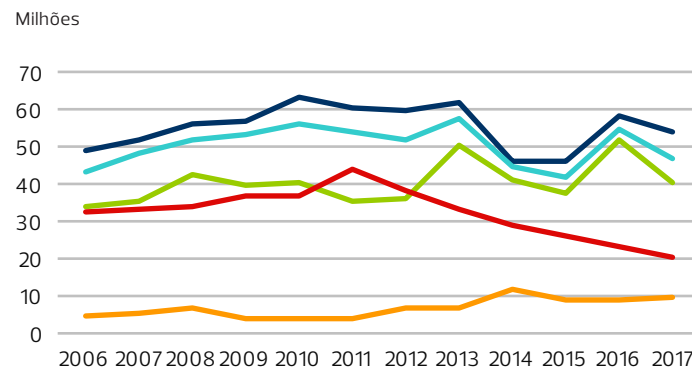
Barrancos

1 834
HABITANTES



Barreiro

78 764
HABITANTES

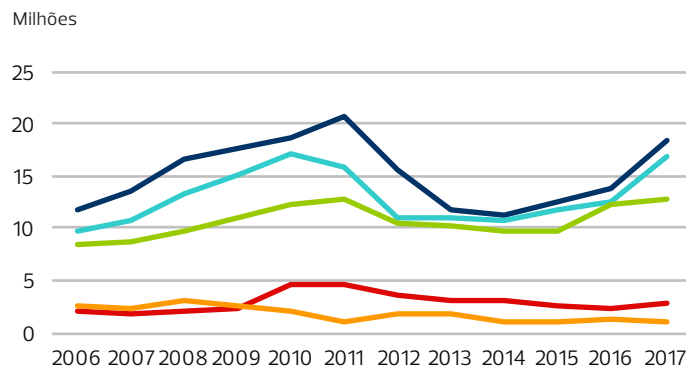


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
 - Despesas Comprometidas
 - Receitas Cobradas
 - Dívidas a Pagar
 - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

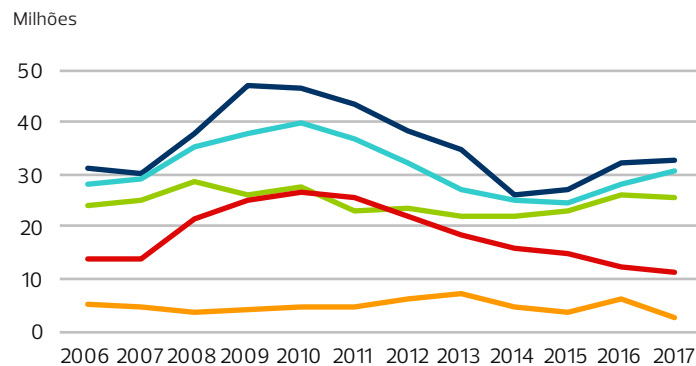
Batalha

15 805
HABITANTES



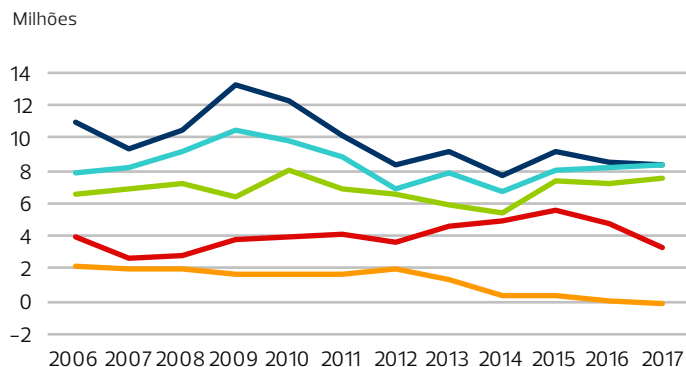
Beja

35 854
HABITANTES



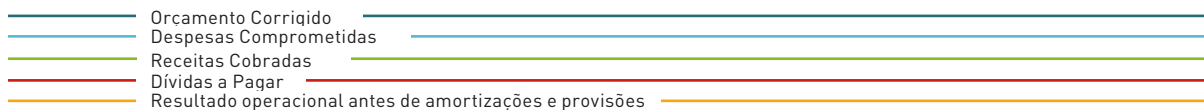
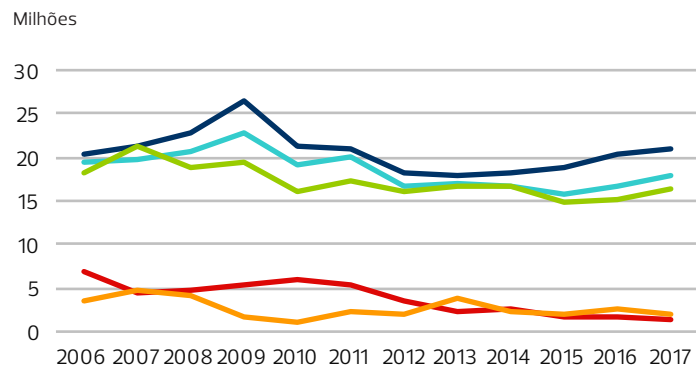
Belmonte

6 859
HABITANTES



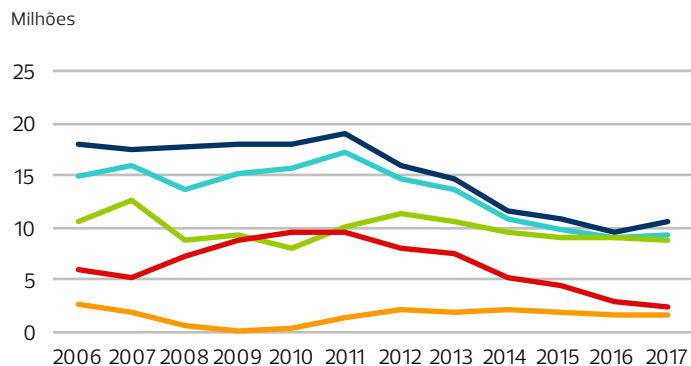
Benavente

29 019
HABITANTES



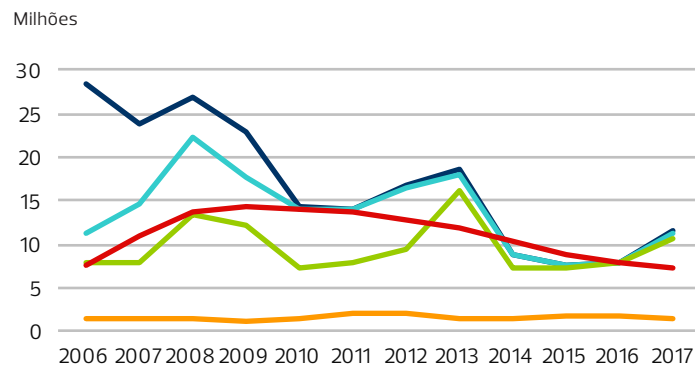
Bombarral

13 193
HABITANTES



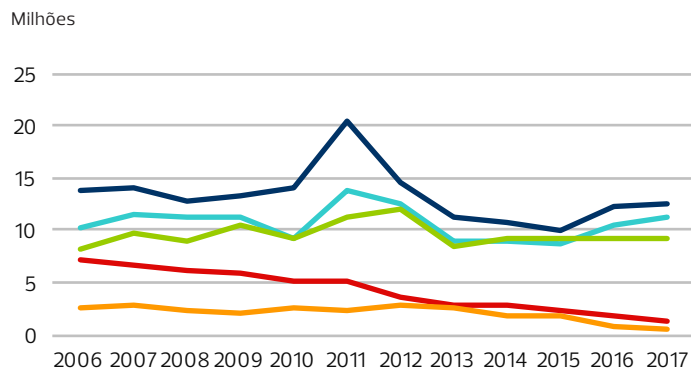
Borba

7 333
HABITANTES



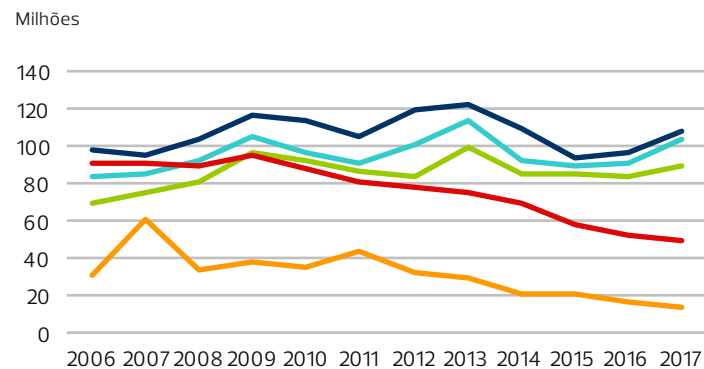
Boticas

5 750
HABITANTES



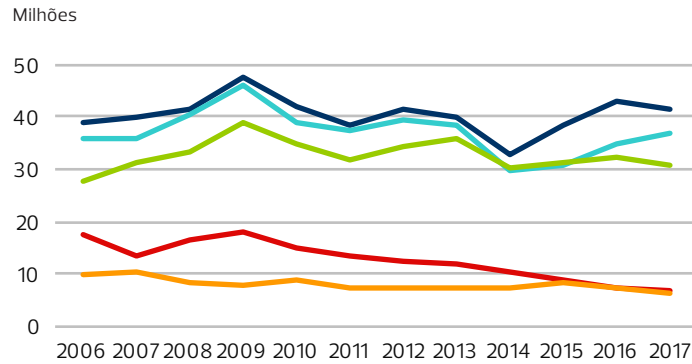
Braga

181 494
HABITANTES



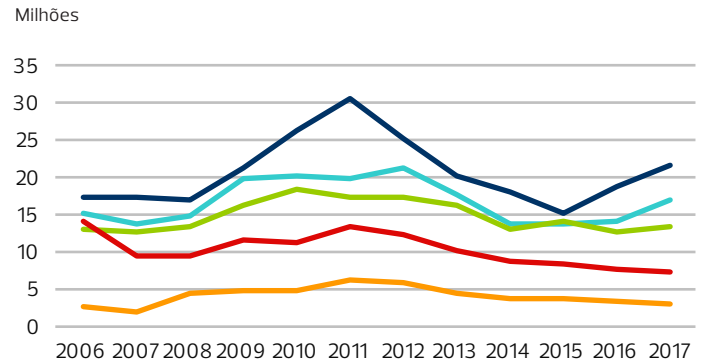
Bragança

35 341
HABITANTES



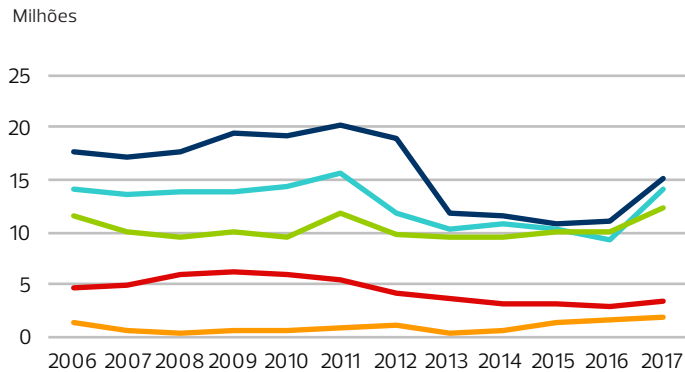
Cabeceiras de Basto

16 710
HABITANTES



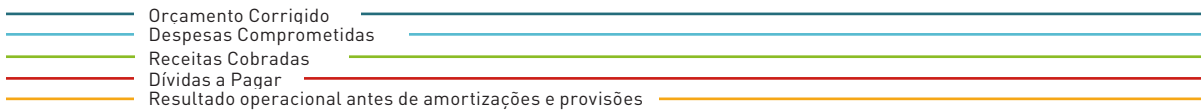
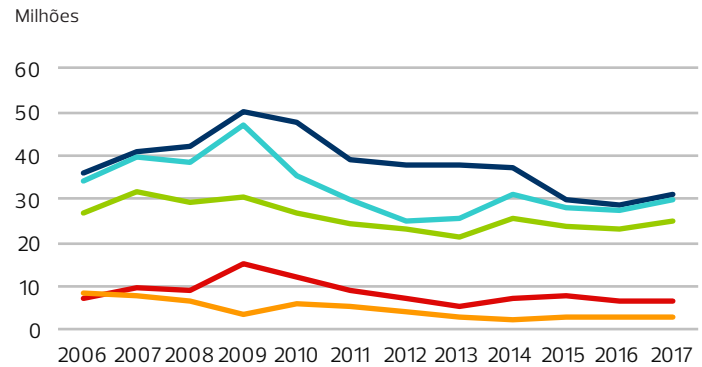
Cadaval

14 228
HABITANTES



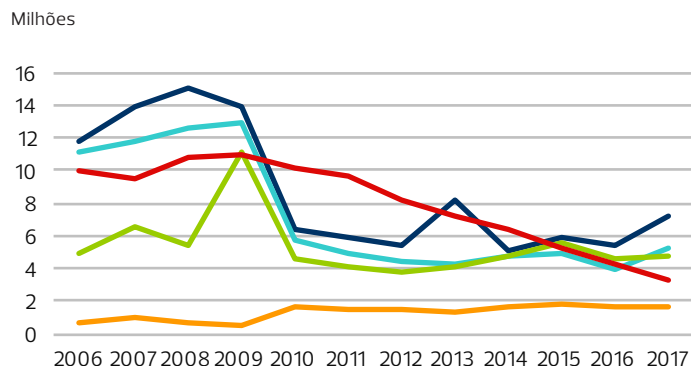
Caldas da Rainha

51 729
HABITANTES



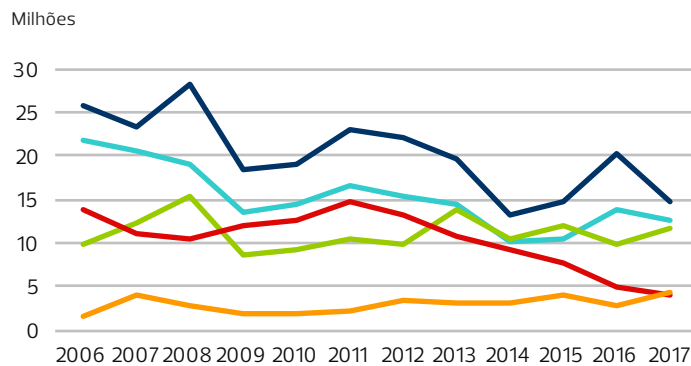
Calheta (R. A. A.)

3 773
HABITANTES



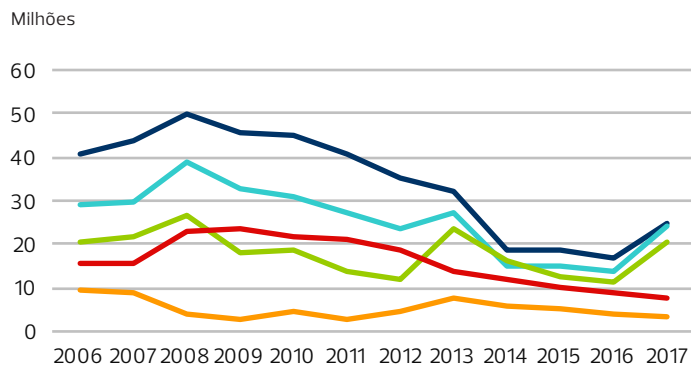
Calheta (R. A. M.)

11 521
HABITANTES



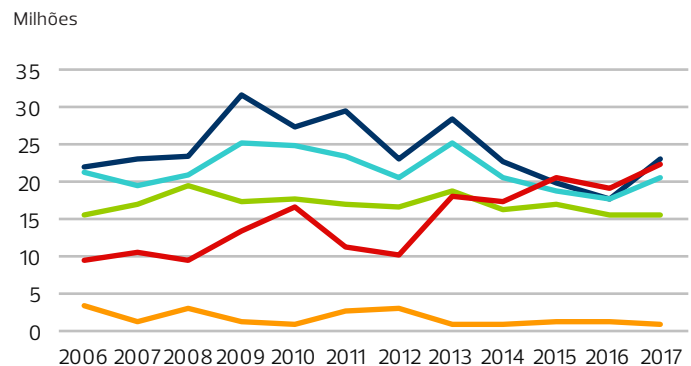
Câmara de Lobos

35 666
HABITANTES



Caminha

16 684
HABITANTES

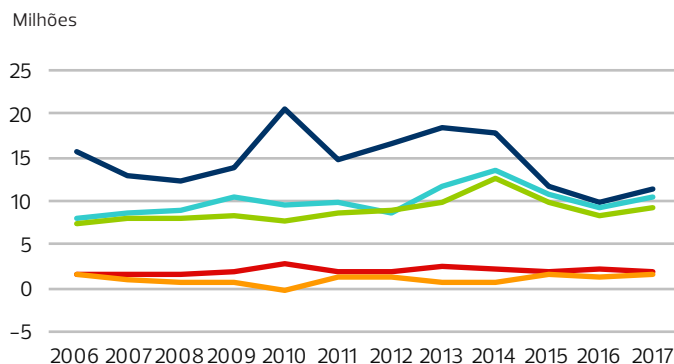


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
 - Despesas Comprometidas
 - Receitas Cobradas
 - Dívidas a Pagar
 - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

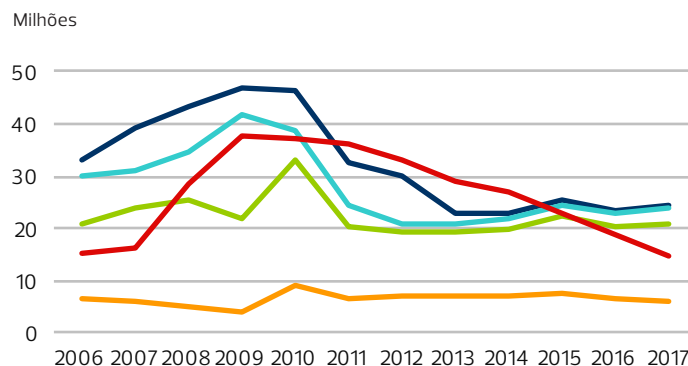
Campo Maior

8 456
HABITANTES



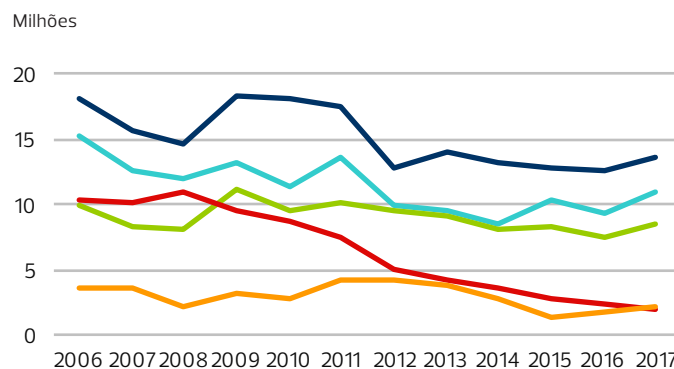
Cantanhede

36 595
HABITANTES



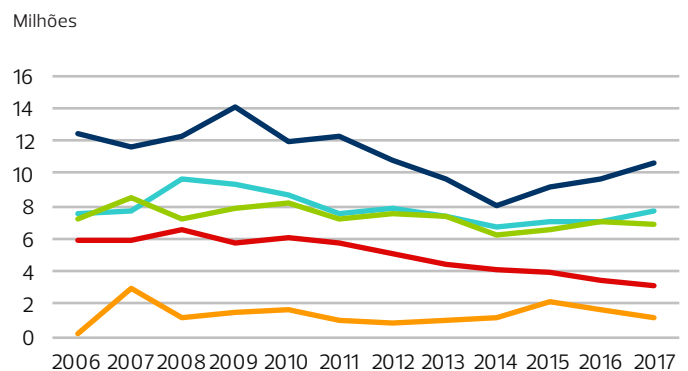
Carraceda de Ansiães

6 373
HABITANTES



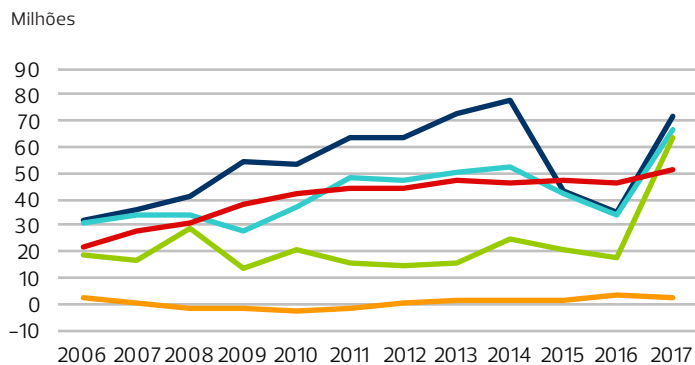
Carregal do Sal

9 835
HABITANTES



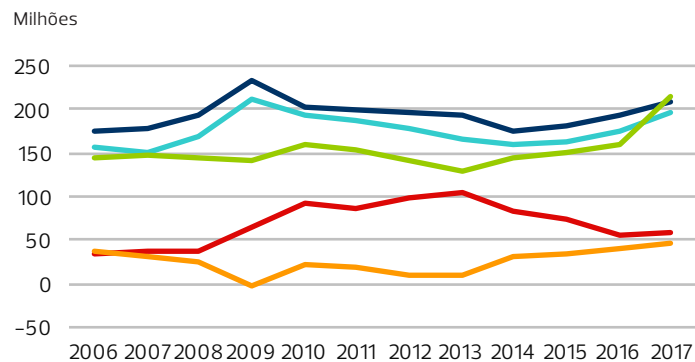
Cartaxo

24 462
HABITANTES



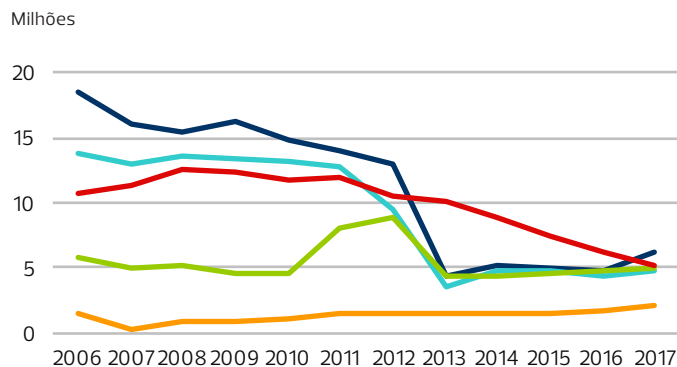
Cascais

206 479
HABITANTES



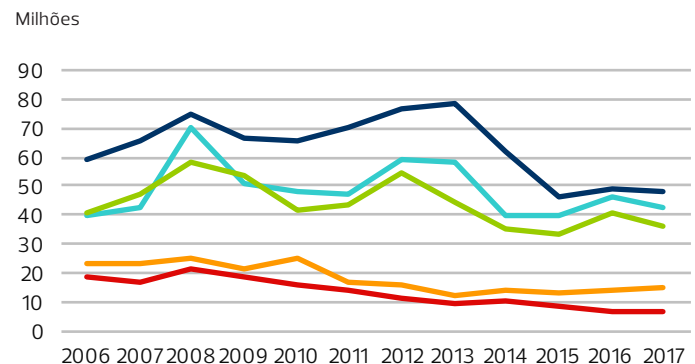
Castanheira de Pêra

3 191
HABITANTES



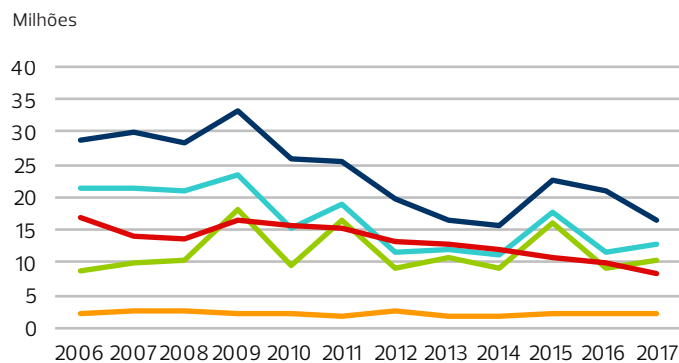
Castelo Branco

56 109
HABITANTES



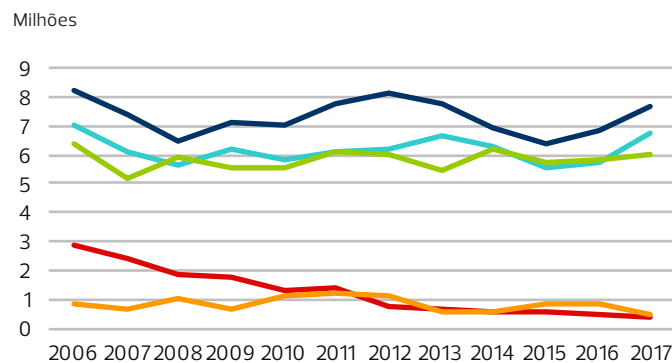
Castelo de Paiva

16 733
HABITANTES



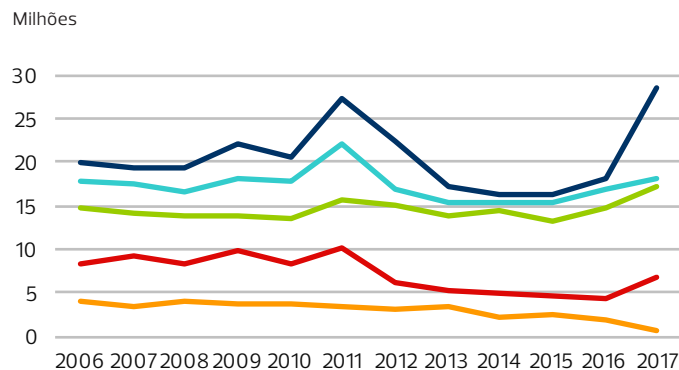
Castelo de Vide

3 407
HABITANTES



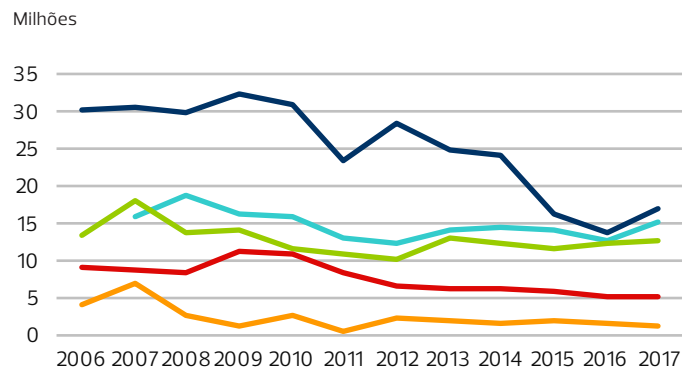
Castro Daire

15 339
HABITANTES



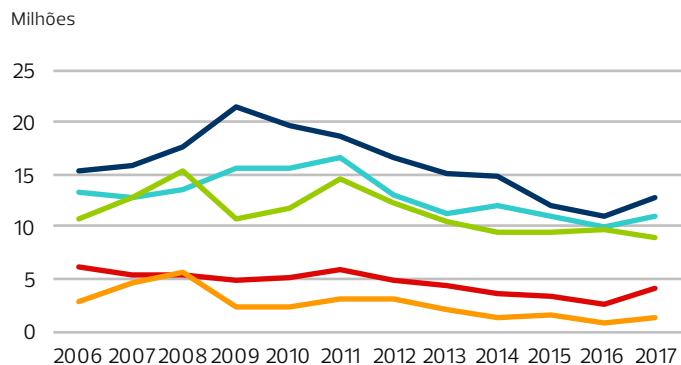
Castro Marim

6 747
HABITANTES



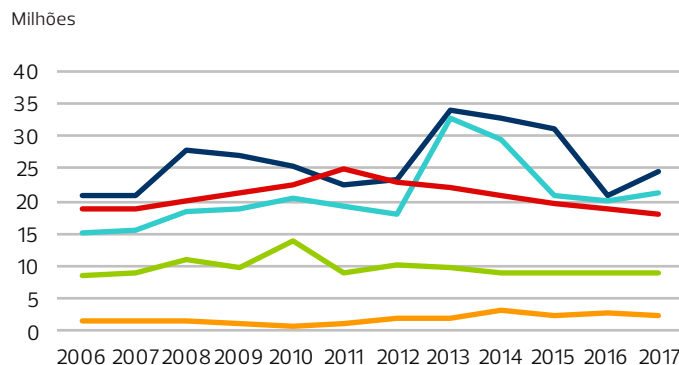
Castro Verde

7 276
HABITANTES



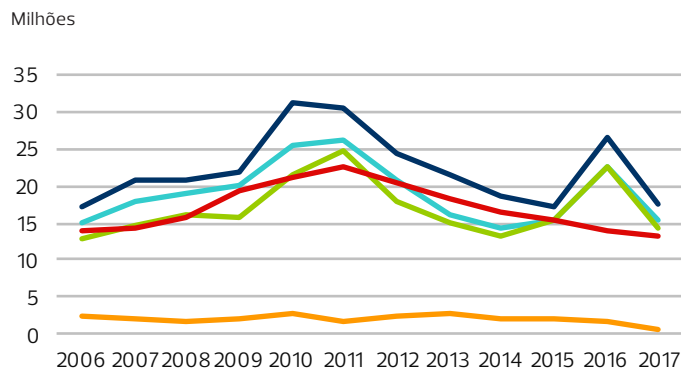
Celorico da Beira

7 693
HABITANTES



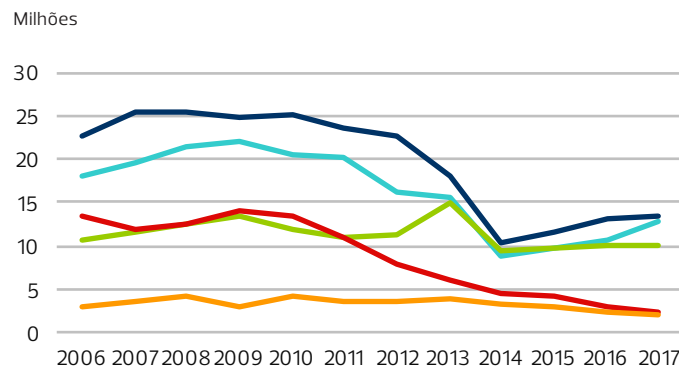
Celorico de Basto

20 098
HABITANTES



Chamusca

10 120
HABITANTES

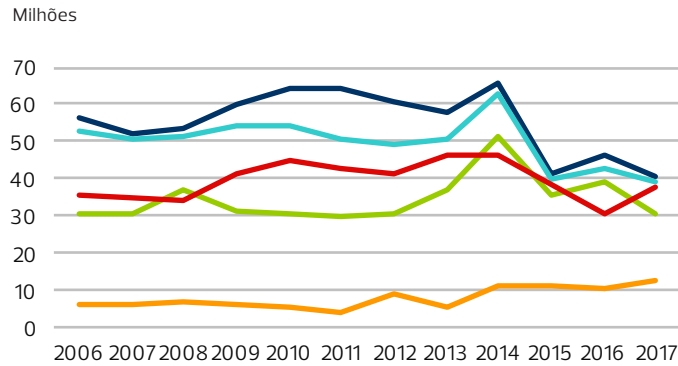


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
 - Despesas Comprometidas
 - Receitas Cobradas
 - Dívidas a Pagar
 - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

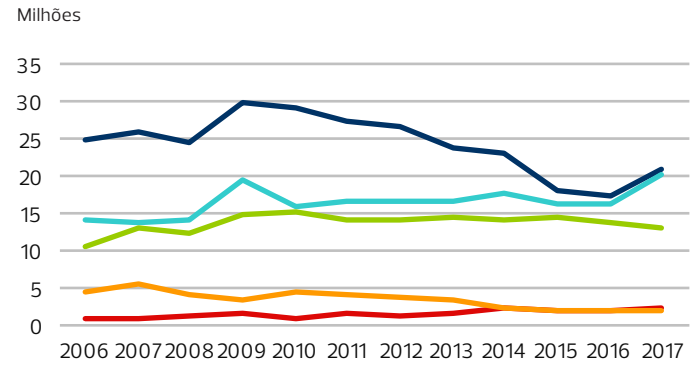
Chaves

41 243
HABITANTES



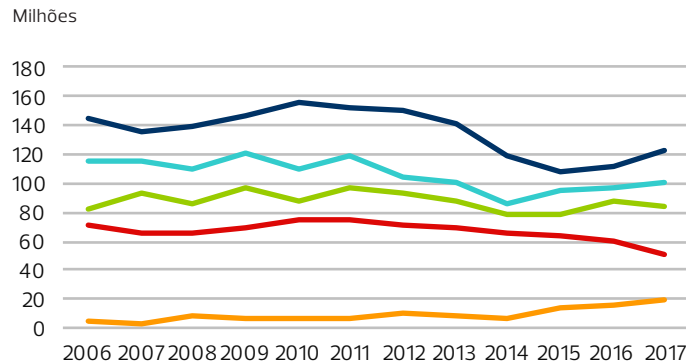
Cinfães

20 427
HABITANTES



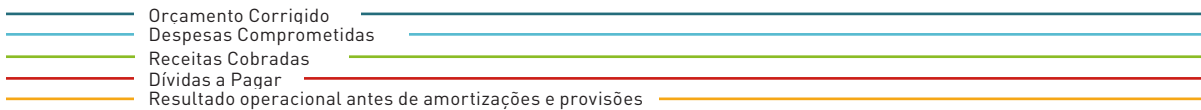
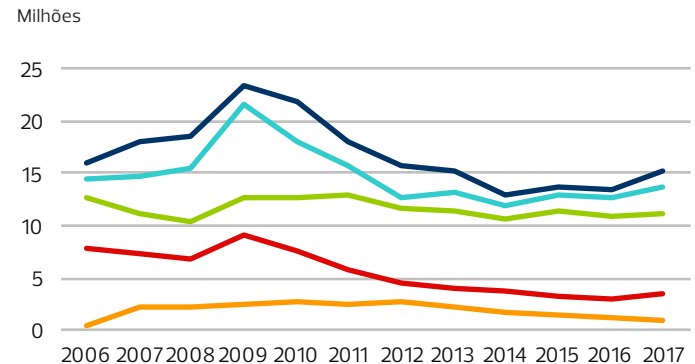
Coimbra

143 396
HABITANTES



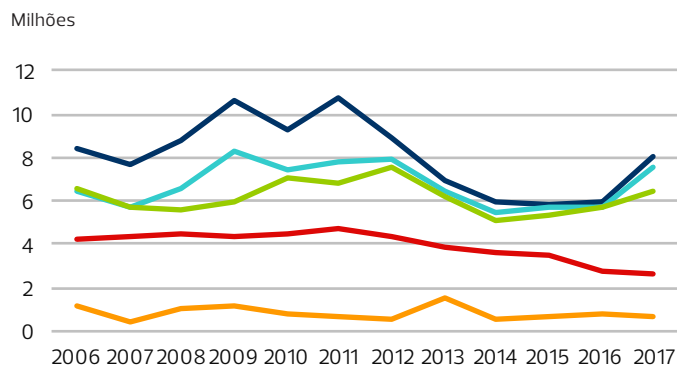
Condeixa-a-Nova

17 078
HABITANTES



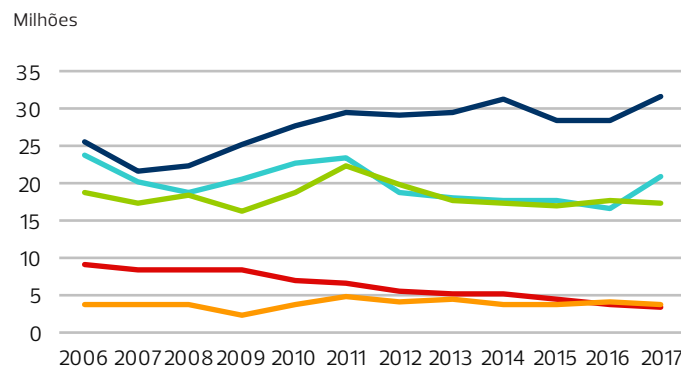
Constância

4 056
HABITANTES



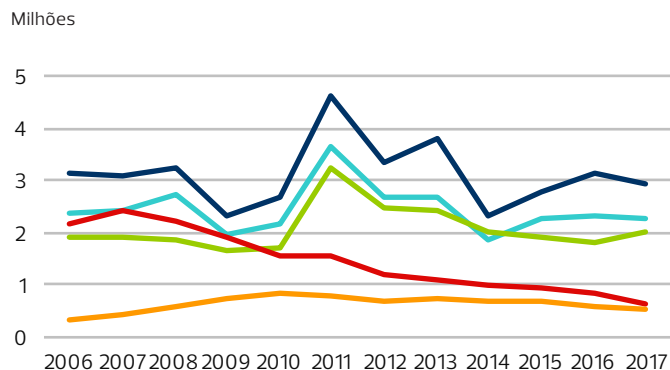
Coruche

19 944
HABITANTES



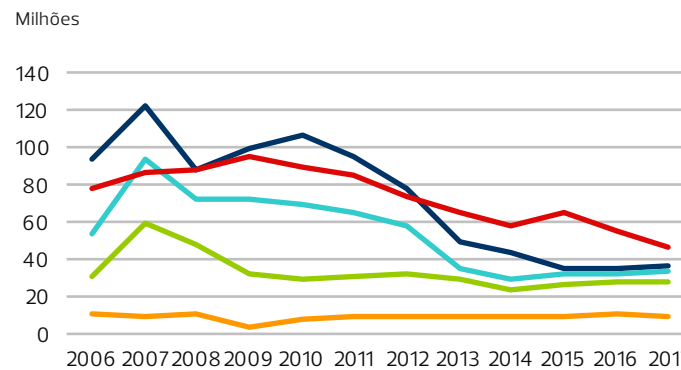
Corvo

430
HABITANTES



Covilhã

51 797
HABITANTES

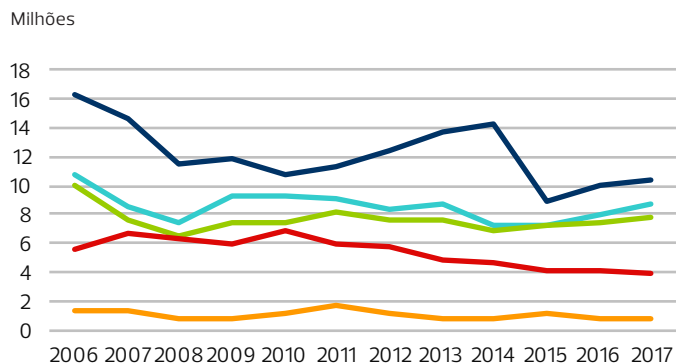


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
 - Despesas Comprometidas
 - Receitas Cobradas
 - Dívidas a Pagar
 - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

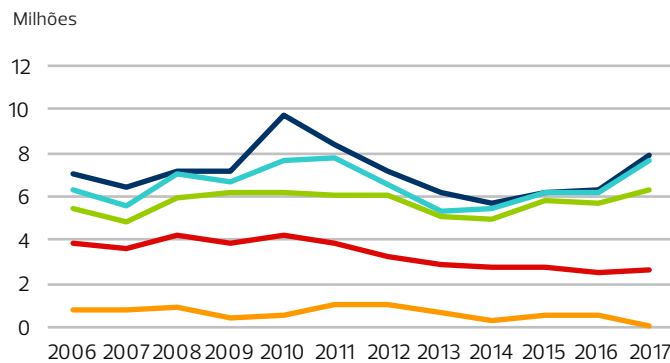
Crato

3 708
HABITANTES



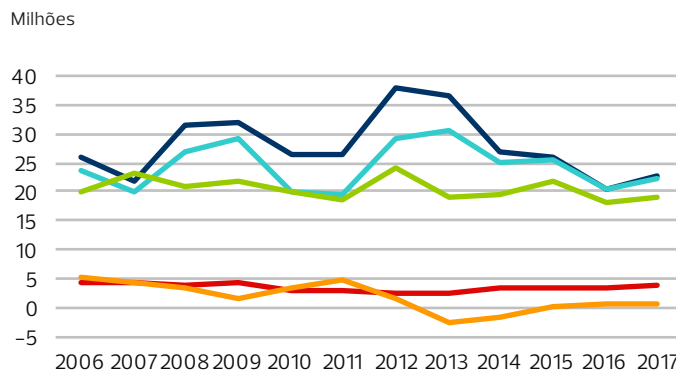
Cuba

4 878
HABITANTES



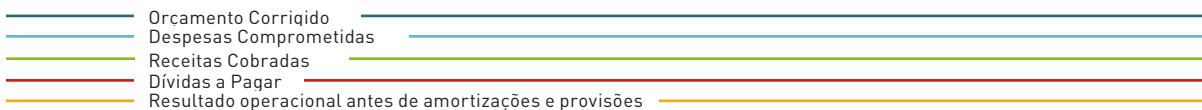
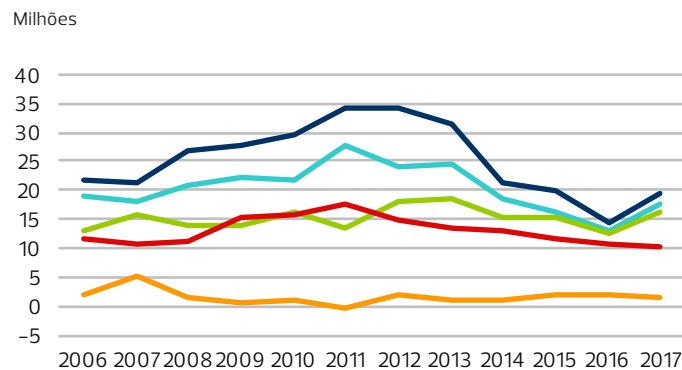
Elvas

23 078
HABITANTES



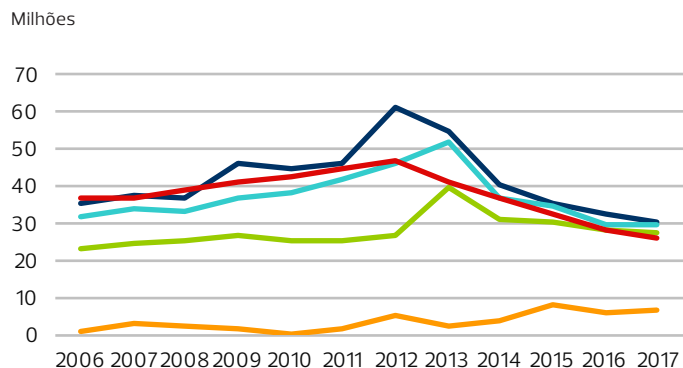
Entroncamento

20 206
HABITANTES



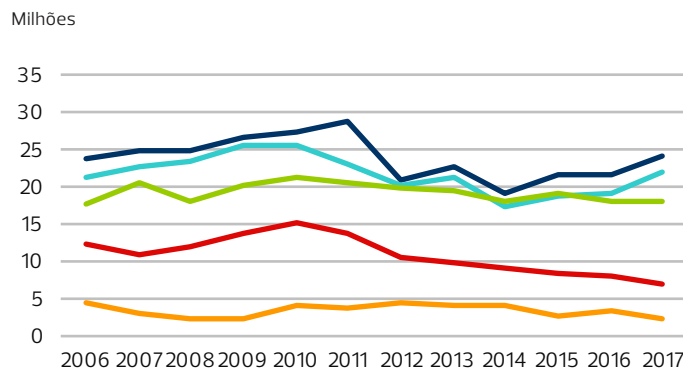
Espinho

31 786
HABITANTES



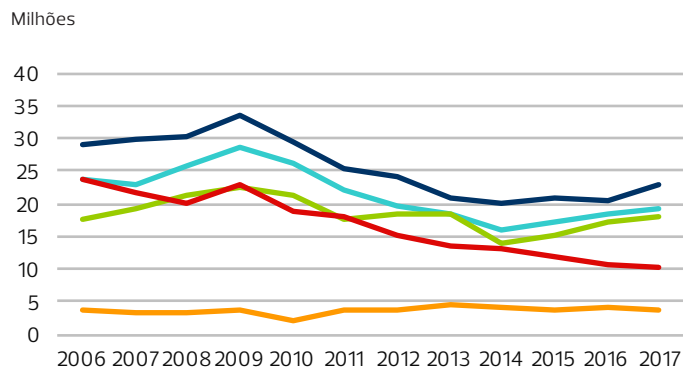
Esposende

34 254
HABITANTES



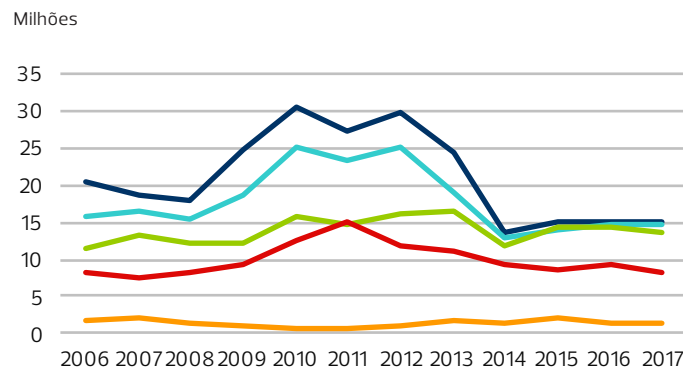
Estarreja

26 997
HABITANTES



Estremoz

14 318
HABITANTES

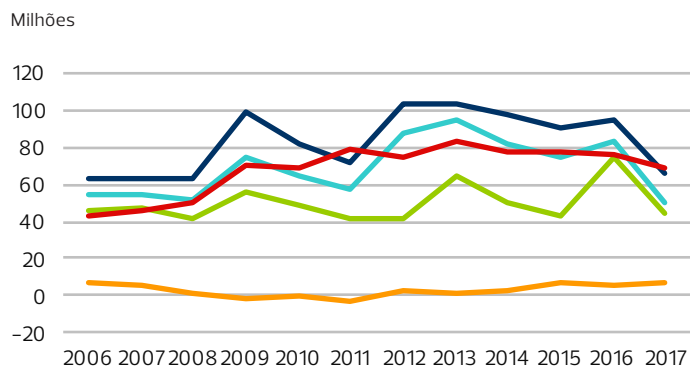


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
 - Despesas Comprometidas
 - Receitas Cobradas
 - Dívidas a Pagar
 - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

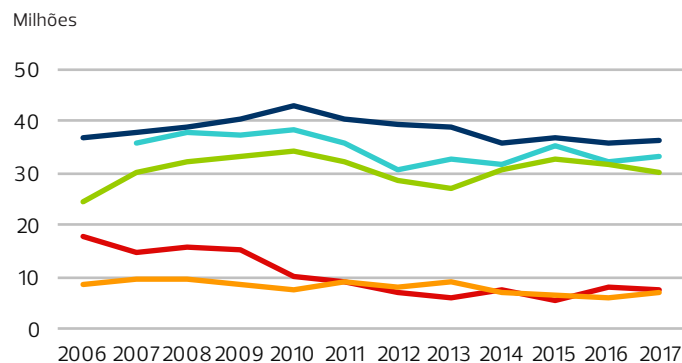
Évora

56 596
HABITANTES



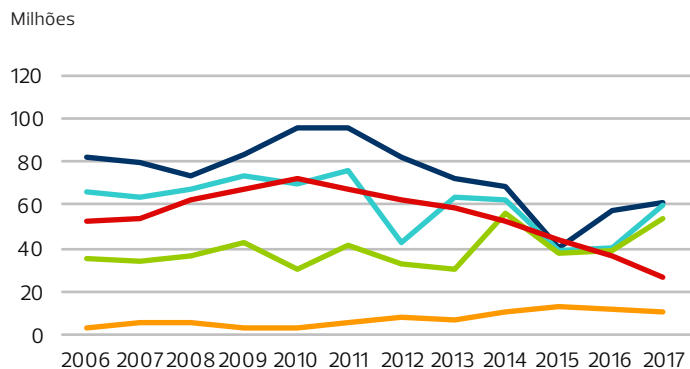
Fafe

50 633
HABITANTES



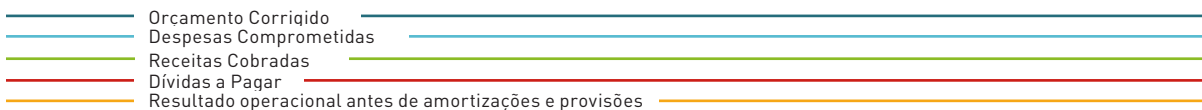
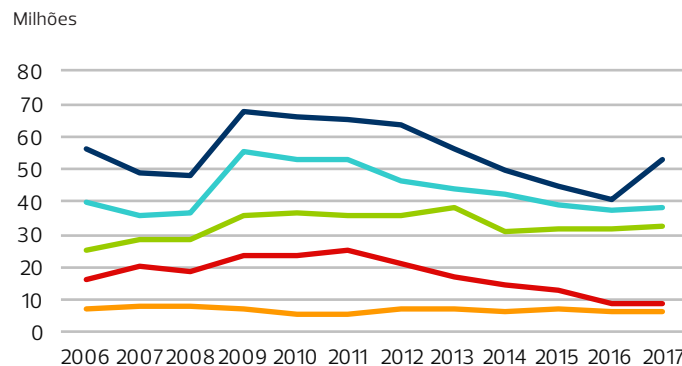
Faro

64 560
HABITANTES



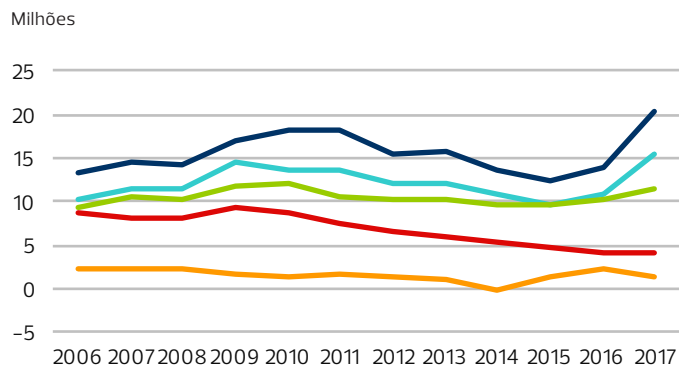
Felgueiras

58 065
HABITANTES



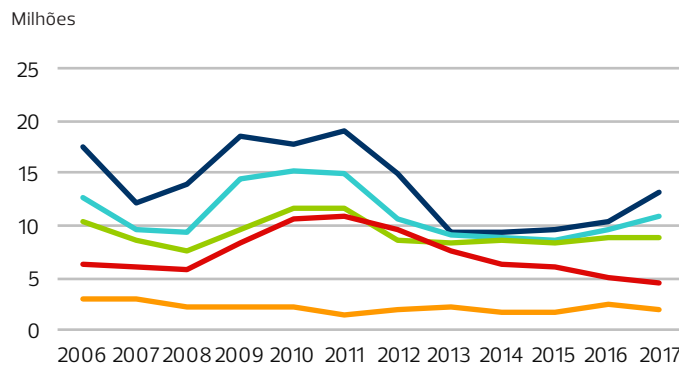
Ferreira do Alentejo

8 255
HABITANTES



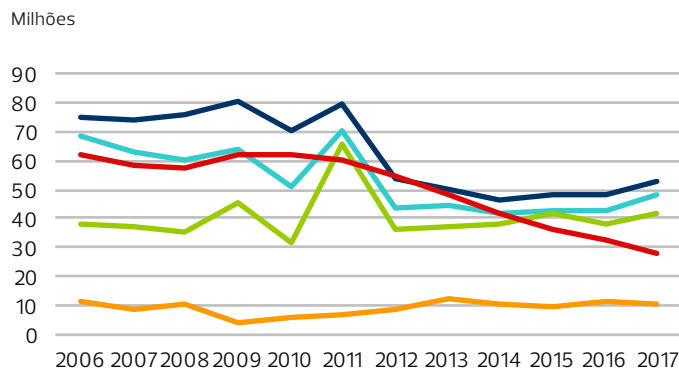
Ferreira do Zêzere

8 619
HABITANTES



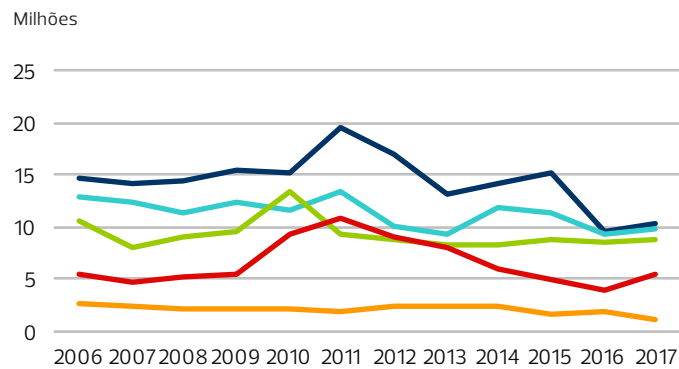
Figueira da Foz

62 125
HABITANTES



Figueira de Castelo Rodrigo

6 260
HABITANTES

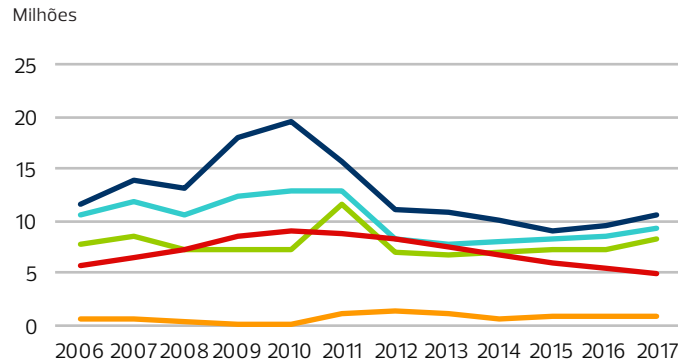


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
 - Despesas Comprometidas
 - Receitas Cobradas
 - Dívidas a Pagar
 - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

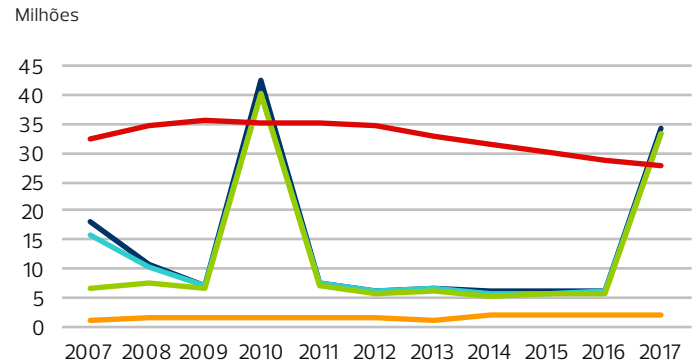
Figueiró dos Vinhos

6 169
HABITANTES



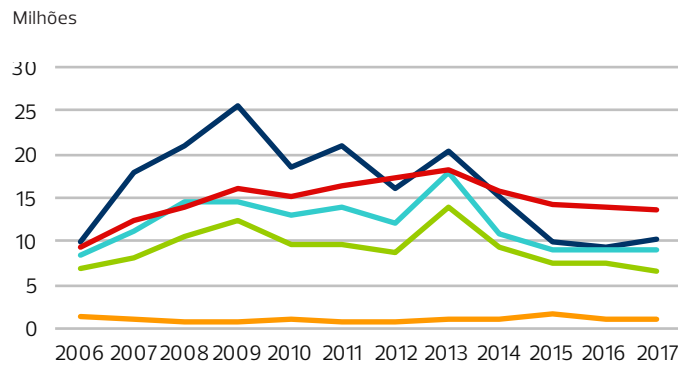
Fornos de Algodres

4 989
HABITANTES



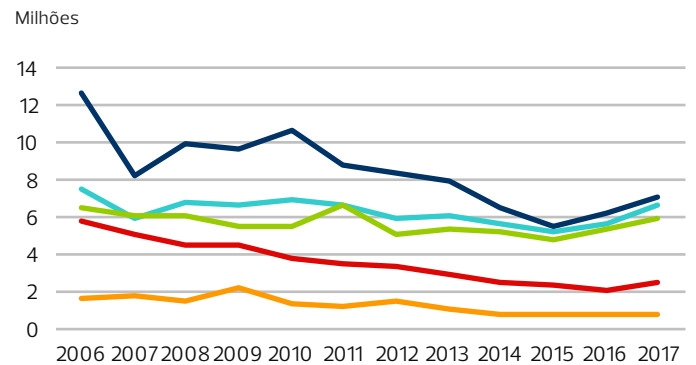
Freixo de Espada à Cinta

3 780
HABITANTES



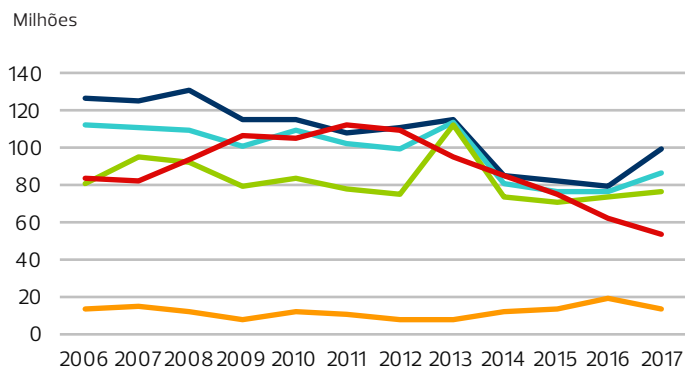
Fronteira

3 410
HABITANTES



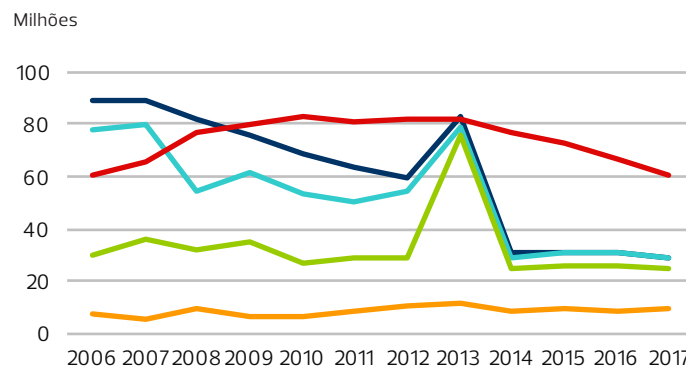
Funchal

111 892
HABITANTES



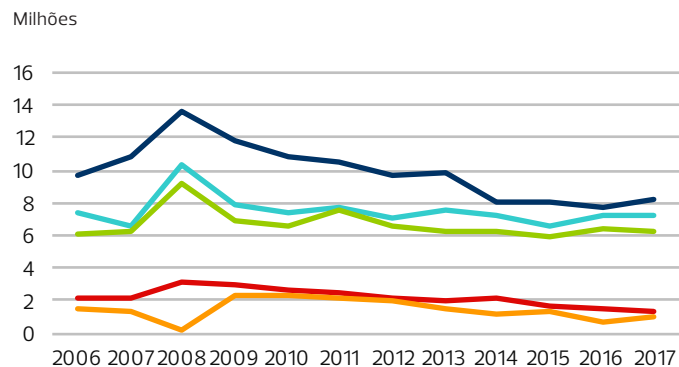
Fundão

29 213
HABITANTES



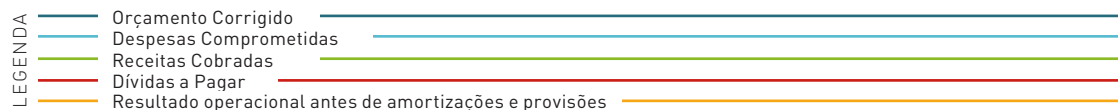
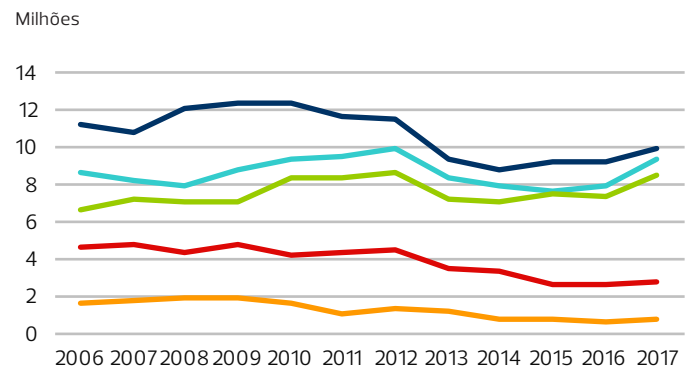
Gavião

4 132
HABITANTES



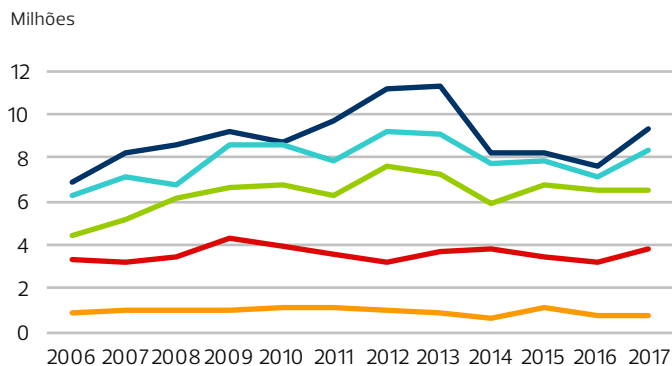
Góis

4 260
HABITANTES



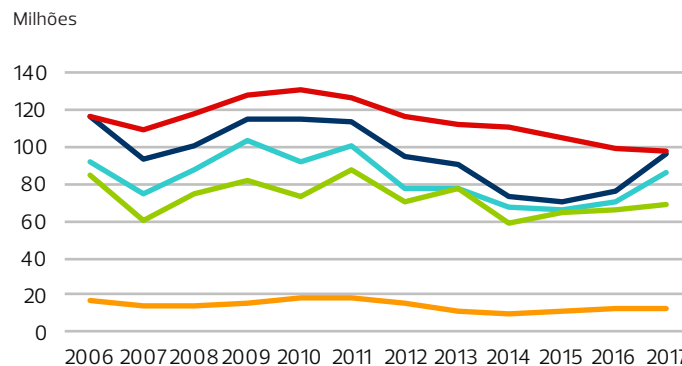
Golegã

5 465
HABITANTES



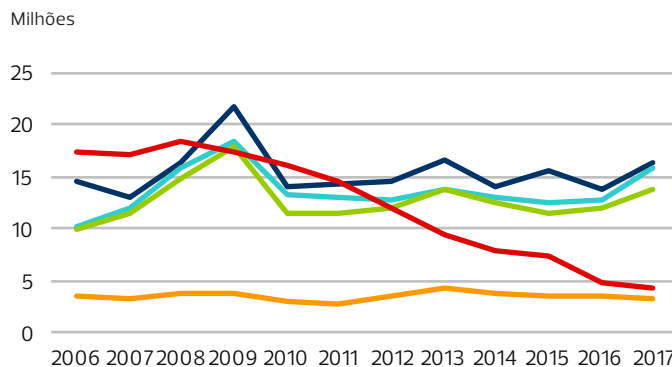
Gondomar

168 027
HABITANTES



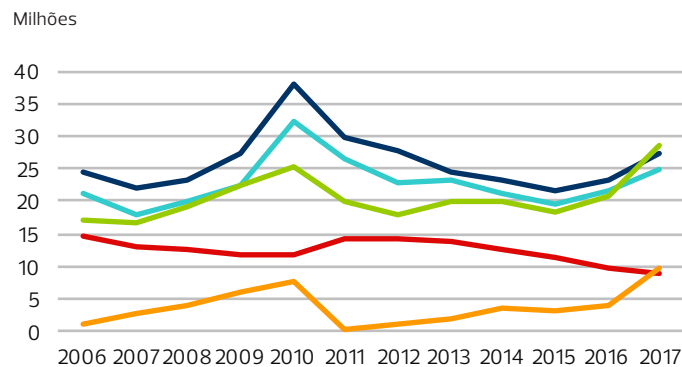
Gouveia

14 046
HABITANTES



Grândola

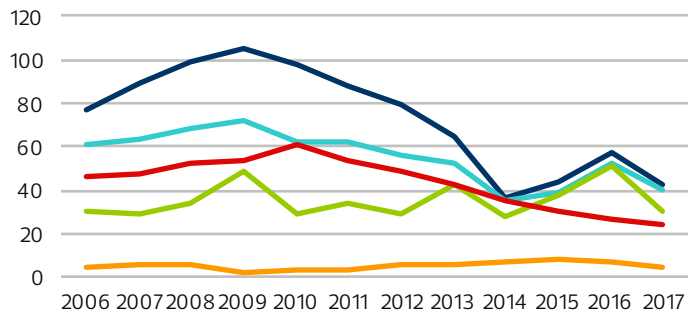
14 826
HABITANTES



Guarda

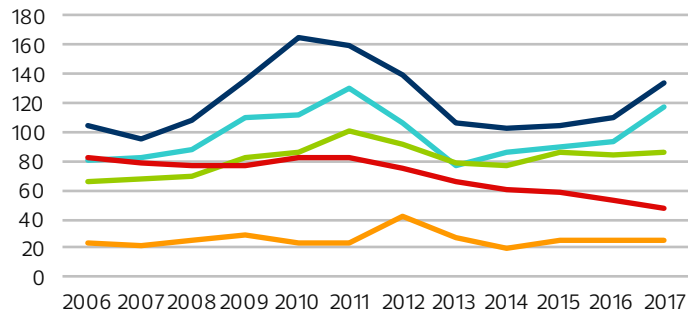
42 541
HABITANTES

Milhões



Guimarães

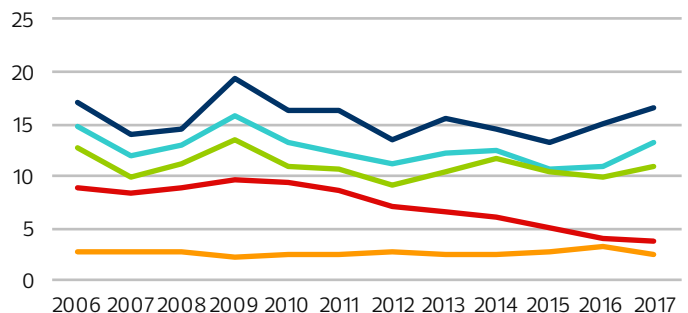
158 124
HABITANTES



Horta

14 994
HABITANTES

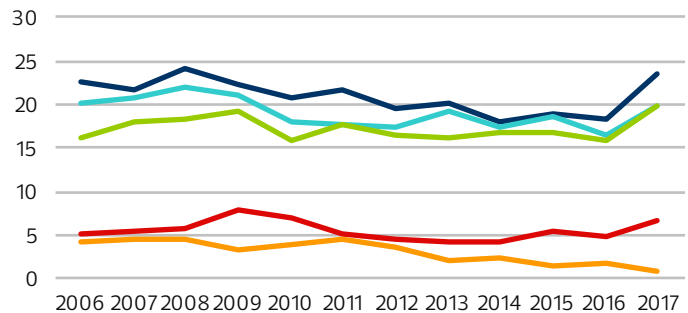
Milhões



Idanha-a-Nova

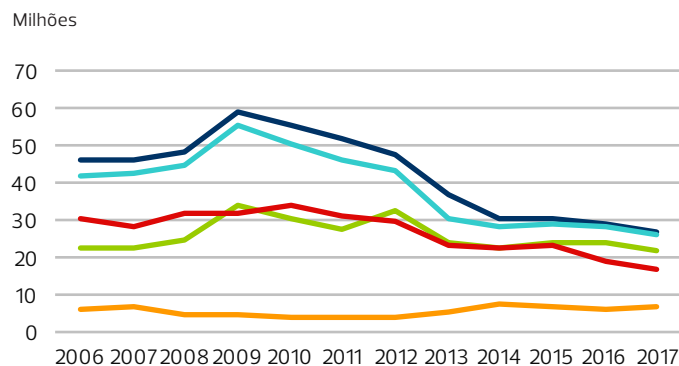
9 716
HABITANTES

Milhões



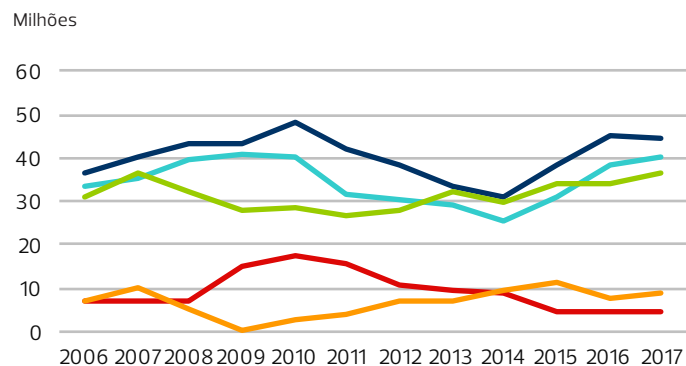
Ílhavo

38 598
HABITANTES



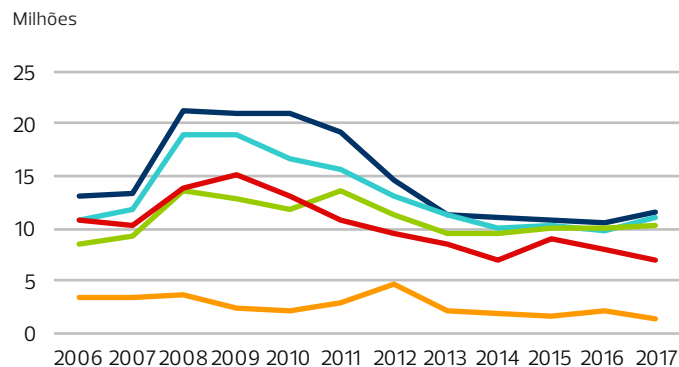
Lagoa (Algarve)

22 975
HABITANTES



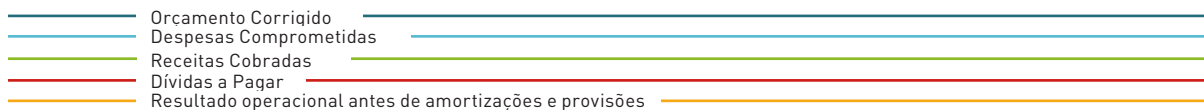
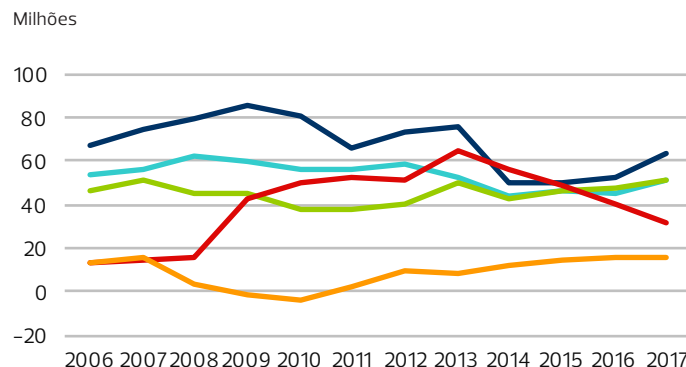
Lagoa (R.A.A)

14 442
HABITANTES



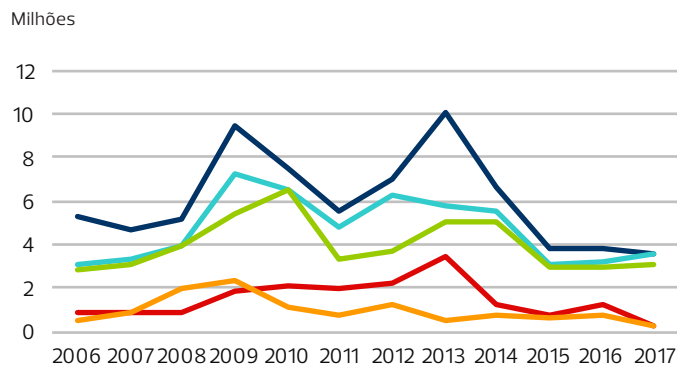
Lagos

31 049
HABITANTES



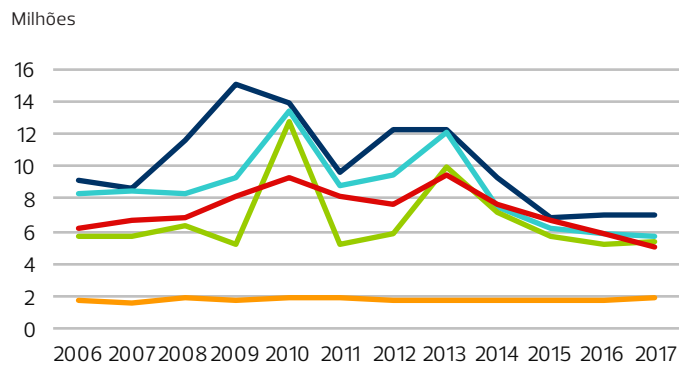
Lajes das Flores

1 504
HABITANTES



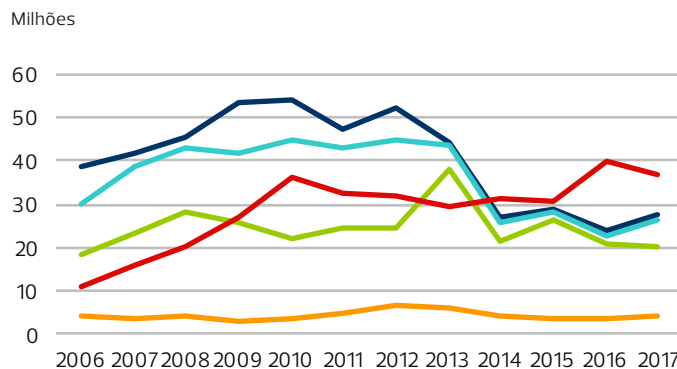
Lajes do Pico

4 711
HABITANTES



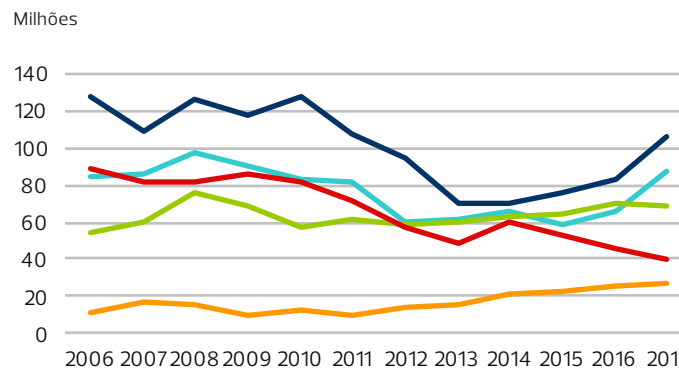
Lamego

26 691
HABITANTES



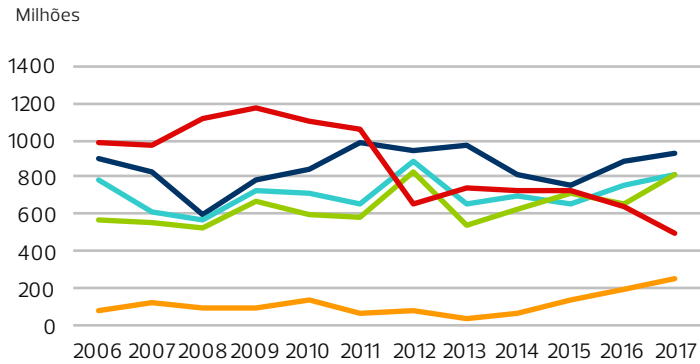
Leiria

126 897
HABITANTES



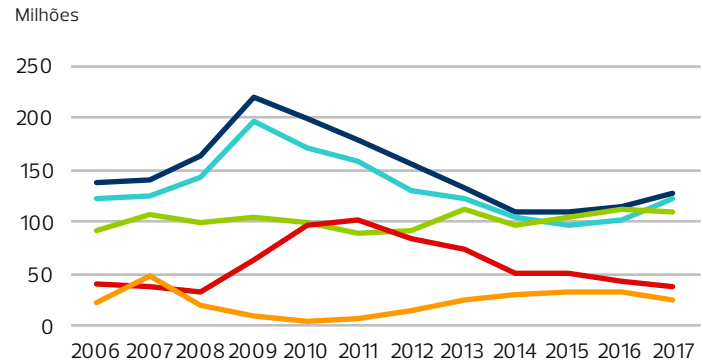
Lisboa

547 733
HABITANTES



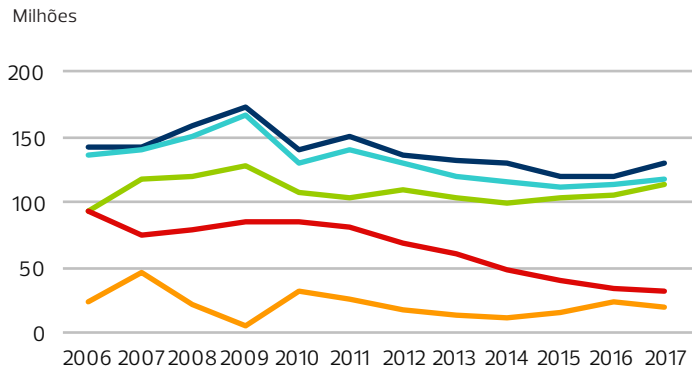
Loulé

70 622
HABITANTES



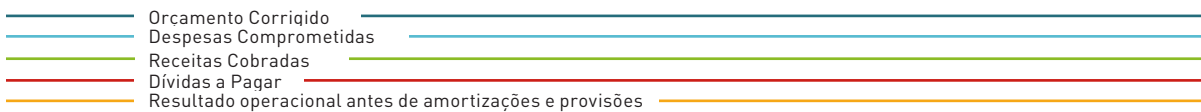
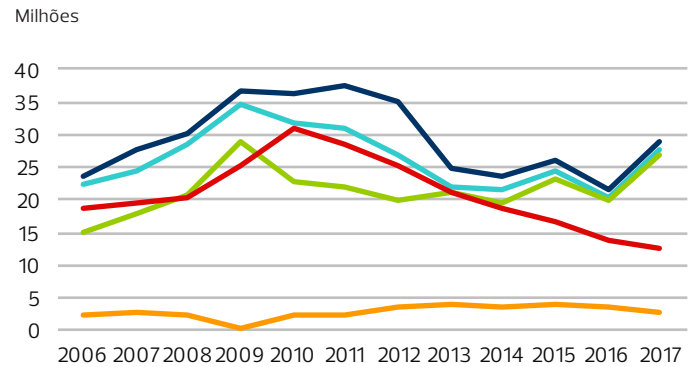
Loures

205 054
HABITANTES



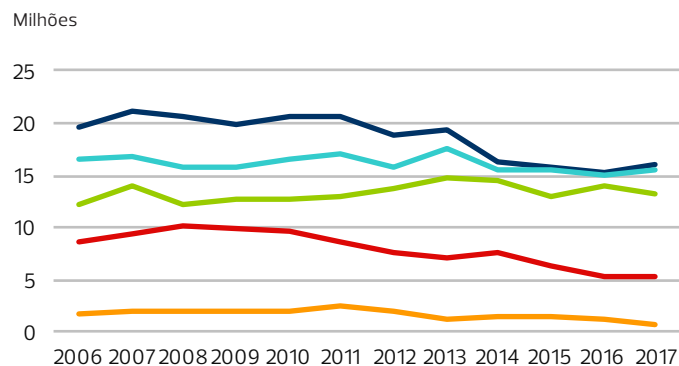
Lourinhã

25 735
HABITANTES



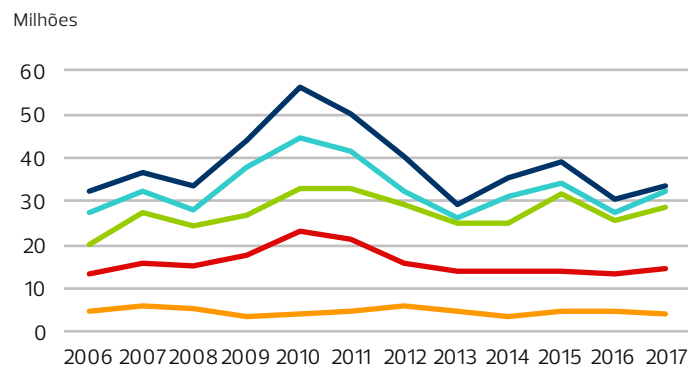
Lousã

17 604
HABITANTES



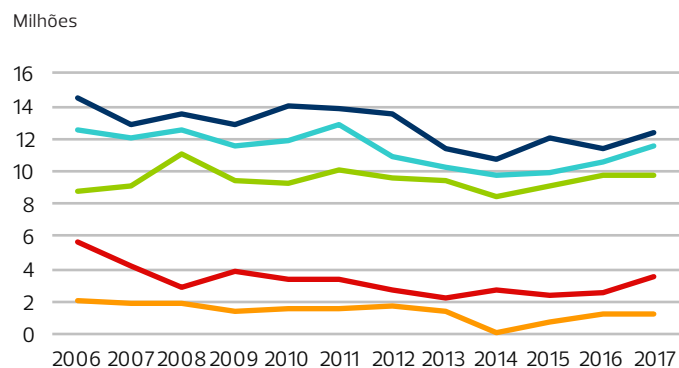
Lousada

47 387
HABITANTES



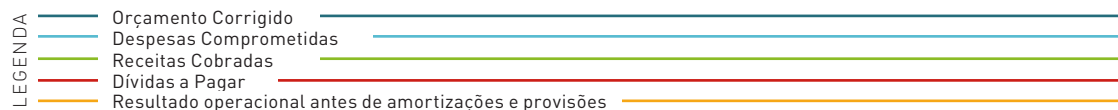
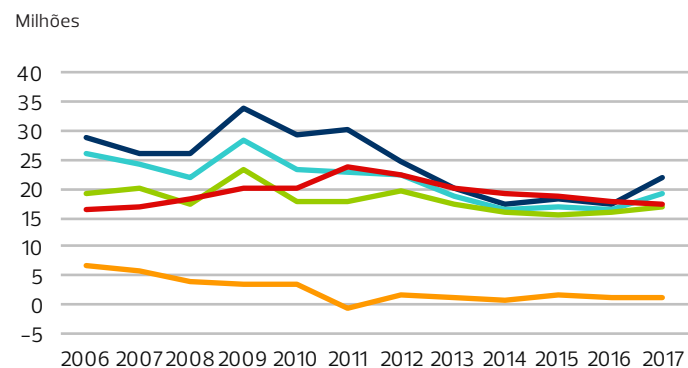
Mação

7 338
HABITANTES



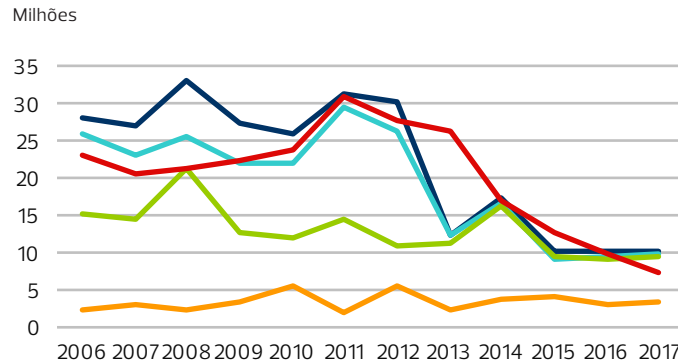
Macedo de Cavaleiros

15 776
HABITANTES



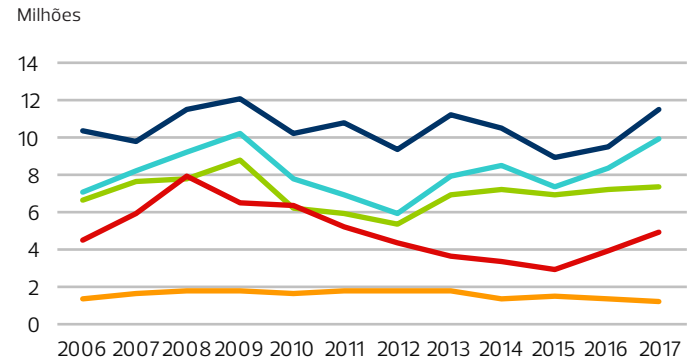
Machico

21 828
HABITANTES



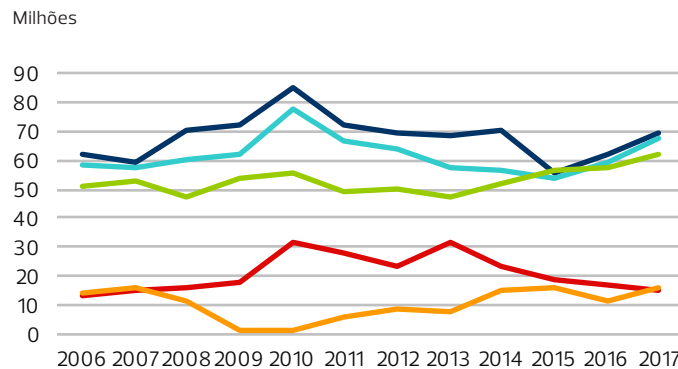
Madalena

6 049
HABITANTES



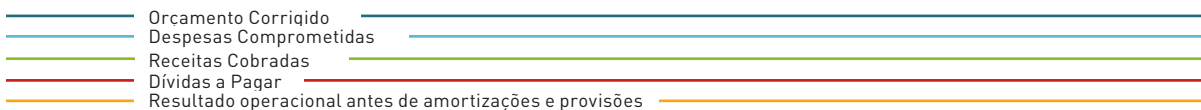
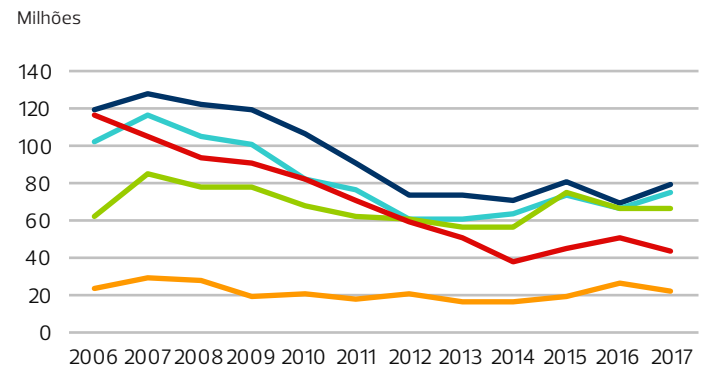
Mafra

76 685
HABITANTES



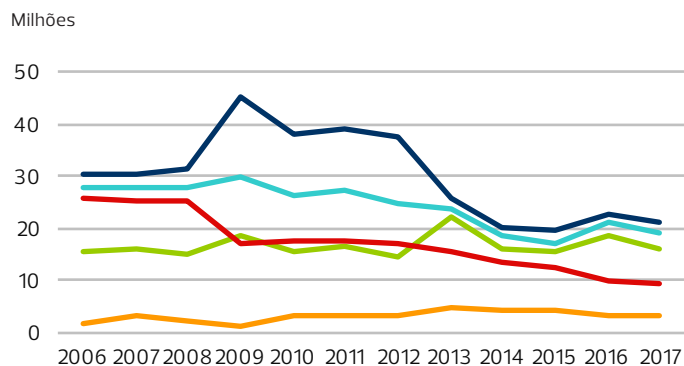
Maia

135 306
HABITANTES



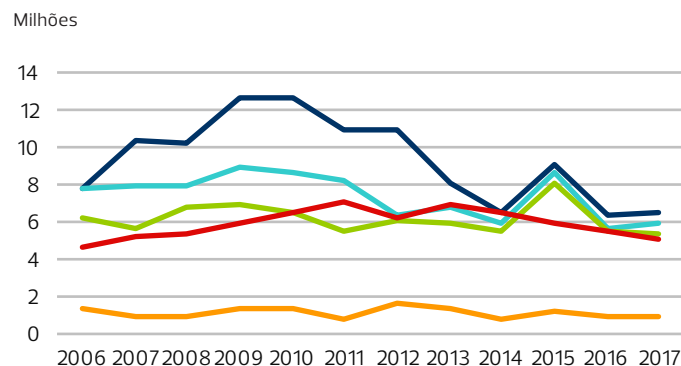
Mangualde

19 880
HABITANTES



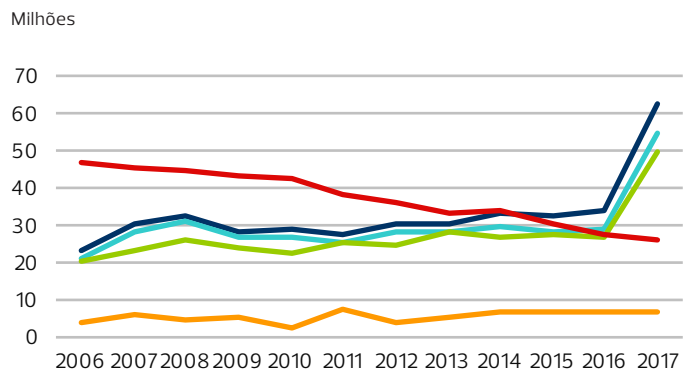
Manteigas

3 430
HABITANTES



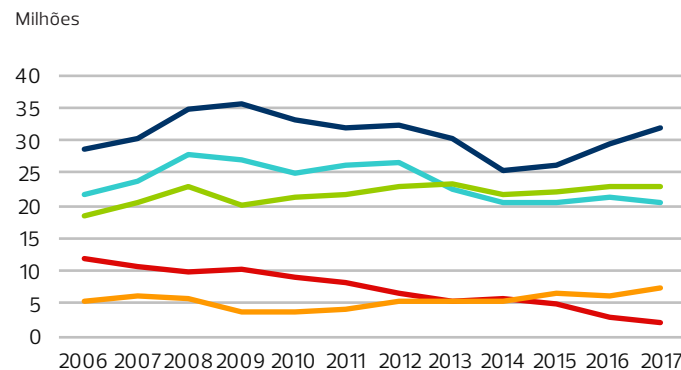
Marco de Canaveses

53 450
HABITANTES



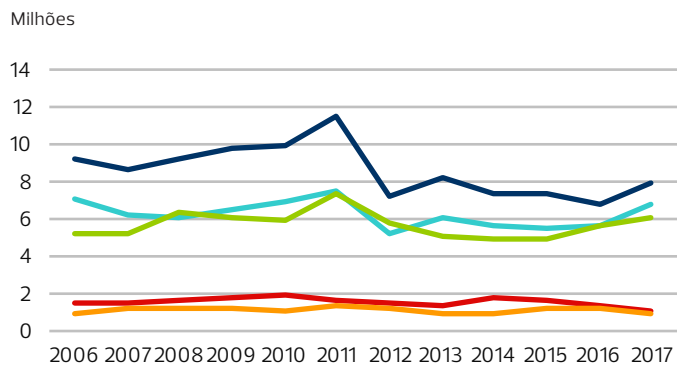
Marinha Grande

38 681
HABITANTES



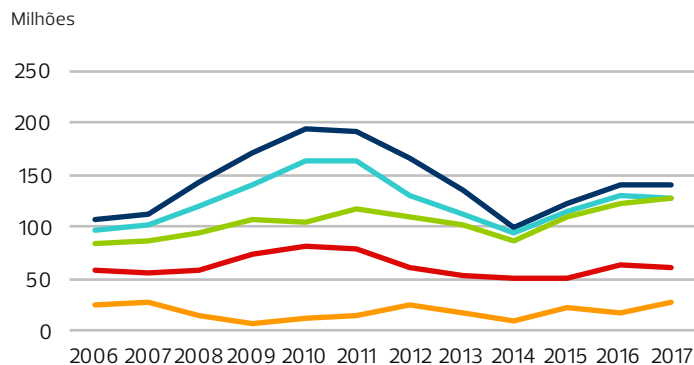
Marvão

3 512
HABITANTES



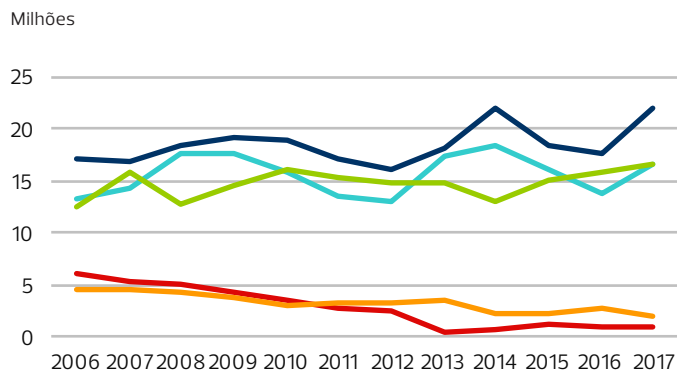
Matosinhos

175 478
HABITANTES



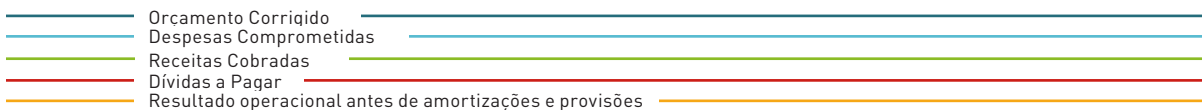
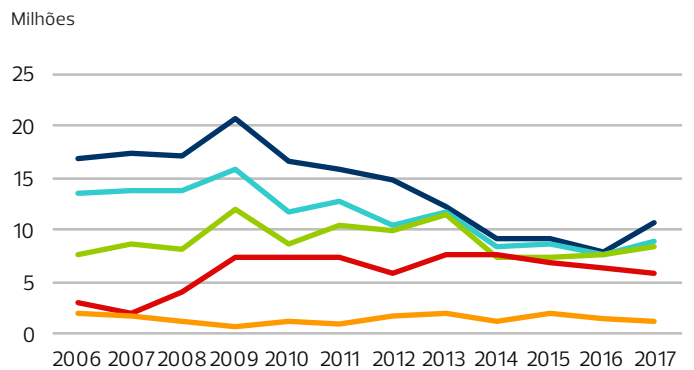
Mealhada

20 428
HABITANTES



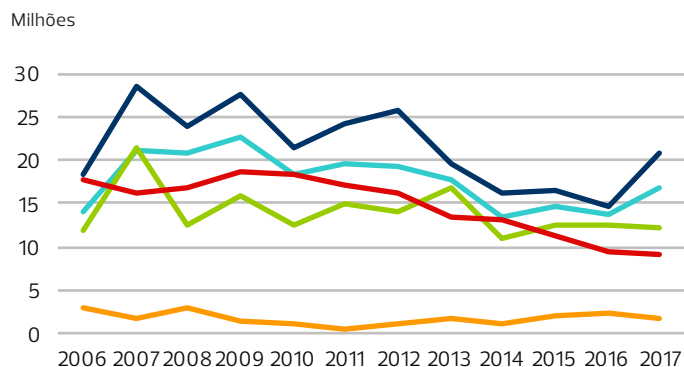
Meda

5 202
HABITANTES



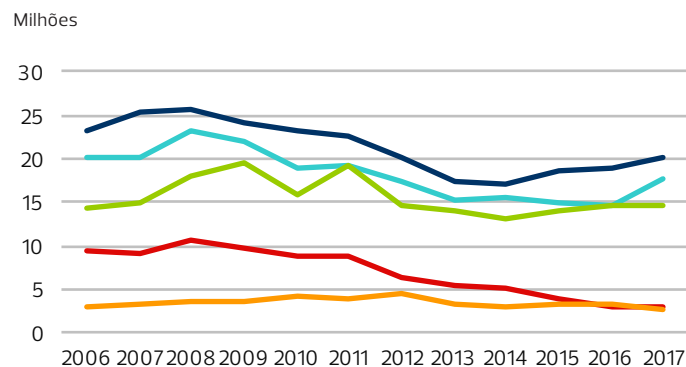
Melgaço

9 213
HABITANTES



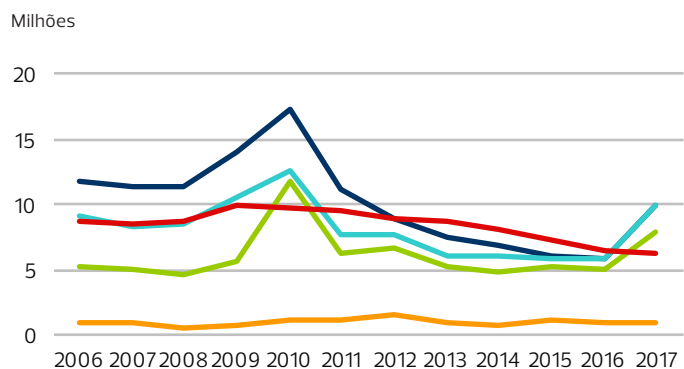
Mértola

7 274
HABITANTES



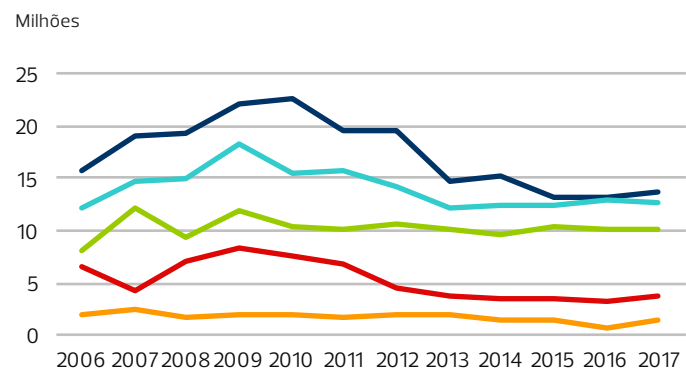
Mesão Frio

4 433
HABITANTES



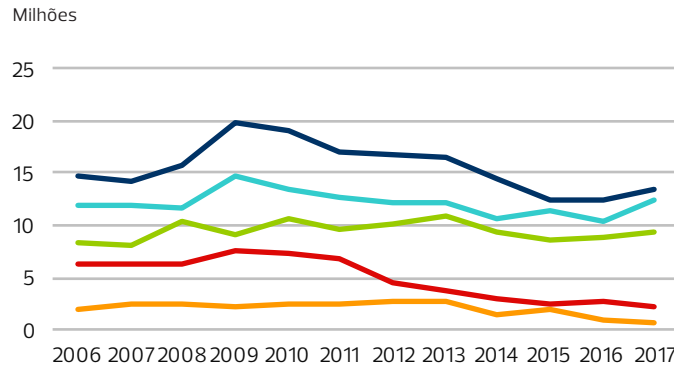
Mira

12 465
HABITANTES



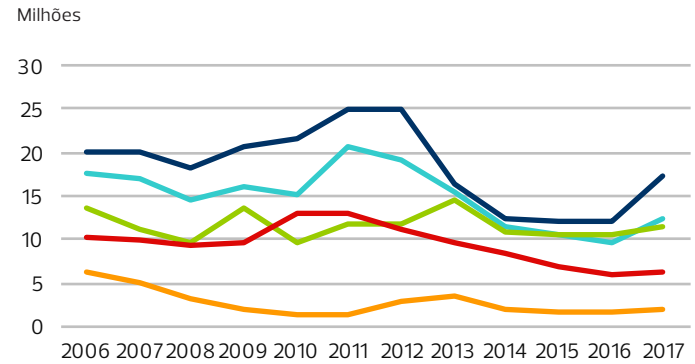
Miranda do Corvo

13 098
HABITANTES



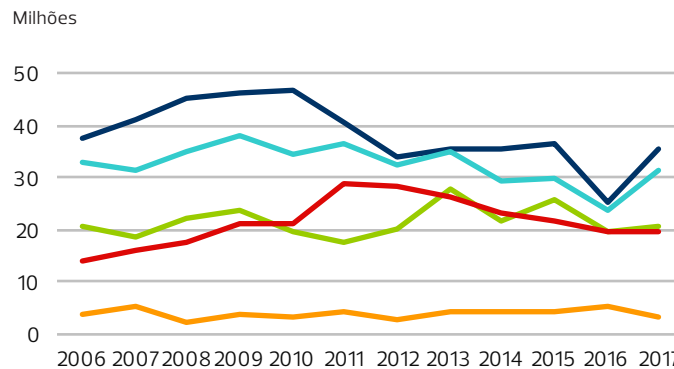
Miranda do Douro

7 482
HABITANTES



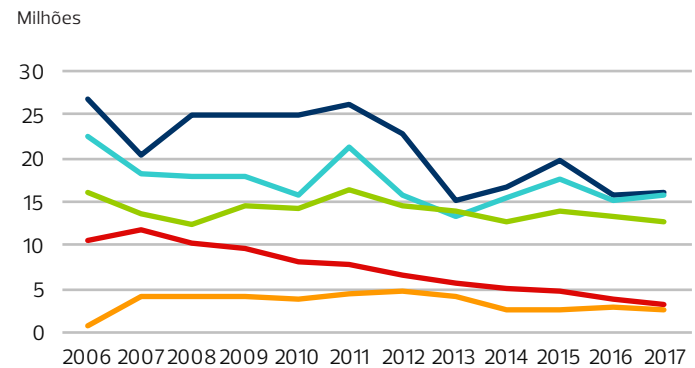
Mirandela

23 850
HABITANTES



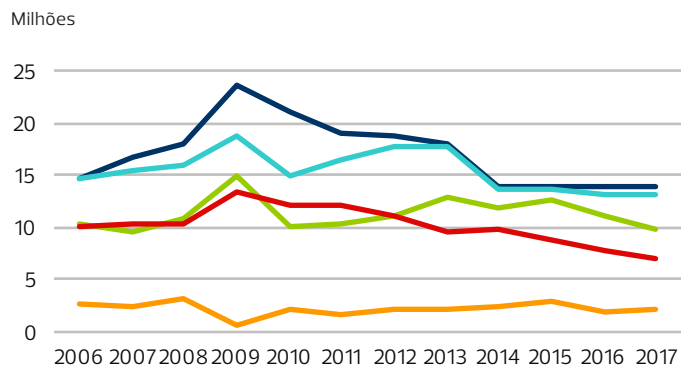
Mogadouro

9 542
HABITANTES



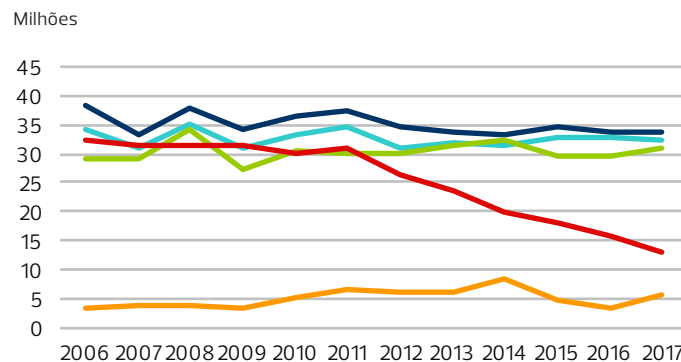
Moimenta da Beira

10 212
HABITANTES



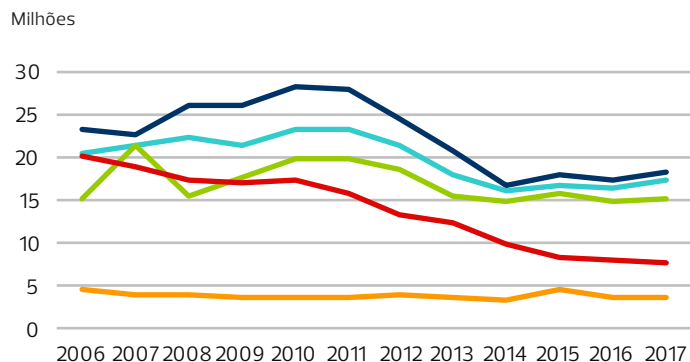
Moita

66 029
HABITANTES



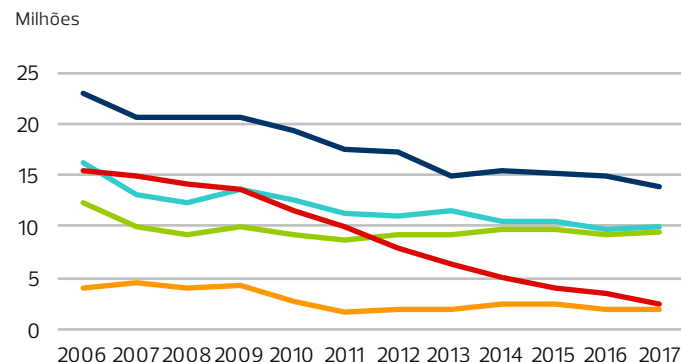
Monção

19 230
HABITANTES



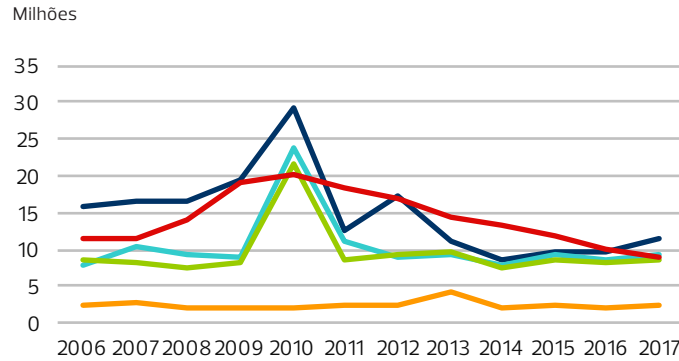
Monchique

6 045
HABITANTES



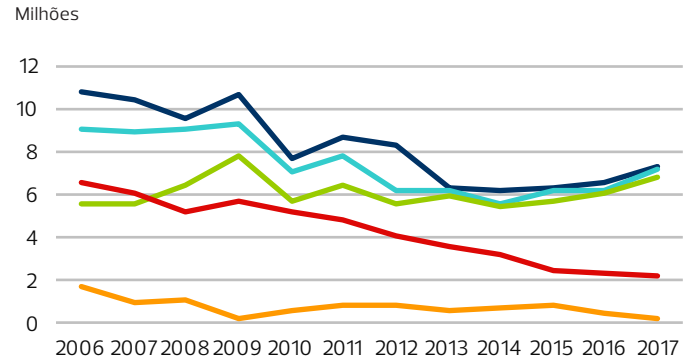
Mondim de Basto

7 493
HABITANTES



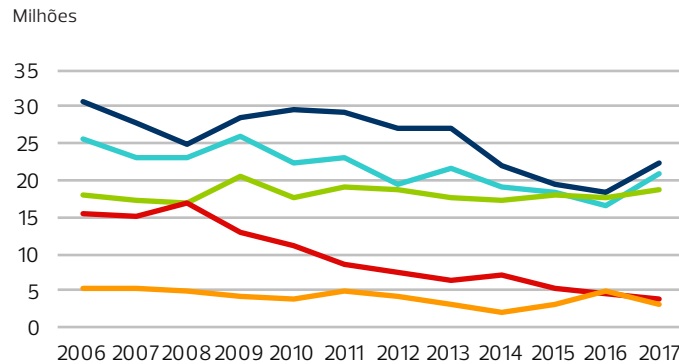
Monforte

3 329
HABITANTES



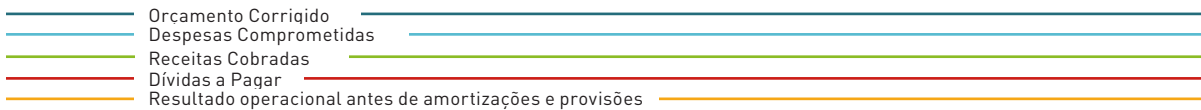
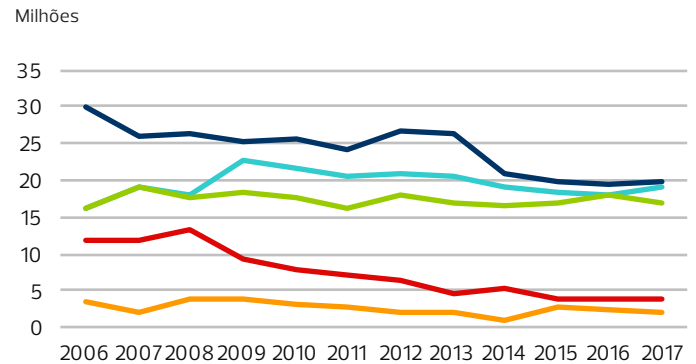
Montalegre

10 537
HABITANTES



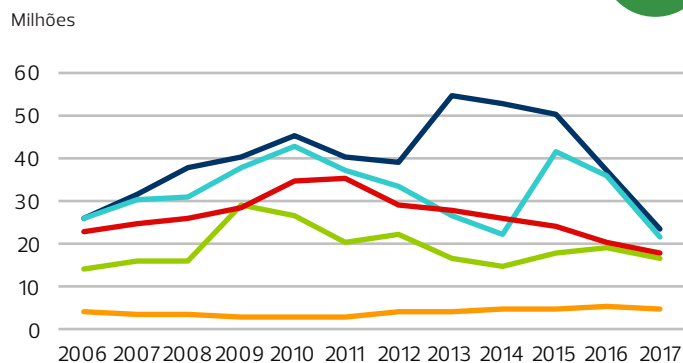
Montemor-o-Novo

17 437
HABITANTES



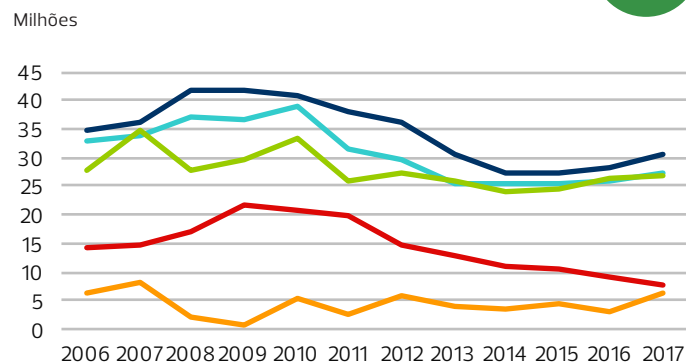
Montemor-o-Velho

26 171
HABITANTES



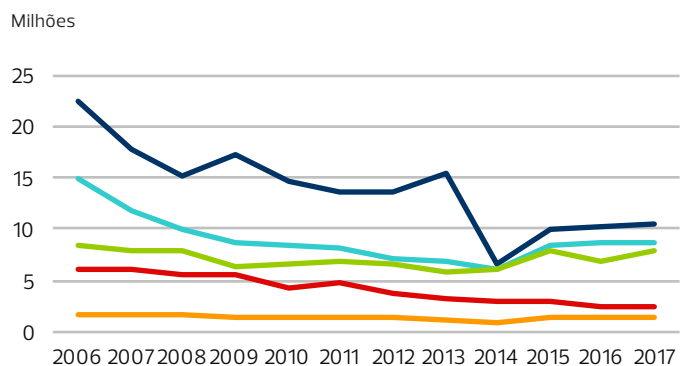
Montijo

51 222
HABITANTES



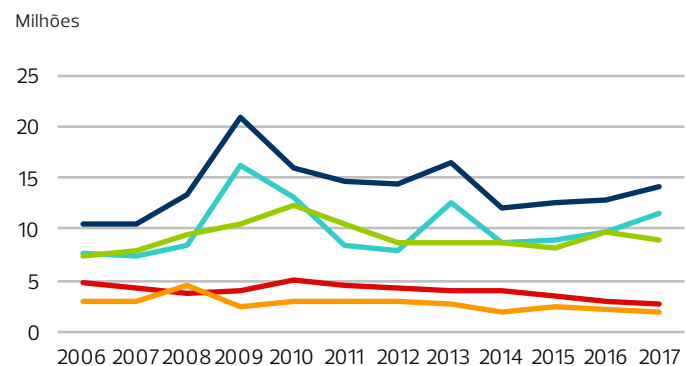
Mora

4 978
HABITANTES



Mortágua

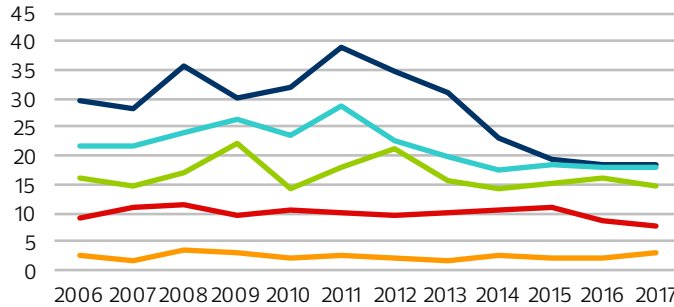
9 607
HABITANTES



Moura

15 167
HABITANTES

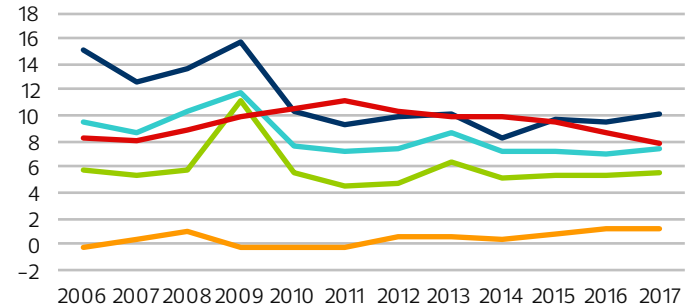
Milhões



Mourão

2 663
HABITANTES

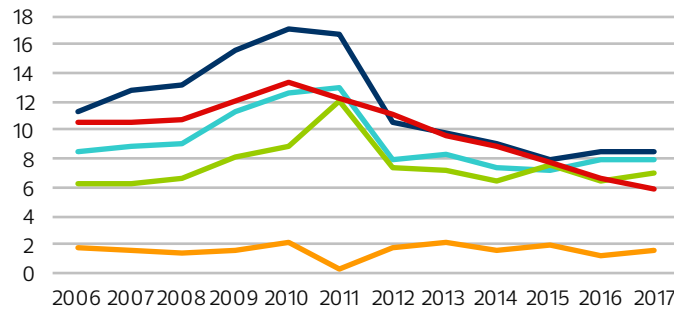
Milhões



Murça

5 952
HABITANTES

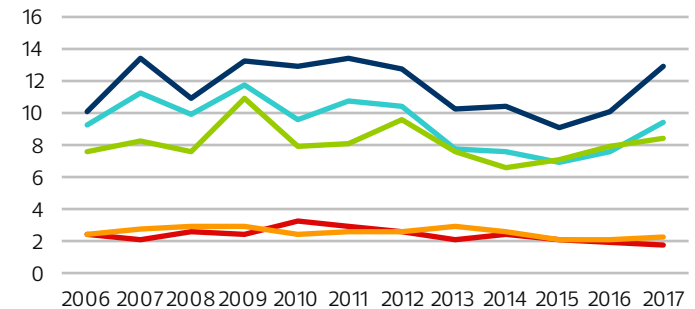
Milhões



Murtosa

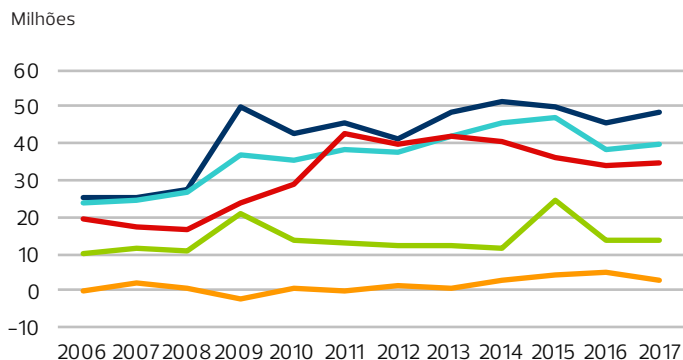
10 585
HABITANTES

Milhões



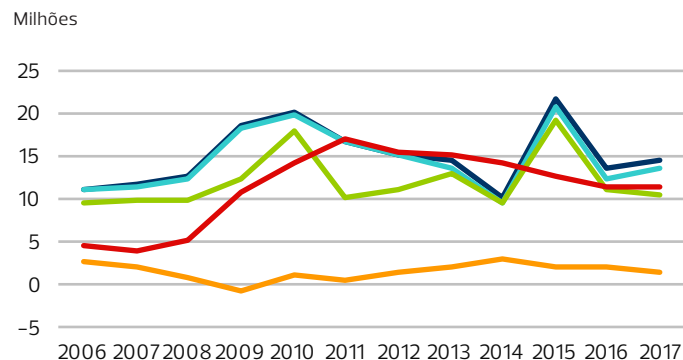
Nazaré

15 158
HABITANTES



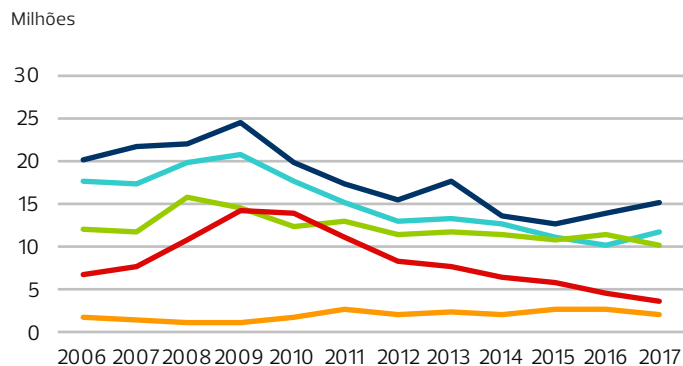
Nelas

14 037
HABITANTES



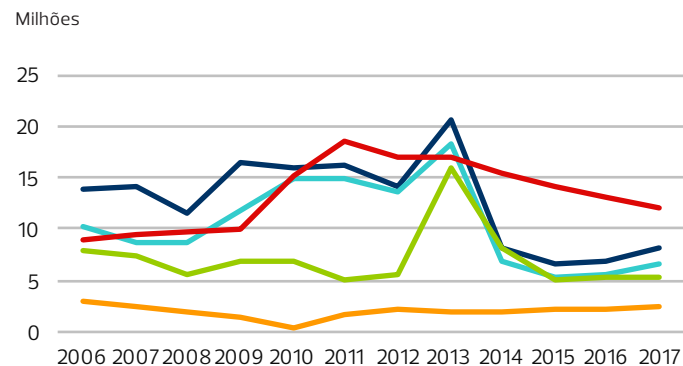
Nisa

7 450
HABITANTES



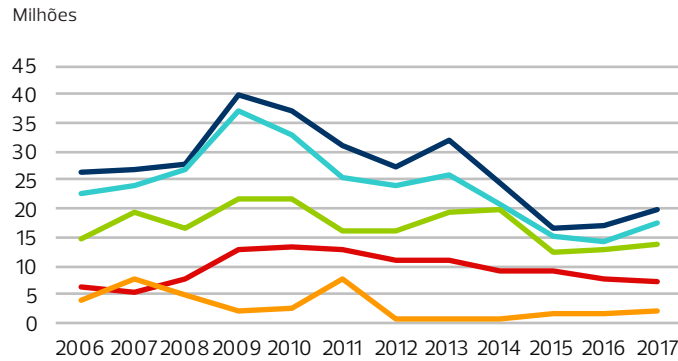
Nordeste

4 937
HABITANTES



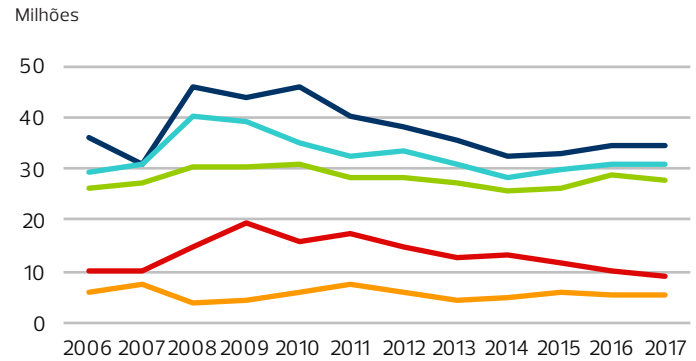
Óbidos

11 772
HABITANTES



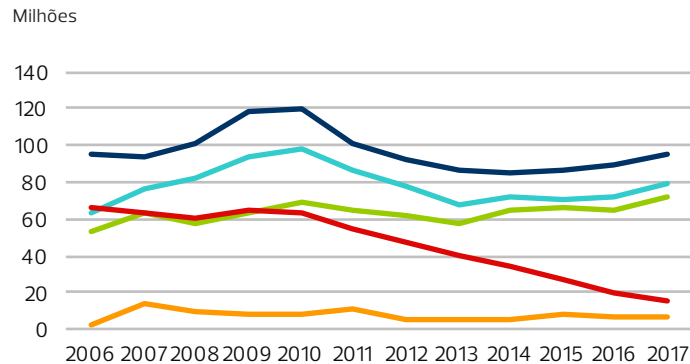
Odemira

26 066
HABITANTES



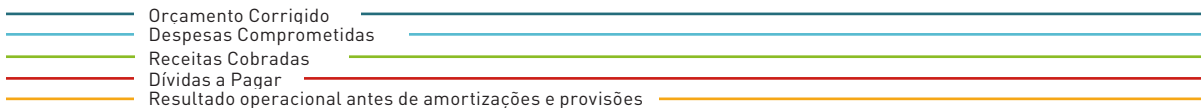
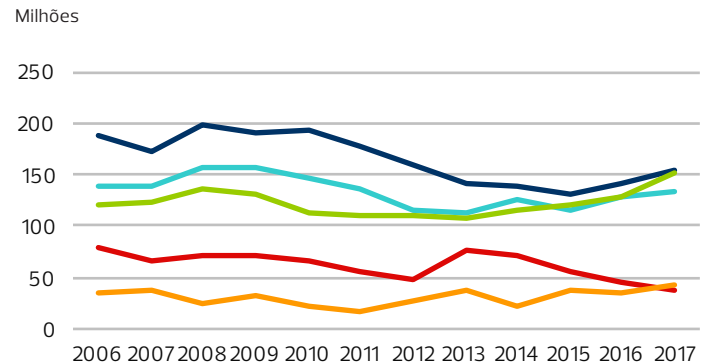
Odivelas

144 549
HABITANTES



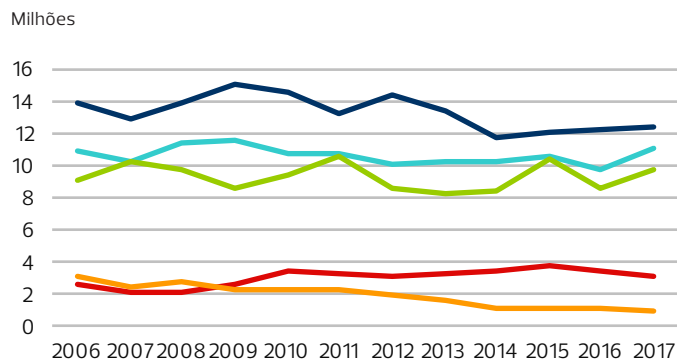
Oeiras

172 120
HABITANTES



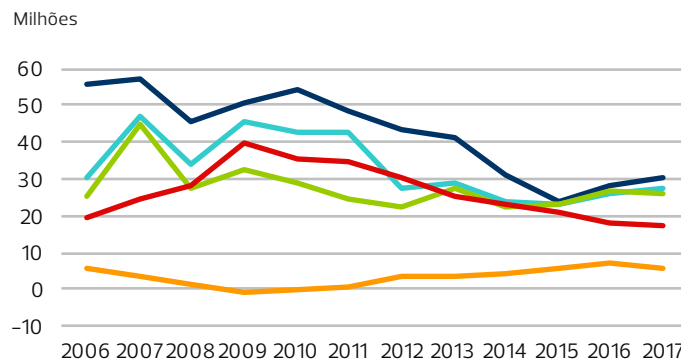
Oleiros

5 721
HABITANTES



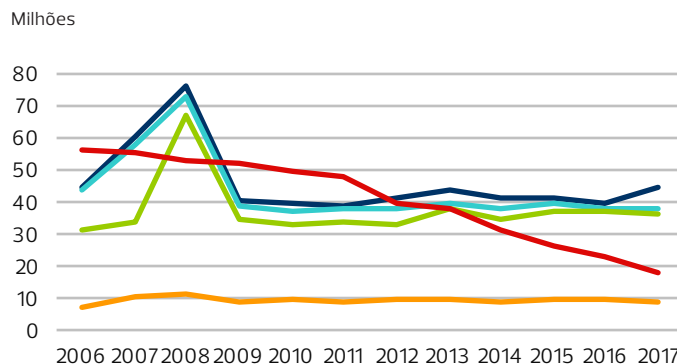
Olhão

45 396
HABITANTES



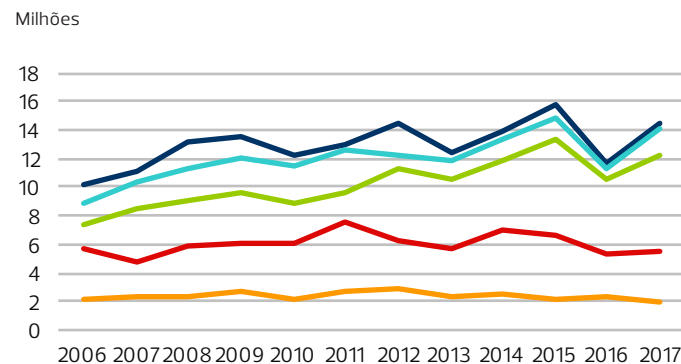
Oliveira de Azeméis

68 611
HABITANTES



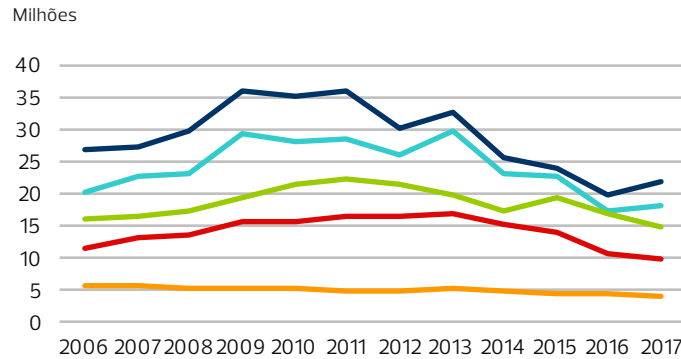
Oliveira de Frades

10 261
HABITANTES



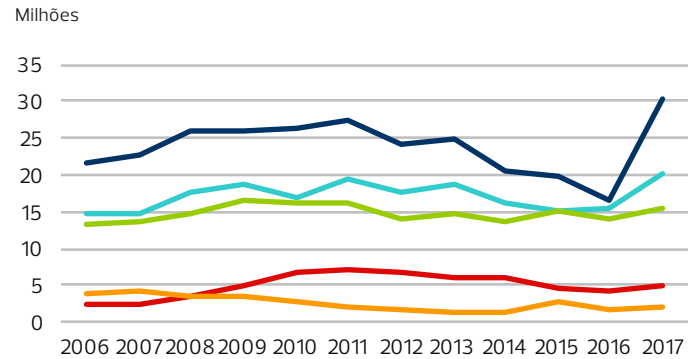
Oliveira do Bairro

23 028
HABITANTES



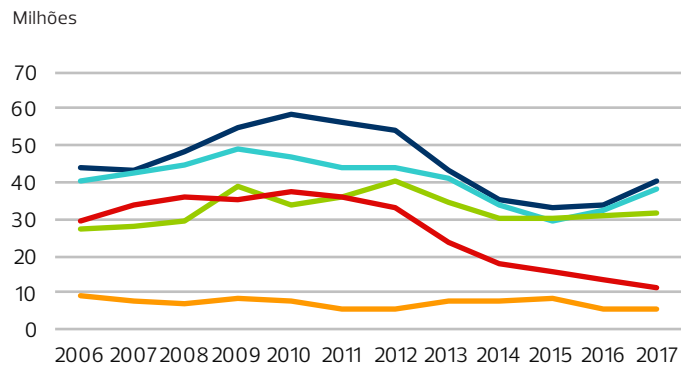
Oliveira do Hospital

20 855
HABITANTES



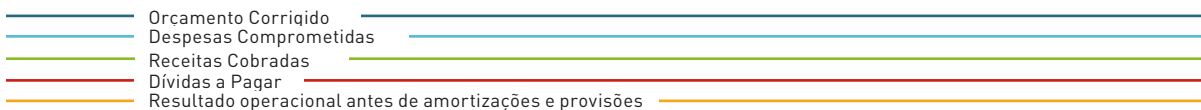
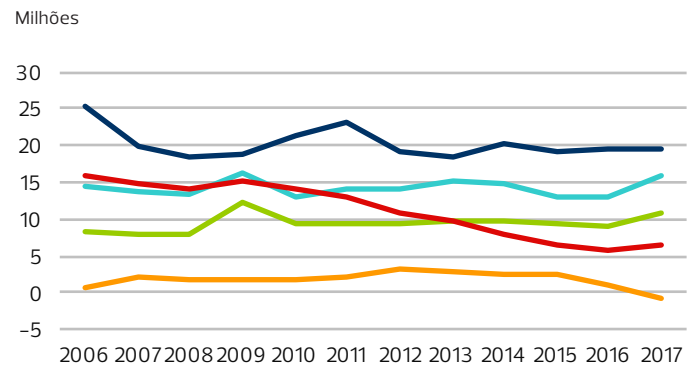
Ourém

45 932
HABITANTES



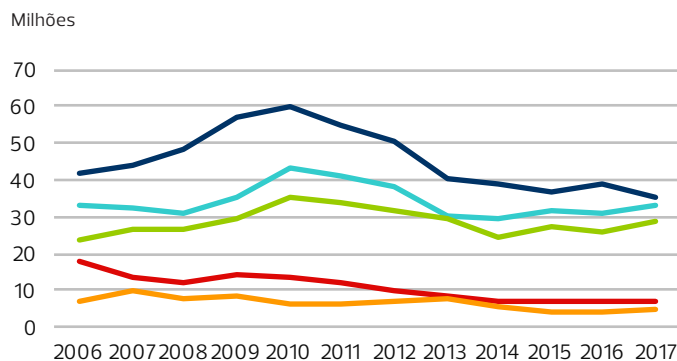
Ourique

5 389
HABITANTES



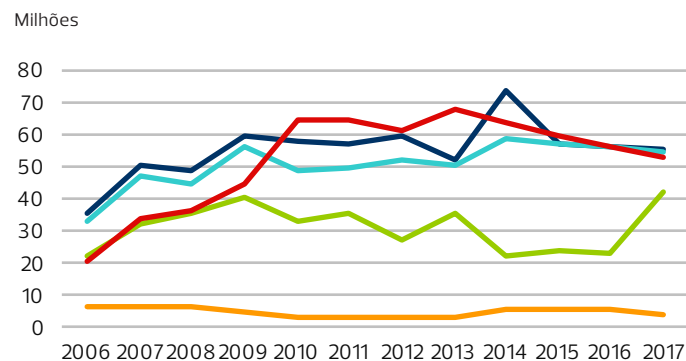
Ovar

55 398
HABITANTES



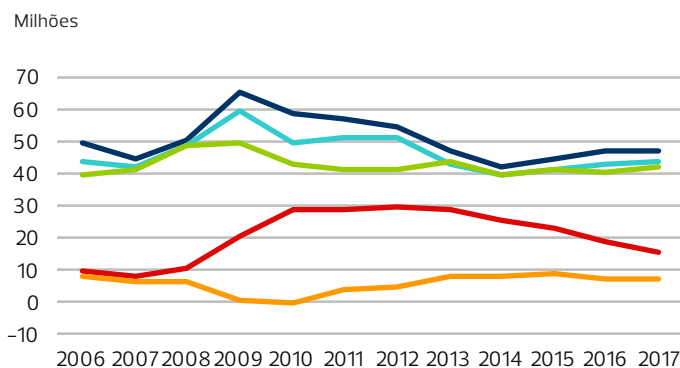
Paços de Ferreira

56 340
HABITANTES



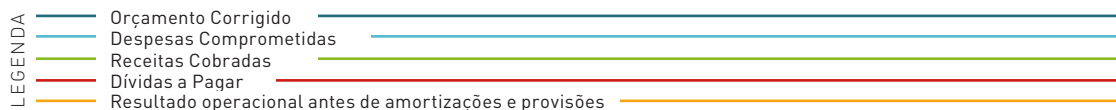
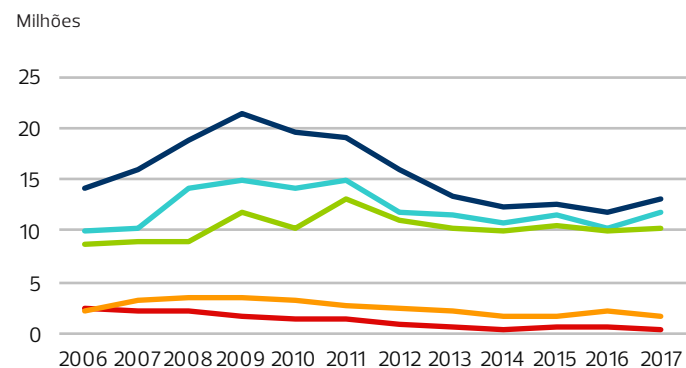
Palmela

62 831
HABITANTES



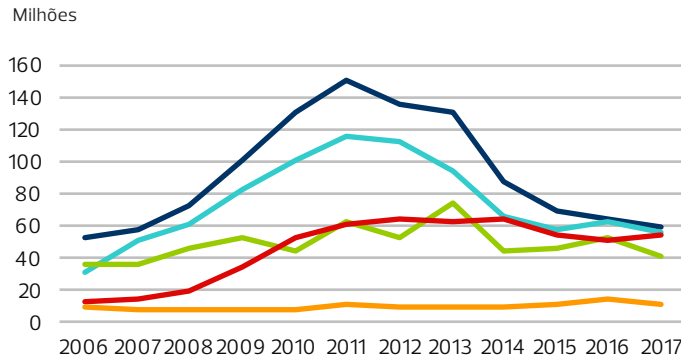
Pampilhosa da Serra

4 481
HABITANTES



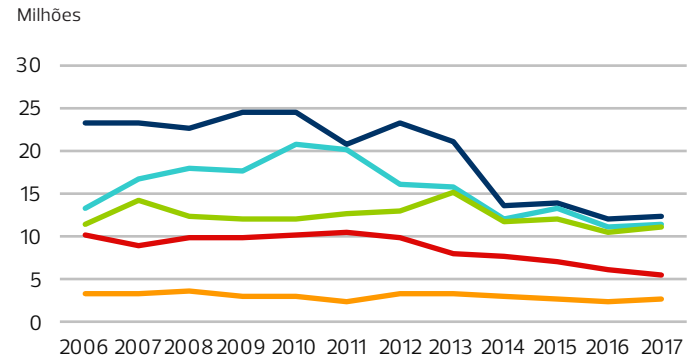
Paredes

86 854
HABITANTES



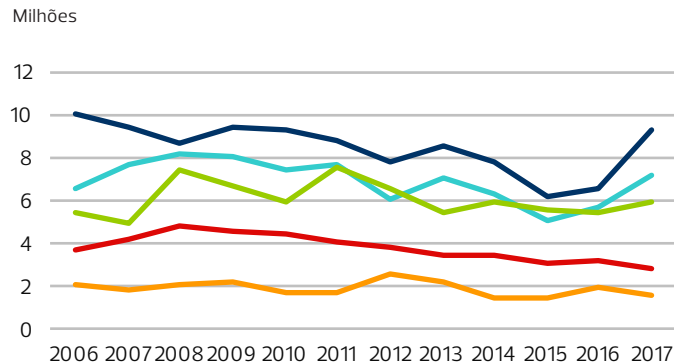
Paredes de Coura

9 198
HABITANTES



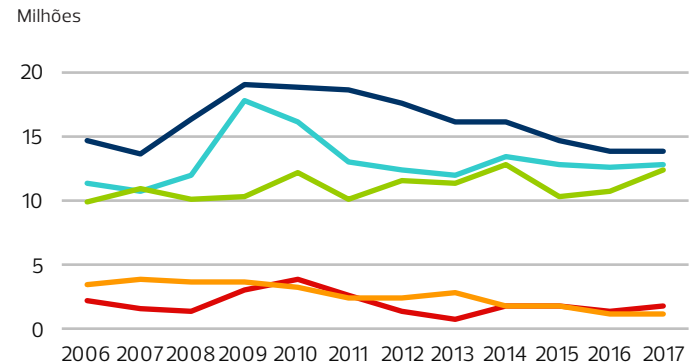
Pedrógão Grande

3 915
HABITANTES



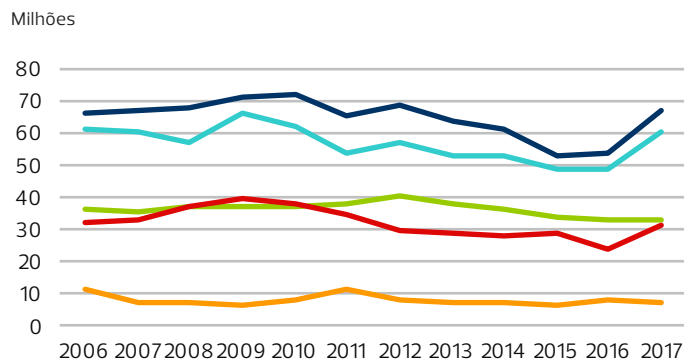
Penacova

15 251
HABITANTES



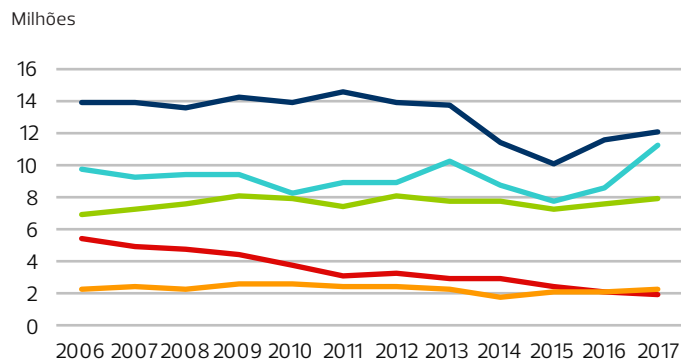
Penafiel

72 265
HABITANTES



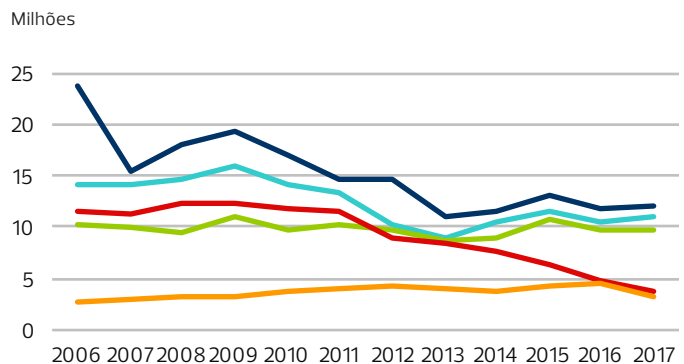
Penalva do Castelo

7 956
HABITANTES



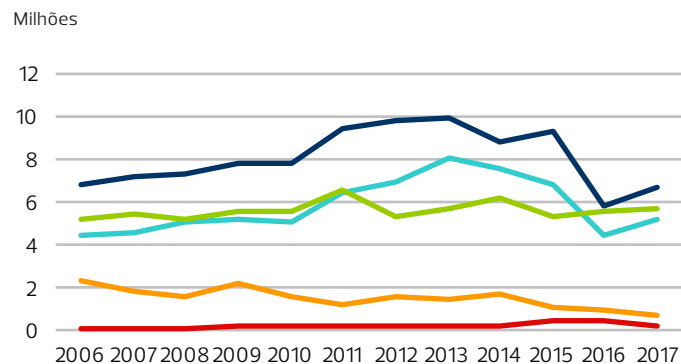
Penamacor

5 682
HABITANTES



Penedono

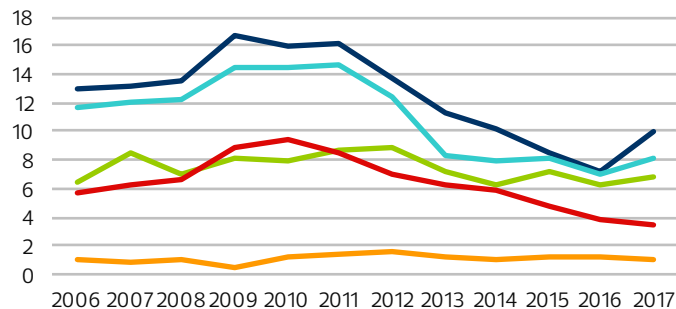
2 952
HABITANTES



Penela

5 983
HABITANTES

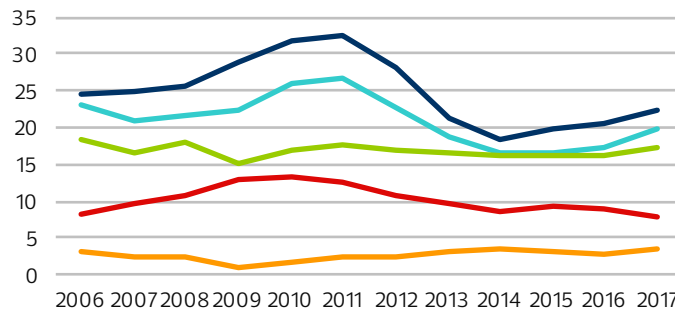
Milhões



Peniche

27 753
HABITANTES

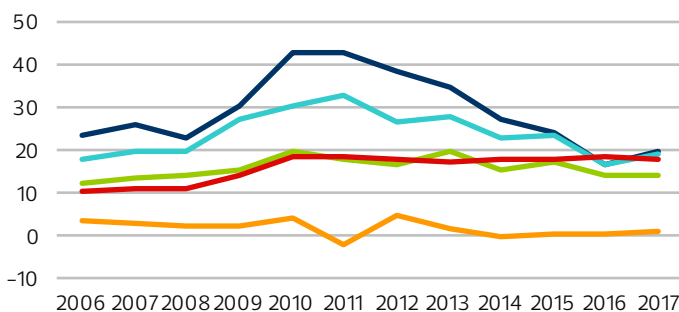
Milhões



Peso da Régua

17 131
HABITANTES

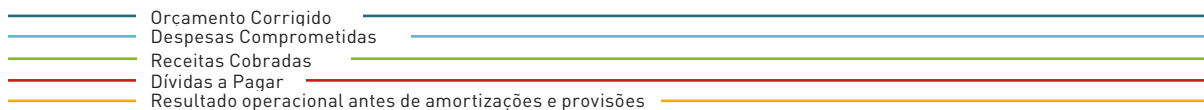
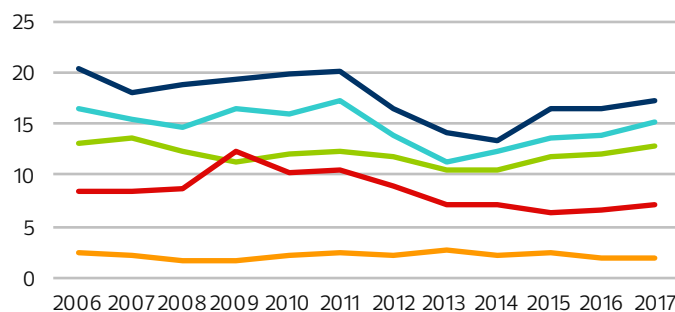
Milhões



Pinhel

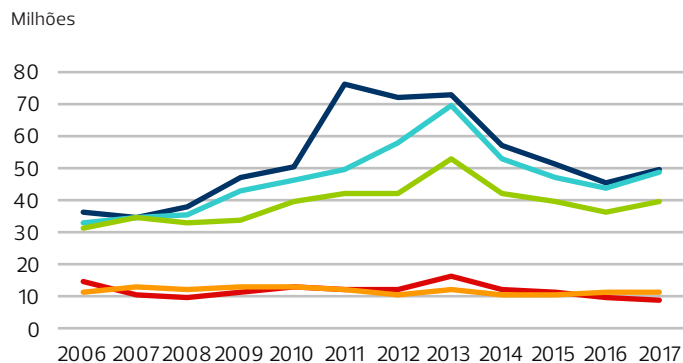
9 627
HABITANTES

Milhões



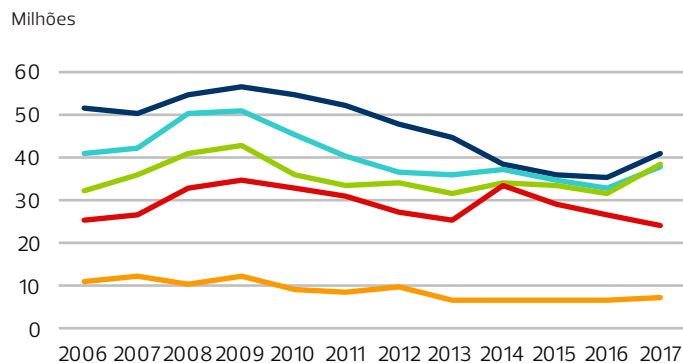
Pombal

55 217
HABITANTES



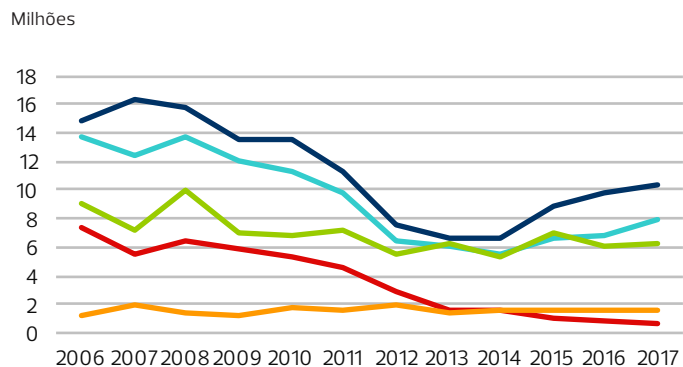
Ponta Delgada

68 809
HABITANTES



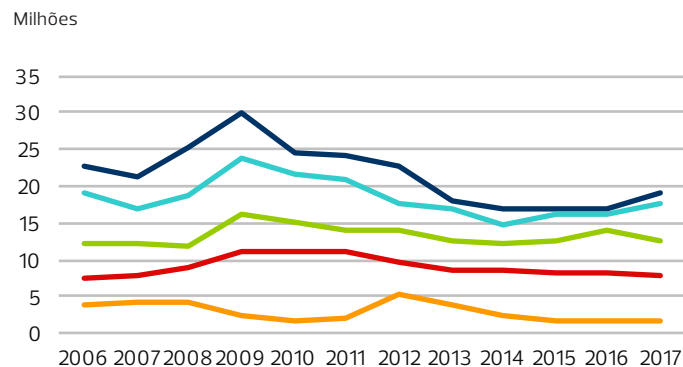
Ponta do Sol

8 862
HABITANTES



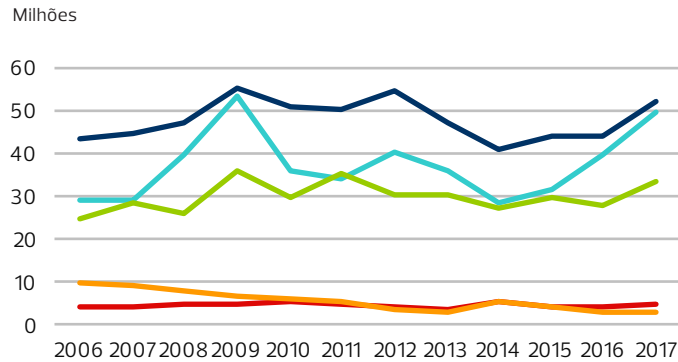
Ponte da Barca

12 061
HABITANTES



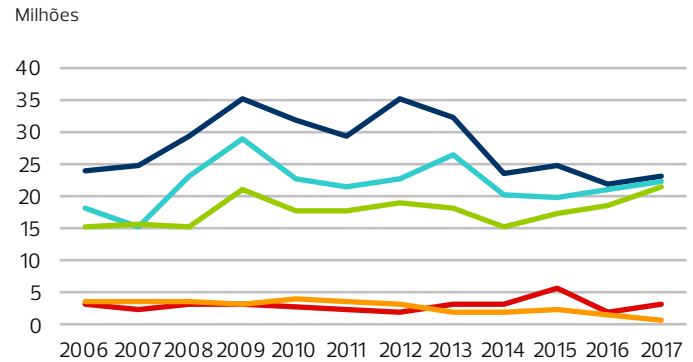
Ponte de Lima

43 498
HABITANTES



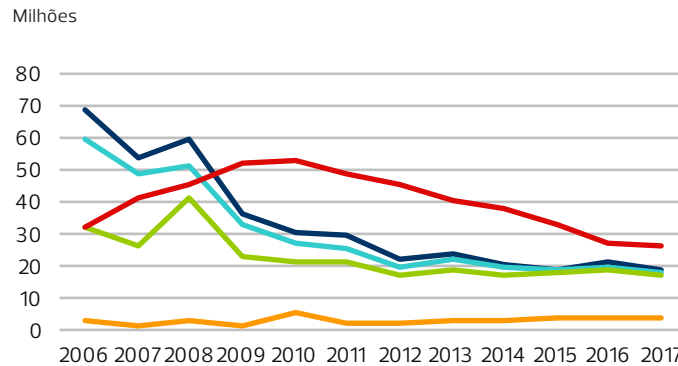
Ponte de Sor

16 722
HABITANTES



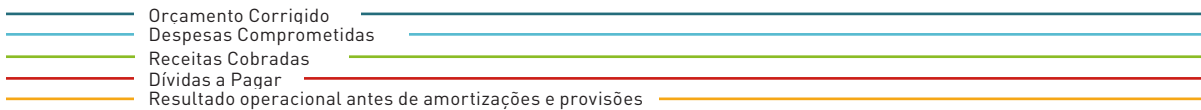
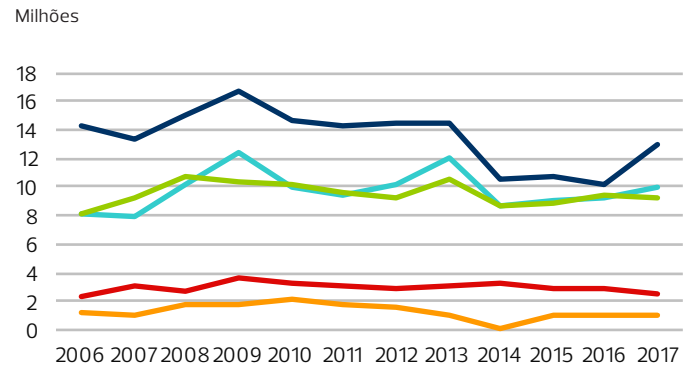
Portalegre

24 930
HABITANTES



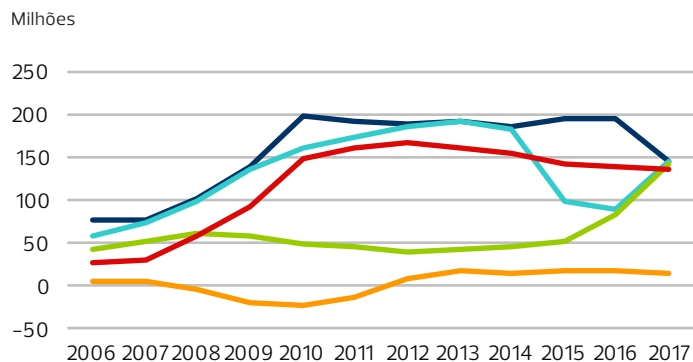
Portel

6 428
HABITANTES



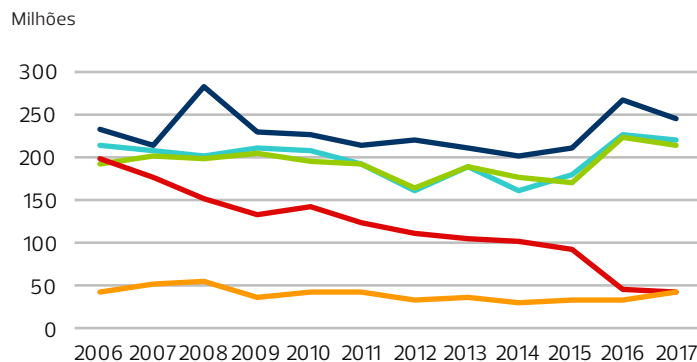
Portimão

55 614
HABITANTES



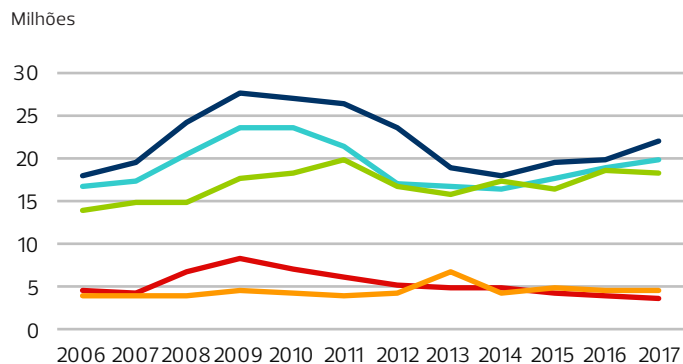
Porto

237 591
HABITANTES



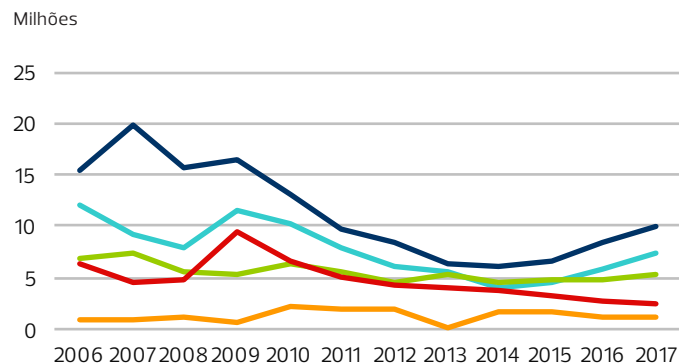
Porto de Mós

24 342
HABITANTES



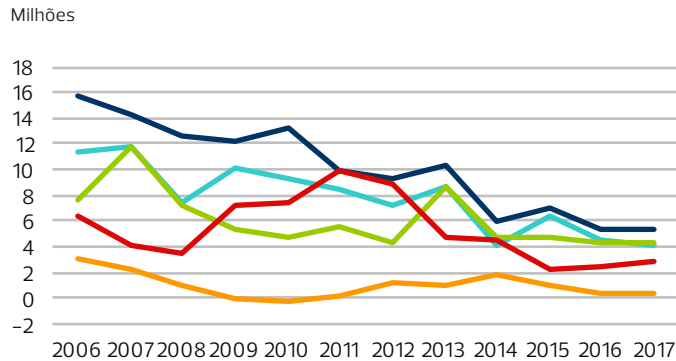
Porto Moniz

2 711
HABITANTES



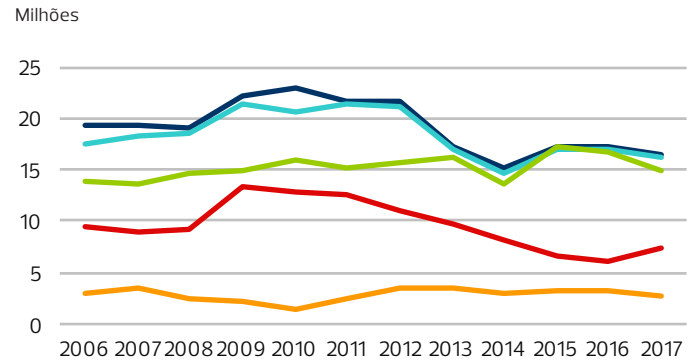
Porto Santo

5 483
HABITANTES



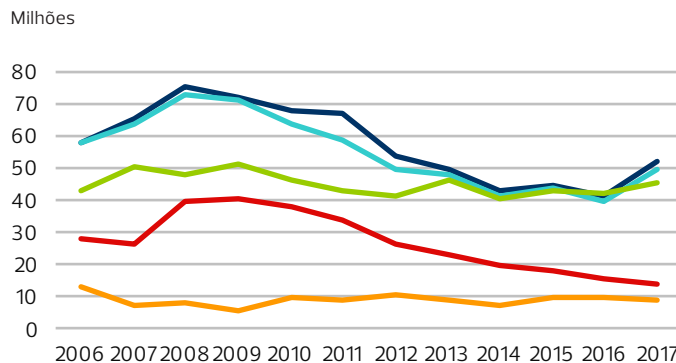
Póvoa de Lanhoso

21 886
HABITANTES



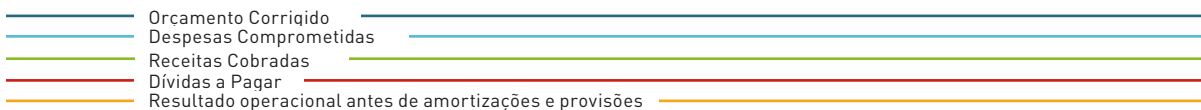
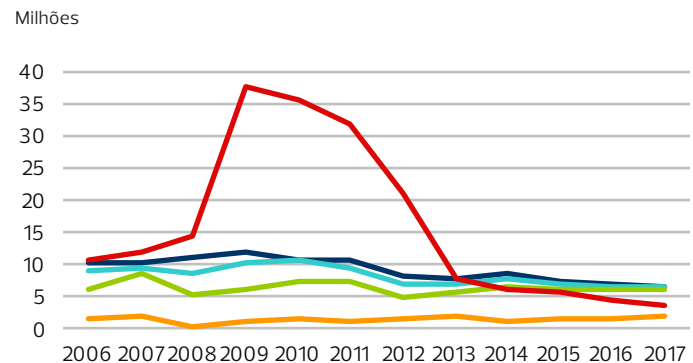
Póvoa de Varzim

63 408
HABITANTES



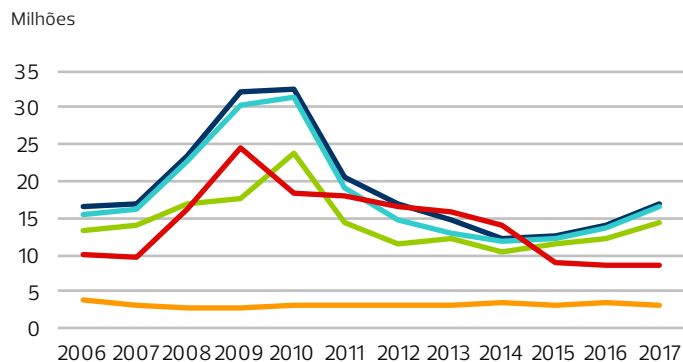
Povoação

6 327
HABITANTES



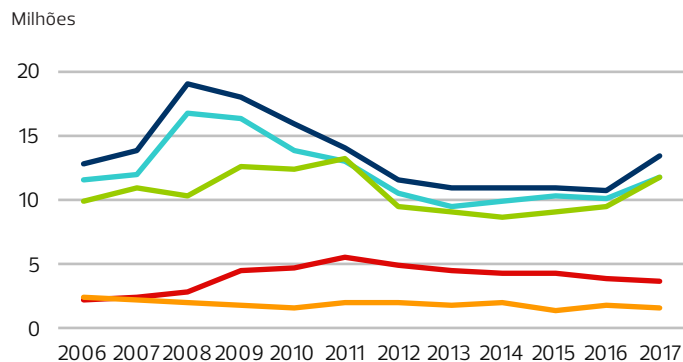
Praia da Vitória

21 035
HABITANTES



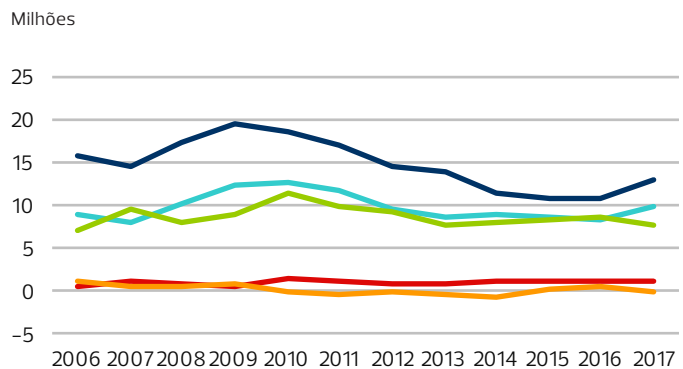
Proença-a-Nova

8 314
HABITANTES



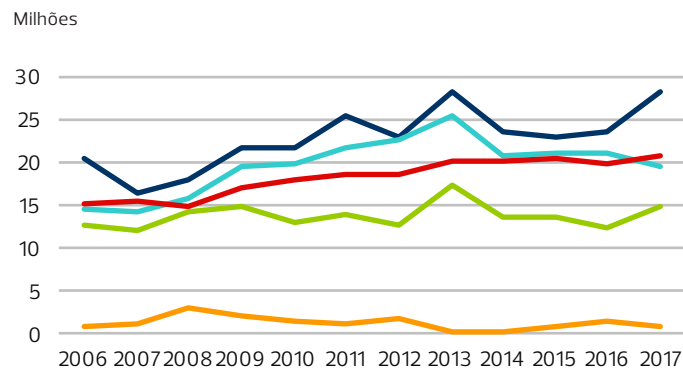
Redondo

7 031
HABITANTES



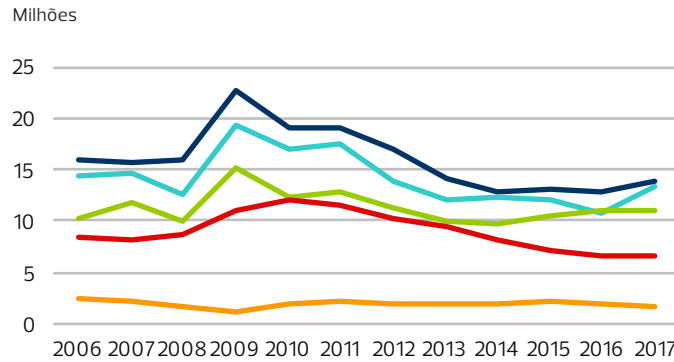
Reguengos de Monsaraz

10 828
HABITANTES



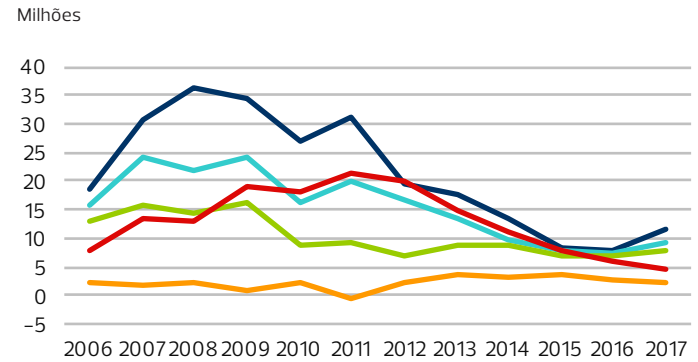
Resende

11 364
HABITANTES



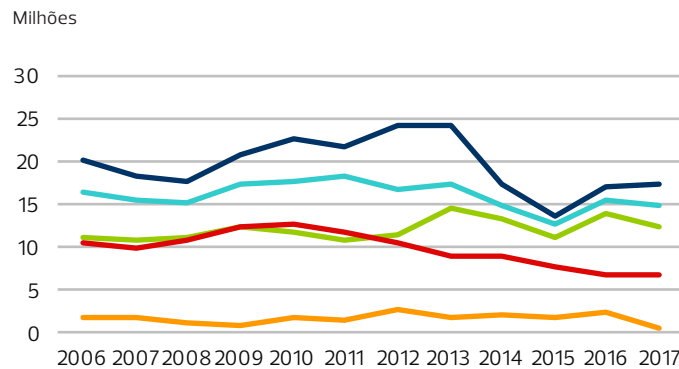
Ribeira Brava

13 375
HABITANTES



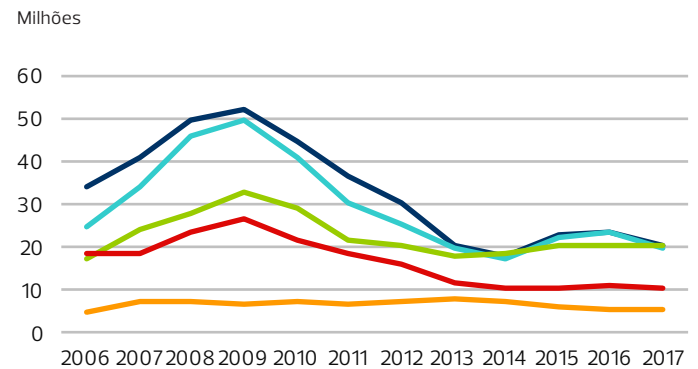
Ribeira de Pena

6 544
HABITANTES



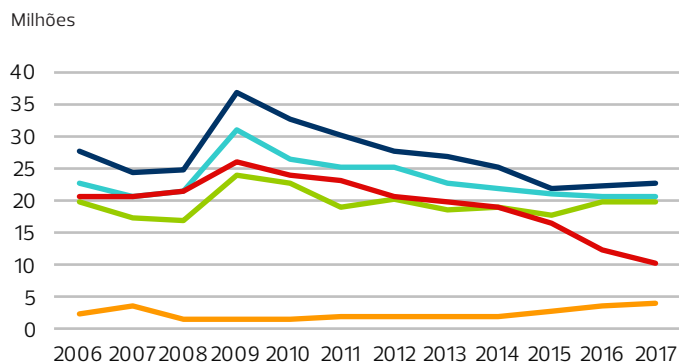
Ribeira Grande

32 112
HABITANTES



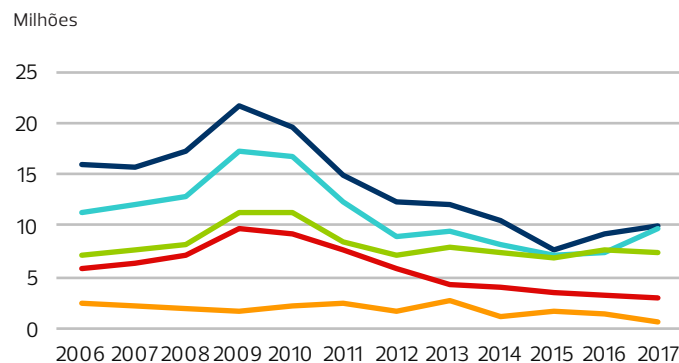
Rio Maior

21 192
HABITANTES



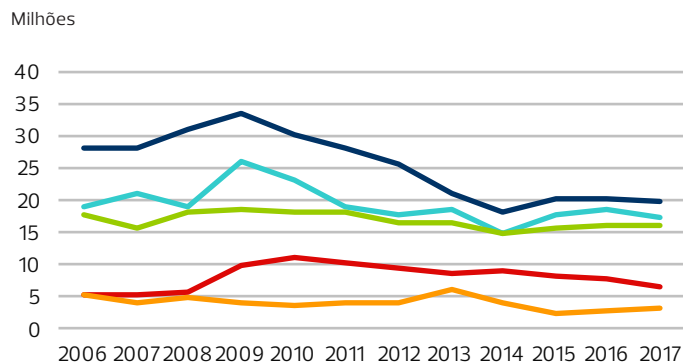
Sabrosa

6 361
HABITANTES



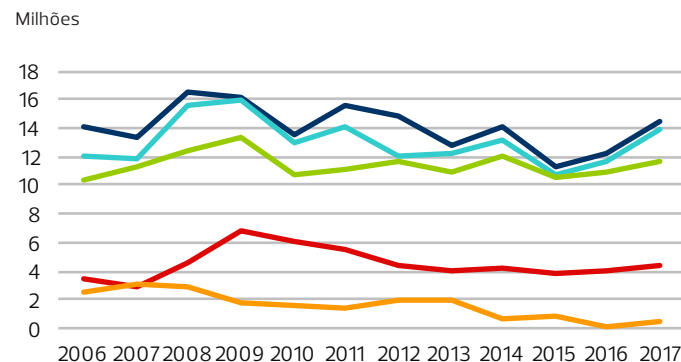
Sabugal

12 544
HABITANTES



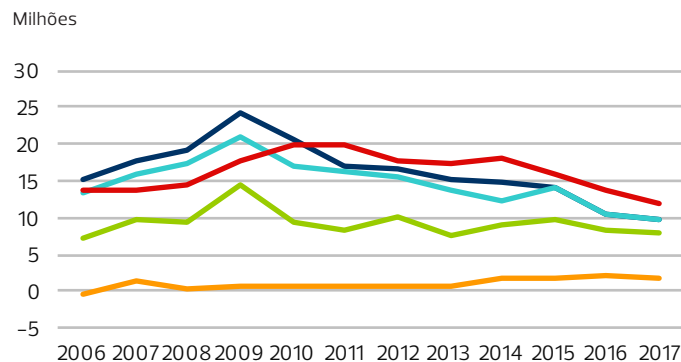
Salvaterra de Magos

22 159
HABITANTES



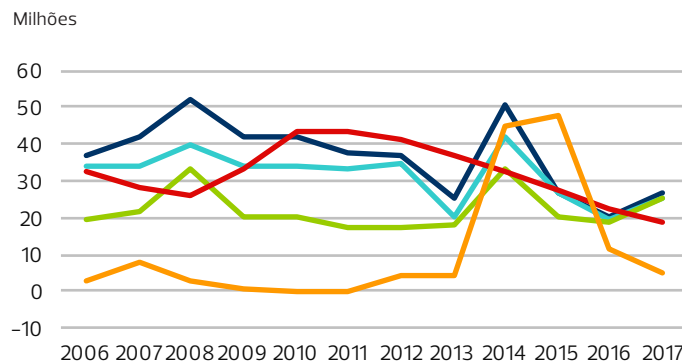
Santa Comba Dão

11 597
HABITANTES



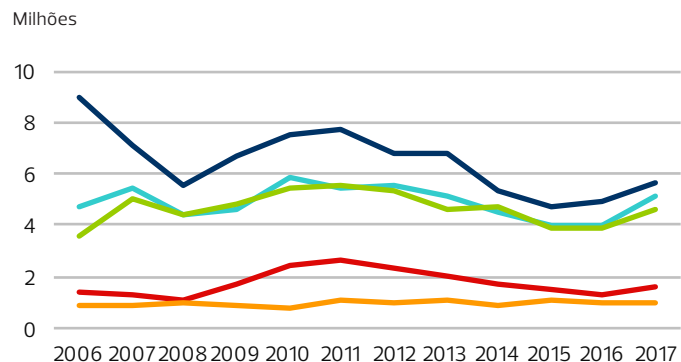
Santa Cruz

43 005
HABITANTES



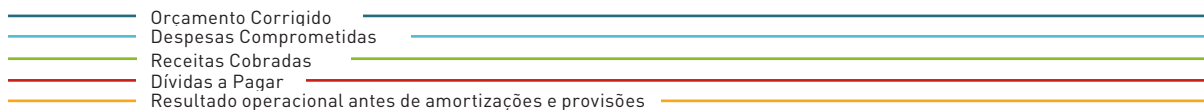
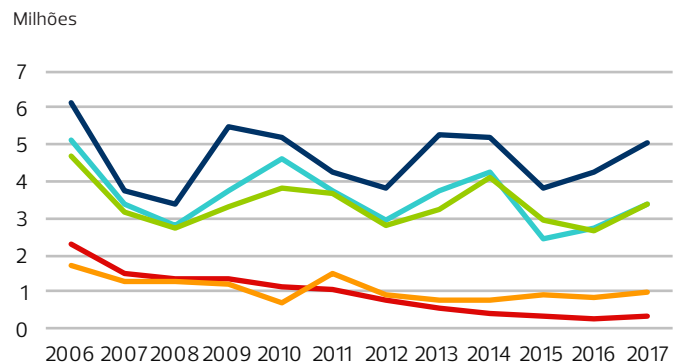
Santa Cruz da Graciosa

4 391
HABITANTES



Santa Cruz das Flores

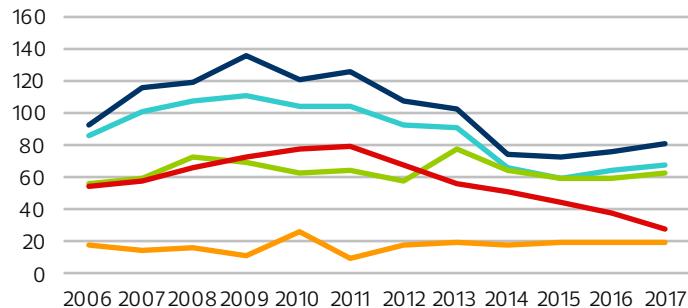
2 289
HABITANTES



Santa Maria da Feira

139 312
HABITANTES

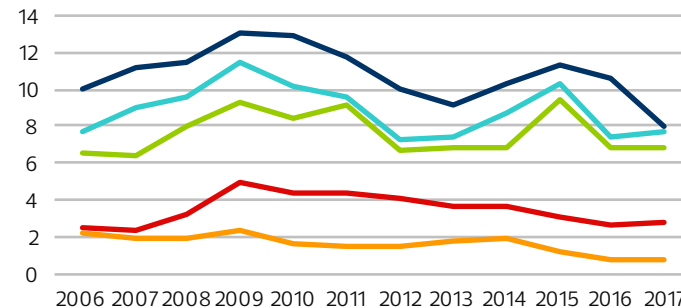
Milhões



Santa Marta de Penaguião

7 356
HABITANTES

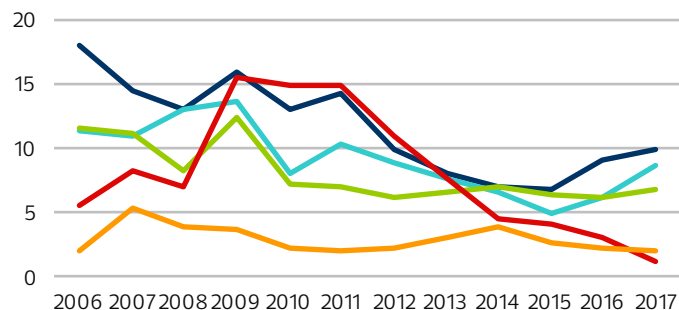
Milhões



Santana

7 719
HABITANTES

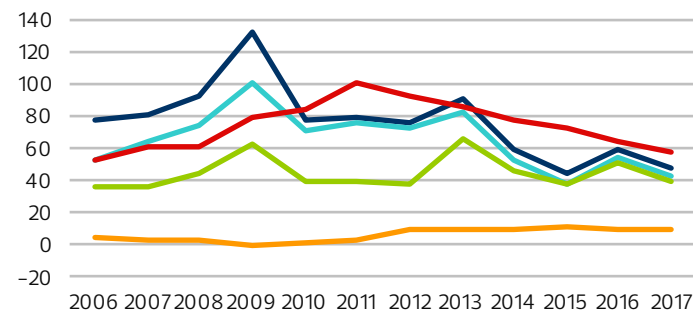
Milhões



Santarém

62 200
HABITANTES

Milhões



LEGENDA

Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande
>100 000 hab.

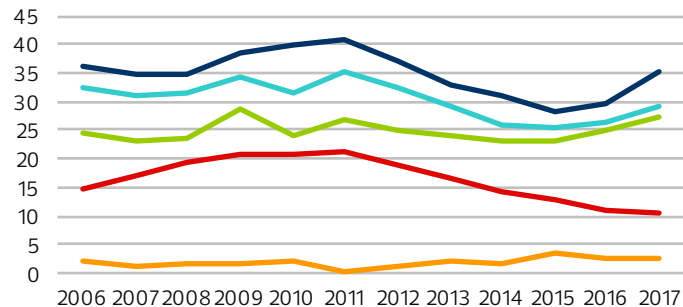
Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

Santiago do Cacém

29 749
HABITANTES

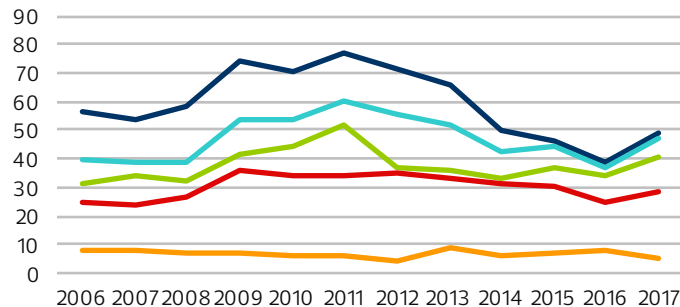
Milhões



Santo Tirso

71 530
HABITANTES

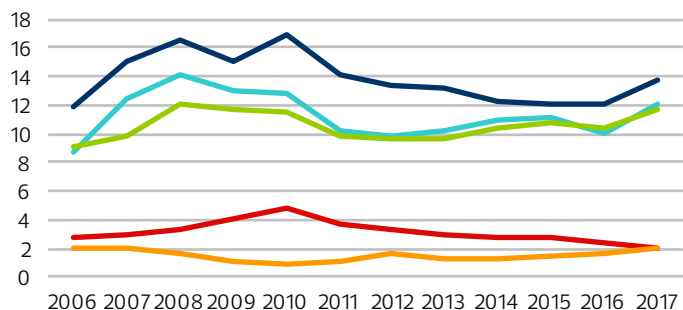
Milhões



São Brás de Alportel

10 662
HABITANTES

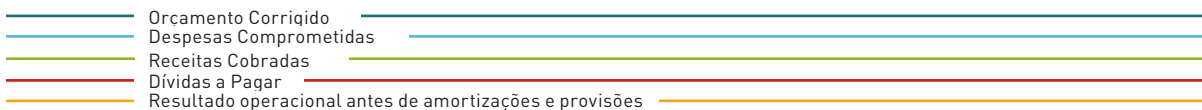
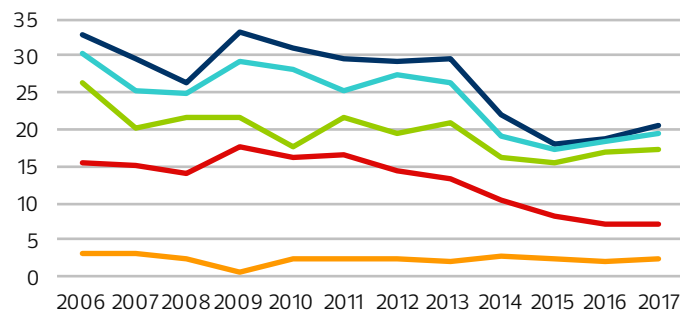
Milhões



São João da Madeira

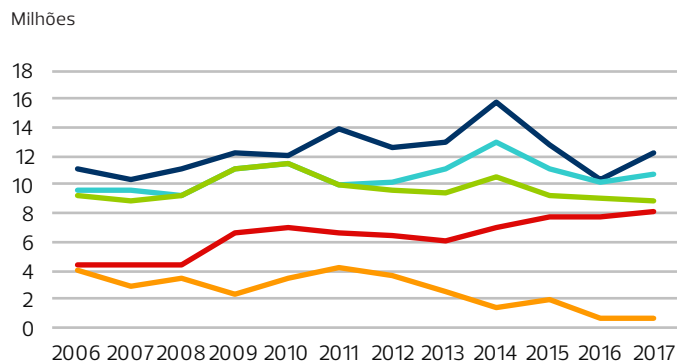
21 713
HABITANTES

Milhões



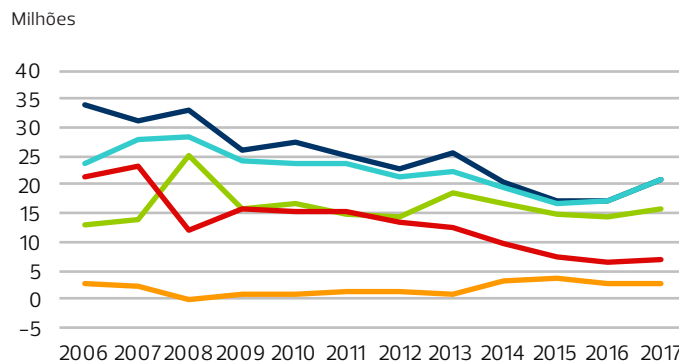
São João da Pesqueira

7 874
HABITANTES



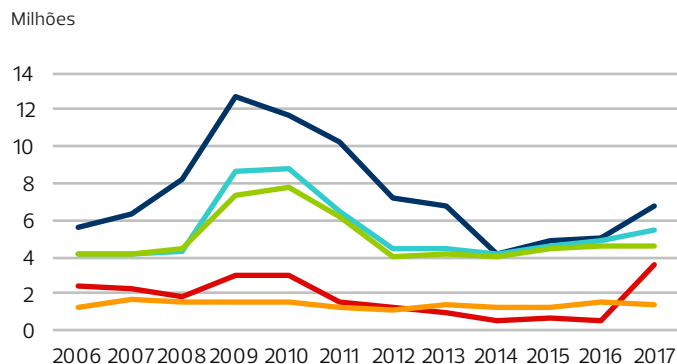
São Pedro do Sul

16 851
HABITANTES



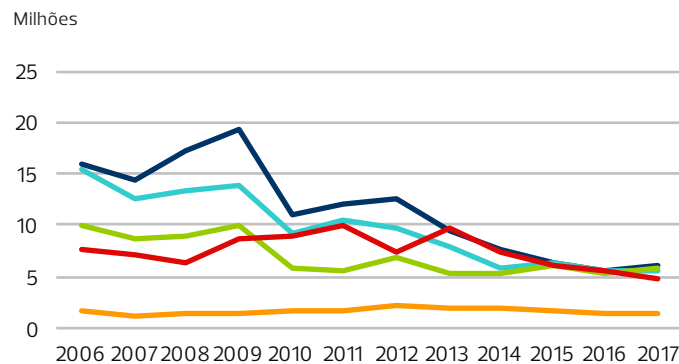
São Roque do Pico

3 388
HABITANTES



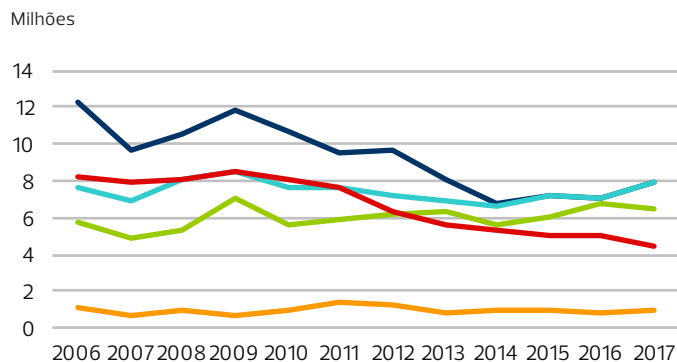
São Vicente

5 723
HABITANTES



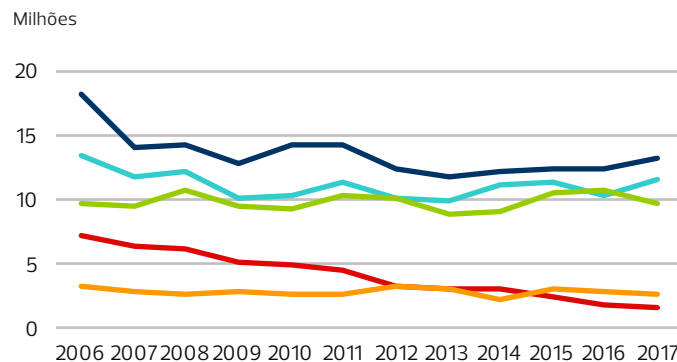
Sardoal

3 939
HABITANTES



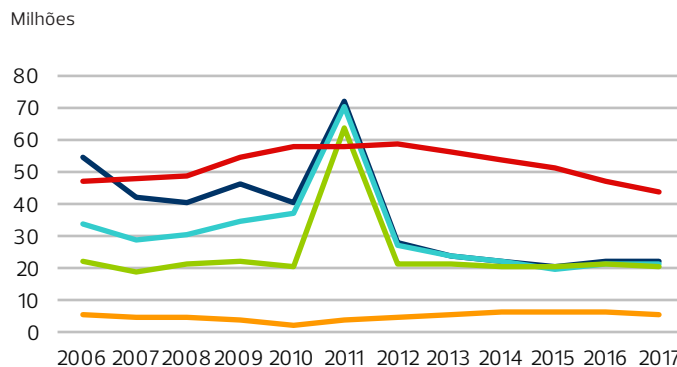
Sátão

12 444
HABITANTES



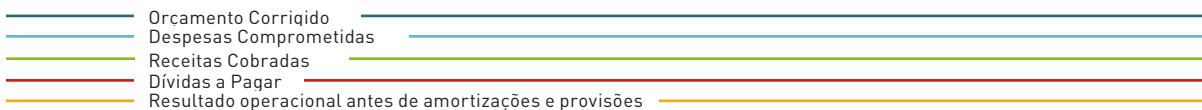
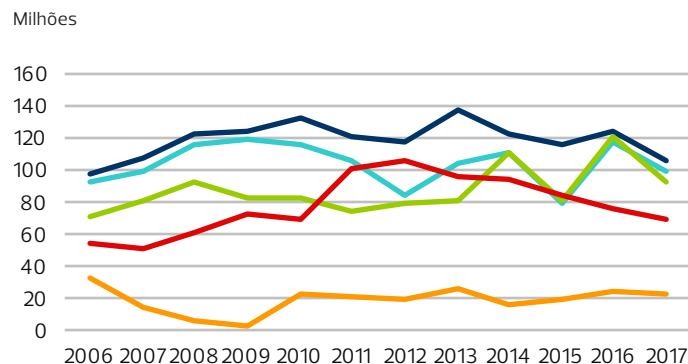
Seia

24 702
HABITANTES



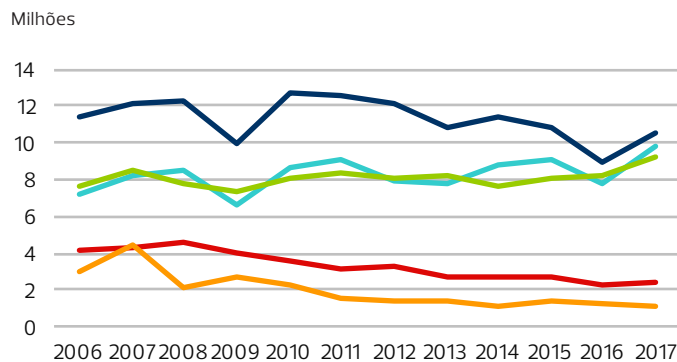
Seixal

158 269
HABITANTES



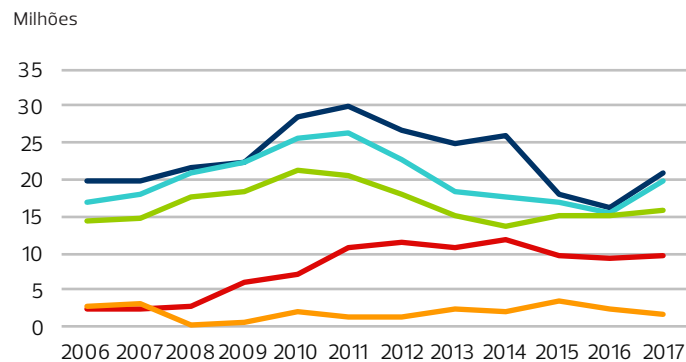
Sernancelhe

5 671
HABITANTES



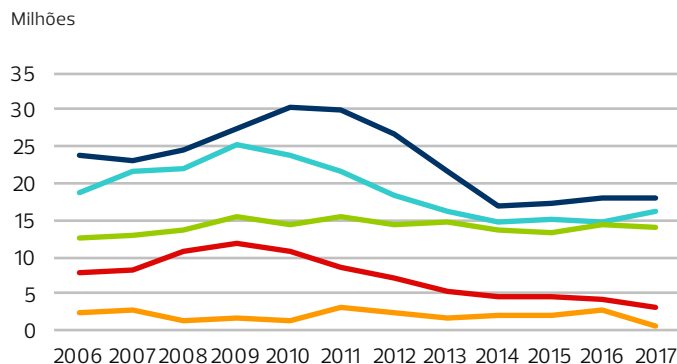
Serpa

15 623
HABITANTES



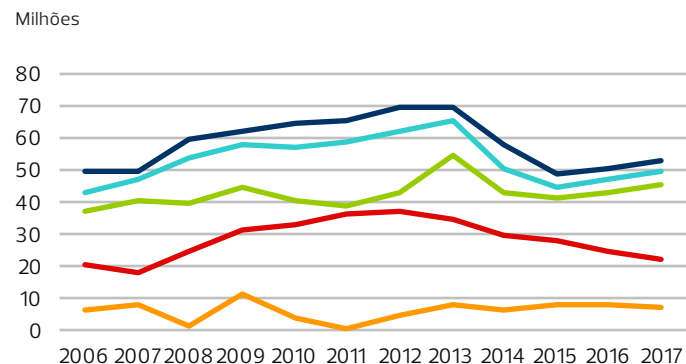
Sertão

15 880
HABITANTES



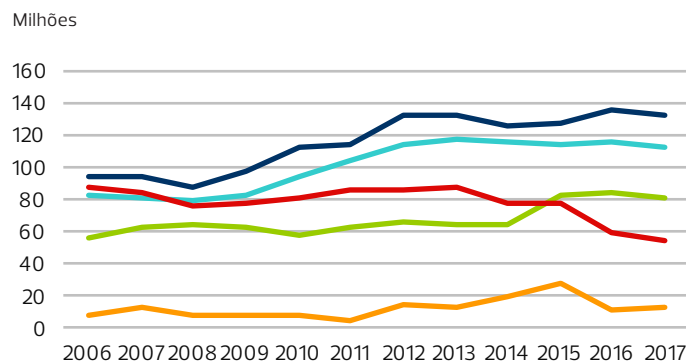
Sesimbra

49 500
HABITANTES



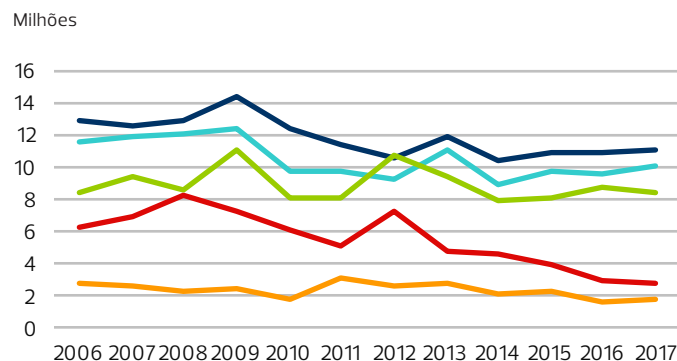
Setúbal

121 185
HABITANTES



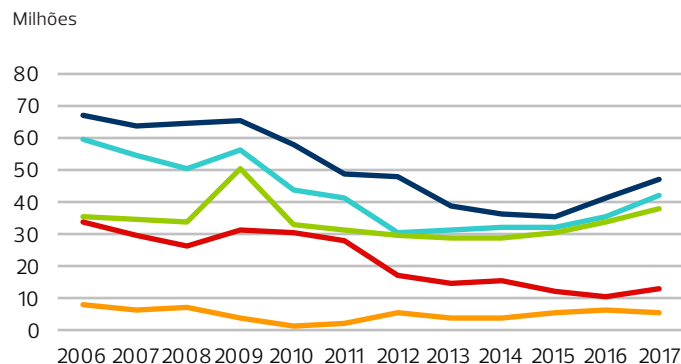
Sever do Vouga

12 356
HABITANTES



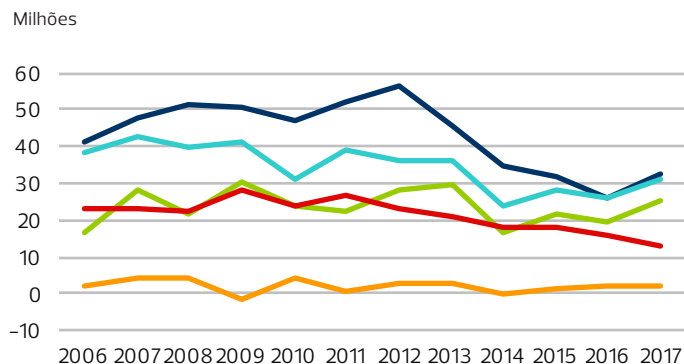
Silves

37 126
HABITANTES



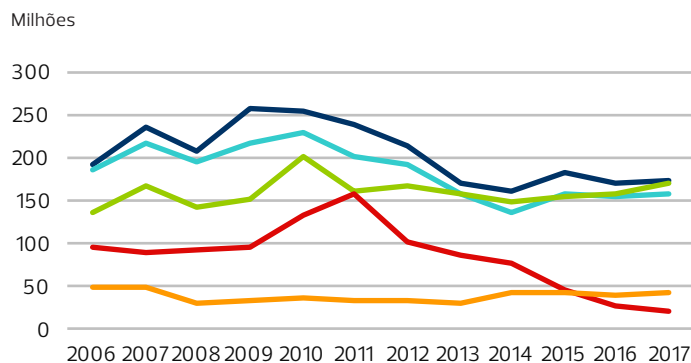
Sines

14 238
HABITANTES



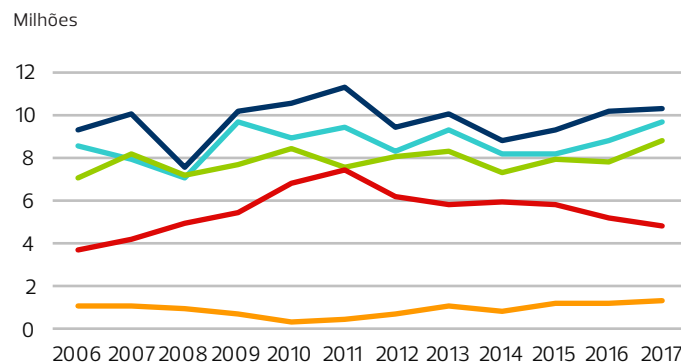
Sintra

377 835
HABITANTES



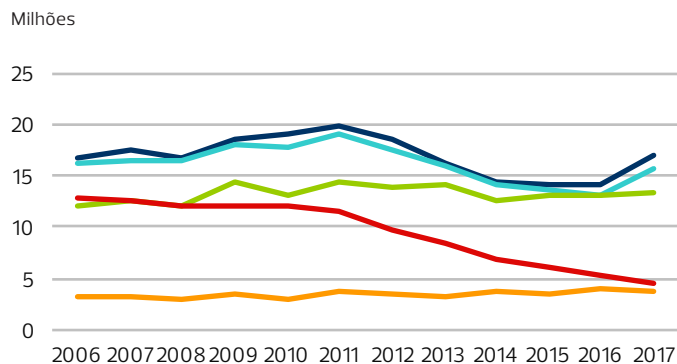
Sobral de Monte Agraço

10 156
HABITANTES



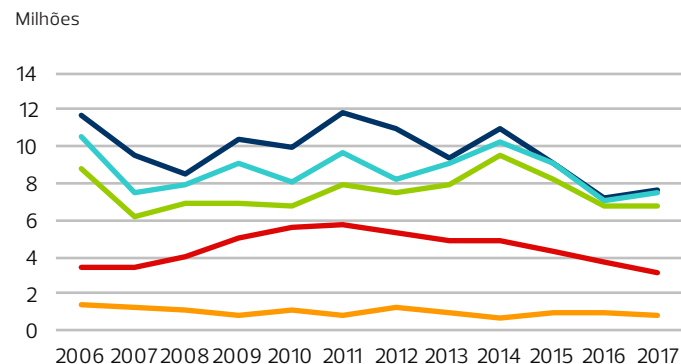
Soure

19 245
HABITANTES



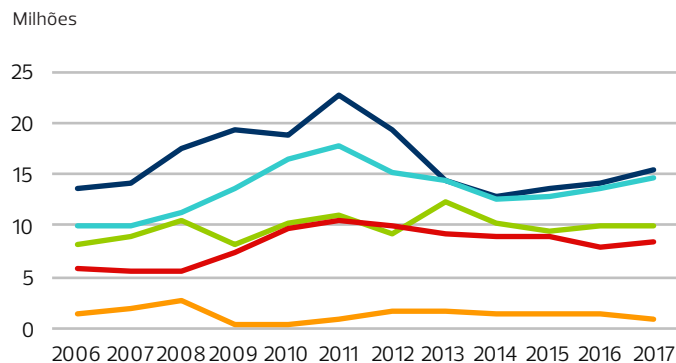
Sousel

5 074
HABITANTES



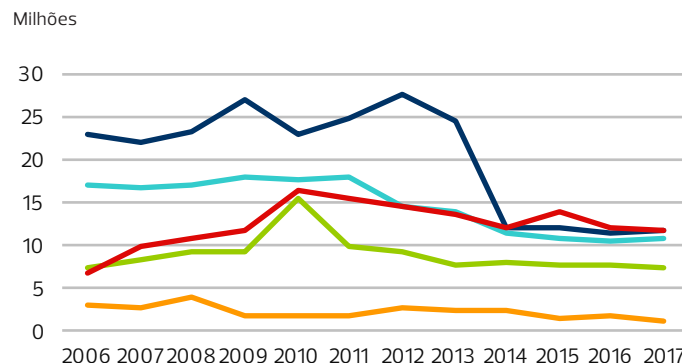
Tábua

12 071
HABITANTES



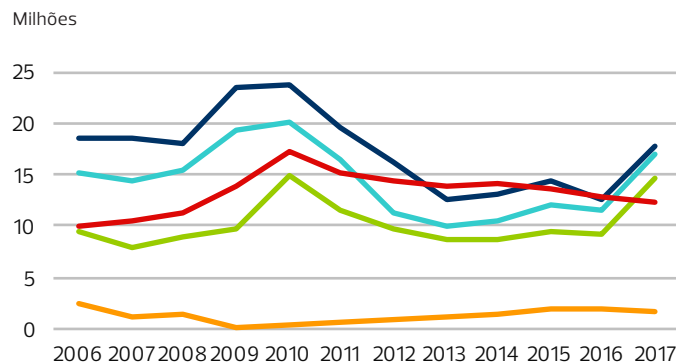
Tabuaço

6 350
HABITANTES



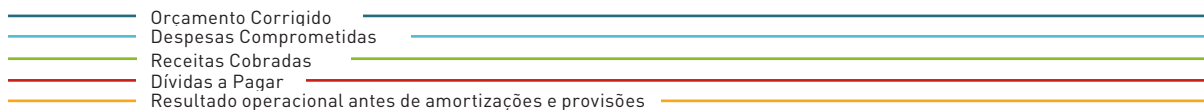
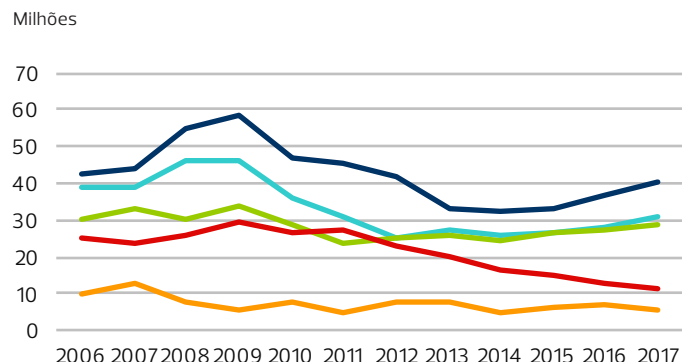
Tarouca

8 048
HABITANTES



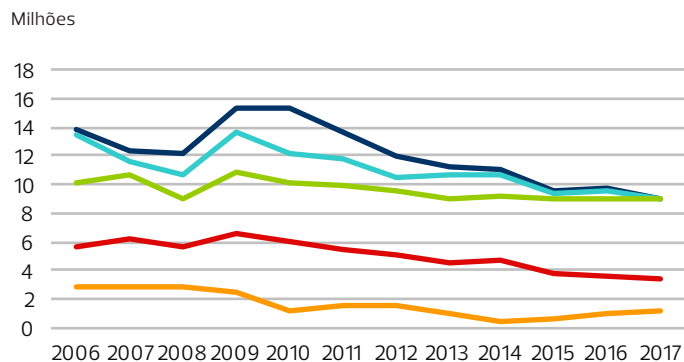
Tavira

26 167
HABITANTES



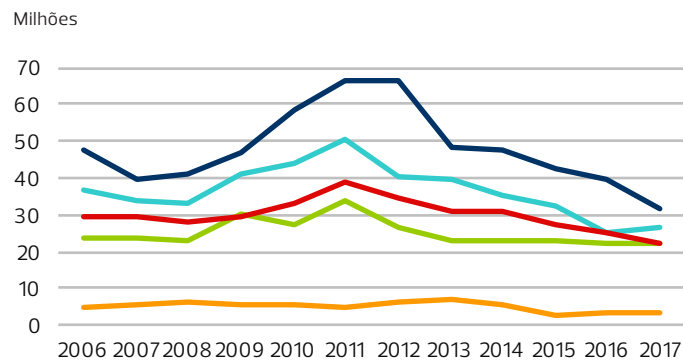
Terras de Bouro

7 253
HABITANTES



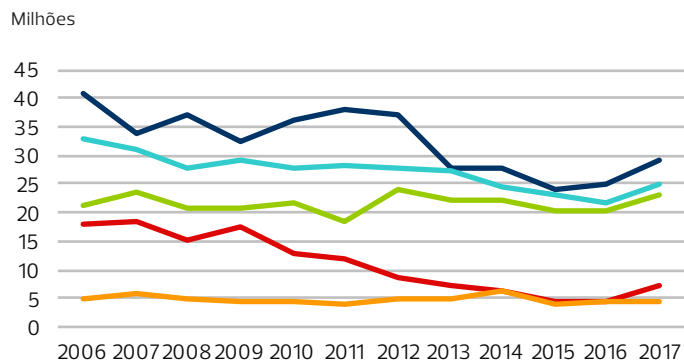
Tomar

40 677
HABITANTES



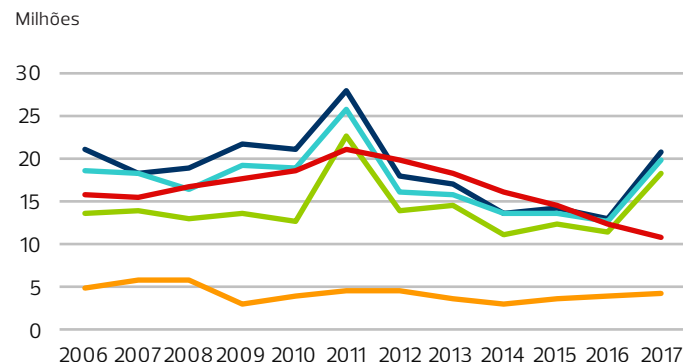
Tondela

28 946
HABITANTES



Torre de Moncorvo

8 572
HABITANTES

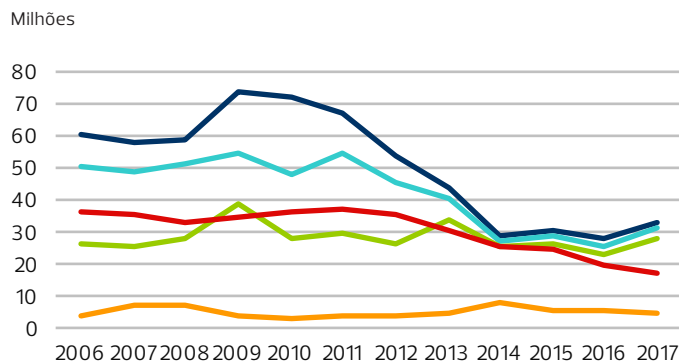


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
 - Despesas Comprometidas
 - Receitas Cobradas
 - Dívidas a Pagar
 - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

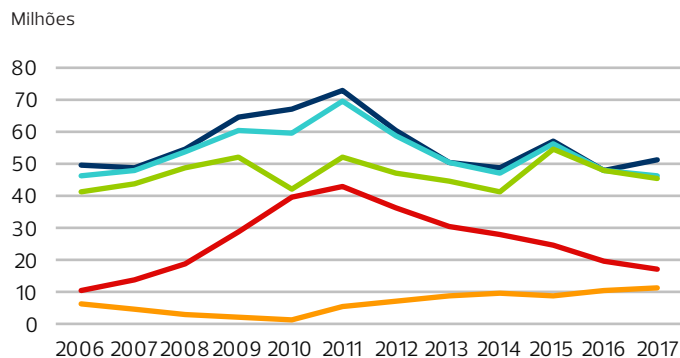
Torres Novas

36 717
HABITANTES



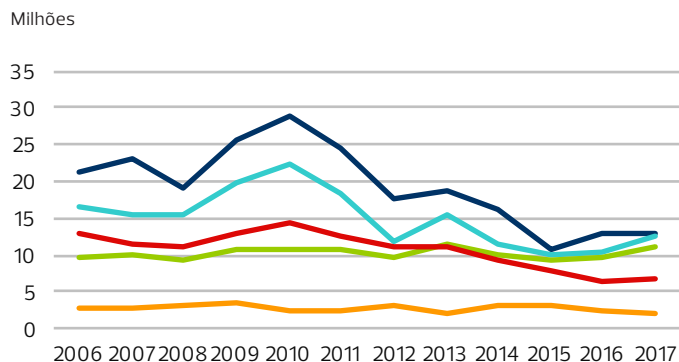
Torres Vedras

79 465
HABITANTES



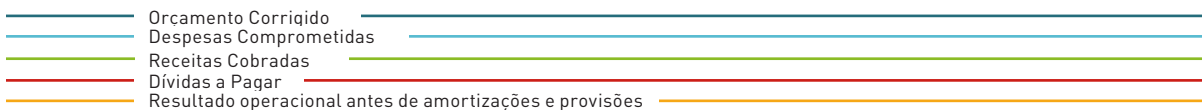
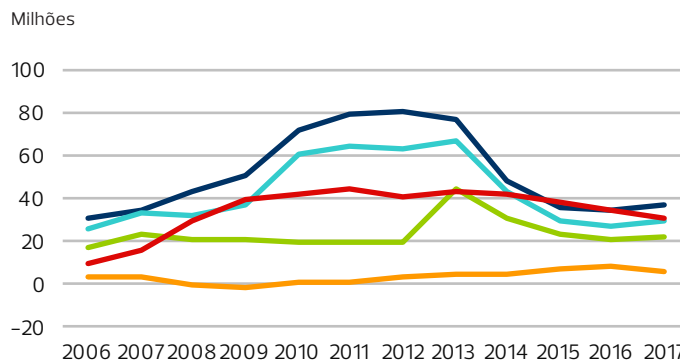
Trancoso

9 878
HABITANTES



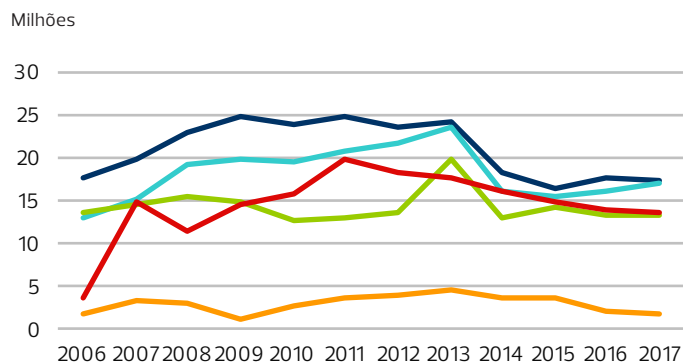
Trofa

38 999
HABITANTES



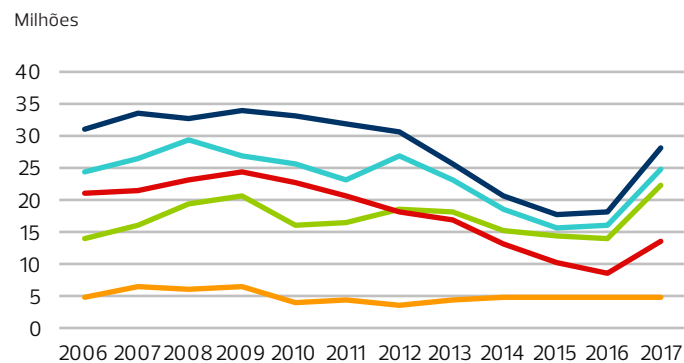
Vagos

22 851
HABITANTES



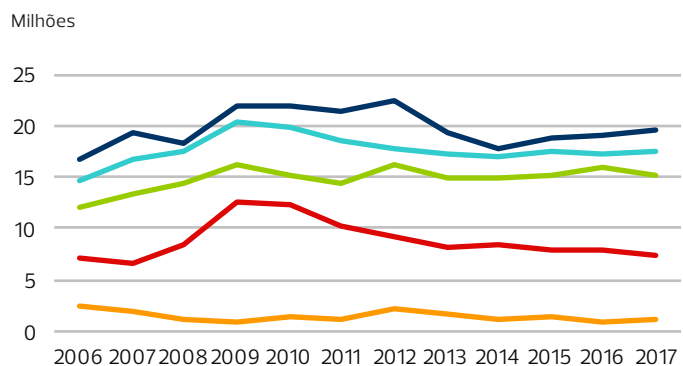
Vale de Cambra

22 864
HABITANTES



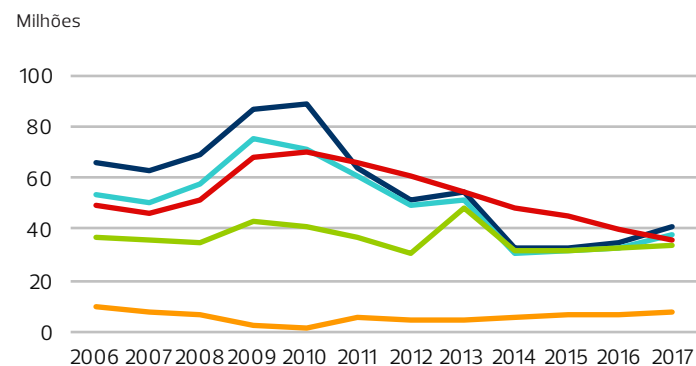
Valença

14 127
HABITANTES



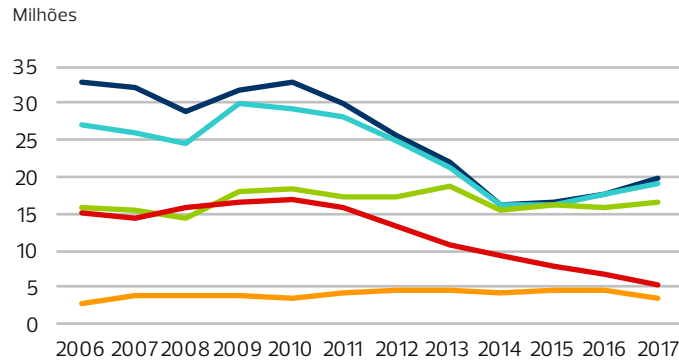
Valongo

93 858
HABITANTES



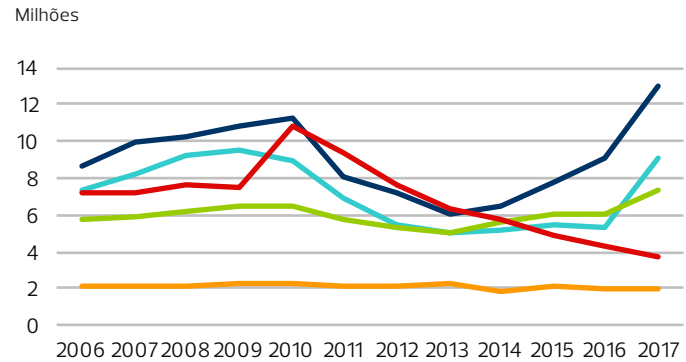
Valpaços

16 882
HABITANTES



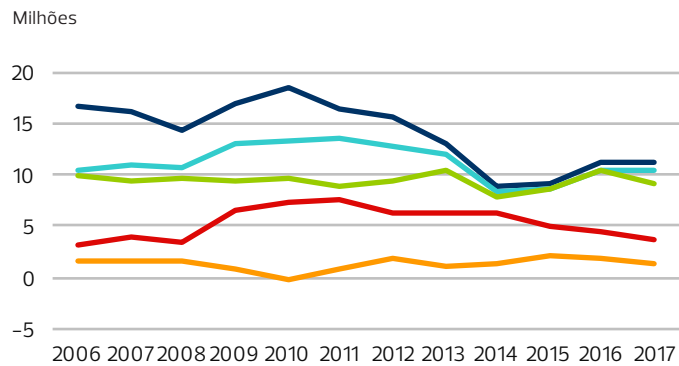
Velas

5 398
HABITANTES



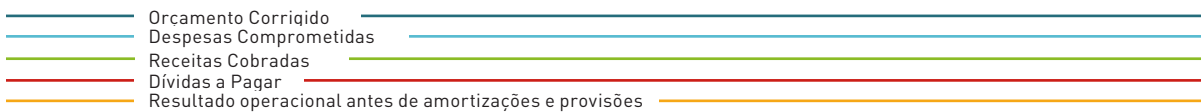
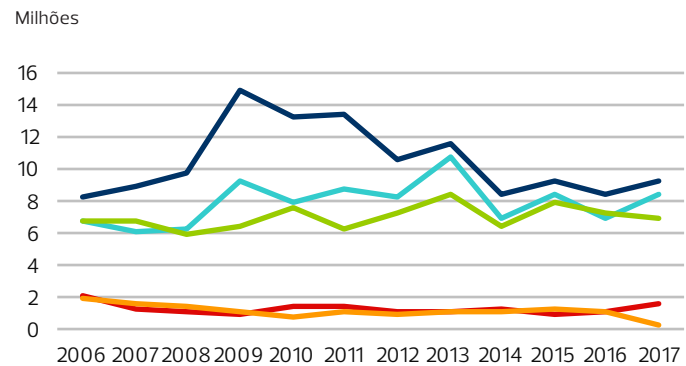
Vendas Novas

11 846
HABITANTES



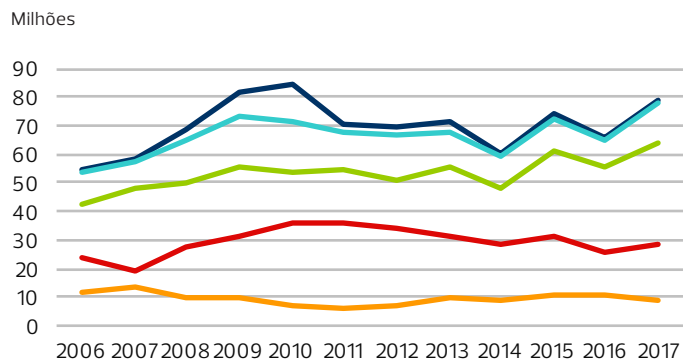
Viana do Alentejo

5 743
HABITANTES



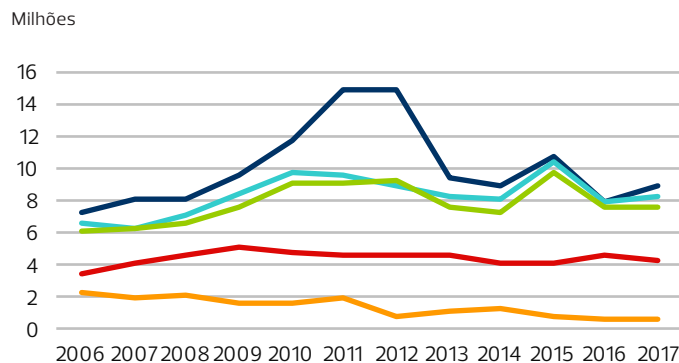
Viana do Castelo

88 725
HABITANTES



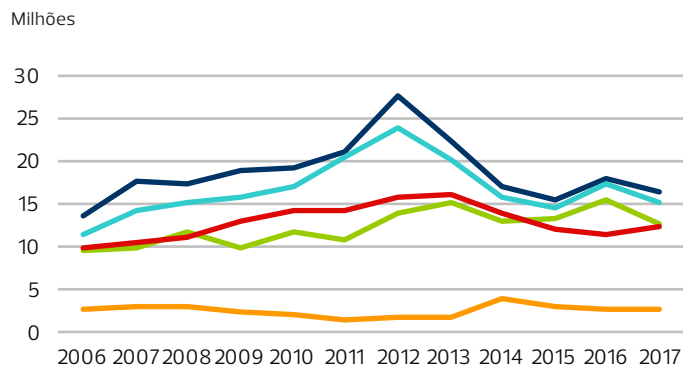
Vidigueira

5 932
HABITANTES



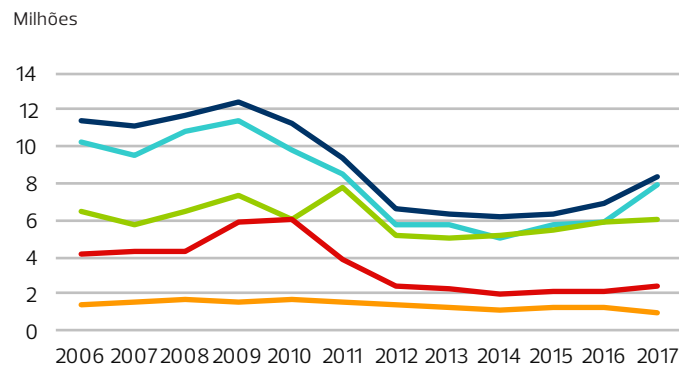
Vieira do Minho

12 997
HABITANTES



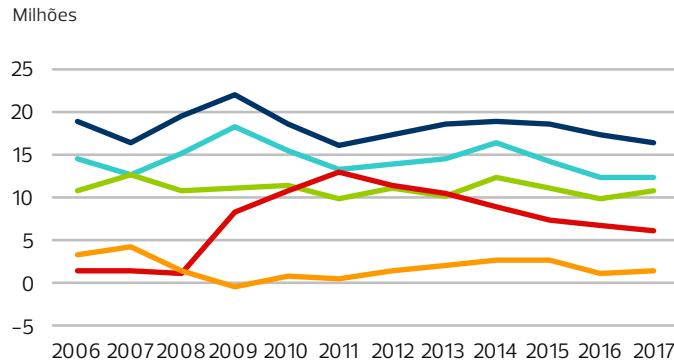
Vila de Rei

3 452
HABITANTES



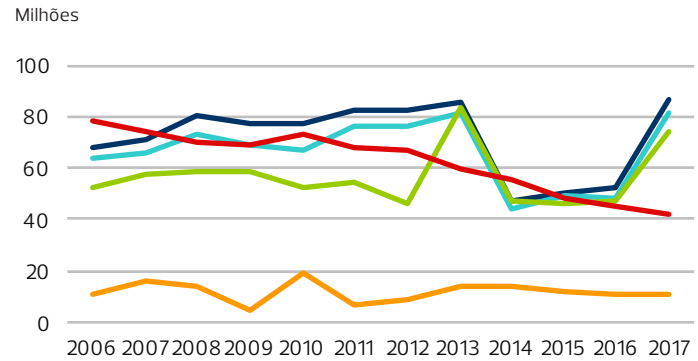
Vila do Bispo

5 258
HABITANTES



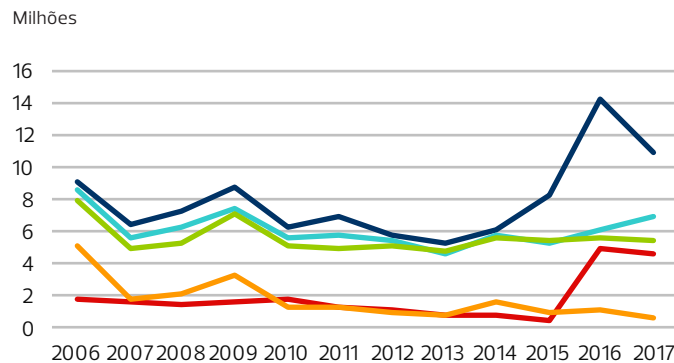
Vila do Conde

79 533
HABITANTES



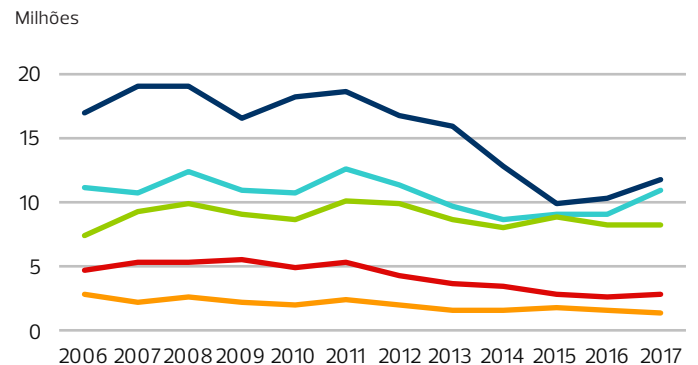
Vila do Porto

5 552
HABITANTES



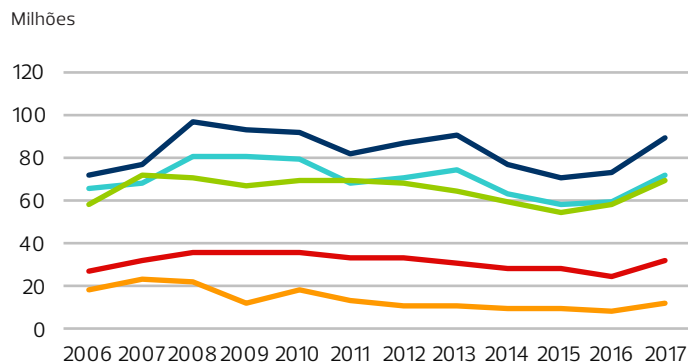
Vila Flor

6 697
HABITANTES



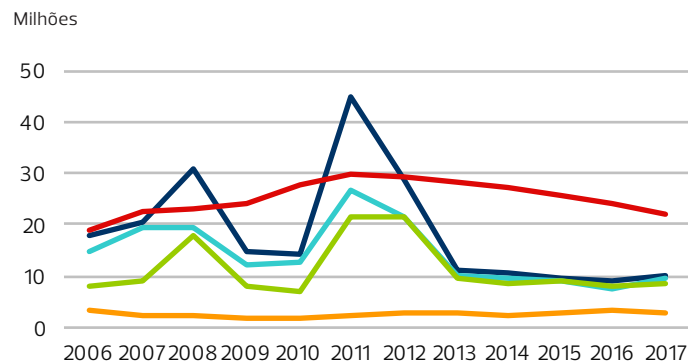
Vila Franca de Xira

136 886
HABITANTES



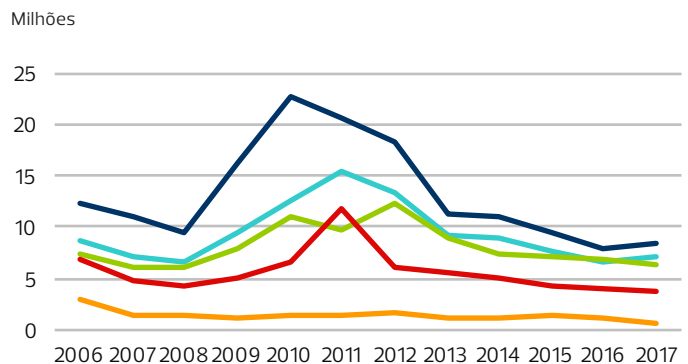
Vila Franca do Campo

11 229
HABITANTES



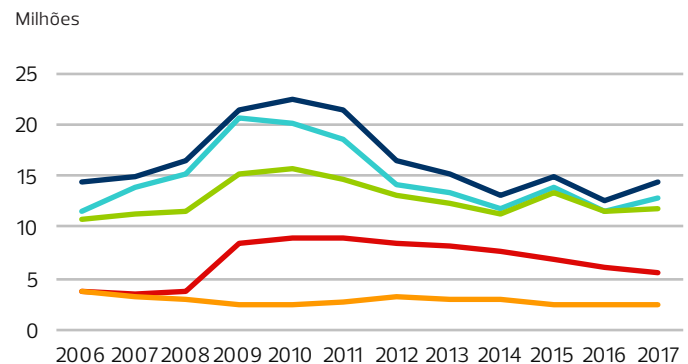
Vila Nova da Barquinha

7 322
HABITANTES



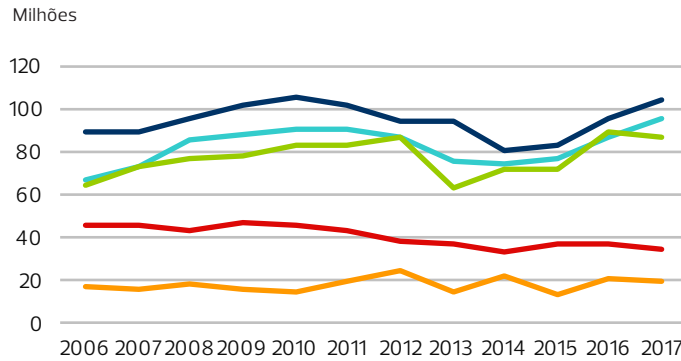
Vila Nova de Cerveira

9 253
HABITANTES



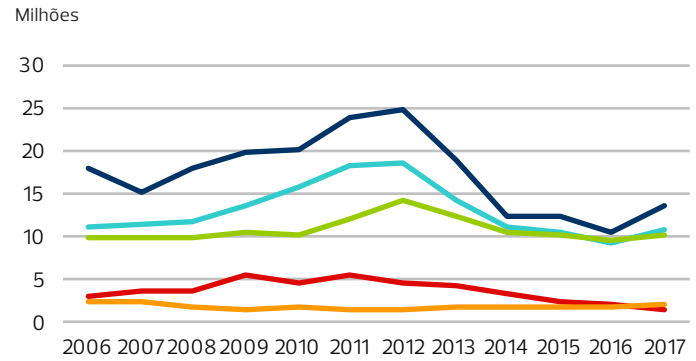
Vila Nova de Famalicão

133 832
HABITANTES



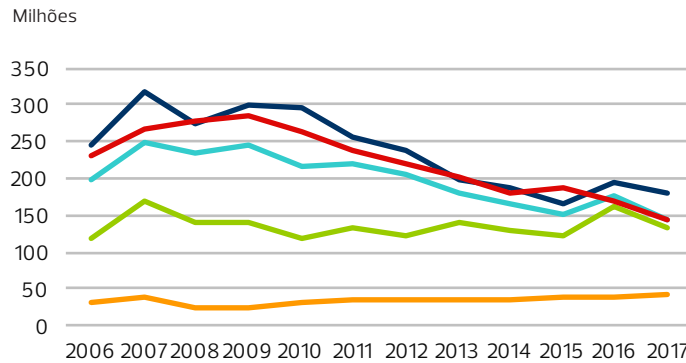
Vila Nova de Foz Côa

7 312
HABITANTES



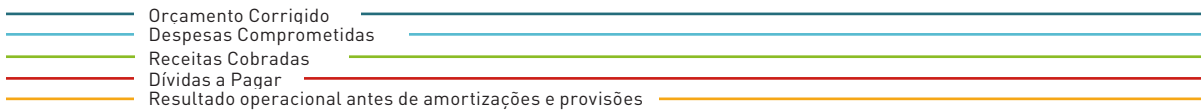
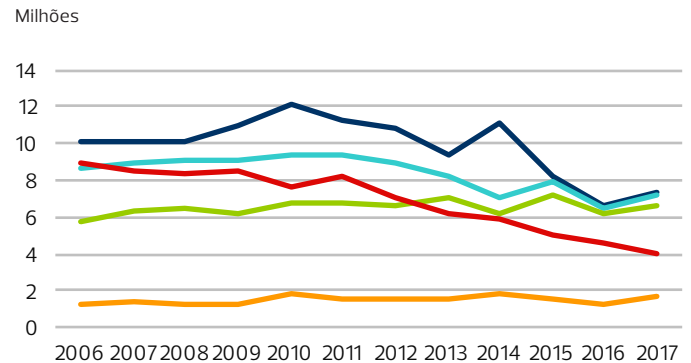
Vila Nova de Gaia

302 295
HABITANTES



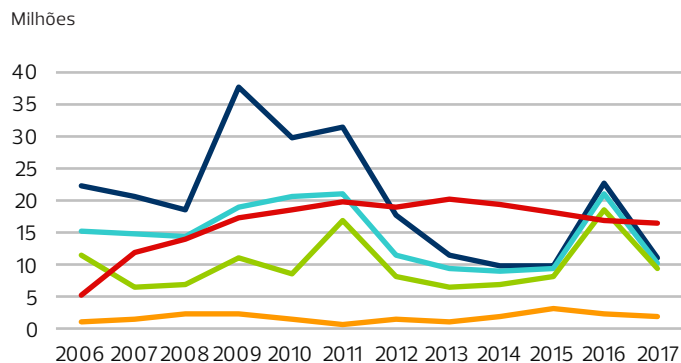
Vila Nova de Paiva

5 176
HABITANTES



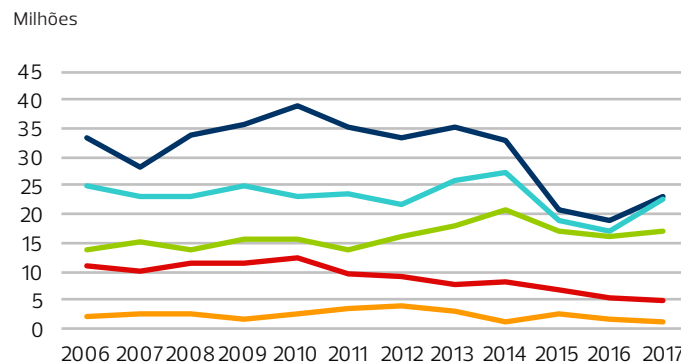
Vila Nova de Poiares

7 281
HABITANTES



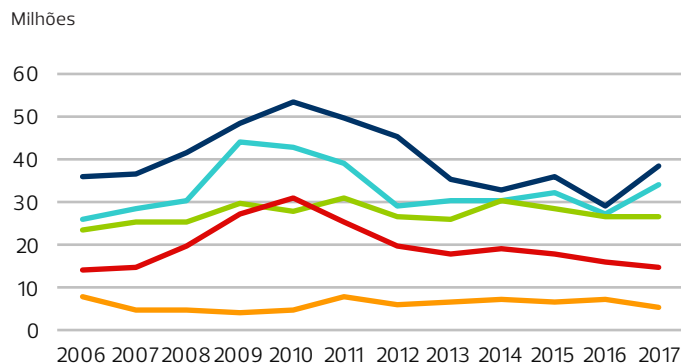
Vila Pouca de Aguiar

13 187
HABITANTES



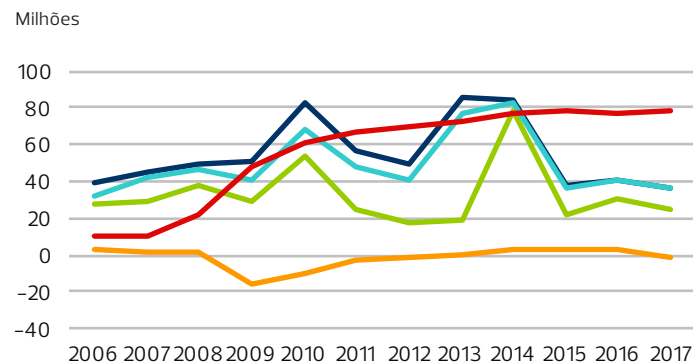
Vila Real

51 850
HABITANTES



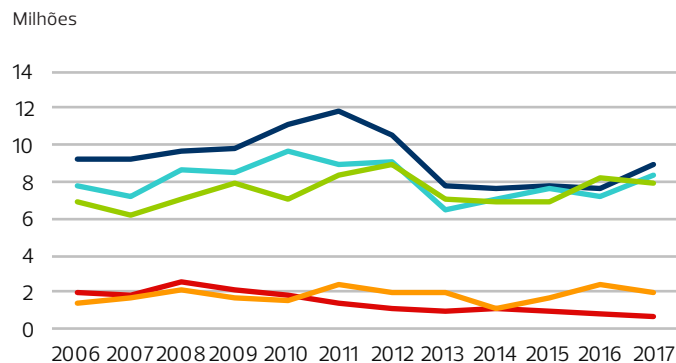
Vila Real Santo António

19 156
HABITANTES



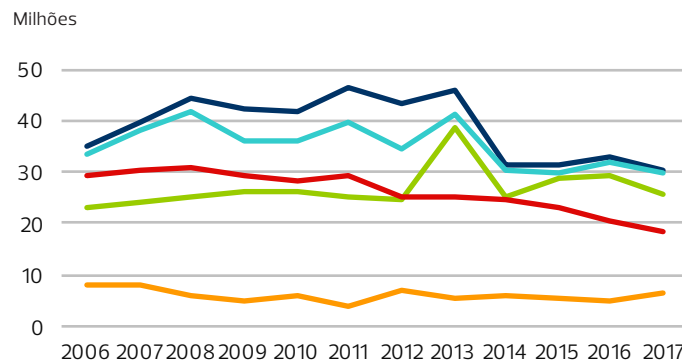
Vila Velha de Ródão

3 521
HABITANTES



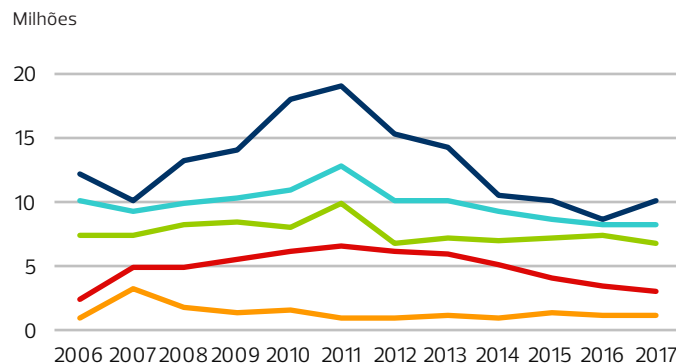
Vila Verde

47 888
HABITANTES



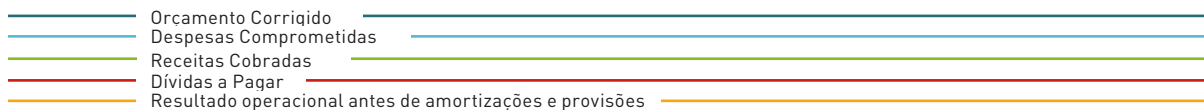
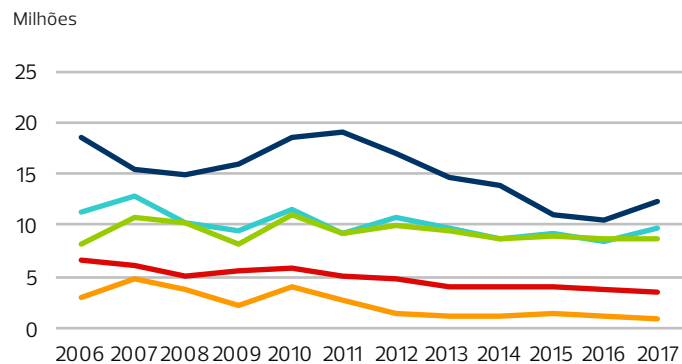
Vila Viçosa

8 319
HABITANTES



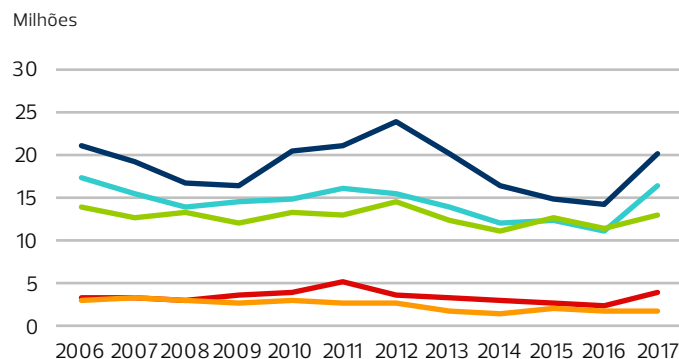
Vimioso

4 669
HABITANTES



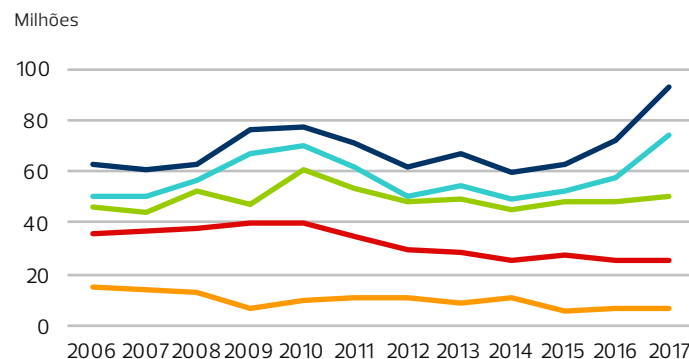
Vinhais

9 066
HABITANTES



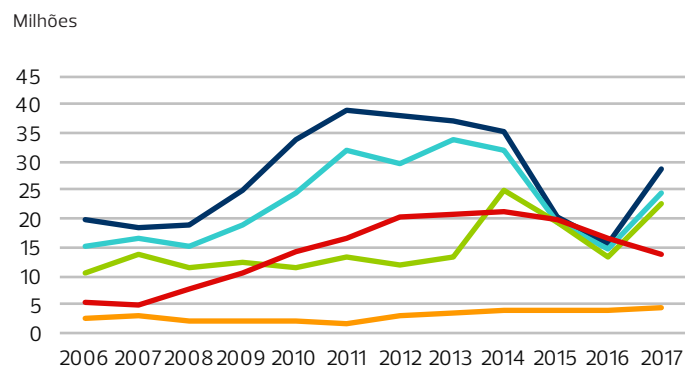
Viseu

99 274
HABITANTES



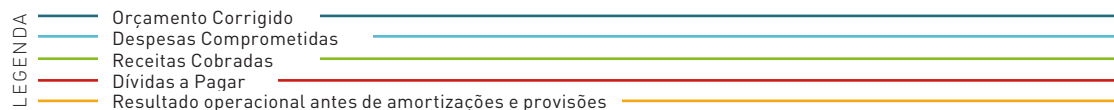
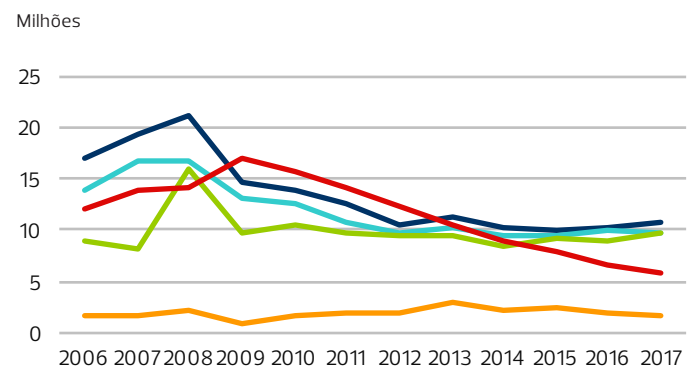
Vizela

23 736
HABITANTES



Vouzela

10 564
HABITANTES





JOÃO CARVALHO

jbccarvalho@gmail.com

Doutorado em ciências empresariais com tese de doutoramento em contabilidade pública e Provas de agregação em contabilidade.

Membro do comité público da Comissão de Normalização Contabilística.

Presidente da Assembleia representativa da OCC.

Autor de diversos livros e artigos em revistas nacionais e internacionais.



MARIA JOSÉ FERNANDES

mjfernandes@ipca.pt

Doutorada em Ciências Empresarias e agregada em Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). Presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA).

Professora coordenadora principal da Escola Superior de Gestão do IPCA.

Leciona unidades curriculares na área da Contabilidade Pública aos níveis de graduação e pós-graduação.

Autora de diversas publicações nacionais e internacionais, sendo a sua área de investigação a Contabilidade Pública.



PEDRO CAMÕES

pedroc@eeg.uminho.pt

É professor auxiliar e vice-presidente da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, na qual lecciona nas áreas de administração e finanças públicas. Entre dezembro de 2010 e 2014 desempenhou as funções de administrador da Universidade.

Tem sido formador do Curso de Alta Direção para Administração Pública (CADAP e FORGEP) da Universidade do Minho sendo responsável pelos módulos Finanças Públicas e Administração Orçamental. É doutorado pela Universidade da Carolina do Sul (EUA) com uma tese sobre a descentralização política e financeira na Europa Ocidental, e desenvolve investigação predominantemente na áreas da prestação e contratação de serviços e da administração financeira.



TC
TRIBUNAL DE
CONTAS



IPCA

CICF

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
EM CONTABILIDADE E FISCALIDADE



Universidade do Minho
Centro de Investigação em Ciência Política